

1º seminário internacional

urbanismo bio político

(orgs):
RENA, Natacha;
FREITAS, Daniel;
SÁ, Ana Isabel;
BRANDÃO, Marcela

>>> fluxos

ORGANIZAÇÃO
RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.)

REVISÃO
Valéria França

PROJETO GRÁFICO
André Victor

LICENÇA CREATIVE COMMONS
Atribuição-SemDerivações-SemDerivados
CC BY-NC-ND

1ª edição (livro digital): abril de 2018

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Editora Fluxos
RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.)

I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico / Organizadores Natacha Rena, Daniel Freitas, Ana Isabel Sá, Marcela Brandão – Belo Horizonte: Fluxos, 2018. 1150 p. : 17 x 24 cm

ISBN 978-85-68874-04-2

1. Arquitetura – Estética. 2. Arte e arquitetura. 3. Arquitetura e urbanismo.

CDD-701.17

Apresentação do I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico

RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela

1. Apresentação do I Seminário Urbanismo Biopolítico do Indisciplinar[1]

Esta é uma publicação digital, um *ebook*, que registra o I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico - Urbanismo neoliberal e a Produção do comum urbano. Trata-se de uma ação extensionista do Indisciplinar, grupo de pesquisa vinculado ao CNPq e à Escola de Arquitetura da UFMG.

[1] Blog do evento: <http://seminariourbanismobiopolitico.indisciplinar.com/>.

2. O grupo Indisciplinar[2]

> *"Às vezes se concebia a prática como uma aplicação da teoria, como uma consequência; às vezes, ao contrário, como devendo inspirar a teoria, como sendo ela própria criadora para com uma teoria vindoura. De qualquer modo, suas relações eram concebidas como um processo de totalização, num sentido ou noutro. Talvez, para nós, a questão se coloque de outra maneira. As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias. Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio, e pode ter sua aplicação em outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança. Por outro lado, desde que a teoria penetre em seu próprio domínio, por outro tipo de discurso (é este outro tipo que permite eventualmente passa a um domínio diferente). A prática é um conjunto de revezamentos de um ponto teórico a outro, e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Teoria alguma pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro, e é preciso a prática para atravessar o muro. (...). É isso, uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Nada tem que ver com o significante ... É preciso que sirva, é preciso que funcione.»*
>
> *(DELEUZE, 2006, p.265)*

O grupo de pesquisa Indisciplinar é formado por professores (as), pesquisadores (as), alunos (as) de graduação e pós-graduação oriundos (as) de diversos campos do conhecimento (arquitetura, urbanismo, geografia, economia, ciências políticas, literatura, artes, meio ambiente, etc.) e possui suas ações focadas tanto no monitoramento da produção capitalista do espaço urbano, quanto na produção de novos modos de vida alternativos aos padrões estabelecidos pelos grandes centros de poder.

[2] Blog do grupo: <http://blog.indisciplinar.com/>; fanpage do grupo: <https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/>.

Os modos de fazer envolvendo tecnopolíticas e tecnologia social são fundamentais para legitimar as ações do grupo, são eles: desenvolvimento de pesquisas teóricas e conceituais; coordenação de Grupos de Estudos (internos do Indisciplinar ou em rede com movimentos e gabinetes de governo); participação em reuniões e atos junto aos movimentos sociais; participação em atividades políticas como audiências públicas e reuniões de conselhos municipais e estaduais; auxílio na organização tecnopolítica dos movimentos parceiros via produção de *fanpages*, blogs, cartilhas, memes, *flyers*, documentários, infográficos, revistas, livros jornais; produção e participação em eventos artísticos, políticos e culturais como o VAC, o Cidade Eletronika, dentre outros; representações em Ministério Público; representação em Conselho Municipal; produção de cartografias e mapas colaborativos; formação de rede entre grupos de pesquisa; realização de aulões públicos, seminários, *workshops* e outros eventos acadêmicos abertos; pesquisas de graduação, pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado); artigos científicos em revistas indexadas e, também, organização de uma revista Indexada denominada Indisciplinar.[3]

Associado ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar existem 3 programas de extensão: (i) Programa IndLab - que abriga 3 projetos de extensão (Plataformas Tecnopolíticas, Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades); (ii) Programa Natureza Política, que abriga 3 projetos de extensão (Artesanias do Comum, Cartografias Emergentes e Natureza Urbana); (iii) Programa IndUrb, que abriga 2 projetos de extensão (BH S/A e Plataforma Urbanismo Biopolítico, Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico).

Diversos projetos que estão associadas ao grupo, de pesquisa e/ ou de extensão, podem estar vinculados ao PRPq – UFMG e financiados pelas Agências de fomento à pesquisa (Capes, Fapemig e CNPq), como também relacionados a Programas de Extensão da UFMG. As investigações envolvem, principalmente, uma nova rede de pesquisadores associada ao INCT "Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais" aprovado pelo CNPQ em 2016.

[3] Para maiores informações acessar:< http://blog.indisciplinar.com/>; Revista Indisciplinar: <https://www.facebook.com/revistaindisciplinar/>

Considerada a importância dos processos de globalização e a produção biopolítica nas/das metrópoles como constitutiva do espaço social, o grupo imbrica, indissociadamente, teoria e prática. As frentes de ação vinculadas aos projetos que estão vinculados aos programas do grupo envolvem, portanto, uma atuação cotidiana: tanto em processos destituintes relacionados ao urbanismo neoliberal, quanto em processos constituintes de novos espaços engendrados pela coletividade social em uma abordagem transversal.

Como a equipe do Indisciplinar se integra em rede com diversos atores, faz-se fundamental a criação de eventos nos quais os diversos projetos realizados pelo grupo possam servir para troca de experiências com outros pesquisadores e militantes urbanos e este é, certamente, o caso deste Seminário Internacional que aconteceu em sua primeira edição em novembro de 2018.

3. I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico realizado em 2017

> *"Creio que Félix Guattari e eu, talvez de maneiras diferentes, continuamos ambos marxistas. É que não acreditamos numa filosofia política que não seja centrada na análise do capitalismo e de seu desenvolvimento. O que mais nos interessa em Marx é a análise do capitalismo como sistema imanente que não pára de expandir seus próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio Capital."*
>
> *(DELEUZE, 1992, p. 212)*

O I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico aconteceu entre os dias 21 e 26 de novembro de 2017 no espaço Cento e Quatro, situado na região central de Belo Horizonte. O evento teve como propósito dar ênfase aos temas principais das pesquisas extensionistas realizadas pelo grupo de pesquisa. O Indisciplinar tem objetivos centrais para sua atuação cotidiana: (i) desvendar a perversidade dos instrumentos utilizados pelo Estado-capital para a financeirização do espaço urbano, cartografando os atores públicos, privados e cidadãos, e os múltiplos interesses em jogo no campo de disputa pelo território; (ii) atuar propositivamente nos processos que ativam e consolidam a produção do comum e as redes de luta urbana; (iii) adotar métodos envolvendo tecnologias, dispositivos, para realização dos dois objetivos anteriores.

Este Seminário se insere, portanto, num contexto em que a produção do espaço urbano tem se tornado, cada vez mais, um ponto nevrálgico, tanto subsidiando a acumulação crescente do capital, quanto abrigando inúmeras resistências a esse avanço. Pretendeu-se convergir diversos processos cartográficos, rastreando o conjunto de forças que constituem tais disputas nas metrópoles contemporâneas – envolvendo tanto o Urbanismo Neoliberal (do Estado-capital) quanto o Urbanismo Biopotente (das resistências positivas e cidadãs, que agregam inteligência coletiva em processos colaborativos de luta por mais democracia).

O método de investigação-ação do grupo de pesquisa Indisciplinar é, deliberadamente, um ato político, na medida em que adota-se ferramentas de mapeamento territorial entrecruzadas com ações cotidianas junto a atores das resistências, assim como busca-se uma atuação técnica e política focando no *ponto cego das lutas* – entre as resistências locais e o poder público associado ao capital. Importante afirmar que o Indisciplinar parte do entendimento que o Estado-capital produz e detêm informações complexas (territoriais, jurídicas, econômicas) envolvendo a macro política das principais questões urbanas, deixando zonas obscuras nos processos de construção institucional do espaço, e, por isso, se propõe ao desafio de unir grupos acadêmicos aos múltiplos atores envolvidos com as disputas urbanas.

Os modos de cartografar envolvendo tecnopolíticas têm sido fundamentais para as ações do grupo e são, também, uma temática transversal ao evento. Desse modo, este Seminário, assim como este ebook produzido a partir dos artigos selecionados, pretende construir uma pequena cartografia das redes de pesquisa-extensão presentes nos territórios em disputa no país.

3.1 Antecedentes

"O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como uma obra de arte. "

(DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.22).

A produção cartográfica do grupo Indisciplinar, envolvendo as lutas territoriais em Belo Horizonte, pode ser sintetizada em uma cronologia de eventos, percebidas como sendo picos de intensidade da atividade cartográfica do grupo, como também, momentos propícios para a conexão de novos atores e constituição de novas redes, incorporando experiências e ações políticas acadêmicas, culturais, artísticas, que nos auxiliam na ampliação da produção do conhecimento por meio de trocas intelectuais e afetivas. Apresenta-se aqui um breve histórico dos eventos realizados já como grupo de pesquisa formalmente registrado no CNPq desde 2014:

(i) Em fevereiro de 2014 aconteceu a ação cultural e acadêmica denominada "Cartografias Biopotentes"[4], que consistiu em um conjunto de ações (seminário + workshops) objetivando aglutinar formas de cartografar criticamente a cidade e suas dinâmicas biopolíticas territoriais. Dentro deste evento foi realizado o primeiro workshop junto com o pesquisador espanhol Pablo de Soto, denominado "Mapeando o Comum em BH"[5], que envolveu uma miríade de coletivos, ativistas, militantes e pesquisadores que atuavam junto das lutas territoriais em Belo Horizonte. Muitas cartografias foram realizadas coletivamente nas áreas atingidas por uma operação urbana consorciada, a OUC Nova BH, em curso naquele momento. Neste mesmo evento, também foram realizados outros workshops como o "Entre Muros" ou o "Cartografia Afetiva _ Vila Dias"[6], assim como o workshop "Fazer - Trabalhar"[7];

(ii) Como resultado deste processo envolvendo as atividades do evento Cartografias Biopotentes, iniciou-se o projeto "Cartografias Emergentes - A distribuição territorial da produção cultural em Belo Horizonte"[8] através do qual realizamos uma série de workshops junto a redes de parceiros, também dentro de uma disciplina oferecida na Escola de Arquitetura, aberta a todos os alunos da UFMG, a UNI 009 - Oficina Multidisciplinar - Cartografias Emergentes;

(iii) Durante os meses de junho, julho, agosto de 2014 aconteceu em São Paulo o "Multitude"[9], evento realizado pelo Sesc Pompéia, no qual o grupo participou ativamente do seu processo de construção e realização;

(iv) a realização dos "Mappings The Commons"[10] , já ocorrida em Belo Horizonte,

[4] Ver: <blog.indisciplinar.com/eventos-2014/cartografias-biopotentes-verao-arte-contemporanea-2014>.

[5] Disponível em: <mappingthecommons.net/pt/belo-horizonte>.

[6] Com Ana Ortega do Arquitectura Expandida e o programa extensionista Desejaca.

[7] Com o pesquisador convidado Gabriel Zea. Ver: Cartografias Emergentes das Lutas (SÁ, *et al,* 2014).

[8] Projeto financiamento pelo CNPq/MinC/SEC edital No 80/2013. Também sobre estas cartografias ver o capítulo - "Cartografias emergentes da cultura" - escrito pelas pesquisadoras Ana Isabel Anastasia de Sá, Fernanda Quintão, Natacha Rena, Paula Bruzzi Berquó no livro Design e Política: <editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/DesignPolLivro_Final.pdf>.

[9] O evento Multitude contou também com curadoria geral de Lucas Bambozzi e Andrea Saturnino, assim como curadorias específicas com Peter Pál Pelbart, Lúcio Agra, Natacha Rena, dentre outros. Ver: multitude.sescsp.org.br/sobre-o-projeto/index.html . Neste evento foi realizado o workshop Mapeando o Comum em São Paulo. Ver: <multitude.sescsp.org.br/mapeamentos/index.html>.

[10] Projeto criado e coordenado pelo pesquisador e ativista espanhol Pablo de Soto: <mappingthecommons.net/pt/info>.

tinha a intenção de articular também em São Paulo os grupos e coletivos ativistas urbanos para pensarem juntos estratégias e táticas de articulação entre as lutas, gerando debates, informações e mapas produzidos coletivamente;

(vi) Durante os meses de julho e agosto de 2014, o grupo de pesquisa Indisciplinar em parceria com o Espaço do Conhecimento UFMG [11] , organizou o evento "Cartografias do Comum", que contou com uma série de atividades como debates, oficinas, mostras de filmes, seminários e a exposição. O evento foi totalmente realizado com a participação horizontal de grupos, coletivos e movimentos sociais de Belo Horizonte que pesquisam e atuam tendo como foco a construção do comum[12];

(vi) Em agosto de 2014 foi realizado na Escola de Arquitetura da UFMG o seminário "Multiplicidades"[13], inaugurando o debate sobre a construção de uma rede entre universidades, grupos de pesquisa, movimentos sociais e coletivos culturais e artísticos para construção da rede INCT - "Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais"[14], atualmente aprovada pelo CNPq e em fase de reformulação;

(vii) Em fevereiro 2015, o Indisciplinar realizou o "Tecnopolíticas, democracia e urbanismo tático"[15], evento envolvendo seminário e workshop e que reuniu um grupo de profissionais e pesquisadores interessados na investigação e na aplicação das tecnologias digitais de comunicação aos processos de produção do espaço urbano. Contamos com a participação de diversos atores e grupos da rede "Tecnopolíticas: território urbano e redes digitais"[16].

[11] Ver: <blog.indisciplinar.com/807/>.

[12] Ver: <espacodoconhecimento.org.br/?p=8813>; >http://mappingthecommons.net/pt/sao-paulo/
facebook.com/media/set/?set=a.684955338262632.1073741847.425668724191296&type=3>.

[13] Ver: <blog.indisciplinar.com/847>.

[14] Ver: <facebook.com/media/
set/?set=a.684955938262572.1073741848.425668724191296&type=3>.

[15] Ver: blog.indisciplinar.com/tecnopoliticas-democracia-e-urbanismo-tatico

[16] Ver: <facebook.com/media/

(viii) Em 2015 enviou-se o projeto para o edital do Ministério da Ciência e Tecnologia para constituição e continuidade de INCTs brasileiros com a rede "Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais"[17];

(ix) Ainda em outubro de 2015 o Indisciplinar participou da organização e curadoria do evento Cidade Eletronika: Tecnopolíticas Do Comum: Artes, Urbanismo e Democracia, que reuniu palestras, exposições e workshops, incluindo um processo envolvendo a producão da topologia de rede vinculada ao projeto "Cartografias Emergentes da Cultura"[18]. O evento deu origem à publicação de um ebook disponível para download gratuito.[19]

(x) No início de 2016 aconteceu o VAC "Natureza Urbana e Produção do Comum"[20] onde aconteceram importantes trocas de experiências envolvendo a Rede Verde, o Espaço Comum Luiz Estrela e a Ocupação Eliana Silva com movimentos de outras cidades como o Ocupe Estelita (Recife-PE);

(xi) Em 2017, também no evento curado por nós dentro da programação do VAC "A razão neoliberal ataca o território: gentrificação e re-colonização na produção do espaço"[21], contamos com a participação de pesquisadores do Indisciplinar

set/?set=a.782621678495997.1073741853.425668724191296&type=3
editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTNK_Cidade_Baixa.pdf>.

[17] Em 2014 enviamos o projeto para o edital INCT com a rede "Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais" para o edital de chamada INCT - MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014 que foi contemplado em 2016. Este projeto de rede foi coordenado de forma colaborativa entre pesquisadores do Indisciplinar Marcelo Maia, Natacha Rena, Janaína Marx, Hernan Espinoza, Ana Isabel Anastasia de Sá, assim como envolvendo a colaboração também de pesquisadores nacionais e internacionais: <facebook.com/tecnopoliticasVAC2015/>. Acesso dia 21/11/2017.

[18] Ver: <blog.indisciplinar.com/cartografias-criticas-cnpqminc>.

[19] Ver: <https://www.dropbox.com/sh/8qjqs6knk3knvjr/
AADZdKU7YW8DMk0u3Xd5z75Pa?dl=0>

[20] Ver: <facebook.com/naturezaurbanavac2016>.

[21] Ver: <facebook.com/pg/indisciplinar.ufmg/photos/?tab=album&album_
id=1254816197943207>.

e outras pesquisadoras da UFMG. Neste momento também realizou-se o lançamento do blog InDebate[22], que se configurou-se, ao longo deste último ano, como ferramenta de debate e circulação dinâmica dos conteúdos produzidos pelo grupo;

(xii) Em 2017 iniciou-se o projeto "Financiamento do desenvolvimento urbano, planejamento, inclusão socioterritorial e justiça social nas cidades brasileiras" com a rede de pesquisa formada pelos grupos LabCidade (SP), Praxis (BH), Indisciplinar (BH) e LeHab (BH). Esta rede configurada teve como momento importante de seu processo de construção coletiva, a realização da Sessão Livre para o XVII ENANPUR[23] "Ativismo Urbano: novas formas de conflitos territoriais";

(xiii) Ainda em novembro de 2017, o grupo realizou o I Seminário Urbanismo Biopolítico, o qual será detalhado mais à frente neste *ebook*;

(xiv) Em janeiro de 2018, realizou-se o Cidade Eletronika denominado "Microinvenções urbanas: tecnopolíticas do cotidiano para reinventar as cidades"[24] , no qual experimentou-se pela primeira vez uma plataforma digital - "IndAtlas" - para cartografar o bairro linkando linha do tempo, mapa e rede de atores envolvidos nas disputas territoriais locais que o grupo vem desenvolvendo;

[22] Ver: <indebate.indisciplinar.com>

[23] Essa Sessão Livre "Ativismo Urbano: novas formas de conflitos territoriais" apresentada no XVII ENANPUR foi mediada por Natacha Rena (UFMG) e Pedro Arantes (Unifesp) à convite da professora Raquel Rolnik (LabCidade | USP) que coordena, junto de Paula Santoro (LabCidade | USP) e envolveu o projeto de Pesquisa "Financiamento do desenvolvimento urbano, planejamento, inclusão socioterritorial e justiça social nas cidades brasileiras". Foram realizadas as seguintes apresentações: "Novas formas de resistência em São Paulo" por Raquel Rolnik e Luanda Vannuchi (LabCidade | USP); "Lutas multitudinárias ativistas e movimentos sociais militantes" por Bernardo Neves e Natacha Rena (Indisciplinar | UFMG); "A cidade em movimento" por Valéria Pinheiro (Lehab | UFC); "Movimentos sociais urbanos no contexto de megaeventos no Rio de Janeiro: mobilização, resistência e perspectivas" por Renato Cosentino (ETTERN | UFRJ).

[24] Ver: <https://www.facebook.com/pg/indisciplinar.ufmg/photos/?tab=album&album_id=1568921773199313>.

(xv) Ainda no início de 2018, em fevereiro, dentro do projeto Verão Arte Contemporânea, o grupo foi responsável pela curadoria de mais um evento, o Seminário "Comum | Público. Monólogos 7 X 7"[25], no qual, em duas noites seguidas, professoras e pesquisadoras associadas ao Indisciplinar e movimentos sociais parceiros proferiram monólogos abordando o tema proposto;

(xvi) E, por fim, estamos em plena preparação para o "II Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico"[26] que irá acontecer ao final de julho de 2018.

[25] Ver: <https://www.facebook.com/pg/indisciplinar.ufmg/photos/?tab=album&album_id=1592055040885986>.

[26] Ver: <https://www.facebook.com/events/1017478001751057/>

3.2 Mesa de abertura

"Denomina-se 'biopoder' identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou 'biopolítica' quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou de contexto biopolítico pensando no complexo de resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder."

(NEGRI, 2003, p.107)

A mesa de abertura do seminário aconteceu no espaço cultural Cento e Quatro, localizado na região central de Belo Horizonte, na noite de 21 de novembro de 2017 e teve como palestrante internacional Miguel Robles Duran (Parsons School of Design - The New School in New York) e como palestrante nacional (em vídeo) Raquel Rolnik (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP), com mediação de Natacha Rena (Grupo Indisciplinar UFMG).



Figura 1 - Atividades realizadas no I Seminário Urbanismo Biopolítico
FOTOS: Lucca Mezzacappa

A participação de Raquel Rolnik enfatizou o atual protagonismo da corporação Estado-capital mas, também, sublinhou a incapacidade dessa hegemonia em apresentar respostas para as próprias contradições. A arquiteta destacou o papel das resistências em apontar as porosidades e fissuras fora da lógica estritamente mercadológica e da expectativa de rentabilidade, enfatizando as outras formas possíveis de propriedade, intervenção arquitetônica e extensão universitária.

Em seguida, Miguel Robles Duran discutiu a estreita relação entre a ideologia neoliberal, a ação do Estado (marcada por política de convergência de governança global via instituições supranacionais) e os novos modelos urbanos (orientados por consultorias e voltados para acumulação, competição, convencimento e demandas supranacionais). Neste contexto, evidenciou-se o papel do arquiteto

e urbanista contemporâneo como facilitador de uma política alinhada à ação neoliberal e caracterizada por investimentos públicos voltados para ganhos privados, doação de terra pública, agravamento de processos de segregação sócio espacial, flexibilização das condições de trabalho, equipamentos culturais globais em detrimento da cultura local, enfraquecimento de processos democráticos, entre outros. Como alternativa, o arquiteto delineou o que chama de modelos urbanos paralelos orientados pelo desenvolvimento territorial não especulativo, sistemas alternativos de propriedade, políticas mais atentas à escala, infraestrutura comum, desenvolvimento de sindicatos urbanos, economias de valor de uso, espaços de maior infiltração política e políticas de real representação urbana.



Figura 2 - Palestras de abertura
FOTOS: Lucca Mezzacappa

A organização do Seminário se deu em 3 eixos (Urbanismo Neoliberal, Produção do Comum e Tecnopolíticas do Urbano) e, portanto, recebeu artigos por cada um dos eixos de forma heterogênea: o eixo Urbanismo neoliberal aprovou 24 artigos para esta publicação, o eixo Produção do Comum aprovou 18 artigos e o eixo Tecnopolíticas do Urbano aprovou 7. A partir desta distribuição desproporcional entre os eixos, decidimos primeiro: gerar uma legenda que envolve a cor chave dos artigos ao longo do ebook, assim como nuvens de palavras por eixo correspondendo a uma cor específica para cada (azul para os textos do eixo Urbanismo Neoliberal, rosa para os textos do eixo Produção do Comum e cinza para os textos do eixo Tecnopolíticas do Urbano). Assim gerou-se uma nuvem de palavras mais geral (FIG. 3) contendo as principais palavras citadas nos artigos presentes em todos os eixos, assim como, mais 3 nuvens de palavras por eixo específico, que ofertam a visualização de quais os principais conceitos (palavras-chaves) compuseram cada um dos 3 eixos propostos para construção do Seminário.



Figura 3 - Nuvem de palavras envolvendo os 3 eixos temáticos do Seminário (azul para os textos do eixo Urbanismo Neoliberal, rosa para os textos do eixo Produção do Comum e cinza para os textos do eixo Tecnopolíticas do Urbano
FONTE: Indisciplinar

O restante do Seminário (22, 23 e 24 de novembro) se distribuiu em três eixos principais e em cada dia ocorreram Mesas Redondas com convidados e mediadores pesquisadores do grupo Indisciplinar durante as manhãs, assim como Sessões Temáticas com palestras de abertura na parte da tarde, seguidas de apresentações de artigos selecionados a partir de uma chamada ampla, descritas a seguir. No fim de semana seguinte (dias 25 e 26 de novembro), foi realizado um workshop na região central de Belo Horizonte com o coletivo Left Hand Rotation e coordenado pelo grupo de pesquisa Indisciplinar denominado "A corrida imobiliária no centro de Belo Horizonte".

Eixo 01 - Urbanismo Neoliberal

> *"(...) o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais."*
>
> *(HARVEY, 2013, p.32)*

A Mesa 1 - Urbanismo Neoliberal – com os palestrantes nacionais, a arquiteta Mariana Fix (UNICAMP – SP) e David Sperling (IAU-USP), tendo como mediador o arquiteto Daniel Freitas (pesquisador do Indisciplinar UFMG, Belo Horizonte), aconteceu no dia 22 de novembro de 2017.















Figura 4 - Atividades do Eixo 1 - Urbanismo Neoliberal
FOTOS: Lucca Mezzacappa

A mesa redonda Urbanismo Neoliberal promoveu debate entre experiências nacionais e internacionais relacionadas ao modo como as frentes de neoliberalização incidem sobre a produção do espaço urbano, especialmente sobre os municípios. Na primeira fala da mesa, o arquiteto David Sperling problematizou a disputa por narrativas urbanas, tratando experiências de mapeamento cognitivo enquanto processos políticos a partir de quatro experiências de discussão da cidade neoliberal. Na fala seguinte, a arquiteta Mariana Fix, após discutir o histórico de neoliberalização e financeirização nas cidades brasileiras, problematizou as especificidades desses processos em economias de capital dependente, em especial nas transformações no circuito imobiliário.

Na parte da tarde, a apresentação de seis artigos selecionados possibilitou um amplo debate orientado pela construção de estratégias de avaliação e propostas de agendas de pesquisa sobre o tema, incluindo a troca de experiências sobre as novas modalidades de Parceria Público-privada e as recorrências e impactos territoriais, avançando na promoção de intercâmbios entre pesquisadores, ativistas e técnicos para aprofundamento do debate sobre as estratégias e instrumentos do urbanismo neoliberal e as formas de resistência.



Figura 5 - Nuvem de palavras gerada a partir dos artigos do eixo 1 - Urbanismo Neoliberal
FONTE: Indisciplinar

Compõe esta publicação o conjunto de 24 artigos selecionados, incluindo os seis artigos acima, que abordam o tema da neoliberalização a partir de diferentes chaves teóricas e opções metodológicas. No plano dos conceitos, os artigos abrangem, de um lado, o conjunto de inflexões econômicas e políticas que caracterizam o neoliberalismo, incluindo as diferentes frentes com que estas infiltram na política urbana local; e, de outro lado, a violenta imposição da razão neoliberal a todas as escalas das relações sociais. No plano do território, os artigos demonstram, a partir de diferentes escalas de estudo de caso, o modo como o neoliberalismo permeia a produção do espaço urbano, a produção de habitações, o planejamento de cidades globais e de cidades médias, as práticas de mineração e os grandes projetos de reestruturação urbana. Em muitos dos artigos, a segregação socioespacial é lembrada como um dos componentes essenciais para estes processos de produção do espaço urbano, contribuindo para diferentes formas de violação de direitos, mas também promovendo a articulação e fortalecimento de formas de resistências.

Eixo 02 - Produção do Comum

"Pois trata-se sempre da vida, na sua dimensão de produção e de reprodução, que o poder investe, e que, no entanto, é o caldo a partir do qual emergem os contra-poderes, as resistências, as linhas de fuga. Daí a presença insistente do prefixo bio nesse leque conceitual. Biopoder como regime geral de dominação da vida, biopolítica como uma forma de dominação da vida que pode também significar, no seu avesso, uma resistência ativa, e biopotência como a potência de vida da multidão, inclui o trabalho vital, o poder de agir, a potência de autovalorização que se ultrapassa a si mesma, a constituição de uma comunialidade expansiva (...)"

(PELBART, 2003, p. 86)

A Mesa Redonda 02 – Produção do Comum - com o palestrante Nabil Bonduki (USP) e Tais Portela (UFBA), tendo como mediadora a arquiteta Marcela Brandão (pesquisadora do Indisciplinar UFMG, Belo Horizonte), aconteceu no dia 23 de novembro de 2017.



Figura 6 - Atividades do eixo 2 - Produção do Comum
FOTOS: Lucca Mezzacappa



A proposta do eixo 2 - Produção do Comum - foi a de colocar em discussão tanto o urbanismo neoliberal, quanto às resistências voltadas para a produção do comum, a partir, inclusive, da sua relação com o conceito de público. Tal interesse surgiu a partir da percepção de que o discurso dos defensores do neoliberalismo sobre a importância e as vantagens de um Estado mínimo se aproxima, em

alguns momentos, do discurso dos grupos que defendem políticas mais locais, realizadas de maneira autogestionada e horizontal, cujo horizonte seria também o esvaziamento das responsabilidades do Estado. Apesar das diferenças evidentes entre ambos, a preocupação aumenta quando se percebe o risco de uma fragilização diante do domínio do capital, que transforma as boas ideias e as ótimas intenções em objetos de consumo hipsterizados e gourmetizados, como o que vem acontecendo com as pautas que defendem a ocupação do espaço público, a alimentação saudável, a mobilidade urbana, etc.

Apostando na necessidade de se complexificar essa discussão e buscando em alguma medida o fortalecimento do comum associado ao público (comum-público), foram convidados os professores Nabil Bonduki (USP) e Tais Portela (UFBA). Bonduki, em sua palestra, resgatou conceitos importantes relativos à definição de espaços públicos, espaços privados e espaços coletivos, a partir de um breve histórico de políticas públicas voltadas para a produção de moradia social no Brasil, apontando, inclusive, como o papel do Estado está muitas vezes associado ao controle, seja sanitário, seja dos costumes . O professor nos lembrou que o "espaço público é um espaço em disputa", e que a arquitetura não é responsável apenas pela produção de espaços físicos (edifícios e cidades). A arquitetura é produtora e reprodutora também de subjetividades, e completou associando a ideologia do medo à cultura dos condomínios fechados.

Portela compartilhou questões pessoais referentes à sua trajetória com a Assessoria Técnica às comunidades mais vulneráveis, e propôs um deslocamento conceitual instigante, da "instrumentalização do povo" para um "bater laje junto", "sambar junto", enfim, para um "emocionar junto", possível apenas com um envolvimento inclusive do corpo, para a produção de novos desejos, singulares em nós e fora de nós. A professora chamou atenção para as "palavras movediças " (sustentabilidade, desenvolvimento, mobilidade, paz), que, apesar de carregarem muitos sentidos diferentes, são fixadas conforme os interesses de poder em jogo. Segundo ela, seria preciso acabar com as dicotomias e fazer a natureza na cidade, em direção a um devir-matístico. Taís terminou sua fala citando Donna Haraway: "Faça parentes, não bebês!".



Figura 7 - Nuvem de palavras gerada a partir dos artigos do eixo 2 - Produção do Comum
FONTE: Indisciplinar

Quanto aos artigos enviados e selecionados para publicação, o comitê científico do eixo "Produção do Comum" pode identificar três vertentes diferentes, e igualmente importantes, sobre o tema: 1) a primeira vinculada às práticas artísticas das performances, que têm como aposta de transformação política o corpo individual-coletivo em ação no espaço público dos centros urbanos; 2) uma segunda associada a uma discussão decolonial, que coloca em cena as resistências (ou r-existência como propõe um dos autores) da população negra nas cidades brasileiras, ou mesmos nos quilombolas, não tão distantes dos centros urbanos, que, nesse caso, em parceria com uma atividade extensionista, se infiltrou na prática academia; 3) por fim, uma terceira vertente que discute o comum-urbano como "princípio político", gerador de um "urbanismo tático" insurgente ao modelo neoliberal, presente tanto em coletivos culturais atuantes na periferia, quanto em grupos ativistas dos centros, envolvidos na luta pela preservação ambiental ou na discussão sobre a mobilidade urbana, como também nas práticas cotidianas que produzem "sociabilidades vividas nas ruas", como no caso dos ambulantes e *toreros* presentes nos centros. Interessante apontar que alguns desses artigos buscaram analisar e classificar algumas das práticas insurgentes apresentadas,

trazendo para a discussão do eixo mais um desafio a se enfrentar: o da avaliação e validação de práticas não baseadas em evidências numéricas e quantificáveis.

Dentre os artigos selecionados para publicação, seis foram convocados para a apresentação na sessão temática desse eixo, tendo como critério a representatividade de todas as vertentes identificadas. Essa sessão aconteceu na parte da tarde e contou para a sua abertura com a pesquisadora Mariana Moura, que também conduziu a mediação do debate que se seguiu às apresentações.

Eixo 03 – Tecnopolíticas do Urbano

> *"É certo que entramos em sociedades de 'controle', que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, de sua técnica principal, o confinamento (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando pra trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que não funcionam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. (...) A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para a sociedade de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte."*
>
> *(DELEUZE, 1992, p. 215 - 216)*

A Mesa Redonda 03 – Tecnopolíticas do Urbano - com o palestrante internacional, Gabriel Zea (Bogotá, Colômbia); Prof. Clodoveu Davis (DCC - UFMG) e como mediadora a arquiteta Ana Isabel de Sá (Profa. IFMG / Santa Luzia e pesquisadora do Indisciplinar / UFMG) aconteceu no dia 24 de novembro de 2017.

















Figura 8 - Atividades do eixo 3 - Tecnopolíticas do Urbano
FOTOS: Lucca Mezzacappa

O eixo 3 - Tecnopolíticas do Urbano - propôs discutir a impregnação do território pelas tecnologias digitais de comunicação em suas múltiplas esferas, partindo do pressuposto de que elas são, atualmente, parte indissociável da experiência e da organização das metrópoles contemporâneas. Estando presentes tanto em processos de financeirização e neoliberalização, quanto em dinâmicas voltadas a formas de articulação e decisão coletivas, os dispositivos tecnopolíticos atuam na produção de subjetividades, nas políticas públicas urbanas, ou no compartilhamento e distribuição de infraestruturas e serviços. O debate acerca da produção espacial passa a envolver, também, questões ligadas à vigilância, ao controle de dados cidadãos e à proteção da privacidade.

Os palestrantes convidados do eixo foram o artista Colombiano Gabriel Zea e o Prof. Clodoveu Davis, do Departamento de Ciências da Computação da UFMG. Gabriel Zea apresentou trabalhos recentes nos quais reflete sobre a relação entre tecnologia digital, corpo e trabalho, passando pelo papel do mercado da arte nesses processos. O Prof. Clodoveu Davis, por sua vez, abordou aspectos voltados às potencialidades e desafios do uso de dados espaciais para a análise e interação com as dinâmicas urbanas, focando sobretudo no debate acerca da relação entre o acesso a tais dados e o exercício da cidadania na contemporaneidade.



Figura 9 - Nuvem de palavras gerada a partir dos artigos do eixo 3 - Tecnopolíticas do Urbano
FONTE: Indisciplinar

Foram selecionados para publicação textos que abordam as tecnopolíticas urbanas sob múltiplos aspectos, no intuito de fornecer ao tema uma abordagem diversa e transdisciplinar. Os trabalhos se voltaram a discutir desde as repercussões do Uber nas relações de trabalho e na geopolítica, até a proposição de plataformas digitais para a governança e a participação popular, passando pelo papel da mídia na construção de narrativas sobre usuários de crack. Dessa forma, procurou-se situar o debate no intrincado campo de disputas e de contradições que caracteriza a atuação contemporânea das redes informacionais.

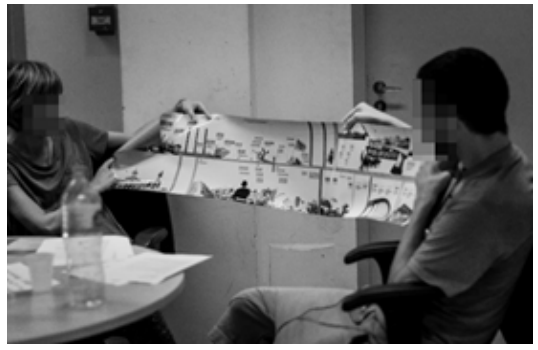
4. Workshop "A corrida imobiliária no centro de Belo Horizonte"[27]

Após quatro dias de palestras, apresentações e debates, o seminário foi fechado com um workshop coordenado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e ministrado pelo coletivo *Left Hand Rotation*. Essa atividade aconteceu nos dias 25 e 26 de novembro, na região central de Belo Horizonte, e contou com discussões sobre os atuais processos de gentrificação na cidade, produção de mapas, imagens e peças gráficas, que subsidiaram os trabalhos de intervenção realizados na região[28].

Considerando que Belo Horizonte foi planejada e construída sobre um arraial já consolidado à época, o Arraial Curral Del'Rey, partiu-se do pressuposto que o primeiro processo de gentrificação na cidade ocorreu na sua criação, há 120 anos atrás. A intervenção proposta pelo coletivo e realizada no workshop foi desenvolvida, então, a partir dessa comemoração às avessas.

O workshop contou com a participação de pesquisadores, militantes, ativistas e coletivos: Grupo de pesquisa Indisciplinar (Natacha Rena, Marcela Brandão, Marilia Pimenta, Junia Ferrari, Lucca Mezzacappa, Mariana Moura, Fernanda Nobre e Raul Lemos), Tarcísio Morais (Associação dos Moradores de Rua de Belo Horizonte), Ana Beatriz Mascarenhas, Ana Laura Souza Vargas, Beatriz Lobato, Carolina Vieira, Isabella Betoni, Jansen Faria, Jéssica, Karina Dias Gea, Luciano dos Santos Diniz, Marcela Soares, Maria Soalheiro, Mariana Gonçalves, Rafael Torga Bellardini de Castro,Telma Eugênio.







[27] <https://docs.google.com/forms/d/1Pd0nemdb3WQv2HquFpg4L2G-TT9cYawHP_ugJs01yi8/viewform?edit_requested=true>

[28] Parte das imagens foram obtidas no terceiro *"mutirão andante"* realizado pelo Conselho Consultivo Zona Cultural Praça da Estação, que são caminhadas em grupo realizadas com todos conselheiros e demais interessados. Os mutirões a partir das questões que aparecem nos trajetos tornam possível o diálogo entre representantes de diferentes grupos que atuam ou utilizam esse território (moradores do centro, moradores de rua, funcionários da prefeitura, produtores culturais, representantes de movimentos, representantes de órgãos responsáveis pela gestão e manutenção do espaço, etc.), muitas vezes complexificando questões já tratadas no conselho permitindo que as discussões se aprofundem em reuniões temáticas. A partir de 2018 o Conselho passa a se chamar Fórum permanente de discussão da Zona Cultural Praça da Estação. O grupo indisciplinar atua no território da Zona Cultural desde 2013 junto de movimentos sociais e culturais da região, denunciando os impactos dos projetos previstos para a região e o processo de gentrificação em curso, e no Conselho da Zona Cultural desde o seu início em 2015, participando da construção de diretrizes anti-gentrificadoras para a zona, com a Frente de Ação extensionista "Zona Cultural", parte do projeto "Plataforma Urbanismo Biopolítico".



Figura 10 - Workshop "A corrida imobiliária no centro de Belo Horizonte"
FOTOS: Indisciplinar

Texto da chamada aberta para participação no workshop contendo a contextualização das questões sociais e urbanas que envolvem a região central da cidade[29]

Nas últimas décadas a região da Praça da Estação passou a ser alvo de diversas expedições urbanísticas, patrocinadas pelo Governo em parcerias público-privadas, ou financiadas pelos próprios empreendedores que, como bandeirantes, desbravaram o território em busca de preciosidades, estimulados por lendas sobre riquezas no interior da cidade.

No início, a extração de capital na cidade foi feita nas margens, explorando as minas do desenvolvimento urbano até o momento onde houvesse lucro. Após o esgotamento do mineral no local, os garimpeiros precisaram procurar fontes em outros lugares. Mas o garimpo é uma forma de extrair riquezas pouco ambiciosa, utilizando-se, na maioria das vezes, poucos recursos, baixo investimento e ferramentas rústicas.

Satisfazer à Coroa dos grandes extratores do mercado imobiliário requeria a conquista de uma nova fronteira urbana: o hipercentro. Nos anos 2000 parte a entrada nomeada como Operação Urbana Consorciada Vale do Arrudas, financiada pelos cofres públicos e em favor dos interesses do mercado imobiliário. Os principais objetivos desta expedição, além da busca do precioso metal e mão de obra escrava nas várias atividades cotidianas, foi o combate às resistências de muitos grupos hostis a colonização urbana, e a localização e destruição de quilombos culturais formados por aqueles fugidos das lógicas neoliberais. Durante o auge do período de exploração dos megaprojetos, diversos povoamentos foram fundados nos centros urbanos. Mas, no entanto, e ainda que a história às vezes o esqueça, tratasse tão só de uma substituição de população de baixos recursos por outra de maior poder aquisitivo já que, invariavelmente, entre as consequências das megaexpedições estão as remoções de inúmeros povos indígenas que habitavam essas áreas, espalhando violência e graves problemas sociais.

Muitos são atraídos ao hipercentro pela ilusão do enriquecimento rápido, mas a exploração da cidade exige diversos investimentos, como mão-de-obra, equipamentos de mineração e a compra de terrenos. Somente aqueles que possuam capital para esses investimentos conseguiram lucrar com esse mercado. Na lógica da exploração, a riqueza arrancada pelo esforço, suor e sangue dos escravos não trará progresso, apenas desigualdade. Será possível mudar as ferramentas de exploração por outras de produção coletiva do espaço?

Ainda há minas abandonadas pelos proprietários no centro de Belo Horizonte, que esperam a valorização da região para investirem em seus imóveis. Além das possibilidades de lucro aos agentes privados envolvidos, estas minas escondem outras riquezas. São espaços de possibilidade para os grupos sociais vulnerabilizados, alternativas ao urbanismo neoliberal que mina a cidade. Após séculos, ainda hoje, inconfidências insurgentes continuam a luta pelo comum, movimentando afetos, reivindicando o direito à moradia na ocupação de territórios e constituindo o refúgio

[29] <http://www.lefthandrotation.com/>; <http://indisciplinar.com/>; <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural>

improvisado dos que procuram a liberdade.

O workshop será a última atividade do Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, que se propõe a dar ênfase aos temas principais das pesquisas extensionistas desenvolvidas pelo grupo, que têm como objetivos principais rastrear o conjunto de forças que constituem diversas disputas nas metrópoles contemporâneas envolvendo tanto o Urbanismo Neoliberal (produzido pelo Estado-capital) quanto o Urbanismo Biopotente (produzido pelas redes de resistências que objetivam a produção do comum). Pretende-se também que o Seminário promova a investigação sobre processos tecnopolíticos que compõem os possíveis métodos de investigação-ação que se utilizam de ferramentas variadas de pesquisa, coleta de dados, produção de conhecimento e informação, seja via mapeamento territorial e uso de plataformas digitais, seja via produção de dispositivos que proporcionem encontros cotidianos dos atores envolvidos nas resistências urbanas.

Texto compartilhado no site do Left Hand Rotation sobre o workshop:

BH120 ("Belo Horizonte: 120 anos de gentrificação") é um projeto que realizamos em novembro de 2017 durante a participação no 1º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico: Urbanismo Neoliberal e Produção do Comum Urbano, organizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar (UFMG) em Belo Horizonte (Brasil).

Um processo de gentrificação para inaugurar uma nova cidade

Em 12 de dezembro de 2017, foram comemorados os 120 anos da fundação da cidade de Belo Horizonte fundada nos princípios da expulsão.

Em 1897, **o assentamento do Curral del Rey foi destruído para abrir caminho para um capital destinado a atrair as elites.** *Seus ex-habitantes foram deslocados sem uma alternativa que lhes permitisse permanecer nas áreas revalorizadas dessa nova cidade. Após a conclusão das obras, os trabalhadores foram excluídos da cidade que construíram e, sem lugar para ficar, alguns deles formaram as primeiras favelas da cidade no atual bairro de Floresta, ao lado dos ex-habitantes de Curral del Rey.*

Esta substituição não parou de se repetir e hoje, 120 anos depois, as áreas centrais apresentam um **risco iminente de gentrificação***, especialmente a área da Praça da Estação com o novo projeto Corredor Cultural proposto em 2013, que visa engolir as inúmeras atividades culturais realizada na área nos últimos 10 anos.*

Com os participantes da oficina, queríamos lembrar qual era o **layout urbano original do antigo assentamento Curral del Rey** *nas ruas atuais da cidade.*

Através de placas ("BH, 120 ANOS DE GENTRIFICAÇÃO") e pintura de grandes linhas



e textos em amarelo no chão e paredes, se interviu em diferentes áreas do centro histórico de Belo Horizonte desenhando e sinalizando os elementos do antigo layout:

estradas, moradias e nomes de ruas originais.

Figura 11 - Print da publicação do vídeo-documental realizado pelo coletivo Left Hand Rotation a partir do workshop

FONTE: Disponível em: http://www.lefthandrotation.com/bh120/index.htm>

Agradecimentos

> *"Ser do mesmo time é também rir das mesmas coisas, ou então calar-se, não precisar 'explicar-se'. É tão agradável não ter que explicar! Tínhamos, possivelmente, uma concepção comum da filosofia. Não possuíamos o gosto pelas abstrações, o Uno, o Todo, a Razão, o Sujeito. Nossa tarefa era analisar estados mistos, agenciamentos, aquilo que Foucault chamava de dispositivos. Era preciso, não remontar os pontos, mas seguir e desemaranhar as linhas: uma cartografia, que implicava uma microanálise (o que Foucault chamava de microfísica do poder e Guattari, micropolítica do desejo). É nos agenciamentos que encontraríamos focos de unificação, nós de totalização, processos de subjetivação, sempre relativos, a serem sempre desfeitos a fim de seguirmos ainda mais longe uma linha agitada. Não buscaríamos origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegaríamos as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras. Não buscaríamos o eterno, ainda que fosse a eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chamou de 'a atualidade'. " (DELEUZE, 1992, p.109)*

Agradecemos a todos os pesquisadores do grupo Indisciplinar que têm realizado um trabalho coletivo, colaborativo e em rede. À equipe de produção, sob coordenação de **Arlete Soares de Oliveira, Ana Carolina D'Almeida, Danielle Barroso Caldeira, Lucca Gonzales Mezzacappa, Luís Henrique Marques de Oliveira Silva, Marília Pimenta Chaves,Túlio Colombo Correa e Valéria Sávia Tomé França.**

Agradecemos também ao designer **André Victor,** que vem realizando quase toda a produção gráfica do grupo Indisciplinar. Ao espaço cultural Cento e Quatro, aos convidados externos que palestraram, aos que participaram do evento e enviaram artigos, aos parceiros que nos ajudam a tecer esta rede. Aos movimentos sociais que estão sempre envolvidos em nossa atuação cotidiana.

Também agradecemos imensamente à Escola de Arquitetura da UFMG que nos possibilita realizar nossas ações um tanto ousadas dentro e fora do espaço institucional, à Pró Reitoria de Extensão e à Pró Reitoria de Pesquisa da UFMG. **À Fapemig e a CAPES** que nos financiaram nesta empreitada.

Referências

DELEUZE, G. **Conversações.** RJ: Ed.34, 1992.

DELEUZE, G. **A ilha deserta.** São Paulo: Iluminuras, 2002.

HARVEY, D. **O neoliberalismo.** História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre o Império.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

PELBART, P. P**. Vida capital.** Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2003.

Sumário

EIXO TEMÁTICO 1 – URBANISMO NEOLIBERAL

EIXO TEMÁTICO 2 – PRODUÇÃO DO COMUM

EIXO TEMÁTICO 3 – TECNOPOLÍTICAS DO URBANO

3 APRESENTAÇÃO DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO

RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela

54 A ORDEM DO DISCURSO DA IMAGEM DO HABITAR CONTEMPORÂNEO: o real subsumido pelo capital

SANTOS, FÁBIO L. S (1); VEGRO, MARIA FERNANDA A. S. (2)

78 A PRÁTICA DO URBANISMO TÁTICO EM GOIÂNIA: Projeto Casa Fora de Casa

ASSIS, TALITA VIANNA DE (1); MELLO, MÁRCIA METRAN DE (2)

98 A PRODUÇÃO DE SUJEITOS DESPESSOALIZADOS: narrativas de imprensa e a construção da imagem do usuário de crack pela mídia

NASSER, CAROLINA

122 A PRODUÇÃO DO COMUM COMO RESISTÊNCIA BIOPOTENTE AFRORURAL NO QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

PAULINO, MARIANE. (1); ANDRADE, LIZA MARIA SOUZA (2); SICCA, AMANDA (3); SILVA, CYNTIA (4); GORDILHO, ANGELA (5)

148 A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DAS CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS: produtos do morar e consumir

CLARO, LETÍCIA PACHECO DOS PASSOS (1)

170 A RECONVERSÃO URBANA DO LARGO DA BATATA: o projeto do espaço público e do metrô entre a financeirização do espaço e a apropriação popular

GONÇALVES, LUÍSA (1); MEIRELLES, ANA CLARA (2)

196 AS ZONAS DE FRONTEIRA NO PROJETO DE RENOVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

MOSQUERA, CARLOS ANDRÉS DÍAZ (1)

222 BIOPOTÊNCIAS DO AGORA: corpos políticos e contingência nas cidades

MONTEIRO, ALTEMAR GOMES (1)

244 CIBERNÉTICA E GOVERNANÇA ELETRÔNICA: do Cybersyn às cidades virtuais atuais

VENDIMIATI, CAROLINA M. (1); ALVES, GILFRANCO M. (2)

270 CIDADE DO PRESENTE, CIDADE DO CAPITAL: tensões e liminaridades

RODRIGUES ALVES, MANOEL(1)

290 COMPORTAMENTO E CIDADE: perspectivas críticas para a arte e a arquitetura entre Gordon Matta-Clark e Dan Graham

SANTOS, FABIO L. S. (1); SAMPAIO, RAFAEL O. (2); ALMEIDA, RAFAEL G. (3)

308 COMUM COMO PRINCÍPIO POLÍTICO: reflexões a partir das periferias da cidade de São Paulo

MARINO, ALUÍZIO (1); MENDES, VANESSA (2)

326 CONHECIMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO: do discurso da mobilidade à geopolítica da UBER

TOZI, FÁBIO (1); DUARTE, LEANDRO RIBEIRO (2)

348 CORPO DESEMBESTADO: por uma cartografia extradisciplinar

SILVA, MATHEUS

372 CORPOGRAFIAS NOS BAIXOS DO VIADUTO: território em disputa

GUILLÉN, MARIA ISABEL CAMAÑES. (1); ABASCAL, EUNICE HELENA SGUIZZARDI. (2)

398 DADOS ESPACIAIS ONLINE E A EMERGÊNCIA DE NOVAS CARTOGRAFIAS: investigando a produção espacial a partir de fontes da Web

SÁ, ANA ISABEL (1)

416 DESAPROPRIAÇÃO E OPERAÇÕES URBANAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: fortalecimento da intervenção pública no território ou reprodução ampliada do rentismo fundiário?

UNGARETTI, DÉBORA (1)

440 DESIGUALDADES DA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL BRASILEIRA: entre o direito e a mercantilização da moradia pelo MCMV

MELO, JANAYNA APARECIDA CARDOSO (1). LUZ, JANES SOCORRO DA (2)

464 DISPUTAS DE LUGAR E A PEQUENA ÁFRICA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?

SANTOS, RENATO EMERSON DOS (1); SILVA, KAROLINE SANTOS DA (2); RIBEIRO, LISYANNE PEREIRA (3); SILVA, NAIARA DO CARMO (4)

492 DO CORPO QUE (R)EXISTE: urbgrafias de (r)existência a normatização dos corpos e de reivindicação do direito à cidade

NASCIMENTO, ELAINE CRISTINA MAIA (1); SANTOS, RODRIGO GONÇALVES DO. (2)

512 ENTRE ESCALAS: Coletivos ativistas pela mobilidade na cidade de Belo Horizonte, MG

CARVALHO, BIANCA (1); SAIDLER, MARCOS FELIPE SUDRÉ (2)

532 ENTRE IMPOSIÇÕES E RESISTÊNCIAS: o papel dos espaços livres públicos na preservação do comum em Campos dos Goytacazes/RJ

ALIPRANDI, DANIELLY C. (1); CABRAL, KAREN T. (2); CONTAGE, SARA D. (3); D'ALMEIDA, URSULA G. (4); SOUSA, PRISCILA G. (5)

560 **EXISTE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM IPATINGA?**

ALMEIDA, PAOLA R.

584 **EXPERIÊNCIAS COLETIVAS NAS PERIFERIAS NORTE E LESTE DE SÃO PAULO: o território através da Ação Tática**

MAZAIA, PALOMA (1); THOMAZ, AMANDA. (2);
CARVALHO, LILIANE K. (3); MAZIVIERO, MARIA C. (4)

608 **FINANCEIRIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E O PROJETO DO PORTO MARAVILHA: uma carta de apresentação do urbanismo neoliberal no Brasil**

MONTANARI, FREDERICO BASSO (1)

626 **FLORIANÓPOLIS E OS ELEVADOS: testemunhas da materialização das políticas neoliberais sob a lógica do planejamento estratégico.**

ARRUDA, MARIA E. (1)

648 **HÁ LUZ NO FIM DO TÚNEL?: Novas práticas de planejamento e gestão urbanos - O caso do "Cidade que Queremos BH"**

LAGE, SELENA DUARTE LAGE (1)

666 **HABITAR O PORTO, MORRO DA PROVIDÊNCIA: Teleférico e Cidade Espetáculo**

SANTOS, ROSANE SOARES DOS (1)

678 **INICIANDO A CARTOGRAFIA DO DESASTRE-CRIME: o avanço neoliberal da indústria extrativo-minerária do Brasil sob a perspectiva do rompimento da Barragem de Fundão/Mariana/MG**

MARQUES, Monique Sanches (1); FERNANDES, Amanda (2)

694 **INSURGÊNCIAS NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO: metodologia de análise da autogestão dos comuns urbanos**

ARRUDA, JEFFERSON. (1); MAZIVIERO, MARIA C. (2)

720 (IN)VISIBILIDADES, ESTÉTICA E POLÍTICA NA POTÊNCIA DO CORPO: cartografando dissidências no/do espaço habitado no contexto da educação e da cidade

SANTOS, RODRIGO GONÇALVES DOS (1); NASCIMENTO, ELAINE CRISTINA MAIA (2)

736 NEOLIBERALISMO, CIDADE E CIDADANIA: questões sobre o esvaziamento político do espaço público na metrópole brasileira

FARIA, JANSEN L. (1)

758 O DIREITO AO BAIRRO: modos de vida em Santa Tereza

PEREIRA, ANA BEATRIZ

780 O ESPAÇO COMO CAPITAL: uma abordagem bourdieusiana

SANT'ANNA, ANDERSON DE SOUZA (1)

804 O PROFISSIONAL AUTÔNOMO ANTES DO CARRO AUTÔNOMO: trabalho e discurso na Uber no Brasil

VICENTE, VICTOR

826 O VALOR DO CAPITAL NO TEMPO: as perspectivas na avaliação de investimentos voltados a empreendimentos de baixa renda

GUARITÁ, GABRIELA (1)

844 A CIDADE (AINDA) PRECISA DE VOCÊ: Urbanismo tático na cidade de São Paulo, entre os ativismos e as lógicas de gestão urbana

BENATTI, NAYARA ARAUJO (1); FELIZARDO, ANA CAROLINA (2); SPERLING, DAVID (3)

868 OS TOREROS EM BELO HORIZONTE. CONSTRUINDO CAMINHOS NA CONTRAMÃO DAS RUAS DA CIDADE

ARAÚJO FILHO, TARCÍSIO P. (1)

896 PLATAFORMA IND.ATLAS: Cartografando redes

NEGRÃO, FERNANDA N. (1); BUBANTZ, MARIANA (2); BRITO, MICHELE (3)

910 POLÍTICAS HIGIENISTAS E EUGÊNICAS E AS INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS NA CONCEPÇÃO DO URBANISMO NO BRASIL: estudo de caso de Belo Horizonte e a assistência de alienados de Barbacena - MG

OLIVEIRA, SARAH G. C.(1); CORGHI, FERNANDA N. (2)

928 PRIORIDADES E DIRETRIZES DAS CONFERÊNCIAS HABITAT: entre o neoliberalismo e o bem comum

RABELO, ERICA. (1); FANTIN, MARCEL. (2)

950 PRODUÇÃO MILITAR DA "CIDADE OLÍMPICA": reflexões sobre o Rio de Janeiro

ROCHA, LIA DE MATTOS (1); DAVIES, FRANK ANDREW (2)

978 QUE PARQUE AUGUSTA QUEREMOS? A luta do Parque Augusta na produção do comum

HORI, PAULA

1004 QUEM MANDA AQUI? Uma análise sobre o desenvolvimento da urbanização turística de praia do forte- ba

ACHERMANN, JASON DANIEL (1)

1026 REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA E GENTRIFICAÇÃO EM BELO HORIZONTE: novo cenário, velhas medidas

DINIZ, LUCIANO DOS SANTOS (1); SILVA, CIBELLE PAULA BATISTA DA (2)

1052 REQUALIFICAÇÃO DA ÁREAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

MARTINS, ISABELA (1)

1072 SUBSETOR JURUBATUBA - PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA E FUTURA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto aos movimentos populares na zona sul de São Paulo

BARBOSA, BENEDITO (1); UNGARETTI, DÉBORA (2); TADASHI, DOUGLAS (3)

1088 **TAXONOMIA DO URBANISMO TÁTICO: uma proposta para leitura, compreensão e articulação do urbanismo biopotente**

FARIAS, ANA C. C.

1114 **URBANISMO BIOPOLÍTICO E RESISTÊNCIA: Experiência de formação da rede "Operação Jardim Botânico" no caso de Goiânia**

BARBOSA, DANILO (1); MAYER, JOVIANO (2); BARBOSA, MARCUS(3); AMARAL, MAYUMI (4); SANTOS, RAUL(5)

1134 **URBANISMO NEOLIBERAL E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: notas sobre o desenvolvimento urbano contemporâneo e o caso da área portuária no Rio de Janeiro**

NUNES, GUILHERME CHALO (1); MASCARELLO, RENATA PIROLI (2) ASSAF, STEPHANIE MESQUITA (3)

1152 **BIOPOLÍTICA E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO: entre processos de exclusão e direito à moradia**

KRUGER, NINO RAFAEL MEDEIROS (1). SCARANO, RENAN COSTA VALLE (2). RIBEIRO, CRISTINE JACQUES (3)

A ORDEM DO DISCURSO DA IMAGEM DO HABITAR CONTEMPORÂNEO: o real subsumido pelo capital

SANTOS, FÁBIO L. S (1); VEGRO, MARIA FERNANDA A. S. (2)

1. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU)
Av. Trabalhador São Carlense, 400, 13566–590; São Carlos/SP.
sotosantos@uol.com.br

2. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU)
Av. Trabalhador São Carlense, 400, 13566-590; São Carlos/SP.
fernandavemac@usp.br

RESUMO

No processo de reprodução ampliada do capitalismo os investimentos na criação de imagens têm merecido destaque entre as empresas e governos como agente discursivo do neoliberalismo e do movimento de financeirização econômica. Na função essencial de aceleradoras do tempo de giro do capital, via consumo, em cenário econômico de grande concorrência entre grandes empresas financeirizadas, cumprem funções ideológicas de legitimar o discurso social hegemônico, proliferar valores e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas. Sua transparência justifica-se no poder de mascarar os conflitos e ocultar a dominação, ao mesmo tempo em que a doxa neoliberal limita o espaço para o debate social contestatório e procura neutralizar o pensamento crítico. Nesse cenário, o marketing, agente central do processo de fabricação de imagens na contemporaneidade, tem se voltado cada vez mais para elaborar estratégias de manipulação dos desejos e gostos. Pretende-se criar uma reflexão a partir da difusão dos valores neoliberais investidos nas imagens, entre, a lógica da privatização das cidades no que se refere ao mercado habitacional no Brasil, ou seja, da patologia dos grandes condomínios, das barreiras físicas que as imagens elogiam e a lógica da exclusão social, com o relato do Sr. Francisco, conhecido como Kiko que vive numa Kombi quebrada há quatro anos, no bairro do Brooklin, na cidade de São Paulo. O modo como Kiko se apropria do espaço público da cidade representa as contradições sociais que as imagens fabricadas pelo marketing, intencionam ocultar.

Palavras-chave: *imagens, neoliberalismo, mercantilização, privatização, exclusão.*

Introdução

As cidades pós-modernas rompem com a ordem teleológica das cidades modernas na fé cega do progresso, no afã de um urbanismo totalizante. Constituem-se alinhadas com a expansão do capital financeiro e com as tecnologias de comunicação e informação que favorecem a velocidade da circulação do capital em âmbito global. As novas tecnologias digitais e formas virtuais provocam um câmbio na percepção dos indivíduos. A arquitetura e urbanismo distantes dos objetivos de minimizar as desigualdades, o déficit habitacional, revitalizarem o espaço público agregador da heterogeneidade social, participam desse processo atrás de ganhos especulativos e extração de rendas por meio do poder simbólico das cidades e dos projetos arquitetônicos criados pelas novas tecnologias encarregadas de difundir imagens espetaculares, minuciosamente construídas, azeitando o consumo que antecede a produção do solo urbano.

Segundo David Harvey, há na pós-modernidade ou no momento da acumulação flexível do capital, intensa competição no mercado de imagens que garante um sucesso lucrativo para as empresas e justifica os grandes investimentos para sua promoção na contemporaneidade. Todavia, com a ausência de mecanismos democráticos de regulação que estimulem trocas horizontais entre os indivíduos, que permitam confrontar diferentes pontos de vista e controlar a oligopolização da produção simbólica, "a aquisição de uma imagem [...] se torna um elemento singularmente importante na auto-apresentação nos mercados de trabalho e por extensão passa a ser parte integrante da busca de identidade individual, auto-realização e significado na vida" (HARVEY, 1992, p.260).

No âmbito da moradia, os recentes lançamentos imobiliários na cidade de São Paulo, potencializados pelo uso de imagens, configuram novos modos de se viver o espaço e o tempo. A ênfase das mercadorias imobiliárias, voltadas para as classes média e mais abastadas, é no lazer, na novidade de serviços, isto é, na criação de novos valores-de-uso ressignificados pelo capital, onde as pressões do cotidiano, a concorrência generalizada no âmbito do trabalho e os riscos ao qual o sujeito se expõe diariamente, encontram tranquilidade.

Diante dessa perspectiva, os atributos intangíveis ocupam papel determinante na diferenciação do produto imobiliário e representam vantagens competitivas para as empresas, pois a produção da arquitetura no âmbito habitacional é quase sempre homogênea.

Então, como pesquisadores da arquitetura e urbanismo resta-nos indagar a respeito do potencial das imagens nas nossas cidades para movimentar a roda do mercado imobiliário. Qual seu nexo com a própria estrutura do capital que foi consideravelmente modificada nos últimos anos? De que modo convocam os sujeitos? Para qual discurso apontam?

As aventuras da imagem no consumo da habitação

As imagens na contemporaneidade representam o fermento criativo propulsor da moda, dos comportamentos sociais, da produção de efemeridades. Quando não podemos reconhecer a singularidade do momento histórico ou se torna impossível à construção de pontes entre o passado e futuro para a respectiva avaliação do tempo presente, as imagens naturalizam-se esvaziadas de qualquer reflexividade, pois assumem o estatuto mercadorias valiosas para o capital, sob o imperativo único do valor-de-troca.

Enquanto para os arquitetos modernos a questão central era a construção de um projeto social e atender às necessidades funcionais das cidades e da arquitetura projetadas de forma eficiente e racional, os pós-modernistas consideram o espaço "como coisa independente e autônoma [...] que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez a consecução da intemporalidade e da beleza 'desinteressada', com fins em si mesmas" (HARVEY,1992, p.69).

Nos aglomerados urbanos das cidades industriais a percepção relacionada aos ciclos das estações, o tempo biológico, a interação social verbal tornou-

se puramente visual favorecida pelos novos meios de comunicação eletrônica (fotografia, cinema, tv, rádio, vídeo) que "aumentaram amplamente o estoque de conhecimentos que os grupos sociais tinham uns dos outros, mas tornaram o contato efetivo desnecessário" (SENNETT, 1988, p.344). Existe uma lógica de passividade nas mídias, mas, também segundo Sennett, a aparição do paradoxo da visibilidade e do isolamento comprova "que a pessoa vê mais e interage menos" (Ibidem, p. 346).

Portanto, não somente o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa alterou o modo de se perceber o espaço e o tempo nas cidades, mas de acordo com David Harvey o sentido do papel do dinheiro provocou uma crise de representação na vida social e no domínio das negociações no capitalismo. Harvey discorre sobre o herói do livro Educação sentimental de Flaubert (Frédéric Moreau) e destaca "a maneira como ele entra e sai dos espaços diferenciados da cidade com a mesma facilidade com que o dinheiro e as mercadorias mudam de mãos" (HARVEY, Op. Cit., p. 239, 240).

As inovações nas comunicações e no transporte favoreceram a difusão de informações e de artefatos culturais para camadas mais amplas da população. A ideologia moderna de inventar a tradição num cenário de transformações das práticas espaciais e de se viver o tempo apontavam para uma perda de identidade com o lugar e ruptura com o sentido de continuidade histórica. Portanto, é somente com a racionalização e organização do espaço público e externo que os sentidos do tempo e espaço interior, privado poderiam se desenvolver. Racionalidade naquele momento significava menos o domínio do tempo, do espaço, das forças de trabalho e sim que novos "sentidos de relativismo e perspectivismo podiam se inventados e aplicados à produção do espaço e à ordenação do tempo" (Ibidem, p.246).

Em consonância com a aceleração do tempo de giro do capital, o marketing[1] vem assumindo na contemporaneidade grande protagonismo na produção do solo urbano, na sua capacidade de gerir o percurso, seja das políticas públicas ou das empresas privadas na busca por vantagens competitivas e retornos financeiros com a fabricação de imagens que atuam como imãs para atrair negócios e rendas de todo tipo.

A passagem da forma "fábrica" fordista (conduta disciplinar) para a forma "empresa"[2] a partir do advento do neoliberalismo[3], favoreceu o que Harvey chama de transição de um modelo administrativo urbano para o empreendedorismo urbano que impacta visivelmente os ambientes urbanos construídos. Esse novo empreendedorismo urbano caracteriza-se principalmente pela "parceria-público-privada" em que a iniciativa privada local se articula com os poderes governamentais locais para atrair novos investimentos diretos e fontes externas de financiamento. Essa atividade é empreendedora, pois é altamente especulativa e assume riscos, diferentemente do desenvolvimento planejado (HARVEY, 2005, pp. 170,171). A construção especulativa do "lugar" torna-se um objetivo econômico primeiro, enquanto a melhoria das condições do território é negligenciada. A produção do solo urbano segue então a forma "empresa", ou seja, o empreendedorismo urbano também envolve a concorrência interurbana. Esse cenário justifica a capacidade da produção arquitetônica mudar a sorte de determinadas cidades, alavancada pela centralidade que o marketing assume na contemporaneidade, cujo potencial pode ser mobilizado porque o poder financeiro dos grandes investidores globais encontra-se por trás dos agentes imobiliários.

[1] Marketing não é apenas comunicação, mas trata do produto, do preço e também da distribuição do produto ou logística.

[2] Ver o livro de LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedade neoliberal. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A., 2013.

[3] Também esse período marca uma inflexão nas formas de "controle" e na conduta das subjetividades dos sujeitos, pois, diferentemente dos espaços institucionalizados, como: escolas, hospitais, prisões que caracterizavam os espaços de "controle" social no período moderno, "as restrições para a realização do indivíduo não se exercem mais através de leis repressivas, de normas de obediência; a censura se exerce através de condutas 'livres' (compra, escolha, consumo). BAUDRLLARD, Jean. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp. 201, 202.

À luz dessas questões, imagens de bairros e cidades são criadas com construções de museus, hotéis, shopping centers, restaurantes que atraem novas populações para consumir uma ambiência diferenciada a partir de um minucioso trabalho de valorização estética. Gilles Lipovetsky e Jean Serroy denominam essa lógica de "estética – espetacular" que "[...] não só remodelou os centros comerciais, as lojas, os bares como estende seu domínio [...] ao próprio espaço da cidade" (LIPOVETSKY, SERROY, pp. 319,320). Então, se integram na política urbana os grandes eventos como a Copa do Mundo, Olimpíadas, Parada Gay, Shows, festas, etc. Esse ritual pós-moderno utiliza-se da imagem estética para neutralizar o pensamento crítico, dissimular conflitos e a dominação, alargando a geografia do consumo. A capacidade do marketing em fixar sentidos e ideologias atua tanto na formação de opinião pública como na formação do imaginário social.

Lugar por excelência de subjetividades, a cidade é um organismo vivo que se conecta com os indivíduos seja no plano simbólico, sensório motor, identitário, afetivo, seja nas relações interpessoais e de trabalho, que conferem o lugar do sujeito na organização social.

As diferenças socioculturais e psicológicas alinhadas às estratégias do marketing atuam como um sistema de signos que propagam valores e manipulam desejos e gostos, ao mesmo tempo, que segmentam o mercado.

De acordo com essas questões, seguiremos nossa reflexão com as imagens do habitar que convocam os sujeitos nas suas subjetividades a viver às cidades de modo apartado, num microcosmo urbano. A partir dos anos 2000 ocorreu uma mutação nessas imagens, que se caracterizavam com o uso predominante da mídia impressa e passaram a constituir-se com o uso de diversas mídias, de acordo com estratégias do marketing imobiliário que conjugam cultura e entretenimento.

A reviravolta das imagens do habitar

Diante do neoliberalismo e de globalização econômica os aspectos comerciais tendem a se sobrepor à qualidade das cidades. Não é por acaso que o mercado imobiliário é o setor que mais investe em marca no Brasil. Segundo Romeu Busarello, diretor de marketing da Tecnisa, no ano de 2015 foi investido R$ 1,8 bilhão em comunicação, em "média todas as empresas investem de 2,5% a 5% do seu faturamento em marketing. O mercado imobiliário investe 6%. É muito dinheiro". Na verdade, afirma Busarello, "o que a gente faz para seduzir o cliente a comprar um apartamento, é uma coisa de Hollywood. São investimentos pesadíssimos [...]" (BUSARELLO, 2015).

O consumo do habitar por meio de imagens situa-se hoje, longe dos anúncios veiculados na mídia impressa, pois envolve diferentes mídias, num jogo delirante. São estratégias propostas pelo marketing imobiliário de mobilização e convocação das subjetividades dos indivíduos que não são ingênuas, mas racionalmente programadas. Percebe-se o uso acentuado de novas mídias como: aplicativos para celulares, sites, redes sociais, viagens ao futuro empreendimento imobiliário em tours visuais 3D, maquetes tecnológicas, filmes, festas, feiras, apartamento-tipo luxuosamente decorado, o uso da gastronomia, da cultura e de espaços para compras. Essas novas mídias, muitas vezes não se relacionam diretamente com o produto a ser vendido, mas indubitavelmente cumprem a função de suporte material para a exposição das marcas das grandes incorporadoras brasileiras.



Figura 1 – Show musical cantora Paula Lima, lançamento Gafisa Square Ipiranga
Fonte: foto do autor



Figura 2 – Feira gastronômica, Lançamento Vila Choice Gafisa
Fonte: foto do autor

Na divulgação do maior lançamento imobiliário da icorporadora Tecnisa, o Jardim das Perdizes, situado na zona oeste da cidade de São Paulo, a principal mídia utilizada, nas palavras do diretor de marketing da incorporadora, foi uma Feirinha Gastronômica, “foi à mídia que mais gerou visitação no stand de vendas: foram 497 visitas em 75 dias. Você pergunta: uma feira gastronômica é mídia? É mídia!”. Neste lançamento imobiliário foram utiizadas 147 mídias, como por exemplo: “links patrocinados, banner na página do UOL, post na página do facebook do Palmeiras, anúncio de jornal, drones, Google Glass, feira Gastronômica, anúncios nos sites de mercado homoafetivo, etc” (BUSARELLO, 2015)

Esse cenário afetou o âmbito de estudos das práticas da publicidade que passou por um deslocamento semântico para o campo do marketing a partir do inicio do século XXI, “sugerindo que a atividade publicitária stricto sensu não é capaz de abrigar esses processos em que as mercadorias são ofertadas aos consumidores em tramas complexas de interação comunicacional, nos modos de presença no cenário urbano e no uso das tecnologias digitais [...]” (CASAQUI, 2011, p.12).

Então, se as imagens do habitar constituem-se hoje, numa mescla de mídias e ações do marketing imobiliário, para qual discurso apontam?

Por trás das imagens do habitar contemporâneo

A produção habitacional no Brasil atravessou um longo processo de constituição de suas relações com o capital financeiro e com o Estado, rumo a crescente financeirização e desregulamentação da economia. O circuito imobiliário ampliou-se e o aumento do volume de produção habitacional ocorreu por meio de ações do Estado e utilização do fundo público. A imbricação entre o discurso hegemônico imposto pelo neoliberalismo e os modos de subjetivação do sujeito neoliberal contribuem para a homogeneização e baixa qualidade de vida nas cidades e da arquitetura contemporânea, assim como para o aumento das desigualdades sociais.

Portanto, foi a partir dos anos 1990, com o fechamento do BNH (Banco Nacional de Habitação) sob as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso que o profissional de marketing passou a integrar o quadro de funcionários das incorporadoras e construtoras brasileiras que passaram a financiar a compra dos imóveis. Antes desse momento, às campanhas para a promoção do produto imobiliário eram encomendadas nas agências de publicidade. Esse profissional qualificado marca a transição de uma gestão empresarial com o foco no produto (projeto arquitetônico) e no processo decisório do sócio-proprietário, para uma gestão empresarial com o foco em marketing, com processo decisório mais pulverizado quer dizer, sua atuação abrange não somente o planejamento estratégico da venda de determinado produto, mas permeia toda a empresa na sua condução para o mercado. Também, nesse período as principais empresas do setor imobiliário passam a exercer funções simultâneas de incorporação, construção e vendas, incluindo a elaboração de projetos.

No mercado habitacional, o acesso das grandes incorporadoras brasileiras, ao mercado de capitais que se iniciou nos anos de 2005, se mostrou propício para essas empresas investirem na compra de terrenos e na formação de bancos de terras. Com a economia financeira ocorre uma dinamização do valor da terra que se transforma num ativo ou bem financeiro indireto, pois, para os investidores o estoque de terra das incorporadoras e sua lucratividade potencial constituem a principal referência da capacidade de endividamento e também de crescimento dessas empresas. Com a formação destes "bancos de terras", a terra torna-se um índice de valorização financeira das ações das incorporadoras na bolsa. Neste contexto, o espaço pode alcançar um nível de abstração tal que muitas vezes pode se deslocar da possibilidade concreta da realização dos empreendimentos.

Frente à lógica financeira, constatou-se de imediato que o mercado ao qual às empresas imobiliárias haviam se dedicado até agora, seria insuficiente devido às pressões dos investidores pela maximização de resultados. Esse momento exigiu um posicionamento mais agressivo das incorporadoras no mercado, com o aumento do volume dos lançamentos e a busca por altos VGVs.[4] para o cumprimento das exigências dos investidores financeiros internacionais, ávidos por obter uma fatia dos rendimentos gerados no âmbito dos negócios imobiliários. Nesse cenário, as imagens cumprem a prodigiosa tarefa de acelerar o tempo de giro do capital e realizar o "valor" para o capitalismo, que não se encontra mais, como afirmava Marx, na esfera da produção, mas no "valor- signo", isto é, na imagem que se desloca dos produtos e se constitui com valores intangíveis.

Entretanto, há um vínculo entre o capitalismo financeiro e consumo que se funda na ilusão[5] e revela as contradições do capitalismo contemporâneo. Sob o capitalismo os objetos são consumidos como mercadorias, com valor-de-troca e valor-de-uso, porém, as imagens expressam um "valor-signo", cuja tarefa é construir pontes ou mediações para as relações sociais[6] com o objetivo da realização do consumo. O

[4] VGV é o Valor Geral de Vendas. Um valor calculado pela soma do valor potencial de venda de todas as unidades de um lançamento imobiliário. A lógica dos grandes condomínios se insere na busca por altos VGVs.

[5] Como o capitalismo necessita expandir-se continuamente sua realização só se efetiva no consumo. A partir da Revolução Industrial foram desenvolvidas diferentes estratégias de mercado para que fosse constituída uma cultura impulsionada pelo desejo de consumir. Frente a essa perspectiva, o consumo opera como organizador social da ilusão.

[6] Para essa compreensão ver os livros de Jean Baudrillard: "O sistema dos objetos", "Para uma crítica da economia política do signo" e "A sociedade de consumo". Segundo o autor, diferentemente do "objeto simbólico" que mantém sua singularidade e as relações sociais que constrói são transparentes, seja, numa relação dual ou de grupo integrada, no "objeto-signo" ou de consumo é a imposição dos signos que rege a lógica social das trocas e que obscurece as relações sociais. Desse modo, a imagem no estatuto de signo não media a relação concreta entre duas pessoas – que para o autor é reificada – mas a relação diferencial com outros signos. Não há dúvida que no cenário paulistano e nos lançamentos imobiliários, haja uma concorrência no âmbito das imagens que se tornam mercadorias valiosas para o capital. O "diferencial" responsável pelo sucesso das vendas não são os projetos urbanísticos ou arquitetônicos homogêneos, mas, o sistema de signos planejado pelo marketing imobiliário.

valor-de-uso é essencialmente necessário para o consumo da moradia e para a realização do valor, no entanto, no objeto com o estatuto de mercadoria, o valor-de-troca se sobrepõe ao valor-de-uso, mas, ao mesmo tempo, para a realização do consumo, torna-se necessário o apelo ao valor-de-uso das mercadorias, momento no qual há uma recuperação do sentido dos objetos que são ressignificados pelos interesses do capital e que passam a ter valores-signo. Nessa dinâmica, a imagem passa a ter um papel fundamental, como modo de produção de valor para o capitalismo, que requer necessidades sociais sempre renovadas, para que o ciclo de expansão do capital se perpetue.

Segundo Telma Hoyler é na dinâmica imobiliária por meio da modificação da ocupação ou uso do solo urbano que a atividade da incorporação obtém rendas. A ocupação é transformada quando o incorporador propõe uma nova tipologia urbana, usualmente verticalizada. As empresas imobiliárias apostam no risco de atrair novos consumidores com perfis mais altos de rendas e empreendedores para uma região onde o preço da terra ainda é muitas vezes pouco valorizado. Essa estratégia modifica os preços dos terrenos locais e as relações sociais existentes constituindo novo uso do solo responsável pela valorização imobiliária. É esse processo de modificação do uso do solo que provoca o aumento do preço dos imóveis numa determinada região, que possibilita às incorporadoras auferirem lucros e rendas fundiárias (HOYLER, 2004, p. 367). O marketing imobiliário ocupa então, um papel central no desenvolvimento de imagens para atrair pessoas e propagar os valores do mercado.

Atributos intangíveis como luxo, prestígio, mérito, status atraem consumidores potenciais de mercadorias, porém obscurecem as contradições sociais com a promessa do habitar a cidade de modo seguro, numa ilha idílica, onde à satisfação dos desejos pode encontrar alento. Quando a fantasia ocupa de modo devastador o espaço da vida social, à imagem cumpre a prerrogativa filosófica da completude imaginária do sujeito.

Eugênio Bucci [7] chama a atenção para a formação em tempos de capital flexível, de uma superindústria do imaginário que midiatiza as representações sensíveis e incumbe-se de criar ambientes, estilos de vida, desejos artificialmente concebidos sob o regime do espetáculo, enormemente potencializado, desde a publicação do livro de Guy Debord “A sociedade do espetáculo”, em 1967. Nesse grau de subsunção do real ao capital, do nivelamento do passado, da memória, do futuro ao tempo presente, “o real tornou-se uma categoria tecnocultural e essa técnica torna-se mundial”. Estamos aqui no plano do inconsciente e dependentes de “uma engrenagem sócio-técnica”, de um trabalho do olhar, pois sub-repticiamente o “sujeito recebe como implacável e natural o que é artificial [...]” (DEBRAY, 1993, p. 357-8).

No interior desse cenário, as imagens fabricadas pelo marketing imobiliário fundam-se na ilusão, porque excluem as histórias da “vida real”, dos indivíduos considerados à margem da sociedade, sem direito aos atributos intangíveis difundidos pelas imagens do habitar.

Para ampliarmos nossa reflexão a respeito do discurso das imagens do habitar contemporâneo, principalmente, no que tange à questão da criação de barreiras e muros, que caracterizam a produção do solo urbano privatizada, partiremos da discussão da “lógica do condomínio” desenvolvida pelo psicanalista Christian Dunker como sintoma de uma sociedade patológica e da instalação do artista catalão Antoni Muntadas, “Alphavile e outros” confrontando com o modo de apropriação do espaço público pelo senhor Francisco, que habita há quatro anos uma Kombi quebrada, no bairro do Brooklin, na cidade de São Paulo.

A dialética da ilusão e da exclusão

Compreender o sofrimento do Brasil, inserido numa situação histórica que produz mal-estar e que um dos sintomas dessa patologia caracteriza a vida em condomínio,

[7] Palestra Ciclo Mutações, São Paulo, SESC Vila Mariana, 13/09/2016.

é a metáfora proposta pelo psicanalista Christian Dunker para a representação dos "muros" sejam físicos, simbólicos ou normativos (DUNKER, 2015, et.al). Porém, a ideia de sintoma, contém uma verdade que não pode ser reconhecida pelos sujeitos. O muro separa perfis de consumidores que podem pagar por um "estilo de vida urbano" idealizado nas imagens fabricadas pelo marketing imobiliário e perfis de consumidores com rendas mais baixas ou sem qualquer possibilidade de endividamento. Para Dunker, a figura do síndico representa a estrutura da autoridade, o gestor, protótipo da instrumentalização da lei. Assim, quando as imagens idealizadas dos condomínios se chocam com a "vida real" surgem os imprevistos, as contingências do dia a dia, como exemplifica o psicanalista: o cheiro fétido de um ralo está em toda a parte e constitui a metáfora do "mal estar", uma velhinha é atropelada por uma bicicleta, então surgem às regulações da vida, as regras. A metáfora do condomínio agrega o sentido de perda de unidade do mundo, do apagamento do espaço público, da perda do gosto pela diversidade e convívio com as diferenças, e para o psicanalista reforça duas teorias: a do objeto intruso - o "outro" que incomoda, o estrangeiro - que se exclui, logo, não há sofrimento e a teoria do contrato, ou seja, se elege um gestor e tudo vai funcionar perfeitamente, se algo escapar da regra: há que se refazer o contrato.

Essa metáfora se alarga para o Brasil com as barreiras e os muros dos diagnósticos escolares, da saúde, de justiça, as leis, as avaliações nas empresas, no trabalho, enfim inúmeros exemplos que convergem para a imagem do condomínio veiculada pelo marketing imobiliário.

Outros exemplos significativos que aludem à "lógica do condomínio" são as instalações do artista catalão, Antoni Muntadas. Elas tensionam o espaço público e o espaço privado utilizando-se de diferentes formas de comunicação midiáticas. Muntadas questiona a espessa camada de sinais e informações inscritas no ambiente cotidiano. Em "Alphaville e outros" (obra concebida especialmente para o Brasil, exposta na Pinacoteca do Estado em 2002), o artista analisa a construção do medo, que também atua como um sistema complexo de signos abstratos. Esse fenômeno urbano reflete-se nos condomínios fechados, numa arquitetura defensiva e na criação de objetos que atuam como mecanismos de exclusão social: câmeras, publicidade, guaritas de vigilância, grades, armas, alarmes, cercas elétricas, enfim, uma retórica constante no cotidiano das pessoas. Os visitantes entravam num espaço que era um showroom de anúncios de classificados com imagens persuasivas e palavras chaves da linguagem publicitária do mercado imobiliário confrontados com o apagamento do sentido do espaço público. Ao mesmo tempo, eram projetados no ambiente fragmentos do filme de Jean Luc-Godard "Alphaville"[8], vídeos promocionais, animações digitais com imagens de muros, piscinas, quadras de tênis, catracas, portas, câmeras organizadas num vídeo projetado num muro.

Neste trabalho de Muntadas, podia-se perceber a convivência nada dócil de três momentos distintos: da sociedade da informação, da sociedade do espetáculo e da sociedade do controle. Sua obra lança reflexões a respeito da condição humana, da naturalidade desse espaço urbano, por trás das relações de "pura visibilidade" que ocultam relações de poder favorecidas pelas mídias, as quais os sujeitos subjugam-se de modo inconsciente. O artista chama a atenção para a invisibilidade que institui o sistema de objetos, como um sistema de signos, na nossa sociedade. A instalação atua como uma advertência para o visitante, desses mecanismos perversos de controle social, político, econômico que ditam regras para o comportamento humano.

A indústria do medo potencializada pelo uso de imagens produz mercadorias valorizadas e narrativas que as tornam desejadas como estratégia de venda de bens imobiliários. Segundo Tereza Caldeira, "os anúncios imobiliários em São Paulo têm elaborado o que chamam de 'um novo conceito de moradia', que acabou se transformando no tipo mais desejável de habitação. Esse 'novo

[8] Em *Alphaville* Jean-Luc Godard "utilizava as ruas de Paris para encenar uma distópica cidade futurista, onde todos os seus habitantes, após serem submetidos à ação de uma máquina central, eram liberados à satisfação ilimitada de seus desejos, porém privados de seus sentimentos e sem a menor possibilidade de privacidade" (ROCA, 2011, p.33).

conceito de moradia' articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços" (CALDEIRA, 2011, p.227). A autora chama de "estética da segurança" a existência da segurança, vigilância, controle e segregação como um "novo estilo de vida" induzido pelos anúncios publicitários. Estética que atua também como marca de distinção e status social.

A frase dos anúncios imobiliários "sua vida cercada de tranquilidade" utilizada por Muntadas na instalação, em evidência neste cenário, revela sua obscuridade: "uma vida destituída da própria vida e na qual as condições mais elementares das pessoas livres – pensar, se mover tornam-se controladas" (Ibidem, p.233). O artista traz para o recinto do museu a tensão permanente entre espaço público e espaço privado, os conflitos urbanos, as formas de controle na sociedade, dos sistemas de representação de poder como: os meios de comunicação, a arquitetura, o design e a publicidade.

No reverso das imagens, fabricadas para mudar a sorte das cidades, com o objetivo de auferir lucros e rendas de toda a espécie, prevalece à lógica do mercado e da segregação. Essa política é perversa com os mais pobres. Essa multidão anônima excluída do direito à cidade pela valorização do solo urbano, devido ao desemprego e aumento dos aluguéis é cada vez mais forçada a viver longe dos centros urbanos, em periferias desprovidas de serviços públicos e infraestruturas.

O caso do senhor Francisco, que vive numa Kombi quebrada no bairro do Brooklin, na cidade de São Paulo, com os quatro pneus furados e com problemas mecânicos, trás à tona os problemas de quem trabalha sem vínculos formais e se recusa à submeter-se às "normas" dos comportamentos socialmente aceitos ou das imposições dos albergues da Prefeitura de São Paulo. Com sua moradia instalada num bairro de classe média, o modo como se apropria do espaço público causa estranhamento aos passantes. Ele considera-se seu próprio gestor, afirma orgulhoso que não depende de "patrão" e preza pela sua liberdade. Aceita o imprevisto e não necessita reger sua vida com ações contratuais. Num cartaz com letras garrafais inscreve-se: "aceito doações". Com muita habilidade conserta e renova doações de eletrodomésticos que recebe da vizinhança e as vende para o seu sustento.

Atende pelo apelido de Kiko e zela diariamente pela sua casa. Varre a calçada onde está estacionada a Kombi, cuida de suas plantas em vasos expostos ao lado de sua moradia, utiliza também esse espaço como depósito das suas doações que incluem desde fogões, geladeiras, janelas, espelhos, baldes de água cedidos diariamente com solidariedade pelos vizinhos. Na extensão da Kombi, como uma espécie de "puxadinho", o sr. Francisco improvisou sua cozinha, onde cozinha e aquece a água para o seu banho, que realiza por trás de uma cortina improvisada, com a qual preserva seu pudor. Sua rotina diária, consiste em trabalhar, prover e preparar seu alimento e de seu melhor amigo, o cachorro de pelos negros reluzentes, labrador americano Jamaica.

O caso da "Kombi do Kiko" como denuncia um grande adesivo colado na lateral de sua perua, revela um exemplo de apropriação do espaço público da cidade à margem das novas formas de controle social, em que o consumo ocupa papel central. O sr. Kiko, trabalha duro, mas esse tempo é flexível. Os poucos pertences que possui representam valores-de-uso, quer dizer, cada objeto justifica-se pelo seu uso próprio. Sem dúvida, a kombi expressa a falta de políticas públicas no Brasil, do direito à cidade e do acesso à moradia digna aos menos favorecidos, mas também, confere ao sr. Francisco a sanidade frente à "lógica do condomínio", que Christian Dunker associa a uma patologia psíquica. Sem televisão ou celular, o hábil artesão escapa da inflação de imagens na cidade, pois não é considerado pelo mercado, um consumidor potencial.



Figura 3 – Apropriação do espaço público por Kiko
Fonte: foto do autor



Figura 4 – "Puxadinho" para tarefas domésticas de Kiko
Fonte: foto do autor

Condenado à invisibilidade social para muitos, para poucos o sr.Kiko representa a subversão da "norma", a face que as imagens insistem em ocultar, a possibilidade da irrupção do novo no interior de uma sociedade onde as imagens são planejadas, programadas a partir de pesquisas de mercado e instrumentos de avaliação.

Considerações finais

A partir dos anos 1990 com o advento do neoliberalismo as incorporadoras brasileiras caracterizadas em grande parte, como empresas familiares, passaram por uma inflexão no seu modelo de gestão, isto é, o foco se deslocou do produto para o marketing. O nível de complexidade da atuação dessas empresas no mercado aumentou consideravelmente com o fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) no ano de 1986, quando começaram elas mesmas a financiar a mercadoria imobiliária. Também, nos anos 1990, parte das empresas do setor imobiliário passou a exercer atividades simultâneas de incorporação, construção e comercialização.

No áudiovisual "Arquitetando imagens: o marketing imobiliário" realizado por André Costa[9], Eduardo Machado, diretor comercial da incorporadora Cyrela de São Paulo, relata que uma nova geração de profissionais de marketing nos anos 1990 integrou o quadro de funcionários das grandes incorporadoras e construtoras paulistanas. Antes desse período, não havia planejamento de marketing nem divulgação institucional da empresa. Em outra entrevista de André, o publicitário Maurício Eugênio afirma que até os anos de 1985-86 o lançamento imobiliário tinha sucesso garantido, eram as famílias que se adaptavam ao produto. Os anúncios eram pequenos utilizando-se de mídia impressa como jornais e revistas. Entretanto, com as crises sucessivas do mercado imobiliário, cada vez mais se fez necessário à criação de atributos e diferenciais para o produto, pois, em cenário de concorrência acirrada entre as empresas imobiliárias, o núcleo central das ações do marketing imobiliário encontra-se no conceito de inovação.

[9] Costa, André. Arquitetando imagens: o marketing imobiliário. Audiovisual, São Paulo: LabFAU, 2000.

Com o ingresso das destacadas incorporadoras brasileiras na Bolsa de Nova York, a partir do ano de 2005, exigiu-se por parte dos investidores financeiros um posicionamento mais agressivo das empresas do setor no mercado, quanto ao número de lançamentos imobiliários. Desse modo, a imagem institucional da empresa quanto às imagens do habitar com o objetivo de azeitar as vendas, adquirem um papel central no cumprimento das exigências dos investidores internacionais. São significativos os investimentos em marketing por parte do setor imobiliário.

No interior desse cenário, o arquiteto distancia-se das necessidades e desejos do futuro usuário de arquitetura. De modo geral, o ato do projeto é mediado e fundamentado a partir das representações que as pesquisas de mercado concebem do mundo, como promesse de bonheur.

A cidade sob a lógica da governança empreendedora constitui-se privatizada, como cidade de negócios. Desse modo, são as imagens do habitar fabricadas pelo marketing que transformam a vida nas cidades, em “estilos de vida urbano” e empobrecem substancialmente a experiência humana.

A criação de barreiras e muros exclui quem não se enquadra no perfil de consumidor, isto é, a parcela da população sem qualquer possibilidade de endividamento. Os loteamentos irregulares, áreas de risco, sem infraestrutura necessária, representam a flexibilização da propriedade privada e tendem a persistir se outras soluções não forem encontradas. Entretanto, A Kombi instalada num bairro classe média da cidade de São Paulo, denuncia a apropriação do espaço público da rua, mimetiza o desejo de Kiko por moradia digna, quando torna visível sua rotina doméstica e subverte a lógica hegemônica de expulsar para longe dos bairros onde a terra é valorizada essa população. Na esteira de Christian Dunker, Kiko subverte a autoridade do “contrato” e afirma-se na sociedade capitalista como intruso. Desse modo, tornam-se visíveis às contradições sociais que as imagens ocultam. A Kombi, os utensílios, as roupas de Kiko sinalizam o valor-de-uso dos seus objetos, enquanto as imagens enfatizam o valor-de-troca ao habitar contemporâneo.

Nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas a ordem da representação sempre existiu, seja por meio da linguagem, de rituais, da arte, mas, na pós-modernidade ela atua como agente discursivo da globalização e do neoliberalismo, isto é, marca o momento em que o capital e a representação coincidem perfeitamente. Nessa cena, o papel do arquiteto/urbanista torna-se conflitante e coloca desafios contínuos à profissão.

Referências bibliográficas

BAUDRLLARD, Jean. **O sistema dos objetos.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário.** Ciclo Mutações, São Paulo: SESC, 13/09/2016.

BUSARELLO, Romeu. **A importância de se reinventar no mercado imobiliário. Revista Portal VGV, nº2, 8-10, 2015.**

CALDEİRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34, 2000.

CASAQUİ, Vander. **Por uma teoria da publicização: transformações no processo publicitário.** Revista significação, n° 36, 133-151, 2011.

COSTA, André. **Arquitetando imagens: o marketing imobiliário.** Audiovisual, São Paulo: LabFAU, 2000.

DEBRAY, Regis. **Vida e morte da imagem.** Petrópolis: Vozes, 1993.

DUNKER, Christian I. **L.** Mal-estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David, A condição pós moderna. **São Paulo: Edições loyola, 1992.**

HARVEY, David A produção capitalista do espaço. **São Paulo: Annablume, 2005.**

HOYLER, T. **Produção habitacional via mercado: quem produz, como e onde?** In A metrópole de São Paulo no século XXI, org. Marques, Eduardo. São Paulo: Editora UNESP, 367-393, 2014.

LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedade neoliberal.** Barcelona: Editorial Gedisa, S.A., 2013.

LESSA, Bruno. **Afinal, o que é marketing imobiliário?** Disponível em: <www.portalvgv.com.br>, 20/11/2011. Acesso em: 17/07/2016.

LIPOVETSKY, Giles e SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista.** São Paulo: Companhia das letras, 2015.

MUNTADAS, Antoni. **Atención: la percepción requiere participación.** Entrevista con Antoni Muntadas, David Sperling e Fábio Lopes de Souza Santos. In Varas Alarcón, Paulina (ed.), Muntadas em Latinoamérica, Manizales, Universidad de Caldas, 2009.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público.** As Tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

A PRÁTICA DO URBANISMO TÁTICO EM GOIÂNIA: Projeto Casa Fora de Casa

ASSIS, TALITA VIANNA DE (1); MELLO, MÁRCIA METRAN DE (2)

1. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Artes Visuais
talitaviannadeassis@gmail.com

2. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Artes Visuais
metranmarcia@gmail.com

Resumo

Este estudo compreende o processo histórico da condição de vazios urbanos das áreas verdes do Setor Sul em Goiânia e descreve o projeto Casa Fora de Casa realizado no referido bairro, que buscou a ocupação e apropriação do espaço por meio de ações colaborativas e pontuais. Neste artigo propomos o registro e divulgação dessa iniciativa e de seus fundamentos e uma breve análise dos impactos das artes urbanas produzidas, durante o projeto. A pesquisa observa que é necessário maior envolvimento do poder público no apoio a essas iniciativas, articulando o espaço urbano não apenas por meio de grandes projetos de intervenção típico do produção neoliberal da cidade, mas também por meio de ações locais participativas de um Urbanismo Biopotente, como ações da metodologia do urbanismo tático.

Palavras-chave: *Urbanismo colaborativo; Setor Sul; Intervenção urbana; Urbanismo Biopotente; Arte urbana*

Introdução

Um problema mundial observado na atualidade é o desafio social contemporâneo relacionado às questões urbanas criadas com o modelo tradicional de urbanidade com o planejamento tecnocrático neoliberal, hoje, uma concepção anacrônica do urbanismo. Este método de organização das cidades, articula elementos do espaço metropolitano, baseando-se em ações de grande envergadura que privilegiam questões econômicas. Por entender a cidade como alvo de consumo das empresas, constrói artefatos técnicos ao invés de lugares cotidianos ativos de vida, espaços baseados no diálogo com os usuários.

Essa deficiência das cidades modernas encontra uma alternativa em processos de urbanização focados na construção de uma nova realidade urbana, uma produção do comum, como uma forma de resistência a constituição sistemática das metrópoles. O urbanismo tático é uma dessas metodologias urbanas que se engajam em formas contemporâneas para intervenção no espaço público. Tal prática é executada a partir de um conjunto de ações e intervenções no espaço público por meio de processos colaborativos e participativos com a comunidade. Estabelecendo um estudo de caso local, baseado nesses fundamentos, o presente artigo estuda o projeto Casa Fora de Casa – Táticas Urbanas, ocorrido em 2016, entre os meses de junho e setembro, em um bairro central de Goiânia, o Setor Sul. A iniciativa do projeto partiu do grupo Sobreurbana, com o patrocínio do Governo do Estado de Goiás, do Fundo de apoio à Arte e Cultura do Estado, Prefeitura de Goiânia e a Co-produção do Coletivo Centopeia.

A intervenção destacou a importância das áreas verdes típicas do bairro, subutilizadas por falta de incentivos. Elas correm risco de perderem sua integridade com a criação da Lei Complementar nº 291/2016, que "autoriza a desafetação de áreas públicas do município de Goiânia", ou seja, a venda, para o interesse privado, de espaços públicos subutilizados.

O projeto recebeu grande divulgação por meio dos jornais locais, sendo inclusive vencedor de concurso do I Encontro de urbanismo colaborativo, não havendo, contudo, estudo específico sobre tal evento na área acadêmica. Despertando o interesse e provando sua função social como catalizador para a requalificação do espaço, o Casa Fora de Casa se tornou foco de pesquisa.

Entendendo o processo histórico da construção e ocupação dos espaços verdes do Setor Sul e os fundamentos e princípios do urbanismo tático que influencia a atuação do grupo Sobreurbana, este estudo busca destacar a importância dos produtos do projeto e analisa seus impactos na qualidade de vida e no imaginário urbano dos moradores, usuários do espaço e participantes das ações. Além disso, tem como objetivo geral a disseminação do conhecimento sobre essa metodologia urbanística no meio acadêmico e consequente incentivo a novas iniciativas táticas.

A pesquisa se baseou na metodologia qualitativa para análise das repercussões do projeto na vitalidade do Setor Sul, estudo de referências bibliográficas e documentais acerca dos temas de arte urbana, do imaginário urbano, do urbanismo tático e da construção do bairro, contando ainda com um levantamento fotográfico e entrevista estruturada com o grupo Sobreurbana.

Plano piloto de Goiânia e questões históricas do Setor Sul

O planejamento e construção da cidade de Goiânia, na década de 1930, se encaixa na lógica da Marcha para o Oeste, iniciada por Getúlio Vargas com a instalação de dois projetos de colonização no interior no país. A segunda etapa do processo de desenvolvimento da região central do Brasil se destacou pela construção de Brasília em 1960, assim como com a urbanização de Goiânia em 1933.

Planejado incialmente por Atílio Correia Lima, em 1933, o Plano Diretor de Goiânia continha fortes traços do urbanismo francês. Idealizado com uma lógica racional, zoneamento urbano e traçado em grelha, seguia influência explicitamente barroca com a configuração do centro cívico em "asterisco" (Figura 1), presentes nas cidades

de Versalhes, Karlsruhe e Washington, uma influência de Atílio para o referido plano como descrito por Mello (2006, p.39). Em 1936, por questões políticas e financeiras, o, então, interventor Pedro Ludovico Teixeira convidou Armando Godoi para continuação a do projeto. Seu trabalho de reformulação do desenho, até então desenvolvido por Atílio, posicionou o Plano Piloto em uma situação pendular, como apontado por Caixeta e Frota (2012), entre o urbanismo científico e as ideologias da Cidade Jardim, destacando tal influência principalmente, no traçado do bairro residencial do Setor Sul.

A identidade visual e a teoria urbanística da Cidade Jardim de Ebenezer Howard, influenciou na construção de novas cidades nos Estados Unidos e na Europa. Divulgada em 1898, com a publicação de seu livro "Cidades Jardins de Amanhã", a teoria estabeleceu novos parâmetros urbanísticos aplicados na concepção de um novo território urbano brasileiro, o Setor Sul.

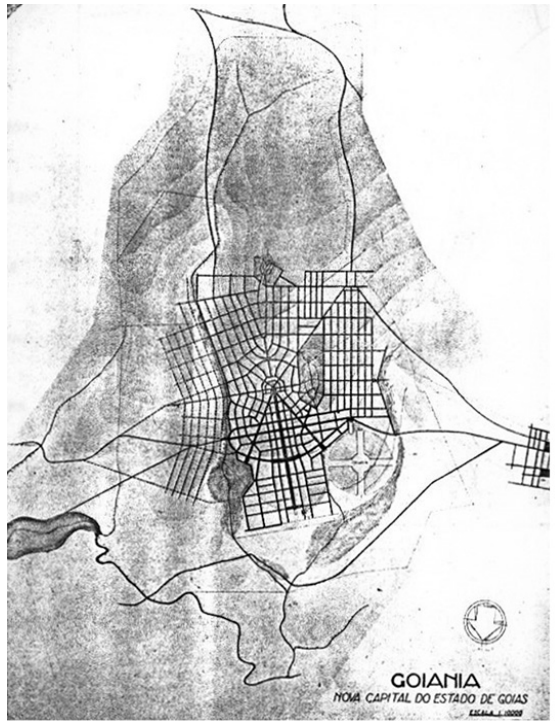
A grande inspiração de Godoi para o traçado do bairro em questão foi a cidade de Radburn, nos Estado Unidos, fundada em 1929. "Sua área habitacional era construída por unidades de vizinhança que compartilhavam equipamentos urbanos comuns. O tráfego veicular restringia-se aos bolsões ou *cul-de-sacs*, liberando o fluxo de pedestres das interfaces com os veículos motorizados" (MELLO, 2006, p. 43). Bastante semelhante a essa organização, o fluxo de pedestres idealizado para o Setor, se distribuiria em praças de miolo de quadra. Essas áreas, articuladas entre si, criariam uma estrutura extensa conectora de malha verde, se codificando como o principal espaço público do bairro. Nelas seriam instalados os equipamentos urbanos como creches e quadras de esporte. As casas teriam uma de suas frentes voltadas para essas áreas abertas.

Essa configuração, entendida em Redburn como "unidades de vizinhança", resgatava o senso de convívio social na escala local, se transformando em uma "admirável escola para as massas populares" (GRAEFF, 1983, p.14). Esta função social da cidade foi norteadora para o projeto do Setor Sul, por buscar uma imagem marcadamente doméstica e bucólica em contrapartida ao espaço potencialmente monumental de Atílio Correia Lima (Figura 2).

Apesar de todos os estudos envolvidos na reformulação do Plano Diretor, a ocupação do bairro ocorreu descontroladamente por negligência do poder público. Problemas urbanos como a subutilização dos espaços de lazer, a falta de segurança nas áreas verdes e o mal estado de manutenção da infraestrutura local surgiram com este mal agenciamento da ocupação e perduram até os dias de hoje.

Foi considerado um longo prazo de implantação do Setor Sul durante o planejamento. Contudo, por pressão dos moradores e interesse da especulação imobiliária, permitiu-se a construção nos loteamentos, ainda sem infraestrutura e com o processo de urbanização incompleto. Essa decisão do Estado de descumprir com o prazo estipulado, iniciou o processo de descaracterização do Plano Diretor. As residências, ao invés de se organizarem em duas frentes, tornaram a parte aberta para as áreas verdes em fundos de casa. Além disso, pelo processo lento de finalização do projeto, os equipamentos públicos não foram adequadamente instalados, destituindo os interiores das quadras de seu caráter dinâmico. Elas se tornaram verdadeiros lotes baldios subutilizados, com pouca ou nenhuma vida pública, apesar de seu forte valor simbólico e potencial como espaço de lazer.

Destacando-se nas discussões urbanas de Goiânia por este seu processo falho na formação, o Setor Sul se torna um importante território a ser estudado e alterado. Identificado como um buraco urbano, ou seja, um espaço do tecido metropolitano com falta de qualificações, o bairro se posiciona como local aberto a transformações, aspecto observado pelo Sobreurbana, estúdio de intervenções urbanas.



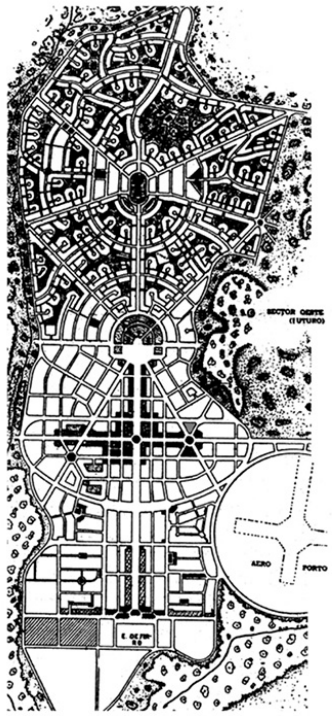


Figura 1 - Plano de Atílio Corrêa Lima para Goiânia, desenvolvido entre 1933 e 1935.
Fonte - Biblioteca SEPLAN.

Figura 2 - O plano definitivo do núcleo inicial de Goiânia com a proposta de Armando de Godoy para o Setor Sul, de 1938.
Fonte: ALVARES, 1942.

Valorizando a lógica do enunciado de Silva, o grupo Sobreurbana iniciou seu trabalho em 2012, como um simples blog. Os integrantes Carol Farias e André Gonçalves aceitaram contribuir para este trabalho, concedendo uma entrevista. Nela explicaram os fundamentos de suas ações. Engajados nas formas contemporâneas de apropriação do espaço urbano, o estúdio de intervenções desenvolve ideias e soluções inovadoras para problemas urbanos da microescala. Essas ações, de caráter colaborativo, participativo e multidisciplinar, visam a mudança do estado de anestesiamento do corpo, ao estimularem a vida em comunidade e o estreitamento das relações dos pedestres com o espaço público.

A estruturação de suas atividades foi baseado na abordagem do “negócio social”, que colaborou para a explicação clara de seus propósitos, objetivos e forma de trabalho. Assim aplicaram a “Teoria da mudança social” (Figura 3), quadro resultante de um estudo de planejamento de empreendedorismo social. A abordagem descreve um processo de cascata que inicia-se com a ativação dos espaços públicos e promoção da cultura urbana, concluindo-se com a qualificação das áreas urbanas.

O embasamento e referencial teórico para as atividades do Sobreurbana é o urbanismo tático, um novo tipo de planejamento alternativo que busca novas formas de tratar a construção, intervenção e desenvolvimento das cidades, enfrentando os desafios metropolitanos derivados do anacronismo do planejamento tecnocrático. Esta forma tradicional de se fazer a cidade produz processos de urbanização focados na construção de sistema de engenharia.

> *Curiosamente, esse mesmo processo produziu espaços urbanos desperdiçados, vazios, subutilizados, residuais que, quando interpretados como campos com potencial para a prática criativa, representam uma possibilidade de reestruturação urbana comprometida com a escala local. (ROSA, 2011, p.16)*

O termo aplicado a essa vertente urbanísticas, “tática urbana”, é utilizado em contrapartida às estratégias do planejamento convencional, como destacado por Certeau (2005). As táticas são práticas sociais e apropriações coletivas que redefinem sistemas simplesmente funcionais em suportes da cultura local. Diferente das estratégias, são iniciativas *bottom-up* (de baixo para cima) baseadas em experimentações. Elas são direcionadas por uma nova geração mundial de lideranças urbanas, atuando “desde grupos informais entre vizinhos, coletivos de arquitetos e artista criativo até escritórios que atuam junto a governos ou já para mercados” (FARIA, 2017).

Mike Lydon (2012), importante referência para o urbanismo tático, destaca ainda dois outros pontos essenciais nessas iniciativas: a valorização do capital social e a

condição de baixo risco das ações. A primeira se refere à consideração da posição ativa dos cidadãos na construção da cidade, enquanto o segundo busca assegurar a flexibilidade e adaptabilidade das intervenções, uma vez que se estruturam como experimentações urbanas aberta a constantes mudanças.

Dentro das ferramentas utilizadas nessas micropráticas, uma que se destaca, de uso recorrente, é a aplicação da arte urbana, com suas diversas facetas, desde lambe-lambes e grafites até instalações e stêncil. O papel da arte urbana no processo de negociação e abertura dos espaços públicos é uma de suas principais capacidades dentro da lógica da intervenção urbana.

A Arte urbana e sua influência no imaginário

> *Em meio aos espaços públicos, as práticas artísticas são apresentação dos imaginários sociais. Evocam e produzem memória, podendo, potencialmente, ser um caminho contrário ao aniquilamento de referência individuais e coletivas, à amnésia citadina promovida por um presente produtivista. É nestes que, influenciando a qualificação de espaços públicos, a arte urbana pode ser também um agente de memória política. (PALLAMIN, 2000, p.57)*

A arte urbana, entendida como expressão artística que atua como meio de comunicação entre pessoas e o espaço público, expondo as relações conflitantes existentes no tecido socioespacial, se tornam via de produção simbólica da cidade, como apontado por Vera Pallamin (2000). A sua característica como um conjunto de imagens, que se perpetuam por anos na paisagem urbana, ocupam o espaço e as transformam em marcos da cidade, essenciais na construção do imaginário urbano.

Durand (2002) formula o imaginário como o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens, o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano. Esse repertório imaginativo, ligado à memória e às relações coletivas, direcionam a comunidade na construção de uma identidade e afeta sua visão e reflexão sobre os espaços públicos.

Nos processos de intervenções que buscam potencializar brechas urbanas, resultante do processo do urbanismo neoliberal que cria vazios e espaços residuais pelo tecido metropolitano, e que buscam corrigir problemas sociais desenvolvidos com essa lógica típica da construção das cidades, a arte urbana se destaca como objeto ativo nessas transformações, por seu potencial como catalizador para mudanças sociais e desenvolvedora de valores afetivos. Além disso, é notável a necessidade de se agregar novas informação, apropriações e situação nos ambientes públicos para gerarem o desenvolvimento do imaginário e fortalecerem as relações da comunidade com a cidade, "uma vez que a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhe deu origem" (FERRARA, 1997, p. 194).

Um caso de transformação que exemplifica essa posição da arte urbana e seu impacto no imaginário origina-se com a construção e ocupação da cidade de Goiânia, mais especificamente em um de seus bairros residenciais, o Setor Sul. O papel da arte urbana como ferramenta para a produção do comum, de ações de resistência urbana a cidade neoliberal é nítida no projeto Casa Fora de Casa, ocorrida no bairro em questão.

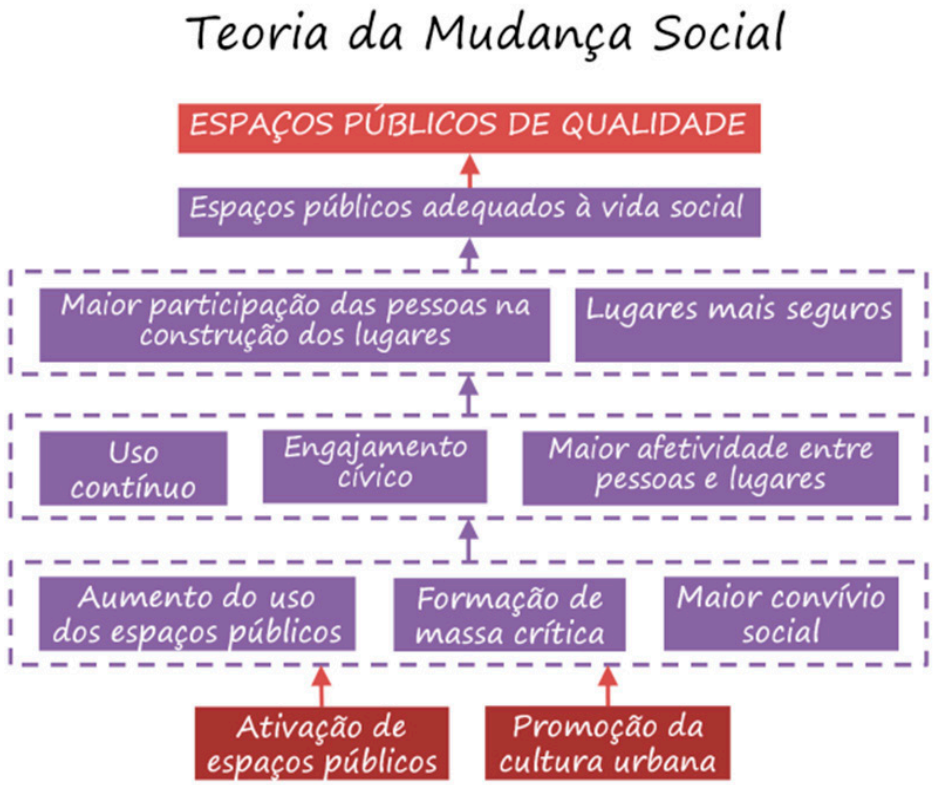


Figura 3 - Teoria da Mudança Social.
Fonte: Disponível em http://sobreurbana.com/somos/

O projeto Casa fora de casa

O Casa Fora de Casa foi idealizado pelo grupo Sobreurbana e executado em 2016. Consistiu em intervenções urbanas pontuais em quatro praças de miolo de quadra, visando a ocupação e a qualificação desses espaços subutilizados.

A inspiração para o projeto veio do conceito das áreas públicas como extensão das casas, afirmando o dever e função social dos moradores como sujeitos ativos.

Para tanto, as atividades propostas posicionaram os participante com uma atitude consciente sobre os espaços da cidade e efetivaram sua posição como atuantes no processo de inversão da situação de abandono das áreas públicas em questão. Assim, as decisões foram direcionadas por encontros participativos, que construíram uma visão coletiva para o futuro do Setor Sul.

O objetivo principal da ação foi a de estimular o imaginário das pessoas quanto ao tipo de espaço público, ao apresentarem novas formas de produção da cidade, novos valores urbanos e artístico e soluções inovadoras de adaptação do espaço, o projeto ampliou as versões de cidades no repertório dos moradores.

Ocorrendo em quatro praças distintas do Setor, as áreas foram escolhidas por suas características específicas, explorando ao máximo a diversidade existente entre as áreas verdes do bairro. A Praça Wilson Valente Chaves, Praça 1, localizada na Avenida Cora Coralina, se destacou pelo uso cotidiano por trabalhadores das empresas, coletivos e comércios próximos. Contudo, foi diagnosticada como uma área predominantemente de estacionamento para veículos e fluxo rápido de pedestres, ao invés de espaço de lazer e permanência. A Praça 2, conhecida como Praça do Martim Cererê, na Rua 104-G, apresentou um uso diário esportivo por grupos de skatetistas, sendo periodicamente apropriada para eventos culturais promovidos pelo Centro Cultural Martim Cererê, construído ao seu lado. O espaço, porém, se demonstrou inadequado para a atividade esportiva pela má manutenção da infraestrutura local, sendo ainda protagonista de um grande problema urbano, pela utilização como ponto de venda de drogas. O Bacião da Artes, Praça 3, com acessos pela Rua 115 e Avenida Jamel Cecílio é uma área verde típica do Setor Sul, pela configuração de miolo de quadra, com diversos acessos por vielas. Apesar de sua vasta área e de ser rodeada por inúmeras residências, apresentou um uso mínimo pelos moradores. A Praça Espaço Cultural Professor Augusto da Paixão Fleury Curado, Praça 4, localizado na Rua 132-C, também foi identificada como um espaço de caráter mais residencial, de pequena escala, apresentando o melhor estado de conservação dentre as demais áreas.

Durante um processo com duração de quatro meses, foram realizadas a leitura do potencial desses espaços, diagnóstico, proposições e execução de intervenções para essas áreas, organizando a ação em três principais etapas. A primeira etapa, entendida como o momento inicial de levantamento, foi realizada a partir de pesquisas de observação de uso, para entender aos usuários e as atividades ali realizadas, além de uma enquete *on line*. A segunda, se referiu à divulgação do projeto, por meio de artes urbanas, com a instalação de lambe-lambes informativos na paisagem urbana e de painéis tipo quadro negro com giz para incentivar as primeiras análises da área. A última etapa, e de maior duração, foi composta de três encontros em cada praça.

O Encontro 1 – Reconhecer e Criar, foi o momento para mapeamento da área com o levantamento de seus problemas e potenciais durante uma oficina de placemaking, obtendo como resultado a ideação de propostas para intervenções. O Encontro 2 – Fazer e Brindar, foi o momento de execução das intervenções idealizadas no encontro anterior. Recorrendo a um conjunto de linguagens artísticas, foram oferecidas sete oficinas: Mobiliário urbano temporário, Arte urbana com papel, REvestir, Lixo ritmado, Mapeamento de rotas e sinalização, Agrofloresta e Design de serviço para espaços públicos. O Encontro 3 – Apreciar, ocorreu durante o último mês do projeto e buscou uma avaliação final e manutenção das instalações.

Cada oficina oferecida colaborou para a ocupação, apropriação e negociação do espaço com o desenvolvimento de produtos finais de caráter temporário. A oficina de mobiliário urbano temporário (Figura 4) foi orientada pela Designer Fernanda Tosta, que hoje trabalha no OficinaLab e no FabLab de São Paulo. Cada praça recebeu a instalação de um mobiliário que respondia às propostas criadas no primeiro encontro. Para a Praça Wilson Valente Chaves, foi proposto o Banco Tangram que estabeleceu um espaço de permanência para os usuários e, por seu design lúdico, proporcionou momentos de brincadeira para os mais jovens. Para a praça do Martim Cererê, considerou-se o uso diário da quadra de futebol para a atividade esportiva do skate, instalando na área duas pequenas arquibancadas, que além de acomodarem os jovens, permitiu momentos de interação e formação de torcida. Essa iniciativa foi essencial para posicionar o uso da quadra como uma ocupação benéfica e adequada para o espaço público, visto infelizmente por muitos como uma situação marginalizada. No Bacião das Artes, um dos grandes problemas observados foi o seu desconhecimento por parte de muitos frequentadores do bairro, apesar de sua vasta área e inúmeros acessos. Para tanto, foram sugeridos totens de sinalização que além de indicarem a existência da área verde, serviram de apoio para lambe-lambes e casa de passarinho. A última produção da oficina de marcenaria foi a construção de uma mesa de piquenique para a Praça Fleury que já apresentava um fluxo diário de moradores na área, criando um local adequado para reuniões familiares e convívio coletivo.



Figura 4 – Produtos das oficinas de Mobiliário urbano temporário
Foto: Polli di Cardoso e Solomon R. Plaza

A oficina de arte urbana com papel (Figura 5) foi orientada pela arquiteta Laila Loddi e propôs experimentações com o papel em instalação temporária para as praças, utilizando três técnicas. Na oficina oferecida na praça 1, foram produzidas luminárias com a dobradura de papeis, sendo utilizada em todas as praças durante os encontros 2. Outra técnica ensinada foi a do kirigamis, técnica de dobra e corte,

com a produção de dezenas mandalas, coladas em bancos e paredes da praça 2. As praças 3 e 4 contaram com a aplicação de murais de origamis, na forma de flores e cata-ventos, tendo como referência o trabalho da artista francesa Mademoiselle Maurice.

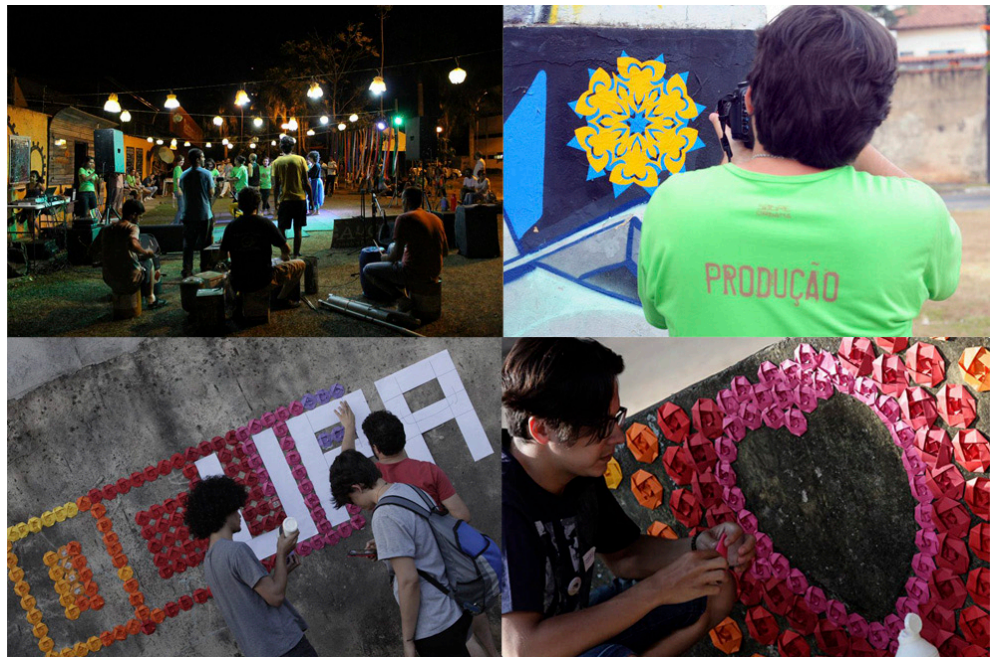


Figura 5 – Produtos das oficinas de arte urbana com papel
Foto: Polli di Cardoso e Solomon R. Plaza

Outra oficina, a REvestir (Figura 6) contou com o apoio das integrantes da Casulo Moda criativa que utilizaram diversos métodos de aplicação de tecido na paisagem urbana. Em todas as praças revestiram troncos de árvores, bancos e balanços com trabalho de crochê feitos com fios de malha. Além disso, instalaram coberturas de tecidos tencionados para criarem áreas sombreadas escassas nos locais. Outra tática, desenvolvida na praça 2, foi a criação de um mural com a escrita “Ainda há tempo”.

Outras iniciativas paralelas às oficinas também colaboraram para a ocupação do espaço. Com a colaboração do projeto Gelateratura, foram instaladas mini bibliotecas públicas que reutilizam geladeiras como prateleiras de livros, acessíveis gratuitamente para trocas e doações. Contou também com arte performática do grupo Por Acaso, que participou de todo os encontros 2, e com apresentações do grupo musical goiano Vida Seca, que marcou sua presença no projeto com a instalação de dois instrumentos em uma das entradas do Bacião (Figura 7).



Figura 6 – Produtos das oficinas Revestir
Foto: Polli di Cardoso e Solomon R. Plaza



Figura 7 – Instalações da Gelateratura a Praça 4 e do lixo ritmado na Praça 3
Foto: Polli di Cardoso e Solomon R. Plaza

Considerações finais

Acredito que a maior contribuição dos urbanismos táticos para a disciplina urbanismo e para as cidades é exatamente por eles estimularem dentre os cidadãos (não técnicos, não políticos) a ideia de que a cidade é feita por todos nós, em cada pequeno gesto do dia a dia. As ações táticas em urbanismo oportunizam o comportamento ativo frente as questões urbanas, o uso dos espaços públicos, o encontro entre pessoas nesses espaços e a produção de ideias e ações que tentam transformá-los em lugares mais próximos do ideal de 'habitat' que intuitivamente fazemos. (FARIAS, 2017)

Assim, o projeto, para além de simples intervenção urbana, se posicionou tanto como um importante marco para um novo modo de vida dos moradores do Setor Sul como também forte influenciador no imaginário urbano local. Os usuários, diante da oportunidade oferecida pelo Casa Fora de Casa de participarem do processo de produção da cidade, marcaram sua presença nas praças em questão e estreitaram os laços afetivos com o espaço público. Diante disso, a função e dever social como cidadãos ativos foi afirmada, incentivando inclusive a criação de uma nova associação de moradores do bairro. O Sobreurbana observou ainda outros impactos como o aumento do uso das áreas verdes por onde o projeto passou, o cuidado com que as pessoas, especialmente aquelas que participaram das oficinas e das intervenções urbanas, tinham e ainda tem com os elementos criados (mobiliário, painéis artísticos, horta...) e um maior contato entre vizinhos que até então não se conheciam.

O que fica a se desejar no processo do projeto, assim como na maioria das ações táticas ocorridas pelo mundo, é o apoio do poder público. O Casa Fora de Casa, apesar de ser financiando por um programa de cultura e arte do Estado, não encontrou o respaldo necessário do Governo nos meses decorridos ao final do projeto. É necessário portanto uma quebra do paradigma do planejamento urbano tradicional neoliberal, com a incorporação de novos métodos de intervenção no meio urbano. Os construtores da cidade e formadores de políticas urbanas, sempre representantes do poder públicos, precisam despertar e inovarem para a consolidação de novas realidades espaciais, sustentáveis, inclusivas e prósperas, ultrapassando a mera valorização de questões econômicas.

As ações de escala local deveriam ser incorporadas ao plano de desenvolvimento dos centros urbanos, complementado o planejamento tradicional da macroescala e fomentando o imaginário urbano.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1.** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FROTA, Juliana. **"O Setor Sul em Goiânia: o espaço público abandonado".** In: III Seminário Docomomo Brasil – A permanência do Moderno. São Paulo, 1999. Disponível em: http://goo.gl/nxo9qq Acessado em: 04 de maio 2017

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Goiânia: 50 anos.** Brasília: MEC-SESU, 1985.

LYDON, Mike et alii. **Urbanismo tático: ação a curto prazo, mudança a longo prazo.** Coordenada por The Street Plans Collaborative. Disponível em: http://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2- . Acesso em: 05 setembro 2014.

MELLO, Márcia Metran de. **Goiânia: cidade de pedras e palavras.** Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

PALLAMIN, Vera. **Arte urbana: São Paulo: Região central: obras de caráter temporário e permanente.** São Paulo: Fapesp, 2000

ROSA, Marcos L. **Planejamento: práticas urbanas criativas.** São Paulo: Editora Cultura, 2011.

SILVA, Fernando Pedro da. **Arte pública: diálogo com as comunidades.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2005.

SOBREURBANA et alii. **Casa Fora de Casa: Edição 01: Viva o Setor Sul.** Coordenada por Sobreurbana. Disponível em: https://issuu.com/sobreurbana/docs/ebook-casaforadecasa Acesso em: 7 de julho de 2017

Entrevistas

GONÇALVES, André. **Entrevista concedida a Talita Vianna de Assis.** Goiânia, 11 de jul. de 2017.

FARIAS, Ana Carolina Carvalho. **Entrevista concedida a Talita Vianna de Assis.** Goiânia, 11 de jul. de 2017.

A PRODUÇÃO DE SUJEITOS DESPESSOALIZADOS: narrativas de imprensa e a construção da imagem do usuário de crack pela mídia

NASSER, CAROLINA

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito.
Av. João Pinheiro, 100. Edifício Vilas Bôas, sl. 1507. Belo Horizonte, MG
carolnasserc@gmail.com

Resumo

A produção e a emergência de subjetividades e pessoalidades são constituídas nos meandros e vicissitudes de uma rede de relações, seja entre corpos, atores sociais, cidades, políticas públicas, dentre inúmeras outras. Uma das redes de produção de subjetividades encontra-se na relação entre pessoas e tecnologias de mídia. Veículos de imprensa ocupam, em uma sociedade ocidental contemporânea, lugar de destaque no domínio de narrativas e da construção de noções de "verdade". O que se pretende com o presente trabalho é justamente questionar a normatividade da produção de subjetividades a partir da relação entre narrativas de imprensa e a corporalidade dos usuários de drogas como o crack. Pretende-se levar em consideração a produção, pela mídia, de uma imagem do usuário de crack despessoalizada, pautada por recortes de ordem racial e de classe, ao passo em que essa figura abjeta retratada na imprensa potencializa a necessidade de se discutir a alteridade em tempos de exclusão sócio-espacial.

Palavras-chave: *crack; mídia de massa; exclusão; pessoalidade*

Introdução

Na manhã do dia 21 de maio de 2017, a Polícia Militar de São Paulo, sob respaldo da Polícia Civil e da Prefeitura da capital, realizou operação de alegado combate às drogas na região central da capital paulista, nas imediações das Avenidas Duque de Caxias, Rio Branco, Cásper Líbero e da praça Princesa Isabel, no bairro de Santa Ifigênia. A região é popularmente denominada de Cracolândia.

Na ação que refletiu esforços conjuntos da Prefeitura de São Paulo, sob governo de João Doria, e do Governo do Estado, sob responsabilidade de Geraldo Alkmin – ambos políticos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Policiais Militares e Guardas Civis Metropolitanos expulsaram as pessoas que se encontravam na região. As imagens da megaoperação policial veiculadas dos grandes canais de imprensa, tais como a Folha de São Paulo, o Estadão e O Globo, denotam um uso amplo de maquinário, armas e policiais ostensivos em ofensiva contra a população ali presente.

Os agentes públicos desferiram tiros de balas de borracha, bombas de gás lacrimogênio e, na manhã do dia 21 de maio, avançaram para dispersar o que a imprensa chamava de "feira livre de drogas que opera no local, vendendo principalmente crack" (Pagnan; Verpa, 2017). A megaoperação policial foi respaldada pelos cidadãos da capital paulista. Ainda que flagrantes violações a direitos fundamentais, tais como o uso indiscriminado de violência e táticas cruéis de dispersão (jatos de água; gás lacrimogênio; balas de borracha), tenham sido utilizadas pelo poder público, mais da metade dos paulistanos apoia a intervenção (Datafolha, 2017).

Em pesquisa recente, o Instituto de Pesquisas Datafolha, vinculado à própria Folha de São Paulo, realizou um levantamento sobre a impressão da população paulistana acerca do que tem ocorrido desde maio de 2017 na região da Cracolândia. Ao serem questionados sobre o assunto, 65% dos entrevistados associaram a ação à figura do prefeito Doria – ainda que seja sabido que essa ação conta com quatro grandes eixos (Prefeitura, Governo do Estado, Polícia Civil e Polícia Militar). Ainda, 59% dos entrevistados declaram-se favoráveis ao modelo em que ação se desenvolveu, incluindo as demolições de imóveis históricos, pensões e hotéis. Para os paulistanos, 64% acreditam que as ações serão efetivas na solução do problema que lá se encontra e que 95% acreditam que o usuário de crack não é autônomo e deve ser internado compulsoriamente (Datafolha, 2017).

Os índices levantados pela pesquisa são reflexo de um histórico de más conceituações, imprecisões terminológicas, conjugação de interesses privados sobre os públicos e, em especial, da despessoalização dos usuários de drogas como o crack.

Diante desse cenário, o que se pretende com o presente texto é interseccionar as pistas da relação entre veículos de imprensa de massa e a construção da imagem dos usuários de drogas ilícitas. Especificamente, deve-se propor questionamentos no sentido de averiguar (i) o que faz com que pessoas apoiem ações policiais que têm consequências negativas à proteção dos direitos daquelas pessoas diretamente afetadas pelo uso truculento da força estatal; (ii) se a imagem dos usuários de drogas ilícitas que é veiculada na mídia pode ser levada em consideração como uma retratação adequada de um contexto; e (iii) em que medida a imagem linguisticamente construída dos usuários de *crack* influencia a ocupação territorial e a legitimação para a tomada abrupta de espaços urbanos.

Sabe-se que as buscas por conexões que permitam a percepção dos campos de força presentes nesses questionamentos são eminentemente multifatoriais, ainda mais tendo em vista as cadeias semióticas rizomáticas que, por serem diversas e conectadas, conjugam entre e em si estados e estruturas diferentes (Deleuze; Guattari, 1995, p. 14-15). Todavia, para o presente estudo, o que se busca é o conhecer sobre os diagramas de força criados pelo discurso da imprensa sobre quem usa o *crack* – construídos quase que sempre de modo seletivo, apostando na relação existente entre a ideia de viciado abjeto à construção de um imaginário popular calcado em um pavor higienista. Noutras palavras, aposta-se na conexão

íntima entre a legitimação social dada às ações truculentas da Polícia e a desinformação mistificada de pessoas e agentes públicos sobre o uso de *crack* e sobre as pessoas que vivem em "cracolândias".

Metodologicamente, opta-se por, em um primeiro momento, problematizar a retratação dos sujeitos-usuários de *crack* nos veículos de imprensa de grande circulação. O que se busca discutir é que, ainda que a construção de identidades sejam processos que escapam de uma mapeabilidade precisa e controlada, é possível apostar na forte contribuição dos veículos de imprensa em massa na construção da imagem abjeta do usuário de crack, perpassando um recorte de classe e raça.

Subsequentemente, a perspectiva de que linguagem e ação são noções interligadas e interdependentes será trazida ao texto. Nesse sentido, a construção de uma narrativa sobre algo ou alguém torna-se, para além de uma ferramenta descritiva, uma maneira de agir diretamente sobre o conceito a ser narrado. Palavras, portanto, ferem (Butler, 1997, p. 38), e coisas são, efetivamente, *feitas* com palavras (Austin, 1995).

Tanto a retratação de usuários na mídia quanto a ideia de que linguagem é uma forma de agir podem ser pistas para que se compreenda que a seletividade na produção e veiculação de reportagens possui papel fundamental na criação de uma imagem abjeta a ser controlada, submetida, conduzida e muitas vezes eliminada. À discussão desses meandros dedicam-se as próximas seções do texto.

1. Da invisibilização à expulsão: a construção seletiva do usuário de crack na imprensa

As drogas ilícitas permeiam o imaginário do ocidente como figuras que transmitem medo e destruição. Para Eduardo Vargas (2001, p. 21), não é exagero afirmar que as drogas representam o mesmo que o comunismo refletiu anos antes: um espectro que é cercado por desconhecimento e desinformação.

Retratadas como "reencantamento do mal" (Zaluar, 1994), as drogas representam nesse imaginário ocidental um

> *[m]al insidioso, responsável por incontáveis tragédias pessoais ou familiares, ruínas econômicas ou morais, dramas políticos ou sociais. Mal contagioso, capaz de penetrar em praticamente todos os cantos, dos mais notórios aos mais recônditos, dos mais expostos aos mais bem guardados (Vargas, 2001, p. 21).*

Não por acaso, os relatórios anuais do Programa de Controle Internacional de Drogas das Nações Unidas (UNDCP) indicam que a ameaça global das drogas é "o mal-estar do século XX tardio" e que, "nenhuma nação, independente da força de sua democracia, está imune às consequências adversas do abuso de drogas e do tráfico" (UNDCP, 1997, p. 45).

De fato, nenhum país está efetivamente imune aos problemas que emergem da relação entre seres humanos, ambiente urbano e abuso de substâncias entorpecentes. Entretanto, é preciso que tal afirmação seja ramificada e contextualizada. Se a cadeia de produção das drogas ilícitas tende a precarizar a vida das pessoas envolvidas em suas bases – tais como camponeses empobrecidos, crianças pobres usadas como "mulas" ou "aviõezinhos", milícias clandestinas, mulheres precarizadas e policiais que enfrentam verdadeiras guerras, mas, são mal-treinados e mal-remunerados pelo Estado, é evidente que países pobres e, principalmente, fortemente desiguais, irão reverberar esse "problema das drogas" em uma escala maior. Esse é o caso do Brasil.

Há quase três décadas (Rui, 2014, p. 17) o crack permeia o imaginário brasileiro tal qual as drogas permeiam o do ocidente como um todo – conjugando, portanto, uma mistura de medo, desconhecimento e proibição. O crack, reformulação

barata da cocaína misturada a bicarbonato de sódio e diversas outras substâncias que, não raro, são desconhecidas, resulta em um desafio às políticas públicas que interseccionam temas como saúde, cidades, urbanização, exclusão social e direitos.

Os canais de grande mídia rapidamente captam esse imaginário, formando e conformando seletivamente, em um ciclo que se retroalimenta, a imagem de quem usa crack. Taniele Rui afirma que

> *os jornais se fartam em enunciar trajetórias pessoais e dramas familiares nos quais a droga atua como protagonista detonadora de conflitos, responsável pela ruptura de laços afetivos e sociais. Por causa do crack, dizem as notícias, perde-se o controle, o caráter, a vergonha e a dignidade; até a alma se perde um pouco (Rui, 2014, p. 17).*

Isso porque o *crack* é uma droga que, embora não seja nova – por ser uma nova forma de se administrar a cocaína – possui efeitos inovadores: a cocaína em sua forma cheirada é mais rapidamente absorvida, acarretando em aumento do consumo compulsivo (Rui, 2014, p. 17). E, é justamente na interseção entre a substância química e ciclos de vulnerabilidade que se encontra dificuldade de se abordar um tema tão ramificado e rizomático quanto o crack no Brasil. Ao lado da substância química e dos efeitos que o seu consumo gera em um organismo vivo, há a mesma droga como um produto social, cultural e econômico, assim, portanto, elaborado discursivamente e indissociável dos campos de força e relações de poder (Foucault, 2016).

Isso porque, embora seja inegável que o crack é uma droga que hoje atinge todas as classes sociais (Garcia *in* Souza, 2016, p. 103-136), uma análise dos efeitos destas não prescindem recortes de raça e classe, por exemplo. O que pesquisadores vêm percebendo é que trajetórias de vida e hábitos de consumo de uma mesma droga afetam corpos semelhantes de maneiras distintas. Justamente por isso, ainda que "sujeitos utilizem a mesma droga, na mesma dose, os efeitos sociais serão totalmente distintos, pois o *habitus* também é diferente (Suárez et al., 2014, p. 67).

Se o recorte de classe e raça denota a influência destes nos resultados do consumo de crack, e se as classes precarizadas brasileiras encontram-se espelhadas na mídia sob um espectro de estigmatização histórica e higienista, ao contrário das classes mais privilegiadas, deve-se apostar na mídia de massa como uma catalizadora destes efeitos – ao mesmo tempo em que os produz. No presente artigo, aposta-se na pista de que grande parte dessa dificuldade em lidar com o uso problemático de crack é ampliada pelo papel que as tecnologias de comunicação em massa e em rede têm na construção de ambientes hostis àquelas pessoas que sofrem com o uso de crack.

1.1. A narrativa de imprensa sobre usuários: recortes seletivos e produções de subjetividades

O portal de notícias O Globo, em 30 de maio de 2017, veiculou, em sua página, a seguinte notícia: "Irmão de Suzane von Richthofen é retirado da cracolândia em São Paulo" (O Globo, 2017). A notícia, que só na rede social *Facebook* contou com quase 300 mil acessos e com mais de 2 mil compartilhamentos, destaca-se dentre as demais. O motivo desse destaque encontra-se na diferença de retratação desta pessoa em particular, quando se compara essa notícia com as demais.

"Muito ligado ao pai", "tímido" e "educado sob um padrão europeu" são adjetivos e qualidades frequentemente atribuídas a Andreas von Richthofen, que foi encontrado pulando um muro de uma residência, demonstrando os efeitos de consumo de drogas (Zúnica, 2017). As notícias buscam deixar claro que o caso foi um episódio reflexo de "descontrole emocional" (Quintella, 2017).

Imagem essa que é bem diferente da que se utiliza para retratar um usuário de

crack no dia-a-dia dos noticiários. Nas notícias pesquisadas para a elaboração do trabalho, palavras como “sujos”, “incapazes”, “doentes”, “violentos”, “desconectados” são utilizadas para descrever a região do bairro Santa Ifigênia ou os seus moradores e frequentadores. Raramente são utilizados os seus nomes. Em paralelo, outros termos surgem como possíveis soluções à situação dessas pessoas: “revitalização”, “internação compulsória” e “combate ao tráfico” são termos bastante utilizados. Gradualmente, a associação das pessoas que estão na Cracolândia à imagem de incapazes, deteriorados e doentes acaba por transformá-los em objetos de tutela – em sujeitos despessoalizados.

A dissociação do *status* de “pessoa” dos frequentadores e habitantes da região central do bairro de Santa Ifigênia é refletida na violência da invasão e ocupação do território pelas forças coercitivas vinculadas ao estado de São Paulo.

> *Para os que estavam na região, a ação aproximou-se a um cenário de guerra. Barracas foram destruídas, policiais utilizavam balas de borracha e bombas de gás para liberar acesso às principais ruas e entrar em hotéis e estabelecimentos comerciais onde tinham suspeitos (...). A ação não foi avisada a nenhum órgão de direitos humanos, como também foi omitida ao Ministério Público e Defensoria Pública, que foram surpreendidos com episódio de tamanha magnitude (...). A polícia chegou de forma tão abrupta que os usuários só correram, sem pegar seus pertences ou documentos (Valente, 2017).*

Tamanha violência foi justificada pelo governo de Doria como medidas de combate ao tráfico e revitalização da região - que, doravante, passa a ser chamada de “Nova Luz”. Um dos delegados responsáveis pelo cerco à Cracolândia sustenta que a operação foi “fruto de um trabalho de 8 meses de investigação, [que] resultou na prisão do líder do tráfico, que é do PCC e que estava em Caraguatatuba” (Valente, 2017), além da expedição de dezenas de mandados de prisão. A própria demolição do prédio em questão tinha como objetivo a desarticulação de uma suposta célula do PCC, algo desmentido pela gerente da prisão (Valente, 2017).

Ainda, em vídeo veiculado no canal do *Youtube* João Doria News, o prefeito de São Paulo afirma que (1) não irá recuar em ação contra traficantes, (2) que 53 traficantes foram presos e (3) que a Cracolândia era o maior supermercado de drogas da América Latina (Doria, 2017). As afirmações de Dória, embora contundentes, são falaciosas ou impossíveis de serem confirmadas, não possuindo lastros estatísticos.

As duas primeiras conectam-se pela política de combate e enfrentamento às drogas, em voga no Brasil. O prefeito, ao afirmar que 53 traficantes foram presos, efetua uma hipérbole da situação, já que nem todas as 53 pessoas efetivamente presas no dia inicial da invasão eram, de fato, traficantes. De acordo com informação prestada pelo Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico - DENARC, 53 pessoas foram presas e 48 delas enquadraram-se como traficantes. Dessas, apenas 25 foram presas nos perímetros da região da Cracolândia. Ainda, não se soube, no momento da prisão, se tratavam-se de usuários ou revendedores, não tendo sido averiguado o dolo do portador da substância ilícita (Portal do Governo, 2017).

Percebe-se que o discurso reverberado pela imprensa de que a ação era destinada ao combate ao tráfico é, além de falaciosa, errada. Para além de se questionar se o combate ostensivo às drogas é, efetivamente, uma medida que garanta o bem-estar das pessoas envolvidas, o que se vê é a repercussão de notícias que não guardam lastro de veracidade e que influenciam a formação da opinião pública.

Por trás de toda a ação da prefeitura encontra-se o projeto Nova Luz, fortemente criticada por arquitetos e urbanistas como Raquel Rolnik. Ela destaca que a região em que se encontra a chamada Cracolândia abriga alguns dos patrimônios culturais mais antigos da cidade, que, no projeto, devem ser substituídos por uma outra dinâmica de ocupação, com “torres brilhantes, centros culturais, cafés e restaurantes gourmet” (Rolnik, 2017).

Ainda, salienta que

> *embora ali já existisse um foco de tráfico de drogas e a presença de população de rua, o que foi fundamental para que o bairro se deteriorasse foi a ação da própria Prefeitura, que, em 2007, fechou o Shopping Luz e, em 2010, demoliu esse prédio e outros imóveis, deixando a região em ruínas. Além disso, a manutenção do bairro, como a coleta de lixo e a reforma permanente de espaços públicos, necessárias para manter a qualidade de qualquer lugar, foi sendo negligenciada. Foi justamente nesse processo que o bairro virou a "cracolândia", atraindo para lá também pessoas negligenciadas, abandonadas, envolvidas pela drogadição do álcool e do crack (Rolnik, 2017).*

As narrativas de imprensa representam, ao mesmo tempo em que criam, um discurso que constrói horizontes de sentido. Assim, constroem-se sentidos "por meio de uma 'aparente' objetividade, através de significantes e significados e a revelação daquilo que simplesmente 'é'" (Rodrigues *in* Souza, 2016, p. 287). Um dos problemas de se figurar uma autoridade epistêmica àquilo que "simplesmente é" encontra-se no forte recurso ao senso comum – por ele ser um conhecimento fragmentado e superficial (Souza, 2016), que culmina por legitimar a seletividade latente nos discursos midiáticos.

O que chama a atenção de vários urbanistas é a relação entre a expulsão dos moradores da Cracolândia e o projeto Nova Luz. Isso porque a ação da Prefeitura e do governo do estado extrapola o âmbito exclusivo de política antidrogas e ganha contornos de intervenção urbanística não autorizada pelos órgãos competentes. A demolição de diversos prédios e construções na região, a despeito da necessidade de um processo de desapropriação e a seletividade usada pela prefeitura como justificativa para que se derrubem imóveis irregulares na Santa Ifigênia são demonstrações dessa intervenção.

O projeto Nova Luz, de iniciativa da prefeitura municipal, "pretende remodelar uma área de quarenta e cinco quarteirões no centro da capital paulista, desapropriando e demolindo grande parte dos imóveis para conceder o terreno à iniciativa privada" (Mello, 2017), sob a alegação de que a região está deteriorada e precisa ser revitalizada. A Defensoria Pública de São Paulo ingressou com ação em que sustenta que a população não foi consultada no procedimento de intervenção na região, o que vai de encontro ao Plano de Urbanização das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Em face dessa ação, o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou o pedido da Defensoria, sustentando que

> *verifica-se que a participação popular foi apenas deferida para se autorizar que os representantes populares falassem, mas suas ponderações foram todas indeferidas, formando-se um verdadeiro muro diante das suas reivindicações (Rolnik, 2012).*

Subjacentes ao novo projeto urbanístico da prefeitura que integra o plano de ações do projeto Cidade Linda, encontram-se dois conceitos: o de ocupação privada de espaços públicos e o de gentrificação. De assinatura do arquiteto e urbanista Jaime Lerner (Gazeta do Povo, 2017), ex-prefeito de Curitiba e contratado por *notório saber*, o projeto Nova Luz engloba a reestruturação da região central de São Paulo. Pretende-se uma alteração substancial na forma de ocupação do espaço da região, demolindo e intervindo em imóveis considerados como patrimônio cultural e erguendo edifícios comerciais.

O projeto encontra-se disponibilizado do site pessoal do arquiteto e urbanista contratado. De acordo com informações do site,

> *a proposta é fruto de iniciativa da ONG São Paulo Minha Cidade e do SECOVI-SP, tendo como foco a região da Nova Luz (...). A região da "cracolândia" materializa, em seu território de 24 quadras, aspectos desafiadores da realidade da maior cidade da América do Sul, com efeitos deletérios para sua imagem (...) (Lerner, 2017).*

A elaboração em conjunto com a iniciativa privada de projeto urbanístico possui contornos que se assemelham ao conceito de gentrificação. A etimologia da palavre remete ao termo inglês *gentry*, que transmite a ideia de nobreza e riqueza. Loretta Less, Tom Slater e Elvin Wyly, autores do livro *Gentrification*, definem, em linhas gerais, o termo "gentrificação" como sendo "a transformação de uma área de trabalhadores ou vazia em um centro de uma cidade para um uso residencial para a classe média e/ou comercial" (Less; Slater; Wyly, 2007, p. 15).

A gentrificação está no cerne da relação entre formas de ocupação dos espaços urbanos e políticas de urbanização no Brasil. O seu desenvolvimento, que assemelha-se às propostas hoje tidas como "revitalizações urbanas", almejam a substituição de um modelo de ocupação capitaneado por pessoas pobres e/ou periféricas, historicamente subjugadas e excluídas do processo urbanizador e que procuram áreas degradadas e malconservadas para residirem, já que os custos são mais reduzidos e as áreas são centrais, para um modelo de dinamicidade e efervescência econômica.

Assim, se um discurso de ódio em desfavor dos usuários de crack é construído, no sentido de reportá-los como doentes, pragas, párias ou invasores de uma região que poderia ser próspera, mas que está dominada por traficantes, esse discurso midiático gera um efeito no mundo, no sentido de despessoalizar e objetificar tais pessoas.

2. A linguagem que constrói sujeitos abjetos

A análise de como as narrativas midiáticas constroem a imagem abjeta e despessoalizada da Cracolândia e de seus habitantes pode ser analisada sob pano de fundo da discussão que três autores complementares entre si desenvolvem sobre o conteúdo linguístico de enunciados: John Austin e Judith Butler.

Para John Austin (1995), falar e agir guardam entre si proporcionalidade. Em síntese, Austin, ao analisar a teoria das falas, separa os enunciados das ações. Isso porque existem determinadas falas que efetivamente realizam o que propõem. Nesse sentido, os *enunciados performativos*, tais como "declarar que alguém é alguma coisa", possuem maior agência concreta do que os *enunciados constatativos*, que tão somente descrevem uma situação.

Dentro dos atos performativos há aqueles que diretamente agem no mundo e aqueles que produzem efeitos mediados. Os primeiros são chamados de atos ilocucionários e os segundos de atos perlocutórios. Sobre os atos ilocucionários, diz-se que eles são vinculados a contextos e convenções. Isso significa que um ato de fala ilocucionário não produz seus efeitos no mundo caso inexistam convenções que dão base a ele (Austin, 1995).

Tomando como base a teoria dos atos de fala de Austin, mas indo para além dela, Judith Butler (1997) escreve *Excitable speech*, livro que analisa a política dos atos de fala performativos. Butler estuda a configuração dos agentes de fala e de teorias sobre a força da linguagem no mundo. Para tanto, a autora analisa as formas por meio das quais a subjetividade se constrói e se medeia por contextos históricos, psicológicos, políticos e ativos. O foco está em "como a linguagem interpela sujeitos no discurso, e, ao fazer isso, delineia as características principais do discurso político performativo" (Butler, 1997, p. 40) e, ainda, em como os signos de fala podem ser ressignificados radicalmente.

A linguagem afeta a seres humanos, já que esses são seres criados pela linguagem. Nesse sentido, "[s]e pessoas são formadas na linguagem, então aquele poder formador precede e condiciona quaisquer decisões que possam ser tomadas" (Butler, 1997, p. 2). O problema que circunda a construção de um discurso de ódio ou de discursos despessoalizantes não recai sobre quaisquer formas de formação do sujeito por meio da linguagem, mas sim sobre "quais palavras machucam, quais representações ofendem" (Butler, 1997, p. 2).

O que Butler salienta é que, muito embora atos de fala - como os ilocucionários - realizem o que nomeiam, "[u]m ato de fala não se dá no momento exclusivo de sua enunciação, mas é a 'condensação' dos significados passados, dos significados

presentes e até mesmo dos significados futuros e imprevisíveis" (Salih, 2002, p. 143).

Isto significa que os atos de fala podem exceder os efeitos desejados pelos falantes, ou, de acordo com Butler, ser "excitáveis", na medida em que "um ato não é um acontecimento momentâneo, mas um certo nexo de horizontes temporais, a condensação da performatividade que excede o momento que ele próprio ocasiona" (Butler, 1997, p. 2).

Assim, uma verdadeira *rede* de acontecimentos conferem legitimidade social às ações que ferem direitos humanos e da personalidade, como a discutida neste trabalho. Ainda que a fala seja uma ação, e essa fala sejam discursos despessoalizantes dos usuários de crack, permeados por falsas simetrias e mistificações, é virtualmente impossível dizer que a prefeitura de São Paulo, quem efetivamente agiu na região a partir do dia 21 de maio, é a única responsável pela remoção violenta dos frequentadores e moradores da Cracolândia.

Isto porque, de acordo com Butler, os atos permeados pela construção linguística, por serem excitáveis, dissolvem-se, pulverizam-se entre as diversas pessoas que entram em contato - direto ou indireto - com esse ato. Nesse sentido, "se a linguagem é uma cadeia significante que se prolonga para trás e para além de quem enuncia, então seria um erro supor que quem enuncia é o produtor isolado de sua fala" (Salih, 2002, p. 143).

Ainda que Butler entenda que os discursos que atuam em função de estruturas grandiosas de poder e opressão (como uma lógica higienista e privatista das cidades, por exemplo) podem romper com a própria lógica que se pretende opressora[1], deve-se ter atenção para o fato de que alguns discursos carregam consigo relações de poder assimétricas. Fatores como desigualdade racial e de classe, por exemplo, influenciarão e talvez até mesmo determinarão a capacidade

[1] Como é o caso da apropriação por pessoas não-cis-heterossexuais de termos como *queer*, bicha, sapatão etc. *Cf*.: BUTLER. *Excitable speech: a..., Op. cit*., p. 15 e 108.

do falante de resistir ou renegociar aos atos de fala. Assim, se uma narrativa construída negativamente em direção aos residentes da Cracolândia se sobressai em veículos de poder majoritário, como é o caso da grande imprensa, torna-se dificultoso o processo de ressignificação por parte das próprias pessoas que são invisibilizadas.

Na medida em que um conhecimento desvinculado da realidade ou mesmo hiperbolizado sobre a situação das pessoas que vivem na Cracolândia e que usam drogas é veiculado, não somente a imprensa é responsável por esse ato de fala, já que o discurso de ódio passa a ser retransmitido pelas autoridades e pelas pessoas que dão sustentáculo às organizações de poder governamentais. Nesse sentido, "[s]e a lei produz o discurso do ódio para poder legislar sobre ele, ela também produz um sujeito falante incriminável para poder processá-lo" (Salih, 2002, p. 145).

Pode-se analisar, sob esse raciocínio, a responsabilidade difusa sobre as violações de direitos ocorridas na ação do final de maio. A Prefeitura de São Paulo, em conjunto com o Governo do Estado, são os emissores da ordem de invadir e desmantelar a região. Contudo, a legitimidade para tanto é construída de maneira multifatorial, contando com a imprensa que age como elemento construtor da linguagem que se deve ter para justificar uma intervenção tão abrupta: a invisibilização e despessoalização dos usuários de crack por meio da formação da imagem do "noia abjeto".

A ideia de "abjeto" possui um lastro que pode ser conectado à tradição higienista do pensamento Ocidental. De fato, a produção dos corpos e da saúde no ocidente são, a partir do materialismo médico, intensificados sob o recorte da higiene. Nesse sentido, Taniele Rui (2014) observa que, no bombardeamento de relatos de perda de autonomia individual do usuário de crack, deixa-se em segundo plano o pensar-se sobre a produção de corpos que segue a valoração moral.

Assim, reportagens, ao noticiarem usuários por meio da ênfase em traços e posturas corporais depreciativas, vinculadas a ideais de higiene e humanidade,

andam em conjunto com o caráter da medicina positivista que ainda reverbera seus efeitos no Brasil contemporâneo:

> *(...) percepções simbólicas e morais, de higiene e de sujeita, bem como de conhecimentos da patogenia se encontram em uma relação "estranhamente estreita": supostamente submetidos aos "poderes devastadores" da substância, os usuários de crack, ao inverterem radicalmente as nossas concepções de autonomia individual, escapam também às nossas noções de higiene, de asseio corporal, de cuidado com a saúde e com a estética; logo, às nossas noções de sujeira e de desmazelo corporal. E, acima de tudo, nos questionam acerca dos limites da experiência humana (Rui, 2014, p. 20).*

A experiência de corpos humanos é certamente um dos centros de influência da questão do uso problemático de crack no Brasil, justamente pelo reforço às ideias de limpeza – étnico-raciais, inclusive – presentes no processo histórico e civilizatório que caracteriza a entrada das sociedades ocidentais na modernidade (Elias, 1994). A figura do noia é o oposto necessário a todas elas.

Noia, aquele indivíduo que desenvolveu uma relação extrema com o crack, é o "produto e produtor de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção" (Rui, 2014, p. 21). É essa figura que rompe com tudo o que é mais caro no imaginário ocidental: limpeza conceitual e identidade humana imutável.

A figura do noia é, nesse sentido, uma profunda ruptura na ordem e no progresso do ocidente. Ela rompe, ao mesmo tempo, com os ideais de higiene e de identidade humana, na medida em que retrata e é retratada pelo sujo e pelo desumano; é imagem que distorce a figura do ser humano autônomo e racional, égide do pensamento Iluminista-kantiano e do modelo moderno de se pensar o lugar do ser humano na filosofia social.

É, ainda, imagem que causa profundo desconforto, que perturba a ordem da corporalidade que um capitalismo contemporâneo exige. Nesse sentido, e conforme observa Judith Butler (2002), o abjeto é aquele cuja vida é ilegítima; o abjeto "não é um atributo dos que usam crack de modo intensivo, mas se refere, sobretudo, a percepções controversas (...) lançadas aleatoriamente sobre eles por outros" (Rui, 2014, p. 23).

Considerações finais

As construções linguísticas e discursivas foram, por muito tempo, consideradas como formas de se descrever a verdade e a realidade. Neste sentido, costumava-se pensar que, quando alguém dizia algo, essa fala era um aclaramento de um fenômeno observável. O que se percebe, todavia, é que a linguagem é um meio de transformar - e não somente descrever - uma realidade. Dá-se, nesse recorte, uma ênfase maior ao fato de que existe uma dimensão de *ação* em virtualmente todos os discursos linguísticos. Um enunciado pode, assim, ser capaz de criar uma situação. Portanto, pode-se falar de "atos de fala", ou de "enunciações performativas".

A relação íntima entre linguagem e veículos de comunicação traz pistas para a resposta dos questionamentos centrais propostos neste texto. Sabendo-se que é possível agir por meio da linguagem, e que a ideia de que textos e falas apenas descrevem realidades é falsa, o que se percebe é que os discursos da mídia não representam, mas *criam* sujeitos. Sujeitos que, via de regra, tornam-se abjetos e objetos, ao serem retratados de tal maneira. Dizer que um usuário de drogas ilícitas é sujo, incapaz e sequestrado pela droga não é desvelar uma realidade: é, antes, criar uma imagem a ser objeto de buscas por verificações. A ação das pessoas em sociedade é, cada vez mais, reconsiderada e moldada pelas tecnologias de informação. Tanto que é possível se falar em uma "infosfera".

Essa criação de sujeitos abjetos demonstra um descompasso entre o que estudos de campo demonstram e o que é repercutido na mídia de massa, que acaba por criar "pós-verdades" para retratar a situação do uso de drogas problemático em

grandes cidades. Essa construção imagética distorcida é também o ponto de partida para que se questione os motivos que levam pessoas a apoiarem ações estatais que enfraquecem direitos humanos e fundamentais. Na medida em que se cria uma imagem mistificada, a opinião pública é conduzida (Foucault, 2008) a apoiar ações que, repercutindo uma polarização dual entre bem-mal, tendem ao lado veiculado como o bem - ainda que ela efetivamente viole direitos.

O que se percebe é que a mídia de massa é pivô de uma construção de narrativa que é paradoxal: ao mesmo tempo em que ela invisibiliza o usuário, ela individualiza o problema das drogas nos sujeitos que as usam – deixando passar despercebidas as influências racistas, classistas, neoliberais e sociais que permeiam o problema do uso de crack no Brasil.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, John. *How to do thing with words*: **the William James Lectures delivered at Harvard University in 1955.** Oxford: Oxford University Press, 1995.

BUTLER, Judith. *Excitable speech*: **a politics of the performative.** Nova Iorque: Routledge, 1997.

DATAFOLHA. **Maioria dos paulistanos aprova ações na Cracolândia.** *Datafolha Instituto de Pesquisas, 05 jun. 2017.* Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1890337-maioria-dos-paulistanos-aprova-acoes-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 20 out. 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DORIA, João. **João Dória fala sobre a Cracolândia e afirma que não irá RECUAR ação contra traficantes.** *Youtube*, 29 mai. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iUPG654t9UM&t=2s>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*: **uma história dos costumes.** Vol. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas:* **uma arqueologia das ciências humanas.** 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. *Segurança, território e população*: **curso dado no Collège de France (1977-1978).** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAZETA DO POVO. **Doria contrata Jaime Lerner para trabalhar em projeto da prefeitura de São Paulo.** *Gazeta do Povo*, 10 abr. 2016. Disponível em: <http://

www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/doria-contrata-jaime-lerner-para-trabalhar-em-projeto-da-prefeitura-de-sao-paulo-bf45t6cjfk6efv48kkwh94m5v>. Acesso em 01 nov. 2017.

LERNER, Jaime. **Projeto Nova Luz.** Disponível em: <http://www.jaimelerner.com/novaluz.html>. Acesso em 20 out. 2017.

LESS, Loretta. SLATER, Tom. WYLY, Elvin. **Gentrification.** 1.ed. Londres: Routledge, 2007.

MELLO, Daniel. **Justiça de São Paulo suspende revitalização da cracolândia.** *Exame*, 8 jun. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/justica-de-sao-paulo-suspende-projeto-de-revitalizacao-da-cracolandia/>. Acesso em 21 out. 2017.

O GLOBO. **Irmão de Suzane von Richthofen é retirado da cracolândia em São Paulo.** *O Globo*, 30 mai. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/irmao-de-suzane-von-richthofen-retirado-de-cracolandia-em-sao-paulo-1-21414902?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo. Acesso em 20 out. 2017.

PAGNAN, Rogério. VERPA, Danilo. **Polícia faz megaoperação de combate ao tráfico na cracolândia.** *Folha de São Paulo*, 21 mai. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886022-policia-faz-megaoperacao-de-combate-ao-trafico-na-cracolandia.shtml>. Acesso em 20 out. 2017.

PORTAL DO GOVERNO. **Denarc apresenta balanço da megaoperação na Cracolândia.** *Portal do Governo*, 23 mai. 2017. Disponível em: < http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/denarc-apresenta-balanco-da-megaoperacao-realizada-na-cracolandia/>. Acesso em 01 nov. 2017.

QUINTELLA, Sérgio. **"Foi um caso isolado", diz tio de Andreas Richthofen.** Veja São Paulo, 03 jun. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/foi-um-caso-isolado-diz-tio-de-andreas-von-richthofen/>. Acesso em 01 nov. 2017.

ROLNIK, Raquel. **Intervenção na cracolândia: luz para quem?** *Blog da Raquel Rolnik*, 25 mai. 2017. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/05/25/intervencao-na-cracolandia-luz-para-quem/>. Acesso em 20 out. 2017.

_____. **Liminar suspende projeto Nova Luz até julgamento de ação que contesta aprovação do Plano Urbanístico da Zeis da Santa Ifigênia.** *Blog da Raquel Rolnik,* 07 jun. 2012. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/06/07/liminar-suspende-projeto-nova-luz-ate-julgamento-de-acao-que-contesta-aprovacao-do-plano-urbanistico-da-zeis-da-santa-ifigenia/>. Acesso em: 20 out. 2017.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack:* **etnografia da abjeção.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Trad. Guaciara Louro. São Paulo: Autêntica, 2002.

SOUZA, Jessé (org). **Crack e exclusão social.** 1. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

SUÁREZ, Hector et al. *Fisuras***: dos estudos sobre pasta base e cocaína en el Uruguay.** Montevidéu: Universidad de la Republica, 2014.

UNDCP (UNITED NATIONS INTERNATIONAL DRUG CONTROL PROGRAMME). **1997 – Word Drug Report.** *United Nations Organization*, 201 p. Disponível em: <http://www.undcp.org/adhoc/world_drug_report_1997>. Acesso em 20 out. 2017.

VALENTE, Fernanda. **Operação surpresa de guerra na Cracolândia choca entidades e recebe críticas.** *Carta Capital*, 22 mai. 2017. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/22/operacao-surpresa-de-guerra-na-cracolandia-choca-entidades-e-recebe-critica/>. Acesso em 20 out. 2017.

VARGAS, Eduardo; SANCHIS, Pierre. *Entre a extensão e a intensidade***: corporalidade, subjetivação e uso de drogas.** 2001. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ZALUAR, Alba. **"A Criminalização das Drogas e o Reencantamento do Mal".** In: ZALUAR, Alba.; HENMAN, Anthony. *Drogas e cidadania*: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZÚNICA, Lumi. **Bastante ligado ao pai, Andreas von Richthofen quebrou o silêncio sobre o crime apenas uma vez.** R7, 30 mai. 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/bastante-ligado-ao-pai-andreas-von-richthofen-quebrou-o-silencio-sobre-crime-apenas-uma-vez-31052017>. Acesso em 20 out. 2017.

A PRODUÇÃO DO COMUM COMO RESISTÊNCIA BIOPOTENTE AFRORURAL NO QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

PAULINO, MARIANE. (1); ANDRADE, LIZA MARIA SOUZA (2); SICCA, AMANDA (3); SILVA, CYNTIA (4); GORDILHO, ANGELA (5)

1. Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes". Projeto de Extensão de Ação Contínua da UnB.
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Instituto Central de Ciências - Gleba A
Asa Norte - Brasília / DF
marianepaulino@hotmail.com

2. Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes". Projeto de Extensão de Ação Contínua da UnB.
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Instituto Central de Ciências - Gleba A
Asa Norte - Brasília / DF
lizamsa@gmail.com

3. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. LabHabitar. Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia.
R. Caetano Moura, 121 - Federação, Salvador – BA
amandasicca@gmail.com

4. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. LabHabitar. Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia.
R. Caetano Moura, 121 - Federação, Salvador – BA
cyntia.silva.arq@gmail.com

5. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. LabHabitar. Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia.
R. Caetano Moura, 121 - Federação, Salvador - BA
amgs@ufba.br

Resumo

Entendendo o comum como um princípio político e "práxis instituinte", a produção do comum nos espaços afrodescendentes quilombolas reflete a coletividade territorial e identidade com bens e recursos compartilhados entre os indivíduos, onde o espaço é gerido e administrado numa coletividade e estas relações com o território consolidam as relações sociais, laborais, econômicas e culturais. O processo de territorialidade do povo negro perpassa a questão de resgate histórico e adentra também naquelas de regulamentação fundiária, a especulação imobiliária e do pouco respaldo jurídico que essas comunidades detém, ainda atualmente. O Quilombo Mesquita, objeto de estudo deste trabalho, localizado no estado do Goiás, Brasil, obteve sua certificação como território remanescente quilombola em 2006, contudo o processo de titulação não está concluído o que contribui para a invasão e ocupação irregular deste sítio histórico. Em termos micropolíticos em face à expansão urbana dos condomínios na região está sendo realizado um mapeamento territorial dos conflitos para atuação técnica e política entre as resistências locais e o poder público que detém as informações complexas (territoriais, jurídicas, econômicas) da macropolítica. Este artigo pretende demonstrar a resistência biopotente do Quilombo Mesquita em Goiás nas proximidades do Distrito Federal por meio do identificação da produção do comum dos territórios quilombolas, envolvendo os membros da comunidade, como atores desse processo, utilizando-se da metodologia de Inventário Participativo (IPHAN). Observou-se por meio da identificação das referências culturais que a produção do comum está presente nas questões de identidade da comunidade como "práxis instituinte" se torna importante dispositivo biopotente para o resgate de seus bens – imateriais e materiais – e de seu território, para um processo efetivo de salvaguarda e manutenção de um patrimônio vivo na luta contra o urbanismo neoliberal. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito da assessoria técnica do Projeto de Extensão de Ação Contínua da FAU/UnB do grupo "Periférico, trabalhos emergentes", com desdobramentos na parceria UnB e UFBA na Residência em Arquitetura e Urbanismo +Engenharia.

Palavras-chave: *urbanismo neoliberal, resistência biopotente, produção do comum, território quilombola, Quilombo Mesquita.*

Introdução

O desenvolvimento urbano neoliberal vem ocorrendo com mais força desde a década de 1980 com o desmantelamento dos Estados-nações e possui em suas formas de gestão, explorações de terras e expropriação de direitos, entre outros pontos. O rápido crescimento populacional, intensifica a reestruturação industrial, aumenta em níveis cada vez mais crescentes a polarização das classes sociais, precariedade no funcionamento de instituições públicas em geral, e que contribui para desencadear conflitos territoriais, desastres ambientais e a vertiginosa alienação popular.

Diversas comunidades tradicionais, como os quilombolas estão perdendo suas terras, invadidas pelo latifúndio e grilagem de terras. Essas populações foram expulsas de seus locais de vivência, justamente por não seguirem o modelo neoliberal de uso e ocupação do território e por suas práticas comunitárias não obedecerem a lógica do capital, que se materializam no Estado movido por empresas, logo essas organizações sociais tendem a ser "engolidas" pelo mercado.

No Brasil 77,7 % dos quilombolas residem em domicílio rural, apenas 9,4 % possuem a titulação de suas terras, 92,1% se autodeclaram pretos ou pardos, 57,1 % vivem em situação de extrema pobreza ou pobreza, 64,1% recebem o benefício do Bolsa Família. Em Goiás: 35,3% tem sua renda através de atividades extrativistas. Esses dados foram extraídos do Painel de Monitoramento do Programa Brasil Quilombola da SEPPIR, do Relatório do Cadastro Único para Programas Sociais (ano base 2014) e o Guia de Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas (2013).

De acordo com Leite (1999, p.140) diante da dominação que se tentou exercer através do argumento da inferioridade da raça, dos estigmas e exclusão social, o termo quilombo "vem expressar a necessidade de parte da sociedade brasileira de mudar o olhar sobre si próprio, de reconhecer as diferenças que são produzidas como raciais ou étnicas". Os quilombos, que representam a luta dos negros contra

a opressão e a violência, foram criados como movimento de resistência ao sistema escravagista, de uma complexa dinâmica iniciada pelo período colonial e em busca de liberdade.

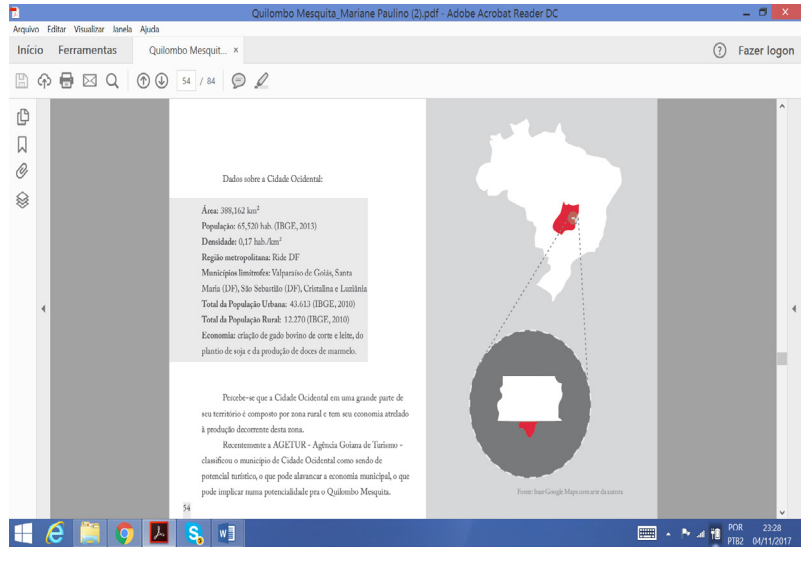
A resistência dos quilombos vem da ideia de luta, conflito, embate, e seus territórios representam hoje a própria biopotência para esses grupos. Porém, a resistência vai além da luta, encontra-se nas referências simbólicas e coletivas, espaços de liberdade, de cultos sagrados, e pertencimento ancestral e africano, sendo, neste sentido, a terra o lugar da identidade e manutenção da vida coletiva, da produção do comum, em harmonia com a natureza, as águas, as florestas (SILVA,2017). A terra, portanto, é a própria representação de suas reproduções e manutenção de suas expressões culturais. Não significa mercadoria, o que vai contra o modelo de sociedade baseada na propriedade privada como único acesso à terra.

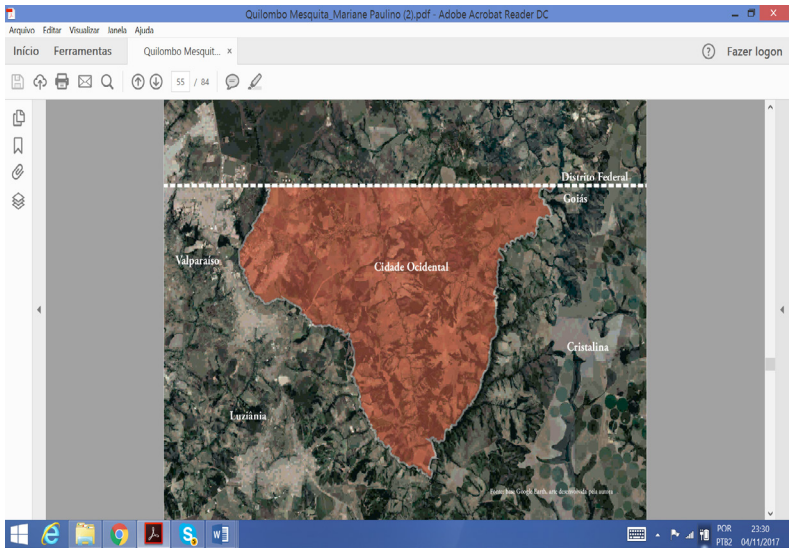
Somente em 1988 a Constituição Brasileira estabeleceu o direito dos remanescentes de quilombos à terra. O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, relata que "aos remanescentes das comunidades de quilombo que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe títulos respectivos". E hoje as comunidades usam do direito legal que as asseguram de seus reconhecimentos, como descendentes de quilombos e luta por suas terras. O espaço geográfico em que vivem constitui em local de resistência cultural que persiste ao longo do tempo.

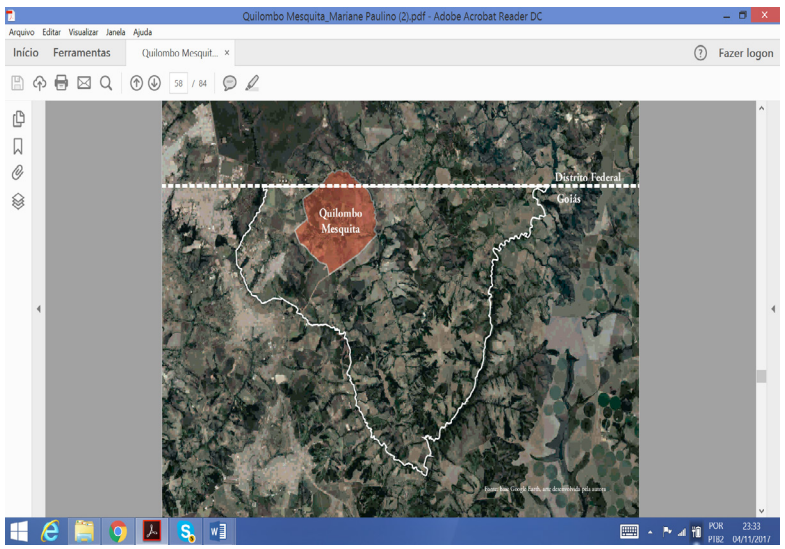
A reivindicação da regularização dos territórios quilombolas pela apropriação de espaços e recursos pelo seu valor de uso coletivo, perturba os arranjos vigentes de propriedade. Regularizar os territórios quilombolas, reconhecendo essa auto identificação como um direito fundamental se torna uma ameaça às políticas territoriais neoliberais como a ADI nº 3239/04, movida pelo Partido da Frente Liberal desde 2012, hoje Democratas, que tenta tornar inconstitucional o decreto 4887/03, dos direitos dos quilombos no que se refere à regularização fundiária de suas terras assegurados na Constituição de 1988.

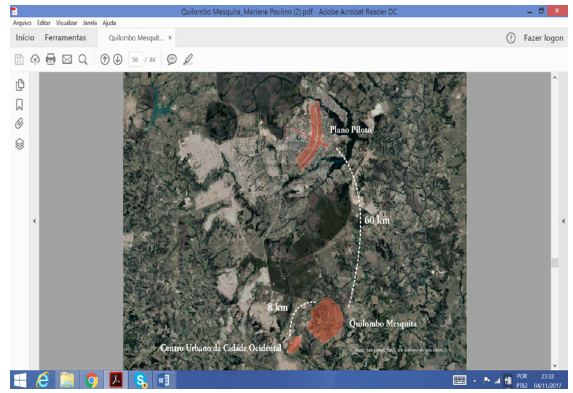
Além desta ameaça os territórios localizados nas proximidades a grandes empreendimentos ou na franja urbana estão ameaçados também pelas políticas urbanas, baseadas na financeirização do espaço, lembrando Foucault (2000) não é apenas o estado que exerce o seu biopoder sobre os corpos, mas também as economias de mercado dominadas pelo neo-liberalismo pós-guerra.

Este é o caso do Quilombo Mesquita, do século XVIII, que mesmo configurando-se como povos conformadores da sociedade brasileira, a proteção do território não se encontra assegurada. Por meio da Fundação Cultural Palmares, o quilombo Mesquita obteve sua certificação como território remanescente em 2006, contudo, até a presenta data, suas terras ainda não foram certificadas pelo INCRA. Hoje com a expansão das cidades dormitórios no entorno do Distrito Federal, se encontra a apenas 8km do centro da Cidade Ocidental no Estado de Goiás. As figuras 1, 2 3 e 4 ilustram o contexto do Quilombo Mesquita no âmbito do Distrito Federal e as cidades de Goiás.









Figuras 1, 2, 3 e 4 – Localização do Quilombo Mesquita no contexto nacional, do Distrito Federal e da Cidade Ocidental no Estado de Goiás e do Plano Piloto de Brasília. Fonte: Mariane Mesquita.

Os negros foram os primeiros, e durante muito tempo os únicos, moradores do Quilombo do Mesquita uma vez que a região era fortemente balizada pela escravidão da época das minas de ouro. Porém, a realidade geopolítica no contexto da construção da capital do país alterou a delimitação do território do Quilombo Mesquita e o cotidiano da comunidade. O movimento migratório para a cidade cresceu e juntamente com as cidades satélites, criadas para abrigar os antigos operários, a periferia das cidades começou a ser ocupada, como foi o caso de Luziânia, onde o crescimento da população criou um núcleo residencial na região norte nas proximidades da área da comunidade.

De acordo com INCRA (2011) no começo da metade do século XX o território compreendia mais que 10 vezes maior que o ocupado atualmente. Com o processo de construção da cidade de Brasília a partir da década de 1950 e, consequentemente, com o crescimento das cidades satélites o território da comunidade sofreu com estas mudanças.

Nos últimos anos, a especulação imobiliária na capital do país com o novo estilo de morar contemporâneo em condomínios horizontais ou bairros isolados como o “Alphaville Brasília Residencial”, típicos do urbanismo neoliberal, agravou proporcionalmente o aumento do distanciamento dos indivíduos da

vida em comunidade e promoveu alterações significativas nos contextos sociais, econômicos, territoriais, ambientais, culturais, além dos políticos e institucionais, uma vez que concentram investimentos públicos e privados em uma localidade, ocorre a desarticulação das tradicionais formas de uso e ocupação do território, alterando consideravelmente os valores estabelecidos, tanto os materiais, quanto os simbólicos.

No contexto da metrópole contemporânea, o Quilombo Mesquita sofre ameaças do urbanismo biopolítico, mas por outro lado, a produção do espaço comum, entendida como "práxis instituinte", da herança histórica coletiva se torna um dispositivo biopotente na luta contra a expropriação dos direitos conquistados.

Este artigo pretende demonstrar a resistência biopotente do Quilombo Mesquita em Goiás nas proximidades do Distrito Federal por meio do identificação da produção do comum dos territórios quilombolas, envolvendo os membros da comunidade, como atores desse processo, utilizando-se da metodologia de Inventário Participativo (IPHAN). Em termos micropolíticos em face à expansão urbana dos condomínios na região está sendo realizado um mapeamento territorial dos conflitos para atuação técnica e política entre as resistências locais e o poder público que detém as informações complexas (territoriais, jurídicas, econômicas) da macropolítica.

Esta pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito da assessoria técnica do Projeto de Extensão de Ação Contínua da FAU/UnB do grupo "Periférico, trabalhos emergentes" com desdobramentos na parceria UnB e UFBA, numa Cooperação Técnica no formato de Nucleação da Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFBA para dar continuidade a assessoria nos projetos de TCC.

1. A biopolítica e a expropriação dos direitos das comunidades quilombolas.

A melhoria de vida da população, tem como consequência a produção da morte de comunidades tidas como ameaça para a mesma. No biopoder, aqueles que constituem perigo biológico para os outros são mortos legitimamente (FOUCALT,1999, p.130). O racismo passa a ser doutrina política dos estados, e é justificado em nome da preservação, crescimento e purificação da vida. E por ele que uma série de conservadorismos da sociedade são justificados a partir do momento que é criada uma medida biológica para quem deve ou não viver. "A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça inferior (...), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia".

O biopoder, para a criação e manutenção da vida de certa população, tem como necessidade a imposição do genocídio dos corpos considerados fora do organismo social. Hoje, não é apenas o estado que exerce o seu biopoder sobre os corpos, mas também as economias de mercado dominadas pelo neo-liberalismo pós-guerra. O homem passa a ser compreendido como homo economicus, o qual responde, como agente econômico, os impulsos criados pelo mercado.

Para Foulcault (2000, p.134), o mercado passa a ser a esfera de controle supremo da formação do mundo contemporâneo. Este controla, de forma sutil e flexível, o governo dos indivíduos e populações, por meio das regras econômicas do mercado global. O biopoder ultrapassa os limites da tradicional soberania política. Foucault (2004, p.125) salienta que "é preciso governar para o mercado em vez de governar por causa do mercado".

A biopolítica, a partir da política transnacional proveniente dos processos de globalização, deve ser entendida como exercício cotidiano do poder que controla a multiplicação da vida por meio do extermínio da mesma. Observa-se o processo em que o modelo disciplinar da sociedade é suplantado por um modelo de controle da sociedade, com base no controle do poder sobre a vida e a morte.

Os conceitos de biopolítica e biopoder surgem da genealogia dos micro-poderes disciplinares, que visam a administração do corpo individual. Foucault desenvolve esses conceitos ao perceber que, ao longo do século 18 e na virada do século 19,

O Estado passa a exercer, sob o pretexto de políticas estatais, o controle sobre a administração da vida e do corpo da população.

A sociedade se torna objeto da atuação do poder, que não mais trata apenas em disciplinar as condutas individuais, mas que, também, pretende regular a conduta da espécie humana, a partir do momento que controla a vida. O poder passa, especialmente após o século 19, a estabelecer um gerenciamento da vida das populações. Observa-se uma mudança no exercício do poder soberano, que deixa de se afirmar como poder que mata a vida, e se torna um "um poder que gere a vida". Agora importa ao poder estatal criar políticas públicas que higienizariam a população. Surge uma compulsão pelo controle purificador da vida.

Para Foucault, este cuidado pela vida de alguns, carrega em si a necessidade de extermínio em massa de outros, pois é apenas por meio de mecanismos de supressão, por meio de violência, que se pode garantir a sobrevivência de um dado grupo favorecido pelo poder. Sendo assim, a partir do momento que o soberano é incumbido da tarefa de "fazer viver" certos setores da sociedade, cresce a necessidade do travamento de guerras e genocídios. Segundo Foucault (1999, p.129):

> *As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos [...]. Os massacres se tornaram vitais.[...]. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população.*

1.1 A Diáspora Negra da Ação Direta de Inconstitucionalidade

Em tramitação no Supremo Tribunal Federal desde 2012, a votação acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239/2004 se estende até os dias atuais, sendo alvo de protestos e manifestações de lideranças quilombolas e movimentos sociais em todo território brasileiro. Em detrimento dos direitos fundamentais destes povos tradicionais, esta ação questiona o Decreto nº 4887/2003, que regulamenta a titulação – através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – das terras quilombolas no Brasil.

A ação protocolada em 2004 pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), tem como pauta também o estabelecimento de um marco temporal que desapropriaria as comunidades tituladas após 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Contudo foi a partir da Constituição Federal que se deu o reconhecimento e a afirmação da importância da conservação da memória deste povo cuja identidade e memória constituem patrimônio cultural brasileiro e da necessidade de proteção seu território que é peça fundamental para o seu desenvolvimento e manutenção.

A Constituição Federal Brasileira, em seus artigos 215 e 216, estabelece que os sítios detentores de reminiscências quilombolas se configuram como parte do patrimônio cultural brasileiro e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68, determina que a propriedade definitiva das terras historicamente ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo deve ser reconhecida. E para tais fins, o decreto nº 4887/2003 regulamenta os processos desde o reconhecimento até a titulação das terras quilombolas, onde compete ao Ministério do Desenvolvimento, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

De acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), existem 2.197 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pelo Estado e apenas 207 comunidades tituladas e com posse de suas terras, apenas 12.906 famílias de cerca de 214 mil famílias quilombolas existentes tem seu direito ao acesso à terra garantido. Com base na Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (INCRA),

atualmente são 1536 processos de titulação abertos no Instituto que buscam a garantia dos direitos de uma parcela dos 1,17 milhão de quilombolas através da identificação e delimitação de suas terras.

Caso aprovada pelo Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239/2004 revogará a posse de grande parte das terras quilombolas já tituladas e pausará todos os processos em andamento, ou seja, um retrocesso nos direitos adquiridos por esta parcela da população. Estando as Comunidades Remanescentes de Quilombo ainda colhendo as agruras de um passado escravizado, onde problemáticas socioeconômicas e raciais estruturam um contexto que estigmatiza e marginaliza este povo, o marco temporal caso estabelecido seria a negação de direitos e de garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Ao tratar destas reminiscências quilombolas é indissociável a questão da territorialidade e do acesso às terras, ao falar de territorialidade estamos abordando as relações de poder na sociedade explicitadas através do espaço. Ao pensar o local relegado ao negro desde seu compelido desembarque nos portos do Brasil Colônia podemos entender o papel marginal a que foi submetido este povo na sua construção sócio espacial, numa transição senzala-quilombo podemos perceber que a constituição espacial desta parcela da população sempre esteve pautada na segregação e desigualdade social.

Ao pensar no processo de formação das comunidades tradicionais quilombolas é necessário abranger o fenômeno sociocultural e histórico da Diáspora Negra – que trata da imigração forçosa de africanos para outros continentes com fins escravistas – ao se considerar este movimento migratório é necessário perceber que este não se encontra somente como um momento histórico na linha temporal mas como um contínuo civilizatório nestas comunidades. Presentes em povos tradicionais que ainda hoje, as tradições e cultura, estes remanescentes preservam a memória e resistência ancestral que está presente não somente por todo o território brasileiro mas também na Colômbia, Chile, Equador, Venezuela, entre outros.

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombola” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica. (ANJOS, 2003, p. 4)

Percebe-se então que a conceituação das comunidades quilombolas é trazida para a esfera atual, pensando no território e a sua maneira de ocupação e atrelando este território não somente aos escravizados fugidos ou alforriados mas também considerando seus descendentes, pautando esses grupo como um coletivo de resistência à opressão racial com sua sistemática social própria e reforçando a importância do território para a compreensão deste povo.

Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

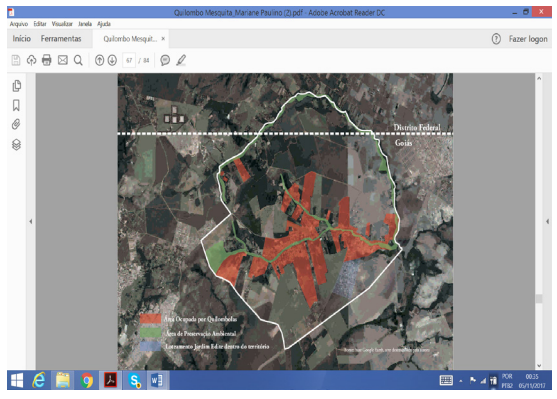
Portanto, o processo de territorialidade do povo negro perpassa a questão de resgate histórico e adentrava também naquelas de regulamentação fundiária, a especulação imobiliária e do pouco respaldo jurídico que essas comunidades detém, ainda atualmente. A despeito de sua ancestralidade, encontram-se, em geral, em áreas periféricas, marginais, pois as comunidades que a compõe, em sua maioria, não detém poder social, além da marginalização e perseguição que oprime essas comunidades.

2.2 O Quilombo Mesquita e o urbanismo neoliberal

Tratando do objeto específico de estudo deste trabalho, analisa-se o Quilombo Mesquita localizado antes no que era conhecido como a cidade de Santa Luzia, o território desta comunidade tem cerca de 4.292 hectares e se localiza hoje no município de Cidade Ocidental (GO), na fronteira com o Distrito Federal (BRASIL, 2011).

As figuras 5 e 6 ilustram a pressão imobiliária para a construção de condomínios de alto padrão existe também a pressão extrativista dos grandes proprietários de terra da região que adquiriram terras na região e hoje usam suas grandes propriedades para a criação de gado e plantação. Atualmente a Cidade Ocidental recebe maciços investimentos imobiliários e tais investimentos ocorrem devido a instalação dos condomínios Alphaville Brasília Residencial e do Damha Residencial Brasília no bairro Jardim ABC e temos outros loteamentos dentro do território como o Jardim Edite e o Nova Cannãa e que fazem fronteira com a área como o Residencial Dom Bosco. Além da





Figuras 5 e 6 – Em vermelho a área ocupada pelos quilombolas em comparação com a área delimitada pelo INCRA no RTID e as zonas de conflito com as tensões de loteamentos urbanos e grandes extrativistas no território.

De acordo com o Relatório de Delimitação e Identificação Publicado pelo em Diário Oficial pelo INCRA em 20011, a comunidade tem como tronco familiar estas três negras escravizadas, este território conta com 785 famílias, contudo a população não compreende somente os descendentes destas famílias quilombolas, mas também ocupam o território 299 famílias não quilombolas que e adquiriram terras e, posteriormente, estabeleceram moradia nesta área.

Porém, mesmo como bem resultante da história da Comunidade do Quilombo Mesquita, a proteção deste território que expressa todas as relações e a construção histórica deste povo ainda não está assegurada. Através da Fundação Cultural Palmares, o quilombo Mesquita obteve sua certificação como território remanescente em 2006, contudo, até a presenta data, suas terras ainda não foram certificadas pelo INCRA. Isto acarreta, entre outros fatores, na ausência de delimitação territorial, onde este sítio com valor patrimonial tem parte da sua extensão ocupada por condomínios, propriedades rurais agrícolas e outros residentes que não são parte desta reminiscência quilombola.

Ao tratar do território, o conceito de territorialidade, definido em bases antropológicas e estabelecido neste trabalho, é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002, p. 3). Sendo assim, os territórios têm um caráter expressivo múltiplo e particularidades dos grupos sociais que os compõe, se tornando um produto do processo histórico, social e político.

Como vemos em Little (2002), o processo de ocupação territorial das terras quilombolas muitas vezes decorria de herança, como no caso do Quilombo Mesquita, ou abandono/falência por parte dos proprietários, como ocorreu em grande parte no Maranhão, onde esta população incorporava e apropria efetivamente estas terras. Como podemos observar na primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil que data de 1850 o usufruto e a propriedade sobre as terras hierarquizava e expunha as discrepâncias sociais existentes, também

com bases legais. Nesta lei africanos e seus descendentes categorizados como "libertos" foram segregados e tiveram seu acesso à terra negados, mesmo que estas já fossem por direito sua propriedade em processos de herança ou até mesmo tendo sido adquiridas em processos de compra.

De acordo com o INCRA (2016), ao pautar a regulamentação fundiária destas reminiscências quilombolas deve-se pensar na territorialidade que identifica essa população pois neste contexto os indivíduos que pertencem ao grupo social e ao território, e não o contrário, como ocorre em nossa sociedade, onde a propriedade da terra pertence aos seus detentores. Os espaços produzidos e ocupados nestas comunidades devem ser pensados num contexto atual e social da comunidade, compreendendo a sua reprodução física social e a dinâmica diversa do uso do solo e as relações que são características desta territorialização, desta identidade coletiva.

E ao pensar no conflito territorial existente atualmente no Quilombo Mesquita percebe-se esta relação entre a construção do espaço na metrópole contemporânea e a produção do espaço comum como resultado da herança histórica coletiva. De acordo com INCRA (2011) no começo da metade do século XX o território que compreendia o Quilombo Mesquita era mais que 10 vezes maior que o ocupado atualmente e com o processo de construção da cidade de Brasília a partir da década de 50 e consequentemente o crescimento das cidades satélites o território da comunidade sofreu com estas mudanças.

De acordo com Santos (2012), a nova realidade geopolítica alterou o cotidiano da comunidade que, com a expansão da ocupação da periferia, se encontrava a apenas 8km do centro da Cidade Ocidental. A especulação imobiliária na região está desarticulando e ameaçando as formas tradicionais de uso e ocupação do território, alterando os valores identitários, materiais, imateriais e simbólicos.

> *A identidade com a terra, identidade com a luta, iguais e diferentes, caminhando para construir um sujeito coletivo. Avanços, recuos, discussões, enfrentamento das próprias contradições em meio às contradições das sociedades que os apoiam através de algum seguimento ou os condena através de outros. Identidade e oposição na construção da sua identidade de sujeito coletivo. (BORGES, 1997, p.168).*

Neste sentido, a produção comum do espaço destas comunidades se torna resistência biopotente diante do crescimento urbano e especulação consequente desde processo, onde são necessário projetos de políticas públicas atrelados à ocupação e uso deste território.

3. A resistência na produção do comum no território do Quilombo Mesquita

Romper com o neoliberalismo significa desconstituir o arcabouço institucional existente e substituir por outro, significa, trazer à tona uma racionalidade alternativa, a exigência do "comum", uma nova razão política dos movimentos de resistência e as insurreições democráticas. As comunidades quilombolas afrorurais pela história de luta e resistência com suas práticas comunitárias e organização política são um modelo alternativo ao sistema hegemônico de racionalidade neoliberal.

Na visão de Dardot e Laval (2017) o comum, apesar de ser um princípio não é um princípio como os outros, é um princípio político ou "o princípio político". no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política. A política é uma atividade de deliberação pela qual os homens se unem para tomada de decisão sobre ações decorrentes dessa atividade coletiva, bem como de justiça social.

Assim, continuando o raciocínio de Dardot e Laval (2017), o comum exige como fundamento da obrigação política a participação numa mesma atividade, a co-atividade seja o fundamento da coobrigação. A compreensão do termo "múnus" do termo comum, significa ao mesmo tempo obrigação e atividade, ou tarefa. Pertencer a uma etnia não significa em si um fundamento da obrigação política.

A produção do comum no espaço quilombola reflete a sua identidade, a coletividade territorial, com bens e recursos compartilhados entre os indivíduos, onde o espaço é gerido e administrado numa coletividade e estes relações com o território consolidam as relações sociais, laborais, econômicas e culturais. No modo de viver e se expressar quilombola está associada a terra, que perpassa questões de habitacionais e produtivas, a ocupação e vivência do território se estabelece também como uma questão identitária, onde as tradições e o modo de vida se estruturam a partir da terra e dela se espraiam.

A relação com a natureza e os quilombos e a produção do comum se constituem em espaços de resistência, muitos ainda residem nas mesmas localidades que moram seus antepassados e mantém suas tradições. Essas comunidades tradicionais possuem seus modos de vida, costumes, sendo a terra a base de sua organização sócio-econômico-cultural, o trabalho é feito de forma coletiva e suas produções são autônomas para o consumo próprio, tendo assim um ideal diferente comparado a outros espaços, seus ideais são indispensáveis à geração do valor e identidade étnica, tendo seus modos próprios de resistência.

Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica (ANJOS, 2006, p. 206).

4. A produção do comum identificada nas práticas comunitárias instituídas observada no inventário participativo.

Na pesquisa realizada pela estudante Mariane Paulino no âmbito de seu Trabalho Final de Graduação, inserido no Projeto de Extensão do Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes" foi realizado um inventário participativo de patrimônios culturais baseado na metodologia do IPHAN. Apesar do comum, não ser considerado um "bem comum", ele resulta de princípios políticos e "práxis intituintes" que podem ser identificados em ações políticas que, por sua vez, são manifestadas em práticas do cotidiano da coletividade, que são formas biopotentes de resistência.

O inventário participativo foi pensado buscando a mobilização e envolvimento dos grupos sociais afim de estimular o entendimento da cultura como um processo dinâmico de socialização e fortalecimento da identidade cultural e memória que contém esses grupos sociais. Sendo um povo tradicional, as comunidades remanescentes de quilombo têm como parte do seu processo de constituição as tradições advindas da cultura africana.

De acordo com Anjos (2003) essas comunidades mantiveram tradições ancestrais como a agricultura, as técnicas de arquitetura e construção, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica. E assim como se configuram alguns elementos culturais africanos, a oralidade é um elemento fundamental para transmissão e perpetuação dos saberes e cultura entre as gerações e entendimento destas manifestações culturais inseridas no cotidiano local.

O processo metodológico para aplicação do inventário no Quilombo Mesquita consistiu inicialmente em identificar dentro da comunidade alguns perfis que captassem diversos grupos que formam a comunidade para que abrangência e multiplicidade identificassem de modo igualitário as referências culturais que são parte da comunidade. Fazem parte do inventário quilombolas famílias tronco iniciais do quilombo e membros que vieram de outras localidades, indivíduos ativos socialmente nos grupos e atividades e membros que não fazem parte das atividades da associação, uma abrangência de idades que permite tratar com diferentes gerações, entre outros, é necessária a integração de diversos agentes da comunidade.

Investigar, pesquisar e coletar informações sobre as referências culturais que fazem parte da comunidade são parte importante deste processo, através de conversas

e entrevistas com os membros da comunidade o objetivo final não consiste em um instrumento de identificação de reconhecimento oficial, contudo consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo histórico-cultural. Durante o processo foi perceptível a tomada de consciência por parte de alguns membros em que consiste o patrimônio e as referências culturais da comunidade e como – e se – havia alguma ação de preservação e manutenção destes.

As categorias abrangidas pela pesquisa foram: (1) lugares, (2) celebrações, (3) formas de expressões e (4) saberes, onde em cada categoria se busca descobrir a referência da comunidade em cada aspecto, identificando e relatando a maneira como os indivíduos o percebem. Para suscitar a reflexão busca-se encontrar memórias através de questões descritivas como a localização, a história, períodos importantes, participação social, vestígios, questões sobre manutenção e etc, cada categoria possui uma ficha que compõe os aspectos a serem levantados acerca do bem, seja material ou imaterial.

Ao exemplo de um saber que foi identificado por grande parte dos membros, as tradições e modos de fazer decorrentes de processos de cultivo agrícola: a produção da marmelada, sendo um saber que perdura desde os primórdios do Quilombo Mesquita, tendo sido um produto que caracterizou a comunidade durante a sua história. Durante as entrevistas foi relatado como a produção do doce é um processo caseiro e familiar, presente não somente como atividade, mas também nas casas e quintais, com os cômodos separados para a produção do doce no forno feito de adobe, os grandes tachos presentes nas cozinhas para a preparação e cozimento do marmelo e também nos processos iniciais como o plantio e a colheita comunitária.

Identificadas como a maior celebração do Quilombo, as folias consistem em festejos relacionados à religiosidade, este povo que assim como seus ancestrais foram catequisados, tem nestas celebrações o culto a santos católicos, como a padroeira da comunidade Nossa Senhora da Abadia. Embora seja de tradição católica, foi percebido pelos entrevistados que as folias não congregam somente praticantes da religião, mas se configuram como referência cultural da comunidade, envolvendo membros de religiões diversas que participam do acompanhamento da procissão pela comunidade e vivência nos diversos pousos para celebração.

E dentro dos ritos existentes nas folias existem os momentos da Catira e a da Raposa que são danças que fazem parte da tradição da comunidade, onde a primeira é parte de um folclore regional que pode ser observada em outros grupos sociais e comunidade de quilombos, e a raposa é uma dança própria do Quilombo Mesquita que teve início com um dos patriarcas da comunidade no século passado. As cantigas tocadas pelos violeiros e cantadas tratam do dia-a-dia e cotidiano durante a história, onde diversas versam sobre a relação do povo com o território, do plantio e atividades correlatas.

Na descrição das folias, durante as semanas de festividade, a cada dia um morador oferece sua residência para ser o “pouso” e em sua casa é preparada a refeição que será partilhada, e este será o local das danças e cantigas e o local de festejo até o próximo dia, onde a folia seguirá para outra residência. Durante os dias de festa há uma peregrinação pelo território de pouso em pouso até o retorno ao ponto inicial que é a Igreja de Nossa Senhora da Abadia.

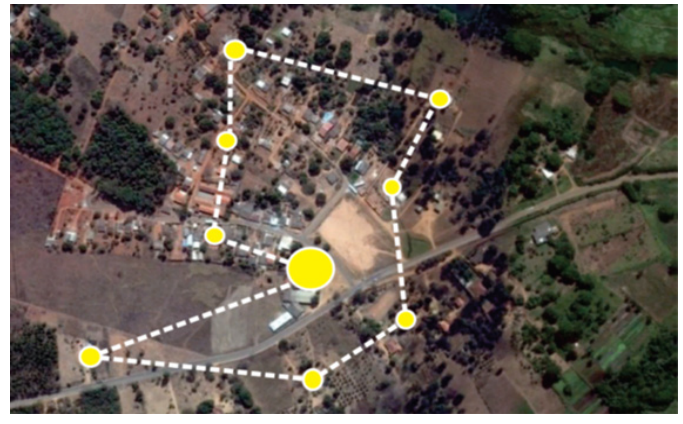


Figura 7 – Exemplo da espacialização do percurso das folias

Ao identificar as descrições de algumas referências culturais percebidas na comunidade, colhidas no processo de construção do inventário participativo, teve-se um o entendimento de seus significados e cargas simbólicas, além da percepção a reflexão e captação dos signos existentes visando a identificação da produção do comum e sua preservação cultural como forma de resistência biopotente frente às formas de produção do espaço da região.

Considerações Finais

As políticas públicas de preservação e salvaguarda do patrimônio, práticas, saberes e modos de fazer, são necessários para o enfrentamento das iniquidades sociais e para o fortalecimento da identidade quilombola, e ações como o inventário participativo corroboram para este fortalecimento. Ao construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, o comum está presente como princípio, antes do bem comum. Lembrando Dardot e Laval (2017), o comum é o princípio que faz buscar o objeto que é o "bem comum" que para visá-lo ou busca-lo é preciso participar de atividades de deliberação comum.

Espera-se que os resultados da pesquisa-ação com o material que será produzido pela Universidade de Brasília em parceria com a Universidade Federal de Salvador de um "Planejamento Afrorural e Levantamento da Produção do Comum para o Quilombo Mesquita" assim como projetos de arquitetura e urbanismo para os núcleos centrais construídos e aprovados coletivamente, se tornarão dispositivos biopotentes e instrumento de luta dessa comunidade, frente à produção do espaço do urbanismo neoliberal da região.

Referências Bibliográficas

ALVES, Manoel Antonio Lopes Rodrigues. **Lugares Controlados: privatização e financeirização do espaço da cidade neoliberal.** São Paulo, 2017.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **O Espaço Geográfico dos Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil.** Revista Brasileira de Extensão Universitária, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 52-57, jul./ dez. 2003.

_____, Rafael Sanzio Araújo, and André Cypriano. **"Quilombolas."** Tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006

BORGES, Maria Stela L. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1997

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Guia de políticas sociais quilombolas: serviços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2013

_____. **Constituição Federal, de 1998.** Brasília: Senado Federal, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. COMUM. **Ensaio sobre revolução do século XXI.** Boitempo, São Paulo, 2017.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique.** Paris: Gallimard, 2004.

_____.História da Sexualidade, vol. **I A Vontade de Saber.** 13a ed. Rio de Janeiro:1999.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, D. **A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura.** In: Moraes, David (Org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.

INCRA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.** Quilombo Mesquita. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2011

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Etnográfica 4.2 (1999): 333-354

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma territorialidade antropológica.** Série Antropológica. Brasília, 2002

MENDES, Alexandre F.. **A atualidade do comunismo.** A produção do comum no pensamento político de Toni Negri. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, I.R. dos. **"Tá fazendo marmelada, compadre?: Um ensaio sobre a cultura do marmelo em Mesquita.** Goiás. In: 3º Prêmio Territórios Quilombolas, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012

SANTOS, Ozeias de Almeida. **Espaço, terra e quilombo: a produção socioespacial das comunidades quilombolas do municipio de antonio cardoso – ba.** Disponível em: <https://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-3-volume-54/espao-terra-e-quilombo-a-produo-socioespacial-das-comunidades-quilombolas-do-municipio--de-antonio-cardoso--ba>. Acesso em: 23 out. 2017.

SEPPIR. **Secretaria da Igualdade Racial. Painel de Monitoramento Quilombola - Projeto Brasil Quilombola.** Disponível em: <http://www.portaldaigualdade.gov.br/acoes/pbq>. Acesso em: 31/10/2017.

A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DAS CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS: produtos do morar e consumir

CLARO, LETÍCIA PACHECO DOS PASSOS (1)

1. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional - CEAM
leticiaclaro@hotmail.com

Resumo

Esse estudo tem como objetivo apontar as transformações socioespaciais do neoliberalismo no âmbito de cidades pequenas e médias, que cria espaços de exclusão, gentrificação e segregação. A partir da contextualização do neoliberalismo e discussão sobre a acumulação flexível e o fenômeno da destruição criativa, visa compreender os pilares da construção da cidade neoliberal. Em seguida analisa essa nova estrutura urbana, pautada no consumo, no espetáculo, no exclusivismo e a reprodução dessa estrutura pelo território, utilizando as cidades de Balsas (MA), Barreiras (BA) e Luís Eduardo Magalhães (BA) como exemplos da espacialização da cidade neoliberal. Essa pesquisa tem caráter exploratório, iniciando reflexões sobre as emulações dos objetos imobiliários das cidades grandes em cidades pequenas e médias, além das consequências desse fenômeno na relação agentes públicos, privados e população local.

Palavras-chave: *Cidades Pequenas e Médias; capitalismo neoliberal; destruição criativa; consumo da cidade*

Introdução

O individualismo exacerbado, o consumo flexível, exclusivo e o constante processo de inovações são características do neoliberalismo. Este, por sua vez, é fruto do fracasso do keynesianismo e fordismo frente aos novos desafios do sistema capitalista. A chamada acumulação flexível rompe com a rigidez do sistema fordista e propõe novos paradigmas de produção, essencialmente pautados em novas maneiras mais rápidas de circular o capital, fragmentadas pelo globo, carregadas de modismos e exclusivismos.

A lógica da acumulação flexível permeia a divisão espacial do trabalho, a conformação das cidades e também os circuitos produtivos. O desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional permitiu que as distâncias e as barreiras diminuíssem e que a produção se fragmentasse por diversos centros especializados.

Dessa forma, a escolha locacional do capital produtivo cria novas exigências ao território, do desenvolvimento de infraestruturas até cidades e mão de obra especializadas. Esse cenário promove a cooperação e competitividade de cidades, além da segregação espacial, por meio de redes centralizadoras e catalisadoras de desenvolvimento econômico.

O que se tem são cidades-mercadoria que são vistas como valor de troca e se desenvolvem a revelia da produção e do consumo. São cidades produzidas para a sociedade espetáculo aos moldes internacionais, promovendo constantes reconstruções morfológicas para satisfazer a lógica da destruição criativa.

Esse estudo tem como objetivo apontar como o neoliberalismo transforma os padrões de consumo da sociedade e se apropria das cidades, criando espaços de exclusão, gentrificação e segregação. Ainda, objetiva mostrar a importância de se observar esse fenômeno no âmbito de cidades pequenas e médias, que são inseridas em complexos circuitos produtivos que condicionam sua expansão e desenvolvimento urbano.

O estudo é estruturado em três momentos: a contextualização do neoliberalismo no mundo, além do debate sobre as transformações da acumulação flexível e destruição criativa na sociedade e no espaço. O segundo momento foca na cidade neoliberal, na maneira com que ela é vendida, apropriada, transformada e consumida. O último momento é a discussão sobre a cidade neoliberal no âmbito de pequenas e médias cidades a partir da compreensão da natureza relacional dessas cidades por meio de redes urbanas e circuitos de produção.

As cidades do agronegócio nordestino: Balsas (MA), Barreiras (BA) e Luis Eduardo Magalhães (BA) são utilizadas no exercício de espacializar os objetos imobiliários frutos da estandartização da cidade neoliberal. Essas cidades têm relevantes papeis no circuito produtivo nacional da soja, sendo consideradas nodosidades da rede urbana e importante exemplo da emulação dos modos de morar e consumir das cidades grandes.

Esse exercício, de caráter exploratório, visa apontar a importância de se discutir a urbanização dos pequenos e médios centros urbanos que muitas vezes se conformam a partir das regras do capital produtivo. O que gera espaços de exclusão e segregação da população mais pobre, que, desarticulada, não consegue fazer frente ao poder municipal defendendo cidades mais democráticas.

1. Os Produtos do Capitalismo Neoliberal

Segundo Harvey (2006), na década de 1970 sinais de uma crise de acumulação de capital começaram a emergir, acompanhando uma fase de estagflação e de crises fiscais, assim o compromisso keynesiano de equalizar a acumulação de capital com políticas sociais democráticas colapsou. Dessa forma, o Neoliberalismo emerge como potencial solução para essas ameaças ao sistema capitalista, defendendo os interesses do grande capital, o individualismo, a propriedade privada e a liberdade do mercado (HARVEY, 2006).

O Neoliberalismo era visto por muitos como única alternativa para superar a crise de acumulação capitalista, assim, seus maiores representantes – Margareth

Thatcher e Ronald Reagan – advogaram por essa bandeira na Inglaterra e Estados Unidos, abrindo as portas para o restante do mundo.

Ainda sobre essa crise de acumulação, Harvey (1996) argumenta que tanto o keynesianismo quanto o fordismo se mostraram incapazes de conter as contradições do capitalismo graças à rigidez desses sistemas. Nesse período, as mudanças tecnológicas, o desenvolvimento das comunicações e a dispersão geográfica da produção transformam a lógica do capital e confrontam a rigidez do sistema fordista.

Em reação a isso, Harvey (1996) introduz uma nova etapa da produção capitalista, a acumulação flexível. Segundo ele, essa etapa é pautada na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. Esse sistema reduz o tempo de giro da produção e também do consumo, introduz novos mercados sob o argumento da inovação e especialização.

Sobre essa nova lógica de produção e consumo, Schumpeter (1984) introduz o termo destruição criativa. Para o autor, uma vez que a economia é um fluxo circular e o capitalismo nunca está em um estado estacionário, os consumidores são educados a acreditarem em novas necessidades, e a inovação é a força motriz que incessantemente destrói e reconstrói as estruturas econômicas. A destruição criativa é algo necessário para manter a circulação do capital, e vem acompanhada de uma propaganda que cria e recria necessidades de consumo.

Esse é o cenário que molda as cidades: relações banalizadas, homogeneizadas e transformadas em produto. Santos e Silveira (2006) fazem um diagnóstico do território e sociedade brasileira no início do século XXI e apontam que a globalização tem um papel importante nesse contexto, uma vez que valoriza e desvaloriza as porções do território em grandes velocidades, determinando mudanças de usos.

O progresso da ciência, da técnica e da rápida circulação de informações impacta diretamente na espacialização do trabalho nos lugares (SANTOS E SILVEIRA, 2006) e, consequentemente, na configuração das cidades. As novas demandas do capital transformam constantemente os lugares, produzindo um incenssante ciclo de desterritorialização e reterritorialização marcado pela concorrência das cidades, pelo marketing urbano, pela produção de imagens e padrões de consumo e também pela invisibilidade dos indesejáveis.

Ferreira (2013) aponta a banalização do espaço como produto desse processo neoliberal, exemplificando a produção do espaço por modelos de sucesso internacionais que objetivam revitalizar determinadas partes do território da cidade. O autor afirma ainda que esse processo, que é pautado na divisão do trabalho e na propriedade privada, é responsável por vários conflitos e contradições entre as classes sociais. As transformações nas relações de trabalho acompanham transformações nas relações espaciais, de forma que é impossível pensar em mudanças no modo de produção capitalista de maneira desconectada da apropriação e dominação das cidades.

Ferreira (2013) completa esse argumento dizendo que as transformações acontecem também na esfera do consumo, o que vai de encontro com o argumento de Schumpeter em relação a criação de necessidades para estimular o consumo e o giro do capital. Para Ferreira, mudanças nos padrões de produção significam mudanças nas formas espaciais. A cidade fruto da acumulação flexível é aquela da periferização, da fragmentação e gentrificação, das renovações/revitalizações/reconfigurações urbanas, do consumo e do marketing da cidade-produto.

Dando continuidade ao argumento das transformações espaciais decorrentes da divisão de trabalho, Carlos (2015) defende a visão da cidade como negócio, uma vez que a acumulação do capital não acontece somente no espaço, mas também se dá por meio da produção do espaço. A autora afirma a importância de se compreender espaço como agente e não como base inerte, uma vez que a exploração dele como mercadoria afeta a prática socioespacial, orienta a apropriação interferindo nas relações público/privado, delimita e organiza a vida (CARLOS, 2015).

O fenômeno da destruição criativa afeta diretamente a apropriação do espaço, uma vez que altera constantemente os usos dos lugares e atua valorizando e desvalorizando determinadas áreas da cidade. Os efeitos da desvalorização e revalorização dos centros, autossegregação das elites, gentrificação e expulsão dos pobres de determinados bairros são consequências também desse processo que cria novas imagens para o consumo da sociedade.

2. A Produção Do Espaço Na Cidade Neoliberal

Carlos (2015) defende a ideia da cidade-mercadoria, uma vez que os lugares são produzidos e planejados para o consumo. A autora argumenta ainda que a reprodução do espaço urbano em fragmentos é uma extensão do mundo da mercadoria; sob essa ótica a cidade passa a ser vista como produto, valor de uso e de troca. Para Alvarez (2015) essa visão da cidade como mercadoria abre a possibilidade para pensar nela como um bem inserido na lógica da valorização, o que leva à compreensão de algumas lógicas de uso das cidades, como a revitalização de áreas fabris e portuárias, além da fragmentação e esprairamento consciente e a desvalorização e revalorização dos centros como elementos de circulação de capital e de uso e venda da cidade como mercadoria.

Padua (2015) exemplifica esse fenômeno na capital paulista. Segundo ele a escassez de terrenos nas áreas melhor avaliadas da cidade obriga o mercado imobiliário a buscar novas frentes de valorização. Isso produz um ciclo vicioso de permanente reestruturação dos lugares, o que para o autor revela a produção de uma nova sociabilidade. Padua diz ainda que novos objetos do setor imobiliário são dispostos no território, empobrecendo o conjunto da cidade, uma vez que reduzem o espaço à determinadas funções, a consequência disso é a vivência fragmentada em espaços definidos e momentos específicos.

Germana de Faria Arantes (2015) traz essa perspectiva para o contexto goiano, a partir do estudo da cidade neoliberal, ela avalia o papel do mercado imobiliário em criar nichos de investimento, contribuindo para a gentrificação. A autora entende esse contexto como fruto da revolução do entretenimento e da sociedade do espetáculo que, por meio da comercialização do irreal e do consumo da imagem criam cidades cada vez mais segregadoras, gentrificadas e elitistas.

Para a sociedade do espetáculo, criam-se cidades do espetáculo. O marketing tem um importante papel nesse cenário, que, segundo Arantes, “seduz a sociedade ao supérfluo” (ARANTES, 2015, p.30). A redução da cidade como mercadoria introduz novos tipos de consumo mascarados nos jargões de cidades lindas, requalificações urbanas, cidades inteligentes etc. Arantes exemplifica esse fenômeno nos Estados Unidos, onde o processo de renovação urbana se deu em grande escala devido à migração para os subúrbios e impacto da construção de novos shoppings nas periferias.

Dessa forma, a cidade constantemente se recicla com objetivo de se tornar mais atraente e mais competitiva, o que abre caminho para as inovações: arquiteturas mais ousadas, melhores infraestruturas, benefícios ao setor imobiliário etc. Há ainda uma estandartização dos hábitos: maneiras de consumir, viver e trabalhar, com padrões universais de planejamento e de lugares. Vê-se assim a disseminação de shoppings, grandes mercados, condomínios fechados, clubes privativos, zonas pseudo-públicas (parques, praças e ruas privatizadas).

Essa universalização do ciclo de consumo das cidades isola cada vez mais os invisíveis, uma vez que eles não fazem parte da cidade espetáculo. E isola também as elites que se beneficiam de planos de revitalização, criação de novos bairros ou condomínios isolados, consumindo as necessidades de morar criadas. O que se vê hoje são cidades polarizadas, compostas de ilhas de morar, de lazer e de consumo. Cidades segregadas e segregadoras que, por meio de suas morfologias, dizem quem pode e como pode usufruir da cidade.

3. Cidades Pequenas e Médias – emulação do contexto metropolitano

O fenômeno da cidade neoliberal não é exclusivo das grandes cidades e metrópoles, ele pode também ser observado em cidades pequenas e médias que, constantemente reproduzem formas e "objetos imobiliários" (PADUA, 2015), frutos dos grandes centros urbanos. Primeiramente é importante elucidar a natureza relacional dessas cidades. Corrêa (2017) afirma que só é possível entender esse contexto observando a rede na qual a cidade está inserida e as relações com campo, cidades menores e maiores.

Isso quer dizer que discutir esse fenômeno exige, primeiramente, um entendimento maior da rede urbana brasileira, das relações das cidades e da divisão do trabalho ao longo do território. Santos e Silveira (2001) argumentam que a autonomia dos lugares vem dando lugar a uma crescente interdependência regida pelo capital, por isso há uma maior necessidade de facilitar a circulação de capital, pessoas, mercadorias e informação.

Esse cenário exige melhor qualificação das cidades para a atração do capital e inserção na dinâmica dos circuitos espaciais de produção. Para Santos e Silveira (2001) o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional gera condições para maior especialização e interdependência dos lugares, conformando assim, uma nova divisão territorial do trabalho.

Ainda segundo os Santos e Silveira, a descentralização industrial tem papel-chave nesse processo, uma vez que espalha pelo território novos centros especializados. Sob essa perspectiva, os lugares mais ativos são aqueles mais aptos a responderem às demandas do mercado mundial, e, para melhor responderem à essas demandas, as redes urbanas se conformam, se estruturam e atuam colaborativamente ou competitivamente.

Essa cadeia produtiva de escalas variadas é que insere as cidades pequenas e médias nos circuitos espaciais de produção. Segundo demandas produtivas – seja pela modernização do campo, pela locação de uma fábrica, pela instalação de determinada infraestrutura – as cidades se remodelam e se inserem nesse contexto, criando nodosidades no território e atraindo interesses para a região.

As nodosidades do território conformam redes urbanas que atraem pessoas, investimentos e serviços, dessa forma a cadeia produtiva envolve também o consumo local. Santos e Silveira (2001) entendem que a prática do neoliberalismo nesse contexto torna o uso do território mais seletivo na distribuição geográfica de bens e serviços, o que gera grandes desigualdades, seja pelo enfraquecimento de cidades ou pelo acesso a determinados serviços. Isso cria forças de dispersão e concentração em pontos específicos do território.

A produção do espaço neoliberal é pautada na flexibilidade e na competitividade dos lugares. A escolha locacional do capital é também fruto dessa disputa dos lugares, o que acaba levando para cidades pequenas e médias as mesmas necessidades de consumo criadas nas cidades grandes. Dessa forma, vê-se a disseminação de objetos imobiliários, de padrões de vida e consumo expressos pelos shopping centers, pelas grandes redes varejistas, por centros de serviços especializados, pelos condomínios fechados horizontais e verticais etc.

As contradições desse fenômeno estão na produção de cidades cada vez mais estandartizadas, porém com imagens cada vez mais exclusivas: seja no marketing que vende São Paulo Cidade Linda[1], ou Luis Eduardo Magalhães[2], a cidade que mais cresce no Brasil; ou ainda nas propagandas dos empreendimentos imobiliários sustentáveis, verdes, privilegiados, especiais e paradisíacos, produtos para a sociedade do espetáculo.

Sob a ótica da disputa dos lugares, Denise Elias e Renato Pequeno (2007) defendem que as mudanças da territorialização do capital geram grandes impactos socioespaciais, seja no campo ou nas cidades. Os circuitos espaciais de produção produzem uma série de cidades especializadas, Elias e Pequeno argumentam que é possível identificar municípios cuja urbanização se deu pela expansão desses circuitos produtivos.

[1] http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/zeladoria/index.php?p=228033 Slogan da propaganda da Prefeitura de São Paulo

[2] http://www.poderjuridico.com.br/luis-eduardo-magalhaes-bahia-cidade-que-mais-cresce-no-brasil/ Slogan da propaganda da Prefeitura de Luis Eduardo Magalhães

Os autores focam nas cidades do agronegócio e apontam que a urbanização dessas cidades está fortemente ligada à modernização da agricultura. Elias e Pequeno afirmam que o agronegócio globalizado está fortemente ligado à economia urbana, levando à geração de novas relações campo-cidade, dissolvendo a antiga dicotomia dos dois espaços. As cidades se tornam responsáveis por fornecer mão de obra, serviços, recursos financeiros, insumos e máquinas ao campo.

As cidades do agronegócio se inserem nos circuitos espaciais de produção, complexificando seu território, atraindo investimentos e recebendo frutos dessa produção. Além da materialização necessária para dar suporte à produção, essas cidades recebem objetos de infraestrutura para o consumo da população, a partir da mesma estandartização das cidades grandes: shoppings, condomínios, grandes redes varejistas, centros especializados de serviços.

O circuito espacial da soja é um importante gerador de receitas no Brasil. Um dos importantes eixos da expansão da soja, segundo Elias e Pequeno (2007) se dá pela implantação das multinacionais Cargill e Bunge nas cidades: Balsas (MA), Barreiras(BA) e Luís Eduardo Magalhães (BA). O exercício aqui é, a partir de um mapeamento inicial dessas cidades do agronegócio da soja no Nordeste brasileiro, abrir portas e fornecer suporte para a pesquisa da cidade neoliberal que avança em escalas menores provocando a oligopolização do espaço.

Balsas é um município localizado no sul do Maranhão, com população estimada em 94.779 habitantes com o quarto melhor PIB per capita do estado[3]. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são municípios do oeste baiano, localizados ao longo da BR020. Barreiras tem população estimada de 157.638 habitantes ocupando o 20o lugar no PIB per capita do estado[4], e Luís Eduardo Magalhães com 83.557 habitantes, 6o maior PIB per capita do estado[5].

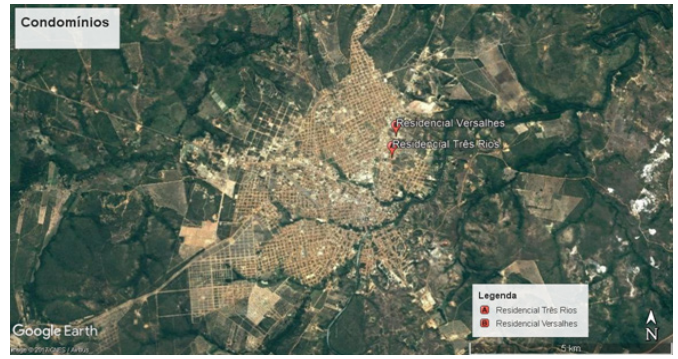
[3] Dados IBGE 2017 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/panorama>

[4] Dados IBGE 2017 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>

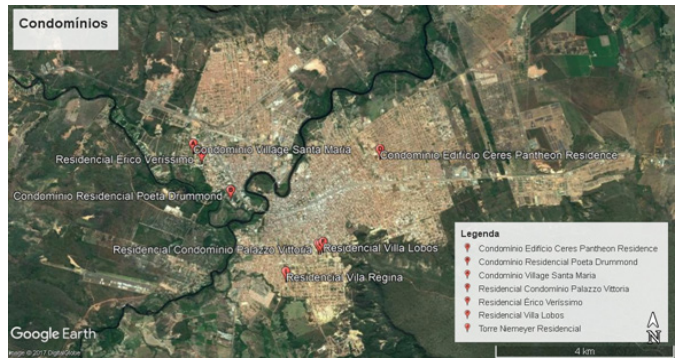
[5] Dados IBGE 2017 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama>

A estandartização do morar, pelo consumo de condomínios fechados (horizontais ou verticais) e do consumir, expressa pelos shoppings, redes varejistas e comércio especializado, já é observada nas cidades de Balsas (MA), Barreiras (BA) e Luis Eduardo Magalhães (BA).

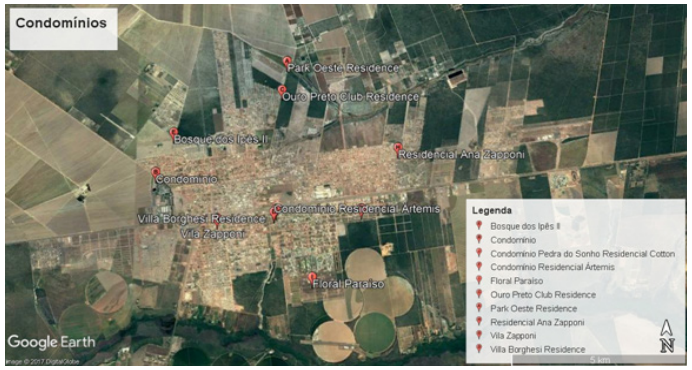
Produtos do morar (disseminação de condomínios fechados verticais e horizontais no território):



Mapa 1 - Condomínios localizados em Balsas – MA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



Mapa 2 - Condomínios localizados em Barreiras – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



Mapa 3 - Condomínios localizados em Luís Eduardo Magalhães – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.

B. Produto do consumir (disseminação de shoppings, redes varejistas e comércio especializado)



Mapa 4 - Shoppings localizados em Balsas – MA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



Mapa 5 - Shoppings localizados em Barreiras – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



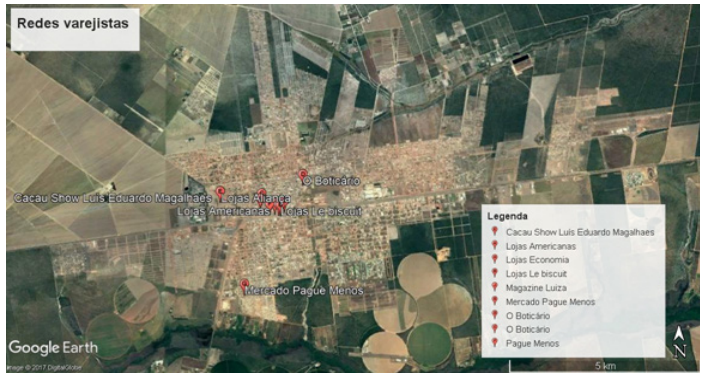
Mapa 6 - Shoppings localizados em Luís Eduardo Magalhães – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



Mapa 7 - Rede varejista localizada em Balsas – MA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



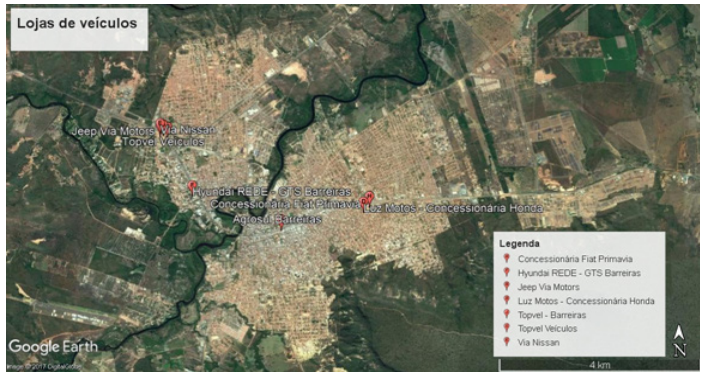
Mapa 8 - - Rede varejista localizada em Barreiras – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



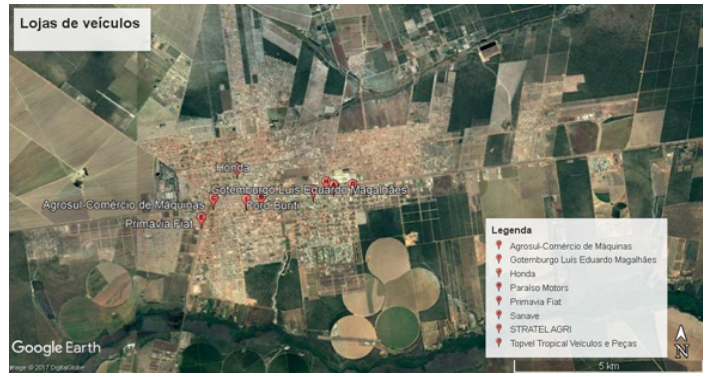
Mapa 9 - - Rede varejista localizada em Luís Eduardo Magalhães – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



Mapa 10 - Comércio especializado de veículos localizado em Balsas – MA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



Mapa 11 - - Comércio especializado de veículos localizado em Barreiras – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.



Mapa 12 - Comércio especializado de veículos localizado em Luís Eduardo Magalhães – BA. Fonte: Google Earth Pro 7.1.2.2041.

Esses mapas revelam como essas cidades se assemelham com as grandes cidades no que tange ao consumo de objetos imobiliários. Apesar das dimensões da cidade e do tamanho de sua população, a atração e circulação de capital criam o espetáculo do morar e do consumir emulado das grandes cidades, disseminando o caráter universal da produção da cidade neoliberal.

As consequências desse urbanismo são as polarizações, a criação de arquipélagos de diferentes funcionalidades, além de acentuar segregação sócioespacial em cidades com forte dominação do capital privado onde, muitas vezes, o poder público atua defendendo esses interesses. Essas cidades merecem atenção especial pelo papel estratégico na rede urbana, nos circuitos espaciais de produção e também na divisão territorial do trabalho. São nodosidades que atraem o capital internacional, que, muitas vezes, é a principal força motriz norteadora da expansão urbana.

O poder público geralmente atua em cima do muro: representa os interesses do capital, especialmente para vender a cidade produtor, e também se mostra enfraquecido frente a força do grande capital internacional. Uma vez que as cidades se expandem à revelia do capital, têm valor de troca, são produzidas para o espetáculo e são construídas, destruídas e reconstruídas sob diversos lemas: cidades do turismo, do morar, do consumir, do produzir. E, dentro dessa ótica, cidades espetáculo vendem imagens universalizantes, onde pobreza e

desigualdades não são rentáveis e devem ser invisibilizadas. A atenção necessária a essas cidades está em evitar ou mitigar problemas já evidenciados nos grandes centros urbanos, frutos do mesmo padrão de consumo e identificar possíveis atuações da legislação e do planejamento.

Conclusões

O desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional contribuiu para a diminuição de fronteiras físicas, conferindo maior fluidez e velocidade na disseminação de informações. Esse é um fenômeno que ultrapassa as fronteiras jurídicas e transformam os lugares, agora conectados por redes e sujeitos a uma nova divisão internacional do trabalho. A velocidade das trocas e do giro do capital cria novas relações de produção e consumo, pautadas no que Harvey defende por acumulação flexível.

O fracasso do sistema de produção fordista em acompanhar a velocidade dessas mudanças deu lugar à acumulação flexível, que, de forma globalizante, atua transformando os usos dos territórios. A cidade neolilberal é fruto desse contexto da mundialização do capital, da dissipação de fronteiras, do aumento das velocidades e da constante produção e reprodução do espaço urbano como mercadoria. Um dos instrumentos que essa cidade faz uso é da destruição criativa que lança modismos, cria necessidades para a sociedade do consumo do espetáculo.

As pressões do mercado globalizado forçam a competitividade e colaboração de cidades, que são inseridas nesse contexto como mercadoria. A atuação do marketing urbano é exemplo desse processo, cidades se vendem para o consumo do turismo, do morar, do investir. As grandes consequências dessas cidades são as desigualdades estruturantes: territórios fragmentados devido à movimentação dos padrões de consumo, isolamento dos indesejáveis ao espetáculo de cidades lindas.

A cidade neoliberal se torna produto e se insere nos circuitos internacionais de produção, são testerritorializadas e universalizadas, são cidades que não dormem, cidades do amor e outros tipos de cidades propagandas que se degladiam no mercado internacional.

Uma fez que esse fenômeno não tem barreiras, ele pode ser observado em cidades pequenas e médias do território brasileiro. O caso específico de cidades pequenas e médias é importante uma vez que ele evidencia as dificuldades tanto do poder público municipal, quanto da atuação da população frente ao grande capital internacional que ressignifica as cidades.

As cidades do agronegócio são um exemplo de cidades inseridas no circuito espacial de produção e geridas pelo capital internacional. São também cidades-produto que se vendem para a produção e também para o consumo local, e, no que tange ao consumo local, é possível observar a convergência desses padrões de consumo universais. Os padrões de consumo podem ser espacializados a partir da disseminação dos objetos de infraestrutura: condomínios fechados verticais e horizontais, shoppings, grandes redes varejistas e centros especializados.

Isso significa dizer que a cidade neoliberal é globalizante e não é exclusividade das cidades grandes e metrópoles. A dissolução de fronteiras quebra com as dicotomias de cosmopolitismo e interior, cidades pequenas e médias absorvem também imagens e padrões de consumo e representam isso no seu território. Balsas (MA), Barreiras (BA) e Luís Eduardo Magalhãs (BA) são cidades do circuito da soja do nordeste brasileiro; cidades com população entre 100 e 150 mil habitantes e que já reproduzem em seu território as necessidades universais do morar e consumir. Esse exercício de evidenciar e mapear esses objetos imobiliários é importante para elucidar um fenômeno com grandes impactos para cidades pequenas e grandes, uma vez que há uma grande hierarquia de forças, especialmente pela atuação do capital internacional, e pouca atenção do poder público.

Essas cidades merecem atenção especial pelo papel na rede urbana, no circuito espacial de produção e na divisão territorial do trabalho, são nodosidades

estratégicas e muito atraentes para o capital internacional. Por esses motivos que merecem atenção do poder público e de pesquisas para pensar e estudar suas transformações territoriais e equalizar seu desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social.

Bibliografia

ALVAREZ, I. P**. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação.** In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80.

ARANTES, G. D. F. **Intervenções Urbanas rumo à cidade neoliberal.** Curitiba: Appris, 2015.

CARLOS, A. F. A. **A tragédia urbana.** In: CARLOS, F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015. p. 43-64.

CORRÊA, R. L. **Cidaes médias e rede urbana**. In: SILVA, W. R. D.; SPOSITO, M. E. B. Perspectivas da Urbanização - reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 29-38.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, p. 25, maio 2007.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI - segregação e banalização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

GOOGLE. **Google Earth Pro.** Versão 7.1.2.2041. 2013. Disponível em <https://earth.google.com/web>. Acesso em: 18 out 2017.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development.** Londres: Verso, 2006.

PADUA, R. F. D. **Produção estratégica do espaço e os "novos produtos imobiliários"**. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015. p. 145-164.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil território e sociedade no início do século** XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

A RECONVERSÃO URBANA DO LARGO DA BATATA: o projeto do espaço público e do metrô entre a financeirização do espaço e a apropriação popular

GONÇALVES, LUÍSA (1); MEIRELLES, ANA CLARA (2)

1. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Projeto.
Rua Manoel da Nobrega, 261/603, Paraíso, São Paulo. CEP 04001-081
luisa.tg@usp.br

2. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Rua Itaocara 153, Santa Rosa, Niterói, Rio de Janeiro. CEP 24240-100
anaclarammeirelles@gmail.com

RESUMO

A relação do solo urbano com a produção de renda e capital tem consequências diretas e importantes na produção da cidade. O processo de financeirização do espaço das últimas décadas tem conduzido transformações em posturas privadas e também públicas de produção imobiliária, da arquitetura na cidade. Este trabalho analisa os desdobramentos desse processo no projeto do espaço público, de redesenho viário e da implantação do metrô no Largo da Batata. O Largo foi descaracterizado pela obra do projeto chamado "Reconversão Urbana do Largo da Batata", que transformou a antiga praça em uma esplanada que também recebeu implantação da estação de metrô Faria Lima. A reforma fez parte da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, elaborada no governo de Paulo Maluf, destinada a reorganizar e padronizar a área entorno à Avenida Brigadeiro Faria Lima, expandindo-a e conectando-a ao alto padrão de um novo centro financeiro na cidade. A linha 4 do metrô de São Paulo, que passa por essa área, é a primeira linha cuja construção e operação foram privatizadas, dado que transfigurou a forma de construir, operar e pensar o espaço urbano ao redor dessas estações. Sua implantação no Largo da Batata vai ao encontro de um projeto homogeneizador desse espaço público, que encontrou resistência em recente movimentação de ocupação popular.

Palavras-chave: *Largo da Batata; Avenida Faria Lima; Financeirização do espaço; Metrô de São Paulo, Espaço público.*

Introdução

Esse trabalho é fruto de duas pesquisas que se encontram no tema do espaço urbano contemporâneo e visa iluminar os nexos entre a financeirização global e os arranjos espaciais que se configuram na cidade de São Paulo. A leitura crítica do planejamento urbano da metrópole paulista junto à rede do metrô parte da escala territorial e encontra a produção do espaço na escala local de bairro. A produção do espaço é readaptada e alinhada ao urbanismo neoliberal, regido pela mundialização financeira e, consequentemente, por novas lógicas, parâmetros, ritmos e temporalidades. O projeto de transformação do Largo da Batata informa sobre a maneira de construir e propor a ocupação do espaço segundo essa lógica e seu estudo perpassa o âmbito da produção da arquitetura, projeto do espaço público e do sistema de mobilidade.

Em São Paulo, a construção da histórica rede de metrô que se iniciou na década de 1970 como grande projeto estatal, incorporou obras e reformas gigantescas em diversas áreas da cidade, mas se inicialmente prezou pela construção de espaços públicos junto a seus acessos, hoje apresenta formas diferentes de operação e construção. Dentre diversos modelos de combinações de construção da linha, das estações e sua operação, a linha 4 - Amarela foi a primeira experiência privatizada da rede. Suas estações apresentam características distintas das demais linhas enquanto arquitetura e desenho urbano, inseridas em um contexto particular de legislação construtiva e parcerias econômicas.

No Largo da Batata, o plano de reforma surge no âmbito da Operação Urbana Consorciada, um instrumento urbanístico, econômico e político. O resultado projetual não é aquele que preza pela diversidade de apropriação e ocupação, caminhando no sentido de sua homogeneização. Esse trabalho versa sobre o processo em que isso acontece, bem como o lugar da construção do metrô nessa área. Ainda, mostra que mesmo que a relação entre planejamento e projeto esteja diretamente ligada, aquela entre projeto e ocupação oferece uma brecha, e movimentos populares vêm, desde 2014, formando uma resistência contra a apatia construída no novo Largo através de atividades político-culturais.

1. O neoliberalismo e o espaço urbano

Um dos impactos do neoliberalismo nas políticas urbanas é a transmutação do governo municipal de burocrático a empreendedor, em uma tentativa de reposicionar as cidades como empresas competitivas e capazes de atrair capital externo. As privatizações, desregulamentações e redução dos gastos públicos a partir da década de 80, nas cidades brasileiras, transformaram os governos locais em laboratórios de novas estratégias de gestão - entre elas, estratégias de marketing, megaprojetos e “parcerias público-privadas”. Como consequência, as transformações urbanas passaram a ser menos pautadas nas necessidades dos cidadãos, privilegiando a capacidade de remuneração do capital financeiro investido. Assim, o processo que se observa é o de fortalecimento da hegemonia do capital financeiro com apoio do poder Estatal, uma vez que para ser viabilizado conta com a flexibilização dos instrumentos urbanísticos, mudanças nas leis, criações de agências específicas, etc (ROLNIK, 2015).

As parcerias público-privadas, amplamente difundidas, tem um caráter societário na relação entre as partes (empresas e instituições governamentais), o que impacta diretamente a governança urbana. Apesar do discurso de que a iniciativa privada é mais competente para gerir e atrair capital, na prática o Estado continua sendo o condutor e financiador dos empreendimentos, bem como quem assume os riscos e arca com os déficits, caso haja. Dessa forma, a vantagem das PPP’s para o poder público é, em verdade, sua capacidade de “extrair renda da terra urbana, através de um processo de criação ou revalorização de localizações” (ROLNIK, 2015, p. 227) e,ainda, “a eliminação de usos e formas de ocupação menos lucrativas ou em poder de setores sociais incapazes de utilizá-las como ativos financeiros”(ROLNIK, 2015, p. 227).

2. O processo de financeirização do espaço

O processo de financeirização da economia contemporânea tem alterado a lógica do mercado imobiliário e da produção do espaço urbano. A vinculação da propriedade imobiliária ao mercado de capitais faz a cidade operar pela lógica de rendimento, liquidez e especulação (PINHO, 2016): "Há pressões permanentes para libertar a terra para a circulação de capital portador de juros e ampliar os vínculos com outros circuitos de acumulação que permitam a livre movimentação do capital" (FIX, 2011, p. 4). Para isso, foi necessário promover inovações financeiras e a reconfiguração da forma jurídica da propriedade.

Para a compreensão da produção do espaço em seu estreito vínculo com o mercado imobiliário é necessário olhar para a especulação em torno do valor da terra, possibilitada pelo processo de capitalização. O princípio de capitalização cunhado por Marx é o de que qualquer quantia monetária tem a propriedade de poder ser capital, de gerar juros, rendimentos. O processo de valorização do capital portador de juros - capitalização - leva à formação de capital fictício: aquele que surge sem uma base real de valorização, fora da esfera da produção, pela mera propriedade e por critérios de valorização essencialmente especulativos. Chega-se então a um ponto importante: No sistema capitalista, a propriedade da terra é um capital portador de juros, portanto fictício, já que toda terra é passível de gerar renda (PINHO, 2016). E, de acordo com HARVEY (1982), no atual regime, dominado pelas formas de valorização do capital portador de juros, esse processo se intensifica e há a tendência crescente de a terra ser tratada como um ativo financeiro (HARVEY, 1982).

As inovações jurídicas para o mercado imobiliário são essenciais para a viabilidade da financeirização. A securitização, por exemplo, foi uma inovação que associou o circuito financeiro ao mercado imobiliário, ao mercado de hipotecas e ao território. Consiste em medidas regulatórias e operações feitas por empresas e pelo Estado para captar recursos, através da transformação dos créditos a receber (dívidas) em títulos financeiros passíveis de serem negociados no mercado de capitais. Para quem os emite, esses títulos podem ser utilizados em substituição ao crédito bancário - e justamente o descarte da intermediação bancária é sua grande vantagem. Quem compra, por sua vez, adquire um título com taxa de rendimento flexível e remuneração com juros (PINHO, 2016). Vale dizer que no Brasil a vinculação dos usos da terra a um processo geral de circulação do capital é ainda incipiente e reduzido, o que não significa que não haja nexos entre o circuito financeiro e imobiliário (BONICENHA, 2017).

Nesse contexto a renda da terra passa a operar em novas bases - fruto da articulação entre o sistema financeiro, o setor imobiliário, grandes investidores e o Estado - visto que o capital financeiro imobiliário está associado ao processo de progressiva abstração da propriedade imobiliária. Portanto, pode-se dizer que o regime de acumulação contemporâneo é o "capitalismo dominado pela finança", rentista, com importância cada vez maior dos ativos intangíveis. No atual processo "é a posição externa do detentor de ações que acaba por comandar as decisões atinentes à produção" (PAULANI, 2016, p533).

3. Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)

A abertura de capital no setor construtivo é uma das bases do processo de financeirização do espaço é um fenômeno recente no Brasil. A financeirização da terra e de imóveis se viabilizou no fim dos anos 90, com a regulamentação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). No entanto, foi com a estabilização econômica no início dos anos 2000 que, com maior intensidade, diversas incorporadoras nacionais passaram a captar recursos no mercado de ações.

O SFI capta fundos no mercado secundário de títulos de créditos e recebíveis imobiliários. Um dos títulos financeiros de base imobiliária é o Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), emitido por prefeituras e comercializado na bolsa de valores e que, como qualquer título, tem seu preço variável de acordo com os interesses do mercado. Previsto pelo Estatuto da Cidade em 2001, tem

um valor por volume de metros quadrados e é pago como contrapartida para se construir acima dos índices urbanísticos básicos permitidos nos perímetros urbanos em que haja operação urbana consorciada. A rentabilidade dos CEPACs está associada à valorização dos espaços urbanos aos quais os títulos estão vinculados. Dessa forma, além de conceder ao seu detentor o direito de construir acima do permitido pela legislação pode, alternativamente, ser negociado no mercado secundário ou retido em especulação. Vale destacar ainda que o CEPAC não está vinculado a nenhum terreno específico ou hipoteca. É, em verdade, um sistema de venda de "solo criado" - um acréscimo ao direito de construir além do coeficiente básico de aproveitamento estabelecido pela lei (FIX, 2009).

4. Instrumentos de recuperação de valorização fundiária e sua aplicação em São Paulo

Os investimentos em infraestrutura representam altos gastos para o poder público, ao mesmo tempo em que são convertidos em valorização dos imóveis beneficiados com tais intervenções e mais-valia para proprietários e empreendedores. Diante dessa realidade, as administrações municipais passaram a se valer de instrumentos supostamente capazes de minimizar os gastos, bem como recuperar parte dessa valorização - que deveria ser reinvestida em contínua ampliação da malha de infraestrutura urbana. Isso foi feito através de taxação - inicialmente sobre as melhorias realizadas e posteriormente sobre alterações na regulação do uso e ocupação do solo que incorressem em valorização dos imóveis em questão. No Brasil as discussões sobre tais instrumentos remonta à década de 70, muitas delas baseadas no conceito de "solo criado", a partir do qual é possível obter recursos financeiros a partir do direito de construir adicionalmente em relação às restrições impostas pela Lei de Zoneamento (NOBRE, 2015).

Um dos instrumentos urbanísticos que usou o conceito de solo criado foi a Operação Urbana, que consiste em um conjunto de intervenções do poder público para dotar de infraestrutura e equipamentos determinada área da cidade que se deseja adensar (SANDRONI, 2009). Surgida em meio a crise dos anos 80, passa a ser amplamente defendida, ao lado das privatizações e concessões de serviços públicos, sob a justificativa de que o financiamento Estatal para urbanização não era mais viável (data do mesmo período da extinção das políticas nacionais de saneamento e habitação e da municipalização e descentralização das políticas sociais de modo geral). Sua ampla aceitação pode ser explicada por reunir, em um mesmo projeto, um programa de investimentos; novas regras de zoneamentos; legitimidade social conferida por seu suposto financiamento; e respaldo do urbanismo progressista (FIX, 2009). A utilização desse instrumento tem inúmeras consequências e críticas já amplamente estudadas, como a expulsão das populações de menor renda; a concentração dos investimentos onde já existe interesse do mercado imobiliário, o que aumenta a segregação socioespacial; e a pouca eficácia na recuperação da mais-valia gerada em comparação aos investimentos realizados. Apesar disso, tem um alto poder de arrecadação financeira (NOBRE, 2015).

Os recursos para as Operações podem ser captados por CEPAC, como mencionado anteriormente, que em São Paulo foi regulamentado na gestão Marta Suplicy (PT, 2001 A 2004). Assim como os CEPACs, a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) também é um instrumento que permite que se construa acima do coeficiente de aproveitamento básico previsto em lei - e abaixo do coeficiente máximo - mediante contrapartida. Foi regulamentada em São Paulo em 2002 no Plano Diretor Estratégico, e a análise do encaminhamento dos recursos entre 2008 e 2012 indica as prioridades municipais: obras de projetos viários e drenagem (29,7%); regularização fundiária e urbanização de favelas (24,6%); parques (16,5%); ícones culturais (16,4); gerenciamento e obras do sistema de transporte coletivo da cidade (7,1%); e obras de manutenção do espaço público e dos equipamentos sociais (5,7%).

Em São Paulo houve as seguintes Operações Urbanas Consorciadas: Anhangabaú (1991), Água Branca (1995), Centro (1997), Água Espraiada (2001) e Faria Lima (criada em 1994 e revisada em 2004). Na Operação Urbana Faria Lima (OUFL) o valor de comercialização dos CEPACs saltou de R$ 1100,00 em 2004 para R$ 4000,00 em 2010. Com relação aos gastos do município, até 2014 a maior

porcentagem do valor (43%) foi direcionado para obras e serviços, especialmente os serviços viários para reconversão urbana do Largo da Batata. A segunda maior fatia de investimentos foi a utilizada para as desapropriações necessária à execução dessas obras (19%). Os gastos com transporte coletivo (metrô) somaram 14%, enquanto os com habitação de interesse social 17%. Essa partição de gastos explica parte das críticas feitas à OUCFL e também ao instrumento de modo geral.

5. Operação Urbana Consorciada Faria Lima

A OUCFL foi determinada por lei em 1995 e dentre os objetivos referentes ao setor Pinheiros constavam a reconversão urbana do Largo da Batata para o qual a Empresa Municipal de Urbanização implantou um programa de requalificação como forma de reinserí-lo em uma nova dinâmica de acumulação. Em 2001 foi organizado um Grupo de Trabalho que visava realizar uma avaliação crítica da Operação Consorciada Faria Lima; sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SALES, 2005, s/p).

Decorridos seis anos da vigência da operação, o grupo de trabalho identificou como principais problemas a ausência de projetos urbanos articulados, tratamento abstrato à trechos urbanos claramente desiguais, ausência de diretrizes urbanísticas que permitissem a análise das solicitações e, ainda a fixação superestimada do estoque de potencial de construção adicional. Essa configuração explicou o baixo interesse na realização do potencial adicional para a Área Diretamente Beneficiada (ADB), prejudicando a fração do projeto que cabia à iniciativa privada.

Em 2004 foi alterada a antiga lei de 1995 que instituiu a OUCFL para adequação às novas legislações urbanísticas: o Estatuto da Cidade de 2001; o Plano Diretor Estratégico de 2002; e os Planos Estratégicos Regionais de 2004; e como forma de tentar ampliar a atratividade da operação através da utilização de CEPACs. Salles (2005, s/p.) destaca que algumas das alterações propostas pelo plano de trabalho foram incorporadas na nova legislação, fornecendo marcos urbanísticos úteis para reconduzir os investimentos, mas que, "no entanto, parecem antes atender a supostas expectativas do mercado que propriamente aos critérios e objetivos urbanísticos que o fundamentaram".

Esse relatório do grupo técnico não acompanhou o resultado do concurso de projeto de arquitetura para a reconversão do Largo, então ainda em andamento. Ainda assim, a avaliação geral do quadro apontou a contradição da perda de população residente paralela à sobrecarga do expandido sistema viário, diretamente vinculado ao processo de verticalização. Além disso, destaca o elo entre a predominância da forma de implantação das edificações em "torre no lote", que afasta qualquer relação com o nível térreo da rua, com a perda de sentido do espaço público (SALLES, 2005, s/p).

Foi nesse contexto que se reconstruiu o histórico Largo da Batata. O processo de financeirização ao qual está submetido o setor imobiliário levou a complexos impactos na produção e configuração do espaço, bem como no desenho e na forma arquitetônica e urbana. As construtoras de capital aberto passaram a submeter sua dinâmica aos parâmetros temporais e de rentabilidade exigidos pelo mercado financeiro. Em São Paulo, a expansão da rede de metrô fez parte desse processo, visto ser uma obra que demanda pensar o território de forma transversal, do traçado da rede ao desenho urbano à nível local.



Figura 01: Avenida Brigadeiro Faria Lima e parte do Largo da Batata. Foto: Renato Bilher, 2015. Fonte: Panoramio Google Mapas, dosponível em: <http://www.panoramio.com/photo/117344162> Acesso em 25 set. 2017.

6. A Reconversão Urbana do Largo da Batata

Historicamente o Largo da Batata representou a centralidade do bairro de Pinheiros, junto com o Largo de Pinheiros e a Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat. As atividades ali presentes se transformaram no decorrer do século XX, inicialmente marcadas pelo comércio de alimentos dos produtores agrícolas de áreas periféricas da cidade e depois pela concentração de comércio popular e pelo movimento trazido pelo terminal de ônibus. Os planos de mudança no Largo, provenientes da Operação Urbana Faria Lima, se iniciam na década de 1990, mas o concurso de projeto de arquitetura foi realizado apenas em 2002, as obras iniciadas em 2004, e o novo largo inaugurado em 2013.

A crescente valorização imobiliária do bairro de Pinheiros no final do século XX tornou o Largo um espaço "discrepante", por seu baixo valor imobiliário característico de suas atividades populares. Assim, sua transformação se justificou como quase "imprescindível" a seu contexto:

> *A Reconversão Urbana do Largo da Batata (...) se justifica pelo caráter popular do lugar, já que concentra um terminal de ônibus - ponto nodal da circulação da metrópole paulistana -, comércio popular e vendedores ambulantes. É um espaço de circulação, onde transeuntes passam todo os dias, ao ir para o trabalho a caminho dos lazeres, para fazer compras, voltando para suas casas.*
>
> *Ora, o Largo da Batata se configura como território de uso passível de ser transformado em território produtivo, para que a estratégia do capital se sobreponha às estratégias dos moradores ou do interesse público". (MASCARENHAS, 2014, p.50)*



Figura 02: Movimento do terminal de ônibus do largo da Batata e edificações do entorno, em 1991. Autor: Matuiti Mayezo - 6.set.91/Folhapress. Fonte: Folha de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/07/1118301-agora-e-oficial-largo-da-batata-vira-largo-da-batata.shtml>. Acesso em 20 set. 2017.

O movimento de transformação da área trazido pela OUCFL incluiu também sua conversão em centro comercial-empresarial correspondente ao perfil já característico da Avenida Faria Lima, e constatado nas tabelas de utilização das CEPACs: "de acordo com o documento publicado da décima oitava reunião do Grupo Gestor da OUC Faria Lima, de julho de 2013, quase todo o estoque não residencial já havia sido consumido na época, enquanto o estoque residencial apresentava baixa porcentagem consumida" (MASCARENHAS, 2014, p. 56).



Figura 03: Folha do caderno de divulgação da OUCFL de dezembro de 2016, disponibilizada no site da prefeitura de São Paulo, SP Urbanismo, em que consta a reportagem do jornal Folha de São Paulo registrando a intenção de transformar o perfil "pobre e congestionado" do Largo da Batata, "encravado em um dos metros quadrados mais caros da cidade". Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/OUCFL_caderno_GESTAOURBANA.pdf> Acesso em 02 out. 2017.



Figura 04: Prédios na Avenida Brigadeiro Faria Lima. Foto: Bruno Santos/Folhapress. Fonte: Folha de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1880981-mercado-de-imovel-corporativo-deve-se-recuperar-em-ate-3-anos-diz-engebanc.shtml > Acesso em: 4 out. 2017.

Nesse contexto foi realizado, em 2002, concurso nacional de projetos de arquitetura para a reforma e requalificação do Largo da Batata. O concurso foi organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP) e promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo.Nesse momento, o governo estadual planejava a expansão do metrô em direção à Pinheiros com a linha 4, convergindo os interesses políticos e econômicos para a transformação da área.

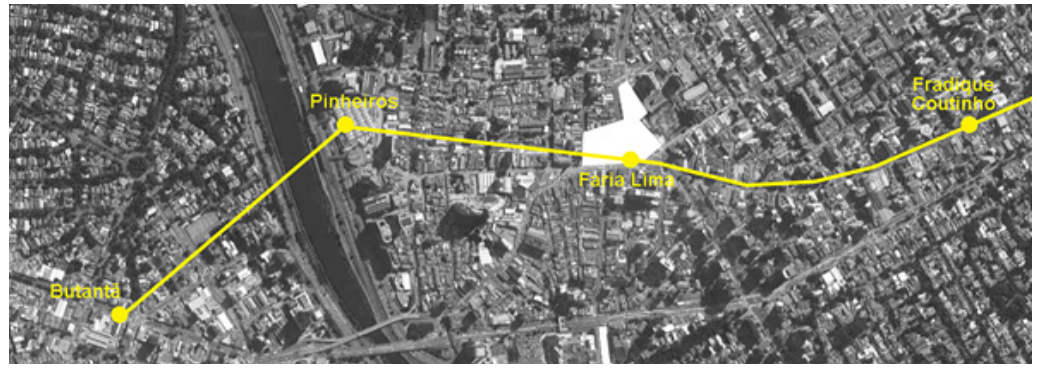


Figura 05: Traçado da linha 4- Amarela no bairro de Pinheiros e Butantã. Fonte: Imagem do Google Maps com edição das autoras.

7. O Concurso Nacional de Arquitetura de 2002 e o processo de construção

No Largo da Batata, as principais intervenções do projeto vencedor diziam respeito à criação de áreas peatonais: a esplanada cresce e dá continuidade à área da Companhia Agrícola de Cotia (CAC) e ao Mercado Municipal de Pinheiros; são propostos calçadões nas ruas do entorno, reforço de arborização e núcleos de mobiliário, integrando a feira livre da CAC; há ainda a criação de uma cobertura na praça sustentada por um pilar multifacetado; além disso, a proposta inclui um empreendimento associado, indicado em lote com localização privilegiada na esplanada, a ser promovido pela EMURB e associado à iniciativa privada. A Ata da comissão julgadora recomendava que fosse revista a área reservada para pedestres, considerada excessiva, e recuperada a função viária da Rua Teodoro

Sampaio, e que o Metrô fosse integrado à praça inferior através de uma ligação direta (PORTAL VITRUVIUS, 2002, s/p.).

A primeira fase das obras tive início em 2004, desenvolvendo-se por dez anos antes de sua conclusão, justificada por falta de recursos por parte da prefeitura. Essa primeira etapa incluiu o novo traçado da Avenida Brigadeiro Faria Lima, urbanização da esplanada e calçadões. A segunda fase teve início em 2009 e na região do largo incluiu complementações necessárias das obras e serviços de infraestrutura de serviços públicos, pavimentação, iluminação, etc. Inaugurado em 2013 o largo foi recebido pela população com surpresa pela ausência de arborização e mobiliário que configurasse qualquer espaço de permanência. O projeto vencedor do concurso foi executado apenas parcialmente, sem a cobertura prevista, mobiliário e paisagismo. Enquanto projeto de arquitetura, a estação de metrô Faria Lima tampouco contribuiu para a ampliação do acesso ao largo como espaço público, questão explorada em outras estações da rede.

8. O espaço da infraestrutura e a questão do metrô

A construção das infraestruturas de mobilidade de massa em São Paulo reflete a trajetória da postura política paulista perante a produção de uma arquitetura pública. A linha 4-amarela, da qual faz parte o atual Largo da Batata, foi inaugurada em 2010, após um período de estagnação nas obras de expansão do metrô, e aberta para uso comercial com duas estações - Paulista e Faria Lima (seguidas em 2011 com as estações Luz, República, Pinheiros e Butantã). Em relatório de divulgação do projeto funcional divulgado em 1997, a Companhia do Metropolitano indicava a vocação da linha de ampliar o acesso a importantes áreas de concentração de trabalho: centro histórico (estações Luz e República), centro novo (Estação Paulista), vetor oeste (sentido Butantã) e sul (na conexão no terminal Pinheiros com a linha da CPTM, direção Brooklyn).

Quando de sua constituição, a Companhia do Metropolitano de São Paulo era encarregada não apenas da construção das linhas e estações, mas também de sua operação, manutenção, expansão do sistema e integração aos demais transportes públicos. Nas décadas seguintes a Companhia teve suas competências fragmentadas, desde a terceirização de projetos a diferentes combinações de parceria com a iniciativa privada para a construção e operação das linhas. Em 2010 foi inaugurado o primeiro trecho a ser operado em regime de concessão pelo Consórcio Via Quatro, na linha 4-amarela.

Nas quase cinco décadas em que decorreu a construção da rede de metrô paulistana, não houve uma sistematização eficiente do conhecimento construído em torno da concepção das estações que deixasse clara as condições necessárias para sua apropriação como espaço público. Soma-se à isso as transformações diretas em direção ao posicionamento dos acessos em espaços privados como os shopping centers (Shopping Metrô Santa Cruz e Shopping Metrô Tucuruvi). A linha 4-Amarela apresenta alguns casos de implantação das estações em praça, mas não aplicam lições projetuais e operacionais já estabelecidas em casos anteriores. Na estação Luz, por exemplo, a praça sobre a estação dispensa maiores contatos tanto com o interior da estação quanto com as ruas de seu entorno (GONÇALVES, 2015, p.61):

As experiências de implantação de estações de metrô em praças públicas aparecem em todas as linhas de metrô de São Paulo, inicialmente aproveitando terrenos livres que prescindiam de desapropriações e demolições (BARTALINI, 1988). Há um imenso potencial de urbanidade na abertura e integração do acesso à estação ao espaço público, que não se limita à sua mera implantação na praça ou largo, mas requer uma série de especificidades no desenho da estação e do entorno que incentivem sua apropriação.

A estação de metrô Faria Lima foi projetada pelo escritório Tetra Projetos, responsável pelas estações da linha 4-amarela. No Largo da Batata, constitui-se de dois blocos de acesso, um na extremidade do largo propriamente dito e outro do outro lado da Avenida Faria Lima. A entrada volta-se à avenida e não ao largo, desperdiçando uma importante oportunidade de relacionar o intenso fluxo de pessoas de uma estação de metrô com o espaço público. Ao lado do

acesso principal, dois volumes para ventilação erguem-se vedados e bloqueiam a circulação da estação em direção ao largo. No subterrâneo, não há nenhuma abertura de integração para o exterior, seja para iluminação ou ventilação naturais, seja para amenizar a transição do espaço público para o interior da estação, do serviço privado de uso público.

Se na primeira linha (1-azul) o arquiteto Marcello Fragelli enfaticamente se posicionava contra o tratamento dos espaços subterrâneos como o interior de um edifício qualquer, na linha 4-amarela as estações têm piso, paredes e forros independentes de sua condição de infraestrutura pesada de massa (GONÇALVES, 2015, p. 98). Os espaços subterrâneos dessas estações apresentam um tratamento de arquitetura de interiores de caráter comercial, através da iluminação e dos painéis dedicados à propaganda. Da mesma forma, na superfície do largo os volumes não apresentam nenhuma relação de abertura com o espaço da praça adjacente.



Figura 06: Interior do acesso principal da Estação de Metrô Faria Lima. Foto: Luísa Gonçalves, 2017.



Figura 07: Volume do acesso principal da Estação de Metrô Faria Lima.
Foto: Luísa Gonçalves, 2017.



Figura 08: Volumes da estação Faria Lima no Largo da Batata, blocos de ventilação em vermelho, à esquerda e ao centro, e acesso principal em vidro fosco escuro à direita. Foto: Luísa Gonçalves, 2017.

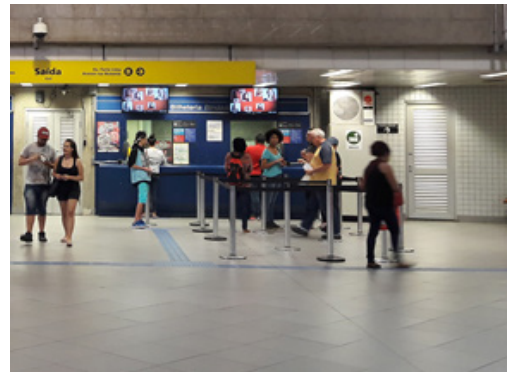


Figura 09: Interior da Estação Faria Lima, com os televisores para propagandas e anúncios oficiais em cima das bilheterias. Foto: Luísa Gonçalves, 2017.



Figura 10: planta do Largo da Batata com o mobiliário proposto pela prefeitura após a movimentação local contra a esplanada completamente vazia. Fonte: Site oficial da prefeitura de São Paulo: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/FARIA_LIMA/20160610_publicacao.pdf>. Acesso em 01 out. 2017.

9. O Largo da Batata resiste

> *A Batata Precisa de Você propõe um diálogo com os gestores públicos, se posicionando como um movimento de cidadãos ativos que participam da vida pública da cidade. Não há necessidade de se escolher o formal ou o informal, eles juntos se potencializam. O objetivo é o mesmo. Para isso documentamos as nossas experiências práticas, mapeamos nossa evolução e convidamos o poder público a participar do nosso processo, assim como procuramos participar do dele, acompanhando suas etapas, pedindo e analisando os resultados. Nos contatos até agora essa troca tem mostrado uma perspectiva promissora. (SOBRAL, 2014, s/p.).*

A entrega da Reconversão Urbana do Largo da Batata em 2013 suscitou uma série de movimentos para sua ocupação e construção de mobiliário, em resposta à situação árida, sem vegetação, sombras nem mobiliários entregue pela prefeitura. Em janeiro de 2014 foram iniciadas ações de ocupação por moradores e frequentadores do largo que se organizaram no movimento "A Batata Precisa de Você", com o objetivo de tornar o largo um espaço também de permanência, e não apenas de passagem. Em site oficial, a organização explicita que "é um exercício de democracia em escala local, um movimento de cidadania e concretização social e urbana. Uma maneira que as pessoas têm de se manifestar, de maneira inteligente e propositiva, por melhorias imediatas nas suas condições". As atividades contemplam conversas e oficinas, saraus e intervenções artísticas, que podem ser agendadas pelo site, que dispõe de um calendário público.

Em 2015 foi realizado o concurso de mobiliário Batata Lab, promovido pelo pelo Instituto A Cidade Precisa de Você e o IPIU – Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismo e vencido pela empresa Erê Lab. Mobiliários de três tipos foram premiados: "mobiliário de conforto", chamado Rematéria, que incluía bancos, sombra e jardim; "mobiliário lúdico", chamado Ilha, espaço múltiplo que reúne cinco equipamentos para crianças; e ""mobiliário de sombra", chamado Trançado, um trançado de cordas coloridas que serve de cobertura à bancos. As peças foram retiradas pela Prefeitura Regional de Pinheiros em 2017, justificando a ausência de manutenção pela empresa responsável e perigo para as crianças. A prefeitura começou uma terceira fase de obras em 2016, constando então obras de paisagismo e mobiliário urbano (além de reformas de infraestrutura), que carecem do sentido de apropriação da produção original.



Figura 11: Imagem do mobiliário urbano desenvolvido no concurso BatataLab. Fonte: Site oficial do IPIU-Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismo): <http://ipiu.org.br/portfolio-view/batatalab-concurso-de-mobiliario-urbano-para-o-largo-da-batata/> Acesso em 01 out. 2017.

10. Financeirização x ocupação

O nexo entre mercado financeiro e imobiliário se rebate e influencia diretamente o ambiente construído. Em operações urbanas que utilizam CEPACs, o valor dos títulos varia de acordo com a valorização da área em questão: quanto mais valorizado o perímetro da operação, maior o valor de venda de CEPACs no mercado secundário de ações. Diante disso, a gestão das operações prioriza usos rentáveis do solo, excluindo e minimizando usos não mercantis ou não valorizados. Assim, são espaços direcionados às camadas mais altas da população e impeditivos para populações de menor renda e usos populares. A financeirização do espaço, assim, caminha em sentido oposto ao direito à cidade e a formas mais democráticas de utilização dos recursos estatais e de apropriação do urbano.

Para que essa proposta de concepção de espaço se materialize, são utilizadas formas jurídicas mas também formas construídas para conduzir sua receptividade perante determinado público. A financeirização se beneficia de espaços privatizados, onde o acesso é controlado e onde tanto cenário como população são homonegeizados. A presença discrepante de ambulantes, comerciantes, crianças, trabalhadores, e quaisquer grupo de pessoas que represente heterogeneidade e espontaneidade são convidadas a passar. É dessa forma que o projeto urbano, as infraestruturas e edificações expressam sua vocação privada, transformando o espaço público em um espaço de passagem.

No projeto vencedor do concurso de arquitetura para Reconversão Urbana do Largo da Batata, todos os elementos que convidavam ao estar foram suprimidos da execução, como a vegetação de sombreamento, mobiliário, cobertura que acolhe e delimita espaços. A discrepância em relação à vitalidade do uso prévio desse espaço foi tamanha que a própria prefeitura recomeçou o processo de construção para fornecer um mínimo de respaldo às reivindicações populares. Mesmo nesse momento, as soluções projetuais, de locação, dimensões e materialidade seguem a linguagem do mercado, que permeia as fachadas espelhadas dos edifícios corporativos, a pavimentação seca do largo e descem ao metrô.

Um projeto que se propõe à uma ocupação mais intensa é pensado de outra forma. Acontece, como foi visto, nos momentos de maior intensidade dos eventos do “A Batata Precisa de você”, de forma horizontal, em diálogo com a população e não no sentido “top-down”, ou de cima pra baixo, quando o poder público aplica soluções discutidas fora do âmbito local. A presença da organização popular e local mostra a força que ocupação tem frente aos poderes público e privado. Ainda que o planejamento e projeto desse espaço tenham conduzido sua aparência, forma e presença para o espaço de passagem, é nesse momento que a arquitetura mostra seu limite frente à possibilidade de ocupação ativa da população.

Referências bibliográficas

BARTALINI, Vladimir. *Praças do Metrô*: **enredo, produção, cenário, atores.** 1988. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BONICENHA, Rodrigo. **Financeirização e Território: uma revisão da literatura recente.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUR, 2017.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ. *Metrô de são paulo: linha 4 – amarela, morumbi – luz:* **projeto funcional.** São Paulo, 1997.

FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.* 2011. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

FIX, Mariana. **Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma cidade global.** Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p.41-64, jan./abr. 2009.

GONÇALVES, Luísa. *Arquitetura do espaço coletivo na metrópole paulista*: **as estações de metrô da linha 1-azul.** 2015.139f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MASCARENHAS, Luísa. *Reconversão urbana do Largo da Batata*: **Revalorização e novos conteúdos da Centralidade de Pinheiros.** 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOBRE, Eduardo C. **Do solo criado à outorga onerosa do direito de construir: a experiência do Município de São Paulo na aplicação de instrumentos de recuperação de valorização fundiária.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

PAULANI, Leda. **Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo.** Revista de Economia Política, v. 36, n. 3 (144), p. 514-535, jul./set.2016.

PINHO, Thiago. *O capital financeiro imobiliário no Brasil*: **o caso da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.** 2016. 238f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PORTAL VITRUVIUS. **Concurso Público Nacional Reconversão Urbana do Largo da Batata.** *Projetos*, São Paulo, ano 02, n. 017., Vitruvius, mar. 2002 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/02.017/2143>. Acesso em: 29 set. 2017.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares:* **A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

SALES, Pedro Manuel Rivaben de. **Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos.** Parte 2 – Operação Urbana Faria Lima: relatório de avaliação crítica. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 059.12, Vitruvius, abr. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/481>. Acesso em: 28 set. 2017.

SANDRONI, Paulo. **O Cepac (Certificado de Potencial Adicional de Construção) como instrumento de captação de mais-valias urbanas e financiamento de grandes projetos urbanos.** In: SEMINÁRIO BRASIL-FRANÇA DE OPERAÇÕES URBANAS, Belo Horizonte, 2008. *Anais*...Brasil: Ministério das Cidades, 2009.

SOBRAL, Laura. **O Largo da Batata Precisa de Você.** Ocupação e apropriação do espaço público. Minha Cidade, São Paulo, ano 14, n. 166.06, Vitruvius, maio 2014 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5176>. Acesso em: 28 set. 2017.

AS ZONAS DE FRONTEIRA NO PROJETO DE RENOVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

MOSQUERA, CARLOS ANDRÉS DÍAZ (1)

1. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
carlosandres1002@gmail.com

RESUMO

O seguinte trabalho analisa a partir do conceito de Fronteira Urbana e Gentrificação no contexto da renovação urbana do Centro Histórico de Salvador, tendo como base três espaços específicos: Rua dos Sapateiros, Ladeira do Tabuão e Ladeira da Conceição, pois estes três lugares são considerados como pontos de expansão de novos empreendimentos e fases da renovação do CHS. O artigo está dividido em três partes: uma primeira um esboço do que foram os elementos mais gerais do processo de renovação urbana do CHS, posteriormente fala-se do tipo de gentrificação que guiou este processo e finalmente algumas reflexões do conceito de Fronteira Urbana aplicado aos três espaços mencionados anteriormente.

Palavras-chave: *Gentrificação; Zonas de fronteira urbana; Centro Histórico de Salvador;*

1. Centro histórico de Salvador: a cultura como um objeto turístico

O bairro Pelourinho faz parte do que se considera como o Centro Histórico de Salvador Bahia, concentra o maior número de monumentos religiosos e artísticos de Salvador e possui uma área de 76 hectares. Foi o bairro núcleo da fundação de Salvador e sede administrativa da Capital do Império Português em Brasil até 1763 quando foi transferida a capital para Rio de Janeiro. Os imóveis que compõem a arquitetura e ruas do Pelourinho datam dos séculos XVII, XVIII e XIX. Salvador Bahia foi fundada em 1549 por Tomas de Souza, e sua fundação teve como base de organização espacial uma divisão de "cidade baixa" e "cidade alta" como estratégia de defesa militar do império português diante de possíveis invasões nas suas Colônias.

No século XIX a cidade vai se expandindo devido ao crescimento econômico e a concentração das atividades na cidade baixa, com a expansão da cidade a migração da população que habitava o que conhecemos hoje em dia como o centro histórico vai ocupando áreas como Campo Grande, Canela, Politeama, Graça e Corredor da vitória (Miranda/ Dos Santos, 2000, p. 13).

Já nas primeiras décadas do século XX o Pelourinho foi ocupado por atividades comerciais e melhorando na sua infraestrutura de transporte. Este tipo de ocupação utilizou a parte baixa das casas, especialmente os andares térreos, para a instalação de atividades comerciais e artesanais. Outro tipo de padrão de ocupação do espaço foi às habitações pluridomiciliares onde predominavam muitas pessoas e famílias ocupando pequenos espaços dentro de grandes casarões. As estruturas do bairro do Pelourinho careciam de rede de esgoto e condições sanitárias adequadas. Já neste tempo é possível evidenciar o quadro de "degradação" do bairro em termos de infraestrutura.

> *Nesses cubículos não há luz, nem ar e inexiste higiene. A vida nesses cortiços é um verdadeiro inferno e as diversas famílias que ocupam um mesmo andar se veem obrigadas a servirem-se de um único banheiro e de uma só latrina. Escadas estragadas, soalhos furados, paredes sujas, tetos com goteiras formam um quadro comum a toda essa zona de degradação. (Santos, 2008, p. 171).*

Na década dos anos 90 foi o tempo decisivo nos processos de intervenção do Pelourinho, é a data na qual começa o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador em 1991 e tinha como um dos seus objetivos segundo Braga/Dos Santos (2009) desenhar "ações interativas voltadas para a recuperação de bens imóveis de caráter arquitetônico/urbanístico e para o desenvolvimento sociocultural da população residente no local, capacitando assim o Centro Histórico de Salvador como gerador de benefícios".

O documento que orientou o desenvolvimento, metodologia e operacionalização do Programa de Renovação de 1991 foi o Termo de Referência. Por médio deste projeto o Centro Histórico de Salvador adquiriu forma e estruturação nos seus objetivos de intervenção. Para que este trabalho fosse possível, durante o mandato de Antônio Carlos Magalhães o governo procedeu com diferentes formas de negociação que levariam à venda do imóvel por parte do proprietário como por exemplo a desapropriação, o pagamento de indenização, a concessão de usufruto (de 5 a 10 anos) e troca (de imóvel ou área construída). Em relação com a população residente, foram adotadas as medidas de desapropriação e pagamento de indenização, Braga/Dos Santos (2009; p. 25).

> *A recuperação do Centro Histórico da cidade aparecia então como uma importante alternativa para o incremento das atividades turísticas em Salvador, ao ser levada em conta uma tendência internacional que via na cultura uma vertente com grande capacidade de agregar valor ao "produto turístico" a ser disponibilizado no mercado (IPAC, 2010, p. 69).*

O fato de ter virado um ponto de atenção turístico fez com que o Pelourinho tivesse que mostrar aspectos atrativos para serem frequentados e usados. Dentro destas caraterísticas o Patrimônio foi oferecido como um passado para ser consumido, pois a venda e "instrumentalização" desse passado potencializaria um novo desenvolvimento sócio econômico para a cidade. Nesta iniciativa o que compõe o bairro "Pelourinho" como suas ruas empedradas (feitas pelos escravos), igrejas monumentais, casas e casarões do século XVII, XVIII e XIX, museus, artesanato, vida cultural etc. fizeram parte do conjunto de oferecimentos que o Centro Histórico tinha a disposição para fazer dele um lugar agradável de ver, apreender e consumir.

Breve Resumo da intervenção no CHS

O processo de intervenção foi dividido em 7 etapas desde 1991[1], este afrontou tensões entre a sua projeção institucional como cenário de desenvolvimento turístico e comercial, e por outro lado, o fato de este novo cenário turístico ter sido construído sobre casarões e casas habitadas por moradores e com suas particulares formas de vida de bairro. Estes conflitos manifestaram-se em crises, demandas, problemas nas parcerias público-privado, falta de apoio institucional, exclusão, higienização social e a ausência de participação social.

Uma segunda fase teve inicio, segundo Braga; Dos Santos (2009; 26), em 1995 na qual consolidou-se o Espaço Cultural e Centro de Vivência "Pelourinho Dia & Noite", (IPAC, 1996), coordenado pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia e implantado pelo IPAC (1997, p. 65). Segundo Gottschal e Santana (2006, p. 92) a falta de um aparato institucional adequado de gestão impediu um bom funcionamento e crescimento harmônico do Pelourinho renovado, característica que os empresários assinalaram em documento elaborado em 26 de Março de 2001, intitulado "Carta do Pêlo". Muitos dos empreendimentos foram dirigidos à população de renda média e média alta, especialmente, alguns espetáculos

[1] Para ter uma visão mais detalhada e ampla do processo de intervenção do Pelourinho e suas respectivas etapas, ver os trabalhos de Braga (2009), Ferreira (2010), Sant'Anna (2004).

apresentados nas praças do Pelourinho. Isto teria dado origem a muitos problemas que envolveram todos os agentes participantes e inclusive visitantes do processo de intervenção do Centro Histórico de Salvador. Segundo Gottschall e Santana (2006) o programa de intervenção no CHS tratava-se de um modelo que vinha sendo adotado em outras cidades brasileiras neste período e procurava um programa de revitalização atrelado a uma estratégia de fortalecimento da capacidade competitiva das cidades em atrair investimentos no contexto da globalização



Figura 01 - Ilustração baseada no encarte de divulgação das etapas de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Conder).
Fonte: Conder, 1995.

Na última fase do projeto conhecida como a "Sétima Etapa" (Ferreira, 2010, p. 188) nela se procurou combinar duas funções que o projeto de renovação não conseguiu equilibrar: Comercio e Moradia, caracterizando uma nova iniciativa que fazia parte do projeto "Monumenta Habite", entendendo que quem deve conservar os espaços são os próprios moradores, mas "visou atender aos moradores da classe média que podem participar dos planos de financiamento".

Esta fase caracterizou-se por nova crise, a classe média deixou de frequentar o lugar, o espaço em termos gerais assistiu ao fechamento de várias lojas e muitos empresários foram ameaçados de despejo, o que diminuiu o número de investimentos e, portanto, o consumo econômico e cultural na área. Somado ao processo anterior, também aconteceu a remoção da comunidade da Rocinha no interior do Pelourinho, o que foi considerado como necessidade intrínseca ao modelo de renovação. Em consequência, ocorreu um conjunto de reuniões e visitas por parte da Relatoria dos Direitos Humanos para Moradia, em 2004, para dar conta da situação da população, evidenciando-se que em todas as etapas de intervenção existiram violações aos direitos dos moradores.

Ocorreram intensas lutas entre moradores e o governo do Estado que culminaram com a assinatura de um compromisso denominado "Termo de Ajuste da Conduta" que tinha como objetivo a permanência das famílias dos moradores na área, em 2005, e "pode ser considerado como uma importante referência na luta contra a gentrificação dos centros históricos, mostrando que as questões urbanas e patrimoniais vêm ganhando novos interlocutores, num ambiente político e institucional cada vez mais complexo" Mourad (2011, p. 341).

2. GENTRIFICAÇAO

Uma das características das cidades contemporâneas é o que Vainer (2000) chamou de "planejamento estratégico urbano", quer isto dizer que a cidade virou um empreendimento empresarial e no qual seus espaços são pensados na lógica do maior aproveitamento econômico. Nesse sentido os centros antigos e históricos são susceptíveis de serem projetos imobiliários, prestos a ser transformados por diversos planos de reestruturação, renovação, revitalização e recuperação. Estes projetos têm vários alvos como por exemplo: outorgar novas lógicas de funcionalização como a criação de "shoppings a ceu aberto" Rocha S. (p. 594; 2014); o aproveitamento do que se entende por as caraterísticas étnico culturais da cidade como forma de promoção e de consumo; diversos empreendimentos (hotéis, pousadas, restaurantes e lojas artesanais, bares, etc.), a patrimonialização e monumentalização de casas, igrejas, museus e lugares emblemáticos alusivos à história da cidade; funcionalização administrativa, o que também inclui projetos de mobilidade para o transeunte ou motorizados. Os projetos de renovação posicionam o centro histórico em uma perspectiva nacional e internacional e por tanto em um lugar de consumo que deixa fontes de ingressos para diferentes agentes sociais, sejam eles governo do estado, prefeitura, proprietários, comerciantes e artesãos (cada um em diferentes níveis de aproveitamento). Também deixa os prejudicados, aqueles que não tiveram acesso a ditas vantagens como é o caso dos moradores, alugadores de imóveis, trabalhadores do comercio chamado informal[2], trabalhadoras sexuais ou estabelecimentos que param de funcionar pelos altos impostos e momentos desfavoráveis da economia.

Os processos contemporâneos de renovação urbana que aconteceram com maior intensidade desde a década dos anos 90 do século XX nos centros históricos das cidades latino-americanas, foram feitos acompanhados de lógicas de gentrificação, as quais dependendo do contexto social específico tiveram diversos momentos históricos e maneiras particulares de implementação, isto não quer dizer que eles tenham acontecido de forma linear ou na forma de um padrão reiterativo, pois como bem fala Mourad, Figueredo, Baltruis (2014) a gentrificação é um conceito caótico pela sua diversidade, os níveis distintos de atuação e também as diversas escalas nas quais intervém. No entanto, estes processos estiveram marcados pelos seguintes momentos:

Uma migração das classes abastadas que eram moradoras do lugar e que visualizam em outros espaços da cidade terras favoráveis para investir, comprar e morar. Este processo vai da mão com o crescimento e expansão urbana da cidade.

Um período de desvalorização e deterioro, no qual o bairro é objeto de um *esquecimento intencional* por parte das políticas públicas de desenvolvimento urbano em múltiplos sentidos. Além da construção de uma imagem desfavorável do lugar que fazia dele um espaço pouco frequentado.

[2] Veasse por exemplo as políticas de controle do espaço público como o caso dos trabalhadores da avenida 7 de Setembro.

A implementação de um projeto de renovação -em alguns casos de forma paulatina e em fases- e em outros, feito sistematicamente, projetado como parte de uma iniciativa interinstitucional nacional e internacional pelos organismos de financiamento.

Paralelo ao processo anterior e acompanhando ele, são os tipos de gentrificação os quais têm como objetivo a expulsão dos moradores, a higienização do lugar e a retoma dele para abrir campo aos novos investimentos e políticas de desenvolvimento do centro histórico, muitos destes processos são acompanhados do discurso da "revitalização" o qual indica um lugar "que não tinha vida" e por tanto um lugar que tem que ser recuperado e renovado[3].

O projeto de renovação traz com ele um conjunto de políticas para serem implementadas como por exemplo: patrimonialização (casarões, igrejas etc), monumentalização dos lugares, eventos culturais, estabelecimento de centros culturais, diversidade de lojas para o consumo artesanal, culinário e cultural dos elementos típicos da região.

Momentos de decaimento do processo de renovação, pois algumas políticas públicas de desenvolvimento cultural (como no caso de Pelourinho Dia e Noite) conseguem manter por algum tempo uma "vida cultura" no lugar, mas posteriormente estas políticas vão sendo esquecidas e com elas a diminuição da frequência de público.

As anteriores caraterísticas são de uma forma muito geral os rasgos mais comuns das políticas de renovação e gentrificação. Para entender melhor este conceito vale a pena considerar que desde a perspectiva de Smith (2007) a gentrificação é uma ponta de lança de um renascimento urbano, ela visa também a consolidação de zonas empresariais e de empreendimentos assim como um símbolo das oportunidades econômicas.

[3] A **Renovação Urbana** consiste em substituir as formas urbanas existentes por outras mais contemporâneas (atual). Este tipo de substituição pode ir da mão tanto da iniciativa privada como por parte do Estado, o primeiro com um sentido mais focal e o outro com um sentido mais abrangente.

Segundo o autor a gentrificação estendeu-se de forma sistemática desde as décadas dos anos 1960 e 1970, esta foi uma resposta a um conjunto de transformações globais mais amplas: a expansão da economia global dos anos 80; a reestruturação das economias nacionais e urbanas dos países capitalistas desenvolvidos para o setor de serviços, o ócio e o consumo; e a emergência de uma hierarquia global de cidades a escala mundial, nacional e regional. Estas mudanças têm feito que a gentrificação passasse a ser uma preocupação relativamente marginal em um certo campo da indústria imobiliária a se converter na vanguarda da transformação urbana. (Smith 2012, p. 38).

Como se mencionou anteriormente uma das fases da gentrificação é a desvalorização dos prédios e do bairro em seu conjunto. No deterioro sistemático dos bairros participam vários agentes que tem a ver com os destinos do desenvolvimento urbano da cidade tais como prefeituras, partidos políticos, governos de estado, empresas imobiliárias, investidores particulares e também os bancos. Estes últimos fazem estudos de riscos e de benefícios. Existem zonas previamente delimitadas e cartografadas economicamente que são catalogadas como zonas de alto risco de investimentos ou que não fazem parte dos propósitos de renovação e por tanto oferecem um panorama distinto em comparação com a zona intervinda.

"Quando os donos das vivendas em aluguel já não podem obter uma renta suficiente como para cobrir os custos necessários de manutenção (serviços públicos e impostos) os prédios e casas são abandonadas. Trata-se de um fenômeno barrial. A maioria das vivendas abandonadas estão em boas condições, o qual é paradoxal. Mas estas vivendas não são abandonadas porque sejam utilizáveis se não porque não podem ser utilizáveis de forma tal que ofereçam algum benefício. É nesta etapa de deterioro que

existe um certo incentivo para que os donos das vivendas destruam elas através de um incêndio provocado e obtenham um pago considerável" (Smith, 2012; p. 125)

Uma das estratégias dos agentes imobiliários (para limpar a zona) e proprietários (para cobrar seguros) são os incêndios. Eles podem acontecer de forma não premeditada devido aos materiais dos casarões antigos (como no caso do Pelourinho) que possuem suas bases feitas em madeira o qual facilita a expansão do fogo; ou outros incêndios que são provocados como bem relata Albuquerque (2011).

Incêndios que eram criminosos, que a gente não tinha como controlar, porque eram criminosos, e a gente foi ver o foco onde estava acontecendo e quem eram os incendiários, que lamentavelmente estavam usando os nossos jovens, as crianças de nossa comunidade para fazer isso. (Alburquerque, 2011, p. 143).

Um espaço é um lugar socialmente produzido e os atores nele manifestam intenções, táticas e estratégias que evidenciam formas de apropriação, rejeição, reinvindicação e diversos sentidos que dependem dos seus interesses, os quais podem ser muito diversos, pois estes dependem das suas condições socioeconómicas, o que querem fazer com o lugar, sua classe social ou neste caso específico o aproveitamento que podem tirar de uma situação específica: incêndios que antecedem um processo de renovação.

Os incêndios constituem uma possibilidade para "limpar um terreno" e esperar o melhor momento para investir e facilitam a reciclagem do bairro. Na reciclagem dos bairros e das propriedades (entenda-se como reutilização com renovação dos prédios) os agentes imobiliários compram as propriedades, as sobrevalorizam de uma forma inimaginável, chegando até mais do 100% do valor pelo qual foi adquirida. Mourad (2014, p.444) analisa este aspecto no processo de gentrificação no bairro 2 de Julho em Salvador. A autora cita alguns dados levantados da Secretaria da Fazendo Municipal de Salvador (Sefaz) dos casos dos imóveis que configuram a Vila limítrofe ao Museu de Arte Sacra e alguns prédios que foram comprados para compor o Hotel TXAI e como estes depois de terem sido comprados por agentes imobiliários aumentaram de forma desproporcional o preço em intervalos de tempo muito curtos (desde 2005 até 2007 aproximadamente), um deles sendo adquirido em Julho de 2007 por valor de R$ 5.000.00 foi comercializado em agosto do mesmo ano em R$17.000.00 e posteriormente revendido a empresa Invest Tur por R$114.000.00. Só para falar de outro caso, temos "o empreendimento Cloc Marina que foi vendido em 2001, no valor de R$380.000.00 e em 2007, a CJ Construtora e Incorporadora Ltda. (pertencente a Garcez Engenharia) o adquiriu pelo valor de R$6.000.000.00, ou seja, o processo de valorização foi de 15,8 vezes em cinco anos de intervalo".

As análises de Mourad não estão muito distantes dos depoimentos de Anna, uma mulher de aproximadamente 60 anos que trabalha junto com seu marido Evandro em um bar na Rua da Ladeira da Conceição conhecida por ser uma rua onde historicamente trabalham os ferreiros. Em entrevista informal feita no dia 1 de setembro ela falou de como muito perto do Museu de Arte Sacra alguns anos atrás existia onde hoje é um estacionamento um assentamento de pessoas que moravam em casas de cartão. Nas próprias palavras dela:



Figura 02: Ladeira da Conceição. Salvador.
Fonte: Carlos Andrés Díaz Mosquera. 2017

"Antes, onde hoje em dia fica o estacionamento era um lugar onde moravam muitas pessoas em casas de cartão, o prefeito ACM tirou eles daí e recuperou isso, se não, você

nem poderia vir por aqui". Aí tinha muito ladrão que roubava as pessoas por aqui no centro e iam aí a se esconder. O mesmo essas escadas dali embaixo, era um mato, uma floresta, um bananal e ninguém caminhava por ai"[4]

O estacionamento que faz referência Anna é aquele que fica no costado esquerdo descendo pela Praça Castro Alves rumo na Ladeira da Conceição. Nas suas palavras é possível inferir algumas considerações: a expulsão das pessoas que moravam naquele lugar provavelmente em condições paupérrimas, de forma ilegal e informal eram uma pedra no caminho para o projeto de renovação urbana do Bairro 2 de Julho e faz parte tão só de uma etapa para revalorizar o lugar. Esse era um lugar aparentemente intransitável, perigoso, "cheio de ladrões que iam se esconder aí no momento de roubar as pessoas". Essa foi uma zona de expansão do projeto de renovação do centro como um todo, que foi escolhendo áreas específicas previamente delimitadas para ir avançando e consolidando um projeto mais abrangente. A fronteira avança paulatinamente e os lugares que estão ao redor do Centro Histórico são susceptíveis de serem reorganizados, "limpados socialmente", revalorizados para vender, pois desta forma um lugar fica predisposto a ser inserido no mercado imobiliário e obter grandes proveitos econômicos como foi bem colocado por Mourad (2014). Na foto anterior se pode apreciar alguns prédios vazios que ficam junto a Avenida Contorno no Comercio, parte do estacionamento e a parte de atrás do Museu de Arte Sacra, assim como a escada que leva ao comercio, uma escada que hoje em dia é utilizada para ligar a parte alta desde a ladeira da Conceição até a Avenida Contorno e segundo as palavras de Anna "era um bananal" tudo coberto de floresta onde a escada nem tinha visibilidade e por tanto não era usada por transeuntes como hoje em dia, ela era só para moradores e pessoas que eram conhecidas "dos de por aqui" além de assinalar que na noite o perigo aumentava até para eles mesmos. A entrevistada assinalou o momento em que Antônio Carlos Magalhães Neto (prefeito desde 2013) foi o que fez a retirada das pessoas do que hoje em dia é o estacionamento, "ele recuperou" esse lugar o qual melhorou o transito de pessoas e o ambiente de segurança. Nas palavras dela se percebeu certo agradecimento, não em vão é um prefeito que obteve aproximadamente um 70% dos votos nas últimas eleições de 2016 e faz parte de um dos agentes políticos mais ativos na renovação do Centro Histórico de Salvador.

No entanto, o tipo de renovação que quer construir a prefeitura no Centro Histórico de Salvador é caraterizado pela ausência de moradores e sim pela presença de comercio e atividades econômicas que na sua maioria funcionam de dia, mas nas horas da noite caracterizar-se-ia pelo esvaziamento como bem o aponta o outro dono do bar[5]. Ele começou dizendo que o lugar já foi melhor e que antes tinha mais movimento. Uma das lembranças que ele nos falou foi sobre o "**esvaziamento da zona do comercio**", pois ele conheceu o centro antigo "antes e depois". Ele fez uma leve comparação entre o comercio "lá embaixo" e a parte "acima", segundo a sua fala o comercio de noite é outra coisa, "é um lugar só, inseguro, onde ninguém caminha e onde tem poucas pessoas que moram e é nisso que querem converter o centro antigo, num lugar vazio, sem pessoas". "Lá embaixo é mais perigoso, tem que ter cuidado". "Mas aqui na parte da cima, você pode perceber que têm pessoas, algum movimento, o comercio, os ferreiros, bares, o burdel etc". "O projeto que quer renovar o centro não beneficia às pessoas moradoras nem as que trabalham no lugar. Antes a vida aqui era muito boa, tranquilidade, o lugar tinha mais vida, agora tem diminuído, no entanto esse é um lugar com muita movimentação especialmente no final do ano, onde as pessoas alugam casas e quartos com o qual fazem um dinheiro extra, mas isso não é suficiente pois isso só acontece num período de tempo específico e dura pouco".

O esvaziamento é uma caraterística que acompanha a compra de prédios na zona de 2 de julho junto ao Centro Histórico. A vida dos lugares depende dos moradores e seu comercio, assim como das atividades culturais que são programadas a cada ano (ou no réveillon especificamente) pela prefeitura onde as pessoas que alugam quartos, pequenas quitinetes ou apartamentos ganham uma renda

[4] Entrevista informal feita a Anna, dona de um bar na Ladeira da Conceição, setembro 1 de 2017.

[5] Entrevista informal a Evandro. Também dono do bar. Ladeira da Conceição. Salvador. Junho 20 de 2017.

extra. A recuperação desse lugar, junto com a venda e compra de prédios vem acontecendo com maior intensidade nesta segunda década deste século. Imóveis que são comprados por particulares e vendidos a preços sobre valorados fazem parte de uma etapa na qual a fronteira se consolida para estabelecer o que vai ser reorganizado.

Nesta etapa de reorganização dos espaços centrais, os agentes imobiliários possuem um capital simbólico muito valioso que lhes permite comprar, vender e agir no momento certo e mais estratégico: a **informação de futuros empreendimentos.** Eis aqui quando o saber vira um capital e onde o proprietário dispõe de um conjunto de informações que lhe permitem prever este processo, ele faz parte de uma "rede de dados" e possui um conjunto de contatos importantes que lhe possibilitam saber onde, quando e como pode reinvestir ou pode desinvestir na propriedade.

A cartografia da fronteira da gentrificação possui alguns indicadores que Smith (2012; p. 302) assinala e que se fazem necessários para saber sobre os momentos apropriados de desinvestimento e investimento: um deles é o aumento significativo do capital hipotecário dedicado à reabilitação de edifícios, o qual é impulsionado por uma "sociedade mercantil" composta por arquitetos, promotores, administradores, advogados e corretor de bolsa. Este conjunto de agentes marcam os tempos e estratégias para começar os futuros investimentos, cada cidade tem uma cultura política própria da morosidade e os donos seus próprios ritmos de investimento.

No depoimento da mulher dona do bar[6] na Ladeira da Conceição, ela faz alusão ao dono do imóvel e a inquietação dele com relação a possíveis investimentos na propriedade.

"A casa é de propriedade dum Frances, eu não pago aluguel, e eu estou nesta casa graças à associação que lutou pelas pessoas. Se o prefeito da algum lugar para eu ficar por aqui, eu fico. O dono não tem interesse em investir, pois atualmente "está toda essa situação aí" (fazendo referência ao projeto de renovação) que não se sabe o que vai acontecer"

Vale a pena acrescentar que é importante o papel das associações dos moradores junto com outras instâncias como a universidade e advogados que vem trabalhando conjuntamente na defesa dos direitos dos moradores e trabalhadores da Ladeira da Conceição, e que dita labor (segundo as próprias palavras dela) tem freado a sua expulsão. Por outra parte chama a atenção vários interrogantes: por que o dono do imóvel (um francês) não vende o lugar se aparentemente estão oferecendo preços muito altos pelos imóveis (segundo o artigo de Mourad), no entanto valeria a pena saber sobre os tipos de negociações que se fazem com os proprietários; também o grau de informação que tanto proprietários como alugadores e moradores tem sobre dito projeto de renovação, pois evidentemente a Ladeira da Conceição está situada no que aqui se denomina como "zona de fronteira" e portanto o destino desse espaço está ancorado no que o projeto de renovação quer fazer com ele, assim como à possibilidade de que associações de moradores junto com movimentos sociais (ou outros agentes institucionais) possam ou não frear ou modificar o destino de dito projeto de tal forma que não resultem expulsos como aconteceu anos atrás com os moradores do Pelourinho

3. ZONAS DE FRONTEIRA URBANA

As tendências e rasgos gerais que foram enunciados anteriormente sobre o processo de renovação urbana no Pelourinho serão analisados à luz do que Neil Smith chamou de "Zonas de fronteira urbana" (2012; 2007). As lógicas de reestruturação, revitalização e renovação (palavras complementares que indicam mudanças nos usos do espaço social) foram construídas como um projeto urbano estratégico. As zonas de fronteira implicam vários processos, estratégias e táticas de gestão, que consiste em refazer a geografia da cidade e a produção social do espaço. É uma maneira de estudar a forma como se expande um projeto de

[6] Entrevista do dia 1 de setembro 2017 a Anna. Ladeira da conceição.

desenvolvimento urbano e como "coloniza" os espaços que são considerados como deteriorados, esquecidos, perigosos, insanos, carentes, sujos, "sem vida" e todo tipo de qualificativos que induzem a pensar um lugar -delimitado previamente dentro de umas fronteiras específicas- como potencialmente rentável e que pode oferecer novos referentes estéticos, um espaço consumível, seguro e com outras formas de se relacionar socialmente nele totalmente diferentes a dos usos antigos.

A expansão da fronteira urbana sugere que os espaços nos quais está se expande são considerados como carentes de pessoas, espaços inabitados e perdidos nas penumbras do subdesenvolvimento e o atraso e por tanto o projeto de uma "cidade moderna" chegaria a solucionar este problema de atraso.

De fato, a gentrificação junto com a expansão da fronteira urbana é um processo profundamente internacional, que tem surgido de forma ampla nas cidades de Canada, Austrália, Nova Zelândia e Europa, e mais esporadicamente no Japão, Sudáfrica e Brasil. O tema da fronteira, aplicada à cidade do fim de século, parece ser uma criação claramente norte-americana. Mas embora não cabe dúvida de que a mitologia da fronteira está presente de um modo mais visceral nos Estados Unidos, embora assim a experiência original da fronteira não é simplesmente uma mercadoria norte-americana" (Smith p. 21; 2012)

A fronteira urbana divide a zona onde se investe e a zona onde não se investe, este olhar provêm dos agentes imobiliários e também dos agentes institucionais como prefeituras, governos de estado, agentes da patrimonialização, entre outros. O que se percebe nas zonas específicas da Rua dos Sapateiros, Ladeira da Conceição e Ladeira do Tabuão tem muita relação com um postulado que Neil Smith (2012; 201) coloca, pois "mais além da zona de fronteira, as propriedades ainda experimentam um processo de desinvestimento e desvalorização, através da retirada de capitais ou da destruição física, por parte de donos, instituições financeiras, inquilinos e o Estado"





Figura 03: Rua da Oração. Pelourinho. Salvador.
Fonte: Carlos Andrés Díaz Mosquera. 2017

Precisamente perto do Terreiro de Jesus na Rua da Oração no coração do Pelourinho encontra-se essa caraterística da zona de fronteira que é ter um lugar destinado ao investimento e outro que ainda não, "um lugar dentro e outro fora" da renovação. Em uma saída de campo feita no mês de agosto de 2017 se percebem casarões antigos abandonados, outros com estruturas metálicas e placas da prefeitura fazendo alusão a "recuperação de prédios", habitantes de rua, lixo nas esquinas e um que outro "capitão da areia" que deambulam pelas ruas. Também em algumas paredes fechadas com tijolos nas portas dos casarões se vê um aviso que diz "aqui também poderia morar gente" que faz parte de uma reivindicação de moradia, outorgar outra utilização aos prédios e que não se percam no esquecimento ou em novos empreendimentos de grande investimento.

A zonas de fronteira estabelecem um limite social e em termos de escala urbana. Ela foi delimitada em um início nos processos de intervenção, pois ela foi a zona onde o projeto de intervenção estabeleceu como foco de atenções, dentro dela foi o palco das principais políticas e os maiores esforços interinstitucionais, este espaço previamente delimitado faz parte do que "pode ser mostrado" e exibido como mais emblemático do respectivo projeto de intervenção, daí que ele apareça como foto e imagem de cartões postais, para que seja o lugar mais

visitado de turistas. Mas a zona de fronteira também estabelece o lugar até onde chegou a renovação, além daí aparece retratada a "contra imagem no espelho", os lugares que não são frequentados pelos turistas, aqueles que os mesmos nativos só ouviram referenciar nas falas cotidianas ou em fotos de jornais e onde as topofobias abundam -pois não se sabe o que está mais além da "zona segura"-. Estes são lugares onde a construção de imaginários urbanos circulam e deambulam construindo uma representação deles. No entanto estes lugares são espaços de economia, de comercio formal e informal, pequenos restaurantes, barracas, etc. como o caso da Rua dos Sapateiros, eles não são turísticos, mas levam a marca de serem lugares onde o transeunte desprevenido ou o foraneo "tem que ter cuidado" e lugares onde acontecem esvaziamentos depois de determinada hora, especialmente após as 18 horas.





Figura 03: Ladeira do Tabuão.
Figura 04: Ladeira do Carmo.



Figura 05: Rua dos Sapateiros. Salvador.
Fonte. Arquivo pessoal Carlos Andrés Díaz Mosquera. 2017

Dois espaços que transmitem esta impressão são os da Ladeira do Tabuão, Rua dos Sapateiros e uma rua da Ladeira do Carmo. Estes lugares depois das 6 da tarde começa um processo de esvaziamento, sendo que de dia são de muito fluxo comercial, transito e pedestre; de dia na Rua dos Sapateiros é necessário o "zig zag" na caminhada para transitar por suas ruas, pois o comercio e as barracas potencializam a movimentação do lugar.

Estas ruas têm moradores (as) a maioria deles morando nos segundos andares das casas como no caso da Ladeira do Tabuão. Nelas é possível perceber uma radiografia composta por ex-moradores, alguns dos quais chegaram aí produto das políticas de habitação do projeto de renovação o qual outorgou (produto também de lutas e mobilizações exigindo direito à moradia) algumas moradias em condição de aluguel.

Desde a década dos anos 80 as intervenções urbanas dos centros têm sido feitas com um sentido de otimismo. As paisagens que eram consideras hostis têm sido regeneradas, limpadas, infundidas com uma sensibilidade de classe média (seja como moradia ou lugar de consumo) e o refinamento dos lugares induzem a

pensar em distinções sociais na população que a frequenta, embora nas suas ruas ainda ambulem as características do que era antes da renovação como é o caso nos dias e noites das ruas de Pelourinho.

Essa ideia vem da mão de uma concepção de renovação onde se privilegia as lojas de artesanato, casas de arte, hotéis e restaurantes, que se bem fazem parte dos diversos empreendimentos que devem ter os centros históricos, excluem e deixam de fora outro aspecto importante: a população. Como bem falou um trabalhador da Ladeira da Conceição fazendo alusão às transformações urbanas que vem acontecendo alguns anos atrás, no qual estes projetos "*caracterizar-se-iam por botar várias "casas culturais e de artistas" as quais seriam especialmente para "consumo de gringo", de pessoas com dinheiro, pois são eles que investem e notam essas "galerias de arte", eles são os que gostam disso, nós não consumimos isso. Mas a prefeitura ou alguns empresários prefeririam botar hotéis e lugares comerciais para alugar, pois assim ganham mais dinheiro*"[7]

Dentro da Fronteira Urbana os investimentos são centralizados e direcionados na melhoria geral do espaço intervindo, fora dela é possível perceber as diferenças, pois mais além dela as formas de ocupar o espaço, as relações socioespaciais, a infraestrutura dos prédios e a presença das instituições públicas são um panorama do que era antes o lugar intervindo. Uma espécie de espelho na história, que repete paisagens que o projeto de renovação queria superar e deixar só no álbum das lembranças, mas reaparece novamente naquelas zonas fronteiriças, especialmente na Ladeira do Tabuão. É comum no momento de falar com algum morador ou trabalhador da zona que ele(a) evoque lembranças do Pelourinho -da década dos anos 90, antes da renovação- como sendo ele um lugar que ainda permanece latente em algumas das ruas, como por exemplo a Ladeira da Conceição, na qual segundo a pessoa que se entrevistou de forma informal chamada Evandro "o que vai acontecer nessa rua e algumas aí por perto onde já tem casas fechadas com tijolo nas suas portas frontais é o mesmo que aconteceu

[7] Entrevista Evandro, dono de bar na Ladeira da Conceição. Junho 20 Salvador.

no Pelourinho faz algumas décadas atrás onde as pessoas foram tiradas das suas casas e hoje em dia é lugar comercial e turístico"



Figura 06: Ladeira do Tabuão.
Fonte: Arquivo pessoal do autor, Carlos Andrés Díaz.

Nesse sentido umas das consequências que se logrou identificar no processo de renovação do Pelourinho[8] foi que muitos dos ex-moradores que faziam parte do "interior da fronteira urbana" foram expulsos para zonas mais além dela, inclusive para bairros periféricos onde tiveram que mudar suas condições de vida.

Quando a renovação urbana visa um lugar de investimento ela cria um conjunto de discursos construindo assim imaginários sobre as caraterísticas gerais de como é o espaço ainda não conquistado -renovado- e como ele poderia ser sendo introduzido nas lógicas do desenvolvimento urbano. Este discurso da limpeza urbana está em relação com o surgimento na cidade desde meados dos anos 60 do século XX e especialmente em Estados Unidos com zonas urbanas onde proliferavam "perigos", "venda de drogas", "prostituição", "crime e corrupção",

[8] Ver trabalho de dissertação do mestrado intitulado: "Processos de renovação urbana de duas cidades e seus elementos comparativos: Salvador-Brasil e Cali-Colômbia" escrita por Andrés Díaz Mosquera 2014. UFBA

"espaços de peste e decadência", e além disso, também eram os lugares de assentamento de comunidades étnicas e urbanas onde o primeiro era associado ao segundo num discurso que misturava xenofobia, racismo e exclusão social. Os espaços centrais que padeciam estas "doenças" deviam de ser curados por médio de renovações que tendiam a expandir a fronteira urbana da cidade civilizada e arrumada há estes setores.

Considerações finais

Os projetos de renovação urbana dos centros das cidades estão em permanente avanço, eles reorganizam espaços e suas zonas de fronteira, vão sendo articulados paulatinamente por novos empreendimentos que têm como alvo configurar um espaço com tipos específicos de usos do solo urbano e com dinâmicas sócio espaciais que querem ser predispostas por meio de políticas públicas, funcionalização do lugar e sentidos que querem ser estabelecidos institucionalmente. Estes projetos institucionais muitas vezes entram em conflitos com outras formas de ser e estar no espaço, pois é sobre moradores de classe e renda baixa que recaem diretamente as políticas de gentrificação ou o que se chama de "higienização do lugar". O que pretendeu este artigo é visualizar algo que vem se projetando umas décadas atrás e que ainda tem muitas iniciativas de expansão no futuro no que se chamou aqui "fronteira urbana" em três espaços específicos do CHS. É sobre estes espaços que daqui a alguns anos o projeto urbano de renovação quer se expandir, consolidar e estabelecer novas lógicas dos usos atuais. Fica um interrogante com um ar de desolação para os que são atualmente moradores, pequenos comerciantes, trabalhadores de artesanato (como os ferreiros por exemplo) e os que lutam pelas reivindicações do "direito a cidade", e é se realmente existiriam condições para frear um projeto urbano que já tem planos, projetos, decretos, regulamentações do uso do solo urbano e agentes políticos poderosos interessados na renovação do Centro Antigo de Salvador. Esta inquietação é uma tentativa de prever algo que se vem com muita força, assim como de continuar insistindo na expectativa de reivindicar uma cidade que inclua a todos seus atores de tal forma que não afete ou diminua seus direitos em tempos onde as políticas públicas são cada vez mais exíguas.

Referências Bibliográficas

ARANTES Otilia, MARICATO Ermínia, VAINER Carlos. **A cidade do pensamento único, desmanchando consensos, Petrópolis, RJ.** Vozes 2000.

BRAGA Paula Marques, DOS SANTOS Junior Wilson Ribeiro. **Programa de recuperação do centro histórico de salvador: políticas públicas e participação social.** Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Risco. 2009

Centro Antigo de Salvador. **Plano de Reabilitação Participativo.** IPAC. 2010

Centro Histórico de Salvador. **Programa de recuperação Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia IPAC/CONDER.** 1995

DÍAZ MOSQUERA Andrés. **Processos de intervenção nos centros de duas cidades e seus elementos comparativos: Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia).** UFBA. 2014

FERREIRA, Nobre Maria Ivanilde. **No reino de pedra e cal.** O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa e SANTANA, Mariely Cabral. (Organizadoras)**. Centro da cultura de salvador.** Ed. Universidade Federal da Bahia Salvador 2006.

MIRANDA Luciete Barreto, DOS SANTOS Maria Aparecida S.C. **Pelourinho desenvolvimento socioeconômico.** Editora Bigraf. 2000

MONTOYA Urpi. **Por trás das fachadas coloridas.** Etnografias nos "novos" bairros do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia). Universidade Federal da Bahia. CNPq. 2000

MOURAD Laila Nazem. **O processso de gentrificação do centro antigo de Salvador.** 2000-2010. Ufba. 2011.

MOURAD Laila; FIGUEREDO Cecília, BALTRUSIS Nelson. **Gentrificação no bairro 2 de Julho em Salvador: modos, formas e conteúdos.** Cad. Metrópoles, São Paulo, v. 16, n.32 pp. 437-460. Nov. 2014

Programa de Reabilitação do patrimônio cultural urbano. Salvador . IPAC. Abril de 1997".

ROCHA Santos, André. **Revitalização para quem?** Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. Cad. Metrópole, São Paulo v. 16, n. 32, pp 587-607, nov. 2014

SANTOS Milton. **O centro da cidade de Salvador.** Estudo de geografia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

SMITH Neil. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano.** GEOUSP – Espaço Tempo, São Paulo No. 21 pp 15-31. 2007

SMITH Neil. **La nueva frontera urbana, ciudad revanchista e gentrificación.** Traficantes de sueños mapas. 2012

BIOPOTÊNCIAS DO AGORA: corpos políticos e contingência nas cidades

MONTEIRO, ALTEMAR GOMES (1)

1.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes. Programa de Pós graduação em Artes Rua Mármore, 938 – Santa Tereza – Belo Horizonte – MG
altemargm@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo busca articular a ideia de desamparo, defendida pelo filósofo Vladimir Safalte, como afeto biopolítico fundamental para repensar nossa atual experiência de cidade. Diante do pessimismo político em que estamos inseridos na contemporaneidade, o texto toma de exemplo a capa-parangolé "Estou Possuido", de Hélio Oiticica, para fazer um elogio à biopotência política de um corpo que, em estado de presença, se atem à contingência do urbano, aos desvios causados por um agora que se despossui das expectativas lançadas ao futuro.

Palavras Chave: *Desamparo; Cidade; Biopolítica*

"Não será com os mesmos corpos construídos por afetos que até agora sedimentaram nossa subserviência que seremos capazes de criar realidades políticas impensadas. Mais do que novas ideias [...], precisamos de outro corpo [...]. Pois nunca haverá nova política com os velhos sentimentos de sempre".

Vladimir Safatle

Tudo se corporifica: desejos, medos, expectativas, traumas, esperanças, experiências, ideias, as impotências, os impossíveis... Mas parece haver também uma centelha fervilhando no sangue que pode desviar os vícios embrutecidos que carregamos historicamente em nossa pele, em nossos órgãos. Dessa potência oculta há de surgir uma experiência que caminhe para a emancipação das relações, do pensamento, do modo de se afetar com o outro, com os espaços, com a cidade, com o mundo. Será necessário, no entanto, sair do estado de latência oculta e reconhecer a potência inquietante deste movimento micro-político que nos desassossega e refaz os limites do possível.

Desde o começo do século XX, um movimento de pensadores já nos alertava desse mistério oculto do corpo que carrega suas experiências de mundo, suas mais complexas modulações e formatações gerenciadas pelos atravessamentos da *pólis*. Foi necessário desenvolver o conceito de biopoder para que avistássemos que, desde sempre, a Cidade, o Estado, a Política, a Economia, todas as instâncias de relação social, formatam, alinham, coreografam e manipulam o corpo humano, inserindo-o num sistema de calos corporais que o condicionam a reações previsíveis, modos de afetação que as ciências biológicas facilmente puderam catalogar e, numa *expertise* de grande escala, recomendar e empacotar os remédios precisos para seu tratamento e prevenção.

No desenvolvimento das sociedades dos homens e nos limiares da Idade Moderna a vida simples, natural, começa a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal e a política torna-se uma biopolítica. (...) O indivíduo, enquanto simples corpo vivente, torna-se objeto de apostas das estratégias políticas do poder soberano, que passa a dispor, através deste biopoder, de corpos dóceis para as suas manobras. Controlando a saúde, o nascimento, a morte, os corpos estarão disponíveis para defender o poder soberano, entregando-lhe suas vidas de viventes (ARANTES, 2008, p. 261).

A indústria farmacêutica, da beleza, da alimentação e da Cultura rapidamente avistaram nessa manipulação do corpo a fórmula secreta para o empreendimento de um projeto corporal limpo, higienizado, racionalizante e *fitness,* marcado por dominações de uma disciplina que tenta reger a multiplicidade dos indivíduos e redundá-los em corpos "que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos" (FOUCAULT, 1999, p. 291). Com as políticas do urbanismo não foi diferente. Séculos de história nos mostram a forma violenta e gentrificada com as quais foram pensadas e erguidas as cidades contemporâneas. O advento da modernidade acelerou o processo de higienização do urbano com a espetacularização do turismo, a gentrificação dos espaços e a fabulação de uma política global que tem nas cidades o emblema da sua mais bela representação de progresso e felicidade. Embrutecidos pela fábula da qual já nos alertava Milton Santos (2005), fomos entregues rapidamente à perversidade de um mundo que tem na competividade, no consumo em grande escala e no individualismo os pilares do entendimento necessário para fortalecer o nosso famigerado "ideal empresarial de si". Estar e conviver nas cidades, hoje, tem sido cada vez mais um espaço de reconhecimento das possibilidades de rendimento monetarizado do urbano, colhendo no cotidiano da urbe as centelhas do capital simbólico, político, social e econômico que esta produz. "A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo" (LEFEBVRE, 1999, p. 31). Nossos corpos correm pela metrópole na busca incessante pelo retorno imediato dos investimentos realizados "na praça", o que significa dizer que também a cidade hoje mais do que simboliza, materializa a grande indústria de formatação de corpos para o consumo delirante e embrutecido. Nas cidades, temos sido afetados pelos velhos sentimentos de sempre.

Se é verdade, no entanto, que tudo se corporifica, parece ser possível também que nesse mesmo corpo que se embrutece encontremos a chave de emancipação da nossa cidadania. É necessário reconhecer que do próprio biopoder há de surgir matéria viva capaz de violar as estruturas de dominação e subserviência.

> *O próprio termo biopolítica tem um sentido paradoxal. Ora designa certas formas de dominação sobre a vida, tal como definidas por Foucault, ora designa justamente o contrário, ou o mesmo visto de baixo, a saber, a vitalidade social e sua potência constituinte, tal como Negri e outros, em parte inspirados em Deleuze, lhe subverteu o sentido. De modo que se por um lado a vida aparece como pulverizada e decomposta pelas operações de decodificação capitalística, ela também se abre para combinações ilimitadas, ela é também energia a-orgânica, corpo-sem-órgãos, virtualidade pura (PELBART, 2014).*

Lembremos que Milton Santos já nos dizia que o modo como o mundo atual tem sido gerenciado não é irreversível e que "as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidade e possibilidades serão aproveitadas pela política" (SANTOS, 2005, p. 174-175). Reivindicando uma mutação filosófica da espécie humana, Santos nos fala que "a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição de construção de um mundo mais humano" (SANTOS, 2005, p. 174). Nesse sentido, pensar uma outra política do corpo, sobretudo em sua relação com as cidades, faz-se urgente e necessário para que possamos conceber uma realidade de cidadania que, de fato, possa romper com as estruturas de um biopoder massacrante e condicionador do modo como temos construído a rede de afetos que nos conectam e nos orientam sobre ao urbano. Mas, como pensar um corpo político numa estrutura social, sobretudo brasileira, que cada vez mais desinveste em seus referenciais de um horizonte de expectativas possíveis? Numa estrutura de profunda melancolia social e descrença num projeto político emancipatório, o que pode ainda o corpo enquanto matéria política e revolucionária?

Peter-Pál Pelbart, ao defender uma visão contraniilista sobre o niilismo nietzschiano, fala-nos que esse pessimismo extremo em que vivemos nas sociedades contemporâneas são o "indício de um esgotamento vital, por um lado, mas também pode ser o signo de um crescimento de força, de uma potência ampliada do espírito, a requerer novos valores, já que os anteriores são incapazes de expressar o estado da força atual" (PELBART, 2014). Antes de avançar nesta questão e adentrarmos à modalidades possíveis de intervenção, será necessário refletir sobre o modo como temos concebido a noção de política no mundo contemporâneo. O filósofo e professor Vladimir Safatle nos levanta argumentos importantes para repensarmos a questão, indicando alternativas inquietantes diante do pessimismo crescente em nosso meio social. O autor fala que estamos presos a uma concepção de política vista exclusivamente como a estrutura que gerencia os Estados e as Nações, a distribuição dos bens e das riquezas e as Empresas, sem dimensionar nesse conceito todos o "circuito dos afetos" que constroem e possuem os indivíduos, ou seja, seus valores, crenças, desejos e imaginários. Reconhecendo que "não há política sem incorporação (pois só um corpo pode afetar outro corpo)" (SATAFLE, 2016a, p. 95), o autor desenvolve um pensamento complexo sobre o modo como somos colonizados em nossos afetos e as estruturas que condicionam a experiência de um corpo político, sobretudo ao dimensionar a urgência de uma revisão dos modos como somos afetados. "Não há poder que não crie uma 'vida psíquica' através das marcas que deixa no corpo" (SAFATLE, 2016a, p. 136), o que leva o autor a se perguntar sobre que tipos de afetos tem nos colonizado no campo da política. Sem adentrar, nesse momento, na complexidade da sua trama teórica, interessará, para o presente artigo, a concepção apresentada pelo autor que, rompendo com uma tradição de ciência política e assumindo a psicanálise lacaniana como referencial, faz-nos pensar o político como um conjunto de movimentos e circuitos corporificados no indivíduo que, pela sua premência, poderiam fugir de um estágio de fácil captura neoliberal já que, segundo Safatle, o capitalismo desconhece contingências. Para desenvolver esta concepção, o filósofo irá se apropriar da noção freudiana de desamparo para elucidar as potências em jogo nesse engenhar filosófico.

Ao passo que Milton Santos (2005) via no desamparo a representação da perversidade do sistema político em que vivemos, Safatle (2016) insiste numa política do desamparo como possibilidade de emancipação corpórea, alertando-nos de como estas estruturas sociais do biopoder construíram um sistema de amparos que condicionam a nossa experiência de mundo a uma interdependência contínua da força que opera sobre o corpo. As políticas de amparo social, da família, da fé, da saúde, do amor e da identidade constituem, segundo o autor, o ponto nevrálgico da nossa dependência em relação à todas as estruturas políticas do cotidiano, tendo o poder estatal e das Empresas – reconhecendo a força do neoliberalismo – o ápice da servidão da qual estamos inseridos. Nesse sentido, Safatle reconhece no desamparo o lugar efetivo de perda dos vínculos com os agenciamentos provocados pelo biopoder hegemônico. É na força do desamparo que o autor vê a potência da criação de uma imaginação política que abre nosso corpo para outros modos de ser afetado pelo mundo, despossuindo-o das marcas violentas que carrega e desativando corporeidades que sempre se repetem.

> *No entanto, para que o desamparo possa produzir um corpo, e não apenas marcar o colapso catatônico de toda ação, faz-se necessário que ele seja a expressão de um processo de transfiguração que tem na negação das representações naturais e da estabilidade das determinações atributivas da pessoa seu momento gerador. Ou seja, tal negatividade se desvela como momento de conversão das violências do desamparo em trabalho processual (SAFATLE, 2016a, p. 129).*

Desamparar, por essa lógica, significará destituir-se dos predicados que constituem o corpo, as amarras atributivas que o orientam e identificam, o que significa dizer que é exatamente no colapso das crenças e esperanças asseguradas que um novo corpo político pode surgir como estado de potência. Desenhar uma nova imaginação política a partir dessa negatividade significa, para Safatle, abrir a experiência a uma absoluta inquietude do devir, pois "a política é, acima de tudo, uma força de des-diferenciação capaz de abrir aos sujeitos um campo produtivo de indeterminação (SAFATLE, 2016a, p. 244). Entendendo por este prisma, já podemos intuir que esta outra potência política do corpo aludida por Safatle estaria exatamente na abertura para o indeterminado, o inesperado, o impredicado, o que pode abrir um pensamento, desde agora, que reconhece a insurgência implícita do corpo que percorre a cidade e se despossui ao absorver a contingência de um agora inevitável.

Ao defender a noção de despossessão, o autor investe na potência política que despossui identidades coletivas (seja da religião e seu poder pastoral, o patriarcado da família e a política representativa, ou mesmo o trabalho e a propriedade privada) e individuais (a saúde institucionalizada, o amor e a segurança emocional, além das identidades), abrindo possibilidades de reconhecimento que não reitere a individualidade do neoliberalismo, o que pode nos incitar a defender a ideia de que talvez seja necessário também nos despossuirmos da cidade, ou pelo menos do modo corriqueiro que temos sido afetados por ela. "Toda ação política é inicialmente uma ação de desabamento e só pessoas desamparadas são capazes de agir politicamente. (...) sujeitos políticos só se constituem a partir da internalização de tais desabamentos" (SAFATLE, 2016a, p. 50). Em que medida, então, nosso corpo tem sido condicionado pelo que a cidade tem predicado à sua configuração? Reconhecendo as cidades contemporâneas como um dispositivo de reiteração da indústria do consumo, como já nos alertou Lefebvre, quais os alcances políticos de pensarmos num desamparo da cidade? A cidade nos ampara ou desampara? Ela nos possui ou despossui? Qual a potência dessa dialética quando colocada em cena como força política?

> *A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 28).*

Um tipo de vida entorpecida pelo direito do consumidor perde facilmente de vista o direito à cidade. Por isso mesmo se faz necessário reconhecer a força violenta de um urbanismo que está muito mais interessado nos rendimentos financeiros dos contratos com as grandes empresas do que na engenharia de espaços de sociabilidade e partilha criativa. Celebrando a higienização dos lugares, a privatização do encontro, a gentrificação dos corpos e a *gourmetização* do viver, vivemos a época da eclosão de uma vida *shoppinizada*, cercada de sistemas de segurança e iluminação calculadamente pensadas para o processamento de um consumo alienado e embrutecido. Viciados na bolha da segurança que tem no condomínio e no *shopping center* seus ícones mais expressivos, vivemos um corpo que glorifica os amparos da estrutura privada em detrimento da experiência alargada com os esbarrões e tempestades provenientes da grande cidade. Ao termos clareza que o desenvolvimento do capitalismo está intimamente ligado à urbanização – já que este é que exige os excedentes de produção que serão produzidos pelo capital (HARVEY, 2014) – será possível afirmar que a cidade que temos vivido no mundo contemporâneo está muito mais entranhada por uma possessão do privado como estrutura de proteção do que, necessariamente, pelo desamparo de ruas sem proprietário ou previsão. Cada vez mais caminhando para a privatização do espaço público, temos nos afastado de uma concepção que veja no céu aberto o lugar de uma vida menos controlada.

Contudo, se é verdade, conforme defendido, que nossos corpos são formatados pela cidade, é possível dizer que a cidade também se constitui por esses corpos ambulantes e, na linha de Lefebvre, atentar para uma atitude que esteja "contra a rua", mas que, sinuosamente, também se revê "a favor da rua". Será necessário reconhecer tal paradoxo. É no contraste ao que tem um único dono, à segurança estabelecida pela estrutura privada, que a rua ainda indica uma experiência de mundo muito mais emancipada em relação à todas as estruturas de servidão que condicionam nossa experiência de mundo.

> *A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelada numa ordem móvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende". (LEFEBVRE, 1999, p. 29-30)*

Exatamente por isso que o poder neoliberal age nas cidades na busca de privatização do acaso, da contingência, manobrando estratégias de prevenção e controle do inevitável jogo de afetações públicas, essa força política que, exatamente pelo seu caráter indomável, treme as bases do poder oficial. A rua é o lugar do desamparo, por excelência. Contudo, é preciso revisitar o modo como temos sido afetados por ela, reconhecendo que na mesma rua que tem sido alvo da especulação do capital privado, há uma chave de emancipação do corpo na contemporaneidade.

1. ESTOU (DES)POSSUÍDO

Quando Hélio Oiticica, em 1967, fez o Parangolé[1] "Estou Possuído", havia nesse emblema retórico uma força semântica que revela-se como jogo inquietante nessa relação com a cidade, mais tarde revista em outras experiências do artista visual, sobretudo ao adentrar no Morro da Mangueira. Dentre todos os Parangolés criados por Oiticica, a capa "Estou Possuído" era a que indicava a experiência mais profunda que ele buscava com sua obra, concebida como um estado de advertência.

> *Há a capa de advertência, com caráter social, como a que se inscreve: 'da adversidade vivemos', e da revolta: 'incorporo a revolta'. Mas esta, 'estou possuído', é a chave das outras – esta define um estado de espírito*

[1] "O Parangolé não era assim uma coisa para ser posta no corpo para ser exibida; a experiência da pessoa que veste, para a pessoa que está fora vendo a outra se vestir, ou das que vestem simultaneamente as coisas, são experiências simultâneas, são multiexperiências, não se trata assim do corpo como suporte da obra; pelo contrário, é a total incorporação. É a incorporação do corpo na obra e da obra no corpo... eu chamo de in-corpo-ração" (OITICICA, 2008, p. 32).

> *característico como se houvesse eu incorporado com ela a consciência de mim mesmo como ser, ser que se expressa, ser social, ético, político. Seria a mais radical e fundamental nesse sentido, uma nova proposição da reformulação de conceitos estabelecidos: é a consciência, com ela, da relatividade dos conceitos quanto à criação, os que regem teorias e 'vivências', etc. Mostra que há '**uma vivência**' de cada vez, uma formulação a cada nova criação, **colocando tudo o mais em plano relativo a ela mesma.** (OITICICA apud AYRES, 2015, grifo nosso)*

Ao mensurar a vida como um estado repleto de adversidades, o artista, à sua época, já nos falava da emergência do contato com um tempo de uma presença absoluta, concebido numa vivência que se formula de cada vez, renovada a cada passo. Como aponta Safatle (2016, p. 100), "a ideia de uma coisa futura ou passada é ideia de uma ausência, de uma não presença atual, ideia do que nos afeta inicialmente pela sua distância". Estar possuído, então, "seria a qualidade de ser ('estar aí é ser')" (OITICICA apud AYRES, 2015), evocando um estado corpóreo ligado ao presente, ao circuito dos afetos que se evidenciam num agora que se faz único. Nesse sentido, é possível falar que a ideia de possessão, em Oiticica, talvez esteja dialeticamente próxima à ideia de despossessão defendida por Safatle, justamente no que provoca de evidenciamento de um contingente inesperado, imprevisível, não posto à priori. Estar possuído do presente significa também despossuir-se do passado e do futuro.

> *Que nascerá daí? Sei lá. O triunfante é ter-se consciência desses aparentemente pequenos conceitos, ou para-conceitos. Vejamos – creio que algo novo, outra vez como diria Klee, algo 'sem técnica que se faz com a mão', como se da primeira vez surgisse no panorama do que já criei. A aventura valerá (OITICICA apud AYRES, 2015).*

A criação artística de Oiticica incorpora um traço de aventura ao lançar-se no abismo do inesperado, o que o leva a olhar para a cidade como um espaço poético

que o despossui de expectativas e interesses. A noção de delírio ambulatório, preconizada pelo artista ao caminhar pelas ruas do Rio de Janeiro nos anos 1970 foi de grande importância para a produção da sua obra já que, no encontro com um inesperado ele via um processo de desmitificação do espaço, ou seja, de despossessão dos seus paradigmas representativos. Destarte, ele buscava, através de suas caminhadas errantes, perambulando com inteligência, desmitificar a experiência no espaço público a partir de um olhar diferenciado, tentativa de fuga das forças hegemônicas que operam sobre o espaço observado, acionando, a partir do sensível, a descoberta do que vem sendo obliterado pelas forças do esterilizante discurso acionado pelo consumo massificado e privatizante. Enquanto o artista se vê possuído pelo presente, lançando o corpo e seus afetos a uma presença antes não dada, acontece, na contramão, uma força de despossessão dos predicados antes legados ao corpo como força de manipulação e sujeitamento.

> *A cidade, ao ser praticada através das errâncias, ganha também uma corporeidade própria, não orgânica, próxima da ideia do "corpo sem órgãos", que se opõe à ideia da cidade-organismo em que se baseia a disciplina urbana e a própria noção dominante de diagnóstico urbano. Essa corporeidade urbana outra se relaciona, afetuosamente e intensivamente, com a corporeidade do errante e promove o que pode ser chamado de incorporação (JACQUES, 2014, p. 312).*

Oiticica, ao nos falar da ideia de in-corpo-ração da cidade, alerta-nos da potência desse corpo que é cidade e, na contramão, de uma cidade que é corpo, o que nos revela a urgência de uma incorporação da cidade, mas aquela que é território de contingências que fogem do projeto de controle e manipulação das agências de privatização. Estar possuído significa então, incorporar o espaço público, o que pode significar também incorporar um tempo de profunda insegurança acionada pelo agora. Partindo do pressuposto de que nossa experiência de cidade pode ser reformulada a partir do desamparo como afeto político fundamental, a noção de incorporação passa a ser vista como uma despossessão dos afetos que estabelecemos com a mesma para, num agora evidenciado em errância, colher as

necessidades e atravessamentos indicados pela situação, o que gera um "corpo turbulento e des-orgânico, por isso único e verdadeiro corpo político" (SAFATLE, 2016a, p. 96). Desse modo, ao conceber uma ação que busca esse encontro com a cidade, será necessário pensar num corpo que repele seus predicados, seus órgãos, para adentrar à uma materialidade despossuída de contratos e acordos prévios, imanência absoluta. "A compreensão de tal produtividade do desamparo permite que, dele, apareça um afeto de coragem vindo da aposta na possibilidade de conversão da violência em processo de mudança de estado" (SAFATLE, 2016a, p. 55). Assim, incorporar a cidade será possuir-se do encontro, para despossuir-se da previsão gerenciada pelos sistemas representativos que a compõem, vivenciando uma imanência que existe em si mesma: "ela não existe em algo, ela não é imanência a algo, ela não depende de um objeto e 'não pertence a um sujeito'" (DELEUZE, 2002, p 12). Essa errância, como aponta Safatle (2016, p. 304), "não poderá ser submetida a uma finalidade teológica transcendente, e é para afirmar tal característica que devemos insistir na contingência".

Nesse sentido, para Oiticica, a capa-Parangolé "Estou Possuído"

> *seria, então, nossa nova descoberta da 'incorporação', o elemento subjetivo esperado para que seja revelada a condição de ser – é dirigida ao participador mesmo, preferido a ele uma significação para ele mesmo e* ***não uma transposição para uma representação de algo que está*** *(OITICICA apud AYRES, 2015, grifo nosso)*

Assim, ao falar de imanência, é importante que não concebamos relações metafóricas, de representação ou transcendência, mas sim de um "plano real", de efeitos reais produzidos e inscritos na materialidade vivida na cidade, traduzidas em operações concretas de produção do corpo do artista, situação que pode oferecer também outras corporalidades para o urbano e, nesse jogo, outros corpos para um possível sujeito político pleno. "Trata-se, então, de compreender como uma normatividade vital pensada a partir da centralidade da noção de errância pode nos fornecer uma recompreensão das potencialidades inerentes às articulações entre o político e o biológico" (SAFATLE, 2016a, p. 289-290). Investir nas potências de outras articulações entre cidade e corpo a partir dessa concepção de desamparo e contingência significa reconhecer que não está tudo dominado e que na matéria mesma da dominação corpórea do tempo presente está a base do que pode emancipar nossa relação com o mundo. É necessário reconhecer essa potência, essa "biopolítica vitalista transformadora" como nos fala Safatle, ou como chama Peter Pal Pelbart, essa biopotência:

> *Quando parece que "está tudo dominado" no extremo da linha se insinua uma reviravolta que ressignifica a própria dominação como segunda. Aquilo que parecia submetido, subsumido, controlado, dominado, "a vida" revela no processo mesmo de expropriação sua positividade indomável e primeira. Não se trata de romantizar uma capacidade de revide e de resistência, mas de repensar a relação entre os poderes e a vitalidade social da chave da imanência. Poderíamos resumir esse movimento do seguinte modo: ao biopoder responde a biopotência, ao poder sobre a vida responde a potência da vida, mas esse "responde" não quer dizer uma reação, já que a potência se revela como o avesso mais íntimo, imanente e coextensivo ao próprio poder – daí a dificuldade de separar o joio do trigo, de saber de que lado estamos (PELBART, 2014).*

Talvez seja por esse viés revolucionário que a ideia de errância, desde o século XVIII, vem sendo ampliada no campo das artes, passando pelas deambulações surrealistas e o movimento Dadá, até as derivas situacionistas e a experiência dos antropófagos e tropicalistas brasileiros, como Oiticica e seu Delírio Ambulatório. Constantes buscas poéticas de confundir a visão totalizada da cidade a partir do que o encontro evidencia de contingente.

> *A contingência nos leva a uma compreensão mais determinada da 'processualidade'. Por ter propriedades processuais, ela pode se colocar como fundamento para*

as transformações do organismo ou, se quisermos, ela se coloca como fundamento para um organismo cuja identidade é definida exatamente pela sua capacidade de entrar em errância, pela sua 'capacidade transitiva' de não se deixar pensar sob a forma da identidade (SAFATLE, 2016a, p. 310).

Investindo numa discussão pós-identitária que não nos interessará no momento, a ideia de errância defendida por Safatle torna-se emergente pelo que nos preenche de imagens desviantes a nos desamparar de evidências, levando-nos a refletir sobre a potência de um corpo que habita a urbe e se provoca a elaborar outras cidades. "Enquanto toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar, os errantes buscavam se desorientar e, ao se perder, encontrar os vários outros das cidades" (JACQUES, 2014, p. 272). Ao encontrar com o Outro da Cidade é possível que possamos, também, sermos outros. Sem medo de ser uma outra pessoa, como aconteceu com Oiticica em seu processo de desintelectualização[2], avistaremos a urgência desses acontecimentos que, mais do que cotidiano urbano, produzem novos sujeitos.

2. POLÍTICAS DO (DES)ENCONTRO

No entanto, é importante destacar que esse encontro com o corpo da cidade, mesmo em estado de errância, nunca será um dado previsível: "ninguém pode antecipar a potência de um encontro" (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 52). Reconhecer a contingência do agora como afeto mobilizador de corpos políticos na cidade significa estar atento também à espera inquietante que mobilizamos pelo encontro. Como fala o Comitê Invisível (2016, p. 150), "a ideologia do encontro é a própria impossibilidade do encontro", o que nos leva a um estado de alerta sobre a expectativa como desencadeadora de entraves políticos na processualidade do acontecimento. Safatle, em seu estudo sobre o desamparo, irá nos apresentar a forma como nossos afetos políticos estão sedimentados em aparatos de expectativas de futuro que tem no medo e na esperança seus mais avançados modos de sujeição, o que nos faz reconhecer que nesse movimento desencadeado pelos atravessamentos do tempo há um forte indício de sujeitamento provocado pelas idealizações e receios que projetamos sobre o futuro, em suma, amparos temporais da expectativa e da precaução.

Contudo, esse elogio à presença como potência não significa um recalcamento do passado, pelo contrário, este aviva-se no presente como marca corpórea da experiência, do erro, do assombro, lembrando-nos do irrepetível, do inegociável, do inaceitável, sobretudo no momento político em que vivemos. Colhendo cacos dessa história, é necessário recombinar forças, reorganizar armas, abandonar vícios, desamparar afetos desgastados, fortalecer pacientemente nossas potências para o agora que se processa. Pensar na força política do presente em suas armas desencadeadas pela contingência é dar de cara com o tropeço, com a falha, com o erro, com as feridas do nosso tempo. Mas estas feridas não estão facilmente expostas, elas são mascaradas por múltiplos remédios que abrandam a doença e ocultam o problema, sobretudo nas cidades contemporâneas, assediadas por intensos processos de especulação imobiliária e turística. Assim, pensar na ação perspicaz, astuciosa, desse corpo que se lança ao espaço público, seria como ater-se à violência do desencontro, ao desajuste do urbano, aquilo do qual não queremos tratar, "maneiras de dizer que verdadeiros encontros sempre têm algo de irredutível desencontro que quebra regularidades supostas" (SAFATLE, 2016a, p. 273).

Assim, pensar nessa ação sobre a cidade a partir da ideia de um desencontro –que nos desampara – significa reinvestir no corpo como catalizador da sua experiência de mundo, evidenciando os espasmos corpóreos que um outro (e novo) encontro com a urbe pode provocar de emancipação política. Esse (des)encontro com o

[2] A chegada de Oiticica no Morro da Mangueira provocou no mesmo um processo que ele chamava de "desintelectualização", mudança do seu estado corpóreo de relação com o mundo. "A relação com o morro da Mangueira se estenderá por toda sua vida e influenciará totalmente seu trabalho artístico. A principal mudança vivida por Oiticica nesse momento foi a transformação de um rapaz da zona sul, de família intelectual, meticuloso e organizado, para um homem que estava descobrindo um contato mais intenso com o corpo através do samba e que iria desafiar a si mesmo a todo momento, buscando o descontrole" (AYRES, 2015)

real presentificado, pensado dessa forma, será concebido sempre como o *topos* de uma experiência que nos despossui dos predicados que antes julgávamos fixos e estabelecidos para conceber uma ferida que, quase como uma chaga, abre o corpo para o novo.

É interessante pensar que o encontro com a cidade a partir dessa lógica rompe brutalmente com nossa concepção de sujeito, abrindo o corpo para outros modos de ser afetado e de lidar com os imaginários políticos do mundo. O desamparo promovido pelo desencontro configura-se, então, como a condição enérgica de estar desprovido de ajuda, de estruturas possíveis de compreensão do que deve ser feito diante de uma experiência. Não conseguindo organizar a expectativa diante dos acontecimentos, surge o sujeito político pleno. Exatamente no que não sabemos como prever é que se ergue a possibilidade de inventarmos outras e novas formas de agir: realidades políticas impensadas (SAFATLE, 2016). O esgotamento vital que vivemos é matéria política para o erguimento de novas forças,

> *E, talvez por isso, seja este o momento justo para estancar o desespero e reparar no que há à volta. Suspender o regime da urgência, criando as condições para uma abertura desarmada e responsável à emergência. (...). Reparar no que se tem, fazer com o que se tem. E acolher o que emerge como acontecimento. Reencontrar, naquela matéria simples e quotidiana em relação à qual aprendemos a nos insensibilizar – a matéria da secalharidade[3] – reencontrar aí, nesse comparecer recíproco, toda uma multiplicidade de vias contingentes para abrir uma brecha. Uma brecha para a re-existência (FIADEIRO, EUGÉNIO, 2012, p. 67)*

[3] "Secalharidade' também nomeia a prática de improvisação e criação coletiva de paisagens de convivência, resultante do encontro entre o método de Composição em Tempo Real desenvolvido pelo coreógrafo João Fiadeiro e a etnografia como ferramenta para performances situadas da antropóloga Fernanda Eugenio" (FIADEIRO, EUGÉNIO, 2012, p. 62).

Como aponta o coreógrafo João Fiadeiro e a antropóloga Fernanda Eugênio, "o encontro é uma ferida", mas essa brecha para a re-existência só pode ser vislumbrada a partir da emergência do que não se estabiliza nos regimes atuais de existência, apostando "no que só existe como traço" (SAFATLE, 2016a, p. 94), indícios que podem reconfigurar nossa experiência de mundo.

Abrir a ferida as feridas da cidade, tratá-las sem medo não pode significar, no entanto, uma crença no espontaneísmo como estratégia de grandes alcances. O que julgamos ser espontâneo talvez já esteja também condicionado pelas marcas de uma força capitalística que coloniza as subjetividades e fala do modo como temos nos afetado com as coisas. "Os poderes operam de maneira imanente – não mais de fora, nem de cima, mas como que por dentro, incorporando, integralizando, monitorando, investindo de maneira antecipatória até mesmo os possíveis que se vão engendrando, colonizando o futuro" (PELBART, 2014). Espontaneidade, hoje, significa falsificação de automatismos impensados, por isso mesmo a necessidade de investir numa atenção e numa disciplina constantes.

Reconhecer as formas que a vida espontaneamente engendra não significa que possamos nos entregar a alguma espontaneidade para conservar e fazer crescer tais formas, para operar as metamorfoses necessárias. Isso requer, pelo contrário, uma atenção e uma disciplina constantes. Não a atenção reativa, cibernética, instantânea, comum aos ativistas e à vanguarda da gestão, que apenas se compromete pela rede, pela fluidez, pelo *feed-back* e pela horizontalidade, que gere tudo sem compreender, a partir de fora. Não a disciplina exterior, secretamente militar, das velhas organizações oriundas do movimento operário, que quase em todos os lugares se tornaram apêndices do Estado. A atenção e a disciplina de que falamos se aplicam à potência, a seu estado e a seu crescimento. Elas espreitam os sinais daquilo que a principia, advinham o que a faz crescer" (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 280).

Nesse estado político, emerge a necessidade de levarmos a sério uma atenção e uma disciplina constante para que possamos, de fato, evidenciar afetos que produzam ações transformadoras. O estado de alerta promovido por uma

atenção e um rigor aguçados pode ser um fundamento político de emancipação do corpo colocado em presença. Como nos fala Manoel de Barros: "quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar". Então, que possamos desabar os acúmulos e colher os presentes do agora para *divinare* o futuro, não para produzir profecias – aquelas que operam sobre o presente produzindo passividade e submissão (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 41) –, mas para que possamos ver potência no profundo estado de melancolia em que estamos inseridos, saindo do lamento ao objeto perdido no passado para descobrir como agir no presente.

> *O que nos falta é rigor. Sim, rigor: a mais estranha de todas as paixões, esta que queima e constrói. Nenhuma verdadeira construção se ergueu sem essa impressionante crueldade de artista que se volta contra si mesmo até produzir dos seus próprios desejos a plasticidade do que faz nascer de si toda forma. Só a verdadeira disciplina, esta que não é repressão ou submissão da minha vontade à vontade de um outro, mas que é trabalho sobre si, que é produção de uma revolução na sensibilidade, salva. Uma disciplina de artista. É ela que falta à nossa política (SAFATLE, 2016b, p. 29)*

Colocando a questão nesses termos, é possível dizer que do desencontro que se faz no agora avista-se a possibilidade de uma nova carne, de um novo fluxo sanguíneo que recorporifica a cidade e estilhaça nossa servidão. E nesse sentido, a arte tem um papel fundamental, emergencial, pois talvez seja esta a sua única real função: "nos fazer passar da impotência ao impossível" (SAFATLE, 2016a, p. 35).

Referências Bibliográficas

ARANTES, Maria Auxiliadora de A Cunha. **Cicatrizes em narrativas do corpo: tortura intencional.** In: VOLICH, Flávio Carvalho, *et al*. Psicossoma IV: corpo, história, pensamento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008

AYRES, Anita. **Os labirintos de Hélio Oiticica.** Revista Usina, Edição 23, Outubro de 2015. Disponível em https://revistausina.com/2015/10/15/os-labirintos-de-helio-oiticica/ Acesso em junho de 2017.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre Nada.** Rio de janeiro: Record, 2001

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos.** Crise e insurreição. São Paulo: N-1 Edições, 2016

DELEUZE, Gilles. **A imanência: uma vida...** Educação & realidade, Porto Alegre, v. 27, n. 2, jul.-dez. 2002

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIADEIRO, João; EUGÉNIO, Fernanda. **Secalharidade como ética e como modo de vida: o projeto AND_Lab1 e a investigação das práticas de encontro e de manuseamento coletivo do viver juntos.** Revista Urdimento, nº 19, Novembro de 2012. Disponível em http://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/3191/2324. Acesso em Junho de 2017

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

OITICICA, Hélio. **Bases fundamentais para uma definição do Parangolé.** In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). Hélio Oiticica: a pintura depois do quadro. Rio de Janeiro: Silvia Roesler Edições de Arte, 2008. p. 168-170.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2014

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica e Contraniilismo.** Disponível em: https://desarquivo.org/sites/default/files/const-comum_peter-pal-pelbart.pdf. Acesso em jun 2017

SAFATLE, Vladimir. **Circuito dos Afetos: Corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016a.

_____. **Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência.** São Paulo: n-1 Edições, Série Pandemia, 2016b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2005

CIBERNÉTICA E GOVERNANÇA ELETRÔNICA: do Cybersyn às cidades virtuais atuais

VENDIMIATI, CAROLINA M. (1); ALVES, GILFRANCO M. (2)

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
Endereço Postal: 79021-400
carolinavendimiati@gmail.com

2. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
Endereço Postal: 79010-060
gilfranco.alves@ufms.br

Resumo

A presente pesquisa propõe uma abordagem da teoria Cibernética aplicada ao planejamento urbano. A pesquisa realiza um estudo entre o pioneirismo do Filósofo Stafford Beer no Chile com o projeto Cybersyn na década de 1960, e a maneira como os mecanismos de planejamento urbano utilizam as ferramentas de comunicação no contexto atual. Foram investigados alguns aspectos idealizados por Beer e que contribuem para a administração urbana de modo a confrontá-los com a prática atual da utilização do ciberespaço pelos órgãos municipais, visando a potencialização da capacidade de gerenciamento e de administração das cidades. Foram analisados sob a ótica ciberneticista três casos onde o ciberespaço foi usado como ferramenta para o aumento da cidadania participativa: Cybersyn, no Chile, DEMOEX, na Suécia, e o Decide Madrid, na Espanha. Concluiu-se que existem importantes esforços entre a sociedade civil e o Estado para a adesão mais intensa da governança eletrônica. Da mesma maneira, verificou-se a falta de estímulos e de publicização de novos meios de participação no Brasil: redes sociais e mídias não foram usadas a favor da divulgação dos novos métodos. Os exemplos bem-sucedidos no exterior podem ser usados para a criação de roteiros de trabalhos parecidos no Brasil, evitando pontos comuns de fragilidade e potencializando através da comunicação seus benefícios para a apropriação do espaço urbano por aqueles que nele habitam.

Palavras-chave: *cibernética, governança eletrônica, cybersyn.*

Introdução

A discussão sobre a Cibernética começou em meados dos anos de 1950, após a publicação do livro "Cibernética" em 1948, escrito por Nobert Wiener, teórico pioneiro na conceitualização da palavra. A origem etimológica de cibernética é a palavra grega *kubernētēs* cujo significado é "piloto" e também derivou a palavra "governador" (WIENNER, 1948). A teoria consiste no estudo das relações de comunicação e controle organizacional.Por outro lado, o termo ciberespaço foi pela primeira vez citado pelo romancista Willian Gibson. No livro "Neuromancer", o ciberespaço é definido como:

> *Uma alucinação consensual vivenciada diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças que estão aprendendo conceitos matemáticos, uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas no não espaço da mente, aglomerados e constelações de dados. (GIBSON, 2008, p. 67). Foi tal obra foi uma das principais influências responsáveis pelo desenvolvimento do "ciberpunk", "uma sub-subcultura na qual estão envolvidos jogos de computador, arte, moda, música (eletrônica/rock industrial), comunidades na internet (newsgroups, e-zines, websites, listas de discussão, etc), toda uma estética particular" (HEUSER apud AMARAL, 2005).*

Até aquele momento, o radical *kubernētēs* possuía apenas o seu sentido original. Após a efervescência da contracultura *ciberpunk*, o termo começa a englobar outros significados. Segundo Lemos (2002), o termo *cyber* transformou-se a ponto de atestar uma atitude hedonista, uma apropriação, tribal, presenteísta da tecnologia, mais influenciado pela microeletrônica do que pela etimologia do conceito de cibernética. No dicionário Oxford online, traduz-se o termo *cyber* como adjetivo "relativo ou característico à cultura da computação, tecnologia da informação e realidade virtual".

No livro Cibercultura, André Lemos vai discorrer sobre a teoria da Cibernética:

> *Wiener vai criar um modelo informacional onde a relação entre o homem e o seu ambiente se estabelece a partir de trocas de informação. Essas determinam sua evolução e sobrevivência. De acordo com Wiener, toda sociedade deve ser analisada a partir de trocas de informação (a "diferença que faz a diferença", como define Bateson), porque toda vida (biológica e social) é estruturada a partir de processos de comunicação. (LEMOS, 2002, p. 102).*

Logo, é bastante clara a relação da cibernética com os sistemas de regulação dessa informação o que, até certo ponto, também configura em um método de controle do sistema como um todo. As mensagens transmitidas pelas relações de comunicação são universalmente marcadas pela entropia, pois os sistemas tendem a se deteriorar ou se desorganizar, aumentando o seu grau de complexidade conforme o tempo evolui (WIENER, 1950). A retroalimentação (*feedback*) é fundamental para a busca do equilíbrio do todo, mesmo que esse estágio nunca seja completamente alcançado. Retroalimentação é a habilidade de autoregular o comportamento futuro considerando as experiências passadas ou a tomada de decisões baseadas no resultado das anteriores. Conforme as últimas ações vão gerando produtos, elas também alimentam o sistema com suas conclusões, gerando o *feedback loop* (circularidade de retroalimentação). Na natureza tal processo ocorre como parte do processo biológico.

A teoria da cibernética contribuiu para o desenvolvimento de estudos nas áreas da administração, matemática, robótica. Essa pesquisa busca abordar o experimento realizado por Stafford Beer, ciberneticista que durante a década de 1970 organizou o projeto Cybersyn ou SYNCO (sigla em espanhol cujo significado é "Sistema de informação e controle") e estudos de caso atuais sob o prisma da teoria cibernético.

Atualmente, vivemos um contexto onde a microinformática e o ciberespaço influenciam em quase todas as nossas relações interpessoais. O filósofo Pierre

Lévy (1999) vai definir sucintamente o significado de ciberespaço e cibercultura no seu livro traduzido para o português “Cibercultura”:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica nao apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo cibercultura especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

No âmbito da administração pública das cidades, o ciberespaço tem ajudado a oferecer mais transparência processual na destinação dos recursos e tornaram documentos de interesse da comunidade civil mais acessíveis, democratizou a legislação urbanística e dados sejam esses estatísticos, georreferenciados, socioeconômicos ou geológicos (FUSERO, 2008, p. 98). Lemos(2002) destaca o potencial que as novas tecnologias possuem de criar vetores de novas formas de agregação social.

Os esforços para a utilização do avanço tecnológico no planejamento datam desde a década de 1960 e já foram executados anos antes da criação da Internet, por meio de outras redes de comunicação, como no caso da Cidade Digital de Amsterdã.

A Cidade Digital de Amsterdã, criada na década de 1990 por uma iniciativa de líderes do Movimento Sem Terra e do governo municipal, foi citada por Lévy (1999) como também por Castells (1999) em suas respectivas produções literárias de 1999. Ambos destacam o potencial democrático da cidade, que permitiu o debate entre os cidadãos locais e o governo, esse último tendo a sua interferência reduzida. Entre os serviços disponibilizados estão alguns equipamentos e instituições existentes na estrutura física da cidade como informações administrativas, horário de abertura das atividades municipais, catálogos de bibliotecas e entre outros. Entretanto o seu diferencial era a existência de fóruns de discussão, onde a população e associações comunitárias poderiam participar criando grupos cujo conteúdo correspondia a suas solicitações. O propulsor da criação dessa “cidade digital” foi a difusão da comunicação por meio de computadores como uma ferramenta de consulta pública e debate popular, principalmente porque o ciberespaço constrói o ambiente acessível para todos aqueles que podem compreender a linguagem que constrói tal ambiente.

O DDS (*De Digitale Stad*, Cidade Digital de Amsterdã em holandês) foi um experimento criado em 1994 previsto para somente algumas semanas, porém devido ao sucesso o *software* permaneceu funcionando até 2001. É pioneira entre os experimentos da área e deu início à discussão dos conceitos de cidade digital e cidade virtual.

A palavra virtual é muitas vezes compreendida como a antítese do real. Contudo, no sentido figurado, o virtual é entendido como algo que existe em teoria, em potencial, mas não em na prática ou ato. O virtual compõe parte da realidade ao englobar a ideia por trás de algo existente. O ciberespaço é virtual dada a condição do armazenamento das informações abrigadas na rede: ao mesmo tempo que necessitam de um suporte físico para que possa ser visualizada, transmitida, e armazenada, pode materializar-se em qualquer ponto da rede desde que requisitada. (LÉVY, 1999). O digita constitui parte do no momento em que contribui para a realização da “virtualização” dos dados reais. Desse modo, podemos sugerir que as Cidades Virtuais são espaços no ciberespaço onde serão realizadas atividades análogas a Governança eletrônica (*e-government*), definida como:

> *o processo de informatização da administração pública, o qual permite que os documentos sejam processados e que os procedimentos sejam gerenciados através de sistemas digitais, usando UCTs, para agilizar a carga de trabalho das autoridades e proporcionar aos usuários (cidadãos e empresas) serviços inovadores através, por exemplo, de*

sítios da Web de autoridades públicas. (FUSERO, 2008, p. 125. Tradução nossa).

A governança eletrônica explora pouco o potencial oferecido pela ferramenta: pode ser desenvolver um espaço democrático onde, nos debates, as vozes pertencem aos próprios cidadãos e não os seus representantes eleitos, sendo esse um caminho para uma democracia mais direta e menos representativa. A cidade digital ou a cibercidade seria uma extensão da cidade geográfica, um complemento onde há interação entre os usuários, troca de conhecimento, serviços, experiências e, principalmente, a discussão democrática online.

É bastante comum existir relutância quanto ao uso do ambiente digital para a participação e administração pública. Isso se dá à um certo grau de fobia à tecnologia. Dentro do conceito de cibernéticas temos como um dos elementos da comunicação o "controle" das informações, onde justamente reside parte desse sentimento. Também há a insegurança causada pela dificuldade de autenticidade dos usuários, criando uma espécie de anonimato quando inserido na rede.

Em um sistema social, as relações de poder dependem da transmissão, recepção e resposta de mensagens, o *feedback* é fundamental para manter o grau necessário de justiça e contentamento da população, principalmente na área do planejamento urbano. A retroalimentação (*feedback*) baseia-se no controle cibernético, na gerência das informações transmitidas por um sistema cíclico. O controle no caso refere-se a gerência, ou gestão, não necessariamente à restrição ou limitação das informações de modo mal-intencionado. A retroalimentação garante o funcionamento regulado de um sistema, equilibrado, assim como a única forma de reduzir a velocidade da entropia, processo natural e inevitável de degradação de qualquer sistema. A cibernética estuda a comunicação dos sistemas que carregam fundamentalmente um objetivo (*goal*). As secretarias de urbanismo das cidades devem estar atentas às demandas sociais dos habitantes da cidade.

A democracia como modelo político surgiu na antiguidade, nas cidades-estado gregas. O primeiro registro foi em Atenas no século XI a.C. e a origem etimológica da palavra "democracia" provem da união das palavras gregas "*demos*" que significa povo e "*kratos*", governar. O sistema hoje é classificado como "democracia direta", porque todos aqueles que estavam classificados como cidadãos participavam ativamente das decisões do estado, sem a utilização de representantes. Durante as assembleias eram escolhidos os cidadãos que assumiram cargos administrativos públicos. (DAHL, 2001).

Mesmo diante das controversas condições para ser admitido como cidadão ateniense (ser adulto, pertencer ao sexo masculino, ser natural e filho de cidadãos atenienses), esse foi o primeiro modelo democrático já registrado na humanidade.

A democracia representativa compreende a escolha de delegados eleitos em uma realidade onde a população ou é "exageradamente grande ou geograficamente dispersa" (Dahl, pg 107). Entretanto, a aplicação desse modelo mostra-se inseguro devido a proeminência dos interesses corporativos sobre os sociais e a resignação dos poderes com a desigualdade social. Luiz C. Bresser Pereira, economista, cientista social brasileiro em seu livro "Construindo o Estado Republicano: democracia e reforma da gestão pública" argumenta que a democracia representativa tornou-se

> *uma competição entre as elites pelo apoio de eleitores uma vez alcançado esse apoio, a elite, de acordo com esse conceito de democracia, tem o direito de tomar suas próprias decisões, independente da vontade dos que elegeram.(PEREIRA, pg 187).*

Evidentemente, a Democracia Representativa tal como vem sendo aplicada no Brasil não favorece a participação popular na administração pública: as classes elevadas são as mais favorecidas e o grau de insatisfação pública cresce exponencialmente.

Durante o século XX foram estudadas maneiras variadas de aplicação de um modelo justo de planejamento e gestão governamental. Uma delas é a democracia participativa. Caracterizada por Pereira como:

o modelo participativo como aquele no qual se exige o input máximo (participação) e no qual o output inclui não só políticas (decisões) mas também o desenvolvimento de capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de tal forma que exista um feedback do output para o input. (PEREIRA apud PATERMAN, pg 188).

O exercício da democracia necessita de instrumentos de gestão e organização do Estado. Diferentemente das cidades-estado gregas, cujo tamanho reduzido possibilitava a comunicação direta entre cidadãos e gestores, o estado moderno possui tamanha complexidade que não consegue ser gerido da mesma maneira. Os aspectos que devem ser discriminados para o entendimento de governança.

Governança é um termo emprestado do vocabulário corporativo, habitual no contexto urbanístico como governança pública. No corporativismo empresarial significa:

Passagem da ideia de gestão para a de governança significa passar do atendimento aos shareholders (acionistas) ao envolvimento dos stakeholders (conjunto de atores interessados). (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 158)

A aplicação do conceito na esfera pública implica a admissão de outros atores durante as decisões e ações que causem impacto em toda a comunidade. Esses atores não necessariamente são aqueles envolvidos em causas solidárias, como organizações não governamentais (ONGs) como também empresas, instituições internacionais. Governança pública, de modo amplo, é a legitimação, distribuição e de poder entre as instituições governamentais, relações de responsabilização entre instituições do Estado, seus representantes, cidadãos e a provisão de bens e serviços para o bem-estar público. (GRINDLE apud BURSZTYN; BURSZTYN, 2013, p. 160). O ato de governar com as ações que implicam em decisão, implementação, ouvindo e atendendo as necessidades da sociedade civil e o mercado com transparência durante o processo. O conceito de cibernética, também popular no ambiente corporativo, está implicitamente incluído em governança, pois para a última efetivamente funcionar necessita de ações com constante coleta de resposta coletiva e posteriores interpretações.

Diante da realidade atual da sociedade, com diversos meios de exercer cidadania, há necessidade de uma nova abordagem de Governança Pública envolvendo a comunicação por meio da rede (aqui tratada como a rede mundial de computadores, internet).

O guia de "Alfabetização Midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias" - AMI destaca a importância do acesso à rede ao reconhecê-lo como "um direito humano mais fundamental, a liberdade de expressão e o acesso à informação, e, portanto, é uma extensão natural do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos" (GRIZZLE, 2016, p. 74).

O Estado constatou que o ambiente virtual é um espaço favorável para a transparência. Mesmo que o ciberespaço possibilita um novo tipo de interação entre as pessoas e favoreça a colaboração, as entidades governamentais não utilizam as ferramentas disponíveis para interação recíproca: enquanto as informações são disponibilizadas como uma espécie de biblioteca, uma representação da cidade e não uma extensão dela.

AMI pode produzir para o governo: população mais empoderada, maior engajamento nas questões de interesse público, maior acesso a informações, possibilitando a participação ativa na sociedade e viabilizando ao Estado melhor governança pública. Não há dúvidas que a internet dispõe de recursos que permitem às iniciativas populares repercutirem com mais facilidade, rompendo o ciclo onde as propostas de lei e orçamentos são propostos e organizados baseados em alianças políticas e interesses individuais, não propiciando benefícios a coletividade. Grizzle destaca a importância da alfabetização informacional na construção da nova dinâmica social vivida no século XXI:

Nos últimos anos, observa-se maior reconhecimento do papel da comunicação e da informação no

desenvolvimento, com ênfase em uma abordagem de 'baixo para cima' e não centrada no Estado. (GRIZZLE, 2016, p 87).

Entre 2010 e 2011 ocorreram uma série de insurgências em países árabes, conhecida como Primavera Árabe, cuja organização e discussão foram mediadas pelas redes de internet e telefonia. Países árabes como Egito, Lêmen, Líbia, Síria e Tunísia possuíam em comum realidades sociais de injustiça, desigualdade, crise econômica, pobreza, ausência de um Estado democrático, existência de ditaduras locais e o levante de movimentos sociais conectados em rede de internet fixa e móvel.

O *Facebook*, *Twitter* e *Tumblr* são redes sociais virtuais onde as pessoas compartilharam sua indignação, decepções, unindo-se, protegidos pelo espaço de comunicação autônoma existente no ciberespaço e que não pode ser controlado pelo Estado (CASTELLS, 2013). Durante o movimento foram organizados diversos protestos, de pequeno e grande porte, com reações armada de repressão, mudanças de governo e revoluções. É indispensável ressaltar que os eventos ocorridos durante o intervalo de 2010 e 2011 foi o começo de um processo que ainda está em curso. A Tunísia conseguiu alcançar uma transição democrática, o Egito retornou a um novo regime ditatorial, a Síria vive em uma guerra civil desde 2011.

O exemplo do ocorrido no mundo árabe foi apenas um dos mais importantes movimentos que usou o potencial da interação entre os usuários da rede para manifestações a favor do benefício coletivo. Assim como ocorreu na Primavera Árabe, as discussões geradas no ciberespaço precisam se manifestar no espaço físico, palpável:

Uma vez que o espaço público institucional - o espaço constitucionalmente designado para a deliberação - está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. (CASTELLS, 2013, p. 14-15).

1. Estudo de caso: CYBERSYN

O projeto foi iniciado em Santiago do Chile em 1971 e interrompido em 1973. O experimento foi idealizado pelo ciberneticista inglês Stafford Beer, o matemático boliviano Raúl Espejo e o engenheiro chileno Fernando Flores. Quando eleito em 1970, o presidente Salvador Allende defendia a transição democrática para o socialismo e enxergou o potencial do projeto Cybersyn como instrumento de distribuição de poder.

Em 1971, Fernando Flores foi nomeado sub-gerente técnico do CORFO, a terceira posição mais alta dentro da agência cuja sigla, quando traduzida do espanhol, significa "Corporação de Fomento da Produção". Durante seu primeiro ano de mandato, Salvador Allende iniciou o projeto de transição política e econômica que visionava desde a campanha presidencial e houve a nacionalização de grande número de indústrias. A pressão dos investidores externos e da oposição partidária interna causou desconforto para seu governo e aliado a tais problemas, a acelerada nacionalização das empresas causou também o caos dentro do CORFO, agência então responsável pela administração delas.

Flores, entusiasta da teoria da cibernética desde seus tempos como estudante de engenharia, enviou uma carta à Inglaterra contatando Stafford Beer, descrevendo a situação interna, pedindo por conselhos e indicação de profissionais que poderiam ajudá-los. Surpreendentemente, Beer decidiu ele assumir e implantar seu revolucionário experimento que na Inglaterra foi recusado por seu caráter demasiadamente avançado para sua época.

A palavra Cybersyn é derivada da expressão "cybertetic synergy" (sinergia cibernética em inglês) e a sigla SYNCO traduz-se como Sistema de Informação e Controle. Criado por Beer, tinha como inspiração o sistema nervoso: era composto por diversos componentes que por meio da comunicação, feedback e auto regulação trabalham cooperativamente pelo funcionamento de si mesmos. A tecnologia disponível no país era o telex: sistema de comunicação escrita muito

parecida com o telégrafo e telefone, cujas mensagens eram transmitidas de um terminal a outros por meio da decodificação binária. A sala de operações abrigava as informações enviadas pelos operários a partir de terminais locados nas fábricas. Conforme as decisões subiam em grau de complexidade elas eram enviadas para um operador hierarquicamente superior. O último nível era ocupado pelo presidente.

O projeto demorou dois anos para ser concluído e a seu teste ocorreu em setembro de 1972 durante uma greve de caminhoneiros. Por conta da greve, havia escassez de alimentos, principalmente para as pessoas mais humildes, fazendo a situação insustentável. A emergência foi gerenciada pelo SYNCO utilizando o sistema de comunicação para enviar coordenadas para os caminhoneiros não grevistas. O "evento" foi considerado um sucesso.

Entretanto, os problemas políticos internos e externos acabariam causando uma intervenção militar, o golpe de estado em agosto de 1973 que deu início à ditadura de Augusto Pinochet. O experimento foi encerrado devido à dificuldade de implantar um sistema participativo e empoderador em um estado repressor.

Os componentes que compunham o Cybersyn eram a Cybernet, Cyberstride, Projeto CHECO e Opsroom (sala de operações). A Cybernet é considerada a primeira ponte de informações cibernéticas entre o governo e as iniciativas privada. Consistia em uma rede de comunicações entre 500 máquinas de telex instaladas em empresas e instituições estatais. As informações colhidas eram enviadas ao Cyberstride, conjunto de softwares que funcionava em um computador mainframe IBM 360, processando as informações recebidas das fábricas e as transformando em variáveis enviadas para a Opsroom (Figura 1.a e Figura 1.b),, uma sala de operações funcionando como uma espécie de sistema nervoso central do Cybersyn . A Opwroom recebia, armazenava as informações recebidas pelo Cyberstride. Em seguida os operadores da sala utilizavam ferramentas cibernéticas para processá-las.

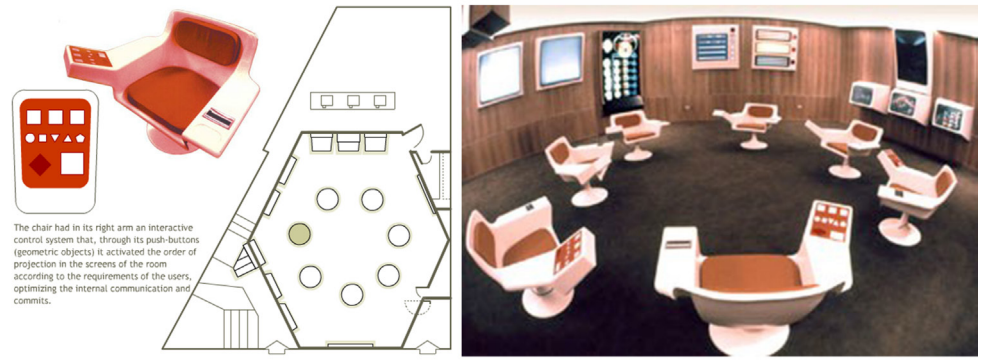


Figura 1: a.Fotografia da Opsroom, 1972; b. Poltrona e Planta da Opsroom. Fonte: <http://www.cybersyn.cl/ingles/cybersyn/index.html> Acesso em mar. de 2017.

O painel Futuro era o meio por onde o projeto CHECO (Chilean Economy ou economia chilena em português) era concretizado. O CHECO tinha como objetivo modelar e simular a economia chilena e utilizava como ferramenta principal o programa criado pelo professor do MIT Jay Forrester, DINAMO (Dynamic Models), originalmente criado para demonstrar a dinâmica de sistemas aplicado no urbanismo. Por fim, após as decisões serem tomadas na Opsroom, elas eram reenviadas ao Cyberstide e então às fábricas, fechando o ciclo.

Diante da complexidade do modelo organizacional do Cybersyn, não é óbvia a maneira como o projeto era instrumento de empoderamento popular. Por meio das máquinas de telex existente nas fábricas e empresas estatais, os trabalhadores controlavam a informação enviada e recebida, participando ativamente dos processos decisórios.

O legado deixado pelo projeto elaborado por Beer foi o desenvolvimento e popularização de teorias de planejamento usadas inicialmente por instituições privadas e, devido ao sucesso da aplicação nessas últimas, instituições governamentais, inclusive os departamentos de planejamento urbano. Mesmo que tenha existido por pouco tempo, o Projeto SYNCO demonstrou a possibilidade e vantagens da aplicação das ferramentas cibernéticas na gestão e a importância de uma rede de comunicações para uma boa governabilidade

2. Estudo de caso: DEMOEX

O caso ocorrido em Vallentuna, cidade a 25km de distância de Estocolmo, utilizou o sistema democrático representativo para permitir a participação mais direta da comunidade nas pautas políticas-administrativas. Em 2002 foi eleita uma jovem sueca de 19 anos, Parisa Molagholi, como representante do DEMOEX (abreviação de "*Demokratiexperiment*") na câmara municipal de Vallentuna, um partido sem posicionamento ideológico cujo principal objetivo era criar mecanismo que permitissem a democracia direta no país. O posicionamento que o representante do partido era guiado pela decisão da maioria simples dos resultados das votações online realizada. O domínio (http://demoex.se/en/) funcionava como um "fórum de discussão online", contando com tópicos de discussão e votações. As votações contavam com argumentação contra e a favor, o tempo de duração da votação era controlado pelo interesse dos eleitores inscritos: quanto maior a participação, menor o tempo disponível e quando o interesse era menor, a votação permanecia aberta durante maior intervalo a fim de promover a difusão da proposta. A ideia da criação do partido surgiu entre alunos de uma escola secundária após a um dia temático chamado "TI e democracia", onde foi discutida a falta de engajamento político dos jovens, o pessimismo frente à estrutura hierárquica top-down. (Figura 2).



Figura 2:Ilustração explicativa do processo de debate e votação do DEMOEX disponibilizada no site em sueco. Fonte: <http://demoex.se/s_fungerar_det/> Acesso em mar. 2017.

O usuário deveria ser obrigatoriamente residente de Vallentuna com idade superior aos 16 anos e eram usados mecanismos de confirmação de identificação, processo com duração de dois a cinco dias. As propostas debatidas eram na sua maioria a criação de escolas, praças, jardins de infância, áreas verdes, melhoria da iluminação pública, privatização de bens públicos, revisão do orçamento municipal, dos limites urbanos. Portanto, é clara a contribuição dos cidadãos para a discussão na câmara acerca das decisões urbanísticas de Vallentuna.

O domínio do DEMOEX foi criado em 2004 e suas atividades encerraram em 2013. Naquele ano o partido não elegeu nenhum representante na Câmara e então o experimento foi descontinuado. O website continua disponível como um registro histórico da iniciativa e também adiciona o endereço do novo experimento lançado, o Direkt Demokraterna (DD).

3. Estudo de caso: Decide Madrid

A cidade de Madri é a capital nacional e maior cidade da Espanha, com população de 3,3 milhões de habitantes na cidade e 6,5 milhões na área metropolitana. É também a terceira maior metrópole da União Europeia. O projeto de democracia participativa iniciado em setembro de 2015, Decide Madrid, destacou-se pela positiva adesão popular e pelo desenvolvimento um *software* livre chamado Consul. O Consul já é utilizado como plataforma de participação e planejamento estratégico nas cidades de Madri com o Decide Madrid, em Barcelona com o decidim.barcelona e várias outras cidades espanholas (Figura 3) já aderiram e/ou estão preparando o lançamento do projeto assim como a capital francesa, Paris, e cidades latino-americanas como Buenos Aires, capital argentina (Figura 4).

Em 15 de maio de 2011, centenas de milhares de cidadãos espanhóis ocuparam as ruas e praças das cidades clamando por uma democracia mais direta, deliberativa e participativa. Durante um mês, a população movida pela situação de crise financeira, alto desemprego juvenil, déficit habitacional, corrupção exigia maior transparência, melhoria dos processos e instituições governamentais. Mesmo com uma cultura de fraca participação causada pela ausência de políticas de favorecimento ao engajamento e barreiras burocráticas (PEÑA-LÓPEZ, 2017), os protótipos de plataformas de tomada de decisão assistidas por tecnologia

da informação inspiradas pelas ideais de democracia direta como os casos estudados anteriormente impulsionaram a construção do software open source CONSUL(Figura 5).O software foi criado pela Câmara Municipal de Madri e é mais utilizado na elaboração de orçamentos participativo.



Figura 4:Implantação do Consul em cidades espanholas. Fonte: Elaborado pelo autor.

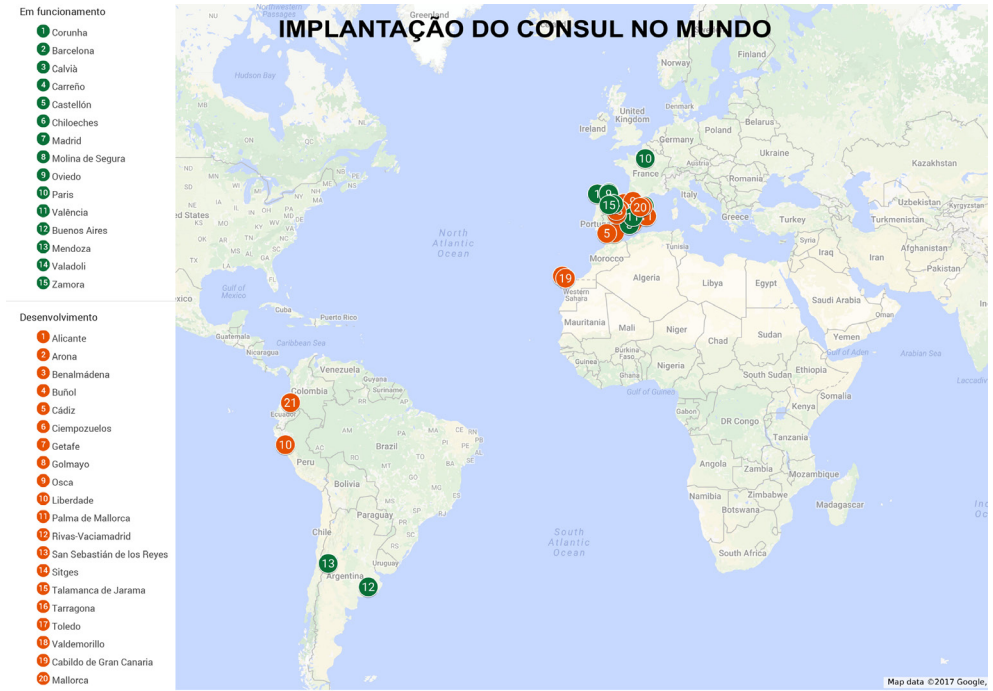


Figura 5:Implantação do Consul no mundo. Fonte: Elaborado pelo autor.



Figura 6: Interface da página inicial do Decide Madrid. Fonte: <https://decide.madrid.es/> Acesso em ago. 2017

O Decide Madrid abrange cerca de 2,7 milhões de cidadãos residentes da cidade de Madri com mais de 16 anos. Para participar dos debates, do orçamento participativo, submeter propostas e participar de votações é necessário estar cadastrado no website e ser submetido à uma verificação de autenticidade, isto é, se o cadastro pertence a um residente maior de 16 anos real da cidade de Madri. Os debates são o espaço de discussão de questões comuns entre os moradores e os últimos podem se manifestar por meio de texto e/ou posicionando-se contra ou a favor. As propostas são criadas por qualquer morador, entretanto para passar por votação precisa do apoio de no mínimo 1% dos eleitores ou pouco mais de 27.000 pessoas. Um dos processos com maior visibilidade é a remodelação da Plaza España, estimado para durar no máximo 7 meses e resultou em um concurso cujos finalistas foram selecionados por uma equipe de especialistas e o vencedor escolhido de maneira direta.

O site onde são realizadas as discussões é o https://decide.madrid.es/, em espanhol e possui em destaque no cabeçalho “Open data”: endereço de redirecionamento para os sites onde estão os dados urbanísticos disponíveis para todos (http://datos.madrid.es/portal/site/egob). Também em destaque no cabeçalho o endereço para o portal de transparência da cidade (http://transparencia.madrid.es/portal/site/transparencia). O design do site é amigável na versão para desktop (acesso tradicionalmente realizado em computadores) como também na versão para dispositivos móveis.

Desde a segunda metade de 2015, a prefeitura estimula e cria encontros entre cidadãos, programadores e demais indivíduos de diversas áreas do conhecimento com o intuito de fomentar a participação da sociedade no processo de transparência e colaboração, utilizando os conhecimentos interdisciplinares para aperfeiçoar o programa de democracia participativa.

4. Revisão do Plano Diretor de Campo Grande

O município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, possui mais de 863.000 habitantes segundo a projeção do IBGE para o ano de 2016 e é altamente urbanizada, com 98,66% da população residente no perímetro urbano. A Revisão do Plano Diretor iniciou em 2016, e até julho de 2017 foram organizadas audiências públicas com o intuito de ampliar a participação popular. Os temas debatidos nas assembleias, relacionados à mobilidade urbana, habitação, meio ambiente, saneamento básico, sustentabilidade e entre outros, são usados na elaboração da lei de revisão do Plano Diretor. Esse processo é chamado de Leitura Comunitária do município e é associada a leitura técnica, ambas identificando os problemas e potencialidades do território e seus habitantes. A equipe técnica é formada por profissionais da empresa URBTEC TM Planejamento, Engenharia e Consultoria sediada em Curitiba, no estado do Paraná, e órgãos municipais, principalmente a PLANURB ou Agencia Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano.

O Planejamento Participativo, proposto pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, é um dos instrumentos para a elaboração de parâmetros e diretrizes

no processo de planejamento e gestão municipal como o plano diretor e leis de diretrizes orçamentárias. Em 2005 foi elaborada a segunda edição do "Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios", coordenado pela Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo Raquel Rolnik e a Arquiteta e Urbanista Otilie Macedo Pinheiro, então diretora de Apoio à Gestão Municipal e Territorial da Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Esse guia teve como objetivo discutir temas específicos, instruir, capacitar políticos, técnicos especialistas e líderes locais sobre o planejamento participativo, uma maneira de evitar a "tradição de planejamento tecnocrático, descomprometido com a realidade social [...] de planos diretores que recuam de seus pressupostos mais generosos ao menor sinal de conflitos" (ROLNIK, PINHEIRO, 2005, p. 39). O processo de consulta também é benéfico pois compartilha o trabalho assim como as responsabilidades, fazendo com que os cidadãos se comprometam na composição e implementação do Plano Diretor (ROLNIK, PINHEIRO, 2005, p. 14).

Campo Grande já disponibiliza indicadores demográficos, urbanos, mapas georreferenciados e o Perfil Socioeconômico anual por meio do site www.capital.ms.gov.br/sisgran desde 2009 e para a confecção do Plano Diretor foi utilizado o site http://www.planodiretorcampogrande.com.br/ para a divulgação da data de audiências públicas e suas atas, evolução do processo, dúvidas. Para a coleta de informações foi usado pela primeira vez pela equipe o aplicativo google formulários. De acordo com as atas disponibilizadas no site, as audiências realizadas nos 74 bairros e 2 distritos durante os meses de junho e julho de 2017 foram realizadas com a presença de cerca de 900 pessoas no total.

No dia 11 de agosto de 2017, a Diretora Presidente da PLANUSB, Berenice M. J. Domingues concedeu a essa pesquisa uma entrevista, expressando os objetivos da equipe para a revisão do P.D.: a gestão democrática a favor de uma cidade que satisfaça a comunidade como um todo.

5. Conclusão

Os três casos estudos demonstram que os resultados dependem não somente do contexto sociocultural de cada cidade, mas principalmente da continuidade dos resultados no ambiente urbano diário. Nas duas cidades onde os experimentos já foram encerrados (Santiago e Vallentuna) foram interrompidos por motivos diferentes: o primeiro foi encerrado devido à incompatibilidade do Cybersyn, um instrumento a favor da democracia, com a ditadura militar e o segundo, DEMOEX, foi progressivamente perdendo o interesse dos usuários. No último caso é possível observar que as interações da cidade virtual se espelham nas interações da cidade real: conforme as discussões não recebem estímulos do ambiente real, seja por meio da publicidade, da transformação do layout, transformações no ambiente urbano, a cidade virtual começa a ser desabitada. Não havendo representantes eleitos na câmara municipal, a comunidade formada pelos moradores que frequentavam o site foi aos poucos abandonando o espaço.

Na experiência do Decide Madrid, um dos aspectos mais questionados pela mídia durante a votação ocorrida em fevereiro de 2017 foi o investimento de 1,1 milhões de euros gastos principalmente em publicidade. Contudo, para as interações de uma "ágora virtual", uma extensão virtual do espaço urbano é necessário o esforço coletivo para a apropriação da cidade, cidadania e participação, característica mais fraca nos espanhóis e mais forte nos suecos. Para que iniciativas de estímulos à participação comunitária no planejamento municipal por meio virtual possam ter resultados é preciso que haja a conscientização cidadã.

O Cybersyn foi inovador no sentido de permitir a participação dos operários das fábricas nas decisões, possibilidade criada pela organização de um sistema de comunicação naquele momento inovador e atualmente fundamental para o universo corporativo. A rapidez e diminuição das distancias físicas causadas pelo uso da comunicação telegráfica favoreceram esse processo.

Atualmente é disponível uma rede de comunicação ainda mais rápida e democrática, a internet. A realidade em Campo Grande corrobora para a conclusão

de que somente o fácil acesso à internet não possui aplicação sem o estímulo de uma cultura de cidadania ativa tanto virtual como digital.

Referencias

ALVES, Gilfranco Medeiros. *Cibersemiótica e processos de projeto: metodologia em revisão***.** 2014. 303 f. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-07012015-105828/>. Acesso em: 04 jan. 2016.

AMARAL, Adriana. *Visões perigosas: uma arque-genealogia do cyberpunk: do romantismo gótico às subculturas: comunicação e cibercultura em Philip K. Dick.* 2005. 328 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/infotec/teses%2005-06/resumo_3697.html>. Acesso em: 06 maio 2017.

BEER, Stafford. **Brain of the Firm.** London: The Penguin Press, London, 1972.

_____. **Platform for Change: A Message from Stafford Beer.** New York: Jonh Wiley and Sons, 1994.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Volume I. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet.** Rio de Janeiro:Zahar, 2013.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia: tradução de Beatriz Sidou.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DOMINGUES, Berenice Maria Jacob. **Elaboração do Plano Diretor de Campo Grande.** 2017. Entrevista concedida à autora pela Diretora Presidente da PLANURB, Campo Grande, 11 Ago. 2017.

ESPEJO, Raul. **CyberSyn and the re-construction of a holistic nature.** Syncho Ltd., 2008. Disponível em: <http://www.syncho.com/Cybersyn.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2017.

FUSERO, Paolo. **E-CITY: Digital networks and cities of the future.** Barcelona: List, 2008.

GIBSON, Willian. **Neuromancer.** São Paulo: Aleph,2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

MEDINA,E. **Designing Freedom, Regulating a Nation: Socialist Cybernetics in Allende's Chile.** Journal of Latin American Studies, v.38, n. 4, p 571 – 606. Agosto. 2006.

PEÑA-LÓPEZ, Ismael. **Citizen participation and the rise of the open source city in Spain.** Making all voices count, Espanha, 2017.

PEREIRA, Luiz C. **Bresser.** Construindo o Estado Republicano: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (orgs). **Plano Diretor Participativo: Guia para Elaboração pelos Municípios e Cidadãos.** Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.

WIENER, Norbert. **Cibernética e a Sociedade: O uso humano de seres humanos.** 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

CIDADE DO PRESENTE, CIDADE DO CAPITAL: tensões e liminaridades

RODRIGUES ALVES, MANOEL(1)

1. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Avenida Trabalhador São-carlense, 400 – CEP 13560-970
Caixa Postal 359 – São Carlos / SP
mra@sc.usp.br

Resumo

Este artigo argumenta pela necessidade de uma reflexão crítica quanto aos atuais processos hegemônicos de produção e conformação no/do espaço urbano. Caracteriza-se como uma reflexão conceitual de distintos saberes que se estrutura a partir da prospecção de questões e da exploração de hipóteses sobre o espaço urbano contemporâneo, com o objetivo de mapear contrapontos relativos a aspectos da cidade contemporânea e os processos de transformação de seu território. Propõe uma reflexão crítica que aborde as continuidades e transformações da cidade contemporânea, submetida a lógica do capital neoliberal, entendendo necessária a contraposição da noção de cidade que se constitui: cidade enquanto resposta às necessidades humanas versus cidade enquanto mercadoria. Nesse sentido, investiga aspectos referentes a mudanças estruturais e conjunturais do modo de produção da cidade, questionando em que medida transformações de processos e circuitos de circulação do capital condicionam "novas" espacialidades e práticas de produção do urbano.

Palavras-chave: *produção do espaço urbano; capital neoliberal; reprodução do capital; vida urbana contemporânea.*

1. Cidade do Presente, Cidade do Capital: tensões e liminaridades

É necessário investigar as dimensões da produção da cidade contemporânea[1] a partir de relações e tangências entre espacialidades e fenômenos urbanos que, resultantes da relação do homem e seu espaço físico, são representativos de traços caóticos e de confluências plurais de culturas e modos de vida. Embora o espaço urbano seja estudado por diferentes disciplinas, abordagens integradas são poucas caracterizando uma produção bibliográfica que se limita a relacionar as práticas e os comportamentos sociais às características físicas e históricas do espaço urbano, identificando-as e descrevendo-as[2].

Ao interrogar pontos de inflexão entre práticas e ideias de uma "cidade coetânea", através de uma articulação entre teoria/realidade urbana e localização/ mundialização, esta reflexão visa rediscutir criticamente marcos de compreensão do espaço urbano. Busca apontar para o conteúdo dos processos, contrapondo-se a análises que reduzem a cidade a um quadro físico e pretendendo-se superar a síntese manifesta por um simples conjunto de índices. Esta distinção, em uma perspectiva distinta e transversal[3], nos parece necessária para abarcar o entendimento de novas configurações do espaço urbano contemporâneo, e novas lógicas, que se baseiam em elementos de uma dinâmica (re)produtora de um espaço em 'crise'.

Crises ou emergências são, a nosso ver, conjunturas que nos servirão para colocar à prova a relação da sociedade e da cultura com o espaço urbano contemporâneo. Em uma cidade que demanda novos caminhos, se trata de recuperar para o pensamento crítico os territórios do indeterminado, da suspensão, da dúvida, das linhas de fuga, como tentativas que se contraponham a classificações apressadas ou dualidades obsoletas. Com o intuito de contornar uma linha de análises sobre a cidade, para além da cidade em si mesma, argumenta-se pela necessidade de reflexão (e investigação) quanto as dimensões da produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo, não apenas relações e tangências entre distintas espacialidades e seus processos de criação e transformação, mas também transformações nos processos de produção da cidade, e/ou a exarcebação de processos já conhecidos.

No cenário da vida urbana contemporânea, de inéditas formas de enunciação de uma contemporaneidade conformada pela globalização econômica e a planetarização de processos que conformam a vida cotidiana; de uma cidade que emerge constituída por textualidades e morfologias inéditas que operam em um contexto sociocultural diferenciado, conformando micro-geografias de um cotidiano denso de novas conformações de fenômenos socioespaciais, observam-se, no uso e apropriação do espaço (em particular do espaço público), espacialidades e territorialidades distintas.

A cidade coetânea, constituída por textualidades e morfologias inéditas, responde a parâmetros próprios de uma época de transição que viabilizam espacialidades que

[1] Contemporâneo, a ser entendido conforme a concepção de Agambem sobre o contemporâneo como um ponto de inflexão que instala uma relação especial entre tempos – passado e futuro (ver Agambem 2002). No contemporâneo permanecemos em uma zona que não é plenamente inteligível, pois buscamos luzes do seu entendimento ao mesmo tempo em que estamos inseridos em seu sistema entrópico e rizomático – como uma probabilidade aberta a conectar de maneira contingente elementos que se relacionam por sua diferença, e não por sua similaridade, que produzem heterogeneidade, multiplicidade e rupturas significativas (Arroyo, 2011, p.99).

[2] Embora se verifique que o espaço público urbano seja estudado por diferentes disciplinas, Low (2000) assinala que muito do que ainda se faz aborda o comportamento através da identificação do número, tipo de pessoas e de usos do espaço; ou então as abordagens são mais arquitetônicas e urbanísticas, por meio da descrição das características físicas e históricas do ambiente construído.

[3] Enquanto perspetiva integrada de estudo da relação entre ambientes físicos e sociais, ultrapassando olhares parciais sobre o espaço urbano em uma perspectiva metodológica que busca evitar a produção de caracterizações estáticas dos contextos de estudo e fomentar a reflexão de suas dimensões simbólicas e práticas socioculturais, promovendo a articulação entre diferentes pontos de vista analíticos.

transcendem conteúdos de culturas “particulares” e suas especificidades territoriais (Augè, 2010). *É nesse contexto que espacialidades urbanas contemporâneas nos desafiam, aportando novas interpretações na relação entre morfologias urbanas, tecidos sociais, comportamentos e construções conceituais* relativas a perguntas que delineiam hipóteses, que conformam diretrizes de uma reflexão que busca afrontar uma tendência de produção da cidade contemporânea na qual o consumo é uma categoria privilegiada de significação e estruturante das relações socioespaciais.

Em um mundo de processos globalizados aliados ao capitalismo avançado, onde os aspectos de empresariamento da cidade emergem com especial ressonância em uma cidade enquanto enquanto mercadoria, enquanto *commodity* [4] (mais do que em resposta às necessidades humanas), importa (re)aprender a captar as formas (e contra formas) sociais de adaptação da cidade. Friedmann chama a atenção para a importância em se ter em conta que o que liga as diferentes disciplinas que estudam o espaço urbano ser *“understanding that the city is humanity’s ultimate habitat”. Para Friedmann, importa entender que o “place refers to socio-spatial patterns of affectively valued relations that are embedded in a physical environment”, enquanto o “place-making is thus a way of creating and strengthening place-bound relations”.*[5]

A singularidade desta reflexão não se limita ao desenvolvimento de questionamentos sobre modelos de estruturação do espaço urbano - como contradição, fragmentação e cisão -, mas sim que não respondem ao paradigma da totalidade ou da unidade espacial. Pardo afirma *“[...] o que está sucedendo é que o paradigma em virtude do qual se construiu a cidade em sua configuração anterior já é um paradigma antiquado e inútil para que a cidade possa fazer frente a seus desafios de futuro e, sem dúvida, todavia não terminou de instalar-se o novo paradigma, esse que tornará a cidade finalmente apta para uma supervivência ágil e eficaz em um mundo que estará completamente transformado”*[6].

É nesse destempo do abandono do que já não e todavia não é, nesse instante aiónico que se experiência no urbano (de ‘dones condutores’) que argumentamos por abordagens que reflitam e investiguem o entendimento de novas configurações do espaço urbano que, enquanto representativas do ser-no-mundo de novas lógicas e dinâmicas de conformação da cidade, constituem-se com base em elementos representativos de uma dinâmica de (re)produção do espaço urbano de um momento particular condicionadas pela lógica de (re)produção do capital neoliberal.

Nas últimas décadas nos deparamos com formulações teóricas de condições extremadas do urbano – tanto do ponto de vista social quanto físico e material – e conformações espaciais que se associam a distintas lógicas de (des)ordem e (des)regulação. No momento presente – (re)produzido numa realidade de identidades dos lugares em trânsito, com conteúdos e formas instáveis (Augè, 2010) –, o fenômeno urbano suscita um espaço singular de relações sociais que se caracterizam por uma complexa rede composta de usos, pactos, imposições, retificações e adequações mútuas (Delgado, 2008).

Nessa cidade - a pós-cidade da superabundância para alguns autores (Augè, 1994) -, a noção de consumo é fundamental para a compreensão da própria lógica de produção do espaço urbano, não apenas de novas espacialidades. Nela, observa-se a transformação da paisagem urbana em mercadoria que passa a legitimar uma urbanidade[7] condicionada pelo impacto de políticas neoliberais e de modelos

[4] (Foster, 2002), condicionada por processos de espetacularização e tematização - como, por exemplo, o *city branding* e o *city marketing* -, em uma lógica cada vez mais hegemônica de privatização e empresariamento da cidade.

[5] (Friedmann, 2007, p.02). Garret, ao problematizar os desdobramentos do *place-making* em análise da crescente privatização do espaço urbano escreve *“[...] Richard Sennett suggests that private public spaces are “dead public spaces” because de essence of conviviality, spontaneity, encounter and yes, that little sprinkle of chaos, have been stripped out. The spaces are not rendered dead because they aren’t enjoyable – I myself enjoy lounging on the steps near the canal at Granary Square – but dead because the potential range of spatial engagement here can fit in a coffee cup.”* (Garret, 2015).

[6] (Pardo,2011, p. 357). Tradução do autor.

[7] O urbano enquanto o “possível” produzido por uma sociedade – urbana –, em um processo inacabado e contínuo (Lefebvre, 1999). Urbanidade, própria de um contexto

internacionais de propostas urbanas. Nela, é perceptível uma espacialidade do ócio e do consumo de modelos e padrões similares de intervenção na produção de um meio urbano para ser visitado intensivamente, produtora de paisagens a-territoriais definidas pela espacialização econômica e funcional do território - paisagens que não guardam relação com a geografia cultural local e com a permanência (sustentabilidade) do tecido urbano[8].

Novas conformações de fenômenos socioespaciais promovem, no uso e apropriação do espaço urbano, espacialidades distintas: representativas de significações que procedem do imaginário social vigente, e que reproduzem-se associadas à ausência de limites e ao espalhamento de formações espaciais em que o espaço comum, ou interações pautadas na ideia de integração em referências comunais coletivas, não se constituem enquanto regra na conformação de um outro sentido de urbanidade. Encontramo-nos no contexto de uma cidade que migra de paradigmas instabilizados para territorialidades difusas e indeterminadas, em meio a realidades de interações ubíquas, ou não, que mobilizam significados, conteúdos, subjetividades e resultam em espaços (e tempos) constantemente

urbano, enquanto: fenômeno produzido na relação entre o social e o espacial e manifesta no modo como as pessoas se relacionam com o espaço e sua organização (Aguiar, 2012); qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais conferidas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente público, através da capacidade de intercâmbio e de comunicação de que está imbuído esse ambiente, como a experiência e prática que se consubstancia em três instâncias: em uma dimensão fenomenológica da urbanidade (o reconhecimento do Outro a partir da sua presença em nosso campo de percepção); [...] uma dimensão comunicativa da urbanidade (a cidade e seus espaços como o *loci* do convívio urbano e meio da comunicação); [...] e uma dimensão ontológica da urbanidade (produzida na relação entre práticas e espaços da cidade como dados estruturantes da realidade material) (Netto, 2012, p. 36).Uma "outra ideia de urbanidade" mencionada por Alves (2010) revela como, de fato, é cambiante o entendimento sobre as características definidoras do espaço urbano na medida em que o deslizamento das atividades cívicas em direção aos espaços privados coletivos geram um espaço urbano fragmentário e a transformação da relação público / privado (Alves, 2010).

[8] As cidades ageográficas de Sorkin (Sorkin, 1997) e as paisagens urbanais de Muñoz (Muñoz, 2008).

ampliados, remoldados, rompidos que questionam as dimensões da (re)produção do espaço urbano.

Entretanto, embora a cidade atual se constitua enquanto um plexo de processos materiais e simbólicos, tangíveis e intangíveis, a mesma está condicionada por uma lógica específica de produção. As mudanças globais das cidades contemporâneas implicam a necessidade de uma nova atitude não apenas na interpretaç**ão do espaço urbano,** mas principalmente na compreensão de lógica de produção desse espaço em decorrência do salto das forças produtivas. A transformação da sua estrutura econômica e social, a sua organização espacial e a sua configuração formal marcam a produção de novas territorialidades. Os modos de reprodução do capital através do urbanismo, em que o espaço público surge como mote de indução e do conceito das estratégias de promoção, cria-se na base de sustentação do empresariamento e da financeirização da cidade. Sendo o espaço da cidade produto e reprodutor das dinâmicas que regem o seu tempo, a cidade contemporânea passa a abarcar novas espacialidades e formas de sociabilidades atreladas ao sistema econômico-produtivo, de onde emergem novas situações urbanas, e onde as relações socioculturais e espaciais passam a ser resignificadas e reinterpretadas.

O espaço urbano, no bojo do processo de mundialização, estendendo-se espacial e socialmente através de uma nova relação entre o poder político e os setores financeiros, passa a constituir-se em elemento fundamental de uma reestruturação da base produtiva que visa a ampliação da base social necessária ao processo de acumulação, em contradição com as necessidades da reprodução da vida urbana. O capitalismo encontrou no urbanismo uma nova forma de reprodução do capital, em particular por meio da ideologização, privatização e tematização do espaço público (Delgado, 2011)[9]. A lógica contemporânea de produção do espaço urbano está

[9] Ao analisar as transformações urbanas em Barcelona, Delgado posiciona-se criticamente diante de processos que descaracterizam os lugares urbanos em prol de uma cidade midiatizada, planejada sob um ideal de consumo, tanto da imagem da cidade como de espaço urbano. Nesta discussão reflete: "No se trata de denunciar como perversa toda

condicionada por um modo de reprodução capitalista subjacente às ações do poder público e da iniciativa privada, instituindo-se através da produção-consumo.

Tal processo pode ser apreendido, a partir do movimento de valorização, desvalorização e revalorização, o que implica na destruição de lugares, na redefinição de investimentos públicos e privados, na transformação de usos, caminhos e trajetos e condições de permanência na cidade[10]. É nesse contexto que se observa o esvaziamento da esfera *pública urbana, que responde mais a setores do mercado e códigos da mídia que à complexa articulação dos usos cotidianos da vida urbana.*

A produção atual do espaço urbano responde mais à necessidade de manter vivo o circuito de produção, circulação e consumo de mercadorias num mundo altamente mercantilizado, do que às necessidades humanas no tempo, no espaço e no cotidiano promovendo a segregação espacial e social em um espaço urbano crescentemente privatizado. Tal problemática entra em conflito com as condições sociais que contribuem para produzir e reproduzir o espaço urbano. O processo contemporâneo de reprodução da cidade ilumina ainda mais a contradição entre a (re)produção socializada do espaço e sua apropriação privada, o que aponta também para a necessidade de compreensão dos conflitos e resistências que daí emergem.

Numa cidade que responde a parâmetros que assinalam características próprias de uma época de transição em que, embora a relação de experiência e/ou pertencimento ao espaço urbano persista em meio a um conjunto de transformações nas dimensões técnicas e tecnológicas, nos aspectos sociais e

transformación urbana, sino de señalar a quienes favorecen tales transformaciones, que no suele ser a la mayoría social" (Delgado, 2001, p. 117). No mesmo trabalho alerta que a resignificação do espaço público não ocorre apenas quando espaços privados tentam cooptar o seu significado na tentativa de simular um "lugar" coletivamente apropriado, mas também que iniciativas públicas contribuem para uma funcionalização comercial do espaço público: "Los núcleos históricos de las ciudades están siendo peatonalizados para hacer de ellos superficies comerciales polifuncionales" (Delgado, 2001, p. 114).

[10] O caso dos projetos urbanos em que se dá grande ênfase ao espaço público, constitui-se, via de regra, em uma estratégia de acumulação de capital.

ambientais de produção do espaço, observa-se o empobrecimento dos sistemas simbólicos, a retração das formas de vida coletiva, a instrumentalização dos espaços de ação e a redução do valor do público.

Essas transformações enfraquecem a identidade urbana e secundarizam a dialética tecido urbano / tecido social. Com seus próprios códigos de ética e comportamento funcional, condicionam uma ampla série de atividades que integram o tecido urbano da vida coletiva contemporânea no desenho de uma cidade de fragmentos urbanos dissociados: 'espaços do consumo' resultantes de processos de urbanização determinados pela lógica do terciário, ditos de renovação urbana".

Para Muñoz, a cidade contemporânea, sintetizada como objeto de valor monetário de consumo em tempo parcial, vem constituindo-se como uma cidade da segregação em que a sedução do entorno e a instantaneidade reforçariam o regime de liberdades forçadas em que habitamos a cidade. Muñoz, ao conceituar *urBANALização*, aponta que a cidade urbanal da especialização, privatização e tematização é composta por fragmentos que geram uma apropriação fragmentada independente de limites legais ou administrativos, desconectada das características locais, desvinculada do substrato cultural que conforma a comunidade e descomprometida com os conteúdos urbanos da cidade como um espaço a ser habitado. As características de transformação do espaço urbano, para Muñoz, implicam que*'... a cidade atual assiste a transformação global do espaço público em um território não só economicamente produtivo, mas também progressivamente especializado, um monocultivo que não só aproveita o potencial de diversidade e permeabilidade social que contém o âmbito público, mas também, o diminui em áreas de influência de atividades econômicas que o utilizam como suporte ou como reinvindicação".* [11].

Para ele, na espacialidade urbana contemporânea espaços tipológicos tradicionais, como ruas e praças, são objetualizados e tematicamente reduzidos a um conjunto de funções urbanas de um espaço controlado. Embora que ainda espaços públicos,

[11] (Muñoz, 2008, p. 88). Tradução do autor.

repletos de sinais visíveis e invisíveis de privatização que, simulacros da cidade criam uma cidade privada dentro da cidade pública: a contraface do esvaziamento da vida pública.

Desse prisma, *"…. essa característica resort da cidade globalizada permitiria constatar um princípio elementar do espaço urbano: a segregação"*[12]. Orellana coloca que uma nova lógica do poder demanda a desterritorialização e destruição do local. Para ele, estamos ante um 'outro-lugar' que condensa a cidade contemporânea e evidencia a racionalidade última do espaço urbano biopolítico. Nessa cidade, constatam-se retratos de nossa época onde os indivíduos se instalam temporalmente, espaços de ocupação provisória e confluência anônima, contextos espaço-temporais flexíveis sem identidade, destinados que são ao cliente, não ao cidadão - potencialmente não-lugares[13] atópicos da alienação humana de uma época em que a experiência individual é construída com base no deslocamento e no descolamento de uma sociedade cada vez mais midiática. Não-lugares que tentam estabelecer para a cidade uma nova relação com o espaço e o tempo, na qual é celebrada a vitória do consumismo e da desterritorialização.

Neste cenário em que a cidade comparece como elemento estratégico de reprodução do capital (não apenas financeiro), processos hegemônicos de empresariamento da sua produção condicionam a domesticação de paisagens

[12] (Orellana, 2011, p. 54-56)

[13] Para Augé,*"se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar* (Augè, 1994, p. 72). Para Augè, o lugar é necessariamente histórico, combinando identidade e relações, relacionado à experiência e a memória humana; enquanto que o não-lugar, uma vez que, via de regra, projetados para a circulação e/ou transporte rápido, não se parece ao espaço público associativo, ao lugar da identidade e das relações em que se acumula a memória. Embora seja possível a ocorrência de um não-lugar em um lugar, a objetividade extremada dos não-lugares influencia na caracterização desses espaços reduzindo ao limite as relações simbólicas entre as pessoas, descolando-as da especificidade do local, do sítio e promovendo uma alteração da fronteira entre o público e o privado (Augè, 1994).

reconfigurando formas de consumo do espaço (público)[14]. Observa-se uma cultura de distintos tipos de consumo, uma cultura da simultaneidade e do consumo rápido que se concretiza como espaços públicos do ócio – espaços que dão forma a uma cartografia feita de lugares e momentos caracterizados pela multiplicidade e flexibilidade que possui suas próprias lógicas e intencionalidades[15].

No enigma do contemporâneo, deslocamentos acelerados e posicionamentos econômicos, identitários, sócio-culturais e políticos, promovem a mercadoria sublimada em formas sedutoras da imagem como o princípio constitutivo da organização e das relações e da prática social. Na cidade, as dimensões da vida - em suas expressões objetivas e disposições subjetivas - são fortemente reduzidas, encapsuladas pela produção de espaços tematizados da vida pública e/ou que ocorrem segundo regras pré-determinadas de processos dominantes de constituição da cidade. Nesse cenário nota-se a dissolução de experiências coletivas – cada vez mais superficiais e instáveis –evidenciada por uma urbanização submetida aos imperativos de ideologias urbanísticas do capital – da cidade enquanto mercadoria versus a cidade enquanto resposta às necessidades humanas.

Muñoz discute que os desdobramentos das novas formas de "habitar" na construção de paisagens da cidade urbanal se constituem na produção da cidade desconectada do ser-no-mundo, da cidade de territoriantes[16]. Esta

[14] *"[...] o capitalismo neoliberal, então, arrasa as cidades contemporâneas produzindo efeitos de desterritorialização, que se encarnam em uma elite de sujeitos globais habilitados para circular [...] de forma ligeira, desarraigada e imediata."* (Orellana, op. cit, p. 51). Tradução do autor.

[15] Para Muñoz (2008), espaços multiplex. Para Han, espaços que se caracterizam como produto não de uma sociedade disciplinaria (Foucault), mas sim de uma 'sociedade do rendimento' (*achievement society*) (Han, 2015a).

[16] Para Muñoz, a população implicada no uso temporal do espaço divide-se entre habitantes – que habitam lugares – e territoriantes – que habitam territórios. Territoriantes são habitantes ou residentes de um lugar, ao mesmo tempo em que são usuários de outros lugares e visitantes de outros. São habitantes em tempo parcial. "O territoriante, portanto, se

questão do habitar, que remonta a indícios da crise visualizada por Heidegger[17] – do desenraizamento do habitante, o territoriante para Muñoz –, tensiona a produção de um espaço alheio às relações sociais responsáveis por partilharem e inscreverem memórias coletivas que significam e dão a ver os lugares. Nesta realidade, o espaço público está submetido a uma lógica de espaços alienantes que inviabilizam a construção de um tecido social constituído pela experiência do e com o outro.

Atualmente, a separação dos lugares da vida em espaços funcionalizados resultou em uma fragmentação da vida cotidiana separando-a em espaços-tempos definidos e recortados. O espaço público, lugar das realizações humanas, da heterogeneidade social, do primado das experiências socioculturais, das trocas subjetivas e da livre manifestação vem sendo gradativamente substituído por espaços vazios de identidade. Espaços esses que, simulacros de lugares, reproduzem uma realidade vazia de sentido e que nem mesmo se aproxima da realidade à qual simula. Espaços de práticas previstas, ações subordinadas a códigos de conduta, vigilância e artificialidade; espaços da simulação dos lugares da vida urbana em diversas escalas modificando a relação dos/com habitantes, uma vez que meros usuários, meros receptadores dos espaços da cidade, eliminando lentamente o sentido da cidade como obra e como espaço de criação.

define como territoriante entre lugares e não como habitante de um lugar e constitui o protótipo do habitante da cidade pós-industrial. Por isso que os territoriantes pertencem a uma cidade nova, composta de fragmentos de território onde vivem, trabalham, consomem ou passeiam. [....] Os territoriantes habitam geografias variáveis em cidades de geografia também variável." (Muñoz, 2008, p. 26-27). Para Sartori, o Homo Videns: um homem que nada na banalização e na ambivalência, que se regozija no extâse instantâneo de uma cultura pré-programada e em sua inexpressividade definitória, e se consola no consumo e no desejo da/na paisagem.

[17] O espaço e o lugar ligam-se de modo inexorável à realização da vida como condição e produto do estabelecimento das relações reais indispensáveis a ela, correspondendo a expressão "o homem habita lugares". Para Heidegger, habitar e construir são termos distintos, mas evocam correlações na medida em que o "construir" já é um habitar pela relação íntima estabelecida entre o ser e o lugar do habitar.

Para Arroyo, a noção de espaço público apresenta uma queda de seu valor simbólico, não mais se constituindo como a contraparte física substantiva de uma sociedade civil entendida como sujeito da cidade. A cotidianidade é que determina a dinâmica do espaço público[18]. De fato, a generalização de formas de consumo programado, o declínio dos papéis tradicionais do Estado, a debilidade dos sistemas de representação política e, em geral, a ação convergente de dispositivos de disciplinarização e controle social provocam um declínio significativo do sentido de primazia do espaço urbano, em particular do espaço público: como cenário privilegiado do encontro, interação das diferenças, da possibilidade da experiência e co-presença, dispersão e diversidade, de socialibilidades (no plural) (Delgado, 1999), desmontando em seu conjunto as bases do que um dia se entendeu, historicamente, como cidade e democracia.

As condições colocadas pelo capitalismo avançado de um sistema formado por diferentes relações coletivas intermediadas por interesses privados, da exacerbação de lógicas regidas pelo consumo, ato intensificador da esfera individual, condicionam a redução e privatização da esfera pública- numa sociedade em que o tempo pode ser avaliado como a distância que separa o indivíduo de seu objetivo, o consumo. Assim, a realidade do espaço vivido e construído socialmente, o significado de espaço público como mediador do encontro e também do conflito, em suas práticas de novas maneiras de sociabilidade, de mudanças estruturais nas dimensões do individuo e da noção de cidade, se reduz a novas espacialidades, nem exatamente públicas ou privadas, mas de domínio público em grau elevado.

É nesse contexto de transformações do território urbano, frutos de lógicas determinadas por um sistema capitalista tardio de acumulação flexível, em que os diversos âmbitos da vida e da experiência em sociedade encontram-se intermediados por lógicas atreladas ao consumo, que se observa o esvaziamento da esfera pública urbana, que responde mais a setores do mercado e códigos da mídia que à complexa articulação dos usos cotidianos da vida urbana. Como conceitua Alves, o processo de *containerização* do espaço urbano (Muñoz, 2008) promove a ideia de uma multifuncionalidade do espaço

[18] (Arroyo, 2011).

privado (enquanto distintas funcionalidades de um elenco de funções conhecidas) e a sociabilidade em espaços controlados e seletivos (Alves, 2006, p. 3). A tensão entre o público e privado, como também argumentado por Alves, reside na noção de domínio, diversidade e pluralidade dos espaços, e não na hierarquia e dominância entre eles, ou seja, não importa tanto entender "quem" possui maior ou menor influência nesta relação, mas sim "o que" e "como" se estrutura essa tensão (Alves, 2010).

Além do que, a prática de novas urbanidades requalifica o espaço urbano e o torna centro de disputas, tanto para a consolidação de novas identidades quanto para a reivindicação da visibilidade pública das diferenças, do reconhecimento político do diferente. Mas em que termos? Submetidos ou condicionados a que processos? Da cidade a metrópolis, a megápolis ou a postmetrópolis de Cacciari[19], há quase tantos descriptores para nomeara cidade contemporânea como os que se buscam para descrever a época em que vivemos - sobremodernidade, postmodernidade, hipermodernidade, modernidade líquida, etc. Pardo[20] aporta una reflexão interessante sobre essa sucessão de termos e as características de um momento de transição questionando *"...¿no podría ser que esto de estamos trans*itando *hacia un nuevo paradigma fuera el emblema genuino de una de las principales experiencias de la modernidad, la experiencia de la transición, la experiencia de la transformación – aunque sea mucho más dificil el pensar hacia qué estamos transitando o desde onde nos estamos transformando?"*

A busca incessante de nomear de modo específico cada variação do modelo no espaço e no tempo, segundo o próprio Pardo, como também a incerteza sobre o destino para o qual nos encaminhamos, são características inevitáveis da consciência moderna

[19] (Cacciari, M., 2011, p. 77).

[20] *"[...] la pluralidad de este tipo de fórmulas sucesivas y alternativas, rápidamente agotadas sin embargo (como los `neo-´, los `post-´, los `micro-´, los `ultra-´, los `intra-´, los `trans-´, los `tele-´, los `tardo-´, etc) pudiera tener que ver con una cierta imposibilidad y una cierta impotencia de los tiempos modernos para pasar, para dejar paso a otros tiempos que no sean ya modernos [...] incluso hasta el punto de que estas preguntas (hacia que? desde onde?) sean preguntas superfluas porque, de alguna manera, estamos instalados permanentemente en la transición".* (Pardo, 2011, p. 354-355).

que tenta racionalizar seu posicionamento em relação ao passado como meio de certificar a distancia com respeito ao mesmo, e é o crescimento incessante dessa distancia entre passado e presente o que nos produz a certeza de nossa modernidade, e a experiencia do passado como algo *"que ya no podemos resucitar, puesto que en cuanto tales, es decir, en cuanto perdidos, en cuanto irrecuperables, están preservados en su propia perdición y en su propia irrecuperabilidad y permanecen asidos a nuestra experiencia del tiempo"*[21].

A consciência de nossa complexa relação com o passado, inequivocamente ligada a experiência moderna, não é apenas uma questão temporal, mas sim também um problema espacial, posto que por detrás desse estranhamento que descreve Pardo, por um lado se entrincheram as diferenças sociais e as diferenças locais e, por outro, observam-se condicionantes de uma lógica de produção mundializada. Na cidade da reestruturação produtiva das últimas décadas, de uma nova articulação entre Estado e espaço urbano, da preponderância do capital financeiro que produz o espaço como mercadoria enquanto condição de sua realização, por meio da qual se constituem novos sentidos de urbanidade, questiona-se em que medida é possível argumentar por uma visão mais ou menos estruturada da experiência humana e de sua identidade urbana. A análise que propomos abre-se aos interrogantes de um processo de hegemonia global condicionado pelo capital, caracterizado pela a *comodificação* e consumo do espaço urbano, que apresenta singularidades e especificidades em um processo que contrapõem a (de)saturação desse espaço a sua (de)substanciação.

Mesmo que se argumente, ao menos em parte, que esses processos não possam ser plenamente caracterizados como novos, acreditamos que eles apresentam duas conformações imediatamente passíveis de serem caracterizadas como inéditas, sua extensão e sua naturalização.

Sob essa ótica, esta reflexão, reconhecendo as tensões e liminaridades entre processos de produção da cidade contemporânea e os domínios público e privado, busca iluminar o modo como alguns índices de "contemporaneidade" alteram esta relação, tendo

[21] Ibid p 362.

o consumo como estruturante das relações socioespaciais, do desenvolvimento de novos modos de apropriação e interação com o espaço (ou resignificação de usos já existentes), ou ainda na emergência de diferentes formas de domínio do espaço.

Entendemos que a investigação das dimensões da produção e reprodução da cidade contemporânea deva considerar relações e tangências que possam caracterizar espacialidades e fenômenos urbanos redefinidos, em seus contextos e relações, uma vez que o espaço urbano resulta de formas singulares da relação entre o homem e seu espaço físico de representação das relações humanas - traços caóticos de confluência de pluralidades que percorrem a multiplicidade de culturas e modos de vida, que regem e participam dos acontecimentos. Todavia, observa-se uma lógica mundializada de (re)produção do espaço urbano em que o consumo comparece como categoria privilegiada de significação e estruturante das relações socioespaciais, em detrimento das relações de sociabilidade e alteridade, articulando e condicionando, na cidade contemporânea, a (re)significação do espaço.

Em termos específicos, é sobre a perspectiva de um "*destempo*" de experiência no urbano que se propõe investigar os processos de produção da cidade, na sua dinâmica de afeições e apreensões que se desencadeiam a partir de vestígios materiais, como consequência do despojamento ou abandono do desejo de modernidade. Nesse sentido, propõe-se uma reflexão do pensar lentamente pela prática do desvio; o pensar lento do desvio benjaminiano, conexões do desvio de uma estrutura de questionamento distinta, não racionalizada em categorias e taxonomias, que busque apreender e estimular qualidades de resignificação do reconhecido.

Referências

BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade.** São Paulo: Zahar, 2009.

_____.MODERNIDADE LÍQUIDA. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.**

Borden,I.; Kerr, J. (eds). **THE UNKNOWN CITY.CONTESTING ARCHITECTURAL AND SOCIAL SPACE.** Cambridge: The MIT Press, 2002.

Brighenti, A. **M. THE PUBLICNESS OF PUBLIC** SPACE.ON THE PUBLIC DOMAIN. Quaderno 49, Março 2010.Disponível em:http://www.unitn.it/files/quad49.pdf.

Cacciari, M. **LA CIUDAD TERRITORIO (la post-metrópoli)".** In ARENAS, L. Y FOGUÉ, U. ed.(2011) Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura. Lampreave, Madrid, p. 77.

Crary, J.**LATE CAPITALISM AND THE ENDS OF SLEEP. London: Verso, 2013.**

Delgado, M. **EL ESPACIO PÚBLICO COMO IDEOLOGÍA.** Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011

_____.**BARCELONAL LA FALACIA DE LA CIUDAD MENTIROSA.** Madrid:Ediciones Siruela, 2008

_____.**EL ANIMAL PÚBLICO.**Madrid:Ediciones Siruela, 2002

_____.**MEMORIA E LUGAR: EL ESPACIO PÚBLICO COMO CRISIS DE SIGNIFICADO.**Valencia: Ediciones Generales de la Construción, 2001.

Esposito, R. **CATEGORIAS DO IMPOLÍTICO.** Buenos Aires: Katz Editores, 2006

Foster, H. **DESIGN AND CRIME AND OTHER DIATRIBES.London: Verso, 2002.**

Friedmann, J. **THE INVISIBLE WEB: PLACE AND PLACE-MAKING IN CITIES.** 2007. In http://www.scarp.ubc.ca/faculty%20profiles/place-making.doc

Han, B. **C.THE TRANSPARENCY SOCIETY.** Stanford: Stanford University Press, 2015

_____.THE BURNOUT SOCIETY. **Stanford: Stanford University Press, 2015a**

Harvey, D.REBEL CITIES: FROM THE RIGHT TO THE CITY TO THE URBAN REVOLUTION. **London: Verso, 2012**

_____.SPACES OF HOPE. **Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.**

Latour, B. **REASSEMBLING THE SOCIAL.AN INTRODUCTION TO ACTOR-NETWORK THEORY.Oxford: Oxford University Press, 2005.**

Laval, C; Dardot, P.LA NUEVA RAZÓN DEL MUNDO. **Barcelona: Gedisa Editorial, 2013**

Low, S. **M.ON THE PLAZA – THE POLITICS OF PUBLIC SPACE AND CULTURE.** Austin: University of Texas Press, 2000.

Lussault, M.HYPER-LIEUX: les nouvelles géographies de la mondialisation. **Paris: Éditions du Seuil, 2017.**

Muñoz, F.URBANALIZACIÓN. **PAISAJES COMUNES, LUGARES GLOBALES.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 2008

Orellana, R.C. **PANOPTISMO, BIOPOLÍTICA Y ESPACIO RE-FLEXIVO.** Madrid:Ediciones Computense, 2008

Paans, O.; **Pasel, R.** SITUATIONAL URBANISM. Berlin: Verlag GmBh 2014.

Pardo, J. **L. DESCULPEN LAS MOLESTIAS. ESTAMOS TRANSITANDO HACIA UM NUEVO PARADIGMA.** in Arenas, L; Fogué, U. (eds) Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura. Madrid: Lampreave, p. 354-355, 2011.

Sorkin, M. **VARIATIONS ON A THEME PARK: THE NEW AMERICAN CITY AND THE END OF PUBLIC SPACE.** New York: Hill and Young, 1997.

Unger, R. **PUBLIC SPACE: FROM PUBLIC TO SOCIAL SPACE.in 'GSD News, Winter-Spring', págs.** 3-14. Cambridge: 1995.

Zaera Polo, A. **LA ORGANIZACIÓN MATERIAL DEL CAPITALISMO AVANZADO.** I'Domino Arquitectura' nº 2.P. 43-56, Montevideo, 1998.

Zukin, S. **NAKED CITY: death and life of authentic urban places.** Oxford: Oxford University Press, 2010

COMPORTAMENTO E CIDADE: perspectivas críticas para a arte e a arquitetura entre Gordon Matta-Clark e Dan Graham

SANTOS, FABIO L. S. (1); SAMPAIO, RAFAEL O. (2); ALMEIDA, RAFAEL G. (3)

1. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Av. Trabalhador Sancarlense, 400 - São Carlos - SP
sotosantos@uol.com.br

2. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Av. Trabalhador Sancarlense, 400 - São Carlos - SP
azsampaio@gmail.com

3. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Av. Trabalhador Sancarlense, 400 - São Carlos - SP
rafael.goffinet.almeida@usp.br

RESUMO

O artigo explora uma aproximação entre dois artistas centrais para a arte contemporânea nas décadas de 1960 e 1970, Gordon Matta-Clark e Dan Graham, enfocando performances e intervenções realizadas por ambos em espaços arquitetônicos e urbanos. Profundamente ligadas às inquietações políticas e sociais do período, tomamos a prática de performances como chave de análise da expansão e sentido de suas pesquisas estéticas em direção à cidade. A justaposição entre conjuntos de trabalhos representativos deste processo permite refletir sobre a natureza da cultura urbana atual, comportamentos sociais e experiência intersubjetiva, assim como a nova inserção social da arte e da arquitetura.

Palavras-chave: *Arte, arquitetura e cidade; Comportamento social e experiência urbana; Dan Graham; Gordon Matta-Clark.*

As chamadas “revoltas imateriais”, que marcaram um período de instabilidade política e social nos centros urbanos americanos (mas não somente neles) durante as décadas de 1960 e 1970, representaram em diversos campos da cultura o surgimento de um novo espírito ligado ao desejo difuso de libertação do corpo, da mente e também na produção material. Impulsionados pelos movimentos globais de contestação, agitações políticas como a luta por direitos civis de minorias e movimentos estudantis contrários à guerra ou a regimes autoritários, entram em diálogo com pesquisas estéticas que buscaram questionar autoridades e valores artísticos tradicionais ou até mesmo protagonizar novos modos de viver coletivamente e de se relacionar com o mundo. Dentre as novas formas de atuação encontradas pelos artistas, nos deparamos com toda uma corrente de produção ligada às performances e ao ensaio de criação de situações sociais diretamente na cidade.

Constatando neste momento uma íntima relação entre o campo da arte e as transformações políticas e sociais observados com toda força no espaço urbano, este artigo pretende construir pontos de contato entre duas figuras centrais no período: Gordon Matta-Clark e Dan Graham. A contraposição de dois conjuntos de *performances* e de intervenções realizadas por ambos na cidade permitirão refletir sobre alguns aspectos (estéticos e políticos) centrais para a constituição do espaço urbano contemporâneo. Trata-se, por um lado, de uma análise sobre o papel que ambos representaram para a crítica e as transformações ocorridas na arte desde a década “expandida” de 1960, e os desafios abertos pela consequente expansão de suas produções (novos materiais, suportes e questões) e de novas táticas de inserção social (novos espaços e públicos). Ao mesmo tempo, esta análise pretende ampliar a leitura sobre a produção dos dois artistas, enfocando o papel da *performance* em suas abordagens em relação ao espaço urbano.

1. A cidade e a prática de performances: inquietações políticas e estéticas

Experimentada por muitos artistas no período, a prática de *performances* ecoava um impulso que extravasava o campo das artes. Diversos grupos sociais buscavam inventar modos alternativos de experienciar e intervir em um cotidiano que ganhava contornos de intensa instabilidade e crise. Paradoxalmente, Nova York, a indubitável capital das artes à época, era também uma cidade caótica e parcialmente abandonada, reflexo de um período de transformação econômica que, deixando para trás os 30 anos gloriosos do desenvolvimento fordista, teria como horizonte o atual fortalecimento das atividades financeiras. Um dos centros econômicos mundiais, a cidade sofria as consequências da crise fiscal, acompanhada por um processo de desindustrialização e embates inevitáveis entre a administração local e os trabalhadores.

Como demonstram os estudos de CUEVAS e RANGEL (2010), os anos 1970 em Nova York foram marcados pelo peso da implementação das políticas neoliberais. A estagnação econômica que atingia fortemente a cidade nestes anos configurava um agravante para a queda na arrecadação de impostos e o acúmulo expressivo de dívidas. Na tentativa de controlar e reverter a situação, o Estado realizou cortes drásticos nos gastos municipais, incluindo: demissão de inúmeros funcionários, congelamento de salários, aumento de tarifas do transporte público e fechamento de hospitais, bibliotecas e demais equipamentos públicos. Tais medidas contribuíram para o aumento do número de desempregados e sem-tetos, ao mesmo tempo em que disparavam inúmeras greves nos setores responsáveis pelos serviços de limpeza, fiscalização e manutenção urbana. Como resultado, acumulavam-se materiais e lixos descartados nas ruas, crescia o número de imóveis abandonados ou subutilizados e aumentava a quantidade de sem-tetos e desempregados.

Mergulhados nesta cidade em mutação, importantes nomes da arte contemporânea demonstravam interesse cada vez maior na produção de intervenções e práticas experimentais diretamente sobre ela, impulsionados pela energia disparada pelas manifestações cívicas e políticas do momento (como aquelas manifestadas pela impopularidade da Guerra do Vietnã) e a emergência de novas sensibilidades, às quais suas experimentações não estavam alheias.

Estas transformações no interior da arte contemporânea podem ser avaliadas também segundo a noção de uma "crise na representação estética", discutida por Hal Foster em seu livro "O retorno do real", originalmente publicado em 1996. Dentre os pontos centrais levantados pelo autor, temos a forte contraposição dos artistas desta geração à aposta alto modernista da autonomia da arte (princípio hegemônico durante a década de 1950), seguida pelo desejo de dispersá-la "por um campo ampliado da cultura" (FOSTER, 2014, p.79). Esta importante inflexão seria a responsável pela emergência de práticas artísticas interessadas na "crítica da ideologia", transitando no universo do referente - antes deixado de lado - para expor suas próprias contradições. A arte teria o efeito de incluir as pressões sociais em seu interior, apropriando-se, de alguma forma, das diversas instâncias que definem a realidade em que está, agora, conscientemente envolvida. O que resultou, afirma Foster, na destruição do "objeto artístico" e na consequente superação dos limites e convenções do espaço expositivo, de modo que os artistas puderam não somente romper o invólucro que separava a arte de contextos mais amplos, como também transitar entre distintos campos disciplinares e operar questões, temas, teorias e conceitos das mais diversas ordens.

Nesta perspectiva, as *performances* que emergiram na cena cultural de Nova York na década de 1960 configuraram a busca por novas formas de representação e/ou apresentação de situações cotidianas, muitas vezes lidando com problemas centrais para a produção artística e mesmo urbanas.

Willoughby Sharp (artista, curador e editor da revista Avalanche) foi um dos primeiros a enxergar um caminho radical para o desenvolvimento das *performances*. Em 1971, vislumbrando os embarcadouros abandonados de Manhattan como um lugar de grande potencial para a experimentação artística, Sharp convidou artistas para participar de um projeto colaborativo naquela região: o *Projects: Pier 18*. Os 27 participantes, dentre eles Gordon Matta-Clark e Dan Graham, marcaram uma importante inflexão nas práticas da *performance*: incorporando aspectos e leituras sobre a infraestrutura urbana do cais, produziram novas perspectivas sobre o processo de expansão urbana e seus desdobramentos.

A justaposição promovida por Matta-Clark entre um pinheiro e a suspensão do próprio artista, por uma de suas pernas, sobre uma pilha de detritos, funcionava como um discurso com forte conotação simbólica frente à paisagem do *Píer*. A presença da árvore e a posição assumida pelo artista do décimo segundo Arcano do Tarô - "O Pendurado" (O Enforcado) - sintetizavam a ideia de transformação e resistência a um ambiente adverso e contrastante. A sensação de vulnerabilidade psicológica e de desgaste físico buscava impactar o público e questionar seu comportamento (individual ou coletivo) frente às transformações em curso. Se Matta-Clark buscava novas perspectivas tanto sobre o comportamento quanto a transformação da cidade, a alteração da realidade vigente pressupunha o desprendimento e a aproximação com o banal/desprezado, no caso, o lixo, a situação do *Píer* e as transformações da cidade de Nova York.

Já a participação de Dan Graham consolidava sua pesquisa sobre parâmetros da percepção humana, desenvolvida desde "*Project for Slide Projection*" (1964). A *performance* para o *Pier 18* resultou em uma série fotográfica composta por nove imagens, retratando o lugar através de perspectivas obtidas pelo movimento da câmera sobre o próprio corpo. Invertendo a perspectiva convencional da fotografia (na qual o enquadramento é a relação "estável" entre olho e espaço), Graham registrou a sobreposição visual entre zona portuária, paisagem urbana e a posição do fotógrafo/observador. Ao Desestabilizar o olhar naturalizado do público sobre a cidade, o artista redefinia a maneira com que observava e compreendia a cidade.

A convergência entre Matta-Clark e Dan Graham nessa ocasião indica o vínculo existente entre ambos com os movimentos artísticos da época, com a cidade e entre si. Apesar de trajetórias distintas, e em certas dimensões divergentes, mantinham constantes diálogos; confrontados, representam uma inflexão na prática da *performance:* o endereçamento crítico para um espaço urbano residual/negligenciado e o apelo a um público interessado em novas propostas de como perceber, representar e experienciar a cidade. Mesmo singulares, os trabalhos de ambos posteriores ao *Pier 18* direcionam a análise para a expansão de suas práticas artísticas rumo ao contexto social e urbano.

2. Investigações sobre a construção da subjetividade do público: Garbage Wall (1970) e Performance/Audience/Mirror (1975)

A primeira versão de *Garbage Wall* (1970), apresentada na *St. Mark's Church* em Nova York, integra o conjunto de *performances* e intervenções de Matta-Clark sobre atividades prosaicas. Derivada da compreensão sobre as condições materiais, sociais e simbólicas do contexto que criou a população de *homeless* novaiorquino, a intervenção indica o projeto de dissolução dos limites que ainda separavam intervenção artística e cotidiano. Segundo o artista:

> *[...] A atividade vai implicar na construção de um muro com lixo urbano. Ele será feito pelo acréscimo de camadas de lixo com gesso [em] uma estrutura de madeira [...] O público , os transeuntes e os atores se misturam todos naturalmente em função do caráter e do local da atividade. [...] Embora não proporcione um abrigo efetivo, o muro deve funcionar como um palco para comer, lavar, trabalhar e outras atividades caseiras. Em seguida, após um ou dois dias esses gestos domésticos, o muro todo e quaisquer outros sinais do evento vão ser descartados em uma caçamba de rua que pretendo alugar (apud MOURE, 2006, p. 88).*

Enfocando as especificidades da vida de moradores de rua que residiam na região da ponte do Brooklyn, Matta-Clark evidencia diferentes modos de habitar e propõe como estratégia de intervenção a criação de um "aparato habitacional" acessível e efêmero, aberto a apropriações e que possibilitasse tanto a execução de atividades ligadas à subsistência quanto a criação de moradias temporárias.

Ao mesmo tempo, era essencial para o artista que outros modos de vida e uma parcela da sociedade "excluída" fossem social e sensivelmente percebidos. Matta-Clark identificou como denominadores comuns a dinâmica de vida dos moradores de rua, o nomadismo, a apropriação temporária do espaço urbano e a escassez material. Partindo de um tema específico - a pesquisa sobre a execução do muro e possíveis formas de seu uso -, Matta-Clark explicitava o contraste entre o habitar definido pela sobrevivência e o modo de vida normatizado (o estilo de vida pautado pela lógica do consumo). A maneira com que os moradores de rua desenvolviam suas ocupações e atividades era absolutamente desconsiderado pelos conceitos de habitação e moradia trabalhadas pelo campo da arquitetura - que respondiam material e espacialmente a um padrão de vida ligado à propriedade privada e ao consumo irresponsável. Lidando com o provisório e baseado na ideia de construir com detritos, o artista reunia em um mesmo objeto/procedimento (muro/utilização do lixo/apropriações) não apenas a situação de desamparo dos moradores de rua, como também os padrões "normais" previamente condicionados.

Neste sentido, em *Garbage Wall* Matta-Clark mobilizou outros conteúdos, suportes e procedimentos artísticos e também buscou atingir um público absolutamente distinto. No lugar de trazer questões externas para um público convencional da arte (os observadores da galeria), Matta-Clark o redefiniu: o muro que construiu disparava questões para grupos sociais contrastantes na cidade.

A maneira como o artista desestabilizou convenções artísticas, sociais e políticas encontra equivalência nas críticas desferidas por Dan Graham em relação às convenções, códigos, mecanismos e espaços da arte e, posteriormente, a uma série de outros dispositivos espaciais presentes na cidade.

De fato, grande parte da produção inicial de Dan Graham esteve ligada à chamada Crítica Institucional da arte, desenvolvendo trabalhos que expuseram dimensões ideológicas subjacentes às formas de produção, circulação e valoração dos objetos artísticos. No que Hal Foster definiu como uma corrente de produção voltada à crítica das ideologias, Graham preocupou-se em especial com a condição intersubjetiva dos observadores dos espaços expositivos. Muito próximo das questões de Brian O´Doherty, em seu livro "No interior do cubo branco: a Ideologia dos Espaços da Arte" (1976), tão importante quanto enfrentar os mecanismos comerciais que

sustentam e direcionam as exposições de arte, era compreender que os museus e galerias também pautavam os próprios valores estéticos, as maneiras de se relacionar com os objetos expostos e, neste sentido, valorizando e legitimando as produções que cumpriam este objetivo. Para Graham, uma forma de se esquivar dos procedimentos perpetrados pelo "cubo branco", seria questionar o papel concedido ao público por estas instituições. E uma das maneiras encontradas pelo artista, foi promover tensões nas disposições convencionalmente determinadas pelo espaço no sentido de construção da subjetividade, de "programação" do que e de como deve ser percebido.

É neste sentido que *Performance/Audience/Mirror*, originalmente concebida em 1975, deve ser analisada: uma espécie de sistema de exibição/percepção para redefinir o desempenho habitual do dispositivo platéia/palco. Conforme realizada em 1977, em uma das salas expositivas da PS.1 Museum, em Nova York, o público encontrava a figura do artista/*performer* dominando um palco provisoriamente instalado, além de um enorme espelho posicionado às suas costas. Na primeira das três partes de duração do "espetáculo", o *performer* cativou as atenções individuais do público ao descrever a si próprio e seus movimentos - como um desempenho já naturalizado. Porém, em seguida, fez com que a atenção se voltasse para o próprio público ao começar a descrevê-los individualmente. Na terceira e última parte, o *performer* voltou-se para o espelho e sobrepôs as descrições do público ali refletido com sua própria imagem. Através dessa articulação entre espaço e imagens (visuais e orais), Graham colocava a (auto)percepção do público em constante alteração, sendo construída e reconstruída, confrontando-se com o mecanismo de comportamento passivo que assume quando cumpre seu "papel" de plateia, público ou audiência.

De acordo com o próprio artista, sua *performance* configura-se como um modelo para "redefinir os limites de uma representação, como limites convencionais que necessariamente definem a relação entre o artista e o público" (apud PELZER, 2000, p. 49), mostrando "as pessoas percebendo a si mesmas como elas se percebem no lugar do objeto de arte" (apud SALVIONI, 1990, p.143). Mais do que isso, propostas como *Performance/Audience/Mirror* representam outras formas de inserção da arte dentro de uma realidade constituída por camadas de complexos significados simbólicos, políticos e ideológicos. Brian Wallis reconhece como Graham investigava uma "nova forma de cumplicidade sofisticada, de uma pseudo-intimidade consciente" com o público no circuito da arte (WALLIS, 1994, pIX.).

Logo, Graham se dá conta de que o mesmo estava (e continua) sendo explorado por diversos meios, agentes e espaços do cotidiano urbano contemporâneo, seja através das formas publicitárias, dos programas televisivos, dos filmes ou dos espetáculos musicais. O passo seguinte em sua pesquisa foi construir situações que dispensassem a presença do artista durante este processo, de modo que a própria presença do público atravessasse as relações de intersubjetividade, e também expandi-la para situações do cotidiano urbano aparentemente banais - suas propostas de intervenção urbana *Video Piece for Two Glass Buildings* e *Video Piece for Shop Windows in an Arcade*, ambos de 1976, e *Alterations to a Suburban House,* de 1978.

Grosso modo, *Garbage Wall* e *Performance/Audience/Mirror* representam a descoberta de Matta-Clark e Dan Graham de um campo de pesquisa sobre o comportamento e os modos de percepção do público a partir de elementos e dispositivos espaciais e urbanos: restava ainda investigar como também os elementos constitutivos do espaço pautam os modos como diferentes públicos presentes na cidades irão se relacionar, guardando uma carga de propriedades objetivas (forma construída, sistemas de exibição e vigilância) e significados subjetivos (olhar, percepção e comportamento) responsáveis por condicionar a experiência daqueles ali presentes. Estamos diante do momento em que ambos artistas deslocam definitivamente suas propostas desde o espaço protegido da arte em favor da pesquisa de outros lugares constitutivos da cidade contemporânea, corroborando a tese de Graham de que "o museu e a cidade são a mesma coisa" (GRAHAM apud SALVIONI, 1990, p. 143), isto é, o espaço expositivo é mais um entre tantos outros equipamentos operando e organizando a totalidade do espaço urbano.

3. Investigações dos diferentes públicos que constituem a cidade: Day´s End (1975) e Video Piece in Show Case Windows in an Arcade (1976)

Devido à crise do petróleo e ao desmantelamento da indústria marítima local, a cidade de Nova York foi palco de intensos processos de transformações na década de 1970. O crescente abandono das empresas de transporte marítimo de Manhattan (em direção à região de New Jersey) redundou no abandono de muitas das construções da área portuária do *West Side,* iniciando um (aparente) processo de "deterioração". O processo de migração de empresas que ocupavam as estruturas e edifícios industriais aos arredores do Rio Hudson gerava um "vazio" urbano - território de indeterminação, aberto à apropriação e ao desenvolvimento de novas atividades. Edifícios vazios tornaram-se espaços receptivos para a ocupação por parcelas da população socialmente "excluídas" - moradores de rua, contrabandistas, traficantes de drogas e homossexuais. Observando como esses processos atingiam a região portuária, mas criavam a oportunidade para o surgimento de novas formas de apropriação da cidade, Matta-Clark desenvolveu o trabalho *Day's End* (1975), uma intervenção ilegal em um dos enormes galpões de estocagem localizados no *Pier 52* .

Definido por um conjunto de cortes em pontos estratégicos deste galpão, *Day´s End* promovia a ruptura entre interior e ambiente externo: um grande corte semicircular na fachada oeste possibilitava a torrencial entrada de luz e a variação de luminosidade no ambiente devido aos reflexos criados pelo contato com a água que enxarcava parcialmente o piso no interior. Através desta ação, Matta-Clark transformava radicalmente o espaço do galpão, buscando não apenas modificar fisicamente o edifício, mas também prover novas possibilidades de utilização. Privado, o interior do galpão passava a acolher características ambientais externas, como temperatura, a luz e a água.

Adquiria também, no limite, dinâmicas de uso público, aberto a apropriações imprevistas. Matta-Clark redesenhava o galpão favorecendo um processo espontâneo de ocupação da região portuária por parcelas "marginalizadas" da sociedade. Soma-se à sua excepcional dimensão "formal", sua função de "conteiner" e "contexto" para atividades heterogêneas, desenvolvidas por um público que se metamorfoseou no habitante da cidade.

Mesmo embargado e abandonado pelos proprietários, o galpão ainda era uma propriedade privada: logo após a intervenção foi interditado e Matta-Clark processado pela administração municipal de Nova York, acusado por gerar "danos" ao imóvel. Os eventos que sucedem a intervenção podem ser compreendidos como parte integrante da proposta. A ação e consequente repressão evidenciava a existência de um velado campo de disputa no qual interesses e valores distintos estavam em jogo - em última instância o Estado posicionou-se a favor propriedade privada, mesmo quando esse direito era sobreposto à necessidades coletivas.

Neste sentido, *Day´s End* também reflete (especialmente nesse momento histórico) os processos de transformação urbana e os valores responsáveis por sua produção, evidenciando muitas das diretrizes e questões relativas à transformação urbana, submetida aos interesses do capital imobiliário. A aposta de Matta-Clark mirava a conscientização por meio da prática da apropriação pública, como uma forma de devolver à população o domínio sobre o ambiente onde habita. A intervenção articula as dimensões simbólicas do espaço, revela camadas de conflito latente no território urbano: a subordinação do uso coletivo público à esfera privada.

Curiosamente, estes são os termos abordados por Dan Graham em seu artigo "Essay on Video, Architecture and Television" (1978), onde constrói uma série de considerações bastante originais sobre o impacto de dispositivos técnicos diversos (como monitores de vídeo, câmeras de vigilância, sistemas de televisão a cabo, iluminação, janelas e vitrines) na maneira como o espaço é objetivamente organizado e também socialmente experimentado, segundo lógicas de consumo. Através destes questionamentos mais centrais, o artista lança a perspectiva sobre a arquitetura enquanto meio decisivo para a construção do espaço em um sentido social e culturalmente definido, permitindo indagações que cercam a tensão

entre "códigos arquitetônicos *versus* códigos sociais" (GRAHAM, 1978, p. 53). Trata-se de um texto que recupera muitas das experiências realizadas naqueles anos com suas *performances* e instalações. À medida que a leitura avança através dos diferentes tópicos, constrói-se um claro movimento que conduz das observações precisas sobre a dimensão social, política e cultural por trás das propriedades intrínsecas à materialidade de suportes já bastante íntimos para o artista (vidro, vídeo e o espelho), para situações reais existentes na cidade. Os dois últimos tópicos definidos por "O uso do vidro nas vitrines/Mercadorias nas vitrines" e "Construções de vidro: 'vitrines' das corporações" resumem bem este raciocínio, apontando para como uma ação objetiva, tal como a construção do dispositivo da vitrine e da fachada de vidro, guarda um significado subjetivo completado com os olhares e os comportamentos dos observadores diante deles: as disposições que a vitrine estabelece entre cada elemento envolvido no desempenho deste aparato arquitetônico (incluída aí o próprio observador, juntamente com sua imagem projetada sobre a mercadoria exposta) responde a uma função objetiva que marca as relações de troca e de consumo dominantes das cidades contemporâneas. Os efeitos óticos disparados pela reflexão e a dimensão do ego que define a confrontação da própria imagem, associada ao forte sentido social que a barreira física do vidro implica, separando corpos e espaços, intermedia a sua presença projetando em seu inconsciente um estado de ilusão em que a mercadoria exposta atinge uma condição de síntese de sua própria representação, daquilo que ele imagina ser ou imagina querer ser:

> *"[...] eficientemente empreendendo os desejos latentes do passant casual, para conferir um significado subjetivo pré-determinado sobre os bens que este 'objetivamente ´ coloca sobre o que está sendo visto" (GRAHAM, 1978, p. 58).*

Neste momento, notamos a cidade e seus elementos constitutivos sendo tomados como meio específico e origem de questões, quando aspectos e significados espaciais dominarão as propostas de Graham, enfocando formas e os mecanismos pelos quais os componentes, elementos, dispositivos e outros recursos arquitetônicos e/ou espaciais incidem sobre a experiência dos espaços e situações confrontadas no cotidiano das cidades.

Segue, então, propostas de intervenção sobre alguns ambientes ou estabelecimentos que permeiam o cotidiano metropolitano como estratégia de abordagem crítica sobre o significado de uma série de dispositivos arquitetônicos aparentemente banais funcionando como verdadeiros dispositivos de subjetivação. Em outras palavras, dispositivos produzindo diferentes públicos na cidade contemporânea.

Através de trabalhos como *Video Piece for Shop WIndows in an Arcade* (1976), os suportes do vidro, do espelho e também do vídeo são empregados enquanto dispositivos de controle em situações corriqueiras na vida cotidiana dos grandes centros urbanos. Sua estratégia concentrava-se em inverter a forma como estes suportes atuam sobre a subjetividade do público (ou passante, usuário), buscando despertar a (auto)consciência sobre o que havia identificado de maneira contundente em "Essay on Video, Architecture and Televison": o funcionamento e os significados implícitos dos lugares em que estavam inseridos.

Em *Video Piece for Shop WIndows in an Arcade,* a mais emblemática de suas primeiras propostas de intervenção na cidade, Graham pretendia ocupar as fachadas de duas lojas existentes em uma típica galeria comercial, dispostas frente a frente. Nas vitrines, previa-se a instalação de espelhos (ao fundo) e câmeras e monitores de vídeo (à frente, junto às mercadorias). Dessa maneira, o artista buscava intervir no processo subjetivo ativado pelo dispositivo da vitrine. Contrariando a estrutura ótica que projetaria o ego do observador sobre a mercadoria exposta, através da articulação entre o sistema do vídeo e espelho com a configuração espacial das lojas, o "público" da galeria comercial se depararia com a sobreposição de distintos planos de imagem e representação: a imagem de seus próprio reflexo, a presença das mercadorias e com as diversas imagens refletidas a partir da fachada oposta, juntamente com o vídeo da situação exibido pelos monitores. O que acabaria por despertar alguns significados implícitos na própria condição da vitrine.

De acordo com o próprio artista, o plano de vidro que dá forma a este dispositivo funciona como o elemento mediador (e simbólico) de um estado de "alienação e incompletude" entre mercadoria e a consciência do indivíduo/consumidor:

Perante a vitrine, o comprador, seu sentido de 'eu', identifica-se não apenas com o objeto focado em sua visão, mas com o 'Sistema' que criou o dispositivo." (...) Desta maneira, o olhar do comprador, seu foco, cria o valor. O 'eu' do comprador, desarmado, projetado no espaço, identifica-se com o objeto representado: sua 'auto-projeção', organiza significados ao redor do objeto enfocado; nele reencontra seu olhar concentrado" (GRAHAM, 1978, p.57).

4. Enigmas: conflitos e transformações urbanas, experiências e subjetividades na cidade contemporânea

Quando os artistas se deslocaram para a cidade, se depararam com um novo campo de atuação - estética e política. Novas formas de inserção e de produção foram (e continuam sendo) inventadas para enfrentar um território em permanente disputa e transformação, uma realidade composta por diversas camadas e discursos muitas vezes conflitantes entre si. As propostas desenvolvidas por Matta-Clark e Dan Graham reunidas aqui representam respostas contundentes diante deste novo cenário: elas contextualizam a dimensão formal de suas intervenções (radicalização estética) em função da dimensão discursiva, processual e intersubjetiva (radicalização política), fundamentais para compreender as críticas contidas em suas intervenções.

Se há algo que separa as produções de ambos é justamente a dimensão político-estética assumida por cada artista para enfrentar estas questões em comum, e que podem ser definidas como uma relação de oposição: de um lado, a construção de um conjunto de "diagnósticos" (pessimistas) sobre a realidade contraditória e conflituosa, e, de outro, a construção de um conjunto de "possibilidades" de ação sobre ela.

Podemos dizer que, de seu lado, Graham estruturou suas intervenções como situações crítico-analíticas do cotidiano urbano. Mais que uma forma (ou procedimento) que expõe as contradições ideológicas da cidade, suas intervenções exigem que o próprio público se posicione em relação a elas. Em *Performance/ Audience/Mirror* e principalmente em *Video Piece for a Show Case Windows in an Arcade* somos convidados a nos perceber como sujeitos em relação a mecanismos e sistemas (técnicos, visuais, espaciais) de condicionamento da subjetividade e do comportamento, e às relações assimétricas de poder manifestadas através da relação entre discursos e meios técnicos (ou entre códigos sociais e códigos arquitetônicos, urbanos, midiáticos).

Gordon Matta-Clark, por outro lado, tem como horizonte uma ação mais propositiva. A partir de *Day's End,* Matta-Clark interessa-se cada vez mais por processos de apropriação urbana. O artista compreendeu que a ação de "ocupar" representava tanto uma postura crítica frente a processos de transformação que a cidade vinha sofrendo, quanto um meio de promover reações a eles. É muito provável que esta compreensão de Matta-Clark sobre a problemática da criação de um novo público, específico, derive da realização da arte *Site-Specific* diretamente sobre a cidade e não mais em contextos desprovidos de referências como os desertos e paisagens silvestres do *Land Art. Garbage Wall,* por exemplo, lida especificamente com a crise dos sem tetos de Nova York e suas condições de habitação (DEUTSCHE, 1996). Partindo da compreensão sobre as necessidades materiais e simbólicas específicas desta categoria, Matta-Clark estrutura seu trabalho na relação entre problema social e endereçamento. De volta a *Day´s End*, por fim, parte da identificação de um processo espontâneo de apropriação do edifício privado abandonado por uma parcela dos habitantes da cidade para realizar uma intervenção com o objetivo de intensificá-lo ainda mais. Nesse sentido, a apropriação/ocupação é seguida pela alteração das características físicas e simbólicas dos espaços/edifícios como proposição de novas formas de comportamento, interação e atividades, tendo em vista um público específico, "extra-artístico".

Contudo, no que pesem as especificidades de abordagem e de estratégias de ação definidas por ambos, elas mobilizam um conjunto de questões em comum.

A principal delas está relacionada a um certo enquadramento dos conflitos e contradições urbanas e a conversão da cidade em um fato político e social. Ambos se lançaram em um horizonte de trabalho comprometidos com a explicitação dos conflitos existente na cidade, procurando evidenciar agentes e atividades responsáveis pela configuração do espaço urbano. Dessa forma, a partir do momento em que encontram uma maneira de tornar sensíveis a existência dos problemas urbanos na própria forma como a cidade é construída, esta deixa de ser algo ignorado por seus habitantes para se tornar um dado presente e pulsante. É certo que, como artistas, não pretendiam "resolver" um dado problema - pretensão que acarreta, muitas vezes, no apaziguamento das contradições. Pelo contrário, conflitos latentes/velados convertem-se em matéria prima para o desenvolvimento de seus trabalhos. No limite, suas propostas fazem com que seja rompido o invólucro que mantinha a percepção sobre a cidade como meramente o espaço onde as atividades humanas acontecem, para percebê-la como uma produção coletiva, social, política, econômica e ao mesmo tempo estética.

Outro conjunto de questões que pudemos identificar diz respeito à descoberta de que a cidade apresenta (e produz) diferentes "públicos" e que, assim como fizeram em relação aos espaços da arte, se tornava imprescindível compreender e enfrentar a condição (intersubjetiva) destes. Partindo do pressuposto de que trabalham em uma sociedade complexa, composta por grupos sociais heterogêneos, ambos artistas plantaram seus trabalhos visando públicos específicos. Atuando em zonas limítrofes, lugar privilegiado da indefinição e da contradição, souberam fazer com que o próprio observador reconhecesse os agentes e os processos por trás de cada problema, bem como discernir sobre suas próprias posições diante de cada situação. Daí a razão de atuarem sobre uma contínua transição entre meios e suportes, não se apegando a modelos ou discursos universalizantes. Ambos identificaram a condição heterogênea do público como uma característica fundamental da sociedade contemporânea. Ao invés de negá-la (ou tentar impor uma perspectiva generalizante), os artistas passaram a utilizá-la como um importante elemento em seus trabalhos.

Referências

CUEVAS, Tatiana; RANGEL, Gabriela (orgs.). **Gordon Matta-Clark: desfazer o espaço.** Catálogo. São Paulo: Museu de arte Moderna, 2010.

DEUTSCHE, Rosalyn. **Evictions: Art and Spatial Politics.** Cambridge: Mass. London, MIT Press, 1996.

FOSTER, Hal. **O retorno do real.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

GRAHAM, Dan. **Essay on video, architecture and television, 1978 in ALBERRO, A.** (ed.) Two-way Mirror Power: Selected writings by Dan Graham on his art. The MIT Press, 1999.

GRAHAM, Dan; WALLIS, Brian (orgs.). **Rock my religion - Writings and Projects: 1965-1990.** Boston: MIT Press, 1994.

MOURE, Gloria. **Gordon Matta-Clark: Works and Collected Writings.** Londres: Poligrafa, 2006.

O´DOHERTY, Brian. **No interior do cubo branco: a Ideologia dos Espaços da Arte.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PELZER, Birgit. **Double intersections: the optics of Dan Graham in COLOMINA; FRANCIS; PELZER.** Dan Graham, Londres: Phaidon, 2001.

SALVIONI, Daniela. **Dan Graham: I´ll call myself a conceptual artist, though i don´t link conceptual art.** Flash Art, no. 152, maio/junho, 1990.

COMUM COMO PRINCÍPIO POLÍTICO: reflexões a partir das periferias da cidade de São Paulo

MARINO, ALUÍZIO (1); MENDES, VANESSA (2)

1. Universidade Federal do ABC. Programa de Pós-Graduação em ***Planejamento e Gestão do Território***. LabCidade/FAU-USP.
aluizio.marino@ufabc.edu.br

2. MSc Urban Development Planning na The Bartlett Development Planning Unit.
E-mail: varpmendes@gmail.com

Resumo

Observa-se na última década um intenso debate sobre os "comuns urbanos" envolvendo acadêmicos e ativistas.O presente ensaio trás uma reflexão acerca dos limites e possibilidades observadas no conceito e nas práticas a ele vinculadas, a partir de uma pesquisa-ação relacionada a experiências recentes na cidade de São Paulo, protagonizadas por coletivos culturais periféricos. Argumentamos que o comum não pode ser compreendido como a ação de um coletivo específico - uma "boa prática" local colaborativa ou autogestionada - mas como um princípio político. Pensar o comum como princípio político é, ao mesmo tempo, refletir acerca de quais seriam os princípios comuns de luta. Portanto, no contexto de uma cidade como São Paulo, quais os princípios comuns para a superação da histórica segregação espacial e inversão da lógica de desenvolvimento para o mercado.

Palavras-chave: *comuns urbanos; coletivos culturais; periferia; princípio político.*

Introdução

Observa-se na última década um intenso debate sobre os “comuns urbanos” envolvendo acadêmicos e ativistas. Em linhas gerais, tal conceito é utilizado para subsidiar práticas, intervenções e movimentos urbanos autogestionados, que a partir de sua ação questionam e reivindicam o direito à cidade. Estão inseridos nesse debate, por exemplo: grupos que atuam pela preservação dos espaços verdes urbanos - como parques e praças; ativistas responsáveis por intervenções que estimulam a apropriação do espaço público com a instalação de mobiliários urbanos e o desenvolvimento de atividades colaborativas; e coletivos culturais que atuam em territórios específicos a partir de intervenções urbanas, ocupações culturais, entre outras ações.

O presente artigo é um ensaio sobre os limites e as possibilidades observadas no conceito e nas práticas denominadas como “comuns urbanos”.A partir do relato de experiências recentes na cidade de São Paulo, o objetivo é trazer alguns elementos para ampliar o olhar sobre a noção do comum, e tencionar o conceito de comuns urbanos, bem como as práticas assim denominadas,em especial as ações recentes de coletivos culturais periféricos[1].

O ensaio se divide em duas sessões, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira traz algumas das principais leituras sobre o “comum”a fim de demarcar o posicionamento teórico e problematizar até que ponto nas práticas ativistas contemporâneas o comum se configura como princípio político. A segunda trata especificamente das articulações recentes entre coletivos culturais nas periferias paulistanas, e a partir delas busca compreender possibilidades concretas do comum como princípio político.

[1] Em São Paulo é possível observar uma distinção entre os coletivos que surgem nas periferias e aqueles que estão inseridos no centro expandido na cidade. Tal diferente é observada principalmente no processo de constituição desses grupos, nos sujeitos que os compõe, na forma de agir e nas motivações/agendas.

1. Comum: tencionando conceitos e práticas

Elinor Ostrom (1990) é uma das principais referências nos debates acerca dos comuns. A autora é reconhecida por uma produção que questiona o pressuposto da “tragédia dos comuns”, termo cunhado pelo ecologista norte americano Garret Hardin que postula como impossível o compartilhamento de bens e recursos finitos sem um controle público ou privado. Na contramão de tal perspectiva, Ostrom demonstra, a partir de inúmeros estudos de caso, que a auto-gestão ou a gestão comunitária é uma alternativa viável e a mais adequada em determinados contextos. Para desenvolver seu argumento, a autora utiliza uma série de casos concretos, onde se analisa a capacidade de comunidades em gerir bens comuns que são compartilhados. Ela sistematiza uma série de exemplos que demonstram a capacidade dos indivíduos em se auto organizar e estabelecer regras culturais de compartilhamento e mecanismos coletivos eficientes para administrar tais bens.

Inicialmente, Ostrom compreende os comuns como recursos naturais ou criados pelo homem, cujo uso é compartilhado por uma comunidade. Portanto, em suas primeiras obras,o comum é compreendido como um recurso tangível. Os exemplos utilizados se referem principalmente a recursos naturais, como água, pastagens e florestas. Todavia, sua produção mais recente, quase sempre em parceria com outros pesquisadores, passa a compreender também a concepção intangível do comum,como por exemplo,o conhecimento (HESS & OSTROM, 2006). Em resumo, para a autora, o comum é um bem ou recurso suscetível ao compartilhamento, desde que sejam definidas regras coletivas e mecanismos de monitoramento.

Para além da discussão acerca dos bens ou recursos comuns, estão os filósofos Michael Hardt e Antonio Negri (2009). Em *Commonwealth*, os autores deslocam a discussão do comum para o campo político e filosófico. Sob essa perspectiva, o comum se caracteriza não somente pela existência de um bem compartilhado, mas como um princípio político anticapitalista, com processos e recursos geridos e produzidos de forma coletiva que não se enquadram na dicotomia entre público e privado (Cruz, 2017). Dardot e Laval contribuem para essa concepção de princípio político:

O comum não é um bem, e o plural não muda nada a esse respeito, porque não é um objeto ao qual se deva ter à vontade, seja para possuí-lo ou para constituí-lo. É o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e trabalhar com eles para preservá-los, estendê-los, e conseguir que sobrevivam. É, por este mesmo motivo, o principio político que define um novo regime das lutas na escala mundial. (Dardot, Laval, 2015, pp. 58-9, citado em Cruz, 2017).

A partir da aproximação das leituras sobre o comum encontradas na produção de Ostrom (1990) e Hardt & Negri (2009), no livro Cidades Rebeldes (2014), David Harvey apresenta a noção de "comum urbano". O autor afirma que existe uma disputa pela comunalização nas cidades. Harvey compreende a produção dos comuns urbanos como uma disputa, presente em práticas diversas e antagônicas.

Em resumo, o comum urbano não é um tipo específico de coisa ou ação, o que existe é uma diversidade de práticas de comunalização, que podem reforçar ou resistir ao avanço da urbanização neoliberal. No campo das resistências, o autor destaca duas práticas de comunalização que merecem destaque: as lutas contra o processo de cercamento e privatização dos espaços (parques, praças, ruas) e bens públicos (saúde, educação, cultura, saneamento, habitação).

As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que elas sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais. (HARVEY, 2014. p. 143)

Portanto, Harvey (p. 145-147) afirma que o comum no contexto das metrópoles é uma "relação social instável". Nesse sentindo, observamos atualmente no campo das lutas ou resistências urbanas grupos engajados na comunalização por motivações distintas.

No centro expandido de São Paulo, por exemplo, algumas práticas coletivas que se afirmam como instituidoras de comuns urbanos muitas vezes colaboram ou são capturadas pelo urbanismo neoliberal. Inseridas na perspectiva do "urbanismo tático" como ações emergentes e experimentais protagonizadas principalmente por arquitetos, designers e profissionais da reconhecida economia criativa, são intervenções pontuais - definidas algumas vezes como "acupuntura urbana" - que normalmente delimitam um recorte espacial de "luta" como uma praça, um parque, um prédio ou um bairro (BRENNER, 2015).

O exemplo mais recente da captura desses conceitos está no projeto elaborado como parte do termo de acordo de cooperação técnica entre a prefeitura de São Paulo e o Secovi-SP intitulado "Centro Novo", que apresenta a ideia de acupuntura urbana como "proposta conceitual" e utiliza exemplos de intervenções muito semelhantes a de coletivos e grupos que adotam o comum como chave conceitual.



Figura 01: Apresentação do projeto "Centro Novo"
Fonte: Prefeitura de São Paulo

Outro exemplo de captura dessas práticas e conceitos está nas estratégias utilizadas pela empresa *Odebrecht Properties* para valorização do entorno do edifício sede do grupo inaugurado em 2013 no bairro do Butantã. O edifício fica localizado em uma das poucas quadras que integram o perímetro da Operação Urbana Faria Lima do outro lado da ponte Eusébio Matoso, região que já vinha passando por processo de especulação por conta da abertura da estação Butantã da Linha 4 Amarela do Metro, da qual outra empresa do grupo *Odebrecht* participa da concessão. A organização adquiriu vários terrenos no bairro, incluindo o vizinho a seu edifício sede, e contratou um estudo de intervenção urbana que, entre outras propostas, apresentou a necessidade de espaços públicos qualificados de convívio e circulação para a região. Em decorrência, com o objetivo de agregar valor ao seu edifício e aos demais terrenos adquiridos, a *Odebrecht Properties* investiu na reforma da praça Oliveira Penteado e incorporou o discurso de apropriação do espaço público contratando coletivos para realizar intervenções e atividades naquele lugar.



Figura 02: Atividades na Praça Oliveira Penteado, em frente à nova sede da Odebrecht
Fonte: Bela Rua

Argumentamos aqui que o comum não pode ser compreendido como a ação de um coletivo específico, uma "boa prática" local colaborativa ou autogestionada. Se desconectada de agendas radicais e estruturantes, tais ações não subvertem a lógica do estado-capital. Em resumo, o conceito não se traduz em experiências sociais fragmentadas e isoladas. Trata-se de um princípio que pode orientar práticas políticas distintas, mas que em seu cerne buscam a superação da histórica desigualdade espacial e suas causas estruturais como o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

O que remete a uma questão fundamental, também levantada por Harvey (2014): "quais grupos sociais devem ser apoiados e quais não devem no curso das lutas pela comunalização"? Isso porque algumas das tentativas de criar "novos tipos de comuns urbanos podem ser facilmente capitalizadas" ou mesmo já serem "projetadas justamente com essa finalidade".

Ao trazer essa discussão para o cenário do ativismo na cidade de São Paulo, entendemos que o comum - assim como sua derivação "comum urbano" - se configura em ações que invertem a lógica que organiza a cidade e que, portanto, tratam do direito à cidade em sua essência anticapitalista.

Na região metropolitana de São Paulo, a superação da desigualdade espacial tem como elemento central práticas de comunalização presentes em suas periferias, compreendidas aqui, não apenas como espaço de ausências (de serviços, bens e equipamentos) e latências (repressão, genocídio, poder paralelo, especulação), mas também como espaço de potências, que serão exploradas na sessão seguinte.

2. As periferias produzem conhecimento: articulações recentes entre coletivos culturais

Existe na cidade de São Paulo um intenso processo de comunalização a partir da prática cultural de coletivos e grupos, principalmente aqueles localizados nas periferias (MARINO, 2016). Tais coletividades adotam formas de organização diversas, principalmente informais -são grupos, coletivos, coletivas, movimentos, redes e fóruns.

Movimentos culturais fazem parte do processo de surgimento das periferias urbanas. Em São Paulo, por exemplo, durante a ditadura militar, os quintais e terreiros que abrigavam as rodas de samba eram também os espaços de resistência,

já que essa manifestação era cerceada e reprimida em espaços “públicos”. Boa parte desses coletivos possui relação direta com lutas históricas, tais como a superação do racismo e o fim das políticas de extermínio da população pobre. Nesse sentido defendemos a ideia deque tais grupos não se configuram como novas formas de resistência, já que sua presença no território e suas motivações de luta são históricas.

O que pode ser considerado realmente novo são os processos de mobilização recentes, que envolvem coletivos culturais de diferentes regiões da cidade. Um marco histórico nesse processo é o ano de 2013, período de intensa mobilização política na cidade e no país e mesmo ano em que aconteceu a 3ª Conferência Municipal de Cultura em São Paulo. Em 2013, aproveitando a “brecha democrática” (SILVA & CORSINI, 2015) aberta pelas jornadas de junho, coletivos e redes de articulação distintas se uniram em torno de agendas comuns que dois anos depois configuram o Movimento Cultural das Periferias.

A configuração desse movimento é um elemento novo pois até então as articulações entre coletivos estavam centradas somente em suas regiões sem uma tentativa mais elaborada de articulação envolvendo parte significativa da cidade. Para demonstrar essa capacidade de articulação, dispomos abaixo uma cartografia que ilustra o processo de construção e as lutas pela aprovação da Lei de Fomento à Periferia.

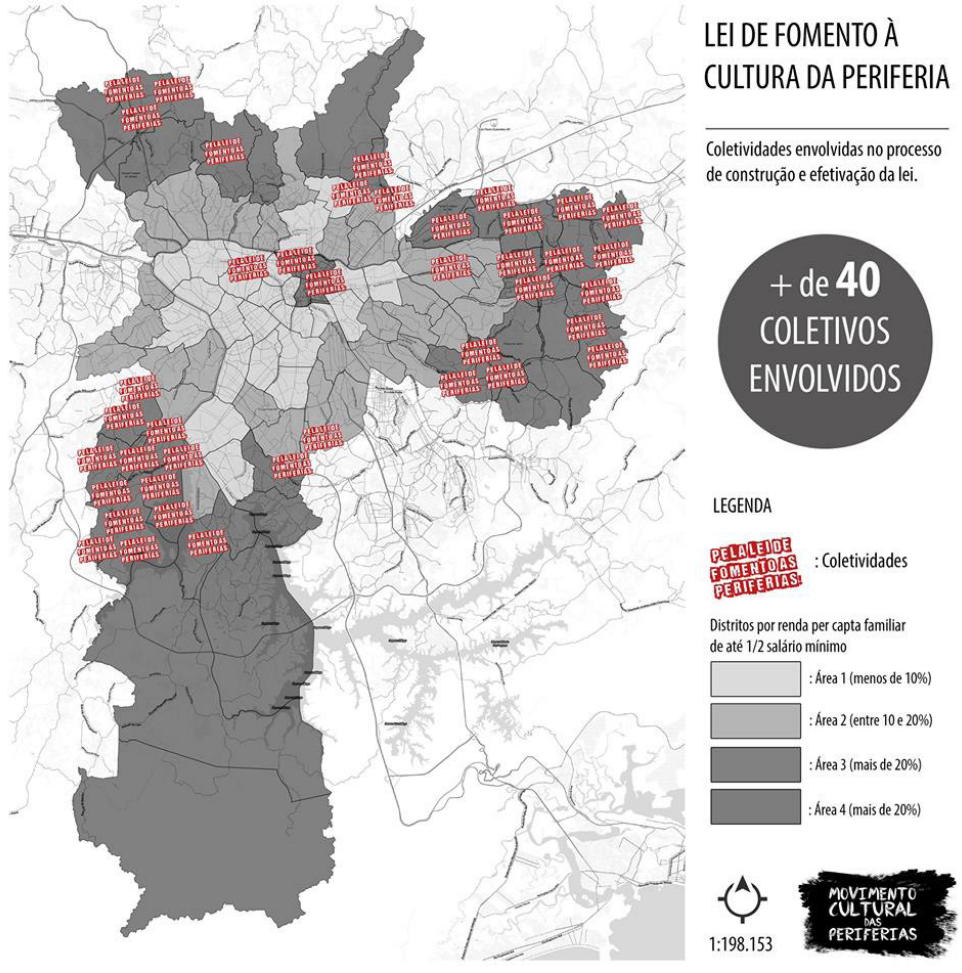


Figura 03: Mapa da Articulação entre coletivos culturais em torno da lei de fomento à cultura da periferia
Fonte: Aluízio Marino)

A Lei Municipal nº 16.496/2016, aprovada no final de 2016, é fruto da articulação desse movimento, que envolveu ao menos quarenta coletivos culturais. Aqui não pretendemos analisá-la, mais sim destacar a capacidade de articulação e criação desses coletivos, que realizaram um amplo processo de pesquisa para subsidiar a

proposta da lei, sendo seu principal argumento a superação de uma desigualdade histórica presente na distribuição dos recursos públicos destinados a cultura na cidade (MARINO, 2017; RAIMUNDO, 2017).

A aprovação da lei é um marco na trajetória dos coletivos culturais periféricos, mas não o objetivo final da articulação do Movimento Cultural das Periferias. Trata-se sim de uma conquista histórica pois reconhece a capacidade de grupos informais e independentes em analisar e construir alternativas para a superação de desigualdades, invertendo a lógica de distribuição do orçamento na cidade a partir da perspectiva territorial.

Após a conquista da lei, a articulação entre coletivos culturais desencadeou outras ações potentes, tais como o Seminário Insurgências Periféricas, que entre outras atividades, contou com a produção de uma reflexão coletiva que envolveu mais de cem agentes culturais acerca de três questões estruturais que atingem as periferias – racismo, patriarcado e machismo, desigualdade no acesso a recursos e meios de produção. Tal reflexão subsidiou a construção de uma proposta coletiva, voltada a produção e disseminação de conhecimentos: a "UniDiversidade de Saberes". Uma construção recente, que teve inicio em 2017, mas que está conectada ao processo de articulação entre coletivos e orientada pelo mesmo princípio político.



Figura 04: Seminário insurgências periféricas
Fonte: Movimento Cultural das Periferias

A proposta da UniDiversidade entende as três questões estruturais debatidas no Seminário Insurgências Periféricas como temas interseccionais e organiza suas atividades tendo como fundamento as dimensões política e territorial. Os encontros da UniDiversidade são chamados de escambos e organizados a partir de quatro temas de diálogo – território, participação social e direitos humanos, economia política e comunicação. Para articular coletivos, agentes, ativistas culturais e outros sujeitos, esses escambos acontecem em diferentes lugares e a cada vez em uma das regiões periféricas da cidade. Essa rotatividade promove uma inversão da lógica usual dos deslocamentos - das periferias para as periferias e não das periferias para o centro - além de promover uma importante articulação em diferentes escalas: entre os diversos territórios da cidade, entre os espaços culturais nesses territórios, entre os próprios articuladores dos encontros e os outros moradores das periferias da cidade. Os lugares que acolhem esses encontros na maioria das vezes são espaços autônomos de ocupação e gestão comunitária, como a ocupação cultural Quilombaque, na zona noroeste, e a ocupação Coragem, na zona leste.



Figura 05: Escambo com o tema lutas populares e direitos humanos, realizado na escola municipal Sócrates Brasileiro
Fonte: UniDiversidade de Saberes

Os encontros da Unidiversidade são abertos, divulgados nas redes sociais e o diálogo é iniciadopor convidados que compartilham conhecimento sobre temas como “Racismo: o negro no mercado de trabalho”, “Masculinidades”, “Memória, patrimônio e território”, “Como as mídias alternativas contribuem para a visibilidade” e “Lutas populares e direitos humanos: território do povo”.Quem participa dos escambos, na maioria das vezes, parte das suas vivências para expressar conceitos, histórias e práticas. A força didática passa pelo âmbito da experiência compartilhada entre os participantes, que expõe conflitos ao mesmo tempo que fortalece a construção de narrativas comuns. Os encontros já tiveram como convidados diversas vozes que vivenciam e lutam contra as desigualdades na cidade, tais como:moradores mais velhos das periferias, que trouxeram suas experiências de luta e organização comunitária; membros de coletivos periféricos, que compartilharam tecnologias e experiências práticas; intelectuais orgânicos, que vivem nas periferias e tiveram acesso a programas de mestrado e doutorado e apresentaram suas pesquisas.

Portanto, a UniDiversidade se insere como uma experiência recente dentro do processo de articulação política dos coletivos culturais nas periferias de São Paulo que envolve práticas de comunalização, disseminando e produzindo conhecimentos potenciais de romper com narrativas e discursos hegemônicos e fortalecer as lutas que pretendem inverter a lógica excludente de produção do espaço urbano.

Considerações Finais

O ensaio traçou um breve panorama sobre as concepções do comum, deslocando o debate dos recursos ou bens - sejam eles tangíveis ou intangíveis - para uma discussão que compreende o comum como princípio político. Além de uma reflexão teórica, houve um esforço de aproximar o conceito da prática,com foco nas resistências e ações dos coletivos culturais atuantes nas periferias da cidade de São Paulo

Tal esforço ganha ainda mais importância ao percebermos que a maioria das produções acadêmicas acerca do tema relacionam o conceito a experiências internacionais e efêmeras - a maioria dos autores destacam as lutas multitudinárias recentes, como o “Occupy Wall Street”, por exemplo - que possuem pouca relação com a complexidade histórico-geográfica de São Paulo ou de outras cidades latinoamericanas.

As experiências descritas ao longo do artigo contextualizam práticas que contribuem para o debate dos limites e possibilidades do comum como princípio político nessa realidade. Tais experiências demonstram que o comum pode estar presente em ações locais quando essas se relacionam a uma articulação de lutas mais ampla.Compreendemos, portanto, que a partir de uma localidade específica é possível articular questões estruturais que interferem na segregação espacial urbana.No entanto,práticas que pensam a defesa de um lugar como fim principal da luta, mesmo que afirmem seu caráter coletivo através de conceitos e práticas, não necessariamente estariam de acordo com a concepção do comum como princípio político, compreendido a partir de seu pressuposto subversivo e anticapitalista.

Pensar o comum como princípio político é refletir acerca de quais seriam os princípios comuns de luta. No contexto de uma cidade como São Paulo, a questão se coloca a partir dos princípios comuns para a superação da histórica segregação espacial e da inversão da lógica de desenvolvimento voltada para os interesses do mercado. Tal compreensão aproxima o comum da noção de lutas interseccionais, que convergem diferentes dimensões para a narrativa anticapitalista, tais como as agendas relacionadas ao gênero e a luta antirracista.

Referências bibliográficas

BRENNER, Neil. **Is "Tactical Urbanism" an Alternative to Neoliberal Urbanism?** Post: Notes on Modern & Contemporary Art Around the Globe. 2015. Disponível em: http://teputahi.org.nz/wp-content/uploads/2015/08/Is-%E2%80%9CTactical-Urbanism%E2%80%9D-an-Alternative-to-Neoliberal-Urbanism.pdf

CRUZ, M.M. **O novo vocabulário do comum: Ensaio para uma leitura pós colonial.** In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO, 2017, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.1/ST%209.1-03.pdf >. Acesso em: 21 ago. 2017.

HARDT, M & NEGRI, A. **Commomwealth.** Cambridge, Harvard University Press. 2009.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.Ed.** Martins Fontes. São Paulo: 2014

HESS, C. & OSTROM, E. **Understanding Knowledge as a Commons: From Theory to Pratice.** Cambridge, MIT Press. 2006.

MARINO, Aluízio. **Ação Cultural e Territórios Insurgentes: "Uma pesquisa-ação com coletivos culturais de São Paulo e Bogotá".** Dissertação de Mestrado. UFABC. Santo André, 2016.

MARINO, Aluízio & SILVA, Gerardo. **Política Cultural e Território: dos Pontos de Cultura ao Programa de Fomento à Cultura das Periferias.** Anais VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais. PP. 366-375. Rio de Janeiro, 2017

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** Cambridge University Press, 1990.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. **Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, resistências e cidade desejada.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017

Links:

Apresentação do Projeto Centro Novo:

http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-recebe-o-projeto-centro-novo

Intervenções na praça Oliveira Penteado:

http://www.belarua.com.br/nossos-projetos/#nossos-projetoss

Mapa da articulação pela Lei de Fomento à Periferia:

https://www.facebook.com/MovimentoCulturaldasPeriferias/photos/a.161976243157054 5.1073741828.161975748157104 0/1949826371897481/?type=3&theater

Movimento Cultural das Periferias:

https://www.facebook.com/MovimentoCulturaldasPeriferias

Unidiversidade de Saberes:

https://www.facebook.com/pg/unidiversidadedesaberes/about/?ref=page_internal

CONHECIMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO: do discurso da mobilidade à geopolítica da UBER[1]

TOZI, FÁBIO (1); DUARTE, LEANDRO RIBEIRO (2)

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha - CEP: 31270-901 Belo Horizonte – MG.
fabio.tozi@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha - CEP: 31270-901 Belo Horizonte – MG.
duarterleandro1@gmail.com.

[1] Esta pesquisa conta com apoio financeiro, via bolsas de Iniciação Científica, do Programa de Auxílio a Doutores Recém-Contratados (ADRC) da UFMG (Edital 01/2017).

RESUMO

Este texto sintetiza as análises de uma pesquisa ainda em curso que busca compreender os debates teóricos e algumas das principais observações empíricas acerca das empresas de transporte privado de passageiros mediado por aplicativos, especialmente Uber, Cabify e 99. Propõe-se, ainda, a debater a estratégia territorial de ação destas empresas no Brasil a partir de escalas simultâneas e complementares, a saber: nacional, regional e local-urbana. Apresenta-se, ainda, um debate entre os limites político-administrativos do território e a região como ferramenta das corporações, coincidindo ou conflitando com as regionalizações estatais. Finalmente, debatem-se as ideias de livre-mercado, concorrência e compartilhamento em ramos oligopólicos e monopólicos e os dispositivos de controle técnico-normativos dos motoristas-parceiros.

Palavras-chave: *Transporte privado por aplicativos; Uber; Belo Horizonte; Geopolítica da informação; Mobilidade.*

1. A Uber no Brasil: uma expansão fugaz apoiada nas desigualdades territoriais

A chegada das empresas de transporte privado por aplicativos ao Brasil é recente: data de 2014. A Uber, empresa estadunidense fundada em 2009 iniciou suas atividades no Rio de Janeiro, no bojo do grande evento de *marketing* global que foi a Copa do Mundo do Brasil. Desde então, a sociedade brasileira depara-se, muito rapidamente, com uma expansão contínua desta empresa, mesmo sem a existência de um marco jurídico nacional pacificador sobre sua atuação. Tão recente quanto esse fenômeno é a bibliografia crítica sobre o tema. Excluindo-se uma bibliografia anglófona elogiosa da empresa e similares, que teriam "revolucionado" a maneira como as pessoas se deslocam, como o livro de Stone (2017), faz-se *mister* uma reflexão endógena sobre a chegada dessas corporações globais ao país. Como endógena entende-se, aqui, partir das categorias fundantes e fundamentais do Brasil como argumento estruturador teórico-metodológico das análises.

Ao mesmo tempo, no conjunto das ciências sociais, há uma carência correlata de bibliografia geográfica, ou espacial, sobre o tema. Assim, com essa constatação, iniciamos nossa análise: ao contrário do que acreditava Lincoln (2014), para quem Uber teria menos chances de sucesso em cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo, essas cidades comprovam o sucesso econômico dessas empresas. Para o autor, o fato dessas cidades (entre outras citadas pelo autor, como cidades indianas) possuiriam sistemas informais e flexíveis de transporte que atenderiam às necessidades de deslocamento – criando um mercado local e regional que não seguiria os princípios da economia de mercado -, criaria uma barreira geográfica à novidade corporativa. Porém, bem ao contrário, estes lugares tornaram-se vitais para as empresas. Hoje, o Brasil é o segundo país mais lucrativo para a Uber, atrás dos EUA e Rio de Janeiro e São Paulo são as cidades com o maior número de viagens para a Uber no mundo[2].

[2] Uber, Em 2017, Uber já pagou mais de R$ 495 milhões em impostos no Brasil, 24/10/2017. Disponível em : https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/em-2017-uber-pagou-mais-de-r-495-milhoes-em-impostos-no-brasil/. Acesso em 26/10/2017.

Acreditamos, assim, que é preciso compreender que a resistência à chegada das empresas de transporte privado via aplicativo que esses lugares podem oferecer foram apropriadas, ou "vampirizadas", na expressão usada por Silveira (2010). Esse processo, que rompe a circulação local e/ou regional de dinheiro, drenando os valores para centros geográficos de comando, é um dado novo da divisão territorial do trabalho. Se considerarmos as principais empresas de aplicativos de transporte do Brasil, temos um mapa claro do direcionamento de dinheiro: Uber, com sede no EUA; Cabify, com sede na Espanha, e 99Pop, com capital brasileiro e crescentes aportes chineses.

Nesse sentido, entende-se que é a expansão geográfica do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994), isto é, a face geográfica da globalização, é que permite a ação global de agentes de fato globais, como as empresas baseadas em informação o são. Esse é o motivo pelo qual evita-se usar neste texto, por princípios teórico-metodológicos, um léxico característico das leituras que valorizam a ação individual das empresas, alisando a história e o espaço em benefício de uma pretendia "inovação revolucionária". Nessa direção, não se adota, por exemplo, a ideia de empresas *disruptivas*, pois considera-se, como afirmou-se, que a expansão de um novo meio geográfico financiado pelo Estado é suporte essencial desta nova ação corporativa.

O debate teórico sobre o espaço desde muito o considera como um dos recursos ativos que os agentes privados utilizam para ampliar as taxas de lucros ou, como já argumentava Marx (1984 [1894]), reverter a inevitável tendência progressiva da queda da taxa de lucro em um mercado circunscrito. A migração e a expansão geográfica permitem, assim, obter taxas de lucro maiores a partir das diferentes combinações históricas dos países e dos lugares (como custo do trabalho, presença de infraestruturas, legislações mais ou menos restritivas, taxa de câmbio, tributação, entre outros). Nessa direção, faz-se necessário recuperar a proposta de Smith (1988 [1984]), que considera as diferentes escalas geográficas do capital: a escala global, a escala nacional e a escala urbana, cada uma cumprindo um papel

por vezes central, por vezes complementar, na criação de um desenvolvimento geograficamente desigual.

Como pode ser observado no Mapa 01, há uma presença desigual da empresa Uber no território brasileiro. Acompanhando uma política de ação em escala global (mais de 500 cidades no mundo), a Uber aumenta sistematicamente o número de municípios onde atua no Brasil. Em setembro de 2016 operava em 12 municípios, sendo 11 capitais e Campinas, um dos municípios mais ricos do país. Em dezembro do mesmo ano já eram 34 municípios entre os 67 da América do Sul e Central nos quais ela estava presente. Em outubro de 2017, conforme o Mapa 01, já são 90 municípios. Nota-se, por consequência, uma escolha de lugares no território nacional que representam, em geral, algumas características comuns: economias de aglomeração, concentração populacional e de renda, congestionamentos e sistemas de transporte públicos deficitários em qualidade e quantidade (extensão e capilaridade das redes).



MAPA 01 – BRASIL: Municípios com ação da Uber (outubro de 2017)
Fonte dos dados: levantamento realizado na página oficial da empresa: https://www.uber.com/pt-BR/cities/

Além disso, a histórica urbanização litorânea do Brasil se impõe como um fator condicionante da operação da empresa, ao mesmo tempo em que uma presença forte nas regiões Sudeste e Sul, aquelas do meio geográfico mais modernizado, se destaca. Além disso, deve-se constatar uma expansão para o Centro-Oeste, acompanhado o eixo da modernização do território pela agricultura informacional globalizada.

A viscosidade dos deslocamentos não existe pela inexistência de uma chamada "economia do compartilhamento" dos veículos particulares ou da inexistência de aplicativos de intermediação. A questão se fundamenta, no caso brasileiro, em três elementos centrais:

- Os processos de periferização, que impõem deslocamentos causados pelo distanciamento entre locais de trabalho e de moradia;

- A insuficiência (qualitativa e quantitativa) das redes de transporte de diferentes idades em todas as suas configurações e capacidades (ônibus, trens metropolitanos, regionais ou de longas distâncias, ciclovias, sistemas fluviais), o que implica no incentivo ao uso do carro pessoal;

- A tendência à fragmentação e concentração socioespacial de atividades, serviços públicos e privados, instituições e comércios.

Logo, é a totalidade das desigualdades territoriais que acarreta, no presente, que o drama dos congestionamentos seja uma experiência cotidiana da vida de milhões de brasileiros. Todavia, embora geral, esse fenômeno abre chaves interpretativas em outras escalas.

2. A regionalização do território como ferramenta corporativa

Há uma distinção clara entre as grandes empresas de transporte que desempenhariam a "economia de compartilhamento" em detrimento de outros agentes considerados como rígidos e tradicionais do espaço urbano. Temos verificado de forma frequente, em trabalhos de campo e entrevistas, que os motoristas têm trabalhado com dois ou três aplicativos na esperança da maior possibilidade de corridas e, portanto, de algum retorno financeiro. Em contrapartida, os agentes rígidos da metrópole são limitados por sua gênese, estrutura e atuação como serviço de transporte público de passageiros regulamentado e normatizado pelo município e seu limite territorial, em decorrência, é nítido.

A regionalização das grandes empresas por meio de tecnologias sobre o território político-administrativo, ou seja, a sobreposição de regiões no espaço da metrópole, reforça as hipóteses da flexibilidade e da insubordinação de tais empresas diante das legislações municipais vigentes, impossibilitando qualquer tipo de concorrência entre as empresas globais e os agentes tradicionais locais dos municípios. Ainda, a manobra jurídica que as define como *empresas de aplicativo* não coincide com a realidade, pois sua atividade é absolutamente vinculada ao ramo de transportes. Sem carros e motoristas rodando nas ruas, os aplicativos são apenas algoritmos na nuvem da Internet.

Assim, o neologismo *uberização* (Pochmann, 2016; Abílio, 2017), que tem sido empregado na tentativa de explicação das ações de um conjunto seleto de empresas de informação, bem como das novas relações de trabalho que se configuram a partir de ou mediadas por elas, deve ser usado com cautela. Não há uma definição clara desse novo processo, e a metáfora, consequentemente, possui uma capacidade explicativa e analítica bastante limitada, mesmo que tenha o mérito, contudo, de contribuir com o léxico de processos e empresas altamente dinâmicos, pouco conhecidos e estudados.

Partindo da aritmética, chegamos a uma espessura clara da política: Uber e Cabify possuem valor de mercado superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de Belo Horizonte[3], revelando que há um poder econômico exercido desigualmente entre município e entes privados. Há, em decorrência, dificuldades relativas às tentativas de regulação de empresas globais com intenso uso de tecnologia em relação às normas impostas aos agentes locais tradicionais e rígidos, como o serviço de táxi.

Por isso, defendemos que é essencial, para a compreensão da ação concreta dessas empresas no Brasil, atentar-se, para além das escalas global, nacional e urbana, para a escala regional. Esta escala é essencial, uma vez que a ação das empresas extrapola a dimensão urbana/local, adquirindo tais feições regionais. A distribuição do poder político nos territórios jurídicos da Federação brasileira faz com a região apareça como uma escala territorial imune à ação estatal, uma vez que não há, no país, um governo metropolitano, por mais que exista um fato metropolitano que se imponha ao conjunto da sociedade.

Faz-se necessário, assim, definir e distinguir cidade, município e região. A partir da Imagem 01, pode-se compreender que a regionalização da Uber em Belo Horizonte não corresponde aos limites político-administrativos deste município, uma vez que ela transborda e engloba vários outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, indo, aliás, para além dela. Os municípios e suas cidades são, na realidade, parte de um todo que Beaujeu-Garnier (1997 [1980], p. 17) nomeia como *região urbanizada,* caracterizada por ser um espaço coberto pela cidade e seus prolongamentos externos, quer dizer, a aglomeração total. Dessa maneira, considera-se o urbano como o modo de vida enquanto a cidade a sua materialidade, que assume, neste caso, dimensões metropolitanas. Assim, como observou

[3] De acordo com o IBGE (2014), o Produto Interno Bruto (PIB) do munícipio de Belo Horizonte é R$ 66.4 bilhões de reais. Em contrapartida, a Uber tem seu valor de mercado estimado em US$ 50 bilhões. De acordo com dados disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310620&search=minas-gerais|belo-horizonte e https://www.bloomberg.com/gadfly/articles/2017-03-16/uber-needs-to-get-real-about-that-69-billion-price-tag. Acessos em 11/10/2017.

Santos (1996, p. 69), evita-se confundir as *formas* e os *conteúdos* do território, por mais que ambos sejam opostos-complementares: urbano e cidade se diferenciam de município, este entendido como um dos recortes políticos (institucional) do território. Cada uma destas categorias analíticas permite, defendemos, aproximar-se um pouco mais das estratégias territoriais das empresas.

Na proposta de Ribeiro (2004), a regionalização é um fato concreto da vida social, mas também uma ferramenta da ação destinada a objetivos específicos, que podem ser tanto o planejamento estatal quanto a ação corporativa. Neste último sentido, está atrelado a um pensamento e a um planejamento estratégicos, que, segundo a autora:

> *o ato regionalizador compreende a institucionalização de fronteiras e limites, com vistas à implementação de uma determinada ação: analítica, política, econômica, enfim social. Trata-se da definição do cenário, do contexto e da escala correspondentes aos objetivos da ação, implementada ou pretendida (Ribeiro, 2004, p. 200).*

Ainda observando a Imagem 01, pode-se notar como o mapa de ação divulgado pela própria empresa revela uma região que não coincide com as propostas estatais. O fato de tratar-se de uma imagem de divulgação da Uber não deprecia o argumento: por tratar-se de uma empresa baseada em informações estratégicas, o próprio território é um dos seus recursos e, por consequência, o sigilo sobre ele é um elemento essencial. Além disso, não é a perenidade ou o limite preciso e rígido da ação regional que nos interessa, mas o processo regionalizador como ferramenta corporativa. Graças à banalização no território das ferramentas técnicas necessárias para a operação de viagens por aplicativos (GPS, *smartphones* e rede de Internet), ativar ou desativar espaços, redesenhando regiões de ação, é uma atividade passível de se realizar instantaneamente e à distância[4].

[4] A pesquisa tem mostrado que a Uber cria "áreas de sombra" no território, ou seja, áreas a partir das quais, mesmo sendo tecnicamente possível, a operação do aplicativo torna-se inviável. Favelas e bairros periféricos têm sido vítimas dessa censura técnica da empresa,



IMAGEM 01 – RMBH: Regionalização de ação da Uber e limites municipais (2017).
Fonte: https://www.uber.com/pt-BR/cities/belo-horizonte/. Acesso em 07/04/2017.

Há, também, uma diferença na maneira como o território é considerado pelas duas principais empresas atuantes em Belo Horizonte, Uber e Cabify, que agem dividindo o território, motoristas, veículos e consumidores, criando monopólios e oligopólios. A primeira apresenta uma política de expansão geográfica, cobrindo grandes áreas, enquanto a segunda é mais seletiva, restringindo a sua operação aos bairros centrais e/ou de concentração de renda e serviços, como o Centro-Sul, Belvedere e Pampulha, em Belo Horizonte. A Uber age como a primeira empresa a chegar às cidades, criando, portanto, um novo mercado e beneficiando-se, mesmo que provisoriamente, das vantagens econômicas de um ramo monopólico, que se traduzem num controle total dos rumos de um mercado territorialmente

sob o argumento, nunca discutido publicamente, de insegurança para os motoristas.

delimitado, além de controle total dos preços e normas de funcionamento, o que lhe possibilita altas taxas de lucratividade.

A chegada outras empresas, como Cabify e 99, não cria concorrência, mas oligopólios, cujas características definidoras são bem distintas daquelas do livre-mercado concorrencial. Observa-se, nesse sentido, que uma semana após a chegada do serviço 99Pop em Belo Horizonte, a Uber anunciou um "Plano de Integração Metropolitana" que daria descontos nas tarifas para solicitações de corridas realizadas na RMBH e tendo como origem ou destino os grandes fixos públicos de transporte: estações do metrô e do sistema BRT-MOVE. Logo, observa-se que a chegada de uma terceira empresa significou a expansão geográfica para uma área na qual ela será monopólica.

O papel das infraestruturas públicas se torna, igualmente, essencial, uma vez que a Uber assume, mesmo que indiretamente, a função de um "modal" na conexão com os fixos públicos. Não é mera coincidência que o nome de sua nova expansão regional soe como aqueles normalmente utilizados pelos governos: Plano de Integração Metropolitana. Trata-se, de fato, de um governo privado da vida coletiva e de uma gestão corporativa dos deslocamentos. Essa característica foi observada também em São Paulo na categoria UberPool, um sistema no qual o mesmo veículo é compartilhado por diferentes consumidores. A área na qual o serviço é oferecido possui como limites o Centro e as zonas Oeste e Sul da cidade, onde se concentram não apenas bairros de alta ocupação e renda, mas, também, as principais linhas e estações do Metrô e trens metropolitanos, bem como linhas e corredores de ônibus. Logo, a empresa cria a oferta de um serviço que replica a lógica de concentração de infraestruturas de transportes públicos já existentes na cidade. Essas situações revelam, empiricamente, a impossibilidade de um controle estatal das ações da empresa, incluindo as rotas e mesmo o preço cobrado, menor do que a tarifa paga em uma viagem que inclua a conexão entre ônibus e metrô ou trem.

Nessa tensão entre Estado e mercado, podemos dizer que há um desacato da empresa em relação às leis municipais. Ele manifestou-se concretamente após a regulamentação da Lei nº 10.900 em Belo Horizonte[5]. A insubordinação da Uber materializa-se, *a priori*, em um comunicado divulgado pela empresa na mesma data da promulgação da Lei, afirmando a continuidade do serviço de transporte privado de passageiros no território belo-horizontino, ou seja, a empresa assume publicamente que não aceita a jurisdição do município como válida. A Uber, *a posteriori*, requer liminares judiciais no âmbito estadual da federação. A justificativa jurídica é baseada, estritamente, na diferença entre o transporte público de passageiros, obrigatoriamente normatizado pelo município, e o que a empresa se autodenomina: empresa de transporte motorizado privado de passageiros, sem a obrigatoriedade, portanto, de se submeter às leis municipais.

Já na escala do Estado-Nação, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 28/2017, aprovado no Senado e enviado novamente para debate na Câmara dos Deputados, de onde é originário, mostra, enfim, que a possibilidade de um controle municipal sobre as empresas é central para desestabilizar o seu exercício de poder. O PLC, a princípio, atribuía aos municípios o controle sobre tais atividades. Ora, as legislações municipais distintas sobre o serviço não coincidem com as regionalizações e a lógicas das empresas, e assim, inviabilizariam, ou minimamente, criariam constrangimentos à suas atuações e às suas margens de lucro. Como resposta, Uber, Cabify, 99 e LadyDriver cooperaram e organizaram mobilizações evocando os motoristas a manifestar-se, sob a alegação de que esses agentes sociais seriam os únicos afetados.

Até o momento, após a votação no Senado, saíram vitoriosas, uma vez que sua pauta e seu *lobbying* venceu. O resultado da força da empresa nas diversas camadas

[5] A Lei nº 10.900/2016, sancionada pelo prefeito de Belo Horizonte, exige *"...o credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos baseados em dispositivos de tecnologia móvel ou quaisquer outros sistemas georreferenciados destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município, bem como sobre os dispositivos de segurança e controle da atividade e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento."* Disponível em http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1156232/. Acesso em 10/10/2017.

da Federação gera conflitos, oposições e redefinições de legislações em diversas escalas, sobretudo nas municipais. Nesse sentido, Santos (1996, p. 286) ressalta que "*as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades*", isto é, as verticalidades, exercendo desordem e impondo uma nova ordem, e as horizontalidades, exercendo algum tipo de resistência. Esta articulação diante dos entes federativos, o esforço incessante para manter seu funcionamento nos lugares e a elevada utilização da informação no território são as tônicas de análise do poder da empresa.

3. Empreendedorismo ou controle remoto do trabalho?

Hardt e Negri (2001 [2000]), chamam a atenção para o papel central que as informações desempenham no que eles denominam de *acumulação primitiva pós-moderna*, que caracterizaria as grandes empresas deste período histórico. Os atuais motoristas-parceiros (*driver-partners*, segundo as empresas), seriam, portanto, os sujeitos que mesmo sem o saber vão a campo em busca de dados concretos sobre as situações reais, afinal, um sistema tão complexo em variáveis não pode ser desenhado apenas com simuladores virtuais e pistas de testes, ambos incapazes de prever a multidimensionalidade de agentes, tempos e acontecimentos do tráfego concreto. Logo, há um debate sobre as novas formas de precarização do trabalho introduzidas por empresas como a Uber, conforme revelam as análises de Pochmann (2016) e Morozov (2016).

Empiricamente, as empresas possuem um conhecimento detalhado dos lugares de atuação e a produção de mapas de demanda que revelam as áreas onde há maior número de solicitação de viagens. Para a Uber, os dias da semana são divididos por horas de acordo com quatro categorias de demanda: baixa, média, alta e extremamente alta. A empresa fornece aos motoristas simulações e comparações sobre o tempo de permanência *on-line* (não se fala em tempo de trabalho) e difunde a ideia de que a rentabilidade do motorista depende da sua capacidade de escolha racional dos horários e locais com maior demanda. Nessa direção é importante observar que o tempo diário usado como padrão pela empresa nas simulações enviadas aos motoristas é de 10 horas diárias, e nossas entrevistas têm mostrado que muitos motoristas trabalham mais de 12 horas diárias.

Os lugares e horários com demanda alta e extremamente alta no município de Belo Horizonte (Imagem 02) concentram-se em períodos específicos do dia, e particularmente às sextas-feiras, sábados e domingos. Quanto à concentração geográfica da demanda, ela ocorre na região Centro-Sul do município, especialmente na área delimitada pela Avenida do Contorno, o anel viário projetado juntamente com a fundação da capital e atualmente um objeto geográfico divisor das dinâmicas citadinas no que diz respeito à moradia, empregos, lazer e concentração de comércios, serviços e renda. Esta área, que temos denominado como *Belo Horizonte intra-muros*, é uma metáfora em referência às cidades da Europa do medievo que tudo concentravam, rodeadas por um deserto social.



IMAGEM 02 – BELO HORIZONTE: Mapa de demanda de viagens Uber (setembro de 2017) Fonte: material fornecido em entrevistas com motorista da Uber, 2017.

Como a política da empresa não pressupõe limite ao número de motoristas, a oferta destes se sobrepõe à demanda. Logo, os mapas e tabelas de horário não são dedicados, de fato, aos ganhos do motorista, mas à eficiência da empresa em manter-se hegemônica no mercado. Como a porcentagem que lhe cabe é baseada nas viagens realizadas, o grande número de motoristas não interfere nos seus lucros, embora diminua os rendimentos individuais de cada um deles.

O motorista, por sua vez, recebe a tabela e o mapa com os horários e lugares de maiores demandas, mas não possui acesso à totalidade das informações, configurando, assim, um trabalho alienado. Em consequência, se os motoristas optam por seguir essas orientações, a oferta deles em um mesmo lugar cresce e o número de viagens de cada um tende a diminuir. O "motorista parceiro" não difere, nesse sentido, de um funcionário qualquer, isto é, o seu conhecimento sobre a ação da empresa no mercado e sua capacidade de ação nela são mínimas ou nulas.

Nas entrevistas com motoristas da Uber até agora realizadas, há constante referência a uma concorrência entre eles próprios. Para evitar os custos e desgastes de circular com o carro o tempo todo, muitos deles estacionam seus veículos ao terminar uma viagem. Nesse momento, usando o aplicativo como se fossem passageiros, burlam as normas da empresa e conseguem visualizar a quantidade de motoristas que está no entorno. Como as demandas são concentradas, os motoristas, igualmente, concentram-se. Logo, a racionalidade econômica exigida do motorista pela empresa (gestão ótima do tempo e do espaço para expansão da sua rentabilidade) se transforma em concorrência. Ao final, um dado obtuso é decisivo nessas situações: o motorista com os movimentos mais rápidos é o exitoso em aceitar o próximo passageiro.

Além disso, os sistemas técnicos das empresas impõem dispositivos de controle que envolvem a avaliação dos motoristas pelos usuários, feitas ao final de cada viagem e, ainda, um dispositivo de avaliação ininterrupta que considera, entre outros, o controle de frenagens, aceleração e velocidade de cada motorista. Sem abdicar de um pelo outro, as empresas mapeiam o território, vigiam e punem os motoristas, criando sofisticados bancos de dados sobre a urbanização do Brasil. As advertências e suspensões, caso suas notas ou desempenhos sejam considerados não satisfatórios, são recorrentes, criando situações de estresse e a interrupção dos ganhos dos motoristas, especialmente se considerarmos que a função de motorista, especialmente em razão das altas taxas de desemprego no Brasil, é a única ocupação desses trabalhadores.

Considerações finais: alguns pontos metodológicos para a reflexão - a centralidade do espaço, e não da empresa.

As empresas Uber, Cabigy, 99 e LadyDriver têm insistido na criação de uma narrativa, particularmente no momento de votação do PLC 28/2017, que as coloca como vítimas de um Estado arcaico, interventor e contrário à inovação e à concorrência e, ao mesmo tempo, lançam as suas formas de organização interna como centro do debate sobre a mobilidade urbana. A ideologia de que o Estado está sempre a atrapalhar os empreendedores não se justifica pois, na prática do descumprimento das leis existentes, nada distingue essas grandes empresas das *vans clandestinas*, *táxis piratas* e *moto-táxis*.

Para além da metáfora da já mencionada "economia do compartilhamento", defendida por autores como Veltz (2010, p.299) e Rifkin (2014, p.41), temos que nos atentar para a economia concreta, que é uma relação social e, além disso, uma tensão e uma cooperação constante entre Estado e mercado. Mapeando a geopolítica da Uber, tem-se que o CEO da empresa, Dara Khosrowshahi, foi recebido pelo Ministro da Fazenda do Brasil, Henrique Meirelles em 31 de outubro de 2017, horas antes da votação do PLC pelos Senadores[6]. Que o *lobbying* seja

[6] Anthony Boadle, Maria Carolina Marcello. Brazil OKs amended bill on car-hailing apps after Uber lobbying. **Reuters**, 31/10/2017. Disponível em: http://www.reuters.com/article/us-uber-brazil/brazil-oks-amended-bill-on-car-hailing-apps-after-uber-lobbying-idUSKBN1D025M. Acesso em: 31/10/2017.

proibido não impede que ele seja uma prática corrente do fazer político no Brasil, especialmente em momentos em que o estado de exceção, conforme Angamben (2004), ganha volumosos ares.

Da mesma maneira, em países pobres como o Brasil, a ideia de compartilhamento sempre existiu como artifício necessário à sustentação da vida social a partir dos lugares mai spobres e como atividade econômica, inventando formas de trabalho e circulação de dinheiro dentro do próprio circuito inferior da economia urbana, conforme define Santos (2004 [1975]). A chamada 'arte da viração' ou o 'mercado socialmente necessário', no que tange aos transportes, levou ao surgimento de novas modalidades, como o 'táxi-lotação', as 'vans autônomas' ou o 'moto-táxi', serviços que surgiram de necessidades cotidianas e posteriormente foram absorvidos e regulados pelos municípios e estados, embora muitos ainda sigam ilegais, embora socialmente legitimados.

Em uma análise social crítica, torna-se evidente que a chamada "economia do compartilhamento" não objetiva revolucionar o sistema de propriedade e de fluxos de concentração de dinheiro, dois elementos estruturantes da economia capitalista de mercado. Da mesma forma, as decisões sobre uma tal colaboração não são colaborativas, mas altamente centralizadas. Grandes corporações globais não são, por definição, entidades financeiramente colaborativas, abertas ao debate e ao controle social ou estatal, basta, para isso, analisar seus valores de mercado e suas taxas crescentes de lucratividade.

A liberdade dada a tais agentes capitalistas hegemônicos cria o que Lefebvre (2006 [1968]) definiu como a *anarquia do mercado*. Tal situação anárquica estaria presente em Belo Horizonte e Campinas, por exemplo, quando estes municípios proibiram as empresas de transporte privado por aplicativo, mas, na sequência, liminares estaduais derrubaram tais proibições. Na ausência de leis gerais, há uma multiplicação de onerosas disputas judiciais, incluindo a Justiça do Trabalho, cujos ganhadores são, invariavelmente, as corporações. O evento que ocorreu em Vitória (ES), em agosto de 2016, é outro exemplo lapidar desta anarquia: após o município proibir o funcionamento da Uber (e similares), a empresa divulgou uma nota na qual afirmava ter suspendido os planos de operar no município. Nada além disso foi necessário para que a prefeitura voltasse atrás e revogasse o decreto...

Por fim, estas disputas trazem uma atualização do debate sobre os proibitivismos no Brasil. Em um país onde a ilegalidade como estereótipo da pobreza configura a regra, a pressão da empresa defendendo sua legitimidade e legalidade merece destaque. Como já discutimos anteriormente (TOZI, 2012; 2016), no Brasil ilegalidade e informalidade são associadas à criminalização da pobreza. Pensemos em um caso concreto: enquanto o motorista Uber é normalmente visto como um "empreendedor", um indivíduo que deseja "trabalhar e tem o direito de fazê-lo" o camelô, o ambulante, o motorista da van ou de um moto-táxi tende a ser socialmente entendido como um criminoso, um ocupante ilegal do espaço público (que ele privatizaria), um "vagabundo que sonega impostos" e colocaria em risco uma abstrata "segurança coletiva". O grande debate, não é, todavia, setorial o individual, mas territorial. Logo, diz respeito à totalidade da existência coletiva, diz respeito às estruturas definidoras da formação socioespacial brasileira.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila Costek. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Passa Palavra**, 2017. Disponível em: <hppt://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em: 16/10/2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Géographie Urbaine.** Paris: Masson & Armand Colin Éditeurs, 1997 [1980].

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001 [2000].

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro Editora, 2006 [1968].

LINCOLN, Kevin. **The geography of Uber. Pacific Standard,** 11/09/2014. Disponível em: https://psmag.com/environment/transportation-geography-uber-silicon-valley-taxi-driving-smartphone-90446. Acesso em 02/10/2017.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política.** Vol. IV, Livro III, Tomo I (Parte Primeira). Coordenação e revisão de Paul Singer Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1984 [1894].

MOROZOV, Evgeny. **Cheap cab ride?** You must have missed Uber's true cost, 2016. **The Guardian**. 03/01/2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jan/31/cheap-cab-ride-uber-true-cost-google-wealth-taxation. Acesso em 01/03/2016.

POCHMANN, Márcio. **A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores, 2016.** Entrevista a André Antunes. **EPSJV/Fiocruz.** Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os. Acesso em 21/11/2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Regionalização: fato e ferramenta.** In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização. Agentes, processos, escalas.** São Paulo: CNPq/Max Limonad, 2004.

RIFKIN, Jeremy. **La nouvelle société du coût marginal zero. L'internet des objets, l'émergence des communaux collaboratifs et l'éclipse du capitalisme.** Paris: Les Liens qui Libèrent, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2004 [1975].

SILVEIRA, María Laura. **Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: AGB, 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, capital e a produção do espaço.** Tradução de Eduardo de Almeira Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988 [1984].

STONE, Brad. **The Upstarts. How Uber, Aibnb, and the killer companies of the Silicon Valley are changing the world**. New York: Little, Brown and Company,

2017.

VELTZ, Pierre. **Un nouveau paradigme ?** Essai de conclusion à deux voix. In: PARIS, Thomas; VELTZ, Pierre (dir.). **L'économie de la connaissance et ses territoires**. Paris : Hermann, 2010.

TOZI, Fábio. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical. Investigando os objetos técnicos no período da globalização.** Tese (doutorado em Geografia), USP, São Paulo, 2012.

_____. **A estratégia da Uber no Brasil: a informação como fator produtivo e o território como recurso da empresa. Caderno de anais do II Seminário: Governança das redes e o Marco Civil da Internet.** Belo Horizonte: UFMG, 2016.

CORPO DESEMBESTADO: por uma cartografia extradisciplinar

SILVA, MATHEUS

Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes
Rua Antônio Torres, 146/302. Sagrada Família 31030130 Belo Horizonte/MG
Matheus_silva84@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem o interesse em traçar uma cartografia dos dispositivos teóricos do processo de criação performativa da ação que realizo enquanto performer, "O corpo desembestado de AdivinhaaDiva", que ocupa distintos espaços arquitetônicos explorando as fronteiras entre filosofia, arte, vida e loucura. Tal investigação almeja configurar a noção de "corpo desembestado", em um contexto "ciborgue queer", conforme Donna Haraway e Beatriz Preciado, a partir do cruzamento dos estudos dos conceitos filosóficos de "movimentos aberrantes", de David Lapoujade e "desrazão", de Peter Pál Pelbart com a prática artística de uma "inquietude de si", de Cassiano Sydow Quilici. Para tanto, muitas questões se mostram em aberto e precisam serem discutidas: Como os referidos conceitos podem contribuir para a construção de uma noção de "corpo desembestado"? Mas como superar os valores sociais normativos e produzir para si um "corpo desembestado"? Como tal potência pode afetar um mundo, uma existência não só artística?

Palavras-chave: *Arte da performance, Cartografia, Movimentos aberrantes, Desrazão, Inquietude de si.*

As inquietações que perpassam a confecção do presente artigo partem de uma trajetória como pesquisador em artes da cena que me possibilitou, nos últimos anos, uma imersão na prática da arte da performance. Para a pesquisadora Jesette Féral (2015), a arte da performance se propõe como modo de intervenção e de ação sobre o real, em que se foca a gênese de uma visibilidade não representativa, não reconhecível: "O performer instala a ambiguidade de significações, o deslocamento dos códigos, os deslizes de sentido [...] e institui a pluralidade, a ambiguidade [...]" (FÉRAL, 2015, p.122-123). O performer é, portanto, aquele que testemunha coisas que sem ele não teriam existência e, para estar à altura desse acontecimento, pactua seu corpo com o inusitado, o indizível, o impensado, para assim ousar, permitir, inventar, inovar e correr riscos. Tania Alice (2013, p.36-38) colabora afirmando que podemos entender a linguagem da performance:

> *como uma linguagem que não constitui apenas como uma representação de uma determinada situação ou contexto, mas que, realizando e efetuando-se, modifica o presente, influi ativamente nele, propondo transformações nos modelos de poder vigente, remodelando as subjetividades e as relações previamente estabelecidas. A potência principal da performance, que não representa, mas recria e transforma modelos vigentes, tornando visível o invisível, e palpável o despercebido. Questionando. Remodelando. Reiventando, sempre. [...] Outra característica inerente ao desejo de transformação é a presença "ao vivo" dos artistas, a qual gerou o nome de Live Art, como sinônimo de performance. Artistas individuais ou coletivos se colocam em situação de presença e de encontro com a plateia sem quarta parede ou espaço ficcional que poderia possivelmente entravar o encontro entre artista e público, dentro de acontecimentos também denominados happenings, que transcendem a ideia de uma apresentação artística enquadrada por dados como horários e espaços de apresentação específicos e anulam a distância moderna entre artista e público.*

A aproximação entre a arte da performance com a Live Art evidenciou que, enquanto campo de prática, ambas conseguem ultrapassar os limites de um padrão, apagar as margens entre as disciplinas, amalgamar artista e participador, enfatizar o processo sendo feito, o desenrolar da ação e a experiência que ela traz. Uma realização no qual o performer manipula, explora seu corpo assim como um artista visual faz com uma tela: "é que o performer não representa, ele é. Ele é isso que ele apresenta. Ele é sempre ele próprio, mas em situação. [...] ele é na unicidade da matéria, na imediatidade do fazer, na urgência da experiência" (FÉRAL, 2015, p.146-147). De acordo com Alice (2013, p.45):

> *podemos pensar a performance como uma atividade interdisciplinar, de alargamento das fronteiras das Artes Cênicas e, mais ainda, como uma atividade indisciplinar e de conjunção de momentos trans-históricos que se configuram como tantos momentos de resistência. Podemos entender os processos de hibritização como transbordamentos de campos disciplinares e de linguagens artísticas que se contaminam, desterritorializam-se e reterritorializam-se por meio de uma atualização artística. [...] A performance como prática espiritual, existencial, como fusão de arte e vida, intensificação de afetos e das relações. [...] A performance como reterritorialização na terra fértil dos possíveis, como resposta a urgência de cuidar de si, do outro e do planeta, como estética emergente e urgente de um mundo globalizado. Como ritual de comunhão, convite para a partilha, o sossego, a troca.*

O perfomer passa a enfocar mais o processo, nas rearticulações de um corpo atento à travessia, aos movimentos entre o pesquisador e o pesquisado, ao curso subjetivo e objetivo, à maneira "rizomática"[1] e processual da produção de

[1] BAREMBLITT, 2010, p. 35. "Um rizoma, ou seja, um sistema transsistêmico, uma espécie de rede móvel de canais, fluxos, redemoinhos e turbulências, de limites internos e externos difusos."

conhecimentos, funções e variações. Este entrelaçamento que dissolve funções e refunde funcionamentos faz da "precariedade" um dispositivo para a realização dessa atividade:

> *Precariedade é ferramenta conceitual utilizada aqui para flexibilizar definições rígidas – de "espectador", "artista", "cena", "obra de arte", "sujeito" –e vibrar separações estanques –entre arte e cotidiano, ritualístico e mundano, corpo e cidade, entre cidadãos. [...] Compreendo o precário como referente teórico para pensar performance e como estratégia composicional [...]. Performers valorizam a precariedade num contexto econômico que a compreende exclusivamente como ausência de valor; num contexto mercadológico que a define como um fracasso; num contexto moral que a condena como debilidade e deficiência; num contexto psicossocial que a associa exclusivamente com tristezas e penúrias. Um contexto cultural que perversamente determina que sua precariedade –e não a ditadura do capital, a formatação do sentido, a calcificação identitária, a normatização do desejo ou o encouraçamento do corpo – é o justo oposto da vida. Aqui o precário não é um vilão a ser combatido, mas é condição do vivo e potência de vida que pode tornar-se meio de criação e modo de produção (FABIÃO, 2015, p.129).*

A realidade desse movimento "precário" abre passagem a fluxos mais descodificados e livres, não submetidos a uma lei do rendimento, nem atados ao rentável. Trata-se, enfim, de uma prática cuja dinâmica extrapola completamente qualquer dado inicial, embaralhando os códigos e reverberando variações inusitadas. Uma arte de viver, que se constitui em novos modos de existência e outras possibilidades de vida. Tudo é passagem e travessia, e estamos desde sempre e para sempre inseridos ali, em ação. É da ordem do contágio, da peste, da infestação, da proliferação via corpo. O performer é, portanto, aquele que se reconecta a percepções infinitesimais que "instauram" novas existências:

> *Instaurar é fazer valer esse direito, promovê-lo. É legitimar uma maneira de ocupar um espaço-tempo. [...] A partir de então, instaurar é como se tornar advogado desses existênciasinacabadas, seu porta-voz, ou melhor, seu porta-existência. Carregamos sua existência como elas carregam a nossa. Compartilhamos com elas a mesma causa, contando que possamos ouvir a natureza das suas reivindicações, como se exigissem ser amplificadas, aumentadas, enfim, tornadas mais reais. Ouvir essas reivindicações, ver nessas existências aquilo que elas têm de inacabado, é forçosamente tomar o partido delas. é o que significa entrar no ponto de vista de uma maneira de existir, não apenas para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, aumentar suas dimensões ou fazê-la existir de uma outra maneira (LAPOUJADE, 2017, p.90).*

Por conceber a pesquisa realizada como invenção em arte, faço uso da "cartografia", tal como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, como metodologia para a investigação do processo criativo de um "corpo desembestado". A cartografia enquanto método pensa a partir de elementos que estão tramados entre si, está sempre atenta à travessia de um processo e na natureza rizomática de dar passagens às múltiplas sensações que proliferam e pedem expressão em um dado contexto. Para os autores:

> *O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo uma parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como ação política ou meditação. [...] Um mapa tem múltiplas*

entradas contrariamente ao decalque que volta sempre "ao mesmo". Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida competência (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.21-22).

Um performer, ao afirmar que sua pesquisa é uma instauração processual de acontecimentos, aprofunda-se no plano da vivência, plano esse em que conhecer é produzir uma realidade outra de si e do mundo. Trata-se de produzir novas rotas através da "precariedade", no risco de um corpo que não fica a observar e age; precisa-se partir de uma disposição a uma desnaturalização das leis da normalidade, investir na potência de transformar e dar visibilidade a outros encontros, de recriar e transformar modelos vigentes através de um contínuo movimento de questionar-se e reinventar-se, bem como uma produção cartográfica:

A cartografia, segundo Kastrup (2007), consiste em um método proposto por Deleuze e Guattari (1995) que vem sendo utilizado em pesquisas interessadas pelo estudo da subjetividade. Trata-se de investigar um processo de produção, de acompanhar um certo traçado insólito, um certo tempo que dura. Assim, a cartografia ocupa-se de um plano movente, interessando-lhe as metamorfoses e anamorfoses tomadas como processos de diferenciação. Configurando-se como um método cuja definição de passos a priori é posta sob suspeita, seu fazer se faz por des(fazimento), por uma espécie de disposição de (des) aprontar-se, de modo a sintonizar com os percursos processuais que se constituem em seu objeto. Como fazê-lo, senão adotando uma postura intuitiva? (AMADOR; FONSECA, 2009).

A cartografia não pretende produzir uma cópia da realidade, mas fazer um mapa fendido, modificável, cuja trama implode projeções, símbolos e orientações destinadas a um produto, ou a um ponto de chegada. Não se trata de um processo de descobertas, como uma busca por algo que estivesse pronto e encoberto, mas de um conhecimento migratório e processual, inseparável do próprio movimento da vida e seus múltiplos traçados. Um cartógrafo, assim como um performer, persegue pistas entre o diáfano e o opaco da experiência através de um movimento que dá sinais de um percurso; seu devir-pirata lança suas "frotas" frente ao não vivido, gera novas existências que exploram limiares entre uma "visão e invisão":

Estar no limite, no limiar, é estar no momento preciso em que estamos em parte alguma, mas cá e lá, aqui e alí, no limite que separa onde estamos de onde estávamos e para aonde iremos. [...] Estar no limiar da visibilidade é estar no intervalo que parece nos suspender no espaço e no tempo, nos lançando em uma imensidão. [...] tênue cruzamento como um ponto de reviravolta, de mudança de direção, onde conexões impensáveis tem lugar. Zona de fronteira que revela os limites da nossa visão e o que deles escapa, acentuando que a configuração da trama do visível é efêmera, instável [...]. O que vemos se desenha, se estrutura e se transforma a cada fusão de imagens (DIAS, 2010, p.216-217).

Assim, é possível pensar a arte da performance enquanto um espaço limiar entre múltiplas disciplinas e agregados sensíveis, como artes visuais, dança, música, literatura, filosofia, poesia, teatro. Esse limiar se interessa pelas franjas e bordas das disciplinas, o que torna a arte da performance uma espécie de fusão artística que se dá enquanto desvio, deslocamento, enquanto um elemento de desarticulação de discursos unívocos, hierárquicos e sedimentados e subverte a própria ação como acontecimento, no decorrer do seu processo inventivo. A presente pesquisa parte, portanto, de um investimento na "extradisciplinaridade" da arte da performance, uma vez que almeja trabalhar com o plano de forças que constitui uma pesquisa, suas problematizações plurais, seus pontos de instabilidade, rupturas e pontas soltas. Essa abordagem "extradisciplinar":

Busca por formas de pensar além dos limites das disciplinas e dadas ou em sua borda, espaços sem expertise prévia, sem métodos fixos nem formas

ou campos de conhecimentos já constituídos. Eles compreendem situações nas quais não há experts, habilidades específicas ou métodos prévios. Em certo sentido, e de modo contrário, nesses espaços todos estão livres para serem igualmente "amadores". Portanto, servem para desfazer ou quebrar hierarquias habituais do conhecimento [...] ao mesmo tempo, pressupõem uma zona tácita de sobreposição de diferentes disciplinas, como se somente através de encontros e intersecções com outras formas de pensamento e suas ressonâncias pudessem encontra novas questões para seguirem por contra própria. Sendo assim, extradisciplinar" não significa "indisciplinado" ou contra qualquer disciplina. Seu objetivo não é abolir todas as práticas herdadas, mas liberá-las de uma espécie de "cerco" disciplinar ou acadêmico, abrindo espaço para o ar fresco de uma livre experimentação. Não se trata, portanto, de possuir ou "não possuir habilidades". Ao contrário, a extradisciplinaridade geralmente desencadeia investigações longas, exigentes e até obstinadas, recorrendo a diversas fontes. [...] uma busca "extradisciplinar" por novos modos de pensamento e por uma nova imagem da arte em si como um "modo de pensamento" (RAJCHMAN, 2013, p.91-92).

A respeito de uma prática "extradisciplinar", esta visa desidentificar-se dos hábitos e desfazer a pregnância dos códigos sociais; produz uma reviravolta, toca zonas outras, mobiliza camadas. O performer aqui faz uso, assim, dos dispositivos teóricos que percorrem sua prática, seu processo instável de criação, suas atitudes-limites experimentais, seus ápices de estéticas existenciais que disparam algo sempre novo; enfim, uma intensa investigação e elaboração em seus campos de expressão. Para Quilici (2015, p.148), um performer é "alguém que trabalha com a transformação de hábitos perceptivos e relacionais, com mudanças de atitudes culturais arraigadas, preocupado, de algum modo, com crises globais e planetárias." Com esse dispositivo "extradisciplinar", é possível dar visibilidade a sentidos inventados pelo performer no contemporâneo, incorporando-as em seu próprio ato de pesquisar.

À cartografia de uma pesquisa extradisciplinar interessa o atlas imprevisto dos detalhes que se perdem de vista ao que acomete tanto ao pesquisador quanto a seu objeto de estudo, seu campo de investigação. O performer cartógrafo acompanha as pistas de coexistências de agitações possíveis, ele adentra a fenda limiar entre visão e invisão e se transmuta junto com o conteúdo dos saberes que vão sendo adquiridos. Ele segue sinais desconhecidos que lhe chamam a atenção, que apontam a existência de um novo mundo. O pesquisador já está em campo. E, nessa expedição, ele revela o mapa em percurso sobre trabalhar sobre si mesmo e promover transformações de sua existência. Trata-se de um mapa das relações de forças, densidades e intensidades, estabelecendo relações múltiplas e diferenciadas entre matérias e formas de expressão também díspares, um "diagrama":

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo o campo social. [...] É que o diagrama é altamente instável e fluido, não para de misturar matérias e funções de modo a constituir mutações. Finalmente, todo diagrama é intersocial, e em devir. Ele nunca age para representar um mundo preexistente, ele produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade. Não é sujeito da história e nem a supera. Faz a história desfazendo realidades e as significações anteriores, formando um número equivalente de pontos de emergência ou de criatividade, de conjunções inesperadas, de improváveis continnuns. (DELEUZE, 2005, p.44-45).

A cartografia extradisciplinar funciona, enfim, como um dispositivo implicado e participativo que instrumentaliza o performer a justapor discursos, múltiplas vozes e pontos de vista para se obter uma pluralidade de possíveis situações, trajetos e linhas erráticas. Produz-se então um diagrama composto de muitas linhas emaranhadas que articula seus elementos em relação à suas condições peculiares de visibilidade, "mas que se refere sempre a matérias não-formadas, não organizadas, e funções não-formalizadas, não-finalizadas, estando as duas

variáveis indissoluvelmente ligadas" (DELEUZE, 2005, p.43).

Esse diagrama foge em direção aos limiares visíveis e não visíveis de um outro modo de existência. Por não se fixar em conhecimentos prévios, os diagramas e cartografias não buscam revelar um sentido, mas multiplicar os sentidos possíveis e ajudar a desdobrar as questões de interesse do investigador. Trata-se de possuir seu próprio caminho como objetivo, de apostar ao invés de levantar hipóteses, de fazer, conhecer, transmutar cartografando os processos e construindo novos mundos; conectando e ampliando estratégias, imbricando sujeito e objeto em processos experimentais. Assim, um corpo desembestado é conceito a ser cartografado enquanto teoria-praxis de um performer. O que desenha aqui é um diagrama do processo de criação da ação "O corpo desembestado de AdivinhaaDiva" no espaço limiar entre arte, vida e loucura. Bem como para Quilici (2015):

> *A relação arte-vida não é pensada aqui apenas como aproximação entre o produto artístico e o cotidiano: uso de espaço alternativos para a arte, incorporação de elementos artísticos na paisagem urbana, nos processos industriais, etc. É o próprio cotidiano que ganharia outros caminhos de ser percebido e experimentado. A arte como modo de criar e cuidar das nossas formas de relação com o mundo e conosco mesmos. Transformação do cotidiano significa aqui a descoberta de um agir que não é o mero esquecer-se das ocupações, o perder-se nos hábitos já cristalizados. Um agir renovado que começa na mudança de qualidade da própria percepção. [...] A expressão "arte da existência" nos aspira aqui a falar de algo que se realiza nas mínimas ações, e que não se identifica necessariamente com os espaços consagrados e possíveis para a realização de atividades artísticas, apesar de não excluí-los também" (QULICI, 2015, p.143).*

Um performer desenha novos modos de ser e estar no mundo, percorre uma rota outra da percepção para dar conta de contextos singulares, de situações-limite, de estrangulamentos existências ou políticos. Trata-se de uma experiência "extradisciplinar" de caráter transitório articulado a partir de uma passagem nômade pelos lugares, suas fronteiras imateriais e seus movimentos invisíveis em uma dimensão "esgotada". Para Deleuze (2010), o esgotamento renuncia a:

> *qualquer ordem de preferência e a qualquer objetivo, a qualquer significação [...]. Não se realiza, mesmo que conclua algo [...]. Não se cai, entretanto, no indiferenciado, ou na famosa unidade dos contraditórios, e não se é passivo: está-se em atividade, mas para nada. Estava-se cansado de alguma coisa, mas esgotado de nada. [...] Sobre um acontecimento basta dizer que ele é possível, pois ele só ocorre confundindo-se com nada e abolindo o real ao qual pretende. Só há existência possível [...]. Mas apenas o esgotado pode esgotar o possível, pois renunciou a toda necessidade, preferência, finalidade ou significação. (DELEUZE, 2010, p.69-71).*

O performer depara-se diante de um sistema cultural disciplinar e empresarial, represado a um molde normatizado e demarcado que, de certa maneira, segrega e exclui, impondo controles e homogeneização. Esses sistemas, implementados pelas instituições, tecem relações individualizadas que consideram o outro como opositor e competidor, esvaziando a potência da alteridade em sua capacidade de criar e produzir diferenças; ficam ponderados por um "biopoder" disciplinador que apenas acomete à repetições improdutivas:

> *Segundo Pelbart (2011), o biopoder está ligado à mudança fundamental na relação entre poder e vida. Na concepção de Foucualt, o biopoder se interessa pela vida, pela produção, reprodução, pelo controle e ordenamento de forças. A ele competem duas estratégias principais: a disciplina (que adestra o corpo e dociliza o indivíduo para otimizar suas forças) e a biopolítica (que entende o homem como espécie e tenta gerir uma vida coletivamente). Nesse sentido, a vida passa a ser controlada de maneira integral,*

a partir da captura, pelo poder, do próprio desejo do que dela se quer e se espera, e assim o conceito de biopoder se expande para o conceito de bioplítica. Há uma diluição dos limites entre o que somos e o que nos é imposto, à medida que o poder atinge níveis subjetivos passando a atuar na própria máquina cognitiva que define o que pensamos e o que queremos (RENA, 2016, p.35-36).

Portanto, na arte da performance, "a situação, que remete à ordem do acontecimento, bem mais do que a uma ordem da representação, mobiliza uma capacidade dos participantes a sentir e entender a situação presente" (ALICE, 2013, p.211). Ou seja, um acontecimento promovido por um "esgotamento" se transforma em matéria-prima de um processo de criação não só artística, como também da própria existência. A arte da performance desafia a explorar um corpo outro, uma vez que "ela aspira a convocar as próprias potências criativas do humano, antes mesmo da sua configuração em formas e gêneros, comprometida que está com a reinvenção da cultura e dos modos de vida." (QUILICI, 2015, p.114).

A própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos encontros biológicos que afetam a população. Vida inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. Vida significa inteligência, afeto, cooperação, desejo. Como diz Lazzarato, a vida deixa de ser reduzida, assim, a sua definição biológica para tornar-se cada vez mais uma virtualidade molecular da multidão, energia a-orgânica, corpo-sem-orgãos. O bios é redefinido intensivamente, no interior de um caldo semiótico e maquínico, molecular e coletivo, afetivo e econômico. Aquém da divisão corpo/mente, individual/coletivo, humano/inumano, a vida ao mesmo tempo se pulveriza e se hibridiza, se dissemina e se alastra, se molecuraliza e se totaliza. E ao descolar-se de sua acepção predominantemente biológica, ganha uma amplitude inesperada e passa a ser definida como poder

de afetar e ser afetado, na mais pura herança espinosana. Daí a inversão, em parte inspirada em Deleuze, do sentido do termo forjado por Foucault: biopolítica não mais como poder sobre a vida, mas como a potência da vida (PELBART, 2003, p.25).

Como pensar modos de vida, de subjetivação e práticas artísticas, "linhas de fuga" que quebrem com a atrofia e paralisia da capacidade produtiva e possibilitem que acontecimentos mobilizem tanto o corpo quanto o pensamento no cotidiano? Arrisco-me a pensar, conforme Quilici, na ação performática como uma arte do acontecimento, uma atividade, "[...] uma atitude da arte e do mundo, uma escolha por tentar interferir mais diretamente nas relações sociais, no campo político, nas dinâmicas existenciais dos envolvidos, recusando a segmentação em áreas (política, econômica, estética, ciência, religião, etc.)" (QUILICI, 2015, p. 114). Uma "desrazão" e, para Pelbart (2009, p.155):

o hiato entre desrazão e loucura foi se diluindo ao longo do tempo, desaguando numa coincidência à qual ainda estamos submetidos. Se a desrazão foi "capturada" pela loucura, não é de surpreender que a única forma de manifestação da desrazão seja a loucura, uma loucura que será, então, marcada pelo índice do grito, da vigília e da desforra. A desrazão "enclausurada" não pode "romper o cerco" a não ser pela exacerbação e violência. A loucura será a máscara já colada ao rosto da qual a desrazão quer livrar-se, o que só é possível desfigurando-a, no exagero das caretas e dos clamores. Usar a máscara para arrebentá-la, assim como é preciso desfigurar as palavras para deixar aparecer os sons.

Há de se intensificar o campo da desqualificação da racionalidade para se ter acesso à desrazão de um estado de criação na arte da performance, campo esse sempre cruzado por "movimentos aberrantes". Esses movimentos aberrantes, segundo Lapoujade, nos arrancam de nós mesmos, fazem vacilar o eu para que outros povos que nos habitam passem a existir: "Quanto mais irracional, mas

aberrante –e, portanto, mais lógico" (LAPOUJADE, 2015, p.13). Tais movimentos nos permitem acessar uma polifonia de sensações abertas que partem de outros planos, de novas distâncias, de "marcas involuntárias, livres, irracionais, acidentais, insignificantes e assignificantes, confusas, feitas à mão com uma esponja, trapo, escova" (PELBART, 2009, p. 94). Para Lapoujade:

> *Esses movimentos aberrantes ultrapassam qualquer vivência, superam qualquer experiência empírica. Com efeito, acaso Deleuze não afirma que os movimentos aberrantes nos transportam para o que há de impensável no pensamento, de invivível na vida, de imemorável na memória, constituindo o limite ou o "objeto transcendental" de cada faculdade? É isso que eles têm de propriamente aberrante: excedem o exercício empírico de cada faculdade e forçam cada uma delas a se superar rumo a um objeto que a concerne exclusivamente, mas o qual ela atinge no limite de si mesma. Pois então, o que atesta o invivível da vida, o imemorial da memória ou o impensado do pensamento se eles permanecem inacessíveis, se as faculdades, em seu uso empírico, não podem atingi-los? Será que pelo menos eles têm uma existência verificável? [...] essa é a suspeita que pesa sobre as experiências-limite (LAPOUJADE, 2015, p.19).*

É possível apreender os movimentos aberrantes enquanto uma natureza nada estrutural e sim, maquínica. Lapoujade está mais interessado em como eles funcionam a ter de buscar neles um fundo, uma origem. Trata-se de uma atividade que pretende despovoar o pensamento de todo escombro para repovoá-lo de outras maneiras, deixando-se atravessar por outras tribos, ultrapassando as figuras. Através desses movimentos, todas as formas desmoronam; mobilizam o pensamento a esvaziar-se das afecções demasiadamente humanas. Uma potência de rebelião, um estado de agitação e engendramentos. Uma "inquietude" que, como afirma Quilici (2015, p. 138-139):

> *não designa a falta de nada específico, uma inquietude sem objeto, ligada mais à intuição de que nada no mundo pode aplacar nossa "fome do absoluto" (Antonin Artaud), nosso "desejo infinito" (Emmanuel Levinas). Penso aqui na arte que não é feita para esconder esse desassossego vital, mas que ajuda a reconhecê-lo, penetrá-lo e transformá-lo. [...] A "inquietude de si" surgiria de uma apreensão mais clara da temporalidade da existência, da instabilidade dos fenômenos, da insegurança fundamental que permeia nosso estar no mundo, e ela nos desafia a encontrar outros encaminhamentos para as nossas energias, outros modos de lidar com as tensões do estar vivo.*

Um "corpo desembestado" passaria, então, por um transbordamento que trai os pactos racionais, escapam da legenda. Algo se quebra pelos grilhões de uma "inquietude". Essa natureza é inquieta porque animada; sua capacidade de "esgotar" a pretensão de uma individualidade faz vacilar o eu e da vida a outros povos que nos habitam. E, assim, faz o corpo embarcar no desmanche das formas em favor de novas formas de expressão, de composições de forças vibráteis, de blocos de sensações "inquietas" e "desarrazoadas" que o faz passar por mutações descontínuas. Conforme Pelbart (2009, p.155-156):

> *A desrazão insurreta, não é a loucura fundamental e originária, mas aponta para o Fora [...], o Fora enclausurado na loucura, cuja irrupção só é possível – numa época em que se confinou o Fora na loucura e na doença mental –através da própria loucura. Isso responde à questão de porque os que experimentaram a desrazão sucumbiram na loucura. É porque, pela configuração histórica (práticas e saberes de exclusão, medicalização etc.) ao Fora foi reservado (quase que apenas) o espaço dessa linguagem, e é dessa linguagem, a da loucura (com sua fúria, sintomas etc.), que a relação com o Fora precisou lançar mão para se libertar justamente dele –esse espaço confinado ainda que o elevando ao seu extremo. [...] ao invés de "loucura, ausência de obra, "desrazão, ausência de obra". Desrazão e ausência de obra estão sob o signo*

do Fora, e numa época em que o Fora está confinado quer à loucura, quer à obra, desrazão e ausência de obra só podem expressar-se na forma que os aprisiona: como obra louca. Os poetas loucos não realizam a síntese entre um gênero literário ou outro psiquiátrico, mas expressam a desrazão com as máscaras que esse século e outros talvez lhes reservaram: a arte e a loucura.

Como fazer corpo com aquilo que vem vindo através de nós, e nem sabemos lhe dar contorno? O performer, portanto, é aquele que deixou de ter medo de ter-se como louco, e cujo corpo é atravessado por forças anômalas e "movimentos aberrantes" que não são imprecisos nem gerais, mas imprevistos, demoníacos e excessivos. Isso porque, conforme Lapoujade (2015, p.11-13), "tais movimentos aberrantes não têm nada de arbitrário; são anomalias só de um ponto de vista exterior. [...] os movimentos aberrantes constituem a mais alta potência de existir, enquanto que as lógicas irracionais constituem a mais alta potência de pensar". Trata-se de atingir um limiar de sensações puras no qual as formas e significações humanas perdem sua "pregnância", indo ao encontro de novas conexões, novos arranjos de forças. Um "ciborgue" capaz de ligar-se e fazer n arranjos:

O ciborgue não é um sistema matemático e mecânico fechado, mas um sistema aberto, biológico e comunicante. O ciborgue não é um computador, e sim um ser vivo conectado a redes visuais e hipertextuais [...]. A questão não reside em escolher entre robôs e os ciborgues. Já somos ciborgues que incorporam próteses cibernéticas e robóticas. Não há volta. [...] as bio e cibertecnologias contemporâneas são, ao mesmo tempo, o resultado das estruturas de poder e os possíveis bolsões de resistência a esse mesmo poder; de uma forma ou outra, um espaço de reinvenção da natureza (PRECIADO, 2014, p.167-168).

Conforme Haraway (2009, p.41), o "ciborgue aparece como mito precisamente onde a fronteira entre o humano e o animal é transgredida [...]. Os ciborgues assinalam um perturbador e prazerosamente estreito acoplamento entre eles".

Assim, um corpo desembestado é aquele no qual os incompossíveis coexistem, e "cuja existência se legitima por si mesma por uma espécie de demonstração radiante de um direito à existência, que se afirma e se confirma pelo brilho objetivo, pela extrema realidade de um ser instaurado" (PELBART, 2013, p. 393), no qual o que é embrionário ganha passagem. Nele, a potência de matilha faz "corpo com"; é atravessado por outras tribos, se redesenha e se refaz, conecta sua potência com a potência do mundo.

Apreendo, portanto, a produção de um performer enquanto invenção a serviço da vida; um corpo ciborgue cujas faixas potenciais, delírio e alucinação, "são segundos em relação à emoção verdadeiramente primária" onde o desejo "não cessa de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 18). Seu corpo atualiza-se por alteração contínua e novas articulações improváveis; é um ser "monstruoso"[2], na medida em que desacorrenta-se de constrangimentos, dogmas, servidões e qualquer fundamentação estacionária. Como afirma Haraway (2009, p.38) em seu manifesto, "o ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica [...]. O ciborgue não tem nenhum fascínio por uma totalidade orgânica". Um corpo desembestado é um híbrido feito de conjunções tendentes às deformidades necessárias e capazes de gerarem:

modos de existência singulares, humanos e não humanos. Que tipo de existência se lhes pode atribuir, a esses "seres" que povoam nosso cosmo, agentes, actantes, sujeitos larvares, entidades com suas maneiras próprias de se transformarem e de nos transformarem? Nem objetivo nem subjetivo, nem reais nem irreais, nem racionais nem irracionais, nem matérias nem simbólicos, seres um tanto virtuais, um tanto invisíveis, metamórficos, moventes, a que categoria pertencem? E em que medida existem

[2] BAREMBLITT, 2010, p.33. "Aqui, 'monstruoso' deve-se entender de acordo com o que Deleuze aprendeu de seu mestre Canguilhem, ou seja, como o anômalo, aquilo que está nos limites, ou até mais além de sua própria espécie."

por si mesmos? Quanto dependem de nós? Quanto estão em nós? [...] Alguns deles têm o duplo traço de nos transformarem em outra coisa, mas também de por sua vez se transformarem em outra coisa. Que faríamos sem eles? Seríamos sempre eternamente os mesmos (PELBART, 2013, p.392).

É um corpo que produz novos estilos de vida produtivo-revolucionário-desejantes, outros procedimentos e conexões; é-se homem e mulher, organismo e máquina, humano e animal, um corpo queer. Corpo cujas "máquinas de guerra" inventam novos modos de vida ativa capazes de promover, de acordo com Preciado (2014, p.10), "opções de resistência à norma: não essencializantes, menos excludentes, atentas aos efeitos totalizadores da norma e articuladas mais a partir das noções de diferença ou margem do que identidade" para atingir o seu ilimitado campo de imanência:

Neste sentido, penso que a teoria queer está muito mais próxima de uma ação-teórica que de um sistema fechado em si mesmo. Inicialmente, a palavra "queer" referia-se a um insulto que nomeava o extravagante, no sentido do que estava fora da normalidade [...]. Porém algo de inusitado acontece com o termo queer a partir do momento em que é apropriado de forma diferente por aqueles que sofriam tais injúrias [...] por apresentarem uma micropolítica que se apropria do termo "queer" para usá-lo como ferramenta de ruptura com a norma. Desse modo, afirmamos aqui mais uma vez que a passagem da palavra queer de um insulto para uma afirmação política, tornou-se uma resistência a um processo de normatização. (LEOPOLDO, 2017, p. 12,13,15).

Um "corpo desembestado" funciona, portanto, de modo conjuntivo, ou seja, por alternâncias e entrelaçamentos, semelhanças e diferenças, atrações e distrações, arrebatamentos e nuanças, por limiares abertos ao contato, à escuta, à convivência, à divergência, à convergência, à aderência e à resistência. Trata-se inclusive de divergir e resistir sobretudo a:

uma reapropriação do ativismo para um uso midiático e personalista, para a venda de projetos culturais "queer" para as instituições, museus, universidades e meios de comunicação; quer dizer, converteu-se em uma espetacularização banalizada para o consumo de heteros curiosos ou entediados, para épater le bougeois, e para alimentar a máquina estatal da cultura, que precisa de novos brinquedos com os quais se divertir e com o quais ganham um ar de progressismo e abertura. Queer is business! (SAEZ, 2016, p.91).

Em um corpo desembestado cartografa-se um espaço vida, um mapa "irrastreável" que "rompe com toda uma série de binômios oposicionistas: homossexualidade/heterossexualidade, homem/mulher, masculino/feminino, natureza/tecnologia [...]" (PRECIADO, 2014, p.11). Este é o desafio do performer: fazer a vida fugir em todos os sentidos e direções, "não é permanecer homem ou mulher, é extrair de seu sexo as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos, os n sexos [...]" (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 70).

Um corpo desembestado trata, por fim, de um sentido inventado para ilustrar um agenciamento "maquínico" capaz de propiciar que efetuações se atualizem por variação contínua, heterogêneses, transversalidades e funcionamentos maquínicos como acontecimentos, devires e invenções de novos regimes de signos, novas estratificações, novas territorializações rizomáticas existenciais, em suma, novas "existências mínimas" cujas naturezas são inquietas, desarrazoadas, precárias e esgotadas em um contexto ciborgue queer. Uma produção performática desembestada que se agencia povoada por distintas intensidades e sensações, onde a vida é força produtora, e toda produção é afirmação da vida.

Referências

ALICE, Tania. **"Diluição das fronteiras entre linguagens artísticas: a performance como**

(r)evolução dos afetos". **In: Palco Giratório: Circuito nacional/ Sesc Departamento Nacional.** Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2013.

AMADOR, Fernanda. FONSECA, Tânia Mara Galli. **"Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa: considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo"**. Arquivos brasileiros de psicologia. v.61, n.1. Rio de Janeiro. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672009000100004&script=sci_arttext. 2009. Acesso em 12 de junho de 2017.

BAREMBLITT, Gregorio F. **Introdução à esquizoanálise.** Belo Horizonte: Biblioteca da Fundação Gregório Baremblitt/Instituto Félix Guattari, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Tradução de Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Sobre o teatro: um manifesto de menos; O esgotado.** Tradução de Fátima Saadi, Ovídeo de Abreu, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** 1. v. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** 4. v. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, Karina. **Entre Visão e Invisão: Paisagem (Por uma experiência da paisagem no cotidiano).** Brasília: Ed. UNB, 2010.

FABIÃO, Eleonora. **Ações.** Programa Rumos Itaú Cultural. Rio de Janeiro, 2015.

FÉRAL, Josette. **Além dos limites: teoria e prática do teatro.** Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva. 2015.

HARAWAY, Donna; KUNZRU Hari. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-Humano.** Organização e tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

LAPOUJADE, David. **As existências mínimas.** Tradução de Hortencia Santos Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2017.

_____. **Deleuze, os movimentos aberrantes.** Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

LEOPOLDO, Rafael. **Teoria Queer & Micropolítica: questões para o ensino médio.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

PELBART, Peter Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão.** São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento.** São Paulo: n-1 edições, 2013.

_____. **Vida capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

QUILICI, Cassiano Sydow. **Antonin Artaud: Teatro e ritual.** São Paulo: Annablume. FAPESP, 2004.

_____. **O ator-performer e as poéticas da transformação de si.** São Paulo: Annablume. 2015.

RAJCHMAN, John. **Extradisciplinaridade em São Paulo.** In: Cadernos de subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. São Paulo: O Núcleo, 1993. Edição 2013.

RENA, Natacha. **"arte, espaço e biopolítica".** In: OLIVEIRA, Bruno; CUNHA, Maria Helena; RENA, Natacha (Orgs). Arte e espaço: uma situação política do século XXI. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2016.

SAEZ, Javier. CARRASCOSA, Sejo. **Pelo cu: políticas anais.** Tradução de Rafael Leopoldo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

TADEU, Tomaz. **Nós, ciborgues – o corpo elétrico e a dissolução do humano.** In: HARAWAY, Donna; KUNZRU Hari. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós- Humano. Organização e tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORPOGRAFIAS NOS BAIXOS DO VIADUTO: território em disputa

GUILLÉN, MARIA ISABEL CAMAÑES. (1); ABASCAL, EUNICE HELENA SGUIZZARDI. (2)

1. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rua Canuto do Val, 147, apto 11 – Santa Cecília – São Paulo – SP, isabelcamanes5@gmail.com

2. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Rua Itambé,135 - Prédio 9- Higienópolis, São Paulo - SP, eunicehab@gmail.com

Resumo

A coexistência da cidade de São Paulo com obras de infraestrutura urbana durante as últimas quatro décadas levou a diferentes percepções de seu significado, e das relações que se estabelecem entre a cidade e o rodoviarismo, por meio de grandes infraestruturas de mobilidade em concreto, como as vias expressas e elevadas, que muitas vezes atestam a falta de uma política urbana capaz de abordar sua conexão com os bairros que atravessam. O artigo aborda o Viaduto Júlio de Mesquita Filho que atravessa o bairro do Bixiga, zona central da cidade de São Paulo, um assentamento dotado de características socioculturais marcantes, local inicialmente ocupado por quilombos de escravos e posteriormente, imigrantes de todas as nacionalidades, com predominância de italianos. O enfoque centra-se sobre a condição de ruptura e cicatriz que tais infraestruturas estabelecem nas bordas da região atravessada por elas, provocando degradação em seus arredores. Neste estudo verifica-se como o estado, possível gestor de espaços residuais, tais como os baixios desses viadutos, muitas vezes se ausenta da responsabilidade de enfrentar esse processo de desvalorização da terra urbana, criando oportunidade para que outros processos de ocupação desses baixios se efetivem. Contra forma de insurgência contra esse lapso de gestão, neste território em que vários planos de melhoramentos da infraestrutura viária da cidade foram responsáveis por romper o tecido urbano, estabelecendo-se nas várzeas dos córregos que abasteciam de água a região, manifestam-se grupos culturais e artísticos que se articulam e se apropriam do espaço público, estabelecendo uma disputa pelo território. No espaço de observação, o Baixo do viaduto Júlio de Mesquita Neto, o grupo Terreyro Coreográfico, atua com criatividade por meio de performances, mas, sobretudo de forma política.

Palavras-chave: *viaduto; disputa; comum; política; capital.*

1. Bixiga: confluência de fluxos

Nossa abordagem nasce das leituras de um território da cidade de São Paulo, marcado por uma ruptura imposta em função de um sistema de infraestrutura viária implantada sobre o vale e várzeas de córregos existentes na região do bairro da Bela Vista, na cidade de São Paulo, popularmente conhecido como Bixiga.

No final dos anos de 1960 o contexto existente, referente à estruturação da mobilidade no território era uma questão relevante que se iniciou na primeira metade do século XX. Neste período se intensificou o processo de expansão impulsionado pela economia do café e por um processo de industrialização.



Figura 1: 1926 Vale do Saracura – Levantamento para abertura da Av. Nove de Julho.
Fonte: Museu da cidade de São Paulo/ autor desconhecido

Os primeiros planos gerais de organização do território elaborados pelo poder público datam da década de 1920. O conhecido “Plano de Avenidas”, elaborado pelos engenheiros João Florence de Ulhôa Cintra e Francisco Prestes Maia, foi apresentado em 1930 e norteou todas as ações públicas referentes à mobilidade urbana ao longo das décadas subsequentes. Neste plano foi determinado um esquema de vias radiais e perimetrais organizadas em torno do centro, sedimentando conceitos decisivos como a priorização absoluta do automóvel e a destinação viária dos fundos de vale, com a canalização das águas dos riachos, córregos e rios, privatização da água que até então era um bem público e desocupação da população que habitava as várzeas.

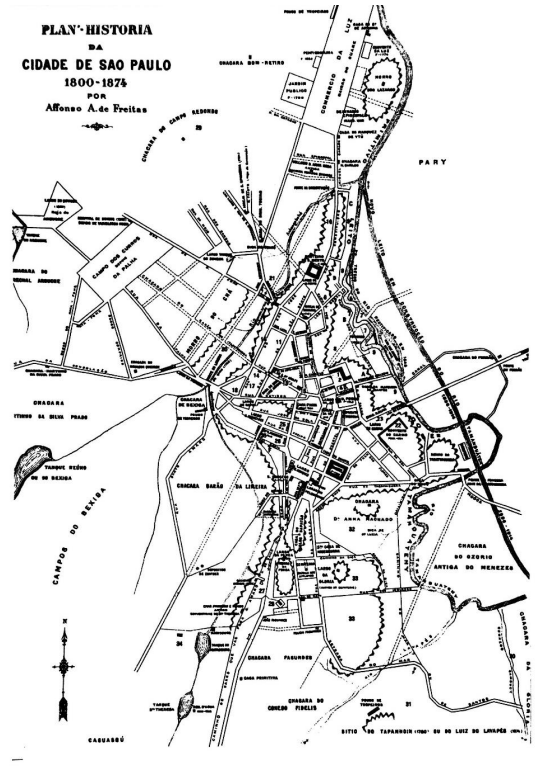


Figura 2: Mapa histórico da cidade de São Paulo, em 1874. A oeste da região central, os Campos do Bexiga e o Tanque do Reúno ou do Bexiga, importante reservatório hídrico natural. Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: 17/10/2017

A implantação do sistema e seu primeiro anel foi localizado em área próxima ao centro, chamado "Perímetro de Irradiação". Este provocou o primeiro recorte realizado na região do Bixiga, atingindo o vale do córrego Saracura, sobre cujo leito canalizado corre hoje Avenida Nove de Julho (CAMPOS, 2004).

A segunda perimetral, originalmente planejada, contornaria o centro na altura da atual Avenida Paulista. Após alguns anos, Prestes Maia modificou seu projeto, adotando uma localização menos distante. O novo traçado foi apresentado em 1956, no contexto do Anteprojeto de um Sistema de Transporte Rápido Metropolitano, e a construção iniciada durante sua segunda gestão na prefeitura de São Paulo (1961-1965). Nesse período foram realizados alargamentos de vias existentes e iniciados os processos para as desapropriações necessárias.

Com a suspensão do regime democrático e a centralização do poder imposta pelo golpe militar de 1964, amparados pelo discurso desenvolvimentista da época, os gestores urbanos encontraram, naquele momento, condições necessárias para a execução de obras de grande impacto e complexidade urbana. O prefeito Faria Lima (gestão 1965-1969) deu início a esse processo, destinando grandes verbas às obras do Metrô. Seu sucessor, o prefeito Paulo Maluf, concentrou esforços e recursos nas grandes obras viárias e deu sequência à implantação da ligação Leste-Oeste (CAMPOS, 2004).

Diferentes modelos viários foram utilizados na implantação dos projetos que tiveram soluções diferentes nas primeiras fases de materialização do Plano de Avenidas, evidenciando uma defasagem em relação às soluções utilizadas nos grandes centros dos países desenvolvidos, destacadamente Nova Iorque, advogadas pela figura de Robert Moses. Percebe-se diferenças nos projetos da Avenida Nove de Julho (1929) e o da Avenida Itororó – atual 23 de maio (1969) - houve uma radical mudança de paradigma. Um sistema diametral de tráfego expresso era proposto com a implantação da Ligação Leste-Oeste, naquele momento, diferente do previsto em projeto por Prestes Maia.

"Naquele momento, a principal radial ocidental era o eixo São João – Francisco Matarazzo (acesso à via Anhanguera); no lado oposto, esboçava-se, para aliviar a congestionada Celso Garcia, uma radial leste alternativa (a atual Avenida Alcântara Machado) que, a para ir do Brás, poderia aproveitar a porção livre do leito da Estrada de Ferro Central do Brasil. A maneira mais viável de unir os dois lados seria aproveitando o caminho aberto pelas desapropriações e decretos que visavam, originalmente, a criação da segunda perimetral, junto ao Arouche, ao longo da Amaral Gurgel, na Praça Roosevelt e no Bexiga". (ARTIGAS, p.39, 2008)

Paulo Maluf, na gestão de 1969 a 1971, iniciou as obras pelo trecho elevado, e em 11 meses o atual Minhocão, nome pelo que ficou conhecida a via elevada de ligação Leste-Oeste, estava concluído. Ao longo dos anos seguintes, o sistema foi sendo complementado, chegando à sua conclusão apenas na década de 1980. A implantação do conjunto de intervenções viárias nesse período é desastrosa, em função da degradação dos imóveis e dos espaços públicos envoltórios que causou e serão necessárias algumas décadas para que seus impactos negativos possam ser remediados. Estas infraestruturas interceptam o bairro da Bela Vista e demandam naquele local uma maior quantidade de desapropriações e demolições, pois tratava-se de áreas previamente ocupadas. É possível dizer que houve, neste trecho, uma drástica desagregação da malha urbana, pois há apenas duas conexões ao longo de 750 metros, provocando a depressão das atividades e do valor da terra, ainda hoje não superada, de grande parte do bairro, que permanece dividido em duas partes isoladas.

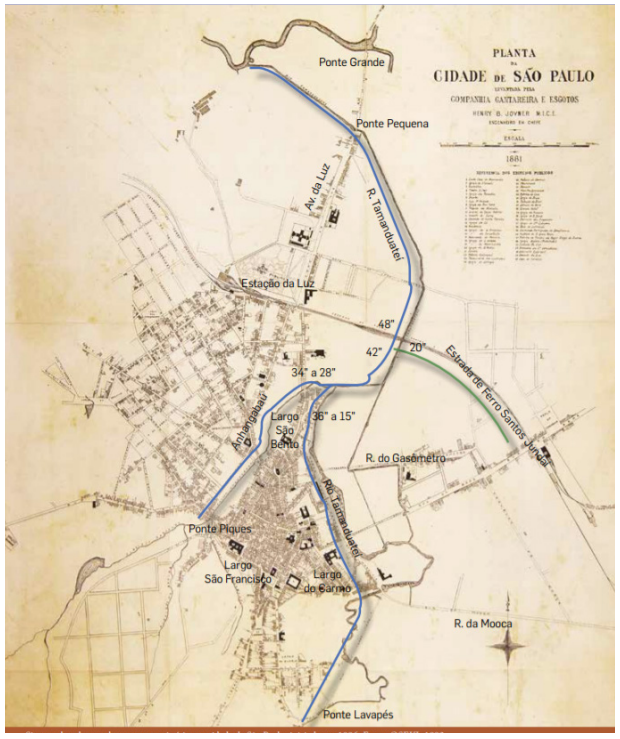


Figura 3: Sistema de coletores de esgotos e emissários na cidade de São Paulo, iniciado em 1886.
Fonte: OSEKI, 1992

O percurso e a percepção da via se diversificam conforme as ondulações da topografia a partir da Praça Pérola Byington que segue em trincheira ao lado da Rua Jaceguai, a qual descende abruptamente; ao atingir o eixo da Rua Manoel Dutra a Leste-Oeste já se encontra em elevado e segue assim até atingir a Rua Conselheiro Ramalho, quando passa a estar em nível. Este percurso da estrutura da via expressa interrompeu a continuidade de cinco ruas preexistentes, produzindo extensas áreas residuais ao seu lado e sob seu trecho elevado, e esvaziou de urbanidade um trecho significativo de um bairro tradicional da região central.

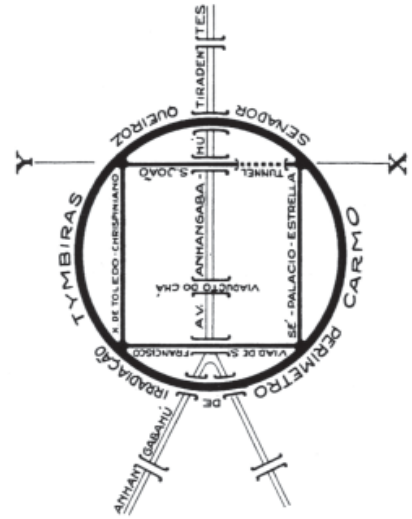


Figura 4: Esquema do sistema proposto no Plano de Avenidas para a circulação na área central, com o Perímetro de Irradiação, em preto, superposto ao Sistema Y".
Fonte: CAMPOS (2004)

O bairro do Bixiga, nome advindo dos tempos antigos quando se chamava Campos do Bixiga e atualmente Bela Vista, explica-se, pois, bela era a vista a partir do Morro dos Ingleses, um lugar alto onde se avista grande parte da cidade. É terra original de escravos, muitos fugidos, abrigados em quilombos, outros libertos e agregados aos descendentes, terra que aglutinou toda espécie de ocupação de insurgências: o Saracura, quilombo de negros fugidos e libertos, e depois expulsos de suas terras para as cabeças de porcos dos porões das casas; imigrantes italianos calabreses trazendo suas artes e ofícios e seus saberes impregnados nos sobradinhos, hoje tombados (mais de 900 tombamentos de naturezas diferentes); nordestinos de todas as partes, gestando o que hoje é a vocação do bairro, a de Território de todas as Artes e da manifestação de todo poder humano. (GALLMEISTER, 2015)

Analisar o conceito de espaços residuais urbanos em infraestruturas viárias se justifica por se entender que sua estruturação reflete a evolução da sociedade

contemporânea e, consequentemente, importa refletir sobre a produção e apropriação desses lugares, e a transformação de espacialidades correlatas.

O tecido urbano do Bixiga apresenta “falhas”, porosidades remanescentes de um parcelamento por conta do caráter provisório da urbanização pautada pela apropriação das levas imigrantes, entre as quais italiana e do loteamento imposto, de características populares, em terrenos de 40m x 5m que geravam sobras no interior das quadras. Estas sobras permitiam uma ocupação heterogênea de espaços compartilhados entre as casas, quase como uma copropriedade, e dos lotes compridos nasceram os cortiços labirínticos, alojando diversas famílias num mesmo lote, numa metástase de ocupações irregulares e ilegais, agregando todo tipo de gente à margem da centralidade da cidade. (GALLMEISTER, 2015)



Figura 5: Foto aérea do centro da cidade na qual se destaca o Perímetro de Irradiação, já implantado. Fonte: TOLEDO (1996). Pág.129

Esta característica de ocupação dos lotes permitiu que artesãos passassem a trabalhar em seus ofícios em suas residências, e esta combinação de residência-oficina gerou uma tipologia muito particular, que consolidou o Bixiga como bairro de pedestres, já que seus moradores não precisavam de transporte para chegar ao trabalho. Para além do gabarito de altura baixo presente em muitas edificações, as características histórico-culturais deveriam pautar intervenções atuais, como se pode perceber nas diversas reinvindicações pelo território contra a descaracterização que o Bixiga sofre desde a implantação do Minhocão.

Na informalidade da resposta às premissas do mundo moderno, urgindo a eliminação das muralhas ineficazes da cidade tradicional, podemos visualizar a alteridade entre sujeito e lugar. Este mundo impreciso e indefinido vai ao encontro das experiências da cultura moderna inicial na busca do sublime[1], e torna-se encantador na medida do caos incompreendido, por proporcionar novos tipos de vivência do espaço urbano além dos limites do pensamento racional e padronizado (SOUZA, 2015). Podemos perceber que no espaço se manifestam os conflitos, as disputas, e na vivência deste espaço o sujeito se confronta com as questões postas e por vezes impostas, manifestando sua identidade e imprimindo, portando, potencialidades a este mesmo lugar.

Lugar de ligações viárias complexas, que mudam a cada instante e, por isso, podem alterar sem previsibilidade o arranjo do conjunto, o Bixiga revela em sua fragmentação uma ilegibilidade, cujas cicatrizes começaram a ocupar um lugar privilegiado na cidade atual, e a ganhar um especial papel no que diz respeito à criação de espaços de interesse. Estes espaços vazios de formalidade, porém cheios de identidade e vitalidade, demonstram-se hoje cada vez aptos e com maior potencialidade para responder e acompanhar as mudanças da maioria das relações sociais urbanas. À medida que se multiplicam as possibilidades de encontro entre pessoas, os limites de raça ou classe vão sendo também paulatinamente desmobilizados (SOUZA, 2015).

O cruzamento de vários espaços, pessoas ou identidades, assim como as experiências urbanas que advêm de necessidades reais, vão se convertendo no

[1] O sublime é, de certo modo, o inapreensível, o que escapa à razão, o infinito e sempre versátil. De algum modo, todo aquele que possui estas características será também desproporcionado, desfigurado e monstruoso. O informe é terrível por ser incompreensível, indomável”. (Costa, Solà-Morales, 1996, p.186).

centro da redefinição das condições da sociedade, capazes de conferir uma nova forma à cidade (CRAWFORD, 2001, p.22).

2. Disputa de Territórios e Imaginários

Para transformar os baixios do Viaduto Júlio de Mesquita Neto, atual Libertas, local onde grupos artísticos vinham realizando em 2015 intervenções, práticas e celebrações lado a lado com um grupo de moradores de rua ali instalados, nomeados de maloca Jaceguay, a prefeitura de São Paulo, propôs um edital de concessão onerosa, que oferecia o espaço a empresa que desejasse ali instalar "usos socioculturais", permitindo que até 65% da área fosse convertida em uso comercial, e inclusive delimitada. O grupo privado vencedor teria o direito de gerir a área por dez anos, renováveis por mais dez. O edital foi fortemente combatido a partir de uma ampla articulação dos vários grupos de cultura do bairro, e acabou não vingando, mas em um momento de diálogo com o subprefeito da Sé, este alegou a importância da concessão, já que os moradores de rua estavam "privatizando o espaço". Ficou então evidente que a privatização seria uma prática que, aparentemente, o poder público gostaria de reclamar como de direito exclusivo seu (VANNUCHI, 2017).

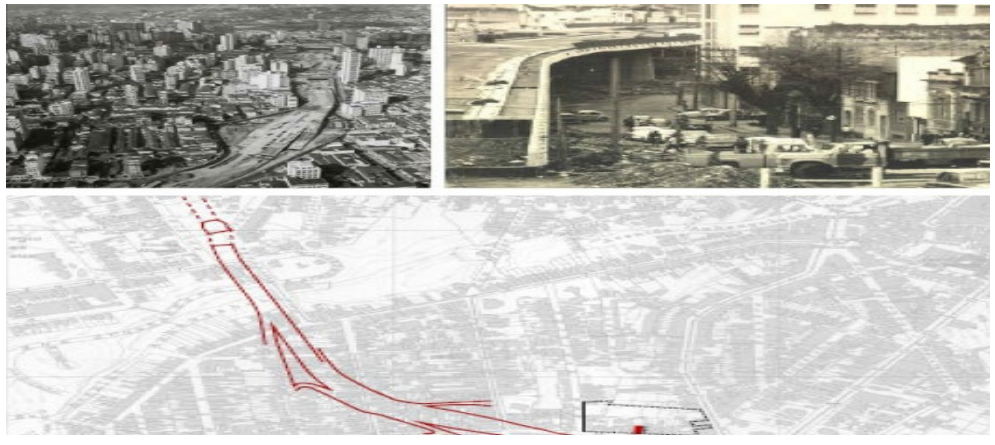


Figura 6: Foto do momento em que os pertences dos moradores pegaram fogo em ação higienista no Viaduto Libertas em Julho /2017.

Fonte: https://www.facebook.com/terreyrocoreografico/photos/a.536740549839566.1073741842.494616560718632/547046512142303/?type=3&theater.
Acesso em 17/10/2017.

A cidade entendida como entidade política, agnóstica, estabelece disputa por territórios e imaginários, sofrendo permanentes pressões por parte do estado, possível gestor de seus espaços residuais, tais como os baixios desses viadutos. Assiste-se ao fato de que em muitas ocasiões, o poder público se ausenta da responsabilidade de enfrentar esse processo de desvalorização da terra urbana, criando oportunidade para que outros processos de ocupação desses espaços se efetivem. Por outro lado, manifesta-se entre os diversos grupos sociais em disputa por esses territórios uma aceitação das estruturas viárias como uma realidade dotada de espaços cuja apropriação constitui um desafio pela população. Neste sentindo pode-se mencionar os projetos de reforma e recuperação dos baixos do Viaduto Júlio de Mesquita Neto do Escritório Brasil Arquitetura, de 2005, em que se previa a instalação do Espaço Adoniran Barbosa, uma biblioteca pública e de equipamentos de lazer e convivência.

Se ao mesmo tempo em que se assiste a um movimento em que o próprio Estado é um dos agentes da privatização das cidades, que por sua condição de espaço público vai bem além disso, e se se observa a cooptação de tantas partes da cidade, submetendo-as a uma lógica privatista, contraditoriamente, a justificativa muitas vezes adotada para a aprovação desses projetos é a de ganhar espaços públicos, ou "devolvê-los" à cidade e à população, aproveitando-os, como afirma Harvey (2005, p. 33), para a "a financeirização de tudo".



Figuras 7 e 8: Construção do Elevado Costa e Silva, Minhocão, e impacto no Bixiga
Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.180/5617.
Acesso em 17/10/2017.

Como estes, são vários exemplos na cidade de São Paulo que refletem o que David Harvey (2012) entende por movimentos de comunização, tradução livre das autoras de "commoning", isso é, o ato, a prática ou a luta para tornar comum. "There is in fact a social practice of commoning" (HARVEY, 2012, p. 73), em que o autor reconhece que tal retomada de interesse sobre o que chama de "as supostas perdas de comuns urbanos" (id., ibid.), reflete o que parece ser um profundo impacto das recentes ondas de privatização, cercamentos, controle espacial, policiamento e vigilância sobre a qualidade da vida urbana em geral e, em particular, sobre o potencial de se construir ou inibir novas formas de relações sociais em processos urbanos dominados por interesses capitalistas (VANNUCHI, 2017). Mas recorda que o comum não é algo que já existiu e foi perdido, mas que está continuamente sendo produzido, da mesma forma que está constantemente sendo capturado ou destruído pelo capital. Assim, lhe interessa tanto a ideia de comum a partir da sua relação antagônica com o capital, que situa a relação entre os bens comuns e poder privado, um dos campos centrais de conflito e resistência no capitalismo contemporâneo neoliberal (HARVEY, 2012).

3. Ativismos Urbanos

É visível nos últimos anos o surgimento de vários novos coletivos e movimentos atuando em diferentes territórios dentro da metrópole paulistana. Grupos de vizinhos que constroem hortas urbanas ou atuam em espaços públicos com ações de "urbanismo tático" para torna-los mais agradáveis, saraus e festas em espaços públicos, novas ocupações culturais ou híbridas e movimentos mais amplos que contestam projetos existentes, sejam públicos ou privados, para áreas da cidade reclamadas como de interesse e uso público, os vários grupos que vem sendo vinculados sob o guarda-chuva da expressão "novos ativismos urbanos" parecem ter em comum a reivindicação da cidade como valor de uso. Assim como as ocupações dos movimentos de moradia, estas ocorrem principalmente em espaços residuais, sejam públicos ou privados, zonas sem uso definido ou subutilizados, deixados de lado pelos atores hegemônicos, praças abandonadas, baixos de viadutos, casarões vazios, terrenos baldios e vielas.

Os espaços das novas apropriações são principalmente marginais, fragmentos que não foram escolhidos nem pelo mercado, nem pela administração pública para serem rentabilizados e que são agora ocupados de forma permanente ou temporária por coletivos artísticos, grupos de bairro, e pessoas desejosas de restaurar seu valor de uso, ao mesmo tempo em que constroem para si e para os outros espaços comuns. Em São Paulo como em outras cidades do mundo, essas ocupações desafiam o sentido tradicional das manifestações públicas ao deslocar demandas por direitos específicos para demandas de menor pragmatismo, como a manutenção do caráter público desses espaços, da sua diversidade, em oposição à sua mercantilização (ROLNIK, 2015).

É uma paisagem constante a apropriação dos territórios pelos moradores de rua e catadores, que por vezes tomam o espaço de tal maneira a deixar seus pertences ali para pernoitar no mesmo dia, guardados nas fendas, frestas e buracos. "As populações inseridas nas dinâmicas informais hoje transbordam os limites espaciais tradicionais [...] Infiltram-se nas fissuras do tecido urbano, nos desvãos

do construído [...] habitam as dobras e as fissuras da cidade". (PEIXOTO, 2004, p. 426).

Arantes (2003) observa que a produção cultural, ao lado da indústria do conhecimento e do patrimônio e a arquitetura de grife se tornaram poderosos elementos constitutivos da política do empreendedorismo urbano. O momento atual talvez aponte para um deslocamento não desse paradigma, mas da escala de atuação, com projetos menores no lugar dos grandes ícones arquitetônicos que caracterizam os megaempreendimentos.

As lutas em curso mostram a força de uma articulação pelo direito coletivo à uma produção da cidade voltada às pessoas e com respeito à memória do lugar, em contraposição a noção de que o tecido urbano serve sobretudo para a extração de renda. Dos novos ativismos urbanos aos movimentos de comunicação, grupos fazem ecoar a leitura do geógrafo David Harvey sobre a da noção de Henry Lefebvre sobre direito à cidade:

> *"The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: it is a right to change ourselves by changing the city. It is, moreover, a common rather than an individual right since this transformation inevitably depends upon the exercise of a collective power to reshape the processes of urbanization". (HARVEY, 2008, p. 23)*

A cidade está em constante transformação: tudo é derrubado, substituído e reconstruído. Verifica-se uma diversidade de pontos de vista, perspectivas e linguagens sobrepostas, observadas simultaneamente, pois "o olhar contemporâneo não tem mais tempo." (PEIXOTO, 2004, p. 179).

4. Corpografias do Território: Terreyro Coreográfico

São muitos os autores que tratam de questões relacionadas ao território com ênfase nos usuários. Podem ser citados Lefebvre (2006), Guatarri (1985); Foucault (2008); Augé (1994) e Castells (1999). Um aspecto em comum abordado por esses autores é a relação entre a escala local e a global, e a maioria deles reconhece a necessidade de reforçar a identidade e os valores locais para fazer frente ao processo de globalização.

É o uso do território, e não o território em si, que faz dele um objeto de análise. O mundo que caminha da antiga comunhão individual para uma comunhão global na qual a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território, que é concebido como território habitado (SANTOS, 1994) e impõe uma revanche através de novas sinergias, o que justifica a metáfora d'O retorno. Nesse sentido, os territórios são também formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

As grandes contradições do mundo contemporâneo passam pelo uso do território, e deve-se insistir no conhecimento sistemático de sua realidade, do território usado e do uso do território. A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente através das redes, mas também devam se reunir horizontalmente a serviço da sociedade como um todo. (SANTOS, 1994).



Figura 9: Decoração nos Baixos do Viaduto Libertas
Fonte: https://www.facebook.com/terreyrocoreografico/photos/a.536740549839566.1073741842.494616560718632/547046512142303/?type=3&theater.
Acesso em 17/10/2017.

Neste contexto visualizamos as ações do grupo Terreyro Coreográfico no Baixo Libertas, que mantém relação com o lugar como espaço de escuta, polifonia de vozes, troca, local de manifestação de conflitos, prática de afinação de pensamentos e sentidos. O local para o grupo é como *Ágora*[2].

"Foi a própria materialidade do espaço, coreografada pelo espírito do lugar, que reencaminhou a violência desse gesto de corte que é o viaduto, arquitetando ali um espaço público, de aproximação, fluxo e permanência, que pode ser experimentado concretamente por qualquer um que ali se demore. " (TERREYRO COREOGRAFICO,2016)

[2] Praça principal das antigas cidades gregas, local em que se instalava o mercado e que muitas vezes servia para a realização das assembleias do povo



Figura 10: Transmissão de vídeo e reunião do grupo Terreyro Coreográfico
Fonte: https://www.facebook.com/terreyrocoreografico/photos/a.536740549839566.1073741842.494616560718632/547046512142303/?type=3&theater.
Acesso em 17/10/2017.

A proposta de criar um momento de instaurar o exercício permanente da vida pública como infraestrutura do cotidiano faz parte das ações do Terreyro Coreográfico que possibilitam aberturas para o exercício cosmo político através das esferas públicas em suas diversas camadas e configurações. Seja fazendo chamados, convocando e instaurando Ágoras, seja fortalecendo, contracenando e correspondendo a outros chamados (TERREYRO COREOGRAFICO,2016). Nesse sentido, o grupo pôde experimentar o programa Ágora Agora em diferentes ocasiões nos Baixos do Viaduto Libertas, mas também extrapolou o programa para outros espaços onde a instauração do programa se fazia necessário: no cotidiano com os moradores de rua, com o bairro do Bixiga, nas assembleias institucionais e nas reuniões com os representantes da gestão pública da cidade, especialmente a Subprefeitura da Sé.

A tônica das propostas e programas estabelecidos foi permanecer em meio a exaltação das diferenças como potência para tomada de posições e decisões, permeando ações políticas porque voltadas ao público e ao exercício cosmo político, com a atuação desde 2015.



Figura 11: Prática de Yoga junto à comunidade de moradores do Viaduto.
Fonte: https://www.facebook.com/terreyrocoreografico/photos/a.536740549839566.1073741842.494616560718632/547046512142303/?type=3&theater.
Acesso em 17/10/2017.

Alguns momentos significativos do processo do Terreyro Coreográfico:

- Reunião com artistas estruturantes e coros do Terreyro – com os moradores dos baixos, para afinar a maneira de estar, cuidar e habitar os baixos do viaduto Libertas, em 25/10/2015;

- Em dezembro de 2015 foi lançado o Edital de Concorrência Pública – Processo Administrativo nº 2015-0.087.205-5, que oferecia em leilão a área pública dos baixos à iniciativa privada (o principal critério de seleção era o maior valor de investimento por projeto). Disso surgiram uma série de Ágoras e um movimento para derrubada do edital;

- Ágoras na sede do Tetro Oficina para afinar o coro do Bixiga que se posicionava contrário ao conteúdo do edital e ao seu lançamento sem diálogo com o bairro;

- Reunião pública na Subprefeitura da Sé, para apresentar o edital aos interessados, em 03/02/2016;

- Audiência pública na Escola Municipal Celso Leite, no Bixiga, em que moradores dos baixos, atuadores do bairro e integrantes do Teat(r)o Oficina, pediram à Subprefeitura da Sé a revogação do edital, em 19/05/2016;

- Encontro com o prefeito Fernando Haddad para apresentação do projeto do Terreyro Coreográfico, 14/06/2016;

- Encontros mensais da Rede Social Bela Vista, rede com representantes e corifeus do público atuador do Bixiga;

- Três edições do Bixiga Insurgente, grupo de pessoas que se reúnem para trabalhar um projeto arquitetônico e urbano coletivo de cultivo do bairro do Bixiga;

- Debate público chamado pelo Fórum Permanente de Danças Contemporâneas: Corporalidades Plurais, “Racismo, Apropriação e Estigmas na Dança: um debate necessário”, no CRD, São Paulo, em 10/11/2016;

- Audiência Pública no Teato Oficina em 15/09/2017, sobre a Privatização dos baixos do Viaduto Libertas com as autoridades envolvidas.

Por meio da observação da atuação do grupo Terreyro Coreográfico, que atua no espaço com criatividade por meio de *performances,* mas, sobretudo de forma política, mas de uma nova forma de conceber a política, que nada tem a ver com a ação (na acepção sublimada de Hannah Arendt), ou ainda a esfera pública da comunicação e das situações ideais de fala como as concebeu também Habermas.

“Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas

para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis. ”
(ARENDT, p. 189, 2000)

Considerações finais

A coexistência da cidade de São Paulo com obras de infraestrutura urbana durante as últimas quatro décadas levou a diferentes percepções de seu significado, e das relações que poderiam se estabelecer entre a cidade e a circulação dos automóveis, por meio dessas grandes estruturas de concreto que não foram acompanhadas de uma política urbana cuidadosa, capaz de abordar sua conexão com os bairros que atravessam.

É possível que a própria produção rentista da cidade que, ao criar novos processos de uso do solo e produção do espaço urbano historicamente relacionado à valorização da terra sejam responsáveis por exacerbar um quadro de uso privado, intervenções rodoviárias e segregadas, que negam o espaço público e eliminam a alteridade, situação potencializada nos últimos anos por meio de megaprojetos públicos e privados, que acabaram por instigar a ação de movimentos de contestação desse modelo (VANNUCHI, 2017).

Deste modo, uma nova configuração na produção de espaços públicos na cidade de São Paulo, a partir de uma apropriação insurgente pelos cidadãos de espaços residuais, quanto uma série de movimentos de contestação a projetos de novos empreendimentos que são encarados como ameaças a porções desta mesma e reconhecidos como de necessária preservação – pelo seu valor de uso, pelo seu valor histórico, pelo seu valor simbólico. São movimentos que chamamos de comunização, e a partir deles vivencia-se a reapropriação da cidade como um bem comum, seria o espaço público, como bem comum.

Este conceito dos comuns é retomado e tido como elemento reestruturado de uma visão de cidade, tanto na sua dimensão física como política e simbólica. Pretende-se, deste modo, superar a noção do público que parece estrutural nas nossas cidades, isto é, do público como propriedade privada do Estado, que tem liberdade para privatiza-lo ou aliena-lo conforme lhe convir, fortalecendo a ideia de que o futuro da cidade deve ser discutido publicamente e definido democraticamente (cidade democrática), o que o grupo Terreyro Coreográfico vem propondo por meio do projeto Ágoras Agora, de cunho político, enquanto manifesto por pessoas no espaço em discussão pelo poder público para uma possível privatização.

De forma tímida e insipiente se visualiza um movimento que busca retomar os territórios públicos perdidos, frente ao desejo pelo comum, o inalienável direito à renda é posto em cheque pelas novas resistências. Nestes movimentos percebe-se uma imersão de contradições, e é possível que isso se dê considerasse o contexto ambíguo em que estão mergulhados. Possivelmente deverão ser objeto de uma abordagem futura sobre o tema dos ativismos urbanos e dos movimentos de comunicação, passando pelas questões das políticas públicas impostas nos planos e projetos urbanos e requalificação destas áreas. Muito longe de esgotar o tema, delineia-se aqui tão-somente as primeiras considerações de uma pesquisa que apenas começou, a propósito de um objeto de relevância e interesse de pesquisa crescentes.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília B. Fiori. **Uma estratégia fatal.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.10º ed.** Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000

ARTIGAS, Rosa, MELLO, Joana; CASTRO, Ana Claudia (orgs.) **Caminhos do Elevado: memória e projetos.** São Paulo: Sempla - Imprensa Oficial do Estado de SP, 2008.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus, 2001.

CALDEIRA, Teresa. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana.** Novos Estudos, n.47, pp. 155- 176, 1997.

_____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, Cândido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir. **São Paulo, metrópole em trênsito: percursos urbanos e culturais.** São Paulo, Editora Senac, 2004.

CASTRO-COMA, M. & MARTÍ-COSTA, M. **Comunes urbanos: de la gestión colectiva al derecho a la ciudad**. Eure, vol. 42, N. 125, pp. 131-153, Janeiro 2016.

CHOMSKY, N. **Occupy: Reflections on class war, rebellion, and solidarity.** Westfield: Zucotti Park Press, 2012.

CRAWFORD, Margaret. **Desdibujando las fronteras: espaço público y vida privada.**

Cadernos, vol. **228, 2001.**

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzo.** São Paulo, Editora Página Aberta, 1993. FIX, Mariana. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de doutora, 2011a.

_____. **A fórmula mágica da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo.** Cadernos de Urbanismo, n.3, Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2011b.

_____. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.** SãoPaulo: Boitempo, 2007.

GEHL, J. **Cities for People.** London: Island Press, 2010.

HACKWORTH, Jason. **The neoliberal city: governance, ideology and development in American urbanism.** Ithaca, NY: Cornell University Press, 2007.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth. Cambridge:** Harvard University Press, 2009.

HARVEY, David. **From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism.** Geografiska Annaler - Series B, 71, 1, 3-17, 1989.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **The right to the city.** New Left Review, n.53, pp. 23-40, 2008.

_____. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution, London, Verso, 2012.**

GALLMEISTER, Marília; MATZENBACHER, Carila. **O talento cultural do Bixiga & o Anhangabaú da Feliz Cidade.** *Minha Cidade*, São Paulo, ano 15, n. 180.05, Vitruvius, jul. 2015 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.180/5617>.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities.** New York: Random House, 2002. LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

PEIXOTO, Nelson B. **Isso aqui é um negócio operações de captura da arte e daCidade.** São Paulo: edição digital, 2004.

PEREIRA, A. L. S. **Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas.** Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares.** A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Livre-Docente, 2015.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei*:* Legislação, política urbana e territórios na cidadede São Paulo.** 3.ed*.* São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo.** Razão e emoção. SãoPaulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Stefania Regina de. **Sobras urbanas; territórios de limites e possibilidades.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território – Universidade Federal do ABC, 2015. 317 fls.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Present i futurs, Arquitectura a les ciutats.** Barcelona:COAC, CCCB i ACTAR, 1996.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Territorios.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA, 2002.

TERREYRO COREOGRÁFICO. **Disponível em: https://terreyrocoreografico.hotglue.me/canteyrodeobras.** Acesso em 17/10/2017.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2003.

VANNUCHI, Luanda V.B. **São Paulo, da cidade de muros à cidade ocupada: insurgências e contradições.** XVII Enanpur Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional.São Paulo. 2017.

DADOS ESPACIAIS ONLINE E A EMERGÊNCIA DE NOVAS CARTOGRAFIAS: investigando a produção espacial a partir de fontes da Web

SÁ, ANA ISABEL (1)

1. Instituto Federal de Minas Gerais. Campus Santa Luzia.
Rua Érico Veríssimo, 317, Bairro Londrina. Santa Luzia / MG
ana.sa@ifmg.edu.br

Resumo

O presente artigo pretende discutir acerca da utilização de fontes da Web para a investigação da transformação do espaço urbano contemporâneo. Interessam particularmente os dados produzidos e compartilhados pelos próprios usuários da internet a partir da evolução da Web para sua configuração atual – popularmente conhecida como Web 2.0 em que predomina o uso das redes sociais, blogs, páginas Wiki etc. Propõe-se abordar, também, como a proliferação da internet móvel vem gerando um grande volume de conteúdo georreferenciado, o que possibilita a espacialização de expressiva parte da informação produzida online. Será debatido como essas bases de dados espaciais podem trazer novos inputs sobre as atividades e os comportamentos dos habitantes das metrópoles, como esse conhecimento pode contribuir para os processos de produção e gestão das cidades, assim como os desafios éticos e metodológicos que se impõem com a emergência desse novo tipo de fonte sobre a experiência do espaço.

Palavras-chave: *Cartografias Digitais, Tecnopolíticas, Crowdsourcing, VGI*

1. Web 2.0 como fonte de pesquisa

A internet é criada na década de 1960, tendo sua evolução inicial se desenvolvido a partir de duas vertentes. A primeira, de caráter militar, era orientada sobretudo por questões ligadas à Guerra Fria. Sua faceta civil, conhecida como Arpanet, no entanto, tinha uma natureza predominantemente acadêmica, constituindo uma rede para a troca de publicações e a cooperação intelectual. Nota-se, portanto, que a relação entre o conteúdo compartilhado *online* e a produção de conhecimento científico não é novidade. Ao contrário, remonta às origens do próprio sistema global de computadores interligados em rede.

A World Wide Web, no início da década de 1990, transforma completamente a forma de se conectar a internet, multiplica o tipo de informação publicada e amplia exponencialmente o número e o perfil dos usuários. Os conteúdos passam a ser hospedados em *sites*, acessados por meio de navegadores, que possibilitam sua visualização por meio de interfaces gráficas, além do compartilhamento de dados multimídia (imagens, vídeos, áudios etc.).

Nesse contexto, fontes de pesquisa que antes só poderiam ser consultadas em seu formato físico – livros, jornais, documentos oficiais, mapas etc. – passam a habitar o universo das redes digitais de comunicação. Bibliotecas e museus digitalizam e disponibilizam seus acervos online, periódicos científicos conquistam versões eletrônicas, instituições governamentais publicam dados e documentos em rede. Essa transição constitui, sem dúvida, uma grande contribuição ao trabalho do pesquisador, uma vez que o acesso às referidas fontes deixa de estar condicionado à proximidade física.[1] Do ponto de vista metodológico, no entanto, não há transformações tão significativas no que diz respeito ao tratamento desses fontes: uma vez que se esteja lidando com dados oficiais publicados por instituições reconhecidas, os procedimentos de consulta, verificação e atribuição de autoria não divergem substancialmente daqueles adotados com fontes impressas / físicas.[2]

Interessam particularmente as repercussões da evolução da World Wide Web para sua versão popularmente conhecida como Web 2.0 (O'REILLY, 2005), a partir do início dos anos 2000. A principal distinção entre ambas é que em sua versão mais atual, a maior parte do conteúdo *online* é produzido e compartilhado pelos seus próprios usuários, por meio de blogs, redes sociais, páginas Wiki, comentários em páginas de notícias etc. Nesse momento é que ocorre a grande reviravolta com relação aos dados da web como fontes de pesquisa. Por um lado, eles passam a constituir um repositório inesgotável e valiosíssimo aos pesquisadores do Tempo Presente (ALMEIDA, 2011). Por outro, recorrer a tais fontes requer novos procedimentos capazes de lidar com a dinamicidade, a imprecisão e o caráter transitório das informações encontradas na rede. O volume imensurável de conteúdo que passa a ser produzido ininterruptamente pelos usuários da internet – identificado como Big Data – também conforma uma "faca de dois gumes". Saber exatamente qual informação deve ser procurada, onde buscá-la e como tratá-la torna-se um imperativo para que o investigador não se perca no labirinto de dados que a web pode conformar. Deve-se considerar, ademais, que determinadas análises podem exigir o domínio de *softwares* e de equipamentos específicos com grande capacidade de processamento e armazenamento: "Termos como *big data* propõem uma nova grandeza que procede tanto do aumento da capacidade de estocagem como da emergência de um novo tipo de saber que tais volumes de dados gerariam" (BRUNO, 2013: p. 157). Para além das questões técnicas e metodológicas, impõem-se novos desafios éticos relacionados à privacidade, exposição e propriedade dos dados dos usuários, especialmente ao se tratar de dados espaciais, o que será feito mais à frente.

Bruno (*ibidem)* demonstra como toda a atividade online deixa para trás algum

[1] Obviamente, o acesso a inúmeras fontes continua sendo restrito/controlado por questões diversas: dos direitos autorais a fatores ligados a documentos sigilosos, pertencimento a determinadas redes/instituições de pesquisa etc.

[2] Exceto em casos específicos de pesquisa histórica nos quais aspectos materiais do documento em questão (tipo, idade ou origem do papel ou tinta utilizado etc.) sejam relevantes ao estudo em curso.

rastro. Tais rastros podem tanto ser deixados pelos usuários de maneira consciente e voluntária – por meio de postagens em perfis de redes sociais e *blogs*, comentários em páginas de notícias, contribuições em projetos colaborativos –, quanto serem fornecidos sem o pleno conhecimento de quem os produz, ou até mesmo como resultado de ações supostamente privadas na rede: contagens de cliques, registros de navegação e de *downloads*, monitoramento de conteúdos acessados etc.

Partindo dessa noção das fontes primárias *online* como rastros que podem ser recompostos, fornecendo pistas sobre o comportamento, as ideias e os valores de determinados grupos de pessoas, é possível fazer uma aproximação com o que é proposto por Latour na TAR - Teoria Ator Rede (LATOUR, 2005), assim como com o conceito de *fonte indiciária* de Ginzburg (1989).

Apesar de não ter sido criada especificamente para abordar as interações na internet, a TAR de Latour é muito utilizada em seu estudo, uma vez que traz a rede como modelo de organização social formado a partir da conexão de múltiplos atores ou *actantes.* Isso constitui o que o autor identifica como *rede sociotécnica* – a associação de indivíduos ou coletivos humanos a aparatos tecnológicos e ao desenvolvimento científico (LATOUR, 1994).

Perseguir os rastros deixados por tais conexões, decompor a teia das associações, olhar mais para os vetores estabelecidos pelo fluxo da informação de um ponto a outro da rede, do que para o ponto em si – ou seja, em certos casos pode ser mais valioso compreender os discursos e diálogos que se formam a partir da publicação de um determinado conteúdo do que validar sua precisão ou sua autoria –, são alguns métodos sugeridos para a investigação de processos em rede:

> *A alternativa que proponho neste livro é tão simples que pode ser sintetizada em uma breve lista: a questão do social emerge quando os laços em que algum ser está enredado começam a se desvendar; o social é mais profundamente detectado por meio dos movimentos surpreendentes de uma associação à seguinte; os referidos movimentos podem ser suspensos ou restabelecidos. Quando são prematuramente suspensos, o social tal como concebido normalmente é recomposto com participantes previamente aceitos como 'atores sociais', membros de uma 'sociedade'; quando o movimento em direção à detecção é restabelecido, ele rastreia o social como associações por meio de muitas entidades 'não-sociais' que podem vir a se tornar participantes. Caso se persista sistematicamente, esse rastreamento pode levar a uma definição compartilhada de um mundo comum, o que eu chamo de coletivo. Se não houver procedimentos para torná-lo comum, sua montagem pode ser falha. Finalmente, a sociologia é melhor definida como a disciplina na qual os participantes se engajam explicitamente em reagregar o coletivo (LATOUR [2], op. cit., p. 215, trad. livre)*

O entendimento da informação coletada na internet como pista, ou rastro da atividade social, remete ao que Ginzburg (1989) define como *fonte indiciária*. O autor resgata o método utilizado pelo italiano Giovanni Morelli, no final do século XIX, para verificar a autoria de obras de artes.

Ao analisar tais obras, Morelli propõe que a maior atenção seja dada a pequenos detalhes que geralmente passam despercebidos, e não às características mais notáveis dos artistas em questão. Enquanto as cópias geralmente procuram reproduzir com perfeição os aspectos reconhecidos dos grandes mestres – "os olhos erguidos para o céu dos de Perugino, o sorriso dos de Leonardo" (*Ibidem*, p. 144) –, os pequenos sinais rastreados pelo historiador italiano costumavam ser encontrados apenas nos originais.

Apesar de ter caído em descrédito posteriormente, por ser julgado positivista e mecânico, Ginzburg demonstra como os procedimentos de Morelli foram mais tarde associados a uma atitude tipicamente moderna perante o trabalho artístico e o relaciona com aspectos das obras de Conan Doyle, nas histórias de Sherlock

Holmes, e de Freud, que recorrem a uma abordagem investigativa atenta aos sinais involuntários ou inconscientes para a reconstrução de seus objetos de interesse (o *ato falho*, em Freud, as pistas criminais perseguidas pelo detetive Holmes e seu companheiro Watson).

Certamente, a determinação de autoria não é o aspecto mais importante no trabalho com dados da Web. Contudo, a noção de fonte indiciária também pode ser bastante útil na análise de fenômenos sociais ou coletivos:

> *A representação das roupas esvoaçantes nos pintores florentinos do século XV, os neologismos do Rabelais [...] são apenas alguns entre os exemplos sobre os modos como, esporadicamente, alguns indícios mínimos eram assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais: a visão de mundo de uma classe social, de um escritor, de toda uma sociedade. Uma disciplina como a psicanálise constitui-se, como vimos, em torno da hipótese de que pormenores aparentemente negligenciáveis pudessem revelar fenômenos profundos de notável alcance. [...] A literature aforismática é, por definição, uma tentative de formular juízos sobre o homem e a sociedade a partir de sintomas, de indícios: um homem e uma sociedade que estão doentes, em crise. [...] Pode-se demonstrar facilmente que o maior romance da nossa época – a Recherce – é constituído segundo um rigoroso paradigma indiciário. (Ibidem, p. 178).*

Contudo, mais importante do que compreender como as noções de rastreio e de fonte indiciária podem auxiliar no desenvolvimento de métodos para a análise de dados da Web para a produção acadêmica, é entender que tais mecanismos já vêm sendo amplamente adotados com fins comerciais, políticos, midiáticos e financeiros, dentre outros. A propriedade de tais informações vem se concentrando crescentemente nas mãos dos grandes grupos empresariais tecnológicos (Facebook, Google, Apple, Amazon etc.), que passam a deter um acervo cada vez mais robusto de conteúdos estratégicos acerca do comportamento humano.

Consolidam-se, assim, novos regimes de vigilância e visibilidade (BRUNO, *op*. *cit*.), mais distribuídos e difusos, e se formam novas relações de poder baseadas na produção de subjetividades *online* – com impactos crescentes na transformação do espaço urbano, como será discutido mais à frente.

A internet se constitui como um ambiente complexo e contraditório, que combina a abertura à *inteligência coletiva* (LEVY, 2007) e à produção colaborativa, com dispositivos cada vez mais sofisticados de monitoramento e de controle de dados dos cidadãos conectados. É premente questionar a repercussão desses processos para no exercício da cidadania no século XXI, assim como discutir a produção de políticas públicas que contraponham a centralização do domínio das redes à defesa do interesse público.

2. Cartografias em rede: o dado espacial na produção do espaço urbano contemporâneo

Historicamente, pode-se observar a utilização da cartografia como dispositivo potente de representação e de legitimação das relações de conhecimento e poder, capaz de influenciar a percepção e a apropriação territorial ao longo do tempo (SÁ, 2015, p. 124). A expertise técnica necessária tanto para produzir quanto para interpretar a informação cartográfica foi um recurso amplamente explorado pelos setores dominantes nos mais diversos momentos históricos, levando à construção de sucessivas imagens do mundo elaboradas de acordo com seus interesses.

Moraes, por exemplo, (2005, p. 66 – 109) demonstra como o domínio da cartografia foi fundamental para lançar Portugal à posição de vanguarda na época das grandes navegações. O valor de tal conhecimento era tamanho que chegava a justificar ações de espionagem e suborno. Posteriormente, a produção de mapas foi estrategicamente utilizada pela coroa portuguesa no processo de ocupação do território das minas no Brasil colonial, ao deliberadamente ocultar de suas cartas o registro de determinadas áreas onde não julgava interessante estimular a ocupação.

Situações similares se repetem em diferentes locais e períodos históricos, perpetuando a cartografia no domínio restrito dos saberes especializados. Avanços recentes nas tecnologias digitais de comunicação, contudo, vêm reduzindo gradualmente a distância entre o cidadão comum e a produção de informação territorial – fenômeno com repercussões profundas nos processos contemporâneos de transformação do espaço.

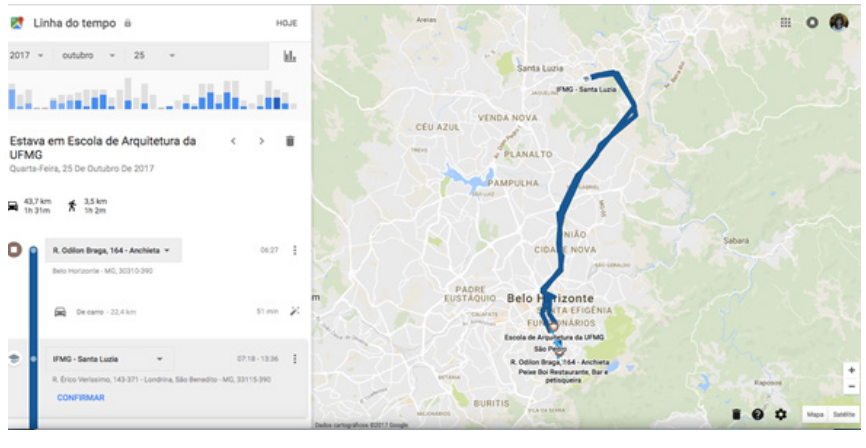
Um fator que contribuiu significativamente para a ampliação do acesso à internet e, especialmente, para transformar sua forma de utilização foi a proliferação dos dispositivos móveis conectados em rede, sobretudo os *smartphones*. A Fundação Getúlio Vargas divulgou recentemente uma pesquisa com a projeção de que, até o final de 2017, no Brasil, 208 milhões de aparelhos estejam em funcionamento (CAPELAS, 2017) – número que corresponde a cerca de um aparelho por habitante. No mundo, estima-se que aproximadamente cinco bilhões de pessoas[3] tenham acesso à tecnologia, segundo uma pesquisa desenvolvida pela empresa de telefonia móvel GSMA (AGRELA, 2017).

Dois aspectos tornam esse tipo de ferramenta particularmente relevante para a discussão em tela. Em primeiro lugar, o custo consideravelmente mais baixo dos telefones com conexão à internet, se comparados ao preço de um computador pessoal, proporciona que grupos usualmente excluídos dos principais avanços tecnológicos tenham acesso às redes, sobretudo nos maiores centros urbanos. A mobilidade, por sua vez, é o que configura a maior transformação no que concerne à investigação do espaço urbano: o acesso à internet passa a se associar à experiência da cidade (SÁ, 2015, p.121).

Observa-se uma aproximação crescente do usuário padrão da internet com a representação e a produção cartográfica. Alguns autores chegam a falar na emergência de um cidadão *espacialmente capacitado,* ou seja: "caracterizado por sua capacidade de se expressar, formalizar, equipar (tecnológica ou cognitivamente) e, é claro, ativar e utilizar eficientemente – de maneira consciente ou não – suas habilidades espaciais" (ROCHE *apud* BORGES; ZYNGIER, 2015, p.89).

Os rastros da atividade *online* discutidos anteriormente conquistam uma dimensão espacial e passam a configurar bases de dados cartográficos não apenas sobre o que as pessoas fazem nas redes, mas também sobre uma parte considerável de suas ações no espaço, desde que estejam carregando seus *smartphones* dotados de dispositivos de geolocalização.





Figuras 1 e 2 – Capturas de tela do histórico de localização produzido pelo Google. Conta pessoal da autora.

[3] Cálculo aproximado que pode ser distorcido pelo fato de um número considerável de pessoas possuirem mais de um aparelho em funcionamento.

Um exemplo são as imagens acima, extraídas da ferramenta histórico de localização da conta pessoal do Google da autora desse texto. Trata-se de um mecanismo que registra automaticamente todo o deslocamento espacial de um determinado usuário, a partir do rastreio dos dispositivos móveis conectados à sua conta. São armazenados os trajetos e meios de transporte utilizados para percorrê-los (calculáveis a partir das relações entre tempos de deslocamento e distâncias), assim como os locais mais visitados. Por meio de uma linha do tempo, é possível gerar visualizações dos lugares frequentados em datas específicas.

As autorizações para a coleta desse tipo de informação em geral são fornecidas no momento de criação de contas de serviços *online*, os famosos "Termos e Condições de Uso", com os quais quase todos concordam sem ter conhecimento de suas cláusulas. No caso específico do histórico de localização do Google, é possível desativar o serviço, mas localizar essa opção específica no menu de configurações da conta não é tarefa simples, e a maior parte dos usuários sequer tem consciência de que esteja sendo rastreado – resta questionar se, uma vez desativado o serviço, as informações deixarão de ser coletadas, ou apenas não serão mais exibidas para o proprietário da conta.

Esse é apenas um exemplo de como os dados espaciais produzidos *online* dão origem a novas formas de se cartografar as atividades dos habitantes das metrópoles contemporâneas. Com tanta informação nova sendo gerada continuamente acerca da experiência das cidades por seus habitantes, as possibilidades que se abrem para o estudo da produção do espaço urbano são tão promissoras quanto alarmantes.

As *geotags*, por exemplo, são uma forma de vincular coordenadas geográficas a uma série de conteúdos compartilhados em rede: fotografias, vídeos, postagens em redes sociais etc. Aplicativos de transporte como o Uber ou o Waze se baseiam inteiramente em sistemas de posicionamento geográfico, e mesmo *softwares* de relacionamentos usam a distância física para sugerir possibilidades de encontros românticos.

À coleta, armazenamento e análise de dados georreferenciados provenientes da "multidão", ou seja, de inúmeros usuários da internet, dá-se o nome *crowdsourcing* (*crowd*, de multidão + *source* de se abastecer, coletar). Vincula-se ao *crowdsourcing* a possibilidade de se utilizarem ferramentas de *geodesign* para dar visibilidade aos conteúdos coletados em rede de forma muito mais legível para o público em geral. Isso se dá a partir de representações cartográficas capazes de lidar com variáveis dinâmicas em simulações de duas, três, ou até quatro dimensões (MOURA, 2014, p.2), com as quais os internautas estão cada vez mais familiarizados devido ao uso cotidiano de plataformas como Google Earth, Google Maps, Waze etc.

Dessa forma, bases de dados geográficos coletados da multidão tornam-se disponíveis para inúmeros estudos envolvendo a análise espacial, ampliando as possibilidades de interação entre os múltiplos atores envolvidos na transformação da cidade (BORGES; ZYNGIER, *op. cit.*, p. 88). Todos esses recursos, sem dúvida, proporcionam melhores condições de assimilação dos processos dinâmicos de transformação do território e constituem avanços significativos para as práticas participativas de gestão urbana.

São identificados como VGI – *Volunteered Geographic Information* (ELWOOD; GOODCHILD; SUI, 2012) os processos voluntários de fornecimento de dados espaciais, nos quais o internauta que produz a informação tem pleno conhecimento dos fins para os quais ela será utilizada ou disponibilizada. Incluem-se nessa classificação desde plataformas como o Open Street Map – cujo objetivo é a criação de um mapa mundial digital gratuito e de código aberto construído a partir da contribuição de usuários voluntários –, até mapeamentos colaborativos *online* de determinados locais ou temas, como os mapas criados em situações de catástrofes naturais para localizar rapidamente áreas de risco ou vítimas necessitadas de assistência.

Muitas vezes vinculadas ao ativismo urbano ou a movimentos sociais, essa nova modalidade de produção cartográfica que emerge a partir dos recursos tecnológicos atualmente disponíveis, abre espaço para a criação de outras

interpretações do território, coletivamente construídas, que vão muito além daquelas tradicionalmente fornecidas pelos grupos hegemônicos, dando origem ao que vem sendo identificado por alguns autores como "Ciência Cidadã" – ou *Citizen Science* – (HACKLAY, 2013).

Assim como ocorre com outros tipos de dados coletados na Web, também com os dados espaciais há um grande debate acerca dos métodos adequados para o seu tratamento e dos procedimentos para vincular esse tipo de informação ao rigor exigido pela produção científica.

Por um lado, é possível identificar nas iniciativas citadas acima um grande potencial para o desenvolvimento de processos mais democráticos de atuação nas dinâmicas espaciais, assim como uma maior disseminação das habilidades necessárias para a produção de informação cartográfica. Por outro lado, há de se ressaltar que a maior parte dos processos de coleta de dados espaciais *online* não se dá por contribuições voluntárias, em processos voltados para a ampliação da participação cidadã. Isso quer dizer que, paradoxalmente, os mesmos dispositivos que fazem com que a Web proporcione um ambiente de ampla disseminação de conhecimento e de troca de informações, possibilitam também a proliferação de mecanismos de vigilância crescentemente pervasivos, cujas repercussões para a privacidade e a liberdade dos usuários da rede ainda são difíceis de calcular.

Há também um claro deslocamento das formas de exercício de poder no que diz respeito à produção cartográfica contemporânea. Se antes se exercia poder restringindo o acesso às ferramentas de elaboração da informação territorial – e até mesmo à capacidade de interpretação desse dado –, hoje todo usuário da internet é um cartógrafo em potencial, que produz e fornece dados espaciais mesmo quando não tem a intenção de fazê-lo. Esse novo cidadão "espacialmente capacitado" pode ter ampliado significativamente suas habilidades de compreensão da representação do território, mas ele não detém as ferramentas necessárias para a coleta, a análise e o armazenamento dos grandes volumes de dados produzidos constantemente pela coletividade. Dessa maneira, compreender quem tem de fato capacidade de rastrear e de processar tais informações torna-se fundamental para entender novas relações de poder que emergem com a era da comunicação em rede.

Considerações Finais

As questões apontadas no presente artigo propõem debater como as fontes da Web ao mesmo tempo em que apresentam um enorme potencial para a investigação da produção contemporânea do espaço, impõem também enormes desafios, desempenhando um papel paradoxal e contraditório nos referidos processos.

Entende-se, também, que os aspectos aqui abordados são apenas um pequeno recorte de um quadro muito mais abrangente. Discussões fundamentais como, por exemplo, a relação entre dados espaciais em rede, os projetos de Smart Cities e sua repercussão para a experiência urbana atual não estão presentes no texto, sem que por isso sejam menos importantes. Propõe-se, porém, sinalizar alguns pontos que fomentem a discussão acerca de possíveis caminhos para se explorar a associação entre a tecnologia da informação e a transformação das cidades de maneira não apenas rigorosa e eficiente, mas sobretudo sob a ótica de ampliação da cidadania.

Do ponto de vista estritamente metodológico, destaca-se a potencialidade de tratamento dos dados *online* como uma valiosa fonte de conhecimento acerca dos comportamentos, valores e ideias de determinados grupos sociais, que podem ser articulados a partir dos *rastros* deixados por usuários da rede – voluntariamente, ou não. Mais do que a acurácia de cada informação, ou que a credibilidade de um emissor isolado, interessam os conjuntos de conteúdos produzidos sobre os tópicos analisados, e as relações que se tecem ao seu redor. Trata-se de um conhecimento construído *pela* coletividade, *sobre* a coletividade. Cabe lembrar que a *imprecisão* é um fator que sempre esteve presente em todo tipo de fonte utilizada nas ciências sociais, e que é papel do pesquisador reunir e contrapor os *indícios* disponíveis em busca de maior assertividade.

Entender precisamente quem compõe os grupos estudados, quais atores estão efetivamente representados por conjuntos de dados específicos, e quais não os integram, também é tarefa essencial para evitar análises equivocadas ou distorcidas.

No que toca o tratamento dos grandes volumes de informação que se tornam disponíveis com os avanços tecnológicos atuais, Elwood, Goodchild e Sui (*op*. *cit*.) indicam duas estratégias oportunas. Em primeiro lugar, um deslocamento do foco da análise para a síntese, que se torna um recurso indispensável para lidar com o que identificam como *avalanches de dados*:

Muitos desenvolvimentos interessantes em mineração de dados e descoberta de conhecimento foram relatados em outro lugar (por exemplo, Miller e Han 2009), mas metodologias robustas para aplicações VGI produtivas não devem limitar-se apenas à análise. Em vez disso, a maré atual parece colocar nova ênfase na síntese. Os serviços como o Photosynth da Microsoft, ManyEyes, HistoryFlow e TouchGraph da IBM fornecem exemplos de serviços para sintetizar dados em mídias diversas (*ibidem*, p. 581-582, trad. livre).

O outro aspecto relevante apontado pelos autores é o que eles denominam como *mashup*, ou seja, a mistura de métodos de múltiplas disciplinas e a interoperabilidade de sistemas requeridas para o tratamento bem-sucedido de grandes bases de dados espaciais (*ibidem*, p. 582).

Todas essas questões, no entanto, têm sua importância reduzida caso se deixe de lado o debate acerca da propriedade, do acesso e do controle da informação produzida e compartilhada *online* diariamente pelos habitantes das cidades sobre a sua experiência do espaço urbano.

É premente que sejam discutidos os problemas ligados à vigilância e à invasão de privacidade possibilitados pela configuração atual das redes de comunicação, assim como a centralização da posse do conteúdo *online* por poucos gigantes tecnológicos que controlam as principais plataformas de comunicação (Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft, dentre outros).

Urge compreender que essa controvérsia, hoje, não se restringe a uma disputa comercial de empresas de tecnologia, mas tem que ser tratada como uma questão de política urbana. Caso contrário, todo o potencial que as fontes da Web apresentam para os processos de transformação das cidades não estarão vinculados a uma ampliação democrática e à defesa do interesse público. Em vez disso, contribuirão cada vez mais para uma experiência urbana crescentemente monitorada e induzida a favor de diretrizes financeiras, políticas e midiáticas de determinados grupos empresariais.

Referências Bibliográficas

AGRELA, Lucas. *5 bilhões de pessoas têm smartphones***.** Exame: 20 jun 2017. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/tecnologia/5-bilhoes-de-pessoas-tem-smartphones/>. Acesso em: 27 out 2017.

ALMEIDA, Fábio Chang. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas.** *EDOS: Revista do Corpo Discente do PPG - História UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BORGES, Junia; Camila, ZYNGIER. **Crowdsourcing: A Citizen Participation Challenge.** *TEMA: Journal of Land Use, Mobility and Environment (Special Issue)*, June, 2014. Nápoles: University of Naples Frederico II, 2014, p. 87-96.

CAPELAS, Bruno. *Até o fim de 2017, Brasil terá um smartphone por habitante, diz FGV***.** O Estado de São Paulo: 19 abr 2017. Disponível em: < http://link.estadao.com.br/noticias/gadget,ate-o-fim-de-2017-brasil-tera-um-smartphone-por-habitante-diz-pesquisa-da-fgv,70001744407>. Acesso em: 27 out 2017.

ELWOOD, Sarah; GOODCHILD, Michael F.; ZUI, Daniel Z. **Researching Volunteered Geographic Information:** Spatial Data, Geographic Research, and New Social Practice. Annals of the Association of American Geographers, 2012: p.571-590, DOI: 10.1080/00045608.2011.595657

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais***: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143180. (1a ed. 1986)

HAKLAY, M. *in* SUI, D.Z; ELWOOD, S.; GOODCHILD, M.F. (org.). **Citizen Science and Volunteered Geographic Information – overview and typology of participation 2013**. Crowdsourcing Geographic Knowledge: Volunteered Geographic Information (VGI) in Theory and Practice. Springer: Berlin, 2013, pp 105-122. DOI: 10.1007/978-94-007-4587-2_7

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos***: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *Reassembling the social***.** An introduction to Actor-Network-Theory. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

LÉVY, Pierre. *Inteligência coletiva***: Para uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 2007.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A Internet e a Rua***: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais***: na urdidura do tempo e do espaço.** Tese. 3v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

O'Reilly, T. 2005. **What is Web 2.0? Design patterns and business models for the next generation of soft- ware.** Disponível em: <http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acesso em: out. 23, 2017.

SÁ, Ana Isabel. *Urbanismo entre pares:* **cidade e tecnopolítica.** Belo Horizonte: UFMG, 2015.

DESAPROPRIAÇÃO E OPERAÇÕES URBANAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: fortalecimento da intervenção pública no território ou reprodução ampliada do rentismo fundiário?

UNGARETTI, DÉBORA (1)

1. Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito. Depto Econômico, Financeiro e Tributário
Rua Campevas, 472 – Perdizes, São Paulo
deborag.ungaretti@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa situações em que a desapropriação – principal instrumento de aquisição de terras pelo poder público, regido por uma legislação das décadas de 1940 e 1960 - resulta na remoção da população de baixa renda moradora do local, combinação representativa da aliança do poder público com o setor imobiliário e financeiro. A expulsão da população de baixa renda, somada à premiação do antigo proprietário da área bem como dos agentes imobiliários e financeiros por conta não só da reintrodução do terreno na economia, mas também da valorização gerada no terreno e na região, é representativa do que autores apontam como a expansão do "complexo imobiliário-financeiro".

Palavras-chave: *desapropriação; remoção; operações urbanas; complexo imobiliário-financeiro*

Introdução

A aquisição de terras, e, mais especificamente, a desapropriação de terras, foi apontada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano da gestão Fernando Haddad (PT, 2013-2016) como o principal gargalo para a implantação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, um dos pilares da política urbana da gestão (ANNENBERG & DE PAULA, 2016). A desapropriação ordinária urbana tem regime jurídico decorrente de legislação das décadas de 1940 e 1960, que foi recepcionado pela nova ordem jurídico-urbanística brasileira, inaugurada pela aprovação da Constituição Federal de 1988. Apesar do instrumento ser amplamente utilizado pelo Poder Público para a aquisição de terrenos para a implantação de equipamentos e de projetos de urbanização, a literatura do direito urbanístico, do urbanismo e do planejamento do território pouco se debruça sobre o assunto, privilegiando as inovações trazidas tanto pelo capítulo de política urbana da Constituição, quanto pelo Estatuto da Cidade.

Assim, o instrumento da desapropriação continua sendo objeto da literatura jurídica de tradição administrativista e, muitas vezes, com viés civilista, motivo pelo qual pouco se analisa seu impacto na produção do território e no desenvolvimento urbano.

Não obstante a manutenção das principais hipóteses, procedimentos e características do instrumento na nova ordem jurídico-urbanística brasileira, seria de se esperar, ao menos, a sua reinterpretação com base no princípio da função social da propriedade, que, além de conformar o direito de propriedade, é estruturador da política urbana prevista na Constituição.

Seria possível, então, analisar a utilização do instrumento da desapropriação na execução das políticas urbanas municipais e verificar se o princípio da função social da propriedade permeia o instrumento, bem como todo o acúmulo dos últimos 30 anos em torno dos conflitos fundiários?

Posto tal desafio, e sem ter a pretensão de exaurir todos os aspectos da presente discussão, o presente trabalho tem o objetivo de levantar questões sobre a aplicação do instrumento da desapropriação nos perímetros de Operações Urbanas no Município de São Paulo.

Nas Operações Urbanas, o Estado atua como coordenador de esforços públicos e privados em torno de um determinado conjunto de intervenções (MASSONETTO, 2003) a serem executadas em porção delimitada do território, no qual a legislação urbana é flexibilizada, e cuja mais-valia gerada é em parte captada pelo Poder Público pela cobrança de contrapartida financeira em função da outorga de potencial construtivo adicional e utilizada para cobrir os custos das intervenções.

O instrumento, pioneiramente utilizado pelo Município de São Paulo e posteriormente previsto como instituto jurídico da política urbana pelo Estatuto da Cidade, é criticado por parte da literatura acadêmica por ignorar o conflito distributivo ou, ainda, favorecer o capital em detrimento da população de baixa renda. No entanto, é amplamente utilizado por governos de direita e de esquerda, que, em tempos de crise fiscal, apostam na possibilidade de realização de intervenções sem gerar despesas orçamentárias.

Nesse sentido, a escolha de recorte das Operações Urbanas se justifica por a) serem perímetros que estarão sujeitos a transformações no território de forma concentrada e intensificada, tendendo a acelerar os procedimentos da desapropriação e exacerbar algumas de suas características; b) a participação ativa do Poder Público nas intervenções propostas e na valorização do território faz com que o instrumento da desapropriação seja elemento-chave para o sucesso das operações urbanas.

Assim, eventuais problemáticas envolvendo o instrumento da desapropriação, do ponto de vista dos agentes envolvidos na implementação da Operação Urbana ou entusiastas do instrumento, desapontam como “gargalos” que inviabilizam ou dificultam a sua execução. Do ponto de vista dos teóricos mais críticos, ou das populações atingidas pelas intervenções das Operações Urbanas, a desapropriação

se mostra como instrumento que é atravessado pelos interesses do capital, em detrimento do princípio da função social da propriedade e das discussões em torno dos conflitos fundiários.

O presente trabalho, portanto, irá situar a desapropriação na nova ordem jurídico-urbanística brasileira a partir de um breve histórico dos principais marcos normativos do instrumento, bem como do arcabouço jurídico da política urbana desde a reabertura democrática, norteada pelo princípio da função da propriedade.

Em seguida, após breve histórico sobre as operações urbanas em São Paulo, irá levantar alguns questionamentos necessários para analisar a utilização e as consequências da desapropriação como instrumento da política urbana.

1. Desapropriação na nova ordem jurídico-urbanística brasileira: quais possibilidades de justiça social?

1.1. Função social da propriedade: princípio norteador da nova ordem jurídico-urbanística brasileira

A reabertura política foi marcada por fortes mobilizações em defesa da reforma urbana, as quais foram responsáveis por significativo avanço na positivação de concepção dos direitos de propriedade que rompe com o a visão liberal incorporada no Código Civil de 1916, vigente até 2002. Nesse sentido, a aprovação da Constituição Federal de 1988 inaugurou a nova ordem jurídica-urbanística brasileira, em contraposição ao paradigma liberal dominante no Direito ao longo do século XX, não obstante a tentativa, já na Constituição de 1934, de conformar o direito de propriedade ao interesse público.

Já no inciso XXIII do artigo 5º constitucional, há previsão do princípio da função social da propriedade. O princípio, além de conformar o direito de propriedade

previsto no inciso anterior do mesmo artigo, é estruturador da política urbana prevista nos artigos 182 e 183 da Constituição. Além disso, como consequência do princípio, as legislações preexistentes a 1988, que foram, na ocasião, dentre as quais aquelas relativas à desapropriação, recepcionadas pelo novo sistema normativo, devem ser reinterpretadas e modificadas para se adaptar à nova concepção que recai sobre as relações jurídicas.

Como mencionado acima, o Capítulo da Política Urbana, composto pelos artigos 182 e 183 da Constituição e inserido no Título da Ordem Econômica e Financeira, pois, deve ser entendido e estruturado a partir do princípio da função social da propriedade, o qual se aplica tanto para áreas privadas quanto públicas. No âmbito dos conflitos fundiários, é o que legitima o reconhecimento das famílias ocupantes de terrenos privados de adquirirem a propriedade por meio da usucapião especial urbana e ocupantes de terrenos públicos de obterem a concessão especial para fins de moradia. Além disso, é o que legitima a ação do poder público na utilização do instrumento da desapropriação extraordinária, com o pagamento em títulos da dívida, prevista nos artigos 182, IV e 184 da Constituição (ALFONSIN, 2002, p. 160).

Diante do conteúdo abstrato do princípio da função social da propriedade, de difícil aplicação, sua assimilação tem ocorrido, até agora, de forma lenta e desigual (FROTA, 2015). Para Frota, as dificuldades na aplicação da legislação urbanística, em geral por conta da sua colisão com concepções privatistas, devem ser superadas por uma nova abordagem, que parta de uma visão publicista proposta pelo direito urbanístico. Em se tratando do instituto da desapropriação, não é ser diferente, como se verá adiante. Necessário colocá-lo, portanto, no seio do debate urbanístico atual.

1.2. Desapropriação e função social da propriedade: uma leitura necessária

A desapropriação é uma das formas de intervenção estatal na propriedade imóvel, cujo procedimento viabiliza a aquisição de imóvel pelo Poder Público de forma compulsória para o proprietário.

O art. 5º da Constituição, além de prever em seus incisos XXII e XXIII o direito de propriedade e a função social da propriedade, prevê também, nos incisos XXIV e XXV, instrumentos de limitação da propriedade, ou de intervenção do Poder Público na propriedade, dentre as quais a desapropriação. Com efeito, o artigo 5º, XXIV da Constituição Federal determina que "a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro" ressalvados os casos previstos na própria Constituição (previstos no art. 182, §4º, IV e art. 184). O inciso, pois, estabelece como requisito para a desapropriação a existência de lei que discipline o procedimento necessário para a desapropriação e que defina as hipóteses da aplicação do instrumento, dado que tal como estão indicadas no dispositivo têm caráter aberto: "por necessidade ou utilidade pública" e "por interesse social". Além disso, o capítulo da política urbana prevê a desapropriação como um instrumento da política de desenvolvimento urbano.

Diferentemente da função social da propriedade, que *conforma, condiciona* e *delimita* o direito de propriedade, as limitações à propriedade interferem com os aspectos e com as características do direito de propriedade (SILVA, 2006). A desapropriação é considerada a mais grave limitação ao direito de propriedade, por conta de atingir seus três caracteres clássicos: o caráter *perpétuo*, e, portanto, *exclusivo* e *absoluto.*

A Constituição Federal não apresentou adaptações expressas em relação à legislação preexistente sobre desapropriação ordinária, recepcionando a disciplina das desapropriações, cujos procedimentos e hipóteses são, pois, delimitados pelo Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que trata da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, e a Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que trata da desapropriação por interesse social.

De forma geral, portanto, o instrumento da desapropriação é regido pela combinação de uma legislação da metade do século XX, marcada pelo paradigma liberal, com a nova ordem jurídico-urbanística brasileira, inaugurada com a promulgação da Constituição de 1988. Em decorrência de tal fato, é possível (e desejada) análise da aplicação do instrumento à luz do princípio da função social da propriedade.

Constitui exceção a desapropriação-sanção prevista no artigos 182, §4º, III, que caracteriza inovação nessa matéria e cujo regime jurídico decorre da previsão constitucional.

A aprovação do Estatuto da Cidade seria nova oportunidade para dar novo regramento ao instrumento da desapropriação. No entanto, foi meramente elencada no artigo 4º da Lei como um dos instrumentos jurídicos da política urbana, sem, no entanto, haver avanços no regramento da previsão constitucional do art. 182, §3º, exceto quanto a regulamentação da desapropriação-sanção prevista no artigo 182, §4º da Constituição e no artigo 8º do Estatuto.

A partir desse ponto de vista, e levando-se em consideração os procedimentos da desapropriação ordinária urbana, constata-se que pouco não foi alterada com a nova ordem jurídica-urbanística brasileira. Na literatura, continua a ser tratada em uma perspectiva administrativista e até civilista, sendo que a doutrina pouco discute as limitações e gargalos do instrumento, deixando de incorporar o princípio da função social da propriedade em suas análises. Resta verificar, portanto, se, na prática, ocorre coisa similar.

2. Conflitos fundiários, função social da propriedade e desapropriação urbana: o papel do Poder Público na garantia da (in)justiça social

A função social da propriedade cumpre papel essencial para garantir o direito de posse em detrimento do direito de propriedade em conflitos fundiários: como exemplo, o descumprimento da função social da propriedade legitima a usucapião especial urbana, prevista no artigo 183 da Constituição Federal.

Na prática, constata-se a dificuldade de aplicação do princípio, bem como a ausência total de aplicação pelo Poder Público, em especial o Poder Judiciário. No caso das desapropriações, não é diferente.

Do ponto de vista da utilização do instrumento da desapropriação, pode-se dizer que a desapropriação continua sendo a principal forma de aquisição de terras pelo Poder Público – e em geral, entendido pela literatura jurídica como um instrumento efetivo de aquisição de imóveis pelo Poder Público (BREGA, 2014). No entanto, algumas análises existentes, em especial aquelas sob a perspectiva da gestão pública, apontam diversos gargalos e problemas do procedimento, sem, no entanto, se aprofundar na abordagem à luz do princípio da função social da propriedade. Os principais problemas levantados foram o alto custo das desapropriações para o Poder Público e a demora para viabilizar a posse do Poder Público.

Como exemplo, em entrevista sobre os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana em São Paulo, mencionada por Annenberg e de Paula (2016) e Silva (2016), o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano da gestão Fernando Haddad (PT, 2013-2016), apontou como aspecto crítico para a gestão no âmbito do desenvolvimento urbano a aquisição de terras. Dentre os gargalos existentes na utilização do instrumento, destacaram-se dois: o financiamento e as "barreiras institucionais" (ANNENBERG & DE PAULA, 2016, p. 252).

Não foi apontado o fato, no entanto, de que as desapropriações, necessárias à realização das obras públicas, lidam constantemente com conflitos fundiários, sem, no entanto, se preocupar em se posicionar em relação a ele. Em verdade, acaba se posicionando ao reconhecer os antigos proprietários dos terrenos como legítimos proprietários, e promoverem a remoção forçada das famílias na ocasião do cumprimento da imissão na posse.

Nesse sentido, a realização de obras públicas, "resultantes ou não de desapropriação", é um dos fatores geradores de conflitos fundiários urbanos apontados pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos, do Ministério das Cidades (CAFRUNE, 2011). Evidentemente, diante da escassez de terras públicas adequadas aos projetos urbanos, é evidente que grande parte das obras executadas não dispensa a aquisição – e, portanto, desapropriação - de terras.

Algumas características dos processos de desapropriação demonstram o isolamento do instrumento em relação aos demais institutos de política urbana: i) o registro em matrícula é o documento utilizado para ser dado início na ação, sendo que, em geral, não há pesquisa ampla sobre existência de ações reivindicatórias que recaem sobre a área; ii) qualquer contestação da legitimidade do proprietário feita entre particulares deve ser feita, em regra, fora da ação de desapropriação, e não interrompem eventual liminar de imissão na posse; iii) não é exigida a previsão orçamentária do órgão demandante da desapropriação para atendimento das famílias que serão removidas na ocasião da imissão na posse, fazendo com que aumente a demanda e afete a distribuições de recurso das secretarias de habitação; iv) na prática, a indenização nesses casos premia duplamente o proprietário ilegítimo: reinsere seu imóvel na economia, bem como promove, automaticamente a possibilidade de disputa judicial da valorização por conta dos melhoramentos que serão executados.

2.1. Desapropriação urbana no Município de São Paulo: novos contornos do instrumento

Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, no que tange as desapropriações, se dedica, especialmente, em regulamentar os procedimentos da desapropriação-sanção em função do descumprimento da função social da propriedade.

Ressalta, porém, a importância da desapropriação como instrumento de política urbana ao permitir a aquisição de terras pelo Poder Público, preocupando-se em prever formas de financiamento do procedimento, ao tratar da Transfer*ência do Potencial Construtivo,* dos Projetos de Intervenção Urbana – PIU, ou da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC nas Operações Urbanas Consorciadas.

Necessário pontuar, no entanto, que as previsões não correspondem ao regramento constitucional de que a indenização das desapropriações deve ser "prévia, justa e em dinheiro". Tais dispositivos, ao que parece, propõem a utilização de outras formas de aquisição de terras, que sejam baseados em procedimentos administrativos e que dependam do engajamento do particular em disponibilizar o imóvel de forma amigável.

Além disso, o Plano Diretor Estratégico reconhece a problemática de o instrumento da desapropriação como o principal meio de aquisição de terras na política urbana ao prever, no artigo 307, que a elaboração do Plano de Gestão de Áreas Públicas proponha alternativas à desapropriação para a aquisição de terras pelo Poder Público.

Fica evidente que tais previsões normativas partem do pressuposto de que a desapropriação é o instrumento de aquisição de terras mais apropriado à atuação do Poder Público dentre os existentes atualmente. Com efeito, n*ão há menção* a outros instrumentos de aquisição de terras ao tratar da viabilidade dos projetos urbanos – apesar da lei prever hipóteses de doação de calçada, o que, no entanto, trata-se de incentivo ao aumento das calçadas e às calçadas ativas em áreas já consolidadas. *Há, no entanto, propostas de outras formas de aquisição de imóveis urbanos, o que mostra que o diagnóstico dos problemas decorrentes da desapropriação como é hoje foi incorporado à Lei.*

As inovações propostas pelo PDE, portanto, não dizem respeito à utilização do instrumento da desapropriação, em si, mas sim à previsão de alternativas de aquisição de terrenos pelo Município, na tentativa de diminuir a dependência das políticas realizadas em relação à desapropriação.

3. Operações Urbanas: quais consequências da atuação do Poder Público como promotor da valorização imobiliária?

As Operações Urbanas começaram a se delinear pioneiramente no Município de São Paulo com o objetivo de viabilização de intervenções no território com financiamento composto, em sua totalidade, pelas contrapartidas financeiras de particulares – proprietários de imóveis e empreendedores – pela aplicação de regras específicas de uso e ocupação do solo, desde que dentro do perímetro previamente delimitado (compra de parâmetros de uso e aquisição de potencial construtivo adicional) (MALERONKA, 2012). Os contornos constitucionais do instituto foram posteriormente delimitados no Direito Positivo brasileiro por meio do Estatuto da Cidade, como uma forma específica de regulação do desenvolvimento urbano: nas Operações Urbanas, o Estado atua como promotor da valorização de porção previamente delimitada do território por meio da flexibilização da legislação urbanísticas, que se dá mediante contrapartida financeira, a qual, por sua vez, é utilizada nas intervenções previstas no perímetro da operação urbana.

Por um lado, há características inerentes ao instrumento que, por mais que seja aprimorado, determinam suas possibilidades de aplicação e suas consequências na produção do território.

Explico: o "sucesso" das operações urbanas está vinculado a expectativa dos empreendedores e investidores em relação a potencial valorização da área. A capacidade de captação de contrapartidas do poder público por meio da venda dos CEPACs depende da atratividade tanto dos parâmetros urbanísticos exigidos para a implantação de empreendimentos privados, quanto do programa de intervenções públicas proposto para o perímetro da operação urbana. Soma-se a isso o fato que a execução do programa de intervenções públicas deve ser garantida, motivo pelo qual os recursos arrecadados no âmbito das operações urbanas são vinculados à sua reaplicação no mesmo perímetro de território da referida operação.

A partir dessas características, está dado o modelo de regulação das operações urbanas, previsto no Estatuto da Cidade, marcado pela redefinição do papel do Estado na condução da política urbana, aumento do controle privado dos

investimentos públicos e redução das interferências políticas do Poder Público sobre a execução do projeto (MASSONETTO, 2003).

Pode-se dizer, portanto, que a atuação do Estado nas operações urbanas o insere no circuito imobiliário como aliado do capital incorporador e promovendo as transformações necessárias à valorização do território, buscando, nesse contexto, se apropriar de parte dos ganhos fundiários excedentes.

Diante de tal diagnóstico, não seria de se esperar que os resultados das operações urbanas fossem satisfatórios do ponto de vista distributivo. Com efeito a "incompatibilidade aparente" demonstrou-se incompatibilidade fática com as análises das operações urbanas. Segundo Fix (2004), há constante erro de cálculo de custos e benefícios das operações urbanas, tendo em vista que os investimentos iniciais do poder público para dar impulso ao projeto em geral não são contabilizados, tampouco os impactos sociais e custos para atendimento habitacional das remoções das populações de baixa renda. Conclui, por fim, que "a Prefeitura concentra recursos públicos num trecho da cidade que está sendo adaptado para a implantação dos megaprojetos imobiliários com modernização da infraestrutura, desapropriações e expulsões" (FIX, 2004, p. 10).

Por outro lado, não obstante algumas características inerentes ao instrumento, é fato que, desde a sua concepção, houve avanços normativos e institucionais que buscaram soluções os primeiros problemas observados na sua aplicação. Nesse sentido, Maleronka (2012) identificou diferentes gerações das operações urbanas do Município de São Paulo, que correspondem aos saltos qualitativos de aprimoramento jurídico e institucional do instrumento.

Assim, a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, bem como a utilização dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs, marcou a entrada na segunda geração das operações urbanas, sem que, no entanto, tal reconfiguração jurídico-econômica correspondesse a uma melhoria no que a autora chama de "dimensão de projeto".

Por fim, as três operações urbanas que começaram a se delinear no Município de São Paulo a partir de 2012 – revisão da Água Branca (Lei nº 15.893/2013), Mooca-Vila Carioca/Bairros do Tamanduateí (PL 723/2015) e Jacú-Pêssego (cujo projeto não foi levado adiante) – configuraram um aprimoramento institucional em relação às operações anterior, por conta da valorização da dimensão de projeto, bem como a preocupação na realização de projetos integrados, levando em conta aspectos econômicos, ambientais e comunicacionais.

Para a autora, portanto, as experiências que resultaram na sobreposição de interesses privados sobre os projetos, em decorrência da "ânsia por captação de recursos", refletem a má utilização do instrumento, e à uma visão limitada quanto às suas possibilidades de transformação estrutural. A urgência desencadeada pela crise de financiamento das cidades brasileiras teria contribuído para esse processo no qual as condições de projeto das operações urbanas foram negligenciadas e ofuscadas pela ânsia por captação de recursos, aliada a uma visão restrita quanto às possibilidades de transformação estrutural assinaladas pelo instrumento.

Resta saber, no entanto, se os saltos evolutivos do instrumento são suficientes para compatibilizar os interesses do capital imobiliário com a justiça distributiva, o que por si só parece um paradoxo. Além disso, outra questão que se coloca é se a qualidade do projeto e o seu impacto no território dependem do engajamento de governos progressistas.

A experiência recente do Município de São Paulo reafirmou a adesão de governos progressistas à utilização do instrumento, sem prejuízo do reconhecimento de seus problemas e limitações. O Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014 autorizou a criação de novas operações urbanas consorciadas em São Paulo, desde que na Macroárea de Estruturação Metropolitana. Além disso, previu conteúdo mínimo que deve compor a lei da operação urbana, em especial a existência de programa de atendimento econômico, social e ambiental para a população diretamente afetada pela operação e previsão de terrenos para a produção habitacional de interesse social dentro de seu perímetro de abrangência ou perímetro expandido.

O regime das operações urbanas consorciadas previsto no Plano Diretor é decorrente de amplo processo participativo, cujos resultados evidencia, ainda, a postura institucional da gestão Fernando Haddad (PT, 2013-2016) de reconhecer os conflitos decorrentes da parceria entre Poder Público e mercado imobiliário, e de buscar criar bases para que "o projeto urbano se torno, de fato, um processo para a qualificação urbana e a redução das desigualdades em São Paulo" (SÃO PAULO, 2016).

Assentados em tal arcabouço jurídico e institucional, foram encaminhados dois projetos de lei criando as operações urbanas consorciadas Bairros do Tamanduateí (PL 723/2015) e Arco Tietê (PL 581/2016). Além disso, foi feita a revisão da operação urbana consorciada Água Branca (Lei nº 15.893/2013), para sua adaptação ao Estatuto da Cidade, a qual incorporou em seu texto a concepção posteriormente positivada no Plano Diretor Estratégico.

A análise e o monitoramento da implementação das operações urbanas da "terceira geração" provavelmente ocupará a agenda de pesquisa dos próximos anos, em poderá se chegar a novas conclusões sobre a (im)possibilidade aprimoramento institucional e de projeto das operações urbanas: conseguirá deixar de ser marcado pela reprodução das desigualdades no território?

Desapropriações em perímetros de operações urbanas no Município de São Paulo

Em dezembro de 2016, foram divulgados dados da SP Urbanismo que mostram que 28 % do montante total arrecadado com as operações urbanas no Município de São Paulo foram utilizados para a desapropriação de terras (São Paulo, 2016). Isso significa que, de 10, 067 bilhões arrecadados de 1997 a 2016, foram aplicados, entre 2000 e 2016, cerca de 2,819 bilhões foram gastos em desapropriações, sendo que 7 % para a implantação de Habitação de Interesse Social – HIS e 21% para realização de obras de urbanismo – não especificam em que constituem, mas em grande parte são destinados para intervenções no desenho viário previstas na operação. Em Habitação de Interesse Social - HIS, foram aplicados, ao todo, 19 %, ou 1,251 bilhão – sendo que 36,8 % dos recursos aplicados em HIS foram destinados à desapropriação (SPURBANISMO, 2016).

Quando realizadas em perímetros de operações urbanas, objeto de transformações concentradas no território e no tempo, e, por consequência, de intensa valorização, as desapropriações têm algumas características que ficam exacerbadas, e, em especial, o fator custo – social e econômico - é atravessado pela necessidade de demonstração do Poder Público de que as obras serão executadas sem interferências de questões políticas.

No que tange o custo das desapropriações, foi anteriormente apontado como um fator de encarecimento da execução das intervenções públicas e de endividamento do Estado. Já em 2000 foi realizada pesquisa pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP que analisou o alto custo das indenizações aos cofres públicos e os impactos às políticas sociais (MARICATO, 2001).

Atualmente, as análises feitas não são muito diferentes. Com efeito, como mencionado anteriormente, foram apontados como principais gargalos à política de desenvolvimento urbano da gestão Fernando Haddad (PT, 2013-2016) o tempo e o financiamento das desapropriações (ANNENBERG & DE PAULA, 2016).

Nas desapropriações, o custo das indenizações é ainda impactado pela valorização dos imóveis em decorrência das intervenções implementadas e previstas. Mesmo quando o processo expropriatório se antecipa em relação à valorização real da área, a própria expectativa de valorização pode impactar nos laudos apresentados por particulares. Somando-se, ainda, o tempo de realização das etapas procedimentais necessárias à propositura da desapropriação e ao cumprimento da imissão na posse, torna-se grande a discrepância entre o VVR, o valor inicial estimado da indenização e os laudos particulares.

Assim, nas desapropriações realizadas em perímetros de operações urbanas,

por serem realizadas em territórios de grande potencial de valorização, os proprietários dos terrenos disputam o ganho fundiário com o Poder Público. O cálculo que o proprietário realiza prevendo a valorização futura do imóvel é o que Abramo (1988) chama de antecipação das rendas fundiárias. O objetivo da operação urbana de captar a mais-valia decorrente das intervenções é anulado nos terrenos objeto das desapropriações, em que o proprietário é beneficiado com a possibilidade de disputa da valorização potencial do imóvel.

Em terrenos em que há ocupações irregulares por população de baixa renda, a discrepância é ainda maior. Proprietários "fantasmas", que não exerciam a posse do imóvel inclusive quanto ao pagamento do IPTU, são premiados com a reintrodução de seus terrenos no mercado e, ainda, com a intensa valorização. Nesses casos, o diferencial de renda (rente gap) é ainda maior.

O conceito de diferencial de renda (*rente gap*) foi utilizado por Neil Smith ao analisar e explicar o fenômeno da gentrificação a partir do movimento dos capitais na produção do espaço urbano, diferentemente da perspectiva de análise dos economistas neoclássicos, em que as demandas e preferências de consumo individuais eram determinantes na valorização ou "revitalização" de determinado espaço urbano (SMITH, 1996; 2007). Segundo o autor, a gentrificação ocorre em locais que passaram por depreciação em contextos de desenvolvimento urbano continuado e expansão das fronteiras do capital, gerando um diferencial de renda entre a renda potencial da terra e da renda capitalizada mediante o atual uso do solo. Dessa forma, a revitalização ocorreria em locais onde o diferencial fosse maior e proporcionasse os retornos de capital mais altos.

Em análise mais recente, Tom Slater retomou o conceito que havia sido discutido por Neil Smith desde a década de 1970, bem como passou pela literatura e por estudos empíricos, posicionando o conceito no contexto da urbanização planetária (*planetary urbanisation*) (SLATER, 2015). O autor denuncia o papel do Estado na produção e exploração do diferencial de renda, apontando a função de facilitador ativo para a atuação dos especuladores.

Nos terrenos ocupados por assentamentos precários objetos de desapropriação em perímetros das operações urbanas, o Estado promove a maximização da possibilidade de ganho fundiário pelo proprietário, decorrentes da elevação do diferencial de renda por conta valorização da área gerada pela remoção da população de baixa renda e pelas intervenções no território da operação urbana.

Não obstante o crescente bojo jurídico de proteção à moradia, as desapropriações de terrenos em áreas de operações urbanas carecem de reinterpretação à luz do princípio da função social da propriedade, em especial quando objeto de conflitos fundiários.

Coloca-se a necessidade de uma agenda de pesquisa que possa analisar o instrumento da desapropriação à luz da nova ordem jurídico-urbanística, de forma a estudar a fundo o modelo de desapropriação utilizado na efetivação das políticas urbanas e quais as suas consequências reais.

Considerações finais

O presente trabalho situou o instrumento da desapropriação na nova ordem jurídico-urbanística brasileira, indicando que o instrumento foi objeto de modificações pontuais, considerando que é regido por legislação das décadas de 1940 e 1960. Apesar de ser reconhecido como instrumento da política urbana, é, em geral, objeto de análise do direito administrativo. A literatura de direito urbanístico, urbanismo e planejamento urbano tem se dedicado a estudar instrumentos inovadores da nova ordem jurídico-urbanística brasileira.

Para verificar como a desapropriação é utilizada na política urbana, bem como quais seus impactos na produção do território, um recorte possível é o papel que exerce nas operações urbanas. Se, por um lado, as desapropriações são necessárias para viabilizar as intervenções previstas em determinada operação urbana, por outro, são apontadas como gargalos para a sua execução no tempo e no custo necessários.

No que tange ao fator custo, por essas desapropriações serem realizadas em territórios de grande potencial de valorização, os proprietários dos terrenos disputam com o Poder Público o valor de mercado do terreno, que irá definir o valor de indenização. O objetivo da operação urbana de captar a mais-valia decorrente das intervenções é anulado nos terrenos objeto das desapropriações, em que o proprietário é beneficiado com a possibilidade de disputa da valorização potencial do imóvel.

Nos casos das desapropriações em terrenos ocupados irregularmente por população de baixa renda, o Poder Público acaba ignorando os conflitos de posse e privilegia, por meio das indenizações, os proprietários que há muito não exercem a posse no terreno em detrimento das famílias removidas. Nesses casos, o Poder Público se posiciona ao revés do princípio da função social da propriedade que deveria nortear as resoluções dos conflitos fundiários.

A aquisição de terras pelo Poder Público interfere na produção do território e, por isso, não deve ser entendida como mero instrumento administrativo de intervenção na propriedade, mas reinterpretado à luz da função social da propriedade. A partir dessas questões que se colocam e fatos que se mostram, fica evidente a necessidade de colocar o instrumento da desapropriação na agenda da pesquisa sobre política urbana.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Pedro. *A dinâmica imobiliária: elementos para o entendimento da espacialidade urbana***.** 304p Dissertação (Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 24-96, 1988.

ANNENBERG, Flávia Xavier & de Paula, Pedro do Carmo Baumgratz. **Inovações e alternativas institucionais para a transformação urbana em São Paulo.** In: Eixos de Estruturação da Transformação Urbana: inovação e avaliação em São Paulo. IPEA. Cap. 7 (p. 251-284). 2016. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_eixos_de_estruturacao_cap6.pdf>. Acesso em 22 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.365,** de 21 de junho de 1937. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 11 fev. 2017.

BRASIL. **Lei n. 4.132,** de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Brasília, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4132.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Lei 10.257, de 1º de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BREGA, JOSÉ FERNANDO FERREIRA. **O público e o privado na implantação de planos de renovação urbana.** Revista de Direito Administrativo Contemporâneo, v. 4, p. 167, 2014.

CAFRUNE, Marcelo Eibs. **Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos: do debate teórico à construção política.** *Revista da Faculdade de Direito UniRitter,* Porto Alegre, n. 11, p. 197-217, 2010.

FIX, Mariana. **A "fórmula mágica" da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo.** In: Schicci, Maria Cristina; Benfatti, Dênio (Org.). Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. 1ed. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004, v., o. 185-198.

FROTA, Henrique Botelho. **A função social da posse como parâmetro para tratamento dos conflitos fundiários urbanos.** Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade. Natal: FIDES, v. 6, n. 1. Pp. 37-54, 2015.

GOMES, Wilton Luis da Silva. **Inovações no regime jurídico das desapropriações.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2009. 231p.

MARICATO, Ermínia et al. **Preço de desapropriação de terras: limites as políticas públicas nas áreas de habitação, meio ambiente e vias públicas em São Paulo.** Lincoln Institute Research Report: 2000. Relatório de pesquisa.

MASSONETTO, Luiz Fernando. **Operações Urbanas Consorciadas: a nova regulação urbana em questão.** Revista da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 17, p. 101-118, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** 32. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

SÃO PAULO (Município). **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.** O Arco Futuro na São Paulo de hoje. São Paulo: SMDU, 2016a. 152p.

SÃO PAULO (Município). **SP Urbanismo.** Gestão das Operações Urbanas na Cidade de São Paulo. Relatório da Diretoria de Gestão das Operações Urbanas. São Paulo: SP Urbanismo. 2016b. Disponível em: < http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/OUCs_BALAN%C3%87O_GERAL.pdf>. Acesso em 16 jan 2017.

SÃO PAULO (Município). **Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP.** Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. 248p.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro.** 5ª edição. São Paulo, Malheiros editores, 2006.

SILVA, Patrícia Cezário Silva. **Aquisição de terras e Habitação de Interesse Social.** In: Eixos de Estruturação da Transformação Urbana: inovação e avaliação em São Paulo. IPEA. Cap. 6 (p. 217-249). 2016. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_eixos_de_estruturacao_cap6.pdf>. Acesso em 22 jan. 2017.

SLATER, Tom. **Planetary Rent Gaps.** Edinburg: Antipode. Vol. 00, nº 0 2015, pp. 1-24, 2015.

SMITH, Neil. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano.** Traduzido de Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space. In: Readings in Urban Theory. Edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996. Traduzido por SANFELICI, Daniel de Mello. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo. Nº 21, pp. 15 - 31, 2007.

VÍCOLA, Nivaldo Sebastião. **A propriedade urbana no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2007. 170p.

DESIGUALDADES DA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL BRASILEIRA: entre o direito e a mercantilização da moradia pelo MCMV

MELO, JANAYNA APARECIDA CARDOSO (1).
LUZ, JANES SOCORRO DA (2)

Universidade Estadual de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades no programa Território e Expressões Culturais no Cerrado
Endereço Postal: 75110-390
jlmelloj7@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades no programa Território e Expressões Culturais no Cerrado
Endereço Postal: 75110-390
jnsluz@hotmail.com

RESUMO

Buscamos neste artigo evidenciar com base nos estudos de Codes (2008); Loureiro, Macário e Guerra (2015); Rolnik et al.(2015); Shimbo (2012) e Scalon (2011) abordagens teóricas que trataram das questões vinculadas a pobreza e a desigualdade vinculando-as as críticas realizadas ao desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). A pesquisa foi estruturada a partir dos referenciais teóricos vinculados ao tema, ou seja, é classificada como tipo exploratória utilizando o procedimento bibliográfico. Há o discurso de que se abriu um espaço para o debate, formulação e implementação de um projeto habitacional que seria direcionado a redução do déficit de moradias a classe social que possui uma renda média de até três salários mínimos com um financiamento subsidiado pelo governo federal por meio do MCMV a partir de 2009. Considerando que não houveram alterações nas bases estruturais, entre elas a questão do acesso a terra e a efetiva regulação da função social da propriedade e ao revisarmos bibliografias relacionadas ao tema concordamos que o programa poderia ter contribuído para uma redução dos déficits (não somente habitacionais) se não tivesse sido usado como uma estratégia conjunta do aparato estatal junto ao setor imobiliário promotor de uma especulação ampliada e financeira ainda em curso.

Palavras-chave: *segregação; focalização; programa Minha Casa, Minha Vida; desigualdade*

Introdução

A partir da década de 1980 os debates sobre as cidades, questão urbana e moradias dignas se intensificaram para que pudesse ser estabelecida uma política pública habitacional em que as demandas não só por construções de unidades habitacionais pudessem ser mitigadas. No entanto, com o modelo "tercerizador" -ajuste estrutural (década de 1980) e posterior administrativo (década de 1990) para promoção de mecanismos de mercado- processado pelo governo brasileiro foi priorizada mais uma vez a construção quantitativa de unidades habitacionais em outra onda conservadora que visava produzir discursos e consensos para que grandes capitais pudessem aumentar a própria articulação no espaço urbano (e não somente) com poucas resistências.

Logo, neste artigo buscaremos responder as seguintes questões: quais foram os elementos que contribuíram para que a política habitacional brasileira a partir da década de 2000 oscilasse entre a iniciativa de uma construção democrática diante da questão urbana ao fomento de grandes capitais de engenharia? Como se encara a questão da pobreza e da desigualdade no processo de seleção dos mutuários? E qual o panorama abordado pelos autores referenciados sobre a performatização, periferização e segregação sofridos pelos sujeitos?

A pesquisa foi estruturada a partir dos referenciais teóricos vinculados ao tema, ou seja, é classificada como tipo exploratória utilizando o procedimento bibliográfico. Houve uma breve revisão da literatura sobre as políticas habitacionais brasileiras, poder de influência e participação dos atores sociais. Também foram analisados documentos oficiais como: leis, decretos, portarias e outros documentos oficiais. Logo, buscamos responder a hipótese de que o padrão estético, estrutural e segregador continuam replicados nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida- MCMV.

1. A pobreza relacionada as desigualdades

Ao abordarmos sobre a questão habitacional buscaremos expor quatro conceitos de pobreza por estarmos tratando de aspectos mais gerais da política de habitação de interesse social relacionado ao MCMV. Assim, referenciaremos as dimensões da necessidade básica, privação relativa, privação relativa (CODES, 2008) e privação de capacidades (CODES *apud.* SEN, 2008). Em seguinte nos deteremos a vincular a questão da multidimensionalidade ao acesso à moradia por meio do MCMV. Por não termos estabelecido um recorte ainda mais específico como por exemplo, um estudo de caso, não utilizaremos o conceito de pobreza como necessidade de subsistência, pois caberia um estudo mais aprofundado a fim de elaborar inferencias frente à realidade vivida pelos moradores/contratantes/mutuários do MCMV.

Logo, utilizaremos os quatro conceitos citados por acreditarmos que ao analisar a questão habitacional e segregacionista devemos tratar de aspectos complementares, por vezes sobrepostos ou intercalados. Codes (2008) expos sobre os principais conceitos relacionados à pobreza no artigo "*A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*":

> *À noção inicialmente cunhada – a da "subsistência", que definia a pobreza com base no critério da renda necessária para a sobrevivência exclusivamente física do indivíduo- somaram-se outras formulações mais abrangentes. Um primeiro passo em relação à ampliação do conceito veio com a formulação das "necessidades básicas", que instaurou a perspectiva de que a pobreza tem várias faces, manifestando-se por intermédio de diversos tipo de carências. A partir daí, desdobraram-se outras formulações, como a da "privação relativa", centrada na noção de que a pobreza deve ser definida socialmente, e a "privação de capacidades", que se caracteriza por desenvolver uma reflexão de caráter mais abstrato sobre a natureza do objeto, remetendo a discussão aos campos*

> *da justiça social, da política, das desigualdades e da subjetividade. Tal evolução conceitual não significa que as formulações mais antigas tenham sido descartadas pelas mais recentes...Entretanto nota-se que os atuais debates sobre o tema tendem a enfatizar a ideia de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados. (CODES, 2008, p.05)*

Codes (2008) apresenta com base em Towsend (1993) que é preciso desvincular a ideia de que pobreza está sempre associada à baixa renda e que baixa renda por sí só seria igual à desigualdade. Esta autora afirma que é preciso condiderar o que Scwartzman (1997) propôs como "síndromes de pobreza" que são condições complexas, ou seja, pode ser um fato ou sentimento de privação que depende da inserção e contextos ampliados. Dentro dessa subjetividade há também o sentimento de "vulnerabilidade" que é tido como o estado de ter perdido ou pela possibilidade de perder o pouco que se têm, inclusive pela ausência ou pelo pouco poder político. Assim, Amartya Sen (2001) não refuta a pobreza como algo também relacionado à insuficiência de renda, mas expande o entendimento argumentando que é a insuficiência de mobilidade, de acesso a meios, bens, serviços e culturas. Ou seja, segundo a perspectiva da *multidimensionalidade* é entendida como um fenômeno social complexo que envolve aspectos materiais, subjetivos; dimensões políticas e sociais que se expressam nas complexidades e diversidades de contextos. Codes (2008) ainda pontua um problema sobre os entendimentos subjetivos do que seriam as necessidades relativas ou absolutas. Afirmando que não se pode tratar de uma classificação rigida, pois cada sujeito pode experienciar as situações de pobreza devido as transformações, as mudanças inerentes ao formato da sociedade e aos contextos ou ciclos de vida.

Portanto, o direito de acesso de todos os indivíduos aos serviços e utilidades coletivas não necessariamente diminuiriam as pobrezas e as desigualdades, pois a desigualdade tem um sentido e vivência específicas para cada sujeito. Desta

forma percebe-se que uma sociedade mais justa passaria pelo enfrentamento dos diversos tipos de pobreza em suas diversas manifestações desiguais e pela defesa dos diretos à cidadania ampliada.

2. Instabilidades da política habitacional brasileira

A política habitacional brasileira entre 1946 (com a criação da Fundação da Casa Popular) a 2003 foi caracterizada por sua descontinuidade, conservadorismo, regressividade, limitações propositivas e estruturais. Vicente ressalta que:

> *As primeiras empresas de construção civil brasileiras iniciaram suas atividades com a especulação urbana, mas foi na ditadura militar que o desenvolvimento desse tipo de empresa se consolidou vinculado organicamente ao Estado brasileiro, por meio da construção de habitações populares, garantindo sua sustentabilidade, apoiada no fundo público (VICENTE, 2015, p.569).*

Ou ainda conforme Fagnani:

> *Um dos indícios da privatização no setor da habitação é o papel "fundamental" desempenhado por representantes dos interesses empresariais, da indústria da construção civil e do sistema financeiro, na formulação e na implementação dessa política no pós-64 (MELO, 1998 apud. FAGNANI, 2007, p.189)*

Em 2003 quando o Ministério das Cidades foi criado houve uma ampliação dos investimentos na área habitacional, pois este passou a ser responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e pelas Políticas Setoriais de Habitação[1] (PSH). O caderno MCidades (vol. 04, 2004) apresenta o seguinte:

[1] Em 2003 o Ministério era composto por cinco secretarias setoriais: Secretaria Nacional de

> *A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade (BRASIL, 2004, p.12)*

No trecho citado acima percebemos que não há a preocupação com a inserção de um modelo participativo e democrático que buscasse inserir as pessoas em discussões de "como fazer uma cidade melhor" e sobre a conexão desta política pública com as demais em um sentido de descentralização de decisões, mas é visível a preocupação com aspectos "construtivos" em que é necessário um intermediador, como os capitais de engenharia. Segundo Shimbo:

> *Até 2006, faltava um elemento que integrasse esse conjunto de favorecimentos à atuação privada na produção de moradias - ou "um fermento que fizesse o bolo crescer". E esse elemento se referia à justificativa do porquê o mercado imobiliário financeirizado precisava e deveria atuar nas faixas de renda mais baixas. Tornou-se conveniente, portanto, confundir habitação de interesse social com habitação de mercado, a fim de se contemplar o imenso déficit de moradias no país, transformando, agora, em nicho de mercado, tendo em vista o volume de recursos públicos e semipúblicos disponibilizados a essas faixas de renda. crescimento (SHIMBO, 2012, p.73).*

Diante da conjuntura de crise econômica internacional o Governo Federal brasileiro passou a adotar várias medidas para tentar suavizar os efeitos negativos

Habitação; Saneamento Ambiental; Transporte e Mobilidade; Programas Urbanos e Executiva. Em 2016 havia quatro: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos; Secretaria Nacional de Habitação; Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

que poderiam provocar (e provocaram) no país, especificamente sobre a cadeia financeiro-imobiliária. Logo, o Governo Federal instituiu a Medida Provisória n° 459 em 25 de março de 2009. Convertida na Lei n°11.977[2], de 07 de julho de 2009, que dispôs sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV com o escopo de criar mecanismos de estímulo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para grupos familiares com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos. Segundo Loureiro, Macário e Guerra (2015):

> *O PMCMV faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, pelo segundo governo Lula com o objetivo de superar a situação de baixo crescimento econômico do país, por meio do aumento de investimentos públicos em diversas áreas de infraestrutura. O PAC nasceu como desdobramento do Plano Piloto de Investimentos (PPI), proposta negociada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda no primeiro governo Lula, para que os gastos em investimentos em infraestrutura fossem debitados do cálculo do superávit primário. Reforçado com a emergência da crise financeira internacional de 2008, o PAC tornou-se programa prioritário do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma orientando-se, como o próprio nome indica, pela urgência e rapidez em apresentar taxas mais elevadas de crescimento (LOUREIRO, MACÁRIO e GUERRA, 2015, p.1534).*

Segundo as informações disponibilizadas no portal federal o processo de construção do programa aconteceu com a parceria de diversos setores da sociedade civil, de empresas da construção civil[3] e movimentos populares que lutavam pela garantia

[2] A lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011 alterou a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas (BRASIL, 2011).

[3] Shimbo (2012) e Rolnik (2015) expõem quão mais expressiva foi a participação deste setor nas articulações, desenhos, implementações e aquisição de recursos tanto públicos quanto

à moradia. No entanto, podemos afirmar que foi caracterizado como um modelo descendente (de cima para baixo).

> *Cada vez mais os atores sociais são chamados à participação, porém as condições dessa participação são claramente definidas a partir de possibilidades e oportunidades de inserção na arena pública. E essas possibilidades e oportunidades não são de fato iguais. Devemos considerar que, quando os custos e as chances de participação são tão desiguais, em geral nos defrontamos com uma situação em que os incluídos aumentam suas vantagens relativas sobre os excluídos, se apropriando de forma mais efetiva dos benefícios gerados pela sociedade ou pelo Estado. Portanto, a dinâmica da relação entre Estado e sociedade, na qual se inscreve a prática das políticas públicas, é atravessada por desigualdades na distribuição de poder: seja, ele político, econômico, social, intelectual ou simbólico. (SCALON, 2011, p.51)*

Atualmente o PMCMV é dividido em dois eixos: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Entretanto, a maior parte dos recursos é destinada para o primeiro, uma vez que está contabilizada nas regiões urbanas a concentração do déficit habitacional brasileiro. Porém, isso não significa que o MCMV está atendendo a faixa com maior déficit contabilizado. Este déficit é referido a faixa um, que possui uma renda variável de até três salários mínimos. E tão pouco que há uma efetiva redução nas situações ou condições de pobreza e desigualdades dos grupos familiares contratantes desses empreendimentos, pois como mencionado anteriormente o fato de aumentar a renda ou no caso, de ser um mutuário (ainda não detêm a posse do imóvel) de uma unidade habitacional garantirá quais outros direitos e supressões de necessidades dos moradores?

privados desse agente que adquire novas capacidades ao se plasmar com a atuação do Estado e setor financeiro.

No artigo "*O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação"*, Raquel Rolnik *et al.* (2015, p.139) afirmam que além dos fatores macroeconômicos, da necessidade de garantir que os investimentos realizados pelas empresas -com o apoio do governo- continuassem suas projeções de crescimento e da resolução da questão relacionada aos déficits habitacionais históricos. Outro fator a ser exposto e que provocou o impulsionamento desse setor foi a necessidade de fazer o programa "rodar" a qualquer custo e corroboram ainda para outra constatação referente a localização dos residenciais, segundo os autores "identificou-se um conjunto expressivo de empreendimentos situados nos limites da mancha urbanizada, contribuindo para impulsionar sua expansão e reforçando o modelo de urbanização dispersa". Então, prevalece um padrão característico de uso de solo predominantemente monofuncional com poucos serviços, equipamentos públicos ou comércios disponíveis, além do que em muitos casos as pessoas são deslocadas para as novas unidades habitacionais tendo que refazer vínculos de solidariedade e apoio.

> *Todas as regras e exigências do PMCMV, ainda que estabelecidas pela Caixa e Ministério das Cidades e cumpridas pela iniciativa privada, permitem o protagonismo das construtoras na definição espacial, construtiva e territorial, gerando-se, ao final, um padrão nacional de moradia social acatado pelos municípios, independentemente das características físicas dos terrenos, das condições bioclimáticas locais e das necessidades habitacionais dos moradores (NASCIMENTO, 2016, p. 150).*

Loureiro, Macário e Guerra (2015) na exposição do artigo "*Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida*" afirmam que o sucesso das políticas públicas dependem de uma coerência em sua formulação junto ao debate e negociações com as pluralidades de atores envolvidos até o lócus de implementação, ou seja, com descentralização e participação ampliada de moradores, movimentos sociais formais (uma aberração que obriga o "registro" perante o Estado), movimentos autogestionários,

universidades e outros que podem aumentar a compreensão dos problemas e de propostas ampliando o conhecimento real e crítico a fim de minimizar erros de planejamento alcançando melhores resultados articulando interesses para que seja uma construção de baixo para cima (ascendente). Segundo Nascimento:

> *A sociedade contemporânea está estruturada pela disputa por espaço urbano, por lugares, essencialmente a moradia, mas também estrutura a mesma disputa, a partir do desentendimento que se tem ou não da cidade onde queremos viver ou da cidade que cotidianamente produzimos. (NASCIMENTO, 2016, p. 147)*

Na próxima etapa discutiremos brevemente sobre a construção social e simbólica do significado da casa própria que foi promovida a item de desejo (e marcador de exclusão) incentivado pelas políticas de governo.

3. Minha Casa, Minha Dívida?

O PMCMV, faixa um, teve como um dos vários objetivos o atendimento aos grupos familiares com rendimento bruto mensal de até R$ 1.600,00[4] (mil e seiscentos reais) para o financiamento social e aquisição da unidade habitacional (UH) própria.

Tem em sua estrutura um rol de complexidades que às vezes demonstram aspectos conservadores outras vezes progressistas, obviamente não chegando a ser totalmente esquerdistas, tanto é que segundo o portal federal as prioridades nacionais para atendimento são: a) famílias desabrigadas ou residentes em áreas de risco ou insalubres; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; c) famílias em que faça parte Pessoa com Deficiência /PcD[5]; e d) mais recentemente "mesmo os que tiverem microcefalia em decorrência de outras causas, que não o zika vírus, poderão ser beneficiados; independente de ser criança, jovem ou adulto[6]".

Novellino (2004) ao referenciar Pearce (1978), Barroso (1978) e Castro (1999) aborda sobre o conceito de feminização da pobreza no sentido da focalização de políticas às mulheres chefes de grupos familiares seja pelo fato de fomentarem a principal contribuição para o núcleo familiar, financeira ou de referência. Neste sentido de fortalecer o papel da mulher como chefe do núcleo familiar dialoga com as propostas de focalização do MCMV, pois uma das prioridades de atendimento é direcionada a essas mulheres com este papel específico e com maior número de filhos. No entanto, esta mesma autora expõe no estudo realizado por Castro (1989) que tanto homens quanto mulheres "sofrem de forma similar os baixos níveis de renda" defendendo que é preciso ampliar as discussões e relacioná-las as questões ligadas à classe social e étnicas.

Percebemos que ao se estabelecerem prioridades de atendimento a grupos especificos verifica-se a iniciativa de focalização das ações a fim de promover uma espécie de compensação ou justiça social. Mas também é possivel identificar conforme Gomes, Pinto e Campos (2017) que ao se estabelecer critérios tão seletivos é necessário todo um aparato burocrático mais robusto que além da capacitação do corpo técnico se busque evitar os "vazamentos" daqueles que não se enquadrem nos critérios estabelecidos pelos governos. Inclusive lidar com as situações de corporativismo, assistencialismo e clientelismo ainda impregnada no aparato estatal e social. Todavia, apontamos que os principais problemas estão diante das situações de constrangimento pelas quais passam as pessoas que buscam os cadastros habitacionais devendo comprovar as situações ou condições de carência, saúde, vulnerabilidade ou risco sociais revelando as inúmeras incapacidades do Estado (conforme dito, propositais ou não) e não dos sujeitos.

[4] Recentemente alterada para R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) pela Portaria Interministerial nº 99/16 (BRASIL, 2016).

[5] Neste critério há um recurso com um nível de burocratismo absurdamente constrangedor, pois *é preciso a apresentação de atestado médico que comprove o tipo, espécie, grau ou nível da deficiência junto ao número de Classificação Internacional de Doenças – CID*

[6] Disponível pela fonte:http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/07/entenda-o-que-mudou-no-minha-casa-minha-vida.

Podemos ainda dialogar com que Castro (1999) *in* Novellino (2004) quando trata da "ideia de justificação de medidas normativas e compensatórias" para justificar situações restritivas ou eletivas a apenas um grupo. Podemos pontuar que uma mulher que não tenha filhos (por própria opção ou por qualquer motivo) não deixa de ter o direito de acesso à moradia, no entanto, pelas focalizações tem suas chances diminuídas diante de situações "prioritárias". Segundo Gomes, Pinto e Campos (2017):

> *A focalização, contudo, torna-se mais um mecanismo de exclusão, pois acaba deixando de fora um grande número de famílias, que mesmo não se adequando aos critérios continuam em situação de precariedade (SOARES, 2003). A focalização acaba também por exigir a mobilização de uma quantidade de recursos expressivos para "acertar o alvo" e evitar "vazamentos para os não-pobres" (como a criação de uma equipe de fiscalização). Criam-se, ainda, situações desconfortáveis para as famílias que são obrigadas a preencher extensos questionários (os quais pedem informações difíceis de serem dadas) e comprovar sua situação de pobreza. (GOMES; PINTO; CAMPOS, 2017, p.10)*

No entanto, acreditamos que o uso conjunto de políticas focalistas e universalistas é mais justo, pois tem um nível de abrangência maior enquanto ao mesmo tempo pode haver o direcionamento de esforços ao atendimento de demandas de grupos específicos.

A oposição entre universalização e focalização é, portanto, artificial, embora tenha se tornado comum no discurso de vários analistas e, num contexto de escassez de recursos, fazer sentido para a escolha do tipo de política que deve ser priorizada. A natureza multidimensional da desigualdade requer a combinação e articulação de ambas (SCALON, 2011, p.65).

No artigo "*Minha Casa, Minha Vida": experts, sentidos de classe e a invenção do "mercado" da casa própria no Brasil contemporâneo,* escrito por Moisés Kopper (2016) há o objetivo de investigar a "performatização através da invenção de mercados populares (produção, circulação e consumo) que têm no "sonho" da casa própria seu denominador comum" (KOPPER, 2016, p.188) argumentando junto à Lefebvre e Santos que:

> *A concessão variável de cidadania erigiu-se sob a forma de um acesso restrito ao direito e à terra; nesse cenário, a casa própria representa, simultaneamente, a possibilidade (de outro modo improvável) de mobilidade econômica ascendente por meio da ocupação diferenciada do território ou do espaço social (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 1994 apud. KOPPER, 2016. p.186)*

A casa própria[7] é tida como um elemento que classifica e distingue os diferentes tipos de estratos sociais principalmente por definir e destacar aqueles detêm a posse da propriedade dos que não a possuem. Logo, o onde morar e como morar são construídos como dispositivos de distinção para definir os "portadores de direitos" dos segregados. Ou seja, os que têm variáveis tipos de mobilidades sociais, culturais, simbólicas e econômicas por meio dos variados tipos de consumo daqueles que "carecem do assistencialismo e de práticas pedagógicas, regulatórias e moralizantes por meio de ações estatais ou em parceria público-privado", segundo a ideologia capitalista para que se encaixem no perfil do cidadão consumidor.

Diante da periferização dos empreendimentos desta política/programa habitacional (MCMV) Kopper (2016) demonstra as precificações, cálculos, projeções e ajustamentos de técnicas e estéticas às edificações que variam desde o capital

[7] Segundo Nascimento, "o cenário brasileiro que coloca a casa como ativo financeiro (pelo subsídio ou pelo microfinanciamento) para entrar no circuito econômico financeiro global, alimentado pela maquinaria da propriedade privada e pela massificação internacionalizada da casa" (NASCIMENTO, 2016. p. 147)

que a empresa possui incluindo o fato ou não de ter experiência como construtora até a análise de potencialidades de fluxos urbanos e de sistemas de engenharia na/ou próxima à região que poderão existir visando obviamente à maximização dos lucros pela construtora. Logo, a desigualdade "impõe-se, inclusive, na segregação do espaço em que os indivíduos se inserem e se movimentam, delimitando o lugar de cada cidadão na face urbana" (SCALON, 2011, p.54).

Kopper (2016) evidencia as associações entre os objetos e os sujeitos com base em suas faixas de renda, ou seja, o ínfimo para quem detêm o mínimo. "Nesse processo de teste e erro entre técnicas construtivas, tecnologias de monitoramento e clientes imaginados, sentidos de classe são *performados* pelos operadores desses mercados imobiliários" (KOPPER, 2016, p.203). Assim tipologias de unidades habitacionais seguem rígidas e homogêneas, geralmente em periferias urbanas, em fronteira com áreas rurais ou precariamente conectadas socioespacialmente às cidades fomentando o uso do solo de maneira a continuar a garantia da renda fundiária.

Na construção do espaço urbano há o jogo de correlação de forças entre atores sociais, estatais e privados que revelam ou não seus interesses e formas de persuasão que a depender do grau de coesão podem ser mais ou menos inseridos nas agendas políticas/legais e terem suas proposições postas em prática a depender do nível influência superposta na estrutura. Logo, "desigualdade e pobreza, embora sejam conceitos distintos, estão fortemente vinculados, na medida em que as disparidades nas chances de vida acabam por determinar as possibilidades de escapar de situações de privação de vulnerabilidade" (SCALON, 2011, p.52).

> *Sabemos que a desigualdade não é um fato natural, mas sim uma construção social. Ela depende de circunstâncias e é, em grande parte, o resultado das escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade. Mas também sabemos que todas as sociedades experimentam desigualdades e que estas se apresentam de diversas formas como: prestígio, poder, renda, entre outras- e suas origens são tão variadas quanto suas manifestações (SCALON, 2011, p.50).*

Assim, Nascimento, evidencia que o dissenso está materializado e também representado de forma simbólica pelos discursos e práticas destoantes, pelas pautas adversas, pela falta de consenso de ideias e ideais sobre a construção da cidade e do território. Scalon contribui argumentando que:

> *Se reconhecermos que o sentido dado à igualdade é socialmente construído e, portanto, existe um código socialmente compartilhado que justifica ou condena a desigualdade, devemos também reconhecer que políticas públicas que não levem em consideração os valores e os padrões de comportamento da sociedade são politicas destinadas ao fracasso. Dessa forma, é imprescindível que se desenvolvam esforços no sentido de identificar de maneira mais sistemática aqueles valores e atitudes em relação às desigualdades que têm implicações e consequências sociais mais significativas. Porque são eles que, de algum modo, permitem a convivência com os níveis de disparidade experimentados em cada sociedade (SCALON, 2011, p.55).*

Nascimento é realista ao afirmar que:

> *O PMCMV tem prevalecido financeiramente e politicamente diante de outras ações historicamente construídas, como regularização fundiária, urbanização de favelas e assentamentos precários, crédito à autoconstrução, assessoria técnica, melhorias habitacionais, locação social, todas necessárias para a construção de uma ampla e democrática política habitacional (NASCIMENTO, 2016, p. 161).*

Acreditamos que o sucesso das políticas públicas dependem de uma coerência em sua formulação junto ao debate e negociações com as pluralidades de atores envolvidos até o lócus de implementação, ou seja, com descentralização e efetiva participação da sociedade civil aumentando a compreensão de problemas e propostas ampliando o conhecimento real e crítico a fim de minimizar erros de planejamento e execução alcançando melhores resultados vinculado aos interesses sociais para que seja uma construção de baixo para cima. Ou seja, uma comunicação efetiva com o Estado só poderia acontecer neste protótipo de democracia representativa se as experiências e vivências dos sujeitos pudessem ser expressas durante os processos produtivos – criativos- formuladores- executores fazendo com que houvesse a circulação de informações objetivando mudanças concretas, ou seja, por meio de um arranjo legitimador democrático consociativo[8].

Para concluir a articulação deste argumento não poderíamos deixar de citar Ramos e Koga (2011) que desenvolvem no artigo: "*Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública*" críticas à homogeneização da definição de programas/projetos/serviços sociais e as formas de acessá-los quando não se considera o valor (simbólico) que o território tem para o indivíduo tentando adequar o indivíduo ao território ou "novo habitat"- como trazem alguns textos da política habitacional brasileira. E ainda, sobre a crítica da não participação dos sujeitos na formulação, implantação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas habitacionais.

Os autores acreditam que para se capturar aspectos subjetivos "haveria que se transpor o binômio dos indicadores populacionais censitários e territoriais cadastrais, buscando capturar o movimento ou a dinâmica que se dá no cotidiano dos territórios analisados, denominados pelos autores de "eixo da mobilidade/ conectividade"" (RAMOS; KOGA, 2011, p.355). Pois, se poderia repensar os processos de gestão de programas ou projetos com base nessas relações entre territórios ampliando a visão para identificar outras variáveis que não àquelas

[8] Ver Loureiro, Macário e Guerra, 2015, p.1533.

postas pela situação vulnerabilidade social e exclusão territorial. Cabe destacar que no texto referenciado há a definição de *território* por Milton Santos afirmando que "só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam" (SANTOS, 2000, p.22 *apud*. RAMOS; KOGA, 2011, p.357).

Considerações finais

A trajetória da política habitacional brasileira é pontuada por várias mudanças refletindo como tem sido compreendida, ou seja, como política de governo e não como política de Estado. Desde o final do século XIX construções ideológicas segregacionistas se incrustaram na sociedade brasileira– com a contribuição do Movimento Higienista- pesando a segregação classista, periférica, racial, econômica, social e cultural construindo ações públicas que criminalizavam e invisibilizavam os não brancos, os não ricos, os não urbanos.

Neste artigo expomos que antes mesmo da década de 1990 o incentivo e participação ativa dos grandes capitais de engenharia já estavam articulados ao poder do Estado e promoveram apenas a redução mínima do déficit habitacional que historicamente está concentrado na proporção que detêm até cinco salários mínimos. E que a partir de 2003 o "segmento popular" foi o alvo desse capital por diversas maneiras, desde a concessão de subsídios, isenção de impostos até a promoção midiática e a construção de um discurso incoerente com a realidade brasileira.

Outro ponto abordado foi a questão da pobreza e da desigualdade no processo de seleção dos mutuários. Percebemos com base nos autores referenciados que pobreza e desigualdade são categorias e experiências distintas. Que os critérios nacionais de seleção ou para cadastros atuais relacionados ao MCMV, apesar de se encaixarem como uma tentativa de focalização são prejudiciais à medida que constrangem pessoas, criam mecanismos absurdos para comprovação de pobreza

(já discutida que é multidimensional e subjetiva), excluem outra parte que tem suas especificidades, mas que não se encaixam nos critérios básicos (por exemplo: uma mulher que não tenha filhos), entre outros. E que os problemas relacionados à periferização, segregação e inacessibilidade aos equipamentos e serviços públicos, ou mesmo quando há tais dispositivos e estes não podem ser plenamente acessados, ambas situações podem ser caracterizadas como uma parte "das síndromes de pobreza" que expõem as complexidades e multidimensionalidades das desigualdades vividas na cidade e especificamente nos residenciais, conjuntos habitacionais ou condomínios do MCMV demonstrando como são planejadas e executadas as ações do Estado que não está presente no cotidiano dos moradores. Pois, o direito à moradia não foi elaborado de tal forma, considerando os moradores como sujeitos. A disposição e disponibilização ocorreram apenas como uma resolução para a demanda quantitativa (mas não somente, como já foi apresentado). Logo, a periferização e a segregação não são vistos em primeiro plano apenas pela localização dos imóveis, mas pela localização social que é dada a quem não detém capital político, cultural e principalmente econômico suficiente para adquirir um imóvel sem a interferência direta do Estado junto ao capital de engenharia.

Assim, ao propor que novos contratantes do financiamento habitacional da faixa um, que possuem uma renda familiar bruta de até três salários mínimos alcancem apenas a relatividade do "direito à propriedade" por meio de políticas econômicas travestidas de interesse social é possível visualizar mais uma das formas de desmantelar a luta por outras formas de construção social menos restritas. Ou seja, essa lógica faz parte da dinâmica capitalista que transforma o direito à moradia em novos modelos de consumo habitacionais deixando ao lado problemas estruturais que incluem mais que o direito à cidade.

Referências bibliográficas

ANÁPOLIS. *Decreto nº 37.192* **de 04 de Abril de 2014.** Diário Oficial do município de Anápolis, Goiás, p. 06. Disponível em: <http://a.anapolis.go.gov.br/transparencia/diariooficial/20140404.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

_____. *Lei Complementar nº 128 de 10 de outubro de 2006***.** Plano Diretor Participativo de Anápolis. Disponível em: <www.anapolis.go.gov.br/leis>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. *Lei Orgânica de Anápolis***.** Disponível em: <http://anapolis.go.gov.br/leis/index.php?option=com_content&view=article&id=2935&Itemid=129 >. Acesso em: 29 maio 2015.

BRASIL. *Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005***.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. *Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009***.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação.** *Cadernos MCidades Habitação- vol. 04*. Brasília, 2004. Disponível em:<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/127/titulo/cadernos-mcidades-4---politica-nacional-de-habitacao>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Portaria Interministerial nº 99 de 30 de março de 2016.** Disponível em:<http://www.lex.com.br/legis_27111900_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_99_DE_30_DE_MARCO_DE_2016.aspx>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014**. Disponível --em:<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>. Acesso em: Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação**. Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação. Brasília, 2010. Disponível em:<www.cidades.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2015.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa.** IPEA: *Texto para discussão.* n. 1332, 2008. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4888%3Aa-trajetoria-do-pensamento-cientifico-sobre-pobreza-em-direcao-a-uma-visao-complexa&catid=170%3A2012&directory=1&Itemid=1>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FAGNANI, Eduardo. **Política Habitacional.** In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A.(Org.) *Dicionário de políticas públicas*. Disponível em: <http://dicionario.fundap.sp.gov.br/Verbete/214>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **"Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92".** *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: IE/Unicamp, n.º 8: 183-238, jun, 1997. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643175>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GOMES, Darcilene; PINTO, Giovana; CAMPOS, Luciane. **Desigualdade, pobreza e políticas sociais: discutindo uma visão sobre a focalização.** Instituto de economia. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 01–13 p. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/1002gomesetal.pdf >. Acesso em: 14 jul. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). *Nota técnica nº 05 de novembro de 2013***: estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012).** Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadirur05.pdf > Acesso em: 15 ago. **2016.**

KOPPER, Moisés. **"***Minha Casa, Minha Vida": experts, sentidos de classe e a invenção do "mercado" da casa própria no Brasil contemporâneo.* Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 22, n. 45, p. 185-215, Jun. 2016 . Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script =sci_arttext&pid=S0104-71832016000100185&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2017.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro Henrique. *Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida***.** Revista de Administração Pública, v. 49, n. 6, p. 1531-1554, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/37923>. Acesso em: 06 abr. 2017.

NASCIMENTO, Denise Morado. **As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade.** *Cad. Metrop.*, São Paulo , v. 18, n. 35, p. 145-164, Abr. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000 100145&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2017.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** Apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 26 a 30 de out. de 2004, 01-18 p. Disponível em:< http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/pdf/abep2004_51.pdf>. **Acesso em: 09 jun.** 2017.

RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce. **Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública.** *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.106, p.335-364, abr./jun.2011.

ROLNIK, Raquel *et al* . **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação.***Cad. Metrop.,* São Paulo , v. 17, n. 33, p. 127-154, Maio 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo .php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100127&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate.** *Contemporânea,* n. 1, jan-jun. 2011, p. 49-68. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20/5>.Acesso em: 15 jul. 2017.

SEN, Amartya. **Igualdade de quê?** In: _____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p. 43-68.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social de mercado:* **a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

VICENTE, Damares. **Desgaste mental de assisten/tes sociais: um estudo na área da habitação.***Serv. Soc. Soc*., São Paulo , n. 123, p. 562-581, Set. 2015 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300562&lng=en &nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2017.

DISPUTAS DE LUGAR E A PEQUENA ÁFRICA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?

SANTOS, RENATO EMERSON DOS (1); SILVA, KAROLINE SANTOS DA (2); RIBEIRO, LISYANNE PEREIRA (3); SILVA, NAIARA DO CARMO (4)

1.Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais
R. Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato, São Gonçalo – Rio de Janeiro.
renatoemerson@hotmail.com

2.Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais
R. Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato, São Gonçalo – Rio de Janeiro.
karolinekass@gmail.com

3.Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais
R. Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato, São Gonçalo – Rio de Janeiro.
lisypr@hotmail.com

4.Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais
R. Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato, São Gonçalo – Rio de Janeiro.
naiaracarmosilva@gamail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é propor uma leitura dos processos e da ação social de atores e sujeitos subalternizados, em curso na parte do Centro da Cidade do Rio de Janeiro que tem sua memória reivindicada por movimentos sociais contemporâneos como sendo a "Pequena África". Tal região vem sendo objeto de uma grande intervenção urbana, o Projeto Porto Maravilha, uma operação consorciada que vincula agentes públicos e privados visando renovação e revitalização da área – aqui, vista como um evento urbano de "Branqueamento do Território", conceito proposto por Renato Emerson dos Santos. Neste processo, sobressaem-se as resistências, das quais aqui enfocamos aquelas que trazem a dimensão racial como mote de sua ação. Argumentamos aqui que, mais do que resistir a uma intervenção, grupos já vinham antes operando políticas de ressignificação da região, através da cultura e da história negras, instituindo o que Pierre Nora chama de "lugares de memória". Dialogamos para isso com os conceitos de "disputa de lugar", a partir de Doreen Massey, para evidenciar que, mais do que resistir, estes grupos fazem o que Carlos Walter Porto-Gonçalves chama de "r-existência", reinvenção de suas formas de existir, de agir e de ser no espaço.

Introdução

O processo de preparação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 foi o mote discursivo e o corolário de algo mais amplo, um novo projeto de cidade. Cunhado em complexas associações e pactos entre grupos políticos e empresariais constituindo uma coalizão de poder, o projeto do mega-evento como instrumento para alcançar um status de cidade global vem sendo proposto e construído enquanto pacto desde 1992, e se tornado real através de eventos como os Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Conferência Mundial Rio + 20 (2012), Copa das Confederações de Futebol (2013), Jornada Mundial da Juventude Católica (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014). Neste modelo de cidade pós-industrial, o empresariamento urbano (Vainer, 2000) preconiza que sediar grandes eventos oportunidade para atração de investimentos, levando a transformações positivas no espaço urbano.

Assim, frações do capital imobiliário, dos transportes, da construção civil, do turismo, entre outros, bem como profissionais liberais e prestadores de serviços, e setores ligados a cultura e esportes, capitaneados por lideranças políticas locais, constituem discursos sobre e para a cidade, com forte capacidade de aglutinação de outros setores da sociedade. O ciclo neodesenvolvimentista experimentado pelo Brasil nos 15 primeiros anos deste século deu ao Estado uma capacidade de inversão de recursos talvez sem precedentes, e o envolvimento do Governo Federal (com seus órgãos e autarquias, incluindo assim bancos estatais como a Caixa Econômica Federal e o BNDES) neste projeto de cidade permitiu a atração de vultosas somas capazes de alavancar um vasto conjunto de ações.

Esta coalizão multiescalar de agentes se torna capaz de impulsionar transformações no espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro, e assim várias mudanças vão se iniciar na estrutura urbana: novas centralidades, alterações no sistema de transportes coletivos, mudanças em legislações locais de construção, entre outras. Delas decorrem impactos como aumentos nos preços (para todos os tipos de mercadorias) e gentrificação em áreas ocupadas por populações pobres – o que incluiu uma onda de remoções que, segundo Faulhaber & Azevedo (2015) chega a quase 70.000 pessoas. Transforma-se a estrutura interna da cidade, novas funções urbanas são atribuídas a lugares, novos padrões de segregação socioespacial se combinam aos já existentes, e termos como renovação, revitalização, gentrificação, entre outros, são utilizados tanto para interpretar quanto para propor e legitimar tais mudanças.

Um dos projetos mais importantes desta chamada "cidade olímpica", localizado na área central, é batizado Porto Maravilha, uma parceria entre setores público e privado que busca a renovação urbana da antiga zona portuária. Cobrindo cinco milhões de metros quadrados, procura estimular um novo ciclo de construções (renovando o padrão arquitetônico) e novos usos, transformando uma área considerada "zona periférica do centro" num "waterfront" modernizado semelhante a casos como Barcelona, Buenos Aires e outros. Além da mudança de usos, o projeto previa também o incremento populacional e a mudança da composição social: os números oficiais falavam em passar de 28 para 100 mil habitantes na região, o que, combinado com as remoções inicialmente previstas, projetavam uma transformação profunda, com a substituição das populações pobres por uma classe média.

Diante de tais processos, emergiram as resistências ao projeto. O holismo das transformações fez convergir no território (definido pelo próprio projeto) atores heterogêneos entre si: movimentos de ocupações urbanas, associações de moradores das favelas abrangidas (Morro da Providência e Morro da Pedra Lisa), grupos de juventude, grupos ligados a práticas culturais, ONGs, grupos negros, entre outros, frutificaram e/ou se articularam a iniciativas coletivas locais como o Fórum Comunitário do Porto, o ComDomínio Cultural, e na escala da cidade participaram do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, por exemplo. Diversas conquistas resultantes destas resistências podem citadas, como o recuo na política de remoções na área (CITAR NÚMEROS) e a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, conjunto de pontos de interesse histórico que compõem um percurso que traz à baila a presença

histórica da população negra na região. Estes dois exemplos são significativos: se o recuo nas remoções tem forte protagonismo do Fórum Comunitário do Porto, que articulou inclusive intelectuais militantes para produzir relatórios rebatendo os argumentos "técnicos" que afirmavam a necessidade e pertinência das remoções (como de supostos "riscos geológicos" a algumas moradias), o Circuito da Herança Africana é também fruto das articulações de grupos ligados à cultura e história negra, que chamavam a atenção para o valor arqueológico contido no subsolo da região, e dialogavam diretamente com o IPHAN, o que resultou no pedido de salvaguarda antes mesmo do início das obras que vieram a revelar o Cais do Valongo, que agora é reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (juntamente com outros pontos que constituem sua "Zona de Amortecimento").

Estes exemplos nos direcionam a focar nas resistências ao projeto. Mas, abrimos aqui a ressalva de que focar as resistências, na verdade, traz a centralidade do Projeto Porto Maravilha na constituição do olhar sobre a ação social destes grupos. Ao aparecerem como "resistências", eles são colocados na condição de atores reativos, cuja ação é impulsionada por quem principia o processo de intervenção. Destacamos que uma série destes atores são sujeitos de disputas por significados sobre seus territórios antes do anúncio do Projeto Porto Maravilha – ou seja, eles protagonizam o que pretendemos chamar de "disputas de lugar", lutas simbólicas pela atribuição de significados a pontos ou recortes espaciais que passam assim a ser portadores de valores constitutivos de repertórios identitários. Destacamos, aqui, as lutas vinculadas à temática racial. Grupos como o Afoxé Filhos de Gandhi, fundado em 1951, o Instituto dos Pretos Novos, cuja criação remete a 1996 (quando os donos do casarão iniciaram uma reforma e encontraram evidências de que ali se localizava o Cemitério dos Pretos Novos no período da escravidão, e então iniciaram o que levaria à criação de um museu), o samba e o quilombo da Pedra do Sal, entre outros, são atores sociais que, antes mesmo do Porto Maravilha, já vinham fazendo a disputa pela memória e significado do (e no) lugar. Que implicações isso traz para o espaço e o tecido social urbano na região do Porto Maravilha – ou, para utilizar a denominação que estes e outros atores reivindicam, na região da Pequena África? Propomos, ao invés de olhar estes grupos como resistências que emergem ao Porto Maravilha, percebê-los como resistências a processos de mais longa temporalidade na área, que qualificamos como "branqueamentos do território" – o Porto Maravilha é apenas mais um. Seriam, então, "r-existências", reinvenções de sua forma de ser e existir no tecido social, como nos propõe Porto-Gonçalves (2002).

Assim, o objetivo deste artigo é propor uma leitura dos processos e da ação social de atores e sujeitos subalternizados, em curso na parte do Centro da Cidade do Rio de Janeiro que tem sua memória reivindicada por movimentos sociais contemporâneos como sendo a "Pequena África".

1. O branqueamento do território em questão

A história local da parte da cidade em que se situa o Cais do Valongo é repleta de eventos e processos característicos do que Santos (2009) chama de "branqueamento do território". Dialogando com trabalhos de historiadores e cientistas sociais (ver, p. ex., Hofbauer 2006; Seyferth 2002; Vainer 1990), este conceito chama a atenção para as dimensões espaciais (geograficidades) do projeto de branqueamento da população, central para as elites brasileiras entre meados dos séculos XIX e XX, nas suas estratégias de formação da composição populacional e do ideário de nação. A política de branqueamento da população envolveu desde as políticas de importação de imigrantes até o extermínio, expulsão e/ou assimilação subalternizante dos grupos não-brancos no território (negros e indígenas), incluindo a própria miscigenação e a invisibilização e desqualificação de matrizes históricas e culturais destes grupos. Assim, o projeto de branqueamento teve, segundo esta leitura, uma pluralidade de dimensões espaciais. Três vertentes então são apontadas: o branqueamento da ocupação, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos indesejados); o branqueamento da imagem do território, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos, e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos históricos; e o

branqueamento cultural do território, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares e regiões.

O branqueamento aparece, nesta leitura, como a diretriz da biopolítica racial hegemônica, que se territorializa constituindo um conjunto de dispositivos de poder materializados em políticas como assentamentos, expulsões e deslocamentos de populações, na produção de representações e controle dos regimes de visibilização e das leituras sobre tais processos, imposição de formas culturais de comportamento e relação sociedade-natureza, entre outros. Tais dispositivos articulam, de maneiras cambiantes em diferentes contextos (temporais e espaciais) as diversas dimensões que toma o dado racial – sobretudo, as dimensões biológica (fenotípica) e a cultural. Aqui, concordamos com Larkin (1981, p. 12), quando na análise do "mito da democracia racial" ela diz que

> *"antes de chegar à recusa do elemento físico, do 'fenótipo', houve obrigatoriamente o repúdio de um povo na íntegra, com sua civilização, sua religião, história e sociedade. O rechaço do fenótipo é meramente um sintoma, desenvolvido como a expressão social externa de uma ideologia racista muito mais abrangente. (...) Uma vez que entendemos isto, notaremos que o ideal da 'fusão', ditado por uma compulsão social de tornar brancas as populações não-brancas, é uma manifestação plena da ideologia do supremacismo branco e não de um 'preconceito' puramente estético". (LARKIN, 1981, p. 12),*

O branqueamento do território busca compreender as dimensões espaciais da multiplicidade de mecanismos que tal sistema de dominação, o racismo, desenvolve.Tal conceito aparece em Santos como instrumento para pensar a formação do território brasileiro, mas buscando fazê-lo a partir do olhar dos grupos subalternizados. Afinal, esta é uma história territorial sempre narrada pelas lentes dos vencedores: os marcos temporais são a chegada do branco (p. ex., os portugueses em 1500 quando se fala na escala nacional, mas nas histórias locais os marcos são também quase sempre o início de colônias de imigrantes, comerciantes ou fazendeiros, ou seja, marcos da ocupação branca); as cartografias históricas do que hoje é o território brasileiro, seja na escala nacional ou na escala dos locais, sempre mostram os padrões espaciais de organização dos brancos (p. ex., nossos livros didáticos exibem os mapas das capitanias hereditárias com o Tratado de Tordesilhas, mas nenhum povo indígena é localizado naquele espaço, e nenhuma referência a localizações precisas ou ordenamentos territoriais de grupos indígenas nos é transmitida); e o olhar sobre as atividades econômicas mais dinâmicas segundo sua inserção em circuitos mercantis (influência da Teoria dos Ciclos Econômicos na leitura da formação do Brasil) apaga do nosso imaginário territorial outras formas de organização da vida, que emergem hoje como grupos chamados "tradicionais", e assim são invisibilizados indígenas, comunidades negras rurais (como as que hoje se assumem e reivindicam como quilombolas), entre outros. Tais grupos são invisibilizados nas cartografias do passado e do presente, transformados em "não-existências" (Santos, 2004), operação que autoriza as mais diversas violências territoriais necessárias à implementação dos projetos hegemônicos.

Tais leituras expressam um ponto de vista ou, no dizer de Boaventura de Souza Santos (2004), a vista a partir de um ponto, onde se localiza um sujeito específico: há, subjacente a estas narrativas hegemônicas, um sujeito enunciador, que afirma como universal a sua perspectiva particular. Subverter tal construção de narrativas, partindo de outro lócus de enunciação, significa fazer a "desobediência epistêmica" de que nos fala Walter Mignolo (2003), é travar uma batalha pela leitura da história territorial no campo da geopolítica do conhecimento. O que mudaria nesta leitura do território se ela partisse do lócus social, teórico e político dos grupos raciais historicamente subalternizados em nossa experiência, os negros e os indígenas? Consideramos que, para tais grupos, a história territorial do Brasil tem sido a experiência do "branqueamento do território" que nos indica Santos (2009). Assim, pensar esta formação do território como a imposição de outros padrões de composição populacional, matrizes culturais, e um silenciamento das histórias construídas pelos grupos não-brancos que sofrem tais violências, é um

esforço de "fazer o subalterno falar" sobre sua experiência histórico-territorial – como nos instiga Gayatri Spivak (2010).

Se este exercício é possível na escala nacional, também é possível na escala local, e a história da construção das nossas metrópoles, com grandes intervenções territoriais de obras urbanísticas de forte e deliberado impacto social reforça tal tese: o branqueamento do território é também a tônica de grande parte destas intervenções e transformações, lidas e significadas através de conceitos como gentrificação, renovação, revitalização, ou mesmo remoção. No Rio de Janeiro, o caso mais evidente é o da Zona Sul da cidade. Nas décadas de 1960 e 1970 esta parte da cidade foi o principal foco da política de remoção de favelas que, segundo leituras críticas do processo visava tanto a liberação de terrenos para agentes do capital imobiliário quanto a limpeza urbanística da pobreza, tirando-a da vista de turistas e moradores ricos, fortalecendo por força da ação pública a segregação que era fundamental para interesses privados (ver, sobre as remoções, o clássico trabalho de Licia Valladares, "Passa-se uma casa", e o trabalho mais recente de Galiza, Vaz e Silva, 2015). Ocorre que tal pobreza, no Brasil, tem cor, e tais políticas transformaram esta região na área de ocupação "mais branca" da cidade, como nos mostram os estudos e mapas de Rios Neto & Riani (2007). As políticas de remoção foram, na verdade, políticas urbanas de branqueamento do território. A naturalização da remoção como solução para problemas urbanísticos, de saúde pública, ou mesmo de risco geológico, e mesmo os discursos críticos que a apontam como limpeza social ou favorecimento ao capital imobiliário, pouco ou nada apontam a componente racial inerente a todos os episódios em que tal política foi mobilizada.

1.1 A região da Pequena África

Tais feições marcam diferentes momentos e processos da história da região do Cais do Valongo e da Pequena África. O Cais do Valongo começou a ser construído em 1811 por ordem de D. João VI (Soares, 2009), como parte de um complexo voltado à logística do tráfico humano de africanos sequestrados para serem escravizados. Junto ao Cais, em suas imediações, este complexo compreendia também um hospital de recuperação dos adoentados (o Lazareto dos Escravos), um conjunto de armazéns para funcionar como mercados (localizados na Rua do Valongo, atual Camerino), e um cemitério, para o sepultamento daqueles que não resistiam à desumana viagem. Esta região sediou talvez o mais movimentado receptáculo do tráfico negreiro nas américas, no século XIX: estimativas apontam que talvez mais de um milhão de africanos tenham sido traficados por ali, e o conjunto de atividades (comerciais e portuárias) ali instaladas geraram durante e após a escravidão uma maciça presença negra no local – daí a alcunha de "Pequena África". Já neste momento, se percebe o "branqueamento da imagem": Soares (2009) nos mostra que, no próprio período de apogeu do tráfico no local (p. ex., entre 1817 e 1821, cerca de 200 mil africanos por ali chegaram),

> *"não existem relatos de viajantes sobre o cais de pedra do Valongo, apenas sore o mercado que funcionava na rua do Valongo. Quase todos estes relatos são de estrangeiros, e refletem a já forte ojeriza que aas elites intelectuais européias sentiam pela escravidão e pelo tráfico", (SOARES, 2009, p. 18)*

de modos que

> *"Não é fácil testemunhar esta presença africana partir da bibliografia sobre a região. Os autores de hoje e do passado se preocuparam bastante com as reformas urbanas que sacudiram a região, cujo impacto é bastante importante, mas pouca atenção deram para personagens negros, africanos e crioulos (negros filhos de africanos) que criaram a fama da pequena África." (SOARES, 2009, p. 18)*

A remodelação do Cais em 1843, para receber a princesa Teresa Cristina, transformando-o no "Cais da Imperatriz", já foi um primeiro apagamento da história e presença negras, ainda dentro da ordem escravocrata: um branqueamento da imagem do território, com a tentativa de imposição de outra significação para

aquele que foi um dos principais pontos de chegada nas Américas de homens e mulheres sequestrados da África e traficados para serem escravizados.

A Reforma Pereira Passos, na primeira década do século XX (quando o branqueamento da população era a ideologia hegemônica das relações raciais para a formação da nação), baseada em discursos de transformação estética, sanitária e viária, para dar ar de modernidade à cidade num contexto agrarista-exportador, teve na expulsão de populações (em sua maioria, negras) dos cortiços uma das principais ações. O branqueamento da ocupação da região só não foi maior porque, na fase histórica posterior, em que a industrialização vai transformando a cidade em metrópole, esta porção vai desempenhar o papel de zona periférica do centro. Nesta estrutura de organização interna da cidade, segundo Corrêa (1989) esta porção que circunda o núcleo central se caracteriza por um uso semi-intensivo do solo, uma menor verticalização e adensamento (incluindo terrenos não edificados), bem como usos residenciais de baixa classe média e populares (até mesmo, cortiços e outras formas de habitação coletiva). Assim, permanece um contingente significativo de população de maioria negra, mesmo diante de intervenções grandiosas na região, como a abertura da Avenida Presidente Vargas na década de 1940, que demoliu mais de 500 construções. Tais intervenções, junto ao próprio processo (do qual elas fazem parte) de industrialização/metropolização ancorado num padrão de acumulação de base pobre (Oliveira, 1982), caracterizado pela hiperexploração da força de trabalho que amplia lucros rebaixando salários e obriga trabalhadores a estender sua jornada de trabalho produzindo sua própria habitação fora de circuitos comerciais (ou, nos circuitos inferiores da economia, marcados pela informalidade, como nos ensina Milton Santos, 2008), levam populações de maioria negra a adensar tal região, com ocupações de construções abandonadas, moradias coletivas e duas favelas (os Morros da Providência e da Pedra Lisa).

Sendo o Rio de Janeiro uma cidade portuária, esta zona periférica do centro contempla também o retroporto, conjunto de equipamentos voltados ao apoio das atividades portuárias, como galpões e armazéns. Nas últimas décadas, a gradativa mudança do padrão de industrialização em escala planetária engendra a reestruturação também do transporte e logística, o que vai tornando obsoletos muitos destes equipamentos do retroporto. Na zona portuária do Rio de Janeiro, muitos deles se tornam instalações de apoio a escolas de samba, compreendendo barracões para fabricação e armazenamento de carros alegóricos, fantasias, instrumentos e outros itens, mas também para atividades como escolas mirins, ensaios, entre outras. Permitiram, assim, a instauração de circuitos econômicos e culturais do mundo do samba, e se tornaram, portanto, objetos do espaço geográfico diretamente vinculados a uma das mais importantes manifestações da cultura negra no tempo presente.

É sobre este tecido social da zona periférica do centro que vão incidir os planos de renovação preconizados pelo plano urbano Porto Maravilha. Dentro de um plano de cidade pós-industrial, propõe-se a “renovação” e “revitalização” da região. As transformações preconizadas prenunciavam mais um processo marcado pelo branqueamento do território, tanto na dimensão da ocupação (o plano inicial previa um incremento populacional de 30.000 para 100.000, ampliação que traz em seu bojo propostas de remoção de populações em áreas de maioria negra e novos moradores para a região, de classe de renda superior, o que em nossa sociedade significa serem, em sua maioria, brancos), quanto na dimensão cultural, com a demolição dos armazéns que serviam de instalações utilizadas por escolas de samba. Entretanto, no tocante às relações raciais o processo vem sendo ainda mais complexo, marcado por ambiguidades diante das resistências que vem se constituindo.

Com efeito, além do recuo do poder público em relação às remoções de população num território de maioria negra, a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana traz um paradoxal dado novo: pela primeira vez na história urbana do Rio de Janeiro um processo de transformação espacial confere alguma positividade à presença negra, e de maneira manifesta. Enquanto nas grandes intervenções anteriores a tônica era a expulsão e/ou remoção de população negra, ainda que sob discursos aparentemente desracializados, como

o estético (da reforma do Valongo no século XIX), sanitarista (da Reforma Pereira Passos), ou urbanístico (de erradicação de favelas, como as remoções de favelas da Zona Sul na década de 1960), desta vez emerge no bojo das transformações um conjunto de equipamentos, patrimônios históricos reveladores da história das populações negras na cidade. Um museu de percurso com itens a céu aberto e outros imobiliários, contendo artefatos de grande valor histórico e arqueológico, o Circuito se torna importante vitrine do Projeto Porto Maravilha, apresentado com algo que agrega valor à transformação urbana pretendida – ainda que sua gênese, ao que tudo indica, tenha se dado a contragosto do poder público e dos agentes do capital imobiliário com poder de comando no processo.

Tal valorização, por outro lado, é marcada por paradoxos. Primeiro, sua própria criação não é fruto dos idealizadores do plano inicial, mas sim, das resistências articuladas dos ameaçados atores locais, que de pronto alardeiam e provocam os órgãos competentes à salvaguarda do patrimônio histórico e arqueológico quando do início das obras na região. Surge, assim, o Cais do Valongo enquanto marco da região, ocultado numa reforma anterior e agora novamente revelado nas escavações. Este fato novo reorienta a ação do poder público, que é obrigado a lidar com um patrimônio arqueológico que não poderia destruir. Dele surge o Circuito – o que não significa, necessariamente, uma valorização dos atores e da presença negra do presente. Ao contrário, a emergência do Circuito da Herança Africana marca, no planejamento das transformações, uma valorização da presença negra do passado, em detrimento da presença negra do presente – o que configura um segundo paradoxo do processo. Valorizam-se os marcos que remetem ao passado negro, mas são invisibilizados, desqualificados e relegados ao deslocamento para fora da região os marcos negros do presente, que vão desde a população negra que lá habita (fadada à remoção pelo poder público através da SMH, Secretaria Municipal de Habitação, pelas forças de mercado, ou ainda ambas juntas) até os elementos da cultura negra contemporânea, como as instalações das escolas de samba (que, além de não serem integradas ao circuito, o que em si já é bastante significativo, também estão fadadas a se mudarem do local, desarticulando redes econômicas e de sociabilidade fundamentais para a reprodução da cultura contemporânea), ou mesmo as geo-grafias do cotidiano invisibilizadas aos olhares menos atentos, mas que marcam as experiências de espaço daqueles cujas matrizes culturais ligadas às religiões afro-brasileiras envolvem a sacralização ou hierofanização (Eliade, 1992) de pequenos altares, oratórios e locais de oferendas, plantas de proteção espiritual nas portas das casas e mesmo estabelecimentos com uma iconografia que dialoga com tais matrizes. Esses referenciais simbólicos dos repertórios culturais afro-brasileiros grafam o espaço vivido no cotidiano, constituindo a territorialidade de indivíduos e grupos no urbano (bom exemplo dessas geo-grafias nos é oferecido, sobre Maceió, por Cavalcanti e Barros, s/d).

Além destes, um outro aspecto sutil e paradoxal marca esta subalternização da presença negra do presente: os atores sociais do território ligados à luta anti-racismo (através de resistências históricas, manifestações culturais, entre outras formas) são desprivilegiados na promoção do território. Com efeito, as forças agenciadoras das transformação (ex. a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto, CDURP, ou a prefeitura) até dialogam com alguns atores, mas na comparação com outros, as instituições "negras" são visivelmente desfavorecidas. Enquanto o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã recebem milhões de reais em investimentos públicos e incentivos[1], o Museu Instituto dos Pretos Novos recebeu R$355 mil e, no ano de 2017, ameaçou fechar por falta de condições de manutenção.

Esta desigualdade entre os museus da região é corolário das políticas culturais que vem sendo implementadas no (e, buscando redefinir o) território. A exemplo de outros projetos de revitalização urbana, a cultura é mobilizada como motor de transformações desejadas, instrumento da ressignificação simbólica do território vista como condição para atrair investimentos e os novos moradores (consumidores dos novos produtos ofertados pelo capital imobiliário). Aparece, aí, a bifurcação que nos aponta Guerreiro (2013, p. 126-127), entre

[1] Uma auditoria encomendada pela própria prefeitura da cidade apontou que os dois museus, juntos,

> *"duas formas de gestão da cultura: financiamento das atividades culturais que geram retorno financeiro e consequente crescimento econômico ou financiamento de atividades culturais como política de inclusão social. No primeiro modelo, estariam as bases da economia criativa, que em uma ampla definição abarcaria atividades e processos baseados na habilidade, criatividade, talento e imaginação que tem o seu valor econômico explorado pelos produtores destes valores. No segundo, ações [para] fomentar e reconhecer novas formas de produção de atividades culturais, notadamente em territórios periféricos e informais (...) fazendo política de inclusão social". Guerreiro, 2013, p.126-127).*

Assim, o Distrito Criativo do Porto, projeto criado por empresas da região que é uma das molas mestras da requalificação urbana através da promoção de ativos culturais, privilegia em suas linhas o empreendedorismo e inovação (inclusive, tecnológica), com forte acento em atividades ligadas a arte, design, eventos, entre outros. Formados por um leque de atores de diferentes portes e formatos, desde os grandes museus até coletivos, startups e escritórios, com forte tendência ao compartilhamento de espaços, teve apoio da prefeitura, da CDURP e de grandes empresas, numa ambiência e expectativa bastante distinta da que percebiam os agentes tradicionais do campo da cultura do local. A fala de um de seus diretores na época de sua fundação indica um cenário bastante diferente do vivido por instituições como o Instituto dos Pretos Novos: "Essa região vai receber os filhos da Zona Sul, que não vão conseguir se manter por lá. Essa geração já nasce com mentalidade de negócios totalmente diferenciada. É uma geração mais empreendedora que a anterior"[2].

O espírito de transformação evidencia a falta de espaço para atores dedicados ao ativismo social de base cultural, e não para a cultura como produto comercial (ou, que o fazem sem acompanhar o ritmo de reprodução hegemônico do capital). Dentre estes, grupos ligados a manifestações culturais negras, como o Afoxé Filhos de Gandhi, blocos carnavalescos como o Cordão do Prata Preta, Escravos da Mauá, Banda da Conceição ou Coração das Meninas, rodas e grupos de samba como Terreiro de Breque, Pedra do Sal, o GRES Fala Meu Louro, ou o movimento do Quilombo da Pedra do Sal, não encontram muita aderência no novo modelo de produção cultural que se busca implantar no território. Alguns destes atores, desde o início do Porto Maravilha em 2010 e suas derivações, vem dialogando com os atores hegemônicos do projeto e com seus parceiros privilegiados (na forma de construção de iniciativas comuns, como o ComDomínio Cultural, ou na forma do protesto e do conflito, como a salvaguarda arqueológica do Cais do Valongo e o Fórum Comunitário do Porto), configurando diferentes formas de resistência ao novo projeto de cidade pensado para o local. Entretanto, a maioria destes atores tem seu ativismo cultural como algo anterior ao Porto Maravilha, o que nos obriga a buscar outros sentidos para a sua ação.

1.2. Lugar, memória e identidade na Pequena África

Quando lançamos o foco de nosso olhar para a formação e a ação dos grupos vinculados à história e à cultura negra na região afetada pelo Porto Maravilha, percebemos que não é o conjunto de transformações apontadas pelo novo projeto de urbanidade que impulsiona o agir destes grupos, pois eles são anteriores, se fundam no tecido territorial pré-existente, com seu quadro social, econômico, agentes, jogos e tensões de poder. Este deslocamento analítico, do Projeto Porto Maravilha e suas resistências para a constituição e ação territorial(izada) dos sujeitos de "políticas culturais" (aqui, no sentido utilizado por Dagnino, 2000), recompõe temporalidades e espacialidades na leitura das dinâmicas da região: ao invés do recorte temporal imposto pelo anúncio do projeto, o ano de 2009, quais os recortes temporais da criação e da ação destes grupos? Ao invés do recorte espacial da abrangência do projeto, quais as espacialidades da ação deles?

Tais deslocamentos (e aqui, nosso diálogo prioritário é com a dimensão espacial)

[2] Fala de Daniel Kraichete, do Coletivo do Porto, em http://www.rioetc.com.br/muito-prazer/muito-prazer-distrito-criativo-do-porto/ (consulta em setembro/2017).

nos direcionam a perceber esforços políticos de ressignificação do território através da valorização da história e das práticas culturais. Destacamos aqui que grupos vem, desde antes do Porto Maravilha, mobilizando a ativação de memórias históricas diversas da região, ressignificando patrimônios materiais e imateriais socialmente invisibilizados, agenciando práticas culturais negras como dado definidor do tecido sociopolítico do local. De zona periférica do centro, região de população pobre (portanto, definida a partir de suas carências, daquilo que não tem) e marcada pela violência, signos hegemônicos emblemáticos dos estigmas territoriais atribuídos aos recortes espaciais colocados em tal posição (econômica, social, política e epistêmica, lembrando que centro e periferia são espacialidades relacionais, se definem mutuamente como tais a partir de relações de dominação e poder), sujeitos vão disputar tais cargas semânticas atribuídas nas representações e nas práticas cotidianas valorizando história e cultura negra, ação que faz reemergir a memória da Pequena África. Daí, acreditarmos que se tratam de formas de "r-existências", lutas que não apenas resistem contra determinadas formas de opressão, mas que buscam instituir as suas próprias formas de existir, de agir e de pensar (Porto-Gonçalves, 2002).

As temporalidades destes agenciamentos e mobilizações são diversas. Isto nos remete às décadas de 1990 e 2000, quando emergem blocos de carnaval e rodas de samba que vão fazer releituras do território valorizando seus vínculos históricos entre práticas culturais negras (como o samba, a capoeira, as religiões de matriz africana, entre outros), como região de práticas, encontros e de grandes sambistas do passado. É o que fazem, p. ex., o bloco Escravos da Mauá, fundado em 1993 por funcionários públicos que trabalhavam na região, cujo nome associa a condição de escravidão no passado (e o papel da região como centro logístico do comércio na escravatura) e a condição do trabalhador no presente; o Cordão do Prata Preta, fundado em 2004, e cujo nome homenageia o capoeirista Horácio José da Silva, apelidado Prata Preta, importante liderança na Revolta da Vacina em 1904, bloco criado com o objetivo de revitalizar o carnaval de rua na Zona Portuária; ou a Roda de Samba da Pedra do Sal, que desde 2007 é realizada toda segunda-feira, com uma proposta musical tradicionalista e forte apelo aos vínculos históricos entre o samba e o local, como coloca em sua página eletrônica:

"A história da roda de samba da pedra se confunde com o reerguimento do samba na Região Portuária do Rio de Janeiro. Em 10 anos de comprometimento com a cultura do lugar. Hibridizando gêneros regionais tradicionais, trazidos de África pela insana diáspora, o samba segue incólume, por todas as noites de segundas feiras. Ali, nunca se negociou memória ancestral. Jamais esqueceu-se das subjetividades negras ou, as ações de resgate e resistência, do mais rico imaginário africano ali cunhado, na preservação do gênero.

(...) A roda de samba da Pedra do Sal é o samba legítimo do lugar Pedra do Sal, precursor. O samba mais tradicional e, motivo de tudo o que hoje se estabeleceu ali. É a maior reunião de pessoas num ponto da Gamboa, todas as segundas feiras, há dez anos. Isso tudo, bem antes de toda essa euforia barata de revitalização."

Na Pedra do Sal, uma rocha com escadaria esculpida no tempo da escravidão que é tombada como patrimônio histórico pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural desde 984, antes desta Roda de Samba, já existia um movimento chamado "Sal do Samba" que, além desta prática cultural, já vinha clamando a história do local, marcada pelo comércio de escravizados, mas também pelas redes sociais de acolhimento de negros, na ordem escravocrata e após o seu término. Tais redes envolviam, desde o século XIX, casas e lideranças de religiões de matriz africana, práticas coletivas de alimentação como as casas de zungu (refeições à base de angu), o samba, a capoeira e também movimentações políticas destes grupos. Assim, sofreram e resistiram às perseguições às suas práticas culturais, travaram desde o século XIX disputas fundiárias contra a Venerável Ordem Terceira da Penitência (que se estendeu até o século atual) e as ondas de imigração para a região (como de portugueses no início do século XX), e onde os trabalhadores portuários estivadores criaram em 1905 a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, experiência sindical marcadamente negra que deu origem ao Sindicato dos Estivadores. Tal efervescência, indissociavelmente

cultural e política – afinal, estas duas dimensões do agir se imbricam no fazer cotidiano destes indivíduos e grupos, inclusive, em arenas comuns -, que também frutificou a Revolta da Vacina em 1904, compõe uma história mobilizada pelo grupo que vai fundar em 2004 a ARQPedra (Associação de Resistência do Quilombo da Pedra do Sal), que conquista em 2005 o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares e dá entrada na solicitação de titulação fundiária junto ao INCRA como um quilombo urbano.

Se estes grupos relativamente recentes associam a práticas de matrizes negras no presente à sua origem em contextos históricos pretéritos, devemos lembrar que antes deles haviam outros que mantiveram viva esta tradição na região. Grupos como a Roda de Samba Banda da Conceição, criada em 1973, o Bloco Carnavalesco Coração das Meninas, existente desde 1964, ou, mais longevo ainda, o GRES Fala Meu Louro, fundado em 1938, ainda que nem sempre com funcionamento ininterrupto desde suas criações, compunham o cenário cultural do tecido social local. Assim como eles, o Afoxé Filhos de Gandhi, fundado em 1951 por trabalhadores do Cais do Porto do Rio de Janeiro, moradores dos bairros da Saúde, Gamboa e arredores, integrantes de religiões de matrizes africanas, um ano após a criação do Afoxé Filhos de Gandhi de Salvador (Bahia) – registra-se que membros daquele também estiveram na fundação do bloco carioca.

Todos estes grupos, e muitos outros, como os barracões de escolas de samba que ocupavam antigos galpões do retroporto até a onda transformadora do Porto Maravilha, compunham uma continuidade da negritude (populacional, cultural e política) do território neste recorte histórico em que ela é invisibilizada nas representações que a cidade faz dele, o período entre o início do século XX (momento da Reforma Pereira Passos, da Revolta da Vacina, e como continuidade do século XIX, período que confere à região a alcunha de Pequena África) e a virada para do século XXI, quando registramos aqui que aparecem diversas iniciativas de "resgate" da memória histórica através das práticas culturais. Utilizamos "resgate" aqui entre aspas, por ser uma leitura sob rasura: as práticas culturais aludidas sempre se mantiveram presentes no tecido do território, mas, invisibilizadas nas representações hegemônicas atribuídas a ele em sua inserção como zona periférica no cenário urbano-metropolitano, que acentuavam as dimensões da pobreza e da violência.

O que vem ocorrendo, desde o final do século XX, é uma disputa simbólica pelas representações (Bourdieu, 1989) sobre o território, na qual patrimônios materiais (p. ex., arquitetônicos, como a Pedra do Sal) e imateriais (práticas culturais, a memória histórica) são mobilizados como signos de identidade. Tais disputas constituem o que Pierre Nora chama de "lugares de memória", receptáculos de cargas simbólicas que articulam passado e presente de acordo com seu papel em dinâmicas sociopolíticas dos grupos que a constituem – e, não os do passado, mas os do presente. Nora (1993, p. 9) distingue memória e história, que

> *"(...) longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente". (NORA, 1993, p. 9)*

Assim, a memória é sempre uma construção, fruto de disputas pelo social. Os lugares de memória são então aqueles sobre os quais são atribuídas significações, "auras simbólicas" no dizer do autor. Isto para nós aqui é importante pela necessária distinção que fazemos entre os "lugares" de Nora e o "lugar" da geografia, que diz respeito estritamente a dimensões espaciais – avançaremos nesta compreensão adiante. Os lugares de memória podem ser outras coisas, pois "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto", (p. 9). Desta forma, os lugares de memória "são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra,

material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos" (p. 21), não são apenas os "lugares geográficos".

Feita a necessária distinção teórica, nos voltamos então para o contrário, para uma aproximação destas duas possibilidades: "lugares geográficos" sendo objetos de disputas para serem transformados em "lugares de memória", receptáculos de cargas simbólicas através da articulação entre história e práticas culturais – portanto, políticas. Com efeito, acreditamos que as disputas pela valorização de práticas culturais e acervos históricos negros na região, articulados à reivindicação de uma memória espacial do referente "Pequena África", constitui um conjunto de "disputas de lugar" - no sentido geográfico, mas também disputa de lugares de memória. Aqui, tomamos o lugar (uma das categorias chave da ciência geográfica para a compreensão espacial do social[3]) a partir da concepção que nos propõe a geógrafa inglesa Doreen Massey. Em contraponto à imaginação geográfica hegemônica a respeito dos lugares, ela propõe que

> *"em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. (...) [assim] os lugares não tem de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias." (2000, p. 184)*

Nesta concepção, os lugares são resultantes das combinações específicas de fluxos, relações sociais (locais e mais amplas), e, segundo a autora

> *"não tem 'identidades' únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos. Basta pensar, por exemplo, nas London´s Docklands, um lugar que no momento está bem definido pelo conflito: um conflito sobre o que foi seu passado (a natureza de sua 'herança'), sobre o que deveria ser seu desenvolvimento presente, sobre o que poderá ser seu futuro". (MASSEY, 2000, p. 185, grifo da autora)*

Tal concepção nos parece profícua para uma compreensão espacial dos processos de disputa simbólica em curso (pelo menos) nas últimas três décadas na região do Porto Maravilha / Pequena África. O lugar aparece como objeto de disputa, através de fluxos de ação que põem em confronto repertórios de significação – e isto é mais importante do que a definição de limites divisórios, marcos de início e fim, ou identidades únicas para os lugares. Diversos recortes espaciais são apresentados como "lugares", no sentido do entrecruzamento e disputas de fluxos de sentidos e no sentido de recortes com identidades espaciais, ainda que com limites nem sempre nítidos. A Pedra do Sal se torna um referente espacial da cultura e da história negra, e no presente ela (ou, em torno dela, a partir dela) é espacialmente a Roda de Samba e o Quilombo - referentes espacialmente sobrepostos mas distintos -, e é centro de outro recorte espacial de percepção da movimentação pretérita dos negros (escravizados circulando com mercadorias ou fazendo e articulando o samba, o candomblé ou o sindicato, numa abrangência que contempla também o Largo da Prainha e o Morro da Conceição), ou seja, ela se multiplica em termos de expressão (e delimitação) espacial. Um lugar com diversas percepções que, disputadas no presente, se entrecruzam e multiplicam.

A descoberta do Cais do Valongo também traz novas construções de lugar para o significante Pequena África. Primeiro, a constituição do Circuito de Celebração da Herança Africana como um conjunto de pontos a serem percorridos instaura um roteiro, mas a esvazia enquanto área. Instaura um lugar como conjunto de pontos, mas o que existe entre esses pontos fica descomprometido em relação a esse "lugar". Registre-se que a área compreendida é, em muito, inferior ao que se vislumbra em cartografias que buscam representar espacialmente a Pequena

[3] Cabe aqui ressalvar a escolha desta categoria, e não "território", por considerarmos mais adequada para a compreensão das lutas dos grupos que estamos avaliando. Assim, conscientemente tensionamos território e lugar, através das ideias-chave de "branqueamento do território" e "disputas de lugar".

África. Num momento mais recente, o reconhecimento do Cais como Patrimônio da Humanidade pela Unesco traz junto uma zona de amortecimento, para a qual também são previstas ações de proteção. Além disso, o Cais do Valongo vem sendo significado como como "lugar de memória" do tráfico de africanos, como um dos principais portos de chegada durante a escravidão, assumindo então relevância nacional e mundial – ou seja, ganhando valor simbólico em outras escalas. Enquanto política de valorização de patrimônios, estes "lugares de memória" são transformados em signos identitários de leituras críticas sobre a inserção dos negros na história e sociedade brasileira e na diáspora, se contrapondo a leituras hegemônicas que invisibilizam ou abrandam violências e resistências inerentes a estes processos. Estamos falando de uma pluralidade de recortes espaciais não-coincidentes, mas que remetem todos a um mesmo referente do passado: a Pequena África.

As disputas de lugar que se instauram, portanto, no remetimento a um referencial espacial do passado, sem nítida delimitação, ora coincidente ora conflitivo, que se configura naquilo que Claval denomina "suporte territorial das identidades". Assim, é o jogo de disputas identitárias no presente que ressignifica a história, mobiliza elementos constituindo uma memória e define seus lugares (no sentido de Pierre Nora). Essa disputa é travada como "disputa de lugar" através da multiplicação de referentes espaciais resultantes dos fluxos de ressignificação. Como nos indica Claval:

> *"Pode-se ter identidades sem referentes espaciais? Sim e não. A princípio, não: os grupos fragmentados sofrem de tal forma, por não disporem de referentes espaciais que garantam sua existência, que eles os criam no imaginário. Eles, às vezes, os situam no passado, na terra das origens, ou o projetam para o futuro, na terra prometida." (CLAVAL, 1999, p. 17)*

Estas disputas de lugar, assim, mobilizam referenciais do presente e do passado, locais e nacionais. Local e global se articulam, presente e passado dialogam, constituindo lugar, lugares. O agir mobilizando a cultura e a história negras ressignifica pontos e porções do espaço, numa pluralização de suportes territoriais identitários. As disputas de lugar, enquanto estratégia de combate à invisibilização e apagamento da história e da memória de diferentes formas de r-existência negra, se tornam formas de luta contra o branqueamento do território, nas suas dimensões materiais e imateriais, concretas e simbólicas, em suas vertentes da ocupação, imagem e cultura.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Editora Bertrand Brasil, 1989.

CAVALCANTI, Bruno César & BARROS, Rachel Rocha de Almeida. **"Maceió, cidade negra: diversidade e espacialidade de manifestações, bens e serviços afro-brasileiros".** Mimeo. S\d.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade.** In: GEOgraphia nº 2, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/EGG, 1999.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** Rio de Janeiro: Editora Atica, 1989.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo. **"O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos".** In: _____, Cultura e políta nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAULHABER, Lucas & AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico.** Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

GALIZA, Helena; VAZ, Lilian e SILVA, Maria Lais. **Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI.** Rio de Janeiro: II Conferência Internacional Mega-Eventos e a Cidade, 2015.

MENDES, João Luiz Guerreiro. **Quando o centro é a periferia: dinâmica cultural na região portuária do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de doutorado. 2013.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LARKIN, Elisa. **Pan-Africanismo na América do Sul.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

VALLADARES, Licia. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global de lugar.** In: Arantes, Antônio (Org.). "O espaço da diferença". Campinas: Papirus, 2000.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto história (10), São Paulo, Editora da PUC-SP, dezembro de 1993, pp.7-29.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil.** Espaço & Debates. São Paulo: Neru, n. l, v. 16, p.36-54, 1982.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **"A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina".** Trabalho apresentado no Seminário Internacional "Conflito social, militarización y democracia em América Latina – nuevos problemas y desafios para los estudios sobre conflicto y paz em la región. Buenos Aires: Clacso, 2002.

RIOS NETO, Eduardo e RIANI, Juliana de Lucena Ruas. **"Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana".** In: Santos, Renato Emerson dos (Org.) "Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia". Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007

SANTOS, Renato Emerson. **Rediscutindo o ensino da Geografia: temas da Lei 10.639.** Rio de Janeiro : CEAP, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **"Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências".** In: _____(Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004

SEYFERTH, Giralda. **O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo.** *In*: Vários autores. Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis, Abong, 2002.

SOARES, Carlos Eugênio. **A Pequena África: um portal do Atlântico.** Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAINER, Carlos. **Estado e raça no Brasil.** Notas exploratórias. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 18, p. 103-118, 1990

_____. **"Pátria, empresa e mercadoria.** Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES, O.; MARICATO, E. e VAINER, C. B. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Vozes, 2000.

DO CORPO QUE (R)EXISTE: urbgrafias de (r)existência a normatização dos corpos e de reivindicação do direito à cidade

NASCIMENTO, ELAINE CRISTINA MAIA (1); SANTOS, RODRIGO GONÇALVES DO. (2)

1. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
elanascimentoarq@gmail.com

2. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
rodrigo.goncalves@ufsc.br

Resumo

Nesse artigo, pretendemos esquadrinhar o que entendo por "corpo em resistência" relacionando essa corporeidade como um contraponto à produção do espaço urbano espetacularizado. A partir da reflexão sobre a constituição do corpo-produto, conceito usado pela pesquisadora Ana Clara Torres Ribeiro, procuramos desenvolver a ideia de um corpo que resiste aos processos de espetacularização e financeirização do espaço urbano, manifesto e atravessado pelas expressões artísticas. Assim, para o desenvolvimento do trabalho, procuramos desenvolver urbgrafias desse corpo, indicando possibilidades de criação e alternativas de experiência efetiva do espaço da cidade operada através de ações artríticas no espaço público e da cartografia dessas ações.

Palavras-chave: *urbgrafias, corpo, cidade, espetacularização, arte.*

INTRODUÇÃO

Como fruto do processo de padronização do espaço da cidade a partir das normativas do mercado internacional e do capital, podemos observar a possível existência de um corpo-produto (RIBEIRO, 2007), fruto de uma cidade-objeto-empresa (VAINER, 2011) espetacularizada, ordenada e produzida a partir das premissas do mercado global e dos processos contemporâneos de metropolização, que atuam em prol do silenciamento do corpo em experiência na cidade através de sua normatização. Esse corpo é produzido a partir de uma espécie de adestramento, exercido através da ideia de urbanidade fabricada, característica nos processos de gentrificação urbana e que determina o que seria ou não pertinente e aceitável no espaço público das cidades. O corpo retratado nos grandes projetos imobiliários, o corpo "previsto" no desenvolvimento de planos urbanos que prometem a modernização da vida nas cidades, o corpo da imagem publicitária, esse corpo é imposto como norma e correção de outro que resiste, que se movimenta, se manifesta, que reivindica a cidade para si, ou seja, um corpo que (r)existe.

Sobre esse corpo em resistência, entendemos que ele pode se mostrar como processo resultante da reinvindicação do direito à cidade, do direito não apenas de habitar, mas de "mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações" (HARVEY, 2013, p.28). Esse corpo manifesto pode se mostrar individualmente, mas é principalmente na coletividade que ele atinge sua expressão de mundo, exercendo ou devolvendo a força que lhe é apresentada pela cidade no processo duplo onde a cidade constrói o corpo e o corpo constrói a cidade (BRITTO; JACQUES, 2012). Nesse momento singular ele clama pela construção de possíveis, de realidades divergentes do que lhe é imposto cotidianamente, pois "nas ruas o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manter a impossibilidade do real, grafitando de vida as paredes cinza da ordem moribunda. Devemos apostar na rebelião do desejo." (IASI, 2013, p.46).

A relação entre o corpo produto e esse corpo que (r)existe pode ser observada no agenciamento entre a cidade-objeto e o corpo-produto, corpo esse resultante da manipulação do capitalismo sob o mercado das cidades, reverberações de uma cidade objeto que se manifesta no corpo de quem habita e constrói cotidianamente o espaço da cidade. O corpo que (r)existe surge na negação do real imposto, e do modelo de cidade vigente, surge como uma manifestação do próprio direito à cidade.

Para o desenvolvimento do artigo, pretendemos discutir os conceitos que envolvem o entendimento desse corpo em resistência, assim como as problemáticas levantadas a partir da admissão e criação do conceito de corpo-produto. Partindo do referencial teórico presente nessa explanação, pretendemos desenvolver urbgrafias desse corpo que (r)existe, indicando como a identificação de tais resistências configuram uma possível retomada de poder sob a produção do espaço urbano a partir de uma vivência efetiva do mesmo.

A princípio, é interessante esclarecer o que são urbgrafias[1]. O conceito é gestado dentro do meu trabalho de pesquisa acadêmica, sob a orientação do professor Rodrigo Gonçalves, junto ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, e aparece a partir da necessidade de compreender os processos artísticos desvelados no espaço da cidade como potências dentro da compreensão das dinâmicas e pré-existências no processo de projeto arquitetônico-urbano. Urbgrafias podem ser entendidas como propostas de vivência do público a partir da experimentação do espaço, de suas tensões e conflitos, formas de expressão do indivíduo coletivo e de sua relação com o urbano que o cerca, pautadas através de intervenções artísticas, ou, irrupções sensíveis sob o espaço da cidade. É tudo aquilo que agencie *singularidades* e forneça possibilidades de ação a partir da reflexão e vivência de tais processos. Vem da necessidade de falar das *micropolítica*[2] e resistências que racham o espaço formalizado pelo uso diário

[1] Sobre o conceito, já produzimos duas publicações em revistas academicas que podem ser consultadas na bilbiografia desse artigo.

[2] Conceito desenvolvido po GUATTARI; ROLNIK (1996), as Micropolíticas tratam das políticas do desejo enquanto formação social. Trata das relações de formação de uma potência de vida e dos vetores de a(fe)tação que perpassam o corpo em relação a outros corpos

e, acima de tudo, vem da necessidade de enquanto urbanista perceber e assimilar tais grafias para, a partir de então, poder entender minha função dentro do processo de projeto e desenho de espaços urbanos que possibilitem a experiência efetiva da cidade. Tem como base o conceito de *corpografia*[3] desenvolvido por Paola Jacques e Fabiana Dultra Birtto, caracterizado como a possibilidade de cartografia da cidade no corpo de seu habitante, revelando latências e processos que podem contribuir para a compreensão do espaço urbano.

No entrecruzamento da cartografia como caminho, portanto método, e na experiência das ações artísticas como ações que provocam o dissenso e trazem possibilidades da externalização de singularidades, as urbgrafias surgem como a elaboração de procedimentos a partir da vivência dessas ações artísticas, de sua observação e possivelmente de sua execução. Tendo como pressuposto principal e originário o conceito de *corpografias* e a forma com que tal conceito aborda a relação entre corpo e cidade, falar de urbgrafia é tratar de uma cartografia de ações artísticas no espaço público, compreendendo todos os processos que envolvem essas ações, assim como a reverberação das mesmas no corpo de quem habita e atualiza diariamente o desenho urbano. Referem-se ao ato de entender o desenvolvimento do espaço urbano através dessas ações, seja na observação de sua potência dissensual, seja na experimentação de tal potência. Portanto, envolver o corpo e transformá-lo em uma (r)existência aparece como ferramenta fundamental no processo de experimentação, levando ainda a possibilidade da experiência efetiva da cidade.

É um conceito ainda em desenvolvimento, porém que já aponta caminhos possíveis dentro do processo de projeto do espaço público pautados nas políticas

[3] Corpografia é a cartografia do espaço urbano operada no corpo de quem habita a cidade. Desenvolvido por Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto, o conceito trata das relações estabelecidas entre a vivência cotidiana do espaço e o corpo de quem o habita, sendo ferramenta importante para o entendimento de tais relações. É um conceito fundamental na pesquisa, e serviu de base para o desenvolvimento de toda a discussão aqui gestada, estando as urbgrafias postas como desdobramentos da reflexão trazida pelo conceito de corpografias.

do agenciamento de subjetividades entre indivíduos e espaço, portanto, em suas micropolíticas. Fala de singularização no sentido que GUATTARI e ROLNIK (1996) trazem, como processos que se apresentam na contramão de subjetivações de massa, ou seja, processos de subjetivação relacionados a uma sujeição subjetiva ao sistema capitalista. A seguir, delineamos em algumas palavras as relações entre construção do espaço urbano contemporâneo e formatação do corpo-produto, assim como possibilidades de resistência desse corpo e urbgrafias que revelem tais processos.

1. O CORPO-PRODUTO: DAS RELAÇÕES ENTRE COMPRA E VENDA DO ESPAÇO DA CIDADE

Na produção do espaço urbano contemporâneo traços e marcas são evidenciados, indicando para quem a cidade é regulada e construída. Os empreendimentos imobiliários e os processos de "requalificação" do espaço ditam a estrutura para a qual ele é programado, ditando também a cartilha comportamental correta a cada tipo de espaço. Assume-se a existência de uma corporeidade própria à urbe, aos processos contemporâneos de espetacularização da cidade (JACQUES, 2008), representado em projetos arquitetônicos que tem como objetivo a reurbanização de espaços que estão sob a mira de investimentos imobiliários. A domesticação dos *corpos errantes* (JACQUES, 2012), ou seja, daqueles que ou experienciam a cidade a partir da vivência diária, a partir do ato de se perder ou de forma marginal, é pauta principal nos processos contemporâneos de ordenação urbana, como, por exemplo, o caso de higienização urbana pelo qual passa a região do bairro da Luz em São Paulo, ou como o foi o caso do cais José Estelita em Recife. Em ambos os casos, a cidade é tida como objeto de mercantilização, além de produto de um sistema de acúmulo de capital que parte para o consumo e financeirização do espaço, assume-se enquanto empresa, recebendo o mesmo tipo de gerência que uma empresa receberia. Essa relação, discutida a partir das considerações de VAINER (2011), exemplifica de forma clara quais os rumos que as gestões públicas encaminham o processo de ordenação do espaço urbano.

Quando analisado historicamente, os processos que compõe a formalização da luta do direito à cidade, desde o Movimento Nacional pela Reforma Urbana que, junto as causas sociais, conseguiu incorporar a Constituição de 1988 parágrafos referentes ao direito à cidade, até a constituição do Ministério das Cidades em 2003 com a criação do Estatuto da Cidade e a aplicação dos planos diretores nos municípios, temos uma lacuna de 10 anos sem a efetiva aplicação dos instrumentos legais. Após essa lacuna, a possibilidade de formatação dos planos se vê ameaçada pela formalização de grupos ligados ao mercado imobiliário nas reuniões de elaboração dos planos, ou seja, os instrumentos que outrora tinham como objetivo garantir uma participação popular dentro dos processos de regulação da forma e uso do solo urbano, apresentam uma face não prevista (AVRITZER, 2012). Porém, mesmo com essa possibilidade de gerência, os planos ainda se apresentam como possibilidade de democratização do espaço urbano no plano da legislação urbana, mas a forma com que os interesses privados vêem as audiências públicas como possibilidade de gestão de interesses, aponta o caráter empresarial com que a cidade é ordenada. Tal característica revela ainda a objetificação do espaço urbano como produto, o que é perpetuado pela forma com que os espaços urbanos são gerenciados e projetados. Em resposta a esse objeto cidade, RIBEIRO (2007) nos apresenta um corpo-produto, resultado dos processos de financeirização do espaço urbano, modelo de uma corporalidade urbana.

> *Os instrumentos do poder simbólico abrigam o corpo-produto, posto em descanso nos cenários da contemplação ou, no extremo oposto, acelerado pelo ativismo maquínico. Este corpo é criação e criatura da economia especulativa e da técnico-ciência. Desnudo ou envelopado, o corpo-produto é um resultado paradigmático da incorporação da cultura nos meandros da economia e um objeto em disputa no cerne da competitividade entre lugares. Para a reflexão da vida urbana, recordamos que o corpo-produto, além de depósito do labor de especialistas, é, em si mesmo, um campo de atividades econômicas e de investimentos estratégicos realizados por atores sociais e políticos. (...) O corpo-produto pode ser compreendido como uma forma sedutora que se oferece como imagem, ou melhor, que se oferece para ser imagem. Assim, o corpo-produto é o "habitante" privilegiado do imaginário urbano difundido pelo pensamento dominante. (p.107)*

Fruto do processo que exibe a cidade como produto, gerida pelos interesses privados a partir dos processos de gentrificação, o corpo-produto se apresenta como imagem de marketing urbano, como ideal de vida nas cidades e como publicidade desse ideal. Ele representa a domesticação corporal do habitante padrão: branco, cisgenêro, de classe alta, ou seja, representa as características de dominação social fruto da repartição não apenas em classes sociais, mas em gênero e raça. Aparece sempre nas imagens das obras de requalificação, dos empreendimentos imobiliários e de publicização da cidade. Pode ser visto ainda como fruto do processo de submissão ao sistema capitalista, que relega à cultura uma forma de dominação dos processos subjetivos. Segundo GUATTARI; ROLNIK (1996) existe uma subjetividade fabricada, pertencente aos meios de comunicação e a máquina capitalista. Essa subjetividade está presente na cultura de massa e nas formas de produção cultural dominadas pelo sistema. Segundo os autores;

> *Não somente uma produção da subjetividade individuada - subjetividade dos indivíduos - mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fabrica essa grande maquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos. A essa máquina de produção de subjetividade eu oporia a ideia de que e possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que podemos chamar de processos de singularização, uma maneira de recusar todos esses*

modos de decodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular(GUATARRI; ROLNIK, 1996, p.16-17).

Relaciono assim o corpo-produto, especificado por RIBEIRO (2007) como imagem dos processos de mercantilização da cidade, como corpo fruto da dominação subjetiva operada pelo sistema capitalista, como apontado por GUATTARI; ROLNIK (1996). Tal relação já é evidenciada pela própria autora, ao assumir que a cultura se transforma em ferramenta de dominação e que o corpo produzido por tais processos carrega consigo os traços dessa dominação.

2. CORPO QUE (R)EXISTE: NA CONTRAMÃO DE UMA SUBJETIVIDADE FABRICADA

No desenvolvimento da ideia de urbgrafias, trazemos a proposta de entender tais cartografias como proposições de apreensão dos movimentos que constroem o espaço público através do entendimento do devir[4] desses espaços, do foco nas

[4] Devir é um conceito trazido por Deleuze e Guattari para tratar da possibilidade de disposição aos encontros e as transformações trazidas por esses encontros. Segundo Guattari, "Os fluxos de desejo procedem por afetos e devires, independentemente do fato de que possam ser ou não calcados sabre pessoas, sobre imagens, sobre identificações. Assim um indivíduo, etiquetado antropologicamente como masculino, pode ser atravessado por devires múltiplos e, aparentemente, contraditórios: devir feminino que coexiste com um devir criança, um devir animal, um devir invisível, etc."(GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.318). Os devires tratam de latências e potências, atravessamentos que modificam o estado dominante, portanto, devires tratam de minorias, de irrupções dentro do contexto majoritário que pressupõe novos caminhos, outros agenciamentos, conexões possíveis. No trabalho aqui desenvolvido, o devir é lido a partir da exploração de "outras maneiras de existir", que rompam com o formal estabelecido pelo sistema de dominação estatal e conduza a conexões singulares, ou seja, nas outras formas possíveis de ser cidade, de ser espaço e, consequentemente, de viver essa cidade e esse espaço.

micropolíticas que permeiam o espaço urbano, e na arte como dispositivo de análise, ação e intervenção. Assim, trazem olhares a *espaços em ebulição, nos quais os movimentos de tensão se amplificam até sua materialização através das ações*. Das relações de construção do espaço da cidade, trazem uma abordagem que se concentra em uma camada que é referente aos processos *micropolíticos*, estando o corpo como protagonista desses processos.

Propomos que esse corpo apareça como potência relacional, que (r)existe aos processos de espetacularização da cidade contemporânea através da apropriação da arte como expressão de sua *insurreição micropolítica* (ROLNIK, 2017). Se essa insurreição tem como seu foco de luta "o abuso perverso da foça vitral" (ROLNIK, 2017), a arte não-cooptada, gestada enquanto ferramenta de luta, pode indicar movimentos que fazem forma a essa insurreição ou à processos de singularização. Esse corpo manifesto pode se mostrar individualmente, mas é principalmente na coletividade que ele atinge sua expressão de mundo, assumindo a comunicação dos vetores de a(fe)ctação[5] que perpassam a sua forma através da ação artística. As urbgrafias trazem na arte o dispositivo de ação, entendendo seu potencial no trabalho com as *zonas de tensão*[6], onde "as artes são pensadas como micropolíticas produtoras de subjetividades e de realidades possíveis e espaciais." (CAMPBELL, 2015, p.23). Caracteriza um corpo que se impõe ser visto, exercita o sentido político desse corpo, pertencente ao sujeito enquanto ser político, "ou seja, aquele que é capaz de exercitar a sua (sempre presente) potência para o dissenso, que é um exercício também fundamentalmente estético, não arregimentado por vetores de sujeitificação pré-dados." (LEPECKI, 2012, p.56).

[5] Segundo ROLNIK (2014), os movimentos de a(fe)cção tratam dos vetores que atravessam e afectam um corpo, desencadeando possíveis movimentos de territorialização e desterritorialização. Esses vetores podem ser todas as relações estabelecidas entre outros humanos e não-humanos, todas as forças de vida que esbarram e penetram o corpo vibrátil que, por sua vez, trata da dimensão corporal sensível a tais movimentos.

[6] A pesquisadora Paola JACQUES (2010) intitula como zonas de tensão as mediações realizadas entre extremos, tais como "público e privado, informalidade e formalidade, gambiarra e regulamentação, transgressão e institucionalização, experimental e oficial, precário e tecnológico, e etc...". A autora ainda observa o artista como praticante dessas zonas, o que nos indicaria uma possibilidade de aprendizagem a partir das ações artísticas.

O fato de trazer as manifestações artísticas como dispositivo central das cartografias, atenta para um corpo em criação, atravessado por potências e vetores que pressupõe uma pré-disposição à possibilidade e necessidade de fala. Retomamos assim, a noção de política tratada por RANCIÈRE (2009) das *partilhas do sensível,* onde o ruído provocado pela ação artística leva ao exercício político do sujeito e das formas de visibilidade desses sujeitos. Para ele, política pode ser definida através da relação entre "o que se vê e do que se pode dizer do que é visto" (RANCIÈRE, 2009, p.17), ou seja, uma leitura da "configuração sensível da ordem política que define aquilo que é visível, dizível e digno de valor" (MARQUES, 2011, p.144). A democracia então estaria ligada a esse lugar do comum e da visibilidade onde a obra de arte é agenciada através de partilhas do sensível, ou seja, formas da partilha no comum dos modos de subjetivação e visibilidade. A partir dessa conceituação, entender esse corpo em (r)existência seria entender também sua potência artística, seu movimento dissensual, sua capacidade de fugir das normatizações trazidas pela conduta pautada pela "moral e bons costumes" socialmente estabelecidos, pela possibilidade de formas de execução dessa partilha assim como de sua potência em se tornar visível. O espaço urbano aqui seria o lugar de exercício dessa prática, *locus* tangível de expressão e próprio para tal, visto que podemos encará-lo como plataforma física de ação política, ou, de uma esfera pública (ARENDT, 2007). A partir do entendimento desse urbano enquanto universo tangível para a ação política (LEPECKI, 2012), as falhas, a lacuna formal aparece como possibilidade de criação, onde "é na rachadura e no seu vazio plenamente potente, é no acidente que todo chão sempre já é, que o sujeito político surge porque nele escolhe o tropeço, e, no desejar do tropeço, ele vê o delírio policial da circulação cega e sem fim ser sabotado." (LEPECKI, 2012, p.56).

Em movimentos de ocupação, que promovem o dissenso a partir da presença física em lugares que se constituem como espaço de conflito de interesses, seja do mercado imobiliário versus a organização social, seja da própria administração pública versus a mesma, a arte aparece como vetor de ação, como ferramenta de ocupação ou como máquina de guerra. Sua presença constante nesses movimentos, como parte de uma programação ou como dispositivo de ação e militância, revela sua potência dissensual, necessária e fundamental dentro desses processos. Os corpos que ali ocupam se apresentam em uma (r)existência latente contra o silenciamento de suas expressões na cidade, ou seja, de seu direito à cidade. Direito relativo à possibilidade da discordância, e da visibilidade dessa discordância, em projetos urbanos claramente regimentados pelo "capital do cimento armado" e pela exposição "vitrinesca" de um *status quo* de cidade. A potência que habita os corpos em exercício pleno do dissenso, me parece vir de uma possibilidade de abertura do sujeito aos vetores que perpassam o lugar, onde o espaço passa a falar pelo corpo de quem o habita e ocupa. Essa potência pode ser relacionada aquela advinda não apenas de um corpo físico e racional, mas de um *corpo vibrátil* e relacional, e dos vetores que atravessam esse corpo. Segundo ROLNIK (2014), o conceito de *corpo vibrátil* se refere à capacidade do nosso corpo de ser sensível a manifestações que fogem do âmbito da representação. Segundo a autora;

> *Em pesquisas recentes, cada um de nossos órgãos dos sentidos é portador de uma dupla capacidade, uma cortical e outra subcortical. A primeira corresponde à percepção, a qual nos permite apreender o mundo em suas formas para, em seguida, projetar sobre elas as representações de que dispomos, de modo a lhes atribuir sentido. (...) Já a segunda, que por conta de sua repressão nos é mais desconhecida, nos permite apreender a alteridade em sua condição de campos de forças vivas que nos afetam e se fazem presentes em nossos corpos sob a forma de sensações. Com ela, o outro é presença que se integra a nossa textura sensível, tornando-se, assim, parte de nós mesmos." (ROLNIK, 2014, p.12).*

Propomos pensar então nesse corpo que (r)existe como um corpo que se liga a sua potência vibrátil, ao mesmo tempo em que compreende e se deixa afetar pelos fluxos e forças presentes no espaço, transforma todo esse material em potência dissensual, traduzida em forma de discurso através da ação artística, partilha possível e que tem a capacidade de abrigar todas essas relações e forças, todos os afetos possíveis.

3. INCONCLUSÃO: "ESPAÇO PRÓPRIO PARA DANÇA", COLETIVO MAPAS E HIPERTEXTOS

Poderia aqui nesse momento da fala exemplificar a ação desse corpo em (r) existência através da análise de algum processo de ocupação ou de algum processo de construção tática de espaços públicos pautados na colaboração comunitária. Porém, nos parece interessante agir sob o conceito de forma menos metafórica, adotando a conduta que LEPECKI(2012) utiliza na sua definição de coreopolítica, conceito que será explorado no texto que segue. Portanto, aqui falaremos da possibilidade do fracasso como campo de análise, para entendermos que tal noção de corpo-produto se liga não apenas a imagens publicitárias, mas a mecanização dos corpos em experiência de cidade.

A cidade se configura enquanto espaço de livre mobilidade e movimento, composta a partir de uma imagem moderna que coloca o *flaneur* e o automóvel como símbolos desse espaço-tempo. O sujeito genuinamente urbano carregaria consigo o poder do deslocamento, estando o espaço público fragmentado em torno dos usos de circulação e estar, este último representado por espaços específicos como praças e parques. Resultado disso é o entendimento da configuração urbana a partir do deslocamento como condição primeira, desenhando espaços que, antes de tudo, servem a passagem. A partir dessa ideia e da consideração da dança enquanto movimento político, LEPECKI (2012) organiza o conceito de uma coreopolítica: a coreografia de corpos que fogem a padronização dessa imagem de passagem, de circulação, da domesticação do sujeito urbano ao sentido utilitário dos espaços da cidade. Em oposição, existe o que o autor intitula como coreopolícia, responsável por garantir que os corpos se comportem da "maneira apropriada" aos usos pré-concebidos dos espaços urbanos.

Essa padronização pode ser levada como característica do corpo-produto que, além de ser resultante de uma série de processos relativos ao urbanismo neoliberal que gerencia o espaço urbano de acordo com as movimentações de interesse de um mercado global, produz a cartilha da imagem do sujeito urbano, submisso aos usos que a coreopolícia se encarrega em coreografar. Assim, assumindo a potência política que a dança carrega consigo, "de teorizar o contexto social onde emerge, de o interpelar e de revelar as linhas de força que distribuem as possibilidades (energéticas, políticas) de mobilização, de participação, de ativação" indo além das características especificas que lhe aproximam da política e entendendo que "a dança operaria também como uma *epistemologia ativa da política em contexto*." (LEPECKI, 2012, p.45-46), as coreopolíticas coreografam corpos em (r)existência, que se opõe ao sistema disciplinar imposto pela imagem urbana industrializada que concebe um corpo-produto, e abre possibilidade para outras corporalidade urbanas, indicando assim possíveis experiências efetivas do espaço da cidade. Por outro lado, pensar na coreopolícia trazida como regulação dos corpos urbanos nos faz pensar na efetividade de um corpo-produto resultante das premissas de regulação da cidade, onde "o policiamento enquanto coreografia do fluxo do cidadão é algo profundamente arraigado, entranhado e que forma e deforma o espaço do urbano e o imaginário social de circulação nesse espaço." (LEPECKI, 2012, p.52). O produto corpo do urbano contemporâneo não se edifica apenas no espaço de lazer requalificado ou na imagem publicitária da cidade, mas no simples ato de caminhar pelo espaço e de perceber a relação entre corpo e cidade como uma relação de submissão, ao invés de coexistência relacional.

Em oposição aos corpos mecanizados pela ação de passar de um ponto a outro da malha urbana, e guiadas por uma ideia de dança singular, é proposta a intervenção "Espaço próprio para a dança" do Coletivo Mapas e Hipertextos de Florianópolis. A ação se desenvolve com um dispositivo simples: cria-se um espaço para dança, a sua dança, seja ela qual for. A ideia é convidar o passante apressado a compartilhar um pouco da sua dança naquele espaço, que pode ser qualquer espaço, e que pode ser qualquer dança, a que melhor se manifesta no seu corpo. Assim, os corpos produtos da dinâmica diária são convidados a quebrar tal dinâmica, em dia e horário nos quais não estriam programados para tal. O movimento surge aqui como insurreição micropolítica de corpos que elegem qualquer espaço para dança e sua corporalidade singular como movimento. A intervenção, assim, nos chega como uma corepolítica que não questiona apenas os usos do espaço público

urbano (lembrando que o conceito de espaço público não se restringe a praças e parques, mas tudo aquilo que é composto a partir dos traços físicos dos edifícios, e que se constituí também em uma arquitetura urbana), mas a própria dança enquanto movimentação política presente no corpo de qualquer indivíduo que se predisponha a dançar, sem expertises específicas, modelos físicos ou funcionais.



Figura 1- Intervenção “Espaço próprio para dança”, Coletivo Mapas e Hipertextos, Florianópolis. Foto: Diana Gilardenghi.



Figura 2 - Intervenção “Espaço próprio para dança”, Coletivo Mapas e Hipertextos, Florianópolis. Foto: Coletivo Mapas e Hipertextos.



Figura 3- Intervenção “Espaço próprio para dança”, Coletivo Mapas e Hipertextos, Floriánopolis. Foto: Coletivo Mapas e Hipertextos.

Porém, o ponto de exposição aqui não é exatamente a ação, mas o que não a deixa a acontecer, ou o seu fracasso. Seria em si a dificuldade dos corpos passantes em se desprender de uma dinâmica diária pré-estabelecida e se permitir... dançar. Não apenas aqueles que tropeçam com o grupo de pessoas dançando e, por compromissos atrasados, não dispõem de tempo para entrar no jogo. Mas daqueles que, mesmo coabitando o mesmo espaço em que a intervenção se desenrola, sem muitos compromissos, ou por julgar que *ali não seria espaço para isso,* passam desconfiados, sentam em lugares distantes, e apenas observam. Existem muitas outras limitações que podem justificar a não adesão ao grupo

dançante, mas uma em específico chama a atenção aqui: o fato de ser uma ação não formalizada intimida as pessoas a participar do jogo. Não se trata de uma aula específica de dança, ou de um evento, ou de uma apresentação artística. Existe um caráter de informalidade que parece não ceder "permissão" para que os passantes se deixem levar e compartilhem sua dança.

O grupo investiga constantemente dispositivos que façam com que as pessoas se sintam a vontade e se permitam dançar. Alguns deles, como não fazer círculos delimitando o grupo e o espaço ou não forçar a entrada de ninguém, buscam democratizar o espaço e a dança em questão. O intuito de expor esse exemplo é de trazer para um contexto cotidiano a ideia de um corpo que se apresenta em (r) existência, não apenas frente a medidas formais ou pontuais de financeirização do espaço urbano, mas de conjunturas gerais de uso e de produção de um corpo-produto que lançam mão da ordenação diária desse espaço. O fato de o corpo resistir a tais processos em uma manifestação e ser brutalmente impedido por uma coreopolícia, com medidas corretivas violentas como temos visto nos últimos anos no nosso país, não age somente nessas ocasiões. Ele age cotidianamente, ao policiar a ocupação desses espaços, ao seguir a cartilha da imagem urbana produzida pela empresa-cidade, e ao garantir a reprodutibilidade de um corpo-produto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. **O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil.** In: Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 91 | 2010, disponível em: < http://rccs.revues.org/4491>, acesso em: 14 de agosto de 2017.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Cultura e Transformação Urbana, In: Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana.** PALLAMIN, Vera (org.); LUDEMANN, Marina (coord.). São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CAMPBELL, Brígida. **Arte para uma cidade sensível.** Invisível Produções, Belo Horizonte: 2015.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografia do Desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade.** In: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

IASI, Mauro Luis. **A rebelião, a cidade e a consciência.** In: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. Corpocidade: coimplicações em processo. In: Revista UFMG, v. 19, n. 1 e 2, p.142-155. Belo Horizonte, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Corpografias Urbanas.** In: Arqtextos Revista Vitruvius, 2008. Disponível em:

< http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>, acesso: 22 de junho de 2017.

LEPECKI, André. **Coreopolítica e coreopolícia.** In: Revista Ilha, v. 13, n. 1, p. 41-60, Florianópolis, 2012. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/24920, acesso em: 26 de setembro de 2017.

LIMONAD, Ester. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?** In: Revista Formação, nº 14, volume 1, p. 31-45, 2011.

MARICATO, Ermínia [et al...]. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Reconfigurações do "comum" e criação de comunidades de partilha: estética e política em "***Cinco vezes favela: agora por nós mesmos".* In: Revista IPOTESE, vol. 15, nº 2, p.139-150, jul/dez, Juiz de Fora, 2011.

MUSSI, Joana Zatz. **O espaço como obra: ações, coletivos artísticos e cidade.** Dissertação, 326 f. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Elaine Cristina Maia; SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. **Urbgrafias ou cartografias da produção de um devir cidade.** In: Pós- Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU USP, v.24, nº 43, p.126-143, 2017.

NASCIMENTO, Elaine Cristina Maia; SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. **Corpo-espaço Cidade-corpo: possibilidades de urbgrafias na cidade habitada.** In: PIXO Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v.1, nº 2, p.22-33, 2017.

PRIGGE, Walter. **Metropolização.** In: Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana. PALLAMIN, Vera (org.); LUDEMANN, Marina (coord.). São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos.** In: Cadernos PGAU – UFBA, ano 5, nº 1. Editora EdUFBA, 2007.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo.** Porto Alegre; Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

_____. Esferas da insurreição: sugestões para o combate à cafetinagem da vida. Salvador: UFBA, 2017. (Comunicação Oral).

_____. **Cartografia ou como pensar o corpo vibrátil.** Núcleo de Estudos da Subjetividade. PUC-SP. Disponível em: http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf, Acessado em 06/07/2017.

VAINER, Carlos B. **Pátria, Empresa e Mercadoria.** Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2000.

ENTRE ESCALAS: Coletivos ativistas pela mobilidade na cidade de Belo Horizonte, MG

CARVALHO, BIANCA (1); SAIDLER, MARCOS FELIPE SUDRÉ (2)

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura
R. Leopoldina, 232, apto 301, Santo Antônio, Belo Horizonte, MG - 30330-230
biancacarvalho.arq@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura
R. Paraíba, 697, Funcionários, Belo Horizonte, MG - 30130-140
sudresaidler@gmail.com

Resumo

O artigo discute o tema da mobilidade urbana tendo como recorte as ações promovidas pelos coletivos ativistas na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Para isso, o trabalho propõe mapear, compreender e debater as ações promovidas por esses coletivos na busca de melhorias do espaço público a partir de dois movimentos principais: (1) apresentação desses coletivos, caracterização de suas ações e mecanismos de diálogos com outros sujeitos, obtidos em mapeamento de dados secundários e entrevistas e (2) análise documental de textos extraídos da imprensa escrita e televisiva, com o intuito de perceber o comportamento transescalar das ações promovidas por esses grupos. As discussões indicam fragilidades e entraves enfrentados pelos coletivos em suas ações, mas evidenciam que a articulação entre escalas – da sociedade civil de forma mais ampla ao Estado – pode ser o elemento fundamental para conquistas efetivas. Para além dos instrumentos que procuram aprimorar e/ou garantir maior mobilidade no espaço urbano originados nos setores técnicos do poder público, a pesquisa pretende colocar em pauta o papel de outras escalas/esferas nesse campo de atuação.

Palavras-chave: *mobilidade urbana; coletivos ativistas; escalas.*

Introdução

Este trabalho parte da hipótese de que a reabilitação dos espaços públicos nas cidades e sua apropriação – sugerindo o efetivo direito à cidade anunciado por Henri Lefebvre (2008) – poderiam ser alcançadas ou potencializadas pela mobilidade urbana. Entende-se, assim, que a capacidade de se deslocar pelo espaço e alcançar equipamentos e áreas públicas é fundamental para a vitalidade urbana e o exercício de construção da cidadania e da cidade como obra coletiva, para além de produto acabado, comercializado e consumido apenas por alguns (LEFEBVRE, 1991)[1].

Orientada por essa perspectiva, a pesquisa procura compreender o quadro mais amplo no qual o tema da mobilidade urbana se insere no contexto brasileiro: o processo de urbanização na maioria das vezes não planejado e a ampliação do acesso ao veículo automotor. Na tentativa de levantar o modo como a mobilidade tem sido abordada pelo pensamento urbanístico, discute-se propostas originadas de setores oficiais, mas pretende-se por em destaque a emergência de novos sujeitos estruturados em torno dessa questão e suas táticas na cidade. Tendo como recorte os coletivos ativistas que se organizam em favor da mobilidade urbana na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, o trabalho apresenta levantamento e discussões sobre esses sujeitos, seus mecanismos de ação, relações com demais esferas – sobretudo o Estado e sociedade civil, de modo mais amplo – e potencialidades de articulação. Qual a potência das ações promovidas por coletivos ativistas na construção de um espaço mais justo e que permitiria a plena apropriação da cidade? Essa é a questão norteadora para a pesquisa, que por meio de um mapeamento sistematizado desses coletivos, espera contribuir para o debate sobre a mobilidade urbana e, principalmente, outras formas de alcançar transformações na cidade.

Formam os coletivos ativistas analisados por este trabalho os grupos de indivíduos da sociedade civil organizados em função da temática da mobilidade urbana. Vale destacar a dificuldade de conceituação acerca desses coletivos, já que é característica desse universo "[...] uma semi-caótica e desordenada variedade de grupos com distintos modos de ação e divergentes perspectivas [...] (MAZETTI, 2010, p. 109). É praticamente impossível e pouco razoável, como argumenta Mazzeti, chegar a "definições monolíticas" sobre o fenômeno. Alguns partem para intervenções urbanas lúdicas e teatrais, outros se concentram em divulgação de cartilhas pela internet, enquanto ainda há os que desenvolvem um modo de ação mais próximo das esferas oficiais, articulando-se em assembleias, audiências e atividades similares.

Para se aproximar do universo de análise, a fim de inferir a relação entre as múltiplas escalas de ação, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: (1) coleta, organização e categorização de informações sobre os coletivos selecionados em sites oficiais, páginas do Facebook e blogs; (2) entrevistas e observações das ações promovidas pelos grupos na cidade; (3) análise documental de textos extraídos da mídia impressa e televisiva, no período da Semana da Mobilidade Urbana de 2017, quando um número significativo de ações foram produzidas de forma concentrada.

1. Da completa urbanização à incompleta mobilidade?

O processo de expansão do tecido urbano ganhou fôlego extraordinário nas últimas décadas do século passado em praticamente todo o mundo, a ponto de alguns

[1] É preciso, de antemão, explicitar que, o tema da mobilidade urbana está, muitas vezes associado à acessibilidade, embora haja distinção entre os conceitos. O termo mobilidade é compreendido pela capacidade de deslocamentos espaciais, "na visão tradicional, a mobilidade é tida simplesmente como a habilidade de movimentar-se, em decorrência de condições físicas e econômicas" (Vasconcellos, 1998, p. 30). Já a acessibilidade vem da capacidade de uma pessoa em alcançar determinado local, o que pode ser influenciado, por exemplo, pelo preço da passagem ou o número de ônibus necessários para completar a viagem. Assim, neste trabalho, entende-se mobilidade como a ação do deslocamento e acessibilidade como a oportunidade que o indivíduo possui de participar de uma atividade em determinado lugar (VASCONCELLOS, 1998).

teóricos sugerirem a completa urbanização do globo, o que tem sido chamado de "urbanização extensiva" (MONTE-MÓR, 2006) ou "planetária" (Brenner; Schmid, 2001). Embora essa extensão do urbano seja caracterizada, principalmente, pela penetração virtual de relações sociais de produção e reprodução urbano-industriais em territórios não-citadinos, é fato que a difusão dos elementos constitutivos da vida cotidiana originada nas cidades carrega consigo formas urbanas concretas ou, pelo menos, são indutoras desse processo. Não por acaso, a discussão sobre a extensão de um urbano virtual para além das cidades – e, consequentemente, a urbanização completa da sociedade em suas relações – é contemporânea à transição urbana mundial, ou seja, ao período em que a maior parte da população do globo passou a viver em contextos não-rurais.

Atrelado a isso, os problemas urbanos se multiplicaram, colocando a agenda de discussão sobre o futuro das cidades entre as prioridades do poder público em seus diversos níveis de administração. No Brasil, a criação do Ministério das Cidades e a orientação de recursos para o planejamento metropolitano são exemplos de como as cidades têm sido pauta de debate para além do limite dos municípios, envolvendo também ações dos governos federal e estaduais. Dentre os problemas apresentados pelo esgarçamento do tecido urbano – em geral, pouco ou nada planejado – está a dificuldade de deslocamento nas cidades, geradora de barreiras ao desenvolvimento e limitadora de melhores condições de vida, na medida em que dificulta ou mesmo impede o acesso a determinadas porções do território. Reflexo disso é, por exemplo, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, regulamentada em 2012, vem sendo considerada um dos eixos estruturantes das políticas públicas voltadas para as cidades brasileiras (BRASIL, 2015).

Em contrapartida e em paralelo a essa agenda, a frota nacional de veículos automotores continua em ascensão. Segundo o Departamento Nacional de Transito, o crescimento da frota no período de 2000 a 2010 foi de 119%. Já nos últimos anos, o número de veículos no país saltou de 64,8 milhões em 2010 para 93,8 milhões em 2016 (DENATRAN, 2017). Todo esse vigor da indústria automobilística brasileira vai na contramão daquilo que o urbanista britânico Donald Appleyard (2005), ainda nos anos 1960, constatou: a apropriação das ruas e as interações sociais que nelas ocorrem constituem uma variável que decresce à medida que aumenta o fluxo de veículos. Como aluno de Kevin Lynch, Appleyard dedicava-se aos estudos de percepção da paisagem a partir de mapas cognitivos e constatou, em estudos de três ruas de São Francisco, Califórnia, com características sócio-espaciais similares, mas fluxos de veículos distintos (pesado, moderado e leve) que o espaço considerado pelos moradores como "casa" diminuía à medida que aumentava a intensidade do tráfego.

Os achados de Appleyard fazem parte de um conjunto de pesquisas que começaram a questionar, a partir da segunda metade do século XX, a centralidade do automóvel no planejamento das cidades e a defender a necessidade de priorizar o pedestre e sua escala (JACOBS, 2011; GEHL, 2015). Apesar desses questionamentos, a prática de planejamento organizada pelo Estado permaneceu corroborando as propostas de desenho urbano que evidenciassem a centralidade do veículo automotor, validando o caminho adotado pelas correntes que defendem o combate dos problemas produzidos pela cidade industrial a partir da própria máquina[2]. A despeito da crítica, a indústria automobilística e o automóvel de forma mais explícita permaneceram como peça-chave na formulação de soluções para a cidade desejada, como foram outrora os pavilhões Futurama e Futurama II, da General Motors, construídos na Feira Mundial de Nova Iorque de 1939 e 1964, que apontavam a máquina como restauradora da ordem na cidade (Salvi, 2007).

Assim, diante do tecido urbano em extensão, a cidade vive o paradoxo de reconhecer que o excesso de veículos, além de problemas ambientais relacionados

[2] São exemplos dessa relação umbilical entre o veículo automotor e a cidade que emerge da prancheta dos técnicos a transformação das ruas em vias de trânsito e conexão entre os setores funcionalizados, como propôs Le Corbusier, a cidade-linear de Arturo Soria Y Mata e a Brodacre City, de Frank Lloyd Wright. Frank Lloyd Wright chega a afirmar que a sua cidade de um acre por habitante – modelo jamais construído, mas que acabou influenciando a forma de ocupação com baixíssima densidade dos subúrbios norte-americanos – somente seria viável em uma sociedade que tomasse a escala do automóvel como padrão para o planejamento territorial. Para uma discussão mais verticalizada, ver Choay (1979).

à emissão de poluentes, levou à saturação das vias existentes e à necessidade de intervenções que, sem resolver o problema da mobilidade de forma efetiva, acabam produzindo rupturas, isolando áreas e eliminando dos espaços públicos os sujeitos que se deslocam a pé. A transição urbana global impõe, portanto, a necessidade de repensar as cidades, bem como o urbano que está fora delas, sob lentes que permitam construir formas e conteúdos capazes de colocar em pauta os dissensos entre a política urbana organizada pelo Estado, os interesses do capital e a prática cotidiana das ruas e demais espaços públicos.

2. Coletivos ativistas: qual o poder das escalas insurgentes?

A crítica ao urbanismo elaborada desde meados do século passado e a própria crise do planejamento a partir das esferas oficiais datada das últimas décadas prepararam a cena para o surgimento de sujeitos organizados em torno de pautas diversas – da reabilitação de áreas abandonadas às políticas de gênero – tendo a cidade como ambiente de luta. Almejando espaços mais adequados e diversos, esses grupos passaram a agir nas cidades e produzir intervenções até então limitadas ao poder público, configurando uma espécie de "microplanejamento" que, além de reposicionar os cidadãos em ações na/pela cidade, leva a uma reestruturação da própria atuação das atividades do urbanista ou planejador, como indica Rosa (2011).

Ações que vêm sendo caracterizadas como um "urbanismo tático" – em especial, por se vincularem às táticas de ação de De Certeau (1989) e a modos de operação próprios ao *bricoleur* de Levi-Strauss (1998) – foram uma das principais formas que esses grupos encontraram para chamar a atenção da população e do poder público para as melhorias que poderiam ser feitas na cidade. Como na bricolagem de Levi-Strauss, a produção pelas próprias mãos e através de utensílios atípicos para tal exercício é o que marca esse microplanejamento, que não tem suas ações pautadas por estratégias programadas, mas por táticas reinventadas no cotidiano. Aquele que se utiliza da bricolagem, não se prende a materiais ou instrumentos próprios para um trabalho, tampouco a projetos convencionais. O sujeito dessa ação se descobre e se reinventa em busca do seu objetivo; ao contrário de um técnico, ele está sempre apto para várias e novas funções. Para o *bricoleur,* qualquer instrumento pode ser útil para aquilo que deseja, o que abre ainda mais suas possibilidades.

Essas experiências de apropriação dos espaços, em boa parte das vezes espontâneas e não direcionadas por técnicos, somente são capazes de ganhar forma com o envolvimento da população. Produzindo o espaço com as próprias mãos, esses sujeitos criam suas próprias respostas ao processo de urbanização das cidades, que ao ser tradicionalmente organizado pelo Estado e o capital fabricam territórios residuais e pouco disponíveis à convivência. Assim, vê-se a emergência de um urbanismo, ou de uma outra ciência urbana, que talvez seja capaz de reinventar as cidades e a práxis política presente em seus limites. Esse novo pensamento e prática pode apontar ainda para o que Holston (2013, p. 62) definiu e defendeu como "cidadania insurgente", aquela que, emergindo de espaços entrincheirados, nasce como "[...] uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta".

Nesse contexto é que se inserem os coletivos ativistas discutidos por este trabalho. Transitando entre práticas que se reportam ao urbanismo tático e operando pela lógica de um microplanejamento, esses grupos aplicam o que Rosa (2011) chama de articulações *bottom-up*, ações criativas vindas de baixo para cima, da menor escala para o centro das discussões. Para Hehl (2011), essa articulação *bottom-up* seria a maior inovação ocorrida no planejamento urbano nos últimos tempos, contribuindo para uma cidade mais inclusiva e que permite a visibilização de sujeitos marginalizados. Foi assim que muitos grupos pintaram vias, criaram mobiliário, fizeram piqueniques em áreas esquecidas e acabaram evidenciando que a rua não é apenas um aparato técnico de passagem, mas um local de trocas e encontros. E que, desses encontros, podem nascer militâncias e resistências que vão se aproximar das demandas políticas da sociedade. Distantes do óbvio, do

projetado e do planejado, as práticas realizadas dentro do microplanejamento, ou na escala do microator, independentes do nome ou da forma que ganham, são constituídas de espontaneidades e podem acabar por ganhar conhecimento e reconhecimento dos cidadãos de forma mais ampla.

2.1. Mapeando ações: coletivos ativistas pela mobilidade em Belo Horizonte

A partir das discussões feitas até aqui, foram selecionados para análise dois coletivos e um Grupo de Trabalho que se desenvolveram através da pauta da mobilidade urbana e que estão presentes na cena de Belo Horizonte: o Tarifa Zero BH, o BH em Ciclo e o Grupo de Trabalho Pedala BH. Os dados foram coletados a partir dos sites de cada coletivo, reportagens, eventos organizados pelas páginas do Facebook – rede social bastante utilizada pelos organizadores das propostas –, entrevistas e observações durante as ações promovidas.

O Tarifa Zero BH nasceu 2013, juntamente com as manifestações contra o aumento das tarifas das passagens de ônibus na capital. Durante a segunda Assembleia Popular Horizontal, os participantes foram separados em grupos de trabalho e um deles era sobre transporte. A partir de então, o coletivo que se tornou o Tarifa Zero BH, começou a se reunir e, após a ocupação da câmara municipal de Belo Horizonte, levantaram, como seu primeiro ato, um projeto de lei de tarifa gratuita para o transporte coletivo da cidade. Assim, o projeto inicial parte de [...] uma proposta de mudança na forma de financiamento do transporte público. Ao invés de se cobrar no momento do uso, o transporte deve ser financiado como os outros serviços públicos: por toda a sociedade. (TARIFA ZERO, 2013).

Embora se defina inicialmente como uma campanha, atualmente, o Tarifa Zero BH congrega um conjunto de sujeitos organizados que têm tido um importante papel nas mediações entre sociedade civil e poder público, promovendo discussões e atos em favor do cidadão, aos moldes do que se considera como coletivo ativista neste trabalho.

Já o BH em Ciclo (Associação dos Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte) foi criado em 2012 informalmente, passando a ser uma associação de ciclistas inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em 2013. O grupo começou com o encontro de pessoas que pensavam de modo semelhante a trânsito de bicicletas na cidade e que almejavam uma forma de melhorar a vida dos ciclistas. Como primeira ação, mapearam as ciclovias de Belo Horizonte e criaram um relatório com fotos e ilustrações direcionado aos setores públicos da cidade. Posteriormente, convocaram audiências públicas e contataram jornais, até que em uma dessas audiências conseguiram a presença da BHTrans, a empresa de transportes da capital, momento em que foi assumido o compromisso de se encontrarem uma vez por mês para decidir sobre os projetos de ciclovias em Belo Horizonte. O BH em Ciclo, além disso, tem como missão,

> *[...]promover a comunicação entre ciclista e poder público, fomentar a conscientização sobre o uso da bicicleta como meio de transporte (urbano), assim como incentivar o seu uso como modal capaz de mitigar os efeitos do uso excessivo do transporte motorizado privado na cidade de Belo Horizonte" (BH EM CICLO, 2012).*

Desses encontros com a BHTrans foi que surgiu o Grupo de Trabalho Pedala BH, em 2013, "[...] um grupo de discussão aberto e sem líderes para o incentivo do uso de bicicleta em BH. Ele é um canal de comunicação entre ciclistas e poder público (BHTrans), no qual qualquer cidadão pode participar sem inscrição prévia" (GT PEDALA BH, 2014). O Grupo de Trabalho nasceu após a implantação de um trecho cicloviário em Belo Horizonte, que aos olhos dos ciclistas, não era seguro para o uso. Assim, audiências públicas passaram a ser acionadas, onde os ciclistas começaram a defender seu ponto de vista junto à prefeitura e o resultado delas foi a criação de um grupo de discussão entre os ciclistas e a BHTrans para pensarem juntos os próximos projetos relacionados a bicicleta em Belo Horizonte. O Pedala BH é um exemplo de articulação entre a pequena escala dos coletivos ativistas e o poder público, demonstrando adaptações na esfera do Estado para lidar com esses sujeitos.

Inicialmente, o mapeamento pretendia verificar, em toda cidade de Belo Horizonte, as ações promovidas pelos grupos, na tentativa de compreender os campos de atuação de cada coletivo e suas possíveis articulações. Foram mapeadas assembleias, atos, discussões, reuniões, festas, mesas de debate e outras ações organizadas pelos grupos. Após a investigação, notou-se que a maioria dos eventos organizados pelos grupos são reuniões semanais ou mensais entre os membros ou grupos de trabalhos e de discussão, com o objetivo de organização de atos, documentos e proposição de pautas de discussões com o poder público. Em relação à disposição geográfica, há predomínio de eventos na região Centro-Sul e Leste de Belo Horizonte, mais precisamente nos bairros Centro, Funcionários, Floresta e Santa Tereza. Mesmo aquelas ações realizadas fora dos limites desses bairros estavam, em geral, vinculadas à universidade, como debates no Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas e mobilizações nas ocupações urbanas atendidas pela Escola de Arquitetura e Direito, também da UFMG.

Em entrevistas, a concentração de atividades é justificada pelos coletivos por esses locais serem uma espécie de espelho ou difusor de ideias para os demais bairros da capital, além de terem maior visibilidade para toda a população. Com seu modelo radioconcêntrico de desenho urbano, Belo Horizonte acaba obrigando boa parte da população a acessar a região Centro-Sul da cidade em algum horário do dia ou em determinados momentos da semana, o que permitiria que uma diversidade maior de pessoas moradoras de outros pontos da capital pudesse ter contato com as ideias dos grupos.

A partir das entrevistas, observações e mapeamentos, pode-se notar que uma parcela reduzida da população é mobilizada pelas atividades, o que evidencia um dos principais gargalos para as ações dos grupos: a dificuldade em promover a participação popular. Além disso, muitas vezes, procedimentos burocráticos dificultam ou até mesmo impedem a organização de eventos, seja pela necessidade de autorizações para que os espaços sejam ocupados ou pela documentação exigida para a composição de instâncias de diálogo. Em alguns casos, os coletivos ainda revelam que precisam reorganizar suas agendas em função de demandas urgentes e que aparecem de forma inesperada. Não são raros os casos de cancelamento de ações programadas para sensibilizar e envolver a sociedade de forma mais ampla por conta da necessidade de reunir forças para se opor a determinações conduzidas pelo Estado, o que explica em parte o maior número de reuniões internas e com o poder público.

A criação e atuação do GT Pedala BH, como já mencionado, é outro fato de destaque no cenário da capital mineira, pois indica uma estratégia do poder público para se aproximar dos coletivos. Não por acaso, o GT surge a partir da necessidade de diálogo com os grupos que conduzem a pauta da mobilidade pelo recorte do modal cicloviário, o que permanece sendo feito até hoje, como pode-se notar durante a pesquisa pelas articulações mais evidentes entre o Pedala BH e o BH em Ciclo. Essas articulações entre os grupos podem ser observadas também com os demais coletivos da cidade, embora existam graus diferentes de compartilhamento das pautas, pois alguns acabaram por se especializar em determinadas campanhas, a exemplo da defesa da bicicleta como modal prioritário ou da gratuidade do transporte coletivo, como indicam os dois coletivos estudados. Apesar dessas especificidades, pode-se verificar que muitas vezes esses coletivos se aliam para determinados fins comuns. A campanha “De1Passo”, por exemplo, foi lançada pelos coletivos Tarifa Zero BH, BH em Ciclo, Bike anjo e Nossa BH, e um ano depois, eles voltaram a se articular para promoverem a Semana de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte de 2017, tema de análise da próxima seção.

2.2. Das ruas à mídia: alcançando outras escalas?

Entre os dias 16 e 23 de setembro, a cidade de Belo Horizonte recebeu a Semana da Mobilidade Urbana, com atividades promovidas em conjunto por diversos coletivos da capital, como o Tarifa Zero BH e o BH em Ciclo. Aulas para aprender a andar de bicicleta, sensibilizações e vivências sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas cegas no espaço urbano, bazares em locais públicos e piqueniques fizeram parte da programação. O Tarifa Zero BH, de modo específico, organizou a “Busona sem Catracas”, disponibilizando um circuito de transporte coletivo

gratuito à população, a fim de conscientizar sobre o direito à mobilidade. O BH em Ciclo, por sua vez, lançou a pesquisa "#Descobrindo como BHPedala", com o objetivo de produzir e sistematizar dados sobre o uso de bicicletas e o perfil dos ciclistas na cidade.

A Semana foi organizada de forma a evidenciar as comemorações do Dia Mundial sem Carro, 22 de setembro, data em que se concentrou boa parte da programação. Durante todo o dia, o quarteirão da Rua Gonçalves Dias, entre as Ruas Paraíba e Rio Grande do Norte permaneceu fechado para o trânsito de veículos, permitindo apenas trânsito local para acesso às edificações. A concentração de coletivos, pessoas ligadas à pauta da mobilidade e à apropriação dos espaços públicos marcou a ocupação da pista de rolamento usualmente dominada pelos veículos automotores. Simulando áreas ajardinadas, o mobiliário disposto sobre o leito carroçável do logradouro público convidava os sujeitos a ir além das calçadas. Esse ambiente incomum fez surgir algumas cenas curiosas, como a da criança cuja mãe soltou as mãos e permitiu que avançasse sobre o asfalto para brincar. Permanecendo recolhido na área do passeio, o menino somente sentiu-se seguro para ocupar o espaço tradicionalmente usado pelos carros quando a mãe assegurou que naquele dia isso era permitido e não haveria perigo em brincar na rua como ela havia feito durante sua infância.

Ante esse conjunto concentrado de ações promovido pelos coletivos – muitas delas em parcerias e redes entre os grupos –, a pesquisa procurou apreender, além da forma como os sujeitos se articulavam e a maneira como a população recebia as atividades, em que medida esses eventos eram disseminados e publicizados. Como os coletivos ativistas fazem uso das redes sociais para divulgar suas agendas, a pesquisa concentrou-se em observar veículos de comunicação da grande mídia, a fim de tentar perceber como essas escalas de ação comunicativa do grupo – Facebook, Instagram, blogs, etc. – articulavam-se à jornais impressos e televisionados. Ou seja, a intenção era perceber em que medida e de qual maneira, as ações dessa pequena escala alcançavam os veículos de comunicação de massa, que por sua vez poderiam ter uma penetração maior na sociedade e sujeitos que desconheciam até aquele momento o trabalho e a pauta desses coletivos.

Foram escolhidos três veículos de comunicação para a observação durante os dias 16 e 23 de setembro: (1) o jornal impresso Metro, de distribuição gratuita em espaços públicos da cidade; (2) o jornal impresso O Tempo, comercializado em bancas e por assinaturas; (3) o jornal televisionado MGTV 1ª Edição, da TV Globo Minas.

Como são publicações do mesmo grupo, as abordagens dos jornais impressos Metro e O Tempo foram idênticas. Das edições analisadas, apenas a publicada no dia 22 de setembro abordou o assunto. Os mesmos textos e imagens foram publicados em ambos os veículos. Com matéria de uma página sobre o Dia Mundial sem Carro, os jornais apresentaram dados da BHTrans com o aumento da frota em Belo Horizonte e a redução do uso do transporte coletivo na cidade. Às comemorações do dia 22, foi reservada pequena nota – de pouco menos de 1/3 da página – com ilustração alertando o leitor sobre as alterações no trânsito nas proximidades da Rua Gonçalves Dias. Já no primeiro parágrafo da nota, os impressos informam que a BHTrans havia preparado "[...] uma programação especial para a população" (METRO, 2017, p. 3; O TEMPO, 2017, p. 3) naquela data, permitindo o fechamento do quarteirão. Os coletivos e suas propostas são mencionados no terceiro e último parágrafo da nota, informado o fato de que no dia anterior havia ocorrido a "Busona sem Catracas" e que, na manhã seguinte, um piquenique de ciclistas estava programado para ocorrer no Parque Municipal.

Já no MGTV 1ª Edição, a pauta da mobilidade foi apresentada nos dias 19 e 20 de setembro. Com viés institucional, o jornal enfatizou a campanha lançada pela emissora "Viva Melhor Todo Dia, Agora no Trânsito" e o seminário realizado em parceria com a BHTrans e a Câmara de Diretores Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH). No dia 19, a reportagem de três minutos apresentou os problemas enfrentados pelos pedestres no trânsito e as infrações cometidas por motoristas, mostrando imagens da campanha: uma espécie de blitz realizada nos semáforos do hipercentro, com cartazes e distribuição de adesivos e balas. Foram entrevistados

motoristas e pedestres em um formato conhecido no jargão jornalístico como "povo fala", em que não há identificação de nome ou profissão de quem dá o depoimento. Em seguida, voltou-se para o seminário, com entrevistas do presidente da BHTrans, do coordenador setorial da CDL-BH, do diretor regional da TV Globo Minas, especialistas e técnicos. No dia 20, uma reportagem de 2 minutos apresentou as ações da mesma campanha na cidade de Betim, com imagens similares às captadas nas ruas de Belo Horizonte, enquetes do tipo "povo fala" e entrevista com a direção da TransBetim, empresa de trânsito local.

Como é possível notar pelo estudo dos meios de comunicação, as ações promovidas pelos coletivos ativistas atingem de maneira bastante reduzida, pelo menos no período e nos veículos analisados, a imprensa. Há ainda filtros que permitem aos jornais enfatizarem um aspecto ou outro, priorizando atores e enfoques, pois a abordagem dada pela imprensa se difere de forma significativa da encontrada nas páginas e meios de divulgação dos coletivos. Diante disso, é necessário reconhecer a potência das microrredes comunicacionais articuladas pelos coletivos, mas também é preciso problematizar o fato de que os veículos de massa ainda exercem papel de destaque nesse processo de difusão de informações. Essas observações podem levar à hipótese já bastante discutida sobre o agenda-setting (TRAQUINA, 2000; WOF, 2001), a partir da qual os meios de comunicação têm grande importância na construção de pautas que incorporam ou não a esfera pública, revelando algumas temáticas e silenciando outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de mapear e pôr em relevo as relações entre os coletivos ativistas pela mobilidade urbana e os demais segmentos da sociedade, o trabalho apresentou algumas das articulações internas e externas aos grupos estudados na cidade de Belo Horizonte. Para isso, dois movimentos principais foram realizados: (1) uma apresentação desses coletivos, caracterizando suas ações e diálogos com outros sujeitos, originada sobretudo de mapeamentos de dados secundários e entrevistas e (2) análise documental de textos extraídos da imprensa escrita e televisiva, a fim de perceber o comportamento transescalar das ações por eles promovidas durante a Semana da Mobilidade Urbana de 2017, recorte temporal escolhido para esta seção.

Nesses dois movimentos, é possível destacar algumas observações que merecem aprofundamento maior em pesquisas futuras. Destaca-se, dentre esses dados, que as atividades desenvolvidas pelos coletivos na cidade, são, em sua maioria, internas aos grupos e restritas a alguns espaços da cidade; a dificuldade de mobilização popular enfrentada pelos sujeitos promotores dos eventos e alguns entraves já reconhecidos por eles, como as burocracias enfrentadas para estabelecer diálogo com escalas superiores. Em Belo Horizonte, a criação de um grupo de trabalho específico para facilitar a relação entre os atores, como é o caso do GT Pedala BH, é um fato que merece evidência e investigações posteriores, a fim de perceber a real potencialidade desse instrumento como mecanismo de gestão participativa. Nas páginas da imprensa, a baixa ocorrência das ações promovidas pelos coletivos é simultaneamente evidência de filtros de representações – a partir dos quais enfoques distintos podem ser dados aos fatos –, mas também fator que precisa ser debatido, uma vez que os próprios meios de comunicação também podem ser percebidos como filtros para as pautas que compõem a esfera pública.

As discussões e mapeamentos evidenciam, desse modo, que o ativismo social promovido por alguns coletivos traz à tona a necessidade de reconhecer o papel da sociedade como agente transformador da cidade, evidenciando que a construção de agendas políticas não é exclusividade dos setores técnicos e de profissionais especializados, como as propostas de planejamento urbano e urbanismo feitos com as próprias mãos sugerem. As pautas que compõem o debate público podem, assim, emergir das microescalas ou nanoterritórios descritos por Marcelo Lopes de Souza (2015) e ser conduzidas por indivíduos organizados para além do Estado, mas em rede de articulações multiescalares.

REFERÊNCIAS

APPLEYARD, Bruce. **Livable streets or schoolchildren: How Safe Routes to School programs can improve street and community livability for children.** *NCBW*, Nova York, online, mar. 2005. Disponível em: <http://www.bikewalk.org/pdfs/forumarch0305.pdf>. Acesso em: 13 jun 2017.

BRASIL. *PlanMob:* **caderno de referência para elaboração de plano de mobilidade urbana.** Ministério das Cidades: Brasília, 2015.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. **Planetary urbanization.** In: GANDY, Matthew. *Urban Constellations.* Berlim: Jovis, 2011. p. 10-13.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo:* **utopias e realidades, uma antologia.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano:* **artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

DENATRAN, Departamento Nacional de Trânsito. **Disponível em: <http:// http://www.denatran.gov.br/estatistica/237-frota-veiculos>.** Acesso em: 19 jun 2017.

DURAN, Marília Claret Geraes. *Maneiras de pensar o cotidiano com Michel De Certeau.* Curitiba: Diálogo Educ., 2017

GEHL, Jan. *Cidade para Pessoas.* São Paulo: Perspectiva, 2015.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente:* **disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades.* São Paulo: Martin Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space.* Oxford: Blackwell, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem.* Campinas: Papirus, 1989.

MAZETTI, Henrique. **Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no brasil.** *Revista lugar comum*, n. 25-26. Rede universidade nômade, 2008, p. 105-120.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é o urbano no mundo contemporâneo.* Texto para Discussão, n. 281. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

ROSA, Marcos L. *Microplanejamento:* **práticas urbanas criativas.** São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SALVI, Ana Elena. **Antropofogia que nos (des)une: políticas norte-americanas no processo de urbanização brasileira.** In: GITAHY, Maria Lucia; LIRA, José Carlos. (Org.). *Arquiteses, Tempo cidade e arquitetura.* São Paulo: Annablume/FUPAM, 2007, p. 88-100.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo:* **análise e textos da teoria do agendamento.** Coimbra: Minerva, 2000.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Mobilidade urbana e cidadania.* Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 2012.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação***.** Lisboa: Presença, 2001.

ENTRE IMPOSIÇÕES E RESISTÊNCIAS: o papel dos espaços livres públicos na preservação do comum em Campos dos Goytacazes/RJ

ALIPRANDI, DANIELLY C. (1); CABRAL, KAREN T. (2); CONTAGE, SARA D. (3); D'ALMEIDA, URSULA G. (4); SOUSA, PRISCILA G. (5)

1. Instituto Federal Fluminense
Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, CEP 28030-130
danielly.aliprandi@iff.edu.br

2. Instituto Federal Fluminense
Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, CEP 28030-130
karen.cabralt@gmail.com

3. Instituto Federal Fluminense
Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, CEP 28030-130
saracontage@gmail.com

4. Instituto Federal Fluminense
Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, CEP 28030-130
ursula.gda@gmail.com

5.Instituto Federal Fluminense
Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes, RJ, CEP 28030-130
gomess.pgs@gmail.com

RESUMO

A discussão acerca do planejamento das cidades orientado às pessoas e não ao capital tem ganhado mais força dia após dia. As formas de resistência ao urbanismo neoliberal e a preservação do comum ganham ampla expressão nas apropriações do espaço urbano pela população. Inserido neste debate, o presente trabalho objetiva analisar, no contexto da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, a articulação entre a apropriação do espaço público pela população e a mediação dessa apropriação feita pelo município na experiência de abertura da Avenida Dr. Arthur Bernardes para pedestres e a prática de esportes e lazer. Buscou-se entender se a ação governamental se dá em conformidade com os ideais intrínsecos ao urbanismo neoliberal ou se, na realidade, a situação se configura como defesa do comum e desejo por democracia através da apropriação e criação de uma nova identidade cultural coletiva no espaço urbano. A análise se dá em busca da identificação da lógica por trás dessa política pública: a mesma acontece como meio de garantia do direito à cidade e subversão à doutrina neoliberal que permeia as cidades ou reforça a lógica do mercado? Como método de trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos que conduzem a temática e também elaborados mapeamentos temáticos para entendimento da relação dos espaços livres e as demandas da cidade, além da pesquisa de campo para maior conhecimento da apropriação do local estudado. Desse modo, foi observado que as ações governamentais no local possuíram intenções divergentes, mas que acabaram por acatar a demanda populacional, o que pode ser entendido como uma forma de subversão à realidade neoliberal de planejamento de nossas cidades. Mas vale destacar que a ação não é suficiente para suprir a demanda da população, apesar de ser uma iniciativa coerente.

Palavras-chaves*: Urbanismo Neoliberal; Produção do Comum; Espaços Livres Públicos; Apropriação.*

1. INTRODUÇÃO

Os problemas urbanos correntes nas metrópoles brasileiras estão cada vez mais presentes nas cidades médias, como Campos dos Goytcazes, o que nos leva à necessidade de problematizar e refletir acerca dos obstáculos encontrados na produção de um espaço urbano sustentável e democrático. A análise e compreensão das cidades pode se transformar em mecanismos que venham a fundamentar ações de melhorias para a urbe, sejam elas físicas, sociais ou econômicas e colaborar com o planejamento urbano e o desejável desenvolvimento sustentável das cidades.

Este artigo objetiva analisar a articulação entre a apropriação do espaço público pela população e a mediação dessa apropriação feita pelo Estado, buscando entender se a ação se dá em conformidade com ideais intrínsecos ao urbanismo neoliberal ou se a situação se configura como defesa do comum e desejo por democracia através da apropriação e criação de uma nova identidade cultural coletiva no espaço urbano. O recorte está na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, no caso da Avenida Dr. Arthur Bernardes, aberta para práticas esportivas e lazer. A análise se dá em busca da identificação da lógica por trás dessa política pública: a mesma acontece como meio de garantia do direito à cidade e subversão à doutrina neoliberal que permeia as cidades ou reforça a lógica do mercado?

Para dar início ao estudo, foi realizada revisão bibliográfica acerca dos conceitos que conduzem a temática, como urbanismo neoliberal e biopolítico, produção do comum, apropriação e espaços livres públicos. Em conjunto, foi utilizado mapeamento temático para entendimento da relação dos espaços livres e as demandas da cidade, além da pesquisa de campo para maior conhecimento da apropriação do local estudado.

Foi possível, assim, entender como se deu a abertura da via ao uso peatonal nos finais de semana e a relação de mediação do Estado entre população e interesses econômicos. Os resultados obtidos demonstram que, apesar de a cidade analisada

possuir muitos recursos, não há investimentos em espaços livres públicos. As ações do governo municipal não se mostram voltadas para a demanda da população, de forma que o modelo de planejamento neoliberal se exprime ocasionando em maior segregação espacial e social. Em contrapartida a população se mostra resistente a esse modelo, buscando novas formas de permanência dos espaços livres, como se verá.

2. 2. BASE CONCEITUAL

2.1. Urbanismo neoliberal e a produção comum

A lógica que rege a produção e reprodução dos espaços urbanos é debatida desde os primórdios dos estudos na área. Constantemente, vemos que muito do que acontece nesse dinamismo contínuo da realidade das cidades resulta da herança de diferentes tempos passados, em uma complexa dialética com os novos tempos. Secchi (2015) caracteriza o mundo contemporâneo como confuso, permeado pelo caos, desprovido de forma, causador de um mal estar por sua condição de incompreensibilidade e imprevisibilidade. Para o autor: Mesmo a ruptura mais violenta e radical nunca rompe todos os laços que ligam o antes e o depois, porém, muitas vezes é difícil, caso se procure precisão, dizer o que diferencia e o que interliga o antes e o depois (SECCHI, 2015, p. 87).

Assim, ao entender o presente das cidades como resultante do depósito de diferentes práticas e tempos [...] que levaram a destruir, modificar, conservar ou construir (SECCHI, 2015, p. 87), o autor diz que a transição das cidades do passado à cidade contemporânea não se dá de forma improvisada, cada forma e cada pensamento desenvolvido possui resíduos das formas e pensamentos predecessores. O autor defende que, mesmo que as questões urbanas contemporâneas sejam, em inúmeros aspectos, diversas daquelas do passado, essa divergência se dá pela mudança consciente das práticas urbanas.

É no auge do modernismo a época em que se concretiza o papel do Estado como articulador das demandas do espaço urbano, principalmente no período entre guerras, frente às diversas exigências urbanas emergentes, como afirma Magalhães (2012). O autor mostra que, ao longo do século XX, há uma generalização e consolidação da ideia de cidade como instância pública. Se anteriormente a cidade se configurava como construção resultante de interesses individuais de setores ou grupos sociais, o Estado passa a ser o definidor do espaço e da forma urbana para o conjunto total da cidade. Desde as redes de infraestrutura, sejam elas de transporte ou sanitárias, até a definição volumétrica das edificações integram, então, as atribuições público-estatais.

Este debate é oportuno pois, ao analisarmos que a partir dos paradigmas modernista-estatista e neoliberal de intervenção urbana, as cidades são constantemente (re)moldadas numa lógica *top-down*[1], observamos que o Estado e o fator financeiro têm maior poder decisório sobre o modo de vida nas cidades, alheio às necessidades sociais, culturais e ambientais da população. O professor de Teoria Urbana Neil Brenner (2016) traz a reflexão de que ao inverter o processo, trazer a decisão urbana para uma dialética *bottom-up*[2], pode ser possível subverter o espaço urbano, em relação ao presente, a um futuro socioespacial mais justo, democrático e habitável para as megacidades.

A proposta do neoliberalismo mostrada por David Harvey (2012 *apud* MAYER, 2015), em teoria, é que o bem estar do ser humano pode ser concebido pelas capacidades do empreendedorismo individual. Assim como um modelo biopolítico, que André Duarte define como sendo um fenômeno [...] enquanto forma globalmente disseminada de exercício cotidiano de um poder estatal que investe na multiplicação da vida por meio da aniquilação da própria vida, a partir do advento recente da política transnacional globalizada e 'liquefeita', segundo a terminologia de Bauman" (DUARTE, 2008, p.2) introduz a realidade da empresa em todos os campos da vida, inseridos em uma "[...] estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2012 *apud* MAYER, 2015, p.55).

[1] De cima para baixo, decisões impostas à população.

[2] De baixo para cima, onde as demandas vêm da população.

A doutrina do neoliberalismo defende a liberdade de comércio sem grandes intervenções estatais sobre a economia, ou com o apoio do Estado como mediador de seus interesses, permitindo que atores privados capitalizem a cidade, transformem o tecido urbano em mercadoria.

O urbanismo neoliberal não é uma forma unânime de governança, mas tem aparecido com uma grande frequência nos modelos de planejamento urbano, o que [...] representa uma síndrome ampla de instituições, políticas e estratégias regulatórias de mercado (BRENNER, 2016, p.10), dado o modelo herdado do pensamento modernista de planejamento.

Mas o que pode ser encontrado de semelhanças nas formas de ação desse modelo de planejamento, de acordo com Brenner (2016), é que o urbanismo neoliberal procura a participação das instituições públicas do local e agrega atores privados para que possa haver uma ampliação do alcance de seus interesses, que resulta numa maior mercantilização do solo. Dessa forma é possível definir vetores de crescimento da cidade em busca da valorização das áreas de interesse privado. As áreas fora do interesse comercial, tornam-se abandonadas de investimentos públicos e privados, promovendo ainda mais a desigualdade de classes.

Locais não inseridos no modelo de planejamento neoliberal, quando o interesse do mercado se aproxima de sua localização, são desmantelados. Como é visto no caso de ocupações urbanas informais, como favelas e loteamentos irregulares, onde a população é desapropriada e muitos são removidos, para que aquele espaço possa ser inserido no mercado com maior valor. Para Brenner (2016, p.11), isso tem ocasionado a [...] mudança do perfil das urbanizações beneficiando o modelo de muita lucratividade urbana para poucos.

A localização da terra está relacionada ao seu preço e, assim, à segregação espacial. Como afirma Villaça (1986), os locais onde há melhor infraestrutura urbana e equipamentos públicos ou próximos a centros de comércio e serviço, são destinados à moradia de mais alta renda, pois o preço dessas terras e o custo de se viver nelas é mais elevado. O que remete ao direito à cidade, que consiste no direito às condições de vida urbana em sua plenitude (LEFEBVRE, 2001). Vemos, nesse contexto, um quadro de desigualdade de acesso e reprodução do espaço urbano, onde poucos controlam grandes fatias do espaço urbano, e este debate está contido nas relações estabelecidas no direito à cidade. Tal direito não pode ser entendido como um simples direito de visita, ou até mesmo de retorno às cidades tradicionais, o mesmo só pode ser caracterizado como direito à vida urbana, transformada e renovada (LEFEBVRE, 2001).

Segundo David Harvey (2012 *apud* MAYER 2015), o neoliberalismo é um projeto de práticas políticas e econômicas que tentavam restabelecer o poder da elite econômica, repercutindo no maior distanciamento entre ricos e pobres, aumentando a segregação espacial. Conforme explicita Thiago Canettieri:

> *No processo de produção capitalista do espaço urbano, o acesso da população a residências é determinado pela capacidade de pagamento. Este fato se deve à inversão do valor de uso para a importância exagerada do valor de troca. (CANETTIERI, 2016, p.33)*

O ambiente das metrópoles contemporâneas do século XXI, onde se concentram tudo que a sociedade faz - saúde, educação, cultura, lazer - o poder político e econômico propicia o melhor cenário para as relações Estado-capital, marcadas por um modelo de gestão empresarial do espaço e do planejamento urbano, tais como Mayer (2015) exemplifica: cidade global, planejamento estratégico, urbanismo *ad hoc*[3], grande projeto urbano, gentrificação/revitalização etc.

A ideia da financeirização da cidade parte da premissa da autonomia e do poder público local que intervêm nos espaços em parceria com agentes privados, a cidade opera a partir do mercado, o solo urbano torna-se uma mercadoria primordial da chamada cidade-empresa (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017). Mayer (2015) afirma que a cidade-empresa precisa garantir as condições de infraestrutura e

[3] Segundo Lungo (2004 *apud* Oliveira *et al.*, 2012) urbanismo ad hoc é quando o Estado atua como facilitador dos projetos.

prestação de serviços, mas também as condições normativas e institucionais necessárias à realização célere, eficiente e rentável dos capitais imbricados na produção e/ou requalificação do espaço urbano.

> *[...] a própria estrutura urbana passou a ser produzida e reproduzida sob a lógica da acumulação capitalista, manifestando a cidade não apenas como espaço de reprodução do capital, mas também como objeto desta reprodução, determinada, em grande medida, pela expansão do capital imobiliário, elevado à condição de importante indutor do crescimento econômico. A cidade se tornou assim, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, um grande negócio [...] (MARICATO, 1988 apud MAYER, 2015, p.131).*

Tonucci Filho e Magalhães (2017) afirmam que, quando o solo da cidade se torna mercadoria disputada, o planejamento sintonizado a esses mesmos preceitos busca agenciar esses espaços para venda. O planejamento da cidade, a atuação pública como a urbanização, novas vias, visa a valorização fundiária.

Mayer (2015) discorre sobre o esgotamento do estado de bem estar social decorrente da conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, mediados pelo Estado interventor e sujeito ativo na economia de mercado, em suas palavras, de uma imposição das formas mercantis ao conjunto das relações sociais. Segundo Foucault, a doutrina neoliberal defende ser [...] necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado (FOUCAULT, 2008, p.165 *apud* MAYER, 2015). Isso implica na disseminação do ideário neoliberal, onde bem estar social é desconsiderado, caracterizado pelo individualismo, a acumulação privada, simbiose Estado-capital, público-privado, cidade-empresa, vida-mercadoria.

Nesse contexto, os interesses coletivos, comuns às populações das cidades, por hora ficam à mercê da lógica da cidade-empresa submetida ao urbanismo neoliberal. Assim, com essa ameaça público-privada aos bens comuns, vemos as redes colaborativas ganhando cada vez mais espaço. Podemos entender isso na vontade de compartilhar a cidade e a vida urbana no cotidiano de nossas vidas, num desejo de democracia em diferentes níveis. A proteção dos bens comuns, coletivos, das práticas cotidianas no contexto da cidade, pode ser enxergada como maneiras de se modificar a realidade através de um propósito não capitalista.

Muitas das lutas que se opõem ao neoliberalismo são animadas e orientadas pelo comum (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017). O uso comum do espaço vem em oposição a estas características neoliberais, onde a apropriação do espaço pelas pessoas no cotidiano para o lazer, tipificam a resistência da produção biopolítica do comum ao capitalismo pós-fordista. Assim,

> *[...] a produção biopolítica da multidão tende a mobilizar o que compartilha em comum e o que produz em comum contra o poder imperial do capital (HARDT e NEGRI, 2005, p.142 apud MAYER, 2015, 132).*

Dessa forma, um exemplo de espaços em potencial que possibilitariam o uso do comum são os espaços livres públicos que, segundo Aliprandi (2017, p. 48):

> *[...] permitem a interação entre pessoas de diferentes classes sociais e culturais, homens e mulheres, crianças, adultos e idosos, permitindo relações sociais variadas; possibilitam o convívio entre seres humanos e não humanos (fauna e flora) e podem representar a identidade cultural de um lugar ou ser palco para manifestações que a expressem.*

Como afirma Aliprandi (2017, p. 43) Os espaços livres públicos são aqueles de maior possibilidade de apropriação pública. É onde a esfera da vida pública acontece em sua plenitude, onde são possíveis as interações e práticas sociais, onde os indivíduos podem se organizar e mobilizar politicamente como forma de subverter a realidade do modelo de planejamento neoliberal de nossas cidades.

2.2. Espaços livres: uso e apropriação

Os espaços livres são definidos por Miranda Magnoli desde a década de 1970 (MAGNOLI, 2006, p.179) como "[...] espaços não ocupados por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso)". Como parte da paisagem, considerada uma "[...] expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo" (MACEDO, 1999, p. 11), os espaços livres se transformam com ela, acompanhando a evolução das cidades. No contexto urbano, são os espaços que mais sofrem com as transformações no tempo.

O tecido urbano vem passando, desde o final do século XX, por transformações devido ao seu adensamento e a implementação de grandes condomínios unifamiliares fechados, o que vem transformando a paisagem e, a forma de apropriação dos espaços livres.

O adensamento urbano, muito presente nos dias atuais em grandes cidades ou nos setores urbanos mais centrais, com cada vez menos espaços livres privados, aumenta a necessidade da população por espaços livres públicos. Esses espaços têm uma maior possibilidade de apropriação pública, por suas características de acesso, podendo atender à população de forma heterogênea segundo (ALIPRANDI, 2017)

Os Espaços Livres Públicos são aqueles de propriedade pública que promovem ligação entre os espaços privados e a vida pública (QUAPÁ-SEL, 2017). São os espaços da cidade de maior potencial de realização das mais diversas ações e dos mais diversos usos da população, por suas possibilidades de acesso, uso e apropriação.

A adequação dos espaços livres pelo público está diretamente relacionada com a qualidade e a gestão destes. Muitos são os usos, diversas são as possibilidades para aqueles espaços criados de forma não especialização. Há espaços que podem ser utilizados, de modo simultâneo, por várias faixas etárias e grupos sociais.

As praças e parque são os tipos mais comuns de espaços livres urbanos públicos do Brasil (MACEDO, 1999). Há uma cultura do poder público e da população em reconhecer e demandar, predominantemente as praças. Elas apresentam tipos, tamanhos, temas e usos diversificados (QUEIROGA, 2001 *apud* MACEDO et al, 2009), porém costumam estar concentradas e melhor tratadas nos bairros mais dinâmicos e de classes médias e altas. Observa Silvio Macedo et al. (2009) que, na maioria das cidades brasileiras, existe escassez de espaços livres públicos devidamente qualificados, desde calçadas e ruas estreitas e de difícil e impossível circulação, até outras estruturas como parques e praças, concisos espaços livres privados nos mais variados setores urbanos, mesmo nas áreas de alta renda, classe média e, principalmente, nas de menor poder aquisitivo.

A apropriação dos espaços ocorre quando o indivíduo passa a ocupar e dar uso a determinado ambiente construído com alguma atividade ou prática social que não era prevista para aquele espaço. Essa atitude pode indicar melhores possibilidades de aproveitamento do ambiente ou uma demanda existente. Santos e Vogel (1985) atribuem às apropriações dos espaços públicos a função de mecanismos de defesa da população em relação a modelos urbanísticos impostos pelos planejadores, uma superação a eles (SANTOS E VOGEL, 1985).

As apropriações espontâneas podem dar ressignificação ao espaço, uma vez que se trata de um uso diferente do que foi planejado para o local. Assim, a partir do uso que é dado ao local, o indivíduo o torna "seu" naquele momento em que o ocupa, reforçando seu valor para além da forma física, mas sim do uso e identidade que pode refletir. Além disso, pode configurar uma situação de resposta da própria população, quando se trata da sua insatisfação a forma que o espaço foi planejado, é uma forma de subversão da cidade a partir de necessidades reais. Apropriação espontânea deve também ser entendida como subsídio para o projeto, pois a partir desse uso, que não é imposto, é que devemos entender e compreender os desejos e as necessidades reais dos usuários, permitindo um planejamento, como dito por Brenner (2016), *bottom-up*.

Podemos observar exemplos de apropriação espontânea em várias partes do país, mostrando que as pessoas estão a procura desses espaços. Em alguns casos, em resposta às demandas da população, essas apropriações são oficializadas pelo Estado. Um exemplo que gerou grande repercussão foi o fechamento da Avenida Paulista para carros e abertura para pedestres ao domingos e feriados, no programa Ruas Abertas, criado pelo Município de São Paulo em 2015 (Figura 01). Dentro do mesmo município outras 25 ruas foram abertas para o uso da população (G1 SÃO PAULO, 2016). A abertura da via obteve um aceite da população e uma apropriação expressiva, onde as pessoas utilizam essa avenida para prática de esportes e lazer.

Além desse exemplo, na capital do Rio de Janeiro, a Avenida Atlântica, na orla de Copacabana, foi destinada ao lazer e prática de esportes aos domingos e feriados (Figura 01). Nesse mesmo município, outras 5 vias foram abertas à população (O GLOBO, 2017).

A apropriação pode ser vista também em Vitória, capital do Espírito Santo, onde as Ruas de Lazer também foram implementadas. Uma via foi aberta à população aos domingos e feriados, a Avenida Dante Michelini, na orla de Camburi, onde é possível ver um grande uso para a prática de esportes e lazer (Figura 01).



Figura 01: Da esquerda para a direita - Orla de Camburi; Av. Paulista; Orla de Copacabana. Fonte: Da esquerda para a direita - Carlos Antolini (PREFEITURA DE VITÓRIA/ES, 2013); Ursula d□Almeida (arquivo pessoal, 2017) e Lilian Quaiano (G1.GLOBO, 2012).

Todos esses exemplos citados enfatizam a necessidade de espaços livres públicos de qualidade para a prática de esportes e o lazer. A apropriação é um indício de que a população carece desses espaços menosprezados pelo poder público e na cidade estudada não é diferente, sendo possível encontrar alguns exemplos, como se verá mais adiante.

3. 3. ESTUDO DE CASO

O município de Campos dos Goytacazes, localizado na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro e a aproximadamente 290 km da capital, possui 463.731 habitantes (IBGE, 2010). É detentor também do maior território do estado com cerca de 4 mil km² de extensão que, de acordo com Pinto (2006), representa 30,5% do território da região e cerca de 50% da população Norte Fluminense (Figura 02).

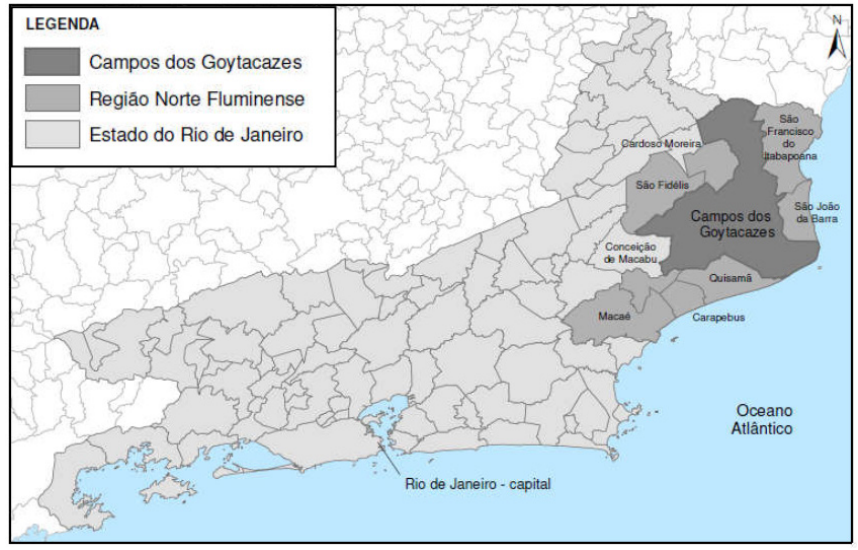


Figura 02: Mapa de Localização do Município de Campos dos Goytacazes
Fonte: ALIPRANDI, 2017.

É pólo de crescimento econômico e social da região, de acordo com Pinto (2006), que mostra também que o seu crescimento econômico e populacional se iniciou com a produção e extração da cana-de açúcar. No auge de sua produção, possuía 13 grupos familiares que dominavam a produção de açúcar e álcool e, de acordo com o autor, eram cerca de 40% das canas moídas. Com isso, nessa época, a cidade foi considerada a maior produtora de açúcar do país.

Na década de 1970, a cidade começou a enfrentar uma crise na produção açucareira e, segundo Pinto (2006), nos anos 1980 e 1994, houve uma grande seca na região que comprometeu a plantação e os lavradores interromperam a produção e buscaram por outras alternativas.

Enquanto isso, em 1974 era anunciada a descoberta da Bacia de Campos que respondeu por 82% da produção nacional, como mostra Pinto (2006). A cidade passou a receber a partir de 1985, como estabelecido pela lei criada nesse ano, o pagamento dos *royalties* produzidos na Plataforma Continental.

De acordo com Aliprandi (2017) o solo antes usado para a produção e comercialização da cana-de-açúcar mudou para a exploração de terras. Isso está relacionado a falência de muitas usinas, onde essas terras, antes utilizadas para indústria, passaram a fazer parte do perímetro urbano e a serem importantes para o mercado imobiliário, formando um estoque de terras para comercialização.

Com essas mudanças no cenário socioeconômico e com as necessidades urbanas da cidade em desenvolvimento, como mostra Aliprandi (2017), foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Urbanístico e Territorial de Campos (PDUC), em 1979, durante o mandato do prefeito Raul Linhares. Esse plano não se tratava de um projeto de intervenção urbanística, mas um conjunto de leis que seriam usadas para a fiscalização e controle do solo. Segundo Zacchi (2012 *apud* ALIPRANDI, 2017), o PDUC foi influenciado pelo contexto em que estava inserido, com a finalidade de adequar o espaço às demandas capitalistas e às elites locais.

O Plano não tratava da função social da propriedade, de acordo com Aliprandi (2012, p.155) “[...] trazia alternativas aos grandes proprietários de terra que há muito vinham perdendo com a queda da indústria sucroalcooleira”. Assim eles teriam novas possibilidades de trabalhar em suas terras, inserindo-as no perímetro urbano. Com a expansão da cidade para a periferia, os investimentos públicos foram direcionados para essas áreas, fazendo com que a elite começasse a se interessar por essa área.

Não podemos deixar de destacar que, como mostra Zacchi (2012 *apud* Aliprandi, 2017, p. 159) “O prefeito do período de elaboração do PDUC, Raul Linhares, pertencia a uma das famílias proprietárias de usinas cujas terras (Usina do Queimado) foram incluídas no perímetro urbano” sendo nessa área prevista a abertura da Avenida Dr. Arthur Bernardes, estudo de caso deste artigo, desde o Plano de 1944, com o intuito de valorizar a região formada por espaços livres de urbanização existente na malha urbana de Campos. Ainda hoje, como pode ser observado no mapa da Figura 03, alguns desses proprietários de terra, antigos usineiros, em grande parte, ainda são donos dos espaços livres de urbanização da cidade, ou seja, os espaços voltados para expansão, como é o caso das terras da antiga Usina do Queimado.

Apenas em 2011, o primeiro trecho dessa avenida foi entregue, possuindo uma distância de 2.600 metros de via de um total de 6,5 quilômetros, em sua totalidade, (PMCG, 2014), que conclui-se em 2014, como relata Aliprandi (2017), se tornando um trajeto com percurso rápido ligando a BR 101 até as proximidades da BR 356 que liga o município de São João da Barra ao município de Campos dos Goytacazes (Figura 03).

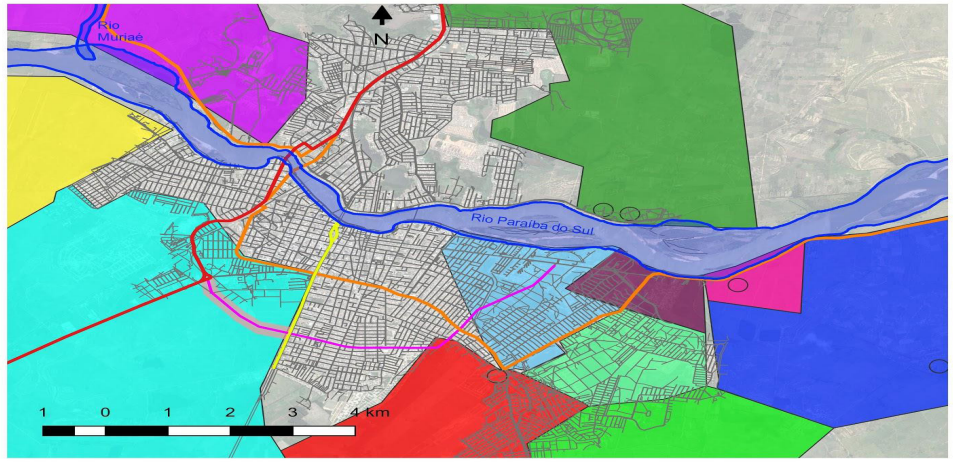


Figura 03: Localização da Av. Dr. Arthur Bernardes em meio a divisão da estrutura fundiária
Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2017) sobre mapa do IBGE (2010); PDPCG (2008); CONTI (2013) e PDUC (1979).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente estudo de caso, a apropriação espontânea se deu em forma de utilização da pista para caminhada e corrida, onde muitas pessoas paravam seus carros à margem da avenida e desciam para utilizar a ciclovia, mesmo sem infraestrutura suficiente, mesclando usos para além daquele que foi planejado: o tráfego de bicicletas. Organizações esportivas já realizavam corridas e atividades esportivas na Av. Dr. Arthur Bernardes anteriormente à abertura da via para tal. Esse uso se dava principalmente nos horários noturnos, conformando-se em lugares inseguros para quem os utilizava, principalmente por se localizar em um setor da cidade ainda não consolidado. Dessa forma, em 2017, a prefeitura interveio lançando o projeto Via Esporte que abre parte da avenida, durante as manhãs de domingo, para o uso como área de lazer, fechando o trânsito para os veículos (Figuras 04).

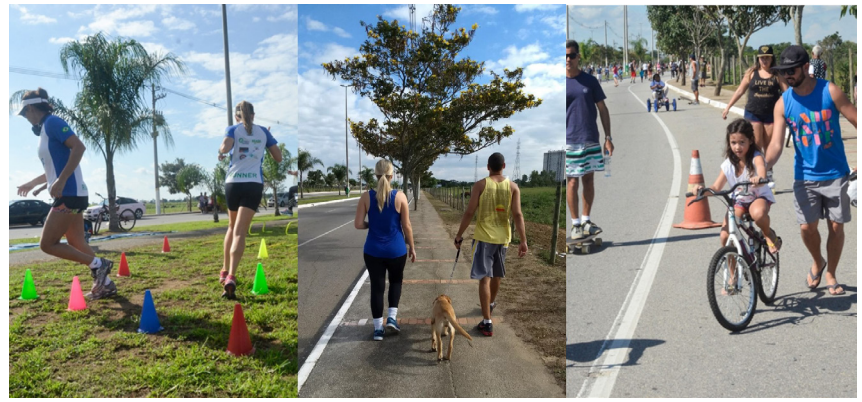


Figura 04: Apropriação da população na Av. Dr. Arthur Bernardes.
Fonte: Da esquerda para a direita - Valmir Oliveira (CAMPOS 24 HORAS, 2017); Danielly Aliprandi (arquivo pessoal, 2017) e Valmir Oliveira (CAMPOS 24 HORAS, 2017).

A região onde está localizada a avenida teve um crescimento expressivo, por sua proximidade às áreas nobres da cidade. Antes mesmo da construção desse anel viário, as áreas ao redor dela se encontravam adensadas. Porém, o investimento em espaços livres públicos nessa região não acompanhou esse desenvolvimento, apesar de estar próximo ao setor da cidade de maior investimentos públicos da área. A demanda é expressiva principalmente pela sua apropriação anterior à ação governamental.

Em toda a cidade, o tratamento dos espaços livres acontece de forma lenta e com má distribuição pela mancha urbana, não atendendo a todos os setores, como pode ser observado no mapa da Figura 04. Agravando essa situação, há a diminuição dos espaços livres privados pela diminuição dos lotes.

Enquanto essa demanda aumenta pelo crescimento populacional, de acordo com Aliprandi (2017), a quantidade desses espaços livres tratados para o lazer diminui. Pelo aumento da quantidade de carros nas ruas, as calçadas têm diminuído

de tamanho, tornando esse espaço perigoso para o pedestre e impróprio para múltiplas funções, além da circulação.

Segundo Aliprandi (2017) existe na Cidade de Campos dos Goytacazes espaços com grande potencial para uso público, para o lazer e melhoria da qualidade de vida urbana, mas não possui investimentos públicos voltados para esses espaços livres. Os investimentos são desarticulados e mau distribuídos pela cidade (Figura 06). A cidade possui ricos recursos hídricos, que estão poluídos, assoreados e sofrendo pressão pela ocupação urbana, além de possuir espaços livres de urbanização, voltados para a expansão, sem ocupação desde que as terras das antigas usinas foram inseridas no perímetro urbano, que possuem grande potencial para tal, como no entorno da avenida analisada. Esses espaços não cumprem a função social como previsto no Artigo 186 da Constituição Federal (1988).

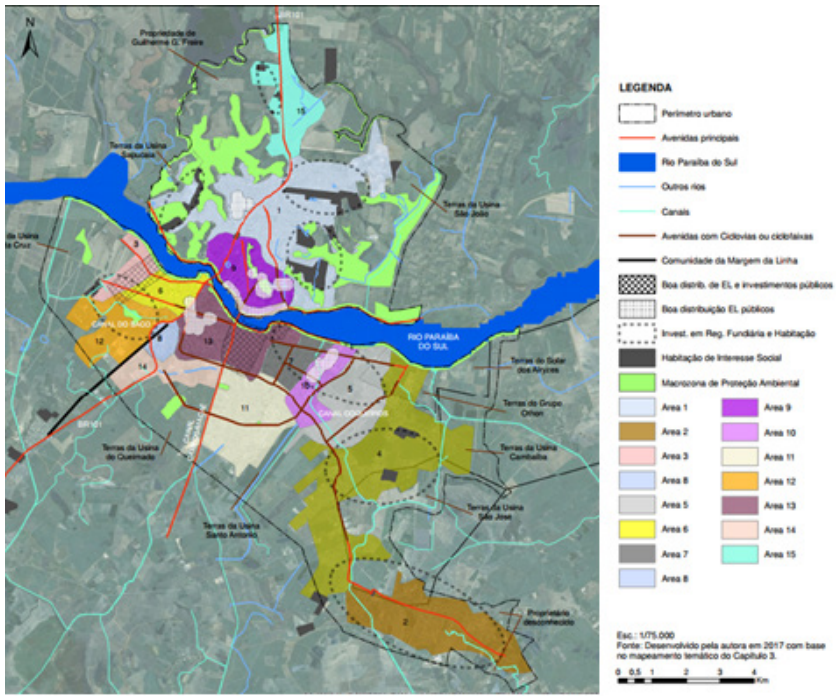


Figura 06: Mapa Resumo - Demandas Socioambientais e Segregação Espacial.
Fonte: Aliprandi (2017).

Ao mesmo tempo que a cidade carece de espaços livres públicos para o lazer e para a prática de esportes, podemos ver o crescimento de locais privados para esse fim (Figura 07).

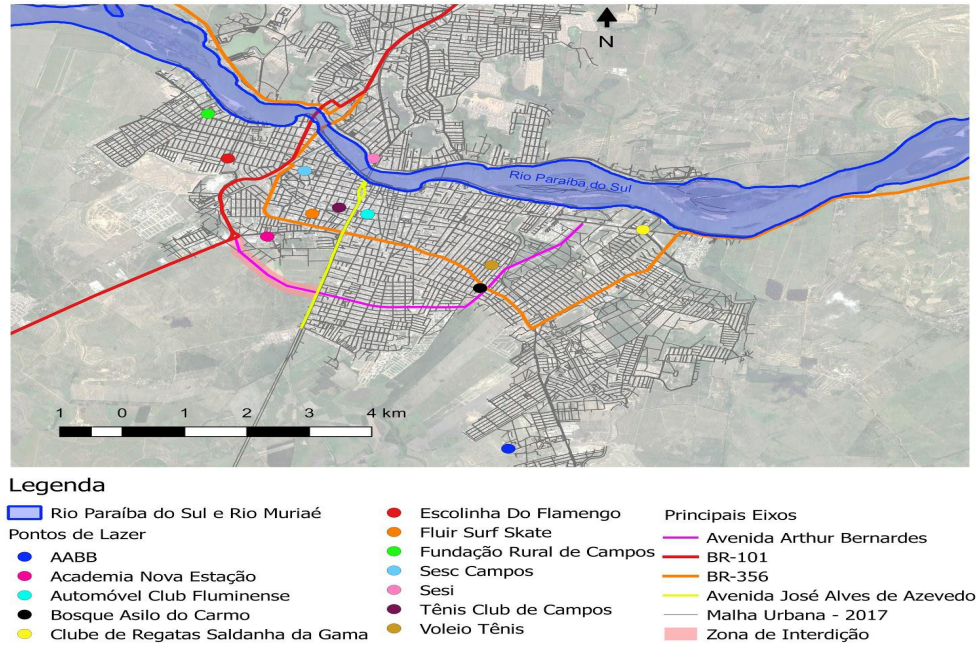


Figura 07: Áreas privadas voltadas para esporte e lazer em Campos dos Goytacazes.
Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2017) sobre mapa do IBGE (2010) e PDPCG (2008).

Podemos observar no mapa da Figura 06 que existe uma necessidade de investimento na criação de espaços livres e uma distribuição mais equitativa por todas as partes da cidade. Conforme o mapa, a região central (Setor 13) concentra a maior parte os investimentos em espaços livres públicos e os setores próximos à ela também recebem investimentos relacionados às áreas de lazer, porém não de forma suficiente ou equitativa, mas a proximidade com o setor central, auxilia a suprir esta ausência. Vale destacar que está é a área mais rica da cidade. Enquanto que nas periferias (Setores 1, 2, 4, 5, 11, 15) os investimentos são concentrados em regularização fundiária, concentrando a população de baixa renda localizadas mais distantes, carecendo de investimentos em espaços livres públicos voltados ao lazer e a conservação.

O trecho da Av. Dr. Arthur Bernardes (Figura 8) que é fechado aos domingos se encontra no Setor 14 indicado do mapa (Figura 06), onde concentram-se condomínios horizontais com bons espaços livres e arborização intraquadra, com áreas de lazer privativas e proximidade com a área central. O restante dessa avenida corta os Setores 10 e 11, mais consolidados, mas não há fechamento para a utilização.



Figura 08: Av. Dr. Arthur Bernardes cortando terras da Usina do Queimado.
Fonte: João Meyer, alterado pela autora, 2015

Podemos observar em vários pontos da cidade de Campos dos Goytacazes a apropriação espontânea da população, demonstrando a necessidade por espaços livres públicos tratados para o lazer. É possível verificar com frequência grupos de patinação pelas ruas da cidade à noite e também, com a criação do Via Esporte, na Avenida Dr. Arthur Bernardes. Além das ruas, vemos a apropriação do Rio Paraíba do Sul, que corta a cidade, por pessoas praticando *Stand Up Paddle* e outros esportes aquáticos.

Mesmo com a pouca infraestrutura e ainda com a deficiência no transporte público, as pessoas utilizam com frequência espaços fora da área urbana, mesmo com dificuldades de locomoção, como a Serra do Itaoca, conhecida como Morro do Rato, e a Lagoa de Cima, para a prática de esportes radicais, aquáticos, trilhas e outros, demonstrando que as pessoas fazem uso do que tem disponível para praticar esportes e estar em contato com a natureza.

Além da Av. Dr. Arthur Bernardes, está prevista a abertura de uma outra via para uso semelhante, aos domingos, a partir do final de novembro de 2017, localizada no Setor 8 (Figura 06).

Diante do exposto, foi possível observar que o governo municipal atual tem assumido papel de articulador entre as demandas advindas da apropriação espontânea da comunidade na cidade em subversão àquilo que foi proposto como a implantação da Av. Dr. Arthur Bernardes: a valorização do espaço urbano do entorno, com interesses de mercado e não o de bem estar social da população.

Há então duas ações em relação ao local executadas pelo Estado: primeiramente a construção da via com fins de valorização financeira do solo na área, e, por último, a abertura da via aos pedestres atendendo a uma demanda que podemos classificar como uma forma de expressão da luta pela proteção da vida coletiva e preservação do comum.

Observamos que, nessa situação, a articulação do Estado não se deu por iniciativa única e exclusivamente dele: ela parte da apropriação espontânea que pode ser entendida como uma reivindicação da própria população por espaços livres públicos de qualidade, em uma subversão à realidade neoliberal que se impõe nesse trecho. No entanto, as iniciativas continuam a ser realizadas em setores da cidade que são melhor atendidas por espaços livres e investimentos na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às margens da Av. Dr. Arthur Bernardes existem grandes terras que têm potencial para implantação de um parque urbano, uma demanda posta pela população através de ações isoladas, ainda que em pequena escala, de apropriação espontânea de espaços públicos que subvertem a lógica de projeto e desenho urbano. Porém, Campos dos Goytacazes, dentro de um conceito neoliberal de urbanismo, possui grandes investimentos urbanos com parcerias público-privadas que abrangem a concepção de cidade-empresa. A valorização dos espaços livres, áreas de lazer, recursos hídricos e questões ambientais não se tornam prioridade frente às demandas do mercado imobiliário da propriedade privada.

As ações apresentadas neste estudo tem sido no sentido de suprir uma demanda com poucos investimentos, apesar de existirem espaços em potencial para receber-los de forma quantitativa.

Podemos concluir que o Projeto Via Esporte reflete a urgente demanda por áreas de lazer na cidade, e constata a resistência do comum à produção biopolítica. A população se apropriou, em um momento inicial, espontaneamente do espaço, que era destinado apenas ao uso rodoviarista, e o poder público acabou cedendo, observando essa demanda.

Com a abertura ao uso peatonal, o local não se limita ao uso para caminhadas, corridas, passeios de bicicleta, patins, skate, entre outros esportes, a população já traz sua identidade ao improvisar novos equipamentos que tragam novos usos, como cadeiras de praia e barracas para lanches, prática de dança e gincanas com brincadeiras para crianças. Apesar de haver uma apropriação do espaço, a via não é suficientemente arborizada ou com árvores adequadas, com incidência direta do sol e do calor que pode tornar a permanência no local restrita. A falta de equipamentos e mobiliários urbanos, como bancos, lixeiras, quiosques, quadras e parquinhos, que poderiam existir em um parque urbano, por exemplo, mostra que foi uma forma de suprir uma demanda de maneira imediatista.

Apesar de a avenida estar aberta à população apenas aos domingos, mostra o início de uma atenção a essa carência da população, mas podemos afirmar que não substitui a importância do planejamento democrático, voltado para as reais demandas dos cidadãos.

Vemos na população, ainda não suficientemente organizada e mobilizada, um desejo coletivo pela vida urbana em sua plenitude. Até mesmo de forma inconsciente, os cidadãos demonstram, por meio de suas ações e apropriações, um desejo inerente à condição humana de compartilhamento e preservação de seu maior bem enquanto ser: o bem comum, coletivo, de todos e para todos.

REFERÊNCIAS

ALIPRANDI, Danielly Cozer. **O sistema de Espaços Livres da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ: carências e potencialidades.** 2017. 402 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BAHIANA, Julia R. et al. **Espaços livres, forma urbana e transformação da paisagem: análise tipo-morfológica em vargem grande**, rio de janeiro/rj. Rio de Janeiro. 2015

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília/DF, 1988.

BRENNER, Neil. **Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** n. 27, ano 7, [S.l], e-metropolis, 2016.

CAMPOS 24 HORAS. **Projeto Via Esporte na Arthur Bernardes agrada.** 2017. Disponível em: <http://campos24horas.com.br/portal/segmentos-elogiam-o-projeto-via-esporte-inaugurado-neste-domingo/>. Acesso em 05 nov. 2017

DUARTE, André. **Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI.** In: Revista Cinética, 2008. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf> Acesso em 03 nov. 2017.

G1 ESPÍRITO SANTO. **Avenida em Vitória começa a ser interditada aos domingos para lazer.** 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2011/08/avenida-em-vitoria-comeca-ser-interditada-aos-domingos-para-lazer.html>. Acesso em : 05 nov. 2017.

G1 SÃO PAULO. **Avenida Paulista vai fechar até as 19h aos domingos.** 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/avenida-paulista-vai-fechar-ate-19h-aos-domingos.html>. Acesso em : 05 nov. 2017.

G1.GLOBO. **No horário de verão, áreas de lazer da Zona Sul do Rio funcionarão até 19h.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/no-horario-de-verao-areas-de-lazer-da-zona-sul-do-rio-funcionarao-ate-19h.html>. Acesso em: 04 nov. 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Dados do Censo demográfico de 2010. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 nov. 2017.

LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade.** São Paulo^ eSP SP: Centauro, 2001.

MACEDO, Silvio Soares et al. **Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil.** In: TÂNGARI, Vera R.; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica B. Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: UFRJ – FAU. 2009.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil.** São Paulo: [s.n.], 1999.

MAGALHÃES, Sérgio F. **Cidade, Desejo e Rejeição.** In: PESSOA, Fernando; BARBOSA, Ronaldo. (Org.) Sobre desejos e cidades. Vila Velha, ES: Fundação Vale, 2012. p. 176-188.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica.** 2015. 290 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação Em Arquitetura E Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

O GLOBO. **Cinco vias interditadas para área de lazer.** 2017.Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cinco-vias-interditadas-para-area-de-lazer-14548142>. Acesso em: 05 nov. 2017

OLIVEIRA, Fabrício Leal de (org.) et al. **Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. P. 11 a 23.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **Um pedaço de terra chamado Campos.** Campos dos Goytacazes, 2006. Primeira edição de 1987.

PMCG, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. **Avenida Arthur Bernardes: via expressa garante maior mobilidade.** 2014. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26018> Acesso em 02 nov. 2017.

PREFEITURA DE VITÓRIA/ES. **Moradores pedem e Prefeitura amplia horário de funcionamento das Ruas de Lazer.** Vitória, 2013. Disponível em : <http://www.vitoria.es.gov.br/noticias/noticia-11773>. Acesso em: 04 nov. 2017.

QUAPÁ-SEL. **Site oficial: Quadro do Paisagismo no Brasil.** São Paulo, 2017. Disponível em: <quapa.fau.usp.br/wordpress/>. Acesso em: 03 nov. 2017.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo [tradução Marisa Barda e Pedro M.** R. Sales]. São Paulo: Perspectiva, 2015. 1ª ed. 2ª reimpressão.

TONUCCI FILHO; MAGALHÃES **A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço** São Paulo, SP v. 19 n.19 mai./ago. 2017 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3904/23343> Acesso em: 04 nov. 2017.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo, Global Editora, 1986.

EXISTE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM IPATINGA?

ALMEIDA, PAOLA R.

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
Avenida Luíza Nascimembene, 925, Vila Celeste, Ipatinga - MG
paolareis16@gmail.com

Resumo

O significado de segregação socioespacial pode ser resumido no rompimento das relações sociais através do espaço. Esse rompimento pode se dar através de aspectos, étnicos, raciais, socioeconômicos, etc. Esse último tem sido o mais abordado na América Latina e no Brasil, principalmente nas metrópoles e cidades médias, onde o espaço expressa a disparidade das classes sociais. O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica seguida de um estudo de caso sobre o processo de urbanização de Ipatinga e seu quadro atual através do conceito de segregação. A relevância do estudo desse conceito está no fato de que o contexto brasileiro de urbanização é caracterizado pela influência da industrialização tardia, pelo urbanismo moderno, pela propriedade fundiária mal distribuída e por uma forma de governar que não é capaz de reorganizar de forma mais equilibrada e justa a configuração das cidades. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é mostrar como o próprio motivo de criação da cidade Ipatinga, que se deu através da necessidade de trabalhadores para a indústria Usiminas criando vilas operárias e seguindo a hierarquia interna da empresa, induziu o processo de segregação da cidade, pois seu plano urbanístico não foi suficiente para abrigar e oferecer condições igualitárias de acesso aos equipamentos, infraestrutura e serviços públicos de saúde, lazer, educação e mobilidade e como o poder público tem contribuído para essa configuração através das leis. Para isso, foram levantados e analisados dados cartográficos e censitários de distribuição da população, dos equipamentos e serviços públicos. As leis de ordenamento territorial também foram analisadas. Através desses dados é possível afirmar, mesmo que de forma preliminar, a existência da segregação socioespacial de Ipatinga desde sua concepção e sua atual reprodução através principalmente da atuação do poder público, onde se verifica a necessidade da atuação mais crítica do arquiteto e urbanista na cidade além da conscientização da população para reivindicação de um plano e de ações que reconfigurem o espaço de forma a permitir uma mistura necessária para a concretização de um espaço mais justo e equilibrado socialmente.

Palavras-chave: *Urbanização; Segregação socioespacial; Ipatinga.*

Introdução

O conceito de segregação dentro do âmbito da sociologia carrega aspectos físicos relacionados à distância e aspectos sociais que causaram o rompimento das relações. No entanto, conforme considerado por NEGRI (2008), dentro da sociologia e até mesmo nas relações urbanas, a segregação pode ser analisada a partir de várias perspectivas como, por exemplo, étnica e racial (mais abordada nos estudos americanos e, atualmente na Europa) e socioeconômica (com várias abordagens na Europa e na América Latina). Porém, é tratado em todas essas análises que os motivos que causam o interrompimento das relações são oriundos da incapacidade do ser humano de lidar de forma justa e equilibrada com os males que a hierarquização que o capitalismo impõe sobre todo o modo de vida da sociedade, ou seja, com as diferenças que esse sistema produz. Todavia, de acordo com Castells (1983), não se trata apenas de diferenças sociais ou estratificação social. Segundo ele, a segregação é:

> *[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (CASTELLS, 1983, p. 210)*

Essa organização hierárquica do espaço não acontece de forma natural e espontânea, mas é planejada como forma de dominação da urbanização, como discorre Villaça (2000).

> *[...] a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano. Trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Evidentemente esse espaço produzido é, ele próprio social. Só o social pode constranger ou condicionar o social. (VILLAÇA, 2000, p. 360,)*

Além de subordinar parte da população - que na maioria das vezes, principalmente no Brasil, essa parte subordinada corresponde à maior parcela da população (GUEDES, 2012) - na relação indissociável social/espacial, o espaço também é subordinado.

Se visualmente (através do espaço) a segregação pode não ser alarmante, socialmente ela afeta consideravelmente o cotidiano das pessoas porque se trata de desigualdade de acesso aos equipamentos públicos como hospitais, escolas, parques, praças, etc. Ou seja, ela impede ou dificulta - inclusive tornando mais oneroso – o direito à cidade. (MARICATO, 2014). Além disso, cidade dividida gera insegurança que gera ainda mais a negação do espaço público. Tudo isso acaba contribuindo para a especulação imobiliária e para a expulsão das camadas de menor poder aquisitivo da sociedade para áreas menos servidas de equipamentos e serviços públicos e onde não é interesse da cidade formal expandir (fundos de vales, margens de córregos e rios, morros com inclinações elevadas, etc.). (MARICATO, 2011).

No Brasil, o planejamento dessa organização hierarquizada do espaço tem origem nas intenções de Portugal quando o colonizou e tem relação com a má distribuição da terra que até hoje, de acordo com Fernandes (1999) e Maricato (2014), não é uma questão resolvida no Brasil. Os camponeses, em todo Brasil, lutaram durante décadas “para acabar com o monopólio de classe sobre a terra.” (FERNANDES, 1999, p. 04). Apesar de sempre existir luta pela terra (pelos índios, quilombos, camponeses e trabalhadores) no país, nunca houve eficácia das Leis em prol da reforma agrária: “É comum que a aplicação da lei ocorra de forma inversa ao motivo que a inspirou – insto é, na prática, afirma-se a concentração da propriedade e a exclusão ou despejo dos pobres.” (MARICATO, 2014, p.186).

> *O MST leva na memória a história camponesa que está construindo. Esse conhecimento explica que o fato dos camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as*

lutas pela terra e pela reforma agrária são antes de mais nada, a luta contra o capital. É essa luta que o MST vem construindo nessa história que completa 500 anos. (FERNANDES, 1999, p. 06)

Em resumo, o quadro atual do Brasil se dá pelo fato de ter sido colônia de exploração; ter se organizado em capitanias hereditárias; ter "libertado" os escravos sem lhes garantir direito à moradia digna (FERNANDES, 1999); ter criado os latifúndios através de grilagem; ter criado cidades por causa de demandas industriais (e não o contrário), com o fim de formar "cidades mais coerentes com o processo de industrialização" (MEDONÇA, 2006, p. 47) global; ter em toda história reprimido a luta pela terra (FERNANDES, 1999) e ter somente em 2001 regulamentado os artigos 182 e 182 da Constituição Federal de 1988 através do Estatuto da Cidade, depois de muitas reivindicações de movimentos sociais. (MARICATO, 2011)

Essa violenta (pois se constitui através de guerra contra a sociedade) concentração de terra que até hoje persiste, é um dos principais fatores que subsidiam a segregação social no país, pois alimenta a desigualdade (OXFAM BRASIL, 2016).

Até no histórico da atuação dos programas habitacionais para regularização dos assentamentos informais que deveriam promover a integração dos segregados à cidade formal, é possível identificar intenções de acentuar a segregação no país. Os primeiros programas - a partir da década de 60 - tinham em vista a erradicação das favelas e isso se dava através da demolição dos assentamentos e a transferência da população para áreas periféricas, muitas vezes longe dos locais de trabalho, dos equipamentos e serviços públicos. No lugar das antigas favelas, geralmente áreas nos centros das cidades, era dado lugar à população de maior poder aquisitivo. Com a pressão dos movimentos sociais, a partir da década de 80, as ações dos programas habitacionais começaram a priorizar a permanência da população. Porém, como explica Laranjeira (2016), mesmo diante de leis e planos diretores desenvolvidos a partir de causas históricas profundas, cujos interesses visavam ações estratégicas, na prática, as intervenções não passavam (e ainda não passam) de puras reações aos problemas urbanos. Em síntese, a integralidade dos programas dentro das intervenções não garante a integração das comunidades com o resto da cidade. Um dos motivos é a falta de comunicação com outras políticas urbanas (LARANGEIRA, 2016).

Ademais, Rolnik (2015, p. 26) afirma que, em vários continentes, é identificável "um longo processo de desconstrução da habitação como um bem social e da sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro." Nesse livro, a autora ainda explica que no mundo inteiro, o capital financeiro tem os assentamentos irregulares como reserva de área para o investimento e que, com a globalização, o capital excedente global encontrou no mercado imobiliário a segurança de um investimento a longo prazo visto que se trata de um produto (a terra) que não desaparece. Com isso, a prioridade de usos da cidade não é de acordo com suas reais necessidades e maiores demandas, mas sim os usos mais lucrativos. Assim, no final da década de 70, com o neoliberalismo, até as políticas habitacionais começaram a servir a esse capital global, utilizando-se do fundo global e estabelecendo vários tipos de modelos que se baseiam na transferência da dívida do Estado para a população através da financeirização da propriedade individual via crédito.

A cidade é uma mercadoria e alguns capitais específicos ganham muito dinheiro com as cidades. Por exemplo, a segregação espacial é necessária para um mercado imobiliário altamente especulativo. Um mix de renda ajuda a controlar e a equilibrar o preço do solo. A segregação leva à explosão do preço do solo, portanto, da renda imobiliária, da valorização imobiliária. A incorporação imobiliária, o capital financeiro imobiliário, o capital de construção pesada, o capital de edificações e o proprietário da terra são os principais atores que exploram as cidades, que exploram o negócio das cidades. A cidade é um negócio por excelência capitalista. Cada pedaço da cidade, cada edifício, cada infraestrutura é uma mercadoria especial porque está ligada ao solo; está ligada à terra que é uma mercadoria não reproduzível. (MARICATO, 2016, n.p)

Contudo, é importante salientar que "Na verdade, o que é produto do trabalho social humano não é a terra-matéria, mas a localização. [...] Isso porque os produtos do trabalho são algo material e a 'localização' não é." (VILLAÇA, 2015). Desse modo, as localizações são únicas, irreproduzíveis e construídas pela coletividade e, por isso, seu valor (e não preço) não é por mérito exclusivo dos grandes investidores. Portanto, há uma dívida a ser paga aos segregados, os afastados da cidade formal espacial e socialmente.

Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de estudar as forças/motivos que levaram à urbanização de Ipatinga, levantar, mapear e analisar dados (imobiliários, cartográficos e de planejamento urbano) atuais da cidade e verificar as possíveis consequências da estruturação urbanística para sua população, para assim, contribuir para o estudo da urbanização da cidade.

Para isso, essa pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica sobre o processo de urbanização da cidade Ipatinga, focado na relação cidade-indústria e no conceito de segregação. Além disso, apresenta-se e analisa-se dados do censo de 2010 cartograficamente associando-os às leis de ordenamento territorial. Como o presente trabalho é um estudo preliminar da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI), a análise dos dados não foi feita de forma quantitativa.

1. Contexto de Ipatinga

Antes da chegada da indústria na cidade, a região do Vale do Aço (antigo Vale Verde) era habitada pelos índios Botocudos que começaram a ocupar áreas das Capitanias Hereditárias de Minas Gerais. Por isso, o governo português, em 1808 declarou guerra aos índios enviando soldados para protegerem a área. Além disso, a Coroa Portuguesa "ofereceu benefícios fiscais e concedeu terras àqueles interessados em explorá-las. Os colonizadores, imigrantes e soldados, em busca de novas riquezas, destruíram as tribos indígenas e devastavam florestas para se apossar das terras." (BARBOSA, 2010, p. 40). A ordem de cessação da servidão dos índios foi dada (BARBOSA, 2010) em 1831 e, quase um século depois (em 1925), foi fundado o Congado do Ipaneminha, primeira manifestação cultural que se tem registro (IPATINGA, n.d.).

Nessa época, construía-se a estrada de ferro Vitória-Minas atraindo pessoas para a região que antes era chamada de Vale Verde (BARBOSA, 2010). Na década de 30 foi executado o desvio da estrada de ferro para Ipatinga e assim, o vilarejo foi crescendo até atingir 300 habitantes que residiam em 60 moradias que ocupavam o distrito Barra Alegre e uma área do atual centro (MENDONÇA, 2006).

No Brasil, os incentivos governamentais aos grandes empresários "tornaram rentável a compra e/ou apropriação de grandes extensões de terras" (OXFAM BRASIL, 2016, p. 04) que através da compra dos pequenos produtores, expandiram suas fronteiras e, depois da terra urbanizada e seu valor especulado, começaram a investir no mercado imobiliário, como aconteceu no Vale do Aço através das empresas USIMINAS, APERAM E CENIBRA. (UNILESTE, 2014)

De acordo com Mendonça (2006), a intenção de planejar a cidade de Ipatinga surgiu através do plano de governo de Juscelino Kubitschek de aumentar a produção de aço do país em prol de acelerar a industrialização, "ação prioritária de seus cinco anos de governo." (MEDONÇA, 2006, p.60). Dessa forma, a cidade que ainda era distrito de Coronel Fabriciano, foi escolhida para a implantação da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS).

No governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, como discorre Mendonça (2006), as indústrias eram viabilizadas através da parceria do poder público com capital estrangeiro, no caso da USIMINAS, do governo do estado com um grupo do Japão.

Após a instalação da USIMINAS que foi em 1956, não havia trabalhadores nem infraestrutura suficientes na região. Por isso, a criação das vilas-operárias era necessária para a efetiva produção da indústria. Os arquitetos responsáveis pelo plano urbanístico foram os mineiros Raphael Hardy Filho e Marcelo Bhering que através da quantidade de produção do aço estimada estipularam a quantidade

de habitações necessárias para a criação das vilas-operárias. (MENDONÇA, 2006)

Na criação do plano urbanístico os arquitetos responsáveis seguiram preceitos modernistas, criando Unidades de Vizinhança "auto-suficientes" (com equipamentos dos setores educacional, de lazer, comércio e saúde) bem setorizadas. Cada unidade era destinada para uma hierarquia específica da indústria. O bairro Castelo foi designado aos cargos superiores e chefias; Cariru, Horto e Santa Mônica ao quadro intermediário correspondente aos especialistas e técnicos operadores; Bom Retiro, Vila Ipanema, Areal e Imbaúbas aos técnicos operadores; Candangolândia e Maringá (atual Amaro Lanari em Coronel Fabriciano) aos técnicos operadores e trabalhadores da construção da cidade. (MENDONÇA, 2006).

As vilas operárias não eram produtos que serviriam apenas à indústria, mas apontavam o surgimento de uma cidade, "também eram subprodutos da política de desenvolvimento nacional." (MENDONÇA, 2006, p. 62). Contudo, o que os estudos mostram (LIMONAD 2005; VILLAÇA, 2012) é que nem o poder público (em nenhuma de suas esferas), nem as indústrias estavam preparadas para a cidade espontânea decorrente desse novo processo de urbanização. Na primeira fase de produção das vilas-operárias, por exemplo, o número de habitações estipuladas considerava um percentual de 25% de habitantes ativos em atividades fora da USIMINAS como comerciantes e construtores braçais da cidade, porém, não conseguiu-se chegar no número programado nem para os próprios funcionários da empresa. Com isso, para suprir o déficit habitacional do quadro de funcionário da indústria, a segunda fase de produção de moradias contava com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), fundo que também foi usado para a reforma de moradias. Já aos trabalhadores da construção da cidade, foram previstas, no plano inicial, moradias provisórias de madeira nas vilas-operárias Candangolândia e Maringá (onde hoje é o bairro Amaro Lanari pertencente a Coronel Fabriciano), substituídas posteriormente por instalações permanentes. (MENDONÇA, 2006).

Paralelamente à construção das vilas, os vilarejos (no bairro Barra Alegre) expandiam-se e surgiam outros como o Vila Celeste e o Bom Jardim. Simultaneamente desenvolviam-se duas realidades, nas proximidades da empresa a cidade planejada modernista e industrial, com adensamento controlado, provida de equipamentos de saúde, lazer, educação, comércio, etc; e perifericamente, pessoas atraídas pela esperança de desenvolvimento da região, ocupavam a área e se organizavam apenas com as diretrizes dos loteadores. Isso quando se tratava de área loteada, pois muitas pessoas ocuparam encostas de morros ou leitos de rios (MENDONÇA, 2006). À medida que a discrepância das duas áreas foi sendo percebidas, algumas propostas foram sugeridas para que a segregação fosse diminuída. Todavia, apenas uma proposta foi efetivamente executada, que foi a criação do Parque Ipanema em uma área acessível a todos (MENDONÇA, 2006).

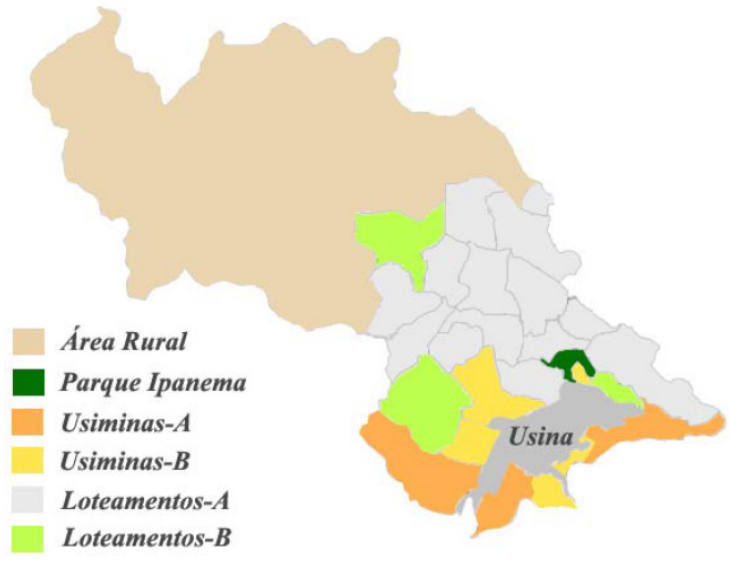


Figura 1: Município de Ipatinga com a subdivisão proposta
Fonte: Mendonça (2006, p.106)

O plano da vila-operária teve várias etapas. As primeiras foram executadas pela própria USIMINAS e podem ser localizadas no terreno identificado por Usiminas-A na Figura 01. Nesse mapa, a área denominada por Usiminas-B refere-se ao terreno da USIMINAS em que a mesma participou menos da construção das habitações

que foram mais ou menos financiadas. Já os loteamentos A e B não pertenciam à USIMINAS. Os Loteamentos-A, pertenciam basicamente a dois proprietários. Guiados pelo mercado imobiliário, os empreendedores definiram o desenho dos loteamentos de forma quadriculada e com amplas avenidas (MENDONÇA, 2006). "E os Loteamentos 'B' foram resultantes de um crescimento mais espontâneo de regiões que se formaram anteriormente ou simultaneamente à inauguração da USIMINAS." (MENDONÇA, 2006, p. 107). Esses bairros podem ser identificados atualmente através da figura 02.

À vista disso, pode-se dizer que a urbanização de Ipatinga já nasceu de forma segregadora. Hoje, a cidade possui 259.324 habitantes (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016), é a mais populosa da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) e tem a área urbana de maior extensão da RMVA, ocupando 44, 65% da área total. Além disso, é a cidade com maior participação do PIB da RMVA e com maior índice de desenvolvimento humano (IDH) da região - 0,7710 - segundo o censo demográfico de 2010.

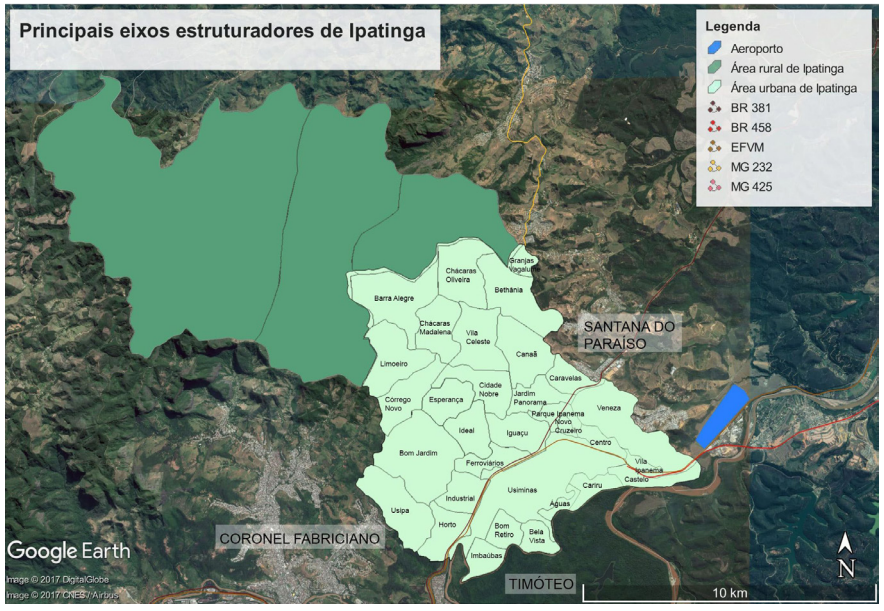


Figura 2: Principais eixos estruturadores de Ipatinga
Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Os principais eixos estruturadores da cidade são os rios Piracicaba e Doce, as rodovias MG 458 e BR 381 que permitem conexão com a região nordeste e sul do país, e a ferrovia Vitória-Minas. (UNILESTE, 2014).

A porcentagem de domicílios desocupados na cidade é 9% segundo o Censo de 2010. "Se em princípio estes números indicam em estoque de imóveis para atendimento ao déficit quantidade, há de se destacar que, de maneira geral, esta oferta se insere na faixa de habitação de mercado, não atendendo à faixa até 3 S.M.." (UNILESTE, 2014, p.227). Além disso, identificou-se um déficit de moradias de 8,3% (UNILESTE, 2014, p.585) dos domicílios particulares permanentes e que 70,6% desse déficit representa as "famílias com faixa de renda de até 3 salários-mínimos [...], sendo que a maioria restante encontra-se na faixa de renda de até 10 salários mínimos, atualmente beneficiados pelo programa Minha Casa Minha Vida do governo Federal." (UNILESTE, 2014, p.229). Os fatores que compõem majoritariamente o déficit habitacional de Ipatinga contribuem da seguinte forma: 54,0% de ônus excessivo com aluguel e 41,1% de coabitação familiar. Essa carência de habitação se apresenta de forma periferizada e se expande para a área rural. (UNILESTE, 2014)

Na RMVA, enquanto Santana do Paraíso, o menor Município em população, possui 77,8% de imóveis próprios, Ipatinga, o maior município, possui 63,7% de imóveis próprios. Esta situação normalmente ocorre pela maior produção de mercado neste município e à penduralidade regional, que aumenta a demanda de imóveis alugados nos maiores municípios da RMVA. (UNILESTE, 2014, p.227).

A configuração atual da cidade pode ser vista na imagem 02. A urbanização de Ipatinga pode ser considerada concentrada e mal distribuída e sua população que vive na área considerada urbanizada foi contabilizada, em 2010, em 98,95% do total da população da cidade (PDDI, 2014, p.108).

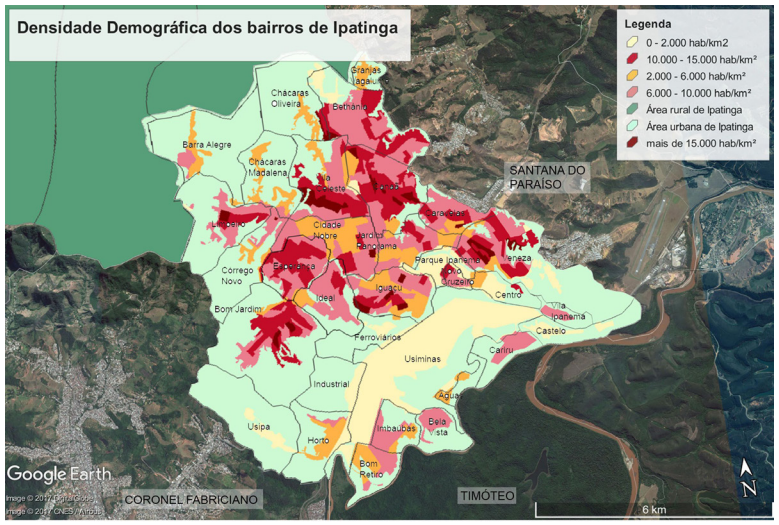


Figura 3: Densidade demográfica de Ipatinga
Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Além de ocuparem uma área maior da cidade, os bairros que se desenvolveram de forma espontânea são também os bairros mais populosos da cidade e os que possuem maior número de imóveis, como se pode ver nas imagens (03 e 04). A cidade que foi criada para ser industrial acabou atraindo mais pessoas do que a parceria indústria-poder público foi capaz de abrigar. A prioridade de suprir o déficit habitacional foi direcionada de cima para baixo na hierarquia da empresa, não chegando aos imigrantes vindos de diversas partes da região. A eles sobraram os terrenos entregues à especulação imobiliária. Nem mesmo a oferta de emprego pela indústria foi possível dada a mecanização da produção industrial e a redução da força de trabalho braçal. (MENDONÇA, 2006).

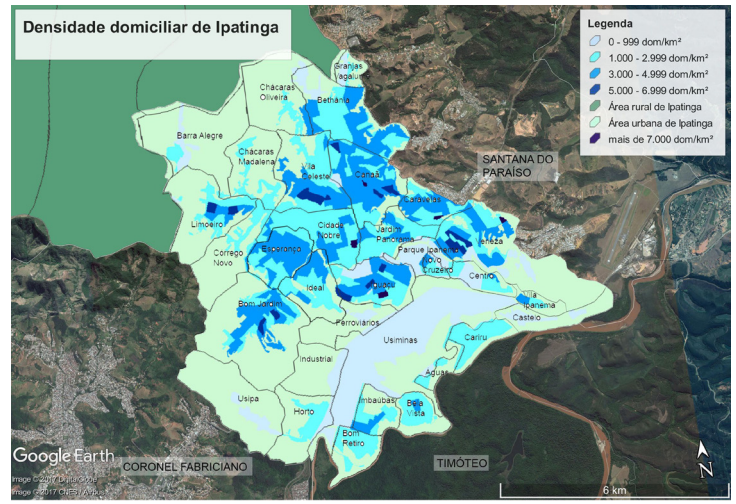


Figura 4: Densidade domiciliar em Ipatinga
Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Consequentemente, nesses bairros são onde concentram a população de menor renda como se pode ver na figura 05. De acordo com o UNILESTE (2014) o número de domicílios localizados em aglomerados subnormais era 4,9% (3.552) do total de domicílios ocupados, contados em 2010. Esses domicílios encontram-se, predominantemente, nos bairros Bethânia, Bom Jardim e Esperança.

Na figura 05 é perceptível a divisão das classes econômicas da cidade e nas próximas imagens (06 e 07) é possível analisar como o setor privado se posiciona a partir desse arranjo.

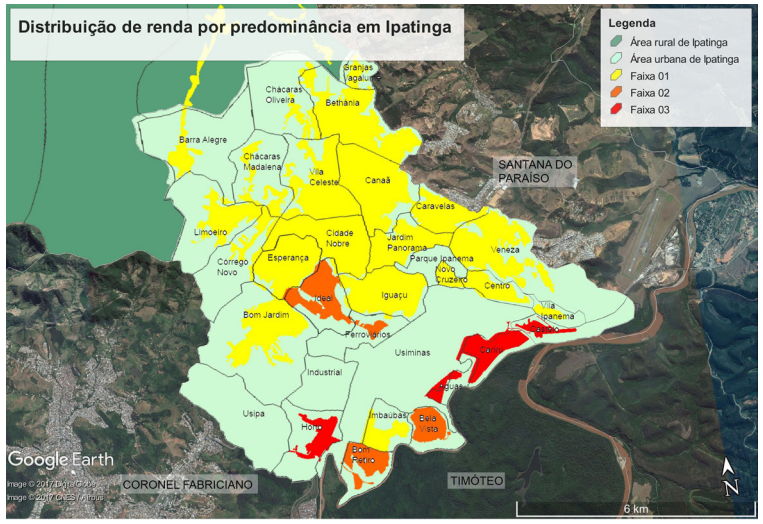


Figura 5: Distribuição de renda por predominância
Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

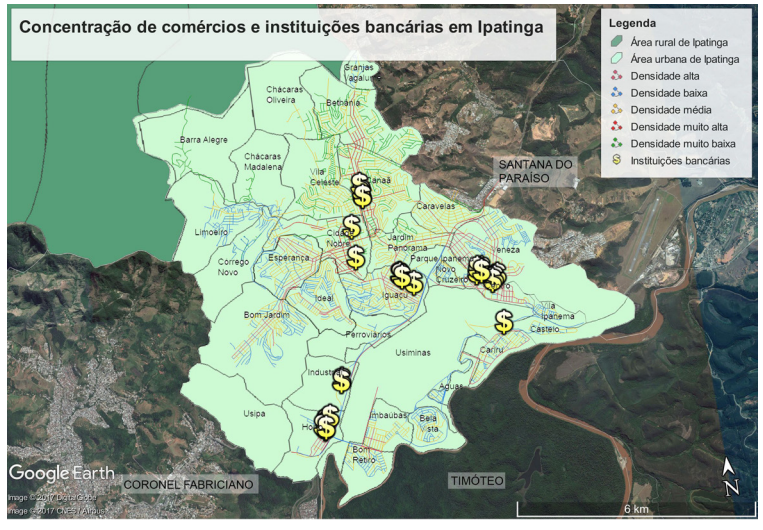


Figura 6: Concentração de comércios e instituições bancárias em Ipatinga
Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Há uma maior concentração de comércio no eixo que liga o centro de Ipatinga ao bairro Bethânia, localização estratégica por se tratar de avenidas (Macapá, Juscelino Kubitscheck, Minas Gerais e Sellim José de Sales) de fácil acesso aos bairros mais adensados e à população de Santana do Paraíso. Os bairros onde se concentra a população de maior poder aquisitivo, por serem bairros menos adensados, possuem menor concentração de comércios. Porém, o único Shopping da cidade situa-se no bairro Horto e por estar justamente entre as classes alta e baixa da cidade, é um ponto que permite o encontro dessas camadas da sociedade sem que elas adentrem no espaço uma da outra.

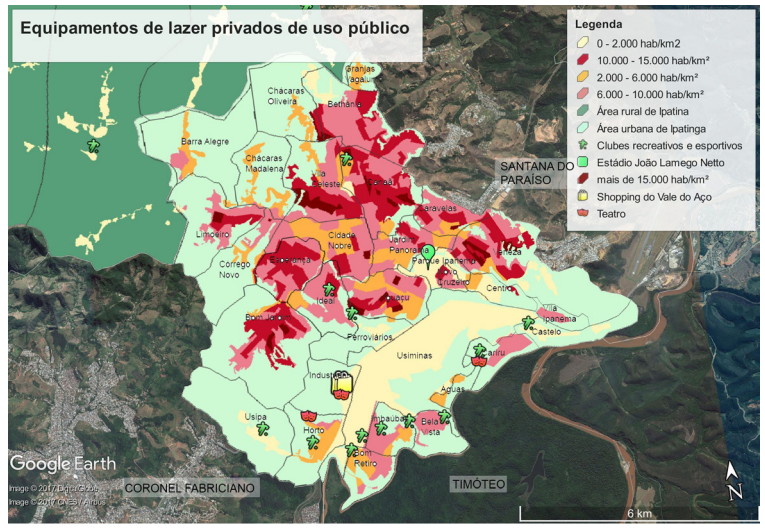


Figura 7: Equipamentos de lazer privados de uso público.
Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

Como mostra a figura 07, os equipamentos privados de lazer de uso público como os clubes para recreação e esporte também se concentram nos bairros onde se agrupa a população com maior renda.

As escolas privadas na cidade compreendem todas as escolas com ensino técnico e superior. De acordo com a figura 08, percebe-se que elas também possuem localização estratégica por estarem dispostas ao longo de eixos importantes

da cidade (BR 381 que permite o fácil acesso para pessoas de outras cidades circunvizinhas e avenida Sellim José de Sales que liga Ipatinga a Santana do Paraíso) e no centro de Ipatinga que está entre a MG458 e a BR 381. É compreensível a determinação dessa estratégia por se tratar de equipamentos cuja importância ultrapassa os limites da cidade. Porém, isso colabora para o isolamento das áreas periféricas, tanto na questão de distribuição de investimentos públicos, como mobilidade e infraestrutura (pois essas áreas vão ficando para os segundos planos na ordem de prioridades de uso dos recursos públicos), como na questão da distribuição da própria população no dia-a-dia da cidade, pois, se as áreas mais periféricas onde se concentram a classe baixa não contêm equipamentos que atraiam ou que prestem serviços para as outras classes, a circulação de pessoas se restringirá à população residente, como se pode analisar na maioria das metrópoles e grandes cidades brasileiras (VILLAÇA, 2012).

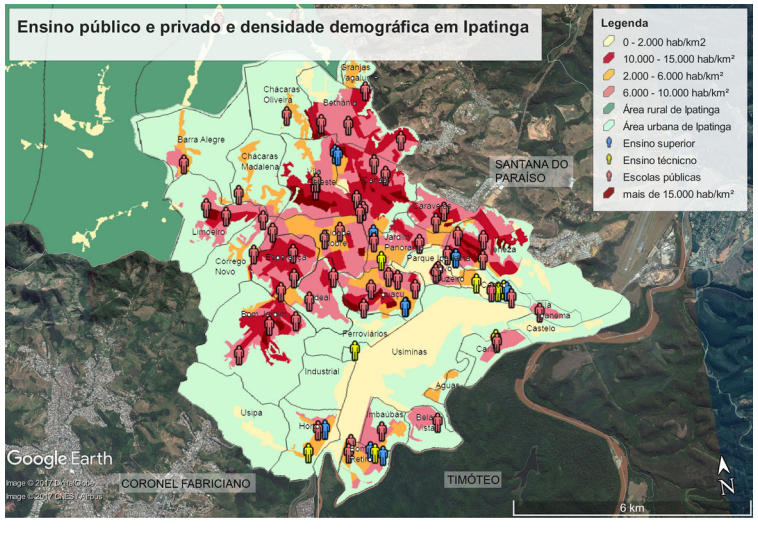


Figura 8: Ensino público e privado e densidade demográfica

Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

As escolas públicas indicadas representam as que oferecem ensino básico, fundamental e médio. Verifica-se em sua disposição sobre o espaço uma boa distribuição de acordo com a densidade demográfica da mancha urbana. Porém, o alcance de público que elas abrangem é mais local, não promovendo a circulação combinada das classes sociais no dia-a-dia da cidade.

Outro tipo de equipamento público analisado foi o da saúde. A localização desses equipamentos está indicada na figura 9. Sua hierarquia foi definida pelo Unileste (2014) com parâmetros que consideram a quantidade de funções ofertadas, a abrangência do fluxo (local, regional ou extra regional), os acessos imediatos (via loca, via coletora ou via arterial), o tipo de uso (privado, misto ou público), tipo de referência (local, regional ou extra regional) e a concentração de público diário (baixa, média e alta).

Assim como no caso da educação, os equipamentos da saúde estão bem distribuídos pela malha urbana, seguindo um arranjo proporcional à densidade demográfica, porém, gerando um pouco mais de fluxo das classes sociais pela cidade por causa da localização do Hospital Municipal de Ipatinga que apresenta desempenho médio-alto.

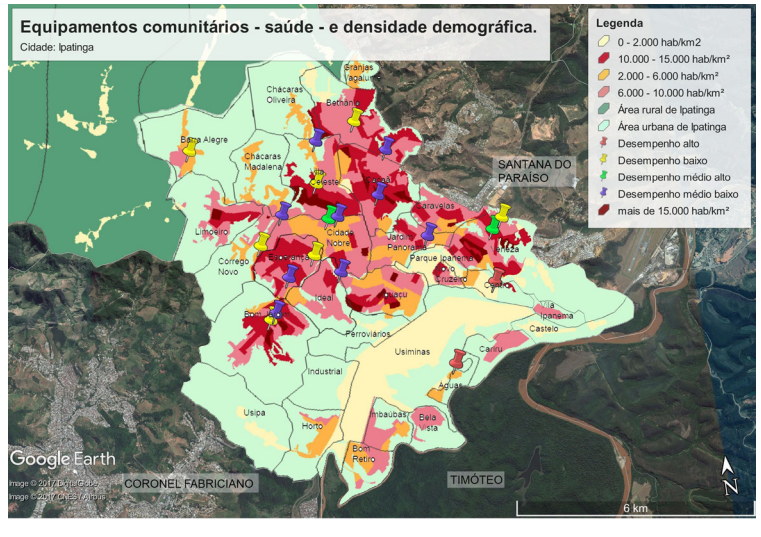


Figura 9: Equipamentos comunitários em Ipatinga - Saúde

Fonte: elaborado pela autora através do banco de dados do UNILESTE (2014).

O processo de urbanização da cidade foi desacelerado através do TAC (Termo de ajuste e conduta) firmado em 2010 que visou um crescimento mais ordenado e sustentável da cidade e, posteriormente através da revisão do Plano Diretor, Lei Nº 3.350, que entrou em vigor em 2014. Foi a partir daí que o *boom* da construção em Santana do Paraíso aconteceu, visto que, a partir de parâmetros mais restritivos nas Leis edilícias e urbanísticas de Ipatinga, os bairros desta cidade lindeiros a Ipatinga ficaram mais atraentes aos empreendedores, configurando assim a conurbação das duas cidades.

Apesar de o Plano apresentar diretrizes que norteiam a urbanização de forma a garantir o acesso igualitário aos equipamentos públicos e infraestrutura, priorizar o transporte coletivo e prever instrumentos com o objetivo de suprir o déficit habitacional (IPATINGA, 2014a), o próprio Mapa de Zoneamento da cidade contradiz esses princípios.

Isso porque ao analisar o mapa de zoneamento da cidade (IPATINGA, 2014b), é possível perceber que as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS) foram posicionadas na periferia da cidade. Nenhuma ZEIS foi planejada para ficar dentro ou nos limites das áreas definidas como Zonas de Centralidade I (ZCI), áreas mais servidas de equipamentos e serviços de saúde, educação, comércio e cultura. Além disso, nenhuma ZEIS foi prevista na área dos bairros planejados, onde hoje são os bairros com os lotes mais caros da cidade. As únicas áreas livres destes bairros foram designadas como ZGEs (Zona de Grande Equipamento). E o zoneamento ainda definiu toda mancha edificada dos bairros Castelo, Cariru, das Águas e grande parte do Santa Mônica, como ZR-I (Zona Residencial I) que diz respeito ao zoneamento que permite menor adensamento (com taxa de ocupação máxima de 75%, coeficiente de aproveitamento máximo de 2 e com restrição de número de pavimentos, sendo 2 o máximo) em relação às zonas residenciais e de centralidades. (IPATINGA, 2014b). Isso faz com que as pessoas que moram nesses bairros tenham proporcionalmente sempre mais da cidade em relação ao resto da cidade. Mais infraestrutura, mais área verde, mais tranquilidade (por haver menos conflitos entre vizinhos e menos barulho pela menor intensidade de trânsito), etc., e tudo isso em uma localização com fácil acesso aos serviços de saúde, educação, comércio, dentre outros.

As três ZGEs com maiores extensões territoriais estão localizadas no Horto, Ferroviários e no centro. É compreensível tal grandeza no Horto e no Centro por serem áreas indicadas no Diagnóstico do PDDI (UNILESTE, 2014) como centralidades de interesse metropolitano. Todavia, esses fatores reforçam ainda mais a valorização dos bairros limítrofes que historicamente já são mais valorizados devido à organização do bairro, à concentração de pessoas com maior poder aquisitivo, e consequentemente, imóveis mais valorizados e menor densidade que os bairros que se desenvolveram espontaneamente. Ou seja, todos esses fatores acentuam a especulação imobiliária. Dessa forma o próprio planejamento da cidade não estimula a mistura das classes econômicas da população. Pelo contrário, ela prevê a intensificação do distanciamento das classes sociais (que potencializa a especulação imobiliária) e da oferta desigual de equipamentos e serviços da saúde, mobilidade, educação, etc.

Ademais, como foi verificado, o número de imóveis desocupados, que não estão cumprindo a função social da propriedade estabelecida no Estatuto da Cidade de 2001, seria suficiente para suprir o déficit habitacional da cidade. Entretanto, apesar de o Plano Diretor estabelecer diretrizes para a utilização dos imóveis subutilizados ou vazios, não foi encontrado nenhum caso de sua aplicação para provimento de habitação de interesse social.

Considerações Finais

Como foi visto, a segregação tem a ver com imposição de um planejamento e realização da organização do espaço – da urbanização – de forma hierarquizada, configurando socialmente o espaço de forma desequilibrada e injusta. As análises apresentadas até aqui mostram que, de forma preliminar, é possível concluir que existe segregação socioespacial em Ipatinga. Apesar da quantidade de alguns equipamentos públicos não estarem totalmente concentrados em determinados

bairros, quando se trata de especificidades que possibilitam o acesso às variadas classes sociais, verifica-se que os bairros mais periféricos como Esperança, Bom Jardim e Vila celeste, não possuem equipamentos com tanto desempenho quanto os que se localizam nos bairros planejados, como Horto, Bom Retiro e das Águas. Nesses bairros e em suas proximidades é onde se concentram os equipamentos de saúde (hospital Márcio Cunha) e educação (campus do Unileste e faculdade Pitágoras) que mais atraem pessoas de outras áreas da cidade e das cidades próximas.

Dessa forma, esses bairros periféricos que surgiram de forma espontânea acabam sendo isolados, fazendo com que a cidade fique polarizada em classes sociais. Além do fato de que a cidade nasceu com essa característica segregadora, foi possível detectar na própria lei de ordenamento do solo algumas definições que contribuem para a perpetuação dessa realidade.

Assim, pode-se dizer que se o poder público não intervir, colocando em prática os instrumentos criados no Plano Diretor para inibir a especulação imobiliária e para assegurar o acesso à moradia com qualidade, o grau de desequilíbrio desse quadro ficará mais grave. Com maior desempenho na oferta de serviços e com menor adensamento, os bairros mais nobres serão cada vez mais valorizados. O ônus dessa valorização continuará sendo paga por todos, até por aqueles que habitam as áreas mais esquecidas pelo poder público.

Portanto, esse contexto representa bem a situação de diversas cidades brasileiras onde o poder público e o capital privado regem a conformação da urbanização favorecendo a minoria em detrimento dos menos favorecidos. Por isso, verifica-se a importância da atuação do profissional de arquitetura e urbanismo, que trabalham no planejamento das cidades, de forma crítica e consciente da existência desses atores.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Kênia de Souza. Por que a gestão da região metropolitana do Vale do Aço não sai do papel? Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado), UFMG – EA, 2010.

CASTELLS, Manuel. **(1972). A questão urbana.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ESTATUTO da cidade: o jogo tem novas regras. CREA-MG: [Belo Horizonte], 2002.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Ipatinga, MG***.** Disponível em: www.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/MG/ipatinga. Acessado em: Outubro de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** In: *Revista Cultura Vozes*, número 2, ano 93. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUEDES, Vinicius M. *Planejamento Urbano e Princípio da Igualdade.* Tese de Doutorado em Direito Econômico e Financeiro. Orientação Eros Roberto Grau. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

IPATINGA. **LEI Nº 3350, DE 12 DE JUNHO DE 2014.** *Plano Diretor.* Ipatinga, 2014a.

IPATINGA. **LEI Nº 3408, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.** *Lei de Uso e Ocupação do Solo.* Ipatinga, 2014b.

IPATINGA. *Plano de Mobilidade de Ipatinga – Sistema cicloviário.* Secretaria Municipal de Dados. 2017

IPATINGA. *Conheça a história da cidade de Ipatinga:* **dados em ordem cronológica.** n.d. Disponível em: http://www.ipatinga.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-da-cidade/9674. Acessado em Setembro de 2017.

LARANJEIRA, Adriana. *Asentamientos informales y sus programas de regularización.* Série Instrumentos de Política urbana. Produzido por Lincoln Institute of Land Policy. 2016. Disponível em: http://www.capacidades.gov.br/videoteca/detalhar/id/307/titulo/asentamientos-informales-y-sus-programas-de-regularizacion---adriana-larangeira. Acessado em Agosto de 2017.

LIMONAD, E. *Entre a urbanização e a sub-urbanização do território***.** XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Anais... Salvador, 23 a 27 de maio de 2005. Salvador: ANPUR. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2672/2612>. Acesso em: 09/08/16

MARICATO, Ermínia. *Ermínia Maricato:* **"Cidade é luta de classes!".** Produzido pela TV Boitempo. 2016. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU&t=1s. Acessado em Agosto de 2017.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil.* 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENDONÇA, Roxane Sidney Resende de. *O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso "Ipatinga".* Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado), UFMG – EA. 2006.

OXFAM BRASIL. *Terrenos da Desigualdade:* **Terra, Agricultura e Desigualdades no Brasil Rural.** 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acessado em Outubro de 2017.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises.** *Coletâneas do nosso tempo*. Cuiabá, v.8, n.08. PP. 129-153, 2008.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares:* **a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

UNILESTE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado* **– PDDI – Região Metropolitana do Vale do Aço.** Diagnóstico final. Coronel Fabriciano, 2014.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras.* São Paulo: Studio Nobel, 2012.

EXPERIÊNCIAS COLETIVAS NAS PERIFERIAS NORTE E LESTE DE SÃO PAULO: o território através da Ação Tática

MAZAIA, PALOMA (1); THOMAZ, AMANDA. (2);

CARVALHO, LILIANE K. (3); MAZIVIERO, MARIA C. (4)

1. Universidade São Judas Tadeu. Faculdade LACCE – Graduação Arquitetura e Urbanismo
Rua Taquari, 546 | 03166-000 | SP – São Paulo
palomamazaia@hotmail.com

2. Universidade São Judas Tadeu. Faculdade LACCE – Graduação Arquitetura e Urbanismo
Rua Taquari, 546 | 03166-000 | SP – São Paulo
acassiath@gmail.com

3. Universidade São Judas Tadeu.
Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Arquitetura Urbanismo
Rua Taquari, 546 | 03166-000 | SP – São Paulo
lilianekcarvalho@gmail.com

4. Universidade São Judas Tadeu.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura Urbanismo
Rua Taquari, 546 | 03166-000 | SP – São Paulo
mcarolmazi@hotmail.com

Resumo

As ações táticas, promovidas por grupos autogeridos, organizados de modo flexível, anárquico, que na última década foram potencializados pelas redes digitais. Diante deste quadro, busca-se compreender como tais táticas podem impactar o planejamento urbano e a gestão territorial de áreas periféricas, a partir da observação e análise contextual das ações táticas executadas nas periferias das regiões leste e norte, do município de São Paulo. Comumente discute-se sobre as ações táticas e/ou insurgentes desenvolvidas nas regiões centrais das grandes cidades, no caso da cidade de São Paulo, inclui-se além da região central o vetor sudoeste, estas são regiões que apresentam maiores investimentos públicos e privados, e isso, estabelece uma relação bastante diferente sobre o território e as forças atuantes nele, além do crescimento destas intervenções nos últimos anos, a partir da retomada do espaço público, engajados pelos levantes populares de 2013 e pela visibilidade que as áreas centrais possuem. No entanto, este artigo busca investigar como ocorre a organização dessas ações no território periférico paulistano, enfatizando o seu contexto social, político e territorial, entendendo-o como lugar de experimentação e resiliência, e que detém um poder expositivo prejudicado pela invisibilidade periférica. Tem-se como princípio a segmentação da temática reivindicatória do movimentos sociais urbanos, que além das necessidades básicas como infraestruturas, habitação e direito à terra, passam a reivindicar maior acesso e investimentos à cultura, educação e arte, através do fortalecimento dos grupos autogeridos ou comumente chamados por 'coletivos urbanos', que estabelecem uma potente discussão sobre o direito à cidade e a apropriação do espaço, fortalecendo uma forma de resistência ao processo urbano neoliberal, enraizado na atuação Estado como agente promotor da mercantilização da cidade. A partir desta análise, o artigo tem como objetivo compreender a estruturação da ação tática como elemento do processo urbano, e como essa ação altera a dinâmica do planejamento periférico a curto e longo prazo e influência na construção de novas formas de produzir e gerir o território.

Palavras-chave: *Ação tática, coletivo urbanos, produção do espaço, cidadania ativa, periferia.*

.

1. Os potenciais da ação tática na periferia

Quando nos referimos a ação tática, estamos colocando em pauta intervenções realizadas por grupos autogeridos, que organizam-se de modo flexível, anárquico, com lideranças compartilhadas, e que produzem ações que modificam a dinâmica de um determinado espaço. Estas ações podem ser denominadas como urbanismo tático, ação tática, guerrilhas urbanas e cidadania ativa. Podemos afirmar que na última década, essas ações foram potencializadas por conta do contexto de crise urbana global, que tem como componentes, o rápido crescimento populacional, a reestruturação da produção industrial, a má adequação das infraestruturas físicas urbanas, a polarização das classes sociais, mau funcionamento das instituições públicas, entre outros (BRENER, 2016 p. 1). Essas tensões, em conjunto, intensificaram a falta de representatividade política, culminando em inúmeros levantes reivindicatórios por diversas cidades do Brasil e do mundo, que potencializados pelo avanço da tecnologia e das redes digitais, criaram um contexto favorável a disseminação da ação tática, como solução às problemáticas urbanas resultantes dos períodos modernistas-estatistas e neoliberalistas.

No caso de São Paulo, há um destaque na produção acadêmica para as ações táticas realizadas nas regiões centrais do município em relação as atividades desenvolvidas nas periferias. Para entendermos melhor, vamos analisar neste artigo as ações táticas do território periférico dos extremos leste e norte da cidade de São Paulo. Tanto as atividades identificadas nas regiões centrais como nas periferias têm em comum o propósito de explorar as questões do direito à cidade sobre um determinado lugar e a apropriação do espaço público em diferentes formas. No entanto, podemos afirmar que as motivações das ações táticas nas periferias são diferentes, em virtude de seus contextos territoriais, suas condições de existência e a bagagem de seus agentes e atores.

Nas regiões periféricas observadas, as ações táticas derivam de conexões com o lugar que estão vinculadas a uma pré-disposição do espaço, derivam de carências, que historicamente, os investimentos públicos não suprem, e fazem

parte do cotidiano periférico. Neste caso, a ação tática é implantada pela efetiva necessidade do lugar e dos indivíduos envolvidos, e assim podemos dizer que a aplicação do recente conceito de "faça você mesmo" não é contemporâneo nas periferias, pelo contrário, faz parte de sua construção. As intervenções observadas na periferia são, muitas vezes, o único meio de potencializar a preservação e manutenção da memória histórica e cultural da periferia, que resiste a diversos processos de "apagamentos", a proporcionar uma melhoria da qualidade urbana e da mobilidade que historicamente são deficientes nas periferias, e além disso, tratam da questão social através do acesso a informação, educação e cultura, uma vez que a periferia não tem um número vultoso de espaços adequados que apresentem especificamente um uso cultural, como acontecem nas regiões centrais do município.

A partir do apresentado, podemos entender que as ações táticas demonstram um maior impacto territorial nas áreas de maior vulnerabilidade social, que nos remete as regiões periféricas das cidades. A crise de representatividade e a grande ausência do poder público e de investimentos por anos contínuos nessas áreas, fazem com que a auto-gestão de espaços e atividades, e formas de adaptação para morar, trabalhar e até mesmo viver a cidade, sejam naturalmente característicos das periferias em geral, formando um cenário favorável as experiências táticas.

Por isso, pode-se afirmar que, a luta e reivindicações que fundamentam as recentes mobilizações táticas, podem ser notadas nas áreas periféricas ainda em sua constituição e durante seu desenvolvimento, justamente pelo contexto de vulnerabilidade que é estabelecido. No entanto, é importante ressaltar que no atual momento, a organização das movimentações táticas pelas redes digitais, passa a ter uma força e um impacto consideravelmente maior dentro deste território periférico, pois ao se articularem desta maneira, fortalecem a produção do espaço comum, coletivo e cultural da periferia.

A reverberação da informação, de uma maneira geral, que permeiam as cidades a partir das regiões centrais, demora a chegar nas franjas da cidade

e muitas vezes, não gera um impacto significativo nas regiões periféricas, e esse é um processo que se replica na ação tática. Poderemos notar como as referências da ação tática periférica são embasadas nas resistências já produzidas anteriormente, potencializando a identidade e relação com o próprio território. Para exemplificar, podemos citar a produção cultural intensa realizada a partir das rodas, blocos e escolas de samba, a produção musical do rap, a produção artística do grafite, ambos movimentos de resistência que consolidaram-se nas periferias, e atualmente são fontes e peças chaves, na construção das táticas de apropriação e intervenção de curto-prazo. Nas regiões centrais, este processo ocorre de uma maneira diferente, que em grande parte, apoiam-se em necessidades mais atuais e espontâneas, apresentando táticas de intervenção que se embasam nas experiências internacionais de seus atores e outros processos.

As ações táticas na periferia apresentam um grande potencial, pois é notável seu alto poder mitigador em relação aos problemas de escala regional ou local, transformando a relação perceptiva do indivíduo com o espaço em que ele vive e habita. As táticas provocam uma mudança urbana no cenário político e estético das diversas periferias, podemos enfatizar essa mudança através da observação na dedicação e cuidado com o objetivo da efetiva transformação social do seu entorno imediato. Estes potenciais nos mostram como é possível acreditar na ação tática como uma ferramenta de inclusão do sujeito periférico, na cidade em que ele tem direito de construir e de conviver, garantindo sua forma identitária e significativa nos diversos circuitos culturais e ambientais latentes da periferia.

2. 2. Desdobramentos dos Movimentos Urbanos Periféricos

Para tentarmos estabelecer a relação entre o território e o impacto da ação tática na região periférica, é necessário compreendermos algumas transformações do contexto social e político desse território e dos atores que protagonizaram grandes mobilizações através dos movimentos sociais urbanos. No Brasil, há uma significativa movimentação reivindicatória das bases urbanas a partir da década

de 1970, período em que o estado de governança estava sob o regime militar, e o processo de redemocratização do país aparecia cada vez mais forte como uma questão central das lutas populares e na conquista do "Estado de Direito". No cenário urbano, estes movimentos eram compostos por trabalhadores, operários, pessoas sem terra, sindicalistas, líderes comunitários e religiosos. Entre as reinvindicações estavam a melhoria da qualidade de vida baseadas na moradia digna, saneamento básico, maior acesso ao transporte público, implementação de unidades de saúde e acesso à educação (MARICATO, 2014). No caso da periferia de São Paulo, podemos notar a grande presença da Igreja Católica através das comunidades eclesiais de base, que apoiavam as causas e articulavam junto aos líderes comunitários ações de luta e resistência.

Com o passar dos anos a luta dos movimentos sociais ganhou força e realizou grandes conquistas nas áreas de políticas urbanas como a constituição federal de 1988, e o estatuto da cidade de 2001. Atualmente, com o avanço político e social no Brasil, concomitante a revolução tecnológica e o latente uso das redes sociais, as articulações dos movimentos passaram a configurar-se de diversas formas, abrindo espaços a novas frentes de discussões e reivindicações, principalmente nas periferias. Estas, durante a última década, sofreram com o processo de exclusão urbana, e um grande déficit de investimentos públicos, resultante das soluções políticas neoliberalistas-estatistas da década de 90, este contexto culminou no aparecimento de novas pautas na agenda urbana, como a conscientização do sujeito periférico e de sua identidade, e nas reivindicações e lutas pelo direito de maior mobilidade e acesso aos "lugares" da cidade, acesso e luta no direcionamento de investimentos à cultura e arte, que são vultosos nas regiões centrais e muitas vezes são esquecidos na periferia, e melhoria dos espaços urbanos de uso coletivo, além de toda a pauta já tratada anteriormente.

> *"Dentre as chamadas 'novas práticas', várias ocorrem no interior de movimentos já existentes, com a incorporação de novas temáticas e formas de organização e comunicação. Não se pode esquecer, contudo, que as 'novidades' convivem com as 'continuidades', motivo pelo qual os movimentos podem ser entendidos como objeto/sujeito privilegiado de atores e práticas sociais que assim como as identidades, estão em contínua reinvenção. (BRINGEL; GOHN, 2014, p.12)*

É importante notarmos, que as lutas sociais formuladas durante a década 1970-1980, não foram desconfiguradas, elas mantêm-se, e hoje são os nomes de maior repercussão nacional quando nos referimos a movimentos sociais urbanos tais como MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), MST (Movimento dos Sem Terra) MPL (Movimento do Passe Livre) e tantos outros. No entanto, podemos afirmar que houve um desdobramento de suas pautas, novas práticas de mobilização e reivindicação entram no debate político. As atuais ações coletivas, estão à frente de movimentos que debatem e reivindicam não só sobre as questões básicas para uma vida digna, mas a efetiva qualidade de vida, considerando o espaço público de uso coletivo parte do habitar na cidade, além da inclusão dos valores individuais e coletivos na produção da cidade, considerando suas diversas faces de arte, cultura e identidade, as atuais ações têm como herança dos movimentos sociais urbanos a força política de representatividade.

3. Observações sobre a ação tática na periferia da zona norte

Sob a tentativa de compreender o atual contexto espacial em relação as ações táticas, realizou-se um estudo composto por observação, análise e mapeamento das ações realizadas nos territórios periféricos delimitados, sendo eles a zona norte e zona leste do município de São Paulo.

A zona norte de São Paulo é a região que mais abriga áreas verdes da cidade de São Paulo, de acordo com o levantamento pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e a Fundação Seade, realizado em 2009. Apesar do número de parques na região ser inferior ao encontrado na zona no sul, de 19 para 12, a área detém de 10,222 km², atingindo 4,67 m²/hab, sendo um resultado que se sobressai quando comparado aos das outras regiões. Tal resultado deve-se especialmente

pela proximidade com a Serra da Cantareira, área de Reserva Florestal, que está sob preservação ambiental e compõe a mata atlântica nativa do município, e caracteriza-se como fronteira natural para a expansão urbana da zona norte, sendo a Brasilândia, Perus e Tremembé os distritos mais próximos dessa região amena e fresca da cidade.





Figuras 1(esq.) e 2(dir.): À esquerda a vista da Serra da Cantareira para o distrito da Brasilândia e à direita a vista do CÉU PAZ para o distrito da Brasilândia, com a Serra da Cantareira ao fundo.

Este contexto favoreceu a ação tática da zona norte a concentrar-se dentre as áreas verdes como às praças, áreas de fácil acesso a população, que permitem um "respiro" em meio às largas construções, estas servem de espaços comuns para a realização de atividades, frequentemente ativadas pelos coletivos. Por se tratar de uma região periférica, estas áreas verdes não eram muito bem utilizadas e se tornavam grandes espaço abandonados.





Figuras 3(esq.) e 4(dir.): Apropriação de uma praça da zona norte de São Paulo para a realização das atividades do coletivo CICAS (Centro Independente de Cultura Alternativa e Social).

Realizamos uma observação em relação aos locais ocupados pelos coletivos da zona norte como aponta o gráfico da Imagem 5. Podemos observar que os lugares mais ocupados pelos coletivos da zona norte, são as ruas e as praças como sedes, revelando o peso que essas áreas públicas e ambiente construído tem para a organização da sociedade civil atuante.

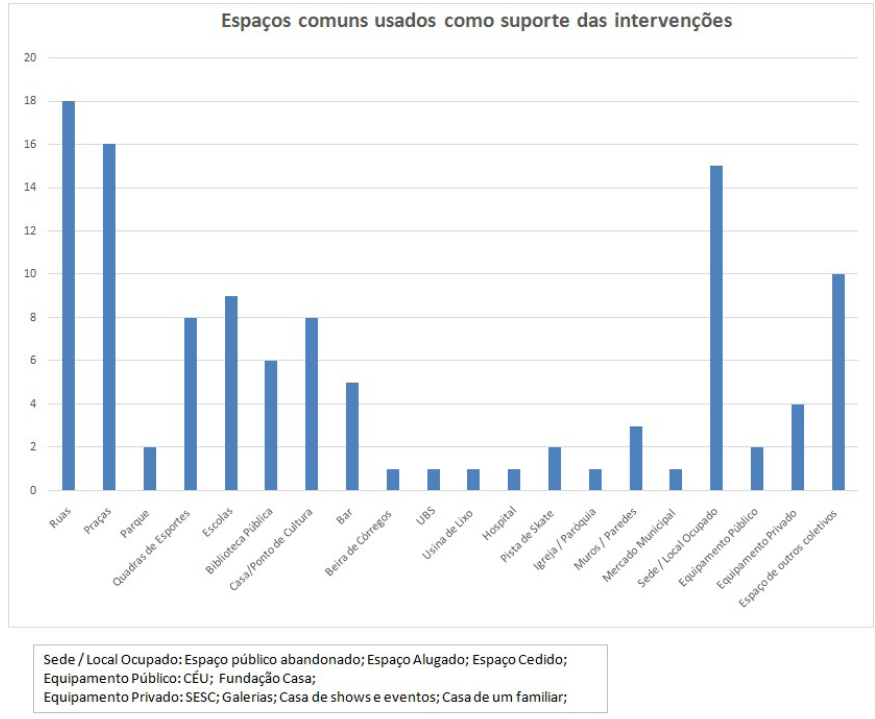


Figura 5: Gráfico de análise dos locais ocupados pelos coletivos da zona norte de São Paulo.

Apesar da constante apropriação desses espaços públicos por parte dos coletivos periféricos, as ruas e praças, as motivações das lutas por parte desses grupos são outras, ou além dessa. Os grupos da zona norte de São Paulo buscam principalmente o fortalecimento da cultura periférica e sobretudo demandam por equipamentos públicos, locais que possam produzir suas ações e atividades.

É nesse quesito que os coletivos periféricos se diferem dos grupos ativistas atuantes no centro da cidade. Enquanto a centralidade detém de uma infraestrutura básica

consolidada, tendo assim como mote a reativação desses espaços abandonados ou subutilizados, os grupos das bordas anseiam pela infraestrutura urbana. Para eles é uma questão de necessidade.





Figuras: 6(esq.) e 7(dir.): À esquerda a sede do coletivo CICAS e à direita a sede do Espaço Cultural Jd. Damasceno.

Nas imagens é possível verificar os espaços ocupados pelo coletivo CICAS e o Espaço Cultural Jd. Damasceno, lugares que antes estavam abandonados e passaram a ser ocupados pelos ativistas. Foram realizadas pequenas reformas pela própria população para sua efetiva apropriação. Segundo Lange esses espaços podem ser entendidos como constelações-espaciais, que são terrenos subutilizados, vazios ou bloqueados pela ação de investidores, mas que possuem potencial e capacidade transformador para o entorno imediato, além de cidadãos interessados em ativá-los.

Atualmente esses espaços, tidos como sedes dos dois coletivos, estão passando por uma situação muito difícil, visto que suas estruturas encontram-se comprometidas, oferecendo riscos aos ocupantes. Portanto, por esse motivo e pela falta de financiamento para a manutenção do espaço e realização das atividades, houve a desintegração do grupo CICAS. Já o Espaço Jd. Damasceno está em contato com outros grupos que estão abraçando a causa, como o coletivo PermaSampa, a fim de novos projetos para o espaço, no qual veem realizando alguns financiamentos colaborativos.

A questão de mobilidade urbana é outro eixo de luta dos coletivos dessa área. Os coletivos Ciclo ZN, Pedal ZN e União ZN Grupo de Ciclismo, por exemplo, buscam por melhores condições aos ciclistas periféricos. Desta maneira, suas motivações também seguem na direção da falta de infraestrutura pública para mobilidade alternativa, que sofre enorme carência na região.





Figuras 8(esq.) e 9(dir.): Coletivo Ciclo ZN em uma de suas ações “CicloviaNaPeriferia” e Figura X: Registro das ações táticas do movimento de ciclorotas alternativas do Ciclo ZN.

Essas são algumas ações realizadas pelo Ciclo ZN no território da zona norte, com as ações de ciclorotas alternativas, a confecção de placas e “carimbos” para as devidas sinalizações e a pintura da faixa ciclável. Mesmo com o número significante de coletivos encontrados na zona norte que se relacionam com a mobilidade urbana, ainda que com a atuação de suas ações próximas, não é identificado uma articulação entre os grupos. Vê-se aqui grupos de mesmas pautas, porém com ações distintas.

Assim, verifica-se que a zona norte de São Paulo é o território com maior potencial de áreas verdes da cidade, oferecendo-as como espaços comuns aos coletivos, que se apropriam fortemente das praças, mas sofrem, com enorme carência de infraestruturas públicas. Para tal cenário os grupos resistem e lutam, principalmente, para o fortalecimento da cultura periférica e a democratização de investimentos de recursos públicos.

4. Observações sobre a ação tática na periferia da zona leste

A partir do reconhecimento e imersão no universo de ativismos, movimentos insurgentes e ações dos coletivos da zona leste de São Paulo é possível traçar algumas conclusões e singularidades a partir da morfologia física e urbana do território que influenciam diretamente nas demandas e reivindicações coletivas, nos espaços comuns utilizados para as ações, táticas e motivações de seus movimentos insurgentes e contra hegemônicos.

O processo de crescimento e urbanização da zona leste de São Paulo seguiu uma outra lógica de planejamento urbano, o intenso processo de favelização e periferização na zona leste na década de 70, no qual as desigualdades e injustiças sociais expressam-se no espaço construído, como parte do processo a ausência do Estado e falta de infraestrutura, e negou-lhes o direito à cidade. O papel de planejador urbano e ordenador dos espaços até então não ocupados na cidade, desta nova forma de ocupação descentralizada e espraiada, ficou nas mãos do setor imobiliário especulativo. A formação da zona leste de São Paulo deu-se a partir de um desenvolvimento complexo, heterogêneo e singular à margem da legalidade, sendo as periferias aos olhos do poder público o habitar dos menos favorecidos (OLIVEIRA, 2015 apud OLIVEIRA, 2016).

É neste período também que propagam-se através de programas de habitação financiados pelo Estado a construção de conjuntos habitacionais em massa e monofuncionais, conhecidos como ‘bairros dormitório’. Fruto de uma política habitacional segregadora e antiurbana, pois não previu os suportes e equipamentos infraestruturas urbanísticos da cidade, tendo seu foco apenas em diminuir o déficit de habitação.

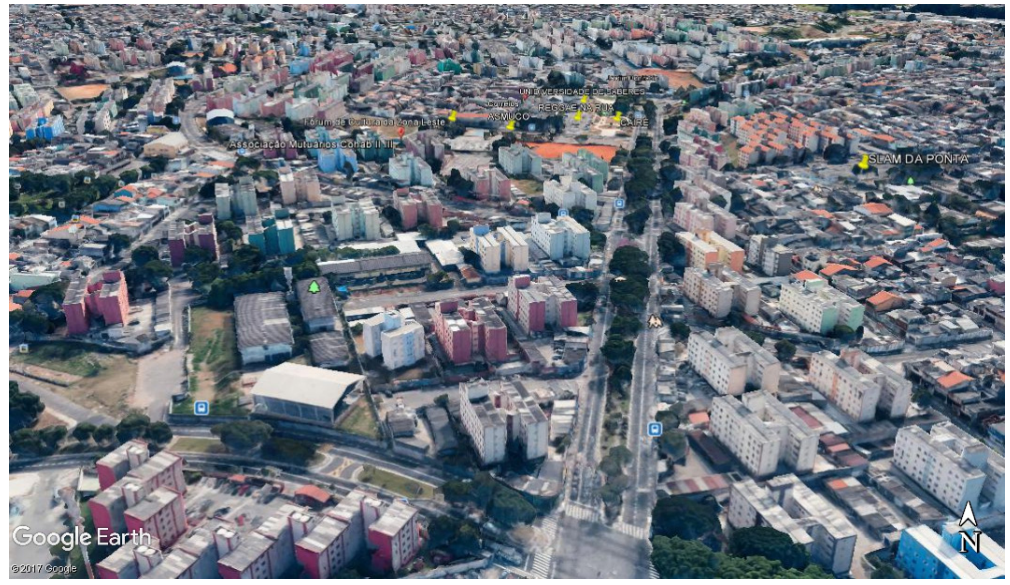


Imagem 10: Vista aérea Cohab II, Itaquera (figura x). Fonte: Google Earth.

Nos meados da década de 1960, foram construídos os conjuntos de São Miguel e Sapopemba (com 1092 unidades) e mais tarde, mais dois novos conjuntos que completariam o Itaquera I. No distrito de Itaquera, o Conjunto Habitacional José Bonifácio implantado em 1980 conta hoje com mais de 110 mil moradores. A zona leste de São Paulo abriga a maior quantidade de Cohab da metrópole paulistana.

No caso do bairro Cidade Tiradentes, localizado no extremo leste de São Paulo a uma distância de 35 quilômetros do marco zero da cidade, abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina, totalizando cerca de 40 mil unidades habitacionais, sendo a grande maioria construída na década de 1980 pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) financiado pelo fundo Banco Nacional da Habitação (BNH), antes de seu fechamento. Grande parte da população moradora dos conjuntos foram atingidas e deslocadas pelas obras públicas centrais e remanejadas para as periferias.

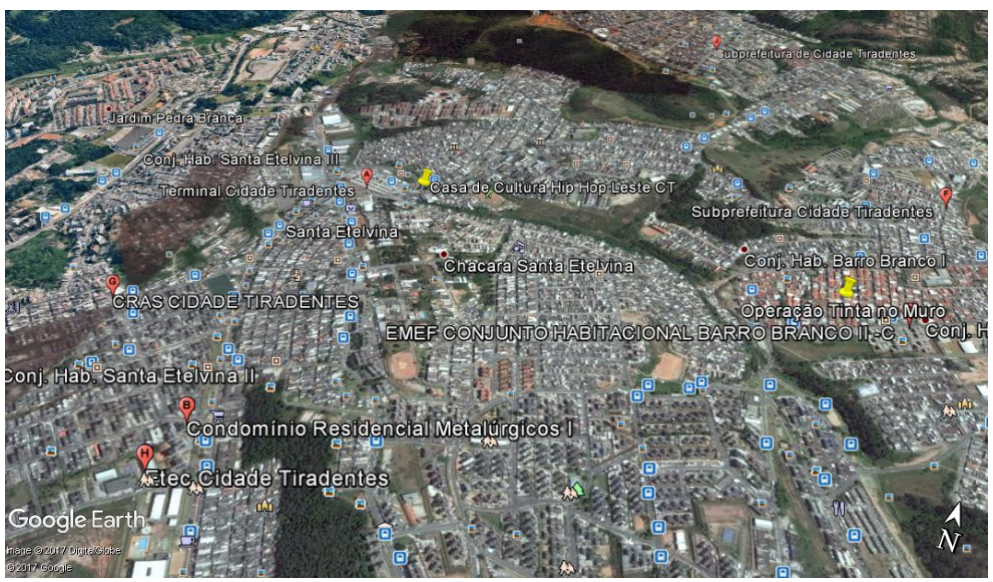


Figura: Vista aérea dos conjuntos habitacionais do bairro Cidade Tiradentes (figura x). Fonte: Google Earth.

O primeiro conjunto habitacional foi inaugurado em 1984, o Conjunto Habitacional Cidade Tiradentes, sendo mais de quinze quilômetros de prédios. A partir destas outras dezenas foram construídos, hoje um dos maiores bairros da cidade, o bairro ainda sofre com as carências básicas de planejamento urbano, como a escassez de áreas livres e verdes destinadas ao encontro, lazer e as crianças e acesso a equipamentos culturais, além da escassez de empregos locais, forçando um grande deslocamento para o centro todos os dias.

É neste contexto de crescimento populacional e novas ocupações em regiões sem infraestrutura urbana que nascem os embates sociais e urbanos, pois é um contexto de escassez de oferta de emprego na região, além de falta de esgoto e água encanada, asfalto e energia elétrica, o que, sem dúvida, retardou o crescimento e a consolidação dos novos núcleos emergentes. Para Ermínia Maricato (2000), conforme citada por OLIVEIRA (2016, p.18), "uma lógica perversa" se configura na cidade de São Paulo, enquanto as áreas que cercam o centro são beneficiadas por obras de urbanização, embelezamento e incentivos à ocupação vertical, tanto o centro como as regiões mais distantes são abandonadas e deixadas à ilegalidade e à segregação.

Sem o suporte de políticas públicas adequado, de uma forma orgânica, multiplicam-se coletividades e grupos de luta e articulação por direitos básicos, como os movimentos populares de base por direito à moradia, saúde e educação, estruturados sobretudo pelos direitos constitucionais de igualdade e participação ainda durante o processo de constituição do povo. Segundo Rolnik (2012), citada por OLIVEIRA(2016, p.15), as lutas sociais pela resolução dos problemas urbanos, como moradia, infraestrutura e serviços públicos datam da década de 1970. Esses problemas urbanos de ordem elementar são considerados "indutores" dos movimentos sociais (AMARAL, 2001 apud OLIVEIRA 2016, p. 15).

Dentre as redes e coletividades que destacam-se na zona leste de São Paulo, o distrito de São Mateus tem-se apresentado como um território polarizador e catalisador de movimentos culturais e insurgentes, vasto de agentes e ativistas em diferentes campos de ação. O ponto de cultura independente São Mateus em Movimento, com mais de dez anos de existência, é um espaço físico localizado na favela da Vila Flávia que funciona como um suporte aos coletivos que articulam e flutuam naquela região. O espaço cedido por uma moradora local, a dona Vera, mãe de um dos artistas do bairro, construiu um segundo pavimento acima da sua casa para a execução de atividades culturais para a comunidade local, devido à ausência de políticas públicas e equipamentos culturais. Neste espaço acontece uma série de atividades que como oficinas, rodas de conversa, exposições, aulas de música e dança, livros para leitura, atividades lúdicas para as crianças, almoços coletivos e computadores para acesso à internet.





Imagem 12 e 13: À esquerda aula de dança e à direita foto após oficina de arduino. Fonte: Paloma Mazaia e Aluízio Marino.

Em muitos casos os eventos expandem-se para a rua, o que não significa que não haja conflito, pois a rua sendo um espaço público e de todos, há oposições a festas ou fechamentos da rua por parte dos vizinhos, por isso segundo ativista do São em Movimento, a rua não resolve a escassez de espaços públicos como praças e espaços livres adequados e seguros para encontros e atividades culturais.





Figuras 14 e 15: À esquerda almoço coletivo e à direita evento com apresentações de artistas locais. Fonte: Paloma Mazaia.

O São Mateus em Movimento utiliza como principal ferramenta de representação a cartografia como resistência, identidade, valorização e reconhecimento dos coletivos, que como autores da sua própria história, através de oficinas e encontros são feitos mapeamentos colaborativos com os atores locais e integrantes dos coletivos da região, expressam suas demandas e pautas no território a partir de suas próprias vivências, não uma visão tecnocrata imposta de cima para baixo.

Dentre os coletivos mapeados estão o coletivo de graffiti OPNI, o coletivo de empoderamento feminino Odisséia das Flores e Clã Destino, o Coletores que trabalha com audiovisual e videomapping – uma técnica de projeção em grande escala que usa a arquitetura como pano de fundo entre outros, sendo que todos trabalham em rede, no qual através da articulação um fortifica o outro para o fortalecimento da cultura periférica e a democratização do acesso à cultura na zona leste. Juntos são mais de cinquenta coletivos, segundo os próprios agentes que participaram do levantamento dos coletivos da região.

A abstração dos dados ou a invisibilidade das ações na periferia favorecem à negligência de políticas públicas que não atendem as reais necessidades e demandas da população, negando-os o direito à cidade, o que reforça a exclusão de grupos já marginalizados. Por isso, a importância das cartografias Política é feita no território e precisa estar claramente expressa nele. Mais uma vez a cartografia mostra-se uma ótima ferramenta. Precisa-se de mapeamentos precisos para expor os movimentos e organizações, as riquezas e complexidades, impasses e demandas das periferias. A não valorização da cultura periférica e seu não reconhecimento é parte de um processo que rebate em consequências no direcionamento desigual das políticas públicas e sociais para as minorias.

Ainda na Vila Flávia, a ‘galeria a céu aberto’ reúne dezenas de grafites de artistas de São Mateus que durante o percurso expõem os conflitos e problemas enfrentados pelos moradores, como a falta de infraestrutura urbana, a canalização de um córrego interrompida pelas descontinuidades de gestão política, a identidade negra em seus traços como fortalecimento da cultura e estética das periferias, sendo a zona leste de São Paulo a concentração da maior população negra da cidade, devido ao seu histórico de deslocamento e expulsão da população negra dos cortiços e ocupações do centro.



Figura 16: Trecho da ‘galeria a céu aberto’, Vila Flávia, São Mateus. Fonte: Paloma Mazaia.

Outro ponto de cultura independente na zona leste de São Paulo é a Okupação C.o.r.a.g.e.m (Coletivo de Ocupação e Revitalização, Arte, Graffiti, Educação e Música), localizada na Cohab II, Itaquera, no qual desde 2016 tem promovido diversas ações culturais e artísticas, exposições de obras de artistas periféricos, trocas, rodas de conversa, após ocuparem um espaço da própria Cohab que estava sem uso há mais de 15 anos, com a missão de proporcionar de forma gratuita e democrática o acesso à arte e fortalecimento das lutas e da cultura da zona leste, e oferecer suporte através de um espaço físico aos coletivos e artistas independentes da região, assim como o São Mateus em Movimento, porém em São Mateus que se articula em rede há uma amarração maior entre os coletivos em relação a Okupação Coragem e devido as próprias coletividades já estabelecidas na formação do bairro e seu tempo de atuação perene há mais de uma década.



Figuras 17 e 18: Um dos encontros do ‘Fórum de Cultura da ZL’, à esquerda venda de livros e camisetas dos coletivos, à direita grupo feminino de música Cairé, Okupação Coragem, Itaquera. Fonte: Paloma Mazaia.



Figura 19: Exposição de obras e artistas periféricos na Okupação Coragem.
Fonte: Paloma Mazaia.

5. Reflexões sobre o impacto da ação tática no planejamento urbano periférico.

A partir do que foi apresentado até aqui, podemos fomentar a discussão sobre a efetividade das ações táticas no planejamento urbano e gestão do território periférico. O papel dos atores envolvidos nestas ações é fundamental para entendermos sua lógica. Os ativistas periféricos que encontramos, executam uma espécie de mediação sobre seu território e o poder público, demonstrando sobre o cunho social, como o direito a cultura, ao meio ambiente, e aos espaços públicos estão atrelados ao cotidiano periférico e aos seus indivíduos.

Esse trabalho de conscientização se difere na periferia, pois causa um impacto social muito significativo, que reverbera, e através deste impacto social é que vemos a mudança territorial, melhoria urbana, estética e política. Trata-se de uma prática que altera a dinâmica da ordem democrática, e por isso sucinta um novo arranjo tanto da sociedade civil como do Estado. Como vimos, fica claro como a sociedade civil já se reorganiza em torno de suas questões, e por isso, podemos afirmar que uma hipótese viável para potencializar o impacto da ação tática na agenda do planejamento urbano periférico seria a abertura do Estado às ações, considerando não só os editais de fomento, mas incorporando processos que estruturem a participação civil não só para consulta ou aprovações em audiências públicas, e sim respeitando suas configurações de autogestão e produção e administração compartilhada.

Ação tática entra como uma medida mitigadora a vulnerabilidade existente, e no território periférico, as ações podem ocorrer por um longo prazo tornando-se referências a outras práticas insurgentes, como vimos no caso da zona leste. Promover uma estrutura legislativa que permita que estas ações tenham condições de manter-se financeiramente é uma questão crucial para a manutenção da ação tática periférica.

Dentro da perspectiva neoliberal, é favorável ao Estado que as questões sociais ligadas a territórios de “baixa lucratividade” sejam supridas de outras formas, e nesse sentido poderíamos então dizer que ação tática fortalece essa ausência do Estado. Porém, como observado, as atividades táticas da periferia ainda permanecem bastante vinculadas aos editais de fomento promovidos pelo poder público, principalmente municipal, e por isso não apresentam condições claras de integrarem a cidade sem a presença do Estado, isso nos sugere que o processo democrático ideal, poderia apresentar como alternativa uma base de trabalho que implantar-se-ia em conjunto entre os ativistas e o Estado.

Podemos citar como exemplo o caso do Orçamento Participativo implantado na cidade de Porto alegre em 1989, e que foi reconhecido pela Conferência Habitat II da ONU como modelo de gestão local bem sucedida, além de outros casos muito significativos como o de Montevidéu e mais recentemente de Madrid. Estas experiências coletivas provam que a ação tática não se trata de uma lógica utópica, e sim de um processo transformador que nos move para uma nova dinâmica na política urbana.

Diante do exposto buscou-se compreender o papel da ação tática em relação ao planejamento urbano e a gestão territorial do distrito analisado, formulando então, a partir deste estudo, uma hipótese que permitirá dizer se a ação tática tem condições de enfrentar as problemáticas urbanas herdadas da dinâmica política neoliberal e de perpassar pelo planejamento estratégico das grandes cidades contemporâneas, mantendo suas bases de intervenção social, política e territorial, e a reverberação de suas ações artístico-culturais.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **In_ "Pátria, Empresa e Mercadoria" do livro "Cidade do Pensamento Único: Desmanchando conceitos".** Petrópolis; Vozes, 2002.

BRENER, Neil. **Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** Revista E-Metrópolis, ano 07, nº 27, 2016. Disponível em: < http://emetropolis.net/edicao/n27>. Acesso em abril/2017

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no Mundo.** Petrópolis: ed. Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais na era global.** Brasil: Ed. Vozes, 2013. 256 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna – Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural.** São Paulo; Edições Loyola, 2012.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAZIVIERO, Maria Carolina. **Urbanismo insurgente: modo alternativo de produção e apropriação de espaços públicos na periferia de São Paulo.** The 17th International Planning History Society Conference - Delft, July 2016

CIDADES rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta maior, 2013. 110 p.

HARVEY, David. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo, Carta maior, 2012. 86 p.

BRINGEL, Breno; ESPINEIRA, Maria Victória. **Movimentos sociais e política: releituras contemporâneas.** Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.54, pp.419-422. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300001. Acessado em: 08/09/2017.

FINANCEIRIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E O PROJETO DO PORTO MARAVILHA: uma carta de apresentação do urbanismo neoliberal no Brasil

MONTANARI, FREDERICO BASSO (1)

1.Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Programa de Pós-Graduação em Geografia e Meio Ambiente.
fredpaulista@gmail.com

RESUMO

A construção de um novo regime de acumulação, com domínio financeiro, ganhou fôlego junto das transformações neoliberais dos anos 1980 e 1990. Os arranjos institucionais necessários à demanda do capital financeiro tiveram impacto nos processos de centralização, concentração e dispersão do capital além de promoverem uma reestruturação do espaço urbano. Nesse sentido, propõe-se com este trabalho estabelecer diálogos entre os processos de financeirização da economia, a produção do espaço urbano e as recentes transformações na região portuária do Rio de Janeiro. Na primeira parte do trabalho faremos uma dis cussão sobre o conceito de regime de acumulação financeirizado, para depois associá-lo à produção do espaço urbano e ao projeto do Porto Maravilha.

Palavras-chave: *financeirização; centralização; concentração; urbanização; Porto Maravilha.*

Introdução

Podemos associar os projetos de reestruturação de antigos centros urbanos e regiões portuárias a uma nova estratégia de acumulação capitalista, como regime financeirizado? Existem conexões entre o processo de *gentrificação* – presente em várias cidades – e a ascensão de um novo *regime de acumulação financeirizado*? O processo de transformação da região portuária do Rio de Janeiro compõe este cenário de *gentrificação* e *financeirização*?

Antes de iniciarmos a discussão acerca das perguntas propostas, cabe justifica o porquê de retornarmos ao assunto do Porto Maravilha, tão bem debatido e analisado por vários autores[1]. Esse retorno, além de contribuir para as discussões acerca do assunto, busca um olhar diferente ao associar o regime de acumulação financeirizado com as transformações da região portuária do Rio de Janeiro. Dessa maneira, pretende-se trabalhar com dois fenômenos bastante singulares: financeirização e gentrificação.

Esse artigo foi inicialmente desenvolvido junto da disciplina "Metrópole: concentração e dispersão", ministrada pela professora Sandra Lencioni (1º semestre de 2017 no Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio). Para o *Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico: urbanismo neoliberal e a produção do comum urbano* foram feitas algumas mudanças, sobretudo com o aprofundamento da análise acerca da *urbanização neoliberal* e o decorrente processo de financeirização. Para tanto, estabelecemos como nosso objeto de estudo os processos de transformação urbana e urbanística realizados pela Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha, bem como seu arranjo institucional de gestão urbana. Nesse sentido, temos como objetivo central neste trabalho analisar o desenvolvimento de tais transformações urbanas e urbanísticas, avaliando se estas fazem parte do um novo regime de acumulação financeirizado.

Para melhor organizar nosso trabalho, iniciaremos o texto com uma apresentação do atual contexto do modo de produção capitalista e, assim, discutiremos acerca do regime de acumulação financeirizado. Na sequência abordaremos a relação entre financeirização e urbanização para, após, buscarmos sinais de financeirização presentes na nova gestão urbana aplicada à região portuária do Rio de Janeiro (Porto Maravilha). Ao fim teceremos alguns comentários no intuito de construir algumas considerações sobre o tema.

1. Regime de acumulação financeirizado: uma nova fase do modo de produção capitalista?

Para respondermos a essa pergunta é necessário resgatarmos a história recente do modo de produção capitalista, sobretudo aquilo que é comumente chamado de virada neoliberal e a ascensão de sistemas pós-fordistas de produção. O objetivo é de construir o cenário que permitiu a formação do regime de acumulação financeirizado para depois discutirmos os fundamentos de tal regime.

O final dos anos 1960 e início dos anos 1970 sinalizava para o esgotamento do binômio keynesiano-fordista. As sequenciais crises do petróleo (1973 e 1979) solaparam o sistema fordista ao passo que o acordo de Bretton Woods desmoronava. Para Harvey,

> *Sempre houve, é claro, um equilíbrio delicado entre os poderes financeiros e estatais no capitalismo, mas a desarticulação do fordismo-keynesianismo significou uma evidente guinada para um aumento de poder do capital financeiro frente ao Estado Nacional. (HARVEY, D, 1989:145-168. Apud. ARRIGHI, 2006:03. O longo Século XX:*

[1] Álvaro Ferreira fez profundo estudo no livro "A Cidade no século XXI: segregação e banalização" (Ed. Consequência, 2013); Letícia Giannella tem realizado interessantes pesquisas acerca do tema (2013, 2015; 2017); Álvaro Pereira dedicou sua tese de doutoramento ao tema (2015); Mariana Fix tem trabalhado brilhantemente acerca da financeirização; Daniel Sanfelici tem interessante estudo sobre financeirização e produção do espaço urbano. Há de se ressaltar tantos outros bons trabalhos realizados acerca das transformações do "Porto Maravilha".

dinheiro, poder e as origens de nosso tempo, tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006).

A guinada a qual se refere Harvey favoreceu a emergência de um novo binômio, neoliberal e pós-fordista. Figuras como Ronald Reagan (1980-1988) e Margareth Thatcher (1979-1990) representaram muito bem o nexo entre Estado e finanças ao desmontarem o Welfare State e implantarem as políticas neoliberais em seus países. Abertura comercial, flexibilização das leis trabalhistas, ataque aos direitos sociais e desregulamentação financeira etc. compuseram o ideal do "Estado Mínimo" que, segundo seus defensores, objetivava preservar uma estrutura institucional (como os sólidos direitos à propriedade privada) favorável ao livre comércio e a liberdade de mercado.

Segundo Arrighi esse novo cenário tem proporcionado mudanças dramáticas na configuração espacial dos processos de acumulação de capital, nos quais a tendência predominante parecia se resumir numa simples realocação dos processos de acumulação em direção aos países em subdesenvolvidos, algo como uma desconcentração espacial da produção (deseconomia de aglomeração). Contudo, tal desconcentração não significou a *descentralização do capital*, pelo contrário, estava em curso um processo de *centralização do capital* em países centrais, em destaque os Estados Unidos. A classe financista de Wall Street e da City de Londres cada vez mais ganhava força. Para Aglietta:

> *Enquanto a concentração simples é, dentro do campo do valor, um feito quantitativo de acumulação desigual que conserva a autonomia dos capitais, a centralização é uma modificação qualitativa que remodela a autonomia dos capitais e cria novas relações de competição (disputa) " (AGLIETTA, M. 1986:195).*

Nesse sentido, podemos falar que os investimentos na expansão do comércio e da produção não mais estavam atendendo aos interesses da classe financista e as negociações puramente financeiras demonstravam maior "eficiência" e, dessa maneira, cada vez menos capital excedente passou a ser absorvido na produção, direcionando-se para a especulação de ativos. Portanto, "A virada para a financeirização desde 1973 surgiu como uma necessidade. Ofereceu uma forma de lidar com o problema da absorção do excedente" (HARVEY, 2011:33). É a partir dessa virada que um novo regime de acumulação passa a se consolidar, ao qual François Chesnais denominou de regime de acumulação financeirizado. Para ele os anos 1980 consolidaram a expansão da economia financeira, a qual passou a exercer uma maior influência na configuração da distribuição da renda em escala mundial: "Tratar-se-ia de um 'regime de acumulação com dominação financeira' ou, ainda, de um 'regime de acumulação financeirizado'" (CHESNAIS, 2002).

Uma das condições desse novo regime que se construía era de que o mercado financeiro deveria se sobrepor ao mercado produtivo; o valor das ações substituiu o valor da produção, passando guiar a economia. Houve, portanto, aquilo que Harvey apontou como "financialização de tudo" (HARVEY, 2008:41). O gráfico abaixo indica uma das características da financeirização, na qual a origem do lucro financeiro corporativo apresenta maior proporção em relação ao lucro oriundo da produção efetiva.



Figura 02: Gráfico indicando a ascensão do regime de acumulação financeirizado -Produzido por David Harvey, com dados de Ray Dalio
Fonte: HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Pechanski. São Paulo, Boitempo, 2011. P.27.

Mas a inversão na origem dos lucros não explica todo o processo de financeirização; corresponde – sobretudo – a forma de capital que se valoriza sob a forma de aplicação financeira (D-D'). A financeirização é, portanto, um claro movimento de acumulação onde o conteúdo econômico e social é moldado pelas posições concedidas às formas muito concentradas de determinado tipo capital (aquele portador de juros, ou forma moderna de capital dinheiro). Esse mesmo capital apresenta forte papel de comando e elevada autonomia.

Citando Marx, Chesnais afirma que o termo acumulação "significa tanto o aumento dos meios e da capacidade de produção através do investimento quanto a extensão das relações de propriedade e de produção capitalistas para países ou setores e atividades sociais ainda não submetidos a tais relações" (CHESNAIS, 2002:07). Uma interessante analogia pode ser feita com as ideias de *centralização, concentração* e *dispersão* debatidas ao longo da disciplina "Metrópole: concentração e dispersão" (ministrada pela professora Sandra Lencioni); quando a acumulação ocorre por aumento dos meios de produção (como a aquisição de novas máquinas) presenciamos um fenômeno de *concentração*. Já no segundo caso citado por Chesnais – extensão das relações de propriedade e de produção para países ou setores / atividades ainda não submetidos a tais relações – temos um caso de *centralização do capital*, o qual ocorre por fusões empresariais, expropriação de pequenos produtores entre outros.

Nesse sentido, o processo de neoliberalização se sustenta tanto no processo de *centralização* do capital quanto no processo de *dispersão* espacial desse capital em busca de novas formas rentabilidade. Segundo Chesnais:

> *Finalmente, numa terceira dimensão, a acumulação pode acontecer sem novo investimento ou mediante uma forma desmaterializada de nova forma de investimento, pela apropriação, punção e centralização em direção a centros de acumulação mais fortes que outros no plano financeiro, organizacional ou institucional, de frações do valor e da mais-valia gerados no âmbito de outras formas de organização social. (CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n.1 (18), p.1-44, jan./jun. 2002).*

Chesnais ressalta que enfatizar as finanças e o capital portador de juros não significa abandonar a formulação teórica do papel fundamental desempenhado pela extração da mais-valia na exploração da força de trabalho. Para ele o *corporate governance* característico do regime de acumulação financeirizado constitui um dos caminhos para a compreensão das novas formas de extração da mais-valia, com flexibilização e precarização do trabalho.

É importante destacar que a formação de uma poupança concentrada é fundamento para a existência do capital de aplicação financeira. Esse capital – de aplicação financeira – coloca-se diante do capital produtivo – e, portanto, do trabalho – exigindo maior participação no regime de acumulação. Os montantes que formam as poupanças se transformam em capital no decorrer de sua centralização nas mãos das firmas administradoras especializadas. Dessa maneira, ao ser centralizada, a poupança passa por uma mudança de natureza. Vale ressaltar que o poder decisório dos assalariados depositantes de tais poupanças é nulo, pois não há qualquer transferência de propriedade. Portanto, a financeirização que ocorre através da concentração de poupanças sociais em firmas de gestão patrimonial serve de exemplo para o processo de *centralização* e, dessa forma, reafirma o papel de comando que algumas cidades (e CDB's: Central Business District) exercem.

Hoje há algumas praças que são capazes de *centralizar* os fluxos de capital financeiro na economia global. Inegável é o papel de comando exercido pelos Estados Unidos em meios a essas praças, pois é lá que as condições de político-econômicas (leia-se nexo Estado-finanças) "se anteciparam" e permitiram o arranjo singular do regime de acumulação financeirizado. Nesse sentido, há um aprofundamento na relação entre financeirização e centralização. O primeiro ocorre através da reafirmação do segundo, onde cidades globais comandam cada vez mais os fluxos e as ordens de funcionamento do modo de produção capitalista. Contudo, não podemos afirmar

que o *regime patrimonial* do *capitalismo financeirizado* é o novo paradigma do modo de produção capitalista justamente pois não pode ser transferido a outras praças, ou seja, transferidos internacionalmente porque nenhum outro país reúne as características necessárias para sua reprodução. A consolidação do regime de acumulação financeirizado nos EUA é fruto de uma conjuntura econômica de médio prazo do pós-guerra fria e da mundialização financeira dos anos 90 até os dias atuais (CHESNAIS, 2002).

Afinal, podemos confirmar a existência de um novo regime de acumulação capitalista, o *regime financeirizado*? Sim e não. Para André Orleán e Frédéric Lordon sim, há em construção um regime com dominação financeira. Lordon propõe que o regime de acumulação fordista foi sucedido não pelo toyotismo mas pelo regime de acumulação financeirizado. Já André Orléan aprofunda, dizendo que "as economias contemporâneas têm como características centrais o fato de ter levado o poder financeiro a um nível jamais alcançado e de tê-lo colocado no centro mesmo do regime de acumulação" (ORLÉAN, 1999:214 Apud. CHESNAIS, 2002:06). Contudo, o próprio processo de *centralização* resultante da financeirização não é abarcativo e fortemente excludente. Há algumas praças que dominam os fluxos financeiros, porém duas norte-americanas se destacam no cenário: NYSE EURONEXT (que engloba algumas bolsas europeias) e a NASDAQ (valores das empresas de tecnologia); juntas tais bolsas comandam mais de 1/3 dos investimentos no mundo.

2. Financeirização e urbanização: um diálogo possível?

Após uma breve análise do regime de acumulação com domínio financeiro, vamos agora buscar conexões entre tal regime e as transformações espaciais. Sustentaremos nossa discussão através das pesquisas e do trabalho realizado por Daniel Sanfelici, o qual relaciona a financeirização às transformações empresariais de incorporadoras brasileiras e as consequentes transformações nas duas maiores regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro. Além do diálogo entre financeirização e urbanização, buscaremos avaliar as conexões possíveis entre esses processos e a gentrificação de regiões portuárias, em destaque a região portuária do Rio de Janeiro (Porto Maravilha). Portanto, O objetivo nesse item é de verificar aquilo que Harvey afirmou, que cada regime de acumulação se materializa no espaço geográfico, tomando forma através de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. as quais garantem o esquema de reprodução (HARVEY, 2008:117) e, dessa maneira, verificar os impactos da financeirização no urbano.

Como já indicamos, os avanços nos meios de telecomunicações e de transportes tiveram – e ainda têm – forte papel no redimensionamento e na reestruturação da economia mundial. A ascensão financeira ganhou tamanha proporção pois os fluxos, sobretudo de capitais, intensificaram-se numa ordem jamais esperada. Agora o capital fictício consegue facilmente transitar entre os diferentes setores da economia (Hot Money), buscando sempre a maior rentabilidade; em alguns casos, a maior rentabilidade está na produção do espaço. Portanto, o excedente de capital produzido na Ásia e acumulado em fundos de investimentos norte-americanos podem ser direcionados na produção do espaço urbano de uma cidade brasileira, ou seja, tal processo representaria a inversão de capital na produção do espaço urbano brasileiro.

Vale lembrar que mesmo sendo uma condição profundamente contraditória (demanda por agilidade no fluxo de capital X inversão no espaço urbano), a produção do espaço é uma condição de reprodução capitalista e que o espaço construído deve responder as exigências do modo de produção capitalista. Nesse sentido, podemos afirmar há uma profunda conexão entre a forma de funcionamento do regime financeirizado e a produção do espaço urbano. Segundo Harvey:

> *As necessidades peculiares da circulação do capital nos ambientes construídos têm significado a evolução de um tipo especial se sistema de produção e realização que define novos papéis para os agentes econômicos. Os proprietários de terra recebem renda, os empresários*

> *recebem aumentos na renda baseados nas melhorias, os construtores ganham o lucro dos juros, os financistas proporcionam capital monetário em troca dos juros, ao mesmo tempo que podem capitalizar qualquer forma de receita acumulada pelo uso do ambiente construído em um capital fictício (preço da propriedade) e o Estado pode usar os impostos (atuais ou antecipados) como suporte para investimentos que o capital não pode ou não vai realizar, mas que não obstante expande a base para a circulação local do capital. Esses papéis existem não importa quem o desempenha (HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. P.503).*

Ainda sobre a conexão entre a financeirização da economia capitalista e a produção do espaço urbano, Sanfelici afirma que no último decênio o setor imobiliário brasileiro se reestruturou como nunca antes (2013) por conta do enorme montante de capital drenado na expansão desse setor. Para ele, isso tem significado "uma penetração sem precedentes das finanças na produção e no consumo do espaço urbano intermediada pelas empresas do setor imobiliário", ou seja, "as grandes incorporadoras (...) passaram a financiar o investimento mediante o recurso ao mercado de capitais" (SANFELICI, 2013).

Um dos mecanismos fudamentais criados para permitir a entrada de capital financeiro no setor imobiliário brasileiro foi a difusão dos *IPO's* (Initial Public Offering, que corresponde a abertura de capital na bolsa de valores). Um dos critérios para aferir valor das empresas de capital aberto passou a ser o estoque de terras (*landbanks*) bem como a quantidade de lançamentos realizados pelas incorporadoras. Tal mecanismo funciona como um elo entre as demandas do capital financeiro globalizado (escala global) com a produção e reprodução do espaço urbano das grandes metrópoles brasileiras (escala local)

Outra face da financeirização do espaço urbano se relaciona ao sistema de crédito imobiliário, o qual oferece condições para o acesso ao imóvel para o trabalhador urbano. Até os anos 1990 a oferta de crédito imobiliário no Brasil era bastante restrita e de pouca amplitude; a política habitacional brasileira era centralizada no Banco Nacional de Habitação (BNH), o qual canalizava recursos para produção do ambiente construído. Porém, em 1986 o BNH foi dissolvido mediante a profunda recessão da década de 1980 e, assim, enfraqueceu-se a única política habitacional brasileira.

Somente em 1997 que a oferta de créditos imobiliários voltou a ganhar fôlego no mercado brasileiro através da criação do SFI (Sistema de Financiamento Imobiliário). Além desse fator, podemos destacar o forte crescimento da economia brasileira na primeira década dos anos 2000, o que facilitou o acesso ao crédito e, assim, o acesso ao imóvel.

Portanto, como já mencionamos acima, há uma evidente relação entre a financeirização e a produção do espaço urbano brasileiro. Seja pela forte entrada de investimentos internacionais nas incorporadoras brasileiras de capital aberto, seja pela maior oferta de crédito imobiliário cedido ao mercado brasileiro. Ambas as dimensões buscam escavar ao máximo as rendas provenientes do solo urbano. Porém, uma forma nova de transformação do espaço urbano das grandes cidades começa a ganhar força no Brasil: o retorno aos antigos centros e às regiões portuárias. Esse "retorno" coincide com a maior pujança das incorporadoras, maior penetração do capital financeiro internacional e à explosão dos preços do solo urbano das duas maiores metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Nesse sentido, torna-se premente analisar os processos de refuncionalização e reestruturação presentes no projeto do Porto Maravilha à luz da financeirização do setor imobiliário brasileiro.

3. Porto Maravilha: sinais de financeirização?

Diante do exposto acima, podemos vincular as transformações promovidas pelo projeto do Porto Maravilha com o regime de acumulação financeira? Quais são os indícios que podem sustentar essa relação? Vale lembrar que a expansão da metrópole não é somente concreta e material (expansão física), mas também

funcional. Para Álvaro Ferreira e Sandra Lencioni esse processo de expansão da metrópole corresponde à *metropolização* do espaço na atual fase de acumulação capitalista. Nesse sentido, a requalificação dos antigos centros é parte importante da expansão funcional das regiões metropolitanas, pois redimensiona o papel exercido por tais metrópoles.

Um primeiro apontamento acerca desse possível vínculo vem da nova gestão empresarial que cada vez mais ganha espaço na administração pública brasileira. A emergência do empresariamento urbano e dos modelos de governança vêm se difundindo, sobretudo após a já mencionada virada neoliberal. Tais modelos de gestão elevam as cidades ao nível máximo da mercadificação do solo urbano, abrindo novas fronteiras para o investimento capitalista[2] e novas possiblidades para atuação empresarial. Nesse contexto ficam evidentes os laços entre financeirização e produção do espaço urbano exemplificados pelas Operações Urbanas Consorciadas (OUC's), pelos processos de conversão do patrimônio público e histórico em ativos financeiros, pela abertura de capital das incorporadoras (SANFELICI, 2010-2013) e pela venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (que financiam a OUC).

Vale lembrar que uma característica marcante das novas políticas públicas mencionadas é a da *transescalaridade* da produção do espaço metropolitano. Financeirização, modelos neoliberal e governança urbana articulam diferentes escalas com o objetivo de escavar rendas ainda maiores na produção do solo urbano; e com o Porto Maravilha não poderia ser diferente. Cabe dizer que a *transescalaridade* e a questão urbana representam o núcleo analítico baseado no papel da escala urbana como uma materialização geográfica multifacetada das relações sociais capitalista (BRENNER, 2013:204).

[2] Neil Smith trabalha com a ideia de novas fronteiras de investimentos urbanos associados ao processo de gentrificação. Para maior aprofundamento, ler: Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. Neil Smith. Tradução: Daniel de Mello Sanfelici. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007

Para o caso específico do Porto Maravilha podemos destacar como parte fundamental do projeto a engenharia financeira presente na venda dos CEPAC's. Os Certificados de Potencial Adicional de Construção são títulos mobiliários vendidos pelo município na bolsa de valores, sendo considerados ativos de renda variável. Dessa maneira, os CEPAC's articulam o mercado financeiro com a produção do espaço urbano ao criar possibilidades de ampliação e valorização do espaço construído. O principal ator financeiro na região é, contraditoriamente, a Caixa Econômica Federal (C.E.F), a qual – através do Fundo Imobiliário Porto Maravilha – comprou os 6,4 milhões de títulos imobiliários da região. O maior financiador de tal compra foi o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), com o aporte de R$ 3,5 bilhões. Fica evidente a articulação entre o capital financeiro e a produção do espaço urbano.

Outro mecanismo que está no cerne das transformações na região portuária carioca é o da venda (a preços abaixo do valor venal e do valor de mercado) e do repasse de terrenos públicos às incorporadoras, formando os *landbanks* de tais empresas. Segundo entrevistas realizadas por Daniel Sanfelici, o valor das incorporadoras na bolsa de valores é auferido através do número de empreendimentos lançados e a quantidade de estoque de terras de cada incorporadora. Contudo, algumas incorporadoras e construtoras presentes no projeto do Porto Maravilha ainda não realizaram seus *IPO's* (abertura de capital), como é o caso da Odebrecht e da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia. Outras, como a Even e a Tishman Speyer, já possuem capital aberto e têm contundentes projetos imobiliários para a região.

Considerações Finais: buscando novos caminhos

Muito se especulou sobre quais seriam os impactos da revolução técnica, científica e informacional sobre a produção do espaço. Alguns "especialistas" chegaram a defender o fim do espaço. Jordi Borja e Manuell Castells afirmaram:

> *(...) a era das telecomunicações não dilui os centros urbanos, como proclamavam os deterministas tecnológicos, senão, ao contrário, ao permitir a gestão*

e a comunicação entre si de sistemas urbanos e rurais distantes, tende a concentrar a população em aglomerações territoriais parcialmente descontínuas, de gigantesca dimensão e de características socioespaciais historicamente novas (BORJA E CASTELLS, 1997:22 Apud. LENCIONI, 2008:11).

O processo de financeirização, acompanhado do trinômio centralização – concentração – dispersão, reflete bem a afirmação de que os avanços nas telecomunicações não diluíram os centros urbanos, pelo contrário, acabou reafirmando o papel de comando de alguns centros no sistema-mundo.

Sandra Lencioni (2008) fala da aglomeração difusa para representar a enorme mancha urbana que toma conta da metrópole de São de Paulo. Nesse sentido, propõe a autora a necessidade de diferenciarmos o conceito de *concentração* e de *centralização* do capital a fim de melhor entendermos a dinâmica metropolitana. Mesmo que a imagem do espraiamento e da enorme dimensão espacial possam trazer a ideia de dispersão, o fenômeno metropolitano é consequência de um processo de concentração: de população, renda, trabalho, tecnologia etc. Já a centralização corresponde aos mecanismos de administração e controle do capital (LENCIONI, 2008:08), os quais renovam a centralidade da metrópole. Como vimos, a financeirização também é uma dimensão importante na renovação da centralidade do processo urbano pois reforça o papel exercido por Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo. As principais incorporadoras estão sediadas em São Paulo e, com o forte aporte de financeiro resultante da abertura de capital do início do século XXI, as maiores incorporadoras passaram a anexar as "empresas familiares" menores num claro processo de centralização. Ainda no diálogo sobre *centralização, concentração* e *dispersão*, Lencioni afirma que a combinação de *dispersão* e *concentração* é que configura o espaço da metrópole contemporânea (LECIONI, 2008:08). Acreditamos que ascensão do regime financeirizado combina a *dispersão* e a *concentração* mencionadas por Lencioni, com a *centralização* característica da financeirização. Com base em Aglietta, para o qual:

A centralização se realiza principalmente mediante a eliminação de empresas. Assim, a centralização de capital não se limita a reduzir o número de capitais autônomos e aumentar seu tamanho. Estabelece novas relações de competição, pois a destruição de uma parte do capital industrial diminui a massa total de capital empregado na produção e, proporciona, novas possibilidades de valorização a todos os capitais. (AGLIETTA, M. 1986:196)

Porém, os anos de recessão e o resgate da austeridade neoliberal tomada após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff trazem incertezas sobre as possíveis transformações da região portuária do Rio de Janeiro, sobretudo sobre a entrada de capital financeiro nas incorporadoras imobiliárias. Cabe, no presente e futuro próximo, avaliarmos quais serão as estratégias escolhidas pelo capital para enfrentar as mudanças nos rumos da urbanização das duas principais metrópoles brasileiras. Os desdobramentos são fundamentais no processo de reprodução do capital.

Referências

AGLIETTA, M. Segunda Parte. Cap. IV – **Concentración y centralización del Capital. Itens: 1. Definición y causas de la concentración del capital.** 1.1 Concentración y centralización del capital industrial. In: Regulación y Crisis del Capitalismo. 3ª ed. México: Siglo Veitiuno Editores, 1986.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: Contraponto, 2006.

BRENNER, N. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana.** GEOUSP: espaço e tempo. São Paulo, (on-line).

CHESNAIS, F. **A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações.** Economia e Sociedade, 1992, n.1, p. 1-44

DAMETTO, M. e MATTOS, R. C. de. **Algumas considerações acerca da financeirização do espaço do Rio de Janeiro.** Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE – 2015.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI: banalização e segregação.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

GIANNELLA, Letícia. **Revirando o "Porto Maravilha": luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro.** 2015, 308p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. 2015a

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo, Edições Loyola: 2008 (2).

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LENCIONI, S. **Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar.** Reflexões a partir do caso de São Paulo. Revista de Geografia Norte Grande. , v.39, p. 7-20, 2008 (on-line).

SANFELICI, D. **Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate.** EURE, vol. 39, n.118. Setembro, 2013. Pp. 27-46.

SANFELICI, D. **O financeiro e o imobiliário na reestruturação das metrópoles brasileiras.** Revista da ANPEGE, V. 6, 2010 (jan./dez.). Pp. 17-28.

FLORIANÓPOLIS E OS ELEVADOS: testemunhas da materialização das políticas neoliberais sob a lógica do planejamento estratégico.

ARRUDA, MARIA E. (1)

1. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós Graduação em Geografia.
Rua Tenente Silveira, 540, Centro. 88010-301. Florianópolis-SC
mariaeduarda.iesbich@gmail.com

Resumo

O seguinte artigo se propõe a analisar a implantação de sete viadutos na cidade de Florianópolis, as relacionando com o perfil desenvolvimentista das políticas econômicas no contexto nacional e a sua realização por meio da aliança entre as oligarquias locais e o poder público. A partir da contextualização das obras e a sua inserção na evolução da cidade, a investigação dos poderes relacionados à sua realização e o seu entendimento enquanto representantes de um modelo econômico adotado, é traçada uma associação com a lógica de planejamento conformada por governos neoliberais, a partir da perspectiva no planejamento urbano estratégico.

Palavras-chave: *Elevados. Infraestrutura. Economia. Planejamento Urbano. Planejamento Estratégico.*

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano na cidade de Florianópolis se dá de forma muito semelhante ao contexto nacional, e indica claramente o caminho traçado ao longo do tempo que resulta na cidade que se estabelece hoje como realidade. Elementos de origem externa à prática do urbanismo e planejamento urbano, como o cenário, político, ideológico, e, principalmente econômico, são aspectos de necessária apreensão para o entendimento do processo de produção do cenário urbano, pois o seu impacto neste é direto:

> *O local, o regional, o nacional e o global se entrelaçam e convergem, na constituição de consórcios empresariais e coalizões políticas. Projeto industrial, controle territorial, empreendimento econômico e empreendimento político se misturam nos meandros dos financiamentos públicos, das dotações orçamentárias, das trocas de favores e, como vem à tona uma vez ou outra, da corrupção institucional e individual.(VAINER, 2007b, p.12)*

Os viadutos, mais conhecidos como elevados na cidade de Florianópolis, representam grandes obras públicas as quais envolvem uma porção relevante do orçamento municipal que, em vista do poder do direcionamento dos investimentos na formação espacial da cidade (CORRÊA, 2006), instiga uma necessária reflexão acerca da sua pertinência. A produção destes elementos de infraestrutura vem se dando de forma recorrente nos últimos anos, sendo a justificativa pautada na necessidade de desafogamento de alguns importantes gargalos de tráfego na cidade.

Em primeira análise, três panoramas são importantes elementos indutores das localizações dos elevados analisados. A ascensão importante dos balneários do norte da ilha como ponto de concentração das casas de veraneio dos moradores ilhéus, bem como, posteriormente, sua exploração como pólo de atração turística, o que ocasionou a construção da SC-401, já na década de 70, resultando em um posterior ponto de tensão de tráfego na sua conexão com centro da cidade. O segundo ponto, é a construção do conjunto das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo, inauguradas em 1975 e 1991, respectivamente, o qual também ocasionou uma concentração de tráfego nas suas amarrações com o traçado viário existente na chegada à ilha. O último ponto é o estímulo, através da revisão do Plano Diretor proposta nos anos 90, por parte do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), para a configuração de uma nova centralidade no sul da ilha (RIZZO, 2013, p.233), a qual ocasionou um aumento populacional de aproximadamente 30% de 1990 a 2000 (IPUF, 2007). Estes três pontos de localização, Centro, Norte, e Sul da Ilha, representam hoje não só importantes locais de intenso tráfego, mas também, pontos de interesse do capital imobiliário em associação à construção civil, como será desenvolvido no decorrer do estudo.

O panorama de conformação das cidades brasileiras, cuja configuração sofreu intensas transformações a partir dos anos 50, também se apresenta como importante referência para o estudo. O exemplo do plano governamental dos 50 anos em 5 de Juscelino Kubitschek, o qual abarcava o incentivo ao desenvolvimento da indústria automobilística como importante ator neste processo, dando ênfase ao rodoviarismo no Brasil, é uma das políticas de mais fácil apreensão ao se relacionar os âmbitos econômico, político, e urbano. Estes direcionamentos políticos no contexto nacional tiveram um impacto de enorme abrangência atingindo até a então pequena cidade de Florianópolis, que, assim como o Brasil, que buscava se igualar aos países chamados desenvolvidos, buscava atingir às grandes cidades que proporcionavam as novas facilidades modernas aos seus habitantes urbanos (LOHN, 2007).

Assim, a partir do reconhecimento de que a construção dos elevados na ilha de Santa Catarina ocorre com frequência atípica, parte-se a percorrer uma breve trajetória da relação entre as políticas econômicas adotadas e seus reflexos no processo de urbanização, encontrando alguns elementos de destaque no âmbito local. Dessa forma, surge o questionamento final acerca da transformação de um planejamento resultante de políticas neoliberais a um planejamento que

instrumentaliza essas políticas enquanto elementos de construção da cidade, o planejamento estratégico, sob a perspectiva do autor Calos Vainer (2007a).

1. ORIGENS DA OCUPAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA NA ILHA

A cidade de Florianópolis teve o desenvolvimento da sua malha urbana condicionada fortemente pelo sítio de implantação, sendo os morros, cursos d'água, e o mar, importantes elementos estruturadores da ocupação. Por muitos anos, o agrupamento urbano se resumiu aos sítios próximos da conexão com o continente, onde se configurou o centro urbano da cidade. Primeiramente, os arruamentos e construções se iniciaram na planície localizada a leste entre a atual Rua Trajano e a Av. Hercílio Luz, acompanhando o modelo das cidades luso-brasileiras de ocupação próxima à costa (VERAS, 1993). Seu desenvolvimento se dá, posteriormente, em busca dos fortes e fontes d'água localizados na baía norte através da conexão das ruas Vidal Ramos e Esteves Junior como indica a Figura 1:

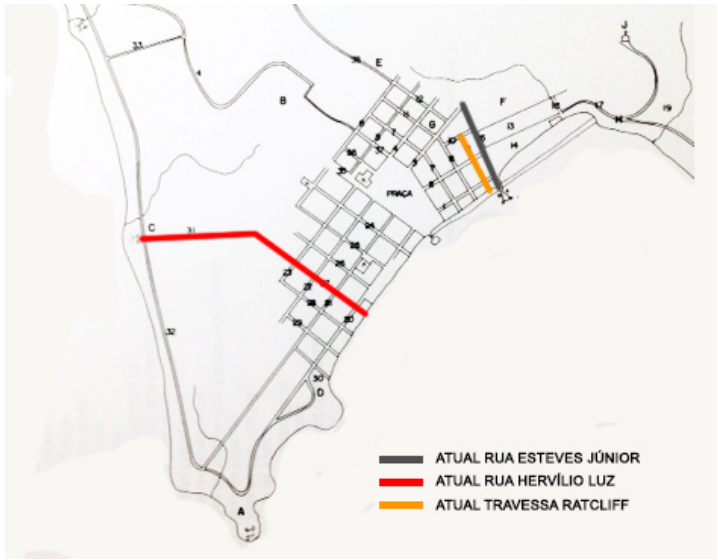


Figura 1 – Ocupação urbana na cidade do Desterro em 1819.
Fonte: VERAS, 1993.

A partir de 1800 já se tem registro de agrupamentos definidos, como o bairro Pedreiras, que compreendia a atual Travessa Ratcliff e arredores, sendo o núcleo com maior concentração de estabelecimentos comerciais, e o mais relevante da vila (VERAS, 1993, p.69), sem ainda, no entanto, o registro de arruamentos realizados. As primeiras infraestruturas implantadas na capital datam da visita de D. Pedro II em 1845, quando foram realizadas algumas medidas de urbanização como calçamento e saneamento básico, sendo os primeiros equipamentos urbanos encontrados na cidade as fontes de água, por condição de óbvia necessidade (VERAS, 1993, p.68-69). São relevantes também as obras de retificação e canalização dos córregos da orla da baía sul no séc. IX, que incentivaram a consolidação da ocupação territorial já iniciada no local.

O cenário brasileiro em relação aos melhoramentos urbanos entre os séculos XIX e XX expressa o pensamento presente nas primeiras inciativas encontradas na cidade. A ascensão do pensamento higienista, o qual direcionou obras urbanas, com o caso notável do Rio de Janeiro sob o governo de Pereira Passos, ecoava em nível nacional chegando até a cidade de Florianópolis. A primeira intervenção deste caráter foi a canalização do riacho da Fonte da Bulha, ou Fonte Grande, em 1922 (LOHN, 2007, p.09), na atual Av. Hercílio, ação que não ocorreu sem a dispersão dos moradores dos cortiços ali instalados:

> *O saneamento do rio da Fonte Grande e a obra de abertura da Av. Hercílio Luz, no entanto, não pretendiam solucionar os problemas sociais ali existentes. Ao contrário, expulsou os moradores e demoliu todos os cortiços e casebres que há mais de um século vinham se instalando às margem do rio. (...) impelindo as camadas populares a ocuparem as encostas do Morro da Cruz. Promoveu-se, portanto, não apenas o saneamento e a remodelação da área, mas ações segregativas e a abertura de uma nova frente para o capital imobiliário. (SUGAI, M. I., 2002, p.36)*

Segundo Lohn, posteriormente, o desenvolvimentismo no Brasil, com a construção de Brasília e o intenso incentivo à industrialização do país, também teve seu eco na ilha:

> *As afirmações do presidente prevendo que a nova capital iniciaria uma era de prosperidade e desenvolvimento eram publicadas com freqüência em Florianópolis, como se uma nova civilização estivesse prestes a surgir. O plano piloto, as rodovias e ferrovias, os avanços no andamento das obras, eram acompanhados pela imprensa, com o mesmo destaque dado às afirmações de cientistas sobre as maravilhas da energia atômica.(LOHN, 2007, p.2)*

Neste período, a cidade passou a ser entendida como submetida ao desenvolvimento econômico, como um espaço de produção ao qual os habitantes deveriam se integrar, e as iniciativas de transformação da cidade refletem este caráter.

Particularmente ao caso de Florianópolis, não se pode descartar o caráter oligárquico dos poderes dirigentes, sendo as famílias Konder-Bornhausen e Ramos os nomes principais no período (LOHN, 2007), os quais procuravam a exploração da cidade através do capital imobiliário e do turismo e tiveram forte influência nos direcionamentos da ocupação urbana:

> *Mas, em sentido diferente dos que defenderam a industrialização como mola mestra do desenvolvimento, foi dirigida pelos mesmos grupos políticos, ligados ao PSD e à UDN, que havia muito dominavam a cidade e decidiram transformá-la em centro de atração turística. Loteamentos alargaram o perímetro urbano e empurraram novos moradores para os balneários. (LOHN, 2007, p.14)*

A especulação imobiliária era uma prática recorrente e pertinente aos que pretendiam se beneficiar da atividade turística, inicialmente na região central onde se localizavam as chácaras das famílias mais abastadas, para seu espalhamento com os primeiros anúncios de lançamentos imobiliários no norte da ilha em 1950, até a ascensão dos sítios ao sul registrada atualmente, apontada mais a frente no trabalho. Essa condição foi a força motriz para o estímulo à construção civil como o setor econômico de base para a cidade, sem qualquer enfrentamento por parte do poder público a esse direcionamento (LOHN, 2007).

Essa dinâmica de raízes históricas suplantou a posterior continuação dos investimentos em infraestrutura na cidade, os quais seguiam as diretrizes nacionais do II PND do Plano Decenal de 1966-1976 que incentivava o desenvolvimento urbano das cidades de médio porte, categoria em que a ilha se enquadrava (LOHN, 2011). Nesse período foram realizadas importantes obras urbanas como o aterro da Baía Norte, a construção da ponte Colombo Salles, e a SC-401 seguindo a localização de interesse dos poderes locais no centro e norte da ilha, que até meados dos ano 80 não havia avançado para as áreas ao sul.

É notável, portanto, os elementos de interferência na lógica de desenvolvimento e ocupação urbana desde a origem de Florianópolis. Sendo o panorama nacional das políticas urbanas uma referência, atenta-se à aliança entre as oligarquias locais e o poder público como meio adequado de realização das suas diretrizes.

2. POLÍTICAS FORMALIZADAS: OS PLANOS DIRETORES

Em relação aos Planos Diretores, instrumentos essenciais ao planejamento urbano no Brasil, Florianópolis teve o seu primeiro documento elaborado em 1955, pela dupla de arquitetos de Porto Alegre Demétrio Ribeiro, Edgar Groeff, e o urbanista Edvaldo Pereira Paiva (PEREIRA, 2010). Segundo Lohn (2007), a preocupação inicial do plano foi identificar os pontos que estariam atrasando Florianópolis no seu desenvolvimento econômico. A conclusão foi de que a cidade deveria se concentrar na atividade portuária, sendo o plano calcado nas ideias modernistas de zoneamento funcional como caráter norteador (PEREIRA, 2010), procurando que a cidade pudesse se tornar o elemento de suporte ao desenvolvimento industrial almejado.

O alvo dos poderes locais era a exploração do capital imobiliário, calcado no setor de construção civil, e a atividade turística passou a despontar como a grande oportunidade para a sua plena realização. O interesse das oligarquias não era de desenvolvimento da atividade portuária, e o diagnóstico da especulação imobiliária como importante freio ao crescimento econômico da cidade confrontava os objetivos das lideranças municipais (LOHN, 2007). Havendo a manutenção da aliança entre poder público e privado, apesar da aprovação, o Plano de 55 foi rapidamente renegado sem qualquer aplicação de suas diretrizes na prática.

Posteriormente, apesar da superação de alguns dos ideais de industrialização essenciais ao Plano de 55 em virtude da pressão do pacto supracitado, o documento representou uma importante fonte para a reavaliação do Plano Diretor Municipal por parte do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, o CEAU (PEREIRA, 2010). O desenvolvimento do trabalho foi longo, sendo o novo Plano Diretor aprovado em 1976. A abrangência foi de caráter metropolitano, e em seu diagnóstico foram levantados alguns pontos importantes em relação ao sistema viário, como: a concentração de equipamentos na zona insular, ocasionando um grande tráfego na Ponte Hercílio Luz; a impossibilidade de aumento de tráfego na ponte e vias de acesso; e um sistema viário desvinculado das necessidades sob a iminência de colapso. Havia uma grande preocupação quanto às vias de trânsito de veículos, e principalmente à ponte, cujo trânsito intenso aparece como indício do potencial de crescimento da cidade.

Após o Plano de 76, em 1985, surge então um novo documento, o Plano Diretor dos Balneários. A partir dele, foram regularizadas áreas já ocupadas do interior da ilha de Santa Catarina a fim de expandir o espectro de atuação da construção civil, o restante das áreas ainda não regulamentadas no município foi zoneado como Área de Exploração Rural (AER), e sua ocupação deveria esperar a elaboração de planos específicos. Neste contexto surge o Plano Diretor da Planície do Campeche, o qual prevê extensa ocupação da área com direcionamento da ocupação calcada em equipamentos do setor turístico e de alta tecnologia. É notável, que ocupação irregular já existente na época, não contava com qualquer forma de infraestrutura urbana de caráter público, sendo sequer as ruas internas ao bairro asfaltadas, dando ao local características semiurbanas e semirurais (RIZZO, 2013).

Portanto, a legislação regulatória do cenário urbano, mostra-se como ratificadora do modelo de ocupação encontrado no surgimento da cidade. Principalmente a partir do processo de industrialização do país, com a concretização do planejamento urbano, os Planos Diretores traduzem claramente os aspectos econômicos como principais norteadores da construção da cidade.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS EM ANÁLISE

Foi determinado para estudo o período de quinze anos de 2000 a 2015 como base para a pesquisa das obras de elevados na cidade, devido à sua alta concentração, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Obras de elevados de 2000 à 2015, localização

Ano início	Ano conclusão	Obra	Localização (bairro)
1998	2000	Elevado Vilson Pedro Kleinübing (Elevado do CIC)	Itacorubi
Não encontrado	2001	Elevado Francisco Dias Velho (Elevado Dias Velho)	Centro
2006	2007	Elevado Jornalista Ariel Bottaro Filho (Elevado do Itacorubi)	Itacorubi
2011	2011	Elevado Carl Hoepcke (Elevado Rita Maria)	Centro
2009	2011	Elevado Dr. Ulisses Guimarães (Elevado do Trevo da Seta)	Costeira do Pirajubaé

2013	2015	Elevado Agapito Martinho Andrade (Elevado de Canasvieiras)	Canasvieiras
2014	Em andamento	Elevado do Rio Tavares	Rio Tavares

Fonte: ONG FLORIPA AMANHÃ, 2017; NOVO, 2011.

É clara a recorrência das obras em um curto período de tempo, sendo cinco delas concentradas na administração de apenas dois prefeitos que obtiveram a reeleição. Quanto aos dois primeiros elevados indicados, o Elevado do CIC, e o Elevado Dias Velho, ambos se tornam ainda mais importantes, pois foram realizados durante os dois mandatos de uma prefeita que se insere em um contexto de destaque. Seu marido foi por duas vezes prefeito da cidade nomeado pelo governo militar e, além de herdar a influência de lideranças tradicionais, foi o responsável pela criação do IPUF, que, segundo o autor Reinaldo Lohn: "encontrou respaldo nas velhas práticas políticas para exercer o domínio tecnocrático da máquina pública, ao empunhar a bandeira da modernização e do planejamento urbano" (LOHN, 2011, p.8). O principal órgão relacionado ao planejamento urbano na cidade teve, portanto, sua fundação embasada em um governo de amarras claras aos atores principais da economia municipal.

No período em análise, pode ser relacionado um aumento populacional de 342.215 mil, no ano de 2000, para 421.240 mil habitantes em 2010, caracterizando um aumento de aproximadamente 19%, uma média anual de 2%, inferior à década anterior em que a taxa foi de 3,3% ao ano (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2010), como um fator indutor de novos investimentos. A renda média *per capita* da população urbana no período de 2000 – 2010 também teve aumento, passando de R$1.383,78 para R$1.798,12, aumento que representa 95,03% quando se considera o período a partir de 1990 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2010). Certamente o período é relevante sob a perspectiva do enriquecimento da população, que, com maior poder aquisitivo, tem mais acesso ao veículo próprio, sendo o número de veículos por habitante registrado pelo senso do IBGE em 2010 de 1,92 (IBGE, 2010).

Certamente a condição de congestionamento na ilha encontra respaldo nos dados analisados, e é inquestionável sua existência como problemática urbana na capital. No entanto, a realização destes elementos de infraestrutura demonstra a atuação do poder público em áreas estratégicas, como indica a Figura 2:

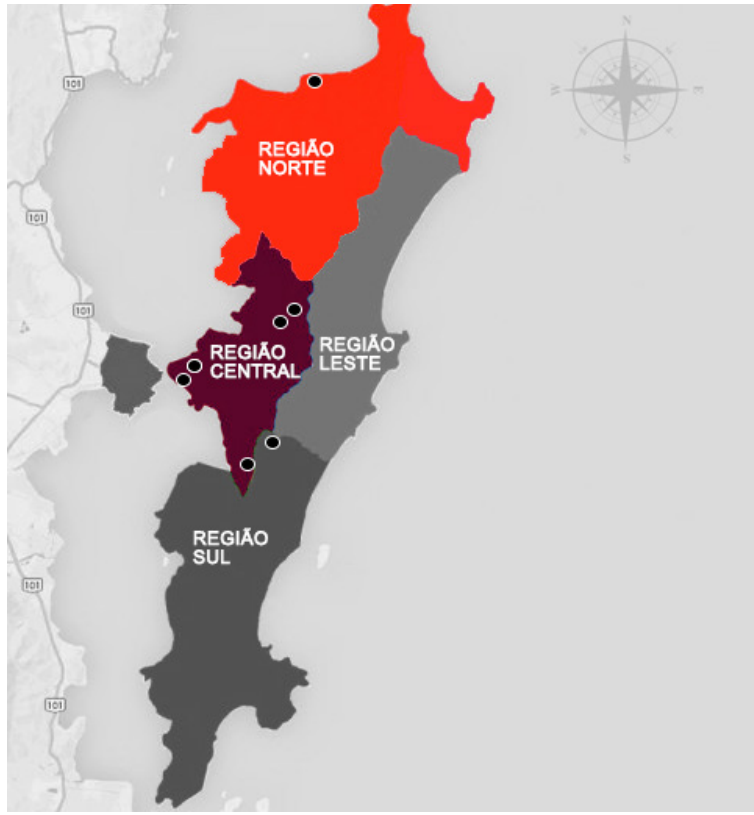


Figura 2 – Localização dos elevados em Florianópolis
Fonte: ACIF, [2011]; NOVO, 2011.

A localização das obras também parece seguir a lógica de expansão urbana já verificada. Primeiramente, o investimento foi em melhorias de acesso ao norte da ilha no bairro Itacorubi, sendo essa região, um dos primeiros focos de investimentos imobiliários de caráter turístico e de lazer (LOHN, 2007). Os investimentos no centro da cidade também retratam a lógica de ocupação histórica e concentração do capital fundiário na cidade os quais se perpetuam até o período analisado.

Quanto ao sul da ilha, apesar do atraso na ocupação de seu território, a lógica segue os mesmos princípios, a partir do Plano Diretor já citado, no qual o bairro do Campeche era indicado como a nova centralidade da ilha. Sendo o IPUF um elemento articulador que carrega a herança dos representantes das oligarquias locais, velhos interesses do capital imobiliário foram representados, bem como o incentivo alguns novos setores econômicos na direção do turismo, correspondendo às expectativas do neoliberalismo em caráter global, como exemplificado na seção seguinte.

Ao se considerar a adoção da construção civil como setor de alavanca para a economia da cidade, juntamente ao capital imobiliário, e incentivo no caráter, verifica-se a coerência dos investimentos em infraestrutura no contexto encontrado. A origem nos investimentos do capital local, bem como nas políticas nacionais, esboça as reais forças por traz da configuração espacial.

4. AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS EM FACE ÀS TRANFORMAÇÕES URBANAS

Diante das relações já estabelecidas, entre as obras de elevados em Florianópolis, as suas localizações, as dinâmicas entre os grupos hegemônicos e o poder público, e a influência das políticas econômicas neste panorama, a última questão ainda merece maior atenção.

O planejamento urbano no Brasil esteve, desde seu início, ligado ao plano econômico de forma intrínseca, sendo seus direcionamentos uma consequência da postura nacional perante a economia, incapaz de transcender tal posicionamento, como cita o autor Carlos Vainer ao discorrer sobre as consequências desta lógica de planejamento no território brasileiro:

> *Este processo de desconstituição lança raízes nas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que integraram o território nacional e o submeteram, em seu conjunto e diversidade, às lógicas e dinâmicas da expansão de nosso capitalismo periférico e dependente a partir dos anos 60 e 70. (VAINER, 2007b, p.9-10)*

Na capital catarinense não foi diferente, a tendência da postura econômica adotada pela prefeitura, teve apoio também nas políticas nacionais assumidas para a *expansão do capitalismo periférico* brasileiro. Reinaldo Lohn indica como a construção civil foi um dos pilares da política econômica dos governos militares instituídos na década de 60. O setor foi contemplado com a ampliação da concessão de crédito, bem como citação específica no I Plano Nacional de Desenvolvimento em relação à sua grande capacidade absorvedora de mão-de-obra (LOHN, 2011).

Este setor econômico tornou-se o caminho mais curto na busca ao desenvolvimento de Florianópolis, objetivo também amplamente difundido a partir dos anos 50. As facilidades propiciadas pelas instâncias institucionais, e utilização do capital local amplamente disponível para tal fim ocasionaram a combinação perfeita para a reprodução da cidade segundo os princípios desenvolvimentistas em voga. Aqui, a relevância dos capitalistas locais é esclarecida:

> *Dito de outra maneira, embora as teorias contribuam para reforçar práticas, não é naquelas que se encontra a origem destas. Em sua gestação e na luta pela sua imposição estão segmentos e coalizões sociais, com interesses e objetivos que apontam para determinadas formas de apropriação, controle e uso do território e dos recursos que lhe estão associados. (VAINER, 2007b, p.19)*

A partir da perspectiva da dinâmica capitalista no espaço observa-se a espacialização deste contexto. Em um primeiro momento, a especulação imobiliária na área central em virtude da concentração do capital fundiário das chácaras, e em um segundo momento, a utilização das infraestruturas para a transição deste capital ao novo local de interesse, o norte da ilha. As infraestruturas, então, são o importante meio da materialização dessa dinâmica, sendo incontestável o seu papel enquanto propiciadores da acumulação, segundo Harvey: "Além disso, também sustentarei que, sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital." (HARVEY, 2006, p.130).

Nos anos 90, a partir do Consenso de Washington, a determinação das políticas neoliberais na América Latina não dá margem para equívocos. O poder de instituições como o FMI, e o Banco Mundial, se engrandece e a assinatura do acordo com o FMI em 1983 por parte do Brasil (RIZZO, 2013, p.100) abriu portas para dinâmicas econômicas de caráter global. O estabelecimento de diretrizes como a inserção das cidades no cenário global, e o enfrentamento da condição de competitividade estabelecida deu margem ao direcionamento para um, nem tão novo, setor econômico, o turismo. Nesta atividade, o capitalismo monopolista instaurado encontrou reforço, pois, sendo Florianópolis uma ilha, cercada de belezas naturais, coloca-se a seguinte questão:

> *Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais(...).(HARVEY, 2006, p.232)*

A partir dessa perspectiva, ocorre o avanço da cidade formal para a nova frente de ocupação no sul da ilha, cujo povoamento foi iniciado informalmente. Esta porção territorial desenvolveu princípios regulatórios para a sua ocupação a partir dos anos 90 como meio de realização de interesses já indicados. Pela utilização dos elevados como testemunha também dessa nova expansão, sendo dois dos mais recentes realizados nessa localização, a Tabela 2 exemplifica a procura por imóveis nessas áreas atualmente, o que corrobora a verificação de transição também do capital:

Tabela 2 – Bairros com maior busca de imóveis para compra em 2017.

Região	Bairro	Procura
Norte	Ingleses do Rio Vermelho	1°
Central	Centro	2°
Sul	Campeche	3°
Norte	Jurerê Internacional	4°
Central	Itacorubi	5°

Fonte: SINDUSCON, 2017.

Assim se seguiram as lógicas dominantes no processo de espacialização das infraestruturas na cidade. Com as bases nos setores econômicos do início da industrialização do país, seguindo seus tortuosos caminhos a partir do capital fundiário histórico encontrado na cidade, pelo capital imobiliário e, mais atualmente, pela atividade do setor turístico. A trajetória toma fôlego quando se beneficia do posicionamento do planejamento urbano como instrumento de suporte ao sucesso da acumulação de capital.

5. DE CONTEXTO ECONÔMICO A PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Ao compreender as dinâmicas da produção da cidade na escala nacional e local, e desvendar suas lógicas, desponta uma proposição final. Anteriormente, foi verificada a condição do planejamento urbano como reflexo da economia, suas tímidas práticas sempre no sentido de adequações da cidade a partir da industrialização e de posturas desenvolvimentistas das políticas estatais.

A crença nos processos industriais como o fordismo, no pós-guerra, suplantou uma mecanização tanto das ações urbanas quanto do próprio ato de planejamento.

Seus instrumentos garantiam a maximização dos lucros, as altas verticalizações, e a plena circulação do capital, servindo mais do que perfeitamente ao setor econômico de maior expressão na cidade catarinense, o campo da construção civil, e seus desdobramentos no capital imobiliário.

A partir da perspectiva de Lefèvbre: "A própria cidade é uma *obra,* e essa característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca." (LEFÉBVRE, 2001, p.12). Até o surgimento da industrialização a cidade seria o lugar do encontro, o lugar da Festa (LEFÉBVRE, 2001). O direito à cidade, segundo o autor, seria superior a todos os outros direitos, ele representa não só o direito à morar, ao *habitat*, mas o direito ao *habitar*, a viver a cidade. Para que este direito contemple todos os cidadãos, é necessário que se possa exercer as relações sociais, nas quais se constituem o caráter de comunidade, e o meio físico é de vital importância para que isso ocorra (2011, LEFÉBVRE *apud* PEREIRA).

No entanto, a partir da liberalização da economia brasileira verificada nos anos 90, a cidade é entendida como inserida no contexto capitalista global, em posição de competitividade, mais do que nunca, sendo explorada ela mesma como valor de troca. O planejamento volta-se, então, condicionado pelos seus direcionamentos econômicos iniciais, a legitimar as políticas neoliberais como que tornadas em instrumentos imprescindíveis de sua manutenção. Em vista deste ajustamento de perspectiva, é reconhecido o planejamento estratégico urbano como alternativa no contexto de as cidades estarem "submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas" (VAINER, 2007, p76). Entendendo-se planejamento estratégico como:

> *(..) é possível e, mais que isso, é necessário estabelecer uma analogia entre, de um lado, empresas capitalistas concorrendo em um mercado livre e, de outro, cidades e regiões competindo em um mercado globalizado de localizações. É este o problema teórico, mas também metodológico e operacional, que se resolveria pela transposição do planejamento estratégico para a gestão territorial. (VAINER, 2007b, p.18)*

Pertinente aos interesses locais da cidade de Florianópolis com o incentivo ascendente ao setor do turismo, o planejamento estratégico parece se efetivar. O respaldo dos governos militares para o incentivo deste setor de serviços, o qual obteve no interesse do capital local importante aliado, além das condições ambientais exemplares para a sua exploração, foram o embrião das transformações do planejamento urbano na cidade em questão. O planejamento estratégico, que tem como um de seus pilares a exploração do *marketing urbano* (VAINER, 2007a) encontra terreno fecundo na famosa "ilha da magia".

Ao se deslocar o capital para os balneários do norte e sul da ilha, induzido pelos núcleos capitalistas, é este território o novo *locus* do interesse turístico, para onde apontam os olhos da população local bem como da população global ao despontar a cidade como destino amplamente difundido. Ademais, por meio das infraestruturas se legitimam também os poderes em exercício, ao comunicarem sua atuação diante destes olhos atentos, como já demonstrado pela trajetória de realização das obras em questão. Mesmo décadas após o início do adensamento e ocupação da cidade ainda prevalece a lógica capitalista, apoiada nas alianças já citadas, que desestrutura os espaços de encontro da cidade, inabilitando progressivamente as práticas e lutas sociais outrora tão fecundas no cenário urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço deste trabalho se deu no sentido de despertar a atenção acerca de perspectivas importantes da construção da cidade de Florianópolis, afim de que este processo não se dê externo aos anseios de seus habitantes. A análise de elementos centrais como as infraestruturas exemplificadas enquanto instrumentos decisivos, e o planejamento urbano enquanto meio principal de ordenamento da espacialização da cidade, foi possível elucidar um percurso mais detalhado desse processo.

É facilmente reconhecido o papel da economia neste panorama, e a forma como as flutuações intrínsecas a ela se traduzem espacialmente. No caso específico da capital catarinense, o desenvolvimento do cenário urbano, poucas vezes retoma aos interesses advindos da população, ou de um projeto de cidade cujo objetivo seja plena realização das relações sociais. Quando as transições são de origem externa ao contexto econômico nacional, elas respondem aos capitalistas locais, e, portanto, também a um contexto econômico, e não social.

Ademais, o reconhecimento da possível tomada do planejamento estratégico como incipiente diretriz para o planejamento urbano da cidade, merece igual atenção. A utilização da cidade conforme os interesses não mais de escala nacional, mas que retomam às diretrizes globais, de origem essencialmente econômica, indica um afastamento ainda maior das demandas de cunho social, que remontam à negligência das potencialidades da cidade com tal finalidade.

Busca-se então o incentivo à discussão de uma nova postura para o planejamento urbano em Florianópolis. Que os seus poderosos instrumentos sejam voltados à adoção de um processo mais aberto e democrático, em que os projetos não se encontrem somente sob o controle de oligarquias, e pactos entre poderes restritos, mas sim de todos os cidadãos que compõe a esfera urbana sob a influência de seus diversos contextos. Que os resultados possam ser investimentos mais pertinentes à construção de uma espacialidade de origem e objetivo coletivos, ocasionando uma cidade ativa no seu processo de conformação com o vital empoderamento de seus atores sociais.

REFERÊNCIAS

ACIF – Associação Comercial e Industria de Florianópolis. *Regional Continental***.** Mapa das Regionais. [200?]. Disponível em: http://www.acif.org.br/regionais/regional-continental/. Acesso em: 31 out. 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Florianópolis, SC***.** [2017]. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/florianopolis_sc. Acesso em: 4 nov. 2017.

CORRÊA, P. **R. Estudos sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** 2º ed. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade.** 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

IBGE. *Cidades@.* Florianópolis. Infográficos. Frota Municipal de Veículos. [2016]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/painel/frota.php?codmun=420540. Acesso em: 05 nov. 2017.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – IPUF. *Florianópolis:* **dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050).** Florianópolis, nov. 2007, 21 p. Disponível em: http://planodiretorflorianopolis.com.br/novo/wp-content/uploads/2017/06/Estudo-Demogr%C3%A1fico-Paulo-Campan%C3%A1rio.pdf. Acesso em: 04 nov. 2017.

LOHN, R. **L. Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia - o caso de Florianópolis**, SC (1964-1990). *Estudos Hsitóricos*, Rio de Janeiro, v.24, n.47, p. 162-181, junho 2011.

_____. *Limites da utopia*: **cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950).** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n.53, p. 297-322, junho 2007.

NOVO, L. *Notícias*. **Nomes oficiais dos elevados de Florianópolis são pouco conhecidos da população**. Clic RBS. 2011. Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/floripatequerobem/19,0,3613312,Nomes-oficiais-dos-elevados-de-Florianopolis-sao-pouco-conhecidos-da-populacao. Acesso em: 02 nov. 2017.

ONG FLORIPA AMANHÃ. *Notícias*.**Florianópolis [2006-2014].** Disponível em: http://floripamanha.org/tag/elevados/. Acesso em: 02 nov. 2017.

PEREIRA, E. **M. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza?** Florianópolis e seus planos diretores. *Geosul*, Florianópolis, v.25, n.49. p103-121, 2010.

_____. *Gestão do espaço urbano*: **um estudo de caso das áreas central e continental de Florianópolis.** Dissertação de mestrado - PPGA/UFSC. Florianópolis, 1992.

RIZZO, P. **M.** B. **Do Urbanismo ao Planejamento:** Utopia e Ideologia. Caso de Florianópolis – 1950 a 1990. Dissertação de mestrado - PPGG/UFSC. Florianópolis, 1993.

_____.*O planejamento urbano no contexto da globalização*: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, SC. **Tese de doutorado – PGGeo/UFSC.** Florianópolis, 2013.

SANTOS, J. **O.** A. **Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à Cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey.** In: COSTA et All. Teorias e *Práticas Urbanas:* condições para uma sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SINDUSCON.*Notícias SINDUSCON*. **Ingleses é o bairro de Florianópolis mais procurado para a compra de imóveis.13 jan.** 2017.Disponível em: http://sinduscon-fpolis.org.br/index.asp?dep=119&nomeDep=&pg=2047&titulo=ingleses-e-bairro-de-florianopolis-mais-procurado-para-compra-de-imoveis . Acesso em: 31 out. 2017.

SUGAI. M. I. *Segregação silenciosa:* investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

VAINER, C.**(Org.) Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: _____; ARANTES, O.; MARICATO, E. (Org). *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vezes, 2007a, p.75-103.

_____, C. *Planejamento territorial e projeto nacional*: **os desafios da fragmentação.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, julho 2007b.

VERAS, E. **V.** *Florianópolis*: memória urbana. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

HÁ LUZ NO FIM DO TÚNEL?: Novas práticas de planejamento e gestão urbanos - O caso do “Cidade que Queremos BH”

LAGE, SELENA DUARTE LAGE (1)

1. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade.
R. Saturnino de Brito, 224 - Cidade Universitária, Campinas – SP
selenalage@yahoo.com.br

Resumo

A partir da constatação de que estamos vivenciando verdadeira crise no planejamento urbano, este trabalho inspira-se na “Sociologia das Ausências” e “Sociologia das Emergências” de Boaventura de Souza Santos para por em foco, como alternativa ao status quo, o movimento Cidade que Queremos BH. Trata-se de uma experiência colaborativa de planejamento e gestão urbanos articulada pela sociedade civil na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O movimento Cidade que Queremos BH será relacionado ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana e discutido sob a luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. Serão feitas considerações sobre alguns dos seus desafios, mas também sobre seu papel como exemplo inspirador de participação democrática e de fé na capacidade da sociedade civil em discutir seus problemas e demandas. Conclui-se que não há saída à atual crise do planejamento urbano sem valorização do espaço coletivo, portanto da Política.

Palavras-chave: *planejamento urbano; gestão urbana; participação da sociedade civil; movimentos sociais.*

1. Neoliberalismo e a Crise do Planejamento Urbano

A partir da década de 1970, verifica-se em todo o mundo (primeiramente na Inglaterra e Estados Unidos) uma onda de desregulamentação e privatização dos serviços públicos relacionada à reestruturação da produção capitalista e, principalmente, corroborada pela hegemonia da ideologia neoliberal. Contesta-se o papel regulador e provedor do Estado de bem estar social.

Na contramão da corrente mundial de enfraquecimento dos partidos de esquerda, o Brasil dos anos 1980 vê surgir novos partidos (enquanto outros saiam da clandestinidade) e a ascensão de movimentos sociais e operários que elaboravam plataformas para mudanças sociopolíticas, ao mesmo tempo que lutavam contra o governo ditatorial. Nesse contexto, nasce o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que reunia entidades profissionais, entidades sindicais, lideranças de movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, professores, entre outros.

Ao longo dos anos, o MNRU avançou conquistando importantes marcos jurídico-institucionais: um conjunto de leis, destacando-se o Capítulo II (Da Política Urbana) da Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10257/2001); um conjunto de entidades, como o Ministério das Cidades (2003) e secretarias nacionais ligadas à questão urbana; e espaços dirigidos à participação direta das lideranças sindicais, profissionais, acadêmicas e populares.

A vitória de Lula (líder operário dos anos 1970-80 e fundador do Partido dos Trabalhadores) nas eleições presidenciais de 2002 contribuiu em muitos desses avanços, e pode ser entendida como uma conquista dos movimentos sociais emergentes no período de redemocratização do País. O Governo Lula não rompeu com a agenda neoliberal imposta aos países da América Latina desde os anos 1980, mas deu abertura e espaços de voz e comando (ainda que relativo) a importantes lideranças, profissionais e movimentos progressistas. Além disso, a agenda desenvolvimentista do segundo mandato de Lula permitiu a retomada dos investimentos em infraestrutura (de transporte, energia, saneamento etc) e na política de habitação, em especial com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Entretanto, em que pesem os avanços institucionais e a retomada dos investimentos dos últimos anos, o que se observa nas cidades brasileiras é uma exclusão cada vez maior das classes baixas aos benefícios da cidade, seja pela informalidade (de moradia e/ou de trabalho) ou pela periferização forçada devido aos altos preços dos imóveis. Paradoxalmente, os investimentos repercutiram num intenso processo de especulação fundiária e imobiliária que promoveu a elevação exacerbada do preço da terra e dos imóveis bem localizados e servidos de infraestrutura e equipamentos, impossibilitando seu acesso formal pelos mais pobres.

Para Maricato (2015), a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento e a centralidade da terra urbana para a justiça social (cerne da Reforma Urbana) desapareceu. Sem tocar no "nó da terra", os avanços legais são apenas discursos vazios, e parece terem se tornado o fim em si mesmo. Também as lideranças e movimentos sociais foram cooptados para uma esfera institucional e perderam força enquanto controle social sobre o Estado.

Tal situação levou ao "impasse da política urbana no Brasil" (Maricato, 2012), que ainda estava sendo digerido pelos acadêmicos e movimentos sociais quando voltamos a ser solapados por uma agenda neoliberal radical desde a posse do presidente Michel Temer, via controverso *impeachment* da presidenta eleita.

O novo quadro de retração do Estado provedor e baixíssimos investimentos públicos em políticas sociais (sem perspectiva de retomada nos próximos 20 anos[1])

[1] Em dezembro de 2016 foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC n. 241 ou PEC n.55, a depender da Casa Legislativa) que congela os gastos do governo federal pelos próximos 20 anos.

transmutou o impasse da política urbana em verdadeira crise do planejamento urbano. Enquanto a palavra impasse denota haver alguma alternativa, ainda que complexa, difícil, e que a princípio não possa ser vislumbrada, nas situações de crise parecemos imersos em um buraco escuro e sem saída, e qualquer centelha de esperança se esvai. Nos dias de hoje, sob governos estritamente orientados às forças do mercado (nas instâncias federal, estadual e municipal), paira no ar uma descrença generalizada do papel do planejamento urbano enquanto instrumento técnico-político.

Isso porque as correntes tradicionais do planejamento urbano têm o Estado como principal agente elaborador e condutor de planos e propostas. Muitos o acreditam como única entidade com força e poder para induzir as transformações necessárias. Assim, corrobora com a crise do planejamento urbano a crise de representação política que temos presenciado não apenas no Brasil, mas no mundo todo.[2]

Para Maricato (2015), a crise da democracia representativa também é reflexo da reestruturação produtiva capitalista e do ideário neoliberal que a acompanha – este, ao exaltar o poder do mercado e dos indivíduos autônomos, enfraquece a Política. Aqui no Brasil a crise política tem aumentado conforme vão sendo descobertos e noticiados, a cada dia, novos escândalos de corrupção envolvendo nossos dirigentes, explicitando o uso pessoal da esfera pública e o clientelismo históricos em nosso país.

[2] A crise de representação política se traduz na descrença em relação aos agentes de representação em corresponder às demandas e interesses dos que os elegeram. Como sintomas desta crise estão as diversas manifestações que estouraram na Turquia, Grécia, Espanha e Brasil nos últimos anos. Aqui no Brasil, a crise de representação também tem se manifestado pelo aumento no número de eleitores que não se identificam com os partidos e no percentual de abstenções e votos brancos e nulos nas eleições municipais de 2016 (Veja: http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/sobre-a-crise-da-representacao-politica/ e http://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/02/sao-paulo-tem-maior-abstencao-e-votos-nulos-desde-1996.htm e http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/10/votos-brancos-nulos-e-abstencoes-venceriam-eleicoes-no-rio-e-bh-e-porto).

Nesse contexto, vislumbram-se dois caminhos possíveis, visto que toda situação de crise faz despontar mudanças importantes. O aumento do apartidarismo pode ser confundido com o antipartidarismo e, neste sentido, o clima de despolitização pode abrir espaço a governos autoritários ou embasados na lógica "puramente" tecnocrática (como se fossem factíveis decisões técnicas não influenciadas, senão umbilicalmente conectadas a valores morais, éticos e políticos). Outro caminho possível são ajustes e renovações no sistema partidário e no regime democrático, visando, sobretudo, a uma aproximação maior com os cidadãos. Neste caminho estaria uma ponta de esperança para o nascimento de novas práticas de planejamento e gestão urbanos democráticos e includentes.

Acredita-se que estas novas práticas de planejamento e gestão urbanos já estariam sendo gestadas sobre o rol de avanços jurídico-institucionais obtidos nos últimos anos. Os canais de manifestação ou participação direta da população coexistentes ao contexto da democracia representativa no mínimo repercutiram em amadurecimento e organização da sociedade civil. Estas conquistas podem ser vistas como parte de um processo maior – portanto mais lento, de longo prazo – rumo ao que Souza (2006) chamou de planejamento e gestão urbanos autonomistas. Neste tipo de planejamento e gestão não há separação entre dirigentes e dirigidos: cidadãos conscientes e efetivamente livres decidiriam os destinos de seus espaços de moradia, trabalho, circulação, lazer e consumo.

Os germes desta transformação maior já estão por aí; porém, são iniciativas e movimentos considerados irrelevantes porque ainda não consolidados, demasiados frágeis ou localizados para oferecer uma alternativa credível. No entanto, somente pela expansão de nosso conhecimento sobre as experiências sociais já disponíveis que poderemos ampliar o campo de experiências sociais possíveis, conforme proposto por Santos (2003) via "Sociologia das Ausências" e "Sociologia das Emergências".

Enquanto a Sociologia das Ausências procura revelar a diversidade das experiências disponíveis, muitas vezes desconsideradas pela "razão indolente"[3], a Sociologia das Emergências trata dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos, por via da amplificação simbólica das pistas ou sinais. As duas sociologias estão estreitamente associadas, posto que uma alimenta a outra, e têm como intuito vislumbrar caminhos alternativos. Este trabalho, ao debruçar-se sobre o movimento Cidade que Queremos BH, insere-se nesta linha de pensamento.

Trata-se de dar luz e trazer à discussão uma experiência colaborativa de planejamento e gestão urbanos articulada pela sociedade civil na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Inicialmente, o Movimento será suscintamente descrito, contemplando suas origens, propósitos e funcionamento. Em seguida, será relacionado ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana e, em sequencia, discutido sob a luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. Por fim, serão feitas considerações sobre alguns de seus desafios, mas também será exaltado seu exemplo inspirador de participação democrática e de fé na capacidade da sociedade civil em discutir seus problemas e demandas.

2. O movimento Cidade que Queremos BH[4]

O "Cidade que Queremos BH", também chamado "Muitas pela Cidade que Queremos", ou apenas "Muitas", foi formado em 2015 por ativistas de vários movimentos sociais, coletivos e grupos organizados da cidade de Belo Horizonte engajados na questão cultural, social e ambiental.

O Movimento nasceu com o intuito de tomar parte, de forma ativa, nas eleições municipais do ano seguinte (2016), trazendo alternativas à "política velha", qual seja, aquela alinhada a interesses particulares e a poderes econômicos predatórios. Assim, fica claro que está relacionado à crise de representação política atual, mas importa destacar que ganhou força e forma por um acúmulo de movimentações sociais, culturais e ambientais ocorridas em Belo Horizonte na última década.[5]

Em encontros realizados ao longo do ano de 2015 em diferentes locais públicos de Belo Horizonte, foram discutidos temas diversos relacionados à questão urbana, alguns deles com participação de teóricos e ativistas de outras cidades do Brasil. Como fruto destas discussões presenciais e também de discussões e compartilhamentos *online*, desenvolveram-se dez propostas para a cidade de Belo Horizonte[6], consideradas resultado parcial do processo de construção coletiva de propostas e programas. Também foram desenvolvidos alguns princípios para guiar candidaturas populares e cidadãs nas eleições de 2016[7].

[3] Como "razão indolente", Santos (2003) refere-se ao modelo de racionalidade ocidental dominante nos últimos duzentos anos. Sobre ela ancoram-se os conhecimentos hegemônicos filosóficos e científicos, anulando outras formas de racionalidade e saberes.

[4] Este item foi desenvolvido com base nas informações disponibilizadas na plataforma digital do movimento Cidade que Queremos BH (www.muitxs.org), nas redes sociais do Movimento e de seus ativistas, e em questionários respondidos por Áurea Carolina, Cida Falabella, Felipe Magalhães, Henrique Gazzola e Roberto Andrés em novembro de 2016. Todos estes fazem ou fizeram parte do Movimento. Aproveito a oportunidade para agradecê-los a contribuição.

[5] Os entrevistados desta pesquisa via questionários citaram: Praia da Estação, Ocupação Dandara, Tarifa Zero, movimento Fora Lacerda, espaço comum Luiz Estrela, Nossa BH, os blocos de carnaval de rua e as manifestações de junho de 2013.

[6] As dez propostas são: 1. Livre ocupação dos espaços públicos; 2. Transporte público, gratuito e de qualidade; 3. Menos viadutos, mais metrô; 4. Moradia é direito; 5. Cidade pedestre, ciclável e de baixo carbono; 6. Não às privatizações e mais parques; 7. Arte e cultura diversas e livres, 8. Recursos públicos para o bem comum; 9. Basta de racismo, machismo, transfobia e todas as formas de violência; 10. Democracia pela cidadania. (Disponível em: www.muitxs.org. Acesso em: 4. dez. 2016).

[7] São eles: Construção coletiva de propostas e programas; Ampliação da participação da cidade nas decisões dos partidos; Mandatos abertos e compartilhados; Candidaturas que levem ao protagonismo os sujeitos das lutas sociais, que expressem a diversidade de gênero, raça, orientação sexual e território, buscando-se a paridade; Candidaturas não comprometidas com interesses privados e críticas ao sistema milionário de campanhas no Brasil; Comprometimento com o congelamento dos altíssimos salários dos representantes eleitos e com o fim de auxílios que não se fazem necessários. (Disponível em: www.muitxs.org. Acesso em: 4. dez. 2016).

Uma candidatura à prefeitura e dezesseis candidaturas à vereança (todas vinculadas ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL) foram apoiadas pelo Cidade que Queremos BH. Apesar de cada candidato ser proveniente de lutas específicas, todos estavam comprometidos com a causa maior do Movimento: construir candidaturas cidadãs, abertas e transformadoras. Por isso, a campanha dos candidatos foi realizada de forma conjunta. Com poucos recursos financeiros, utilizaram, principalmente, as mídias digitais.



Fig. 1 - Panfleto publicitário dos candidatos à vereança do “Cidade que Queremos BH”
Fonte: https://www.facebook.com/cidadequequeremosbh/

Duas vereadoras foram eleitas: Cida Falabella e Áurea Carolina, tendo sido esta última a vereadora mais votada da cidade. Ambas estão comprometidas com a proposta de que seus mandatos sejam transparentes, abertos e compartilhados. Juntaram-se num gabinete único na Câmara dos Vereadores e estão realizando um revezamento entre os ativistas nos trabalhos do gabinete. Também estão utilizando as redes sociais para maior democratização e transparência do cotidiano da Câmara e realizando encontros abertos para discussão de propostas e problemas.

Em 2016, o Cidade que Queremos desenvolveu uma plataforma digital de propostas colaborativas, onde qualquer pessoa poderia apresentar propostas para a cidade, assim como debater, votar, comentar e sugerir melhorias nas propostas publicadas. As propostas estavam divididas em quatro grandes áreas (democracia real e governo aberto; direito social e igualdade racial, étnica e de gênero; culturas urbanas, arte e educação; meio ambiente urbano e saúde), dentro das quais estavam subdivididas por objetivos. A plataforma também permitia a organização das propostas por região ou distrito da cidade.[8]

3. Cidade que Queremos x Movimento Nacional pela Reforma Urbana

A busca por uma gestão participativa e por maior justiça social na/da cidade, propósitos explicitados no manifesto do Cidade que Queremos[9], remete-nos ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). O MNRU visava garantir acesso mais igualitário aos benefícios da urbanização (moradia, saneamento, transporte, equipamentos coletivos) e, para tal, partia de dois princípios norteadores: a função social da propriedade e a gestão democrática da cidade (COSTA,1988).

Como fruto da movimentação de cunho progressista, a Constituição de 1988 acatou os princípios da função social da propriedade e da gestão democrática, fazendo despontar um novo marco conceitual sobre a questão urbana no Brasil. A necessidade de regulamentação desses princípios e a exigência, pela Constituição, de elaboração de planos diretores para cidades com mais de vinte mil habitantes, fizeram com que as esperanças de consolidação dos instrumentos e mecanismos necessários à reforma urbana fossem depositadas em futuras leis, especialmente nos planos diretores municipais.

No que se refere à gestão democrática das cidades, o MNRU propunha a participação da comunidade em planos de uso e ocupação do solo, transporte e gestão dos serviços públicos, através de audiências públicas, conselhos, plebiscitos e referendos populares (COSTA, 1988). Além dos canais de participação criados

[8] Em 5 de outubro de 2017, a plataforma digital do Cidade que Queremos BH estava fora do ar.

[9] Disponível em: www.muitxs.org. Acesso em: 4 dez. 2016

em âmbito federal a partir do Governo Lula, verifica-se que os planos diretores municipais, principalmente após a aprovação do Estatuto da Cidade, têm instituído tais instrumentos de participação da população. Estes funcionam sob o comando e coordenação do Estado, em espaços de participação direta, ora de caráter consultivo, ora deliberativo (SANTOS, 2011).

Enquanto o MNRU, em defesa do direito à cidade, propõe/aceita a institucionalização da gestão participativa, o Cidade que Queremos nasce a partir do questionamento das instituições e do potencial de representatividade da chamada política velha, e pretende reconstruí-la em busca de uma democracia colaborativa e deliberativa. Assim, a superação dos meios atuais de representação e participação é o foco principal do Movimento, a partir do qual se pretende alcançar maior justiça social.

Nesse sentido, a construção da democracia "radicalmente participativa"[10] proposta pelo Movimento não se resume a canais institucionalizados de participação direta, incluindo formas outras, horizontalizadas, de discussão e participação, inclusive as proporcionadas pela tecnologia atual, em especial a internet. Ressalta-se que o Movimento cresceu e se consolidou a partir de grupos de e-mails e redes sociais – utilizados para discussões virtuais e agendamento dos encontros presenciais – e ainda hoje tem como principal ferramenta de discussão e divulgação as mídias digitais.

O Cidade que Queremos é um movimento de seu tempo, absorvendo as benesses, mas também as angústias próprias deste início do século XXI, e esta característica, por si só, o diferencia bastante do MNRU. Às questões sociais (foco do MNRU), o Cidade que Queremos agrega as questões ambientais, fruto da inserção recente (a partir da década de 1990) do meio ambiente urbano à discussão ambiental (ACSELRAD, 1999). A luta por moradia digna mistura-se, assim, às propostas por limpeza de rios, coleta seletiva e preservação de áreas verdes. A tudo isso mesclam-se também, e de modo bastante acentuado, as pautas por igualdade étnico-racial e de gênero.

Incluem-se, portanto, novos ingredientes à questão urbana em relação ao MNRU, explicitando, desta forma, uma complexidade maior no trato da questão. Todos os fatores abordados mostram-se inter-relacionados à construção da outra cidade possível, "na qual se expandam as possibilidades de vida livre, feliz, integrada com a natureza, fundada nos interesses coletivos e na democracia cidadã."[11]

4. O Movimento sob a luz de Habermas

Em sua "Teoria da Ação Comunicativa" (TAC), Jürgen Habermas propõe o conceito bidimensional de sociedade, dividindo-a em "Mundo da Vida" e "Sistema". Enquanto no Sistema, dirigido pelos meios poder e dinheiro (subsistemas Estado e Economia), predomina o agir estratégico, que visa à realização de um objetivo, o Mundo da Vida é regido pelo agir comunicativo, que se refere à interação e entendimento entre sujeitos capazes de falar e de agir (REESE-SCHÄFER, 2012).

Assim, o Mundo da Vida é um conceito complementar ao de ação comunicativa. Trata-se do espaço da cultura, da sociabilidade e da subjetivação. "É o espaço da criatividade e da racionalidade, onde falante e ouvinte vão ao encontro, imbuídos das melhores intenções, para construir consensos discursivos." (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2013, p.152). É desta dimensão da sociedade que nasce o movimento Cidade que Queremos BH, e esta constatação é reforçada pelo fato de ter como força progenitora as movimentações culturais de Belo Horizonte, em especial o carnaval de rua. Em sua trajetória, o movimento une a Festa e a Política, atividades-cerne da origem das cidades, para lançar-se à construção de uma nova cidade, que ainda não é, mas já existe enquanto potencialidade. Interessa-lhe levar o Mundo da Vida ao Sistema ("ocupar" o Sistema), de modo a rearranjá-lo.

Ao conseguir eleger duas vereadoras, os integrantes do movimento mostram-

[10] O termo intenta exprimir o degrau último do nível de participação cidadã (ARNSTEIN, 1969), em que os cidadãos detêm o poder de decisão e controle.

[11] Trecho do manifesto do movimento. (Disponível em: www.muitxs.org. Acesso em: 4. dez. 2016).

se otimistas neste propósito, mas há a ameaça de que aconteça o inverso: a invasão do Sistema ao Mundo da Vida, sendo este explorado e instrumentalizado por aquele. Para Habermas, a colonização do Mundo da Vida pelo Sistema é a verdadeira patologia da Modernidade; neste processo, as estruturas simbólicas do Mundo da Vida são deformadas, reificadas sob o imperativo dos subsistemas de dinheiro e poder (REESE-SCHÄFER, 2012).

No caso do MNRU, este parece ter sido um dos motivos de seu enfraquecimento. Conforme expõe Maricato (2015, p. 41), "muitos dos participantes dessa luta foram engolidos pela esfera institucional". Isso fez com que o movimento perdesse sua efervescência por mudanças estruturais, que punham em cheque as próprias instituições.

Entretanto, mesmo que regidas por diferentes lógicas de ação, as dimensões Sistema e Mundo da Vida estão fortemente relacionadas – os meios de controle dinheiro e poder necessitam de um suporte no Mundo da Vida –, o que gera constante tensão entre elas. Dessa forma, a administração desta tensão é um dos desafios do Cidade que Queremos e das vereadoras eleitas, que deverão transitar entre os universos de lógicas distintas, promovendo a conexão entre eles.

Para Habermas, a mediação dos conflitos entre Mundo da Vida e Sistema é realizada pela norma jurídica, entendida como expressão do limite entre as duas dimensões. Isso porque "os limites do que pode ser comprado e vendido, assim como do exercício do poder público, são construídos numa relação com o Mundo da Vida explicitada na norma jurídica" (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2013, p.158).

Não obstante, a ênfase no respeito à norma constituída como "fiadora das liberdades" seria uma interpretação mais conservadora da tensão interna na TAC. Outra interpretação, mais alinhada ao que propõe o movimento Cidade que Queremos, vislumbra o incentivo à mobilização para subordinar dimensões dos subsistemas à forma consensual de integração social característica do Mundo da Vida (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2013).

No que se refere ao planejamento e gestão urbanos, a TAC e sua confiança na capacidade das pessoas de construírem consensos verdadeiros a partir da comunicação inspirou o Planejamento Colaborativo (HEALEY, 1997). Nesta abordagem do planejamento urbano intenta-se, através de processos de conversação argumentativa, chegar a acordos voluntários em nome da cooperação. Para Souza (2006), a fraqueza do planejamento colaborativo residiria no fato de que alguns conflitos de interesse não podem ser superados pura ou totalmente com recurso à comunicação, especialmente em sociedades com profundas desigualdades socioeconômicas e de poder. A própria existência destas desigualdades torna a prática do agir comunicativo difícil e pode contribuir para que seja usada em nome de intenções conservadoras.

O movimento Cidade que Queremos tem atuado em alinhamento ao paradigma da TAC, ao expandir os espaços de decisões comunicativas, do uso da linguagem em processos argumentativos. Porém, ressalta-se que o grupo, até o momento, se mostra bastante homogêneo (composto principalmente por pessoas de classe média, com alto nível de escolaridade e direcionadas à esquerda no espectro político), o que contribui na construção de consensos.

Ao se ampliar a participação do e no Movimento, a busca desse consenso será cada vez mais difícil à medida que passar a agregar pessoas e grupos de diferentes interesses, valores e ideologias (conforme intenta o Movimento). Então, o desafio será, através do agir comunicativo, explicitar os conflitos e contradições para superá-los, visando alcançar um consenso de fato genuíno.

Considerações finais

O Cidade que Queremos apresenta uma nova forma de planejamento e gestão urbanos, a partir de ajustes e renovações no sistema partidário e no regime democrático, vislumbrando, sobretudo, uma aproximação maior com os cidadãos. Esta aproximação, conforme proposto pelo Movimento, se daria pelos processos de participação colaborativa, em que os cidadãos são chamados a participar das

questões que lhes toca, sendo as decisões finais acordadas por todos os envolvidos.

Se vislumbrarmos como horizonte o planejamento e gestão urbanos autonomistas, a proposta do movimento Cidade que Queremos avança para um grau maior de autonomia em relação ao planejamento politizado brasileiro proposto pelo MNRU, e também em relação ao planejamento colaborativo, inspirado na TAC de Habermas.

Entretanto, sabe-se que muitos serão os desafios a serem vencidos pelo Movimento. Além da ameaça de colonização pelo Sistema comentado anteriormente, despontam-se pelo menos dois outros: Um deles estaria relacionado à escolha das propostas a serem defendidas e implementadas, posto que se pretende trabalhar com propostas múltiplas e fragmentadas vindas de todos os interessados, através de encontros presenciais e *online;* não sendo provenientes de uma visão única e totalitária da cidade, as propostas podem se apresentar contraditórias e até mesmo excludentes. O outro desafio estaria relacionado à definição de meios para implementação das propostas selecionadas. Pela dificuldade da tarefa, o Movimento corre o risco de, em etapas mais avançadas de tomada de decisão, incorrer em decisões autoritárias, designadas por uma minoria de maior poder no grupo.

Todavia, focando no presente – conforme nos propõe Santos (2003)[12] –, o movimento Cidade que Queremos tem se mostrado um exemplo inspirador de participação democrática e de fé na capacidade da sociedade civil em discutir seus problemas e demandas. Conflitos e desafios certamente surgirão, tanto interna como externamente, mas o Movimento, até o momento, tem se mostrado capaz de encontrar soluções e vencê-los.

Na contramão do individualismo exacerbado disseminado pela ideologia neoliberal, acredita-se que a saída para a crise do planejamento urbano, e das políticas públicas sociais de modo geral, só pode se dar pela valorização do espaço coletivo, portanto pela Política, e não fora dela.

[12] A Sociologia das Ausências tem como propósito expandir o presente e a Sociologia das Emergências, contrair o futuro.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 79-90, mai. 1999.

ARNSTEIN, Sherry. **Uma escada da participação cidadã.** Reimpresso sob permissão do Journal of the American Planning Association, no qual foi publicado sob o título "A ladder of citizen participation". Vol. 35, n. 4, p. 216- 224, jul. 1969. Traduzido por Markus Brose. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/8464/mod_resource/content/1/escada_de_participacao.pdf. Acesso em: 4 dez. 2016

ALMEIDA, M. **A.** B. de; GUTIERREZ, G. L. **Teoria da Ação Comunicativa (Habermas):** estrutura, fundamentos e implicações do modelo. *Veritas*, v. 58, n.1, p.151-173, jan./abr. 2013.

COSTA, H. **S.** M. **A reforma urbana e a busca de cidadania.** *Indicador*, n.27, p.889-893, 1988.

HEALEY, P. **Collaborative planning: shaping places in fragmented societies.** Vancouver: UBC Press, 1997.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Para entender a crise urbana.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, M.R.M. **O sistema de gestão e participação democrática nos planos diretores brasileiros.** In: JÚNIOR SILVA, O.A.; MONTANDON, D.T. (Org). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade*: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. p.255-279.

SANTOS, B. **S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** In: SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: Um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Afrontamento, 2003. p1-50.

SOUZA, M. **L. Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HABITAR O PORTO, MORRO DA PROVIDÊNCIA: Teleférico e Cidade Espetáculo

SANTOS, ROSANE SOARES DOS (1)

Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Adolfo Soares e Silva, nº 32 casa 1 SG/RJ
rosanesoares@poli.ufrj.br

Resumo

A zona portuária foi historicamente deixada ao completo abandono por parte do poder público municipal, até emergirem questões auspiciosas e audaciosas de implantar projetos de revitalização da área, com vistas a atender aos anseios de projetar a cidade para o mundo, aproveitando-se do mote desta ser sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O espaço em evidência comporta prédios públicos da União, do Estado e do Município que estão vazios, ou seja, imóveis que estão deixando de cumprir as suas funções sociais. Alguns destes imóveis foram ocupados por populações sem teto, que se viram ameaçadas de despejo e remoção, em função do megaprojeto de reestruturação urbana executado na região, o Projeto Porto Maravilha, que incide sobre uma área de 5 milhões de m2. O Morro da Providência, localizado no bairro da Gamboa, na I Região Administrativa (RA), zona portuária do Rio de Janeiro, é considerada a mais antiga favela da cidade. Faz limite com o Cemitério dos Ingleses, ao norte; a Pedra Lisa, ao sul; a Vila Portuária, a oeste; e as Ladeiras do Barroso e do Faria, a leste. A Prefeitura começou neste espaço as obras de urbanização (Projeto Morar Carioca), incluindo a abertura de vias, a implantação de um teleférico, um plano inclinado e a abertura de espaços para visitação turística. Para a prometida melhoria da acessibilidade foram projetados sistemas de teleférico e plano inclinado, onde o primeiro não encontra-se em funcionamento desde Dezembro de 2016 e, o segundo não foi implantado. O teleférico foi construído com três estações (Central do Brasil, Américo Brum e Gamboa) e inaugurado em 2013. Os recursos para estas obras foram oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e para viabilizá-las, várias famílias foram removidas e suas casas demolidas. Ressalta-se aqui que as demolições das edificações somente foram paralisadas devido à notificação judicial. A questão principal que preocupava a população da favela, conforme relato dos próprios moradores, era a ausência de informação e do envolvimento da comunidade na discussão deste projeto, que quase ninguém tinha conhecimento, e que implicava em diversas remoções ou reassentamentos, estes para áreas distantes do centro urbanizado. O problema não era a existência da área de favela, mas a localização estratégica desta: A Providência é uma favela no local errado. Um território preparado para o capital, para os investimentos, para o consumo dos mais solventes, para a implantação de equipamentos e serviços que, não necessariamente, desejam dividir o espaço com este perfil de população. Visto o exposto, debater a questão acerca da tentativa de

tornar o espaço da favela em local para receber demanda turística, promovendo a revitalização e conferindo vidas novas à localidade mostra-se relevante. Sobretudo ao se considerar o território como informal, descolado da cidade formal. Percebe-se que a população da favela não foi convidada a participar do banquete da cidade mercadoria.

Palavras-chave: *Reformas Urbanas, Olimpíadas, Favelas, Cidade Mercadoria.*

A zona portuária foi historicamente deixada ao completo abandono por parte do poder público municipal, até emergirem questões auspiciosas e audaciosas de implantar projetos de revitalização da área, com vistas a atender aos anseios de projetar a cidade para o mundo, aproveitando-se do mote desta ser sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O espaço em evidência comporta prédios públicos da União, do Estado e do Município que estão vazios, ou seja, imóveis que estão deixando de cumprir as suas funções sociais. Alguns destes imóveis foram ocupados por populações sem teto, que se viram ameaçadas de despejo e remoção, em função do megaprojeto de reestruturação urbana que se encontra em execução na região, o já exposto Projeto Porto Maravilha, que incide sobre uma área de 5 milhões de m2.

Inicialmente, a zona portuária abrigaria alguns equipamentos para as Olimpíadas de 2016, conforme definição estratégica do então Prefeito Eduardo Paes, tentando viabilizar a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto, criada em 2009 e também já mencionada, por meio da qual vem sendo promovida a requalificação urbana da localidade. No início de 2014, com a consolidação da Operação Urbana, os equipamentos olímpicos que inicialmente seriam instalados no Porto (Vilas de Mídia e de Árbitros), foram transferidos para a Zona Oeste da cidade[1].

O Morro da Providência, localizado no bairro da Gamboa, na I Região Administrativa (RA), zona portuária do Rio de Janeiro, é considerada a mais antiga favela da cidade. Faz limite com o Cemitério dos Ingleses, ao norte; a Pedra Lisa, ao sul; a Vila Portuária, a oeste; e as Ladeiras do Barroso e do Faria, a leste. A Prefeitura começou neste espaço as obras de urbanização (Projeto Morar Carioca), incluindo a abertura de vias, a implantação de um teleférico, um plano inclinado[2] e a abertura de espaços para visitação turística.

Sua ocupação começou no século XVII, quando a cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em expansão. Vizinho aos morros da Pedra Lisa, da Conceição, do Pinto, de São Bento e de São Diogo, já foi conhecido por vários outros nomes. Inicialmente designado Valongo, quando em 1670 foi construída na Chácara de João Caieiro, a Capela de Nossa Senhora do Livramento. Mais tarde essa capela passou a dar nome ao morro: Livramento. Por volta de 1770, a região servia de base para armadores, traficantes de escravos, pescadores e embarcadiços. Nessa época, o Valongo acolheu o principal comércio de escravos, com a instalação do trapiche.

A partir de 1850, iniciou-se no morro a exploração de pedreiras, prática que se intensificou ao longo dos Séculos XIX e XX devido à expansão da cidade. A atividade reduziu a área do morro e permitiu a abertura de dois caminhos: o da Formiga, que durante algum tempo também deu nome ao morro (atual Rua Ebroíno Uruguai) e a Rua da Providência (depois Rua Rego Barros).

Em 1858, foi implantada pelo Barão de Mauá a Estação Central e um trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, mais tarde denominada Central do Brasil. Em 1879, foi inaugurada a Estação Marítima nas proximidades do terminal ferroviário. Para interligar as duas estações, foram abertos dois túneis que cortavam o Morro da Providência, já que o terminal ferroviário-marítimo situava-se entre o morro e o mar.

Em 1889, com a Proclamação da República, o Rio de Janeiro passou a ser a capital do Brasil, tornando-se o grande pólo econômico do país, as atividades portuárias

[1] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/paes-quer-que-arbitros-jornalistas-quem-na-barra-nos-jogos-de-2016-11877405>. Acesso em: 15 Out 2015.

[2] Constava no projeto de requalificação do espaço, mas não foi construído.

contribuíram para o povoamento do morro. Foram construídos armazéns e depósitos destinados a armazenar produtos provenientes das importações. Vários historiadores afirmam que o Morro da Providência teve sua formação na época em que foi ocupado por soldados que participaram da Guerra de Canudos.

Os ex-combatentes, então, se instalaram na encosta do morro, que fica atrás do prédio que abrigava o Ministério da Guerra. Os casebres amontoados e os becos estreitos se assemelhavam ao Arraial de Canudos. No oratório erguido no alto do morro os soldados puseram a imagem de Cristo que pertencera a Antônio Conselheiro. Identificando-se mais com os inimigos do que com seus comandantes, os soldados também passaram a chamar o novo arraial de Morro da Favela, fazendo assim uma analogia com os morros que circundavam Canudos e que eram repletos de árvores espinhentas, conhecidas no nordeste pelo nome de "favelas". Mais tarde o termo favela, utilizado para classificar habitações precárias em áreas de morro, foi ficando tão genérico que novamente passaram a chamar o Morro da Favela de Morro da Providência.

A ocupação do Morro da Providência se intensificou a partir da política higienista do final do século XVIII. Sendo o centro do Rio de Janeiro, área portuária de grande importância para a economia da época e, como local de maior concentração populacional, concentrava expressivo número de habitações com grandes aglomerados populacionais: os conhecidos cortiços ou "cabeças de porco".

A política implantada pelo prefeito Barata Ribeiro previa a remoção desses cortiços, considerados impróprios. Muitos desses moradores removidos instalaram-se na encosta do morro da Providência, próxima ao local dos antigos cortiços. Portanto, a população, que foi ocupando os espaços no início de sua formação, era composta por antigos moradores dos cortiços, imigrantes, escravos e trabalhadores das primeiras pedreiras.

O oratório construído pelos soldados no ponto alto do Cruzeiro é a herança ainda dos tempos que fazem lembrar a Guerra de Canudos e é valorizado até hoje pelos moradores mais antigos. Foi reformado em 1901 pelas vivandeiras, mulheres que acompanhavam as tropas para vender comidas. Essas mulheres chegaram ao Rio de Janeiro, não puderam permanecer no pátio do Ministério da Guerra e logo ocuparam o morro.

O Morro da Providência teve grande importância para a vida cultural da cidade, a partir do século XX. Blocos carnavalescos e Escolas de Samba formados por moradores e frequentadores do Morro da Providência faziam parte dos desfiles carnavalescos da época e incrementavam a cultura do morro, que, cada vez mais, ganhava adeptos e expressão na cidade. O Morro da Favela era um dos mais famosos redutos dos sambistas. O Buraco Quente, área conhecida na Providência como Cruzeiro, era considerado por alguns como sendo o último reduto dos malandros, nos anos de 1930. Os moradores acreditam que a Escola de Samba Vizinha Faladeira, também fundada na Providência em 1923, seja a primeira Escola de Samba do Rio de Janeiro.

No século XX, com o aumento do número de construções populares, o problema da falta de espaço se agravou sobremaneira na Providência. A isso alia-se o trabalho das pedreiras que abriram no morro um abismo de 100 metros de profundidade e mais de 50 metros de extensão. Os jornais da época afirmavam que a ameaça de desmoronamentos provocados pela exploração da pedreira era uma constante para os moradores da favela.

Em 1975, um deslizamento determinou a retirada de barracos próximos à Praça Américo Brum, onde hoje abriga a Estação do Teleférico. A ameaça de remoção gerava clima de insegurança entre os moradores, que resistiam à possibilidade de irem para áreas distantes e de difícil acesso – situação bem semelhante à atualidade.

Todos esses acontecimentos, entretanto, não impediram que a favela continuasse a se expandir devido à sua proximidade com o centro da cidade. O processo migratório verificado nos grandes centros urbanos trouxe para a favela novos moradores, muitos oriundos da região Nordeste. Vieram também moradores de outras favelas e de conjuntos habitacionais que foram ocupando os espaços cada

vez mais escassos. Essa heterogeneidade provocada pelos novos hábitos, culturas e atitudes causaram diferenças entre antigos e novos moradores, provocando mudanças na identidade do morro, tanto em seu aspecto físico quanto cultural.

Em 1968, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos moradores, foi fundada a Associação Pró-Melhoramentos da Favela do Morro da Providência, permanecendo como a Associação dos Moradores até os dias atuais (2017). Iniciativas como a pavimentação do caminho de acesso à favela (antigo Sessenta), em 1970, e a ligação da água do reservatório no Cruzeiro, em 1974, foram obra dos moradores. Além dessas, poucas outras vezes o Morro da Providência, atualmente com 4094 moradores[3], foi contemplado com melhorias de infraestrutura. Uma delas foi o voluntariado de missionários metodistas norte-americanos que, com alguns moradores, construíram vias de acesso, pavimentaram caminhos do morro e instalaram uma rede de esgotamento sanitário.

Foram ainda realizadas obras de urbanização, infraestrutura e edificações com recursos do Programa Favela Bairro. Foi implantada uma creche pública, quadra esportiva, construído o POUSO, área de manejo de resíduos sólidos para a COMLURB e o mirante. Aliado à intervenção foram também iniciados os levantamentos para implantação de um Museu a Céu Aberto, sob coordenação da arquiteta Lu Petersen, valorizando a história da Igreja Nossa Senhora daPenha, da Capela do Cruzeiro e do antigo reservatório de água.

Em 2010 foi desenvolvido um novo projeto visando atender à questão de acessibilidade e a integração com os projetos do Porto Maravilha. O complemento das obras de urbanização e infraestrutura atendeu ao setor conhecido como “Sessenta”. Foi construído um Equipamento de Desenvolvimento Infantil (EDI) e um Centro de Trabalho, Emprego e Renda (CTER).

Para a prometida melhoria da acessibilidade foram projetados sistemas de teleférico e plano inclinado, onde o primeiro não encontra-se em funcionamento desde Dezembro de 2016 e, o segundo não foi implantado. O teleférico foi construído com três estações (Central do Brasil, Américo Brum e Gamboa) e inaugurado em 2013. Os recursos para estas obras foram oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e para viabilizá-las, várias famílias foram removidas e suas casas demolidas. Ressalta-se aqui que as demolições das edificações somente foram paralisadas devido à notificação judicial.

A questão principal que preocupava a população da favela, conforme relato dos próprios moradores, era a ausência de informação e do envolvimento da comunidade na discussão deste projeto, que quase ninguém tinha conhecimento, e que implicava em diversas remoções ou reassentamentos, estes para áreas distantes do centro urbanizado.

A Prefeitura alegava que em torno de 380 famílias seriam reassentadas por estarem em área de risco, e outras 291 para a implantação do teleférico e do plano inclinado. No entanto, o argumento do risco utilizado pela governo para justificar o processo de remoções já foi descaracterizado por contra-laudo geotécnico, que concluiu por um número muito inferior de casas vulneráveis e que a maioria dos problemas seria facilmente solucionável com simples obras de contenção. Afinal, urbanizar favelas é um assunto de espertíaze por parte dos profissionais da área de urbanismo no Rio de Janeiro, visto o Programa Favela-Bairro.

A Defensoria Pública do Estado entrou com ação cautelar e em Outubro do ano de 2012 foi expedida decisão de paralisação das obras em função da ausência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), além da ausência de informação pelos moradores sobre o projeto, o cronograma e as remoções previstas. Esta ação visava ainda paralisar a demolição das casas de famílias já removidas, em função dos problemas gerados pela não retirada dos entulhos[4]. A Prefeitura

[3] Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2010.

[4] Movimento de (re)construção sobre os escombros, proliferação de roedores no território e, consequente doenças na população.

conseguiu liberar a realização das obras do teleférico, mas as remoções ficaram temporariamente suspensas. Como nas demais localidades, o poder público municipal marcou as casas para remoção com tinta *spray*, numerando as que seriam demolidas, sem obter autorização ou fornecer qualquer tipo de explicação aos moradores. A sigla da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) era inscrita nas casas, indicando, como diziam os moradores: *"Saia do Morro Hoje".*



Figura 0 1: Casas Marcadas
Fonte: <http://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/leo-lima_003-1.jpg>

Após as manifestações contra as remoções, sobretudo após as jornadas de junho de 2013, e em decorrência da impossibilidade das demolições pela decisão liminar da Defensoria Pública, a Prefeitura anunciou uma abertura de diálogo com os moradores. Não obstante, permaneceu exercendo grande pressão para que os moradores fizessem os acordos, através das assinaturas dos termos de ajustamento de conduta (TAC), aceitando a demolição de suas casas. A mobilização dos moradores continuou, com o apoio de militantes, estudantes e profissionais, além de entidades de classes, que elaboraram contralaudos atestando que a maioria das casas previstas para demolição não se encontravam em situação de risco.

Mesmo com as demolições proibidas, em maio de 2015, moradores da região do Túnel Rego Barros foram removidos sob o argumento de estarem localizados em área de risco[5].

Considerações Finais

O problema não era a existência da área de favela, mas a localização estratégica desta: A Providência é uma favela no local errado. Um território preparado para o capital, para os investimentos, para o consumo dos mais solventes, para a implantação de equipamentos e serviços que, não necessariamente, desejam dividir o espaço com este perfil de população.

Em acordo com a SMH, o projeto propunha obras de urbanização que incluíam saneamento, iluminação pública, mobilidade urbana através do teleférico. E cabe a indagação: Mobilidade para quem, uma vez que a população estava sendo retirada? Nada mais do que um equipamento para incentivar a prática do turismo no local, onde acessando a parte mais alta do morro faz-se possível vislumbrar pontos de interesse tais como o Corcovado, a Floresta da Tijuca e o Pão de Açúcar (integrates da Paisagem Carioca reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – como Patrimônio da Humanidade, em 2012). Após iniciado o processo de remoções em Julho de 2011, a mudança mais significativa para esta população se deu em Outubro de 2013, quando o próprio Prefeito Eduardo Paes anunciou a interrupção das remoções das moradias, salvo às que de verdade estivessem em áreas de risco.

[5] Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/184211/Favelas-do-Rio-sofrem-%E2%80%9Cremo%C3%A7%C3%B5es-rel%C3%A2mpago%E2%80%9D.htm>. Acesso em: 17 Set 2015.

Tal decisão se deu após reunião com representantes da Associação de Moradores da Providência, da Defensoria Pública, do Fórum Comunitário do Porto, da Comissão de Moradores Afetados pelas Remoções, além de apoiadores técnicos. Nesta revisão o poder executivo municipal avaliou que em torno de 80 famílias seriam retiradas da favela, além das 200 já removidas de fato. Assim, das 832 famílias com casas marcadas para remoção – aproximadamente a metade das famílias residentes na Providência, já que o número girava perto das 1720 – seriam desterritorializadas 280, mas como não havia ainda um Plano de Habitação de Interesse Social para a área portuária – já que este somente começou a ser pensado em Junho de 2015 – não se sabem com certeza as informações relativas às soluções dadas pela Prefeitura no tocante ao reassentamento, às indenizações ou ao aluguel social.

O fato é que a Cidade do Rio de Janeiro está vivendo um profundo e intenso processo de mercantilização e elitização. O processo de encarecimento da moradia, da terra urbanizada e da vida na cidade, experimentado cotidianamente pelos cidadãos, é evidenciado pelos indicadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), que mede a evolução do preço dos imóveis brasileiros. No levantamento desse órgão, a cidade do Rio de Janeiro possuía o preço do metro quadrado mais caro do país, tomando como referência o mês de Julho de 2015, mesmo no contexto de crise econômica enfrentada pelo país.

Das cinco Áreas de Planejamento (AP) da cidade do Rio de Janeiro, quatro receberam investimentos para os megaeventos esportivos. Nota-se que a AP1, formada pela zona central da cidade, incluindo a zona portuária, objeto deste estudo, possuía a maioria de seus bairros com valorização que ultrapassava os 300% entre o período de Janeiro de 2008 e Julho de 2015, com destaque para os bairros da Gamboa, Cidade Nova e Estácio, com 401,4%, 310% e 384%, respectivamente. Área sendo enobrecida, gentrificada, requalificada e preparada para ser projetada como cidade mundial.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução.** In: Revista do Rio de Janeiro. Niterói, v. 1, nº 2, Jan. – Abr. p. 47- 58. 1986.

____. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPP, 2008. 155 p. ISBN 85-87649-07-8.

____. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio.** Espaço & Debates. São Paulo, 1994.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.); HIERNAUX-NICOLAS, Daniel; D'ARC, Hélène Rivière. **De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos.** SILVA, Helena Menna Barreto. (Trad.). São Paulo: Annablume, 2006. 294 p.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema.** In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 53.

DEBORD, G. **La sociedad del espetáculo.** Buenos Aires: La Marca, 1995.

INICIANDO A CARTOGRAFIA DO DESASTRE-CRIME: o avanço neoliberal da indústria extrativo-minerária do Brasil sob a perspectiva do rompimento da Barragem de Fundão/ Mariana/MG

MARQUES, Monique Sanches (1); FERNANDES, Amanda (2)

Universidade Federal de Ouro Preto. Depto. de Arquitetura e Urbanismo.
Av. JK 677, AP 205, CEP 35.400.000. Bauxita, Ouro Preto, MG.
sanches.monique@gmail.com

Universidade Federal de Ouro Preto.
Rua Hamilton Lázaro da Silva, n 36, CEP 35.400.000. Bauxita, Ouro Preto, MG.
amandinhafoliveira@hotmail.com

RESUMO:

No sistema neoliberal, tendo como recorte a indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital, e nesse sentido o território é capital. O caso a ser abordado nesse artigo, o desastre-crime sociotecnológico causado pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG será apresentada parte de uma cartografia em fase de elaboração que visa identificar e problematizar as ações dos diferentes agentes envolvidos: atingidos, Estado, empresa e seus jogos assimétricos de poderes. O recorte temporal para essa problematização são fundamentalmente os fatos que antecederam ao dia 05 de novembro de 2015; busca-se nesse momento traçar o desenho do desastre e dar início a cartografia do desastre-crime. Trata-se de associar as expulsões de pessoas, faunas e biomas como brutalidades impostas pelo setor mineral neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: *Neoliberalismo; Indústria extrativo-minerária; Desastre-crime sociotecnológico; Cartografia.*

Nas últimas décadas identificamos como um grande problema da economia política global o surgimento de novas lógicas de expulsão. Refugiados de Guerra, aumento da população de desempregados, de sem teto, de expropriados de seus modos de vida, desterritorializados, de corpos singularizados por desapropriação, de megaestruturas definindo a ocupação e o esvaziamento dos territórios, o comprometimento do meio ambiente e da biosfera acabaram por gerar movimentos de expulsões. A socióloga Sashia Sassen (2016) propõe o estudo dessas expulsões como novos agenciamentos para compreender a lógica sistêmica que vem se afirmando na economia política global a partir dos anos 80. A busca por mais lucro ocupa o lugar do anseio neoliberal do welfare state e está conectada a uma rede de ações e agentes que provocam essas expulsões e as transformam em formações predatórias e processos muitas vezes, irreversíveis. No sistema econômico capitalista, tendo por recorte a indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital, e nesse sentido o território é capital.

O território como espaço de interesse do capital, no caso específico do capital mineral neoliberal, produz uma singularidade, porque cria todo e qualquer espaço num processo de longa duração induzido pela dinâmica de capitais cuja escala é o mundo (SILVA; SANTOS, 2017. p4). O caso a ser abordado nesse artigo, o desastre-crime sociotecnológico causado pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG será apresentada parte de uma cartografia em fase de elaboração que visa identificar e problematizar as ações dos diferentes agentes envolvidos: atingidos, Estado, empresa e seus jogos assimétricos de poderes. O recorte temporal para essa problematização são fundamentalmente os fatos que antecederam ao dia 05 de novembro de 2015; busca-se nesse momento traçar o desenho do desastre e dar início a cartografia do desastre-crime.

1. DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP BILLINTON: ASPECTOS ECÔNOMICOS, POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS



Imagem 1: Moradores de Barra Longa/MG denunciam o crime continuado da Samarco e violação de direitos humanos.
Fonte: Autoras

Considerado o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à Mineradora Samarco S.A. - uma *joint-venture* entre a Vale S.A. e anglo-australiana BHP Billiton - no dia 05 de novembro de 2015 liberou um volume de rejeitos de cerca de 60 milhões de m³, que percorreu aproximadamente 600km entre os rios Gualaxo do Carmo, Rio do Carmo e a Bacia do Rio Doce até chegar a foz do Rio Doce em Regência/ES.

A Barragem de Fundão juntamente com as barragens do Santarém e a do Germano, que ainda se encontram sob risco de rompimento fazem parte do complexo da Mina da Alegria juntamente com a Cava do Germano, que armazenam os rejeitos de minério da empresa Samarco S.A.

A Samarco Mineração S.A - sociedade cujo capital social não se encontra em um nome específico e sim dividido entre ações que prevêm o lucro distribuído entre os acionistas – com sede em Belo Horizonte – MG. A Samarco por ser considerada uma sociedade de economia fechada, suas ações são divididas igualitariamente entre Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda (50%), uma subsidiária do grupo BHP Billiton cuja sede fica em Melbourne, na Austrália. Analisando a constituição da Samarco S.A. é possível afirmar que houve uma estratégia por parte do grupo BHP Billiton em gerar uma "desresponsabilização operacional" sobre as atividades realizadas pela Samarco S.A no ano de 2000. Com a entrada da Vale S.A na sociedade, houve uma reestruturação societária para um modelo de non operated joint venture, modelo que se baseia na transferência de toda a responsabilidade jurídica e operacional de uma empresa para apenas uma das sócias, no caso, das operações da Samarco para a Vale. (SANTOS; MILANEZ; MANSUR, 2016).

O rompimento da Barragem de Fundão se enquadra dentro de uma estrutura de *pós-boom* das commodities[1] que entre os períodos de 2003 e 2013 resultou em um aumento das importações globais de minérios que saíram do patamar de cerca de US$38 bilhões para US$277 bilhões (um aumento de 630%) e que a partir de 2011 iniciou-se uma tendência de queda dos preços de mercado. Como parâmetro temos os valores do minério de ferro, que em janeiro de 2003 passaram do preço da tonelada de US$32 para o valor de US$196 em Abril de 2008 e com a queda a partir de 2011 chegou ao valor em outubro de 2015 de US$53. O Brasil, que em 2013 representava cerca de 14,5% do abastecimento global, tinha como o minério de ferro seu principal material de extração, chegando a corresponder 92,6% do total dos minérios exportados pelo país. (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ; SANTOS; PINTO; GONÇALVES; COELHO, 2016). Diante da crescente demanda em abastecer o mercado global com minério de ferro e os valores de exportação em constante queda, observou-se um aumento exponencial de rompimentos de barragens de rejeitos entre os ciclos de preços dos minérios.

[1] Commodities são mercadorias consideradas como matéria-prima, produzidas em escala e que caso seja necessário, podem ser estocadas sem perda de qualidade. No Brasil temos como referência os minérios e gêneros agrícolas.

Dentre as hipóteses levantadas temos como principal motivação a ampliação da economia das empresas para a geração de lucro líquido mesmo em um cenário de queda do mercado, aumentando a capacidade instalada com o intuito de elevar a produtividade. As causas podem ser variadas:

> *" [...] a pressa para iniciar as operações no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação dos projetos; a pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode gerar avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos; movimento setorial de expansão, também durante o período de alta, causando contratação de serviços de engenharia e consultoria a preços mais elevados (aumentando o endividamento das firmas), contratação de técnicos menos experientes ou sobrecarga dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras); e a intensificação da produção e pressão por redução nos custos a partir do momento de retração dos preços."(MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ; SANTOS; PINTO; GONÇALVES; COELHO. In: ZONTA; TROCATE. (Orgs) 2016. p 20 - 21.)*

Se por um lado as práticas corporativas visando o lucro promovem a redução dos custos operacionais que recaem sobretudo na redução da segurança das barragens de rejeito e suas disposições, por outro, temos os órgãos governamentais que deveriam ser os responsáveis por acompanhar e fiscalizar as operações, contudo apresentam relatórios falhos e incompletos.

O controle de segurança e monitoramento de barragens são de competência da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) que atua em conjunto com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) fiscalizando os planos de segurança das barragens propostos pelas empresas de mineração no Brasil. O "Inventário de barragens do estado de Minas Gerais[2]", anualmente publicado pela FEAM classifica as barragens de acordo com sua estrutura, tamanho e estabilidade. O estado de Minas Gerais possui cerca de 730 barragens instaladas, destas, 442 são de rejeitos e/ou resíduos de minério. A justificativa para que estas barragens estejam operando é a necessidade da estrutura no processo de extração de minérios, atividade muito comum no estado. De acordo com a FEAM/ MG, no "Inventário de barragens do estado de Minas Gerais" publicado em 2014, um ano antes do Rompimento da Barragem de Fundão, 33 barragens apresentaram estabilidade "não garantida pelo auditor" ou "o auditor não concluiu sobre a situação de estabilidade por falta de dados e/ou documentos técnicos", trazendo à tona a situação de risco que várias populações e faunas passam morando nas proximidades destas barragens. Neste mesmo inventário, a Barragem de Fundão foi considerada estável de acordo com os laudos e parâmetros encontrados.

Encontramos falhas importantes nos licenciamentos referentes à barragem de Fundão ao que diz respeito aos impactos ambientais. O EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) deveriam ser documentos com o objetivo de avaliar os impactos socioambientais sobre as comunidades próximas ao complexo minerário - comunidades estas majoritariamente negras - decorrentes da instalação das barragens e seus riscos. Contudo, em seu relatório, o EIA- RIMA classifica as barragens instaladas no córrego do Fundão como sendo uma alternativa prioritariamente operacional no que diz respeito a economia e diminuição de custos para a destinação de rejeitos, que ao aproveitar o complexo de Barragens de Germano-Santarém traria consigo um lucro para a empresa proprietária do complexo. Desta forma, o EIA- RIMA ainda afirma como "improvável", o grau mais baixo da classificação a respeito de um rompimento de barragem, a possibilidade de acontecer, minimizando os impactos de uma futura catástrofe sobre as comunidades ao redor.

[2] INVENTÁRIO DE BARRAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Fundação Estadual do Meio Ambiente. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/9taWMT>. Acessado em: 12 de março de 2017.

Contrariando os relatórios apresentados pela FEAM, EIA-RIMA e o DNPM, no dia 05 de novembro de 2015, as 16h20 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, que ao despejar sobre as comunidades locais rejeitos de minério, arrastou pessoas, soterrou casas e destruiu a fauna e flora por onde passou.

2. DESENHO DO DESASTRE CRIME

Como mencionado, entre os períodos de 2003 e 2013 houve um aumento nas importações globais de minérios e a partir de 2011 iniciou-se uma tendência de queda dos preços de mercado. Diante do macrocenário econômico do setor extrativo mineral temos alguns parâmetros que justificam o excesso de oferta em decorrência da elevada produção mineral, como a retração da demanda pelos principais minérios que eram comercializados globalmente principalmente devido a desaceleração do crescimento da economia chinesa, a perspectiva de preços baixos a longo prazo devido ao indicativo de baixo crescimento da economia mundial nos anos posteriores, os problemas de endividamentos justificado pelos investimentos durante o período de boom além dos resultados operacionais e financeiros decrescentes justificados pela própria baixa do preço do minério de ferro.

Em um esforço de conter a baixa lucratividade que assolava o mercado extrativo, a Samarco passou a implentar sistematicamente algumas práticas corporativistas que trouxessem um menor custo operacional com o intuito de "balancear" e manter os lucros pagos aos investidores. No entanto, as estratégias de manutenção de lucratividade resultaram em uma contrariedade de valores, quando se iniciou um endividamento a partir de 2009 (com crescimento de 30% entre os anos de 2013 a 2014). O investimento do Projeto Quarta Pelotização[3] (P4P) durante o período de 2011 a 2014 gerou uma despesa de R$6,4 bilhões, e com o endividamento bruto[4] em exponencial crescimento a dívida da Samarco saltou de R$ 2,6 bilhões em 2009 e chegou ao patamar de R$ 11,7 bilhões em 2014. O passivo oneroso da Samarco (empréstimos e financiamentos, circulante, mais não circulante, menos caixa e aplicações) correspondia no ano de 2014 a 61% de seu patrimônio, neste mesmo ano, as contingências possíveis[5] sem provisão eram de 132% do patrimônio líquido, ou seja, a Samarco tinha grande parte do seu patrimônio comprometido por passivo, sobretudo as dívidas de curto a longo prazo. (MANSUR; WANDERLEY; PINTO, 2016. p 51-53).

A adoção de estratégias corporativistas demonstram o esforço da empresa em manter os lucros auferidos aos acionistas diante de um panorama de queda de economia que se estendia em várias outras empresas mineradoras. Contudo, ao se confrontar as receitas operacionais da companhia é visível a pressão sobretudo da Vale sobre a Samarco por manter a elevação da produtividade e manutenção da remuneração.

A intensificação dos processos produtivos, podem ter resultado na negligência ao que diz respeito aos aspectos de segurança e controle que geraram um aumento significativo dos acidentes de trabalho. O primeiro inquérito da Polícia Civil de Minas Gerais referente ao rompimento da barragem de Fundão apontou o acúmulo de água na barragem de rejeitos (liquefação) a causa da saturação da barragem e sobrepeso ocasionando a perda da resistência e seu rompimento. A falta de monitoramento contínuo do nível das águas, os diversos equipamentos que se encontravam com defeito e a elevada taxa de alteamento anual da barragem foram um dos motivos que culminaram no rompimento da barragem de rejeitos em Fundão. O que se observa no laudo final resultante da investigação da Polícia Federal foi uma redução significativa do orçamento que a Samarco destinava ao

[3] O Projeto Quarta Pelotização (P4P) representou uma expansão da capacidade instalada da empresa de 37% significando um aumento de 22,3 mt para 30,5 mt de minério de ferro.

[4] Soma de todas as dívidas contraídas pela Samarco e seu crescimento expressivo (de cerca de 3 vezes em 5 anos) resultando uma pressão significativa para o pagamento de juros sobre seus resultados operacionais. (ZONTA; TROCATE. (Orgs) 2016.)

[5] Contingências possíveis são sobretudo ações judiciais que estão sendo julgadas e podem trazer perdas ou ganhos para a empresa, mas pela incerteza contábil não são lançadas no balanço. (MANSUR; WANDERLEY; PINTO. In: ZONTA; TROCATE. (Orgs) 2016. p 52).

setor de geotecnia, responsável pelo monitoramento e controle das barragens. Neste inquérito, é apontado uma queda de 29% do que era aplicado neste setor entre os anos de 2012 e 2015, e através de laudos identifica-se uma previsão de redução no valor de 38% para o ano de 2016.

Uma das estratégias adotadas pelas empresas mineradoras diante de um cenário recessivo é a relação dos trabalhadores para com a empresa. Na mineração, os trabalhadores mais expostos a condições de perigo e vulnerabilidade são os trabalhadores terceirizados. Como estratégia de redução de custos, a Samarco vem adotando tal prática e nos últimos anos, de um montante de aproximadamente 6.600 empregados, a empresa apresenta uma taxa média de 56% de terceirizados, chegando a 59% em 2011. No rompimento da barragem do Fundão, dos 14 trabalhadores mortos, 13 eram de empresas terceirizadas e apenas um funcionário direto da SAMARCO.

3. MONITORAMENTO DE BARRAGENS EM MINAS GERAIS E O LICENCIAMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

É importante ressaltar que o monitoramento das estruturas de barragens de rejeito e suas condições são realizados por auditores contratados pelas mineradoras proprietárias e maiores interessadas nestes laudos. Os resultados e relatórios são entregues aos órgãos públicos e divulgados no "Inventário de barragens do estado de Minas Gerais".

O processo de licenciamento da Barragem de Fundão iniciou-se no ano de 2005 com a apresentação do EIA-RIMA[6] para a Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM-MG), através da empresa Consultoria Brandr Meio Ambiente. A apresentação do EIA ocorreu durante a elevação do preço do minério de ferro e se deu juntamente as estratégias de expansão das atividades da Samarco com

[6] EIA-RIMA é o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental

o projeto P3P[7]. No ano de 2007, o Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), através de uma série de licenças prévias liberou o ínicio das instalações e obras. Concomitante as liberações, no ano de 2008 o preço do minério de ferro chegava ao seu primeiro pico e neste ano foi cedida a licença de operação, o que proporcionou o funcionamento de toda a infraestrutura instalada da Samarco para o ganho em escala já planejado. No ano de 2011, novamente em um novo pico de preço, a Samarco solicitou uma nova renovação de licença, e esta foi cedida com validade até o ano de 2013. A nova licença apresentada buscava manter as atividades e também previa novos projetos de expansões e tinha o objetivo de elevar o ganho e a produção em escala, planejando o projeto P4P[8] .Em 2012, a Samarco apresentou um novo EIA que buscava otimizar a barragem de Fundão - através da empresa Consultora Sete Soluções e Tecnologia Ambiental, porém o EIA-RIMA não se encontra disponível no SIAM[9]. Seguindo o esforço para uma maior utilização da barragem de Fundão, em 2013 a Samarco novamente apresenta um EIA-RIMA - também pela Consultora Sete Soluções e Tecnologia Ambiental - que pretendia promover a unificação e o alteamento entre as barragens do Germano e do Fundão, pretendendo formar uma mega barragem e reativar Germano que estava sem atividade desde 2009.

Todos os EIA-RIMA apresentados desde 2005 pretendiam consolidar a expansão do perímetro de disposição de rejeitos através da união e aumento da vida útil de ambas as barragens, porém, qualquer análise neste sentido foi feita em 2005.

"[...] Ambos os projetos apresentados possibilitavam o aumento previsto da produção mineral e eram mais baratos, rápidos e eficientes (pois aproveitavam a estrutura existente e o sistema de tratamento e recirculação de água em funcionamento), que a construção

[7] P3P também conhecido como o Projeto Terceira Pelotização

[8] P4P também conhecido como o Projeto Quarta Pelotização

[9] SIAM é o Sistema Integrado de informações ambiental.. Ele pertence a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o SEMAD.

de uma nova barragem em outro vale próximo, apesar de serem potencialmente mais perigosos e destruidores. Esta estratégia de implementar obras mais baratas, independente dos riscos associados, condiz com o início da retração dos preços na fase pós-boom. (MANSUR; WANDERLEY; PINTO. In: ZONTA; TROCATE. (Orgs) 2016. P. 66)

No dia do rompimento, 5 de novembro de 2015, a renovação da licença que havia sido solicitada em 2013 ainda não tinha sido aprovada. No ano de 2014, foi emitido em conjunto a licença prévia e de instalação do projeto que visava a otimização da barragem, no ano de 2015, estas licenças foram emitidas simultaneamente para o alteamento e unificação das barragens do Germano e do Fundão. O que ocorreu foi um rompimento previsto com o aval do Estado ao emitir licenças de instalações válidas e utilizadas como arma para o crime.

Com base nos EIA-RIMA apresentados, até 2005 a Samarco utilizava principalmente a Barragem do Germano para disposição de rejeitos. Neste ano, Germano se encontrava próxima ao seu limite e a Samarco precisava de um novo local para o despejo dos rejeitos, pois seu fechamento era previsto até o ano de 2012, sendo que a partir de 2007 houve uma redução da deposição. Com o fim da vida útil da Barragem do Germano e com novas expansões previstas, como o P3P, a empresa passou a buscar novos locais. Como alternativas propostas no EIA havia o estudo e comparação do vale do córrego do Fundão com os vales dos córregos Natividade e Brumado – todos estes próximos a mina do Germano.

'[...] Chama a atenção o fato da barragem do Fundão ser a única opção, dentre as três alternativas, que produziria impactos e efeito cumulativo diretos sobre as barragens do Germano, ao lado, e Santarém, a jusante, esta última onde se recuperava água para o processo de concentração." (MANSUR; WANDERLEY; PINTO. In: ZONTA; TROCATE. (Orgs) 2016. p 68)

A utilização do Córrego do Fundão trazia consigo uma economia por parte da empresa em se instalar e reaproveitar todo o sistema já presente. Em contrapartida, as outras duas opções se encontram em micro bacias distintas e não apresentavam riscos diretos as comunidades vizinhas, no caso de rompimento. Se a nova barragem fosse construída em qualquer um dos outros dois vales, os impactos poderiam ter sido minimizados. A interconexão fluvial entre as três barragens: Germano, Fundão e Santarém foi considerada como ponto positivo para o licenciamento. O EIA-RIMA classifica as barragens instaladas no córrego Fundão como sendo uma alternativa prioritariamente operacional no que diz respeito a economia e diminuição de custos para a destinação de rejeito, que ao aproveitar o complexo de Barragens de Germano-Santarém traria consigo um lucro para a empresa proprietária do complexo.

4. SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E A ATUALIZAÇÃO DO CRIME

O rompimento da Barragem de Fundão traz à tona a discussão sobre o racismo ambiental. Essa noção diz respeito a situação de risco que se encontram populações majoritariamente negras, pardas, indígenas. Há de se reconhecer um efeito desproporcional sobre alguns grupos étnicos em situação de maior vunerabilidade social e/ou econômica.

No caso de Fundão, cerca de 85% do moradores de Bento Rodrigues, se declaravam negros ou pardos, Paracatu de Baixo, com 80% dos moradores negros ou pardos (IBGE 2015) estava a 40 km a jusante do Fundão, Gesteira, estava apenas a 62 km da barragem, e possui cerca de 70,4% (GONÇALVES; PINTO; WANDERLEY, 2016. p 160-163).

Observa-se uma associação entre as injustiças cometidas contra essas populações atingidas sejam elas praticadas pelas empresas mineradoras ou pelo Estado: flexibilização de legislação ambiental quando se trata de terras ocupadas por essas etnias, sobrecarga das estruturas de barragens, ausência de controle e

fiscalização estatal, ausência de alertas sonoros e planos de emergência são alguns exemplos. A morosidade e as indefinições quanto aos processos de indenizações, ressarcimentos e reassentamentos, no caso dos atingidos do rompimento da barragem de Fundão explicita as aproximações entre injustiça, racismo ambiental e os imapctos sócioambientais provocados por esse desastre. Nesse caso, comunidades rurais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores, moradores de assentamentos de reforma agrária tiveram suas casas destruídas, suas condições de vida e trabalho radicalmente alteradas e muito pouco, quase nada se caminhou na direção dos ressarcimentos.

Dois anos após o desastre, o que se observa é uma inação do Estado, seja no âmbito municipal, estadual e federal, o protagonismo das empresas e a tentativa de impedir ou mitigar a participação das populações atingidas nesses processos. Com o rompimento da barragem de Fundão a Samarco/Vale/BHP Billiton viram aumentar suas áreas para operação através da incorporação das áreas rurais da bacia do Rio Doce pós-desastre.

O rompimento da barragem de Fundão trouxe à tona a necessidade de aprofundarmos o debate sobre a exploração minerária no Brasil, a assimetria dos poderes em questão assim como o modelo de progresso e desenvolvimento que subsidia esse quadro de forças. Se relacionarmos o protagonismo da empresa e a inação do Estado identifica-se que o financiamento de campanha tem sido uma importante forma utilizada por empresas do grupo Vale para ter influência sobre os políticos eleitos, principalmente nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em um momento de profunda crise política é importante pensar na privatização da área de uma bacia hidrográfica tendo como dispositivo de remoção um crime ambiental. Por que? Porque o minério é capital, porque o território é capital, porque trata-se do capital mineral neoliberal, porque nessa perspectiva, essas expulsões são necessárias!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Ricardo; PINTO, Raquel; WANDERLEY, Luiz. **Conflitos ambientais e pilhagem dos territórios na Bacia do Rio Doce.** In: Márcio Zonta; Charles Trocate. (Org.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. 1ed.Marabá: Editorial Iguana, 2016, v. 2, p. 139-182.

MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz; MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo; PINTO, Raquel; GONÇALVES, Ricardo; COELHO, Tádzio. **Antes Fosse Mais Leve a Carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.** In: Márcio Zonta; Charles Trocate. (Org.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. 1ed.Marabá: Editorial Iguana, 2016, v. 2, p. 16-49.

MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz; PINTO, Raquel . **Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/ Vale/BHP em Mariana (MG).** In: Org. Bruno Milanez e Cristiana Losekann. (Org.). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. 1ed.RIO DE JANEIRO: Folio Digital, 2016, v. 1, p. 39-87.

SANTOS, Igor R.T. **; SILVA, Harley.** Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora. 2010. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A056.pdf> Acesso em 28 de jun de 2017.

SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno ; MANSUR, Maíra . **A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities.** In: Márcio Zonta; Charles Trocate. (Org.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. 1ed.Marabá: Editorial Iguana, 2016, v. 2, p. 51-86.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** São Paulo: Terra e Paz, 2016.

INSURGÊNCIAS NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO: metodologia de análise da autogestão dos comuns urbanos

ARRUDA, JEFFERSON. (1); MAZIVIERO, MARIA C. (2)

1. Universidade São Judas Tadeu - LACCE.
Rua Arroio Sarandi, nº 436, apto 43 C, CEP 08485-460 – São Paulo – SP
jda.arruda@gmail.com

2. Universidade São Judas Tadeu - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Monte Alegre, 187, apto 162, Perdizes, CEP 05014-000 São Paulo - SP
mcarolmazi@hotmail.com

Resumo

A autogestão é um exemplo de uma alternativa organizacional presente na prática de movimentos sociais, resistências e insurgências que constituem a apropriação de espaços para uma destinação coletiva e social. A partir dessas ações são delineados os comuns urbanos e as cooperações em rede em contraposição ao sistema político e econômico do capitalismo neoliberal, que expande o seu projeto de privatização sobre as esferas públicas, colocando o Estado como promotor das corporações e mercantilização do espaço urbano.

Dentro dessa questão, identifica-se nos coletivos periféricos de São Paulo a emergência dos comuns, a partir da utilização de diversas práticas de articulação social e política e da ressignificação de espaços urbanos. Essa emergência posiciona-se como uma nova subjetividade, formulando uma nova alternativa urbana e social que busca superar a dicotomia entre Estado e Mercado, e constituir um modo de se pensar a cidade com base em um olhar mais democrático, tendo a autogestão como aporte principal e ferramenta de organização não autoritária. Desse modo, concebe-se um olhar para os movimentos sociais das periferias da cidade de São Paulo como um objeto empírico dotado de novas alternativas, ferramentas e instrumentos de gestão opostos às formas hegemônicas de se pensar cidade, economia, organizações sociais, cultura e políticas públicas.

Identificando uma potencialidade dessas insurgências no espaço marginal da metrópole paulistana, é planejado uma metodologia de análise da autogestão dos comuns urbanos através de um olhar que se divide em duas instâncias. A primeira delas busca extrair as principais características de gestão desses movimentos sociais, que revelam na sua articulação aspectos como liderança distribuída, articulação em rede, horizontalidade, compartilhamento, colaboração, cooperação e solidariedade, posturas que desenham um processo autogerido. A segunda instância questiona como a autogestão empregada ao comum pode ser representada em termos jurídicos e se manifestar sob formas de democracia dos comuns, fomentando processos participativos que revertam a ordem "de cima para baixo" de se planejar o urbano, tornando-a "de baixo para cima" a partir da gestão e propostas da sociedade civil organizada.

Essa metodologia tem o intuito de ir ao encontro de um projeto democrático revolucionário, para evidenciar possibilidades frente a estratégias e ideologias dominantes de gestão e planejamento, posicionando a produção do comum urbano em um papel protagonista para o exercício da democracia urbana e planejamento das cidades contemporâneas.

Palavras-chave: *autogestão, insurgências, coletivos periféricos, comuns urbanos.*

1. Insurgências nas Periferias de São Paulo

As insurgências periféricas aqui retratadas fazem parte de um processo de apropriação das formas emergentes e experimentais, fora do controle ideológico e governamental que conotam o urbanismo insurgente ou tático. Esse urbanismo é retratado a partir de projetos urbanos colocados em prática através da experimentação, do "faça você mesmo", formulando intervenções de forma acupuntural, imediata ou provisória, com o intuito de resolver ou mitigar problemas urbanos em uma escala local, mas que são oriundos de um planejamento urbano de escala mais ampla. É colocado em prática por grupos sociais que enfrentam problemáticas urbanas em comum e que reúnem um conhecimento interdisciplinar para enfrentá-los com uma organização horizontal e não autoritária e de forma prática. Desse modo, mobiliza-se uma ação feita "de baixo para cima", cuja essência destoa e se opõe a quaisquer forças ideológicas dominantes.

Esse processo é uma resposta a uma crise dentro do planejamento urbano, proveniente de uma lógica neoliberal na gestão das cidades que teve a sua ascensão no Brasil a partir do início da década de 1990. Foi formulado um urbanismo que procurava colocar as cidades dentro da lógica do capital globalizante, onde o Estado começou a agir de forma promotora com os interesses mercadológicos. Como impacto dessas posturas e ideologias, observa-se uma privatização do espaço urbano, com o crescimento de condomínios fechados, centros comerciais e customização de infraestruturas "premium", planejando a cidade como um produto ou mercadoria.

Esse produto deveria estar apto e dotado de infraestruturas e serviços para que nele pudessem ser instalados as grandes corporações e multinacionais, projetando assim a localização da cidade global dentro das metrópoles, o espaço "glocal" (GRAHAM; MARVIN, 2001). No entanto a cidade global mostrou-se como um mito, devido a uma fragmentação urbana como resultado desse produto, que privilegia a classe social economicamente e ideologicamente dominante em detrimento da população mais pobre, que constitui a maioria da população no território urbano. Além disso, a fragmentação urbana e a produção mercadológica do urbano representaram ainda a falha do Estado e das parcerias do Estado-Mercado em fornecer infraestruturas e serviços em favor do bem-estar social.

Dentro desse contexto surgem as necessidades do auto fazer em resposta aos problemas urbanos e socioeconômicos. Essa resposta tem como base a tática, como colocado por Michel de Certeau (2012, p. 94-95) que discorre sobre a tática como a arte dos oprimidos, com movimentos dentro do campo controlado pelo inimigo aproveitando as oportunidades que surgem dentro desse campo. Esse movimento a partir do auto fazer representa uma ação sem muito controle, mas como um jogo em reação ao que é oferecido e com as ferramentas disponíveis no espaço e tempo. A partir da tática surgem as autonomias, as práticas urbanas anti-hegemônicas, lideradas por singularidades e movimentos sociais com novas práticas e alternativas econômicas, culturais e de sustentabilidade ambiental, configurando as insurgências urbanas.

Indo para uma questão prática e considerando uma metrópole como São Paulo, essas experiências ocorrem em todo o seu território, que como um todo é afetado pela produção cidade-produto. Contudo, as práticas insurgentes que ocorrem no eixo constituído pela região central e sudoeste de São Paulo ganha maior ênfase partir da notoriedade que movimentos sociais obtiveram a partir do marco das Manifestações de Junho de 2013, que configurou uma gama de manifestações e reivindicações em abrangência nacional eclodidas a partir da insatisfação com o aumento das tarifas no transporte público.

Essa região da metrópole paulistana concentra as maiores ofertas de empregos formais, infraestrutura, e concentração das maiores rendas per-capitas, como pode ser observado a partir dos dados mapeados a seguir, analisando os domicílios segundo a renda e a distribuição de empregos dentro do município de São Paulo.

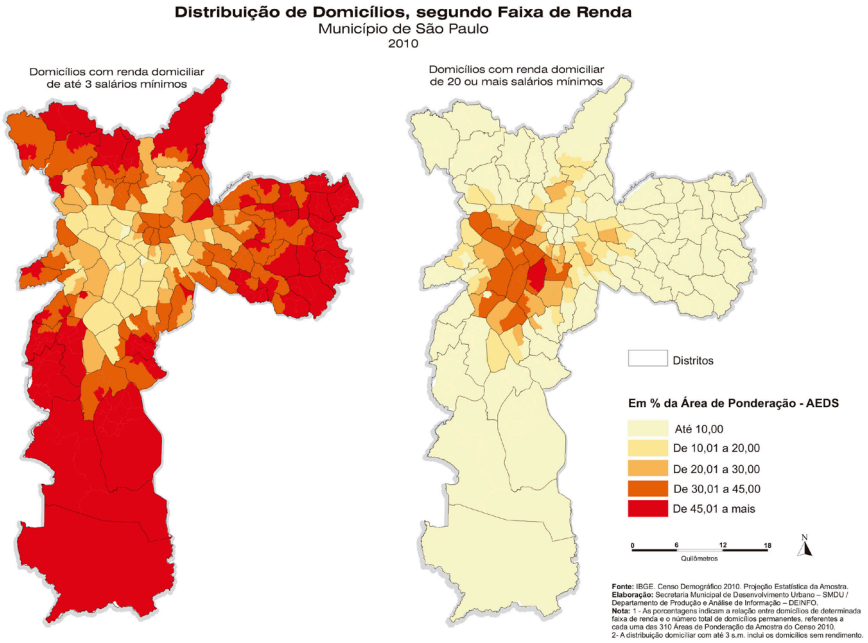


Figura 01: Mapa da Distribuição de domicílios segundo Faixa de Renda. FONTE: Portal Infocidade da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/13_distribuicao_dos_domicilios_segundo_faix_2010_10817.pdfhttp://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/13_distribuicao_dos_domicilios_segundo_faix_2010_10817.pdf>. Acesso em 02/10/2017.

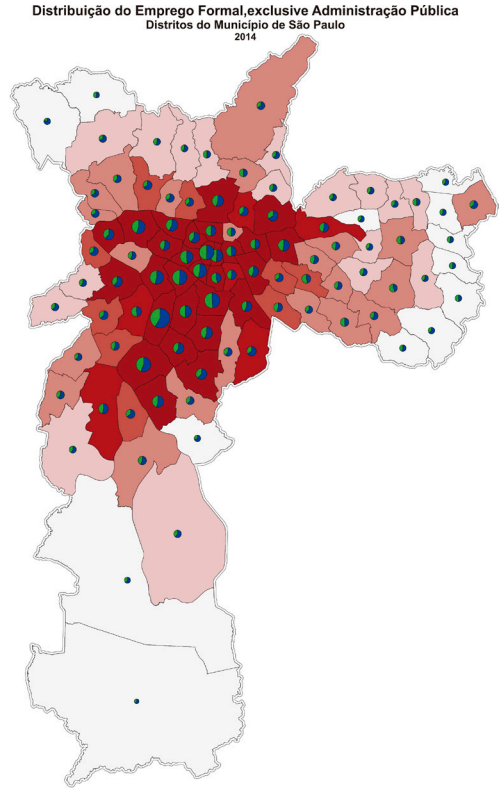


Figura 02: Mapa da Distribuição de empregos formais no Município de São Paulo. FONTE: Portal Infocidade da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/18_distribuicao_do_emprego_formalexclusive__2014_10473.pdf >Acesso em 02/10/2017

Os dados dos Mapas 01 e 02, expressam como as bordas do município de São Paulo constituem a periferia urbana e como o município é um território desigual, onde os investimentos, serviços e infraestruturas estão concentrados em uma única região, enquanto que o crescimento populacional é espraiado em direção às franjas da cidade, fruto de um urbanismo fragmentado onde as disparidades tornam-se evidentes a partir de análises de dados como os apresentados.

Logo, percebe-se que a difusão das práticas insurgentes está na região mais favorecida da cidade. Entretanto, o desenvolvimento da metodologia de análise

das insurgências debruça-se sobre o território periférico da cidade, perguntando-se como as práticas descritas anteriormente ocorrem nesses espaços. Segundo a lógica de gestão, questiona-se quais são as singularidades dessas ações no contexto periférico e como se diferenciam das práticas da região central, procurando tecer relações e diferenças entre periferia e centro e ainda entre as próprias práticas presentes na periferia.

2. Insurgências, Coletivos Urbanos e o Sujeito Periférico

Através de um olhar para as periferias da cidade de São Paulo e os movimentos que caracterizam as singularidades dos indivíduos desse território, observa-se que essas ações insurgentes são expressas principalmente por coletivos e grupos culturais. No entanto, o que diferencia os coletivos da periferia de São Paulo dos coletivos da região central é de que nas periferias, além de formularem uma resposta tática frente aos problemas urbanos, a ação dos coletivos constitui uma articulação política e social através do uso das linguagens da cultura periférica. Essa articulação faz parte também de um processo de formação de identidade da população periférica segundo as suas dinâmicas e questões singulares agrupadas pela cultura como fazer político.

Essa identidade ou narrativa faz parte de uma nova subjetividade, elaborada pela própria população periférica em um processo que a colocam em um papel ativista e de protagonismo frente às desigualdades e estigmas que as periferias são carregadas. A subjetividade periférica ganha notoriedade no cenário urbano a partir do início da década de 1990, em um momento onde há a retração dos movimentos sociais e políticos que estavam ganhando ênfase com a redemocratização brasileira desde meados da década de 1980. Esses movimentos sociais eram representativos da população periférica uma vez que eram pautados principalmente pela reivindicação por moradia e direito à terra, e pela articulação dos núcleos de base em torno da ideologia política de esquerda movimentada por sindicatos e organizações de trabalhadores.

As reivindicações e movimentos sociais no entanto, passam a se retrair no início da década de 1990 com a derrota de partidos políticos representativos desses movimentos sociais e o avanço do neoliberalismo em escalas municipal à nacional, como pode ser observado na gestão da prefeitura de São Paulo com a liderança do prefeito Paulo Maluf a partir de 1993, e na presidência de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, ambos durante a década de 1990.

Já foi descrito as problemáticas de fragmentação urbana como consequência para as cidades a partir de uma gestão neoliberal, porém no que diz respeito especificamente às periferias de São Paulo, essa retomada neoliberal significou um impacto na economia e nas relações que esta estabelece com a população periférica. Esse impacto caracterizou o decaimento dos empregos formais e consequentemente o aumento da atividade informal e do desemprego que afetou de modo significativo a classe popular. Além disso, o Fordismo que por muito tempo orientou condutas e perspectivas da classe trabalhadora, a partir da sua crise no final do século XX, provocou a falta de oportunidades para ascensão social pautada pelo trabalho formal, desestabilizando a classe trabalhadora, e moradora da região periférica. (D' Andrea, p. 56, 2012)

Como um todo, essas mudanças conotam uma perda de referenciais da população periférica, porém foi o ponto catalisador para o início de uma nova subjetividade que formulou as insurgências dentro do território periférico. Como uma resposta tática, essa narrativa reafirma a existência das periferias, sua população e seu lugar no mundo, em um processo que retirou o seu estigma e o substituí-lo pelo orgulho através da apropriação e aceitação do rótulo periférico e na formulação dos seus referenciais próprios.

O processo de substituição do estigma para orgulho tem como grande influência a ascensão de grupos de Hip-Hop que também fizeram parte do cenário da década de 1990. Esse gênero musical passa a ser difundido ao retratar o cotidiano, valores e comportamentos da população periférica, sendo um fator de representatividade e empoderamento dessa população, encontrando uma brecha a todos os refluxos de representação que a afetavam.

Carregado desse orgulho da condição periférica e a partir de iniciativas que tinham o intuito de formar uma resposta a situação de violência, pobreza e a perda dos referenciais ideológicos, enfatizando a cultura das periferias e os seus potenciais, forma-se o que se chama de sujeito periférico:

> *(...) o sujeito periférico é quem tomou posse de sua condição periférica. Quem descobriu e assumiu essa condição. Quem transmutou-se de ser passivo a ser ativo dessa condição. De periférico em si para periférico para si (...) aqui quando empregado, o qualificativo periférico, e sempre em relação à sua forma substantiva, designa: aquele que pertence a uma localidade geográfica com características sociais próximas denominada 'periferia'; aquele que possui uma experiência compartilhada de habitar a periferia; aquele que, por meio dessa experiência, viu-se portador de uma subjetividade 'periférica', aquele que se reconhece por meio dessa condição. (D'ANDREA, 2013, p. 173).*

Os coletivos urbanos além de serem representantes de ações insurgentes, dentro do contexto periférico, são o principal retrato da articulação política do sujeito periférico com a consolidação da periferia e seu lugar no mundo e a ressignifica o papel desse território e da sua população.

Neste processo, há alguns elementos chaves que são desencadeados a partir de uma relação de causa e efeito:

i - a impossibilidades da política para o território periférico;

ii - a elaboração de uma nova subjetividade a partir de um processo que catalisa as impossibilidades e as transformam em potenciais emancipadores da população periférica;

iii – a formulação do sujeito periférico;

iv - a ação de coletivos artísticos, como a ação dos próprios sujeitos periféricos e simultaneamente como a grande representação das insurgências nas periferias da cidade de São Paulo.

Portanto antes de se analisar a gestão das manifestações do urbanismo tático nas periferias é necessário compreender que ele faz parte de um processo de desenvolvimento de identidade da própria população periférica, que culmina na insurgência e na emergência dos comuns nesse território

3. Coletivos Periféricos como insurgência e emergência dos comuns urbanos: estudos de caso

Para configurar a análise dessas ações, são analisados coletivos periféricos que realizam intervenções em espaços públicos e de uso comum. Inicialmente, inicia-se uma identificação desses coletivos no município de São Paulo, dentro das Zonas Leste e Zona Norte, a partir de um mapeamento feito pelo Grupo de Pesquisa CNPQ "Urbanismo na Era Digital" na USJT, liderado pela professora Dr.ª Maria Carolina Maziviero, do qual este processo de pesquisa faz parte, com apoio da FAPESP. Alicerçado por esse mapeamento prévio foi buscado uma aproximação com os coletivos das periferias, colocando a gestão como questão central do estudo.

São estabelecidos dois coletivos para estudo, considerando práticas já consolidadas no território, chegando-se, assim, aos coletivos São Mateus em Movimento, na Zona Leste de São Paulo e o Coletivo Centro Independente de Cultura Alternativa e Social na Zona Norte do município. A imagem 01 identifica e situa no espaço os coletivos selecionados para análise das ações insurgentes nas periferias.

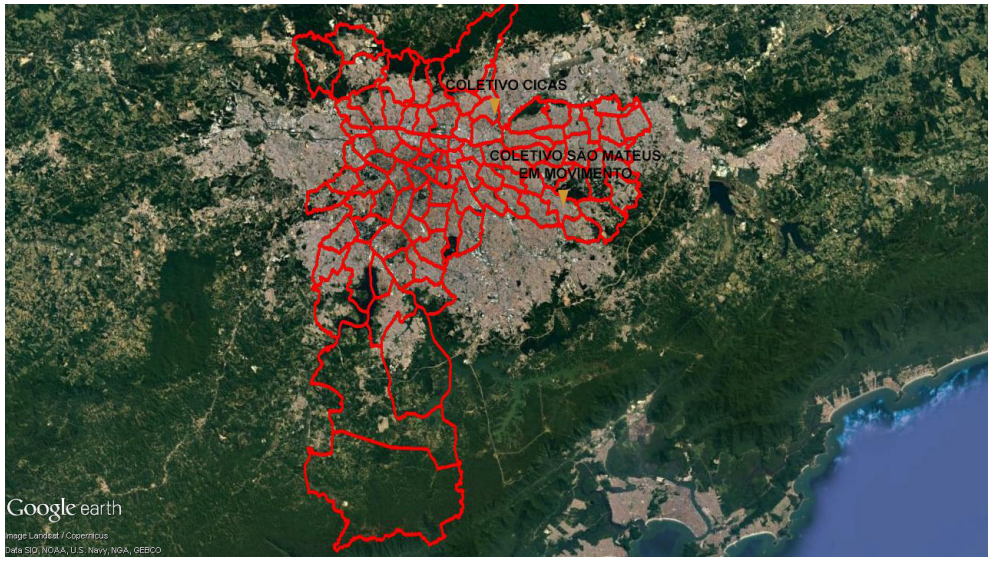


Figura 03: Identificação e localização dos coletivos do estudo de caso. Base Cartográfica: Gooegle Earth. Acesso em 05/10/2017.
LEGENDA
Município de São Paulo e Divisão de distritos

4. Aproximação das práticas insurgentes e resistências periféricas: Coletivo São Mateus em Movimento

O coletivo São Mateus em Movimento desenvolve atividades culturais de forma independente a partir de uma ação na Favela da Vila Flávia no bairro de São Mateus. Desde 2008, as ações do coletivo formulam o cenário cultural dessa região, pois trata-se de um local com escassez de equipamentos culturais oficializados pela prefeitura do município. Por meio da sua ocupação no território, proporciona para as crianças, jovens e adultos da região uma ampla gama de atividades culturais e educativas que vão desde palestras oficinas e rodas de conversa sobre temas diversificados à atividades culturais, shows na rua, festas, além da valorização do empreendedorismo periférico e dos artistas da região.

Destaca-se ainda a articulação em rede e forte posicionamento político em relação ao fomento às periferias que a ação desse coletivo postula. A articulação em rede ocorre a partir de uma relação com outros coletivos que desenvolvem um trabalho dentro da mesma temática, somando-se assim as lutas, as reivindicações e ações de modo cooperativo e solidário, sempre trazendo à tona a questão das periferias em relação à cultura, reivindicando investimentos para essa questão. Mais do que proporcionar lazer e cultura a um local que se mostra ausente sobre essa questão, a intervenção do coletivo formula resistência diante do planejamento cultural da cidade de São Paulo, que concentra esse investimento em um único local, excluindo as periferias da cidade.

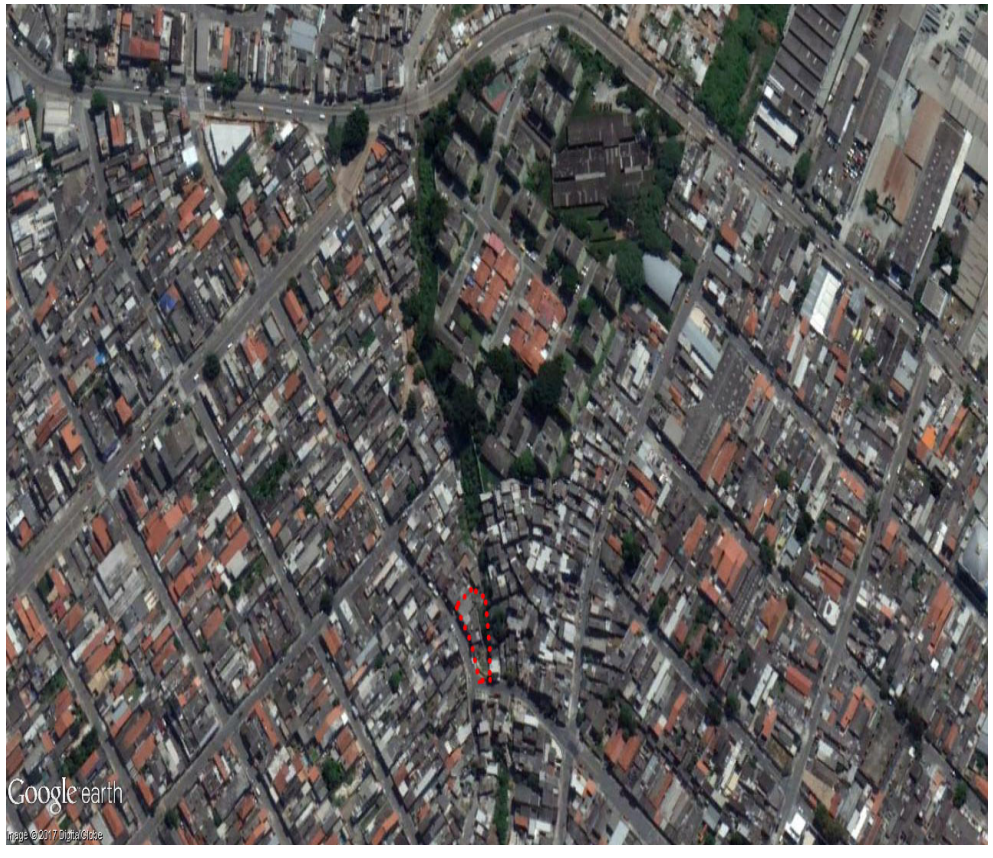


Figura 04: Localização do coletivo - Aproximação do coletivo São Mateus em movimento.
Fonte: Base Cartográfica: Google Earth. Acesso em 05/10/2017

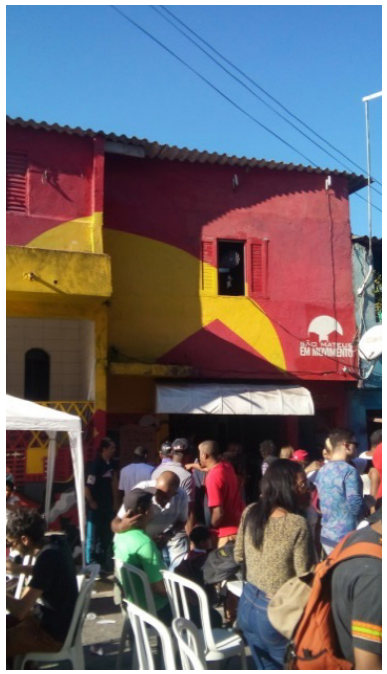


Figura 05: Espaço da sede do coletivo.
Fonte: Acervo do autor.

5. Coletivo Centro Independente de Cultura Alternativa e Social – C.I.C.A.S.

Esse coletivo localiza-se em uma área de grandes conflitos na Zona Norte de São Paulo, envolvendo a questão habitacional, disputa por área pública, e em uma área de estacionamento de Cargas da Rodovia Fernão Dias, onde há um grande movimento em torno de tráfico de drogas e prostituição infantil. É nesse local que desde 2007, o coletivo C.I.C.A.S. desenvolve ações. A sua sede localiza-se em uma área de Habitação de Interesse Social, na COHAB Jardim Julieta, ocupando uma área pública abandonada e sem manutenção que era destinada para o uso comunitário e para a recreação dos moradores da COHAB. A ação que o coletivo articula é voltado para atividades culturais, ambientais e educativas, utilizando-se do espaço da sede para proporcionar à comunidade local acesso à internet, empréstimos de livros, alimentação e oficinas temáticas.

Assim como no caso do São Mateus em Movimento, o coletivo tornou-se a principal ação cultural da região, também devido à falta de opção em cultura e lazer próximos. No entanto, devido o fato do coletivo ocupar uma área pública, inicia-se uma série de conflitos com órgãos e secretarias da Prefeitura de São Paulo que tiveram o interesse despertado nessa área a partir da articulação que o coletivo inicia nela. Os interesses sobre a área são distintos, as secretarias da prefeitura começaram a reivindicar o local para projetos que não dialogam entre si e nem mesmo consideram uma abertura ou diálogo com o coletivo, revelando como o planejamento urbano se mostrou fragmentado nesse local, sem se relacionar com seus diferentes setores de planejamento.

Nesse caso, havia o interesse de transformação do local em uma praça, e a intenção de transformar o local em uma UBS de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Paulo. Simultaneamente a esses embates, o coletivo ganha apoio de editais de cultura para desenvolver atividades culturais no local, o que mostra mais uma vez, a falta de diálogo entre os setores de planejamento.

No entanto, o coletivo reivindicou a sua permanência no local em um processo que ainda se encontra em aberto desde 2012, e por isso a ocupação do coletivo pode permanecer com as suas ações no local.



Figura 06: Localização do coletivo C.I.C.A.S. e elementos importantes do entorno.
Fonte: Base Cartográfica: Google Earth. Acesso em jun./2017.

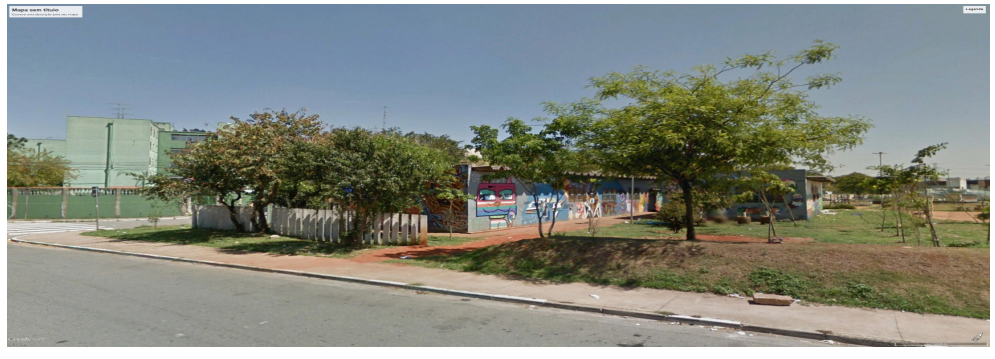


Figura 07: Sede do coletivo.
Fonte: Google *Street View.* Acesso em jun./2017

6. Metodologia de análise das ações autogeridas

A partir de uma aproximação com as resistências urbanas selecionadas para estudo, a metodologia de análise entende a autogestão como motor principal dessas ações e estabelece algumas questões para compreensão das intervenções e propostas de cada ação insurgente e da sua organização. Baseado pela metodologia de análise de ações insurgentes do autor Marcos Rosa (Rosa, 2011) é encontrado a pertinência nas seguintes questões para compreender cada coletivo estudado:

- O Campo - O campo é a apropriação espacial realizada por uma ação coletiva e social. Desse modo é necessário compreender qual a característica do lugar que o coletivo ocupa na cidade, evidenciando quais relações são estabelecidas. Procura-se identificar quais estruturas urbanas e arquitetônicas são ressignificadas a partir da intervenção tática. Nesse tópico interessa entender se a área é pública ou privada, o uso do solo do local, ou se a ocupação se trata de intervenção em um vazio urbano;

- As Insurgências – as insurgências configuram a ação do coletivo no espaço, isto é, como o coletivo atua no campo que lhe é oferecido estabelecendo a sua tática e quais as ferramentas usadas no seu processo de resistência. É analisado as atividades dessas singularidades sociais, compreendendo como ela se manifesta;

- Formas de financiamento: compreender como o coletivo financia as ações insurgentes e a sua permanência no campo. A partir da sua gestão, procura-se compreender como capita recursos financeiros para realizar as suas ações, entendendo quais as ferramentas utilizadas para essa capitação.

- Gestão - analisar a forma de organização de cada coletivo, descrevendo como ela ocorre. Dentro desse tópico encontra-se dois extremos relacionados a gestão. O primeiro é a heterogestão, um modelo mais dominante e propagado cujo exemplo pode ser encontrado em empresas capitalistas, onde há o pressuposto de uma administração hierárquica, com autoridades, relacionamentos formados de cima para baixo, e onde o conhecimento da instituição como um todo é cada vez menor de acordo com o lugar ocupado nessa pirâmide hierárquica.

- O outro extremo é a autogestão, um modelo de organização que tem como base a administração compartilhada entre os seus membros, buscando uma horizontalidade ou uma hierarquia de representação. Nesse caso as decisões são tomadas em conjunto através de assembleias e reuniões e quando há hierarquia de representação as vontades ou decisões são colocadas de baixo para cima. Não se trata de negar a liderança, porém coloca-la de modo menos autoritário.

- Neste ponto, procura-se compreender como ocorre a gestão de cada coletivo, se mais próximo à heterogestão ou à autogestão. Ou ainda se a gestão se encontra no meio termo entre esses dois extremos.

- Desdobramentos: a partir da articulação de cada coletivo, ponderar qual o impacto das ações no espaço urbano, isto é, a partir das resistências formuladas pelos coletivos, quais foram os benefícios ou mesmo desvantagens para o local de intervenção, de curto a longo prazo, tanto em relação à paisagem urbana, como também ao sentido social e de comum urbano.

7. Principais resultados

A título de reunir todas as questões pertinentes a partir da metodologia de análise, formula-se uma imagem sobre as ações insurgentes das periferias a partir da reunião dos principais resultados que contribuem para a caracterização das resistências nas periferias a partir dos estudos de caso.

	CAMPOS	INSURGÊNCIAS		FORMAS DE FINANCIAMENTO	GESTÃO
		ATIVIDADES	FERRAMENTAS		
COLETIVO SÃO MATEUS EM MOVIMENTO	Ocupação de um espaço privado em uma residência cedida pelo dono dentro da Favela Vila Flávia.	Oficinas sobre cultura digital, grafite e artesanato. Desenvolvimento de atividades de música e dança relacionadas ao Hip-Hop, almoços comunitários, shows e festas na rua.	Estruturas físicas e arquitetônicas dentro do espaço da sede do coletivo e coberturas provisórias na rua, formulando esse espaço como uma extensão do uso coletivo e social da sede.	Dentro do histórico do coletivo, as formas de financiamento buscaram principalmente os editais de cultura da Prefeitura de São Paulo que fomentam práticas culturais independentes. Na ausência desses financiamentos é recorrido ao empreendedorismo local a partir da venda de uma marca de roupas desenvolvida pelos membros do coletivo, e a um financiamento coletivo através das mídias digitais.	Distingui-se da heterogestão, adotando a autogestão e liderança compartilhada do espaço entre os articuladores culturais e ativistas. O coletivo coloca-se também em uma rede de compartilhamento e práticas que gerem um movimento reivindicando por fomento às periferias.
COLETIVO C.I.C.A.S.	Ocupação de uma edificação pública destinada a área de recreação da COHAB Jardim Julieta. O espaço encontrava-se vazio, sem manutenção, e sujeito à atividades ilícitas e a vandalismo.	Atividades musicais e de dança, biblioteca comunitária dentro do espaço, acesso à internet, almoços comunitários, atividades educativas relacionadas ao aprendizado de idiomas e práticas sustentáveis.Exibição de filmes e peças teatrais dentro do espaço.	Infraestruturas arquitetônicas construídas de modo coletivo dentro da sede, como mobiliários, estúdios de som e o aproveitamento da infraestrutura pré-existente do espaço.	O coletivo recorre a editais de cultura que fomentam práticas independentes, sendo o principal meio de adquirir verbas para as suas ações.	O coletivo adota uma autogestão para se organizar, onde a liderança é compartilhada e também rotativa. Desse modo os membros como um todo participam da tomada de decisões dentro da gestão. A gestão do coletivo também coloca-se em uma rede que constitui uma agenda cultural das periferias e as reivindicações para o fomento à cultura periférica.

Figura 08: Tabela dos principais resultados sobre a gestão das ações insurgentes.
Fonte: Autor.

8. Desdobramentos

Sobre os desdobramentos os quais não se encontram tabelados, destaca-se no caso do coletivo São Mateus em Movimento, a formulação de um ponto de cultura local. A partir da sua experiência de resistência às formas dominantes de se construir e planejar a cultura na cidade de São Paulo, o coletivo juntamente à suas práticas projeta o cenário cultural da região, sendo uma opção de cultura e lazer para a comunidade e que é carregado de engajamento político.

No caso do coletivo C.I.C.A.S., existe o mesmo desdobramento que o coletivo São Mateus em Movimento relacionado às práticas culturais dominantes, no entanto devido à condição da área pública em que o coletivo ocupa como sede, ele se situa em um cenário de resistência muito forte de reafirmação da sua permanência no espaço, o que já não é recorrente no caso do coletivo São Mateus em Movimento, uma vez que esse ocupa uma área privada em comum acordo com seus proprietários.

Além desses fatos fica claro que para a gestão dos coletivos ocorrer em relação a financiamento a questão de políticas públicas de fomento a cultura independente é de extrema importância. Essas políticas públicas são caracterizadas por editais de cultura que colocam uma determinada verba disponível a um certo número de grupos culturais. No caso de São Paulo, há o programa VAI - Valorização de Iniciativas Culturais, que se divide em VAI I e II.

O VAI I foi criado em 2003 e o VAI II em 2013, ambos programas tem a finalidade de promover a inclusão cultural e apoiar iniciativas culturais independentes atendendo de forma plural as diferentes linguagens artísticas, grupos e coletivos urbanos. A diferença entre esses dois programas está no valor do financiamento e o público alvo. O VAI I, destina-se a pequenos grupos culturais e o II a grupos mais consolidados, disponibilizando verbas maiores.

Ainda que sejam políticas importantes para a gestão das ações insurgentes nas periferias não se deve romantizá-las uma vez que são editais que trabalham sobre a lógica da competição, sem ir de encontro à cooperação em rede que já ocorre entre os coletivos periféricos. Além disso, possuem uma linguagem burocrática e não compõem uma parcela justa de financiamento frente à disponibilidade de verbas dos grandes equipamentos culturais da cidade de São Paulo, explicitando a dicotomia entre as culturas dominantes e eruditas e as manifestações populares de cultura em arte e como isso está presente dentro da forma de se planejar a cidade e suas políticas.

A luta e reivindicação por financiamento, no entanto foi uma pauta que desencadeou a gestão da articulação em rede dos coletivos periféricos, que se organizaram de forma a exigir editais de cultura mais justos, compondo uma luta por direito à cultura e fomento às periferias. O principal desdobramento dessa articulação em rede foi a Lei de Fomento às Periferias, aprovada em junho de 2016 na Câmara Municipal. Essa lei foi escrita pelos próprios coletivos periféricos, em uma resistência organizada em torno do Movimento Cultural das Periferias para escrever um Projeto de Lei que garantisse financiamento para grupos culturais das periferias, reivindicando um reconhecimento das práticas insurgentes e culturais consolidadas no território, através de financiamentos maiores e menos limitados.

No contexto de reivindicação por financiamentos está também a questão da institucionalização dessas práticas, na medida em que esses coletivos necessitam criar um CNPJ, ou converter-se em títulos de Ponto de Cultura, Casa de Cultura ou Ocupação Cultural dentro dos padrões da Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, para ter acesso a financiamentos e fomentos. No entanto esse processo de institucionalização não afeta a gestão independente e autogerida do coletivo, uma vez que essência das intervenções são mantidas.

O caso do coletivo C.I.C.A.S., no entanto é singular em relação ao processo de institucionalização. Através de um diálogo e aproximação com o coletivo, foi visto que ele se institucionalizou completamente devido às pressões dos conflitos da sua resistência em uma área pública disputada. Após quase dez anos de ações, a equipe que articulava as ações no local passa a sua gestão para a associação de moradores da COHAB Jardim Julieta, e entra em um processo de apoio a artistas periféricos, no entanto de forma institucional e menos aberta.

Mas nesse caso, através da ocupação do coletivo houve um desdobramento do despertar para o uso de um espaço comunitário, onde este fica destinado à gestão dos próprios moradores.

9. Insurgências Periféricas como Instituição do Comum

A autogestão presente nas práticas dos coletivos estudados é a forma tática que dialoga de forma opositiva às estratégias dominantes e estabelecidas de produção e planejamento urbano. Ao mesmo tempo em que existe uma resistência proveniente de movimentos sociais, como no caso dos coletivos periféricos, há os grandes projetos neoliberais que desde o final do século XX avançam de forma global e promovida pelo próprio Estado. Emerge a preferência pelo lucro, capital,

propriedade privada, fragmentação urbana e o pensamento mercadológico que beneficia poucos (a minoria dominante economicamente e ideologicamente) em detrimento de muitos.

Desse modo a gestão das insurgências coloca-se como uma forma anti neoliberal e pós-capitalista (Dardot; Laval, 2015 p. 268). As ações aqui estudadas representam intervenções urbanas que procuram favorecer um interesse social e coletivo em relação a todas exclusões sociais e econômicas que se manifestam atualmente. O posicionamento dessas práticas contesta e desfaz as ideologias hegemônicas da sociedade atual através das suas práticas e ferramentas utilizadas, e baseiam-se na cogestão e comunicação manifestadas em processos colaborativos de produção social e urbana.

Dentro das insurgências estudadas, essa produção é a própria emergência da produção do comum, que ultrapassa as divisões tradicionais da sociedade contemporânea, na medida em que supera os sentidos de individualidade e principalmente de público e privado e as suas insuficiências diante das demandas e problemas urbanos. Esse binômio é reinterpretado pelos movimentos sociais e suas práticas não dominantes em novas redes de informação, cooperação de forma mais democrática que formula o comum, colocando-se como uma alternativa e forma de experiência diante desse binômio.

Com a inversão hierárquica dessas práticas há a inserção dos indivíduos no centro, carregando essa produção do comum de um sentido social e urbano biopolítico, a partir dos interesses não burocráticos. Segundo Michal Hardt e Antônio Negri (2005, p. 268) essa passagem constitui o avanço da *Res-Publica* para *Res-Communis*, encaminhando para uma democracia global pós-liberal e pós capitalista.

10. O Comum dentro do Planejamento Urbano

Como um complemento da metodologia de análise da gestão dos comuns urbanos, debate-se a questão de como essas práticas podem entrar na agenda do planejamento urbano, considerando que são representações de organizações e movimentos sociais e estão relacionados com a produção urbana de forma resistente às imposições do Estado ou Estado/Mercado. Contudo, pergunta-se como imaginar essa forma de participação ou resistência às privatizações de serviços, infraestruturas e bens públicos sem retornar a questão de público e privado. Quais as alternativas mostram-se eficazes e pertinentes neste caso?

Já foi colocado como a produção do comum supera esse binômio, ao agrupar a vontade civil no centro da produção das cidades. A luz para essa nova possibilidade abre caminho para uma produção do comum como experiência central, formulando uma renovação urbana revolucionária, em um processo de passagem da autogestão praticada pelas práticas insurgentes para o centro do debate do planejamento urbano.

Essa passagem indica uma mudança da postura do Estado no planejamento. Estabelecendo um comparativo com as parcerias público-privado, nessa mudança de postura, o Estado agiria como co-gestor do território em uma parceria "público-comum". Isso implica em uma participação da sociedade civil além do que é colocado pelos marcos regulatórios que garantem a participação no planejamento urbano e regional, uma vez que quando essa participação ocorre é de forma consultiva e deliberativa. O pressuposto de uma parceria "público-comum" coloca a vontade do comum no centro, onde as propostas partiriam dessas práticas e o Estado funcionariam como uma cinta de amarração co-gerindo todo esse processo, onde a autogestão do comum transcende a sua própria produção e é introduzida na produção e planejamento da cidade.

Trata-se da ligação da produção biopolítica e do comum (Hardt; Negri, 2005, p. 269) que se abre para novas possibilidades e alternativas para a associação do comum na gestão de bens e serviços. É uma nova subjetividade que necessita, no entanto, de uma formulação de instrumentos jurídicos acerca do comum e as suas questões centrais. As práticas das insurgências periféricas estudadas colocam o comum como um ator urbano carregado de experiências normativas e alternativas que podem colocá-los no debate e no centro da produção urbana.

11. Democracia dos comuns e gestão compartilhada

Embora esse processo de parceria "público-comum" ainda necessite de um apoio jurídico, existem práticas onde esses processos já ecoam. Entre os casos mais desenvolvidos está o laboratório democrático de Madrid. Após uma intensa movimentação de práticas insurgentes e de autogestão, a prefeitura da cidade inicia um processo de abertura para uma prática democrática *bottom up*, onde os próprios cidadãos iniciam um processo de tomada de decisão e propostas políticas.

Essa prática ocorreu amparada pelas redes digitais, através de plataformas onde a sociedade civil poderia formular propostas que poderiam ser votadas pela sociedade e submetida a um orçamento. Essa experiência revelou mais do que participação, mas uma prática que coloca o conceito de democracia em um novo campo, envolvido pela produção biopolítica fazendo emergir a partir do comum, a democracia do comum. Desse modo as forças sociais inserem-se dentro da ciência urbana, em um projeto de renovação urbana que coloca o comum urbano para a formulação de um futuro que será obra sua.

Mais do que associar o comum com o Planejamento Urbano através de um arcabouço jurídico, o desafio é criar mecanismos de proteção dos comuns frente aos avanços do capital das privatizações e das parcerias público-privado no contexto neoliberal. É necessário compreender quais saberes essas experiências podem fornecer em relação a alternativas ao poder dominante através de práticas mais democráticas e que representam valores de coletividade.

O caminho percorrido buscou evidenciar uma passagem da formação da identidade do sujeito periférico colocando-o como insurgência e como um comum urbano. São práticas uma entre diversos casos urbanos em uma rede de produção e do comum urbano. Resta se posicionar sobre o comum reconhecendo pode ser formulado a partir das insurgências que se destacaram entre as crises urbanas.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **Cidade do Pensamento Único: Desmanchando conceitos.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BRENER, Neil. **Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** Revista E-Metrópolis, ano 07, nº 27, 2016. Disponível em:

< http://emetropolis.net/edicao/n27>. **Acesso em out/2017.**

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1*: **Artes do Fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

D'ANDREA, Tiarajú P. **A formação do sujeito periférico: Cultura e política na periferia da cidade de São Paulo.** 2013. 309 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERREIRA, João S. **São Paulo – O Mito da Cidade Global.** 2003. 336 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon. **Splintering Urbanism: Networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition.** London; New York: Routledge, 2001.

GUTIÉRREZ, Bernardo. **Madrid do comum.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 09, página 96 - 103, 2016.

_____. **Madrid, um laboratório democrático.** Open-Democracy - Democracia Abierta, 2017.

Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/bernardo-

guti-rrez/madrid-um-laborat-rio-democr-tico>. **Acesso em set/2017.**

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de janeiro: Record, 2003.

_____. *Multidão***: guerra e democracia na era do Império.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes***: Do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Condição Pós-Moderna***: Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Propriedade, apropriação social e instituição do comum.** São Paulo: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 27, n1, 2015

LEFEVBRE, Henri. **O direito a cidade.** São Paulo: Documentos, 1969

MAZIVIERO, M.C. **Urbanismo insurgente: modo alternativo de produção e apropriação de espaços públicos na periferia de São Paulo.** Delft: The 17th International Planning History Society Conference, 2016.

NUNES, Rodrigo. **Liderança Distribuída.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 09, página 10 - 19, 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

(IN)VISIBILIDADES, ESTÉTICA E POLÍTICA NA POTÊNCIA DO CORPO: cartografando dissidências no/do espaço habitado no contexto da educação e da cidade

SANTOS, RODRIGO GONÇALVES DOS (1); NASCIMENTO, ELAINE CRISTINA MAIA (2)

1. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ). Grupo Quiasma ARQ/UFSC.
rodrigo.goncalves@ufsc.br

2. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ). Grupo Quiasma ARQ/UFSC..
elanascimentoarq@gmail.com

Resumo

Como trazer a noção de cartografia do espaço habitado atravessando uma ideia de registro videográfico de tal cartografia? Sugerimos e insinuamos uma atividade de cunho experimental imprimindo uma maneira de ler a cidade contemporânea explorando a experiência subjetiva embasada no marco teórico fenomenológico. O cotidiano na/da arquitetura e cidade; as manifestações artísticas, políticas e culturais; feiras livres; comércios populares; dentre muitas outras ações; são cartografadas trazendo a potência dos discursos de um corpo na/da cidade na apreensão do espaço vivido. Trata-se de um registro híbrido entre escrita experimental e registro videográfico do processo de apreensão da cidade contemporânea, uma possibilidade investigativa na qual a documentação torna-se a própria proposição videográfica. Apresentamos a noção de que num projeto de arquitetura e urbanismo, ao (re) inventar o mundo e seus lugares, é possível notar momentos em que a cartografia pode ser utilizada como alternativa metodológica para traçar percursos poéticos. É situado um debate estético-político de compartilhamento do sensível, por meio de um diálogo socialmente comprometido no entendimento, apreensão e qualificação da cidade contemporânea. Adentra-se na compreensão das pré-existências (in)visíveis em vez de substituí-las por discursos dominantes, colocando a experiência do corpo na cidade em suspensão. Sob este ângulo, o lugar não é o suporte para o projeto de arquitetura e urbanismo. O lugar é o próprio projeto requisitando partilhas sensíveis nas esferas estética e política. O desenho aqui em questão é o de uma cidade dissidente à uma dominação trazendo a diferença numa perspectiva interdisciplinar e sua repercursão em experiências estéticas e no contexto da educação e da cidade.

Palavras-chave: *cartografia, corpo, cidade, estética, política.*

1. Cartografia como experiência perceptiva no contexto da educação e da cidade

> *"Mais de que meios o arquiteto dispõe para apreender e cartografar essas produções de subjetividades que seriam inerentes ao seu objeto e à sua atividade? Poder-se-ia falar aqui de uma transferência arquitetural que, evidentemente, não se manifestaria através de um conhecimento objetivo de caráter científico, mas por intermédio de afetos estéticos complexos." (GUATTARI, 1992, p. 161)*

Como trazer a noção de cartografia do espaço habitado atravessando uma ideia de registro videográfico de tal cartografia? Sugerimos e insinuamos uma atividade de cunho experimental imprimindo uma maneira de ler a cidade contemporânea explorando a experiência subjetiva embasada no marco teórico fenomenológico. Neste movimento, as bases emergem da noção de corpo em Merleau-Ponty (1994) e experiência espacial-sensorial em Pallasmaa (2011). Crescendo no referencial teórico, desenvolvem-se experimentações videográficas de registro de ações de diversos atores do espaço da cidade e da arquitetura. O cotidiano na/da arquitetura e cidade; as manifestações artísticas, políticas e culturais; feiras livres; comércios populares; dentre muitas outras ações; são cartografadas trazendo a potência dos discursos de um corpo na/da cidade na apreensão do espaço vivido. As ações são alvo para estudos ora teorizados e servirão de palco para construir bases conceituais em intervenções no/do espaço habitado. Assim, trata-se de um registro híbrido entre escrita experimental e registro videográfico de todo processo de apreensão da cidade contemporânea. Trata-se, logo, de uma possibilidade investigativa na qual a documentação torna-se a própria proposição videográfica.

Com o intuito de situar um debate estético-político de compartilhamento do sensível, por meio de um diálogo socialmente comprometido no entendimento, apreensão e qualificação da cidade contemporânea, apresentamos um fragmento dos estudos sobre *Diferença, Estética, Educação e Cidade*, uma das linhas de pesquisa do *Grupo Quiasma: Estudos e pesquisas interdisciplinares em arquitetura, corpo e cidade*[1] a qual tem como objetivo investigar a diferença numa perspectiva interdisciplinar e sua repercursão em experiências estéticas e no contexto da educação e da cidade. Sob esta ótica, na formação de futuros/as arquitetos/as trazemos na *cartografia do lugar* um exercício experimental como alternativa metodológica aos "diagnósticos" tradicionais. São cartografias das áreas em estudo de disciplinas de projeto (ateliê) ministradas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC desde 2013. Tais cartografias têm dois momentos: (1) de contaminação [percepção + contaminação do espaço pela experiência de percorrê-lo], e (2) de interação [contaminação + comunicação com habitantes/usuários por meio de entrevistas].

A cartografia se configura enquanto um método de pesquisa intervenção no qual o/a pesquisador/a, munido de diretrizes, traça caminhos e percursos que se constituem no próprio "produto final", ou seja, o que será produzido de um processo de pesquisa não se configura em observações posteriores, mas no próprio percurso onde, durante ele, o cartógrafo traça suas metas. Pensado inicialmente por Gilles Deleuze e Félix Guatarri, a cartografia visa acompanhar um processo, não representar um objeto.

> *Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia. O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias. (ROLNIK, 2006, p.12)*

[1] O Grupo Quiasma (ARQ/UFSC) é cadastrado no Diretório de Grupos CNPq e certificado pela UFSC. Site do grupo: http://grupoquiasma.wixsite.com/grupoquiasma

A partir do embate entre métodos qualitativos e quantitativos, os métodos relativos à produção de subjetividades recaem em metodologias qualitativas. Porém, da mesma forma que pesquisas ligadas a questionários específicos e *sofwares* avançados trazem para a pesquisa quantitativa qualidade e exatidão científica, a necessidade de métodos mais abertos para a pesquisa de processos de subjetivação resulta em uma problemática. Ainda, considerar apenas a distinção entre qualitativo e quantitativo se apresenta insufciente na qualidade de registrar processos, já que a realidade atua de maneira múltipla e complexa (PASSOS, KASTRUP e ESCOSSIA, 2014). Nesse sentido, o cartógrafo tem que distribuir sua atenção para os diversos fluxos de criação, e operar sobre um coletivo de forças situadas no plano ontológico. Nesse sentido, é adotada a transversalidade como diretriz metodológica, que se traduz na pesquisa através da participação, inclusão e tradução, buscando duscursos múltiplos e construídos a partir de coletividades. (KASTRUP e PASSOS, 2013). A cartografia opera como possibilidade de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades (PASSOS, KASTRUP e ESCOSSIA, 2014).

Os processos de ensino baseados na ciência moderna se apoiam em Descartes, no princípio de que se um fenômeno é complexo ele deve ser simplificado para o seu entendimento e "como conseqüência dele, a prática pedagógica tendeu a organizar-se nos moldes da disjunção dos pares binários: simples-complexo" (SANTOS, 2008, p. 72-73), o que acabou cristalizando o conhecimento em áreas específicas e delimitadas. Não seria possível então ligar tal relação de fragmentação com a prática projetual recorrente em arquitetura e urbanismo? A complexidade que envolve a produção do edifício ou do desenho urbano dentro da universidade parece ser extremamente marcada pela tentativa de simplificação partida da fragementação. Mas até que ponto tal fragmentação aparece como possibilidade benéfica dentro dos processos de ensino?

> *A metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: metá-hódos. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-hódos em hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. (PASSOS e KASTRUP, 2014, p. 10 – 11)*

Sob essa ótica, a cartografia se configura enquanto possibilidade de apreensão de processos nos quais a produção de subjetividades apareça como substância essêncial para a pesquisa. Permite a reflexão a partir de um materival vivo que é construído no dercorrer da pesquisa com o envolvimento do corpo do pesquisador no processo. É pautada em estratégias que evidenciam a construção de ambientes de experimentação e análise, com o rigor científico, porém abertos à produção de devires, que englobem problemáticas que fogem aos métodos fregmentários disciplinares e que se constituem importantes dentro da reflexão proposta. Abre possibilidades para o "pesquisador se manter no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial" (PASSOS e KASTRUP, 2014, p.56).

Porque propor a cartografia como metodologia de trabalho é interessante para a prática disciplinar do projeto em arquitetura e urbanismo? Entendendo a necessidade de que o projeto esteja ligado à criação de oportunidades criativas para futuros/as arquitetos/as, e por entendê-o como "processo", percebemos ser relevante a relação do/a estudante com o todo complexo, sendo a cartografia uma possibilidade de abertura de relações, tanto entre projeto e estudante quanto entre realidade sócio-espacial e estudante.

Com a cartografia, trazemos uma tarefa principal semelhante a de Merleau-Ponty a qual seria investigar a experiência perceptiva como base das relações entre ser humano e mundo. As pessoas acreditam estar em contato direto com o mundo tal como ele é. Merleau-Ponty, assim, guarda uma prioridade da experiência perceptiva e fornece uma análise que comprove a legitimidade desta crença. Surge, assim,

uma experiência ingênua do mundo, a qual consiste naquela que simplesmente se está engajado na situação vivida sem questionamentos ou reflexões em relação à natureza. As pessoas creem aqui se relacionarem com as próprias coisas. O corpo é justamente o meio pelo qual as coisas podem ser conhecidas assim como são.

2. Vídeos como cartografias sem mapas: a cartografia como experiência estética, criativa e política

No exercício *cartografia do lugar*, desenvolvido em uma disciplina de projeto (ateliê), situada no sétimo semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, as cartografias foram desenvolvidas em grupos distribuídos em recortes pré-determinados das áreas em estudo, obedecendo uma diretriz metodológica articulada entre um tema, um conceito e um âmbito espacial.

Os resultados desta experiência são vídeos de curta duração que configuram cartografias sem mapas, cartografias em movimento traduzindo a experiência de apreensão dos/as alunos/as de arquitetura e urbanismo acerca do lugar. Assim, o debate estético-político adentra na compreensão das pré-existências (in)visíveis em vez de substituí-las por discursos dominantes, colocando a experiência do corpo na cidade em suspensão. Sob este ângulo, o lugar não é o suporte para o projeto de arquitetura e urbanismo. O lugar é o próprio projeto requisitando partilhas sensíveis nas esferas estética e política.

É fundamental centrar reflexões sobre a percepção desses lugares cartografados pelos/as futuros/as arquitetos/as. Aqui, refirimo-nos aos parâmetros da organização fenomênica para tornar compreensível a ação dos elementos causais sobre a percepção. Supomos um processo de organização do campo fenomenal inerente à atividade perceptiva, destacando, no processo cartográfico dos/as aluno/as, que todos os fenômenos percebidos são considerados resultantes de uma atividade intelectual voltada ao conhecimento. Enquanto as coisas podem aparecer sob diversos pontos de vista, o corpo é vivido sempre de uma mesma perspectiva. Mais do que um objeto para a consciência, o corpo é a base para a consciência, a base da qual ela emerge, sendo por meio da história desta base corporal que a amplitude das funções cognitivas disponíveis ao sujeito é delimitada.

A partir do processo de cartografia do lugar foram desenvolvidos planos de intervenção que buscavam relacionar o objeto arquitetônico à malha urbana do bairro. Objeto ainda sem uma forma definida, apenas um prévio estudo volumétrico. Aqui era mais importante compreender a relação estabelecida com a malha e os impactos da implantaçao do objeto. Quando citamos os "impactos" não nos refirimos apenas ao que diz respeito à tessitura física do bairro, mas aos agenciamentos subjetivos que a forma e o uso do espaço a ser construído poderiam ser realizados com relação às pessoas que habitam o lugar. A escolha do futuro objeto arquietônico a ser projetado pelos/as estudantes se construiu através do entendimento das dinâmicas sociais existentes: o que era necessário, interessante ou pertinente ser instalado ali diante do que se configurava o bairro e de seus habitantes? A partir da sensibilização para tais questões, os/as estudantes desenvolveram programas que, às vezes, estrapolavam programas ja pré-concebidos (por exemplo, uma boate não era "apenas" uma boate, um bilbioteca não era "apenas" uma bilbioteca). A experiência da cartografia trouxe a necessidade de articular programas a partir do que foi vivido, visto e experimentado pelos/as próprios/as estudantes.

Diante dos resultados e da repercussão no restante do projeto de ateliê, encaramos que a utilização do método da cartografia como foi aplicado, trouxe inúmeros ganhos no que diz respeito à criatividade, compreensão da malha urbana, ao envolvimento, mesmo que iniciais, de processos singulares dos/as alunos/as e da comunidade, e da qualidade do que foi pensado e projetado. Por mais que não se tratasse uma disciplina de projeto urbano, a duração do ateliê assim como as metodologias trabalhadas, deram suporte para o entendimento do objeto arquitetônico em suas várias escalas, trabalhando assim a complexidade da área, fugindo das fragmentações disciplinares que não correspondem com

a realidade. Foram contempladas dentro do processo, mesmo que de forma subjetiva, questões ligadas tanto à prática projetual quanto a análise urbana, a crítica, a história e a estética. Processo que nos parece característico da cartografia em sua atenção aos múltiplos fluxos que envolvem a criação de realidades e territórios, assim como movimentos que desterritorializam sensos comuns em busca de escrituras coletivas e heterogêneas.

Constamos, então que, a partir da cartografia, os desenhos em questão são os de uma cidade da parceria em dissidência à uma cidade da dominação. *Parceria* e *dominação* são termos úteis para descrever os dois princípios contrastantes de organização da nossa sociedade e, consequentemente, das cidades. Tais termos conseguem capturar a diferença essencial e, dentro de certas limitações, demonstram duas formas distintas e contrastantes de estruturar as relações entre duas metades da humanidade afetando o sistema social como um todo, nossa evolução cultural, social e tecnológica; fatores esses já apontados por Riane Eisler (2007). Podemos sintetizar as ideias de Riane Eisler (2007) na existência de duas sociedades: a sociedade de parceria e a sociedade de dominação. Na sociedade de parceria, valores mais sensíveis de compartilhamento e equidade aparecem, atividades criativas e de criação são mais frequentes e expressivas. Já na sociedade de dominação, valores mais agressivos e competitivos surgem, evidencia-se um escalonamento e hierarquias e a desigualdade prevalece por meio das diferenças. Há na sociedade de dominação atividades que giram em torno da guerra e disputas, as tecnologias voltam-se para armamento e paira uma atmosfera belicosa no ar. Aprofundando essa questão, nos deparamos com uma noção de hierarquia que nos convida a repensar a experiência da subjetividade e o desenho da cidade realizado em decorrência dessa experiência. Colocamos nesse ponto que o desenho da cidade hoje se faz pela intersubjetividade, ou seja, um caleidoscópio de diversas subjetividades que se intercruzam resultando em desenhos. Agora o ponto crucial desse cruzamento de subjetividades passa pelos afetos cartografados. Não somos habituados a entrar num processo de ceder, negociar, partilhar experiências para remontá-las em novas potências de experiências. É aqui que a noção de hierarquia nos movimenta. Há uma hierarquia de dominação, a qual se alicerça num escalonamento humano baseado no uso da força ou ameaça do uso da força. Em contrapartida, existe uma hierarquia de realização, consistindo em uma progressão que cresce em direção a níveis mais elevados, evoluídos e complexos de funcionamento.

Cartografar o lugar num exercício de compartilhar o sensível que nos afeta transita na indagação acerca das hierarquias de dominação as quais inibem a realização de funções mais elevadas, não apenas do sistema social em geral, mas também do ser humano individual. Esse é um dos motivos principais pelos quais um olhar calcado numa sociedade de parceria nas ações de compreender a cidade contemporânea abre possibilidades muito mais amplas para os/as futuros/as arquitetos/as do que os modelos de uma sociedade da dominação.

3. Corpo e cartografia e seu rebatimento na produção do lugar

A partir dos vídeos desenvolvidos na *cartografia do lugar,* podemos trazer uma atitude teórica para explorar a experiência imediata do corpo, a qual não deve ser tomada nem como efeito de uma causalidade empírica linear, nem como um produto da atividade de um sujeito voltado ao conhecimento. Há um corpo fenomenal, um corpo que é um agente ativo na produção da experiência. Este corpo volta-se para os estímulos objetivos e os reveste de um sentido prático elaborando uma situação significativa. Isto não é confundir as coisas que se apresentam com representações subjetivas. Elas repousam em si mesmas e funcionam como pólos de atração para as intencionalidades corporais como motivadoras destas. O poder exploratório do corpo é considerado uma função pré-subjetiva, uma corrente de atividade anônima diferente das estrutras do pensamento.

Tomando um dos vídeos produzidos, localizamos o *tempo* como premissa de entendimento do lugar habitado. Nesse vídeo[2], cada um dos componentes

[2] Disponível em https://youtu.be/sfIBTghNaE4

do grupo filmou seu trajeto em uma rua, dando atenção aos afetos que este caminhar lhes causava. As filmagens foram realizadas em horários diferentes e individualmente. Além da temática *tempo*, a temática *velocidade* veio à tona. Como síntese das experiências, o filme com duração de aproximadamente cinco minutos, mostra quatro percepções do mesmo lugar partindo do tempo de percurso como algo que atravessa as quatro narrativas. Nesse registro videográfico notamos claramente afetos diversos, entre eles o medo na filmagem noturna acelerando o trajeto resultando numa caminhada mais rápida daquelas filmadas durante o dia. Podemos compreender, partindo dessa cartografia, que o contato do corpo com o mundo instaura uma pré-história, no sentido de estabelecer padrões da discriminação de dados e de reações diantes destes sobre os quais se desenrolam os dramas pessoais. O corpo é sempre um corpo habitual e não vive apenas o instante presente: ele retém o passado e molda preferências e recorrências com as quais se insere em seu ambiente. As atitudes do corpo se sedimentam como padrões típicos quase impessoais os quais chegam a suplantar a vontade atual. Entendo, ainda que, no caso do medo como afeto que atravessou uma das filmagens, abre-se um campo de possibilidades, o qual demonstra como estas atitudes típicas do corpo circunscrevem uma gama de disposições sobre as quais os projetos pessoas podem ser realizados.

No filme com os quatro percursos-temporais da mesma rua, nota-se a existência da possibilidade de transformação de atitudes, ou seja, um campo de possibilidades na qual se antevê novas linhas de experiências, podendo-se lançar em situações abstratas e atuar de maneira independente das exigências cotidianas. Talvez aí resida a potência da cartografia e sua contribuição ao campo disciplinar do urbanismo. Como sede de hábitos o corpo dirige-se para situações concretas e reitera um modo de enfrentá-las, como matriz de atitudes, ele volta-se para o ambiente que ele mesmo constrói.

Nesse movimento, ao trazer para práticas projetivas os afetos cartografados, problematizamos posições hegemônicas, já que as habilidades intencionais do corpo não se limitam a agir sobre o que é dado efetivamente num momento, pois envolvem o passado e as possibilidades futuras. Tais habilidades recobrem tudo o que potencialmente pode se manifestar em uma experiência.

Cada experiência particular implica uma atualização parcial do repertório de atitudes perceptivo-motoras pelas quais o corpo se dirige ao mundo. Quando a totalidade deste repertório é considerada, delimita-se a amplitude das experiências significativas (todas as possibilidades por meio das quais algo pode se manifestar em uma experiência são esgotadas). Surge aí uma postura de desenho no/do espaço, relembrando em evocar uma função central ao corpo: ele é o portador das condições transcendentais, das condições subjetivas que tornam a experiência possível.

Em outro vídeo[3], a cartografia gira em torno do desfile de 7 de setembro. Várias camadas podem ser percebidas no filme desenvolvido: desde um “patriotismo” questionável na atual conjuntura política de nosso país, até palavras de ordem dissidentes da própria situação de desfile “patriótico”. Destacamos aqui uma camada acerca do corpo, uma vez que a equipe que desenvolveu tal cartogrfia tinha como indagação uma questão entre o corpo no espaço da cidade. O vídeo, então, desloca-se entre três questões: o desfile, as crianças que brincam durante ou próximo ao desfile, e o comércio popular nas imediações do desfile. Sons, cores e texturas misturam-se na tela. Trazemos, junto com Merleau-Ponty (1994), que o corpo só pode tocar ou ver porque tem órgãos sensíveis, maciços. Seu caráter ativo depende de sua base sensível passiva. Há uma camada geral de sensibilidade da qual corpo e coisas participam, sendo esta camada geral de sensibilidade, o que Merleau-Ponty chama de carne. Além de participar da ordem passiva das coisas, o corpo também é ativo, explorador, volta-se sobre o mundo e quer conhecê-lo. O corpo é um ente sensível que se volta sobre outros entes sensíveis. Há casos em que o corpo se engana, mas as ilusões sensíveis sempre se revelam como tais diante de uma nova percepção, aparecendo, então, como verdadeira. Assim, a percepção garante ao menos um acesso indeterminado ao mundo, uma certeza de que há algo, embora a discriminação particular deste

[3] Disponível em https://youtu.be/q7BN4J6j61s

algo possa falhar. A experiência não se delimita apenas por meio da amplitude intencional dos sistemas corporais. Ela só é possível porque as coisas são sensíveis e há uma dimensão carnal no mundo, na qual o corpo está envolvido.

A experiência do corpo na cidade que nos atravessa nos dias de hoje mostra-nos uma sutileza do discurso dominante em relação ao espaço habitado. Ora se há um discurso dominante, há uma narrativa estruturada na dominação a qual bebe da fonte da hierarquia de dominação (por sua vez base da sociedade da dominação). Suspender essa experiência do corpo na cidade é trazer a potência dos afetos das/nas subjetividades num caminhar pela cidade. Neste vídeo que se articula em torno do desfile de 7 de setembro, destacamos a possibilidade de libertar narrativas oprimidas em relação aos papéis degradantes e distorcidos rigidamente impostos pelas hierarquias de dominação inerentes aos processos dos diversos sistemas da sociedade de dominação. Colocando as narrativas dominantes lado a lado das narrativas oprimidas, vem à tona os valores de dominação e de parceria. Percebe-se a omissão sistemática dos afetos em detrimento de objetividades em prol de um escalonamento da sociedade. Notamos na produção videográfica do grupo contrapondo desfile militar, desfile civil, crianças brincando e comércio popular, um desejo de cartografar valores deixados num lugar secundário e que seriam um direcionamento para a apreensão da cidade pelo/a arquiteto/a e um caminho valioso para pensar e projetar espaços plenos de partilha e cuidado. É uma (re)descoberta que tais valores nunca morreram e indicam horizontes de responsabilidade ao invés de dominação.

4. À guisa de conclusão: construção de dissensos reveladores do cotidiano partindo de afetos cartografados

A ilusão conciliatória de tudo com tudo associa-se à uma montagem de um consenso que, de fato, não contempla a diversidade nos planos político, econômico e social. A prática crítica da arquietura e urbanismo traz em seus propósitos estéticos um desafio aos códigos de representação dominantes, com a introdução de novas falas e a redefinição de valores como abertura de outras possibilidades de apropriação e usufruto dos espaços urbanos.

Nos vídeos como materialização das cartografias, reinvindicações de vários grupos vêm a público abrindo espaços de ação. Surge uma diversificação de hábitos originando novas competências discursivas transformando o espaço público das cidades em uma arena de controvérsia política onde o dissenso é integrante e não obstáculo.

Assim, ressaltando o papel da diferença e dos antagonismos sociais na esfera pública podemos mediar e entender os espaços públicos da cidade contemporânea, bem como os interesses nestes incluídos ou excluídos. O dissenso mostra-nos conflitos existentes naquilo que é visível, pronunciável ou possível nos lugares da cidade, diz respeito aos embates sociais pela inclusão de grupos silenciados de um exercício da cidadania e da participação na configuração de lugares públicos e da esfera pública na cidade contemporânea.

Pensamos, dentro desse exercício cartográfico junto a estudantes de arquitetura e urbanismo, realizar uma ação política e uma intervenção e luta sobre o sensível redirecionando olhares outros na maneira de como este mesmo sensível é configurado, percebido, dividido e compartilhado na (re)invenção da arquitetura e do urbanismo.

Ainda entendemos que, ao promover tais reflexões no ateliê de projeto junto a futuros/as arquitetos/as, por meio da *cartografia do lugar* fazemos surgir uma noção de que o estético e o político são duas faces da mesma moeda. Nessa moeda, entre as duas faces, a distribuição do sensível determina uma maneira de articulação entre formas de ação, percepção e pensamento, incluindo formas conceituais e modos de visibilidades operando num domínio público. Rompe-se com uma ideia de uma prática arquitetônica-urbana reduzida a uma dimensão estetizada, e evidencia-se contradições, conflitos e relações de poder que permeiam um senso comum de arquitetura e urbanismo. Fica aqui uma imagem de relações entre criação e resistência, uma maneira de se antepor a narrativas pré-montadas sobre a cidade, sua construção social, sua representação e sua experiência.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade.* Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 43-107.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer.* Petrópolis. RJ: 2007.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia 2***, vol.** 5. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

EISLER, Riane. *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro.* São Paulo: Palas Athena, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo.* Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GUATTARI, Félix. *Casmose: um novo paradigma estética.* São Paulo: Ed. 34, 1992.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. *Cartografar sé traçar um plano comum.* In: Fractal- Revista de Psicologia, volume 25, nº 2, p. 263 – 280, 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.* Porto Alegre: Bookman, 2011.

PASSSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana. *Pistas do Método Cartográfico: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividades.* Porto Alegre: Sulina, 2015.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SANTOS, Akiko*. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido***.** In: Revista Brasileira de Educação. Volume 13, número 37, jan/abr, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820080001.

Neoliberalismo, cidade e CIDADANIA: questões sobre o esvaziamento político do espaço público na metrópole brasileira

FARIA, JANSEN L. (1)

1. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Rua Paulo Mário Del Giúdice, 344, Belvedere, Viçosa-MG
jansenfaria@gmail.com

Resumo

A produção do espaço urbano no Brasil é historicamente marcada por políticas excludentes e pela espoliação urbana, que têm se intensificado com a ascensão de políticas e da racionalidade neoliberais. Apontamos aqui para um esvaziamento do sentido político da cidadania por meio de quatro fatores principais. Quais sejam: o desmanche (ou reordenamento) neoliberal do Estado e o encolhimento da esfera pública; o alcance cada vez maior da subjetividade neoliberal; o contexto histórico-político brasileiro e; o esvaziamento dos espaços públicos. A lógica neoliberal da gestão urbana torna invisíveis parcelas historicamente excluídas da sociedade, alienando-a como um todo; tira do alcance da visão e da experiência o que não é enquadrado na informação estética que quer passar. O presente artigo visa mostrar o papel da racionalidade neoliberal no esvaziamento e ocultamento dos conflitos, e ampliar os debates acerca dos rumos atualmente delineados pelo modo de gestão empresarial dos poderes públicos no Brasil, sobretudo em metrópoles, bem como propor o debate sobre os efeitos desse tipo de gestão na construção contínua da cidade e da cidadania.

Palavras-chave: *Neoliberalismo; espaço público; segregação; cidadania.*

Apresentação

Se o espaço social – como na compreensão de Souza (1997, p. 28) em seus sentidos econômico, político e cultural – é produto e produtor de si próprio e de sua sociedade, e tendo em vista a atuação enraizada dos dispositivos[1] neoliberais, qual será o resultado social no âmbito da cidadania (entendida aqui em sua acepção política-participativa) para a sociedade? Qual tipo de cidade e sociedade são "gestadas" através da ampliação da ação dos dispositivos neoliberais na atualidade?

Neste contexto o espaço público é central, pois, como um dos alvos prioritários do neoliberalismo, apresenta-se como materializador de dinâmicas sociais e é, como espaço concreto, ao mesmo tempo potencialmente alienante – imagem do capitalismo neoliberal – e desalienante – espaço para a prática do sensível, "(...) pois nenhum ser humano se contenta com a simples aparência" (SANTOS, 2014, p. 72)

Buscando debater e elucidar algumas questões, trataremos, a seguir: i) da ideologia neoliberal e seus principais dispositivos de governamentalidade, resultando nos "novos sujeitos" (DARDOT; LAVAL, 2016); ii) da administração neoliberal da máquina pública e a produção do espaço urbano; iii) dos aspectos históricos, políticos e da produção do espaço e do neoliberalismo no Brasil e; iv) da centralidade e o potencial do espaço público urbano para as transformações da sociedade.

1. Ideologia neoliberal

1.1. O Estado e o esvaziamento da esfera pública

A crise do capitalismo keynesiano[2] na década de 1970 contribuiu com a crescente adesão ao modelo neoliberal de gestão da máquina pública. Nas décadas seguintes, o sistema político-econômico conhecido como neoliberalismo ganha força sobretudo a partir da ascensão de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

A crítica neoliberal[3], construída décadas antes baseada em críticas ao liberalismo clássico, compreende que o Estado limita as possibilidades de ação do mercado, direcionando-o a interesses determinados que contribuem na formação de monopólios através de instrumentos legislativos. A atuação do Estado na esfera econômica é vista, portanto, como a deturpação de uma suposta ordem natural do mercado (a "mão invisível") de provimento de bens e serviços de acordo com as demandas. O discurso neoliberal credita ao funcionamento livre do mercado a forma de obediência ao princípio da liberdade individual de escolha e de propriedade.

Desta compreensão surge a narrativa de "Estado mínimo" difundida como solução para problemas enfrentados pelos países do "*welfare state*" (Estado de Bem-Estar Social), sistema que procurava equilibrar crescimento econômico com o pleno emprego. Ao contrário do que versa essa narrativa, o Estado neoliberal não tem atuação "mínima". Mostra-se, na realidade, como um Estado jurídico e forte de forma que suas intervenções visam a estimular o consumo e "lubrificar a máquina econômica" (ROUGIER apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 87). A atuação política não perde espaço, mas muda sua lógica operacional.

Como resposta à ineficiência na solução dos problemas da época, a prioridade do Estado passa a ser tornar a ação empresarial mais ágil, tendo em vista que a empresa é o paradigma de eficiência e de promoção de empregos. Thatcher e Reagan promoveram, seguindo essas premissas, a liberalização da economia, com privatização de patrimônio estatal, flexibilização da legislação trabalhista

[1] Dispositivo no sentido foucaultiano, capaz de engendrar transformações espaciais, políticas, econômicas e nas praxis.

[2] Baseada na teoria de John Maynard Keynes, economista britânico que defendia um Estado intervencionista como forma de garantir o equilíbrio entre economia e direitos sociais.

[3] Tem como principais teóricos os economistas Friedrich Hayek e Ludwig Mises, ligados à Escola Austríaca de pensamento econômico.

e combate massivo aos sindicatos. A "descoletivização da ação, que afeta sobretudo aos assalariados de base, explica essa espécie de vazio social que todo o mundo experimenta, forma contemporânea do que Hannah Arendt chamava de 'desolação'" (DARDOT; LAVAL, 2015, np, tradução nossa). Cria-se, em tese, um cenário ideal para a atração do setor produtivo.

O mercado – como o conjunto de mercadorias e serviços oferecidos por iniciativas particulares para demandas individuais – eleva o sucesso empresarial a paradigma. As empresas devem estar sempre prontas ao novo, a seguirem tendências do mercado visando antever nichos de alta lucratividade: instaura-se a lógica da competição e da competência. Descaracteriza-se a política enquanto mediação de conflitos entre forças sociais.

Os representantes políticos tornam-se garantidores da livre iniciativa em um movimento de burocratização do Estado, causando o descolamento deste das reais demandas sociais. Os governos neoliberais se abrem cada vez mais ao capital financeiro, sujeitando as riquezas nacionais à especulação, aumentando a dependência estatal com o mercado internacional. Assim, apesar de um aparente fortalecimento da democracia nas últimas décadas, há, na realidade, a diminuição desta enquanto sistema de participação.

Há, segundo Zarmeño, "uma segmentação concomitante dos 'mercados políticos' entre excluídos e integrados com a reclusão destes últimos no particularismo, no âmbito privado". Existe um paradoxo entre a aparente "consolidação da democracia" (ZARMEÑO, 1997, p. 156), com o fortalecimento de eleições diretas democráticas e equilíbrio entre os poderes, e o particularismo, a anomia e a fragmentação de movimentos sociais e de espaços intermediários entre o social disperso e o Estado. "Debilita-se, consequentemente, uma característica fundamental da democracia: as entidades coletivas ou associativas de cidadãos com continuidade no tempo" (ZARMEÑO, 1997, p. 156)

O Estado precisa mostrar-se estável e comprometido com a livre iniciativa, o que faz com que as esferas de participação popular sejam gradativamente suprimidas, visando evitar o risco de sujeição do Estado a mudanças. "O problema da democracia para este grupo [neoliberais] seria justamente este: como manter o governo protegido das intempéries das vontades e interesses pouco razoáveis das maiorias" (MAGALHÃES, 2015, p. 48).

Os Estados passam a competir entre si pelas melhores fatias do mercado e a aplicar o modo empresarial de gestão: transferem responsabilidades para a iniciativa privada e sujeitam as políticas públicas à normativa numérica, afastando-as da abordagem política. Com isso a cidadania é entendida mais como provimento de bens e serviços básicos do que como participação efetiva dos sujeitos na construção de direitos e deveres sociais, consolidados pelo pacto social vigente. "Um dos efeitos da nova gestão pública é que os limites entre o setor público e o setor privado se embaralham" (DARDOT; LAVAL, 2016. p. 318). Há o esvaziamento da esfera pública seguido do esvaziamento político de cidadania.

Pode-se inferir que a ação do Estado, por si só, não seria responsável pela vida longa do período do capitalismo neoliberal. É essencial que a competitividade seja incorporada como subjetividade e que a insegurança seja constante no cotidiano do trabalho. O paradigma da gestão empresarial passa a nortear as ações dos sujeitos nas esferas do trabalho e da vida privada. A individualização exacerbada é uma das consequências. "A economia é o método. O objetivo é mudar a alma" (THATCHER apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.331).

1.2. O sujeito neoliberal

O sistema de disputa incessante, aliado às políticas de flexibilização do trabalho, cria uma atmosfera de medo. Institui-se um sistema de cálculo das constantes oportunidades em que "sempre é hora de empreender". Se há oportunidades, há também o risco de perdê-las. Articula-se, assim, da governamentalidade dos sujeitos a um auto-governo que Dardot e Laval (2016) chamam de "empresa de si": o trabalhador com maior chance de sucesso é aquele flexível, dinâmico, um gestor racional de suas competências. "A vida é uma gestão de risco perpétua, autocontrole constante, e uma regulação do comportamento de si mesmo

que mistura ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade de risco é 'autorregulação'" (DARDOT; LAVAL, 2015, np, tradução nossa). Destarte, há uma culpabilização dos sujeitos pelos fracassos, pois, como o Estado já não é mais garantidor de uma gama de bens e serviços básicos, o acesso a eles depende unicamente do sucesso no mercado. Há a materialização de um novo *ethos*, de gestão de si pela lógica da empresa.

Para que o sujeito possa gerir a si mesmo, há a incorporação de dispositivos de governamentalidade. O sujeito neoliberal se enquadra em um conjunto de normas de regulação do corpo e da mente. Sob a lógica de superação de metas, o trabalhador é incentivado a produzir cada vez mais, a nunca estar satisfeito com o seu volume de produção (e de consumo). A recompensa pelo esforço é o incentivo ao gozo. Como parte das consequências, observa-se um exacerbado culto ao corpo, a ampliação da área de atuação da psicologia até o ambiente de trabalho e da popularidade de fármacos ligados à produtividade. "Diminuem-se", assim, os empecilhos ao máximo desempenho.

A participação da sociedade é terceirizada para um Estado de normativa numérica. "Essa prioridade que se dá à dimensão da eficiência e ao retorno financeiro elimina do espaço público[4] qualquer concepção de justiça que não seja a de equivalência entre o que foi pago individualmente pelo contribuinte e o que foi recebido individualmente por ele" (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 319). Essa racionalidade então: incentiva a individualização; gere a máquina pública como empresa, despolitizando-a; promove técnicas e dispositivos de auto-governamentalidade; combate as coletividades políticas e; promove o afastamento dos sujeitos dos centros de decisões políticas. Como veremos a seguir, com o protagonismo do espaço urbano na atual fase do capitalismo global (HARVEY, 2006), deve-se ressaltar as questões espaciais e territoriais como centrais na constituição da política e do ser político.

[4] Entendido como "esfera pública"

2. CIDADANIA E CIDADE NO BRASIL

2.1. Economia política e produção do espaço

Magalhães (2015) argumenta que para a consolidação de qualquer Estado capitalista, independente de seus processos, há a participação de uma organização estatal suprimindo as possibilidades de escolha de auto-sustento do trabalhador fora do mercado de trabalho, colocando-o como mão-de-obra. Portanto, "a relação Estado-sociedade é a relação fundamental sobre a qual o capital se estabelece" (MAGALHÃES, 2015, p. 59) e que é, no Brasil, garantida pela "contínua restrição do acesso à terra aos pobres" (HOLSTON apud MAGALHÃES, 2015, p. 59). Isso ocorre de tal forma que a pauta da reforma agrária é historicamente combatida pelas elites agrárias por meio de atuação política direta (por vezes criminosa) e da manipulação da opinião pública por parte da mídia.

A passagem do modelo agroexportador para o urbano-industrial no Brasil foi realizada sem a ruptura da estrutura de acumulação de renda e terras (tanto latifúndios rurais quanto terrenos urbanos ou em áreas de expansão urbana). Tem início, nesse processo, as décadas marcadas pelo êxodo rural e pelo crescimento – e inchaço – das metrópoles. A questão fundiária não tem amplo debate e as reformas agrária e urbana tramitam nos espaços entre as esferas de governo sem se aproximarem de resoluções.

A expansão capitalista no Brasil se deu com base em um modelo de acumulação monopolista não só gerador como sustentado pela desigualdade econômica entre classes. Tal modelo foi baseado, dentre outros fatores, na reforma da legislação tarifária e no investimento pesado na indústria da construção civil e automobilística. Essas duas (aliadas à expansão do mercado e da malha viária) constituíram-se nos principais pontos de afirmação do modelo de urbanização, especulação imobiliária e segregação.

O êxodo rural, o crescimento da população urbana e a criação do exército de reserva são processos que fizeram com que se aumentasse a pressão sobre

os trabalhadores em relação ao desemprego, gerando um ambiente favorável à baixa salarial e à precarização das condições de trabalho[5]. Soma-se a isso o fator da instituição do Salário Mínimo, ponto essencial para a mediação entre o trabalho e o capital na estruturação da industrialização brasileira baseada na superexploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2011, p.81).

O regime autoritário do Golpe Civil-Militar de 1964 contribuiu para a manutenção dessa forma de economia política, com controle da opinião pública (SANTOS, 2014). Embora as mudanças engendradas no regime militar não tivessem sido estruturais (□modernização conservadora□), representaram o agravamento de questões sociais, resultando em pobreza e segregação sociais e urbanas pela utilização de modelos socioeconômicos e espaciais concentradores de riqueza (SANTOS, 2014, p. 26).

Os resultados dos □anos de chumbo□ foram a desmobilização e perseguição de movimentos sociais e políticos, o enorme endividamento da máquina pública, as grandes iniquidades espaciais inter e intraurbanas, a superexploração da força de trabalho, a espoliação urbana e, ao final, as profundas crises econômica e institucional.

Com o fim de um ciclo nacional-desenvolvimentista e início do processo de redemocratização do Estado, ganham destaque pautas ligadas aos movimentos sociais urbanos e se avultam os debates acerca dos rumos políticos e institucionais do país. Assim, na década de 1980, havia um espaço político em disputa, destacando-se duas narrativas opostas: a) dos movimentos sociais envolvidos com a redemocratização e da população em geral, que apontavam os problemas agravados na ditadura e reivindicavam a ampliação de direitos sociais e acesso a bens e serviços públicos (até então usufruídos por uma pequena parcela); b) das elites econômicas e políticas, que, inspiradas na cartilha neoliberal, apregoavam a diminuição do Estado como forma de torná-lo mais "leve" e "eficaz".

[5] Simplificação da relação entre a disponibilidade da força de trabalho, o baixo custo de reprodução da mesma e a desvalorização do salário e das condições de trabalho.

2.2. O esvaziamento político da cidadania

A ditadura foi um período de anulação do espaço público político (ABRAHÃO, 2008, p. 117) e a Constituição de 1988, chamada "Constituição Cidadã", expressa a força que a pressão popular conseguiu exercer sobre a classe política, contribuindo na conquista de direitos sociais em forma de leis (GOHN, 2011), dotando ao termo cidadania caráter político e constituindo uma barreira à implementação imediata da bula neoliberal.

> *(...) no Brasil a expressão "cidadania" esteve longe de se limitar a meramente designar o conjunto da população, mas foi preenchida por um significado político claro. É esse significado político, no seu potencial transformador, que passa a ser alvo das concepções neoliberais de cidadania (DAGNINO, 2004, p. 155, grifos nossos).*

Mesmo com o desemprego, a segregação, a violência urbana e a falência do aparato estatal à escala metropolitana, a redemocratização não conseguiu um "transbordamento prático" (MAGALHÃES, 2015, p. 24). Isso porque "a lei não esgota o direito" (SANTOS, 2014, p. 104), sendo necessária a constante experimentação e renovação das práticas e dos significados. Ademais, as elites nacionais utilizaram-se de formas renovadas de manutenção da concentração de poderes econômicos e territoriais, preservando "as estruturas da sociedade política oligárquico-burguesa com incrustações autocráticas" (ALVES, 2013) e, apesar das vitórias, os movimentos sociais viram o esvaziamento dos seus espaços de luta por motivos internos e externos (GOHN, 2011) e a ascensão do neoliberalismo no Brasil.

Segundo Chauí (2004), persistem, na cultura brasileira, características que atuam como barreiras, dificultando a realização da cidadania e da democracia, entendidas na acepção participativa dos termos. Para a autora, a sociedade brasileira tem naturalizado a hierarquia e as desigualdades por meio de suas estruturas autoritárias, além de consolidar instrumentos que bloqueiam a liberdade da esfera pública, visando "impedir a emergência de um espaço aberto de produção e circulação da informação" (CHAUÍ, 2004, np)

Concomitantemente, com a democratização e a descentralização do poder, as cidades ganham maior autonomia. Isso permite com que algumas delas tenham períodos de experiências positivas no campo dos direitos sociais, como no governo de Luiza Erundina (1989-1992), em São Paulo, quando emergem os mutirões autogestionados para a construção de moradias de interesse social. As experiências, contudo, permaneceram pontuais, pois foram combatidas pelas elites urbanas, valendo-se do controle das mídias.

As crises da década de 1980 permanecem. O Estado argumenta não dispor de recursos para investimento nos programas sociais de forma a consolidá-los. As políticas públicas são tímidas ou inexistentes. Há tentativas de universalização da educação e saúde, contudo, aquém da quantidade e qualidade necessárias.

O Estado dispõe de formas históricas de controle dos conflitos, estabelecendo uma narrativa que atrela midiaticamente movimentos sociais, políticos e sindicais à violência e à desordem, desmobilizando-os em relação à esfera pública e criminalizando-os[6]. Desta forma, mesmo a redemocratização não significou o fim da perseguição histórica a esses movimentos.

Podemos ver claramente a força da imprensa e como ela pode agir a fim de colaborar com o combate aos movimentos grevistas por meio do episódio da "greve dos petroleiros"[7] em 1995 (governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002). Os trabalhadores do setor protestaram contra a quebra do monopólio e privatização da Petrobrás ensaiadas pelo presidente. Na ocasião, o Estado promoveu uma perseguição jurídica e midiática aos sindicatos grevistas, imputando a eles a culpa pelo desabastecimento de gás de cozinha, colocando a população contra os petroleiros. Soube-se, meses depois, que as distribuidoras propositalmente retiveram os botijões nos estoques[8]. Como já colocado, o ataque aos coletivos de trabalhadores é um instrumento do Estado neoliberal.

No que diz respeito à cartilha neoliberal, sua aplicação nos governos FHC ficou marcada, principalmente, por privatizações, parcerias público-privadas, liberalização da economia, reformas institucionais, sujeição à pressão internacional (através do Fundo Monetário Internacional, sobretudo, enfraquecendo a autonomia do país), supressão de movimentos sindicais, etc. Como resultados negativos, um crescente endividamento público, o engessamento das finanças estatais (pela Lei de responsabilidade Fiscal e pelos pactos firmados com o FMI), desemprego em massa, o apagão energético, e apenas tentativas "mutiladas" – emprestando o termo de Santos (2014) – de provimento de direitos, bens e serviços públicos, atestando o sucateamento destes. Reiterou-se o esvaziamento da esfera pública e a espoliação urbana; arrefecendo possibilidades de construção de pensamentos e de políticas verdadeiramente democráticas e cidadãs.

Os movimentos políticos voltam a ganhar destaque, sobretudo no combate às privatizações e na denúncia do caos do aparelho estatal urbano ao final dos anos de 1990. Em 2002, com promessas de unificação nacional e propondo um pacto conciliatório que seria capaz de aliar distribuição de renda e sustentabilidade econômica, Lula é eleito presidente. Seus dois mandatos alinharam o pensamento neodesenvolvimentista ao tripé macroeconômico neoliberal (ALVES, 2013).

Segundo Alves (2013), "apesar do caráter pós-neoliberal da intencionalidade política do governo Lula, preservou-se a morfologia política e social do Estado neoliberal no Brasil, herdado da ditadura militar e dos governos neoliberais". Inicia-se um período de pacificação dos movimentos políticos, por meio da negociação de conflitos, e de gradual mercadorização de direitos sociais, principalmente por meio de ações e políticas públicas alinhadas aos anseios do mercado, tai como: o *ProUni* (Programa Universidade para Todos), responsável pelo crescimento exponencial

[6] Como na Lei Antiterrorismo (n° 13.260/2016) e na proposta de aditivos à lei (PLS 272/2016) do Senador Lasier Martins (PDS-RS), que oferece arcabouço jurídico para a criminalização de movimentos sociais.

[7] Em conjunto com outras categorias, mas os petroleiros permaneceram por mais tempo.

[8] Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/17/brasil/63.html> e <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/09/opiniao/10.html> Acessos: 20 out. 2017

das universidades particulares no país, transferindo parte do direito à educação superior ao mercado; e o MCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), carro-chefe no combate à crise econômica de 2008, com raízes nos mercados financeiro e imobiliário, e cujas moradias continuam nascendo "subnormais" (SANTOS, 2014, p. 62). Confunde-se o direito à moradia com o direito de ser proprietário (SANTOS, 2014, p. 154)

Utiliza-se de um sistema no qual as políticas públicas servem para aquecer setores da economia, manter a governança, e fazer uma espécie de terceirização, já que o Estado transfere para empresas e organizações sociais os serviços originalmente de responsabilidade estatal. Observa-se a "fetichização" dos números que "está longe de traduzir as melhorias reais" (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 318). Dessa forma, o acesso aos direitos têm por intermédio o mercado, contribuindo para a compreensão de uma cidadania meritocrática e alcançada individualmente, destituindo o caráter coletivo e político dos fundos públicos, aqueles que dão materialidade aos direitos sociais. Soma-se a isso a negociação dos conflitos pela adoção de políticas que atendem somente em parte as demandas sociais, arrefecendo os movimentos sociais em suas lutas políticas e fazendo emergir entidades mediadoras que ocupam o lugar da participação (RIZEK, 2017)

Assim, os direitos sociais historicamente instituídos, frutos de um pacto social em constante transformação (LAVALLE, 1997), passam para a esfera burocrática empresarial e são ligados diretamente ao consumo. Para acessá-los, deve-se pagar. Desenraiza-se da esfera pública a construção desses direitos. "Quando se confunde cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais" (SANTOS, 2014, p. 155). Com a individualização das políticas públicas, "é a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada" (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 320). Reiterou-se, nos últimos anos, o "encolhimento do conflito" ao se colocar a lógica empresarial como "valor dominante e, principalmente, estruturante" (RIZEK, 2017, p. 134)

2.3. O esvaziamento político do espaço público

Cidade é a forma da sociedade dos encontros, das concentrações (e fragmentações) e, consequentemente, dos conflitos. Os conflitos são essenciais para uma formação amplamente democrática da sociedade: no espaço comum os conflitos, enquanto dissenso (RANCIÈRE, 1996), tensionam diferentes realidades, lançam luz e colocam à prova da sociedade os sujeitos, suas ações e argumentos; possibilitando o reconhecimento do outro e do eu enquanto participantes do mesmo espaço social. Deve-se mostrar o lugar urbano do público, principalmente a rua, "como meio fundamental de elaboração de cidadania e de civilidade" (ABRAHÃO, 2008, p. 121), algo que se assemelha à compreensão de Arendt (2010) do espaço público da ação política.

Contudo, as cidades mudaram de forma e de lógica de produção e uso de seus espaços ao longo dos séculos (LEFEBVRE, 2008). Nas últimas décadas, o conteúdo político dos espaços urbanos tem sido esvaziado pelos processos que envolvem as segregações, o higienismo, a gentrificação e a elitização, impulsionados pela neoliberalização das instituições e à incorporação da racionalidade neoliberal pelos sujeitos.

Segundo Lefebvre sobre as compreensões usuais da cidade e do urbano, "a cegueira, o não-ver e o não-saber, implicam uma ideologia" (LEFEBVRE, 2008, p. 36). A cidade e suas representações escondem uma produção dos espaços ideológica e, portanto, alienante. Faremos o exercício de transpor essa ideia ao cotidiano urbano. Os processos apontados acima, estimulados pelo mercado, favorecem o ocultamento das realidades, dos conflitos e, com isso, direcionam as pessoas a uma dupla cegueira do espaço social: de um lado, as formas concretas que denunciam a falência do modelo político-econômico adotado são afastadas da visão, segregando-as, como acontece com as favelas e ocupações periféricas, as pessoas em situação de rua, etc; e, por outro, há uma negociação de conflitos ao promover ações espetacularizadas e elitistas, esvaziando os espaços da publicização dos conflitos reais sob uma falsa imagem de modernidade e harmonia. "E como 'o

mercado é cego', para fins intrínsecos das coisas, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço para os fins intrínsecos dos homens. Dai a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço" (SANTOS, 2014, p. 80)

Há a difusão de modelos de planejamento e de gestão urbana que visam criar, especialmente na América Latina, ambientes favoráveis à expansão da economia de mercado (*market-friendly).* Então, "desde que implique dispêndios e remunerações à altura, dá no mesmo abrir e fechar buracos de dimensões faraônicas, ou construir pirâmides e outros prismas espectrais em que se cristaliza a imagem mítica do rentável bem-estar na ultramodernidade" (ARANTES, 2012, p.13)

Utiliza-se de uma arquitetura "do espetáculo", uma "estetização bastarda" que esconde os problemas reais e que, claro, tem "impacto nulo sobre a pobreza e demais deficit sociais" (ARANTES, 2012, p. 17), reafirmando a neutralização do tempo e do espaço metropolitanos. Mesmo a arte e a cultura locais são massificadas por meio do marketing, que vende as particularidades locais como fatores de atração do capital (HARVEY, 2006). Não raro, os novos espaços não permitem, seja através do poder de compra ou da própria estética, o uso e apropriação pela população de classes economicamente pobres, segregando-as.

Obedecendo ao expediente no qual a cidadania é intermediada pelo mercado, não se pode, por exemplo, vender a requalificação da região da Luz em São Paulo (reforma das áreas públicas, construção de equipamentos públicos, de torres residenciais e comerciais, etc.) sem antes promover uma "limpeza social" em seus espaços. Assim, ações como acordar pessoas em situação de rua com baldes de água gelada no rosto e tomar seus pertences (mesmo no inverno), promover a internação compulsória de usuários de drogas ilícitas e demolir edifícios (com pessoas dentro!) até então ocupados por famílias sem-teto[9] são realizadas pelo Estado com força policial, sem mediações e legitimadas por parte da mídia e dos

[9] ROLNIK, 2017. Visto em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/05/25/intervencao-na-cracolandia-luz-para-quem/> Acesso: 15 set. 2017.

espectadores[10]. São tantos exemplos que preencheriam, sozinhos, os espaços dessas páginas.

Algo semelhante foi descrito por Deutsch (1998) sobre os *homeless* de Nova Iorque, que sofreram com a perseguição jurídica-policial para serem retirados dos espaços públicos centrais. Se "a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade" (ARENDT, 2010, p. 61), as pessoas em situação de rua, quando afastadas dos espaços públicos, "desaparecem" da realidade comum. As consequências disso para a esfera pública são condições espaciais e de vida nas cidades que promovem ou a vivência em "bolhas sociais" ou a perda do espaço público como local do conflito, onde haveria a possibilidade de a sociedade se ver e se reconhecer como tal. Perde-se a "percepção social de uma esfera pública das opiniões, da sociabilidade coletiva, da rua como espaço comum [...]" (CHAUÍ, 2004, np).

Desoperaciolaniza-se, assim, a possibilidade de "repolitização" de espaços públicos, como apontado por Arantes sobre a Praça da Sé em São Paulo, onde mendigos se alimentavam das sobras dos restaurantes e aconchegavam-se sob marquises e atrás de bancas de jornais (ABRAHÃO 2008, p. 173). Publicizava-se, assim, as possibilidades de práticas a partir da necessidade e as consequências do sistema excludente no qual vivemos, por meio do deslocamento semântico/estético dessas práticas ali observadas.

O termo "público" significa que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível (LAVALLE, 1997). Significa também o que é de domínio comum. Observa-se, na cidade neoliberal, uma diminuição da esfera pública (LAVALLE, 1997) e, consequentemente, do espaço público. Este, quando entendido como o *lócus* da cidadania, faz com que o direito à cidade seja uma dimensão normativa que coloca a cidade como bem comum,

[10] ROLNIIK, 2014. Visto em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2014/09/1519775-predio-vazio-ha-mais-de-dez-anos-pode.shtml> Acesso: 15 set. 2017.

pois é também “depositário da ética social” (ZARMEÑO, 1997, p. 151). Quando há privatização do espaço público, retira-se a possibilidade de realização dessa dimensão normativa. Há, segundo Chauí (2004, np) “a despolitização provocada, de um lado, pela fragmentação e dispersão das classes populares (sob os efeitos da economia neoliberal sobre a divisão e organização sociais do trabalho) e, de outro, pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado”

Sob influência do modernismo alguns empreendimentos particulares possibilitaram que espaços privados tivessem características de espaços públicos. São os casos de condomínios, praças e shoppings que, sob a tutela privada, abrem-se para o público, mesmo que de maneira seletiva e parcial, e acabam por se tornarem alternativas à falta de áreas de lazer e descanso das cidades. Os shoppings, entendidos como áreas públicas de lazer por uma sociedade cada vez mais acostumada a condicionar seu tempo livre ao consumo, têm uso controlado por normas, vigilância e estética, tornando-os locais de liberdade parcial. Assim como os condomínios exclusivos, ambos proporcionam a perda da cidadania e “de interesse nas questões urbanas” (ABRAHÃO, 2008, p. 139)

Os fenômenos da privatização; da individualização e da competição, presentes na subjetividade do sujeito neoliberal; e a consequente segregação e autosegregação; constituem um cenário de perda do domínio público. O espaço público resultante aparece, dessa forma, como protagonista (imagem) da cidade e, ao mesmo tempo, como coadjuvante da vida urbana na dimensão política enquanto dissenso.

Isso não quer dizer que o espaço público tenha, necessariamente, diminuído. E nem seria razoável, a *priori*, concluir que esses espaços tenham perdido protagonismo político. As diversas manifestações realizadas desde 2013 (com algumas raízes em reivindicações realizadas nos anos 2000) são prova do contrário: revelaram cisões políticas que culminaram em manifestações e greve geral em escala que há décadas não se via. Contudo, as últimas manifestações tiveram pouca adesão das classes economicamente pobres[11].

[11] Visto em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1756731-perfil-coxinha-domina-manifestacoes-pro-e-anti-dilma-em-sao-paulo.shtml> Acesso em: 15 set. 2017

Os espaços privados prevalecem, enquanto os públicos são perdidos de tal maneira que é, hoje, difícil compreendê-los como locais de responsabilidades comuns. Em relação aos espaços públicos “comuns” (não espetacularizados ou privatizados) são, em geral, limitadores e mal conservados. Locais como praças, jardins e parques públicos, acabam sendo sucateados ao ponto de se transformarem em ambientes a serem evitados. A população que mais necessita desses espaços – a que tem seu tempo espoliado – é a que mais sofre com a falta ou baixa qualidade dos mesmos.

Em um contexto de mudanças rápidas, onde o ambiente urbano é construído e reconstruído em períodos de tempo cada vez mais curtos, as referências elaboradas coletivamente vão se enfraquecendo. Conceitos que na modernidade eram claros e definiam as esferas de atuação dos sujeitos têm suas fronteiras diluídas com o neoliberalismo.

Reitera-se, então, que há um gradual processo de esvaziamento dos potenciais conflitos, concernente a cada período de atuação estatal sob a influência neoliberal. Os espaços públicos como locais de afirmação do sujeito e de seu papel na sociedade são, dessa forma, centrais e, por isso mesmo, intencionalmente desmobilizados e esvaziados politicamente. Assim, “esta produção do espaço (...) passa necessariamente pela tentativa de calar, isolar, neutralizar (territorialmente inclusive) o dissenso e sua tendência inerente a se territorializar e despontar no espaço de forma efetiva e potencialmente disruptiva.” (MAGALHÃES, 2015, p. 174)

Se for à luz do público que há a visibilidade, e até mesmo a afirmação da existência, percebemos que a gestão empresarial das cidades tem produzido a invisibilidade da desigualdade: um acobertamento que impede que haja a possibilidade de empatia entre sujeitos através da visão e reconhecimento dos problemas. Para Zarmeño (1997, p. 157) “encontramo-nos, em suma, diante de uma debilitação seletiva mas importante do espaço público: dos espaços públicos de interação cumutativa e de construção e reprodução de identidades”, ou seja, perde-se, com

o espaço público, a noção do coletivo, de interdependência, de solidariedade e, consequentemente, a noção mesma de sociedade.

Considerações finais

Dos fatos e considerações apresentados, apreende-se que a ideologia neoliberal tem se enraizado no aparato estatal e na subjetividade dos sujeitos de tal forma a influenciar as ações institucionais e o cotidiano individual. Uma das consequências da racionalidade neoliberal nessas esferas tem como resultado um esvaziamento político do espaço público, tanto em um nível distante (do sentido do público; da função e atuação do Estado) quanto em nível prático-sensível (dos bens e espaços comuns). Entendendo os espaços públicos como primordiais aos encontros e conflitos, imprescindíveis à democracia de direitos; e da realização e entendimento do sujeito enquanto cidadão, tem-se como consequência uma perda gradual da noção de cidadania, construída no seio da era moderna e das democracias liberais e dotada de sentido político na redemocratização brasileira.

Um Estado burocraticamente engessado, previsível para o mercado, é, em sua essência, conservador. Esse Estado defende a preservação de um "estado das coisas" e sua paralisia compete com a organicidade da sociedade, que está em constante mutação. Esse embate não é simples, sendo necessários um conjunto de elementos objetivos e subjetivos como forma de controle, dentre eles os instrumentos jurídicos e a força policial. Dessa forma os conflitos são domesticados, negociados, excluídos ou frontalmente combatidos.

Consideramos, quanto ao componente jurídico, que a legislação pode ser um instrumento de afirmação da cidadania se não for estático, porque não deve ter fim em si mesma, mas deve sempre ter como ponto de partida a sociedade, e de chegada, a cidadania plena. As leis devem ser, assim, fruto do pacto social em constante evolução, rearranjando-se de acordo com os tempos e, sempre, a caminho da liberdade de todos.

Considera-se que, como Rizek (2012) nos demonstra sobre o rompimento de linearidade temporal durante uma confissão (com a troca de tempos e o reconhecimento dos sujeitos na ação um do outro), a perda do espaço público – como lugar de desocultamento de temporalidades – ameaça o nosso reconhecimento enquanto seres políticos e sociais, e, portanto, enfraquece a compreensão de cidadania. Defende-se aqui, portanto, a tese de que a ideologia neoliberal promove, cotidianamente, o esvaziamento do conflito em todas as esferas, sobretudo as públicas. Milton Santos (2014, p.56) afirma que "(...) onde o indivíduo também é cidadão pode desafiar os mandamentos do mercado (...). Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito". Sendo assim, depreende-se que a cidadania "mutilada" (SANTOS, 2014), mercadorizada, é uma finalidade pois, diferente disso, impossibilitaria a ampliação de suas bases de atuação.

A partir da compreensão de que a ideologia neoliberal sustenta e é sustentada pela ampliação do alcance de sua subjetividade até as ações e relações cotidianas dos sujeitos, entendemos e confiamos também, como Lefebvre (2008) e Santos (2014), que é a partir das apropriações, encontros e trocas, do desocultamento de temporalidades que o "cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação" (SANTOS, 2014, p.71)

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, Sérgio. **Espaço público: do urbano ao político.** Annablume Editora, 2008.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/> Acesso: 07 out. 2017

ARANTES, Otília. **Gentrificação estratégica.** In: *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas.* São Paulo: Annablume, 2012. p. 13-26.

ARENDT, Hannah. **Os domínios público e privado.** In: *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 26-96

CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e alguns dos obstáculos à sua concretização.** In: ABONG; et al. *Seminário "Os sentidos da Democracia e da Participação"*, São Paulo, 2004.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004

DEUTSCHE, Rosalyn. **Uneven Development: Public Art In New York City.** In: *Evictions: Art and spatial politics*. Massachusetts: MIT Press, 1998. p. 49-108

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Común: ensayo sobre la revolución em el siglo XXI***.** Barcelona: GEDISA, 2015.

_____. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal***.** São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** In: *Revista brasileira de educação*, v. 16, n. 47, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006

LAVALLE, Adrián. **Por uma utopia ao alcance da mão.** In: MALAGUTI; CARCANHOLO: CARCANHOLO. *A quem pertence o amanhã?* p. 141-154, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGALHAES, Felipe N C. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea.** Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso.** In: NOVAES (org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996.

RIZEK, Cibele. **Discutindo cidades e tempos.** In: *Revista Redobra,* Salvador, n° 9, 2012, p 72-74.

_____. **Um balanço de pesquisa: 10 anos na zona leste e um social reconfigurado.** In: *Revista Cidades*, v. 13, n° 22, 2017, p. 94-140

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: EDUSP, 2014

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social.** In: *Revista TERRITÓRIO*, ano 2, n° 3, jul.dez, 1997, p. 13-35

ZARMEÑO, Sergio. **O estado neoliberal e o esvaziamento do espaço público.** In: MALAGUTI; CARCANHOLO; CARCANHOLO. *A quem pertence o amanhã?*, 1997, p. 155-164

O DIREITO AO BAIRRO: modos de vida em Santa Tereza

PEREIRA, ANA BEATRIZ

Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
R. Paraíba, 697 - Funcionários, Belo Horizonte – MG.
tizamascarenhas@gmail.com

RESUMO

Em 1996, o bairro Santa Tereza em Belo Horizonte se tornou uma Área de Diretrizes Especiais (ADE) após a reivindicação dos moradores e frequentadores do bairro se manifestarem contra o zoneamento proposto. Em 2015, o bairro foi então protegido pelo Município de Belo Horizonte como patrimônio cultural, propiciaram, mais do que a salvaguarda de imóveis, a manutenção de seus modos de vida característicos. Corolário dos esforços da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza e do Movimento Salve Santa Tereza, a proteção inicial como Área de Diretrizes Especiais e depois como conjunto urbano não assegura sua preservação plena em razão de práticas urbanas, nem sempre explícitas, que promovem o setor imobiliário. O presente artigo se propõe a analisar como a participação popular é imprescindível na construção de uma cidade mais justa.

Palavras-chave: *Proteção; conjunto urbano; Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza; Movimento Salve Santa Tereza.*

Quando Aarão Reis idealiza a Planta Geral da Cidade de Minas no final do século XIX, a cidade projetada teria capacidade de abrigar cerca de 200.000 habitantes; contudo, apenas 15% dessa população habitaria a cidade nos seus primórdios – "Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as secções I a VII da área *urbana* (com .....4.394.212m²) e as I e VI da *zona suburbana* (com 3.855.933m²) [...]."(REIS, 1895, *apud* BARRETO, 1995, p.60). Essas zonas suburbanas eram o destino de classes sociais de menor poder aquisitivo devido ao "alto preço dos lotes, somado às limitações construtivas, como a definição padrões para as edificações de uso residencial [...]." (ANDRADE; ARROYO, 2012, p.15)

Numa área à nordeste da zona urbana, uma colina delimitada pelo ribeirão Arrudas e pelo córrego da Matta, situava-se a fazenda Boa Vista pertencente a João José da Cunha. Adquirida pela Comissão Construtora da Nova Capital, a área faria parte da zona suburbana prevista no Plano Geral da Cidade de Minas. Originalmente, essas áreas conformariam uma espécie de transição entre a zona urbana e a zona de sítios.

Entretanto, de maneira adversa do que prevista por Reis, grande parte das zonas suburbanas seriam destinadas, já em 1896, a núcleos coloniais, que se instalariam às margens das estradas de ferro. Pela Lei nº150 de 20 de julho, autorizava a fundação de seis colônias agrícolas[1], cujos lotes seriam "destinados a imigrantes do norte da Itália, alemães ou portugueses insulares, agricultores de profissão, *laboriosos e morigerados*, e que venham acompanhados das respectivas famílias."[2]

O incentivo à imigração pelo governo do estado de Minas Gerais iniciou-se em 1892 e estendeu-se até 1930. Norma de Góes Monteiro (1973) distingue duas fases dessa política: a primeira, até 1907, caracterizou-se pela substituição da mão de obra na lavoura cafeeira. A segunda fase é determinada pela colonização de territórios "por meio da criação de núcleos coloniais e de concessão de terras devolutas."[3] (MONTEIRO, 1973, p.159)

No que diz respeito à aquisição de lotes nas colônias agrícolas, Adelman (1974), destaca que o governo estadual facilitava a compra de terrenos além de subsidiar habitação, equipamento e sementes. Entretanto, segundo o autor "no papel as colônias pareciam atrativas, mas na realidade o Estado falhou em cumprir a maior parte de sua promessa." [4] (ADELMAN, 1974, p.104)

A demarcação e divisão dos núcleos agrícolas eram, até a primeira década do século XX, tuteladas pela Repartição de Terras e Colonização da Secretaria de Agricultura. A área onde localizava-se o núcleo colonial Córrego da Mata, posteriormente denominado Colônia Agrícola Américo Werneck[5], era parte da VII seção suburbana – onde, atualmente, situa-se o bairro Santa Tereza.

A área ocupada pelo núcleo colonial Américo Werneck tinha um formato poligonal, possivelmente demarcada a partir da triangulação geodésica feita para implantação de Belo Horizonte. Os 144 hectares, divididos em 75 lotes, eram, na maior parte retangulares sendo alguns triangulares que subiam do vale do córrego da Matta em direção ao topo das colinas contíguas. Na porção norte tinham em

[1] Das seis colônias agrícolas, cinco foram instaladas na zona suburbana e rural da Cidade de Minas: Carlos Prates, Córrego da Matta (mais tarde denominada Américo Werneck), Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Afonso Pena. A colônia Francisco Sales seria instalada na cidade de Pouso Alegre.

[2] MINAS GERAIS, LEI 150, 20 DE JULHO DE1896, ARTIGO 3º. (grifo nosso)

[3] Terras devolutas são terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>. Acesso em: 15 de abril de 2016.)

[4] On paper the colonies appeared attractive, but in reality the state failed to fulfill most of its promise. (tradução nossa)

[5] Homenagem ao secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, político e administrador encarregado de dirigir não apenas as políticas de colonização e imigração do governo mineiro, mas, também, a fiscalização das estradas de ferro subvencionadas pelo Estado e o prosseguimento das obras de implantação da nova capital. (AGUIAR, 2006, p.228)

torno de 50 metros de largura e pouco mais de 300 metros de profundidade; os da parte sul eram mais estreitos – em média, entre 37 e 40 metros de largura – e mais compridos - alguns ultrapassavam 500 metros de profundidade.

Em 1902, 66 famílias de agricultores, num total de 181 pessoas, habitavam a Colônia Agrícola Américo Werneck[6]; em 1909, esse número seria de 286 pessoas – 150 brasileiros, 97 italianos, 32 espanhóis, 6 portugueses e um sueco. Além dos agricultores, havia também artistas, comerciantes e industriais.[7]

Com a instalação de uma colônia de imigrantes, na sétima seção suburbana, que é onde está localizado o futuro bairro Santa Tereza, começa a região a receber melhoramentos do governo Estadual. Nos lotes coloniais os imigrantes plantavam e colhiam cereais, hortaliças, frutas e tudo mais que precisavam. Muitos imigrantes eram *artistas*, nome que se dava aos carpinteiros, pintores e pedreiros que ajudaram na construção dos prédios públicos e particulares da cidade. (GÓES, 2008, p. 2)

Pela análise dos dados do *Mapa Estatístico da Repartição de Terras e Colonisação do Estado de Minas Geraes,* é possível inferir que a instalação de outros profissionais na colônia senão agricultores ocorreu, provavelmente, devido às consideráveis transferências de terras – quase 40% dos lotes foram repassados entre os anos de 1898 a 1910.

Dessa maneira, a inauguração da hospedaria de imigrantes em 1914 nos limites da colônia, é um fato insólito. Destinada a receber os colonos de forma provisória até que fossem encaminhados para seus destinos finais, o edifício foi subutilizado, já que a entrada de imigrantes sofreu redução significativa após 1898.

[6] *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Francisco Antonio de Salles, ao Congresso Mineiro, no anno de 1903*.

[7] Dados retirados do *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Barbosa Secretário das Finanças, pelo engenheiro* Álvaro da Silveira, *director interino de Agricultura, Commercio, Terras e Colonisação referente ao anno de 1909.*

Segundo Góes (1998), em 1916 o Marechal José Caetano de Faria, na época Ministro da Guerra do Brasil, envia um telegrama ao Tenente Herculano Teixeira D'Assumpção, incumbindo-lhe a tarefa de procurar um local para instalação de um quartel que abrigaria da 1ª Companhia do 59º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro. Góes relata que, o tenente é informado sobre o prédio da hospedaria de imigrantes:

> *No meio de um matagal, depois da rua Salinas, num lugar chamado "Alto do Matadouro", há um edifício grande, destinado a imigrantes. Esse edifício estadual era, servido por um caminho estreito, verdadeira picada no mato fechado. No interior havia espaçoso salão, dividido em tabiques, para abrigo dos imigrantes. Tratava-se de uma construção nova. (GOÉS, 1998, p.169)*[8]

Dessa forma, em acordo firmado com a Secretaria de Agricultura, o prédio que abrigava a hospedaria de imigrantes seria transformado na sede do Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, inaugurada em 1918.

Pela descrição do local onde localizava-se o prédio da hospedaria de imigrantes, é possível notar como a relação dos núcleos coloniais com o restante da cidade no início do século XX, era praticamente inexistente. Entretanto, mesmo afastados do centro de Belo Horizonte, em 1912 aproximadamente 70% da população residia nas zonas suburbanas e colônias agrícolas. "O principal acesso à cidade era pela ferrovia, o bonde era o transporte popular, e as ligações viárias - ruas Niquelina, Itapecerica e Platina - eram estreitas e tortuosas, contrastando com as largas avenidas da área central." (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016).

Dessa forma, a instalação de um hospital destinado ao tratamento de doenças infectocontagiosas seria inaugurado em 1910 nas proximidades da Colônia Agrícola Américo Werneck. O Hospital Cícero Ferreira seria, durante epidemia de gripe espanhola em 1918, local de transferência de todas as pessoas residentes

[8] O autor não menciona a fonte do telegrama.

em casas de habitação coletiva. O hospital do isolamento, como ficaria conhecido, se localizava, segundo Góes (2014), em local estratégico próximo à estrada de ferro, facilitando o acesso para os habitantes de outras cidades. O hospital, porém, inibiu de certa forma a ocupação da região, pelo temor de contato com os doentes.

A lei Municipal de 5 de fevereiro de 1912, transfere para a Prefeitura de Belo Horizonte a responsabilidade sobre essas áreas. Plantas e alvarás seriam gratuitamente fornecidas pela prefeitura, já que nenhuma construção poderia ser erguida sem licença prévia. Também seria de competência da prefeitura a "abertura de praças e ruas, com indispensavel largura, nos nucleos de povoação referidos, podendo desapropriar por utilidade pública os terrenos e bemfeitorias nelles existentes, que para tal fim forem necessarios." (BELO HORIZONTE, Lei Nº55 de 5 de fevereiro de 1912, artigo 4º).

É interessante observar que o relatório do prefeito Cornélio Vaz de Mello em 1915, menciona a emancipação das colônias agrícolas e o fato de que, na verdade, elas conformavam uma continuação da "urbs". Segundo o prefeito essas áreas se encontravam negligenciadas pelo poder público: "si dellas não tirava proveito, também dellas não cuidava." (idem, p.7) Além disso, essas áreas careciam de regras, já que os colonos construíam de qualquer maneira, "sem alinhamento nem nivelamento." (idem, p.8) A prefeitura estava, desse modo, trabalhando para regularizar essas áreas, através de levantamento cadastral que, segundo o prefeito era de extrema urgência. Corroborado pelo relatório anual apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1924, informando que, tanto nas zonas suburbanas quanto nas ex-colônias, a subdivisão de lotes era uma realidade. A ex-colônia Américo Werneck contaria então com 5 ruas, 8 quarteirões e 125 lotes.

Em 1928, a região constituída pela ex-colônia Américo Werneck e parte da VII Seção Suburbana passaria a se denominar Santa Thereza, em virtude da alteração do nome da linha de bonde que até então era designada como "bond Avenida do Contorno". Góes (1998) menciona o relato do padre José de Campos Taitson, pároco da Igreja Santa Tereza por quinze anos, de que o nome fora sugerido pelo Capitão José Pinto de Souza, do 5º Batalhão da Força Pública; segundo o capitão, havia certa semelhança entre o viaduto que liga a área ao centro de Belo Horizonte e o Aqueduto da Carioca utilizado como viaduto para os bondes que ligam o centro da cidade do Rio de Janeiro ao bairro de Santa Teresa. Entretanto Góes (1998) aponta que a mudança de nome se fez por demanda dos moradores locais.

> *A pedido dos moradores da zona que se localiza em torno do 5º Batalhão, o bond da Avenida do Contorno, que serve a essa parte da cidade, passará a chamar-se Santa Thereza, a partir de amanhã, 1º de abril. Não se justifica mesmo a denominação antiga. A linha de bond não fazia, realmente, o contorno da cidade; apenas, atravessava pequeno trecho da avenida que tem esse nome. A nova denominação é bonita e sugestiva, lembrando-nos um agradável bairro da Capital da República. (ESTADO DE MINAS, 31 DE MARÇO DE 1928).*

No mesmo ano, o relatório do prefeito Christiano Monteiro Machado apresentado em outubro destaca as benfeitorias proporcionadas pelo governo municipal para o bairro. Entre elas está a conclusão do "Calçamento a alvenaria da rua Hermillo Alves entre avenida do Contorno e rua Marmore" e da "rua Graphite, entre Marmore e Crystal". Além disso, o relatório aponta outras obras, ainda em andamento, como o "Calçamento a alvenaria da rua Gabbro, entre rua Eurita e E.F.C.B." e da "rua Marmore, entre Hermillo Alves e Adamina" – reforçando a perspectiva de crescimento da zona suburbana. Tal informação é constatada pelo número de construções particulares daquele ano: dentre os 1.600 projetos em Belo Horizonte, 1.087 foram erguidas nas zonas suburbanas e coloniais.

Tendo em vista o crescimento exponencial da cidade, fez-se essencial um regulamento geral de construções. Instituído em 1930, pela Lei Nº 363 de 4 de setembro, as normas abarcariam questões de altimetria, afastamentos, insolação, ventilação, iluminação, número de pavimentos entre outras. A lei também definiria e demarcaria quatro zonas distintas: central, urbana, suburbana e rural, com regras distintas para as diferentes zonas e classes.

A lei também criou padrões diferentes para as classes sociais. Definia por camada social a forma de uso e ocupação do solo. No parâmetro "Superfícies mínimas", era exigida uma área mínima para cômodos conforme a distinção social: classe operária ou militar e classe residencial. Nesse item, também havia diferença entre zonas, uma vez que a classe operária ou militar que se enquadrava nesse parâmetro se localizava "em arrabaldes da cidade".(TIBO, 2011, p.85)

A zona urbana da cidade seria ampliada em 1956, "para os efeitos da discriminação de rendas estabelecida na Constituição Federal e para os demais efeitos de Direito a linha perimétrica da denominada "Zona Urbana" do Município de Belo Horizonte." (BELO HORIZONTE, Lei nº 592 de 27 de novembro de 1956) E assim, dessa forma, o bairro de Santa Tereza seria incorporado à zona urbana.

Delimitado pela Avenida dos Andradas e pela Avenida do Contorno, o bairro de Santa Tereza era geograficamente "isolado", além de desinteressante para o mercado imobiliário. Paradoxalmente, as causas que o mantiveram alheio à cidade, tornaram-no singular e autêntico, conservando-se praticamente inalteradas suas características urbanas, arquitetônicas e seu modo de viver.

Similarmente, outros bairros da área chamada pericentral[9] mantiveram-se preservados como Santa Tereza – contudo, talvez por não constituir local de passagem, o bairro resistiu mais às sucessivas alterações ocorridas em Belo Horizonte. Segundo Andrade e Arroyo (2012), o estigma sociogeográfico e/ou sociocultural é possivelmente o fator para a manutenção dos aspectos singulares desses bairros.

Os bairros pericentrais constituem uma pequena parte dessa área pericentral, sendo que alguns deles carregam uma imagem ambígua. Se, por um lado são considerados tradicionais e provincianos, porque antigos e porque se transformaram pouco, por outro, abrigam ou abrigaram, ao longo de suas histórias, atividades ou instituições que desafiaram esse tradicionalismo, como a boemia e a prostituição, ou alguma instituição estigmatizante, como cemitérios. (ANDRADE; ARROYO, 2012, p.17).

Santa Tereza foi, até a década de 1970, um bairro pouco valorizado pelo mercado imobiliário – a presença do Hospital Cícero Ferreira, que tratava de pacientes com doenças infectocontagiosas, além da constante falta d'água inibiam sua ocupação. No entanto, com a transferência do hospital para o bairro de Santa Efigênia em 1965 e a solução do abastecimento de água, a região despertou o interesse do mercado imobiliário como descreve Góes:

[...] quando foi desativado o "Hospital de Isolamento", a mudança do quartel do 5º Batalhão e, principalmente, com a solução da falta d'água, assistimos a valorização e especulação imobiliária do nosso bairro. A nossa comunidade tinha razões especiais. Uma das mais antigas da cidade, com dezenas de construções cinquentenárias, habitado por descendentes de imigrantes estrangeiros e brasileiros que se estabeleceram no bairro nas primeiras décadas do século, Santa Tereza preservava a tradição familiar e de vizinhança. Nossa comunidade é conhecida por ser um celeiro de talentos artísticos, culturais e intelectuais cujos nomes e obras são conhecidos no Brasil e no mundo. (GÓES, 2008, p.251)

Ademais, o bairro era considerado distante do centro de Belo Horizonte, geograficamente isolado e não é perpassado por grandes vias de trânsito. Essas condições favoreceram sua conservação, resguardou-o dos impactos da especulação imobiliária. O ponto de inflexão, na década de 1990, foi determinado

[9] Denominação dos bairros que situam-se às margens da Avenida do Contorno, onde antes se encontrava a denominada zona suburbana.

por obras de melhorias, sobretudo de ordem viária e mobilidade urbana, alterando sua condição para uma zona preferencial de expansão (ZAP).

Em 1995, a ameaça de tornar-se uma zona de adensamento preferencial (ZAP) pelo novo plano diretor de Belo Horizonte, mobilizou os moradores do bairro em defesa "de sua ambiência peculiar." (CAJAZEIRO; SOUZA, 2012, p.109) Em 1996, Santa Tereza se torna então uma ADE – Área de Diretriz Especial – definida pela Lei 7166/96. A ADE foi criada como contraposta ao pedido feito pelo Movimento Salve Santa Tereza[10], que se mobilizou contra o adensamento que se instalava no bairro desde meados da década de 1980.

> *Vimos reivindicar instrumentos legais que possam garantir, de imediato, a preservação das características ambientais, urbanísticas e culturais de Santa Tereza. Acreditamos que a transformação do bairro em ADE seja o melhor caminho para garantir o assentamento do uso atual. Uma ADE com políticas específicas visando a preservação paisagística, cultural e histórica, respeitando a vocação local, as limitações do sistema viário e a infra-estrutura de serviços. (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 1996a apud CAJAZEIRO; SOUZA; SOARES, 2012, p.297)*

A Lei N.º 7.165/96, que instituiu o Plano Diretor, criou as Áreas de Diretrizes Especiais - ADEs – áreas cujos coeficientes de aproveitamento do solo, quotas de terreno por unidade habitacional e taxas de permeabilização são, usualmente, mais restritivas. Sendo assim, "tem-se, como resultado, um cenário diferenciado e menos denso na área em questão que no restante da região."(PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016)

> *O espaço urbano é heterogêneo e fragmentado, sendo esse desenho o retrato das relações sociais e econômicas que ali se apresentam. Como numa colcha de retalhos, cada parte assume características que lhe dão identidade. Isso é, geralmente, fruto da vivência que os moradores daquela área experimentam, conferindo-lhe uma configuração urbana que a diferencia das demais. Esses lugares acabam por ser reconhecidos na cidade como algo relevante e alguns deles passam a representar uma forte referência para a população. Esse fato provoca um sentimento de pertencimento muito importante para construção da cidadania e, conseqüente, melhoria da vida urbana. O valor de cada um desses lugares pode variar: a história da cidade, a cultura local, o tipo de ocupação ou de uso ou os recursos naturais. A manutenção dos aspectos que marcam a diferença começa a ser defendida por todos. Para tal, a forma de agir sobre esse espaço também tem que ser diferenciado. Esses locais demandam um tratamento direcionado a valorizar o peculiar, sem esquecer, do contexto mais amplo em que se insere. A legislação urbana tem um papel fundamental no processo de preservação desses espaços. Por meio das normas urbanísticas é possível criar mecanismos que preservem determinadas áreas naquilo que mais representa sua identidade. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016)*

Entretanto, a regulamentação da ADE não atendeu todas as demandas reivindicadas pelo movimento Salve Santa Tereza. Neste sentido, a solicitação de proteção do Conjunto Urbano respalda-se na ratificação de que a ADE não inibe o processo de verticalização e o adensamento populacional da área, consequentemente não protegendo a ambiência e os bens culturais do bairro.

Assim, a Diretoria de Patrimônio Cultural elaborou um estudo "com o intuito de fornecer subsídios para que o CDPC[11] sobre a proteção do Conjunto Urbano Bairro de Santa Tereza e dos bens culturais identificados no seu perímetro." (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.10).

[10] Movimento criado em 1996 em defesa da ADE de Santa Tereza.

[11] CDPC – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

Contrariamente à pressão mercadológica vigente, é "possível à permanência de modelos alternativos ao da cidade que cresce segundo a lógica da destruição de tecidos urbanos antigos, estruturados e vivos." (CAJAZEIRO; SOUZA, 2011). Dessa forma a proteção do conjunto urbano de Santa Tereza se firma como instrumento complementar à ADE, impedindo o "processo de verticalização e adensamento populacional da área" (MOVIMENTO SALVE TEREZA, 2013 *apud* FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.10)

A solicitação de proteção do Conjunto Urbano originou-se, durante a década de 1990, como uma demanda da sociedade com o intuito de consolidar o bairro como "área de patrimônio cultural da cidade." (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.10) Dessa forma, mais do que o reconhecimento do valor histórico, cultural e urbanístico do bairro, seus aspectos simbólicos foram adotados como referenciais para a aprovação de proteção do conjunto urbano de Santa Tereza.

De acordo com o dossiê de proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza, havia uma divergência entre a demanda feita pelo movimento "Salve Santa Tereza" e o que a ADE Santa Tereza realmente preservava. Enquanto o movimento propunha a salvaguarda das características ambientais, urbanísticas e culturais do bairro, a ADE somente observava questões pertinentes ao uso residencial. A ADE não dispunha de instrumentos que efetivamente protegesse bens de interesse cultural, além de não garantir a preservação arquitetônica das edificações.

O mérito da proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza é o de assegurar sua ambiência através da perpetuação de sua identidade. Através da preservação do seu patrimônio edificado, conserva-se, portanto, suas especificidades, seus modos de vida singulares.

> *Frente às especificidades históricas do Conjunto Urbano Bairro Santo Tereza, a concepção de patrimônio que ora tomamos por referência assume um significado que vai muito além da mera valorização arquitetônica, buscando identificar e sobressaltar o valor imaterial subjacente ao bem edificado, ainda que esse não possua grandes atributos estilísticos. Nesse sentido, considerando como pressuposto a singularidade de uma arquitetura que se constitui pela reinterpretação simplificada dos estilos, o primeiro critério adotado para a proposição dos tombamentos foi a relação entre os bens edificados e a preservação das referências históricas e simbólicas relacionadas ao modo de vida característico do bairro Santa Tereza, marcado pelo caráter residencial unifamiliar e por relações de proximidade e vizinhança. A ambiência residencial é elemento participante desse modo de vida na medida em que seu componente físico – o quadro construído - constitui o lugar onde se efetivam os laços de sociabilidade que dão identidade àquele território.*
>
> *(FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.90)*

A proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza ratifica a ideia de que a preservação da dimensão física opera como suporte dos seus aspectos intangíveis, tornando-os indissociáveis. Ademais, legitima a participação ativa de seus moradores e frequentadores no processo de proteção do bairro, já que a participação popular na gestão urbana busca uma ação justa e democrática na sua construção - "As cidades têm capacidade de oferecer algo a todos, mas só porque e quando são criadas por todos." (JACOBS, 2013, p.263) Entretanto, é notório, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, as inúmeras áreas históricas revitalizadas que resultaram em locais de gentrificação[12].

Jacobs (2013) considera que o êxito de um bairro está intimamente relacionado

[12] Segundo Limeira e Monteiro (2012) o termo *gentrificação* foi pioneiramente definido pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964, que, ao observar as transformações urbanas ocorridas em Londres na década de 1960, o processo de reabilitação de áreas degradadas para a valorização de imóveis e a conseguinte substituição das classes sociais. (MONTEIRO; LIMEIRA, 2012, p. 264)

com a autogestão. A autora sugere que por autogestão entende-se tanto a "informal da coletividade quanto a formal." (JACOBS, 2013, p. 125) Neste sentido é significativo relatar a formação e atividades do Movimento Salve Santa Tereza e da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza.

A Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza, criada em 1983 atua em defesa dos interesses coletivos e preservação do tradicional bairro assim como o Movimento Salve Santa Tereza[13].Enquanto a ACBST é iuma entidade institucionalizada, regida por estatuto, a sgunda se define como uma ação coletiva horizontal, que atua de maneira informal. Todavia, os dois se articulam através de páginas em redes sociais e grupos de e-mail, acionando seus membros e divulgando ações.

Em 2013, tanto o Movimento Salve Santa Tereza quanto a ACBST ressurgiriam de forma mais expressiva diante de ameaças à ADE – pela iminência da construção de uma torre de 85 andares na Avenida dos Andradas que resultaria no alargamento da rua Conselheiro Rocha e pela deliberação da Prefeitura de Belo Horizonte pela concessão de seis mil metros quadrados do Mercado para a FIEMG[14].

Dentre as ameaças, a mais concreta e latente era a concessão do mercado à FIEMG, que pretendia instalar uma escola profissionalizante para a formação de mão de obra visando o setor automotivo. Contudo, tal decisão contraria a Lei 7166/96, que define o bairro como Área de Diretrizes Especiais, dessa forma, serviços de uso coletivo como escolas podem ter, no máximo, 400 metros quadrados.

Imediatamente, um abaixo-assinado contra a cessão do espaço do Mercado coletou cerca de 2.400 assinaturas, que correspondiam à ¼ da população adulta do bairro. O documento foi entregue à Câmara de Vereadores, ao COMPUR[15], PMBH[16] e à FIEMG.

A primeira mobilização em prol da reocupação do mercado foi realizada em setembro de 2014, com a proposta "Mercado Vivo + Verde". Como o espaço do mercado ainda se encontrava cedido à FIEMG, o evento foi realizado na rua Alvinópolis, contando com feira de alimentos agroecológicos, artesanato, apresentações artísticas e debates. A ação conjunta entre moradores e o Movimento Salve Santa Tereza permitiu a inclusão do Mercado no Dossiê de Proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza que, por sua vez, desencadeou a não ocupação do espaço pela FIEMG.

Desde então o Movimento Salve Santa Tereza e a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza vem constantemente e diretamente discutindo junto aos órgãos municipais e diversas entidades discutindo e buscando usos mais democráticos e sustentáveis para o espaço do Mercado.

> *Em fevereiro de 2016, o Mercado passou a ser gerido pela Fundação Municipal de Cultura (FMC) e a pedido dos moradores foi formada uma comissão paritária entre representantes da gestão municipal e da sociedade civil para discutir formas de uso e de ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza. Representantes do Movimento Salve Santa Tereza e da Feira Terra Viva que fazem parte da Comissão propõem a ocupação imediata da área externa do Mercado (antigo estacionamento). Que de acordo com eles dispensa reforma ou adaptações. A realização do evento Mercado Vivo + Verde recebeu apoio institucional da FMC e, se depender do desejo dos organizadores, poderá se tornar mensal ou semanal. (SANTATEREZATEM, 2016).*

[13] O Movimento Salve Santa Tereza foi criado em 1996 com o propósito de reivindicar a alteração do bairro de Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) em Área de Diretriz Especial (ADE) para o Plano Diretor de Belo Horizonte que entraria em vigor no mesmo ano.

[14] FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

[15] Conselho Municipal de Política Urbana.

[16] Polícia Militar de Belo Horizonte.

Em maio de 2016, a segunda edição do "Mercado Vivo + Verde" foi realizada; além da feira de alimentos orgânicos, roupas e artesanato, uma extensa programação foi montada incluindo shows, oficinas para crianças e rodas de conversas. O evento, amplamente divulgado contou com grande participação de moradores e centenas de frequentadores do bairro, assinalando a vocação do espaço.

A Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza e o Movimento Salve Santa Tereza encarregaram-se desde então por mutirões para limpeza do local e plantio de uma horta comunitária. Em janeiro de 2017, o poder municipal reconheceu a vocação do Mercado Distrital para atividades comerciais, e sugeriu a concessão do espaço para o grupo que vem trabalhando na sua reabertura. Todavia, a Prefeitura de Belo Horizonte não irá disponibilizar recursos públicos para tal.

A recuperação do Mercado Distrital de Santa Tereza como espaço público aberto e livre para a comunidade e futuro gerador de renda e emprego, constitui mais uma conquista para a manutenção das singularidades do bairro, principalmente após a concessão feita pela Prefeitura de Belo Horizonte. Uma vez que as pessoas a frente de sua reabertura procuram viabilizar práticas que não prejudiquem a ambiência do bairro. Assim, a proposta inicial pretende resgatar a atividade de mercado que conjugue serviços como bancos, correios e farmácia, além de área para lazer e cultura.

Ainda que a "etapa" do Mercado Distrital esteja superada, outro fato que ainda ameaça a proteção de Santa Tereza são as especulações imobiliárias no entorno do bairro. Em 2012, o escritório arquitetura Farkasvölgyi e a PHV Engenharia apresentaram o projeto de uma torre de oitenta e cinco andares à Prefeitura de Belo Horizonte para ocupar a área situada entre o bairro e a Avenida dos Andradas. O complexo arquitetônico incluía a torre, uma arena multiuso para shows, eventos esportivos, feiras e congressos com capacidade para 40 mil pessoas e 10 mil vagas de estacionamento, totalizando 500 mil m² de área edificada.

O investimento de R$ 2 bilhões para a construção do complexo arquitetônico seria obtido com fundos imobiliários estrangeiros. Todavia, o projeto foi abandonado já que infringia uma das diretrizes asseguradas pela proteção do conjunto urbano Santa Tereza por obstruir a visada da Serra do Curral, além de provocar um enorme fluxo, mesmo que indireto, de veículos no bairro.

A nova proposta apresentada pela PHV Engenharia, denominada Operação Urbana Simplificada (OUS)[17] – Praça da Cidade substitui a torre de trezentos e cinquenta metros de altura por três torres de 23 andares cada, totalizando 100 mil m², além de 2.000 vagas de estacionamento. Tal intervenção é rejeitada tanto pela Associação dos Moradores do bairro Santa Tereza quanto pelos membros do Salve Santa Tereza por impactar na paisagem e na dinâmica do bairro.

Em entrevista para o site Santa Tereza Tem, a professora, advogada e moradora do bairro, Silvia Nascimento, alerta que esse tipo de flexibilizações urbanísticas podem levar ao fim da ADE de Santa Tereza. Karine Carneiro aponta que o empreendimento pode, inclusive, aumentar a temperatura na região, pois o revestimento espelhado das torres reflete a luz solar sobre o bairro.

> *As consequências da implementação desse projeto são tanto diretas – a flexibilização da legislação urbanística atual através de uma Operação Urbana Simplificada (OUS); aumento do número de veículos no bairro; alteração do regime de ventos, da insolação e da paisagem no entorno; alteração da pista de caminhada e da ciclovia da Av. dos Andradas - como indiretas - os impactos no trânsito a médio e longo prazo que poderão levar a projetos de*

[17] **Operação Urbana Simplificada (OUS)**, sempre motivada por interesse público, destina-se a viabilizar intervenções tais como: tratamento urbanístico de áreas públicas; abertura de vias ou melhorias no sistema viário; implantação de programa habitacional de interesse social; implantação de equipamentos públicos; recuperação do patrimônio cultural; proteção ambiental; reurbanização; amenização dos efeitos negativos das ilhas de calor sobre a qualidade de vida; regularização de edificações e de usos; requalificação de áreas públicas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2016, grifo nosso)

reestruturação na rua Conselheiro Rocha e o incremento à especulação imobiliária e consequente processo de gentrificação que implica na expulsão, pelo mercado imobiliário, de populações tradicionais do bairro. (SALVE SANTA TEREZA, 2016)

O terreno em questão, onde atualmente se encontra a antiga Fábrica de Pregos, a rua Adamina, 385, está fora do perímetro da ADE e pertence à PHV Engenharia. Em novembro de 2013, juntamente com o abaixo assinado que solicitava a proteção do bairro Santa Tereza, foi reclamado o tombamento da edificação. Segundo o dossiê de proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza (2015, p.69), o galpão é um "exemplar arquitetônico eclético, representativo da arquitetura industrial de Belo Horizonte"; e mesmo que mais vinculado à Avenida dos Andradas, esse amplo espaço livre abriga um grande campo de futebol de várzea e, estando limitado também pela linha de trem, sugere a possibilidade de implantação de um parque ou um equipamento de lazer.

A proposta da PHV Engenharia que seria apreciada durante a sessão ordinária de 21 de dezembro de 2016, foi retirada de pauta pela construtora. Em nota a PHV Engenharia expressa que o "desenvolvimento urbano deve estar alinhado com o bem-estar das comunidades do entorno." Dessa maneira, a empresa optou por analisar as críticas ao empreendimento e "estudar melhor possibilidades de evolução para o projeto", e também solicitará estudos para avaliar possíveis impactos. Quanto à preservação da visada da Serra do Curral, a construtora irá respeitar as determinações da legislação vigente.

A mobilização atual do Movimento Salve Santa Tereza em prol do tombamento da antiga fábrica de pregos, procura, dessa forma, impedir a construção do empreendimento da PHV Engenharia. O Movimento afirma que a proteção do bairro como Conjunto Urbano estará fadado a anulação caso as torres sejam construídas, pelo impacto ambiental, no aumento do trânsito local e especulação imobiliária.

Considerações finais

Pela luta em defesa do direito à cidade, tanto a ACBST quanto o Movimento Salve Santa Tereza entendem que a construção da cidadania perpassa pela apropriação democrática do espaço público, incluindo a gestão participativa da população. Neste sentido, Harvey aponta:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (HARVEY, 2012, p.74)

Segundo o autor, a identidade urbana, cidadania e pertencimento, intimidados pela lógica neoliberal de reestruturação do tecido urbano, tornam-se cada vez mais complicadas de se manter. Ainda assim, movimentos que, na contramão de tantas revitalizações, requalificações, reformulações, e outras tantas "res", buscam outros modos de vida urbana mais justos e democráticos.

Referências

ADELMAN, Jeffry. **Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte 1890-1930.** Michigan: Microfilms International, 1974.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. **Patrimônio cultural em bairros pericentrais e os atuais desafios da política do patrimônio em Belo Horizonte.** In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BELO HORIZONTE, Lei Nº55 de 5 de fevereiro de 1912, artigo 4º. **Disponível em: <**https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239398/lei-55-12**>.** Acesso em: 30 de novembro de 2016.

CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean. **A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza.** In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. **Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza.** Belo Horizonte: 2015.

GÓES, Luis. **Bairro de Santa Tereza, 100 anos.** Belo Horizonte: Ed. Luis Góes, 1998.

GÓES, Luis. **Bairro de Santa Tereza: tradição e história.** Belo Horizonte: Ed. Luis Góes, 2008.

HARVEY, David. **O direito à cidade.** Lutas Sociais. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades.** São Paulo: WMF, 2013.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas 1889-1930.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Texto base áreas de diretrizes especiais.** Disponível em: < file:///C:/Users/RBA/Downloads/Texto%20Base_areas_Diretrizes_ Especiais_ADE%20(2).pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

SALVE SANTA TEREZA. **Disponível em: <**https://www.facebook.com/Salve-Santa-Tereza-381632345284758/?ref=ts&fref=ts>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

SANTA TEREZA TEM. **Disponível em: <**http://www.santaterezatem.com.br/bairro-santa-tereza/**>.** Acesso em: 20 de maio de 2016.

TIBO, Geruza Lustosa de Andrade. **A superação da ilegalidade urbana: o que é legal no espaço urbano?** 2011. 236 f Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

O ESPAÇO COMO CAPITAL: uma abordagem bourdieusiana

SANT'ANNA, ANDERSON DE SOUZA (1)

1. Fundação Dom Cabral. Programa de Pós-Graduação em Administração
Av. Princesa Diana, 760 – Alphaville Lagoa dos Ingleses
34.018-006 – Nova Lima – MG - Brasil
anderson@fdc.org.br.

RESUMO

A partir da análise de dinâmicas de reconversão de funções econômicas (Sant'Anna, 2016; Nelson, Sant'Anna, Wood, 2016; Oliveira, Sant'Anna, Diniz, 2013) e de requalificação de espaços urbanos (Sant'Anna, Mendonça, Diniz, 2016; Oliveira, Sant'Anna, Diniz, Carvalho Neto, 2015), conduzidos com base na "Teoria da Ação Prática", desenvolvida por Bourdieu, este artigo destaca principais achados e resultados, com ênfase em contribuições aos estudos elaborados por este autor, em particular, à sua noção de capital. Além de sua aplicação na investigação das formas como diferentes agentes sociais se inter-relacionam – ou não – com vistas ao domínio dos campos em que se inserem, as dinâmicas investigadas denotam a importância da compreensão dos atributos de capitais mobilizados pelo conjunto agentes investigados – políticos, empresários, sociedade civil, empreendedorismo –, com destaque para a consideração de tipologia e "ecologias empreendedoras locais" identificadas. Como resultado, cabe salientar aportes à "Teoria da Ação Prática" por meio de ressignificação do construto "espaço", ainda pouco explorado no arcabouço teórico de Bourdieu. Com base nos achados e conclusões decorrentes dos esforços de pesquisa conduzidos por Sant'Anna e colaboradores evidencia-se, para além dos capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, o relevante papel do "capital espacial".

Palavras-chave: *Espaço; Espaço Social; Teoria da Ação Prática; Capital; Capital Espacial.*

INTRODUÇÃO

A tônica contemporânea em dinâmicas e intervenções calcadas nas noções de flexibilidade e inovação, amplamente difundidas a partir da rupturado chamado "Círculo Virtuoso do Fordismo" (Lipietz, 1985), na década de 1970, tem direcionado empresas, instituições, assim como cidades à busca por novos padrões de competitividade, embasados na noção de "acumulação flexível" (Harvey, 1989). Tônica essa que marca a *démarche* da cidade pós-fordista (Soja, 2000), centrada nas noções de "cidade-empresa" (Borja e Castells, 1999; Harvey, 1989), "cidade empreendedora" (Hall, 1995), "cidade-espetáculo" (Sánchez, 2003) ou "cidade global" (Ferreira, 2007; Sassen, 1999).

O ocaso do "Círculo Virtuoso do Fordismo" acaba por direcionar, nos países centrais, mas também nos periféricos, processos sistemáticos de "reestruturação produtiva", envolvendo a adoção de "estratégias" como a busca por novos "mercados" – expressa no movimento de "mundialização da economia" –, a introdução de novas tecnologias – inicialmente de base microeletrônica e, mais contemporaneamente, digitais –, de modelos de gestão e regulação da força de trabalho mais flexíveis e facilmente reestruturáveis, bem como de sistemas de transporte e mobilidade, visando substituir a rigidez do modelo fordista por uma "ordem de acumulação flexível" (Harvey, 1989).

Crítico dos dispositivos dessa nova configuração, para Ferreira (2007: 115), no caso das empresas, a decisão estratégica é quanto a se espalharem pelo globo – não abrindo mão, porém, de centralizar o comando, o capital e as "*core competencies*" em suas sedes. A proposta é identificar em cada país o que ele pode oferecer de mais vantajoso: mão de obra barata, ausência de restrições ambientais e/ou trabalhistas, proximidade da matéria-prima, benefícios estatais e vantagens tributárias, possibilidades advindas das infraestruturas tecnologias que lhes permita o controle dos processos produtivos em um único ponto, porém, descentralizando a produção em diversas unidades geograficamente espalhadas.

Segundo Ferreira (2007: 115), tal conjunto de estratégias e táticas visam atuar sob duas dimensões centrais: por um lado, os "avanços tecnológicos", promovendo uma crise estrutural, em função do "paradoxo do aumento da produtividade-desemprego" e, por outro lado, – como tentativa de equacionamento desse impasse – a incorporação de "novos arranjos espaciais-temporais", objetivando sustentar a expansão do sistema capitalista para a periferia, com vistas a possibilitar o acesso a novos mercados de consumo e a mão de obra mais barata e menos politizada.

Já no âmbito das cidades, tal movimento se evidencia na difusão de um "discurso ideológico hegemônico que preconiza como inexorável – de forma similar ao que promove a globalização na esfera cultural, política e econômica – o papel 'modernizante' das 'cidades globais'" (Ferreira, 2007: 115). Um modelo que se estrutura em torno da ideia de que compete às cidades "prepararem-se" para as "novas" forças da economia global, servindo como suporte físico aos fluxos econômicos e à atuação das empresas.

Sob essa concepção, para Sassen (1999), para serem competitivas, as cidades devem ser mais especializadas, mais preparadas para um "novo" tipo de organização econômica, para uma "nova" economia de serviços. Devem, em síntese, se adaptar "às exigências das 'transformações globais' que lhes permitirão um novo papel estratégico" (FERREIRA, 2007: 115). Se as teorias clássicas sobre cidades propunham investigar seus atributos, conferindo-lhes – ou não – a classificação de "cidade-mundial" de primeira ou segunda importância, emerge a necessidade de uma nova matriz teórica "propositiva", que possa, de forma efetiva, aviar a receita necessária a essa transformação.

De certa forma, trata-se de buscar superar o modelo funcionalista de planejamento do modelo anterior. Se o fordismo gerou uma matriz funcionalista- modernista-tecnocrática e autoritária, além de rígida, do planejamento urbano, ela agora não tem mais capacidade de responder às exigências de um sistema 'flexível' (Ferreira, 2007: 117).

Nessa direção, autores como Sassen, Castells, Borja especializam-se no estudo – e consultoria – dessa "nova" modalidade de planejamento urbano, amplamente inspirada nas teorias de gestão empresarial mais afins às demandas das cidades que se pretendem competitivas: o planejamento estratégico, e sua variante, o marketing urbano.

A ideia de competitividade difundida aos municípios como forma de adaptação ao papel estratégico imposto pela globalização evidencia, pela escassez de capitais disponíveis e tendência de concentração dos órgãos decisórios – ou "de comando" –, uma competição entre si para atraí-los (Ferreira, 2007).

Em decorrência, grandes cidades europeias e norte-americanas, seguindo esse receituário, empreendem grandes operações de "revitalização urbana" em áreas degradadas, geralmente aquelas abandonadas pelo declínio da atividade industrial. Operações urbanas, como as empreendidas por Nova York e Londres, tornam-se paradigmáticas desse modelo, não por isso sem efeitos colaterais.

Nas palavras de Ferreira (2007: 120): [...] o planejamento estratégico estabelece as linhas de gestão para uma 'cidade empresa', promove a 'cidade mercadoria', que deve ser capaz de ser vendida e, sobretudo, estabelece a estratégia ideológica para que tais políticas sejam aceitas como inquestionáveis e necessárias pela população. Trata-se de promover o 'patriotismo de cidades'.

Tal caráter "patriótico" demanda, portanto, "consensos" entre os agentes locais envolvidos, com vistas a legitimar a "vocação" da cidade, bem como os investimentos públicos requeridos a torná-la atraente aos olhos dos investidores.

De acordo com Fischer (1996) é necessário atentar, ainda, para o fato de que, não obstante os processos sociais, econômicos, culturais e populacionais tenderem, de uma maneira geral, a se globalizar, seus efeitos concentram-se nas aglomerações urbanas e requerem atuações políticas integradas e tratamento em nível local. Sob essa perspectiva, a cidade deve ser entendida não somente como território que concentra um grupo humano e atividades, mas como espaço simbiótico – poder político-sociedade civil – e simbólico – que integra culturalmente e confere identidade coletiva a seus habitantes, tendo um valor de troca com o exterior –, que se transforma em um campo de respostas possíveis aos desafios econômicos, políticos e culturais de uma dada época.

Nesse contexto, a proposta deste artigo consiste no compartilhamento de resultados de estudos de dinâmicas contemporâneas de reconversão de funções econômicas (Sant'Anna, 2016; Nelson, Sant'Anna, Wood, 2016; Oliveira, Sant'Anna, Diniz, 2013) e de requalificação de espaços urbanos (Sant'Anna, Mendonça, Diniz, 2016; Oliveira, Sant'Anna, Diniz, Carvalho Neto, 2015), conduzidos com base na "Teoria da Ação Prática", desenvolvida por Bourdieu.

Além de sua aplicação na investigação das formas como diferentes agentes sociais se inter-relacionam – ou não – com vistas ao domínio dos campos em que se inserem, as dinâmicas investigadas denotam a importância da compreensão dos atributos de capitais mobilizados pelo conjunto agentes investigados – políticos, empresários, sociedade civil, empreendedorismo –, com destaque para a consideração de tipologias e "ecologias empreendedoras locais" identificadas, evidenciam-se contribuições teóricas ao arcabouço teórico bourdieusiano, ao se atribuir papel estratégico, para além dos capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, a uma nova modalidade de capital: o "capital espacial".

1. O ESPAÇO NA SOCIOLOGIA DE BOURDIEU

Sob a perspectiva da "Teoria da Ação Prática" de Bourdieu (2010) pode-se compreender o espaço - e seus lugares - como um campo de lutas e interações que nos permitem entender como as relações entre diferentes agentes contribuem para a produção de contextos de diversidade e vitalidade ou, ao contrário, de exclusão e morte. Isso, na medida em que a produção da cidade e seus diversos lugares e processos encontram-se intrinsecamente relacionados à (re-)produção de discursos, ideologias, relações e práticas sociais.

Conforme reitera Maricato (2000), tal dinâmica nunca se dá unicamente por vias formais. Ao contrário – e muito provavelmente majoritariamente – se dá por disputas informais, sub-reptícias, constituindo característica marcante da produção das cidades e seus lugares. Logo, a relevância de se considerá-la como campo de forças, mediado por discursos e práticas.

De modo geral, a discussão em torno dos construtos "espaço físico" e "espaço social" apresenta-se em diversos estudos de Bourdieu, bem como em análises sobre sua produção. Embora reconheça a distinção entre ambos, a ênfase é comumente atribuída à compreensão dos mesmos sob uma perspectiva relacional:

> *Estes dois espaços nunca coincidem completamente; no entanto muitas diferenças que, geralmente, se associam ao efeito do espaço geográfico, por exemplo, a oposição entre centro e periferia, são o efeito da distância no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico (Bourdieu, 1989, p.138).*

Alguns aspectos da compreensão atribuída por Bourdieu (1989) ao espaço físico merecem, no entanto, considerações. Em primeiro lugar, ambiguidades em relação à articulação com noções fundamentais à sua teoria da ação prática, como as noções de campo e capital. À primeira vista, a impressão é que o espaço físico não constitui elemento da tessitura das relações entre ambos os espaços, mas um efeito da trama. Um fator que somente pode ser apreendido como efeito, como depósito compulsório, não como capital em circulação. Em segundo lugar, mesmo superando noções clássicas da economia, da sociologia e mesmo da geografia que definem o espaço físico como mero suporte às relações sociais, Bourdieu (1989: 142) parece, igualmente – não obstante o expediente relacional – negar atribuir-lhe os mesmos recursos de análise disponibilizados à outra face da moeda: o espaço social. Em outras palavras, na busca por respostas às indagações sobre como e de que forma a localização em um dado ponto do espaço pode afetar a representação que os agentes têm de sua posição no espaço social - e, portanto, de sua própria prática -, a saída se dá pela via da investigação de como tais agentes – e os objetos – situam-se em um lugar do espaço social, quer por sua posição relativa quanto a outros, quer pela distância que os separa.

Desse modo, para Bourdieu (2001:134) "[...] os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço". Ademais, pode-se denotar certo entendimento do espaço físico como obstáculo à livre circulação de outros capitais: sociais, econômicos, culturais, simbólicos. Isso, quer em decorrência de sua natureza material, o que requereria maiores investimentos em sua mobilização, quer por dificuldades em lidar com rugosidades, as quais lhe incorporam maior complexidade, em virtude de análises temporais.

Vale salientar que Lefèvre (1972: 134), sob o enfoque do materialismo histórico, já aponta que as propriedades e características do espaço urbano decorrem das interações, estratégias, êxitos e fracassos dos grandes grupos sociais – classes, frações de classe, governo – que ali nele defrontam, estabelecendo "isotopias" – lugares dos iguais – e "heterotopias" – lugares dos outros, ao mesmo tempo implicados e excluídos. No entanto, como bem sintetiza Catharina (2005), o que existe para Bourdieu é um espaço de relações ou interações em uma dada estrutura, na qual a reunião dos mais próximos em um espaço geográfico e social é provável, mas não necessária: as pessoas mais distantes no espaço geográfico e social podem se aproximar e interagir em um espaço comum. Enfim, o que organiza os agentes sociais em espaços físicos e sociais distintos é o volume global de capital possuído, em diferentes espécies, de acordo com o valor que apresentam nos diferentes espaços sociais, reconhecendo para tal quatro tipos distintos de capital: econômico, cultural, social e simbólico (Figura 01).

Capitais	Escopo	Atributos
Econômico	Recursos associados aos fatores de produção (terra, fábrica e trabalho) e aos ativos econômicos, como a renda e os bens materiais. Pode ser acumulado e reproduzido por meio de estratégias de investimento econômico e de outros mecanismos associados à obtenção ou à manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis.	Terra, trabalho, dinheiro, patrimônio, bens materiais
Cultural	Corresponde ao conjunto de conhecimentos, habilidades e qualificações intelectuais transmitidas pela família e pelas instituições escolares ao longo da vida do indivíduo. O capital cultural pode adquirir três formas: 1. o estado incorporado, como uma característica durável do corpo (a forma de falar); 2. o estado objetivo, como a posse de bens culturais; 3. o estado institucionalizado, decretado por instituições de ensino.	Valores familiares, obras de arte, títulos acadêmicos e os títulos nobiliários no contexto de sociedades aristocráticas.
Social	O capital social corresponde à agregação de recursos atuais ou potenciais que têm estreita conexão com a rede de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento entre indivíduos e grupos. Envolve a manutenção das relações sociais individuais e coletivas, acumulando-se pelo processo de socialização.	Rede de relacionamentos e os recursos que podem ser acessados a partir dessas conexões.
Simbólico	Está relacionado à acumulação de prestígio, honra e de reconhecimento social por um indivíduo/grupo que preserva sob seu domínio os recursos considerados essenciais num determinado campo. A posse do capital simbólico não implica, necessariamente, domínio de uma propriedade “objetiva”, e sim de um recurso simbólico que foi legitimado pelos atores sociais num campo específico, podendo não ser relevante em outro espaço social. Deter e manter a posse sobre esses recursos simbólicos requer muito investimento, tempo e disposição pessoal para reafirmar as visões de mundo e sistemas classificatórios vigentes.	Síntese dos capitais econômicos e culturais que foram reconhecidos como legítimos em determinado campo social.

Figura 01: Quadro das capitais conforme Bourdieu
Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de Bourdieu (2008, 2010).

No Brasil, estudos envolvendo a aplicação de noções associadas à sociologia de Bourdieu na análise de dinâmicas socioespaciais têm sido desenvolvidos em investigações de dinâmicas de reconversão de funções econômicas (Sant’Anna, 2016; Nelson, Sant’Anna, Wood, 2016; Oliveira, Sant’Anna, Diniz, 2013) e de requalificação de espaços urbanos (Sant’Anna, Mendonça, Diniz, 2016; Oliveira, Sant’Anna, Diniz, Carvalho Neto, 2015). Em linhas gerais, tais estudos partem da compreensão de que agentes sociais, dotados de *habitus* similares ou distintos, bem como de capitais distribuídos de modo desigual, inter-relacionam-se no interior de um espaço social, em que se desenrolam conflitos e coalisões na busca pela manutenção ou transformação do estado vigente de poder – e ou dominação. Consideram, igualmente, que um dado campo – acadêmico, empresarial, empreendedor – organiza-se, hierarquicamente, no interior dos espaços socioespaciais, de poder e de dominação, a partir de capitais.

2. CONTRIBUIÇÕES À TEORIA DA AÇÃO PRÁTICA: A NOÇÃO DE CAPITAL ESPACIAL

Como principal resultado dos estudos desenvolvidos por Sant'Anna (2016), Nelson, Sant'Anna, Wood (2016); Oliveira, Sant'Anna, Diniz (2013), Sant'Anna, Mendonça, Diniz (2016); Oliveira, Sant'Anna, Diniz, Carvalho Neto (2015) cabe mencionar a construção e validação de "tipologia" de empreendedores locais tendo por base análise de capitais – econômicos, sociais, culturais e simbólicos – por eles mobilizados com vistas ao domínio dos campos em que se inserem (Figura 02).

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	CAPITAIS DISTINTIVOS
Empreendedores Tradicionais	Empreendedores Remanescentes	Simplicidade, confiança, sabedoria, conhecimento tácito, naturalidade, emoção, recato, família, conservadorismo.
	Empreendedores Pioneiros	Erudição, cultura, requinte, sofisticação, nobreza, refinamento, bom gosto, estilo, beleza, distinção, elaboração, respeito, justiça, bravura, coragewm, dignidade, postura, atitude, elegância, charme, etiqueta, classe, discrição, essência, prestígio, reputação.
Empreendedores Modernos	Empreendedores Negociais	Entretenimento, curto-prazo, lucro imediato, *marketing*, agressividade, competitividade, resultado financeiro, crescimento, expansão, diversificação, negócios
	Empreendedores Profissionais	Qualificação, profissionalismo, gestão, cientificidade, qualidade, certificação, competência, modernidade, responsabilidade social, preservação ambiental, ecologia, cidadania empresarial, desenvolvimento sustentável, politicamente correto
Empreendedores Pós-modernos	Empreendedores Bricoleurs	Improvisação, imitação, informalidade, cópia, "jeitinho brasileiro", senso de oportunidade, aventura, risco, flexibilidade, adaptabilidade
	Empreendedores Vanguardistas	Arte, criação, novo, originalidade, subjetividade, sensibilidade, independência, vanguarda, intelectualidade, autonomia, liberdade, polêmica, visão crítica, transgressão, desconstrução, provocação, contestação, sensibilidade, desprendimento

Figura 02: Quadro da Tipologia de Empreendedores segundo capitais mobilizados
Fonte: Sant'Anna *et al.*, 2011, p. 195.

Aplicações sucessivas da tipologia permitiram aos autores identificar semelhanças e diferenças quanto a distintos capitais mobilizados pelos agentes sociais investigados. Centrando, mais especificamente, nas relações em torno de

empreendedores locais, os autores constataram que os distintos "grupamentos" de empreendedores categorizados, quando não outros, caracterizam-se por disporem de capitais econômicos, simbólicos, culturais, sociais – e, acrescentaríamos, também, espaciais –, identidade pessoal, valores e interesses que os distinguem (Bourdieu, 2010), bem como suas habitações e, de modo ainda mais evidente, seus estabelecimentos comerciais, os quais contemplam diferentes modelos de negócios e estilos de gestão. Juntos, eles concorrem para definir tais empreendimentos e a "comunidade" investigados e dispor de seus recursos espaciais, humanos e econômicos. Além disso, o conjunto dos achados e resultados obtidos por aqueles autores permitiram constatar que:

1. As comunidades investigadas desenvolveram vocabulários compartilhados de pares de opostos que expressam as principais tensões sociais advindas de sua dinâmica socioeconômica, cultural e espacial;

2. Posicionamentos distintos dos agentes sociais estão localizados em diferentes espaços criados pela interseção ou justaposição desses pares de opostos;

3. Os diferentes tipos de empreendedores identificados têm consciência de sua localização e da localização dos outros nos esquemas de opostos;

4. No caso dos empreendedores, evidenciados como agentes protagônicos nas dinâmicas investigadas, os mesmos têm diferentes metas e preferências em relação ao desenvolvimento das comunidades, com implicações diferentes sobre a natureza das comunidades, no longo prazo;

5. A distribuição proporcional de diferentes tipos de empreendedores tem impactos na dinâmica econômica e social das comunidades;

6. A diversidade entre tipos de empreendedores não favorece a busca por metas comuns, oportunizando assim o poder das oligarquias políticas tradicionais, com implicações na qualidade do desenvolvimento econômico futuro das comunidades;

7. Os tipos de empreendedores identificados se sobrepõem, mas não duplicam as tipologias existentes na literatura sobre empreendedores;

8. Embora alguns empreendedores pareçam compartilhar comportamentos em comum com os tipos identificados na literatura tradicional sobre empreendedorismo, apresentam variações quanto às suas origens sociais, motivações e valores pessoais (Nelson, Sant'Anna, Wood, 2016).

Igualmente, possibilitou-lhes a análise dos capitais mobilizados (Bourdieu, 2010): Subjacente às dinâmicas investigadas foi possível observar uma sofisticada produção de discursos e saberes, bem como elaborados dispositivos de reconhecimento e controle dos capitais articulados, de forma a produzir complementaridades, distinções e relações específicas de poder (Bourdieu, 2010; Foucault, 1995). Tais achados revelam-se significativos dado que a literatura clássica sobre o empreendedorismo ainda não se apresenta suficientemente atenta às dinâmicas de coexistência e tensão entre tipos de empreendedores distintos. Do mesmo modo, a literatura clássica sobre urbanismo não dispensa maior atenção à coexistência de tais tensões em diferentes tipos de configurações socioespaciais. De fato, cabe observar que os sujeitos personificados nos diferentes tipos de empreendedores investigados não surgem, nem atuam em um "vácuo social", nem são independentes uns dos outros. Ao contrário, fazem parte de uma "ecologia social comunitária" (Hannan e Freeman, 1984), repleta de competição, colaboração, assim como de sinergias intencionais e inconscientes (Nelson, Sant'Anna, Wood, 2016).

De forma similar, a literatura revela não considerar a importância da "ecologia social comunitária" no estabelecimento de dinâmicas socioespaciais que contribuam para a definição dos parâmetros de interação entre tais agentes e o seu papel social na comunidade. As dinâmicas observadas igualmente apresentam resultados distintos dos dois extremos que caracterizam o pensamento tradicional sobre o empreendedorismo (Nelson, Sant'Anna, Wood, 2016). De um lado, a visão dos empreendedores como elementos quase míticos que, ao contrário dos demais indivíduos, por seu gênio e competências singulares, estariam aptos a identificar, "liderar", aproveitar oportunidades e criar novas riquezas que outros não conseguem vislumbrar (Collins e Moore, 1964; Carland, Carland, Stewart, 1996; Hull, 1980; Miller, 1983; Miner, 2000; Schumpeter, 1950). De outro lado, a ideia de que macroforças tecnológicas e econômicas criariam oportunidades para novos empreendimentos, os quais seriam idealizados ao acaso por pessoas que não por virtudes particulares acontecem de estar no lugar certo, na hora certa (Hannan e Freeman, 1984; Freeman e Audia, 2006).

Sem dúvida, acidentes de história e geografia forjam configurações de recursos de certa forma únicas. Uma vez mais, todavia, não se tem claro o papel das configurações espaciais nesses processos. Em outros termos, a literatura deixa sem respostas a questão sobre de que forma diferentes arranjos relacionais que caracterizam as dinâmicas investigadas correspondem a distintas configurações espaciais. Verificar que diferentes empreendedores estão inseridos em contextos sociais nos quais seus agentes têm papéis diferenciados e conflituosos parece não ser, no entanto, a única contribuição desses estudos. Eles reiteram que o empreendedor depende de seu entorno – assim como modifica a configuração espacial em que se insere – de forma ainda não claramente explicitada pela literatura (Nelson, Sant'Anna, Wood, 2016).

Adicionalmente, os achados sugerem que, muito embora "tipos" de empreendedores encontrados na literatura internacional possam ser reconhecidos nos casos investigados, as trajetórias e origens sociais das pessoas que os representam podem ser bastante diferentes. Isso indica que, mesmo que esses distintos grupamentos acabem manifestando um perfil universal típico, o caminho que cada um percorre para ocupar determinado papel de liderança em seu campo pode variar de forma significativa, em função da dinâmica socioeconômico-espacial prevalecente.

Nessa direção, a diversidade entre os grupamentos de empreendedores identificados, ao impedi-los de perseguir objetivos comuns, tende tanto à estimulação de mudanças – dependendo do equilíbrio de forças e capitais mobilizados (Bourdieu, 2008) – quanto à preservação do equilíbrio, assim como da amplitude e da qualidade do desenvolvimento local futuro (Nelson, Sant'Anna, Wood, 2016).

Ademais, o conjunto dos dados coletados parece corroborar teses defendidas por autores como Harvey (1989) e, no Brasil, Maricato (2000). Segundo esses autores, com os processos de reestruturação produtiva "pós-era de ouro do capitalismo", o poder público perde representatividade como elemento-chave na dinâmica de regulação dos rumos da macroeconomia. Ao mesmo tempo, constata-se maior exigência em relação a essas lideranças quanto a assumirem formas de administração mais "modernas" (Bresser Pereira, 1996, 1997; Martins, 1997) e vinculadas às forças produtivas capitalistas, resultando na adoção de conceitos, discursos e práticas gerenciais típicas do contexto empresarial.

Se em diversas cidades brasileiras é possível observar a transposição de conceitos empresariais para a gestão pública, tal situação não foge ao observado nas dinâmicas investigadas pelos autores. Se relatos apontam, no passado, para a presença de lideranças públicas protagonistas "na preparação das bases para o desenvolvimento atual, com ênfase no instrumento do planejamento de longo prazo e em uma maior sensibilidade comunitária", atualmente, a tônica parece reduzir-se a posturas menos proativas, senão ao papel de meros "alocadores de recursos a necessidades" (Friedman, 1991). Como consequência, depoimentos apontam para um "vácuo", "carência" ou mesmo "incapacidade" das lideranças públicas locais em formular e levar a cabo iniciativas de longo prazo. Tal, "vácuo",

todavia, pode configurar-se como fomento à busca por formas alternativas de exercício da liderança, incluindo a adoção de dispositivos que propõem extrapolar a "dimensão individual", por meio da construção de "competências mais coletivas", não raro orquestradas por grandes empreendimentos localizados na via (Maffesoli, 1987).

Em suma, a partir do conjunto dos dados aportados por Sant'Anna e colaboradores, foi possível constatar que diferentes atores sociais se articulam por meio da mobilização de distintos capitais culturais, econômicos, simbólicos, bem como "espaciais". Da mesma forma, diferentes características de diversidade e vitalidade se veem associadas a formas igualmente distintas de tal mobilização. Em outros termos, grupamentos de agentes sociais específicos, mobilizando distintos capitais, condicionam e são condicionados por configurações e capitais espaciais igualmente específicos, que resultam em dinâmicas mais ou menos favorecedoras de diversidade e vitalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância contemporaneamente atribuída à dimensão espacial pode ser evidenciada por meio do crescente interesse que lhe dedicam não somente geógrafos, urbanistas, planejadores, como também sociólogos, etnólogos, historiadores, administradores e demógrafos. Para Santos (2014), muito desse interesse encontra-se diretamente associado aos processos contemporâneos de mundialização da economia e dos mercados, os quais implicam demandas por redefinições de conceitos como os de "local" e "acontecimento", bem como por enfoques epistêmico-metodológicos capazes de apreender sua complexidade na realidade em que vivemos.

Demanda-se, desse modo, dispositivos de apreensão dos objetos e ações que animam essas "novas" relações, bem como de captura de suas lógicas de estruturação e formas de funcionamento. Um desafio nesse contexto é, todavia, como estabelecer categorias de análise adequadas, capazes de respostas sistemáticas a tais demandas. Para Maffesoli (1987), o desafio é como ir além do "*Umwelt*"[1] e do domínio das especificidades meramente históricas. Nessa direção, uma promissora possibilidade parece ser a busca pela compreensão do espaço como realidade relacional; isto é, como articulações indissociáveis entre objetos e relações humanas, em que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos e naturais e, de outro, a vida que os preenche e os acalora (Santos, 2014).

Bourdieu (2008: 38), porém, adverte que se as posições e oposições constitutivas dos diferentes grupamentos de pessoas que compõem a tessitura entre objetos e relações sociais se manifestam espacialmente, isso não deve induzir o pesquisador incauto ao erro: "[...] o espaço físico não passa de suporte vazio das propriedades sociais dos agentes e instituições que, estando distribuídos por essa superfície, transformam-na em um espaço social, socialmente hierarquizado".

Tal relevante advertência não quer dizer que para Bourdieu (2008) o espaço se resume ao "morto" (Santos, 2012), como em abordagens clássicas da economia e da geografia. Igualmente, não significa que esse autor lhe atribuía o mesmo status destinado às instâncias econômica, social, cultural e simbólica. Para ele, o espaço somente pode ser apreendido nas relações que envolvem o conjunto de tais instâncias. Apreendê-lo significa, portanto, investigar suas intercessões com os capitais – econômicos, sociais, culturais e simbólicos – mobilizados em um dado campo social. Somente nessa articulação ele pode ser capturado em sua complexidade e para além de sua materialidade, ou seja, em sua essencialidade de espaço humano.

Muito embora a precaução de Bourdieu quanto aos riscos de leituras calcadas em "determinismos ambientais" ou perspectivas eminentemente substancialistas, um importante achado deste estudo refere-se às potencialidades do "capital espacial"

[1] "O *Umwelt* define-se como a esfera das necessidades biológicas, dos impulsos e dos instintos, isto é, '*o mundo da limitação e do determinismo biológico*' (MAY, 2000, p. 139)"; em contraposição a "*Mitwelt*, o mundo dos relacionamentos sociais e da partilha de valores, da interação comunitária" (PACHECO, SILVA, RIBEIRO, 2007: 54).

na compreensão das dinâmicas investigadas por Sant'Anna e colaboradores. A prevalência de trechos com características espaciais específicas; a maior valorização econômica e simbólica determinadas espacialidades e rugosidades; o maior fluxo de pessoas, de variedade de usos e funções, de combinação de prédios novos e antigos e de disposição de quadras influenciando maior ou menor vitalidade de diferentes áreas sugerem o caráter ativo do espaço, assim como sua relevância como categoria de análise nos moldes dos capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos. Longe de desconsiderar a dimensão relacional do espaço, por meio da qual o "capital espacial", assim como os demais, somente pode ser apreendido a partir de uma contraposição aos outros elementos da estrutura, parece-nos indiscutível o papel da representação cartográfica da distribuição do espaço de grupamentos de agentes e instituições investigados.

Uma vez mais, longe de enfatizar abordagens substancialistas, subjetivistas ou interacionistas, os achados de Sant'Anna (2016), Sant'Anna, Mendonça, Diniz (2016), Nelson, Sant'Anna, Wood (2016); Oliveira, Sant'Anna, Diniz, Carvalho Neto (2015); Oliveira, Sant'Anna, Diniz (2013), apresentam-se sugestivos ao apontar para o espaço não apenas como elemento que "transversaliza" a dinâmica pesquisada. Ao contrário, é possível apreendê-lo também como componente "estruturante" da relação. Estruturante, na medida em que alterações em sua composição e natureza – assim como em quaisquer dos outros elementos envolvidos na relação – impactam o "equilíbrio dinâmico" da arquitetura socioespacial em análise, manifesta na articulação entre o conjunto dos capitais envolvidos.

Finalmente, em termos práticos, espera-se que o estudo contribua com elementos que venham a propiciar formas outras de educação e desenvolvimento de cidadãos, lideranças, empreendedores, urbanistas e planejadores públicos. Nessa direção, espera-se: propiciar subsídios para o desenvolvimento de metodologias de análise de dinâmicas de empreendedorismo social; apresentar contribuições para o desenho de metodologias de desenvolvimento de lideranças direcionadas a tais processos; aportar elementos para elaboração de políticas públicas e ações orientadas ao desenvolvimento local, incorporando perspectivas mais coletivas e assentadas no cotidiano de seus agentes.

Por fim, as dinâmicas espaciais estudadas sugerem, como ações de desenvolvimento local, abordagens que fomentem a vitalidade dos espaços, por meio de formas de atuação que extrapolem a dimensão individual, assim como os "intramuros" dos empreendimentos e instituições, considerando a construção de competências capazes de articular, simultaneamente, especificidades e inter-relações entre os principais capitais envolvidos: econômicos, sociais, culturais, simbólicos e, também, espaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y Global, La gestión de las ciudades em la era de la información.** Madrid: Santillana de Ediciones, S.A, 1997.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. *A distinção***: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. *A produção da crença***: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, P. **Espaço social e poder simbólico.** In: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRESSER PEREIRA, L. **C. Da administração pública burocrática à gerencial.** *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 1, p. 7-41. 1996.

CARLAND, J.; **CARLAND, J.** W.; STEWART, W. H. **Seeing what's not there: The enigma of entrepreneurship.** *Journal of Small Business Strategy*, v. 7, n. 1, p. 1-20, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATHARINA, P. **P.** G. F. **Quadros fin-de-siècle: estudo de "Às Avessas"**, de Joris-Karl Huysmans. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

COLLINS, O. **F.;** MOORE, D. G. **The enterprising man.** Michigan State Univ Pr, 1964.

CORDEIRO, G. **I. A rua: espaço, tempo, sociabilidade.** Livros Horizonte, 2008.

FERREIRA, J. **S.** W. **Globalização, ideologia e planejamento urbano.** In: FERREIRA, J. S. W. *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FISCHER, T. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local.** In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão contemporânea*: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FREEMAN, J. **H.;** AUDIA, P. G. **Community ecology and the sociology of organizations.** *Annual review of sociology*, p. 145-169, 2006.

HALL, P. **G. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

HANNAN, M.; **FREEMAN, J. Structural inertia and organizational change.** *American Sociological Review*, v. 49(2):149-164, 1984.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HULL, D. **L. Individuality and selection.** *Annual review of ecology and systematics*, p. 311-332, 1980.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo.** São Paulo: Nobel, 1985.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento do quotidiano: para uma sociologia da compreensão.** Lisboa: Veja, 1987.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MILLER, D. **The correlates of entrepreneurship in three types of firms.** *Management Science*, 29(7): 770-791, 1983.

MINER, J. **Testing a psychological typology of entrepreneurship using business founders.** *Journal of Applied Behavioral Science*, 36(1): 43-69. 2000.

NELSON, R. **E.;** SANT'ANNA, A. S.; WOOD, M. S. **Sociocultural context, entrepreneurial types, entrepreneurial action, and community dynamics** in Tiradentes, Brazil. In: CORBETT, A. C.; KATZ, J. A. (Eds.). *Advances in entrepreneurship, firm emergence and growth*: models of start-ups thinking and adcton. Bingley, UK: Emerald, 2016, v. 18, p. 33-74.

OLIVEIRA, F. B.**;** SANT'ANNA, A. S.; DINIZ, D. M.; CARVALHO NETO, A. M. **Leaderships in urban contexts of diversity and innovation: The Porto Maravilha case.** *BAR – Brazilian Administration Review*, v. **12, p.** 268-287, 2015.

OLIVEIRA, F. B.**;** SANT'ANNA, A. S.; DINIZ, D. M. **Types of entrepreneurs in the conversion process of economic functions in towns: Paraty case study** (Rio de Janeiro State). *Tourism & Management Studies*, v. 9, p. 92-96, 2013.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades: para um mercado mundial.** Chapecó: Editora Argos, 2003.

SANT'ANNA, A. **S.;** MENDONÇA, J. G.; DINIZ, D. M. A **rua como trama de diversidade e vitalidade: um estudo da rua Santa Juliana** (Sete Lagoas, MG). *Políticas Públicas & Cidades*, v. 4, p. 127-150, 2016.

SANT'ANNA, A. S**. Reconversão de funções econômicas de cidades no contexto da urbanização extensiva: uma análise em cidade brasileira de médio porte.** *RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 5, p. 15-35, 2016.

SANT'ANNA, A. S.; NELSON, R. E.; OLIVEIRA, F. B.; DINIZ, D. M.; CARVALHO, T. M. *Liderança e reconversão de funções econômicas de cidades*: um estudo do caso Tiradentes (MG). Nova Lima: FDC/FAPEMIG, 2011 (Relatório de pesquisa).

SANTOS, M. *O espaço dividido***: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, São Paulo: Edusp, 2014.**

SANTOS, M. *Por uma geografia nova***: Da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Edusp, 2012.

SASSEN, S. **As cidades na economia global.** *Cadernos de Urbanismo*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.

SCHUMPETER, J. **A. Teoria do desenvolvimento econômico.** Fundo de Cultura, 1961.

SOJA, E. **W. Postmetropolis: critical studies of cities and regions.** Oxford: Backwell, 2000.

O PROFISSIONAL AUTÔNOMO ANTES DO CARRO AUTÔNOMO: trabalho e discurso na Uber no Brasil

VICENTE, VICTOR

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGCOM UFRJ
Av. Pasteur, 250 - Praia Vermelha, Rio de Janeiro - RJ, 22290-240E-mail
victorfob@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca investigar, a partir do pensamento tardio de Michel Foucault, o discurso da Uber que busca concretizar a figura do motorista parceiro. Com esse fim, nos atentamos para a atuação da empresa no Brasil, com especial interesse no Rio de Janeiro e menções a São Paulo e Belo Horizonte. Notam-se dois domínios de produção discursiva: o Direito e o Marketing, ambos tensionados por instituições e realidades locais.

Palavras-chave: *Foucault Uber discursos de verdade cuidado de si.*

Introdução

A Uber e outras empresas da economia do compartilhamento promovem modos de trabalho informal, muitas vezes não regulados, como parte de um avanço social positivo, viabilizando maior flexibilidade e autonomia para o indivíduo – sendo este tanto produtor quanto consumidor (BOTSMAN, ROGERS; 2011). O vínculo empregatício, que assegura direitos estabelecidos pelo Estado ao empregado e ao empregador, perde importância nessa dinâmica de produção, que não deixa de estar localizada em um momento amplo de redução de postos de trabalho formais e automação difusa (STIEGLER, 2017).

Ainda que seja difícil precisar o impacto econômico, social e político da economia do compartilhamento, muitos pesquisadores já intentaram aprofundar a questão. Menos olhares se voltaram para os discursos de verdade promovidos por essas empresas para articular tal modelo de negócio como atrativo para a sociedade e a força de trabalho. Por isso, neste artigo a comunicação da Uber direcionada à construção dos motoristas parceiros é analisada a partir do pensamento tardio de Michel Foucault. Em cursos ministrados no Collège de France, o filósofo aprofundou suas preocupações acerca da ética, ou seja, a atenção de si mesmo em termos de agenciamento moral, de trabalho intencional em práticas de autoformação ou subjetivação (FOUCAULT, 2006), relacionando-a aos discursos de verdade e ao poder.

A Uber está presente em 77 países e mais de 480 cidades.[1] Sendo uma empresa com operações mundiais, a problemática levantada por suas operações extrapola fronteiras, mas o estudo aqui desenvolvido se concentra no Rio de Janeiro, primeira cidade a receber a Uber do Brasil, com menções também a São Paulo e Belo Horizonte. Os motivos dessa escolha são dois. Em primeiro lugar, deseja-se destacar que as articulações desses modelos de negócios e de trabalho possuem efeitos particulares em países do Sul Global. Observar o fenômeno da economia do compartilhamento em cidades com altos índices de desemprego e problemas de mobilidade urbana, o caso do Rio de Janeiro, é crucial para compreender a nova economia em sua amplitude. Em segundo lugar, importa apontar para essas experiências compreendendo práticas de poder e liberação a partir de realidades que estão comumente ausentes ou marginais em debates sobre a construção do amanhã, mas que, ainda assim, se tornarão cada vez mais influentes na realização deste.

Em entrevista de 2006 para a Revista Azougue, Viveiros de Castro fez menção a essa questão, referenciando o livro "*Brazil, a Land of the Future*" (Zweig, 2007), ao dizer:

> *É. Outro dia, conversando com amigos, alguém falava sobre como o capitalismo tinha mudado no mundo todo, sobre o sistema de controle da mão-de-obra do capitalismo moderno, a precarização, informalização etc. E aí alguém lembrou que isso sempre existiu no Brasil. E eu fiquei pensando, sempre disseram que o Brasil era o país do futuro, iria ser o grande país do futuro. Coisa nenhuma, o futuro é que virou Brasil. O Brasil não chegou ao futuro, foi o contrário. Para o bem ou para o mal, agora tudo é Brasil (VIVEIROS DE CASTRO, 2008).*

Neste início do século XXI, a automação e a inteligência artificial começaram a ser motivo de preocupação em países europeus e nos Estados Unidos, provocando debate sobre impactos negativos da nova economia para a segurança do emprego, desigualdade e redistribuição de renda. Mas, como bem aponta Ronaldo Lemos (2007), esses problemas são familiares aos países em desenvolvimento. Cabe, então, partir da perspectiva do Sul, de suas experiências particulares, para cristalizarmos possibilidades outras de futuros onde o bem-estar social ainda seja possível. O trabalho e novas formas de renda são parte necessária desse problema. Este artigo tem como principal eixo de atenção a economia do compartilhamento

[1] Dados retirados do site oficial da Uber. Disponível em: <https://newsroom.uber.com/brazil/fatos-e-dados-sobre-a-uber/>. Acesso em: 17/07/2017.

exatamente por entendê-la a partir deste contexto de esvaziamento de vagas e formalidade no trabalho global, mas com ressonâncias específicas no Rio de Janeiro e no Brasil.

Dois campos do discurso são analisados neste artigo: o Direito e o marketing. Dessa forma, torna-se importante esclarecer que o artigo não pretende avaliar decisões judiciais acerca de uma boa solução para a problemática trabalhista entre motorista parceiro e Uber. Não é de nosso interesse propor um bom modelo de regulação para a empresa, ou, ainda, justificar qualquer tipo de proibição. Este trabalho se presta a um objetivo de menor complexidade, tendo em vista seu interesse exclusivo pela organização discursiva que intenta formar tipos de indivíduos neste regime produtivo.

1. Uber e Economia dos Bicos

A promessa de um sistema econômico no qual ativos ou serviços são compartilhados entre particulares[2], com poucas restrições ou burocracia, mobilizou atores tanto do setor privado quanto da sociedade civil. A indústria do compartilhamento já é avaliada em U$ 14 bilhões, com expectativa de superar os U$ 300 bilhões até 2025 (YARAGHI, RAVI; 2017). Empresas como Uber e Airbnb rapidamente se posicionaram no papel de plataformas líderes em uso, conectando pessoas que ofertam serviços a outras que desejam contratá-lo. Assim, vê-se a possibilidade de transformar bens de uso pessoal em meios de produção, monetizando a posse para oferecer acesso.

Observando o nosso caso específico, a Uber atua como uma plataforma intermediária, conectando pessoas que possuem carros com outras que precisam ter acesso a esse bem para trânsito e que estejam dispostas a pagar por isso. O preço cobrado ao passageiro a cada viagem é então redistribuído entre o dono do meio de produção, o motorista, e a intermediária da transação, a Uber. Os custos relativos à manutenção do carro e correlatos ficam a cargo do motorista, mas a Uber, por ter possibilitado a extração de valor do meio de produção, retém uma parcela do preço da corrida. Enquanto intermediária, a Uber detém também a capacidade de coordenar a oferta e a demanda desse serviço, que, em sua ausência, estaria indisponível no mercado (OLMA, 2014).

Como demonstra Arun Sundararajan (2016), o ato de compartilhar não é novo. Ao longo de toda a história humana compartilhamos bens materiais e imateriais com diferentes grupos sociais, próximos ou distantes. O que muda aqui é que não o fazemos de graça. Disponibilizamos nossos bens e serviços a estranhos, mas com preços que sejam minimamente vantajosos. Ora, como se pode falar de compartilhamento de bens e serviços concomitante à lógica de maximização de lucro e à manipulação artificial de oferta e demanda? Prefere-se aqui entender por economia do compartilhamento os modelos de troca baseados na relação produtiva não-comercial, não-monetizados, solidários, como proposto por Yochai Benkler (2006). A economia de bicos, ou *gig economy*, pode ser melhor utilizada para propósitos descritivos no que diz respeito a empresas como Uber ou Airbnb, afinal, essa nova forma de organização não se articula apenas por seu comprometimento com a desburocratização do compartilhamento e da geração de renda, mas também ao contexto econômico atual. Segundo definição do Dicionário de Oxford, a economia de bicos pode ser descrita como marcada pela prevalência de contratos de curta duração ou trabalho freelancer em oposição a empregos permanentes.[3] O sucesso da Uber, sob essa perspectiva, pode ajudar a evidenciar a crise da economia tradicional (MOROZOV, 2014; ROOSE, 2014), responsável pelas crescentes ondas de desemprego e concentração de renda deste início de século.

[2] Definição parcial de *sharing economy* do Dicionário de Oxford. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/sharing_economy>. Acesso em: 17/07/2017.

[3] Tradução livre de definição em inglês do Dicionário de Oxford. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/gig_economy>. Acesso em: 17/07/2017.

No Brasil, a Uber já conta com 13 milhões de usuários[4] e 50 mil motoristas parceiros.[5] Cerca de metade desses motoristas utiliza o aplicativo para dirigir menos de dez horas na semana, o que indica que a Uber é uma plataforma importante para complementação de renda desses usuários.[6] O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a receber a Uber, com operações iniciadas a partir de maio de 2014. Em comunicado oficial, a empresa afirmou que a cidade já contava com 1.200.000 usuários no final de 2016 (a população total da cidade é de 6.429.923[7]). O número de motoristas parceiros em cada município não é divulgado pela Uber, mas um jornal de grande circulação apontou que ao menos 10.000 motoristas parceiros já haviam sido cadastrados em 2016.[8]

A legislação brasileira define as operações da Uber como sendo de Transporte Individual Privado, previsto na Lei 12.587/2012. Não há regulamentação específica para tratar do transporte privado contratado mediante aplicativos de telefonia móvel no Brasil, mas a ausência de regulação dessa modalidade especial de contratação não torna a Uber ilegal (MONTEIRO, 2015). Ainda assim, desde que chegou ao país a empresa enfrenta desafios judiciais, com tentativas de regulação que inviabilizariam seu modelo de negócios. No Rio de Janeiro, duas leis foram sancionadas em 2015 e 2016 por Eduardo Paes, então prefeito do município, para proibir as operações da Uber. A empresa pôde continuar presente na cidade por decisão liminar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em ambos os casos,

[4] Dados extraídos do site oficial da Uber. Disponível em: <https://newsroom.uber.com/brazil/direito-de-escolha/>. Acesso em: 17/07/2017.

[5] Dados extraídos do site oficial da Uber. Disponível em: <https://newsroom.uber.com/brazil/fatos-e-dados-sobre-a-uber/>. Acesso em: 17/07/2017.

[6] Informação de comunicado oficial no site da Uber. Disponível em: <https://newsroom.uber.com/brazil/direito-de-escolha/>. Acesso em: 17/07/2017.

[7] Dados de 2013 do IBGE. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf>. Acesso em: 117/07/2017.

[8] Dado extraído de matéria do Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/uber-chega-10-mil-veiculos-no-rio-mas-motoristas-desconhecem-cidade-19778187>. Acesso em: 17/07/2017.

optando pela manutenção da atividade da Uber e dos motoristas parceiros[9].

Parte dos desafios judiciais da empresa no mundo todo é relativa à questão trabalhista, onde motoristas buscam na justiça o reconhecimento do vínculo empregatício – negado pela Uber. Em fevereiro de 2017, a 33ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) decidiu que havia vínculo empregatício entre as partes, mas a decisão foi revogada em segunda instância pelo mesmo tribunal.[10] Na decisão mais recente de que se tem respeito[11], a 13ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo) reconheceu em abril de 2017 o vínculo de trabalho entre um motorista e a Uber. O juiz afirmou:

> *"Não é verdade que o produto explorado pela empresa é meramente a ferramenta eletrônica, o aplicativo oferecido aos motoristas. A ré oferece no mercado um produto principal: o transporte de passageiros. O aplicativo é um instrumento, um acessório ao bom funcionamento do serviço. E os consumidores do produto da ré não são os motoristas, mas sim os passageiros [...] Não é por outra razão que é da ré (e não do motorista) o poder fundamental de quantificar o valor na circulação da mercadoria. É a ré que fixa o preço do serviço de transporte que o passageiro irá pagar."*[12]

A primeira decisão do TRT-MG, posteriormente revogada, e a decisão de abril de 2017 do TRT-SP são as únicas no Brasil a reconhecer o vínculo empregatício entre

[9] Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/rio-de-janeiro/prefeitura-do-rio-sanciona-lei-contraria-aos-interesses-da-populacao/>. Acesso em: 20/07/2017.

[10] Disponível em: <https://jota.info/trabalho/trt-3-nega-vinculo-de-trabalho-de-motorista-com-a-uber-25052017>. Acesso em: 20/07/2017.

[11] No momento em que este artigo é escrito (20/07/2017).

[12] Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Disponível em: <https://d2f17dr7ourrh3.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/04/Sentenc%CC%A7a-Uber.SP-V%C3%ADnculo.pdf>. Acesso em: 20/07/2017.

a Uber e seus motoristas parceiros. São uma resposta, mesmo que indireta, ao posicionamento oficial da empresa:

> *É importante frisar que não é a Uber que contrata motoristas, mas sim os motoristas que contratam a Uber para utilizar o aplicativo e prestar serviço de transporte individual privado de passageiros. Esses motoristas têm total flexibilidade e independência para utilizar o aplicativo, fazer seus horários e prestar seus serviços quanto, quando e como quiserem. A relação com a plataforma é não-exclusiva, por isso os motoristas parceiros podem prestar o serviço de transporte usando ou não a plataforma. Além disso, os passageiros pagam os motoristas por cada viagem, e o motorista paga à Uber para utilizar o aplicativo uma taxa de serviços de 25% (uberX) ou 20% (UberBlack) em relação às viagens realizadas. Ou seja, os motoristas parceiros usam a plataforma para benefícios individualizados, de forma independente e autônoma, de acordo com seu interesse e disponibilidade, – não existem taxas extras, diárias ou compromisso com horas trabalhadas – ele pode inclusive ficar meses sem se logar na plataforma, ou então se conectar todos os dias. Vale lembrar que quem avalia os motoristas parceiros são os próprios usuários do serviço, por meio do sistema de "avaliação mútua", após cada viagem. Além de ser anônima, é ela que garante que a plataforma mantenha-se saudável tanto para motoristas parceiros quanto para usuários. A partir dessa avaliação, os usuários dão um feedback sobre a situação do veículo. Pelas regras de uso do aplicativo, os motoristas precisam ter média de 4,6 (em uma escala de 1 a 5 estrelas) para continuar na plataforma.[13] (UBER, 2017)*

[13] Nota oficial da Uber. Disponível em: <https://jota.info/justica/o-uber-e-lei-motoristas-vao-justica-para-pleitear-vinculo-empregaticio-09092016>. Acesso em: 20/07/2017.

A Uber define a força de trabalho responsável pela extração de valor do meio de produção como parceira, negando qualquer tipo de vínculo empregatício. Os motoristas parceiros são incentivados a usar o aplicativo com autonomia e flexibilidade, tendo como horizonte virtual o lucro representado pelo aplicativo. Contra qualquer sugestão de vínculos, representantes da Uber reafirmam que o modelo de contratação em questão é "invertido", ou seja, é o motorista que contrata a plataforma para usar e disponibilizar seu serviço e não a Uber. A Uber não faz exigências de exclusividade ou de produtividade ao motorista, propondo por isso que seja caracterizada unicamente como uma plataforma.

A solução jurídica acerca da existência de tal relação trabalhista importa, mas não é necessária para que possamos assumir que a proposta de remuneração em regime autônomo a parceiros da Uber está vinculada a uma realidade econômica ampla, e que, portanto, diz respeito às condições sociais do espaço no qual ela opera. Como já colocado, a Uber chegou ao Rio de Janeiro em maio de 2014. Na época, o município tinha 165.000 desempregados, 5,2% da população economicamente ativa (FGV DAPP, 2017). Essa porcentagem subiu para 11,4% no primeiro trimestre de 2017, ou seja: 382.000 pessoas. É a maior taxa de desemprego levantada pelo IBGE no município desde 2012, quando a Pnad passou a ser publicada em nova metodologia de pesquisa.

Isso significa dizer que, no Rio de Janeiro, uma precondição para o crescimento da Uber e da economia dos bicos foi o mercado de trabalho fragilizado, onde desempregados passaram a buscar meios informais para aumentar sua renda em ambiente autônomo. De um lado, percebe-se a precarização ampla das condições de trabalho quando vagas formais deixam de ser a regra para parte da população (MOROZOV, 2014). Por outro, entende-se também que esta realidade de crise pode acabar por tensionar a Uber a assumir uma relação de trabalho formal com os motoristas parceiros, influenciando futuras regulações contra os interesses da própria empresa. Assim, representantes da Uber reafirmam que cerca de metade dos motoristas parceiros usam o aplicativo por menos de 10 horas por semana no Brasil, propondo que se afaste a necessidade de regulação excessivamente protecionista.



Gráfico 1 - Fonte: IBGE, 2017 (Pnad contínua trimestral). Elaboração: FGV/DAPP.

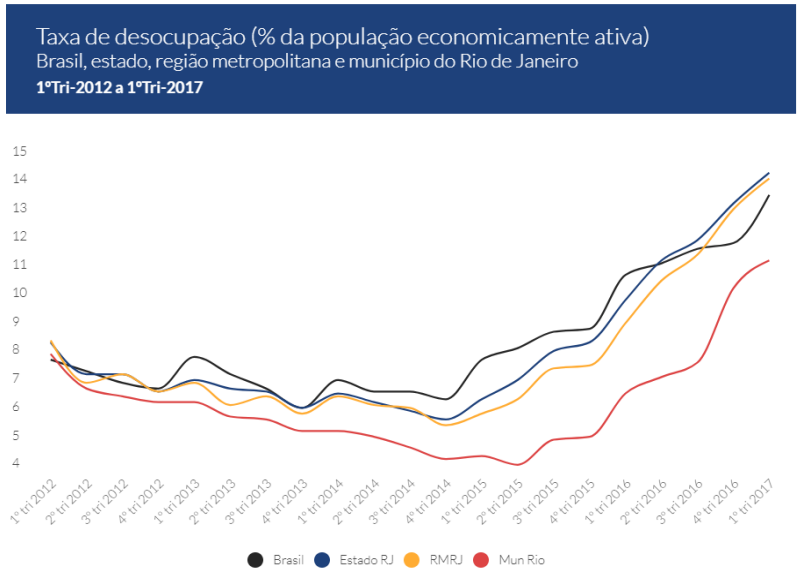


Gráfico 2 - Fonte: IBGE, 2017 (Pnad contínua trimestral). Elaboração: FGV/DAPP.

2. Ética e Discursos de Verdade: o Direito e o Marketing para Motoristas Parceiros na Uber

A coerência do trabalho de Michel Foucault pode ser rastreada em sua preocupação constante e irrefreável acerca da verdade. Não no acesso a esta, mas em sua construção e efeitos, a partir de seus jogos e discursos. Durante toda a década de 60 e 70, Foucault buscou negar sistemas filosóficos modernos que traçavam um vínculo originário entre o conhecimento e o sujeito. Para ele, não é possível designar o sujeito como origem e fonte da verdade, localizado *a priori* da produção de subjetividades e saberes (FOUCAULT, 2002). Ao contrário, o sujeito é construído a partir de suas condições históricas, e negar isso seria um grave erro (FOUCAULT, 1999, p. 473).

Pode-se dizer que Foucault procura assim se distanciar nessas duas décadas da relação entre o sujeito e o conhecimento da verdade, dando maior atenção à articulação da verdade enquanto produto de certas práticas históricas (CANDIOTTO, 2006). Essas práticas, por sua vez, intentam construir determinados tipos de sujeitos e, neste sentido, o sujeito está sempre *a posteriori*. Mas há uma virada no pensamento tardio de Michel Foucault. O interesse na ética, entendida como o trabalho intencional do indivíduo sobre si mesmo em termos de agência moral, se torna explícito no filósofo a partir de 1981. Em específico, seus três últimos cursos no Collège de France, A Hermenêutica do Sujeito (2006), O Governo de Si e dos Outros (2010) e A Coragem da Verdade (2011), intentam situar o indivíduo e a subjetivação no centro de práticas de liberação na busca pela verdade e pelo dizer-verdadeiro (1997, p. 282; 2010; 2011). Seus cursos e livros (1984; 1985) acerca desta ética se concentram no período greco-romano, onde Foucault diz ter encontrado menor grau de coerção nas práticas de subjetivação (1997, p. 282). Percebe-se, com isso, sua busca por um sujeito que também seja, em alguma medida, autoconstituído. A formação da subjetividade e sua relação com a verdade e a experiência continua como central para seu pensamento (FOUCAULT, 1988), mas agora parece haver uma atenção antes inexistente às possibilidades de liberação.

Esse corpo de trabalho tardio é hoje definido como uma das duas grandes viradas do filósofo: primeiro a virada da arqueologia (conhecimento) para a genealogia (poder) e depois da genealogia para a história da subjetividade (ética) (HAN, 2002). Ainda que o próprio Foucault tenha negado a existência dessa virada para a história da subjetividade (FOUCAULT, 1997, p. 262), apontando para uma conexão contínua entre os eixos conhecimento, poder e ética em toda sua carreira, percebe-se uma atenção explícita à ética a partir da década de 80. Mesmo ele assume que seu trabalho inicial se concentrou, talvez em excesso, na formação da subjetividade por tecnologias de dominação e poder.

> *Perhaps I've insisted too much on the technology of domination and power. I am more and more interested in the interaction between oneself and others, and in the technologies of individual domination, in the mode of action that an individual exercises upon himself by means of the technologies of the self. (Ibid, p. 225)*

Neste sentido, é possível afirmar que a partir da década de 80 o filósofo passa a se dedicar na investigação de possibilidades de liberação, em graus de autonomia para que o indivíduo se constitua. O cuidado de si é um dos elementos centrais dessa ética, desenvolvido em grande medida no curso "A Hermenêutica do Sujeito", ministrado em 1982 no Collège de France (FOUCAULT, 2006), e no 3º volume da História da Sexualidade (1985). Circunscrito nas práticas de si, sugere uma novidade no pensamento do filósofo. Como vimos, os jogos de verdade e sua relação com a subjetividade são uma constante, mas Foucault afirma que até os anos 80 seu pensamento se concentrara em práticas coercitivas (psiquiatria, sistema penitenciário) ou jogos teóricos e científicos (análise da riqueza, da linguagem e do ser). Agora, ele introduzia a prática de si aos jogos de verdade e, com ela, a autoformação do sujeito numa espécie de prática ascética, não no sentido de renúncia moral, mas em um exercício de transformação e atenção a si mesmo (FOUCAULT, 1997, p.281-282).

Em grego, *epiméleia heautou* é o cuidado de si mesmo, o fato de ocupar-se consigo, de preocupar-se consigo. Foucault nos mostra que a *epiméleia heautou* se afasta da famosa prescrição délfica *gnôthi seautón*, o conhece-te a ti mesmo. Isso porque o cuidado de si é (1) uma atitude mais geral para consigo, para com os outros, para com o mundo; (2) é também uma certa forma de atenção, de olhar. Cuidar de si mesmo implica que se converta o olhar do exterior para si mesmo; (3) implica também em ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, modificamos, transformamos e transfiguramos (FOUCAULT, 2006, p.14).[14] Vemos, portanto, que o cuidado de si enquanto ética é essa prática de converter o olhar para si mas sem que se perca o outro. Mas quem é este eu com que se deve ocupar? Recorrendo ao *Alcibíades* de Platão, Foucault nota que não é uma alma-substância, mas a alma-sujeito, a alma-ação. Uma alma que se serve do corpo, seus órgãos e instrumentos. E o cuidado sobre esta alma-sujeito não é o cuidado do corpo como o da atividade do médico, ou o cuidado com seu conforto material, mas sim o cuidado da alma que usa do corpo técnicas para ser. O cuidado de si é, assim, sempre devotado ao sujeito mesmo em relação com o mundo (Ibid, p.65-73).

Essa autoconsciência dos indivíduos em relação às condições e normas morais que os cercam pode ser tomada como a ponte entre o pensamento tardio de Foucault e suas outras obras. Foucault era extremamente suspeito à liberdade, assim, não considera possível que se chegue a um estado de liberdade integral, de completa autonomia, mas sim buscar graus de libertação em práticas de liberdade contra a dominação (FOUCAULT, 1997, p.282-284). A ética em Foucault é, a partir disso, definida como a prática de liberdade consciente, reflexiva (Ibid, p.284). "Cuidar de si é se equipar com essas verdades: é aqui que a ética se conecta aos jogos de verdade" (Ibid, p.285). É a prática de se reconhecer a partir das condições de dominação atuais, buscando necessariamente graus de libertação.

Mas quais são as condições de dominação que podem ter inspirado Foucault a buscar essa história da subjetividade? Aqui talvez seja útil retornar a um dos cursos

[14] Foucault logo se perguntará por que a filosofia abriu mão do cuidado de si em detrimento do conhece-te a ti mesmo. Aqui é possível mapear novamente sua rejeição à forma da verdade e do sujeito na filosofia moderna. (2006, p. 15).

que precederam a virada para a ética, a saber, Nascimento da Biopolítica (2008), ministrado a partir de janeiro de 1979. Neste curso, Foucault se atenta para a governamentalidade no neoliberalismo, apontando para uma produção particular de subjetividades – a partir da teoria econômica neoliberal – nas quais indivíduos se constituem como capital humano (Ibid, p.302). Se afastando da concepção econômica clássica, que pouco abordara o trabalho concreto, no neoliberalismo o trabalho é analisado a partir do comportamento humano, do investimento do indivíduo em seu próprio capital humano. É esse investimento em si mesmo, a habilidade e competência próprias, que lhe permite gerar renda.

Foucault aponta que o liberalismo clássico tinha como foco a troca (Ibid, p.161), no que Adam Smith e outros argumentavam como sendo a eficiência superior do mercado para distribuir bens e serviços. Essa distribuição deveria gozar de total autonomia. O Estado, no liberalismo clássico, deveria se ausentar do mercado, da distribuição no mercado, mas não da produção, tendo que garantir respeito à propriedade privada. A partir dessa busca por autonomia, Foucault enfatiza a maneira pela qual o mercado se torna mais do que apenas uma instituição específica ou uma prática. O mercado começa a ser base para a crítica ao poder do Estado. O neoliberalismo, de acordo com Foucault, amplia a atividade econômica como matriz das relações sociais e políticas, mas toma como foco não a troca, e sim a concorrência (READ, 2009, p.27), reconstruindo a própria governamentalidade. "Não se trata apenas de deixar a economia livre. Trata-se de saber até onde vão poder se estender os poderes de informação políticos e sociais da economia de mercado" (FOUCAULT, 2008, p.160).

No âmago de ambas formas de liberalismo está a figura do *homo oeconomicus*, a conceptualização do sujeito na "antropologia" particular da teoria econômica, que o coloca como base da política. No liberalismo, este era o sujeito da troca, mas nas sociedades neoliberais torna-se ele o competidor, o concorrente. Esta mutação é tão profunda que Foucault sugere que o que está em jogo em todas as análises neoliberais é a substituição de cada *homo oeconomicus* como sujeito de troca pelo *homo oeconomicus* empreendedor de si mesmo, sendo ele mesmo seu próprio capital, próprio produtor, sendo para si mesmo a fonte de ganhos (DILTS, 2011, p.131). Se a economia da troca era tida como natural em categorias transcendentais como a da mão invisível do mercado *laissez-faire*, com a competição se inserem relações artificiais que tendem à formação de monopólios e consequentes intervenções do Estado, sendo estas operadas a partir das condições do próprio mercado. O neoliberalismo formula então um Estado de intervenção, mas que segue as regras próprias do mercado. Dessa maneira, o *homo oeconomicus* neoliberal se torna aquele consumidor que deve decidir em um cálculo de custo-benefício o que lhe trará maior satisfação, como mostra Foucault a partir do economista Gary Becker, mas sempre em relação a alterações no ambiente, no próprio mercado. Em Becker, as escolhas do *homo oeconomicus* são simples reações às modificações introduzidas neste ambiente.

> *E eis que agora, nessa definição de Becker tal como eu lhes dei, o homo oeconomicus, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse homo oeconomicus aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O homo oeconomicus é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do laissez-faire, o homo oeconomicus aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio. (FOUCAULT, 2008, p.369)*

É a partir dessa governamentalidade, em certa medida contemporânea a Foucault, que se situa o campo de dominação no qual o filósofo trabalha antes de se voltar ao período greco-romano nas investigações das práticas de si.

A Uber opera a partir da manipulação artificial de oferta e demanda. Não existe uma tarifa única na plataforma, em seu lugar, foi-se introduzida a tarifa dinâmica: o preço por quilômetro aumenta conforme a procura naquela célula, naquele

espaço, também aumenta[15]. Essa cobrança dinâmica é a um só tempo responsável por dissuadir parte dos consumidores de fazer pedidos e incentivar a chegada de mais motoristas a locais com alta procura. Seguindo um cálculo de custo-benefício, o motorista organiza seu trabalho com base nessas variações da tarifa, intentando maximizar sua receita a partir da gestão artificial da demanda pela plataforma intermediária, a Uber. Para os economistas Theodore Schultz e Gary Becker, os quais são citados ao longo de todo curso Nascimento da Biopolítica (2008), o motorista exerceria sua liberdade por meio de sua escolha, a escolha de usar ou não a plataforma ou de escolher se atenderia ou não locais com alta demanda.

A liberdade, nesta concepção, reside no próprio fato da não-exclusividade da Uber enquanto solução tecnológica mediadora de transportes. Também pelo sujeito ser agente ativo na busca por possibilidades de renda que extrapolem o vínculo empregatício, principalmente quando este desaparece em ambiente de profunda crise econômica (DILTS, 2011). Mas, ainda que esse *homo oeconomicus* se dedique a práticas que estão em certa medida vinculadas a uma atenção sobre si e sobre o ambiente, semelhantes às práticas de si (HAMANN, 2009), não podem ser entendidas como livres a partir do que Foucault caracterizaria como ética.

A liberdade no *homo oeconomicus* falha em enxergar o mercado como jogos de verdade, onde as tecnologias de dominação não cessam de operar (Ibid, p.144). A ética em Foucault demanda que tais jogos de verdade sejam expostos e que a partir dessa fissura seja formado um novo conhecimento de si em relação ao que é externo, buscando-se assim as práticas de liberdade reflexiva, autoconscientes (FOUCAULT, 1997).

Em Foucault, as práticas de liberdade são consequência do tornar visível as tecnologias de dominação e os jogos de verdade. "O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro" (FOUCAULT, 2002 p.11). Vê-se assim dois domínios dos discursos de verdade da Uber no Brasil: o Direito e o Marketing. Os litígios, dessa forma, são

[15] A Uber mapeia e subdivide seus territórios de operação em células locais.

um dos principais campos de disputa na construção desse sujeito. Tendo em vista que não há qualquer possibilidade de se falar em uma verdade (Ibid, 1999), pode-se registrar que o campo de disputa nos tribunais é a busca pela aceitação ou não das construções de possibilidade operadas em relação ao sujeito e seu trabalho. A Uber promove como desejável o mercado onde empresas, as plataformas intermediárias, externalizam os riscos transacionais para as pontas da rede. O motorista parceiro é aquele que age enquanto um empreendedor de si mesmo, o *homo oeconomicus* neoliberal (FOUCAULT, 2008, p.311), contratando serviços de uma tecnologia responsável apenas por viabilizar a produção de renda do capital humano. Ao motorista, cabem as regras da própria plataforma, não mais estabelecidas pelo Estado, mas operadas em regime privado.

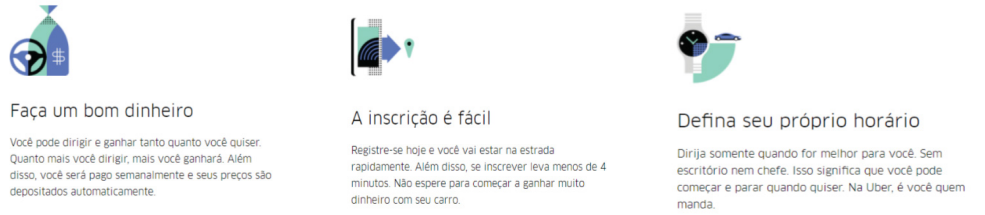


Imagem 1 – Materiais promocionais para motoristas parceiros da Uber.

As campanhas de marketing da Uber intentam a construção de um motorista parceiro que seja autônomo, dono da sua própria carga horária e decisões relativas à produção. Não impõe uma carga horária mínima, mas afirma: "[q]uanto mais você dirigir, mais você ganhará" (ver img.1).

Nota-se com isso que o sujeito do discurso Uber é aquele que não a reconhece como seu trabalho. É o sujeito que a usa como forma de remuneração adicional, mas que idealmente goza de um emprego formal que lhe assegura os direitos necessários pela lei. Cabe então perguntar como esse discurso pode se chocar à realidade de uma cidade que passa por crise econômica e ondas de desemprego. Em cidades como o Rio de Janeiro, vemos a emergência da Uber como opção viável para aqueles que foram extraídos do mercado formal. Na ausência de direitos

assegurados por outro ator, o discurso de externalização de custos da Uber pode ser inviabilizado, afastando possibilidades de efetivação desse indivíduo.

No momento, a Uber se posiciona como uma solução tecnológica a essas pessoas, negando prestar serviços de transporte de passageiros. A Uber se posiciona como plataforma, mas sabe-se que esse posicionamento é em grande medida provisório, já que a empresa comunica periodicamente os avanços no desenvolvimento de seus próprios carros autônomos. Os carros que dirigem sozinhos usam da inteligência artificial para operar com segurança. Hoje, o corpo e as subjetividades do indivíduo é que representam o risco para o modelo de negócios da Uber. O trabalhador autônomo que antecede o carro autônomo nos coloca a questionar este momento do capitalismo, apontando para as estratégias que intentam contornar os riscos e custos próprios da vida na relação do trabalho.

Conclusão

Pretendeu-se expor a problemática da economia dos bicos, atentando-se em específico ao caso da Uber a partir de sua presença no Rio de Janeiro, cidade que passa por grave crise econômica e índices altos de desemprego, com menções também a São Paulo e Belo Horizonte. A partir do pensamento tardio de Michel Foucault, retornamos à sua concepção do *homo oeconomicus*, articulando este sujeito construído pelo neoliberalismo com a figura do motorista parceiro da Uber. Em Foucault, o cuidado de si é tido como uma prática de formação autoconsciente e reflexiva, reflexiva porque está sempre em relação à fora. Assim, defendemos que essas práticas de liberdade partem necessariamente da investigação dos discursos de verdade responsáveis por reproduzir e introduzir as tecnologias de dominação. O campo dos litígios é tido como extremamente valioso para o aprofundamento desse estudo, bem como suas aproximações com o campo do *marketing* da empresa.

Bibliografia

BENKLER, Yochai. *The Wealth of Networks*: **How Social Production Transforms Markets and Freedom.** 1ª ed. London: Yale University Press, 2006.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. *What's Mine is Yours*: **How Collaborative Consumption is Changing the Way We Live.** 1ª ed. Londres: Collins, 2011.

CANDIOTTO, Cesar. *Foucault:* **uma história crítica da verdade In: Trans/Form/Ação**. v. 29. n. 2. p. 65-78, 2006.

DILTS, Andrew. *From 'Entrepreneur of the Self' to 'Care of the Self'*: **Neo-liberal Governmentality and Foucault's Ethics In: Foucault Studies, n.** 12, p. 130-146, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2:* **O Uso dos Prazeres.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade 3:* **O Cuidado de Si.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *Politics, Philosophy, Culture*: **interviews and other writings 1977 - 1984.** 1ª ed. Londres: Routledge, 1988.

_____. *Ethics*: **subjectivity and truth.** 1ª ed. New York: The New Press, 1997.

_____. *As Palavras e as Coisas:* **uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*: **curso dado no Collège de France (1981-1982).** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Nascimento da Biopolítica*: **curso dado no Collège de France (1978-1979).** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O Governo de Si e dos Outros*: **curso dado no Collège de France (1982-1983).** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *The Courage of the Truth*. 1ª ed. Winchester: Palgrave Macmillan, 2011

FGV DAPP. *O Rio em perspectiva*: **um diagnóstico de escolhas públicas.** Rio de Janeiro, 2017.

GRAHAM, Mark; SHAW, Joe. *Towards a Fairer Gig Economy.* Londres: Meatspace Press, 2017.

HAN, Béatrice. *Foucault's Critical Project*: **between the transcendental and the historical.** 1ª ed. Stanford: Stanford University Press, 2002.

MONTEIRO, Renato Leite. *Proibição da Uber*: **ausência de regulação não significa ilicitude.** JusBrasil, 2015. Disponível em: <https://renatoleitemonteiro.jusbrasil.com.br/artigos/185228030/proibicao-da-uber-ausencia-de-regulacao-nao-significa-ilicitude >. Acesso em: 17/07/2017.

LEMOS, Ronaldo. *From Legal Commons to Social Commons*: **Brazil and the Cultural Industry in the 21st Century In:** *Centre for Brazilian Studies*. University of Oxford, 2007.

MOROZOV, Evgeny. *Don't believe the hype, the 'sharing economy' masks a failing economy*. The Guardian, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/28/sharing-economy-internet-hype-benefits-overstated-evgeny-morozov>. Acesso em: 17/07/2017.

OLMA, Sebastian. *Never Mind the Sharing Economy*: **Here's Platform Capitalism.** Institute of Network Cultures, 2014. Disponível em: <http://networkcultures.org/mycreativity/2014/10/16/never-mind-the-sharing-economy-heres-platform-capitalism/>. Acesso em: 17/07/2017.

READ, Jason. **A Genealogy of Homo-Economicus: Neoliberalism and the Production of Subjectivity In: Foucault Studies, n.** 6, p. 25-36, 2009.

ROOSE, Kevin. *The Sharing Economy Isn't About Trust, It's About Desperation*. New York Magazine, 2014. Disponível em: <http://nymag.com/daily/intelligencer/2014/04/sharing-economy-is-about-desperation.html>. Acesso em: 17/07/2017.

STIEGLER, Bernard. *Automatic Society*: **The Future of Work.** 1º v. 1ª ed. Cambridge: Polity, 2017.

SWEIG, Stefan. **Brazil: A Land of the Future.** 1ª ed. Riverside: Ariadne Press, 2007.

HAMANN, *Trent. Neoliberalism, Governmentality, and Ethics* **In: Foucault Studies.** V. 34, n. 2, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Eduardo Viveiros de Castro* **In: Revista Azougue: Edição Especial.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

YARAGHI, Niam; RAVI, Shamika. *The Current and Future State of the Sharing Economy In*: **Brookings India IMPACT Series.** N. 032017, 2017.

O VALOR DO CAPITAL NO TEMPO: as perspectivas na avaliação de investimentos voltados a empreendimentos de baixa renda

GUARITÁ, GABRIELA (1)

1. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP)
Rua Maranhão, 88, São Paulo
gabi.guarita@gmail.com

RESUMO

Em 2009, o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida com direitos a subsídios para a construção de novas moradias para a população de baixa renda e no intuito de fomentar o crescimento econômico em parceria com as empresas do ramo da construção civil.O presente artigo busca analisar a mudança de comportamento do mercado privado ao avaliar investimentos voltados a empreendimentos de baixa renda (Faixa 1), e em particular no que se refere aos aspectos econômico-financeiros, a partir dos índices de maior relevância para os investidores deste segmento, na tomada de decisões.

Palavras-chave: *VPL; ROI; MCMV; habitação social; capital.*

Introdução

O mercado da construção civil, especialmente as empresas incorporadoras[1] que atuam no ramo habitacional estão adaptadas com investimentos a longo prazo e empreendimentos que implicam em desembolsos iniciais consideráveis. O ciclo de um empreendimento residencial numa incorporação tradicional tem duração média de 3 a 4 anos se considerarmos o instante da compra do terreno até o momento das entregas das unidades aos futuros moradores.

Em meio às diversas oportunidades de negócios e em busca da otimização de seus recursos, empresários e investidores deste setor utilizam-se de técnicas do mercado de finanças para avaliar os riscos e as potencialidades de um investimento antes da tomada de decisão pela compra de determinado terreno. Essas decisões, que envolvem retornos a longo prazo, são baseadas nos conceitos do valor do dinheiro no tempo e seguem procedimentos de análise e seleção, a partir do fluxo de caixa do empreendimento, processo no qual possibilita que se estabeleça o orçamento do custo do capital investido.

A composição do orçamento do custo do capital pelo incorporador, quando aplicado no segmento de baixa renda (Faixa 1), segue algumas padronizações impostas pelas regras do programa e os riscos associados e potencialidades do capital investido são alterados e em decorrência, os métodos de avaliação da lucratividade na tomada de decisões. Embora o PMCMV tenha considerado uma reivindicação histórica dos movimentos sociais ao subsidiar quase integralmente unidades habitacionais voltadas às pessoas de baixa renda, o desenho operacional do programa ao centralizar nas empresas construtoras quase a totalidade dos recursos da política pública, promove a questão da habitação social à adaptação dos diferentes modos de reprodução do capital, como veremos a seguir.

[1] Caso há dúvidas sobre a distinção entre construtoras e incorporadoras, as empresas incorporadoras são aquelas que articulam o negócio imobiliário, cabendo às empresas construtoras, a responsabilidade apenas pela execução física da obra, "a construtora não tem como atribuições principais o planejamento imobiliário, nem as vendas, nem a divulgação do empreendimento, nem seu financiamento, nem o projeto do empreendimento (definição do produto)." (TREVISAN, 2015, p. 32)

1. Orçamento do Custo do Capital (incorporação tradicional)

O orçamento do custo do capital investido no mercado imobiliário é denominado pela "Viabilidade Técnica e Financeira". O desenvolvimento de uma viabilidade constitui num processo bem delimitado dentro das empresas incorporadoras e envolve diversos departamentos: jurídicos, financeiros e técnicos, que conjuntamente, compõem o fluxo de caixa do empreendimento imobiliário, "cuja análise é a espinha dorsal do estudo de viabilidade" (TREVISAN, 2015, p. 34).

O fluxo de caixa é o movimento de entrada e saída de recursos. As informações referente aos custos (saída) são resultantes do orçamento de cada departamento da empresa que envolvido diretamente na execução de determinado projeto deve indicar à "Controladoria" ou à área responsável pelo planejamento financeiro, em que momento, mês e ano, o pagamento de determinado custo, executado por determinada área, deverá ocorrer.

> *"A primeira meta do estudo de viabilidade será converter o escopo do projeto em fluxo de caixa. Portanto, além de orçar cada item, será necessário conhecer a sua distribuição ao longo do tempo, apresentados em cronogramas físico-financeiros." (TREVISAN, 2015, p. 40)*

Vale ressaltar que, para análise desses cronogramas, consideramos o método de regime de caixa, ou seja, o momento das transações financeiras, e não, o método de regime de competência, que considera a data da contratação dos recursos, como por exemplo, a data de venda de uma unidade habitacional ou a data de compra do aço. Para nós, o que importa é quando será pago o aço e quando será auferido o dinheiro do cliente.

O fluxo de caixa correspondente ao planejamento financeiro global da empresa é retroalimentado, mensalmente, pelas viabilidades financeiras de cada SPE (Sociedade de Propósito Específico)[2], com a devida participação societária da incorporadora, o que assegura que o capital esteja disponível ou capitalizado no momento adequado e no montante certo.

> *"Um importante elemento do feedback do estudo de viabilidade para o planejamento financeiro é o monitoramento posterior. Monitorar significa observar comparando com o que foi planejado, projetado. Essa observação vai apontar para pontos de melhoria, tanto no processo de estudo do projeto de investimento, quanto no planejamento financeiro da empresa, mostrando inclusive a adequação ou não entre estratégia e estrutura."*
> *(TREVISAN, 2015, p. 45)*

Para a composição da receita (entrada) no âmbito da viabilidade financeira são determinantes: o preço médio da unidade por m², a estimativa do índice de velocidade de vendas (IVV) e as possibilidades de pagamento pelos clientes compradores, seja: tabela longa, quando há repasse do cliente ao banco financiador na conclusão da obra; tabela curta, quando o recebimento pela unidade será concluído até o término da obra e; à vista, sendo o recebimento no ato da compra. Com esses três indicadores é possível desenvolver o fluxo de recebimentos financeiros das unidades habitacionais e fazer modelagens e construções de cenários hipotéticos. Os valores de venda das unidades, assim como os custos, são atualizados, no processo de monitoramento, mensalmente, pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

[2] É muito comum, no mercado imobiliário, a representação de empreendimentos por SPEs (Sociedade de Propósito Específico), que basicamente, consiste na "independência" de cada empreendimento ou projeto de investimento, composto por seus respectivos sócios, com CNPJ próprio, divisão de aportes, retornos financeiros, entre outros, segregando, assim, determinados ativos e riscos da vida financeira do empreendimento às empresas construtoras e incorporadoras.

O processo de viabilização de um empreendimento se inicia no departamento intitulado, geralmente, de "Novos Negócios". Como o próprio nome se apresenta, é a área que busca novas oportunidades de negócios imobiliários, área responsável pela captação de terrenos e da formação do *landbank* da empresa. É daí que surge o que chamamos de v□ (v zero) ou viabilidade inicial. Exceto pelo custo do terreno, os valores inseridos nesse momento da análise, como custos de obra, custos de incorporação, impostos, preço de venda e tantos outros, ainda são imprecisos[3]. A partir de um estudo de massa[4], a v zero pode ser considerada um "escopo da vida financeira" do empreendimento no qual permite visualizar, sem ainda lapidar os números, a potencialidade do negócio, de acordo com os parâmetros econômico-financeiros pré-definidos pela empresa. E quais seriam os principais parâmetros econômico-financeiros e os métodos mais relevantes para a composição do orçamento do custo do capital, na decisão de um investimento imobiliário?

2. Valor Presente Líquido (VPL)

O Valor Presente Líquido (VPL) ou Valor AVP é considerado uma técnica sofisticada de análise de orçamento do capital e é o principal índice financeiro para tomadas de decisões de investimentos a longo prazo neste setor. Por considerar explicitamente o valor do dinheiro no tempo, esse tipo de técnica se baseia na transferência, para o presente, de todos os fluxos de caixa esperados no projeto, e assim, descontam-se os fluxos de caixa da empresa ou do projeto a uma taxa especificada. Essa taxa chamada de taxa de desconto ou custo de capital refere-se ao retorno mínimo exigido por um projeto. Como demonstrado na equação logo abaixo, o VPL é obtido subtraindo o investimento inicial, realizado no tempo zero, do valor presente das entradas de caixa que são descontadas pela taxa de custo do capital da empresa (i).

[3] Depende do aquecimento do mercado e da urgência da decisão.

[4] Consiste na determinação do projeto e na quantificação de unidades cabíveis no terreno a partir de estudos da lei de Zoneamento da área, do Uso e Ocupação do solo, Código de Obras, Plano Diretor e Memorial Descritivo do Loteamento.

$$VPL = -I + \sum_{t=1}^{n} \frac{FCt}{(1+i)^t}$$

Sendo: I = o investimento inicial ou o desembolso realizado no tempo zero (saída de caixa, por isso o sinal é negativo); FCt = o fluxo de caixa (entrada e saída) no tempo zero; n = o prazo de análise do projeto e; i = a taxa de desconto ou o custo de capital. Cabe destacar que, quando da tomada de decisões em aceitar ou rejeitar determinado projeto, se o VPL for maior que zero, então, aceita-se o projeto, se VPL for menor que zero, então recusa-se o projeto.

O desenvolvimento de uma viabilidade financeira voltado ao segmento econômico do PMCMV, às faixas 2 e 3, seguem basicamente, os mesmos moldes do processo de viabilização de uma incorporação tradicional. O pesquisador pela POLI-USP, Mario de Almeida, organizou o ciclo de investimentos de um empreendimento residencial, dividindo-o em quatro fases: "formatação", "lançamento", "construção" e "pós-implantação". Focado na análise da sustentação do investimento por parte do empreendedor, o pesquisador aponta os riscos associados ao custo do capital em cada fase, e compara as alterações quando da aplicação dos recursos em empreendimentos voltados ao segmento econômico, e quando da aplicação voltado ao segmento de baixa renda do programa.

Na figura abaixo, referente ao ciclo de investimento de uma incorporação convencional, os riscos ante a perspectiva do capital são associados ao início do desenvolvimento do projeto, nas fases de definição do produto ("formatação e lançamento"), haja vista os desembolsos necessários com a aquisição do terreno, aprovações e despesas indiretas, e em decorrência dos retornos financeiros que ocorrerão, em sua maior parte, apenas na última[5] fase do ciclo.

[5] Normalmente, partindo de uma modelagem conservadora, a expectativa de vendas estipuladas pelo mercado imobiliário é de 95% de vendas pela tabela longa, isso quer dizer, que espera-se que desses 95% de vendas, 20% do valor total das unidades vendidas sejam pagas até o final da obra, sendo o restante do pagamento realizado na entrega das unidades, no momento do repasse do cliente ao banco financiador.



Figura 1: Ciclo de Investimento e Risco dos Recursos Investidos
Fonte: ALMEIDA, Mario; AMATO, Fernando B., 2011 [ROCHA, Lima Jr (2004)]

"Sob o ponto de vista do capital investido no empreendimento, o ciclo de formatação envolve a compra do terreno, projetos, despesas legais e planejamento. Destas despesas, apenas os gastos com a aquisição do terreno estão protegidos. As demais despesas tendem a não valorizar o empreendimento na mesma proporção dos valores gastos.

Em um segundo momento, após a primeira fase, ocorre o lançamento do empreendimento. Neste momento, o empreendedor arcará com despesas com publicidade, propaganda e marketing, recursos que não tem lastro, elevando o risco desta fase." (AMATO, 2010, p. 9)

3. Orçamento do Custo do Capital (incorporação baixa renda)

Ao comparar a mesma estrutura para empreendimentos voltados às famílias de baixa renda pelo PMCMV, os riscos associados ao projeto são alterados diante do

formato do programa. À medida que a demanda é garantida[6] pelo Poder Público e o terreno pode ser adquirido por meio de "Opção de Compra e Venda"[7] ou até mesmo, através de doações dos Governos Municipais, a fase inicial traz poucos riscos ao capitalista e as atividades que competem à incorporadora são reduzidas, eliminando as fases de "lançamento" e de "pós-implantação" do empreendimento.

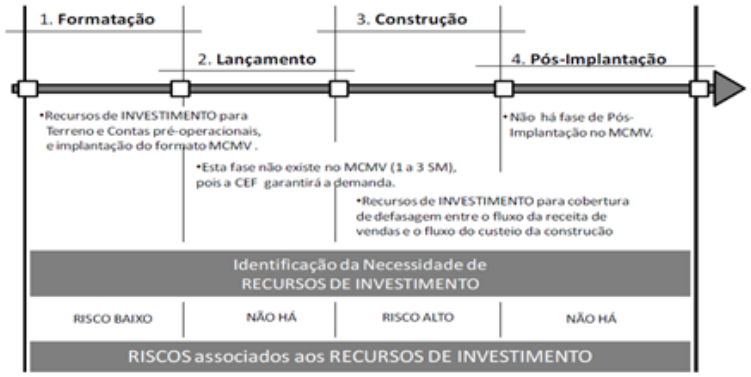


Figura 2: Ciclo de Investimento e Risco dos Recursos Investidos para o MCMV - Faixa 1
Fonte: ALMEIDA, Mario; AMATO, Fernando B., 2011, alterado de ROCHA, Lima Jr (2004)

Marcos D., ex-colega de trabalho e diretor financeiro no mercado imobiliário, atuou nos últimos anos na Construtora Cury. A Cury, de acordo com planilha disponibilizada pelo site da CEF, viabilizou 19.572 unidades pelo FAR (Fundo de Arrendamento Residencial)[8] entre os anos de 2009 e 2014 e se encontra entre as quatro empresas de maior atuação neste setor. Responsável pelo planejamento do fluxo de caixa da empresa, o diretor reitera sobre a participação da incorporadora no ciclo do negócio e esclarece do ponto de vista do desenvolvimento do orçamento, o encolhimento de processos dentro da empresa, o que resulta[9] conforme a viabilidade financeira, numa margem líquida aproximada à margem bruta, se comparado ao resultado do investimento voltado ao segmento econômico e sabendo-se que as despesas indiretas incidem sobre o resultado operacional do empreendimento.

> *"É aí q eu acho q ta a grande diferença e a simplicidade do projeto, você simplesmente executa a obra, por isso que a caixa na verdade ela fecha esse contrato de construção com a construtora. Hoje, toda incorporadora tem sua construtora, a incorporadora ta por trás, mas quem acaba fechando o contrato de construção com a caixa é a construtora. E aí, ela executa a obra e recebe por medição. Simples assim, ela não tem interação nenhuma com o cliente, não sabe quem serão os clientes e isso traz um benefício pra quem faz que é, você não precisa vender, você não precisa repassar essa carteira pro banco, você não tem aquele momento de cobrança do cliente, emitir boletos para o cliente pagar, você não tem plantão de vendas, corretor, você não tem toda essa estrutura de uma incorporação tradicional. Eu simplesmente estou prestando serviço para o governo como se eu tivesse fazendo o viaduto e fui contratado pra fazer, então eu vou construindo. Se você tiver mais de um projeto, sua empresa começa operar em cima desse tipo de empreendimento e você tem uma equipe de venda mais reduzida, equipe financeira mais reduzida, você começa a economizar no over-head, E no faixa 1, quando você olha uma DRE, o lucro bruto é quase igual o lucro líquido, você fala assim, ah mas eu vou trabalhar pra ganhar 15% de margem*

[6] No PMCMV – Faixa 1, não há venda de unidades, a demanda é fechada, sendo a prefeitura responsável pelas indicações à CEF.

[7] Com o contrato de Opção de Compra e Venda do terreno, o incorporador não precisa fazer o pagamento diretamente ao proprietário de terra, sendo a CEF responsável pela liberação dos valores após a apresentação da escritura registrada e da aprovação das unidades contratadas.

[8] Os subsídios para baixa renda são advindos do Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS, quando gerido por entidades sem fins lucrativos.

[9] O resultado de uma viabilidade financeira segue o padrão de um Demonstrativo de Resultados de Exercício (DRE) composto por receita total, receita líquida, custos operacionais (terreno, incorporação e construção), seguido pelo lucro bruto, despesas com comercialização, impostos e resultado líquido.

bruta, mas você vai ganhar 13% de margem líquida que é o que uma incorporação tradicional entrega mais ou menos isso, ok? Você vai ganhar a mesma margem líquida com o risco muito menor"[10]

Os recebimentos referentes às unidades habitacionais de baixa renda são feitos através de repasse, após as medições de obra realizadas mensalmente pela CEF. Contudo, as unidades não são comercializadas, o custo da construção do empreendimento, além do custo efetivo da obra, é incorporado pelo BDI, Benefícios e Despesas Indiretas, o que significa que ao pagar certa % do cronograma físico da obra mês a mês à construtora, a CEF também está pagando parte do lucro da empresa no mesmo período. Outra diferença básica que influencia no cálculo do valor do capital nessa estrutura é o fato da receita não ser atualizada mês a mês pelo INCC a partir do momento que o contrato é fechado com a CEF, o valor total a receber é estático, assim o investidor tem conhecimento do valor nominal, e não, do valor presente das unidades. O valor presente está associado ao tempo da execução do empreendimento, por isso, o risco alto do ponto de vista do investidor considerado pelo pesquisador na figura acima, no "ciclo de construção".

Se o orçamento do capital nesse caso está relacionado diretamente à produtividade, sem possibilidades de gestão do preço de venda e "sem ganhos de incorporação"[11], quais seriam, então, as alterações das perspectivas de análise do valor do custo do capital pelo incorporador, quando aplicado no segmento de baixa renda pelo Programa Minha Casa Minha Vida?

Para entender melhor a questão do dinheiro no tempo, vamos analisar de forma prática o recebimento de uma unidade do MCMV – Faixa 1. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, uma unidade residencial, se houver contrapartida do município, pode chegar ao valor teto de R$ 96.000. Este valor engloba os custos de terreno, edificação, infraestrutura interna, legalização e trabalho social.

[10] Entrevista concedida em 25/08/2017.

[11] Ganho sobre a especulação de terra.

Retomando à fórmula do VPL, nos deparamos com a incógnita da taxa de desconto ou taxa do custo de capital. Na prática, quando analisamos o valor presente de um projeto, as empresas incorporadoras utilizam-se da taxa de custo de capital da empresa, e não do projeto, ainda mais projetos das circunstâncias do segmento de baixa renda, onde não há capital de terceiros.

"A forma como a empresa vê o custo de capital depende de seu ramo de negócios, das condições financeiras e do estágio do seu ciclo de vida. Uma empresa madura, com bom acesso aos mercados de capital, pode calcular seu custo de capital usando uma média ponderada baseada tanto na estrutura do seu capital atual quanto numa estrutura-meta de capital mais favorável. Então, desenvolve estratégias financeiras dentro dessas linhas de conduta." (GITMAN, 1997, p. 380)

Pensando como investidores do negócio, vamos utilizar como taxa de desconto, a taxa básica de juros (Taxa Selic) somada à inflação (INCC), o que seria o mínimo de atratividade se comparada à rentabilidade de títulos do governo, por exemplo, onde o investidor teria uma lucratividade um pouco menor, porém não precisaria fazer esforços e nem correr riscos.

As grandes incorporadoras chegam a trabalhar com taxas bem maiores, principalmente, nos momentos de maior aquecimento do mercado.

"Quando você chama um investidor pro negócio, tem investidor que quer 25% ao a.a de TIR[12]*, é claro que agora com a taxa selic caindo, o investidor pode querer*

[12] A TIR (Taxa Interna de Retorno) é um índice financeiro muito utilizado no mercado imobiliário, definida como a taxa de desconto que iguala o VPL das entradas de caixa ao investimento inicial, essa técnica também possibilita analisar o capital no tempo. Há muitas contradições referente à avaliação da TIR, mas basicamente, a taxa interna de retorno assume que todos os fluxos de caixa do projeto podem ser reinvestidos pela mesma taxa, mesmo projetos com alta rentabilidade.

flexibilizar mais essa taxa, mas eu to falando que o cara exigia 25% quando a selic tava 12%, 13%, então você ta vendo o tamanho do spread de quem ta botando dinheiro no negócio busca, vc entendeu?"[13]

Com a taxa selic a 8,25% a.a, como consta no mês de setembro de 2017 (exemplo), somado ao INCC acumulado no período de 12 meses, a 4,3579% a.a, temos uma taxa de 12,6079% a.a. Arredondemos para 12,5%. Essa é a taxa do custo de capital que utilizaremos no nosso exercício prático.

Como o valor das unidades Faixa-1 são fixadas no mês da contratação das unidades, vamos medir quanto vale R$ 96.000 no momento do recebimento da unidade, ou seja, no "ciclo de construção", imediatamente após a contratação das mesmas. Assim, como a CEF, a receita de R$ 96.000 será considerada no tempo zero. Para elucidar melhor o valor unitário das unidades no tempo, abaixo planilha elaborada com o valor AVP, nos próximos 24 meses, utilizando-se da fórmula do VPL à uma taxa de desconto de 12,5% a.a ou 0,9864% a.m.

Tempo (meses)	Valor da unidade
0	96.000
1	95.062
2	94.134
3	93.214
4	92.304
5	91.402
6	90.509
7	89.625
8	88.750
9	87.883
10	87.025
11	86.175
12	85.333
13	84.499
14	83.674
15	82.857
16	82.047
17	81.246
18	80.452
19	79.667
20	78.888
21	78.118
22	77.355
23	76.599
24	75.851

Taxa
0,9864% a.m.

Figura 3: Valor unitário da unidade habitacional no tempo (VPL)
Fonte: Elaboração própria (Excel)

[13] Marcos D.

Como pode ser observado, conforme a receita se distancia do tempo zero, menor é o valor a ser recebido atendendo ao custo do capital que atribuímos. No PMCMV-Faixa 1, a margem (BDI) do incorporador vai sendo pressionada à medida que não há gestão do preço da unidade, e ao mesmo tempo que, os custos da construção civil continuam sendo inflacionados.

4. Retorno Sobre o Investimento (ROI)

Apesar de, num primeiro momento, parecer desapontador para o incorporador a evolução do preço das unidades no segmento de baixa renda, ainda mais quando analisado na casa dos milhões, ao debruçar um pouco mais sobre os índices financeiros relevantes para o mercado imobiliário, nos deparamos com o ROI - Retorno Sobre o Investimento.

"Há, entretanto na construção civil, uma característica que diminui ligeiramente o efeito compensador para o sistema, no seu conjunto, de sua superior taxa de lucro: o tempo de giro do capital. Esquematicamente, capitais produzem lucros reais (não os aparentes) maiores se seu tempo de giro for menor, supondo-se composições orgânicas semelhantes." (FERRO, 2006, [1972], p. 100)

O ROI é um indicativo econômico utilizado para medir os rendimentos obtidos a partir da exposição de caixa do empreendimento, ou seja, do valor máximo aportado pelo investidor no negócio, possibilitando ainda, identificar o prazo de retorno do investimento ou a liquidez do projeto; assim, quanto maior o ROI, melhor é o investimento para o capitalista. Existem vários métodos para calcular o ROI e o mais simples seria dividindo o lucro líquido sobre o capital aplicado (exposição). No mercado imobiliário, porém, a fórmula do ROI é utilizada de uma forma mais expandida, composto por margem (BDI), giro do ativo e alavancagem, técnica usada para aumentar a rentabilidade através do endividamento (empréstimos, juros e dividendos de ações preferenciais são os mais comuns).

Como vimos anteriormente, ao contrário de uma incorporação tradicional, que grande parte dos recursos são auferidos no final do processo (depois de 3 anos em média), numa incorporação de baixa renda pelo programa, o lucro correspondente ao serviço executado é pago mensalmente. Ao adiantar o ciclo da construção, o incorporador diminui o aporte de capital, uma vez que, em dado momento, os custos de obra serão cobertos pelos próprios recursos públicos.

> *"Pra cada projeto são ate indicadores perigosos de você olhar, é muito bom você olhar um ROI de uma empresa que vive só de faixa 1 e tem empresas que não costumam nem ter essa exposição inicial, você tem esse giro do seu estoque né, você contrata empreiteiro, compra o cimento, compra o concreto e fala pra todo mundo vou te pagar só daqui 30 dias ou então você executa um mês de obra teoricamente sem desembolso financeiro e quando você vai desembolsar pra pagar, a caixa econômica imediatamente paga, nem sempre você consegue ta? eu não modelaria assim, dá pra modelar mais conservador, se for a idéia da sua empresa, 2 a 3 meses de exposição sendo bem conservador, e ai, da pra calcular até a TIR, mas ai fica uma TIR enorme mesmo."*[14]

Segundo o ex-diretor da Cury, uma empresa que investe constantemente no Faixa 1, pode chegar a operar com o ROI absurdamente maior que uma empresa que já tem uma rentabilidade bem acima do mercado, uma vez que um empreendimento pode pagar o outro, reduzindo assim, ainda mais, o aporte de capital próprio.

> *"Então, esse tá o grande segredo da empresa que trabalha o faixa 1. É um negócio muito rápido*[15]*, então você tem uma margem muito baixa, mas você tem giro e alavancagem também, giro muito rápido e alavancagem muito baixa, então isso faz com que você tem o ROI muito alto. Todo mundo olha o faixa 1 e torce o nariz: "ah, essa margem é uma porcaria", mas se você fizer a simulação de uma empresa que vai viver só de faixa 1 ela tem o ROI equivalente a uma Eztec*[16] *que costuma ter margem líquida de 50%. Ela tem uma margem líquida de 50% mas como tá a margem da Eztec? Lança, vende, constrói e recebe tudo no final, isso quando não securitiza*[17] *o cliente, manda ele pagar em tabela longa. Então ele tem esse giro da Eztec 50x maior, só que a margem dela é 50 vezes de quem faz faixa 1, então tem essa pegadinha."*

Considerações finais

O PMCMV prioriza, exclusivamente, a construção de novas unidades habitacionais, alternativa que atenderia as necessidades de liquidez das empresas do ramo da construção civil em meio à crise econômica de 2008, e que, nos últimos anos, ampliaram seu campo de atuação com o apoio decisivo do dinheiro público. (BONDUKI, 2014)

O aumento do ROI de forma progressiva pelas grandes empresas construtoras significa o aumento da lucratividade em decorrência do retorno em curto prazo de cada vez menos investimento por parte do incorporador.

[14] Marcos D.

[15] Um empreendimento no faixa 1 tem em média duração de 15 a 18 meses.

[16] "Recordes operacionais e financeiros elevam em 74% Lucro Líquido da Eztec para R$ 586 milhões. Margem fica em 51,4%, ROE (Retorno Sobre Patrimônio Líquido) atinge 35,4%" file:///C:/Users/Gabriela/Downloads/Earnings%204T13%20-%20PT.pdf (acesso em outubro/2017). Em seu último anúncio para investidores: "Margem Bruta de 47% demonstra consistência financeira da Companhia durante a crise" http://ri.eztec.com.br/eztec2009/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=26897&conta=28&id=240047 (acesso em outubro/2017).

[17] A securitização corresponde à transformação do crédito a receber em títulos negociáveis de renda fixa no mercado financeiro, segundo Luciana Royer, a securitização em si é feita por inúmeras formas, sendo a securitização de recebíveis apenas uma delas, "o que a securitização imobiliária faz é justamente ligar o mercado de títulos ao mercado imobiliário" (ROYER, 2009, p. 107). Mais detalhes em "Financeirização da Política Habitacional: Limites e Perspectivas"

Diante dos atrasos de pagamentos pelo governo federal desde 2014, aumentando a exposição de caixa do incorporador e diminuindo o valor do capital investido, muitas das grandes empresas construtoras migraram seus investimentos para o setor econômico.

Com o governo de Michel Temer, essa migração pode se tornar definitiva ao anunciar a proposta orçamentária do Ministério das Cidades com previsão zerada de investimentos a fundo perdido voltados à habitação social em 2018.

Diante do contexto da crise econômica, a crise urbana tende a se agravar com o aumento da dificuldade ao acesso à moradia. Com restrições orçamentárias o governo poderia assumir, também rejeitadas pelos governos anteriores, outras formas de acesso à habitação, com custos unitários mais reduzidos e mais próximos do processo popular de produção, como lotes urbanizados, complementados com financiamento para materiais de construção civil e assistência técnica previsto pela Lei 11.888/2008 ou até mesmo locação social e soluções emergenciais para pessoas já desabrigadas. (BONDUKI, 2014)

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Mario; AMATO, Fernando B. **Empreendimentos baixa renda – Programa "Minha Casa Minha Vida".** In: Conferência Internacional da Lares, 11., 2011, São Paulo. Disponível em: http://lares.org.br/Anais2011/images/530-741-1-RV.pdf. Acesso em 05/11/2017.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil.** São Paulo: Unesp, 2012.

FERRO, Sergio. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: CosacNaify, 2006.

GITMAN, Lawrence J..**Princípios de administração financeira. 7ª Ed.** São Paulo: Harbra, 1997.

TREVISAN, Ricardo. **Estudo de viabilidade econômica em empreendimentos imobiliários.** 1ª Ed. São Paulo: Ricardo Trevisan, 2015.

A cidade (ainda) precisa de você. Urbanismo tático na cidade de São Paulo, entre os ativismos e as lógicas de gestão urbana.

BENATTI, Nayara. (1); FELIZARDO, Ana C.M.D. . (2); SPERLING, David M. (3)

1. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Avenida Trabalhador São-Carlense, 400 - Centro
13566-590 - São Carlos - SP - Brasil
nay.benatti@usp.br

2. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Avenida Trabalhador São-Carlense, 400 - Centro
13566-590 - São Carlos - SP - Brasil
anacarolinamdf@gmail.com

3. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Avenida Trabalhador São-Carlense, 400 - Centro
13566-590 - São Carlos - SP - Brasil
sperling@sc.usp.br

Resumo

Enquanto espaço de representatividade e, portanto, de lutas entre diferentes grupos e ideais, a forma de se construir e ocupar a cidade é objeto de constante - e atual - disputa. Este trabalho tem como objeto a discussão sobre ações urbanas empreendidas na cidade São Paulo - A Batata Precisa de Você, Paulista Aberta, e Parklets - em meio a um cenário de debates sobre o direito à cidade, mobilidade urbana, acesso à cultura e lazer no espaço urbano, tomando como marco as manifestações de 2013, passando por formas recentes de gestão urbana e, por fim, apontando contradições inerentes à sua incorporação por lógicas do urbanismo neoliberal.

Palavras chave: Direito à Cidade; Largo da Batata; Paulista Aberta; Parklets; Gestão Urbana; Urbanismo Neoliberal.

A cidade (ainda) precisa de você. Urbanismo tático na cidade de São Paulo, entre os ativismos e as lógicas de gestão urbana.

Em 2013 a cidade de São Paulo, a partir da ocupação de locais emblemáticos, foi palco de uma efervescência de protestos populares que não ocorria com a mesma proporção desde os tempos da ditadura. O cenário mundial apresentava, igualmente, fortes protestos populares reivindicando mudanças políticas e sociais, dentre eles destacamos o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, a Primavera Árabe no Oriente Médio e o 15-M na Espanha, todos marcados pela ocupação de pontos centrais das cidades como tática para engajar novos militantes aos movimentos e suscitar maior visibilidade midiática, além de promover uma desordem pontual na dinâmica cotidiana das cidades - que já são em muitos casos caóticas. Em todos os casos, apontaram o tensionamento entre sistemas políticos e movimentos sociais. Em alguns casos, como no Brasil, a cidade, mais ainda, o direito à cidade esteve dentre alguns dos pontos traçados em comum em meio a pautas então difusas e ainda em deslindamento.

No campo político, a cidade deixou de ter sentido apenas na vida social, e passa a reproduzir na vida social de cada habitante, como Lefebvre afirmou em seu livro-manifesto "O direito à cidade" (1991), a lógica das relações mercantis, como, por exemplo, o ir e vir baseado no trabalho, normalmente bastante distante do local de moradia, já que a região central da cidade não é feita para vivência de toda a sociedade. Direito à cidade perpassa também a necessidade de conhecer seus moradores, acompanhar as dinâmicas daqueles que moram na cidade e optam por vivê-la, interferindo nas dinâmicas dos espaços, estabelecendo códigos de conduta, experiências individuais e coletivas. Assumir o direito à cidade enquanto ferramenta de atuação política (SASSEN 2006; ARORA 2015; HARVEY 2012) conecta diversas instâncias da vida nas cidades, como a questão da mobilidade urbana, o acesso ao lazer e à qualidade de vida, explicitando o território urbano como campo de disputa e de novos modos de ocupação protagonizados pela sociedade civil.

Interessa-nos apontar como no caso da cidade de São Paulo as manifestações de 2013, que articularam ativismo político e ocupações urbanas em locais-chave, encontraram sincronicidade com uma agenda de práticas urbanísticas bottom-up (também chamadas de urbanismo tático, *bottom-up*, urbanismo de guerrilha, *peer-to-peer*, microplanejamento etc), as quais, capitaneadas por grupos sociais específicos, tornaram-se as herdeiras mais próximas daqueles eventos, e, em seguida, passaram - tendo estas referências - a serem incorporadas como modos de gestão urbana pela Prefeitura da cidade de São Paulo.

É sobre esse contexto de intervenções urbanas que discutiremos a seguir, a partir das mobilizações de Junho de 2013 no Brasil, iniciadas na capital paulistana, a partir de três casos: o movimento de ocupação permanente do Largo da Batata, o programa Ruas Abertas, no caso da Paulista Aberta, e a implantação dos parklets e a política de incentivo para instalação e o uso dos mesmos, que são extensões temporárias do passeio público para espaços de permanência. Ações que buscam a revitalização de pontos da cidade em uma perspectiva de urbanismo voltado para criação de espaços de lazer através de parcerias público-privadas que, no cenário atual, se colocam no limiar entre ações de resistência e de existência neoliberal.

Entre ruas e redes: (des)politização, polarizações, silenciamentos

Em junho de 2013, após a divulgação de aumento na tarifa de transporte público nas principais cidades do país, o Movimento Passe Livre (MPL) organizou o que se tornaram as maiores manifestações públicas do Brasil pós-ditadura. Inicialmente em São Paulo, mas rapidamente se estendendo para todo o país, o mês de junho ficou marcado pelos protestos que tiveram como gatilho o aumento da tarifa, mas atingiram uma escala muito maior após o uso sistemático de violência por parte da política militar na contenção dos manifestantes.

Inicialmente, as manifestações organizadas pelo MPL defendiam uma política que discutisse o sistema público/privado do transporte no Brasil, em seu limite,

a desmercantilização do transporte e a consequente tarifa zero, entendendo a mobilidade enquanto um direito universal, direito esse que é sucessivamente negado, especialmente, aos moradores das periferias (SINGER, 2013; TATAGIBA, 2014 apud MARICATO et al., 2013; ORTELLADO, 2013).

Foi assim colocada a disputa política para discussão no espaço físico das cidades, ocupando avenidas e marginais das principais capitais brasileiras, com repercussões pontuais em outras cidades de menor porte. Tendo as redes sociais como ferramenta estratégica de organização, essas manifestações mostraram a potência de capilaridade e conexão entre o que acontecia nas ruas. Os acontecimentos das ruas eram divulgados pelos próprios manifestantes nas redes sociais, disputando espaço com a imprensa tradicional, com uma tática de comunicação que possibilitou o envolvimento de usuários online que não estavam presentes nos protestos (PUJOL, 2014; MALINI, 2013), mas passaram a se tornar militantes e testemunhas online das situações de extrema violência policial que explodiram nas ruas.

Com a truculência policial exibida online nas redes sociais e contra a vontade televisionada pela grande mídia, os protestos ganharam maior apoio da população, com a imprensa tradicional sendo obrigada a rever sua posição sobre as manifestações e condenando a violência policial que atacava a sociedade civil e seus próprios funcionários durante a cobertura dos movimentos (SINGER, 2013). Paralelamente, muito conteúdo produzido pelos próprios manifestantes nas ruas era compartilhado nas redes sociais, com diversos testemunhos da violência aplicada pelas polícia militar (MALINI, 2013).

Após a revogação do aumento das tarifas na capital paulista, seguido de outras cidades, as manifestações continuaram, agora questionando a representatividade de partidos políticos e a sistemática corrupção que marca a vida política do país - reivindicação já tradicional nas mobilizações políticas tanto de ideais de direita quanto de esquerda (TATAGIBA, 2014). As manifestações passaram a ter a presença de mais grupos defendendo a ausência de bandeiras partidárias e lideranças políticas, buscando movimentos que pudessem ser apartidários - ou antipartidários, em alguns extremos - explicitando por um lado a despolitização que viria a tomar as manifestações e por outro, a desconfiança nos partidos atuais (ANTUNES e BRAGA, 2013).

As ruas se tornaram uma arena de formação de novos sujeitos políticos, no interior da qual uma nova direita se organizou, representada pelo Movimento Brasil Livre (MBL). Baseado em um discurso de cunho econômico, culpabilizando as gestões petistas pelo enfraquecimento da economia brasileira, e com forte apelo para um discurso de ódio contra a corrupção (personificada por políticos em sua grande maioria do PT), o MBL ocupou tradicionais espaços de discussão política - com colunistas em jornais de grande circulação, representantes relacionados com políticos notórios e posteriormente ocupando cargos políticos - dialogando especialmente com jovens através de plataformas digitais em uma linguagem bastante publicitária.

O processo de disputa das ruas em 2013 repercutiu na sociedade como um todo nos anos seguintes, explicitando as cisões e polarizações políticas (TULLA, 2014). Os anos de 2015 e 2016 foram tomados por novas manifestações que disputavam as ruas para protestar contra ou a favor da manutenção do mandato de Dilma Rousseff, reeleita em 2014, sendo perceptível que o descontentamento com a situação política não era uma questão apenas de conflito entre direita e esquerda, mas da sociedade que não concordava com as políticas efetuadas pelo governo.

Com diversos escândalos de corrupção, divulgação de escutas telefônicas e dados sigilosos do processo da Lava Jato, e um processo de investigação muito pautado pela grande imprensa, em agosto de 2016 o processo de impeachment foi concluído, Dilma Rousseff (PT) foi deposta e seu vice, Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência da República.

O ano de 2017 inicia com reformas econômicas, políticas e sociais de forte teor neoliberal, guiadas pelo plano de governo primordialmente econômico do presidente em exercício Michel Temer (PMDB), marcado por processos de suborno

de políticos, trocas de favores e cargos para que votações fossem feitas de forma rápida, projetos inconstitucionais aprovados e, mais recentemente, para que as investigações sobre o envolvimento de Temer em processos de corrupção não fossem continuadas.

Sua gestão é caracterizada por uma política de diminuição de direitos não apenas daqueles que já são historicamente oprimidos, mas de toda classe de trabalhadores. Com uma proposta de reforma da previdência bastante controversa, novas leis trabalhistas que suprimem direitos dos trabalhadores, diminuição nas leis de punição contra o trabalho escravo, apoio à bancada ruralista e fortalecimento do agronegócio, consequentemente uma despreocupação em relação à preservação ambiental e questões relativas à demarcação de terras indígenas, o governo Temer é cercado de polêmicas, as quais passaram a chamar de manobras políticas.

Com o fim de uma agenda democrática no Brasil, marcada pela conclusão do processo que levou ao impeachment de Dilma, o país vive hoje uma situação de golpe político em um Estado burocratizado e autoritário. A política de opressão que se viu nas ruas a partir de 2013 passou a ser também base para as políticas públicas e reformas voltadas rapidamente sem uma discussão com a sociedade. Concomitantemente, a presença de manifestações nas ruas foi radicalmente diminuída. Do movimento de opressão e controle de protestos pós 2013, passou-se para um momento de silenciamento das ruas e ceticismo da sociedade em relação aos processos políticos - hoje, em parte, denunciados publicamente, inclusive pela mesma imprensa que apoiou o impeachment de Dilma Rousseff.



Imagem 1: Largo da Batata, junho de 2013. Fonte: Miguel Schincariol/AFP. Disponível em https://xadrezverbal.com/2013/06/18/insonia-paulistana/



Imagem 2: Avenida Paulista, Junho de 2013. Disponível em: www.noticias.uol.com.br

No chão da cidade: dos protestos para as ocupações (im)permanentes

Em meio ao cenário de manifestações e discussão sobre o direito à cidade, surgiu o movimento A Batata Precisa de Você, no Largo da Batata, na zona oeste de São Paulo. O Largo da Batata é um grande espaço público entre a Avenida Brigadeiro Faria Lima, as ruas dos Pinheiros, Teodoro Sampaio e Cardeal Arcoverde, todas importantes ruas comerciais do bairro de Pinheiros; em uma das pontas do Largo está a Estação Faria Lima, da linha amarela do metrô e o terminal de ônibus intermunicipal.

Com a Operação Urbana Faria Lima, criada na gestão do então prefeito Paulo Maluf em 1995, objetivando transformar a região de Pinheiros em um pólo de escritórios, a região permaneceu em obras no período de 2007 a 2013, trazendo como resultado a expulsão de vendedores ambulantes comuns nas proximidades do Largo - em função da posição estratégica do largo no sistema de transbordo entre centro-periferia -, a hiper valorização imobiliária e aumento nos custos de vida.

Ao final da reforma, em meados de 2013, o Largo do Batata tornou-se um grande vazio projetado, cimentado e árido. O largo, já uma centralidade para as manifestações contra a operação urbana, é escolhido como um ponto estratégico de concentração das Manifestações de Junho de 2013, com os manifestantes dividindo espaço entre amontoados de material de construção.

Na esteira desse vazio, o movimento “A Batata Precisa de Você” se apresenta como um laboratório metropolitano de mobiliário e intervenções urbanas, com gestão aberta e compartilhada entre moradores e poder público, objetivando a transformação desse vazio árido em um espaço de convivência, assumindo-se como ação de “urbanismo tático”. Uma das matrizes mais direta e rapidamente incorporadas por coletivos ou associações, ou ainda por parcerias público-privadas de gestão de pequenas parcelas de cidades ao redor do globo é a que propôs Lyndon (2011) a partir da realidade da cidade de São Francisco e em direção a outras localidades, em uma espécie de cartilha faça-você-mesmo, como um conjunto de práticas[1] que buscam uma resposta imediata e financeiramente

[1] Dentre estas práticas constam: Open Streets (Ruas abertas); Play Streets (Ruas recreativas); Build a better block (Construindo um quarteirão melhor); Park(ing) day (Criação de parques por um dia em espaços dedicados ao carro); Guerilla Gardening (Jardinagem de guerrilha); Pop-up Retail (Quiosques comerciais); Pavement to Plazas (Criação de praças em espaços pavimentados); Pavement to Parks (Parklets) (Criação de parques em espaços de estacionamento); Pop-up Cafés (Extensões de restaurantes em áreas de estacionamento); Depave (Substituição de áreas impermeáveis por permeáveis); Chair Bombing (Construção de mobiliário urbano); Food Carts/ Trucks (Trailers vendendo comida); Site Pre-Vitalization (Pré-Vitalização de espaços); Pop-up Town Hall (Autarquia itinerante/fóruns temporários); Informal Bike Parking (Bicicletários informais);

viável para solucionar, mesmo que temporariamente, problemáticas urbanas, tendo como pretexto atuações colaborativas que passariam a lidar também com questões sociais do entorno onde as intervenções são realizadas.

No caso do Largo da Batata, as atividades buscaram desenvolver uma relação afetiva com o lugar, potencializando-o como espaço de convivência e testando novas possibilidades de ocupação que reivindicavam uma estrutura permanente de qualidade, a partir de iniciativas variadas de projeto e produção de mobiliários urbanos efêmeros.



Imagem 3: Fotografia do Largo da Batata. Fonte: Acervo pessoal.

Intersection Repair (Remodelação de cruzamentos); Ad-Busting (Remoção ou intervenção em painéis publicitários); Reclaimed Setbacks (Recuperação de logradouros); Park Mobile (Parques móveis); Weed Bombing (Pintura de plantas daninhas); Mobile Vendors (Vendedores ambulantes); Micro-Mixing (Diferentes comércios em um só lugar); Park-Making (Criação de parques); Camps (Acampamentos).



Imagem 4: Fotografia de mobiliários no Largo da Batata. Fonte: Divulgação.

Durante o ano de 2013, também ocorreram os eventos Design Weekend (em agosto) e X Bienal de Arquitetura com o tema “Cidade: Modos de fazer, modos de usar” (entre setembro e novembro), os quais procuraram incorporar em suas programações parte dos anseios manifestados nas ruas por outras formas de fazer e habitar as cidades.

A Design Weekend, evento anual itinerante com claro foco em design e economias criativas, também ocupou diferentes locações na cidade e teve como destaque a elaboração de um Jardim Pop Up no Largo da Batata, integrando a programação às ações de ocupação durante o período de maior efervescência da Batata, e de duas Zonas Verdes - termo alternativo à denominação dada aos Parklets -, uma na Rua Amauri, 225, e outra na Rua Maria Antônia, em frente ao Centro Universitário Maria Antônia.



Imagem 5: Jardim Pop Up, construído no Largo da Batata durante a Design Weekend 2013. Fonte: Divulgação.

A Bienal abrigou discussões e propostas desde a grande escala a pequenas intervenções, abordando questões como habitação, participação social na tomada de decisões e mobilidade. Durante o evento, a mobilidade não entrou só como um conceito a ser discutido, mas a ser, literalmente, experimentado. O evento não se concentrou em um único pavilhão, mas se espraiou pela cidade de São Paulo, em lugares como o Sesc Pompéia, o MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) e o Centro Cultural São Paulo. Dialogando diretamente com as movimentações daquele ano e com a agenda urbana de promoção de espaços públicos, a Bienal fez uma programação de palestras e oficinas nomeada “Cidades Performáticas: uma discussão sobre arte, arquitetura e espaço público” trazendo artistas, curadores, urbanistas dos Estados Unidos e da Europa para pensar a ocupação criativa de espaços urbanos como elemento transformador das relações entre moradores e a cidade. Dentre as ações na cidade, a Bienal propôs a criação de um Parklet ao lado do Conjunto Nacional, na Rua Padre João Manuel - hoje substituído por uma segunda versão.

Os equipamentos implantados pela Design Weekend e pela X Bienal de Arquitetura de SP foram as primeiras experiências de implantação dos Parklets na Cidade de São Paulo, as quais tiveram uma curta duração e serviram como base para as seguintes.



Imagem 6: Fotografia do Parklet Implantado pelo Design Weekend 2013 na Rua Amauri. Fonte: Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.186/6072?page=2>.



Imagem 7: Fotografia do Parklet implementado pela X Bienal de Arquitetura na Rua Padre João Manuel. Fonte: Vitruvius. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-institui-oficialmente-programa-ruas-abertas>.

Urbanismo tático adentrando na gestão urbana

Dialogando com a agenda urbana que defende o direito à cidade, no ano seguinte, 2014, o então prefeito Fernando Haddad (PT), estabeleceu diretrizes gerais para habitação, acessibilidade, mobilidade, preservação do patrimônio material, imaterial e do meio ambiente, que passaram a ser oficialmente implementadas a partir do Plano Diretor Estratégico para a Cidade de São Paulo. A adoção de ações táticas, como o Programa Ruas Abertas, limitando a circulação de automóveis e promovendo a ocupação das ruas por pedestres e ciclistas; a manutenção da Lei Cidade Limpa, proibindo painéis publicitários; a construção e demarcação de ciclovias e corredores de ônibus; e a instalação de parklets municipais, procurou afirmar-se como política pública implementada em conformidade à uma agenda urbana que apostou na mudança de perspectiva na relação entre o cidadão e a cidade, no sentido da aproximação e participação.

Neste contexto, a Avenida Paulista, marco urbano da cidade, além de sede histórica de manifestações (como as de 2013), foi se tornando também central na defesa de uma agenda política urbana que dialogava com temas como direito à cidade e participação social. Em 2014, foi inaugurada uma ciclovia em toda a extensão da Avenida, comemorada e divulgada como uma política de acesso à cidade e melhoria da mobilidade urbana, e fortemente criticada pela oposição como uma obra de alto custo para os cofres públicos, mal planejada e de poucos resultados reais para a melhora da circulação na cidade, uma vez que para esse setor, a circulação de veículos individuais é primordial, prezando então pela construção de novas vias, pontes, ruas e aumento de velocidade em marginais.

Na corrente dos defensores das ciclovias e desse grupo de ações voltadas à qualidade de circulação de pedestres, aumentaram as pressões de grupos organizados para que o poder público limitasse o acesso de veículos durante os finais de semana na Avenida, para que ela pudesse ser ocupada por pessoas em suas atividades de lazer. A proposta foi iniciada em agosto de 2014, a partir da articulação do movimento Sampa Pé e da Rede Minha Sampa na campanha “Queremos a Paulista inteira Aberta ao lazer aos domingos!”, um abaixo assinado online buscando dar visibilidade ao movimento e pressionar a prefeitura para dialogar sobre o assunto. Após quase dois anos, em junho de 2016, foi criado o “Programa Ruas Abertas”, promovendo no formato de lei a abertura de ruas aos domingos e feriados para a livre circulação de pedestres.

O fechamento da Avenida Paulista para veículos foi criticado por diversos grupos, como o Ministério Público Estadual e a Associação Paulista Viva, esta última representada por entidades privadas, apesar da aprovação da maioria dos comerciantes[2] e moradores da região. Essa questão permanece como importante pauta na agenda urbana da cidade, e se mantém em latente discussão na atual gestão do prefeito João Dória (PSDB), que defende uma política muitas vezes oposta ao programa de abertura das ruas.

Em relação à mobilidade urbana, suas primeiras ações no início da gestão foram o fechamento de ciclovias, o aumento da velocidade permitida nas marginais e a mudança nas metodologias de análise de dados sobre o número de acidentes de trânsito. Constantemente questionado sobre a ocupação da Avenida Paulista aos domingos, Dória afirma que o programa continua funcionando na Paulista, mas há desmonte em outras ruas da cidade sem diálogo com a população, causando diversos conflitos e notas de repúdio. Em algumas entrevistas, Dória afirmou que irá buscar novos patrocínios para melhorar o programa de restrição de circulação de veículos aos domingos, colocando o Programa Ruas Abertas na mesma lógica empresarial que está sendo implantada em diversos setores da cidade: um projeto de privatização de locais públicos, colocando sob responsabilidade empresarial o que deveria ser um programa de política pública.



Imagem 8: Avenida Paulista durante a #PaulistaAberta Fonte: Acervo pessoal.

[2] Os grupos Minha Sampa e Sampa Pé publicaram o "Relatório da Pesquisa e Mapeamento do Comércio da Av Paulista". Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B4-voQTLWgRFZXNjTXEyaTlnR0k/view Acesso em 18 de Dez. 2016



Imagem 9: Avenida Paulista durante a #PaulistaAberta. Fonte: Acervo pessoal

Como parte das iniciativas de gestão urbana de Haddad, o Decreto n° 55.045/14 apresenta a definição de Parklet, diretrizes jurídicas e projetuais, objetivos e justificativas de sua implementação na cidade. São Paulo foi a quarta cidade do mundo e primeira na América Latina a implementar os Parklets como política pública, disponibilizando uma cartilha com instruções para sua implantação, relativamente semelhante ao manual proposto por São Francisco - CA (primeira cidade no mundo a adotar os Parklets). De maneira geral, os objetivos descritos seguem as linhas de proposição apresentadas pelas ações de urbanismo tático, ou seja, se propõem a fomentar a participação da sociedade nas decisões políticas, estimular a convivência no espaço público, bem como aumentar a oferta de tais espaços e estimular o uso de outros meios de transporte além do carro. Utilizando-se de vagas de estacionamento para carros no leito carroçável, de maneira a tornar-se uma extensão da calçada, os parklets possuem algumas características definidas, como fechamento dos lados voltados à rua (laterais e costas), piso uniforme e conexão com a calçada, sem degraus e com critérios para acessibilidade, bancos ou cadeiras para acomodar os transeuntes, vegetação de pequeno porte, e materiais leves que facilitem a montagem ou a retirada.

A sua repercussão inicial na cidade não foi uniforme e concentrou-se em regiões centrais como Jardim Paulista, Itaim Bibi e Pinheiros, áreas de alto poder aquisitivo e de comércio de luxo, como extensão de estabelecimentos comerciais e de

serviços - só a Rua Oscar Freire possui atualmente sete destes equipamentos. Visando o espraiamento das iniciativas de criação de Parklets pelo setor privado[3] para outras regiões da cidade, a prefeitura adotou a partir de dezembro de 2015, um novo programa de implantação de um Parklet Público[4] por Subprefeitura, totalizando então 32 novos pontos, assumindo o objetivo de estimular comerciantes e empreendedores locais a adotarem a mesma prática. A implantação destes Parklets Públicos em vias de grande fluxo de pedestres, próximas a equipamentos públicos municipais e comércios visava maximizar seu uso.



Imagem 10: Fotografia do Parklet na Rua Padre João Manuel. Fonte: Acervo pessoal

[3] Embora localizados no espaço público, são denominados pela própria prefeitura como Parklets Privados, como em http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-espacos-publicos/parklets/mapa/

[4] Iniciativa de projeto padronizado de Parklet pela Prefeitura de São Paulo.

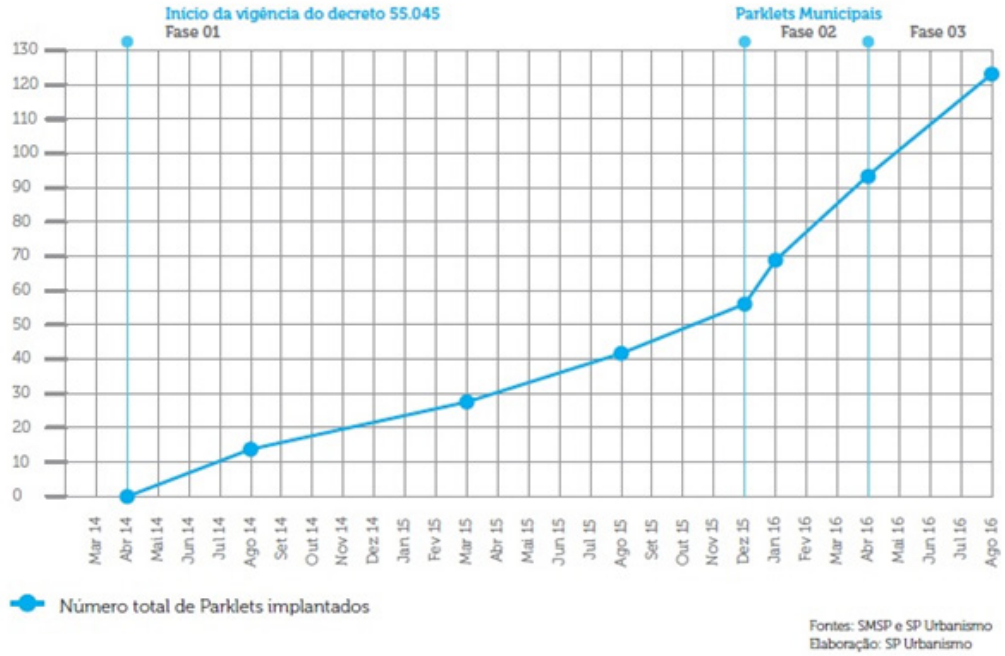


Imagem 11: Gráfico do número total de Parklets implantados na Cidade de São Paulo ao longo do tempo. Fonte: SMSP e SP Urbanismo *In:* Prefeitura Municipal de São Paulo. Parklet: : Políticas de Incentivo – Parklets Municipais (2016).

Urbanismo tático e táticas neoliberais

Se a partir deste programa, houve um crescimento significativo na implantação de Parklets, verifica-se ainda a clara concentração dos Parklets Privados em setores da cidade com maior poder aquisitivo, havendo maior espraiamento dos Parklets Públicos em regiões periféricas.

Como política de indução e regulação do uso do espaço urbano, o programa fica à mercê das áreas avaliadas pelo mercado como mais vantajosas para abertura de negócios e sua ampliação pelo uso do espaço público. Por outro lado, pode-se argumentar que independentemente de serem na sua maioria ações privadas, os Parklets, sendo espaços públicos antes dedicados à estacionamentos, promoveriam uma melhor relação do pedestre com a rua, bem como a expansão de estares na cidade, incentivando a reflexão dos usuários sobre esse uso.



Imagem 12: Mapa dos Parklets na Cidade de São Paulo. Fonte: Arquivo próprio atualizado baseado em: Mapa dos Parklets em São Paulo http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-espacos-publicos/parklets/mapa/

Mesmo pretendendo induzir movimentos na direção da qualificação de espaços públicos em locais onde estão presentes em número reduzido ou sem qualificação, os Parklets estão visivelmente atrelados às lógicas do mercado e da expansão de sociabilidades atreladas ao consumo. Não à toa, os parklets tornaram-se uma das ações mais facilmente incorporadas da cartilha do urbanismo tático por cidades ao redor do mundo, ao internalizarem a própria lógica do urbanismo neoliberal (Kogan, 2016). Ações *bottom-up* como manifestação de uma lógica econômica *top-down*.

No caso dos Parklets Públicos, ou seja, Municipais, essa democratização é mais abrangente, não só por, a princípio, constarem nas 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo, mas por se instalarem em locais de grande fluxo de pessoas e próximos a equipamentos municipais. Todavia, dois desses Parklets - Subprefeitura da Sé e do Aricanduva - tiveram pedido de retirada por “mau uso”, principalmente com reclamações por conta de grupos como skatistas e “baderneiros”, sendo que o da Sé foi efetivamente desmontado. Por outro lado, os da Subprefeitura da Vila Mariana e do Butantã tiveram apropriações dos próprios moradores, usuários e comerciantes locais, como o cuidado e plantio da vegetação e acréscimo de alguns adornos. Portanto, a recepção dos Parklets Municipais foi diferente, e muitas vezes oposta, conforme a Subprefeitura em que estava instalado. Na Sé, um ponto central da cidade, em que a movimentação de pessoas era maior, e portanto de diferentes círculos de pessoas utilizavam, o incômodo foi gerado pela própria dinâmica do usufruir e estar no espaço público. Enquanto em outros lugares, a manutenção do espaço busca exatamente essa vivacidade.

No caso dos movimentos da Batata Precisa de Você e da #PaulistaAberta estiveram presentes diálogos com a prefeitura para que suas reivindicações sejam parte de uma política pública de ocupação da cidade, defendendo a requalificação destes espaços de forma permanente, com processos compartilhados de gestão. Faz parte da defesa dessa agenda urbana discutida, o direito de participar da construção das cidades, articulando espaços voltados para permanência e lazer, privilegiando as mobilizações coletivas com a construção de diálogos entre os participantes e busca de formas de convívio em meio a diversidade do público.

Apesar de São Paulo espacializar as mais intensas e diversas desigualdades, as manifestações de 2013 apontaram possibilidades de início de uma nova dinâmica na cidade. Em uma perspectiva de construção de uma cidade mais humana, somaram-se aos embates pautas como as cidades mercantilizadas, o espaço público como espaço de protesto, diálogo, reflexão, embates ideológicos, espaço também de trânsito, de violência, de desigualdades sociais, de luta por moradia, por lugar de fala de diferentes grupos sociais.

No entanto, os protestos não conseguiram manter sua potência ao longo do tempo, seja suas reivindicações políticas, que foram despedaçadas pós golpe de 2016, seja pelas reivindicações sociais que são objetos diretos de desmonte da

gestão paulista atual. Enquanto entusiastas destas ocupações defendiam o direito à cidade e uma gestão compartilhada de espaços públicos, setores privados assimilaram, à sua maneira, essas demandas em uma perspectiva econômica, incorporando à estabelecimentos privados o que antes eram demandas de cunho sociais. Com a mudança de gestão municipal em 2017, assumindo a prefeitura de São Paulo o empresário João Dória (PSDB), a agenda pública passou a se interligar com uma forte política econômica de clientelismo, baseada em parcerias público-privadas em que dedução de impostos se tornou moeda de troca para ações que deveriam fazer parte de uma agenda de política pública.

A desarticulação de grupos de oposição e o crescente fortalecimento de uma direita conservadora, refletem na situação atual dos movimentos analisados. No caso do Largo da Batata, o ano de 2017 foi de retrocesso na construção de diálogo com o poder público, constante diminuição da participação popular, desconstrução de mobiliários por falta de manutenção e mesmo atenção dos usuários na construção daquele espaço que inicialmente se propunha como um laboratório aberto de mobiliário urbano e gestão pública participativa. O Largo da Batata foi "re-inaugurado" em outubro de 2017 em uma ação da prefeitura e da Subprefeitura, após diversas ações retirando mobiliários construídos por moradores, remoção de jardins que estavam sendo cultivados desde o surgimento do movimento, e o chamado "banho estético e estrutural", com nova iluminação, árvores, troca de pisos, construção de novos mobiliários com uma arquitetura hostil. Estes com claro objetivo de inibição à utilização por moradores de rua e outros excluídos socialmente, grupo que teve sensível aumento nessa região após as operações caóticas na cracolândia. A implantação de um mastro de 33 metros de altura com a bandeira do Brasil simboliza, segundo assessores de Dória, que o Largo volte a ser de todos, se referindo à Batata Precisa de Você como um movimento de esquerda.

Enquanto a Paulista Aberta aos domingos se mantém, com ainda grande circulação de pessoas ao longo do dia, mas perdendo suas potencialidades enquanto espaço de debate político, se direcionando a um uso cultural, com ações de protestos pontuais realizadas pelos artistas durante suas apresentações ou pequenos grupos organizados, mas sem uma articulação e uma pauta agregadora como foi o caso de 2013 com o aumentos das tarifas. Já o programa Ruas Abertas como um todo está sendo desarticulado silenciosamente, com diversas denúncias de ações da prefeitura, como o não fechamento das ruas pelos órgãos responsáveis, sem nenhum aviso prévio ou explicação posterior.

O Decreto que regulariza os Parklets continua em vigor, bem como os processos para instalação de novos. Como a política de incentivo foi pontual (final de 2015 e durante 2016) e com o objetivo claro de construir apenas 32 Parklets Municipais, um por Subprefeitura, além da distribuição da cartilha e do Manual sobre o que são e como implementar os Parklets, ela cessou e não há previsão de uma política nos mesmos moldes.

No contexto nacional, a presidência de Michel Temer (PMDB) segue modelo semelhante definido pelo seu programa de governo chamado "Uma ponte para o futuro", de cunho fundamentalmente econômico, propondo projetos políticos que favorecem a economia mesmo sendo inconstitucionais. O cenário atual é de desmantelamento de direitos políticos, no qual as indignações coletivas que tomaram as ruas de 2013 foram substituídas por um silenciamento da população que assiste calada às mudanças. E, mesmo tendo aprovação popular perto de zero, o atual presidente é mantido no poder em nome de um bem econômico a longo prazo e a continuidade do processo democrático para o próximo ano, quando estão previstas as novas eleições federais.

A sugestão de Lefebvre (1991) a favor da mobilização social e da luta político-social como forma de reivindicar o direito à cidade parecia correto, e ainda o é, mas o desenrolar dos acontecimentos no caso brasileiro demonstra que há uma linha tênue entre um movimento de resistência e um movimento de continuidade da política vigente - essa que privatiza o acesso à cidade. É este último movimento que está ditando as políticas públicas, agora privatizadas, não apenas de São Paulo, mas do país como um todo.

Referências:

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013.** Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 18, n. esp., p. 41-47, 2014. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2694. Acesso em 23 de Dez. 2016.

ARORA, Payal. **Usurping public leisure space for protest: Social activism in the digital and material commons.** Space and Culture. vol. 18 Issue 1, p55-68, 14p, 2015.

CITY OF SAN FRANCISCO. **San Francisco Parklet Manual v.2.2 .** San Francisco, 2015. Disponível em: <www.pavementtoparks.org>. Acessado em 2 de novembro de 2017.

DESIGN WEEKEND. **Guia Oficial.** São Paulo, 2013. Disponível em: < http://designweekend.com.br/Content/Uploads/Images/Edicoes/guiadw2013.pdf >. Acessado em 2 de novembro de 2017.

GIANNELLI, Marcio Augusto. **A Batata precisa de insurgentes.** *Minha Cidade*, São Paulo, ano 17, n. 199.05, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.199/6426>. Acesso em 12 Jul 2017.

HARVEY, David. **The right to the city.** International Journal of Urban and Regional Research, v. 27, n. 4, p. 939-941, 2003. Disponível em: http://newleftreview.org/II/53/david- harvey-the-right-to-the-city. Acesso em 2 de Nov. 2017.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **Cidade: Modos de Fazer, Modos de Usar.** X Bienal De Arquitetura. Folder com a programação. São Paulo, 2014.

KOGAN, Gabriel. **Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal.** Cosmopolita. Disponível em: <https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>. Acessado em 2 de novembro de 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade.** Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991

LYNDON, Mike et al. **Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change.** Vol. 1, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1> . Acessado em 2 de novembro de 2017.

MARICATO, E.; **ARANTES, O.** ; VAINER, C. . A cidade do pensamento único. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1. 192p .

MARICATO, E. *et al***.** É a questão urbana, estúpido! Cidades rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013. Coleção Cibercultura.

ORTELLADO, Pablo ; POMAR, M. **; LIMA, L.** ; JUDENSNAIDER, E. . Os protestos de junho entre o processo e o resultado. Vinte centavos: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/252406/282809131-Pablo- Ortellado-os-protestos-de-junho-entre-processo-e-resultado-pdf.pdf. Acesso em 22 de Dez. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Manual Operacional para Implantar um Parklet em São Paulo.** Impresso do Brasil, 2014. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/parklets/>. Acessado em 2 de novembro de 2017.

OS TOREROS EM BELO HORIZONTE. CONSTRUINDO CAMINHOS NA CONTRAMÃO DAS RUAS DA CIDADE

ARAÚJO FILHO, TARCÍSIO P. (1)

1. Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Sociologia
tarcisioperdigao@gmail.com

RESUMO

Os toreros são vendedores ambulantes de Belo Horizonte que não possuem licenças ou salvaguardas legais de qualquer tipo e elaboram suas táticas de circulação e venda a partir das brechas que encontram em meio à operacionalização da fiscalização, entre negociações, esquivas e conflitos diários. São figurados e, por isso, definem-se, relacionalmente, como um dos principais adversários do ordenamento urbano em Belo Horizonte. Neste artigo discuto o tema das coletividades em torno do trabalho destes ambulantes contemporaneamente, debatendo as decorrências da hipótese da "crise das identidades" no mundo do trabalho, tendo em vista a forma como foram pensadas e constituídas tradicionalmente. Em seguida, mobilizo o tema das identidades sociais e memória coletiva, conceitos que proporcionam uma reflexão sobre sentidos de coletividade e pertença produzidos pela experiência de classe, mas que, muitas vezes, fica subsumido pelas narrativas das histórias oficiais elaboradas pelos grupos dominantes representados pelo Poder Público, grande mídia etc.

Palavras-chave: *Comércio ambulante; informalidade; identidades; memória coletiva*

1. Introdução

Este artigo traz reflexões e articulações conceituais em torno dos temas da identidade e da memória, de forma que ressaltem sua potência de inspiração teórica para a elaboração de minhas pesquisas sobre comerciantes ambulantes e suas tensões com o Estado. Os dados pelos quais elaboro minhas reflexões neste texto são decorrentes principalmente da minha pesquisa no âmbito do mestrado cujo produto foi a dissertação intitulada "A implementação da fiscalização urbana em Belo Horizonte: o trabalho dos auxiliares de fiscalização" (ARAÚJO FILHO, 2016b). Além disso, agora no âmbito do doutorado, permaneço estudando um tema adjacente, enfocando nas trajetórias e nas dinâmicas de trabalho de um grupo de comerciantes ambulantes da mesma cidade, os *toreros*, que desde a minha última experiência de pesquisa já me despertavam imensa curiosidade e atenção.

É justo dizer de início que a ideia de uma memória social (ou coletiva, como veremos) foi central para a elaboração dos meus projetos de pesquisa. Quando meus principais sujeitos de investigação eram os auxiliares de fiscalização - a principal força de trabalho empregada pela Prefeitura de Belo Horizonte para a operacionalização da fiscalização - busquei observar suas práticas de trabalho e reconstituir suas trajetórias sócio-laborais. O objetivo era compreender as políticas de gestão urbana e controle a partir de suas "pontas", seus pontos de contato com o público-alvo. Entre outros aspectos, elementos subjetivos destes trabalhadores (braçais, precarizados, invisibilizados, mal pagos) são positivados para a construção estratégica da fiscalização. Desta forma, para além dos discursos burocráticos, gerenciais e oficiais, busquei recontar a história e os modos de funcionamento da fiscalização vis-à-vis os trabalhadores do nível operacional, que vivenciam as dinâmicas e os dramas da "rua" junto dos comerciantes ambulantes, em uma relação de constantes negociações mútuas (ARAÚJO FILHO, 2014, 2016a, 2016b).

No doutorado, minha ambição investigativa toma um mesmo sentido: desenvolvo uma compreensão sobre a vida dos *toreros* entre o campo do privado e do público; entre particularidades e transversalidades. Essa perspectiva traz um paralelo às narrativas convencionais que se elaboram sobre essa população, que neste texto busco demonstrar. Por isso, este artigo também é produto analítico do constante trabalho de sistematização[1] das matérias jornalísticas produzidas acerca dos temas centrais e adjacentes aos meus interesses investigativos: a fiscalização, o comércio informal de rua e meus sujeitos de pesquisa principais atualmente, os *toreros*. E, afinal, quem são os *toreros*?

O significado deste termo nativo (referido tanto pelos agentes de controle, como pelos próprios sujeitos) está associado à persistência histórica de atuação deste subgrupo de vendedores ambulantes informais, segundo as variações da gíria local, como "vender na tora", "torar" ou "lugar torado". Designa diretamente, pela lógica das relações da rua, as práticas de trabalho e, assim, modos de vida específicos conectados à condição e à circunstância de se figurarem como sujeitos reiteradamente marginalizados.

Por se tratarem de indivíduos classificados, a princípio, por um tipo de atividade de trabalho marginalizado que desempenham, decorre a necessidade de um enquadramento que o reconheça como grupo social, uma vez que estes ambulantes são etiquetados primariamente como informais, irregulares, ilegais, a partir de seu conflito com o Estado. Indo além, é possível dizer sobre meus sujeitos de pesquisa que não só o pertencimento à classe trabalhadora informa sobre suas condições de vida. Tampouco o fato de integrarem o chamado mercado informal (universo bastante heterogêneo), mas o fato dos *toreros* se situarem às "margens da informalidade", como defendo neste artigo.

O seguinte extrato de caderno de campo escrito no momento em que realizava pesquisa empírica nas ruas de Belo Horizonte, ainda no âmbito do mestrado, demonstra a imagem que este grupo de trabalhadores de rua já representava ao pesquisador:

[1] Por meio da ferramenta *Google Alerta*, desde 2014, tenho mapeado publicações jornalísticas que remetam ao caso belo-horizontino sobre as questões do comércio ambulante, fiscalização urbana, Código de Posturas, *shoppings populares*, operações municipais de gestão urbana etc.

Toreros normalmente trabalham sozinhos ou em duplas, entretanto têm conseguido se agrupar em maiores quantidades principalmente na região do Hipercentro, nas esquinas e praças mais movimentadas, onde conseguem atuar em pontos mais ou menos fixos, apoiando suas mercadorias em cima de caixas de papelão (forjadas como bancadas improvisadas), ou expondo-as em panos estendidos no chão. Diferente dos camelôs ou feirantes (com referência na linguagem local), dificilmente estes vendedores conseguiriam se afixar com barracas de madeira ou metal, uma vez que a movimentação pelo espaço funciona, continuamente, como um método de escape das ações de apreensão. Por isso, os carrinhos-de-mão também são comumente utilizados por eles como instrumento de trabalho.

Nota-se que vendem mercadorias de vários tipos: bebidas frias, doces, salgadinhos, frutas, descascadores de legumes, unhas postiças, ratoeiras, *pen drives*, fones de ouvido, perfumes, máquinas de cortar cabelo, cigarros paraguaios, guardas-chuvas, toucas, brinquedos, panos de chão, cadarços, meias, óculos de sol, etc.

As táticas de venda também são diversas. Além das aglomerações de vendedores em meio à multidão nas regiões comerciais, também se notam as vendas nas janelas dos veículos parados no semáforo ("vendedores de sinal"), vendas dentro das estações de ônibus, abordagens feitas em mesas de bares, venda de bebidas alcóolicas em eventos culturais (apelidados como "caixeiros"), etc. [Extrato de caderno de campo - 2015]

A própria existência desse grupo deflagra a centralidade do caráter relacional presente na identificação das diversas (e por vezes confusas) denominações que compõem o grupo de vendedores informais, como: camelôs, feirantes, vendedores de *shoppings populares*, ambulantes licenciados (como os deficientes físicos[2]) etc. Cada qual se denomina, principalmente, por sua condição de realização da atividade, tendo como referência algum tipo de concessão institucional, tolerância, grau de formalização da atividade e, por efeito, o tipo de estratégia comercial que adotam. Os *toreros* são vendedores de rua que não possuem licenças ou salvaguardas legais de qualquer tipo, e elaboram suas táticas (no sentido de CERTEAU, 1994) de circulação e venda a partir da relação com o *outro*, o controle social: pelas brechas da fiscalização, negociações e conflitos diários. Definem-se, portanto, por esta relação, já que são figurados como um dos principais adversários do ordenamento urbano em Belo Horizonte.

Para o tipo de atividade comumente desempenhada pelos *toreros*, a fiscalização contra eles se respalda, a princípio, pela norma prevista no Código de Posturas, como "obstrução do logradouro público" (Lei 8.616, de 14 de julho de 2003). Entretanto, a proibição se reverbera moralmente por meio de outros discursos, representando a presença do trabalhador informal como "invasor"[3], como aquele que "tomou"[4] o espaço público e se tornou promotor da "desordem"[5] na cidade. Sua condição marginalizada está precisamente contextualizada e, em grande medida, explicada pela consolidação de um projeto de modernização da cidade: "o bem de todos", "desenvolvimento", "melhorias", "progresso". À luz de Benjamin (1994), é possível dizer que a construção de discursos que se fazem unívocos e

[2] Com referência à notícia "Prefeitura regulamenta trabalho de ambulantes com deficiência em BH", disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/14/interna_gerais,783519/prefeitura-regulamenta-trabalho-de-ambulantes-com-deficiencia-em-bh.shtml. Acesso em 10/10/2017.

[3] Com referência às notícias "Camelôs aproveitam brecha e falta de fiscalização e invadem as estações do Move", disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna_gerais,646163/camelos-voltam-de-carona-no-move.shtml; e "Invasão de vendedores conta com tolerância popular", disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna_gerais,646138/invasao-tem-tolerancia-popular.shtml. Acessos em 10/10/2017.

[4] Com referência à notícia "Ruas tomadas por ambulantes", disponível em: http://www.otempo.com.br/cidades/ruas-tomadas-por-ambulantes-1.1056942. Acesso em 10/10/2017.

[5] Com referência à notícia "Sindicalista teme volta da desordem com ação de ambulantes", disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/11/interna_gerais,646179/sindicalista-teme-volta-da-desordem-com-acao-de-ambulantes.shtml. Acesso em 10/10/2017.

consensuais consolida um tipo de história oficial sobre a cidade assentada na oposição entre vencedores e vencidos; aliados e adversários do progresso[6].

Sob esta leitura, se o mercado informal como um todo é visto como um "problema social" sério para a cidade, sob um ponto de vista gestionário, a atuação dos *toreros* representa a sua parte mais drástica. No contexto do trabalho informal, contrastam com os "incluídos" dos dispositivos de formalização e regulação, como os portadores de licenças, documentados como os microempreendedores individuais (MEI). Constarastam também com os comerciantes recentemente transferidos para os *shoppings populares,* que aderem, ainda que parcial ou relativamente, às medidas de integração via formalização das atividades que desempenham.

Destacam-se também por não fazerem parte de coletivos como associações ou sindicatos da "categoria" - da forma como abordaram Georges (2011), Sakai (2011), Policastro & Rivero (2005), entre outros – que lhes serviriam como mediadores diretos[7] com o Poder Público. As formas de "negociação" com o Estado operam por meio de outras formas de ação coletiva, menos programáticas do que as categorias assalariadas, embora mais espontâneas e, por vezes, também mais violentas. Um exemplo disso foram os protestos[8] ocorridos no Centro em julho de 2017, que duraram quatro dias seguidos e causaram enorme impacto na dinâmica da cidade, apesar do número relativamente baixo de manifestantes. Por isso, a

[6] Com referência 'a notícia "Força-tarefa para organizar Hipercentro de BH inclui segurança, retirada de camelôs e melhor infraestrutura", disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/03/28/interna_gerais,857634/forca-tarefa-para-hipercentro-de-bh-tera-seguranca-e-saida-de-camelos.shtml . Acesso em 10/10/2017.

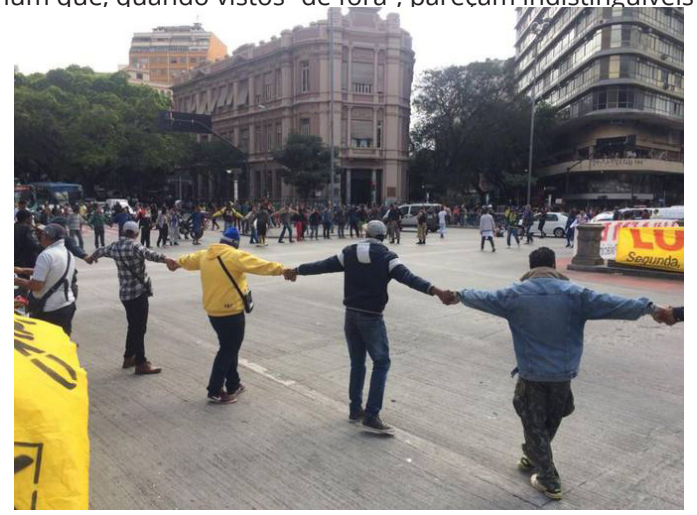
[7] É claro que não está descartada a possibilidade de que estes trabalhadores estejam enredados em esquemas clientelistas ou mercados de proteção, da forma pela qual Misse (2002) e Hirata (2010) têm apontado em suas pesquisas.

[8] Com referência à notícia "Grupo de camelôs defende permanência nas ruas de Belo Horizonte", disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/08/interna_gerais,882228/grupo-de-camelos-defende-permanencia-nas-ruas-de-belo-horizonte.shtml. Acesso em 10/10/2017.

sua relação inerentemente conflituosa com o Estado - ou pelo menos com sua "linha de frente", mais ou menos distante[9] dos *toreros* (ARAÚJO FILHO, 2016) - seja o prisma da delimitação dessa população como grupo social, e objeto de pesquisa.

Figura 1: Fonte: Jornal Estado de Minas (08/07/2017), foto tirada por Edesio Ferreira/EM/DA PRESS

É muito comum que, quando vistos "de fora", pareçam indistinguíveis dos demais



vendedores de rua. Entretanto, principalmente, diante das ações do Poder Público, despontam-se como um dos principais "inimigos" da Prefeitura e, nesse movimento, são sistematicamente apresentados como uma das faces do desregramento, ilegalidade, desordem. Em uma reportagem feita pelo Jornal Estado de Minas em 02/07/2017 sobre os crimes (furtos e assaltos principalmente) praticados na região central de Belo Horizonte, a "presença de camelôs" foi apontada por especialistas como um dos fatores que seriam "facilitadores da violência":

A desordem do espaço urbano é apontada pelo

[9] Encontra-se uma porosidade interessante entre a fronteira que separa estes grupos supostamente adversários, a tal ponto que salta aos olhos mais as proximidades sociais entre eles (em termos de origem social e trajetórias laborais) do que precisamente a seu distanciamento (ARAÚJO FILHO, 2016).

> *comandante de Policiamento Militar da Capital, coronel Winston Coelho Costa, como elemento complicador para controle da criminalidade. "Estamos tendo uma dificuldade maior de vencer (a criminalidade) no Centro. No número de roubos, por exemplo, delito que incomoda fortemente a população, a redução na cidade foi de 14%, enquanto na Região Central ficou em torno de 2%. Isso tem ocorrido por causa da intensa presença de camelôs e muitos grupos de moradores de rua, com criminosos infiltrados, na região", afirma. [...] A Prefeitura de Belo Horizonte, por sua vez, pôs em andamento um programa que ataca um dos fatores apontados como facilitadores da violência: a presença indiscriminada de camelôs. Com ele, pretende retirar os ambulantes ilegais das ruas e realocá-los.*[10]

Para além do peso das explicações "técnicas" sobre a correlação entre as taxas de criminalidade e a presença dos vendedores de rua, fica claro que estes representam a "desordem do espaço urbano", são contracorrente típica do desenvolvimento da cidade, às sombras da modernização.

No entanto, outros vendedores informais (os mais obedientes, por assim dizer) podem ser incluídos, por exemplo, no outro lado do espectro moral. Esses são vistos como típicos "batalhadores brasileiros" (SOUZA, 2010), ou mesmo "empreendedores", para lembrar as pesquisas realizadas por Rangel (2015), Carrieri (2014) ou Durães (2013), que demonstram a possibilidade de ascenção social como uma das dimensões da chamada "nova informalidade" (LIMA, 2013; LIMA & SOARES, 2002). Entretanto, em uma perspectiva ampla sobre um governo moral dos pobres (LAUTIER, 2014), esse jogo de classificações serve como forma de tornar a população de vendedores de rua legível (SCOTT, 1998), ao dintinguir os "maus pobres" dos "bons pobres".

[10] Com referência à notícia "Violência no Centro de BH teve quedo menor em relação ao resto da cidade", disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/02/interna_gerais,880741/violencia-no-centro-de-bh-teve-queda-menor-em-relacao-ao-resto-da-cida.shtml. Acesso em 03/10/2017.

Tanto discursos oficiais do Poder Público, quanto aqueles veiculados pela mídia, reproduzem essa diferenciação moral, que também se reverbera para o nível da formatação das medidas de controle. Trata-se de uma categoria mobilizada circunstancialmente, mas que ostenta materialidade permanente. Para aqueles que vivem a rotina "das ruas" – fiscais, auxiliares de fiscalização, guardas municipais, vendedores ambulantes de forma geral – essa distinção é bem marcada, justamente porque tem função classificatória para o histórico jogo de perde-e-ganha entre Prefeitura e vendedores de rua (ARAÚJO FILHO, 2016). Apesar de não estar escrita em folhas oficiais, está inscrita nas práticas e condiciona conflitos e vivências reais. Uma vez que alguns ganham certos acessos, via políticas públicas, outros necessariamente servirão de contraponto, tendo em vista a construção de uma pretensa legitimidade. O controle social, assim, tende a se intensificar e se focalizar em certos públicos alvo cada vez mais. Enquanto alguns seguem a proposta da Prefeitura e ocupam as vagas nos *shoppings populares* (o modo de formalização predominante atualmente), outros sentem o peso da repressão policial.

2. A identidade social como questão

Diante dessa reflexão, duas questões se despontam: dado o espectro das experiências como referência, o pertencimento ao grupo de *toreros* se desdobra em uma identidade específica? As condições que determinam as práticas reais de trabalho culminam também na formação identitária própria?

A partir da compreensão de como os sujeitos constroem a imagem de si como trabalhadores, é possível observar como constroem relações desse "eu" com os diferentes coletivos. Nesse sentido, também é importante analisar como se diferenciam de outros grupos, tanto "para fora" do universo de vendedores de rua (por exemplo, policiais, auxiliares de fiscalização, lojistas, trabalhadores); quanto "para dentro" (por exemplo, vendedores de barraca, vendedores de *shoppings populares*, feirantes). Dessa forma, a lógica da informalidade/formalidade (questão

bastante complicada de ser definida externamente ou a *priori*)[11], fica submetida à ordem criada entre os atores contextualmente e já não pode mais ser usada como referência classificatória unívoca.

Assim, para além de uma análise das identidades que se faça com base em parâmetros externos, é preciso, então, garantir que as referências tenham razões contextuais, tanto relacionais quanto biográficos, como indica Dubar (2009). Segundo essa perspectiva o autor afirma que o processo de formação de identidades está sempre conjugado a processos de dominação (configurando-se, assim, como uma forma de alteridade) e, em grande medida, fazem perpetuar formas específicas de identificação. Trata-se da conexão destas razões contextuais com as formações sociais mais amplas, históricas que, por sua vez, dão sentido às configurações (para lembrar ELIAS, 1994). Por exemplo, as formações das identidades empresariais, trabalhadoras e, possivelmente, das identidades dos vendedores ambulantes só podem ser entendidas enquanto subsumidas pela histórica dominação de classe.

Outra contribuição importante de Dubar (2009) para esta discussão diz respeito ao caráter móvel dos processos de identificação, dada sua origem histórica e, portanto, não essencial. O autor levanta a tese de que vivenciamos contemporaneamente uma "crise das identidades", já que nenhuma configuração das formas identitárias parece ter adquirido legitimidade universal e automática, ou mesmo reconhecimento consensual. Segundo ele:

> *À semelhança das crises económicas, as crises de identidade podem ser pensadas como perturbações de relações relativamente estáveis entre elementos estruturantes da actividade (produção e consumo, investimentos e resultados, etc.). A actividade aqui posta em causa é a identificação, isto é, o facto de categorizar os outros e si próprio. (DUBAR, 2009, p.15)*

[11] Debates já longamente realizados em importantes trabalhos como os de Telles (2010), Lima e Soares (2002), Machado da Silva (2002), Lautier (1997), Costa (2010), Azais (2012) entre outros.

A tese da "crise das identidades" traz um ponto de vista para o entendimento sobre transformações contemporâneas importantes, caracterizadas como fraturas ou rompimentos dos equilíbrios e formas de vínculo social antes dominantes. Segundo o autor:

> *Se se introduz a hipótese de que cada período de equilíbrio relativo, de crescimento contínuo e de regras claras, de política estável e de instituições legítimas se faz acompanhar dum conjunto de categorias partilhadas pelo maior número de pessoas, dum sistema simbólico de designação e de classificação fortemente interiorizado, então a ruptura deste equilíbrio deve constituir uma dimensão importante e específica da crise. A mudança de normas, de modelos, de terminologia provoca uma desestabilização das referências, das denominações, dos sistemas simbólicos anteriores. (DUBAR, 2009, p.15)*

A crise segundo Dubar não está associada especificamente à crise econômica que assola o capitalismo global desde 2008 (e no Brasil mais fortemente desde 2013). Diz respeito, no entanto, a um processo mais duradouro, de abalo aos vínculos sociais que pode ser vista desde o neoliberalismo, mas também, de forma mais ampla, desde o advento da modernidade, o que Benjamin (1994) chamou de aniquilamento da experiência coletiva.

A perspectiva de Dubar (2009) remonta ao argumento de Tonnies (1978) e aprofundado por Weber (1976, 1991) sobre a substituição das formas sociais "comunitárias" por formas "societárias", um processo de fortalecimento do "eu" em detrimento do "nós". O universo da informalidade, em sua própria constituição, e com toda sua heterogeneidade humana, apresenta contradições resultantes deste longo processo representado pelos "amores tumultuados entre o Estado e a economia informal" (LAUTIER, 1997), fenômeno possibilitado pelo processo de individualização imbricado às formas de integração social. Observa-se, como um exemplo bastante generalizado nas grandes cidades latino-americanas, uma radical marginalização de uns (os *toreros*, por exemplo), simultânea a um precário

e complexo processo de empresariamento da atividade para outros, o que se realiza de forma praticamente imposta, como o caso dos novos "transferidos" para os *shoppings populares*[12] de Belo Horizonte.

A literatura especializada ainda demonstra outras ambivalências. Por um lado, autores como Rangel (2015), Freire da Silva (2014) e Machado da Silva (2002), demonstram que na contemporaneidade as relações estabelecidas no campo do comércio popular revelam estar menos pautadas em mediações coletivas, ao passo que naturalizam as percepções sobre o caráter da flexibilidade e insegurança do trabalho desregulamentado. Por outro lado, normaliza-se também o conflito junto às agências de controle do Estado, pela qual a repressão sequer precisa ser justificada, mas se autolegitima (LAUTIER, 1997).

No mesmo sentido, Freire da Silva (2014), Hirata (2010, 2015), Alba & Labazée (2014) e Sakai (2011) explicitaram ambiguidades da gestão dos espaços urbanos, em suas respectivas realidades empíricas, confluentes para a manutenção de certo padrão de circulação monetária, produção do espaço e do campo político em si. Ao mesmo tempo, esta realidade marca profundamente as vidas desses trabalhadores de rua, conformando a capacidade de negociação constante com o Estado como um saber-fazer típico do *métier* do ambulante (ARAÚJO FILHO, 2016; MAFRA, 2005; PIRES, 2010), inclusive quando, frequentemente, é pressionado a participar de "mercados de proteção" para se sustentar na atividade (MISSE, 2002).

Assim, é preciso analisar como se situam os *toreros* de Belo Horizonte neste enredo, levando-se em conta, inclusive, o que as relações estabelecidas revelam sobre articulações mais amplas, próprias do capitalismo e suas contradições contemporâneas. Ainda que se reconheça a veemência da tese da crise das identidades, outras chaves de interpretação como gênero, raça, território, classe social, entre outros, podem ainda indicar uma compreensão interseccional

[12] Com referência à notícia "Camelôs de Belo Horizonte não querem shopping popular", disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/06/23/276-camelos-de-belo-horizonte-nao-querem-shopping-popular/. Acesso em 10/10/2017.

(HIRATA, 2014) sobre os lugares sociais e os horizontes de ação destes sujeitos. Assim, torna-se possível apreender as percepções práticas e os sentidos subjetivos do trabalho ambulante em suas vidas para a "construção de si" (DUBAR, 2012), considerando as disposições e papéis sociais de tipos diversos, sempre postos diante dos contextos sociais pelos quais eles se formam e fazem valer.

3. Reconstituindo memórias e coletividades

Feitas essas considerações, a recuperação da memória coletiva (no sentido atribuído por HALBWACHS, 1990) do grupo de ambulantes à margem dos planos de modernização da cidade aponta-se como alternativa narrativa para a história oficial (simplista, mecânica, reificadora).

Para Halbwachs (1990), toda memória está baseada nos laços que constituímos ao longo de nossa trajetória. Até nossas lembranças mais particulares se comunicam com outras mentes através de representações, linguagens, ideias compartilhadas. Segundo ele, "[...] em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem." (p. 20). O autor chega a dizer, inclusive, que podemos reconhecer algum espaço sem mesmo ter já o visitado. Instigado por questões semelhantes, Pollak (1992), outro importante pensador da temática da memória, explica que as imagens criadas por outras pessoas em outros tempos se incorporam à formação de nossas lembranças, as lembranças "vividas por tabela". Deste ponto parte a reflexão proposta.

"Nossa memória não é tábula rasa" (p. 21), diz Halbwachs (1990). Reconstituímos nosso passado através de um misto do que entendemos como nossas experiências particulares e das referências que vêm de fora. A conexão de nossas lembranças com a de outros indica a existência de certa harmonia de significados e sentidos, designa então nossa identificação com certo grupo social. O autor chama a atenção para a importância do compartilhamento de experiências entre membros de um

grupo para a criação das "comunidades afetivas", o que remete às contribuições de Thompson (1987) sobre a relação necessária entre a formação das classes sociais e as experiências coletivas. Dessa perspectiva, os compartilhamentos de interesses tornam-se fator determinante para a compreensão dos sentimentos de pertença dos sujeitos a seus coletivos, assim como sua oposição a outros. Em uma época em que o individualismo se hegemoniza (SENNET, 2006), essas conexões podem ficar invisibilizadas, incompreendidas.

A dimensão espacial é muito cara para o argumento de Halbwachs (1990): "Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial" (p. 143). As diversas formas de coletividade estão impregnadas na formação dos espaços, assim como em suas dinâmicas de transformação. O autor lembra que a convivência em um espaço comum se constitui como um dos fatores principais para a formação dos grupos e suas identificações coletivas. As atividades exercidas cotidianamente, por exemplo nos calçadas e praças, geram lembranças compartilhadas e se materializam pelos usos dos espaços, como inscrições sociais.

Inspirado em Halbwachs, identifico em Belo Horizonte uma espécie de ética na sociabilidade vivida na "rua" que alcança comerciantes, auxiliares de fiscalização, clientes, entre outros. Entre conflitos e confluências, alinha os termos das negociações entres estes atores sociais para a composição da normalidade rotineira (ARAÚJO FILHO, 2016). A imagem compartilhada deste espaço pode representar, inclusive, a própria identificação coletiva ligada a uma sociabilidade típica. Isso se torna visível pelo efeito de metonímia presente na expressão "trabalho de rua" que, relativamente, agrega todos os indivíduos cujos trabalhos dependem deste espaço comum e suas "regras de convivência", incluindo (ao mesmo tempo) os ambulante e seus fiscalizadores. Estes trabalhadores referem-se à "Rua" com certa compostura, evocando-a como uma espécie de entidade simbólica dessa coletividade cujas contradições são evidentes, entre violências e liberdades. Esta representação empírica conecta, inclusive, com a imagem personificada da rua feita pelo cronista e *flâneur* João do Rio (2007) em *A alma encantadora das ruas*:

> *Se a rua é para o homem urbano o que a estrada foi para o homem social, é claro que a preocupação maior, a associada a todas as outras idéias do ser das cidades, é a rua. Nós pensamos sempre na rua. Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e de difamação — idéias gerais — até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, idéias particulares. (p. 25)*

Nesse sentido, a "rua" não está acima dos indivíduos, não delimita as subjetividades, por outro lado, sua imagem deve ser entendida como produto dialético entre a sociabilidade e e sua representação.

O uso e pertencimento ao espaço urbano é sempre alvo de disputa, o que fica evidente na composição da história dos espaços, desde suas representações concorrenciais, narrativas múltiplas. Pollak (1989) reforça esta perspectiva: o passado, assim, não é fixo, sua representação depende intrinsecamente de uma interpretação realizada pela lupa do tempo presente; e, por isso, pode ser entendido como objeto de disputa identitária. É preciso dizer ainda que a individualidade não se ausenta nesse argumento. Em suma, Halbwachs afirma que "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios." (HALBWACHS, 1990, p.51).

No caso dos vendedores de rua em Belo Horizonte, esse aspecto fica bastante notável, devido à heterogeneidade de práticas e condições de trabalho encontradas nesse universo virtual identificado simplesmente como "comércio informal" ou "comércio ambulante". Dentre essa variedade de pontos de vista, algumas perspectivas se articulam bem com as histórias oficiais; enquanto outras ficam de fora do projeto de enquadramento hegemônico e tornam-se inaudíveis, silenciadas, ou subterrâneas, para usar a expressão de Pollak (1989). Assim, dificilmente estas perspectivas se solidarizam.

Ao mesmo tempo em que todo o cotidiano de trabalho, conflitos e resistências foi vivido (e, possivelmente, é entendido) de formas diversas, os elementos de vivência comuns e compartilhados podem parecer impalpáveis aos sujeitos. O ponto de vista desses autores, portanto, politiza a memória ao conecta-la à dimensão da formação identitária. Pollak chama a atenção para um "trabalho de enquadramento da memória", a elaboração política de uma memória coletiva, e ressalta os efeitos da oficialização da história dos grupos sociais:

> *[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (POLLAK, 1992, p. 7)*

Essa dimensão se torna uma das mais importantes características da memória quando está ligada à constituição de identidades. Ela indica a possibilidade de encerramento da identidade de um grupo em algum lugar social essencializado. Trata-se do risco do congelamento de identidades a funções ou lugares sociais específicos. Isso pode ocorrer não pela realização de supostas coerências e unidades criadas internamente na vida em grupo (como uma espécie de solução definitiva às disputas e contradições), mas como efeito de poder, ou de dominação, para usar o termo escolhido por Dubar (2009).

Tal elaboração teórica instiga a pensar sobre a produção de certa hegemonia. No caso da história dos vendedores ambulantes em Belo Horizonte, observa-se que o Poder Público, a grande mídia e as organizações do setor comercial formal esforçam-se arduamente por reproduzir e consolidar certa imagem sobre este público (JESUS & LOTT, 2007; CARRIERI et al, 2011). Assim, esses agentes agem pela determinação de sua pretensa essência, simplificando sua heterogeneidade, seu passado, suas possibilidades futuras a uma versão dos fatos e certamente a um lado da história. O que mais marca a identificação "pública" (no sentido de seu reconhecimento para com os outros, ou de sua imagem perante ao Estado) deste grupo social é sua posição como desviante: ideologicamente contrói-se um status de "informal" preponderante à condição de trabalhador.

Por exemplo, é notável o esforço da mídia e da Prefeitura em sustentar uma história inquestionável de que a partir do ano 2016 os ambulantes teriam "invadido" as ruas devido à crise econômica. Na medida em que cresceu expressivamente o número de ambulantes disputando as calçadas (entre novatos e os experientes, e entre os que se engajam de forma intermitente ou constante), criou-se a seguinte imagem para legitimar as operações urbanas de fiscalização: todos, genericamente, são produtos da crise econômica atual e o trabalho informal é a saída natural para o desemprego[13]. Dessa forma, fixam-se sujeitos, relações e lugares sociais.

Sem ignorar a histórica relação entre a informalidade e o desemprego estrutural, o que está em jogo, entretanto, é um deliberado esforço de legitimação de combate ao comércio ambulante nas ruas por uma via única e já convencional nos centros urbanos latinoamericanos: a tradicional combinação de transferência de parte dos vendedores informais para *shoppings populares* e a intensificação das ações repressivas para a outra parte. Em Belo Horizonte o programa de ações formalizou-se como Plano de Inclusão Produtiva dos Camelôs e conta também com a promoção de cursos gratuitos de capacitação pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), voltados para o desenvolvimento da capacidade comercial e empreendedorismo. Em algumas publicações jornalísticas os trabalhadores recentemente alocados nos *boxes* passaram até mesmo a ser denominados de forma automática como "ex-camelôs"[14], sendo considerados

[13] Com referência à notícia "Informalidade é saída para desemprego", disponível em: http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=informalidade_e_saida_para_desemprego&id=172092. Acesso em 10/10/2017.

[14] Com referência à notícia "Só metade das vagas para camelôs é preenchida; prazo se encerra nesta terça", disponível em: http://hojeemdia.com.br/horizontes/s%C3%B3-metade-das-vagas-para-camel%C3%B4s-%C3%A9-preenchida-prazo-se-encerra-nesta-ter%C3%A7a-1.546068. Acesso em 10/10/2017.

genericamente como aspirantes ao empreendedorismo. Segundo um dos sócios proprietários de alguns dos *shoppings* que recebem estes trabalhadores:

> *[...] todos os camelôs poderão receber cursos de capacitação do Sebrae, que tem uma sede na unidade do Centro, além de poder ter acesso a máquinas de cartão de crédito da Caixa Econômica Federal, para alavancar as vendas. Por meio da Fundação Doimo, parceira no projeto da PBH, os vendedores também poderão comprar mercadorias mais baratas sem atravessadores, diferentemente do que ocorria. "Esse não é um projeto de realocação dos camelôs, mas sim de empreendedorismo social. Em um primeiro momento, eles serão acolhidos e, aos poucos, vamos oferecer oportunidade para que mudem a matriz econômica", afirma.*[15]

Ainda, outras estratégias discursivas foram utilizadas. Em uma pesquisa[16] realizada em Abril de 2017, pela própria Prefeitura de Belo Horizonte para traçar o perfil geral dos ambulantes da cidade, revelou-se que apenas 20% dos entrevistados têm tradição no mercado informal, 85% desejam fazer curso de capacitação profissional e 75% têm interesse em trabalhar em *shoppings populares*. Sem entrar no mérito das condições de realização deste levantamento de dados (que não foram explicitadas nas publicações), a partir desse perfil traçado superficialmente, acomoda-se, portanto, um quadro bastante viável para a implementação da operação de "inclusão profissional" (como propagandearam) posta em andamento a partir de Julho de 2017. Este levantamento de dados serviu como material a ser circulado pela mídia como uma espécie de premissa para as políticas públicas. A atividade de comércio ambulante é assim genericamente explicada e determinada apenas como saída ao insucesso no mercado formal. O perfil ressaltado pelo levantamento torna-se mais um elemento que constrói a legitimidade das operações urbanas, endossando discursivamente não só a necessidade delas, mas também a forma de ação elegida pela Prefeitura e negociada com outros gupos dominantes.

Ao mesmo tempo, estes trabalhadores também são frequentemente enquadrados como malandros, sonegadores de impostos e concorrentes desleais, como sustentam principalmente os representantes da Câmara dos Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), instituição que se vangloria por representar sua classe e por "agir contra camelôs" desde sua fundação na década de 1960[17]. A participação da CDL-BH para a elaboração discursiva sobre os ambulantes deve ser ressaltada, já que seus representantes são chamados frequentemente à mídia para prestarem declarações sobre a questão. Ademais, também dispõem de um histórico poder de barganha com a Prefeitura, podendo cobrá-la e reivindicar intervenções diretamente com as instituições policiais, secretarias municipais e gabinete do Prefeito[18].

Ainda assim, a adesão à solução imposta pelo Poder Público frustrou as expectativas criadas: menos da metade das vagas[19] para os *boxes* em *shoppings populares* de Belo Horizonte disponibilizadas[20] pela operação urbana foi ocupada no primeiro

[15] Com referência à notícia "Camelôs começam a trabalhar hoje em bancas do Shopping Uai, no Centro de BH", disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/11/interna_gerais,882700/camelos-comecam-a-trabalhar-hoje-em-bancas-do-shopping-uai.shtml. Acesso em 10/10/2017.

[16] Com referência à notícia "Pesquisa da Prefeitura mostra quem é a nova geração de ambulantes que invadiu BH", disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/22/interna_gerais,864059/pesquisa-da-prefeitura-mostra-quem-e-a-nova-geracao-de-ambulantes-que.shtml. Acesso em 10/10/2017.

[17] Com referência ao texto publicado no site oficial da CDL-BH, disponível em: http://www.cdlbh.com.br/portal/335/Quem_Somos/Sua_Historia. Acesso em 10/10/2017.

[18] Com referência à notícia "Retorno dos camelôs ao Hipercentro", disponível em: http://www.cdlbh.com.br/portal/4523/Noticias_CDL_BH/Retorno_dos_camelos_no_Hipercentro. Acesso em 10/10/2017.

[19] Com referência à notícia "Só metade das vagas para camelôs é preenchida; prazo se encerra nesta terça", disponível em: http://hojeemdia.com.br/horizontes/s%C3%B3-metade-das-vagas-para-camel%C3%B4s-%C3%A9-preenchida-prazo-se-encerra-nesta-ter%C3%A7a-1.546068. Acesso em 08/10/2017.

[20] A distribuição das vagas foi realizada mediante sorteio (transmitido ao vivo pela internet)

mês da operação, e no segundo mês restaram apenas 18% do número total de *boxes* sendo utilizados[21]. Grande parte dos vendedores transferidos desistiu da adesão devido ao baixíssimo volume de vendas[22] e, provavelmente, voltaram aos seus antigos pontos de venda nas calçadas, onde conseguem maiores rendimentos, apesar de se depararem com uma fiscalização a cada dia mais acirrada.

4. Considerações finais

A narrativa oficial não se abala com facilidade. Pouco se reconhece publicamente a necessidade de repensar as medidas tomadas, ou mesmo diversificar as alternativas para a porção de pessoas que, de fato, não encontrou outra escolha de trabalho plausível se não o comércio ambulante informal. Reforço ainda que essa construção de narrativa ativa formas de classificação circunstanciais, porém concretas, que passam a ser base para a operacionalização das políticas públicas. Este se torna o mote para pensar os *toreros* como grupo social.

Com referência à construção de uma história cujo enredo, cenários e os papéis já estão pré-determinados, quaisquer outros significados e sentidos que possam ser atribuídos às práticas de trabalho e aos modos de vida ficam subjugados, apagados em grande medida. Certamente, não há como ver outra coisa senão a história convencional, dos "vencedores", a não ser que nos coloquemos dispostos a "escovar a história a contrapelo", como diria Benjamin (1987, p. 225). Segundo Pollak (1989, p.7): "Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado."

Uma vez ativadas, as memórias servem para desmistificar a separação entre os carácteres privado e público das histórias contadas (CABANES, 2011), além das experiências individuais das coletivas, quando pensadas do ponto de vista dos conflitos urbanos. Nesse ponto, os vieses das identidades sociais e memória caminham juntos, enquanto a pesquisa pretende compreender por quais pontos de encontro os indivíduos se conectam com grupos e com a sua própria história. O desvelamento da experiência coletiva indica como os sujeitos vivem sua situação de classe (THOMPSON, 1987) que foge drasticamente aos moldes tradicionais de identidade de classe trabalhadora, categorias profissionais organizadas, modos de ação coletiva, estratégias de luta etc.

Muito ainda se veicula na mídia, em tom de denúncia, sobre as táticas recentes de esquiva do *toreros*, como os que passam a ocupar os bairros próximos do Centro[23], os terminais de ônibus[24], ou mesmo as cidades próximas a Belo Horizonte[25]. Se em um ponto de vista esta esquiva pode ser entendida como a efetividade das medidas de controle que "limparam" o Centro; por outro lado, demonstra que esta população vem construindo caminhos na contramão. A luta diária dos ambulantes é pelo próprio trabalho. A mensagem passada nas palavras de ordem gritadas nos protestos de Julho é clara: "QUEREMOS TRABALHAR!".

entre os vendedores cadastrados pela Prefeitura. Os ambulantes se dirigiam aos postos de cadastramento ou eram abordados nas ruas enquanto trabalhavam. Depois do sorteio, o ambulante deveria se dirigir aos postos da Prefeitura e assinar o termo de interesse para ter o direito de ocupar o *box* que lhe foi destinado.

[21] Dado disponível na reportagem "Dois meses depois onde estão os camelôs de Belo Horizonte?" em: https://www.brasildefato.com.br/2017/09/12/dois-meses-depois-onde-estao-os-camelos-de-belo-horizonte/. Acesso em 08/10/2017.

[22] Idem.

[23] Com referência à notícia "Aumento de camelôs em bairros fora do Centro irrita lojistas", disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/02/interna_gerais,888535/aumento-de-camelos-em-bairros-fora-do-hipercentro-irrita-comerciantes.shtml. Acesso em 08/10/2017.

[24] Com referência à notícia "Expulsos do Centro, camelôs migram para as estações do Move da capital", disponível em: http://hojeemdia.com.br/horizontes/expulsos-do-centro-camel%C3%B4s-migram-para-as-esta%C3%A7%C3%B5es-do-move-da-capital-1.564069. Acesso em 10/10/2017.

[25] Com referência à notícia "Fiscalização de ambulantes começa com apreensões em Divinópolis", disponível em: https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/fiscalizacao-de-ambulantes-comeca-com-apreensoes-em-divinopolis.ghtml. Acesso em 10/10/2017.

Para além das ações coletivas que insurgem, como os protestos mencionados acima, é preciso estar atento às formas de agência menos dependentes de coordenações coletivas e de apelo simbólico, as chamadas *formas cotidianas de resistência* (SCOTT, 2011), que no caso dos *toreros* se fazem explícitas pela dissimulação com relação às taxativas regras da fiscalização, a persistência do trabalho nas calçadas e a sistemática recusa aos estreitos caminhos para a integração oferecidos pelo Poder Público. Apesar de fragmentadas, basicamente são produto da capacidade inventiva de cada trabalhador para a mobilidade e negociação (ARAÚJO FILHO, 2016), e representam ainda uma questão de ordem coletiva já que é comum aos pares e, no limite, tem o conflito de classes como pano de fundo.

Portanto, indo além da tese de crise das identidades de que fala Dubar (2009), é preciso voltar a reconsiderar novas formas de coletividades existentes nessa nova configuração social, mesmo em um cenário, de certa forma, estranho para uma ciência social que, muitas vezes, se prende em suas bases mais ortodoxas. Entendendo o mundo do trabalho como um universo sempre cambiante, e a classe social como efeito das experiências coletivas, é possível, ainda, se surpreender com novos sensos de coletividade.

Bibliografia

ARAÚJO FILHO, T. **P. Burocratas do nível de rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado.** ÁSKESIS, v. 3, p. 45-57, 2014.

_____. **A linha de frente da fiscalização de práticas urbanas em Belo Horizonte: entre a discricionariedade e o empreendedorismo moral.** In: Antônio Dimas Cardoso; Domingos Vaz; Luís Baptista. (Org.). CIDADE GLOBAL: Segregação e Espetáculo. 1ed.Montes Claros: Editora Unimontes, 2016a, v., p. 275-297.

_____. **A construção de um controle negociado: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). CECH – UFSCar, 2016b.

AZAÏS, C. **As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. I**n: AZAÏS, Cristian; Kessler, Gabriel; Telles, Vera da S. (org.), Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABANES. **R. Qual dialética é possível entre o espaço público e o privado?** In CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera da S., Saídas de emergência, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 437-459.

CARRIERI, A. **P.;** MURTA, I. B. D.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MENDONÇA, M. C. N. **Cleaning up the city: a study on the removal of street vendors from downtown Belo Horizonte, Brazil**. Canadian Journal of Administrative Sciences, v. 28, n. 2, p. 217-225, 2011.

COSTA, M. **da S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Apr. 2010

DUBAR, C. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação.** Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2009.

DURÃES, B. **Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação.** Salvador. EDUFBA, 2013.

JESUS, C. **R.** de; LOTT, W. P. **O código de posturas e o discurso competente: estudo de caso de Belo Horizonte.** Anais do II seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo social, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.

LAUTIER, B. **O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina.** Cad. CRH, Salvador , v. 27, n. 72, p. 463-477, Dec. 2014 .

_____. **Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal.** In: Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro: IEC, ano II, nº 01 - 1997.

LIMA, J. **Nova Informalidade.** In: Anete Brito Leal Ivo. (Org.). Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas. 1ed.São Paulo: Annablume, v. 1, p. 330-336. 2013.

LIMA, J. **C.;** SOARES, M. J. B. **Trabalho flexível e o novo informal.** Caderno CRH, Salvador, 37(3), p. 163-180, 2002.

LIPSKY, Michael. **Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services.** Russell Sage Foundation, New York, 1980.

MACHADO DA SILVA, L. **A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho.** Caderno CRH, 37: 81-109. 2002.

MAFRA, P. **D. A "pista" e o "camelódromo": camelôs no Centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).** Museu Nacional - UFRJ, 2005.

MISSE, M. **O Rio como um bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política.** Insight Inteligência (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.18, p. 68-79, 2002.

POLLAK, M. **Memória e identidade social.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio.** *Estudos Históricos*, V. 2, N. 3, p. 3-15, 1989.

RANGEL, F. **O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2015.

SAFFIOTI, H. **I.** B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SCOTT, J. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed.** New Haven, Conn.: Yale University Press, 1998.

_____. **Exploração normal, resistência normal.** Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 5, p. 217-243, 2011.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter.** 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, V. **da S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

THOMPSON. **E.** P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Vol. 1, A Árvore da. Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONNIES, F. **Estamentos e Classes.** In IANNI, O. (org). Teorias de estratificação social: leituras de sociologia. São Paulo: Ed.Nacional, 1978.

WEBER, M. **Classe, Status, Partido.** In In VELHO, O.G; PALMEIRA, M.G.S; BERTELLI, A.R. (orgs) Estrutura de classes e estratificação Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. *Economia e Sociedade***: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Brasília: Editora da UNB, 1991.

PLATAFORMA IND. ATLAS: Cartografando redes

NEGRÃO, FERNANDA N. (1); BUBANTZ, MARIANA (2); BRITO, MICHELE (3)

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design. Rua Paraíba, 697, sala 500, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil - CEP: 30130-141
fn.nobre@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design. Rua Paraíba, 697, sala 500, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil - CEP: 30130-141
maribfantecelle@gmail.com

3. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design. Rua Paraíba, 697, sala 500, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil - CEP: 30130-141
mibritom@gmail.com

RESUMO

O grupo de investigação Indisciplinar da Universidade Federal de Minas teve início em 2012 já com o propósito de investigar ações do Estado-capital neoliberal no território de Belo Horizonte e Região Metropolitana, bem como os processos de resistência a essas ações, visando sempre a defesa dos bens comuns urbanos. Durante os anos de atuação do grupo, o método de trabalho se fundamentou na teoria ator-rede (TAR) desenvolvida por Latour (2005), no conceito de cartografias proposto por Deleuze e Guattari (1996) e nas posições políticas de Hardt e Negri (2009). No artigo Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Método, Ativismo e Tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos, Rena, Sá, Brandão e Franzoni (2016), ao relatarem o desenvolvimento e consolidação do método de investigação do grupo, questionam a noção de imparcialidade no fazer científico ao criticarem a distância entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, posição muito comum na academia. Assim, defendem uma participação ativa em que o pesquisador atua na transformação de uma realidade, ao mesmo tempo em que é, também, por ela transformado. Além, há um preocupação em especial com a função do arquiteto nessa esfera, visto a sua relação direta com a produção do espaço. O grupo, em parceria com outras equipes de pesquisas e voluntários, atua no auxílio da argumentação assim como na assessoria técnica do contexto projetual nas áreas em questão. Ou seja, o grupo afirma e pesquisa a existência dos conflitos urbanos territoriais contemporâneos, e através da aplicação da metodologia própria com base na cartografia se propõem como um grupo de investigação.

Palavras-chave: *plataforma tecnopolítica; cartografia; metodologia; IndAtlas.*

Introdução

O grupo de investigação Indisciplinar da Universidade Federal de Minas teve início em 2012 já com o propósito de investigar ações do Estado-capital neoliberal no território de Belo Horizonte e Região Metropolitana, bem como os processos de resistência a essas ações, visando sempre a defesa dos bens comuns urbanos. Durante os anos de atuação do grupo, o método de trabalho se fundamentou na teoria ator-rede (TAR) desenvolvida por Latour (2005), no conceito de cartografias proposto por Deleuze e Guattari (1996) e nas posições políticas de Hardt e Negri (2009).

No artigo Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Método, Ativismo e Tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos, Rena, Sá, Brandão e Franzoni (2016), ao relatarem o desenvolvimento e consolidação do método de investigação do grupo, questionam a noção de imparcialidade no fazer científico ao criticarem a distância entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, posição muito comum na academia. Assim, defendem uma participação ativa em que o pesquisador atua na transformação de uma realidade, ao mesmo tempo em que é, também, por ela transformado. Além, há uma preocupação em especial com a função do arquiteto nessa esfera, visto a sua relação direta com a produção do espaço.

Assim, as atividades do Indisciplinar imbricam teoria e prática e compreendem processos de articulação cotidiana com diversos atores que constituem a produção do espaço nas metrópoles como: Movimentos Sociais, Ambientais e Culturais; Grupos de Pesquisa e Extensão; Ministério Público; Defensoria Pública; Poderes Legislativo e Executivo, Grupos de Pesquisa, dentre outros. Trata-se, portanto, de um grupo de investigação acadêmico, mas essencialmente militante, onde os atores e pesquisadores se envolvem politicamente com as lutas territoriais em defesa de uma cidade mais justa. As frentes de ação do grupo envolvem tanto processos destituintes contra o urbanismo neoliberal em suas muitas dimensões expropriadoras do patrimônio público, quanto em processos constituintes/ instituintes de novos espaços engendrados pela coletividade, autonomia cidadã em defesa do bem comum (material e imaterial), em uma abordagem transversal e indisciplinar.

1. Ciclos do indisciplinar

No artigo já citado de Rena, Sá, Brandão e Franzoni (2016), as autoras relatam os dois ciclos pelos quais o Indisciplinar passou desde sua criação até sua data de publicação, sendo que em ambos os ciclos o grupo se concentrou na investigação de processos de grandes projetos urbanos que atingem uma extensa área da cidade. Paralelamente, enquanto que as resistências se dão em nível estritamente local, sendo prejudicadas por não compreenderem toda a complexidade do fenômeno contra o qual resistem.

> *O que importa, geralmente, nesses processos, é simplesmente a valorização imobiliária, como ocorre em parcerias público-privadas resultantes de Operações Urbanas, que transformam a terra urbana em títulos negociados nas bolsas de valores. Arquitetos e urbanistas, pesquisadores das universidades, podem e devem ter uma atuação direta nesses conflitos, já que, em muitos casos, são ativados processos de resistências de âmbito estritamente local, que disputam com o Estado-capital em posição de desvantagem, visto que não conseguem compreender as dinâmicas regionais ou macrorregionais nas quais estão envolvidos. (RENA; SÁ; BRANDÃO; FRANZONI, 2016, p. 2)*

O primeiro ciclo compreende os anos de 2012 a 2014, nos quais se destaca a atuação do grupo em uma rede de oposição à Operação Urbana Consorciada Nova BH - posteriormente denominada ACLO (Antônio Carlos + Leste-Oeste). A OUC ACLO tratava-se de uma parceria público-privada que propunha intervenções em uma extensa área do município. A rede era composta por movimentos de resistência locais, como o Duelo de MCs, a Praia da Estação e os moradores da Vila Dias, que seriam diretamente atingidos pela Operação Urbana Consorciada,

uma vez que são usuários de espaços localizados em sua área de abrangência ou em seu limite imediato. Ainda nesse primeiro ciclo, o grupo Indisciplinar deu início na atuação relacionada à Natureza Urbana com a parceria com o movimento Fica Fícus, que se opunha à remoção de árvores centenárias de uma alameda tombada pelo patrimônio histórico e cultural do município de Belo Horizonte.

No segundo ciclo, que tem início no ano de 2015, destaca-se a participação do Indisciplinar em uma rede denominada Resiste Izidora em apoio às ocupações urbanas Rosa Leão, Esperança e Vitória, que, juntas, abrigam cerca de 8000 famílias em área de grande interesse do mercado imobiliário, e para a qual estava planejada mais uma parceria público-privada, desta vez com o instrumento de Operação Urbana Simplificada, que contemplava a construção de condomínios residenciais subsidiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Nesse mesmo ano, um grupo de moradores do bairro Jardim América iniciou uma disputa com o mercado por uma chácara verde em um contexto urbano consolidado. Os moradores desejam que a praça seja transformada em um parque público para uso de todos. Diante disso, o grupo participou da criação de uma ampla rede em defesa da natureza urbana, a Rede Verde.

Atualmente, em 2017, ainda no contexto da Rede Verde, o grupo também investiga e debate questões referentes às ocupações do Barreiro, sendo elas: ocupação Paulo Freire, Eliana Silva, Irmã Dorothy, Horta, Nelson Mandela e Camilo Torres. Igualmente consideradas um território de disputa, as ocupações dialogam a possível execução do Parque das Ocupações de forma a reforçar o discurso político do uso responsável do espaço. Ainda nesse ciclo, o Indisciplinar concretizou a frente de ação Feminismos em atuação direta com a rede Resiste Izidora, com enfoque na Ocupação Rosa Leão, de forma a debater a produção espacial urbana com a questão de gênero, raça e classe. O grupo, em parceria com outras equipes de pesquisas e voluntários, atua no auxílio da argumentação assim como na assessoria técnica do contexto projetual nas áreas em questão. Ou seja, o grupo afirma e pesquisa a existência dos conflitos urbanos territoriais contemporâneos, e através da aplicação da metodologia própria com base na cartografia se propõem como um grupo de investigação.

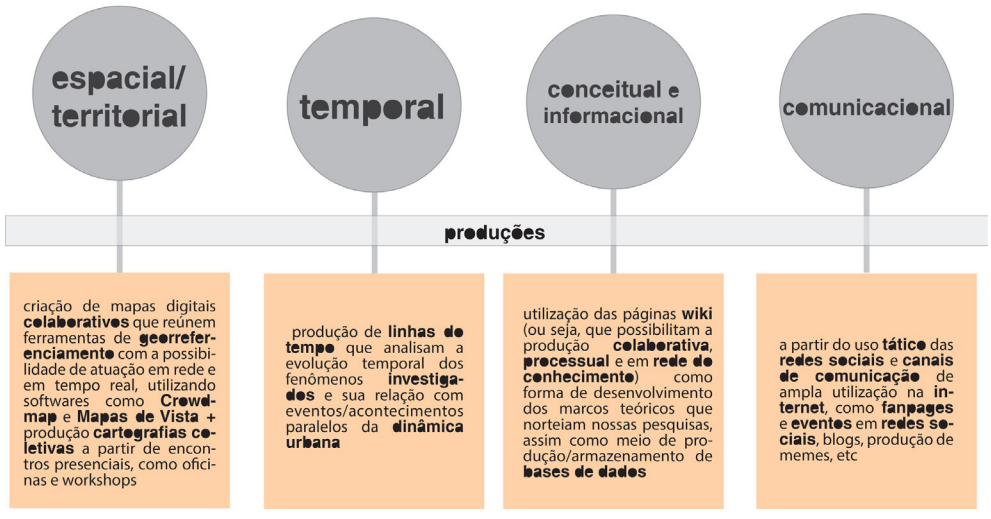
2. Método do grupo

Em atual processo de construção e consolidação de uma metodologia própria, o grupo de pesquisa Indisciplinar tem uma relação direta com o método cartográfico proposto por Deleuze e Guatarri. De forma a se afastar do cientificismo positivista, e como já afirmado pelo grupo na publicação de 2016, considera-se o discurso válido de Bruno Latour sobre o esquema de ator-rede. A indissociação do pesquisador e o não afastamento do seu acervo de estudo e atuação são parâmetros presentes e reais do Grupo Indisciplinar, de maneira a exemplificar a configuração da teoria do Latour.

A definição da metodologia é um produto de processos investigativos focados nos territórios urbanos e nos conflitos que o cerceiam. As disputas das zonas urbanas costumam ser o alvo dos debates das pesquisas a envolver tanto a temática da arquitetura quanto do urbanismo, direito, sociologia e economia. Sendo uma das problemáticas a representação desses territórios, o grupo enfrentou o dilema de reproduzir o conteúdo cartográfico de forma a não prejudicá-lo. Dentre as linguagens visuais escolhidas, há a preocupação em ter um diálogo fluido e de fácil compreensão, de forma sempre a considerar as funcionalidades das redes sociais, e com uma certa adequação aos diferentes tipos de linguagem.

Em inúmeros momentos o grupo assumiu um sistema didático visual, que permite ser categorizado em quatro planos diferentes a partir das suas distinções temáticas de investigação, sendo elas a discussão espacial/territorial, temporal, conceitual e informacional, e comunicacional/de criação de redes. Como visto melhor no diagrama abaixo, essa setorização das quatro principais dimensões dialogam os produtos e meios das pesquisas com o cenário da questão pautada. Porém, a análise individual e separada dessas dimensões fragmenta também a linha de raciocínio crítica, afetando o entendimento dos atores envolvidos. No caso, observa-se a questão espacial/territorial sendo discutida por meio da relação de mapeamento

via Crowdmaps, e em processos cartográficos de georreferenciamento; enquanto isso a questão temporal aborda visual a produção e o desenvolvimento da Linha do Tempo, com uma investigação mais focada na dinâmica urbana e com os eventos datados; já a esfera conceitual e informacional acaba por se estrutura pelo conteúdo registrado nas páginas Wiki, em processos colaborativos de rede de conhecimento e parcerias, de modo a já abordar a discussão sobre Banco de Dados; e por fim a esfera comunicacional retoma a problemática da linguagem didática, de fácil compreensão, relacionada diretamente com as redes sociais e com um forte peso na produção gráfica das mídias virtuais.



Dada a constatação dessa falha técnica, a frente de ação Tecnopolíticas enfrenta o desafio de debater a sobreposição dessas camadas, de modo a explorar e difundir as diversas ferramentas adotadas nas lutas urbanas. Ainda que o uso das interfaces georreferenciadas tenha possibilitado aproveitar as suas funcionalidades em favor de alguns pontos de estudo, estas ainda podem ser categorizadas como limitadas. Essa conclusão é referente aos usos específicos de armazenamento de dados e análise de conteúdos do grupo de pesquisa, não anulando e nem invalidando os pontos positivos dessas plataformas. Entretanto, impossibilitadas de atender as demandas específicas do debate das lutas territoriais, essas plataformas servem de referência gráfica para o objetivo geral de aprimorar essas ferramentas e incentivar também o seu uso como banco de dados. A proposta também pressupõe uma otimização da comunicação interna do grupo, assim como seus possíveis diálogos com parceiros externos a partir da troca de informações e cruzamento de dados, e evitando assim a realização de trabalhos duplicados.

Entre uma das produções gráficas com certa padronização, exemplifica-se nesse caso a estruturação da Linha do Tempo. Através da cartografia, essa linguagem visual apresenta o conteúdo histórico do assunto tratado pelas frentes de ações, sendo composto por eventos, atores, datas, locais, relações de poder, elementos biopotentes e etc. Também a partir dessa visualização cronológica, o Indisciplinar acaba por se estruturar em diferentes meios de comunicação, com fortes bases de divulgação através de ferramentas tecnopolíticas como as páginas e grupos do Facebook, páginas na Wiki, site oficial, Revista Indisciplinar, blogs e Plataforma Urbanismo Biopolítico. O comprometimento do grupo com diversos assuntos e o grande acervo de arquivos aqui já inicia a justificativa da existência da frente de ação Tecnopolíticas, a tratar principalmente dessa relação das disputas territoriais com as redes virtuais.

Pontuando esse discurso político, a metodologia desenvolvida não apenas permite mas como enfatiza a relação direta dos atores do grupo de pesquisa com as lutas territoriais. Visando uma cidade mais justa, o método cartográfico mescla o objeto em debate com o sujeito que investiga sem uma separação de atores em detrimento das diversas relações com movimentos sociais. Esse método não se limita aos assuntos conhecidos de mapeamento territorial e permite uma melhor compreensão da composição das esferas analisadas a partir do envolvimento cotidiano junto aos movimentos e atores das resistências biopotentes.

Além, o grupo objetiva também atuar mais precisamente no ponto cego das lutas, entre as resistências locais e o poder público, o qual detém informações complexas as quais parte dos atores investigadores desvenda e traduz. Esse perverso jogo

estratégico de produção espacial neoliberal está inserido na esfera macropolítica das problemáticas urbanas, com principal destaque para os projetos de maior escala os quais costumam incluir parcerias público-privadas. Como analisado nos diferentes estudos e envolvimentos do Indisciplinar, esses acordos econômicos entre governos e investidores costuma envolver principalmente empreiteiras e bancos, com enfoque na lógica de acumulação de capital com ideais privatistas, com atitudes muitas vezes irregulares. A contextualização dos cenários que compõem esses conflitos territoriais e o tipo de envolvimento do grupo de pesquisa justificam a necessidade de desenvolver e consolidar um tipo próprio de metodologia, com mesclas teóricas e envolvimentos práticos com os movimentos sociais.

3. Contextualização do urbanismo biopolítico

O debate acerca do Urbanismo Biopolítico surge no grupo com enfoque nos debates em torno de quatro territórios destacantes da cena urbana de Belo Horizonte, (sendo eles: Zona Cultural, Nova BH/ ACLO, Santa Teresa, PBH Ativos, Operação Urbana Isidoro). A origem do envolvimento com essa temática, a partir desses assuntos territoriais, é oficializada com a inauguração do Urbanismo Biopolítico como um projeto de pesquisa do Indisciplinar, ainda em 2017. Antes associado ao Programa IndLab, esse projeto administra quatro frentes de ação, sendo elas relacionadas com os territórios previamente citados e contemplando as seguintes frentes de atuação e objetivos específicos para cada uma delas: OUC-ACLO (Operação Urbana Consorciada ACLO); PBH ATIVOS (empresa recém criada, público-privada); ZONA CULTURAL (região central de Belo Horizonte); OU ISIDORO OPERAÇÃO URBANA ISIDORO; PLATAFORMA TECNOPOLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO URBANA (plataforma online para receber os dados das cartografias). Nessa relação direta dos movimentos sociais e com grupos de pesquisa, um dos objetivos consiste na resistência aos avanços do urbanismo neoliberal na forma de PPPs (Parcerias Público-Privadas), geralmente relacionadas à projetos urbanos de grande escala. Com o uso do método cartográfico, a equipe visa desvendar a perversidades dos instrumentos utilizados pelos órgãos públicos administrativos para a financeirização do espaço urbano.

A conjuntura social revela a lógica da acumulação crescente do capital em paralelo com a existência e avanço de inúmeras resistências, sempre a debater diretamente a produção espacial. A partir desse cenário neoliberal belo horizontino, o Indisciplinar investiga e constrói uma interface comunicativa, a fim de cartografar o que denominamos por Urbanismo Biopolítico. A cartografia da temática urbana Neoliberal e Biopotente, através da esfera cotidiana, envolve a proposição do grupo em produzir material gráfico informativo para subsidiar a produção científica com análises quanto às denúncias a órgãos de fiscalização e controle.

Dentro da macropolítica das questões urbanas o projeto tem por objetivos gerais essa tradução informativa, a cartografia de poderes, a produção gráfica para os diversos veículos sociais, e a intenção de fomentar resistências com forte estratégia de comunicação, a ampliar a cartografia das ações biopotentes associadas a nova soluções focadas em soluções coletivas e colaborativas, e produzir tecnologia social através de informação aberta e replicável. A análise das plataformas já existentes e utilizadas pelo grupo instigam o estudo sobre o seu aperfeiçoamento e uma possível adaptação dessas interfaces para um uso mais específico de cruzamento de dados, de modo a se configurar como uma potente ferramenta tecnopolítica. A idealização dessa interface prossegue com a sua utilização em outros meios e por grupos de pesquisa, podendo servir de base para outros investigadores atuarem coletivamente e colaborativamente no processo de produção de informação, após essa fase inicial de construção de um protótipo. Assim, a proposta da observação da temática biopolítica é robustecer a análise qualitativa a respeito da economia política OUC, seus financiamentos e atores envolvidos, os gastos gerais, os tipos de discurso, as estratégias políticas e os instrumentos urbanísticos envolvidos para a produção de materiais técnicos e gráficos, a fim de promover uma mobilização social quanto às possíveis irregularidades administrativas.

4. Ferramentas tecnopolíticas no urbanismo biopolítico: Plataforma IndAtlas

O conceito tecnopolítico está associado à produção tecnológica desenvolvida

a partir de um trabalho coletivo possível de ser aberto e replicável, análogo ao ideal open source (software livre). Uma das finalidades desse instrumento é ampliar e auxiliar o compartilhamento de informações, processo o qual o grupo de pesquisa dirige ações de experimentações e teorizações sobre plataformas biopolíticas. Ainda nesse conceito de instrumentos tecnpolíticos, o Indisciplinar igualmente administra a aplicação prática de plataformas de tecnologias digitais de comunicação de modo a conversar com as ações diretas realizadas pelo grupo.

Através de oficinas e capacitações técnicas dos envolvidos, o projeto de extensão dessa frente de ações debate sobre os dispositivos de rede e as lutas urbanas, de forma a ter também uma atuação como suporte técnico em todas as ações do grupo de pesquisa. Por meio das atualizações das mídias sociais, registro e hospedagem dos conteúdos online, os atores envolvidos visam reforçar o compartilhamento de informações. Com parcerias e projetos associativos, o Indisciplinar defende e promove o conceito de copesquisa com a finalidade de engrossar a argumentação das ações do grupo e dos projetos de extensão envolvidos.

A frente de ação Tecnopolíticas acaba por também estar vinculada atualmente ao INCT Tecnopolíticas: *territórios urbanos e redes digitais*, sendo esta uma rede de pesquisa focada no assunto das tecnologias digitais e as suas possíveis aplicações. O Instituto tem por objetivo desenvolver conhecimento e tecnologias que mesclem as esferas digitais com as dinâmicas espaciais urbanas. Nessa lógica, o Indisciplinar trabalha atualmente na produção da Plataforma IndAtlas, a fim de objetivar essa intersecção de dados. O projeto conta com a parceria da frente ativa da Plataforma Urbanismo Biopolítico e de pesquisadores do Laboratório de Georreferenciamento (LAGBEO - UFMG) e da Computação, e mais recentemente com grupo de pesquisa do Equador do Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano, da Universidade Central do Equador. A conformação da Plataforma tem por ideal o desenvolvimento de um Banco de Dados, integrado pelas produções gráficas do grupo como as Linhas do Tempo, infográficos, conteúdos das páginas da Wiki e dados articulados com as redes sociais utilizadas.

O IndAtlas adota como objetivo incitar a integração entre a coleta de dados espaciais, de modo a tornar os usuários dos espaços analisados também em produtores de conhecimento. A Plataforma também se designa a ampliar os múltiplos canais de comunicação dos atores com a gestão pública administrativa das cidades, a reforçar a produção científica sobre as dinâmicas espaciais urbanas e a replicação do conhecimento. Já com uma grande base de informações e uma construção inicial de um Banco de dados, esta Plataforma tem por finalidade potencializar as redes virtuais, principalmente a partir da atuação nos meios coletivos.

A construção desse primeiro protótipo tem como tarefa inicial sua análise em territórios da cidade de Belo Horizonte, espaço já previamente estudado de diferentes formas pelo grupo Indisciplinar, com enfoque das lutas urbanas. O atual processo em teste consta com experimentações a partir da amostragens de dados já produzidos pelos pesquisadores envolvidos, com um recorte espacial mais específico quanto às temáticas levantadas pelo grupo, com veiculação das redes de informação com as redes espaciais atuantes. Já discorrida a importância do diálogo e das parcerias, a interface igualmente apresenta potencial para a ampliação da rede já existente de produção de conhecimento na esfera das tecnopolíticas urbanas.

5. Estratégias e desenvolvimentos tecnopolíticos

A concretização da Plataforma é reconhecida pelo grupo como um avanço na área de pesquisa dentro do cenário mineiro, com o principal viés das questões tecnopolíticas. Com contribuição direta nessa valorização das comunicações em rede, a ideia é contribuir perante a atual demanda de instrumentos que incorporem os recursos de planejamento das cidades com o diálogo entre seus habitantes e o poder público.

Por fim, a estratégia do grupo de pesquisa Indisciplinar, através de metodologias próprias com cartografia pretendes investigar tecnologia social aplicada a políticas

públicas nas diferentes esferas de vivências. A cartografia em diálogo com as tecnopolíticas e tecnologias sociais são instrumentos de defesa dos bens comuns, com a produção de pesquisas teóricas e conceituais sempre em associação direta com movimentos sociais, seja por meio de reuniões ou eventos de ação direta. Por vezes, o grupo resulta por legitimar as ações que fazem fronteira com o ativismo urbano biopotente, e com atividades visualizadas pela comunicação em rede e também fanpages, blogs, cartilhas, flyers, vídeos, revistas, artigos, infográficos, mapas, livros, jornais, sites, e participações diretas em seminários e eventos artísticos, políticos e culturais. A Plataforma e diversos outros projetos atuais do grupo são somados à vasta lista de ações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, sendo importante ressaltar a existência da autocrítica e do conhecimento político contemporâneo.

A composição diversificada do Indisciplinar, com pesquisadores da área da arquitetura, direito, jornalismo e economia retoma a discussão do melhor entendimento da grande escala do Urbanismo Biopolítico. E com as produções gráficas já citadas, o Indisciplinar assume essas ferramentas tecnopolíticas como estratégia de discurso para defesa dos bens comuns e públicos, a fim de desmascarar as problemáticas neoliberais dominantes na atual esfera administrativa. Essa interlocução dos envolvimentos dos atores com os movimentos oficializa uma possibilidade do aumento da representação política de resistência frente aos problemas sociais de interesse público e de modo a reforçar as bases de guerrilha já existentes.

Sendo assim, o desenvolvimento e consolidação da metodologia própria de pesquisa se justifica com a análise da desenvoltura do grupo com o diálogo de luta com os movimentos, com uma adaptação constante das ações em prol da estratégia biopolítica. Condizente com a bibliografia teórica explorada pelo Indisciplinar, os projetos de extensão associados com as frentes de ação questionam a produção espacial vigente, principalmente com a forte imposição econômica projetual de acordos financeiros de grande escala urbana. O grupo, ainda que com vínculo acadêmico, se insere na linha da luta, a fim de engrossar as investigações e encabeçar denúncias contra políticas urbanas privatistas e criminosas.

REFERÊNCIAS

DELEUZE,Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 5 vol.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

HARDT, Michael.; NEGRI, Antonio. **Commonwealth : el projecto de una revolución del común.** Madrid: Akai, 2009.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social : an introduction to actor-network-theory.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel de; BRANDÃO, Marcela Silviano; FRANZONI, Júlia. **Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Método, Ativismo e Tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos.** In: Congresso Internacional Contested Cities, Madrid, 2016. Disponível em: <http://contested-cities.net/working-papers/2016/grupo-de-pesquisa-indisciplinar-metodo-ativismo-e-tecnopolitica-na-defesa-dos-bens-comuns-urbanos/>. Acesso em: 18 out. 2017.

POLÍTICAS HIGIENISTAS E EUGÊNICAS E AS INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS NA CONCEPÇÃO DO URBANISMO NO BRASIL: estudo de caso de Belo Horizonte e a assistência de alienados de Barbacena - MG

OLIVEIRA, SARAH G. C.(1); CORGHI, FERNANDA N. (2)

1. Universidade Federal de São João del Rei. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade – PIPAUS.
Rua: Delegado José Lima, 385, Guarda-Mor, São João del Rei - MG
sarah.gabriela20@gmail.com

2. Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade – PIPAUS.
Avenida Visconde do Rio Preto, s/nº - Bengo - 36301-360 - São João del-Rei - MG
corgho@ufsj.edu.br

Resumo

As políticas higienistas foram incorporadas no plano urbanístico de Belo Horizonte desde a sua concepção. O caráter higiênico se torna eugênico após a inauguração em 1903 da Assistência de Alienados de Barbacena (atual Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG) como instituição legitimadora de reclusão de pessoas. As inserções dessas novas políticas giram em torno de propósitos oligárquicos em instituir uma nova ordem social. Através de uma reforma moral, higiênica e eugênica, conciliado com estratégias de coibição e reclusão da camada populacional mais pobre, foram criadas políticas sociais que permitissem ao Estado a remodelação do espaço urbano para que o mesmo fosse hierarquizante a favor das classes dominantes. Além disso, instituições manicomiais são fundadas com objetivo de higienizar os ambientes públicos de anarco-sindicalistas ou pessoas que não se enquadravam nas regras morais vigentes por meio de campanhas de eugenização propostos por associações filantrópicas, polícia médica e ligas civilizatórias. O presente artigo traz um estudo sobre esse período e reflexões sobre a constituição das cidades brasileiras.

Palavras-chave: *urbanização, higienismo, eugenismo, instituições manicomiais.*

Introdução

A assistência psiquiátrica, desde a sua origem no Brasil, esteve ligada aos fenômenos de urbanização e industrialização manifestados, principalmente, na adoção de políticas médicas e de fiscalização sanitária para repressão e controle da população. Um amplo processo de regulamentação autoritária recolheu inúmeras pessoas para restituí-las ao convício social. De acordo com Duarte (1996, p. 101), o Estado mascarou a coibição de manifestações populares e dissolveu grupos compostos por anarquistas, imigrantes e trabalhadores considerados como “classes perigosas” ao popularizar políticas de higienização e ordenação dos grandes centros urbanos. Propagou-se a idéia que esse segmento populacional era portador de hábitos como ócio, vadiagem, alcoolismo, furto, crime e prostituição, necessitando ser isolado para correção em instituições com função de cárcere de pessoas, como prisões ou asilos-hospícios. Nesse sentido, o presente artigo apresentará analise desse momento histórico, envolvendo esse tipo de política no desenvolvimento da urbanização e das instituições manicomiais no período entre o Império e a República.

1. Urbanização por meio de políticas higienistas: o re-planejamento das cidades

No final do século XIX e início do XX, temos por parte das elites um discurso positivista e republicano que aposta na industrialização e modernização para o progresso do país. Segundo Costa (1989, p.25) floresce uma incipiente cultura liberal-capitalista que coincide com a entrada de idéias evolucionistas e eugênicas para compor uma nova estrutura política e social. A adesão a esses modelos pelos intelectuais, burguesia agroexportadora e alguns militares é uma decorrência da instabilidade econômica brasileira (que se agravou com as questões religiosa, militar e escravocrata, que culminaram na decadência do Império). De acordo com Sobrinho (2013, p.210), para a consecução do desenvolvimento do país, a elite considerou ser necessário estruturar e organizar o Estado em torno de um poder central, promovendo a unificação política das províncias, o que assegura a estabilidade econômica e preserva ordem e a disciplina nas cidades.

Em paralelo a esse objetivo, segundo Sobrinho (2013, p.210), a miséria e o analfabetismo se espalhavam pelo país e os centros urbanos brasileiros funcionavam como verdadeiros pólos de atração de pessoas a procura de melhores condições de vida. Imigrantes, negros recém saídos do sistema escravista, população da zona rural, e todos outros indivíduos que compunham as camadas mais populares na sociedade migraram em massa para as cidades sem haver, contudo, infra-estrutura ou condições para abrigar satisfatoriamente essa massa pauperizada. Lefebvre (1999, p. 24) chama esse processo histórico de movimento implosão – explosão, onde há uma enorme concentração de pessoas, atividades, instrumentos, meios e pensamentos na realidade urbana e o surgimento e crescimento de periferias, subúrbios, etc devido a essa concentração. O meio urbano brasileiro mostra nitidamente o que ele diz, onde houve um processo histórico que afastou progressivamente a população mais carente em direção às periferias, encadeando uma separação espacial entre riqueza e pobreza. De acordo com Duarte (1996, p.24), o cenário físico das cidades já demonstrava essa diferença na virada do Império para a República: de um lado, continha construções portentosas, ruas e praças arborizadas, chaminés das fábricas e redes de transporte e de outro, locais fétidos onde as pessoas apinhavam-se em cortiços, favelas, “cabeças de porco”, locais sem saneamento básico e, portanto, disseminadores de doenças endêmicas e epidêmicas.

A camada popular passa a ser vistas também nesse momento como perigosa para a política e a estabilidade social. Há nela um campo de luta e resistência contra a exploração composto por ex-escravos, mestiços e imigrantes que busca por melhores condições de vida e salário. Segundo Sobrinho (2013, p. 213), há a emergência do Partido Comunista Brasileiro, de cunho socialista, com influências das idéias da III Internacional Comunista, inspirada na Revolução Russa de 1917. Surge também influencia do anarco-sindicalismo, uma corrente do movimento operário que teve seu apogeu na Europa e nos Estados Unidos o qual objetivava a transformação radical da sociedade e a implantação do socialismo. Obviamente, essas manifestações passam ser alvo das elites e autoridades, que monta campanhas coibição e opressão através da ação conjunta dirigida pela polícia e a medicina psiquiátrica.

Os cortiços no Brasil passam a representar uma ameaça à civilidade, as greves amedrontavam a ordem burguesa e os espaços públicos necessitavam de disciplina para manter diferenciações de classes presentes no sistema. De acordo com Sobrinho (2013, p. 215), as cidades brasileiras requeriam acato e sujeições, segundo a elite, e modificações na paisagem das cidades mostravam-se necessárias para conservar uma organização espacial hierarquizante. O foco das políticas públicas desse período torna-se a remodelação dos centros urbanos de acordo com as reformas higienistas. Elas camuflam as intenções de controle e reclusão das camadas populares, onde o saneamento é centrado justamente em áreas pobres da cidade que ideologicamente eram os únicos locais disseminadores de endemias. De acordo com Duarte (1996, p. 210), o engenheiro e o médico, em especial o médico-sanitarista, aparecem como personagens que propiciarão as intervenções necessárias ao estabelecimento da nova ordem higienista. Essas medidas serviram de orientação para modernizar os principais centros urbanos brasileiros: Rio de Janeiro e São Paulo. Abaixo Sobrinho (2013, p. 231) referencia uma análise de Paulo César Garcez Marins (2006) em História da Vida Privada no Brasil, sobre o tema:

> *As precárias condições sanitárias presentes nas casas dos bairros de imigrantes, juntamente com as encontradas nos cortiços espalhados por quase toda a cidade, justificaram a expansão do aparelho oficial de fiscalização higiênica, cujos resultados antecederam os que seriam alcançados no Rio de Janeiro na primeira década do século XX – não por acaso pelas mesmas elites paulistas. A remodelação do Serviço Sanitário deu-se ainda em 1892, seguida pela edição do Código Sanitário de 1894 – que proibiu novos cortiços – e as normas de 1896 e 1906, culminando o reaparelhamento dos dispositivos de fiscalização com a reforma do próprio Código em 1911, que definiu como sendo dos municípios a competência de adequação sanitária das habitações. As intenções normativas do poder público surpreenderam a cidade de São Paulo no início de sua expansão geográfica, o que possibilitou uma paulatina*

padronização dos espaços domésticos, disciplinando-os mediante o apanágio da "saúde pública": Quer do ponto de vista social, quer sanitário, a higiene domiciliar merece detido exame dos poderes públicos [...] (SOBRINHO, 2013, p.231)

A concepção do novo projeto urbanístico brasileiro toma como base modelos europeus para a sua composição, que além de negar às camadas populares o direito de pertencimento a cidade, também renúncia à própria constituição natural e cultural do país. De acordo com Sobrinho (2013, p. 232), o urbanismo de Paris foi uma das principais referências usadas como ideal para alcançar a almejada modernidade. A concepção higienista é revelada por meio da abertura de amplas e longas avenidas e da construção de bairros e centros de luxo como Campos Elíseos, Higienópolis e Bela Vista em São Paulo. Os costumes parienses foram difundidos pelas camadas privilegiadas como sinal de nobreza e bom gosto, em especial as vestimentas e as edificações. A identidade nacional é considera "atrasada" e formas que escondem a realidade social são privilegiadas. Separam-se os sujeitos desprovidos das qualidades burguesas necessárias ao uso e ocupação do espaço por demolições e novas construções. A mudança na paisagem significava novas formas de estabelecimento de poder e demarcação de território. A citação de Berman (2007) abaixo demonstra como Paris foi reconstituída para a especulação imobiliária, controle e exclusão da camada mais pobres por meio da urbanização promovida por Georges Eugène Haussmann:

O projeto urbanístico de Paris no século XIX se dá numa concepção burguesa de civilização, apoiada na ordem e no progresso. Quem promove a realização desse sonho urbanístico é Georges Eugène Haussmann, prefeito de Paris. A construção dos bulevares representa apenas uma parte do amplo sistema de planejamento urbano, que incluía mercados centrais, pontes, esgotos, fornecimento de água, a Ópera e outros monumentos culturais, uma grande rede de parques [...]. Os bulevares de Napoleão e Haussmann criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas – para reunir um enorme contingente de pessoas. No nível da rua, elas se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas [...] conceberam as novas vias e artérias como um sistema circulatório urbano. Os novos bulevares permitiram ao tráfico fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, de um extremo a outro – um empreendimento quixotesco e virtualmente inimaginável, até então. Além disso, eles eliminaram as habitações miseráveis e abriram 'espaços livres' em meio a camadas de escuridão e apertado congestionamento. Estimulariam uma tremenda expansão de negócios locais, em todos os níveis, e ajudariam a custear imensas demolições municipais, indenizações e novas construções. Pacificariam as massas, empregando dezenas de milhares de trabalhadores – o que às vezes chegou a um quarto da mão-de-obra disponível na cidade – em obras públicas de longo prazo, as quais por sua vez gerariam milhares de novos empregos no setor privado. Por fim, criariam longos e largos corredores através dos quais as tropas de artilharia poderiam mover-se eficazmente contra futuras barricadas e insurreições populares [...] (Berman, 2007, p. 180).

Lefebvre (1999, p.33) mostra que as grandes cidades reúnem todas as condições para uma dominação e exploração perfeita das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores do produto e como consumidores do espaço. A reorganização do espaço urbano pelo Estado sucumbe somente aos interesses da Elite no país. Afastar os mais pobres da cidade por meio de políticas habitacionais e higienistas e disciplina-los aos meios técnicos racionalizantes do trabalho, são medidas austeras e que não viabilizam a autonomia, a educação, as melhorias da condição de vida do trabalhador, como uma reforma urbana ideal de fato. O que temos na nessa nova urbanização, portanto, é uma expulsão eugênica e ariana baseada na dominação de uma classe sobre a outra.

2. Saneamento social: a aplicação de políticas higienistas na população

De acordo com Duarte (1996, p. 211), as palavras à intervenção social com a implantação dos novos planos urbanísticos foram: organizar os espaços, prevenir e sanear não só a cidade como também a sociedade. O Estado reconhece e dá autoridade a médicos higienistas para combater as doenças físicas nas camadas populares por meio de medidas profiláticas e de vigilância sanitária. Ainda de acordo com o autor (1996, p. 211), um exemplo é o governo de Rodrigo Alves, em São Paulo, onde houve a designação dos médicos sanitaristas Oswaldo Cruz e Evaristo da Veiga e o alienista Juliano Moreira, no Rio de Janeiro para de sanear os centros urbanos e combater os focos de disseminação de afecções endêmicas e livrar a cidade daquelas pessoas que perambulavam maltrapilhos pelas ruas ou os que se amontoavam nos cortiços e favelas.

Segundo ainda Duarte (1996, p. 25), outra medida utilizada dentro das políticas higienistas foi o recolhimento dos indivíduos dos centros urbanos considerados como degeneradas ou perigosos em casas de correção ou hospícios como forma de punição. Objetivando controlar as categorias marginalizadas formada por uma massa pauperizada analfabeta, sem qualificação profissional e que viviam em uma situação de trabalho temporário ou desempregado, o Estado organizou e apoiou campanhas de higienização e moralização dessa população através da ação conjunta com a assistência social, a medicina e a filantropia. Todas as pessoas que não se enquadravam as normas vigentes, ou seja, anarquistas, opositores políticos, mulheres que não se conduziam com a moral vigente, órfãos, mendigos, portadores moléstias infecciosas ou doença mental, enfim, indivíduos considerados deturpados socialmente eram remetidos e isolados nas colônias agrícolas e manicômios para recuperação social. Através da repressão policial, foram realizados internamentos em massa de todas as pessoas que representavam ameaças à segurança pública.

Em 1903 é promulgada a primeira Lei de Assistência a Alienados qual instituiu diversos hospícios em varias capitais e cidades do interior no Brasil. De acordo com Duarte (1996, p. 25), é nesse período que consolida o campo psiquiátrico enquanto especialidade autônoma da medicina e pela construção de asilos-hospícios, ambulatórios e colônias agrícolas destinados a prevenção e tratamento da doença mental. Por meio de políticas habitacionais, foi direcionada a população pobre para bairros periféricos e os mais rebeldes para hospícios e prisões. Contratar alienistas para dirigir os manicômios, auxiliares de enfermagem e guardas para cuidar dos doentes e destinar parte do orçamento público à assistência a alienados torna-se imprescindível. Com a promulgação da Lei, abre-se a possibilidade de instituição de um legítimo aparelho social cuja finalidade era o controle das pessoas pelos médicos que, assim, conquistam o monopólio de seu encargo.

Se em um primeiro momento o desenho urbano foi modificado com vistas à higienizar os centro urbanos, em outro as pessoas tornam-se o foco das políticas de saneamento em benefício do centro "limpo" de acordo com o pensamento e interesse da elite no país. Há uma injeção de recursos públicos não para a melhoria social de fato, mas sim para a reforça uma política neo-liberal vigente. Completa-se, dessa forma, todo um ciclo de ações cujo objetivo essencial era a de implantação de medidas capazes de modificar o país em beneficio da aristocracia e o Estado, encaminhando-o rumo à sonhada civilização moderna, de acordo com seu pensamento.

3. Quando as medidas higienistas tornam-se eugênicas

De acordo com Costa (1989, p.78), as medidas de saneamento e de higienismo propostos para a reorganização dos centros urbanos brasileiros começa a ter um caráter eugênico depois da fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), inaugurada no Rio de Janeiro em 1923 pelo psiquiatra Gustavo Riedel.

O objetivo inicial da instituição era o de melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos

psiquiátricos. No entanto, segundo Costa (1989, p. 79), a partir de 1926, esses objetivos são modificados e o foco torna-se mais prevenção da loucura do que a cura em si. Para os psiquiatras da época, a ação terapêutica deveria exercer-se no período pré-patogênico, antes do aparecimento dos sinais clínicos. Eles pretendiam tornar a prevenção psiquiátrica similar a prevenção da medicina orgânica, assim, o alvo dos cuidados passa a ser o individuo normal e não doente.

Eugenia é um termo designado pelo fisiologista inglês Galton para explicar o estudo dos fatores socialmente controláveis que podem elevar ou rebaixar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física quanto mentalmente. De acordo com Costa (1989, p. 81), os psiquiatras desse período tinham tendência a confundir ou, pelo menos, a associar indevidamente a deficiência mental aos problemas culturais em geral. Para esses intelectuais uma das principais razões dessa crise que alastrava o país na virada do século XIX para o XX eram as condições naturais constitutivas do país. Segundo eles, o Brasil estava sacudido por revoltas sociais e problemas econômicos devido ao clima tropical e a constituição étnica do povo. Para eles, o brasileiro não promoveu o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com raças inferiores tinham-no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente.

De acordo com Costa (1989, p.83), este movimento intelectual alcançou uma profunda repercussão sobre a intelectualidade brasileira e a elite nas três primeiras décadas do século XX. Eles apoderam-se do princípio de arianização, ou seja, valorização do indivíduo de acordo com o grau de embranquecimento da pele para legitimar as medidas eugênicas colocadas em prática no país. O branco tornava-se superior ao mestiço, que por sua vez, era superior ao negro. Enquanto brasileiro não fosse branco, não teria direito a democracia. Esta advertência, entre outras conseqüências, deveria introduzir os negros e mestiços a procurarem embranquecer a pele, e aos brancos, pobres e ricos, a exercerem opressão sob o pretexto de defender a democracia.

A eugenia é incorporada nos programas da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) como forma de prevenção da doença mental. Segundo Costa (1989, p. 97), seu objetivo era o de evitar a progenitura da loucura que supostamente deveria herdar, de modo inexorável, a doença de seus ascendentes. Para eles, os fenômenos psíquicos e culturais explicavam-se unicamente pela hipótese de uma causalidade biológica que, por sua vez, justificava a intervenção médica, principalmente na camada mais negra e pobre da população. No entanto, as limitações das abordagens biológicas do funcionamento psíquico não devem ser confundidas com a ineficiência explicativa das ideologias biologizantes. O pensamento eugênico utilizava a Biologia de modo parcial, e unicamente para caucionar seus dogmas. O biologismo da LBHM tinha um fundamento ideológico e não-científico. A biologia funcionava, neste caso, como uma cobertura semântica que serviria tanto para a legitimação aos preconceitos quanto também para a legitimação do cárcere de indivíduos inocentes.

4. Projeto urbanístico de Belo Horizonte e a criação da primeira Assistência de Alienados de Barbacena – Minas Gerais

No final do século XIX, Minas Gerais constrói e inaugura sua nova capital: Belo Horizonte. Projetada conforme os princípios advindos dos ensinamentos do modelo positivista, de acordo com Duarte (1996, p. 101), a organização espacial deveria controlar moralmente a classe subalterna, disciplinar sua mão de obra e submetê-la às jornadas de trabalho de forma regular e contínua, como foi visto anteriormente. Concluiu-se que a nova capital não deveria comportar em seu ambiente indivíduos considerados degenerados morais e, portanto deveria criar mecanismos preventivos que controlassem as classes perigosas. Eles deveriam ser retirados dos ambientes “purificados” e ser isolados e segregados em espaços de correção e/ou tratamento em asilos-hospícios.

Coincidentemente, o inicio dos debates sobre a criação da Assistencia de Alienado de Minas Gerais vincula-se também a condição caótica que se encontrava a saúde psiquiátrica pública no estado. De acordo com Filho (1992,p. 24) o número

de doentes era crescente, havia uma sobrecarga de pacientes tanto nas Santas Casas de Misericórdia como nas cadeias e o próprio Hospício Pedro II, primeiro manicômio do país localizado no Rio de Janeiro, começou a limitar o acesso de internações de portadores de doença mental, forçando cada vez mais o governo a abrir um hospital para psiquiatria no estado de Minas Gerias.

A inauguração desse estabelecimento no interior de Minas Gerais possuía, portanto duas funções: a de evitar pessoas que colocariam em risco a marcha ao progresso do plano urbanístico de Belo Horizonte e de readequar e centralizar os serviços psiquiátricos no estado em uma só instituição que possuísse capacidade de abrigar indivíduos considerados incapazes de viver socialmente. Diante desta situação, é apresentado a Câmera Estadual, no ano de 1900, o projeto nº49, realizado pela comissão de saúde publica, propondo a criação da Assistência a Alienados do Estado de Minas Gerias.

5. A Assistência de Alienados de Barbacena

Barbacena ingressa na história da psiquiatria brasileira em 1903, com a inauguração do Hospital Colônia, um complexo manicomial com mais de 80000 metros quadrados responsável por atender pacientes com problemas mentais de todo o estado. De acordo com Filho (1992), os tratamentos psiquiátricos na instituição durante o período de 1900 a 1980 mostram que a preocupação não se centralizava exatamente no bem estar do interno ou em sua melhoria, mas em usá-lo para encobrir a exploração de trabalho, a usurpação do dinheiro público e a eugenia social. Estima-se que cerca de 70% dos internos nesse período não possuíam diagnóstico de qualquer doença mental.

De acordo com Duarte (1996, p. 101), a principal causa do desastroso histórico de tratamento da instituição foi a superlotação. Por abrigar não apenas deficientes mentais, mas qualquer outra pessoa que fosse classificada desafortunadamente como portadora da doença, o hospício chegou ao excesso de lotação em torno de 300 a 400% a mais que a sua capacidade.

Obviamente a instituição não suportou a demanda gerando ausência de recursos, tratamentos desumanos e muitas mortes. Nesse período, a situação do local era semelhante ao sistema carcerário existente hoje: caótico, funcionando sem as mínimas condições de higiene e com pavilhões em estado de extrema precariedade. Segundo Duarte (1996,p. 103), os internos andavam parcialmente ou completamente nus e ficavam sujeitos às baixas temperaturas da cidade durante a noite. Não existia um sistema de água encanada ou suprimento de alimentos que abastecessem o local, obrigando muitos a banhar-se e beber do esgoto a céu aberto. Além de serem forçados a trabalhar manualmente e dormir sobre folhas, os mesmos ainda precisavam lidar com torturas físicas e psicológicas, que eram freqüentes dentro da instituição. Em toda a história do hospital, foram mais de 60 mil mortes, e as principais causas foram relacionadas às infecções intestinais e pulmonares, á fome, o frio em que eram expostos.

De acordo com Filho (1992), a situação é denunciada apenas em 1980, quando o jornal Diário da Tarde publica uma serie de reportagens mostrando a grave situação em que os internos eram expostos. Em 1990, o governo estadual implanta o Projeto de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Pública, dando início ao processo de transformação dos hospitais públicos mineiros. A FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerias) assume a direção e a supervisão da instituição, onde seria chamado de Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB). O tratamento dos pacientes foi humanizado, equipes multidisciplinares foram constituídas e a estrutura física das enfermarias foi remodelada. A rede hospitalar conveniada também absorveu os reflexos dessas mudanças, onde começou a se adaptar às novas exigências da legislação para a assistência hospitalar psiquiátrica no município.

Conclusão

O planejamento urbanístico brasileiro além de mascarar a privação de políticas públicas e segregar a população mais pobre em áreas marginalizadas da cidade ausentes de infra-estrutura ou outros tipos de equipamentos urbanos, também

controlou e coibiu manifestações populares e reivindicações. Retirando as multidões dos espaços públicos, procurando manter as mentes distantes e camuflando as desigualdades sociais, o Estado manipulou essa camada populacional para manter a hegemonia das elites oligárquicas e do capital. Além disso, com a fundação de instituições que legitimaram a coação e a eugenia como a LBHM, as instituições psiquiátricas e a própria Assistência de Alienados de Barbacena (hoje FHEMIG), mostram que medidas ainda mais rigorosas e violentas foram aplicadas para a contenção popular. Os absurdos da superlotação, da ausência de recursos básicos e de todas as torturas que aconteceram nos manicômios mostram que a vida das pessoas que compõem a camada popular não tem valor algum, é apenas uma peça na imensa engrenagem do tempo e do espaço burguês. Essa é a ordem social que compôs o urbanismo brasileiro: a tradição para controlar, a polícia para bater. A vigilância usa todos os recursos para manter uma ordem a serviço dos mais ricos e também para aumentar seus lucros e obter melhores resultados. Em outras palavras, desenvolveu-se progressivamente uma ética de manter o povo distante, explorou o espaço por meio das pessoas e reprimiu qualquer manifestação que perturbou a ordem e o equilíbrio de poder vigente.

Referências Bibliográficas

DUARTE, Maristela Nascimento. **Ares e Luzes para Mentes Obscuras: O Hospital Colônia de Barbacena: 1922 – 1946.** Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte. 1996.

FILHO, João Baptista Magro. **A tradição da loucura : Minas Gerais – 1870/1964.** UFMG. Belo Horizonte, 1992.

COSTA. Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 4 ed. Revista e Ampliada. Xenon. Rio de Janeiro.1989.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. **São Paulo e a ideologia higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade.** Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235. Acesso em: http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/09.pdf. Ultimo acesso: 07/10/2017

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional entre guerras.** Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012. Acesso em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041. Ultimo acesso: 07/10/2017.

PESSOTI, Isaias. **O século dos manicômios.** São Paulo : Editora 34, 1996. 300p.
DUARTE, Maristela Nascimento. Ares e Luzes para Mentes Obscuras: O Hospital Colônia de Barbacena: 1922 – 1946. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte. 1996.

FASSHEBER, Vanessa Barreto. **O processo de reforma psiquiátrica no município de Barbacena - MG no período 2000-2004: um estudo de caso acerca da "Cidade dos Loucos.** Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2009.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Organizaçao e tradução de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

WEYLER, Audrey Rossi. **O hospício e a cidade: novas possibilidades de circulação do louco.** Imaginário – USP. 2006. Vol. 12. N12. 381 – 39

MARCANTONIO, Jonathan Hernandes. **A loucura ins□tucionalizada: sobre o manicômio e outras formas de controle.** Psicólogo informação ano 14, n, 14 jan./dez. 2010.

BANDEIRA; Marina, GONTIJO; Eliane Dias, VIDAL; Carlos Eduardo Leal. **Reforma Psiquiátrica e Serviços Residenciais Terapêucos.** Acesso em: hptt://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0308/pdfs/IS28(3)083.pdf. Ul□mo acesso: 01/09/2016 as 22:34.

SANTOS, Nelson Garcia. **Do Hospício à Comunidade: políticas públicas de saúde mental.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. **História das primeiras ins□tuições para alienados no Brasil.** v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005

PASSOS, Izabel C. Friche. **Reforma Psiquiátrica: as experiências francesa e italiana.** 22 edição. Fiocruz. 2008

PRIORIDADES E DIRETRIZES DAS CONFERÊNCIAS HABITAT: entre o neoliberalismo e o bem comum

RABELO, ERICA. (1); FANTIN, MARCEL. (2)

1. Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos.
Avenida Trabalhador São Carlense, 400, São Carlos – SP. Cep 13566-590.
E-mail: ericarabelo011@gmail.com

2. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
Avenida Trabalhador São Carlense, 400, São Carlos – SP. Cep 13566-590.
E-mail: mfantin@sc.usp.br

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo analisar as Conferências Habitat de 1976, 1996 e 2016 com o intuito de construir um histórico da evolução do pensamento sobre os assentamentos humanos no âmbito das Nações Unidas. Constata-se que os avanços das agendas dessas conferências envolveram um embate entre os imperativos do mercado e da propriedade privada frente ao que se entende por direito à moradia e à cidade como bens comuns. O quadro final mostra que o enfraquecimento dos estados nacionais e a globalização, a partir de uma agenda neoliberal, representaram uma mudança primordial de paradigma que tem influenciado a disputa e a definição de prioridades e diretrizes a partir do ideário das cidades sustentáveis, competitivas e resilientes, assim como das "smart cities".

Palavras-chave: *ONU; Conferências Habitat; Urbanização; Moradia.*

INTRODUÇÃO

O crescente quadro de urbanização global previsto para os próximos anos representa um dos principais focos de preocupação das Nações Unidas. As mazelas já experienciadas por processos de urbanização desiguais e acelerados deixaram marcas profundas nos países do globo, sobretudo nos países da periferia do capitalismo. Esse processo está fortemente associado ao aumento das favelas, falta de emprego e condições precárias de serviços básicos.

Em um contexto de crescente preocupação com o futuro das próximas gerações em relação à qualidade ambiental, econômica e social no qual o planeta está inserido, a temática de *cidades e comunidades sustentáveis* está entre os principais desafios colocados pelas Nações Unidas para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030 (ONU, 2015). Quando este processo ocorre em países subdesenvolvidos, a magnitude dos malefícios se multiplica e se materializa nas cidades, sobretudo nas maiores.

A compreensão das perspectivas do desenvolvimento urbano e rural para os próximos anos é fundamental para que se consiga reduzir os problemas históricos que já se conhece desse processo e propor políticas de atuação condizentes com a magnitude da alteração.

A *Nova Agenda Urbana*, produzida em outubro de 2016, é a expressão internacional mais recente sobre a temática dos assentamentos em questão de prioridades e diretrizes de atuação dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). A análise da Conferência Habitat III, a qual deu origem a esse documento, assim como a das Conferências Habitat anteriores, possibilita compreender como o tema amadureceu ao longo dos anos e quais são os desafios para a atualidade.

Assim, esse trabalho tem como objetivo resgatar historicamente as Conferências Habitat I, II e III, contextualizando a conjuntura de cada momento e os principais apontamentos de cada documento.

1. CONFERÊNCIA HABITAT I: A MAIS PROGRESSISTA?

A vida urbana ainda não era condição da maioria da população mundial, apesar de já vivenciar no cenário global o êxodo e migração intensos às cidades e, ainda que o tema aparecesse em discussões dispersas, não havia a percepção de sua urgência. Apenas em 1972, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, realizada em Estocolmo, é que houve o apontamento da problemática urbana e de sua centralidade. A partir daquele momento, as Nações Unidas passaram a abranger as questões relacionadas com a vida nas cidades, e essa mudança de percepção culminou com a realização, em 1976, da *Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos* (Habitat I), realizada em Vancouver no Canadá (MUAD, 2011).

A percepção das mazelas geradas pela urbanização acelerada e da falta de planejamento das cidades começa a ser percebida pelos governos nacionais associadas, no primeiro momento, às discussões ambientais. Esses problemas incluíam o crescimento de favelas urbanas e assentamentos de posseiros, além de preocupações mais amplas com relação ao desenvolvimento caótico e ao declínio da qualidade de vida (Citiscope, 2015). Nesse momento, mesmo os problemas básicos que se viviam em muitas cidades, sobretudo nos países capitalistas periféricos, ainda não haviam sido registrados formalmente no nível da discussão internacional.

A Habitat I ocorreu durante o período da Guerra Fria, na sequência de fortes intervenções estatais durante a primeira crise do petróleo, em 1973. Cabe ressaltar a importância que os Estados-nação exerciam na soberania das decisões políticas, econômicas e culturais dos territórios nessa época. A expressão dessa conjuntura está presente na *Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos,* resultado da Habitat I, a qual apresenta como uma característica marcante a regulação do processo de urbanização mundial sob a premissa dos Estados-nacionais fortes, centralizados e reguladores dos processos econômicos (BALBIM, 2016).

Além disso, o documento trás a análise de que a problemática dos assentamentos humanos precários não se restringe a casos isolados nos países em desenvolvimento, e que esse debate não pode se dissociar de uma existente relação econômica injusta entre os países.

São colocadas como causas geradoras da problemática, portanto, a desigualdade econômica; a degradação econômica, ecológica e ambiental; o aumento populacional; a urbanização descontrolada; o atraso e dispersão do meio rural e a migração involuntária.

A *Declaração de Vancouver* coloca dezenove princípios gerais para guiar a prática dos Estados-nações nas suas políticas nacionais, visando alcançar os objetivos da Conferência. Dentre os princípios de destaque está a melhoria na qualidade de vida como o principal e primeiro objetivo de qualquer política para assentamentos humanos, começando pela satisfação das necessidades básicas sobre alimentação, moradia, água potável, emprego, saúde, educação, segurança sem nenhum típo de discriminação, incluindo racial, de gênero, religiosa, ideológica, ética ou outra causa, visando à liberdade, dignidade e justiça social (ONU, 1976).

Além disso, há diversos princípios relativos à redução da poluição e erradicação da exploração irracional dos recursos naturais, reconhecendo o meio ambiente como uma herança da humanidade, sendo sua proteção de responsabilidade de toda comunidade internacional. Nota-se a forte influência da Conferência de Estocolmo para modelar a visão global acerca da questão ambiental na época, disseminando a insustentabilidade que o desenvolvimento econômico acarreta, sobrecarregando as reservas de recursos naturais e gerando degradação ambiental.

Um princípio de extrema importância foi o reconhecimento da terra como elemento fundamental para os assentamentos humanos, e que sua posse, disposição e reserva deveriam se manter sobre controle público. De acordo com esse documento, cada Estado teria o direito de planejar e regular o uso da terra, que é um dos seus recursos mais importantes, de tal forma que o crescimento dos centros populacionais, tanto urbanos como rurais, se baseasse em um plano abrangente de uso da terra. Tais medidas deveriam assegurar os objetivos básicos de reforma social e econômica para todos os países, de acordo com seu sistema e legislação nacional e de posse da terra. É colocado, também, que as políticas de reforma agrária eram essenciais no desenvolvimento rural por facilitar a transferência de recursos econômicos para o setor agrícola, e que o aumento do valor da terra como resultado da decisão pública e do investimento deveriam ser recapturado em benefício da sociedade como um todo.

A declaração dispõe também sobre a cooperação internacional e da urgente necessidade em estabelecer uma nova ordem econômica mais justa entre os países para alcançar progresso na qualidade de vida da população global. O documento é composto por um plano de ação com 64 recomendações para as ações nacionais que por inúmeras e complexas razões, dentre elas a entrada da agenda neoliberal na orientação da política econômica de diversos países a partir da década de 1970, não saíram do papel, sobretudo pelo enfraquecimento da autonomia dos Estados-nações que o documento se sustentava. (BALBIM, 2016).

2. 2. CONFERÊNCIA HABITAT II: O REFLEXO NEOLIBERAL

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos, a Habitat II, aconteceu vinte anos após a primeira, em Istambul. A conjuntura política e econômica mundial havia passado por uma intensa modificação durante essas duas décadas. A mudança na ordem global, destacando a transformação do modelo de consenso de Estado de bem-estar social perdeu espaço para a ampla aceitação das teorias neoliberais, processo liderado pela Inglaterra e Estados Unidos a partir dos anos 1980, até a sua expressão na América Latina com o Consenso de Washington, nos anos 1990 (BALBIM, 2016).

A manifestação desse novo "consenso" ideológico na Habitat II é a forte participação dos setores não governamentais, inovação que marcou a Eco-92 e foi consolidada na Habitat II (MARICATO, 1997). O novo paradigma passa a ser a descentralização

e o fortalecimento do poder local, sendo a Habitat II instituída como a primeira conferência das Nações Unidas que incluiu oficialmente na programação as autoridades locais, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, líderes locais, entre outros, com poder de influir formalmente nas decisões da conferência por meio de um Comitê próprio para estes atores, paralelo ao Comitê governamental.

O questionamento colocado por Maricato (1997) em sua análise sobre a Conferência expressa a enorme contradição de um consenso da ideia, pautada na descentralização e fortalecimento dos poderes locais, como paradigma unificado entre atores sociais de interesses diversos e por vezes opostos. Como compreender que grupos tão diferentes de entidades e instituições puderam defender a mesma pauta causa estranhamento e curiosidade em analisar esse evento. É certo que estava sendo planejada não só uma agenda urbana para os vinte anos seguintes, mas também uma nova forma de governabilidade dos municípios pelos governos nacionais, e a relação entre governos e entidades não governamentais, com forte participação popular.

Na década de 1970, em Vancouver, acreditava-se que os Estados-nacionais fortes conduziriam as soluções para as problemáticas urbanas da época, tanto na versão capitalista do *welfare state* e das barreiras nacionais protecionistas, como na versão socialista de economias centradas no Estado (ROLNIK, 1997). A expressão desse momento histórico em muitos países da América Latina, incluindo o Brasil, foram as ditaduras militares, excluindo a participação dos setores não governamentais e criminalizando movimentos sociais, tamanha a centralidade e autoritarismo que os regimes apresentavam.

O Estado de bem-estar social trouxe para os países centrais o reconhecimento de direitos sociais e da sua executabilidade por governos nacionais fortes. Já no Brasil, não houve jamais a implementação efetiva de uma política de bem-estar social, ao mesmo tempo em que os movimentos de democratização ocorreram de baixo para cima, do interior das organizações sociais e governos locais em direção às esferas mais altas e complexas do Estado (ROLNIK, 1997). À luz do exemplo brasileiro se exemplifica a abordagem internacional dos setores locais na defesa da descentralização e fortalecimento do poder local na Habitat II.

"Enquanto alguns viam a descentralização e o fortalecimento do poder local como o fim do Estado-nação e a emergência de um mundo controlado por uma rede de algumas metrópoles competitivas, outros viam como a possibilidade do controle social sobre a esfera de poder mais próxima e a ampliação da democracia e experiências de autogestão" (MARICATO, 1996, p. 38).

Os Estados nacionais se tornaram inexequíveis não só pela pressão social que ansiava por democracia e participação, mas também pela entrada da globalização dos mercados, estruturando um capital transnacional mais forte e poderoso que os Estados, e pela ruína política e econômica dos regimes do leste europeu nos anos 1980 (ROLNIK, 1997).O advento da globalização iniciou uma nova fase do capitalismo, cuja magnitude e relevância renderam importantes trabalhos de pensadores renomados como Milton Santos, Armén Mamigonian, Octavio Ianni, Paulo Freire e Ariovaldo Umbelino. Não resta dúvida que a revolução tecnológica e a nova fase de acumulação capitalista reservou um importante e inédito papel para as cidades, reforçada pela ideologia neoliberal, as cidades passam a ter um papel competitivo e a performance, o cenário e a ficção ganham importância inédita no pós-modernismo (MARICATO, 1997).

As metrópoles passam a extrapolar a influência local e nacional, funcionando como antenas para as demandas da globalização. A relação entre os países do centro e da periferia se altera na criação de uma nova ordem mundial, associada a uma nova divisão internacional do trabalho (OLIVEIRA, 2015). Maricato (1997, p.27, apud FIORI 1995) relembra que a terminologia que acompanha a classificação dos países periféricos no mundo capitalista mudou de subdesenvolvidos, dependentes, em desenvolvimento, países do sul etc., para "mercados emergentes", que é como os batizou o capital financeiro internacional. O nome é esclarecedor para compreender o papel que os países periféricos passam a desempenhar na ordem global.

A criação da imagem da metrópole competitiva endossou o imaginário dos que passaram pela Habitat II, exemplos de Nova Iorque, Barcelona e Curitiba alimentaram ideologicamente a nova categoria de cidade. A imagem, mídia e ficção passam a compor o dia a dia da cidade de Istambul, um exemplo concreto da maior cidade da Turquia, sede do evento global da Habitat II, foi objeto de uma operação de maquiagem através da reforma dos pisos das calçadas e jardins, da limpeza das ruas, da coleta de mendigos e crianças pobres da ruas do centro, todas as manhãs, durante a realização do encontro (MARICATO, 1997). O sistema capitalista alcança, no neoliberalismo globalizante, o máximo da eficácia de sua malvadez intrínseca (FREIRE, 1997).

Os conceitos de *parceria* e *participação* foram outros paradigmas defendidos na Conferência. A ideia da parceria público-privado e da participação popular na gestão de serviços públicos e de infraestrutura foi incentivada e elogiada ao passo que não faltaram críticas à ineficiência do Estado. O PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - apoiou através da LIFE - *Local Iniciative Facility for Urban Environmental* - 50 experiências ditas inovadoras, todas elas contavam com a participação de comunidades. Há uma relação direta entre esses paradigmas e a demissão do Estado, seja pela privatização de alguns serviços nas parcerias entre os setores públicos e privados, seja pela "privatização indireta" endossando a autogestão ou cogestão de serviços públicos (MARICATO, 1997).

Apesar de existirem ganhos com a participação popular, e esta ter que ser incentivada e defendida, se tratando da gestão de recursos naturais e infraestrutura urbana, há de haver cautela, podendo significar grandes perdas à população a demissão do Estado. Além disso, a privatização dos países periféricos sofre forte influência de companhias internacionais, muitas das que participam das negociações são estatais dos países centrais, sendo a privatização conduzida de uma maneira no sul e de outra no norte (MARICATO, 1997).

Outro aspecto relevante é a dimensão urbano-ambiental como outra grande mudança em relação à Habitat I. Na Habitat II, o termo *sustentável* adjetivou o termo *desenvolvimento* a cada vez que este apareceu em um texto da Conferência (ROLNIK, 1997). Não há, entretanto, consenso sobre sua materialidade. Há quem rejeite a cidade completamente, apontando para os danos ambientais causados pela vida urbana e há quem aponte a luta contra a miséria e o desemprego como condição para a sustentabilidade (ROLNIK, 1997). Além disso, ao mesmo tempo em que os problemas ambientais são apontados como universais, pois ultrapassam fronteiras, aproximando os países em uma luta comum; há o diferenciamento dos países do centro e da periferia do capital, por estes últimos necessitarem enfrentar as diferenças sociais como prioridade na busca pelo desenvolvimento sustentável. Visões que permanecem atuais.

A Conferência resultou na *Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos* e na *Agenda Habitat*. Dois temas se afirmaram como centrais na Declaração: a moradia adequada para todos e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos (ONU, 1996). Países como Estados Unidos e Japão rejeitaram ativamente o reconhecimento da habitação como um direito humano básico, o que obrigou os atores não governamentais a concentrar suas atividades em algo que já havia sido garantido 20 anos antes (BUSCH, 2016). Segundo Ermínia Maricato (1997), a resistência norte-americana para o "direito à moradia" foi resolvida quando, a esse direito, entendido como social e econômico e não como um direito civil, foi adicionada a palavra "progressivamente", retirando a ameaça da aplicação do direito à moradia em contraposição ao direito à propriedade. Ainda de acordo com a autora, a resistência se motiva por, nesses países, a lei ser cumprida, e que, segundo o representante dos Estados Unidos, "a propriedade é a base da sociedade".

A Declaração dispõe sobre a promoção de melhores práticas de gestão de terras, determinando requisitos de terra potencialmente concorrente à agricultura, indústria, transporte, desenvolvimento urbano, espaço verde, áreas protegidas e outros usos. É importante notar que essa ideia influência o Brasil na criação, em 2001, do Estatuto das Cidades, lei que estabelece diretrizes gerais da política urbana, definindo a lei municipal do plano diretor como responsável pelo parcelamento,

edificação e usos da terra municipal. Os ganhos no campo institucional brasileiro vieram, porém, acompanhados por forte mobilização e organização social em um movimento de reforma urbana, que teve como conquista o capítulo de política urbana na Constituição Brasileira de 1988, lei do Estatuto das Cidades e do Ministério das Cidades (JÚNIOR, 2005).

A Agenda da Habitat II estabelece, ainda, outra importante contribuição ao definir um conjunto de princípios e compromissos que incluem igualdade de gênero. Segundo Maricato (1997), os setores não governamentais que estavam lá para defender o direito das mulheres era um dos mais fortes e organizados da Conferência. Alguns grupos foram considerados como prioritários pelas necessidades específicas que apresentam, sendo eles: mulheres, pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens. Esse reconhecimento impactou a elaboração de todos os documentos subsequentes, que passam a especificar ações específicas para esses grupos, chegando inclusive ao atual momento (BALBIM, 2016).

3. HABITAT III E A NOVA AGENDA URBANA (NAU): O CENÁRIO RECENTE

A terceira Conferência Habitat, agora chamada de *Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável*, ocorreu em Quito no Equador, no ano de 2016. Pela primeira vez na história da Habitat, a maior parte da população mundial, durante a realização do evento, habitava a área urbana. Além disso, o desenvolvimento das cidades passou a ter especial relevância após a Agenda 2030 da ONU, aprovada em 2015, que coloca em seu 11º objetivo para alcançar o desenvolvimento sustentável a temática das cidades e comunidades sustentáveis. Devido a isso, muitos países tencionaram para que não houvesse a Conferência Habitat III, pois os objetivos já estariam contemplados na Agenda 2030. Uma maneira de seguir as negociações para que houvesse o evento e a Nova Agenda Urbana (NAU) foi incluir muitos dos princípios da Agenda 2030 na NAU. Há, entretanto, no texto da NAU maiores possibilidades de tensionamentos do que na Agenda 2030, tornando esse documento indispensável (JÚNIOR, 2017).

Em relação ao cenário político, econômico e social internacional, o banco Credit Suisse revelou que 1% da população mais rica acumula mais riquezas do que os 99% restantes (SUISSE, 2015). Ao mesmo tempo, a riqueza detida pela metade mais pobre da humanidade caiu em um trilhão de dólares nos últimos cinco anos (OXFAM, 2016). Essa é apenas a evidência mais recente de que vivemos atualmente em um mundo caracterizado por níveis de desigualdade não registrados há mais de um século (OXFAM, 2016). A acumulação e concentração do capital são, portanto, características marcantes desse momento histórico.

A concentração da riqueza se materializa também nas cidades, sendo as megacidades responsáveis por acumularam as principais funções relativas ao processo de produção e comercialização de mercadorias e atividades financeiras, sendo a própria cidade uma mercadoria da globalização. A partir disso, atrair investimentos do mercado internacional é tornar seu ambiente urbano mais competitivo, o que significa em última instância a geração de mais capital para o país e para quem quer que invista. As marcas da desigualdade se manifestam com muito fervor nas grandes cidades, que acumulam a níveis crescentes os assentamentos irregulares, favelas, pobreza, e poluição[1].

A crise financeira internacional, revelada a partir da crise no mercado imobiliário norte-americano, conhecida apenas como a crise de 2008, evidencia a dimensão dessa questão, tanto por colocar em dúvida a eficácia dos "livre-mercados", defendidas por muitos economistas ganhadores de Prêmio Nobel (KRUGMAN, 2009), quanto por ter sido gerada a partir do comércio de hipotecas no mercado de moradia. A habitação, já defendida desde a Habitat I enquanto direito fundamental, é comercializada pelos bancos internacionais, impulsionando a concentração financeira. O direito a moradia caminha, dessa forma, na contramão da lucratividade desse mercado, sendo um dos grandes desafios para sua efetiva implementação atualmente. Os direitos são relativizados e o lucro valorizado.

[1] Apesar de ocuparem apenas 2% da área global, as cidades hoje são responsáveis por consumirem mais de 60% da energia global, emitir 70% dos gases do efeito estufa e produzirem 70% do lixo global (ONU, 2016).

A negociação de uma Agenda da ONU em realidade tem poucos espaços de negociação como tal, foram dois anos e meio para construir a Conferência e o documento, mas o processo de negociação, quando entram os Governos e os diplomatas para discutir e disputar as visões que se pretendem, foi curto, cerca de quatro meses (ZÁRATE, 2017). O espaço da ONU não dá abertura para debater em plenária, são muitos países e pessoas, então somente se avança se os países apresentarem propostas, isto é, relatórios nacionais. Os Governos fazem comentários acerca dos relatórios nacionais e, caso não haja consenso em alguma proposta, começam as negociações. O Direito à Cidade muito rapidamente apareceu como um centro de conflito, de não consenso (ZÁRATE, 2017).

Destaca-se o desenvolvimento e evolução do termo *direito à moradia* da Habitat II para *direito à cidade* na Habitat III.

Essa mudança de perspectiva se deu na compreensão de que, para viver com dignidade, não basta apenas moradia adequada e sim uma série de serviços urbanos que garantam a plena realização das funções básicas do espaço na satisfação de direitos fundamentais, como mobilidade de qualidade e acessível, serviços de saúde, lazer, áreas verdes, alimentação, entre tantos outros. Além disso, essa pauta ganha especial relevância ao ter sido proposta por países da periferia do capitalismo e negociada com países tradicionais dentro das Nações Unidas, valendo-se ressaltar o ganho não só institucional de política de direcionamento para as cidades, mas também demonstrando a organização e força da parceria dos países da América Latina na ONU, sobretudo Brasil, México e Equador.

Os principais países que se opuseram imediatamente ao Direito à Cidade foram liderados pelos Estados Unidos e representam grande força política dentro do sistema ONU. O principal argumento contra é que não se pode incluir um direito que não é reconhecido internacionalmente, apesar da NAU não possuir caráter legal, ela representa um acordo diplomático entre países, o que assustou muitos países com posturas tradicionais. Vale ressaltar que o mesmo argumento já havia sido colocado vinte anos antes acerca da inclusão do direito à moradia na Habitat II, que também não era um direito reconhecido na lista de direitos humanos porém foi incluído no texto fruto da Conferência Habitat II. O debate desde essa época se divide entre o lado que defende que esse direito é novo, portanto não cabe ser colocado no texto, e o que defende que o direito já existe, mesmo que não com esse nome, pelos princípios que sustentam a sua existência já serem reconhecidos como direitos humanos fundamentais. O mesmo debate permeou a negociação do direito à cidade, tendo representado um ganho não apenas a conquista da citação do termo mas também a dissertação dos princípios que o fundamentam, dentro da NAU.

É importante destacar, entretanto, que apesar de ser uma vitória dita dos países latino-americanos, o Direito à Cidade não foi consenso na Conferência Regional da América Latina. Alguns países, liderados principalmente pela Colômbia, demonstraram oposição à inclusão desse termo no texto da NAU. O principal argumento apresentado foi que esse direito inclui apenas a população urbana e não engloba a rural, além da ideia de que não é possível criar um novo direito, que não seja parte dos direitos humanos já existentes, em um documento que não tenha essa finalidade e tampouco caráter legal (JÚNIOR, 2017).

Países como Líbia e Rússia defenderam, ainda, a inclusão do direito à família, e utilizaram dessa pauta no tensionamento da aceitação do direito à cidade, utilizando como moeda de troca o apoio ao direto à cidade em troca da inclusão do direito à família. Há uma sensível sobreposição, nesse caso, de direitos humanos com valores e tradição de determinados países. A maior perda nesse tensionamento foi o embargo do avanço dos direitos de diversidade sexual, que estavam em desacordo com a concepção de família colocada por esses países (JÚNIOR, 2017).

Outro aspecto importante foi a redução na participação da sociedade na Habitat III em relação a Habitat II. O modelo das Nações Unidas, isto é, método e visão, são os mesmos desde a primeira Conferência Habitat. A participação social depende, portanto, de como está organizada a sociedade e de sua força de pressionar as

decisões (JÚNIOR, 2017). A pequena participação social, no ano de 2016, indica que o setor não governamental, movimentos sociais e civis independentes não estão articulados internacionalmente em torno desse evento, o que pode indicar a fragmentação da luta social e/ou uma crise de representação e de legitimidade interna da ONU. Debruçar-se sobre essa temática é fundamental para compreender os processos de participação e de democracia dentro do evento, e de mobilização social em torno da questão urbana.

Outra grande diferença em relação à Conferência anterior foi que, enquanto a Habitat II possuía como tema central o direito à moradia, na Habitat III houve uma difusão de temáticas, muitas delas trazidas pela Agenda 2030, porém com ampla diversidade de visões que devem ser disputadas no pós Conferência (JÚNIOR, 2017). A disputa entre as narrativas das cidades competitivas, resilientes ou "smart cities", termos plasmados pelo urbanismo neoliberal, e das cidades solidárias traduzem as duas visões de cidades desejadas para o futuro, no qual as cidades competitivas é a realidade desde a Habitat II. As parcerias entre diversos atores na resolução das problemáticas urbanas, concepção já presente na Habitat II, é reforçada na Habitat III, além de terem sido trazidas concepções originárias no Consenso de Washington para a o controle e gestão financeira dos municípios, como as "boas práticas" aos países em desenvolvimento a fim de guiar suas economias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental das Conferências Habitat traduz um importante histórico do pensamento internacional acerca dos assentamentos humanos e elucida uma realidade pouco animadora. Muitas das problemáticas já reconhecidas em 1976, na Habitat I, continuam sem resolução, e outras tantas se agravaram.

Em termos de avanços institucionais, a primeira Conferência pode ser considerada a mais progressista entre as três, por ser a única que apresenta a questão urbana como uma problemática resultante de um modelo econômico internacional injusto entre os países, sendo as ações locais importantes, porém insuficientes se não houver a articulação entre elas em um objetivo comum. Naquele momento foi colocada a necessidade urgente em estabelecer uma nova ordem econômica mundial mais justa entre os países como objetivo central para a melhoria da qualidade de vida dos assentamentos precários, principalmente nos países subdesenvolvidos.

A entrada da agenda neoliberal, entretanto, rompeu com a compreensão da abrangência da questão urbana e as possibilidades de resolvê-la passaram a ser moldadas a partir da descentralização e do poder local, que contribuíram na demissão do Estado e na privatização das funções que seriam anteriormente exercidas no setor público. Atualmente, vinte anos após a Habitat II, nota-se a sobreposição do poder de grandes corporações privadas ao poder dos Estados, sendo uma das principais características e desafio dessa nova fase, que se estende até os dias atuais.

A Nova Agenda Urbana, de 2016, apresenta ganhos importantes ao incorporar o direito à cidade, a relevância da questão ambiental e a incorporação da importância das cidades na busca pelo desenvolvimento sustentável. Desde a Habitat II já havia a compreensão dos danos ambientais causados pelas cidades, tema que se torna mais evidente quando a população urbana ultrapassou a rural, em 2007, com previsões de continuar aumentando ininterruptamente ao longo dos próximos anos.

A práxis desses avanços institucionais, entretanto, não está garantida. Como ocorreram nas décadas passadas, muitas temáticas colocadas anteriormente não foram solucionadas por não ser esse um documento legal e, principalmente, por esses objetivos estarem na contramão da lucratividade de um sistema que é sustentado pelas injustiças. Por isso, o desafio da atual urbanização é não somente a implementação efetiva da NAU mas, sobretudo, a disputa pela maneira que ela será colocada em prática. A ideia de cidades inteligentes e resilientes se apresentam como principal resposta no âmbito internacional, e pode representar

mais uma "solução" que acentuará as problemáticas urbanas e rurais nos próximos anos.

O apêndice 1 traz um quadro sintético relativo às as Conferências Habitat.

REFERÊNCIAS

BALBIM, R. **Direito à cidade, participação local e relações internacionais.** In: VANESSA MARX, M. A. C. Participação, conflitos e intervenções urbanas: Contribuições à Habitat III. Porto Alegre: IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, 2016. p. 1 - 318.

BALBIM, R. **Para entender o relatório.** In: IPEA, C. Relatório Brasileiro para a Habitat III. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada , 2016. p. 17 - 21.

BUSCH, B. **Three strikes , you're out: Habitat III's doomed urban agenda.** FA Failed Architecture, 25 Novembro 2016.

CITISCOPE , 2015. **Disponivel em: <http://citiscope.org/habitatIII/explainer/2015/06/whats-history-habitat-process>.** Acesso em: 11 abril 2017.

FIORI, J. **L. Em busca do dissenso perdido.** Insight, Rio de Janeiro, 1995.

FREIRE, P. **Globalização, ética e solidariedade.** Desafios da globalização. In: Dowbor, L.et al. (Org.). Vozes, Petrópolis, RJ, 1997.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos.** [S.l.]: [s.n.], 1994.

JÚNIOR, N. **S. O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática.** Instituto Pólis, São Paulo, 30 março 2005. 1 - 8.

JÚNIOR, N. **S. Entrevista.** Istituto Pólis. [S.l.]. 2017.

JÚNIOR, N. **S. Roda de conversa sobre direito à cidade: Desafios pós Habitat III**. São Paulo: Instituto Pólis (IPólis). 2017.

KRUGMAN, P. **A crise de 2008 e a economia da depressão.** Revista de Economia Política 30 (1), 2010, Rio de Janeiro , p. 1 - 3, 2009.

MARICATO, E. **Ecos da Habitat II.** In: MULHER, C. D. C.-C. D. I. Mulher, Habitat e Desenvolvimento. São Paulo: [s.n.], v. Caderno nº3, 1996.

MARICATO, E. **Contradições e avanços da Habitat II.** In: GORDILHO-SOUZA, A. Habitar Contemporâneo - Novas Questões no Brasil dos anos 90'. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 22 - 49.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** 1. ed. São Paulo: [s.n.], 2015.

MUAD, A. **C.** E. **A participação dos Governos locais na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HAbitat II) e seus desdobramentos internacionais e nacionais.** Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais. Brasília, p. 1 -140. 2011.

ONU. **New Urban Agenda, Quito, 23 Dezembro 2016.** 1 - 29.

OLIVEIRA, A. **U.** D. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira.** Geousp - Espaço e Tempo, v. 19, n. 2, p. 229 - 245, ago 2015. ISSN ISSN 2179-0892.

ONU. **The Vancouver Declaration on Humam Settlements.** Vancouver, Canadá: [s.n.]. 1976. p. 1 - 44.

ONU. **UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS (HABITAT II).** 3-14 June. Istambul: [s.n.]. 1996. p. 1 - 229.

ONU. **Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** [S.l.]: [s.n.]. 2015. p. 1 - 49.

OXFAM. **UMA ECONOMIA PARA O 1% - Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido.** DOCUMENTO INFORMATIVO DA OXFAM 210 , 18 Janeiro 2016. 1 - 52.

ROLNIK, R. **Brasil e o Habitat.** In: SOUZA, A. G. Habitar Contemporâneo - Novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: Universidade Federal da Bahia UFBA, 1997. p. 51-59.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem.** 3. ed. São Paulo: Coleção Milton Santos, v. 5, 2012.

SUISSE, B. **C. Global Wealth Databook 2015.** Riqueza líquida total à taxa de câmbio, 2015.

Apêndice 1: Evolução histórica, contextos e conjunturas políticas e econômicas que envolveram as Conferências Habitat.

Fonte: Própria.

Habitat I	Habitat II	Habitat III
Maioria da população mundial era rural; Debate urbano sem destaque no cenário global. Êxodo rural e migração já eram vivenciados com intensidade. Presença de assentamentos irregulares nas cidades, principalmente nos países periféricos. Estados-nacionais fortes e soberanos. Assentamentos precários como consequência de uma relação econômico injusta entre os países (e não um problema isolado). Causas geradoras da problemática: desigualdade econômica; degradação econômica, ecológica e ambiental; aumento populacional; urbanização descontrolada; o atraso e dispersão do meio rural e a migração involuntária. Melhoria na qualidade de vida como objetivo principal; Satisfação das necessidades básicas sobre alimentação, moradia, água potável, emprego, saúde, educação, segurança sem nenhum tipo de discriminação, incluindo racial, de gênero, religiosa, ideológica, ética ou outra causa. Meio ambiente como bem comum e sua proteção é responsabilidade de toda comunidade internacional. Desenvolvimento harmônico requer a redução das disparidades entre áreas urbanas e rurais, e que os Governos devem adotar políticas de redução das diferenças entre padrões de vida e oportunidades entre áreas urbanas e não urbanas. Cooperação internacional. Reconhecimento da terra como elemento fundamental para os assentamentos humanos, e que sua posse, disposição e reserva devem se manter sobre controle público; Urgente necessidade em estabelecer uma nova ordem econômica mais justa entre os países. Políticas de reforma agrária como essenciais no desenvolvimento rural.	Maioria da população mundial era rural; Entrada da agenda neoliberal no cenário global. Intensificação do processo de migração e êxodo rural; Aumento dos assentamentos informais nas cidades. O paradigma passa a ser a descentralização e o fortalecimento do poder local, desenvolvimento sustentável. Entrada da globalização dos mercados, estruturando um capital transnacional mais forte e poderoso que os Estados-nacionais. Forte participação de setores não governamentais. Ampliação da democracia e experiências de autogestão. Dois temas centrais: Desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e “direito à moradia”. Alguns grupos são considerados prioritários pelas necessidades específicas que apresentam, são eles: mulheres, pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens. É incorporado o termo “desenvolvimento sustentável”. Meio urbano e rural reconhecidos pela sua interdependência. O aprimoramento da infraestrutura e geração de emprego na área rural para reduzir a migração, sendo as pequenas e médias cidades o foco desse processo. O direito a moradia é colocado com abrangência também para as áreas rurais, dando prioridade para as classes mais pobres. Parceria e participação como novos paradigmas. Promoção de melhores práticas de gestão de terras, determinando requisitos de terra potencial em relação à diferentes usos. Emergência de um mundo controlado por uma rede de algumas metrópoles competitivas. As metrópoles passam a extrapolar a influência local e nacional, funcionando como antenas para a demanda da globalização. A relação entre os países do centro e da periferia se altera na criação de uma nova ordem mundial, associada a uma nova divisão internacional do trabalho.	Maioria da população mundial urbana; Aumento das desigualdades entre os países centrais e periféricos fruto da agenda neoliberal globalizante. Aumento da insegurança e da migração internacional; Aumento dos assentamentos informais nas cidades. Direito à cidade como centro de conflito, temáticas dispersas trazidas pela Agenda 2030. As pequenas e médias cidades são o foco da urbanização para os próximos vinte anos. Redução da participação social nas decisões da Habitat III, o que pode indicar uma menor organização social em nível internacional acerca desse evento e/ou uma crise de legitimidade interna da ONU. Dez áreas temáticas, destacando o “direito à cidade e cidade para todos” como um dos temas importantes para o Brasil. Especial atenção para as necessidades das mulheres e garotas, crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade. A questão de diversidade sexual e de gênero ainda não foi incluída à Conferência. Incorporado a perspectiva de cidades ecológicas e resilientes. O desenvolvimento sustentável se solidifica, norteando as discussões. Relações urbano-rurais definidas como: Funções complementares e fluxos de pessoas, recursos naturais, capital, bens, empregos, serviços de ecossistema, informações e tecnologia entre áreas rurais, periurbanas e urbanas”. Além disso, há o destaque para o crescente processo de agricultura urbana. Parceria de diversos agentes. Foco no planejamento territorial e espacial na redução das desigualdades. As cidades reúnem as condições para a produção, inovação e o comércio em uma escala global que termina por beneficiar aos países onde estão. Crise econômica mundial, intensificando as relações de desigualdade e exploração entre os países centrais e periféricos.

PRODUÇÃO MILITAR DA "CIDADE OLÍMPICA": reflexões sobre o Rio de Janeiro

ROCHA, LIA DE MATTOS (1); DAVIES, FRANK ANDREW (2)

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Instituto de Ciências Sociais UERJ - R. São Francisco Xavier, 524 - Sala 9033 A - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, 20550-900
E-mail: liarocha08@gmail.com

2. Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ, Departamento de Administração Rodovia BR-230, KM 22, s/n – Sala C 46 - Água Fria, João Pessoa – PB, 58053-000
E-mail: daviesfr@gmail.com

Resumo

No Rio de Janeiro da "era dos megaeventos", entre a realização dos Jogos Panamericanos de 2007 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o apoio e a participação de agentes militares das Forças Armadas foi essencial para a gestão da cidade e dos projetos esportivos. Por semanas, meses e até anos, parte do território metropolitano foi ocupado por tropas e serviu de palco para verdadeiras operações de guerra, em uma ação ironicamente chamada de "pacificação".

Além de investimentos em segurança e defesa, os comandos das corporações militares lançaram mão de uma licença legal para a venda de imóveis públicos sob sua administração, seguindo um decreto-lei sancionado durante o período da ditadura civil-militar, há mais de quarenta anos. Durante a realização desses torneios, lotes urbanos foram repassados do Exército e da Marinha à Prefeitura, ao governo do estado e a diferente empresas, redimensionando a ocupação militar na cidade e provendo as Forças Armadas de uma forma sui generis de financiamento.

O esporte também foi estimulado por agentes governamentais através de parcerias com os militares, justificando a criação da "região olímpica de Deodoro" para uso exclusivo da corporação.

Ações de segurança, negociações fundiárias e políticas de apoio a atletas explicitaram os modos como comandos militares participaram da produção do Rio de Janeiro como "cidade olímpica". As características da gestão militar, suas técnicas para o controle da vida urbana, os atritos causados no cotidiano de moradores da cidade e os proveitos que os dirigentes auferiram por meio dessas iniciativas são temas de interesse dessa apresentação. Para abordar tais práticas, fazemos uma análise da literatura recente dedicada aos processos que situam os comandantes militares como protagonistas de dinâmicas de "renovação urbana" realizadas sob o argumento dos megaeventos. Nesse esforço, ampliamos as possibilidades de compreender as agências de promoção e regulação do que vem sendo chamado de "processo de mercantilização da cidade".

Os autores dessa proposta tem se dedicado ao assunto, refletindo a criação de unidades policiais e militares em favelas e territórios de pobreza e os efeitos da

assunção de comandantes militares a frente do policiamento dessas localidades (ROCHA, 2014, DAVIES, 2014a, ROCHA et al , 2015). Uma análise mais atenta à "região olímpica de Deodoro" também foi alvo de nossas inquietações (DAVIES, 2014b, 2017), de modo que esta apresentação pretende sintetizar e, ao mesmo tempo, reunir, reflexões sobre o papel dos comandos militares na preparação da cidade para os Jogos. Nosso objetivo final é considerar as técnicas acionadas por comandos militares para a gestão e o controle da vida na "cidade olímpica", ponderando os alcances e os limites desses agenciamentos a partir das resistências engendradas por moradores.

Palavras-chave: *Rio de Janeiro; megaeventos; comandos militares; militarização.*

Introdução

Figuras presentes na cena política brasileira, os comandos das Forças Armadas tem buscado novos papéis desde a reabertura democrática e o fim da ditadura, promovida e conduzida por eles por mais de vinte anos (1964-1985). Nesse novo momento, o tema da função constitucional das corporações militares tem sido central nas articulações entre que envolvem as Forças e a política institucional, pois como considera o historiador José Murilo de Carvalho (2005, p. 136) "(...) não havendo ameaça externa convincente, atribuir-lhes [às Forças] o papel exclusivo de defesa externa seria condená-los ao desemprego, seria tirar-lhes a justificativa da própria existência".

Para outras e novas funções além da defesa externa, os militares atuaram na preparação do Brasil e do Rio de Janeiro para a chamada *era dos megaeventos*. Compreendida como o intervalo entre a realização dos Jogos Panamericanos de 2007 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, essa *era* expressou o contexto favorável para que o país e, mais especificamente a cidade carioca se tornasse sede de grandes torneios esportivos internacionais, como a Copa do Mundo FIFA de 2014, a Copa das Confederações de 2013 e os Jogos Militares de 2011. Nesse momento o Rio de Janeiro também foi palco de encontros e celebrações de larga escala e longo alcance[1], como o Rio+20 em 2012, e a Jornada Mundial da Juventude em 2013.

Para entender as dinâmicas que deram forma aos megaeventos na cidade carioca, grande parte das investigações deram ênfase à atuação de agentes privados e/ou suas aproximações com dirigentes eleitos do setor estatal, considerando a complexidade desses contatos e analisando suas articulações em diferentes escalas e níveis. Ao destacar a presença e os vínculos entre empresas nacionais,

[1] O termo megaevento tem sido acionado para se referir às celebrações e torneios que operam como "ocasiões-chave" de produção de imagens e discursos sobre a cidade e o país-sede, amplificadas pela proeminência internacional, o apelo dramático e o significado da ocasião para a "cultura pública" (ROCHE, 2000).

internacionais, agentes dos poderes executivos municipais, estaduais e federais, grande parte da literatura académica optou por sobressaltar certas agências em detrimentos de outras, aproximando a realidade dos megaeventos no Brasil e no Rio de perspectivas analíticas já formuladas enquanto "empreendedorismo urbano", "planejamento estratégico" e produção de "cidades globais"[2]. O que queremos dizer é que a "mercantilização" do espaço urbano e suas condições de realização no contexto dos megaeventos no Rio de Janeiro sobressaltaram as continuidades desse caso em relação a outras experiências de "transformação urbana", aquo que Roy Coleman(2004: 28) entende como "imagens da cidade neoliberal", que operam prescrevendo "quem ou o que pode ou não pode ser visto" nas análises sobre o urbano[3]. Considerando a ótica comum a esses trabalhos, as dinâmicas de "mercantilização" no caso carioca e brasileiro foram vistas em analogia às dinâmicas e os agentes identificados pelas leituras de referência.

A ênfase sobre certos agentes e práticas deixa à sombra ou coloca em segundo plano interesses e estratégias de outros personagens dessa cena politica, como os comandos das Forças Armadas. Parte desse silêncio também se fundamenta na ênfase dos estudos sobre os militares à moralidade e à cultura dessas corporações e ao espraiamento desses valores à vida "civil".

Neste artigo destacamos as agências dos comandos militares na cena política brasileira, agora marcada pelas configurações do sistema democrático. A fim de refletir sobre os alcances e os limites dessas agências, consideramos a produção do Rio de Janeiro como "cidade olímpica" enquanto "caso bom pra pensar" tais dinâmicas. O apoio e a participação das Forças Armadas foi essencial para a

[2] Os conceitos fazem referência a análises que tem sido mobilizadas por essa bibliografia sobre o Rio de Janeiro dos megaeventos (comentamos na próxima nota sobre esse recorte), respectivamente Harvey (2005), Castells e Borja (1996) e Sassen (1991).

[3] Tais observações não são feitas a partir de um levantamento sistematizado sobre a bibliografia dedicada ao tema (o que seria mais justo), mas concluímos a partir do nosso contato com essa produção para o desenvolvimento de nossas reflexões nos anos recentes. De forma geral concentramos as leituras no campo das ciências sociais, da geografia, do urbanismo e do planejamento urbano que tomam a cidade do Rio de Janeiro como objeto de interesse.

organização desses torneios, indo além do escopo da defesa e da segurança nacional. Por meio dos seus comandos, as corporações também atuaram na segurança urbana, serviram de apoio a atletas considerados de alto rendimento e operaram na regulação do comércio de lotes urbanos, aproveitando uma licença jurídica exclusiva para negociar terras sob sua administração.

Para analisar a atuação dos comandos das Forças no processo de produção do Rio de Janeiro como "cidade olímpica", optamos por realizar uma abordagem empírica sobre as possibilidades de "fazer Estado" através das relações de poder. As referências para este trabalho conduzem a leitura do "Estado" como uma "forma política de governo" (Foucault, 2006, p. 132), rompendo com as visões idealizadas e/ou normativas sobre o Estado e as políticas públicas. Mais do que expressam as leis e os discursos de seus representantes, o Estado é um dimensão que condensa uma variedade de possibilidades de governo estabelecidas em diferentes matizes ou "sistemas de correlações", o que Collier (2011) chama de "topologias de poder". Entre as múltiplas possibilidades de governo que constituem o Estado, nos concentramos em apresentar e analisar as práticas empreendidas por comandos das corporações militares e, mais especificamente, as técnicas e dispositivos acionadas durante a preparação da cidade para os torneios esportivos e outros acontecimentos de larga escala.

Para este trabalho fizemos levantamento e análise da literatura recente dedicada à *era dos megaeventos*, incluindo e colocando em diálogo com nossas recentes discussões. Nesse conjunto selecionado de trabalhos, grande parte artigos, dissertações ou teses das ciências sociais, destacamos os modos como comandantes militares atuaram em ações justificadas e/ou associadas aos Jogos e os megaeventos.

O uso das Forças Armadas para a segurança das cidades brasileiras denota a imprecisa função constitucional dessas corporações. Além disso, essa prática estatal reflete a visão bastante disseminada na sociedade brasileira que representa as favelas como lócus do inimigo, lugar "em guerra" que imprescinde

a "pacificação"[4]. As Forças Armadas, nesse caso, atuam como instituições responsáveis pela "garantia da lei e da ordem" e sob essa orientação, cumprem a função de "fiadoras da segurança interna" (Mattias; Guzi, 2010).

Além dessa forma de atuação já conhecida no contexto democrático brasileiro, as corporações militares se inscrevem na promoção dos Jogos como um nicho de treinamento para atletas de alto rendimento, seguindo um programa federal feito em 2008 através de uma parceria entre o Ministério da Defesa e do Esporte. Na *era dos megaeventos*, esse programa justificou a incorporação temporária de atletas aos quadros da hierarquia militar e avalizou a construção de instalações esportivas em terrenos administrados por essas instituições e incorporadas ao seu rol imobiliário. Um caso particular foi a "região olímpica de Deodoro", uma das quatro áreas selecionadas para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. A despeito dos discursos oficiais indicarem a "juventude" como o público beneficiário dessa nova "região olímpica", quem pôde e segue autorizado a utilizar suas instalações são os atletas vinculados às corporações.

Outra técnica acionada por comandos militares também chama atenção ainda que não seja exclusiva a *era dos megaeventos*: a licença às corporações para venda de imóveis públicos sob sua administração. Outorgada há mais de quarenta anos, esta licença concedida na forma de Lei especial decretada pela Presidência, ainda no período da ditadura militar, segue sendo aplicada em sentenças nas que juízes entende ser uma medida para "monetarizar as Forças Armadas" (Gomes, 2011). Apesar da licença aos militares para controle imobiliário, a Constituição de 1988 não permite que este mesmo movimento seja feito por outros órgãos e autarquias do setor público em nível federal, que concentra a gestão desses bens através da Secretaria de Patrimônio da União. Na preparação para o megaevento, vários lotes de "áreas militares" na cidade foram negociadas e repassadas à Prefeitura, ao governo do estado e a empresas, redimensionando a ocupação das Forças no espaço urbano e as provendo de uma forma autônoma e *sui generis* de financiamento.

Analisando diferentes práticas, este artigo pretende caracterizar o governo dos militares na produção do Rio de Janeiro como "cidade olímpica". Através da descrição de iniciativas que envolvem os comandos da corporação em intervenções no espaço urbano, buscamos mapear as relações de poder, entendendo "poder" não como uma substância, mas uma disposição entre agentes. Seguindo a leitura política de Michel Foucault (1995, p. 242), "o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes". "Poder" seria "(...) estruturar o campo de ação dos outros" (op. cit., p. 244) e, "governo", a forma de compreender o exercício do poder sobre populações[5].

1. Afiançando a segurança interna na cidade e para os Jogos: "pacificação" e operações de "garantia da lei e da ordem"

No dossiê de candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016 apresentado ao Comitê Olímpico Internacional (COI), a "integração" entre os níveis federal, estadual e municipal[6] foi acenada como solução para o tema

[4] A oposição entre favela e cidade formal (ou morro e asfalto, na linguagem do senso comum) é expressiva de parte considerável da representação dual da sociedade brasileira, analisada desde o surgimento do pensamento social brasileiro. Assim, as favelas (e outras áreas de pobreza e periferia, variando de nome de acordo com a região) são a expressão do que há de atraso, arcaísmo, desordem social, criminalidade, degradação moral, etc.; ou seja, o Outro da sociedade moderna que o Brasil pretende ser. Tal representação orienta, segundo procuramos argumentar, a atuação estatal nessas localidades. Para maiores informações sobre a representação das favelas no pensamento social brasileiro ver Valladares (2005).

[5] Senellart argumenta que Foucault muda o emprego do termo "poder" por "governo" a partir da sua análise sobre a biopolítica, em especial a fim de compreender o fenômeno ocidental do Estado moderno. Em *Segurança, Território e População*, o filósofo aponta para as tecnologias de governo (família, religião e as corporações militares, por exemplo) e a tendência a "estatização" das suas técnicas e dispositivos a partir dos séculos XVI e XVII.

[6] No momento de apresentação da candidatura (2009) os ocupantes do cargo de Presidente da República (Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores), de Governador do Estado do Rio de

da “segurança pública”. O texto afirmava que “as autoridades brasileiras têm grande experiência na implantação de estratégias *de redução da criminalidade em grandes eventos*, incluindo as celebrações de Réveillon[7]” (COB, 2009, v.3, p. 28, grifos meus). Limitando a “criminalidade” aos “grandes eventos”, o discurso dos organizadores considerou a “segurança” a partir de ações possíveis para reduzi-la ou contê-la, no contexto restrito dos megaeventos.

O Réveillon foi acionado entre outras cerimônias que, em comum, envolvem a participação de grande público e a gestão de seus deslocamentos. O dossiê, divulgado no início de 2009, também deu destaque à realização de outro torneio esportivo, os Jogos Pan-americanos Rio 2007, quando “Governos Estadual e Municipal implantaram um extenso programa de gerenciamento do crime, resultando em uma atmosfera pacífica e segura para o evento.” (op. cit., p.28)

O documento também indicou a proposta de “aumentar as tropas da Polícia Militar de 38.000 para 54.000 em 2012, com vistas a garantir uma *presença policial permanente nas zonas de alto risco nas comunidades*” (op. cit., p.28, grifos do autor). As iniciativas para “redução da criminalidade em grandes eventos” consideraram as favelas cariocas (sob a alcunha de “comunidades”) como “zonas de alto risco”, nesse caso, de risco à segurança dos Jogos Olímpicos. Tal enquadramento não foi iniciado pelo documento, mas repercute uma imagem do Rio de Janeiro disseminada a partir dos anos 1980 e 1990, que enfatiza a gramática da violência urbana e indexa aos moradores de favelas a condição de cúmplices e reféns de criminosos (Leite, 2000; Machado da Silva, 2002).

Ainda que sem dar nomes, o dossiê fez referência às UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora, instaladas em algumas favelas da cidade a partir do fim de 2008, configurado de forma mais elaborada a partir do ano seguinte. A ação foi tida como a aposta do governo estadual para lidar com a imagem da “cidade violenta” e das favelas como “foco da criminalidade”. Coordenado pela polícia militar do estado e a secretaria de segurança pública, as UPPs ocuparam 42 localidades até a realização dos eventos levando mais de nove mil policiais à ocupação permanente e ostensiva nesses territórios[8].

Geograficamente, as favelas selecionadas pelo programa de “pacificação” coincidiram com as “regiões olímpicas” e as áreas turísticas da cidade, além do trajeto entre o aeroporto e esses espaços (FIGURAS 1 e 2). Com poucas exceções a esse recorte, o programa das UPPs se estabeleceu de forma circunscrita na cidade, enfrentando críticas quanto ao possível efeito de “migração de criminosos” para áreas “não pacificadas”, o que em certo nível alterou o desenho imaginado do projeto (Miagusko, 2016).



Janeiro (Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e de Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro (Eduardo Paes, também do PMDB) apresentavam-se como parte de uma mesma aliança partidária e eleitoral.

[7] As festas de fim de ano no Rio de Janeiro são marcadas por grandes eventos realizados em locais públicos, especialmente na orla carioca, com a apresentação de músicos e queima de fogos de artifício que reúnem mais de um milhão de pessoas, entre brasileiros e estrangeiros.

[8] Na comitiva brasileira que foi a Copenhague em outubro de 2009 a fim de acompanhar a eleição à cidade-sede das Olimpíadas de 2016, esteve presente a então Major Pricilla Azevedo, primeira comandante da primeira UPP da cidade, na favela Santa Marta. A presença da oficial junto a Pelé, a representantes do COB e a chefes eleitos dos governos federal, estadual e municipal, afiançou o compromisso dos organizadores do evento com a ocupação territorial das “zonas de alto risco” da cidade.



Figuras 01 e 02 – Mapas com a localização das áreas “pacificadas” na cidade entre 2008 e 2015 e as “regiões olímpicas” para os Jogos de 2016
Fonte: Mapa Digital do Rio de Janeiro

Sob frágil arcabouço jurídico[9] e sem cumprir efetivamente a “ocupação social”[10], os anos seguintes derrubaram por terra as possibilidades de entender as UPPs como solução para a “segurança” na cidade. O policiamento pela “pacificação” não causou a diminuição no homicídio de jovens negros, favelados e tampouco de policiais., mas por efeito a continuidade dessa política, os agentes de segurança alçaram a um papel político importante nesses territórios e na regulação de suas populações.

[9] O Decreto-lei 41.650 de 21 de Janeiro de 2009 só cria as UPPs e dois anos depois, outro Decreto (42.787, de 6 de janeiro de 2011), regulamenta o funcionamento do programa e afirma que um dos seus objetivos é “devolver à população local a paz e a tran- quilidade públicas necessárias ao exercício da ci- dadania plena, que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”.

[10] As favelas cariocas possuem um déficit de serviços estatais históricos - muitas não contam com hospitais, escolas, saneamento, segurança, etc. de qualidade - ou pelo menos não nos padrões obsevados na parte formal da cidade. Portanto, sempre que se discute atuação estatal nas favelas a cobrança por uma “ocupação social” reaparece, no sentido de que seria preciso dotar tais localidades desses serviços. ROCHA, 2014, LEITE, 2015 entre outros trabalhos, tem se dedicado a pensar os limites da “parte social” das UPPs.

Além da polícia militar estadual e seus batalhões e grupamentos especializados, as “Forças de Pacificação” [11] integradas pelas Forças Armadas participaram das operações de “pacificações”, especialmente ocupando localidades consideradas “complexos”, por meses e até anos[12].

Além das UPPs a “pacificação” tem operado como um dispositivo de governo dos territórios de pobreza e suas populações, realizado a partir da “intensificação dos investimentos públicos” e das “parcerias” com atores da sociedade civil, como observa Carly Machado (2017, p. 3). Ao enredar moradores e outros agentes como “parceiros” do programa, a “pacificação” elabora e dá forma a diferentes “coreografias” que conferem sentido de “ordem” às localidades e orienta a disposição dos seus “parceiros”, variando conforme a “produção cíclica da expansão e da contração de projetos” (op. cit., p. 15).

O repertório bélico do dispositivo da “pacificação” mobiliza uma representação da cidade com ênfase na “violência urbana”, destacando favelas e periferias como “zonas de alto risco”. A presença de militares se justifica e é realizada a partir dessas representações, se repetindo em outras ocasiões de “grandes eventos” e da necessária “garantia da lei e da ordem”. A primeira operação das Forças na cidade em período recente aconteceu em 1992, durante o encontro de líderes globais para discussões sobre o meio ambiente (Rio-92). Outros episódios em que as corporações integraram a segurança urbana foi para garantir as eleições de 2006, nos Jogos Panamericanos de 2007 e nas eleições para 2012.

Ainda que inscrito na ordem jurídica, o acionamento da “garantia da lei e da ordem” é uma dessas medidas “de exceção” que tem marcado os governos das

[11] Em conversa, o colega e também pesquisador Vinicius Gonçalves chamou atenção para o nome “Força de pacificação”, utilizado pelo Exército para se referir ao grupo que atua nessas localidades, ao passo que os integrantes da operação no Haiti fazem parte da “missão de paz”. Há uma circularidade forte envolvendo os participantes desses grupos, como ele observava.

[12] Nos dois primeiros casos, por exemplo, as Forças de Pacificação da corporação foram responsáveis pela segurança da área entre dezembro de 2010 e julho de 2012 e na Maré, entre abril de 2014 e julho de 2015.

democracias ocidentais, na leitura de Giorgio Agamben (2004). A possibilidade de suspender normas e direitos está inscrita nas próprias leis e é ativada como uma técnica governamental, fortalecendo o poder executivo em situações alegadas de crise econômica e de contextos de guerra.

Catherine Lutz (2006) utiliza o termo "militarização" em referência a práticas, discursos e saberes que intensificam o trabalho e os recursos alocados a propostas militares e em sincronia com seus objetivos. Pensando nessa intensificação do trabalho e dos recursos militares, entendemos que a preparação do Rio de Janeiro para os Jogos trouxe por efeito a militarização da gestão dos espaços e da vida na cidade.

A militarização se inseriu e modificou as formas de circulação na cidade. Durante os torneios, foi suspenso o direito de ir e vir de comerciantes "não cadastrados" nos trens urbanos[13]. Antes disso a vida nas ruas da região central da cidade já tinha se tornado mais difícil desde a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, em especial pelas ações repressivas da guarda municipal[14]. A criação de uma secretaria de ordem pública no início da gestão Eduardo Paes (2009-2012;2013-2016) marcou o início de uma ação mais sistemática de repressão às atividades informais, reatualização da politica de remoção de favelass e enaltecimento do que chamava de "cultura da ordem" (Loretti, 2014)[15].

[13] TERRA ESPORTES. "Ambulantes vão 'sumir' dos trens do Rio durante a Olimpíada" (29/07/2016) Disponível em: https://esportes.terra.com.br/ambulantes-vao-sumir-dos-trens-do-rio-durante-a-olimpiada,75aaff8218d1a3a1c412918c45a4f0fciq3f0zgh.html, Acesso em 08/10/2016.

[14] Através de pesquisa e por meio de relatos de moradores de prédios ocupados na região central, Adriana Fernandes (2013) considerou que o mandato de Eduardo Paes e a política de "choque de ordem" teve importante papel para limitar ainda mais a movimentação e a permanência dessa população no centro.

[15] Grande parte da "reatualização" da remoção teria se fundamentado na preparação da cidade ao calendário de megaeventos: em outubro de 2009, a "vitória" na disputa à sede dos Jogos de 2016 foi acompanhada do anúncio da remoção de seis favelas (Vila Autódromo, Canal do Anil, Belém-Belém, Gardênia Azul, Parque da Panela e Metrô-Mangueira), justificada pela realização de obras de preparação aos Jogos. Em sua investigação de tese, Alexandre Magalhães (2013) menciona que as três primeiras já haviam sido assediadas por ocasião dos Jogos Pan-americanos de 2007, "mas a administração pública não lograria êxito nestes casos àquela época", repetindo e logrando o intento (op. cit., p. 239).

O que o caso carioca tem revelado é que a "militarização" reforça e produz um dado ordenamento sobre o espaço urbano, definido por gestores da administração pública e orientado por interesses de grupos empresariais,[16]. As ações de repressão e controle de populações para a "garantia da lei e da ordem" também geram investimentos militares, em especial no campo da segurança.

De fato as operações militares acionadas por esse dispositivo jurídico tem desempenhado, assim como as "missões de paz", um papel de fonte extra-orçamentária de financiamento às Forças Armadas. Uma reportagem do jornal Estado de São Paulo em 2012 chamou atenção para as cifras: para os dezoito meses em que o Exército ocupou o Alemão e a Penha foi feito um investimento de 333 milhões de reais na Força de Pacificação, superando em 22% tudo o que havia sido gasto em 2011 com reaparelhamento e adequação do Exército e em 61,6% o total investido na participação brasileira em missões de paz[17]. Já na Maré, por onde esteve durante quinze meses entre 2014 e 2015, a Força de Pacificação custou 599,6 milhões[18].

[16] A frase é do empresário Carlos Carvalho, proprietário de uma imobiliária e considerado "dono da Barra", onde foi construído o "coração dos Jogos", dita em uma entrevista à BBC Brasil em agosto de 2015. Em resposta, o prefeito Eduardo Paes afirmou que o empresário "não entendeu o significado dos Jogos para o Rio". BBC Brasil. "Como é que você vai botar pobre ali", diz bilionário 'dono da Barra da Tijuca'" (10/08/2015). Disponível em: "http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp. Acesso: 01/11/2015.

[17] ESTADO DE SÃO PAULO. "Exército no Rio: ação no Alemão custa R$333 mi" (18/06/2012). Disponível em: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-no-rio-acao-no-alemao-custa-r-333-mi-imp-,887718. Acesso: 01/10/2016.

[18] ESTADO DE SÃO PAULO. "Na Maré, ocupação militar custou o dobro dos gastos sociais nos últimos seis anos" (03/07/2015). Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/na-mare-ocupacao-militar-custou-o-dobro-dos-gastos-sociais-nos-ultimos-seis-anos/. Acesso: 01/10/2016.

As Forças Armada se inscrevem nos megaeventos também pelos esportes. A construção do complexo esportivo de Deodoro, os Jogos Mundiais Militares de 2011 e o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) expressam outros possíveis novos papéis ensaiados pelas corporações desde a reabertura democrática.

2. As Forças e os Jogos

Em uma manhã de segunda-feira em março de 2006 foi realizada a solenidade de lançamento da pedra fundamental de um complexo esportivo no Rio de Janeiro, construído para os Jogos Pan-americanos de 2007. Uma maquete ilustrava a iniciativa, que também contou com a presença do chefe do Comando Militar do Leste, o comandante da 1a Divisão do Exército e os presidentes do Comitê Organizador dos Jogos e do Comitê Olímpico Brasileiro. Na ocasião eles visitaram as áreas selecionadas para a construção dos centros de tiro e hipismo, duas das modalidades previstas para terrenos administrados pelo Exército na Vila Militar, bairro vizinho a Deodoro.

Os comandos militares estiveram envolvidos nos acertos dessas instalações desde os primeiros traços. A participação ativa da Comissão Regional de Obras da 1a Região Militar (CRO 1) na elaboração do projeto do "complexo esportivo" determinou a qualidade técnica dessas instalações e a nomeação dos centros e arenas esportivas: enquanto outras instalações construídas para o Pan homenageavam uma sorte de representantes brasileiros no mundo dos esportes (o ex-presidente da FIFA e atleta de polo aquático João Havelange, a nadadora Maria Lenk entre outros), no caso de Deodoro foram consagrados atletas com ocupação militar[19].

Além dos Jogos Panamericanos realizados em 2007, a 5a edição dos Jogos Mundiais Militares em julho de 2011 foi outro evento na rota da "vocação" do Rio de Janeiro a realização dos *megaeventos*. Ainda que menos repercutido, o Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) é a terceira maior organização esportiva do mundo, atrás apenas da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional (COI). Segundo os organizadores, os Jogos Militares reuniram 6 mil atletas de mais de 100 países e foi considerado o maior evento esportivo realizado na América do Sul até então. O custo de 1,5 bilhão de reais foi financiado integralmente pelo governo federal e gerido exclusivamente pelas Forças Armadas através da Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB) e da criação do CPO Rio 2011 (Comitê de Planejamento Operacional) e da SE Rio 2011 (Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho Rio 2011), que juntas definiram o planejamento e coordenaram a execução dos projetos previstos pelo evento.

Na análise dos gastos com os Jogos Militares, o relatório do Tribunal de Contas da União sinalizou para a descentralização da execução financeira dos investimentos, "com a participação de inúmeras unidades gestoras dos três Comandos Militares," (TCU, 2011, p. 9). Nos trâmites envolvendo as despesas com recursos, o relatório também identificou desvios de funcionalidade orçamentária e dispensas de licitação. A descentralização no controle dos investimentos e a falta de fiscalização por parte do CDMB marcaram os "modos de fazer" dos Jogos de 2011 pelas Forças Armadas, concluiu o documento produzido pelo TCU. Para os Jogos de 2016 os comandos das Forças repetiram essa forma fragmentada de atuação.

Na "região de Deodoro", os megaeventos foram propícios à realização dos planos dos comandos da corporação no bojo de uma política de redistribuição nacional das tropas e transferências de batalhões e organizações militares com especial destino às fronteiras nacionais (ZIBECH, 2012). Apesar desse movimento territorial, a nível local os incrementos em habitação como a Vila Verde e a Vila dos Tratadores, a drenagem e a canalização de rios e as melhorias urbanísticas indicaram para o objetivo de alcançar o "conforto da família militar" na capital fluminense, como manifesto por uma nota pública o Comando Militar do Leste (CML), considerando ao fim que "ganha o Exército, com a revitalização da maior

[19] O Centro de Hispismo levou o nome e a patente do General Eloy Menezes, o Centro Nacional de Tiro Esportivo homenageou o Tenente Guilherme Paraense, o Centro de Pentatlo Moderno foi chamado de Coronel Eric Tinoco Marques e o Centro de Hóquei sobre grama faz referência ao Sargento João Carlos de Oliveira, o João do Pulo

guarnição militar da América Latina"[20]..

As aproximações entre as Forças e os esportes, nesse caso, não estão referidas às rotina de treinamento das tropas, mas justifica pelo PAAR. Firmada em 2008, esta iniciativa promove editais públicos para a oportunidade de esportistas já qualificados disporem, temporariamente, de acesso a instalações esportivas adequadas a treinamento, bolsas pagas pelo Ministério do Esporte e alguns benefícios da carreira militar como plano de saúde e férias.

De acordo com o secretário executivo do Ministério do Esporte, Ricardo Leyser, o PAAR não é positivo apenas ao atleta, mas também porque recupera a "tradição esportiva que as nossas Forças Armadas tiveram em um passado recente. A gente está recuperando essa vocação"[21].

O PAAR se associa a produção de Deodoro como "região olímpica" e justifica a lógica de ordenamento orientada para o uso exclusivo dos militares. Neste caso, o contraste é evidente entre a realidade e o discurso para os Jogos, que recorreu à retórica do "legado" à população "jovem carente" de Deodoro, enquanto os equipamentos esportivos e parte considerável das ações voltadas a região olímpica atenderam aos militares e atletas-militares (DAVIES, 2017).

A forma de ocupação e a circulação produzida por esses investimentos foi orientada por uma lógica pensada pelos militares, visando aos seus modos e usos dos espaços esportivos e urbanos. Ao mesmo tempo em que executa um projeto esportivo para o maior aquartelamento da América Latina, os comandos militares

[20] "O Exército Brasileiro e as Olimpíadas de 2016", escrito pelo General de Exército Fernando Azevedo e Silva, chefe do Comando Militar do Leste. Disponível em: http://www.eb.mil.br/documents/10138/6107625/O+Ex%C3%A9rcito+Brasileiro+e+as+Olimp%C3%ADadas+2016/1628b710-d791-42d6-9846-3c92b8fd9a34. Acesso: 01/11/2016.

[21] Empresa Brasileira de Comunicação (EBA). "Brasil quer ficar entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos de 2016". http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/brasil-quer-ficar-entre-os-dez-primeiros-colocados-nos-jogos-olimpicos-de-2016. 04/08/2015

negociaram com a Prefeitura e com outras organizações a transação de lotes mais afastados, vizinhos aos bairros "civis". Nos anos de preparação aos megaeventos, as terras administradas pelos comandos do Exército foram alienadas no entendimento de que está é uma forma legítima de monetarização da corporação.

3. Controle fundiário como uma técnica de governo

Na cidade do Rio de Janeiro a presença das Forças Armadas é dispersa, intensa e se relaciona ao papel político da cidade como antiga e mais duradoura capital administrativa do país (Carvalho, 2005). No contexto de preparação aos Jogos na cidade, negociações fundiárias foram firmadas pelos comandos militares, em especial envolvendo a Prefeitura, mas não apenas.

Sônia Rabello, professora de Direito, militante e vereadora da cidade entre os anos de 2011 e 2012, denunciou em texto escrito em dezembro de 2011 as práticas de negociação fundiária perpetradas pelos comandos do Exército. Alguns dos terrenos vendidos a governos e empresas deram destino "(...) à construção do centro tecnológico da GE [General Eletric], na Ilha de Bom Jesus; o da hípica no Maracanã e das novas habitações no Forte do Leme – cujo Projeto de Lei está tramitando na Câmara"[22]. Seguem a parlamentar, fazendo uma análise:

> *A meu ver, essas operações não estão "soltas", mas acontecem sob os auspícios da vigência da Lei 5651/1970, que autoriza o Exército a vender áreas de sua propriedade, cujos recursos comporão um fundo para construção de habitações[23].*

A lei referida pela vereadora foi promulgada há mais de 40 anos e ainda tem

[22] SONIA RABELLO. "O novo autódormo em Deodoro" (15/12/2011). Disponível em: http://www.soniarabello.com.br/o-novo-autodromo-em-deodoro-2/. Acesso: 01/10/2016.

[23] Op. cit.

peso jurídico na medida em que autoriza os comandos do Exército a negociarem imóveis sob sua administração. A autorização para "proceder a venda ou permuta de bens imóveis da União" é condicionada, de acordo com o decreto assinado no período de ditadura, ao uso dos recursos "na construção e aquisição de bens imóveis" para os integrantes da corporação.

Substituindo a Caixa de Construção do Ministério da Guerra e a Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército, em 1980 foi criado o Fundo Habitacional do Exército (FHE) e a sua entidade mantenedora, a Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX). As duas entidades são responsáveis, desde então, por mais de 120 mil financiamentos imobiliários, não restritos aos militares, mas que se alimentam da prerrogativa da lei 5651 de 1970 para obterem repasses de terrenos negociados com os comandos da corporação[24].

O FHE e a POUPEX são entidades independentes do sistema financeiro, mas estão vinculadas ao Exército e ao seu quadro de comando. A Lei 6855, que criou essas empresas, autoriza o extinto "Ministério do Exército a doar, à Fundação Habitacional do Exército – FHE, bens imóveis da União, sob sua jurisdição, cuja utilização ou exploração não atenda mais às necessidades do Exército". As doações, pela lei, dispensam a realização de licitações.

Analisando quatro processos julgados pelo Supremo Tribunal da Justiça, Agnaldo Gomes (2011,p. 164) considerou haver coerência e imparcialidade nas sentenças favoráveis a autonomia dos militares na prática de alienar imóveis públicos sob sua administração. Segundo o autor,

> *Estas decisões [judiciais], a nosso sentir, homenagearam o espírito da Carta Magna, dada a importância constitucional das Forças Armadas, a necessidade de estas corporações terem uma autonomia que lhes proporcione os meios para o cumprimento de suas missões constitucionais em obediência ao interesse público – que poderá ser aferido a cada remanejamento patrimonial que se possa ocorrer – e dado o princípio da proteção à segurança dos contratantes na Administração Pública Militar.*

[24] Informações do website do FHE. Disponível em: http://www.fhe.org.br/fhe. Acesso: 01/02/2017.

Para Gomes (2011), a autonomia se expressa na negociação permitida das "áreas militares". Ainda que as negociações fundiarias já viessem ocorrendo há anos e de formas tanto lícitas como ilícitas[25], o momento de preparação aos Jogos parece ter sobressaltado essas dinâmicas e preocupado de forma especial os moradores dessas localidades.

A produção dessa "região olímpica" revela a intensificação das dinâmicas e das formas de condução que deslizam bens públicos a usos privados, uma técnica disponível aos comandos da organizações militares mas não apenas a eles. O jornal Folha de São Paulo levantou que entre 2007 e 2011 o Exército arrecadou mais de 115 milhões de reais com a venda e a permuta de terrenos[26], mas outros agentes fazem o mesmo na gestão cotidiana dos espaços da cidade.

Em abril de 2016 foi inaugurado um percurso entre a Praça Mauá e a Praça XV, margeando a Baía de Guanabara e circundando o 1o Distrito Naval da Marinha, que fez um acordo com a Prefeitura para tal iniciativa mesmo sem divulgar as cifras da transação. Chamada de Orla Conde, esse pequeno trecho já revelou em poucos meses alguns conflitos de uso com o comando da Marinha, que colocou

[25] Em Realengo, quarto bairro mais populoso da cidade, por exemplo, nas últimas décadas uma área pública deu lugar a um supermercado, outra foi ocupada por uma instituição de ensino e ainda o primeiro condomínio financiado pelo FHE, o Parque Real, inaugurado em 1983. Além disso, vizinho a estação de trem do bairro, um terreno foi repassado a uma imobiliária contudo sem a lavração da escritura. Há tempos o lote se encontra sob impasse legal, uso limitado e está impedido de receber construções até a resolução do caso.

[26] FOLHA DE SÃO PAULO. Venda de terras rende R$ 114,4 mi a militares (31/07/2011). Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po3107201104.htm. Acesso em: 01/10/2015.

grades entre suas instalações, o percurso e o mar e impediu o funcionamento de *food trucks* nas imediações.

Mais do que arbitrariedades da lei, esses processos de repasse de terras e a regulação de seus usos se configura como uma dos efeitos das relações de poder materializados em contextos locais e explicitados por meio de conflitos urbanos[27].

Na próxima seção chegamos às últimas linhas desse artigo destacando aspectos que marcam o governo dos militares na produção da "cidade olímpica". Para isso, vamos colocar em perspectiva e pensar as agências e disputas que surgem das práticas engendradas pelos comandos dessas corporações.

4. Pensando limites e configurações do governo dos militares

Práticas e iniciativas no campo da segurança, dos esportes e da política fundiária revelam em parte *para que as Forças Armadas* tem servido, uma pergunta que aproveito de outros trabalhos interessados no papel dessas corporações no sistema democrático brasileiro (Ferreira, 1986; Proença Júnior, 2010). Para responder à questão "para que as Forças Armadas?", as orientações constitucionais e os usos licenciados das corporações foram analisados por esses pesquisadores, que interpretaram as formas variadas de acionamento das corporações como um reflexo da falta de atribuições jurídicas claras e definidas ao corpo militar, da imprecisão sobre as politicas de defesa nacional e do rebatimento desses aspectos às múltiplas atribuições dadas às corporações.

Nesse sentido, a Constituição vigente desde 1988, ao fim de uma ditadura militar de mais de duas décadas, não solucionou em definitivo 1) a questão do controle democrático sobre as instituições militares e 2) o papel e a função dessas corporações nesse novo ordenamento.

Por conta da relativa autonomia das Forças, alguns autores tem trabalhado com a ideia "do que restou" da ditadura e o que se atualiza como um "entulho autoritário". Jorge Zaverucha (1994) ressalta que a nova Constituição deu continuidade aos dispositivos de segurança pública e a organização das policias sob a lógica militar. Quanto ao serviço de inteligência brasileira, José Carpentieri (2017, p. 324) destaca que "o ponto em comum entre as três faces do mecanismo de coerção do Estado, o poder militar, a polícia e a atividade de inteligência, é a persistência de sinais autoritários em sua estrutura".

Se os "sinais autoritários" são evidentes em "mecanismos de coerção do Estado", é verdade que não se limitam a essa dimensão da vida pública. As Forças Armadas e seus comandos tem gozado de autonomia legal significativa frente às autoridades civis do Estado. Em vias de regra, as corporações são subordinadas a Presidência da República, mas elas mesmas controlam um sistema de justiça próprio[28] e dispõem de licenças especiais para certas práticas enquanto Estado.

Além dos dispositivos jurídicos e administrativos que tem estimulado e licenciado as técnicas de governo dos militares para a sua "autonomia", imaginações com base em metáforas *militaristas* tem conduzido as práticas de agentes das Forças

[27] Considerando a gestão das terras públicas pelo governo estadual paulista, o líder do Movimento Sem Teto, Guilherme Boulos, chamou atenção para as "discretas invasões da burguesia". A partir do relatório final da CPI das terras públicas, produzido pela Assembleia Legislativa de São Paulo em 2001, o autor considerou que universidades privadas, agências bancárias, *shoppings centers*, espaços associativos e clubes – até mesmo clubes militares – gozavam de tolerância às invasões de terras administradas pelo governo do estado. Ao mesmo tempo, o fato era contrastante às "mais de 25 ordens de despejo contra ocupações de sem-teto só no centro de São Paulo" e mais tantas outras nas periferias, consistentemente conduzidas de forma truculenta por forças policiais militares.

[28] A Justiça Militar foi criada pela Constituição de 1934, quando foram instituídas as Justiças do Trabalho e Eleitoral. Para Mathias e Guzzi (2010, p. 45), "naquele momento [a Justiça Militar] representou um avanço. Porém, também significou a base para que esta, no futuro, se colocasse acima dos demais tribunais, tomando para si todas as questões relacionadas com a segurança, inclusive a segurança pública". Hoje, os autores consideram que essa Justiça é marcada por uma atuação ambivalente, que ora recai aos civis.

Armadas e orientado as percepções sobre a cidade a partir de uma ideia de ordem. Essas leituras estabelecem diferenças são sentidas na aproximação com moradores e que dificultam os seus entendimentos no trato com os comandos militares.

Os valores da corporação tem se revelado eles mesmos entraves ao trato com os civis, na medida em que os colocam na condição de "suspeitos"[29]. A hierarquia autoritária e excludente dessas corporações, a falta de controle civil-democrático e os precedentes legais que autorizam decisões pela "exceção" são algumas das dificuldades de lidar com a face militar do Estado.

Por conta da fragilidade dos mecanismos de controle sobre suas práticas, outro limite colocado pelo governo dos militares está na dimensão de "segredo" que envolve as suas condutas. A falta de divulgação de dados públicos, a criação de entraves e as dificuldades para acesso a informações marcam a relação com essas autoridades.

A produção da "cidade olímpica" se revela um caso interessante para observar e dar dimensão dos efeitos e alcances da gestão pelos militares da vida urbana, dos projetos de "renovação" dos seus espaços e de promoção de grandes eventos, que fim promovem deslizamentos entre "público" e "privado" não apenas entre empresas e agentes do poder executivo, mas também conforme o agenciamento dos comandos militares. Como "força de pacificação", "missão de paz", nicho de treinamento para atletas de alto rendimento e administradora imobiliária de bens federais, as Forças têm coordenado investimentos e definido seus usos na interseção com a vida civil.

[29] Análises antropológicas sobre os militares, como a de Celso Castro (1990) e Piero Leirner (1997), revelam a existência de um "espírito" mais ou menos próprio do grupo, considerado em direta oposição a representação do "paisano". O mundo militar seria o mundo da ordem, da seriedade, do profissionalismo, da disciplina e da maturidade, enquanto o mundo civil é tomado como o lócus da desordem, da falta de seriedade e do profissionalismo, da displicência e da infantilidade. Uma série de atributos físicos, morais e até mesmo ambientais comporiam essas diferenças e dariam conta de definir o que e quem são os "militares" frente aos "civis". Em relação ao espaço urbano, os militares teriam maior apreço "ao ar livre, saudável, mais natural; a convivência em autênticas 'comunidades' militares e o contínuo deslocamento espacial, principalmente pelo interior" (Castro, 1990, p. 43).

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2004,

CARPENTIERI, José Rafael. **A Abin e o que restou da ditadura: O problema do controle das forças coercitivas do Estado.** Dilemas, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar – Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

COLLIER, Stephen J. **Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da 'governamentalidade'.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, p. 245–284, 2011.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.** Rio de Janeiro: COB, 2009 (3 vols).

DAVIES, Frank Andrew. **Deodoro: formas de governo para uma região olímpica.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, Adriana dos Santos. **Escuta Ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro, 2013.** 310f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Oliveiros. **Forças Armadas para quê?** Uma apreciação histórica. Política & Estratégia, v. IV, n. 2, p. 318-341, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Sujeito e poder.** DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995, p. 231-239.

_____. **Governmentality.** In.: SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil. The Anthropology of the State. A Reader. Blackwell Publishing, 2006, pp. 131-143.

GOMES, Agnaldo Nogueira. **A competência do comando do Exército para alienar imóveis administrados pela força terrestre: a vigência da Lei n.** 5.651/70 sob o ponto de vista da teoria da adequabilidade normativa. Monografia (Especialização em Direito Administrativo). Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, 2011.

GONÇALVES, Vinicius Rodrigues. **A cruz e a espada: disputas e negociações pela pacificação de indivíduos, nações e cidades.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço***.** São Paulo: Annablume, 2005.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia volta volver: Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. **Entre individualismo e solidariedade: dilemas da política e da solidariedade no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, 2000, p. 73-90, 2000.

_____. **De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de.** In: Birman, Patriica; Leite, Marcia Pereira; Machado, Carly; Carneiro, Sandra de Sá. (Org.). Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: ordens e resistências. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 377-401, 2015b,.

LORETTI, Pricila. **Para que serve uma UOP?** Algumas considerações sobre a política de ordem pública no Rio de Janeiro. Dilemas, Rio de Janeiro, vol. 8, numero 3, 2014.

LUTZ, C. **Making War at Home in the United States: Militarization and the Current Crisis.** In: SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil (eds.). The Anthropology of the State. A Reader. Blackwell Publishing, 2006.

MACHADO, Carly. **Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 32, p. 1-21, 2017.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **A continuidade do "problema da favela".** In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) Cidade: histórias e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida. **Transformações no "problema favela" e reatualização das "remoções" no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

MATHIAS, Suzeley Kalil e GUZZI, Fabiana de Oliveira. **Autonomia na lei: as Forças Armadas nas constituições nacionais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, p. 41-57, 2010.

MIAGUSKO, Edson. **Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 91, 2016.

PROENCA JUNIOR, Domício. **Forças armadas para quê?** Para isso. Contexto internacional, Rio de Janeiro , v. 33, n. 2, p. 333-373, Dez. 2011.

ROCHA, Lia de Mattos. **"Da "cidade integrada" a participação militarizada: tecnologias governamentais e saberes favelados na gestão das margens em tempos de 'pacificação".** Anais do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS, 2014.

_____.; **PALERMO, Luís Claudio.** 'O Morro está na calmaria': Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da 'pacificação'. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, p. 25-40, 2015.

ROCHE, Maurice. **Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture.** London: Routledge, 2000.

SASSEN, Saskia. *The global city***.** Princeton, Princeton University Press, 1991.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar.** Estudos comparativo das transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha. São Paulo: Ática, 1994.

QUE PARQUE AUGUSTA QUEREMOS? A luta do Parque Augusta na produção do comum

HORI, PAULA

Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
R. do Lago, 876 - Butantã, São Paulo - SP, 03178-200
paulahori@gmail.com

Resumo

O artigo aborda a disputa entre a sociedade civil e as incorporadoras Cyrela e Setin sobre o destino do terreno localizado entre as ruas Augusta, Marquês de Paranaguá e Caio Prado no centro da cidade de São Paulo. A sociedade civil, organizada sob os grupos Aliados do Parque Augusta, SAMORCC - Sociedade dos amigos, moradores e empreendedores do bairro de Cerqueira César e Organismo Parque Augusta - OPA (focado nesse trabalho), reivindica a construção de um parque na totalidade do terreno, enquanto as construtoras Cyrela e Setin, donas do lote, preveem a construção de um empreendimento com um parque privado de acesso público. A partir desse embate que já leva mais de 40 anos, o artigo apresenta um breve panorama sobre o processo de valorização imobiliária da região para então tratar do histórico do terreno, desde sua primeira construção até os dias atuais, e do processo travado entre Ministério Público Estadual, Prefeitura Municipal de São Paulo, incorporadoras e sociedade civil que ainda não chegou a um acordo final. A metodologia aplicada foi a pesquisa participante, onde a autora e membros do OPA se envolveram de modo cooperativo. Dessa forma, foi possível desenvolver um estudo com base empírica, sem deixar de lado questões relativas aos quadros de referência teórica, alcançando dados mais adequados à realidade.

Palavras-chave: *Parque Augusta; OPA - Organismo Parque Augusta; ativismo; comum urbano, mercado imobiliário.*

Introdução

Desde os anos 1990, políticas públicas municipais e estaduais vêm tentado "revitalizar" a região central da cidade de São Paulo vista como abandonada e decadente. Essa revitalização trata de trocar as vidas existente no centro por outras que importam mais para as grandes empresas que ditam as regras do urbanismo de nossas cidades. Muitos dos programas de incentivo à requalificação do centro se deram a partir dos interesses do capital privado e do mercado imobiliário em busca de consumidores para seus novos empreendimento.

A partir dos anos 2010, começam a crescer no país movimentos de mobilização da sociedade civil contra a lógica do mercado imobiliário na construção das cidades brasileiras. Grandes empreendimentos com altas torres residenciais e comerciais passam a ser questionados como solução para a requalificação e modernização de espaços ociosos das cidades enquanto práticas mais democráticas passam a ser reivindicadas pela população. Diante desse cenário, disputas passam a ser travadas entre a sociedade civil e aqueles que impõem a lógica mercadológica no desenvolvimento urbano, como incorporadoras, construtoras e, muitas vezes, o poder público.

Em São Paulo, há uma disputa entre as sociedade civil e as incorporadoras Cyrela e Setin por um terreno de 23 mil m² localizado no centro da cidade. A área, conhecida como Parque Augusta, é reivindicada pela sociedade há mais de 40 anos, mas nos últimos quatro anos essa luta se intensificou com a chegada de um grupo de ativistas dispostos a lutar de maneira insurgente pelo tão desejado parque.

Surge em 2014 o coletivo OPA - Organismo Parque Augusta que, junto a outros movimentos de luta pelo parque, passou a defender a manutenção da área verde em detrimento da construção de três torres proposta pelas construtoras. O empreendimento das construtoras nunca foi aprovado e os ativistas continuam lutando para que o parque seja aberto à população.

Nos últimos quatro anos, a Prefeitura de São Paulo, o Ministério Público Estadual e as incorporadoras têm tentado entrar em acordo para que a área se torne propriedade municipal e possa, enfim, se tornar um parque. Até o início de 2017, as construtoras não haviam aceitado nenhum acordo proposto. Nos últimos meses, porém, as proprietárias demostraram interesse em uma nova proposta da prefeitura que se encontra em fase de análise pelas partes.

É a partir dessa disputa que o artigo se desdobrará, através de uma análise detalhada do processo, contemplando o histórico do terreno, do movimento social de luta pela área verde e do possível acordo que poderá ser travado para a viabilização do parque.

1. O processo de valorização imobiliário da região do Baixo Augusta no centro de São Paulo

1.1. Região Central

Na década de 1950, a região central da cidade de São Paulo passou por um processo significativo de esvaziamento e desvalorização. A fragmentação das classes sociais em diferentes localidades da cidade e a inclinação do poder público em satisfazer os interesses da elite fez com que os investimentos, tanto públicos quanto privados, seguissem esse processo. Com isso, muitos edifícios foram abandonados e perderam valor comercial, dando ao centro um ar decadente. Consequentemente, os investimentos públicos e privados passaram a valorizar novas localidades ocupadas pela elite, como as avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini e a Marginal Pinheiros.

A partir da década de 1990 o centro volta a ser foco de atenção do poder público. Inicia-se uma série de discussões do governo, iniciativa privada e da sociedade para buscar soluções para a sua requalificação. No início dos anos 1990 foi realizada a Operação Urbana do Anhangabaú com o objetivo de recuperar a paisagem edificada no entorno do vale. Tal iniciativa teve repercussão em apenas

alguns edifícios da região. Notou-se que o problema da falta de investimentos no centro não era a falta de incentivos financeiros, mas o status decadente atribuído a ele. Para reverter essa visão, a prefeitura começou a investir em equipamentos culturais e restaurar patrimônios históricos através de projetos de recuperação urbana na região. As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo também foram incentivadas pelos governos federal e estadual através de leis de incentivo fiscal para atrair investimentos privados em projetos culturais.

Em 1997, a prefeitura criou a Operação Urbana Centro, oferecendo coeficiente de aproveitamento de até 12 vezes a área do terreno. A operação urbana, na época, não obteve sucesso já que não atraiu muitos investidores.

Em 2001, surge o Programa Morar no Centro que previa a produção de habitação social na região. Ele foi alvo de críticas por priorizar a valorização imobiliária como indicador do êxito do programa e por deixar em segundo plano projetos de inclusão social da população mais carente.

A partir de 2005 reduziu-se ainda mais a preocupação com os segmentos populares, acentuando a expulsão da população mais pobre do centro, ratificando o caráter gentrificador e a intenção de limpeza física e social da região.

Em 2013 tentou-se valorizar o centro através de um projeto de reforma do Vale do Anhangabaú e de políticas públicas de incentivo a apropriação dos espaços públicos. Essas iniciativas, porém, receberam muitas críticas por estarem vinculadas aos interesses privados do Banco Itaú, patrocinador dos projetos.

1.2. Baixo Augusta

A rua Augusta tem seu primeiro traçado datado dos anos 1880, a partir do loteamento de antigas chácaras locais que abrigavam luxuosos palacetes da elite paulistana. Já nos anos 1910, com a instalação do bonde elétrico, a região começou a se configurar como polo comercial. Entre as décadas de 1940 e 1960 a rua Augusta era considerada o ponto de comércio de luxo da cidade.

A partir da década de 1970 a rua Augusta sofre com o processo de esvaziamento da região central e com a construção dos primeiros shoppings centers. As quadras próximas ao centro acabaram atraindo usos interditos como prostíbulos, comércio ilegal e cortiços. Nos anos 1990, essa região ficou conhecida como Baixo Augusta, passando a atrair a atenção de jovens adeptos da cultura “alternativa” que viam na região central opções de lazer noturno como bares, baladas e casas de show.

A região passou a atrair investimentos privados em empreendimentos culturais como teatros e cinemas, impulsionados também pelas leis de incentivo fiscais na requalificação da área central. A partir desse público alvo interessado na diversidade, multiplicidade e acessibilidade da região central, o mercado imobiliário passou a investir em empreendimentos focados no público jovem, com opção de apartamentos pequenos e salas comerciais que aproveitavam a localização privilegiada e a boa disponibilidade de transporte público.

Nos anos 2010, a volta do interesse imobiliário na região fez com que os incentivos da Operação Urbana Centro começassem a atrair investidores. Houve um *boom* imobiliário na região do Baixo Augusta e o número de empreendimentos aumentou consideravelmente. Estudo do grupo Brasil Brokers, divulgado pela Folha de S. Paulo, mostra que 4.684 novos apartamentos chegaram ao mercado em 2011, número maior que o total dos lançamentos dos cinco anos anteriores.

Hoje, a região do Baixo Augusta passa por um processo de valorização imobiliária, e consequentemente, por um processo de gentrificação. Antigos empreendimentos culturais e casas noturnas que resgataram a região estão sendo substituídos por altas torres residenciais e comerciais. A luta por equipamentos públicos e acessíveis a todas as classes se faz necessária frente aos grandes empreendimentos privativos e excludentes que se multiplicam pela cidade. A luta pelo Parque Augusta mostra a força que a sociedade civil pode ter em conter a máquina especulativa que rege o urbanismo vigente nas grandes metrópoles brasileiras.

2. O que é o Parque Augusta?

2.1. Histórico do terreno de 1902 a 2013:

O terreno do Parque Augusta está situado entre as ruas Augusta, Marquês de Paranaguá e Caio Prado, na região central da cidade de São Paulo. A área, de propriedade privada, possui 23.733 m² divididos em dois lotes. Em um deles há um bosque que representa a última mata virgem da região central da cidade, com mais de 800 árvores de Mata Atlântica.



Imagem 01: Imagem aérea do terreno. Fonte: Google Earth editado pela autora

No ano de 1902 o terreno abrigava a residência da família Uchôa que, em 1906, vendeu o terreno para as cônegas de Santo Agostinho para a construção do Colégio des Oiseaux, ativo até 1969.

O bosque existente no terreno, implantado pela família Uchôa, foi mantido e ampliado pelas religiosas. Na escritura do terreno constava uma cláusula pétrea para que o bosque tivesse acesso público e obrigava qualquer proprietário a manter a área aberta ao passeio público através de uma passagem permanente entre as ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá. Com isso, desde o encerramento das atividades do colégio, a área passou a ser utilizada para lazer e descanso dos moradores da região.

Em 1974 houve a demolição do edifício principal do colégio e a venda do terreno para a empresa Teijim do Brasil que previa a construção de um complexo hoteleiro. É a partir da venda do terreno e da ameaça de uma nova construção que a luta pelo Parque Augusta começou, com o registro do primeiro abaixo-assinado criado por moradores da região defendendo a construção do parque.

Desde a demolição do colégio, não houve novas edificações no terreno, passando a ser usado como estacionamento na década de 1970, recebendo shows na década de 1980 e voltando a servir de estacionamento dos anos 1990 até 2013.

Em 1996 o terreno foi comprado pelo ex-banqueiro Armando Conde que passou a propor a construção de empreendimentos como um supermercado e a construção de três torres comerciais. Ambos projetos não foram aprovados pela prefeitura.

Com o terreno livre de edificação e com a fruição pública sendo mantida, a área do bosque continuou a ser frequentada por moradores da região que mantinham a ideia de um parque para o local. Em 2002 foi previsto no Plano Diretor a construção do Parque Augusta que deveria acontecer até 2014.

Mais tarde, em 2004, o Conpresp – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo decretou o tombamento do bosque e das árvores isoladas, da casa do bosque, das reminiscências do colégio e do portal principal na rua Caio Prado. A lei de tombamento também limitou o gabarito das edificações no lote do bosque para até 36 metros e no lote adjacente, para até 45 metros. Além disso, impôs que qualquer construção feita no terreno adjacente deveria estar a 10 metros do bosque.

Em 2006 os moradores formaram o primeiro grupo oficial para lutar pelo parque, o Aliados do Parque Augusta. Em parceria com a SAMORCC - Sociedade dos amigos, moradores e empreendedores do bairro de Cerqueira César que tomou frente das ações jurídicas e políticas relacionadas ao movimento, passaram a protestar contra as irregularidades cometidas pelo proprietário e a se organizar contra os empreendimentos propostos. Conseguiram, por exemplo, barrar o projeto que previa a construção de um supermercado com um abaixo-assinado com mais de 15 mil assinaturas a favor do parque. Conseguiram também o apoio de vereadores que elaboraram e apresentaram na Câmara Municipal de São Paulo um projeto de lei para a criação do Parque Augusta.

Com uma série de irregularidades acumuladas pelo proprietário, como dívidas de IPTU e o não cumprimento de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta pelo corte ilegal de árvores, os grupos passaram a ver uma possibilidade de acordo para a compra do terreno pela prefeitura para a construção do parque. Mas, para a surpresa de todos, em 2013 foi anunciada a venda do terreno para as incorporadoras Cyrela e Setin que então retomaram o projeto de construção de três torres com escritórios, apartamentos e hotel.

Esse projeto, porém, desrespeitava o limite de gabarito previsto na lei de tombamento, além prever a remoção de árvores tombadas e de restringir o uso do bosque que teria seu acesso e administração controlados. Sob muitos protestos, em novembro do mesmo ano, as construtoras mandaram construir um muro na rua Caio Prado, ressaltando a intenção de construção das torres.

A postura das construtoras atraiu os olhares de um novo grupo de pessoas em torno do parque. Dessa vez, não apenas moradores da região, mas também jovens de várias partes da cidade com uma postura diferente do Aliados do Parque e da SAMORCC. Acreditavam na necessidade de ações diretas que fossem além dos meios tradicionais de manifestação como os abaixo-assinados. Com essa ideologia insurgente, os ativistas derrubaram o muro construído para reforçar a resistência e defender a função social do local.



Imagem 02: Manifestação no muro construído pelas incorporadoras. Fonte: Portal Uol, 2013.

No mesmo mês, foi aprovado na Câmara dos vereadores o projeto de lei que assegurava a construção do parque e, após muita pressão dos movimentos sociais, o prefeito Fernando Haddad sancionou a lei em dezembro de 2013. Com a aprovação da lei as construtoras decidiram fechar os portões que davam acesso ao terreno, desrespeitando pela primeira vez em quase 80 anos a obrigatoriedade da fruição pública prevista em escritura.

2.2. Histórico a partir de 2014:

O fechamento ilegal dos portões causou a indignação dos movimentos em torno do parque e atraiu ainda mais a atenção da população para o embate entre as construtoras e a sociedade civil organizada.

Como resposta às ações mais intensas para a construção do empreendimento, o grupo de ativistas que se formava no final de 2013 decidiu oficializar um novo grupo em prol do Parque Augusta. Surge então o OPA - Organismo Parque Augusta que, junto aos outros grupos, passou a pressionar o poder público para que o projeto das construtoras não fosse viabilizado.



Imagens 03/04: imagem de divulgação OPA. Fonte: Página do Facebook Parque Augusta, 2015

Diante dos protestos pela abertura dos portões e da pressão para que a prefeitura cumprisse com a lei de implantação do parque, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente declarou não ter verba para a desapropriação do terreno e criação do Parque Augusta. Com isso, as construtoras continuaram a revisar o projeto proposto na tentativa de conseguir a aprovação dos órgãos responsáveis para a construção do empreendimento.

Ainda em 2014, a pressão popular possibilitou que o Parque Augusta fosse reconhecido no novo Plano Diretor e permitiu que área do parque fosse enquadrada como ZEPAM - Zona Especial de Proteção Ambiental.

Logo após o fechamento ilegal dos portões os grupos em prol do parque entraram com uma liminar junto ao Tribunal de Justiça requerendo uma determinação judicial para a abertura imediata dos acessos obstruídos. Passado quase um ano sem que a liminar tivesse sido levada à votação e cansados de esperar o tempo burocrático da justiça, em janeiro de 2015 integrantes do OPA conseguiram abrir um dos portões e (re)ocuparam o parque no que eles chamaram de “vigília criativa”.



Imagem 05: ocupação do terreno por ativistas. Fonte: Página do Facebook Parque Augusta, 2015

Os ativistas passaram a acampar permanentemente no espaço para reivindicar o parque e evitar que as construtoras fechassem a área novamente. Em março de 2015, porém, houve a reintegração de posse, os ativistas foram retirados pela Polícia Militar e o parque foi novamente fechado pelas proprietárias.

Em abril de 2015, o Tribunal de Justiça determinou que o acesso ao bosque fosse liberado e em julho do mesmo ano o portão da rua Marquês de Paranaguá foi reaberto. A área do bosque, porém, foi entregue em condições precárias de acessibilidade e segurança. O patrimônio histórico tombado foi encontrado em situação de degradação. O portão da rua Marquês de Paranaguá foi chumbado e nos muros das ruas Caio Prado e Augusta foram instalados dois portões. Além disso, uma parede de tapumes foi erguida entre os lotes para restringir o acesso do bosque à outra parte do terreno onde seria construído o empreendimento. Os tapumes desconsideravam o limite real do lotes e foram concretados sobre parte da vegetação do bosque, o que fez com que ativistas derrubassem uma parcela da estrutura.



Imagem 06: tapumes dividindo os lotes. Fonte: Werther Santana, Estadão, 2017

Em agosto de 2015, o portão de acesso ao bosque foi fechado novamente por determinação judicial. Os principais motivos elencados foram a falta de segurança do local, a falta de infraestrutura e a depredação de patrimônio privado devido aos tapumes danificados. A área do bosque segue sem manutenção adequada e o patrimônio tombado continua degradado. Desde então, o parque se encontra fechado e controlado por seguranças particulares.

3. Acordos entre Ministério Público Estadual, Prefeitura Municipal de São Paulo e incorporadoras Cyrela e Setin

3.1. Compra do terreno

Enquanto os ativistas ocupavam a área e reivindicavam a implantação do parque, o Ministério Público Estadual - MPE buscava junto à Prefeitura Municipal de São Paulo uma possibilidade para a desapropriação do terreno.

Em fevereiro de 2015, retornava aos cofres públicos uma indenização de US$25 milhões desviados na gestão do prefeito Paulo Maluf. O MPE determinou que esse dinheiro seria prioritariamente utilizado na desapropriação do terreno do Parque Augusta e que, caso não fosse utilizado para esse fim, deveria ser investido na construção de creches. Com isso, a prefeitura e o MPE levantaram a possibilidade de firmar um acordo para a compra do terreno e estimaram que o valor a ser pago não poderia passar do valor de compra registrado em escritura de aproximadamente R$65 milhões.

Ao mesmo tempo que as construtoras analisavam a possibilidade de venda do terreno, o Conpresp aprovava o projeto do empreendimento, mesmo este desrespeitando diversas restrições impostas na matrícula do terreno e indo contra a lei de tombamento imposta pelo mesmo órgão em 2004.

Diante do posicionamento do Conpresp favorável à construção, não foi de se espantar que as construtoras negaram o acordo proposto pela prefeitura e MPE de venda do terreno pelo valor registrado em escritura, alegando que a quantia

estava abaixo do valor de mercado estimado por eles em R$240 milhões.

O OPA, desde o início de sua atuação, prezava pela desapropriação do terreno a custo zero. Para isso, defendia o uso do instrumento urbanístico de Transferência de Potencial Construtivo que viabilizaria o parque sem que a prefeitura precisasse desembolsar verba para a aquisição do espaço. Outra opção para a desapropriação não onerosa seria a aplicação de multas pelas irregularidades cometidas pelas proprietárias, como dívidas de IPTU, não cumprimento do TAC gerado pelo corte ilegal de árvores tombadas, falta de manutenção do patrimônio histórico tombado e fechamento ilegalmente do passeio público exigido em escritura.

As manifestações dos movimentos contra o empreendimento continuaram e, em março de 2015, o MPE atendeu às reivindicações dos grupos abrindo um inquérito para investigar possíveis infrações cometidas pelas empresas. Foi aberta uma ação civil pública contra as construtoras que pedia a declaração de perda do lote do bosque pelas infrações cometidas na preservação do patrimônio tombado e o pagamento de dano moral coletivo pelo fechamento dos portões do parque no valor de R$500 mil por dia. A partir de então, prefeitura, MPE e construtoras vêm tentando travar um acordo para que a questão seja negociada sem ter que recorrer aos tribunais de justiça.

Em maio de 2016, a prefeitura ofereceu R$40 milhões junto ao encerramento da ação contra as construtoras Setin e Cyrela lançadas devida às irregularidades cometidas durante os anos. As construtoras, porém, não aceitaram alegando que não firmariam acordo por menos de R$120 milhões. Em agosto, a prefeitura ofereceu novo acordo de R$70 milhões em dinheiro, mais R$30 milhões em potencial construtivo e o encerramento da ação contra as construtoras que continuaram negando.

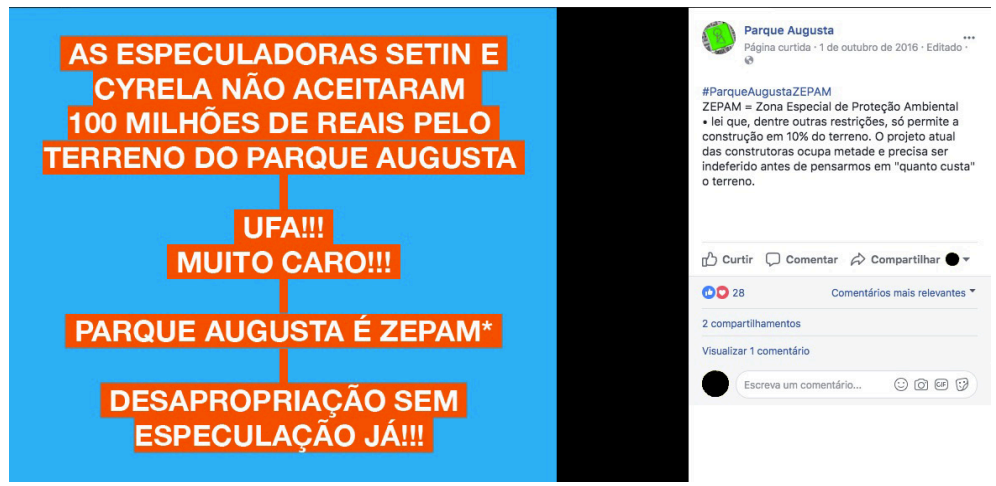


Imagem 07: Publicação OPA. Fonte: Página do Facebook Parque Augusta, 2016

Após a troca de gestão no começo de 2017 o prefeito eleito, João Doria, descartou a possibilidade de uso de recursos públicos para a desapropriação da área do Parque Augusta e passou a cobiçar o “dinheiro do Maluf” para a construção de creches. Para liberar o dinheiro destinado ao parque pelo MPE o prefeito teria que propor outra solução para a desapropriação do terreno e implantação do parque.

3.2. Troca de terrenos

Como alternativa à desapropriação do terreno, o MPE sugeriu à prefeitura a troca do terreno do Parque Augusta por um ou mais terrenos públicos ociosos. Em abril, a proposta foi aceita pela prefeitura que passou a tratar do assunto com as construtoras para viabilizar um novo acordo.

Conforme anunciado na gestão passada, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente estaria com um orçamento reduzido, tendo dificuldades em manter os parques já existentes e por isso não teria como arcar com os gastos de implementação de um novo parque. A ideia inicial do acordo seria, portanto, encontrar um terreno público que pudesse ser trocado não apenas pelo terreno do parque, mas pelo

terreno com o parque implantado, passando para as construtoras os gastos de sua implementação.

O programa político proposto pela prefeitura de João Doria prevê um plano de desestatização que, entre outros itens, institui a concessão de parques e praças e a alienação de imóveis públicos. O Parque Augusta passou então a ser o melhor exemplo do plano de desestatização, já que previa tanto a alienação de imóveis públicos em forma de permuta para empresas privadas, como a implantação e possível gestão do parque também pelas empresas privadas.

Em julho, a prefeitura anunciou a troca do terreno do parque por parte do terreno da Subprefeitura de Pinheiros. O terreno oferecido pela prefeitura, porém, faz parte da Operação Urbana Faria Lima e representa a última área "livre" às margens do Rio Pinheiros. Para equiparar o valor de mercado do terreno de Pinheiros, considerado um relíquia pelo mercado imobiliário, com o do centro, considerado um mico imobiliário pela resistência popular pelo parque, foi proposta uma série de contrapartidas que não levaram em conta as necessidades reais da sociedade civil da região central e da região de Pinheiros.

O anúncio do acordo trouxe um cisão entre os movimentos em prol do parque. A SAMORCC e os Aliados do Parque, de um lado, aceitaram de forma positiva o anúncio da permuta. O OPA, de outro lado, ficou apreensivo com a notícia e passou a cobrar tanto do MPE, quanto da prefeitura maiores esclarecimentos sobre a questão.



Imagem 08: Publicação OPA. Fonte: Página do Facebook Parque Augusta, 2017

Em agosto, um termo de cooperação entre o município, Ministério Público e proprietárias do imóvel foi assinado junto a um protocolo de intenções para a criação do Parque Augusta. A SAMORCC foi convidada para assinar o termo como testemunha já que, pelas redes sociais, ficava clara os questionamento do OPA em relação ao acordo.

Após manifestações contrárias ao acordo por integrantes do OPA e por diversos urbanistas da cidade, o MPE se manifestou deixando claro que não irá assinar nenhum acordo que venha a prejudicar o munícipio em prol das empresas. Até o momento da redação deste artigo espera-se o resultado das perícias que estão avaliando os termos da permuta. O OPA continua cobrando respostas sobre dúvidas que ainda não foram sanadas pelas partes que compõe o acordo e segue em alerta para se certificar que a conquista do Parque Augusta não venha a prejudicar outras áreas da cidade.

4. Construção do Parque Augusta Bem Comum

A partir do último acordo proposto começou-se um novo conflito. Desta vez, não só entre o poder público, empresas privadas e sociedade civil, mas também um conflito entre os próprios grupos em prol do parque. Com a efetivação do Parque Augusta cada vez mais certa, a disputa não está mais sendo pelo parque em si, mas sim por qual tipo de parque se quer.

A SAMORCC - Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do bairro de Cerqueira César, por exemplo, preza pela boas relações com os empreendedores locais, como o próprio nome diz. Pode-se pressupor, portanto, que além do valor ambiental e do usufruto dos moradores, ela vê o parque também como um possível artifício de valorização imobiliária. O Aliados do Parque, por ser formado em sua maioria por moradores da região, também demonstra preocupação em relação aos tipos de uso e frequentadores que o parque pode atrair. Muitos dos seus integrantes acreditam que o parque deva servir aos moradores locais e que ele não tem vocação para ser um parque metropolitano, atraindo pessoas de outras partes da cidade para atividades que podem causar barulho, sujeira e outros aborrecimentos para os vizinhos. Já o OPA destoa dos outros dois grupos na medida que propõe algo novo. Seus integrantes acreditam que uma possível resposta à falta de orçamento da municipalidade para manter e gerir espaços públicos seja a gestão compartilhada com a sociedade civil, sem fins lucrativos. Para isso, reivindicam também a autogestão do espaço e o projeto de canteiro vivo para a construção do Parque Augusta.

Em paralelo às negociações da permuta, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente solicitou aos grupos um projeto comunitário para guiar os técnicos da secretaria no desenvolvimento de um estudo preliminar do Parque Augusta. Até então os grupos estavam unidos pelo interesse comum de abrir o parque para a cidade, mas a partir do momento em que tiveram que pensar juntos o parque que queriam, as diferenças entre eles começaram a se sobressair.

O OPA não concordava com a elaboração de um projeto que passasse apenas pelo crivo dos grupos e dos técnicos da prefeitura. Queria que o processo fosse aberto à toda a sociedade e acreditava que a melhor maneira para isso seria a abertura imediata dos portões para se pensar o projeto dentro do parque, numa espécie de canteiro vivo. A SAMORCC, por outro lado, tinha a intenção de sugerir um programa específico e decidiu desenvolver um projeto próprio para entregar à secretaria. Frente à ameaça de ter o projeto da SAMORCC representando o "projeto da comunidade", o OPA também resolveu desenvolver e apresentar um projeto comunitário.

Os projetos apresentavam premissas em comum, como a previsão da menor impermeabilização possível do solo e o desejo de trazer a questão das águas para dentro do parque. Trazia, porém, diferenças significativas no que diz respeito ao valor simbólico do parque. No projeto da SAMORCC, por exemplo, foi previsto área de estacionamento para *Food Trucks*, fontes de água inspiradas nos parques europeus e espaços para esculturas de Bia Doria, artista plástica e esposa do prefeito da cidade. Por outro lado, o projeto comunitário previa o mínimo de intervenção possível para possibilitar a implantação do canteiro vivo na construção coletivo do parque.

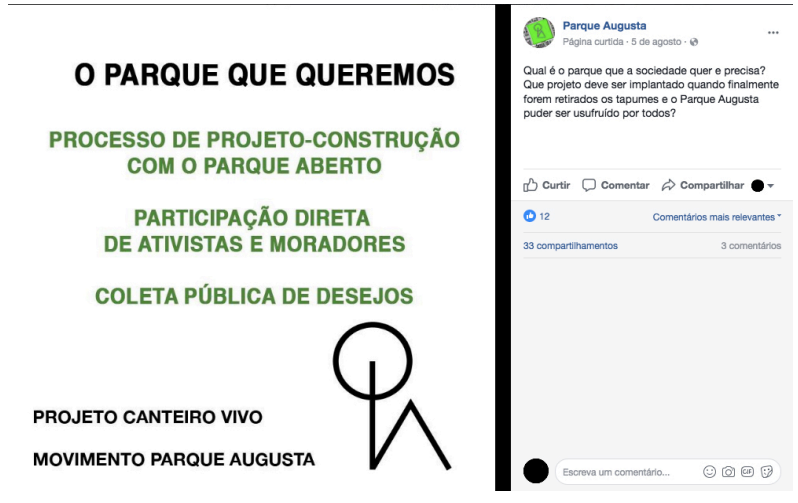


Imagem 09: Publicação OPA. Fonte: Página do Facebook Parque Augusta, 2017

Nesse momento ficou claro que a construção do parque estava relacionada à visão de que cidade se quer. O OPA busca a criação de um bem comum, onde novas formas de gestão e produção sejam desenvolvidas para servir de exemplo à construção de outros bens comuns em outras partes da cidade. A SAMORCC, por outro lado, propôs um parque que condiz com a atual maneira de se pensar a cidade, voltada para o consumo, que exclui aqueles que não fazem parte dessa lógica mercadológica.

Seguindo a tendência global dos protestos multitudinários de 2010 a partir do *Occupy Wall Street* e a onda de manifestações de junho de 2013 que ocupou as ruas de todo o Brasil, o OPA representa um movimento contra a especulação imobiliária e contra os projetos urbanos neoliberais. Através de uma organização horizontal e heterogênea, reivindica uma democracia direta para defender os comuns urbanos e o direito à cidade. Com ações que buscam ativar as redes e as ruas da cidade, o OPA promove assembleias, atividades e manifestações para chamar a atenção das pessoas para a embate do Parque Augusta e de outras áreas verdes na cidade de São Paulo que estão ameaçadas pelo mercado imobiliário. Através da mobilização das pessoas, foi possível identificar outros movimentos na cidade que também estão nessa luta. Com isso, foi criada a Rede Novos Parques, uma plataforma aberta e horizontal de discussões para facilitar o processo de criação, preservação e conservação de parques, praças e áreas arborizadas da cidade de São Paulo, desejados pelas pessoas e ameaçados pelo mercado imobiliário.

Há muitas críticas em relação ao movimento, principalmente por se tratar de um grupo formado majoritariamente por jovens de classe média do centro da cidade. É fato que o centro de São Paulo concentra a maior parte do investimento público e que as periferias tem uma carência ainda maior por espaços públicos. O OPA entende sua situação de privilégio e por isso tenta ampliar o seu papel para além da luta por mais um parque. Quer tirar proveito da localização privilegiada do Parque Augusta para abrir um precedente de luta social por áreas verdes para que outros movimentos possam ter o mesmo reconhecimento e as mesmas conquistas que tem conseguido. Para isso tentam combater a lógica neoliberal que rege o urbanismo vigente em nossas cidades.

A experiência da ocupação foi a prova de que é possível pensar um espaço público livre das políticas do Estado e do controle do capital privado. Nos quase três meses de vivência o parque foi compartilhado por crianças e idosos, moradores de rua e jovens abastados, usuários de drogas e intelectuais. As decisões eram tomadas em assembleias onde todas as vozes tinham o mesmo peso. Cada um contribuía da maneira que podia e tudo ali era compartilhado pelas pessoas. A potencia da ocupação deu força para que muitos integrantes do OPA continuassem na luta pelo parque nos anos seguintes, mesmo não podendo estar dentro dele.



Imagem 10: Publicação OPA. Fonte: Página do Facebook Parque Augusta, 2017

Por mais que a luta pelo parque tenha idade maior do que a de muitos dos integrantes do OPA, não se pode negar que essa nova maneira de protestar dos jovens ativistas foi o que conseguiu mobilizar multidões e atingir as mídias, tradicionais e ativistas, para dar voz a uma sociedade cansada de ceder às

exigências impostas pela especulação. Frente a reviravolta do acordo anunciado nesse ano e na intenção de divulgar o percurso dessa luta de mais de 40 anos, o OPA organizou no mês de julho um Fórum com uma série de eventos para tratar da questão do Parque Augusta e buscar soluções e opiniões a respeito do acordo que pode vir a ser firmado.

Considerações Finais

A partir da análise de todo o histórico legal e das negociações que se referem ao terreno do Parque Augusta nota-se a predisposição que a legislação tem em seguir a vontade do mercado e do capital em detrimento da população e das demandas sociais.

Na gestão do prefeito Fernando Haddad era estarrecedor ver a prefeitura oferecer milhões por um terreno com tantas irregularidades e infrações e ainda ver as construtoras pedirem uma quantia mais próxima ao valor de mercado. Mas o que é o valor de mercado de um terreno onde, se respeitadas as limitações e restrições legais, não se pode construir um empreendimento lucrativo na visão dos empreendedores?

As construtoras defendem o valor de mercado do terreno pois acreditam que a legislação não irá se aplicar, como comprovado pela aprovação do empreendimento pelo Conpresp. E não é a toa que a Cyrela e Setin preferiam a construção do empreendimento ao invés da venda do terreno. Proprietárias de outros empreendimentos na região, elas veem na construção das torres e na promessa de um parque privado, mas de acesso público, uma maneira de valorizar a área e aumentar ainda mais o valor do metro quadrado da região e de seus empreendimentos.

A especulação imobiliária vem transformando vários bairros da cidade, expulsando a população mais pobre casa vez mais para as periferias, acabando com o patrimônio histórico e destruindo o pouco de natureza que ainda nos resta. Essa prática tem sido imposta em nossas cidade por muito tempo, mas hoje vemos que a sociedade civil está reagindo às ações de mercado e reivindicando espaços mais democráticos.

Se não fosse pela resistência dos grupos em prol do parque, a trâmite legal para aprovação e construção do empreendimento no terreno do parque não passaria de mera rotina para os técnicos da prefeitura. As torres já estariam construídas e o bosque seria mais um item do “lazer completo” prometido pelos novos empreendimentos residenciais.

Mas, por mais que se esteja muito perto de se conseguir o parque, o novo acordo proposto pela prefeitura de João Doria não demostra uma vitória completa em relação a especulação. As torres que não serão construída no centro de São Paulo poderão ser transformadas em uma novo empreendimento na Marginal Pinheiros, ainda maior e mais lucrativo para as grandes incorporadoras. O Parque Augusta corre o risco de ser concedido à iniciativa privada, representando uma vitória do discurso neoliberal sobre a luta pelos comum urbanos.

A luta pelo Parque Augusta é apenas um exemplo da força que a mobilização civil vem ganhando nos últimos anos a favor de cidades para pessoas e não para o capital. Ainda que se possa considerar a implantação do Parque Augusta uma vitória frente ao mercado, o confronto com a especulação imobiliária continua. Ao final das negociações, há de se avaliar a que custo esse parque será criado e quem realmente sairá ganhando com tudo isso. A cidade poderá ganhar um parque, mas será este o parque que queríamos?

Referências bibliográficas

KARA-JOSÉ, B. **“ Políticas Culturais e Negócios Urbanos: a instrumentalizaçãoo da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)”.** São Paulo: Annablume, 2007.

CAVA, B.; MENDES, A. **“A constituição do comum”.** Rio de Janeiro: Revan, 2017

MENDES, A. C. F. **“Transformações recentes na paisagem construída da cidade de São Paulo.** O eixo da rua Augusta, do centro à marginal Pinheiros”. Dissertação – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

ORGANISMO PARQUE AUGUSTA. **“Revista Organismo Parque Augusta 1”.** São Paulo, 2014

ORGANISMO PARQUE AUGUSTA. **“Revista Organismo Parque Augusta 2”.** São Paulo, 2014.

PARQUE AUGUSTA. **Disponível em: < https://www.facebook.com/parqueaugustaja/> Acesso em: 18 out.** 2017

VANNUCHI, L.; SCHILLER, M.; LOPES, M. V. **“A hora e a vez do Parque Augusta”**, 2016. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2016/08/18/a-hora-e-a-vez-do-parque-augusta/> Acesso em: 18 out. 2017

VILLAÇA, F. **“Reflexões sobre as cidades brasileiras”.** São Paulo: Studio Nobel, 2012

VILLAÇA, F. **“Espaço intra-urbano no Brasil”.** São Paulo: Studio Nobel, 2002.

YURI, D. **“Reocupação da região por jovens gera onda de aumento de preços”, 2016.** Disponível em: < http://especial.folha.uol.com.br/2016/morar/paulista-centro/2016/05/1766342-reocupacao-da-regiao-por-jovens-gera-onda-de-aumento-de-precos.shtml> Acesso em: 18 out. 2017

QUEM MANDA AQUI?
Uma análise sobre o desenvolvimento da urbanização turística de praia do forte- ba

ACHERMANN, JASON DANIEL (1)

1. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000
jasondaniel65@gmail.com

RESUMO

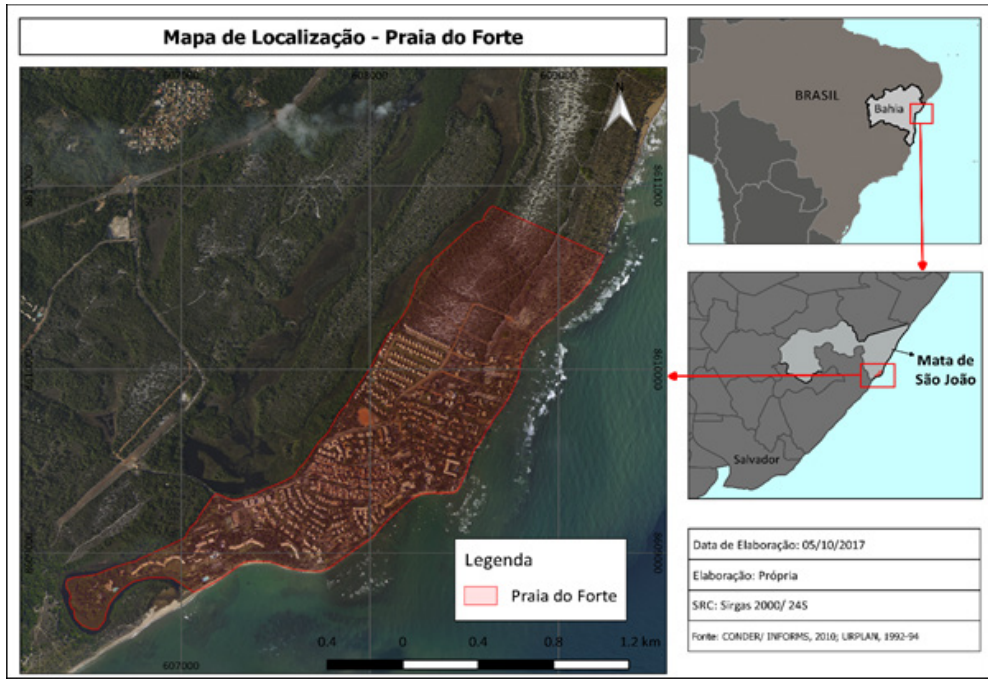
Localizada no Litoral Norte da Bahia, no município de Mata de São João, Praia do Forte passou por significativas mudanças em sua estrutura socioespacial e cultural devido a atividades turísticas implementadas na região. Na década de 70, as investidas da iniciativa privada transformaram o primitivo povoado de pescadores no primeiro empreendimento turístico planejado da Bahia. Todos os 5.600 hectares de Praia do Forte foram adquiridos por um empresário paulista, que junto com empresários e investidores, construiu hotéis do tipo resort, pousadas, estabelecimentos comerciais e loteamentos na localidade. A pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento da urbanização turística de Praia do Forte, para avaliar os impacto sociais oriundos desse processo. Através de uma análise histórica sobre foi possível concluir que em Praia do Forte se produziu um espaço urbano voltado aos interesses dos agentes hegemônicos e dos investidores estrangeiros, à medida que os moradores tradicionais do local foram gradativamente excluídos dos processos de decisão. Portanto se desenvolveu em Praia do Forte um espaço urbano segregado que visa atender as demandas daqueles que são externos a localidade.

Palavras Chave: *Praia do Forte. Impactos sociais. Urbanização turística. Espaço urbano segregado.*

Introdução

Praia do Forte passou de uma pequena vila de pescadores no início dos anos 1970 para um dos principais polos turísticos da Bahia nos dias atuais, destacando-se não só a nível estadual como também nacional. De acordo com dados obtidos pelo Ministério do Turismo (2016), a localidade recebeu 45.416 visitantes internacionais e 246.240 nacionais no ano de 2016, sendo que o turismo no mesmo ano gerou 4.861 empregos diretos na localidade. Praia do Forte teve seu crescimento incentivado por uma série de atores, nesse processo o desenvolvimento urbano foi fundamental para inserção do local nos roteiros nacionais e internacionais de turismo. Diversos estudos apresentam os fatos históricos, políticos, econômicos e paisagísticos determinantes para o desenvolvimento turístico de Praia do Forte, porém pouco se falou dos impactos sociais da urbanização turística. Uma análise aprofundada sobre o processo de evolução urbana da localidade se torna fundamental não só para compreender as conexões entre as formas espaciais e a estrutura social, mas principalmente, para entender os interesses por trás das funções atribuídas ao espaço pelas estruturas hegemônicas e os impactos sociais decorrentes desse processo.

A área de estudo encontra-se localizada no estado da Bahia, mais especificamente no município de Mata de São João, dentro do distrito de Açu da Torre, e de acordo com o IBGE pode ser classificada como área urbana isolada. A localidade fica a cinquenta e cinco quilômetros do aeroporto internacional de Salvador – Luís Eduardo Magalhães, e a principal via de acesso é a BA – 099, conhecida como Linha Verde, que liga estado da Bahia ao de Sergipe.



Mapa 1 – Localização de Praia do Forte

A área urbanizada da localidade possui doze quilômetros de praia e 5.600 hectares de área, com baixa densidade de ocupação. Segundo dados estatísticos da Turisfort (2017) Praia do Forte possui aproximadamente 2.300 habitantes. Nos dias atuais a maior parte do território urbano é ocupado por condomínios particulares e resorts de alto padrão, que se caracterizam pelos seus lotes extensos e não adensados. É no núcleo urbano tradicional que se encontra o maior adensamento urbano do local, muitas das edificações desse trecho são anteriores a chegada do turismo. Nos dias atuais esse espaço se encontra totalmente transformado, o que já foi uma simples vila de pescadores, hoje é composto por restaurantes, bares, pequenas pousadas, lojas, ruas e alamedas exclusivas para pedestre, ou seja, toda infraestrutura necessária para atender o turismo. O principal marco do núcleo urbano é a sede do projeto Tamar, reconhecido internacionalmente pela pesquisa, conservação e manejo das cinco espécies de tartarugas marinhas que

ocorrem no Brasil. Não há muita verticalidade na paisagem local pois o gabarito máximo permitido para todas as edificações é de dez metros, que é o tamanho de um coqueiro adulto. A paisagem natural de Praia do Forte é composta por uma orla marítima repleta de areias claras, recifes, coqueirais e um imenso mar cristalino, além de duas reservas naturais nas suas proximidades – Sapiranga e Klaus Peter – que são remanescentes de mata atlântica.

Nos dias atuais Praia do Forte é fortemente influenciada pelo turismo e a sua urbanização possui grande importância para suporte e manutenção dessa atividade. Porém a que interesses o processo de urbanização de Praia do Forte esteve ligado? Será que as populações tradicionais, anteriores ai desenvolvimento do turismo, puderam decidir sobre os rumos da urbanização do local? Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de desenvolvimento da urbanização turística de Praia do Forte, para identificar os principais produtores do espaço urbano local e os impactos sociais decorrentes do processo de urbanização. Portanto se buscou identificar as diversas disputas entre os segmentos da sociedade local – nativos, empresários, políticos, entre outros – e descobrir como as mesmas refletiram no espaço. Para entender os rumos do desenvolvimento urbano de Praia do Forte é necessário entender a tendências globais sobre os processos de planejamento urbano.

1. Produção privada do espaço urbano e a urbanização turística de Praia do Forte

O crescente processo de privatização do espaço tem revelado novas configurações espaciais e contribuído para acentuar os conflitos e tensões entre os diferentes segmentos da sociedade. Ao analisar as principais correntes de pensamento do planejamento e gestão urbanos, Lopes (2002) chama atenção para as investidas realizadas pelo mercado, principalmente, a partir da década de 1970, sobre o planejamento físico-territorial clássico. As investidas do mercado buscaram enfraquecer o poder regulatório do planejamento e foram bem sucedidas em fazer com que o mesmo pare de "tentar 'domesticar' e 'disciplinar' o capital para, pelo contrário, melhor ajustarem-se aos seus interesses, inclusive imediatos" (LOPES, 2002, p. 136). Essa tendência de enfraquecimento do planejamento regulatório é bastante visível nos chamados planejamentos estratégicos das cidades e áreas urbanas, que são totalmente condicionados a defesa dos interesses empresariais e não do interesse público. A progressiva neoliberalização dos esquemas de planejamento foi definida por Peck, Theodore e Brenner (2010) como "urbanismo neoliberal". Nesse processo os agentes hegemônicos tem o poder de definir políticas urbanas, orientar a legislação de acordo com seus interesses e direcionar orçamentos de estado visando a manutenção constante das condições de produção de riqueza (CARLOS, 2013). Dessa forma criam-se espaços urbanos que atendem os interesses de minorias como se fossem necessidades de todos.

As influências do mercado sobre o espaço urbano das cidades tomou tal dimensão que elas próprias se tornaram uma mercadoria através da atuação do mercado imobiliário. Corrêa (1981) esclarece que os agentes sociais responsáveis pela produção imobiliária no espaço urbano realizam operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucro. Portanto, a estratégia dominante dos produtores imobiliários para alcançar o lucro tem sido a construção de habitações para a demanda solvável, o que contribui para reforçar diversos problemas sociais, como o da segregação espacial. Áreas mais bem providas de acessibilidade, segurança, infraestrutura e amenidades naturais tendem a um preço mais elevado, desta forma se exclui das áreas mais urbanizadas das cidades, os grupos de menor poder aquisitivo. O mercado imobiliário atua intermediando a apropriação dos espaços pelos particulares, segregando ou aproximando as atividades e, consequentemente, as pessoas. Para Carlos (2013, p. 3) a área urbana:

> *"Fragmenta-se em lugares apropriados apenas através do mercado imobiliário. Sob esta orientação – a da realização do processo de acumulação – a cidade aparece ao cidadão como exterioridade, e vivida como estranhamento*

redefinindo, nesta perspectiva, todas as relações sociais, cunhando uma nova urbanidade fundada nos princípios do mercado".

O estudo diacrônico da urbanização de Praia do Forte é um exemplo notório do processo de apropriação, pelo mercado, do planejamento urbano. Porem por se tratar de uma destinação turística o desenvolvimento da urbanização de Praia do Forte possui algumas especificidades típicas de locais que têm o turismo como principal atividade econômica. Mullins (1991) chama a variedade de processos que geram e regeneram tramas urbanas para e pelo turismo como urbanização turística. Para o mesmo autor (1991) os espaços turísticos apresentam uma nova e extraordinária forma de urbanização, pois são espaços urbanos construídas para o consumo. Isso significa dizer que os espaços devem possuir capacidade de comunicação, transporte, saneamento básico e infraestrutura turística em hospedagem, alimentação, serviços e equipamentos de lazer. É evidente que o atual estado da urbanização de Praia do Forte corrobora com o desenvolvimento econômico do local, a localidade possui toda infraestrutura necessária para potencializar o turismo. Porém uma análise mais aprofundada sobre a evolução histórica da urbanização se faz necessária para a identificar quais grupos sociais foram beneficiados e quais foram os mais atingidos negativamente por esse processo.

2. A introdução do turismo em Praia do Forte e os estímulos iniciais ao desenvolvimento da urbanização neoliberal

No ano de 1971 Klaus Peters, empresário paulista de descendência alemã, compra nas mãos dos herdeiros do coronel Otacílio Nunes de Souza a fazenda de Praia do Forte. No ato da compra se estipulou que além das fazenda faziam parte da venda todos os seus pertences incluindo casas, construções, depósitos e plantações. Dentro dos limites territoriais da área adquirida pelo empresário havia um pequeno povoado de trabalhadores rurais e pescadores, que destacava-se em relação aos povoados vizinhos por possuir alguns poucos serviços públicos como uma escola primária, uma agência dos correios, um cartório e um telégrafo, inexistentes nos outros povoados das redondezas (GOMES, 1998). Parte dos habitantes do povoado trabalhavam em fazendas de coco e gado, outra dedicava-se a coleta de mariscos e pesca em alto mar, nos rios e mangues da região. Lorenzo (1996, p.17) ilustra como se dava essa relação entre trabalho no campo e a pesca:

"Uma pequena parte da população possuía lotes de terra, outros adquiriram pequenas glebas pelo sistema de arrendamento (muito frequentemente adotado por proprietários das grandes fazendas). Para alguns, a agricultura era a atividade exclusiva, assim como para outros era a pesca. Uma parte significativa da população, porém, combinava o trabalho de pesca com a agricultura, principalmente, nos períodos em que o mar e o tempo não eram favoráveis à pesca. Comumente, as atividades de plantio, assim, como a coleta de frutos e a pesca no mangue, eram executados por mulheres e crianças, porque a maioria dos homens estavam envolvidos com a pesca em alto mar. A riqueza natural de Praia do Forte possibilitava a execução de várias tarefas. O mar, o mangue, os rios e a mata permitiam a população garantir o seu sustento e construir formas próprias de viver".

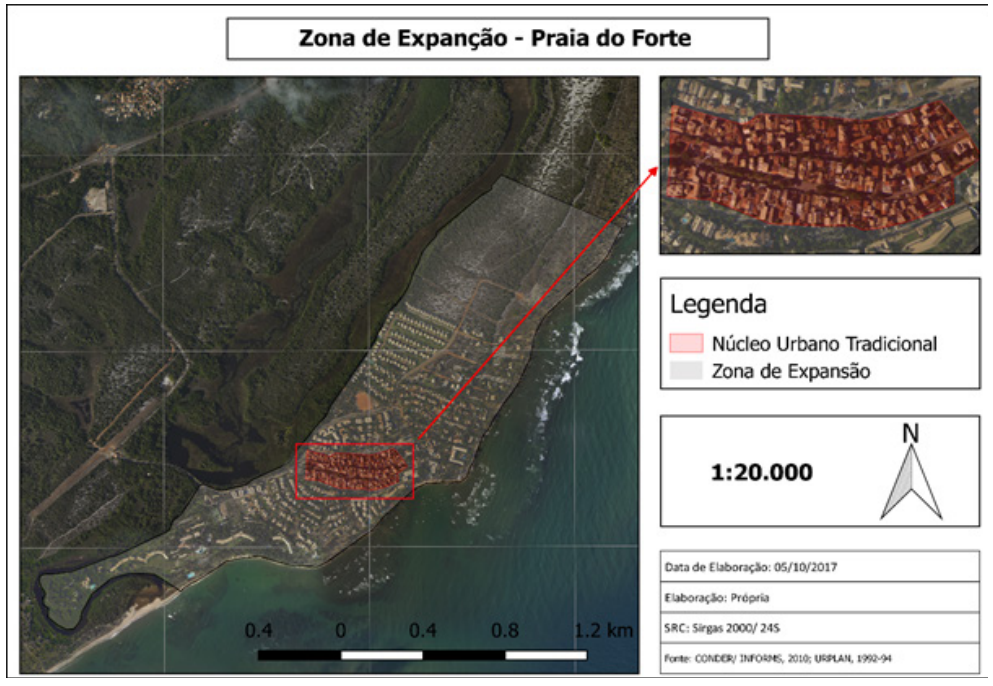
Nesse período as edificações do povoado eram feitas de barro, telhados de palha ou telha de cerâmica, enquanto que os caminhos e passagens eram cobertos com areia e essencialmente só se destacavam três (que hoje representam o núcleo antigo de Praia do Forte): a rua do meio – atual rua ACM -, a rua de trás - atual Alameda da Lua – e a rua da frente – atual Alameda da Aurora (LORENZO, 1996). A infraestrutura local era quase inexistente, não havia água encanada, o abastecimento era feito no rio Porções. Também não haviam sistemas de saneamento e a energia elétrica era fornecida por um gerador a diesel que funcionava até às dez horas da noite. O transporte de pessoas e mercadorias para o povoado era majoritariamente realizado por saveiros – embarcações construídas exclusivamente em madeira –

devido a precariedade das estradas, quem vinha por terra tinha que atravessar o rio Pojuca. Devido a todos os entraves do caminho, a rota terrestre de Salvador até Praia do Forte demorava cerca de quatro horas (SOUSA, 2013).

Klaus Peters iniciou suas atividades na fazenda Praia do Forte investindo na plantação de coqueiros, entre os anos de 1973 e 1975 foram plantados 45.000 pés. Apesar de um investimento inicial na agricultura é no povoado que ele vai voltar suas atenções, em 1976 inicia um ambicioso projeto para transformar o pequeno povoado de pescadores e trabalhadores rurais em um grande empreendimento turístico. Na metade do século XX o povoado de Praia do Forte apresentava características bastante primitivas, portanto não possuía a infraestrutura necessária para se consolidar como uma zona de atração turística. Em 1976, a primeira ação de Klaus Peters alinhada com o objetivo de transformar a localidade em um destino turístico, foi a encomenda para três renomados arquitetos de um *Master Plan* para Praia do Forte. O projeto urbano teve como principal responsável o arquiteto Wilson Reis Netto, ele foi iniciado em 1975 e finalizado no ano seguinte. O plano foi dividido em três etapas e, de acordo com relatos obtidos por Sousa (2013, p. 171-172), possuía as seguintes características:

> *"Segundo o arquiteto Pablo Sandiano, assistente de Wilson Reis Netto na elaboração do Master Plan, os lotes da 1ª e 2ª etapas do loteamento Praia do Forte estão localizados junto ao núcleo central de Praia do Forte e possuem um tamanho menor, aproximadamente entre 350m2 a 400m2. Estes lotes foram distribuídos em duas áreas residenciais denominadas condomínio Aldeia dos Pescadores e condomínio Porto das Baleias. Na 3ª etapa do loteamento, os lotes são maiores, possuem entre 800 m² a 1000 m² e estão localizados na área mais afastada do núcleo central, concentrados no condomínio residencial Etapa das Piscinas".*

É a partir da elaboração do *Master Plan,* que ocorrem as primeiras transformações sociais significativas no povoado. Ao contrário do que acontece no processo de urbanização da maioria das cidades brasileiras, se buscou, de certa forma, manter classes sociais mais baixas no centro da área urbana, isso porque se tentou preservar o ideário de "vila de pescadores" na localidade para incentivar as atividades turísticas (Gomes, 1998). Porém apesar das populações de baixa renda não terem sido expulsas para áreas periféricas, buscou-se no *Master Plan* limitar o crescimento horizontal das mesmas, através da delimitação de zonas de expansão logo no seu entorno próximo ao núcleo antigo, como pode-se observar no mapa 2. As zonas de expansão foram planejadas com lotes mínimos de 350 m² de área, o que impossibilitava os moradores tradicionais de adquirir terras em áreas externas ao núcleo tradicional, devido ao seu baixo poder aquisitivo.



Mapa 2 – Zona de Expansão

No *Master Plan* os espaços contidos nas zonas de expansão foram reservados para instalação de pousadas, empreendimentos de médio/alto padrão e condomínios fechados, o que pode ser observado na tipologia das edificações nos dias atuais.

Uma declaração de um corretor da empresa Landco, criada para coordenar a venda de lotes em Praia do Forte, confirma que de fato tentou se limitar a o crescimento do núcleo urbano tradicional: "a construção de loteamentos residenciais próximo ao núcleo antigo, teve como objetivo não deixar a localidade crescer desordenadamente, para manter suas características de 'pequena comunidade de pescadores'" (SOUSA, 2013, p.162). Para evitar o contraste visual - casas simples próximas a mansões - e a consequente desvalorização dos lotes, os mesmos foram planejados para crescer a medida que se afastam do núcleo original. Portanto o *Master Plan* de 1976 teve papel fundamental para balizar o processo segregação induzida das classes de alto poder econômico. Ou seja, o que se fez foi separar espacialmente as classes mais abastadas dos grupos sociais menos favorecidos e ainda por cima limitar a capacidade de expansão espacial dos moradores tradicionais do povoado. Em 1979 câmera de vereadores de Mata de São João, a Lei Municipal de n. 32 referente ao Uso do Solo em Praia do Forte. A referida Lei deu poder legal ao que se planejou no *Master Plan*, pois o tamanho mínimo de lote definido para as zonas de expansão foi de 350 m² (GOMES, 1998).

Ainda no ano de 1979 é aprovado pela câmera loteamento Praia do Forte. Esse foi um fator importante para os rumos da urbanização local pois o poder público, representado pela prefeitura de Mata de São João, transfere a responsabilidade dos investimentos em infraestrutura urbana para a esfera privada. Um termo de compromisso entre a prefeitura e o proprietários de Praia do Forte foi assinado, celebrando o acordo entre as duas partes. De acordo com Rolnik e Klink (2011, p. 103):

> *"As regras para o parcelamento de solo foram instituídas em 1979 pela Lei 6766, definindo a responsabilidade do parcelador em dotar os loteamentos com infraestrutura básica e áreas destinadas para a instalação de áreas verdes e equipamentos públicos. Tais espaços são definidos sob a forma de percentuais da área total da gleba".*

Como pode se observar na tabela 1, referente à distribuição geral da área do projeto, destinou quase metade da área total para implementação de lotes, enquanto que para áreas institucionais foi destinado apenas dois por cento da área total.

Distribuição das terras	Área por hectare	%
Residencial	867.19	48,46
Áreas verdes e ruas	536.82	30,00
Lazer e turismo	248.64	13,90
Área do Parque Garcia D'Ávila	69,80	3,90
Áreas institucionais	43.35	2,42
Área comercial	23.57	1,32
Área total	1.789,37	100

Tabela 1- Distribuição de terras no Loteamento Praia do Forte
Fonte: SOUSA, 2013.

O que se planejou para Praia do Forte em 1979, foi um modelo de urbanização voltado ao mercado, priorizando a construção de lotes para a sua futura venda. Poucas áreas institucionais, destinadas para implementação de equipamentos comunitários como praças, escolas, ginásios de esporte, entre outros, foram delimitadas no plano. Ainda foi definido no documento que os próprios loteantes eram os responsáveis por custear e implementar a infraestrutura. Assim sendo, com a aprovação do Loteamento Praia do Forte a população local, além de prejudicada pela falta de equipamentos urbanos, teve que conviver por muitos anos com um sistema de infraestrutura incompleto. Pois os sistemas de drenagem de águas pluviais e pavimentação das ruas, previstos no termo de compromisso como condição para liberação do loteamento, não foram construídos pela Landco, empresa responsável pelos loteamentos (Souza, 2013)

3. Apropriação privada da gestão do território

Os anos oitenta se iniciam com transformações políticas importantes no recém formado loteamento Praia do Forte. Em 1981, Klaus Peters cria a Fundação Garcia D'Ávila com o intuito de gerenciar o Master Plan e também "[...] com o objetivo de administrar a área, executar os projetos e os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários, tornando-se o principal agente transformador deste espaço" (GOMES SOBRINHO, 1998, p.61). Graças a um convênio firmado com a prefeitura, a fundação Garcia D'Ávila se torna um importante instrumento de Klaus Peters, presidente da fundação, para gerir o território. A cláusula terceira do convênio, sintetizada no quadro 1, evidencia que a prefeitura transferiu a responsabilidade de fiscalizar o uso do solo, o meio ambiente e comércio local para a fundação.

Quadro 1- Competências e Encargos da Fundação Garcia D'Ávila

Encargos da Fundação
1- Os serviços de controle do uso do solo, dentro do quanto previsto da Lei Municipal n.32-A/79;
2- "Preservação" da ecologia;
3- Os serviços de fiscalização, orientação, guarda, segurança, manutenção, conservação e administração do sistema viário, do sistema de drenagem dos estabelecimentos, dos parques e das áreas verdes e da faixa de marinha da Praia do Forte;
4- Fiscalização das edificações para evitar a afronta ao padrão arquitetônico da Vila de Praia do Forte; fazer obedecer as restrições e do uso do solo, com aprovação prévia das edificações e das reformas dos prédios existentes;
5- Controle do comércio ambulante;
6-Instalação do comércio para datas e épocas de festas populares e de largo;
7- Fiscalização dos materiais de construção nas edificações e reformas;
8- Aprovação prévia para a instalação do comércio e empresas de prestação de serviço, além de unidades industriais;
9- Fiscalizar a mudança de ramo por parte dos estabelecimentos de qualquer natureza, que dependem para tanto de aprovação prévia do poder público via Fundação;
10- Fiscalizar e autorizar os horários de funcionamento dos estabelecimentos e equipamentos comunitários;
11- Aplicar as punições e penalidades previstas nos códigos restritos na cláusula primeira, alínea "b" e outras existentes que venham ser criadas no futuro;
12- Fiscalizar e ordenar o tráfego e poluição sonora e a coleta de lixo.

Fonte: Gomes Sobrinho (1998).

Para Alban (2008) o segredo do sucesso de Praia do Forte se deve a Fundação Garcia D'Ávila, pois esta permitiu que Klaus Peters criasse uma estrutura única de governança para área. Ou seja, em Praia do Forte não se investiu apenas em infraestrutura como em aconteceu em diversos outros municípios pequenos transformados pelo turismo. De acordo com o mesmo autor:

> *"Pode-se constatar que, com a criação da Fundação Garcia D'Ávila, o Klaus Peters criou uma fantástica estrutura de governança para o desenvolvimento da área. Com a mesma, ele pôde não apenas manter os bens públicos naturais e culturais, como viabilizou o desenvolvimento dos mesmos como atrativos turísticos" (ALBAN, 2008, p. 21).*

De fato as contribuições da fundação Garcia D'Ávila podem ter sido determinantes para o desenvolvimento econômico local mas por outro lado limitou as possibilidade de desenvolvimento social e espacial da população nativa. Primeiro porque a Fundação constantemente fiscalizava as edificações do núcleo antigo para que o mesmo não se expandisse. Segundo, porque pouco se investiu em equipamentos públicos para uma melhor qualidade de vida e justiça social dos residentes. Diversos embates ocorreram entre a população tradicional, marcada pela inferioridade econômica e pelo desconhecimento das novas formas de trabalho que surgiam, e o poder local, representado pela Fundação Garcia D'Ávila,

pois a instituição impedia o surgimento de comércios e de barracas informais (LORENZO, 1996). Lopes (2002) defende que o desenvolvimento socioespacial que só acontece quando se constata uma melhoria na qualidade de vida e um amento na justiça social. porque pouco se investiu em equipamentos públicos para uma melhor qualidade de vida dos residentes. Em Praia do Forte a ações do seu proprietário e da Fundação Garcia D'Ávila, que o mesmo dirigia, balizavam os seus próprios interesses e os anseios das classes com poder aquisitivo para "consumir" naquele espaço, portanto é evidente que a criação da Fundação não impulsionou o desenvolvimento local mas sim o econômico, principalmente daqueles que estão à frente do processo de urbanização turística da localidade.

4. Investimentos ancoras, desenvolvimento da urbanização turística e impactos sociais

A partir da década de 1980 diversos investimentos públicos e privados contribuíram para o grande desenvolvimento do turismo no local. Em 1982 a Estrada BA 099 foi prolongada até a Praia do Forte, o que facilitou o deslocamento de pessoas e mercadorias, e possibilitou um rápido contato com Salvador e as demais regiões do estado. A ampliação da estrada resultou na intensificação dos fluxos turísticos e econômicos, o que proporcionou um aumento do número de empreendimentos voltados para o turismo atraídos para a localidade. Na esfera privada um investimento que mudou as dinâmicas da economia local foi a inauguração em 1985 do Hotel Robson Club, em parceria com a empresa alemã Steigenberg. Em 1987 o hotel passa por reforma e ampliação o Hotel passa a muda o seu nome para Praia do Forte *Ecoresort*, considerado o primeiro *Ecoresort* do país (SOUSA, 2013). No período descrito ocorre uma grande reorganização econômica e espacial de Praia do Forte. Diversos empreendimentos, típicos das zonas turísticas, foram atraídos para a localidade, como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, estabelecimentos de comércio e de serviços. Dessa maneira se consolidava a urbanização turística na localidade, caracterizada pela produção de um conjunto de espaços destinados a realização de atividades ligadas ao consumo, que concentram uma grande e variada oferta de bens e serviços (Mullins, 1991).

No ano de 1993 outro investimento público foi determinante para o desenvolvimento da localidade, a conclusão da etapa de ampliação da BA 099 até a divisa com Aracaju. A ampliação da estrada ocorreu com financiamento de políticas de investimento em infraestrutura do Prodetur e possibilitou uma maior integração entre Bahia e a região Nordeste, como também se tornou mais uma opção de conexão entre Norte e o Sul do país, atraindo novos fluxos de visitantes para toda região do Litoral Norte da Bahia (SOUSA, 2013). Além de investimentos em estradas, o Prodetur também destinou verbas para redes de infraestrutura urbana. Um dos grandes embates na década de 90 entre a população nativa e Klaus Peters foi sobre a pavimentação das ruas e a limpeza urbana. De acordo com Gomes (1998, p. 46):

> *Para os empresários a vila deveria permanecer com suas características originais como ruas sem pavimentação, iluminação e construções tradicionais, com objetivo de atender a demanda dos turistas e a imagem de vila tradicional de pescadores que é vinculada pela mídia. Ao contrário, os moradores reivindicam por infraestrutura e saneamento, pois, são elas que sofrem com os efeitos negativos do grande fluxo de turistas e visitantes. A exemplo, da poeira que é lançada nas suas residências no verão devido ao grande fluxo de veículos que circulam pela vila e dos alagamentos das ruas no período chuvoso.*

Para solucionar os problemas urbanos ocasionados pela falta de pavimentação, no ano de 1998 a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), em parceria com a política de desenvolvimento turístico do Prodetur, cria um projeto de intervenção urbanística para área. De acordo com o memorial descritivo da Conder (1998), se buscou conservar as características físicas e ambientais do sítio, entendendo Praia do Forte como uma vila de pescadores. Outra prioridade do projeto foi estabelecer na localidade um tráfico compatível com suas características, sendo assim as ruas de maior densidade populacional – Alameda do Sol (atual rua ACM) e Alameda da Lua – receberiam um calçadão exclusivo para pedestres. No ano de 2001 foi firmado um acordo em licitação

pública com a empresa AXXO. A empresa termina de executar as intervenções no ano de 2003, os principais serviços realizados pela foram terraplenagem, drenagem, rede de distribuição elétrica subterrânea, pavimentação com blocos intertravados de concreto, melhorias habitacionais e paisagismo. Com essa intervenção todas as principais vias de Praia do Forte receberam calçamento, além da implementação de jardins na Rua ACM, principal via da localidade.

Os condomínios fechados se multiplicam nesse período, fomentando um processo de autossegregação iniciado nas décadas passadas, que fragmenta e elitiza o espaço urbano do local. Sousa (2013, p. 170) esclarece que:

> *Analisando o uso e ocupação do solo no loteamento Praia do Forte pode-se observar que as áreas destinadas ao uso residencial foram reservadas principalmente para a construção de segundas residências, em condomínios de luxo de alto padrão construtivo, direcionados aos veranistas nacionais de classe alta e média alta predominantemente de Salvador.*

Portanto os investimentos governamentais em infraestrutura turística não trouxeram apenas benefícios para a localidade, pois ao mesmo tempo que se melhorou a qualidade de vida dos habitantes, se impediu o acesso de boa parte deles a locais antes públicos. Diversos nativos são impedidos de entrar nas áreas hoje cercadas por muros de condomínios, porém que no passado eram locais de contemplação da natureza, recreação e coleta de frutas típicas da região (GOMES, 1998). Nos dias atuais o Loteamento de Praia do Forte está totalmente urbanizado, possui todos os subsistemas de infraestrutura - via, drenagem, água, esgotamento sanitário e rede elétrica - para o desenvolvimento das suas funções, principalmente, quanto ao aspecto econômico. O projeto urbanístico realizado pela Conder trousse benefícios estruturais, porém um dos efeitos da intervenção foi o aumento do preço dos alugueis e consequente afastamento de moradores tradicionais do centro, pois muitos passaram a alugar suas casas como forma de complementar a renda (SOUSA, 2013).

As ações tomadas por Klaus Peters, empresários e políticos de Mata de São João transformaram definitivamente a realidade socioeconômica de Praia do Forte. O que esses agentes hegemônicos fizeram, através de sua forte influência político e econômica local, foi combinar a paisagem natural com a paisagem socialmente construída. Formando-se um conjunto composto pelo oceano, vegetação natural e as diversas edificações como *resorts,* restaurantes, bares, lojas, entre outros, para estimular visitantes e turistas a consumirem entretenimento na localidade. Porém esse processo também foi responsável pela perda de muitas atividades tradicionais, para Lorenzo (1996) as populações locais, cada vez mais desviadas de suas antigas formas de trabalho, voltaram-se para as novas modalidades de trabalho que foram surgindo com a multiplicação de casas, hotéis, e atividades ligadas ao turismo. Assim sendo instalaram-se no local diferenças sociais marcantes entre os “novos moradores”, muitos estrangeiros ou do sul e sudeste do país, donos de lojas, posadas, bares, e restaurantes. E os nativos, incorporados como mão de obra nos empreendimentos dos novos empresários, ou trabalhando no seu próprio negócio, mas sempre com uma lucratividade muito menor. Entre o padrão construtivo das edificações e os estabelecimentos frequentados pelos diferentes grupos há um contraste muito grande (AZEVEDO, 2002).

Considerações Finais

A maneira pela qual se desenvolveu urbanização turística em Praia do Forte reflete os interesses dos agentes hegemônicos. Eles buscaram de todas as maneiras manter o controle e decidir sobre os rumos do local, utilizando-se de diversos artifícios do planejamento urbano neoliberal para evitar o crescimento do núcleo tradicional e para separar as classes sociais de maior poder aquisitivo dos grupos mais pobres.

Depois de alguns investimentos em infraestrutura do Estado, potencializadas por programas de como o Prodetur/ Nordeste I, diversos promotores imobiliários se instalaram em Praia do Forte. Entre os anos 1980 e 2000, pousadas, hotéis, *resorts,* condomínios fechados e diferentes tipos de empreendimentos imobiliários foram

atraídos para a localidade. Isso demonstra a importância das ações do Estado na produção urbana, que através de suas ações, potencializa o desenvolvimento de um urbanismo típico das zonas turísticas, voltado para o consumo e interesses do mercado, em Praia do Forte.

Na área de estudo as ações do Município de Mata de São João sempre estiveram alinhadas com os interesses das classes empresariais, nesse processo os moradores tradicionais não opinaram sobre o rumos do desenvolvimento urbano e turístico da localidade. O desenho urbano do local nos dias atuais é um indicativo disso, menos de dois por cento das áreas urbanas de Praia do Forte são institucionais. Pode-se perceber um grande adensamento no núcleo tradicional que foi impedido de crescer o que, consequentemente, o adensamento das edificações e da área como um todo. É uma realidade hoje em Praia do Forte a emigração de moradores antigos para áreas com custo de vida mais barato. Mesmo com uma maior oferta de empregos proporcionada pelo turismo, ainda existe uma diferença muito grande entre os salários dos antigos e dos novos moradores da localidade. Como resultado de todo o processo descrito, se criou um espaço urbano em Praia do Forte para entender as demandas do capital privado e a daqueles que podem pagar para usufruir do espaço, ou seja, um local criado para atender a demanda daqueles que são externos a localidade. O grupo que historicamente vive ali foi excluído dos processos de decisão e impedido de se desenvolver socioespacialmente.

A partir das considerações aqui expostas sugere-se uma profunda revisão no tratamento conferido a comunidade tradicional, que deve ser incluída nos processos decisórios. Novos estudos devem ser incorporados a atual pesquisa para que o planejamento urbano no local se torne mais participativo e democrático. E por fim se desenvolva uma urbanização menos voltada a interesses econômicos, das minorias hegemônicas, e mais voltada aos interesses sociais das maiorias.

Referências

ANDRADE, A. **Diretor da Iberostar fala de empregos e investimentos, 2008.** Disponível em: <http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/diretor-da-iberostar-fala-de-empregos-e-investimentos_43439.html>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

ARAUJO, C. **Terra à vista!** O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 2011.

ALBAN, M. **A Insustentabilidade do Turismo no Brasil e o Sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia institucional.** Turismo em Análise, v.19, n.1, maio 2008.

BAHIA, Litoral Norte I. **Tribuna da Bahia.** Salvador 07. Dez.1977. Cad. 2. p.9.

BAHIA. **PRODETUR: programa de desenvolvimento turístico.** Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/prodetur>. Acesso em 12\07\2017.

CALMON, P. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros.** 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CARLOS, A. **F.** A. **Espaço público e "nova urbanidade" no contexto do direito á cidade.** Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia, n. 18, 2013.

CONDER. **Memoria descritivo do projeto executivo de urbanização, arquitetura, paisagismo, infraestrutura, iluminação, sinalização e demais complementares para a recuperação ambiental do povoado de Praia do Forte, no município de Mata de São João – Bahia.** Salvador: Conder, 1998.

FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR. **Assim nasceu o Projeto Tamar.** Salvador: A Fundação, 2000. 93p.

GOMES, L. S. **Em busca do paraíso... a (eco) lógica, a gestão do território e o turismo na Praia do Forte - Bahia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

HARVEY, D. **La condición de la postmodernidad: Investigación sobre los orígenes del cambio cultural.** Buenos Aires: Amorrortu Ediciones, 1998.

LORENZO, R. A. F. G. **A que passos andam as tartarugas: estudo sobre o impacto sociocultural do turismo em Praia do Forte, Bahia.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia- UFBA. Salvador, 1996.

MULLINS, P. **Tourism urbanization.** International journal of urban and regional research, 1991.

Peck, J., Theodore, N. y Brenner, N., 2010. **Postneoliberalism and its malcontents.** Antipode, 41(1): 94-116.

ROCHA, J. C. DE S. **A interpretação do direito e da ideologia do intérprete: o processo de hegemonia na hermeêutica.** Feira de Santa: Sitienbus, 1997.

ROLNIK, R; KLINK, J. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano.** Novos estudos, v. 89, p. 89-109, 2011.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** São Paulo: edusp, 2002.

SOUSA, T. **Turismo e urbanização em espaços litorâneos: Um olhar sobre a Praia do Forte- Bahia.** UEFS Editora, 2013.

SOUZA, M. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. **Metodologia de Pesquisa.** Campinas: Oculum Ensaios, 2009.

REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA E GENTRIFICAÇÃO EM BELO HORIZONTE: novo cenário, velhas medidas

DINIZ, LUCIANO DOS SANTOS (1); SILVA, CIBELLE PAULA BATISTA DA (2)

1. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA)
Campus II - Prédio Principal - Sala 203 / Avenida Amazonas nº 7675, Nova Gameleira - Belo Horizonte – MG, CEP: 30.510.000
lucianodiniz@cefetmg.br

2. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA)
Campus II - Prédio Principal - Sala 203 / Avenida Amazonas nº 7675, Nova Gameleira - Belo Horizonte – MG, CEP: 30.510.000
cibellepaula2011@yahoo.com.br

Resumo

As políticas urbanas implementadas pelo Poder Público, em articulação com o capital privado, a fim de consolidar o papel das cidades no cenário econômico nacional e inseri-las no mercado global, nem sempre caminham no sentido de ampliar o acesso dos cidadãos às funções sociais da cidade. As práticas do urbanismo neoliberal capitaneadas pelo Estado acarretam, por vezes, a intensificação da desigualdade e da segregação socioespacial das parcelas mais pobres da população. O artigo busca avaliar o processo de reestruturação econômico-espacial implementado pelo Poder Público no Município de Belo Horizonte. A reestruturação estratégica objetiva a diversificação da base industrial da região, a partir da atração de novos investimentos e do fomento de polos de alta tecnologia. As intervenções incluem grandes obras públicas de infraestrutura e de serviços, influindo determinantemente na valorização da terra urbana, na apropriação do espaço pelo capital e na expulsão da população vulnerável. Desse modo, o objetivo da pesquisa é identificar se as intervenções realizadas pelo Poder Público, a partir de 2005, deram início ao processo de gentrificação de uma região específica de Belo Horizonte, qual seja: Venda Nova, mediante uma intensa valorização imobiliária e a elitização do espaço.

Palavras-chave: *Empresariamento urbano; Reestruturação estratégica; Gentrificação; Venda Nova.*

Introdução

As ações modificadoras procedidas pelo Poder Público, em articulação com o capital privado, visando o desenvolvimento das cidades e sua inserção no mercado interurbano, nem sempre caminham no sentido de ampliar o direito dos cidadãos à cidade, podendo acarretar consequências que afetam principalmente a população mais vulnerável, como é o caso da gentrificação (DINIZ, 2015).

A gentrificação é um processo de enobrecimento ou elitização de determinadas áreas da cidade (PEREIRA, 2014). Essas áreas, ao se tornarem alvo de políticas de renovação urbana, se reinventam como espaço de residência, consumo e lazer, atraindo uma nova gama de moradores de renda mais elevada, e provocando a saída da população mais carente devido ao aumento do custo de vida (CERQUEIRA, 2014).

No caso da região de Venda Nova, em Belo Horizonte, observa-se, desde 2005, a implementação de diversas ações que promoveram a transformação do ambiente construído e a oferta de novas obras e serviços, tais como a construção do CAMG (Centro Administrativo de Minas Gerais) e da Linha Verde, a implantação do BHTEC, a implementação de sistemas BRT, a inauguração do Shopping Estação e o lançamento de novos empreendimentos de grande porte. Tendo isso em vista, o presente estudo buscou avaliar o processo de reestruturação econômico-espacial ocorrido na região, na perspectiva da ocorrência ou não de gentrificação.

De acordo com Savage *et al*. (2003) a ocorrência de gentrificação envolve quatro processos simultâneos:

> *I) A reorganização da cartografia social da cidade, com a substituição de um grupo social por outro de classe superior.*
>
> *II) A transformação do ambiente construído e da paisagem local, oferendo novos serviços e requalificação residencial.*
>
> *III) O agrupamento espacial de pessoas com nível cultural e estilos de vida similares.*
>
> *IV) Elevação dos valores da terra (SAVAGE et al., 2003, p. 151).*

Com base nisso, a metodologia utilizada compreendeu a realização de uma pesquisa qualitativo-quantitativa de caráter exploratório que possibilitasse a investigação da incidência destes quatro processos na região de Venda Nova, de forma a atestar se as ações de reestruturação empreendidas na cidade deram origem ou não à gentrificação.

Para tanto, o artigo foi organizado em cinco partes, excluída a presente introdução. Nas duas primeiras partes, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno dos conceitos de empresariamento urbano, reestruturação estratégica e gentrificação, visando construir o referencial teórico que iria nortear o restante da pesquisa. Na terceira parte, foram feitas breves considerações acerca da área de estudo Venda Nova. A quarta parte sintetiza os resultados obtidos com a realização da pesquisa. E, por último, são feitas as considerações finais.

1. Empresariamento urbano e reestruturação estratégica

Vários autores como Harvey (2005) e Sánchez (1999) têm apontado a difusão entre as cidades capitalistas, desde a década de 70, de um novo modelo de gestão urbana, com viés mais estratégico, denominado de empresariamento urbano. Esse modelo, observado inicialmente na Europa e Estados Unidos, e em seguida disseminado também para países da América Latina, como Espanha e Brasil (GUELL, 2006) caracteriza-se pela transposição de práticas e ferramentas da administração empresarial para a gestão urbana, visando tornar as cidades mais qualificadas e atrativas para competir no mercado interurbano.

Essa mudança na forma como as cidades são planejadas e geridas ocorreu como consequência da globalização e da crise internacional de 1970, a qual provocou desindustrialização, austeridade fiscal e desemprego, comprometendo a capacidade dos Estados de prover o desenvolvimento das cidades, e levando os governos municipais a assumirem, então, uma postura mais ativa e empreendedora, que lhes garantisse maior dinamismo político e econômico (HARVEY, 2005; COSTA, 1994; KOHLER, 2014).

A influência da globalização ocorreu na medida em que promoveu maior mobilidade produtiva e financeira, possibilitando mais liberdade às empresas para escolher sua localização, e aumentando, desse modo, a importância das diferenças e atrativos locacionais (SÁNCHEZ, 1999). Tal fato culminou em maior competitividade entre as cidades por investimentos, turistas e empresas, como salientado por Vainer (2002, p. 2): "talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neo-planejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda".

Desde então, algumas práticas tem sido recorrentes nas cidades que adotam esse novo modelo de gestão urbana, dentre as quais: a intensificação do uso de parcerias público privadas (PPPs), a utilização de *marketing* urbano para promover interna e externamente a imagem da cidade e o planejamento vinculado à elaboração de planos estratégicos.

No Brasil, a justificativa para adoção de instrumentos de política urbana pautados pela parceria público-privada tem sido a redução da capacidade de investimento do Estado principalmente a partir do final dos anos 1970, em virtude tanto da crise econômica, quanto dos compromissos do Estado com a dívida externa (COTA; COSTA, 2009). Porém, de acordo com Vainer (2002), a parceria público-privada também é uma forma de assegurar que os interesses do mercado estejam presentes e representados no processo de planejamento e decisão. Nesse sentido, Oliveira (1999) reitera que na cidade gerida como uma empresa, o direito à cidade passa a ser proporcional à capacidade de investimento do cidadão, de forma que a legislação urbanística e o programa de investimentos públicos são alterados de acordo com os interesses dos investidores.

No que tange ao *city marketing* ou *marketing* urbano, Araújo (2011) afirma que ele tem como objetivo:

> *promover a publicidade das cidades e mostrar apenas os pontos, lugares, comércios, centros de consumo e diversão da melhor forma possível a chamar a atenção dos que possuem recursos financeiros para investir, gastar, consumir e financiar o crescimento das cidades. Tais publicidades são cada vez mais visualizáveis através dos diversos órgãos de imprensa mundial, fora as caracterizações que demonstram as cidades de um modo que elas podem ser reconhecidas por festividades locais, pontos turísticos, produções de artesanatos, pratos alimentícios ou danças típicas (ARAÚJO, 2011, p. 5).*

Em relação ao público alvo desse *marketing* urbano, ou seja, para quem a cidade está sendo vendida, Vainer (2002) pontua que a cidade, ao ser transformada em uma coisa a ser vendida e comprada, não se torna apenas uma mercadoria, mas, sobretudo uma mercadoria de luxo, direcionada a um grupo de elite de compradores potenciais: capital internacional, visitantes e usuários solváveis.

Já o planejamento estratégico urbano é definido por Guell (2007) como um processo sistemático, criativo e participativo que define diretrizes para uma atuação integrada a longo prazo, orienta o modelo de desenvolvimento futuro, elabora estratégias e cursos de ação, estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões e envolve agentes locais durante todo o processo.

As principais ações propostas por esses planos estratégicos estão direcionadas a um redesenho espacial das cidades, almejando que essa renovação da infraestrutura urbana torne as cidades mais competitivas (SÁNCHEZ, 1999). De

acordo com Somekh e Campos Neto (2005), essa renovação urbana possibilita a implementação de projetos que combinem atratividade para eventuais investidores, alta visibilidade e atividades em consonância com as tendências econômicas emergentes, como o setor terciário e de serviços especializados – escritórios, lazer, turismo, gastronomia, esporte, alta tecnologia, entre outros. Kohler (2014) ressalta, porém, que esse tipo de projeto urbano possui excessiva orientação para o mercado, voltado à capacidade de pagar e ao poder político diferenciado de determinados segmentos sociais, acarretando, por conseguinte, consequências como a gentrificação e a segregação social do ambiente desenvolvido.

2. Gentrificação: um processo de substituição social

A expressão gentrificação é derivada do substantivo inglês *gentry*, que denomina indivíduos bem nascidos ou de origem nobre (PEREIRA, 2014), e foi empregada pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass, no ano de 1964, para designar a transferência de indivíduos de classe média e alta para áreas populares da cidade de Londres (SMITH, 1996). Diz respeito, portanto, a um processo de enobrecimento ou elitização de determinadas áreas da cidade, anteriormente configuradas como áreas populares (PEREIRA, 2014).

Esse enobrecimento do espaço urbano se dá através de um processo de recomposição (substituição) social, ligado a ações de reabilitação urbana mediante investimentos públicos e privados, que culmina na expulsão dos antigos moradores e no aprofundamento da segregação socioespacial (MENDES, 2014). Sua origem se deu nos centros históricos de países como Europa e Estados Unidos, e com o tempo adquiriu contornos globais, já não estando mais restrito apenas a bairros centrais (MENDES, 2011; CERQUEIRA, 2014). Inclusive, já pode ser observado em diferentes capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife (MARTINS, 2014).

A gentrificação envolve a ocorrência de quatro processos simultâneos (SAVAGE *et al*. 2003, p. 151):

> *I) A reorganização da cartografia social da cidade, com a substituição de um grupo social por outro de classe superior.*
>
> *II) A transformação do ambiente construído e da paisagem local, oferendo novos serviços e requalificação residencial.*
>
> *III) O agrupamento espacial de pessoas com nível cultural e estilos de vida similares.*
>
> *IV) Elevação dos valores da terra (SAVAGE et al., 2003, p. 151).*

Após um período de desvalorização em áreas abandonadas, há uma retomada de investimento nessas áreas, envolvendo tanto capitais públicos como privados em obras de reestruturação urbana e instalação de novos serviços, com vistas a um maior afluxo pessoas, valorização do solo, maior competitividade interurbana e atração de investimentos (LIMA, 2015; PEREIRA, 2014). Essas áreas, ao se tornarem alvo de políticas de revalorização urbana, se reinventam como espaço de residência, consumo e lazer para as classes superiores, atraindo uma nova gama de moradores, e concomitantemente, provocando a saída da população carente que lá residia devido ao aumento do custo de vida (CERQUEIRA, 2014).

Cerqueira (2014. p. 421) destaca a participação dos agentes detentores de capitais privados neste processo, notadamente empresas e promotores imobiliários, salientando que “são principalmente os atores privados que contribuem com a dinâmica descrita, sob a forma de investimento na reabilitação e revalorização da habitação popular degradada”.

Embora os defensores dos projetos de reestruturação estratégica e reabilitação argumentem que estes constituem um “motor da expansão econômica da

cidade e pode ser justificado pela criação de empregos, geração de impostos, desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais" (SILVEIRA, 2007, p. 8), vários autores tem discutido as consequências negativas deste processo, que atingem principalmente a população mais vulnerável.

Mendes (2008), por exemplo, atribui à gentrificação um caráter de filtragem social, dado que indivíduos que já possuíam uma identidade local e uma ligação histórica e cultural com a região se veem obrigados a mudar para outros lugares aonde o custo de vida seja menor, deixando para trás parentes, amigos, assim como laços culturais e identitários. O mesmo autor questiona ainda a mobilização de grande investimento público que poderia ter sido utilizado em benefício à população mais carente ou na melhoria de serviços públicos como saúde, educação e segurança (MENDES, 2011). Martins (2014, p. 4), por sua vez, aponta outras repercussões, como o "uso do espaço como ferramenta de poder, a semelhança entre as cidades, a reafirmação da classe média e de um modo de vida que não valoriza o coletivo, e sim um determinado grupo".

A escolha de Belo Horizonte, em especial seu eixo norte, como objeto de estudo se justifica pelo fato de que têm sido observadas na cidade diversas ações e políticas públicas que indicam a sua inserção no atual contexto de empresariamento e competitividade interurbana, visando potencializar o seu desenvolvimento econômico e garantir maior atratividade e qualidade de vida. Dentre essas ações, pode-se citar: a elaboração do plano estratégico BH 2030, que define metas e projetos para a cidade num horizonte de curto, médio e longo prazo; a realização de operações urbanas consorciadas; a elaboração de políticas e programas de incentivo ao turismo de lazer, negócios e eventos; e a revitalização de áreas consideradas degradadas.

A região de Venda Nova, localizada no eixo norte de Belo Horizonte, mostra-se em consonância com esse cenário, e consequentemente tem apresentado significativa transformação do ambiente construído decorrente de investimentos públicos e privados que promoveram a oferta de novas obras e serviços. Sendo assim, busca-se através desta pesquisa investigar a reestruturação estratégia ocorrida nessa região, face à ocorrência ou não de gentrificação, de forma a identificar os impactos sobre a população residente e o espaço construído.

3. Belo Horizonte e Venda Nova

Inaugurada em 12 de dezembro de 1897, a cidade de Belo Horizonte foi concebida como a primeira cidade inteiramente planejada do país, com o fim de tornar-se a capital do Estado de Minas Gerais. Desde o início, o desenvolvimento da cidade foi marcado pela observância das diretrizes traçadas na sua planta básica apenas na área delimitada como urbana – concentradora da infraestrutura, dos serviços e do comércio da cidade. Fora da zona urbana, o crescimento ocorreu de forma mais espontânea e desorganizada, sobretudo a partir das décadas de 1940 e 1950, quando a expansão de Belo Horizonte passou a ser impulsionada pelo processo de industrialização e pelo incremento da ocupação periférica, com uma crescente relação de interdependência (econômica, social) entre a capital e os municípios ao derredor.

A partir de 1956, são identificados 6 eixos de expansão em Belo Horizonte: Sul, Sudoeste, Oeste, Leste, Norte-Central e Norte, evidenciando-se a configuração polarizada "norte x sul", devido à concentração das camadas mais ricas da população na região sul e, no extremo oposto, a ocupação pela população de baixa renda, em áreas de limitada infraestrutura e qualidade na prestação de serviços. O crescimento espraiado da cidade desencadeou, mais tarde, o processo de metropolização da região e ensejou, em meados de 1973, a instituição da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Atualmente, Belo Horizonte compreende um território de 331,0 km², o qual é subdividido em nove Regiões Administrativas: Barreiro; Centro-Sul; Leste; Oeste; Nordeste; Noroeste; Norte; Pampulha e Venda Nova, com o propósito de facilitar o planejamento e a gestão da cidade.

A ocupação do eixo norte do município caracterizou-se pelo pouco desenvolvimento e pela população de baixa renda em assentamentos populares, sobretudo nas Regiões Norte e Venda Nova. Do mesmo modo, no decorrer do processo de metropolização, verificou-se uma intensa concentração dos segmentos mais pobres da população em alguns dos municípios localizados no denominado Vetor Norte da RMBH, quais sejam: Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano. De forma que, na estruturação do Vetor Norte da RMBH, contrastam regiões com assentamentos voltados para as camadas mais abastadas da população e outros voltados para os estratos mais baixos de renda, em que o planejado e o não planejado, o legal e o ilegal, alternam-se na estruturação do seu espaço (KAMEL, 2007).

Na década de 2000, em contraposição à redução de investimentos públicos e privados das décadas anteriores, processou-se uma série de intervenções na estruturação do espaço da RMBH. A partir da constituição de um novo arranjo institucional de gestão metropolitana, buscou-se alavancar a retomada do crescimento econômico e reorganização produtiva da região. Os estudos desenvolvidos para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da RMBH permitiram identificar os problemas metropolitanos e a proposição de políticas e programas a serem implementados pelo governo do Estado, com a colaboração e integração dos municípios e da sociedade civil, tendo como referencial temporal de médio prazo o ano de 2023, e de longo prazo o ano de 2050. A agenda estratégica do Estado tenciona a construção de um ambiente econômico competitivo, estável, seguro ao investidor e atrativo ao desenvolvimento de negócios (MINAS GERAIS, 2007).

Por sua vez, o Plano Estratégico de Belo Horizonte 2030 – A cidade que queremos (PEBH), de 2009, está alinhado com os planos estratégicos, programas e projetos de desenvolvimento socioeconômico elaborados pelo Estado, no contexto metropolitano (PDDI-RMBH), prevendo, para o eixo norte, o desenvolvimento urbano, com atração de indústrias de base tecnológica e expansão do setor de serviços de alto valor agregado (MINAS GERAIS, 2007).

Os planos de desenvolvimento econômico adotados pelos Poderes Públicos do Estado e do Município de Belo Horizonte partem das mesmas premissas e evidenciam as práticas de empreendedorismo urbano na condução dos novos processos de planejamento e gestão estratégicos das regiões. Nesse processo, o Poder Público tem atuado como fomentador e articulador da expansão urbana, assumindo a implantação das obras previstas no PDDI-RMBH, que induzem a constituição de novos empreendimentos e o desenvolvimento de economias de localização e aglomeração. O plano estratégico de desenvolvimento do Vetor Norte da RMBH está ancorado na capacidade estruturante de quatro grandes aparelhos urbanos: (i) AITN – Hub internacional de transporte de passageiros e cargas e primeiro aeroporto indústria do país, localizado no Município de Confins. A caracterização do AITN como aeroporto indústria confere às empresas de alta tecnologia que, eventualmente, venham a se instalar na sua área de influência, a isenção de impostos federais e estaduais, tanto para a importação de componentes como para a exportação de produtos finais de alto valor agregado. O que as tornam mais competitivas no mercado global; (ii) a "Linha Verde" – projeto de ampliação e modernização da via MG-10, que conecta o centro da capital diretamente ao AITN; (iii) o Centro Administrativo (CAMG) – instalado em Venda Nova, às margens da "Linha Verde", atualmente abriga os órgãos da administração direta e parte da administração indireta do Governo do Estado. A instalação do CAMG numa área marcada pela ocupação marginalizada altera, simbolicamente, o *locus* da centralidade do poder político do Estado, fomentando o desenvolvimento da região; e (iv) o Anel Viário de Contorno Norte (Rodoanel Norte) – conjuntamente à "Linha Verde", forma a principal estrutura sobre a qual o design de toda a rede de transporte metropolitana é baseado. O Rodoanel interligará o AITN às principais áreas industriais da RMBH, favorecendo as atividades da plataforma logística de desenvolvimento industrial, além de melhorar a acessibilidade de Belo Horizonte às cidades de São Paulo, Brasília, Vitória e Rio de Janeiro.

Ao favoreceram a reprodução do espaço metropolitano, esses grandes projetos urbanos contribuem para a criação de externalidades positivas e novas frentes de valorização do capital, como a implantação do BH-TEC – parque tecnológico, em

Belo Horizonte, voltado à realização de atividades de P&D, para a produção de bens e serviços inovadores e de alta tecnologia.

Tais projetos, além de estimularem vultosos aportes de recursos públicos/ privados, impulsionaram o desenvolvimento urbano da região, modificando os padrões de uso, ocupação, sociais e econômicos nas áreas do entorno, revertendo o processo de ocupação de população de baixa renda que marca aquela periferia. Nessa esteira, ocorre uma significativa valorização fundiária no eixo norte de Belo Horizonte, estimulando a atuação dos agentes econômicos que veem no novo arranjo territorial uma forma de ampliar as possibilidades de investimento do capital (inclusive de caráter especulativo) e a extração de renda adicional.

4. Apresentação dos Resultados

4.1. Alteração fundiária e socioespacial da região

A partir da coleta dos dados referentes aos preços de venda e aluguel de imóveis na seção de classificados do jornal Estado de Minas, elaborou-se um gráfico para ilustrar como se deu a evolução dos preços, como por ser visto no gráfico 01.

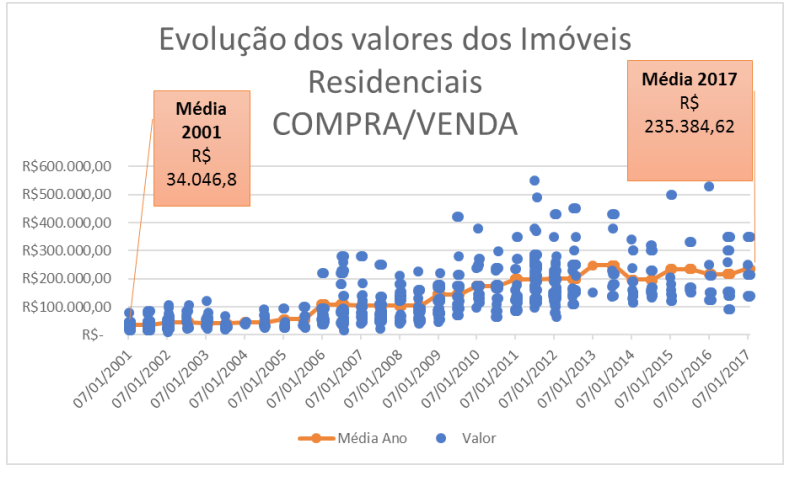


GRÁFICO 01 - Evolução dos preços de venda para imóveis residenciais
Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que houve uma elevação substancial dos preços praticados no período considerado, dado que no ano de 2001 o preço médio de venda era R$34.046, e em 2017 já era de R$235.384,62, representando um amento substancial de 591,36%.

No caso dos valores médios de aluguel, pode-se constatar, observando-se o gráfico 02, que estes passaram de R$221,36, em 2001, para R$775,00, no ano de 2017, apresentando uma valorização de 250,11% no período. Essa valorização foi maior, porém, se considerarmos na análise somente o período de 2005 a 2015, tendo em vista que em 2015 o preço médio do aluguel chegou a R$ 1.266,67, maior valor de todo o período considerado, com uma valorização 472,22%, e apenas a partir de então começou a apresentar um declínio.

Cogita-se que esse declínio no valor do aluguel tenha sido um reflexo da crise econômica que atingiu o país a partir do ano de 2015, provocando a redução do PIB e a elevação do desemprego. Tal cenário pode ter desestimulado os proprietários de imóveis a cobrarem preços mais elevados de locação, ao considerarem a redução da capacidade de pagamento da população.

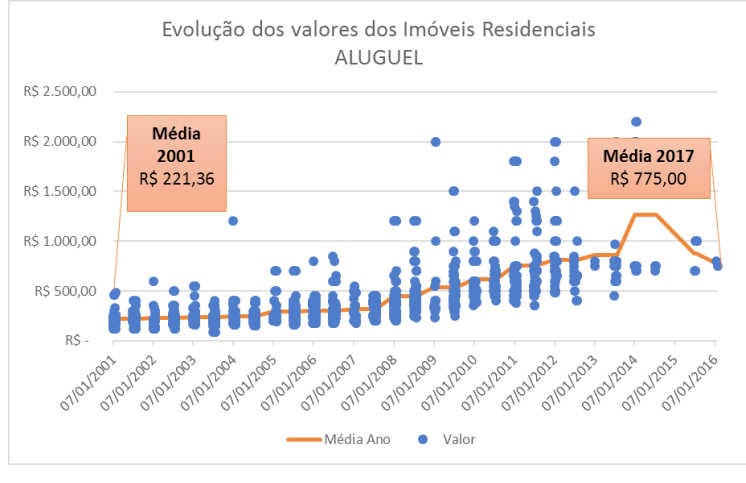


GRÁFICO 02 - Evolução dos valores de aluguel para imóveis residenciais
Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos indicadores de evolução de preços disponibilizados pelo site FIPEZAP foi realizado apenas para os bairros da área de estudo Venda Nova. Como pode ser observado na tabela 01, os preços de imóveis no bairro Candelária apresentaram um crescimento superior a todos os bairros de luxo considerados, e o mesmo ocorreu com Venda Nova, cujo crescimento ficou equiparado com Lourdes e acima dos demais bairros.

AEVN				Bairros de Luxo (Classificação IPEAD)			
Bairro	Período	m² (R$)	Aumento (%)	Bairro)	Período	m² (R$)	Aumento (%)
Candelária	abr/09	1420,00	163,10%	Lourdes	abr/09	4159,00	125,10%
	jul/17	3736,00			jul/17	9364,00	
Cenáculo	jul/13	1875,00	69,90%	Belvedere	abr/09	4901,00	98,80%
	jul/17	3180,00			jul/17	9741,00	
Europa	nov/11	1898,00	67,70%	Mangabeiras	abr/09	4355,00	65,80%
	jul/17	3183,00			jul/17	7223,00	
Minas Caixa	jul/13	1964,00	37,30%	Sion	abr/09	3410,00	119,90%
	jul/17	2697,00			jul/17	7496,00	
Venda Nova	ago/09	1436,00	124,20%	Cruzeiro	abr/09	3238,00	116,70%
	jul/17	3220,00			jul/17	7016,00	

TABELA 01
Variação do preço do m² dos imóveis localizados na AEVN e em bairros de luxo de Belo Horizonte, no período de 2005 a 2017.
Fonte: elaborado pelos autores

Os índices do site FIPEZAP também apresentaram um declínio nos preços a partir de 2015, pois quando se considera apenas os anos de 2005 a 2015 para acompanhar essa evolução, os bairros Cenáculo, Minas Caixa e Venda Nova apresentavam preços mais elevados por m², como pode ser visualizado na tabela 02. Esse declínio no valor dos imóveis é ainda mais expressivo no caso específico do bairro Minas Caixa, que em 2015 apresentava o preço de R$ 4.200,00 por m², e em 2017 houve uma redução significativa para R$ 2.697,00. Semelhante à hipótese levantada no caso do declínio dos preços para a seção de classificados do jornal, tal fato pode também ser atribuído aqui à crise econômica que assolou o país.

AEVN				Bairros de Luxo (Classificação IPEAD)			
Bairro	Período	m² (R$)	Aumento (%)	Bairro)	Período	m² (R$)	Aumento (%)
Candelária	abr/09	1420,00	155,49%	Lourdes	abr/09	4159,00	101,68%
	jul/15	3628,00			jul/15	8388,00	
Cenáculo	jul/13	1875,00	78,29%	Belvedere	abr/09	4901,00	85,29%
	jul/15	3343,00			jul/15	9081,00	
Europa	nov/11	1898,00	65,70%	Mangabeiras	abr/09	4355,00	54,81%
	jul/15	3145,00			jul/15	6742,00	
Minas Caixa	jul/13	1964,00	113,85%	Sion	abr/09	3410,00	95,81%
	jul/15	4200,00			jul/15	6677,00	
Venda Nova	ago/09	1436,00	140,32%	Cruzeiro	abr/09	3238,00	85,29%
	jul/15	3451,00			jul/15	6490,00	

TABELA 02
Variação do preço do m² dos imóveis localizados na AEVN e em bairros de luxo de Belo Horizonte, no período de 2005 a 2015.
Fonte: elaborado pelos autores.

Atraídas pelo cenário de desenvolvimento e pela melhoria dos patamares de renda e poder de compra da população, grandes lojas de departamento, de alcance nacional/regional e forte potencial de atração do público consumidor, passaram a atuar em Venda Nova. Verifica-se, ainda, a transformação do ambiente construído e da paisagem urbana da área de estudo, mediante um incremento na infraestrutura urbana, nos equipamentos culturais, de lazer, desporto e transporte; a instalação de uma estação multimodal de transportes ("Estação Vilarinho") conjuntamente ao primeiro *shopping* de grande porte da região; a oferta de sete novas instituições privadas de ensino superior; de dois hospitais de grande porte e novos centros de saúde públicos e privados; entre outras atividades comerciais que, até então, eram inexistentes ou limitadas em Venda Nova. As vantagens locacionais implementadas no Vetor Norte da RMBH tornam Venda Nova mais atrativa e, por consequência, mais valorizada, consolidando-a como referência de comércio e prestação de serviços não só para a porção norte do Município de Belo Horizonte, como também para os Municípios metropolitanos vizinhos (DINIZ, 2015).

As vantagens localizacionais implementadas em Venda Nova, decorrentes da melhoria da infraestrutura urbana e de serviços e da alocação de empreendimentos

até então inexistentes na região, atraem para esta área demandas de empresas e moradores que anteriormente, pela sua ausência, davam preferência a outras regiões da cidade. Tais "consumidores" estão dispostos a pagar os novos preços praticados no mercado imobiliário, os quais se mostram consideravelmente superiores aqueles pagos pelas demandas que, anteriormente, se dirigiam à Venda Nova, quando a região ainda não estava dotada dos novos equipamentos urbanos.

A recente inauguração do Teatro Estação Cultural, situado dentro do Shopping Estação, em Venda Nova, reflete o processo de enobrecimento da região, cujos novos moradores reproduzem gostos de classe e estilos de vida (cultura da estética, práticas de consumo, apropriação do *habitat*) que denotam uma dimensão do *habitus[1]* distinta daquela apresentada pelos moradores autóctones dos segmentos mais populares (BOURDIEU, 1983).

Por sua vez, a dinâmica do mercado formal de produção habitacional de Venda Nova demonstra uma alteração da tipologia de ocupação da área. Antes, predominantemente horizontalizada, com residências unifamiliares. E agora, em função das melhorias urbanas advindas da reestruturação econômico-espacial do Vetor Norte da RMBH, constata-se uma alteração na configuração imobiliária da região. Em última análise, o gradativo processo de verticalização evidencia a atuação do capital imobiliário na produção de mais-valias fundiárias.

4.2. Engajamento/resistência da população frente às intervenções realizadas na região

Conforme pode ser observado no quadro que sintetiza os assuntos tratados nas reuniões do COMPUR entre 2001 e 2017 (Tabela 03), as intervenções urbanísticas realizadas na região de Venda Nova estiveram presentes na pauta de poucas reuniões. Além disso, nota-se que os assuntos abordados com maior frequência nas reuniões são aqueles relativos à alteração de zoneamento, alteração de classificação viária e caracterização de empreendimento para início do processo de Estudo de Impacto de Vizinhança, ou seja, temas com pouco impacto no cotidiano da população, se comparado ás intervenções de caráter estratégico que eram processadas pelo poder público na região.

Ressalta-se, porém, que algumas reuniões chegaram a discutir alguns dos grandes projetos urbanísticos executados em Venda Nova, como a construção do Centro Administrativo de Minas Gerais e o Projeto da linha Verde, mas mesmo nesses casos, verifica-se pouca participação da população. Tal fato denota a falta de engajamento dos residentes e demonstra que as discussões realizadas no Conselho ainda não conseguiram atingir o setor popular, estando mais restrita aos setores técnico, empresarial e político, apesar das reuniões serem abertas a toda a comunidade. Talvez falte maior conhecimento à população sobre essa instância de discussão.

Assuntos em pauta	Nº de atas
Alteração de classificação viária	9
Alteração de zoneamento	8
Caracterização de Empreendimento para início de processo de Estudo de Impacto de Vizinhança	7
Proposta de regulamentação da ADE Venda Nova	4
Relatório técnico de avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança	4
Construção do Centro Administrativo de Minas Gerais - CAMG	2
Novas linhas de metrô de Belo Horizonte	2
Pedido da Diretoria do Hospital Risoleta Neves pela dispensa da transferência de 15% da gleba ao município	2
Alteração de permissividade de uso de rua	2
Regulamentação da instalação de "trilhos" de proteção em passeios	1
Apresentação do Projeto da Linha Verde	1
Proposta de Operação Urbana Centros de Comércio Popular em Venda Nova	1

[1] A perspectiva teórica de Bourdieu (1983), assente na noção de *habitus*, revela como as práticas de consumo – especialmente o consumo cultural – têm por função assinalar a posição do indivíduo em sua respectiva classe social e, simultaneamente, diferenciá-lo das demais.

Flexibilização da exigência legal relativa ao nº de vagas de estacionamentos	1
Flexibilização de parâmetro urbanístico para regularização de edificação	1
Parcelamento - exigência de 15% da área	1

TABELA 03
Assuntos discutidos nas reuniões do COMPUR realizadas no período de 2001 a 2017
Fonte: elaborado pelos autores.

Direcionando a análise para as manifestações populares informais, verifica-se, de acordo com os registros feitos pelo Observatório de Conflitos Urbanos sintetizados na tabela 04, que houve um número baixo de ocorrências de conflitos (20 ocorrências no total) para o período considerado, 2005 a 2017. O engajamento da população também foi reduzindo-se ao longo do tempo, posto que o conflito mais recente ocorreu no ano 2013.

Alguns conflitos apresentaram relação direta com as intervenções urbanísticas processadas na região com fins à reestruturação estratégica, como é o caso dos moradores do bairro Serra Verde, que protestaram em 2008 contra o baixo valor estabelecido pelo governo para a desapropriação dos imóveis de cerca de 40 famílias, e a passeata realizada no mesmo bairro no ano de 2009 para protestar contra a indenização oferecida pelo governo estadual para aqueles que residiam na área que seria afetada pelas obras do novo CAMG.

Outro caso semelhante se deu em 2011, quando moradores da vila São José, no bairro de Venda Nova, fizeram uma manifestação contra a desapropriação da vila para obras da Avenida Pedro II, alegando que tal desapropriação ameaçaria a existência de projetos e obras sociais.

Entre os anos de 2009 e 2010, merece destaque também a incidência de conflitos por falta de moradia verificada no bairro Céu azul, cuja grande maioria esteve relacionada à ocupação Dandara, constituída por cerca de 100 famílias de sem-teto que ocuparam um terreno e realizaram vários protestos contra falta de moradia e ações de despejo. Esse relato traz á tona algumas contradições dos processos de reestruturação estratégica, como a intensificação da desigualdade socioespacial e a mobilização de investimentos que poderiam ser alocados na melhoria de serviços públicos como saúde, segurança e educação, e também no acesso à moradia. Nas palavras de Sánchez (1999, p.12):

> *De fato, ao lado dos que de uma ou outra maneira se beneficiam dos efeitos da reestruturação urbana e, portanto, estão interessados em promovê-la, há um amplo setor da população que não participa diretamente destes benefícios mas que, entretanto, terá que assumir seus custos. (SÁNCHEZ, 1999, p. 12).*

Salienta-se, ainda, que embora tenham sido registrados alguns conflitos relativos à saúde, segurança pública, moradia e desapropriação, dentre outros motivos, foram conflitos esporádicos, demonstrando que as vias informais de manifestação também não foram utilizadas como forma de engajamento/resistência pela população.

Ano	Bairro	Objeto do conflito	Agentes	Nº de ocorrências
2008	Serra Verde	Moradia	Moradores do bairro	2
2009	Serra Verde	Condições de trabalho nas obras do CAMG	Operários da obra	1
2013	Serra Verde	Trânsito e circulação	Motoristas de ônibus de turismo	1
2006	Jardim dos Comerciários	Saúde	Moradores do bairro	1
2006	Letícia	Segurança para servidores municipais de saúde	Profissionais e usuários do sistema de saúde	1
2009	Céu Azul	Moradia	Movimentos de moradia e sem tetos	6
2011	Céu Azul	Trânsito e circulação	Moradores do bairro	1

2007	Venda Nova	Patrimônio Histórico	Moradores e lideranças da região	1
2007	Venda Nova	Segurança Pública	Grupos de amigos e grupos religiosos	1
2008	Venda Nova	Acesso e uso do espaço público	Moradores	2
2009	Venda Nova	Trânsito e circulação	Motoristas de ônibus	1
2013	Venda Nova	Outros	Associação e moradores	1
2005	Copacabana	Trânsito e circulação	Moradores	1
Total de ocorrências				20

TABELA 04
Conflitos registrados pelo Observatório de Conflitos Urbanos na Região de Venda Nova, entre 2005 e 2017.
Fonte: elaborado pelos autores

Considerações Finais

Num tempo em que tudo tende à mercantilização e que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, a apropriação hierárquica do espaço se dá para e pelo dinheiro – favorecida, a propósito, pelo papel de planejador e regulador do Estado –, com consequências na configuração social e no desenvolvimento (desigual) do espaço urbano.

As intervenções procedidas pelo Poder Público redesenham as estruturas espaciais do Vetor Norte da RMBH e, bem assim, de Venda Nova, abrindo novas frentes de investimento e acumulação, com significativa valorização da terra. As melhorias na infraestrutura urbana são acompanhadas de mudanças nas instalações comerciais e na prestação de serviços públicos e privados, atraindo moradores com patamares de renda mais elevados para a região. Em contrapartida, a majoração da “renda da terra” e dos custos de bens e serviços ameaça a permanência dos antigos moradores de baixa renda, explicitando, por conseguinte, a elitização dos espaços.

As mudanças que ocorreram na estrutura urbana, social e organizacional de Venda Nova, embora se relacionem também com fatores externos, foram, em grande parte, provocadas pela ação de políticas públicas desenvolvidas ao longo desse período. Nessa perspectiva, a mitigação dos efeitos adversos decorrentes da reestruturação urbana dependem de maior eficácia legislativa, de ações integradas e participativas, na busca de um eixo sustentável de desenvolvimento em sintonia com os anseios da população. Com estímulo à diversidade funcional e social, à justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da reestruturação e à equidade no uso do espaço público.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Flávio Faria de. **Empresariamento Urbano: concepção, estratégias e críticas.** In: Conferência do Desenvolvimento, 2011. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida.** In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. Tradução Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. **A evolução das formas de gentrificação: estratégias comerciais locais e o contexto parisiense.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, p. 417-436, nov. 2014.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA DE BELO HORIZONTE – COMPUR. **Disponível em** http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamentourbano&lang=pt_br&pg=8843&tax=39582**.** Acesso em: 28 set. 2017.

COSTA, Geraldo Magela. **Planejamento urbano: conceitos, princípios e perspectivas.** Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, 1994.

COTA, D. **A.;** COSTA, G. M. Parceria público-privada como instrumento de planejamento urbano no Brasil: Operação urbana em São Paulo e em Belo Horizonte. In: 12do encuentro de geografos da America Latina, 2009, Montevideo. Anais do 12do encuentro de geografos da America Latina, 2009.

DINIZ, Luciano dos Santos. **(Re)estruturação urbana e o processo de gentrificação em Venda Nova – Belo Horizonte/MG.** 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GUELL, José Miguel Fernández. **Planificación estratégica de ciudades.** Barcelona: Editora Reverté, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

KOHLER, André Fontan. **Políticas de renovação e regeneração urbana em Liverpool, Inglaterra: a construção de uma distopia urbana através de parcerias público-privadas.** R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 1, mai. 2014, p. 67-84.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da "gentrificação".** Arquitextos, São Paulo, ano 04, n. 046.03, Vitruvius, mar. 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 3. ed, Petrópolis: Vozes, p. 75-103, 2002.

MARTINS, Andréia. **Gentrificação: O que é e de que maneira altera os espaços urbanos.** jul 2014. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/gentrificacao-o-que-e-e-de-que-maneira-altera-os-espacos-urbanos.htm

MENDES, Luís. **A "crise" do marxismo e as geografias pós-modernas no estudo da gentrificação.** E-Cadernos CES, n. 2, p. 836-873, 2008.

MENDES, Luís. **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, jul./dez.

2011.

Minas Gerais. **PMDI 2007-2023 – Estratégia de Desenvolvimento.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2007.

MINAS GERAIS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH – Relatório de Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários – Sumário Executivo.** Belo Horizonte: UFMG – CEDEPLAR / FACE, 2011.

Observatório de Conflitos Urbanos. **Disponível em** http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/site/apresentacao.php**.** Acesso em 28 set. 2017.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. **A metáfora cidade-empresa no planejamento estratégico de cidades.** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, n. 1, p. 141-161, 1999.

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. **A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, p. 307-328, nov. 2014.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes.** R. B. Estudos Urbanos e Regionais, n. 1, mai. p. 115-132, 1999.

SAVAGE, Mike; WARDE, Alan; WARD, Kevin. **Urban sociology, capitalism and**

modernity. **2.** ed., Londres: Palgrave Macmillan, 2003.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Processos de gentrificação: a (re) organização espacial nas cidades, a construção de territórios e a questão do espaço como um sistema informacional.** In: VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Bahia. Debates em Museologia e Patrimônio Comunicação oral, Salvador, Bahia, out. 2007.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city.** New

York: Routledge, 1996.

SOMEKH, Nadia; CAMPOS NETO, Candido Malta. **Desenvolvimento local e projetos urbanos.** Arquitextos, São Paulo, ano 5, n. 059.01, abr. 2005.

VAINER, Carlos B. **Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.;

VILLAÇA, FLÁVIO. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo, Studio Nobel, 1998.

REQUALIFICAÇÃO DA ÁREAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

MARTINS, ISABELA (1)

1. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História, Urbanismo e Arquitetura da Cidade | Posarq
isabela.bmart@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem o intuito de abordar estratégias do chamado Urbanismo Neoliberal e investigar sua possível implementação nas políticas, programas e planos de planejamento urbano recente na área central de Belo Horizonte. Dentre as diferentes estratégias do Urbanismo Neoliberal, o estudo se concentra na análise do possível processo de gentrificação na área central de Belo Horizonte, em especial a partir de 2003, ano interior à implantação do Programa de Requalificação Centro Vivo (2004), precursor das políticas de "melhoramentos urbanísticos" para a área, que inclui ainda o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte (2007).

Palavras-chave: *Urbanismo Neoliberal; Gentrificação; área central de Belo Horizonte; Intervenções em áreas centrais.*

1. Introdução

O presente trabalho traz parte da pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso denominado *Intervenções urbanas no centro de Belo Horizonte: reabilitação que promove gentrificação?, d*esenvolvido na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2016.

Desenvolveu-se um estudo sobre intervenções, projetos e programas desenvolvidos para a região central de Belo Horizonte ao longo das últimas quatro décadas. Desde 1980 Belo Horizonte apresenta propostas urbanísticas para a área central, sendo possível perceber alterações nas estratégias e no caráter das intervenções com o passar dos anos, especialmente devido a diferenças nos objetivos e pautas abordadas nos planos, disponibilidade de verba e decisões políticas.

Dentro desta discussão destaca-se a investigação acerca da ocorrência ou não do processo de gentrificação - expulsão dos moradores e usuários originais da área e a consequente substituição das camadas sociais locais por outras de maior renda. A análise mostrou que até o momento não se apresentam evidências de gentrificação massiva no centro da cidade.

A hipótese de que instrumentos do chamado urbanismo neoliberal estariam sendo usados no planejamento da região central de Belo Horizonte está muito ligada à presença de planos, programas e projetos desenvolvidos pela prefeitura para a requalificação do centro metropolitano. Essa é uma clássica estratégia para unir o Estado ao mercado privado, uma das bases do neoliberalismo, dentro de um contexto maior de requalificação de centros urbanos, mecanismo amplamente utilizado nesse tipo de planejamento.

Com relação aos procedimentos metodológicos, em um primeiro momento foi realizado o estudo bibliográfico acerca do *Urbanismo Neoliberal*. Em seguida realizou-se o levantamento das políticas de planejamento urbano desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a região central da cidade, segundo a seguinte periodização, em três fases: dos: anos 1980-2003 (Elaboração de planos e projetos); 2003-2009 (Maior efetividade na implantação das obras); e 2009- atual (Movimento no sentido de alteração no caráter das intervenções urbanísticas em Belo Horizonte). A ênfase deste trabalho será dada às políticas de revitalização urbana, dos anos 2003 a 2009, com os *Programa de Requalificação Centro Vivo (2004)* e o *Plano de Reabilitação do Hipercentro* de Belo Horizonte (2007). Foram realizadas conversas com comerciantes que atuam no centro de Belo Horizonte, além de ex-funcionários da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, que atuaram no período em questão e visitas à campo. A partir dos dados levantados buscou-se fazer uma análise a respeito da efetivação ou não do processo de gentrificação no centro de Belo Horizonte

2. Urbanismo Neoliberal

Desde o final da década de 1980, os debates sobre o neoliberalismo têm ganhado relevância no cenário mundial e também no Brasil. De acordo com o geógrafo David Harvey, o neoliberalismo é, a princípio, uma teoria de política econômica que propõe que o bem-estar coletivo é alcançado a partir da liberação das liberdades empreendedoras e criativas individuais dentro de um arcabouço institucional de “Estado Mínimo”, que assegure a propriedade privada plena, a abertura dos mercados e o livre comércio entre os países. (Harvey, 1989).

Em uma fala sobre o neoliberalismo, Harvey sintetiza que o capital precisa se expandir sempre, com a ideia de “gerar lucro no fim do dia”. A partir da década de 1970, inicia-se o processo de financeirização e a mobilidade do capital. O fluxo de capital móvel aumenta e o que se notou, de modo geral, foi que os Estados começaram a perder o controle sobre ele.

Nos anos 90 o capitalismo começa a se atrelar mais fortemente à urbanização e à reforma de cidades, como maneira de manter a circulação e acumulação do capital, essenciais para o funcionamento do modelo. Tornam-se mais recorrentes os planos de requalificação urbana e os grandes projetos de infraestrutura nas

cidades. No caso de Belo Horizonte esse tipo de plano e projetos se tornam mais evidentes a partir dos anos 2000.

Uma consequência comum decorrente de empreendimentos em áreas requalificadas é a valorização daquela área, causando, muitas vezes, a expulsão de moradores e usuários locais, que não possuem condições econômicas de se manterem ali. Além da expulsão, nota-se muitas vezes a atração de grupos sociais de maior renda, em um movimento de substituição dos grupos originais, processo denominado gentrificação.

Com o neoliberalismo há a emergência de um novo fator: o caráter empreendedor é adotado não apenas pelo setor privado, mas também pelo Estado. Desde a década de 1970, nos países desenvolvidos (e anos mais tarde também em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil) foi possível observar o papel empreendedor do Estado - que antes era limitado à administração e regulamentação. Surge nesse momento uma nova estratégia de governança urbana, o chamado "novo empreendedorismo" (Harvey, 1989).

São características do novo empreendedorismo urbano a parceria público – privada e o caráter especulativo dos empreendimentos – normalmente o setor privado entra como maior beneficiário, enquanto o Estado arca com os riscos. Além disso, os empreendimentos são justificados pelo discurso de "melhoria da imagem" de uma determinada área, promovendo o seu marketing e visando a atração de novos investimentos para o entorno.

O neoliberalismo urbano entra em cena como um conjunto de ações, políticas públicas e projetos que potencializam o ciclo de valorização imobiliária, gentrificação e aprofundamento da economia imaterial dos serviços avançados e têm se apresentado em grandes centros urbanos. (Magalhães, 2015)

Dado esse panorama geral do neoliberalismo no contexto urbano a seguir será feito um recorte na questão da gentrificação, foco da análise deste trabalho.

3. Gentrificação

O fenômeno fundamentalmente urbano conhecido como gentrificação consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em determinadas áreas, as quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status* social (Bataller, 2000). Como consequência, a população moradora e usuária daquele local se encontra pressionada a sair dali, por não possuir condições econômicas para manter-se. Essa situação foi analisada pela primeira vez em 1964, na Inglaterra, pela socióloga Ruth Glass, que a denominou de gentrificação.

> *"Um por um, muitos dos quarteirões de classe trabalhadora de Londres foram invadidos pelas classes médias, alta e baixa(...). Uma vez que esse processo de "gentrification" começa, ele vai rapidamente se espalhando até que a maioria dos ocupantes trabalhadores originais são deslocados, e todo o caráter social do bairro é alterado". (Vilela, 2006, apud Glass, 1964).*

Estudos indicam que o processo de gentrificação não é homogêneo e possui formas distintas de implementação e expressão. Pode-se destacar o papel gentrificador da nova classe média, com seu estilo de vida, padrão de consumo e formação cultural, que atrai um tipo de comércio e serviço de maior status- seguindo a linha descrita por Ruth Glass. Existe ainda uma outra ótica acerca da gentrificação, que enfatiza o papel das construtoras, empreendedores imobiliários e a indústria cultural no investimento de capital em áreas abandonadas, com imóveis vazios ou subutilizados, que levam à valorização do preço da terra- ideia defendida pelo geógrafo Neil Smith.

Apesar de possuir diferentes vertentes e tomar diferentes formas, é possível chegar a uma raiz do que é a gentrificação. Em seu trabalho, Mendes retoma a síntese feita por Savage e Warde de que, para que aconteça a gentrificação é necessário:

> *uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado; ii) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; iii) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitetônicas; iv) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade. (Mendes, 2013)*

Como aponta Silvana Rubino em seus estudos, é comum atrelar a gentrificação à requalificação e revitalização de áreas e imóveis. (Rubino, 2009). Esse tipo de atividade pode, por consequência, selecionar os moradores e usuários de certa área, ao mesmo tempo que mantém a circulação de capital, ponto essencial para a vitalidade do modelo neoliberal. No Brasil, essa prática tem se tornado cada vez mais recorrente, especialmente em centros históricos de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador.

Ainda no contexto nacional, a partir da década de 1950, diversas cidades passam pela experiência de expansão do espaço urbano. Com isso (e paralelamente a isso), novas áreas começam a atrair atividades tanto habitacionais quanto de comércio e serviços. Esse fator colabora para acentuar o processo de abandono pelos grupos de maior renda do centro, que passa a ser mais ocupado por pessoas de renda mais baixa e por atividades econômicas cada vez mais "populares".

Segundo Castilho e Vargas (2006), uma das consequências dessa substituição da camada social e de renda nos centros é a diminuição da arrecadação de impostos, acompanhada pela redução do interesse do poder público em investir em serviços de limpeza e segurança e na preservação e manutenção destas áreas. E como num ciclo de causa e consequência, as áreas consideradas degradadas são alvo de obras de requalificação, na maioria das vezes envolvendo o poder público e o poder privado, em especial empreiteiras e mercado imobiliário.

4. O caso da área central de Belo Horizonte

A partir de 1960, novas centralidades começaram a surgir em Belo Horizonte e o centro vai dividindo suas funções com outras áreas da cidade, como a Savassi, que foi se consolidando como centralidade a partir dos anos 60 (Lemos, 2005). Novas áreas passam a atrair famílias e jovens, o que causou, em algum nível, o deslocamento da classe média que morava no centro. Além disso essas áreas passaram a induzir o desenvolvimento de atividades econômicas e espaços de lazer fora do centro da cidade.

Décadas mais tarde surge um interesse em "melhorar a imagem" dos centros urbanos e recuperá-los. A retomada da atenção para o valor histórico destes centros se lançou em pauta. Outro ponto que colaborou para o despertar do interesse para as áreas centrais foi o fato de já haver uma infraestrutura consolidada (pavimentação, saneamento, instalações elétricas e edificações, por exemplo), além de facilidades de acesso e mobilidade (especialmente o atendimento do transporte público).

Está também associado à retomada dos centros a necessidade de expansão do capital, como já mencionado anteriormente. Podemos destacar a atuação do mercado imobiliário, que vê como oportunidade de aquecimento dos seus negócios a reocupação dos centros. Este é um dos principais setores que se interessam pela reforma da imagem degradada das áreas centrais e pela sua revalorização. Pode-se mencionar ainda os setores ligados ao turismo e construtoras ligadas a obras de infraestrutura.

É neste contexto que em 2003 houve um movimento em direção à recuperação e retomada da vitalidade no centro da cidade, destacando-se o Programa de Requalificação Centro Vivo (2003) e o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte (2007), que serão apresentado a seguir.

3.1. Programa Centro Vivo

O Programa Centro Vivo é um conjunto de obras e projetos sociais da prefeitura que prevê a requalificação de espaços coletivos da área central de Belo Horizonte, inaugurado em 2004. O plano tem como objetivo reforçar o centro como região simbólica da cidade, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-o como local de encontro de todos. Ele busca ainda recuperar as características originais dos espaços aliando preservação, funcionalidade e segurança para todos. (Belo Horizonte, 2004).

O preceito da valorização dos pedestres já estava em debate tanto no cenário internacional como municipal desde os anos 80. Nos anos 2002 e 2003, a II Conferência de Política Urbana de Belo Horizonte reforçou a falta de medidas implementadas nesse sentido, destacando "(...) a precariedade dos espaços públicos de circulação de pedestres (...), ausência de tratamentos para os usuários portadores de necessidades especiais, falta de propostas específicas para orientação e educação dos pedestres, má utilização das calçadas (camelôs, botecos, bares, placas, estacionamentos), más condições de conservação, falta de estrutura de fiscalização, falta de política de priorização do pedestre e a falta de sanitários públicos na Área Central e nos bairros da periferia". (Belo Horizonte, 2016).

Nesse momento achou-se necessário "implementar programas e projetos que favoreçam a circulação segura e confortável, preferencialmente dos pedestres, priorizando grupos específicos tais como idosos, pessoas com mobilidade reduzida e crianças, conforme parâmetros de acessibilidade ambiental". (Belo Horizonte, 2016).

É importante ressaltar que em 2003 o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades lançou o "Plano de Reabilitação das Áreas Centrais". Este programa foi responsável por disponibilizar verba federal para Estados e Municípios para investirem em obras com esse caráter. Foi nesse contexto que a equipe da Secretaria de Planejamento Urbano de Belo Horizonte viu a oportunidade de transformar essas demandas e potenciais num programa de requalificação do hipercentro: o Programa Centro Vivo.

Até a época, as intervenções públicas estavam acontecendo de forma desarticulada no hipercentro de Belo Horizonte. O Programa Centro Vivo surge numa tentativa de articulação dessas intervenções, reforçando a intenção da Prefeitura em requalificar o centro. Foram também incluídas sob o "selo" do programa intervenções de períodos anteriores ao lançamento do Centro Vivo.

As obras realizadas foram: instalação de shoppings populares (a partir de 2003), requalificação da praça Sete de Setembro (finalizada em 2003), adequação viária da rua Mato Grosso (outubro/2003 – abril/2004) – cobertura de cerca de 80 metros do ribeirão Arrudas e construção de nova pista de rolamento; requalificação da Praça da Estação (finalizada em 2007); tamponamento do trecho do ribeirão Arrudas em frente à Praça da Estação – Boulevard Arrudas (2006); revitalização da Rua Carijós, Rua Rio de Janeiro, Avenida Amazonas, Rua Caetés e adjacência (2004 – 2008), requalificação da praça Raul Soares, requalificação ambiental do Mercado Central e adjacências. A figura 1 é um mapeamento das obras realizadas pelo programa.

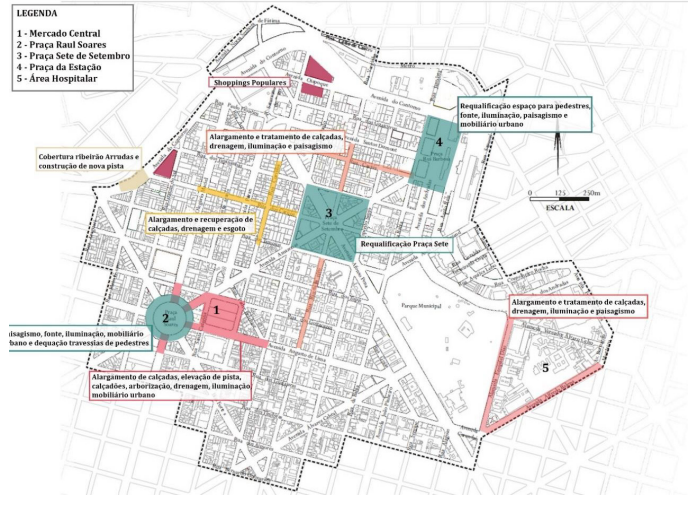


Figura 1. Obras Realizadas no programa Centro Vivo. Elaboração própria, a partir de base cartográfica da Praxis (2006) e levantamentos documentais.

3.2 Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte

O plano foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, com consultoria da empresa Práxis, e concluído no ano de 2007. “É um pacto entre administração pública municipal e a comunidade por um Hipercentro melhor: ambientalmente mais qualificado, socialmente mais plural e mais dinâmico do ponto de vista econômico”. (Práxis, 2006).

O objetivo era alcançar soluções de planejamento, desenho urbano e paisagismo que permitam dinamizar usos e ocupação, implementar a melhoria do ambiente urbano e a valorização das áreas públicas, conferindo às mesmas condições de vida compatíveis com o seu potencial e sua importância na cidade” (Prefeitura de Belo Horizonte e Práxis, 2007).

Dentre as diretrizes gerais estavam a melhoria do ambiente urbano e valorização das áreas públicas do hipercentro, ordenação do tráfego de veículos, valorização do patrimônio cultural, dinamização dos usos e atividades urbanas – estimulando o uso residencial e promovendo a diversificação de atividades e públicos e a atração de novos investimentos da área- e promoção de formas de gestão visando a integração de políticas públicas.

Percebe-se que tanto o Programa de Requalificação Centro Vivo quanto o Programa de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte tinham a finalidade de trazer melhorias para a população local e o aumento do dinamismo econômico e social do centro. Constata-se que as propostas em benefício dos pedestres foram ganhando relevância e impacto nos planos com o passar do tempo: incremento de mobiliário urbano, melhorias na qualidade paisagística dos percursos, propostas para retomar a vitalidade do centro a partir da diversidade de usos e atração de pessoas em diferentes períodos do dia, princípios que permearam as propostas do programa em questão.

3.3 Requalificação urbana e o Reftrofit no Centro de Belo Horizonte

Além das questões voltadas para a melhoria da qualidade urbanística para pedestres e alterações para otimizar o trânsito de veículos, as políticas de planejamento do centro da cidade a partir de 2003 tratam também da habitação e do desenvolvimento econômico do hipercentro.

A dinâmica dos usos e ocupação se mostrou uma alternativa interessante para assegurar a vitalidade da área. Em termos legislativos foi indicada a criação da Lei n° 9.326/2007 de “Flexibilização dos Imóveis” que dispõe sobre normas para a adaptação e implantação de atividades específicas situadas no hipercentro. Esta lei permite a adaptação de edificações para o uso residencial e misto, incentivando outros tipos de apropriação das unidades desocupadas em torres de prédios originalmente comerciais. Contudo, o estímulo à moradia se direciona a instalação de Habitação de Interesse Social, não àquela voltada à populações de maior renda.

Foram realizados alguns investimentos em obras de “retrofit”, que são reformas de edificações no intuito de customizá-las e adaptá-las para ampliar e melhorar as possibilidades de uso, em prédios antigos. Esse tipo de obra tem como público alvo, em geral, pessoas de classes sócio econômicas mais elevadas. O empresário Teodomiro Diniz Camargos esteve à frente de três projetos desse tipo na área. Em 2004 começaram os projetos para o edifício Chiquito Lopes, localizado à rua São Paulo, próximo à esquina da rua Caetés, antiga sede da empresa Vale do Rio Doce, que havia ficado 8 anos inutilizada. O segundo foi o edifício Tupis, popularmente conhecido como “Balança mas não Cai”, na esquina da avenida Amazonas com rua Tupis, originalmente de uso comercial e que ficou por mais de 20 anos em baixo estado de conservação. O terceiro edifício com projeto de retrofit foi o antigo hotel Exclesior, que estava desativado havia 15 anos, na rua Caetés, entre avenidas Afonso Pena e Paraná, em frente à rodoviária.

De acordo com Teodomiro Diniz, foram colocados alguns incentivos à realização de obras de retrofit no centro da cidade. Ações previstas no Plano Diretor de 1996 para o Hipercentro, que apontavam para a criação da lei que flexibilizaria os usos

dos edifícios (oficializada em 2007), e planos de requalificação com propostas para tornar a região mais dinâmica e segura reforçaram o investimento nesse tipo de reforma. (Camargos, 2013)

O empresário pontuou desafios desse tipo de projeto: "De forma geral, nos prédios da área central a arquitetura, mesmo com a flexibilização obtida na nova legislação, oferece dificuldades, pela deficiência das aberturas em prédios comerciais, comparativamente com as exigências dos residenciais (...). Isso dificulta a adoção de novo Layout, produzindo unidades com áreas incompatíveis com a demanda do mercado e impondo limitações ao atendimento das normas mínimas de iluminação e ventilação" (Camargos, 2013).

O "mercado" a que se refere o empresário é claramente aquele voltado para pessoas de rendas médias e altas que veem como um empecilho as condições de dimensão e layout dos apartamentos. Essa declaração aponta que houve realmente uma alteração na lei para fomentar o uso habitacional no centro de Belo Horizonte, mas mostra que se ela não propiciou a atração de grupos de maior renda, também não chegou a atingir as camadas de renda mais baixa e que se beneficiariam de fato do cumprimento da função social da propriedade.

Considerações Finais

As análises indicam que, ao que parece, o hipercentro de Belo Horizonte não tem se mostrado alvo de processos agudos de gentrificação até o momento. Para que a gentrificação aconteça é necessário que haja alterações nas dinâmicas espaciais, que levem à alteração do público que habita e usa determinada região, com a substituição de grupos de menor renda por aqueles de maior renda.

Com relação à moradia, quem habita atualmente o centro de Belo Horizonte são, em geral, pessoas de classe média e baixa, especialmente idosos e estudantes, que encontram no centro as facilidades de mobilidade, comércio e serviço a um preço mais baixo que aquele cobrado em outros bairros da cidade.

A Lei n° 9.326/2007, da "Flexibilização de Imóveis" abre maiores condições para empreendimentos de habitação de interesse social em detrimento à habitação para classes de renda mais alta. Pode-se citar ainda a existência – e preferência- de outras áreas, que não a central, para a habitação voltada a seguimentos de maior renda, visto que a capital mineira possui bairros para a média e alta renda já consolidados, em processo de adensamento e outros na mira da expansão imobiliária, como os bairros Buritis e Belvedere e condomínios fechados, como os de Nova Lima e adjacências. Esses fatores contribuem para a manutenção dos grupos que moram atualmente na região.

Quanto ao tipo de comércio, o centro de Belo Horizonte é tradicionalmente uma área destinada a comércio e serviços, principalmente de caráter popular. Comerciantes da região relataram que não existe um padrão bem definido de comércio que esteja em êxito ou declínio no hipercentro. As mudanças parecem ocorrer devido às próprias dinâmicas do comércio: loja de roupa que dá lugar à loja de calçado, onde posteriormente passa a funcionar um salão de beleza. O que permanece é o público alvo: pessoas de renda baixa e média. Foi apontado ainda que existem locais que atraem mais pedestres que outros, o que colabora para o sucesso do comércio nessas áreas.

A respeito das mudanças efetivas causadas pelas intervenções de requalificação e reabilitação do centro, um dos entrevistados aponta que o impacto maior se deu com a redução de vagas de estacionamento na rua (consequência do alargamento dos passeios e de propostas de contenção do número de automóveis na área). Segundo ele, alguns tipos de comércio que dependem de transporte para a carga e descarga dos produtos (como distribuidoras e lojas de artigos de grande porte, como mesas, cadeiras e máquinas, por exemplo) apresentaram sinais de queda nas vendas.

Nota-se que existe ainda um estigma de local da violência, degradação e aglomeração –ideia que busca ser superada com os programas de requalificação e de segurança pública, como o Olho Vivo, que colocou câmeras em diversos locais

- mas que não mostrou gerar condições suficientemente atrativas para grandes volumes de investimento do capital privado. O centro é ainda local de passagem e destino de milhares de pessoas que vêm de municípios periféricos, seja por motivo de trabalho ou de busca de serviços.

Outro ponto a ser considerado é a escala das intervenções. Os projetos do programa Centro Vivo eram de pequena escala: requalificação de quarteirões pontuais, recuperação de praças, melhorias no mobiliário urbano e na condição das calçadas. Esse tipo de intervenção se mostra mais efetiva no intuito de aumentar a qualidade urbanística para os pedestres e há indícios de que não apresenta um impacto significativo na alteração dos tipos de uso e ocupação do entorno. O caráter mais local e pontual das intervenções, ao que parece, não se mostra atrativa o suficiente para a entrada do “grande capital” na área.

Nos últimos anos, os projetos passaram a ter uma escala maior: obras de infraestrutura viária, como passarelas, expansão de faixas de trânsito e implantação do sistema de transporte BRT. Entretanto, obras com esse caráter viário não têm se mostrado como motor de processos de gentrificação no hipercentro de Belo Horizonte.

Contudo cabe aqui levantar a implementação das Operações Urbanas Consorciadas, que estão em curso na cidade e incluem trechos em áreas centrais, destacando-se a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC- ACLO).

A Operação Urbana Consorciada (OUC) é um instituto jurídico-urbanístico previsto no Estatuto da Cidade (Lei n° 10.257/2001) que associa o princípio da função social da propriedade (a propriedade como um direito social) a princípios de ordem econômica e financeira. A OUC consiste na parceria entre os setores público e privado por meio de um consórcio com o objetivo de realizar transformações urbanísticas. Entretanto é necessário estar atento à forma como esse instrumento é colocado em prática, já que ele abre a possibilidade para a especulação imobiliária e valorização excessiva do preço da terra, o que pode propiciar e priorizar usos e tipos de ocupação que desconsiderem a população que usa e habita o centro atualmente.

É interessante ainda destacar a importância do momento político, do cenário nacional e internacional nas decisões de planejamento. Exemplo disso foi o lançamento do Programa de Reabilitação de áreas Centrais, do Governo Federal, em 2003, que destinou verbas aos municípios para promoverem intervenções neste sentido. É necessário ressaltar o papel fundamental da orientação e decisões políticas da gestão municipal na implementação de planos urbanísticos. É necessária vontade política para colocar em ação planos que valorizem a diversidade e vitalidade nos centros urbanos, bem como acompanhar atentamente a prática do setor imobiliário, para evitar a expulsão da população local e a marcha rumo ao processo de gentrificação.

Referências Bibliográficas

BATALLER, Maria Alba. **El estudio de la gentrificación.** *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona - nº 228, 2000.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *Programa de Requalificação da Área Central de Belo Horizonte - Centro vivo. Belo Horizonte*:PBH, 2004.

BELO HORIZONTE. **Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbana – Gerência Executiva do COMPUR**. *Parecer de Licenciamento Urbanístico – Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/ Pedro I – Leste-Oeste – OUC –ACLO*. 2016.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. **Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe.** Wiley, 2003.

CAMARGOS, Teodomiro Diniz. **Entrevista: Engenheiro Teodomiro Diniz Camargos.** Retrofit levado ao extremo. *Revista Finestra*, ed 283, nov/dez 2013. Disponível em: <http://asbearj.com.br/noticia/entrevista-engenheiro-teodomiro-diniz-camargos/> Acesso em 5 nov. 2016.

CASTILHO, Ana Luisa Howard; VARGAS, Heliana Comin. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados.** Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

HARVEY, David. **"Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio".** Em: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Edimburgo, 1989.

BELO HORIZONTE, 2007. **Lei Nº 9.326, de 24 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre normas para adaptação e implantação de atividades específicas situadas no Hipercentro de Belo Horizonte e dá outras providências.

LEMOS, Celina Borges. **Uma centralidade belo-horizontina.** Em: Revista do Arquivo Público Mineiro, 2005.

MAGALHÃES, Felipe Coelho. *Cidade neoliberal, regulação, ajuste escalar: buscando as raízes de junho de 2013***.** Anais XVI ENAPUR, 2015.

BELO HORIZONTE, BHTrans. *Caminhos da Cidade: diagnóstico e diretrizes***.** Disponível em:<http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Temas/Noticias/Diagn%C3%B3stico%20e%20diretrizes>. Acesso em 10 abr. 2016.

MARTINS, Isabela. *Intervenções urbanas no centro de Belo Horizonte: requalificação que promove gentrificação?, 2016, 87 f.* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MENDES, Luís. *Da gentrificação marginal enquanto movimento urbano crítico: Evidências empíricos de um bairro histórico de Lisboa, Bairro Alto.* Revista Iberoamericana de Urbanismo, n°9, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Governo Federal. *Curso do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais.* 2013.

PRAXIS Projetos e Consultoria Ltda. *Bhipercentro: pesquisa de uso e ocupação dos imóveis.* Belo Horizonte, 2006.

PRAXIS Projetos e Consultoria Ltda. *Plano de Reabilitação do Hipercentro***.** Belo Horizonte, 2007.

RUBINO, Silvana. **"Enobrecimento urbano".** Em: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. *Plural de cidade: novos léxicos urbanos.* São Paulo, 2009.

VILELA, Nice Marçal*. Hipercentro de Belo Horizonte: Movimentos e Transformações Espaciais Recentes, 2006, 170f.* Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia e Ciências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Parklets: Políticas de Incentivo – Parklets Municipais. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. 2016. Disponível em: < http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/06/AF_parklets-municipais.pdf> Acessado em 2 de novembro de 2017.

PUJOL, Rocha; FG, Sampaio. Manifestações populares no brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. XII Coloquio Internacional de Geocritica. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, 2014

SASSEN, Saskia. Public Interventions: the shifting meaning of the urban condition. Open, no. 11, 2006.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto N° 55.045, de 16 de abril de 2014. Regulamenta a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público, denominada "parklet". São Paulo, Secretaria do Governo Municipal, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo , n. 97, p. 23-40, Nov. 2013 . Disponível em:

ttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de Dez. 2016

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Política & Sociedade (Online), v. 13, p. 35, 2014. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/37801/28900 Acesso em 18 Ago 2017.

TULLA I PUJOL, A. F. T. ; ROCHA, F. G. ; SAMPAIO, Fernando dos Santos. Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: EL CONTROL DEL ESPACIO Y LOS ESPACIOS DE CONTROL, 2014, Barcelona. Actas del XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2014. p. 1-21.

SUBSETOR JURUBATUBA - PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA E FUTURA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto aos movimentos populares na zona sul de São Paulo

BARBOSA, BENEDITO (1); UNGARETTI, DÉBORA (2); TADASHI, DOUGLAS (3)

Palavras chave:

assessoria jurídica popular; movimentos populares; intervenções urbanas; remoções forçadas; direito à moradia.

INTRODUÇÃO

Pretende-se, no presente trabalho, discutir alguns aspectos do instrumento jurídico-urbanístico operação urbana consorciada em especial dentro do subsetor Arco Jurubatuba, bem como a atuação jurídica estratégica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto a movimentos populares na antecipação de violações de direitos territoriais no âmbito de intervenções urbanas no referido perímetro, na Zona Sul da cidade, região com população de aproximadamente 150 mil habitantes, 39 favelas e 61 zonas especiais de interesse social – ZEIS demarcadas.

Por um lado, o Subsetor Arco Jurubatuba, território da Macroárea de Transformação Metropolitana delimitado no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – Lei nº 16.050, de 2014 - tem como objetivos específicos, dentre outros, a manutenção da população moradora no local, por meio da regularização fundiária dos assentamentos informais; produção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular; bem como a regulação da produção imobiliária para captura, pela municipalidade, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos.

Por outro lado, o histórico de remoções forçadas ocasionadas por intervenções urbanas, bem como a pressão imobiliária existente nessa região da cidade e a pouca participação das populações moradoras no processo de elaboração do projeto de intervenção urbana para a área fazem com que seja necessária a organização popular e a atuação estratégica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em conjunto com movimentos sociais, militantes e outros atores sociais na garantia dos direitos das populações moradoras.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir de forma propositiva a atuação da assessoria jurídica popular em geral e, em especial, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPESP juntamente com os movimentos sociais de moradia e outros atores na defesa dos direitos territoriais, sob a ótica das operações urbanas consorciadas em geral e, especialmente, da futura operação urbana consorciada Arco Jurubatuba, bem como seus pressupostos e desafios.

1. METODOLOGIA

Uma breve nota metodológica: a presente discussão se dará em duas partes. A primeira, mais conceitual, irá apresentar o debate sobre acesso à justiça e o papel das defensorias públicas e dos movimentos sociais na garantia do acesso à justiça e dos direitos à moradia e à cidade, por meio da literatura que trata do assunto.

A segunda irá apresentar um caso de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em que se pretende, junto aos movimentos sociais, antecipar e reverter mecanismos ligados ao urbanismo neoliberal que podem culminar em violações de direitos territoriais no perímetro do Arco Jurubatuba, em São Paulo.

Com isso, pretende-se discutir, portanto, (i) o avanço dos setores imobiliário e financeiro na zona sul do Município de São Paulo, que ocorre, atualmente, por meio da tentativa de concentração das transformações no espaço no espaço e no tempo a partir da aliança desses setores com o Estado no projeto de intervenção urbana do Arco Jurubatuba; (ii) as possibilidades de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto com movimentos populares e com a população impactada para fortalecimento dos processos de resistência no território.

2. DEFENSORIA PÚBLICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E ACESSO À JUSTIÇA

Em todas as discussões sobre o acesso à justiça como garantia fundamental dos demais direitos, consolidou-se o tradicional projeto denominado “Projeto de Florença” coordenado por Mauro Cappelletti e Bryant Garth em 1979 que teve o mérito de, a partir de estudos comparativos de vários países, identificar os principais obstáculos jurídicos, econômicos, político-sociais e culturais que tornavam difícil ou impossível o acesso à justiça e ao uso do sistema jurídico, em especial à população de baixa renda.

A partir deste diagnóstico, desenvolveram-se, em linhas gerais, três ondas[1] como alternativas e solução para os obstáculos encontrados: a) a assistência jurídica gratuita para os hipossuficientes; b) a necessidade de se viabilizar a tutela coletiva dos direitos; e c) a abordagem dos procedimentos judiciais (fatores como os custos e o tempo).

No que tange à primeira onda, inicialmente a assistência jurídica gratuita era considerada serviço benevolente, caritativo[2]. Tal concepção começou a mudar de forma pioneira na Europa[3], com o surgimento do *Welfare State* e consequente investimento em políticas públicas - inclusive a de acesso à justiça[4].

Nesse sentido, os Defensores Públicos Diogo Esteves e Franklyn Roger Alves Silva ponderam[5]:

> *Durante todo o período de evolução do Welfare State na Europa, houve o progressivo alargamento das políticas públicas na área da assistência jurídica e a consequente assunção estatal do dever de custear o serviço jurídico -assistência. Como decorrência natural desse processo, o serviço de assistência jurídica, que vinha sendo prestado gratuitamente pelos advogados como dever de ofício, passou gradativamente a ser remunerado pelo Estado, tendo o continente europeu observado a paulatina migração do modelo pro bono para o sistema judicare. (ALVES, 2006, p.22)*

[1] Cf. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Trad. Ellen Gracie. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988, p.15.

[2] ROGER, Franklyn; STEVES, Diogo. Princípios Institucionais da Defensoria Pública, 02ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017, pg. 18.

[3] *idem, op.cit*.

[4] ALVES, Cléber Francisco. Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, pg.22.

[5]

Com a expansão da doutrina neoliberal - que se aprofunda nos atuais tempos de crise - cujo foco é a redução dos serviços públicos e a privatização, houve, em alguns países, um remodelamento do modelo então consolidado e a restrição de atuação das defensorias públicas em causas sensíveis.

Com relação à segunda onda renovatória, imperioso apontar a fundamental reforma pela qual passaram os ordenamentos jurídicos de diferentes países no sentido de se viabilizar o ajuizamento de ações coletivas. O propósito das ações coletivas foi além de proporcionar economia processual, mas sim de garantir amplo acesso à justiça, sobretudo às populações mais vulneráveis, que têm dificuldades não só econômicas, mas também organizacionais de postularem e defenderem seus direitos, seja extrajudicialmente, seja judicialmente. A título de exemplo, podemos citar, no Brasil, a lei de ação civil pública, bem como a regulamentação dos processos coletivos no Código de Defesa do Consumidor. Outros mecanismos de resolução de conflitos coletivos também foram implementados pelas recentes alterações constitucionais e no Código de Processo Civil.

Com relação à terceira onda renovatória, que é chamada de "novo enfoque de acesso à justiça" é mais ampla e "centra sua atenção no conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas"[6]. Tais autores buscavam, à época, perquirir novos instrumentos procedimentais, como, por exemplo, os mecanismos de evitabilidade do litígio, sem prejuízo de se pensar também, nessa vertente, em novas formas de se fazer o Direito.

É nesse cenário e dentro da evolução da assistência judiciária gratuita no constitucionalismo brasileiro que a Defensoria Pública, enquanto instituição autônoma e essencial ao exercício da função jurisdicional, surge na Constituição de 1988, visando suprir as barreiras econômicas e organizacionais do acesso à justiça, como responsável não somente por disponibilizar acesso ao judiciário,

[6] CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça.** Trad. Ellen Gracie. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988, p.67

mas acesso à justiça em sentido amplo, abarcando ações como educação em direitos, conciliação e mediação, entre outras com vistas a proporcionar o acesso à justiça em sentido amplo.

Cumpre pontuar que a missão constitucional da Defensoria Pública, enquanto instituição autônoma do sistema de justiça, é prestar orientação e assistência jurídica gratuita às pessoas de baixa renda e aos vulneráveis em geral, sobretudo por meio da promoção dos direitos humanos, nas esferas individual e coletiva (artigo 134 da Constituição Federal).

Nesse sentido, dentre os fundamentos de atuação institucional da Defensoria Pública de São Paulo encontram-se a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais e sociais (artigo 3º da Lei Complementar Estadual 988/206) que, nesses pontos, coincidem com finalidade da atuação dos movimentos sociais, daí a importância e necessidade de atuação conjunta entre a Defensoria Pública e os movimentos sociais como forma de fortalecer a atuação e otimizar o alcance dos objetivos institucionais no serviço público.

Além disso, a atuação conjunta da Defensoria Pública com os movimentos sociais e comunidades, atende aos objetivos da terceira onda renovatória apontada por Cappelletti, já analisada, na medida em que objetiva também a prevenção de conflitos por meio do processo de conscientização de direitos a ser realizado durante as visitas e mobilização nas comunidades.

3. IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA ARCO JURUBATUBA E DA FUTURA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: PRESSUPOSTOS E DESAFIOS

Dos fundamentos de atuação institucional, já analisados, decorrem pressupostos de atuação da Defensoria Pública em conjunto com os movimentos sociais.

O primeiro, sem sombra de dúvidas, é de se colocar ao lado das comunidades vulneráveis que serão atingidas pela intervenção urbana, sempre na perspectiva de estimular o fortalecimento do poder local. A Defensoria Pública assume, dessa forma, o papel de servir como ferramenta do trabalho a ser desenvolvido pelas próprias comunidades, a partir de um trabalho em conjunto com os movimentos sociais, o que pressupõe a conscientização dos seus direitos e busca pela emancipação e protagonismo dessas comunidades por meio da efetiva participação da população afetada nos rumos do projeto de intervenção urbana e na garantia dos seus próprios direitos.

Tal postura está diretamente ligada a outro pressuposto de atuação, qual seja, o de colocar-se como parceira das comunidades vulneráveis não como uma atitude paternalista, mas sim como mais um instrumento de luta que viabilize a tomada de consciência de seus direitos, fortalecimento da cidadania e de sua capacidade transformadora. Tais pressupostos decorrem do objetivo constitucional e institucional de contribuir diretamente para a erradicação da pobreza não somente econômica, mas sobretudo a política.

Outro pressuposto de atuação da Defensoria Pública em conjunto com os movimentos sociais, ligado aos fundamentos de atuação institucional, é a garantia do direito à moradia em projetos urbanos em geral e, em especial, em operações urbanas consorciadas. Aponta-se, portanto, para a atuação das assessorias jurídica-populares no âmbito da intervenção urbana Arco Jurubatuba.

Em experiências de projetos urbanos anteriores ao tratado no presente trabalho, objetivos e diretrizes colocados em lei, em sua maioria genéricos e sem vinculação direta do Poder Público e dos particulares, acabaram sendo desconsiderados na implantação dos projetos, que invariavelmente resultaram em remoções e na exclusão dos mais pobres. É o caso das operações urbanas consorciadas em que os moradores de assentamentos informais foram removidos sem reassentamento

e, quando o foram, acabaram sendo em locais fora do perímetro objeto de intervenção, como na Operação Urbana Consorciada Água Espraiada.

Nesse sentido, uma das grandes violações que o instrumento da operação urbana consorciada, que na grande parte das vezes visa atender exclusivamente os interesses do agenciamento imobiliário-financeiro, é ao direito à moradia, sobretudo, o direito à moradia bem localizada que vai de encontro à segregação sócio-espacial.

Outro tipo de violação recorrente que também diz com violação do direito à moradia é que grande parte do dinheiro obtido com a venda dos CEPACs não são destinados à construção de Habitações de Interesse Social. Isso porque na maioria das vezes, o conselho gestor das operações urbanas afigura-se como um órgão de pouca participação e fiscalização popular que nos remete portanto à outra violação consubstanciada na insuficiência ou ausência de observância do princípio da gestão democrática das cidades.

Historicamente há, portanto, inúmeras violações à ordem jurídico-urbanística, sendo certo que essas intervenções (re)produzem o aumento da segregação sócio espacial, a gentrificação de territórios, alijamento da participação popular, a concentração das decisões nas mãos dos grandes interesses econômicos, o aumento da desigualdade urbana, o aumento da espoliação urbana, e o aumento de gastos públicos de forma desnecessária.

Portanto, a garantia do direito à moradia dentro da atuação da Defensoria Pública em conjunto com os movimentos sociais e comunidades envolvidas em especial nas oucs também diz com o objetivo republicano e institucional de contribuir com a redução das desigualdades sociais na medida em que amplia por parte das comunidades vulneráveis o acesso à essa política pública.

Outro pressuposto de atuação da Defensoria em conjunto com os movimentos sociais nas Operações Urbanas Consorciadas que merece destaque é a fiscalização da arrecadação e distribuição da mais valia urbana.

Nesse ponto, importante esclarecer que os artigos 182 e 183 da Constituição Federal encontram-se no capítulo reservado à política urbana, o qual, por sua vez, é localizado no título concernente à ordem econômica e financeira. Nem poderia ser diferente, pois que a atividade urbanística está relacionada à intervenção do Poder Público, no exercício da função de planejamento, como agente normativo e regulador (artigo 174 da Constituição Federal), na propriedade privada, com vistas a potencializar as funções sociais da cidade e melhorar as condições de vida dos cidadãos.

Seguindo essa linha, os incisos IX e XI do artigo 2º da Lei nº 10.257/2001, ao estabelecerem, respectivamente, como diretrizes da política urbana, a "justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização" e a "recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos" acabaram por incorporar, na agenda de política urbana brasileira, a obrigatoriedade de o Poder Público não só de recuperar a valorização imobiliária que é experimentada pelos imóveis em virtude dos investimentos realizados (inciso XI do artigo 2º da Lei nº 10.257/2001), dentro ou não do processo de urbanização, mas sobretudo de redistribuí-la em prol da coletividade (inciso IX do artigo 2º da Lei nº 10.257/2001), por meio de instrumentos jurídico-urbanísticos de gestão fundiária . Tais diretrizes que, repita-se, constituem-se em obrigação a serem cumpridas não só pelo setor público, mas também pelo setor privado, têm fundamento constitucional no princípio da função social da propriedade (artigo 5º, inciso XXIII) e na busca do pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades (artigo 182 da Constituição Federal).

O que ocorre, entretanto, na prática, é que toda mais valia urbana acaba por concentrar-se nas mãos da iniciativa privada em detrimento do bem comum.

Com efeito, toda valorização da terra gerada pela infra-estrutura urbana que chega no perímetro da operação por meio da venda dos CEPACs culmina por ficar com o mercado imobiliário. Poder-se-ia dizer que a mais-valia já é arrecadada pela venda dos CEPACs. Contudo, há inúmeros imóveis de proprietários que acabam por serem valorizados sem ter tido adquirido CEPAC.

É nesse sentido que cabe aos órgãos de fiscalização da política urbana, em especial da sociedade civil organizado um acompanhamento mais próximo dos instrumentos de captação da mais valia urbana com vistas a evitar enriquecimento sem causa de alguns.

Essa atuação também encontra amparo no objetivo de promover a redução das desigualdades na medida em que promove melhor distribuição da riqueza urbana sobretudo entre os mais pobres

Todavia, há inúmeros desafios postos nesse contexto que merecem destaque.

O primeiro deles é a dificuldade de mobilizar todas as comunidades em busca da luta pelos seus direitos. Seja pela quantidade, seja pela complexa relação de forças que se estabelece nas ocupações, desde forças políticas até disputas pelo controle do tráfico de drogas. Considerando, ainda, o histórico de promessas e abusos a que estão submetidas essas populações, a inserção nessas comunidades é algo desafiador e de difícil operacionalização.

Outro "nó " difícil de ser desatado nas políticas urbanas é que são facilmente passíveis de serem corrompidas. A produção do território está submetida, também, ao poder econômico, que, nesses casos, se expressa por meio dos setores imobiliários e financeiros. O pouco avanço na reforma política, que resultou na manutenção de possibilidade de financiamento de campanhas por grandes agentes econômicos, e grandes construtoras favorece as trocas de favores políticos, que acabam influenciando decisões a respeito dos projetos urbanos.

Entrando mais especificamente na discussão do Arco Jurubatuba, percebe-se que as ações da gestão da Prefeitura de São Paulo, alinhadas no tabuleiro da especulação imobiliária às novas estratégias de ganho máximo sobre os territórios, movimentam-se em direção ao sul da cidade. A partir da Macroárea de Estruturação Metropolitana, ou "Arco do Futuro", um dos eixos centrais do Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei 16.050, de 2014), a Prefeitura anunciou a elaboração do Projeto de Intervenção Urbana - PIU - no subsetor Arco Jurubatuba.

O Projeto de Intervenção Urbana (PIU) é um instrumento previsto no Plano Diretor que consiste no conjunto de estudos técnicos elaborados obrigatoriamente pelo Poder Público com vistas a subsidiar as "propostas de transformações urbanísticas, econômicas e ambientais nos perímetros onde forem aplicados os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana" (art. 136) e que precederá a futura operação urbana consorciada Arco Jurubatuba. Caracterizado pela orla fluvial, por antigos parcelamentos industriais e, consequentemente, pela presença de infraestrutura urbana - assim como demais subsetores abrangidos pelo Setor Orla Ferroviária e Fluvial (art. 12, I, "f" do PDE), aplicam-se ao Arco Jurubatuba os objetivos específicos do referido Setor, dentre os quais se destacam (i) a manutenção da população moradora no local, por meio da regularização fundiária dos assentamentos informais; (ii) a produção de Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular; (iii) a regulação da produção imobiliária para captura, pela municipalidade, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos; e (iv) a minimização riscos geológicos e criação de atividades econômicas com vistas à geração de emprego na região (art. 12, §1º, do PDE).

No entanto, as primeiras iniciativas no uso do PIU, como no caso da região dos Campos Elíseos, parecem estar gerando mais dúvidas do que respostas. Indicam que o instrumento poderá funcionar mais como um poderoso aliado na agenda de valorização da terra e premiação da especulação imobiliária, deixando pouco espaço para o controle social e participação popular.

Um detalhe do instrumento que pode ter consequências graves na produção do território, que merece ser destacado no Decreto Municipal que regulamenta o PIU é que, em tese, é possível o Poder Público ser instrumento do mercado imobiliário especulador. Isso porque o artigo 6º do referido Decreto permite a alienação de imóveis desapropriados nos contratos com as concessionárias contratadas para a realização das intervenções urbanas, o que significa que determinadas áreas poderão ser desapropriadas para ser transferidas para o setor privado. Tal permissivo, além de violar o Plano Diretor que restringe o PIU como um

instrumento de apresentação de estudos, viola a própria Constituição Federal na medida em que coloca a Prefeitura não como reguladora do urbanismo, mas como agente especulador.

Como agravante desse processo é que o Plano Diretor autoriza, no seu artigo 135, que para viabilizar o PIU, a Prefeitura pode constituir fundo de investimento imobiliário, ou seja, promover mais lucratividade para operar a realização de incorporações imobiliárias e outras intervenções.

A região do Arco Jurubatuba conta com população de aproximadamente 150 mil habitantes, com 39 favelas e 61 áreas demarcadas como ZEIS, segundo nota técnica da SP Urbanismo, e passou por crescentes transformações na sua composição desde a década de 1990. Apresenta maior vulnerabilidade social na parte sul do perímetro, próximo ao Autódromo de Interlagos, e na parte noroeste do perímetro, na região de Vila Andrade. Por coincidência ou não, essas duas áreas passam por intensa pressão do setor imobiliário. O Autódromo de Interlagos é a joia da coroa do projeto de desestatização da atual gestão do João Doria (PSDB). A Vila Andrade, por sua vez, conta com intensos investimentos e interesses imobiliários, motivo pelo qual causa estranheza o fato de ter sido incluída no perímetro do Arco: a região está distante do Rio Jurubatuba e próximo a um dos bairros mais nobres da cidade. Essa incoerência no perímetro demonstra que, para os setores que lucram com as transformações da cidade, pouco interessa o Plano Diretor ou qualquer plano de desenvolvimento urbano; o que está em jogo é: onde é possível ganhar mais e mais rápido.

As motivações, portanto, ficam claras: a futura Operação Urbana Arco Jurubatuba parece dar sequência ao vetor sul da Operação Urbana Água Espraiada, junto à marginal do Rio Pinheiros, abrindo uma enorme fronteira, com mais de 21 milhões de metros quadrados, para especulação imobiliária e para o setor privado em direção à Interlagos. Nesse sentido, as evidências indicam que se pretende priorizar os investimentos na região sul da cidade para acomodar os interesses dos setores imobiliário e financeiro, bem como outros setores empresariais.

Outro ponto a ser evidenciado é que a consulta pública que antecede o PIU do Arco Jurubatuba, em atenção ao §1º do artigo 2º do Decreto 56.901/2016, além de ter sido demasiada célere, deu-se de forma insuficiente na medida em que restrita ao campo da internet, sem prévia e ampla divulgação, sobretudo às pessoas que serão mais afetadas pelo projeto, como aquelas moradoras de assentamentos informais ou as de baixa renda que pagam aluguel na região e que poderão ser removidas para áreas mais distantes ou sem garantia de atendimento habitacional. Necessário que, para ter legitimidade, a elaboração do projeto de lei do Arco Jurubatuba conte, no mínimo, com os mesmos procedimentos participativos que foram realizados na elaboração do Arco Tietê.

Nesse sentido, tudo aponta que o projeto do Arco Jurubatuba não se distancia das práticas históricas apontadas. Considerando que as alianças da Prefeitura com os setores imobiliário e financeiro são desastrosas para as populações de baixa renda, em que, por um lado, toda a valorização imobiliária é capturada pela iniciativa privada; e, por outro, violações de direitos atingem as comunidades com remoções desnecessárias e até ilegais; torna-se imprescindível o acompanhamento das próximas etapas da elaboração do projeto do Arco Jurubatuba. .

Por todo o exposto, é de fundamental importância que diferentes atores – a população moradora da região, em especial a população de baixa renda e moradora de assentamentos informais que poderão ser impactados, que é historicamente a mais prejudicada com transformações que ocorrerão de forma concentrada no perímetro do Arco; os movimentos sociais; a Defensoria Pública; e demais entidades da sociedade civil, responsáveis pela fiscalização da política urbana - participem e acompanhem as discussões sobre o Arco Jurubatuba para evitar violações ao Direito à Cidade nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em períodos de aprofundamento de agendas neoliberais e de desmonte do Estado, como o que se observa na atual conjuntura brasileira, sobretudo no

período que seguiu a ruptura institucional em 2016, é comum que instrumentos urbanísticos que combinam alianças com o setor privado sejam apontados como solução para a suposta incapacidade estatal de elaboração, financiamento e execução de projetos para a cidade. Nesses contextos, as políticas públicas em geral, e a política urbana em especial ficam mais vulneráveis aos mecanismos de financiamento de campanha que diminuem o controle sobre a sua influência sobre as futuras decisões políticas, bem como aos avanços do setor imobiliário e financeiro em assentamentos irregulares. Podemos tomar por exemplo as operações urbanas consorciadas, cujos resultados que se tem apresentado são a promoção da valorização imobiliária e sua apropriação por setores imobiliário e financeiro em detrimento das populações mais vulneráveis e do bem comum.

Com isso, faz-se cada vez mais necessário o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e das populações de baixa renda, que são as mais impactadas nesses processos. A atuação da Defensoria Pública junto aos movimentos populares pode propiciar um instrumento de garantia do direito à moradia e à cidade das populações moradoras das áreas impactadas por intervenções urbanas. Apesar de o projeto de intervenção urbana do Arco Jurubatuba ainda estar em fase de estudos pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dos movimentos populares se dá no acompanhamento da tramitação do projeto, mapeamento das populações que eventualmente serão atingidas, elaboração de estratégias de ação e mobilização junto às lideranças de moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cléber Francisco. **Assistência Jurídica Gratuita nos Estados Unidos, na França e no Brasil, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.**

DE LA TORRE RANGEL, Jesús Antonio. **El derecho que nace del Pueblo.** 05 ed Cidade do México: Editora Porrua, 2005.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça.** Tradução de Ellen Gracie. Porto Alegre: Fabris, 1988.

ROGER, Franklyn; STEVES, Diogo. **Princípios Institucionais da Defensoria Pública, 02ª ed.** rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017, pg. 18.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.** 7 ed. São Paulo: Cortês.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico.** fundamentos de uma nova cultura do direito. 04 ed.. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

TAXONOMIA DO URBANISMO TÁTICO: uma proposta para leitura, compreensão e articulação do urbanismo biopotente

FARIAS, ANA C. C.

1. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade.
Instituto Universitário de Lisboa. Programa de Pós-Graduação em Arquitectura
Campus Samambaia, 74690-900, Goiânia/GO, Brasil
carol@sobreurbana.com

Resumo

O presente artigo[1] parte da necessidade de compreender a complexidade das práticas táticas em urbanismo, levadas em oposição, revelia ou complemento às estratégias do urbanismo neoliberal que dominam, de forma opressora, a produção do espaço na contemporaneidade. Pretendeu-se, para tanto, construir uma Taxonomia do Urbanismo Tático (TUT), a partir de várias categorias relacionadas a temas que ajudam a compreender como operam tais ações. A TUT foi cartografada a partir da aproximação em campo com os protagonistas das táticas e com o auxílio de tecnologia digital para o tratamento de dados complexos. Dessa forma, pôde-se ampliar a leitura das táticas urbanas, observar as dinâmicas entre atores, recursos, rastrear os desejos e os efeitos que formam a cosmologia dessa prática urbanística.

Palavras-chave: *urbanismo tático; taxonomia; biopotência.*

[1] Esta investigação compõe a dissertação de mestrado da autora, intitulada “Táticas Urbanas Emergentes - Urbanismo Tático: da rebeldia à revolução?”, em realização junto ao PPG Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás.

Introdução

Assistimos nas últimas décadas à ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante, forçando a aceitação do utopismo de Adam Smith (2006) como redentor de todos os problemas da sociedade.

Recorrendo à crítica de David Harvey (2014), entende-se por neoliberalismo uma doutrina que prega a liberalização econômica em favor do livre comércio e do setor privado, mas o faz através da regulação articulada pelo estado, contando com políticas de privatizações e redução do aparelho estatal, desregulamentação e austeridade fiscal sobre os cidadãos.

Segundo o autor, se no capitalismo fordista a exploração centrava-se nas fábricas, hoje ela centra-se nas cidades. Mais do que nunca, a cidade tem sido o maior campo de atuação do capitalismo que, nesta fase neoliberal, subjuga o estado a seus interesses, promovendo a financeirização do acesso à terra e a produção de subjetividades que controlam os desejos e o cotidiano das pessoas. A essa produção do espaço regida pelo Estado-capital, chamamos de Urbanismo Neoliberal (Rena, Sá, Brandão e Franzoni, 2016).

No entanto, a cidade também é o mais possível campo de resistência a essa exploração. Em tempos de biopolítica - poder exercido sobre as populações orientando desejos e formas de vida, segundo Foucault (2015) - da mesma forma que o capitalismo, apoiado em estruturas de Estado, atualmente controla e expropria o comum produzindo subjetividades, essas mesmas subjetividades tem a capacidade de enfraquecer o controle do capital e de escapar a ele. Respondendo e resistindo ao biopoder, está sempre a biopotência, na acepção de Pelbart (2011), o poder da vida, a quantidade social traduzida na potência do homem comum.

Às práticas urbanísticas desse homem comum chamamos de Urbanismo Biopotente. Muitos outros termos têm sido usados nos últimos anos para delimitar essas práticas em urbanismo que se dão à revelia, em oposição ou mesmo, em certa medida, preenchendo as falhas do Urbanismo Neoliberal. Urbanismo entre pares (Sá, 2015), urbanismo de guerrilha ou urbanismo insurgente (Hou, 2010), práticas *bottom-up* ou *placemaking* (Ermacora e Bullivant, 2016), urbanismo *open source* (Di Siena, 2015), *micro planning* ou práticas sociais criativas (Rosa, 2011) e urbanismo tático (Lydon, 2012) são alguns deles. Optamos, nesta pesquisa, por utilizar este último termo para reforçar o caráter contra hegemônico de tais práticas, em oposição ou complemento às estratégias do urbanismo oficial, hoje, neoliberal.

A pluralidade do Urbanismo Tático (UT) não se restringe às suas múltiplas denominações, mas se dá principalmente em variadas formas de ação. Na concepção de Certeau (2014), tática é definida como a astúcia do mais fraco em capturar oportunidades de ação nas brechas do sistema dominante, do estratégico. Ou seja, dependerá sempre do contexto e das aberturas encontradas. Ativações de espaços públicos promovidas por comunidades organizadas ou não, formas variadas de viver o urbano, bancos para troca de tempo, reconstrução de paisagens aos moldes das necessidades de determinada comunidade, feita por ela mesma, são exemplos de táticas utilizadas para escapar ao domínio soberano do Estado-capital na produção da vida e do espaço urbanos. Uma pluralidade de atores, condições provocadoras, formas de participação, de financiamento e de resultados, que precisa ser melhor explorada se quisermos entendê-las.

Quando Lefebvre (2016) postulou a urgência do conceito do ‘direito à cidade’, ele também alertou para a necessidade de se criar uma planificação social da cidade cuja teoria ainda está por se fazer. Nesse sentido, caberia à ciência, aos técnicos, aos profissionais arquitetos e urbanistas auxiliar o desenvolvimento de novas tendências, propor novos processos, tentar aprender com os erros, inventariar as experiências. É esse o propósito da Taxonomia do Urbanismo Tático aqui proposta: experimentar e catalogar para melhor conhecer as práticas que hoje sinalizam possiblidades de um novo amanhã.

1. Referências teóricas e metodológicas

Em sua formulação do dualismo tática x estratégia, Certeau (2014) definiu a ação tática como aquela determinada pela ausência de poder, um cálculo de força que não isola o sujeito do ambiente. Não tem autonomia e age em um terreno que lhe é imposto. Assim, a ação tática não consegue acumular seus ganhos no espaço e precisa utilizar de forças que não são exatamente suas, a partir de uma decisão e não de um discurso. Depende, portanto, completamente do tempo, de onde o sujeito captura oportunidades de ação.

O autor esclarece que cada sociedade é formada por um conjunto de práticas que compõem suas instituições normativas, o que seriam suas práticas oficiais, as estratégias. Além dessas, também compõem a sociedade um conjunto de outras práticas consideradas menores, embora presentes e carregadas das outras hipóteses que não foram oficializadas.

Nesse sentido, compreendemos como práticas do Urbanismo Tático um amplo rol que consideram desde ações individuais e ordinárias do cotidiano, que também são 'fazedoras' de cidade, como o perambular desobediente do caminhante que se permite explorar zonas da cidade que não lhe são supostas, do urbanismo errante proclamado por Jacques (2006). Daí, até as combinações de práticas que desafiam o urbanismo oficial travado nas divisões de planejamento das administrações municipais, abrindo caminhos a processos participativos e mais democráticos, os quais Randolph (2008) denomina, em certa medida, de planejamento subversivo.

Para Rena (2015), a precariedade do trabalhador da época atual caracteriza-o pelo endividamento com o sistema financeiro que expropria seu tempo de vida e seu intelecto, e pela consequente tendência ao fazer junto, à colaboração criativa. Daí uma eclosão de ações e, por vezes, revoltas do tipo 'faça você mesmo' (DIY – *do it yourself*), reflexos da atual crise de representatividade que faz com que uma parte da atual geração, super conectada em todo tipo de redes de comunicação e informação, não reconheça mais na democracia direta o meio pelo qual lutar por mais direitos, nem a forma ideal de participação na vida política.

Poderiam essas práticas táticas contribuir para a promoção do controle democrático da multidão sobre os excedentes do processo de urbanização? Neil Brenner (2016), analisando esta questão sob a luz de uma exposição realizada entre 2014 e 2015 no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, chamada *Uneven Growth - Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*[2], aposta que somente uma pequena parte delas, em sua configuração atual, teria o potencial de oferecer algum tipo de dificuldade ao Urbanismo Neoliberal ou mesmo corrompê-lo.

O autor desenhou cinco cenários prováveis da interação entre Urbanismo Tático e Urbanismo Neoliberal e argumentou que somente em dois deles, os Cenários 4 e 5, o UT poderia desestabilizar seu opositor:

• Cenário 1 – Reforço: o urbanismo tático alivia as falhas do urbanismo neoliberal, mas sem enfrentar seus marcos regulatórios;

• Cenário 2 – Entrincheiramento: o urbanismo tático internaliza a agenda neoliberal de redução do papel do estado ou de abertura para a ação do mercado, por exemplo, contribuindo para seu enraizamento;

• Cenário 3 – Neutralidade: o urbanismo tático coexiste com o urbanismo neoliberal, atuando em espaços que não lhe são funcionais, sem oferecer riscos a seus processos;

• Cenário 4 – Contingência: o urbanismo tático oferece experimentações em

[2] Para mais informações sobre a exposição e visualização dos projetos apresentados, visitar o site oficial: http://uneven-growth.moma.org/. *Uneven Growth* apresenta uma série de projetos desenvolvidos com foco em várias mega cidades (Hong Kong, Istambul, Lagos, Mumbai, Nova York e Rio de Janeiro), além de uma série de textos formulados por autores como Saskia Sassen, David Harvey, Teddy Cruz e outros. O site também inclui uma coleção mais ampla, levantada de forma colaborativa, de diversos projetos de urbanismo tático, cujas informações podem ser enviadas e publicadas por qualquer pessoa.

âmbito regulatório, subvertendo os projetos neoliberais;

• Cenário 5 – Subversão: o urbanismo tático interrompe a lógica do crescimento da governança urbana, abrindo a agenda da inclusão, igualdade, democracia e justiça social.

Brenner (2016) defende a necessária aproximação tática com as políticas estratégicas para o enfrentamento dos grandes problemas da cidade contemporânea. Nesta perspectiva crítica, o autor destaca o papel fundamental dos pesquisadores em investigarem como, onde, sob quais condições, métodos, consequências, para quem as ações do urbanismo tático operam seus novos modos de fazer a cidade e de ser urbano.

Diante tal tarefa, recorremos a vários autores e a publicações que visibilizassem as táticas urbanas, e que pudessem ajudar-nos a decompor as várias temáticas que formam sua cosmologia. Para compreender *como* elas operam, investigamos os tipos de práticas, a escala das ações e os níveis de participação em que seus agentes são envolvidos; também investigamos os campos de ação e a localização intraurbana de tais práticas, buscando compreender *onde* e *para quem* elas operam; buscamos identificar os desejos e subjetividades que movem as práticas em UT, além do tipo de financiamento e de ativismo, para compreender as *condições* em que elas acontecem; os *métodos* utilizados; *quem* são os agentes do UT; e, por fim, para compreender suas *consequências*, utilizamos a reflexão de Brenner (2016) sobre a fricção que essas táticas conseguem com o Urbanismo Neoliberal.

1.1 Dissecando as práticas do Urbanismo Tático

Desejos e subjetividades - Identificar os desejos dos praticantes, as subjetividades que permeiam suas ações, é fundamental para compreender a biopotência manifesta em suas táticas. Para tanto, os estudos de autores como David Harvey (2015), Peter Pál Pelbart (2015), Antonio Negri e Michael Hardt (2016), sobre a biopotência da multidão, são fundamentais para levantar as linhas de força que tencionam e orientam tais ações. São desejos já percebidos nos movimentos de resistência observados mundo afora pelos autores: o desejo em participar nos processos de produção do espaço, de forma colaborativa, coletiva e comunicacional; o desejo em produzir, apropriar-se, habitar o comum; desejo por lógicas contrárias ao consumismo, propriedade privada, desenvolvimentismo e miséria; desejo por pertencimento, pela emancipação através da evidência e valorização de identidades; desejo por reconhecer, valorizar e praticar as singularidades, a universalidade, multiplicidade, diversidade e outramento; desejo pelo transitório, virtual, nomadismo e efemeridades, possibilitadas pelas novas tecnologias; desejo pelo cotidiano, pela experimentação lúdica da cidade e a valorização do ócio; desejo por novas formas de imaginar o mundo, criar novas utopias e novas estéticas; desejo por processos movidos na alegria em amar o outro; desejo pela inclusão, em experimentar formas de democracia direta ou outros sistemas verdadeiramente pautados pela igualdade.

Tipos de práticas – Recorrendo a publicações que apresentam compilados de táticas urbanas (a+t Architecture Publishers, 2011; Lydon, 2012; Hou, 2010; Ermacora e Bullivant, 2016; Rosa, 2011), e a autores que tratam de suas questões, ainda que sem utilizar tal denominação, observamos a seguinte miríade de tipos de práticas: as que promovem a transação de produtos e serviços de formas alternativas, como os bancos de tempo, as moedas locais, feiras de trocas etc.; práticas que buscam prover determinada localidade ou grupo de pessoas com infraestrutura urbana como moradias, serviços e equipamentos públicos etc. (Nascimento, 2016); práticas baseadas nas questões ecocêntricas como a preservação da natureza ou as mudanças climáticas e as baseadas nas questões antropocêntricas como os problemas ambientais urbanos, industrialização, desenvolvimento social etc. (Andrade, 2014); práticas que promovem a experiência dos espaços urbanos ou aquelas associadas à pesquisa, coleta de dados, investigação científica etc. (Rena et al., 2016); realização de intervenções físicas no espaço urbano, construindo-os, disponibilizando-os ao uso, melhorando sua ambiência; práticas que sugiram novas formas de viver a cidade ou novos arranjos sociais; práticas que, embora de natureza tática, estão submetidas a algum tipo de planejamento ou encadeadas em um programa de ações de alguma instituição ou empresa; práticas que se

utilizam da arte e/ou do ativismo político para sensibilizar, envolver comunidades; práticas que experimentam novos arranjos políticos como os variados níveis de representação do sistema democrático ou mesmo a anarquia e outras formas de êxodo ao estado (Nunes, 2016).

Níveis de participação – Avaliando processos participativos no contexto americano ainda na década de 1960, Arnstein (1969) construiu uma categorização dos níveis de participação ali praticados. Tal categorização tornou-se importante referência para análise da efetividade de processos participativos. A autora considera a participação cívica como forma de distribuição de poder entre os cidadãos e observou três patamares dessa distribuição: a não participação, participação com alguns graus de representação e níveis de participação onde realmente o cidadão exerce poder sobre os processos. Tais patamares são ainda subdivididos em oito degraus: manipulação, quando os cidadãos são usados para forjar um aspecto democrático inexistente no processo; terapia, processo em que os participantes são engajados em extensas atividades que buscam somente 'curar' os problemas identificados ao invés de atacar suas origens; informação, processo em que há um fluxo de sentido único de informações (dos técnicos para os cidadãos – sem possibilidade de retorno ou negociação); consulta, processo em que os cidadãos são consultados mas sem ter garantias que suas questões serão levadas em conta; pacificação, quando os cidadãos são incluídos nos processos como conselheiros, mas ainda sem o poder de decisão final; parceria, quando as responsabilidades de planejamento e decisão são partilhadas entre cidadãos e os que detém o poder; poder delegado, quando os cidadãos exercem a autoridade de decisão ou têm poder de veto sobre decisões tomadas pelo governo; e por fim, o controle cidadão, quando estes governam, estão cientes dos aspectos políticos e de gestão e aptos a negociar com outros.

Localização intraurbana - Para a compreensão das diferentes localidades onde se dão as práticas táticas dentro das cidades recorremos ao estudo de Flávio Villaça (2001) sobre o espaço intraurbano de cidades brasileiras, onde o autor adiciona complexidade à dualidade centro x periferia, ao afirmar que a segregação espacial entre classes sociais está relacionada com a dominação política e econômica exercida pelas classes dominantes, através da apropriação desigual dos recursos do espaço, frutos do trabalho. Para investigarmos a ocorrência das ações táticas no território intraurbano das cidades, interessa-nos perceber onde elas se dão; nos centros ou nas periferias, mas, principalmente, se em setores privilegiados, abastecidos com as infraestruturas urbanas adequadas, ou se em setores destituídos das mesmas.

Campos de ação – Analisando na cidade de São Paulo o que o autor denomina por práticas urbanas criativas, Rosa (2011) insere em sua metodologia a identificação dos campos de ação. Por esse termo são entendidos os espaços concretos onde as práticas decorrem, pontos de contato e de ativação do potencial existente. São esses os tipos de campos de ação por ele identificados: vazio infraestrutural; vazios no entorno de linhas férreas; terrenos vazios; rios; córregos canalizados; bueiros e postes; sobreposição de uso a um mesmo espaço/ equipamento; depósitos de lixo; barraca de triagem; entrada do edifício; vielas; centro cultural; baixio de viaduto; ilhas de trânsito.

Escala – A maior parte da literatura consultada sobre que consideramos UT (Rosa, 2011; Hou, 2010; Lydon, 2012; e outros) apresenta sobretudo exemplos de ações em microescala, de causas e efeitos extremamente locais – ações sobre superfícies, mobiliário ou equipamento urbano; ações em praças, trechos de rua ou edificação. No entanto, se observarmos algumas práticas em *placemaking* (Ermacora e Bullivant, 2016), autoconstrução de bairros populares (Nascimento, 2016) ou práticas em processos participativos em planejamento territorial (Gallent e Ciaffi, 2016), encontraremos uma variedade que abrange escalas de ação mais alargadas, como a escala do bairro, da cidade e até regional.

Agentes – Novamente recorrendo a alguns compilados de práticas já publicados (a+t Architecture Publishers, 2011; Lydon, 2012; Hou, 2010; Ermacora e Bullivant, 2016; Rosa, 2011), observamos práticas protagonizadas por: indivíduos; comunidades; associações da sociedade civil de caráter cultural, esportivo ou cooperativista;

movimentos sociais; pesquisadores; artistas (com destaque para ateliês e coletivos de jovens arquitetos e designers); e até instituições governamentais.

Ativismo – Para Gohn (2014), o estudo dos movimentos sociais na contemporaneidade tem sido atravessado por questões relativas à crise da modernidade, às alterações sociais especialmente provocadas pela globalização, e à emergência das novas tecnologias, utilizadas como meios de ação. Passam a ter maior importância nos estudos desenvolvidos a formação de redes sociais e a questão da emancipação social. O território é ressiginificado e articulado com questões de pertencimento, direitos e disputas econômicas. Nesse sentido, parecem apropriadas as tipologias de ativismo urbano apresentadas em duas publicações de Joffrey Hou (Hou, 2016; Hou e Knierbein, 2017), onde são discutidas as relações entre ações de ativismo urbano e suas implicações nos espaços públicos. São elas: mobilização, quando o espaço público é utilizado como meio ou motivo para mobilizar pessoas em torno de uma causa; reivindicação, quando espaços urbanos abandonados ou retidos pelo desenvolvimento neoliberal são adaptados a novas formas de uso coletivo; negociação, quando o espaço público é palco de negociações de interesses, identidades e agendas entre diferentes grupos e ativistas; contestação, quando há a luta por direitos, pautas e identidades no domínio público; apropriação, ações através das quais a destinação, a propriedade ou a estrutura de determinado espaço púbico oficial é suspenso temporária ou definitivamente; pluralização, quando grupos sociais específicos (quanto à etnia, gênero, classe econômica etc.) alteram usos ou funções de um determinado espaço, ampliando a heterogeneidade da esfera pública; transgressão, quando quebra-se barreiras oficiais entre o domínio público e o privado, como em ocupações temporárias ou mesmo a produção de novas relações e significâncias; revelação (livre interpretação para o termo em inglês 'uncovering'), ato de redescobrir ou reinterpretar significados e memórias nos espaços públicos.

Método – Aqui entra uma importante faceta do 'como' as práticas são realizadas. São bastante variados os instrumentos, ferramentas e metodologias observadas nas publicações sobre as táticas urbanas (a+t Architecture Publishers, 2011; Lydon, 2012; Hou, 2010; Ermacora e Bullivant, 2016; Rosa, 2011): a tecnopolítica, utilização das novas tecnologias digitais de redes, informação e comunicação para a ação política (GUTIÉRREZ-RUBÍ, 2014); a arte engajada, em suas variadas formas de relação com o território, na arte urbana, pública e comunitária (Arantes, 2016), como forma de fabricação e partilha de sensibilidades; ações em formação e informação, protagonizadas geralmente por pesquisadores (Rena et al., 2016) ou grupos de base assistencialista; processos produtores de espaço / lugar, através da co-criação em design (Diseño Cívico, 2016) ou da autoconstrução (Nascimento, 2016); a participação nos processos oficiais de planejamento urbano (Gallent e Ciaffi, 2016), abrindo espaços de representatividade e decisão popular; e a reivindicação de direitos, através do ativismo urbano (Hou e Knierbein, 2017).

Financiamento – Por fim, uma pergunta que pode ajudar a esclarecer muitas das intenções em jogo, em UT: quem financia tais ações? A resposta não está explícita nas publicações acessadas (a+t Architecture Publishers, 2011; Lydon, 2012; Hou, 2010; Ermacora e Bullivant, 2016; Rosa, 2011), mas com a aproximação em campo é possível identificar as seguintes fontes de financiamento: recursos privados, provenientes de indivíduos, coletivos (com destaque para os financiamentos realizados através de plataformas digitais - *crowdfunding*), comunidades mas também de empresas; recursos públicos, provenientes de governos e organismos locais, nacionais e internacionais; e recursos de origens mistas.

Feita a explosão das características do Urbanismo Tático, demonstraremos a seguir a forma como relacionamos as variadas práticas com tais aspectos.

1.2. Metodologia

Diante a variedade de linhas de força e complexidade de agenciamentos próprios do UT, pretendeu-se a criação de uma Taxonomia de suas práticas. Para tanto, foi necessário coletar exemplos do que se entende por UT.

Utilizou-se, para tanto, da cartografia como forma de identificar e catalogar experiências. Segundo Rolnik (2006), a cartografia é um método de natureza

militante e micropolítica, adequado para analisar fluxos de poder e processos de subjetivação. Os procedimentos do cartógrafo são criados conforme o contexto e a abertura a que ele se permite. Portanto, uma prática estratégica para a formação do desejo no campo social, mas delimitada pelos contatos estabelecidos pelo cartógrafo.

A organização dos dados em uma Taxonomia, decorre do interesse em compreender o UT através da classificação de seus temas pertinentes. A classificação – ordenamento de entidades em grupos baseado em suas similaridades – é, para Bailey (1994), tanto um processo como um fim. Para o autor, a taxonomia é uma forma de classificação empírica de entidades, coletadas a partir da experiência do pesquisador, que vai organizá-las ou medi-las a partir de suas variedades, segundo suas similaridades ou diferenças. Bailey (1994) considera ainda que a identificação das entidades (tanto os exemplos, estudos de caso, como as categorias e subcategorias) é parte do processo de construção da taxonomia.

Dessa forma, e a partir de exemplos de práticas em UT com as quais tivemos algum contato - seja na participação de suas ações em campo ou através da pesquisa em diversas publicações sobre o assunto - iniciamos a taxonomia proposta com a definição das categorias e subcategorias demonstradas a seguir. Tal definição também conta com nossa contribuição, fundindo ou acrescentando novas subcategorias que respondessem melhor à caracterização das práticas.

Desejos/Subjetividades: [comum] [participar] [anti-consumismo] [pertencer] [singular] [transitoriedade] [cotidiano] [imaginar] [empatia] [igualdade]

Tipos de prática: [redes de economia] [suprir a falta de infraestrutura] [novos hábitos de vida] [agenda verde / agenda marrom] [explorar a cidade / pesquisa] [arte ativismo] [ativação de espaços públicos / micro ambiências] [táticas estratégicas] [arranjos políticos]

Níveis de Participação: Consideramos a categorização de Arsntein (1969) - [manipulação]; [terapia]; [informação]; [consulta]; [pacificação]; [parceria]; [poder delegado]; [controle cidadão]; à qual acrescentamos as subcategorias [espectador], para abarcar as ações onde a participação dos envolvidos se dá pelo fato de lhes serem revelados temas e situações; e [DIT], *do it together*, para abarcar a participação que se dá pela colaboração, pelo 'fazer junto'.

Localização intraurbana: A partir dos estudo de Villaça (2001), propomos compreender a localização intraurbana do UT a partir das seguintes subcategorias: [centro privilegiado], centralidade abastecidas por infraestrutura e utilizada principalmente pelas classes dominantes; [centro decadente], centralidades cuja infraestrutura está deficitária ou obsoleta e portanto é habitat dos excluídos; [periferia rica], espaços deslocados das centralidades mas dotados de certa qualidade urbanística que garante melhores níveis de qualidade de vida às classes dominantes; [periferia pobre], bordas das cidades, ausentes de infraestrutura adequada, habitat dos dominados.

Escala: A partir da literatura consultada, consideramos enquanto escalas de ação do UT: a escala [local], quando a ação se dá sobre superfície, mobiliário urbano ou um edifício; e as escalas da [rua]; [bairro]; [cidade]; e [regional].

Campo de ação: A partir dos campos de ação observados por Rosa (2011) agrupamos algumas de suas subcategorias e criamos outras, de modo a satisfazer o observado em campo: [vazio urbano], que compreende terrenos, glebas, edifícios desocupados ou subutilizados, bem como vazios provocados pela instalação de infraestruturas; [mobiliário] e equipamentos urbanos; [infraestruturas urbanas obsoletas/subutilizadas]; [áreas verdes / rios], que abrangem ações sobre rios canalizados; [espaços de transição], relativos ao espaços situados entre os domínios privado e público; [praça], parques e largos; [rua / passeio], e toda infraestrutura de circulação abrangendo também becos, vielas, avenidas, ilhas de trânsito, calçadas para pedestres e ciclovias; [infraestrutura para transporte coletivo]; [centro cultural / prédio público], incluindo equipamentos esportivos e institucionais; [depósito / triagem de lixo]; [prédios comerciais / serviço]; [estacionamento]; [espaço virtual], relativos às redes informacionais.

Agentes: [comunidade]; [iniciativa privada]; [academia] e instituições de pesquisa; [artistas / profissionais], incluindo a forte atuação de coletivos artísticos; [governo]; [indivíduo]; [associação], incluindo as ONGs e os movimentos sociais tradicionais.

Ativismo: [mobilização]; [reivindicação]; [negociação]; [contestação]; [apropriação], onde também consideramos o que Hou (2010) classifica como 'uncovering'; [pluralização]; [transgressão].

Método: [tecnopolítica] [arte] [formação] [design] [direito] [participação].

Financiamento: Optamos por não utilizar a subcategoria 'misto' para não ocultar as origens dos recursos, restando as subcategorias: [privado], quando o financiamento fo feito por alguma empresa; [coletivo]; [individual]; [comunitário]; [público], quando o financiamento de ser por instâncias de governo; [agências] de fomento, nacionais ou internacionais, incluídos aí os financiamentos através de ONGs.

Tático X Neoliberal: Da elaboração de Brenner (2016) sobre os atritos entre o UT e o Urbanismo Neoliberal, propomos essa categorização para uma análise crítica do UT: [reforço] [entrincheiramento] [neutralidade] [contingência] [subversão].

A relação entre as práticas investigadas e suas categorias está organizada em uma plataforma digital e *on line*, o <kumu.io>, programada de forma colaborativa e disponibilizada abertamente, para o agenciamento de dados complexos. A plataforma permite o trabalho colaborativo e em processo, permite extrair vistas parciais e o download dos dados inseridos. Na Figura 1, apresentamos a vista geral da Taxonomia do Urbanismo Tático.



Figura 1: Vista geral da Taxonomia do Urbanismo Tático. Acessar em: https://kumu.io/sobreurbana/urbanismo-tatico

2. Resultados e Discussão

A TUT tem sido de grande utilidade para a pesquisa maior da qual este artigo é parte, e para a qual esta metodologia foi construída, que investiga o potencial do UT enquanto ferramenta de reivindicação ao direito pleno à cidade. Ao catalogar práticas exemplares do UT foi fundamental ter um padrão para leitura e análise de suas variáveis.

Com o objetivo de reconhecer em diferentes localidades e momentos soluções parecidas para os mesmos problemas, úteis para fortalecer lutas em comum,

não restringimos o trabalho a nenhum recorte territorial ou temporal. Mais do que conclusões fechadas, o método aqui adotado busca estabelecer uma visão panorâmica do UT e levantar perguntas, buscar pontos de tensão que favoreçam a aprendizagem sobre o tema e o desejável fortalecimento das narrativas contra hegemônicas que combatem e resistem ao Urbanismo Neoliberal.

Naturalmente que a ausência de um recorte para os estudos de caso trouxe muitas dificuldades para a pesquisa, para a escolha de práticas que respondessem aos questionamentos iniciais e ao método adotado. Por outro lado, pode-se dizer que o recorte aconteceu naturalmente, definido pelo alcance desta cartógrafa ao se lançar em campo e ao contatar bibliografia que respondesse às suas questões primeiras.

Desta feita, percebe-se que, das vinte e cinco práticas catalogadas até agora, provenientes de diversos países como Brasil, Colômbia, Peru, África do Sul, Estados Unidos, França, Portugal, Espanha, Itália e Holanda, as localidades mais recorrentes são Brasil e Portugal, territórios de ação desta pesquisadora[3]. Por outro lado, tratam-se de práticas desenvolvidas a maioria delas na última década, quando os próprios praticantes passaram a adotar os termos 'urbanismo tático', '*placemaking*', '*do it yourself*', 'ativismo urbano' e outros, que formam o imaginário em torno desse urbanismo marginal.

Observando cada uma das categorias, podemos analisar a frequência, na amostra coletada, das subcategorias. Por exemplo, quanto ao tipo de ativismo: tem-se mais práticas que se utilizam da [mobilização] e menos que utilizam da [transgressão]. Já sobre os agentes: são mais frequentes as práticas iniciadas por grupos de [artistas/ profissionais] e menos frequentes as iniciadas por [indivíduos] sozinhos.

A elaboração da TUT, ainda em processo, e a plataforma utilizada permitem a

[3] A autora atua na Sobreurbana <www.sobreurbana.com>, estúdio de intervenções urbanas sediado em Goiânia/GO, em cujas ações vem dialogando nos últimos anos com parceiros situados em algumas cidades portuguesas.

desejável inclusão de novas categorias e subcategorias, a qualquer momento. O manuseio da TUT pode e deve adaptar-se às necessidades da pesquisa, para explicar ou descrever questões específicas que vão surgindo.

Uma grande dificuldade sentida na elaboração da TUT, inerente a qualquer processo de construção de uma taxonomia, é a identificação da célula mínima que defina determinada subcategoria, que responda a determinada questão.

À medida que a Taxonomia ia expandindo, sentiu-se uma maior necessidade de aproximação em campo com as práticas e seus protagonistas. Especialmente sobre questões mais delicadas ou específicas como desejos, fontes de financiamento, métodos e níveis de participação, tem-se melhores respostas quando estas são dadas pelos próprios praticantes. Daí a necessidade de elaborar um questionário[4] *on line* – por ser mais facilmente compartilhável – para que os próprios agentes categorizassem suas ações.

Quanto à plataforma escolhida para o cruzamento e visualização dos dados, a <kumu.io> mostrou-se bastante útil por ser de fácil utilização e atender às necessidades até aqui sentidas. Por exemplo, é possível extrair vistas parciais da 'nuvem' que é formada, como a demonstrada na Figura 2, que reúne somente os casos de Brasil e Portugal relacionados aos seus *Desejos / Subjetividades* e *Tipos de Prática*; ou a demonstrada na Figura 3, que isola a categoria *Localização Intraurbana*.

[4] Link para o questionário 'Práticas em Urbanismo Tático' <https://goo.gl/tveNee>, aberto a contribuições.

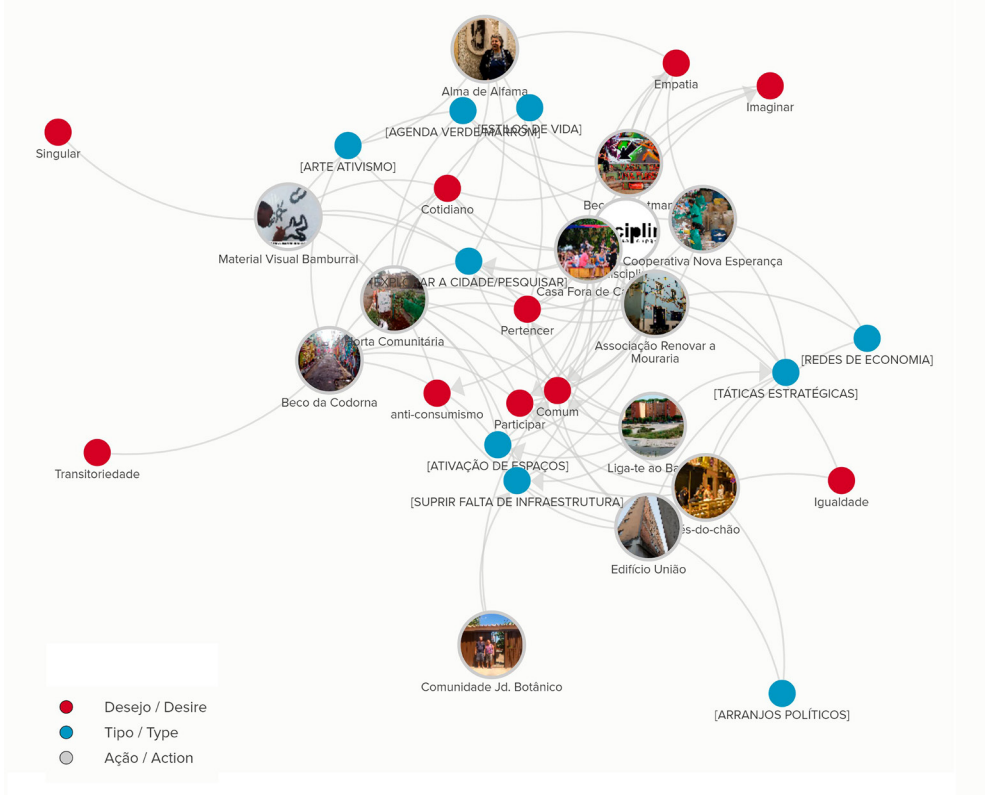


Figura 2: Vista da TUT com as relações entre as práticas realizadas no Brasil e em Portugal. Acessar em: https://kumu.io/sobreurbana/urbanismo-tatico#taxonomia/brasil-portugal

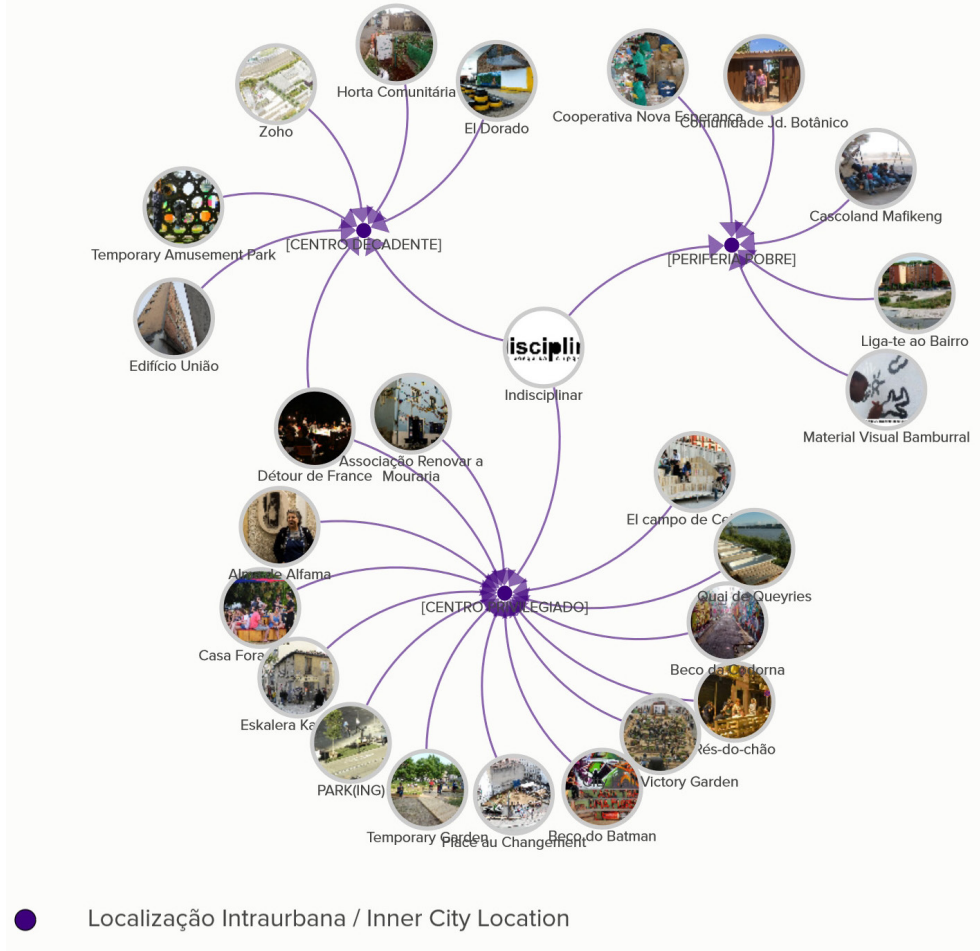


Figura 3: Vista das relações entre as práticas e a categoria *Localização Intraurbana*, na TUT. Note-se a predominância de práticas desenvolvidas nas partes já mais privilegiadas das cidades. Acessar em: https://kumu.io/sobreurbana/urbanismo-tatico#taxonomia/localizacao-intraurbana-inner-city-location

Considerações finais: notas conclusivas

A dificuldade em abranger todas as especificidades de cada categoria indica que muito há ainda por apreender sobre UT. À medida em que seus praticantes avançam em campo, descobrem novas ferramentas, aprendem com as derrotas e com as vitórias, vão surgindo novos temas a explorar, novas perguntas a responder.

Por exemplo, para além da categorização sobre os tipos de financiamento das ações, seria interessante levantar quais são as agências, as empresas e os organismos governamentais que as financiam. Da mesma forma, poderá haver alguma relação entre instituições de ensino e pesquisa que investigam tais práticas na formação de profissionais que passam a atuar nos coletivos que as executam. Questões que devem ser melhor investigadas.

A contribuição desta Taxonomia está na capacidade de organizar informações, permitindo comparações e análises sobre os rumos para onde tais ações estão a levar a prática urbanística – e arquitetônica, e do design, do direito, da assistência social, da comunicação, da arte política – contra hegemônica.

Consideramos de grande relevância esta reflexão sobre os campos profissionais, ao observarmos os agentes envolvidos nas práticas cartografadas. Há aí o predomínio de ações conduzidas por coletivos híbridos de artistas, arquitetos e designers, num processo de reinvenção (ou adaptação?) da prática profissional desses grupos.

Ou seja, a formação comprometida do arquiteto urbanista e dos outros profissionais envolvidos em tais práticas, pode ser um importante estímulo - especialmente quando subsidiada por ferramentas úteis - para o desenrolar de mais e mais experiências que questionem e subvertam as danosas práticas neoliberais do urbanismo contemporâneo. E para estimular maior participação de indivíduos e comunidades nesses processos.

Por fim, nossa aposta no UT enquanto meio de mudança nas práticas tradicionais do urbanismo deve conviver com a crítica a suas fragilidades e desvios. Nesta TUT observamos a predominância de práticas que, no máximo, limitam-se a amenizar os efeitos prejudiciais do Urbanismo Neoliberal ao invés de combater e enfraquecer seus tentáculos.

Tal conclusão revela a necessidade de o pensamento crítico melhor subsidiar tais ações, para que consigam dar o passo a seguir no desejado processo de *empoderamento* das coletividades, rumo à plena capacidade de construir e gerir o espaço em que habitam.

Referências bibliográficas

ANDRADE, L. **M.** S. de. *Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos* - A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília.

ARANTES, Pedro F. **Práticas artísticas e o novo ativismo urbano.** Palestra proferida no Museu de Arte de São Paulo em 06 ago. 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6XvJG4c6_OQ>, acesso em 06 jan. 2017.

ARNSTEIN, Sherry R. **A ladder of citizen participation.** *AIP Journal*. P. 216 a 215, 1969.

A+T ARCHITECTURE PUBLISHERS. **Vitoria-Gasteiz: a+t Architecture Publishers, n.** 38, Strategy Series, Strategy and Tactics in Public Space, Outono de 2011. 176 p.

BAILEY, Kenneth D. *Typologies and taxonomies***: an introduction to classification techniques.** Series: Quantitative applications in the social sciences. Thousand Oaks, California: Sage Publications Ltda, 1994.

BRENNER, Neil. **Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal?** In: e-metropolis - *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 27, ano 7, 2016. ISSN 2177-2312. Disponível em: https://goo.gl/fIHWNm, acesso em 04 mai. 2017.

DISEÑO CÍVICO. *Diseño Cívico* **– diseño, território, inteligência colectiva.** Trabajo colaborativo. Curso v.1.0. 2016. Disponível em <https://disenocivico.org/primera-version-del-ebook-diseno-civico/>, acesso em 30 mai. 2016.

DI SIENA, Domenico. *Inovación urbana***.** Territorio, Ciudadanía, Tecnología e Inteligencia Colectiva. 2015. E-book disponível em: http://urbanohumano.org, acesso em 20 out. 2016.

ERMACORA, Thomas; BULLIVANT, Lucy. *Recoded City***.** Co-creating urban futures. New York: Routledge, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder***.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALLENT, Nick; CIAFFI, Daniela (org.) *Community Action and Planning***.** Contexts, drivers and outcomes. Bristol: Policy Press, 2016.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais***.** 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GUTIÉRREZ-RUBÍ, A., **2014.** *Tecnopolítica* - El uso y la concepción de las nuevas herramientas tecnológicas para la comunicación, la organización y la acción política colectivas. Publicação do autor, Espanha.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum***.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes***: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança***.** 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HOU, Jeffrey. *Insurgent Public Space***.** Guerrila urbanism and the remaking of contemporary cities. New York: Routledge, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes.** In: JEUDY, Henri Pierre, JACQUES, Paola B. (Orgs.). *Corpos e cenários urbanos*: territórios e políticas culturais. Salvador: EDUFBA; PPG-FAUFBA, 2006.

LYDON, Mike (org.) *Urbanismo Tático 2* **– Ação a curto prazo / Mudança a longo prazo.** Miami/New York, The Street Plans Collaborative, 2012. Disponível em: http://goo.gl/kXf9E1, acesso em 13 set. 2015.

NASCIMENTO, Denise Morado (org.). *Saberes [auto] construídos***.** Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.

NUNES, Rodrigues. **Liderança distribuída.** *Revista Piseagrama*, nº 9. Belo Horizonte: Rona Editora, 2016.

PELBART, Peter Pál, 2015. *Vida Capital:* **ensaios de biopolítica.** 1ª ed. Iluminuras, São Paulo.

RANDOLPH, Rainer. **A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro.** Diez años de cámbios em el Mundo, em la Geografia y em las Ciencias Sociales, 1999-2008. In: ACTAS DEL X COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, Universidade de Barcelona, 26-30 mai. 2008. Disponível em Http://www.ub.es/geocrit/-xcol/430.htm, acesso em 17 jan. 2017.

RENA, Natacha. **Arte espaço e biopolítica.** In: OLIVEIRA, Bruno; CUNHA, Maria Helena; RENA, Natacha (org.) *Arte e Espaço*: uma situação política do século XXI. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2015. P. 22 a 75.

RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel de; BRANDÃO, Marcela Silviano; FRANZONI, Júlia. **Grupo de pesquisa Indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL CONTESTED CITIES, Madri, 2016.

ROSA, Marcos L. **(org.)** *Micro planejamento*: práticas urbanas criativas. São Paulo, Ed. de Cultura, 2011.

SÁ, Ana Isabel de. *Urbanismo entre pares* **– cidade e tecnopolítica, 2015.**

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANOFF, Henry. **Multiple Views of Participatory Design.** *Archnet-IJAR*, Volume 2 - Issue 1 - (57-69), 2008.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações***.** Trad. de Luís Cristóvão de Aguiar, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 4a ed., 2006. ISBN 972-31-0610-8

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano***.** São Paulo: Studio Nobel, 2001.

URBANISMO BIOPOLÍTICO E RESISTÊNCIA: Experiência de formação da rede “Operação Jardim Botânico” no caso de Goiânia

BARBOSA, DANILO (1); MAYER, JOVIANO (2); BARBOSA, MARCUS(3); AMARAL, MAYUMI (4); SANTOS, RAUL(5)

Mestrando na Escola de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais, R. Paraíba, 697 - Funcionários, Belo Horizonte
danilocaporalli@gmail.com

Doutorando na Escola de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais,
R. Paraíba, 697 - Funcionários, Belo Horizonte
mayerjoviano@gmail.com

Graduando na Escola de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais,
R. Paraíba, 697 - Funcionários, Belo Horizonte
mark-barbosa@hotmail.com

Graduanda na Escola de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais,
R. Paraíba, 697 - Funcionários, Belo Horizonte
mayumi.iamaral@gmail.com

Graduando na Escola de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais,
R. Paraíba, 697 - Funcionários, Belo Horizonte
raullemosdossantos@hotmail.com

RESUMO

O trabalho apresenta e reflete sobre experiência de workshop realizado pelo grupo de pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG, durante quatro dias em Goiânia (GO), a convite do escritório de arquitetura Sobre Urbana. O objetivo foi utilizar e avaliar a aplicabilidade de metodologia e dispositivos já empregados pelo grupo Indisciplinar UFMG, possibilitando a implementação de uma rede para discutir e mobilizar resistências à proposta de Operação Urbana Consorciada do Jardim Botânico (OUC - JB) e ao processo de desapropriação e remoção de famílias previsto para o Setor Pedro Ludovico. São apresentadas as discussões que serviram de base para a organização do Workshop, incluindo "o que é OUC" e o debate sobre "OUC, mecanismo de gentrificação"; ambos desenvolvidos a partir da exposição das atividades realizadas pelo grupo Indisciplinar UFMG e a sua experiência de resistência ao instrumento OUC em Belo Horizonte.

Palavras-chaves: *Urbanismo Biopolítico, Indisciplinar, Operação Urbana Consorciada, tecnopolítica, dispositivos.*

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado se insere em contexto de resistência às Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) e intensificação da ação neoliberal no espaço urbano. Inicialmente, será apresentado o Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG[1] que, a convite do escritório Sobre Urbana[2], ministrou Workshop junto a agentes locais. A narrativa do trabalho proposto e executado é apresentada concomitantemente à exploração dos instrumentos tecnopolíticos que o grupo utiliza em Belo Horizonte e que foram apresentados durante o Workshop.

O pedido para participação no Workshop surge do conhecimento pelo escritório Sobre Urbana do trabalho de quase 5 anos de pesquisa do grupo Indisciplinar UFMG, -

> *"que investiga e atua nos processos de produção do espaço urbano contemporâneo por meio de frentes que atuam tanto em processos destituintes contra o urbanismo neoliberal em suas muitas dimensões, quanto em processos constituintes de novos espaços engendrados pela coletividade, autonomia cidadã e defesa do comum urbano (material e imaterial), em uma abordagem transversal e indisciplinar" (INDISCIPLINAR, 2017).*

O grupo de pesquisa Indisciplinar UFMG, atua junto a movimentos de luta e resistência contra a ação neoliberal no espaço urbano. Dentre os diversos parceiros incluem-se movimentos como: o Movimento de Luta dos Bairros Vilas e Favelas (MLB); o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB); Casa de Referência

[1] Grupo de pesquisa vinculado ao CNPq, sediado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. Para mais informações, acesse: *http://blog.indisciplinar.com/*

[2] Sobre Urbana é um estúdio de intervenções urbanas, comunicação e produção cultural que tem como premissa para a elaboração de suas atividades e propostas os processos colaborativos, participativos e multidisciplinares. Para mais informações, acesse: *http://sobreurbana.com/*

da Mulher Tina Martins e Movimento Parque Jardim América. Em meio a esse diverso grupo de causas urbanas, a luta contra a produção neoliberal do espaço se destaca como ponto de convergência. O Indisciplinar UFMG investiga como tem se desenvolvido tal produção e quais os mecanismos de luta e resistência utilizados por esses atores, visando articular, evidenciar e ampliar, por meio dos mecanismos tecnopolíticos essa atuação dos movimentos .

Em Goiânia, foi recentemente lançada uma Operação Urbana Consorciada (OUC), denominada Jardim Botânico, que implicará em desapropriações e remoção de moradores instalados e consolidados no território há mais de 40 anos. O grupo Indisciplinar UFMG nos últimos anos de luta já havia feito oposição à OUC-Nova BH e a outras Operações, por entender que este instrumento de desenvolvimento urbano é um mecanismo de transformação do território voltado para a apropriação do mesmo território pelo capital. Tal análise, em conjunto com os mecanismos tecnopolíticos, foi apresentada no Workshop e, como será relatado posteriormente, colaboraram para a criação de uma rede de atores que vêm lutando contra a implementação do projeto da OUC.

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA (OUC)

O que é?

Operação Urbana Consorciada (OUC) é um instrumento previsto pelos artigos 32 a 34 do Estatuto da Cidade (BRASIL. Lei no 10.257, 2001), que tem como objetivo promover transformações urbanísticas que gerem melhorias para a sociedade e para o meio ambiente. Considera-se como Operação Urbana Consorciada o conjunto de medidas por meio das quais o poder público, no papel de gestor, aproxima-se da população, na condição de participante, e do setor privado, na condição de investidor, a fim de promover ações de intervenção urbana (BRASIL, 2001, Art 32). A partir disso, entende-se que o instrumento permite ao poder público arrecadar, através do setor privado, uma série de recursos para execução de intervenções urbanísticas estruturais. No entanto, existem evidências de

que tal instrumento vem, sistematicamente, sendo utilizado para aquecimento do mercado imobiliário e como mecanismo de gentrificação e segregação sócio espacial (FIX, 2009)

As OUC como mecanismo de Gentrificação

De acordo com o Estatuto da Cidade, o instrumento possibilita a flexibilização dos parâmetros urbanísticos, do uso e ocupação do solo, e permite a regularização de edificações em desacordo com a lei. O caráter agregador da Operação Urbana Consorciada é verificado pelo artigo 33 do estatuto (BRASIL, 2001, Seção X), no qual é suscitada a obrigatoriedade da participação popular. Interpreta-se também a intencionalidade redistributiva do mesmo artigo. Entretanto, como verificado em experiências de OUC em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, o instrumento vem sendo cooptado pelo poder público em conjunto com a iniciativa privada, sobretudo grandes construtoras, promovendo assim o agravamento da desigualdade a partir das remoções de vilas e favelas e a valorização imobiliária. De acordo com FIX (2009), em sua experiência com as OUCs em São Paulo, todas as operações urbanas carregam consigo um caráter gentrificador:

> *Assim, tenham ou não sucesso financeiro, as operações são contrárias ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos. Ao contrário, fragmentam o fundo público e aumentam o controle privado sobre sua destinação. Além disso, seu uso tem sido sempre associado a investimentos feitos diretamente com recursos orçamentários, utilizados antes da aprovação da operação (como na Água Espraiada), ou no entorno do seu perímetro, como em outra operação, a Faria Lima - de modo a acentuar fortemente a valorização imobiliária, pressuposto básico para o funcionamento do instrumento. (FIX, 2009, p.51-52)*

Considerando que esse caráter gentrificador do instrumento também aparece nos trabalhos de FREITAS (2016) e MAYER (2015) sobre a Operação Urbanas Nova BH (atual OUC ACLO), citada como referências pela própria *OUC-JB[3],* é importante resgatar alguns dados sobre como a Nova BH foi inserida na política urbana de Belo Horizonte.

Nova BH - Belo Horizonte

Em 2013, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), associou duas áreas de operações urbanas de grande porte por meio da divulgação do projeto *Nova BH*. A área atingida pela proposta chega a 24,8 km², abrangendo os corredores de avenidas importantes como os da Avenida Antônio Carlos, Pedro I e do Ribeirão do Arrudas. Daniel Freitas (2016), acompanhou os processos que formaram e posteriormente modificaram a OUC *Nova BH*, contribuindo para o entendimento da operação. Inicialmente, em 2010, durante a revisão do plano diretor, foram previstas Operações Urbanas Consorciadas apenas no corredor Antônio Carlos/Pedro I, e já no ano seguinte foi dado início ao Plano Urbanístico para a área pela PBH. Somente em 2013 o nome *Nova BH* veio a ser utilizado, nomeando o grande projeto que unificou a Operação Antônio Carlos/ Pedro I com a Operação Arrudas. Segundo Freitas (2016), logo em seu início, a OUC enfrenta oposição de grupos que já se viam ameaçados pelas Operações que a compuseram. Mesmo sob graves críticas, os órgãos técnicos responsáveis deram continuidade aos processos de aprovação e só interromperam o processo quando apontadas diversas irregularidades pela sociedade civil junto ao Ministério Público que passou a investigar o caso. Em 2014, o empreendimento é revisado e apresentado à população, desta vez sob a nova nomenclatura de *Operação Urbana Antônio Carlos / Pedro I e Leste Oeste – ACLO.*

Frente aos avanços (ou retrocessos) das parcerias público privadas em Belo Horizonte, o grupo Indisciplinar UFMG se destaca atuando como resistência tecnopolítica. Durante o processo da OUC *Nova BH*, o grupo auxiliou a desvelar

[3] Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplan-ouc/jb/index.asp

as estratégias do estado-capital que visavam excluir a população e maximizar os lucros dos grupos econômicos envolvidos[4]. A partir dessa experiência, foram desenvolvidos diversos métodos para lidar com as OUCs e conflitos urbanos, buscando reverter a disparidades segregatórias urbanas, por meio de articulação e expansão das redes de resistência.

-

Dessa experiência de pesquisa e ação foram selecionados quatro instrumentos para utilização no Workshop sobre a Operação Urbana Jardim Botânico (*OUC-JB)* em Goiânia: a linha do tempo Narrativa, o Crowdmap, o mapa de agentes e o pedido de acesso à informação, dispositivos que serão aprofundados a seguir

O SEMINÁRIO

Contextualização e apresentação

Realizado pela plataforma Cidade Invisível, o workshop buscou abordar os efeitos da OUC Jardim Botânico. As inscrições foram gratuitas e abertas à toda a população, com isso, o cronograma do workshop foi montado sem que houvesse conhecimento do perfil dos participantes. Diante disso, uma premissa posta foi a de que o desenvolvimento das atividades deveria se dar de forma gradativa, tanto de um ponto de vista conceitual quanto de abrangência das atividades. Tal gradação conceitual é necessária já que o assunto, por ser interdisciplinar, lida com vocabulário específico de diversas áreas (urbanismo, economia política, direito, dentre outros) com as quais os participantes poderiam estar pouco familiarizados. Do ponto de vista da abrangência, o trabalho desenvolvido deveria ter a capacidade de se replicar e se difundir a partir do envolvimento dos participantes na luta pelos direitos dos moradores do bairro e contra a lógica de produção neoliberal da cidade. Desta maneira, planejou-se uma roda de conversa

[4] Disponivel em: http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=21

aberta para que a discussão e a mobilização se projetassem para além dos limites impostos pelo caráter inicialmente pontual do modelo workshop.

Buscou-se tratar o aspecto conceitual por meio de um olhar amplo sobre a conformação e desenvolvimento do capitalismo neoliberal enquanto lógica de mundo, razão que para além da política dos governantes.

> *... o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (...) O neoliberalismo pode ser definido como, o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17)*

Assim, foi possível inserir, dentro deste processo, a conceituação e exemplificação de Grandes Projetos Urbanos (DANIEL, 2016), como um mecanismo do capital de expandir seu domínio sobre o Estado no tocante à produção do espaço. Este panorama aproximou a discussão do caso da Operação Urbana em questão, posto em debate por meio não de uma explanação sobre o assunto, mas sim de questões que buscavam alimentar a investigação proposta pelo workshop e iniciada durante as pesquisas prévias do grupo.

A falta de dados disponibilizados a respeito do projeto da OUC Jardim Botânico contribuiu com a adoção de tal postura, de modo que as dúvidas provenientes do processo investigativo compuseram o documento de pedido de acesso à informação. Tal documento foi redigido conjuntamente durante o Workshop com o intuito de esclarecer a aplicação das diretrizes apontadas na proposta e que estão pouco detalhadas pelo anteprojeto[5] divulgado. As propostas contidas nesse anteprojeto foram apresentadas pela Prefeitura de Goiânia em um curto período de tempo e sem uma real preocupação com a participação popular, dado que as convocatórias não foram amplamente divulgadas. Foram anunciadas sete Audiências Públicas (entre os dias 7 e 28 de abril de 2017), das quais as cinco últimas foram canceladas.

O conhecimento dos participantes, mesmo que pouco aprofundado, sobre as propostas e a realização de tais audiências, se mostrou um importante ponto de partida (depois de traçado um contexto geral de financeirização das cidades, no qual o caso tratado se insere) para um **exercício cartográfico** colaborativo, como se pôde confirmar posteriormente ao longo do processo investigativo. Cada participante, incluindo os oficineiros, possuía diferentes perspectivas desse cenário, formadas a partir de fontes majoritariamente **formais**, como o caso das pesquisas prévias do grupo feitas a partir de jornais, artigos e sites oficiais, e/ou da efetiva presença nas audiências públicas, o que tornou alguns participantes mais familiarizados com o contexto. A compreensão do quadro da Operação Urbana se deu, dessa forma, aos poucos, a partir dessas fontes diversas; e estimulou, além da troca, a identificação da dimensão biopotente (NEGRI, 2003) dos atores envolvidos no grupo e o reconhecimento das ameaças concretas aos moradores - especificamente pela participação de um morador diretamente atingido, por meio de um decreto municipal de declaração de utilidade para fins de desapropriação, que motivou o seu envolvimento com a luta e uma relação de solidariedade entre o grupo.

Ferramentas tecnopolíticas

A inauguração e as apresentações serviram para a construção inicial de um vocabulário e de uma base comuns para a discussão. Dessa forma, tanto termos

[5] O anteprojeto foi proposto e desenvolvido por uma colaboração da Prefeitura de Goiânia, pela ONG Instituto Cidades e pelo Escritório Fernando Teixeira Arquitetos Associados. é possível verificar o anteprojeto na integra em: http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplan-ouc/jb/index.asp

técnicos específicos, como mecanismos jurídicos e urbanísticos relacionados à OUC-Jardim Botânico, foram esclarecidos, além de terem surgido informações importantes sobre os processos políticos e urbanísticos que estavam ocorrendo na região. A partir de então, as ferramentas tecnopolíticas[6] utilizadas pelo grupo Indisciplinar UFMG foram introduzidas como mecanismo de mapeamento e espacialização das informações compartilhadas, da compreensão e apresentação do processo em andamento e de seus atores.

Foram utilizadas, simultaneamente, a linha do tempo, os mapas do Setor Pedro Ludovico e da cidade de Goiânia e a rede de atores como plataformas físicas para obter, mapear e sistematizar as informações, e, com isso, visualizar as relações entre os eventos e agentes investigados.

O mapa físico se mostrou a ferramenta mais dinâmica por facilitar a visualização da área de intervenção da OUC-JB, e de outras reformas urbanas como a expansão da Marginal Botafogo relacionando-os, espacialmente, com as casas de alguns participantes, o local das audiências já realizadas, e outras áreas na cidade de Goiânia que passaram por um processo de aumento da especulação imobiliária.

Apesar do interesse despertado pela linha do tempo narrativa durante a apresentação do grupo, a dinâmica de sua construção não foi tão intuitiva como a do mapa. No caso em questão, a ferramenta busca uma amarração entre os atores apontados, os avanços dos interesses do capital e as resistências no território por meio da visualização e compreensão do processo em que as ações das figuras apontadas se inserem. As questões sobre o que indicar ou não nessa linha do tempo, qual escala de tempo usar, e até como inserir informações adicionais em torno de um ponto fizeram com que a compreensão do mecanismo proposto se tornasse mais lenta. Apesar da dificuldade acerca da construção dessa ferramenta apontada por tais questões, gradativamente, a linha do tempo foi ganhando corpo graças ao dinamismo na troca de informações e na interação do grupo.

A rede de atores foi alimentada conforme a anotação dos nomes de indivíduos e grupos que surgiam a partir do diálogo entre os participantes. Apesar da forma dinâmica como esses nomes iam surgindo, ou mesmo consequente dela, o registro dos atores mencionados ficou em segundo plano, sendo feito pelos oficineiros. Consequentemente, a rede de atores se conformou mais como uma forma de visualização dos envolvidos no processo, ou seja, um panorama geral, do que da articulação existente entre eles.

Dessa forma, percebeu-se que, através dos levantamentos feitos a partir de dispositivos tecnicamente simples, foi possível alimentar a análise do contexto, uma vez que os instrumentos presentes possibilitaram a visualização e, com isso, a percepção das ações em suas esferas temporal, espacial e de agentes. Com o tempo, foi sendo construída uma narrativa envolta do processo em análise, permitindo perceber as interrelações entre os fatos com maior dinamismo e participação.

Optar por tal conjunto de mecanismos, mais livres e que possibilitaram o deslocamento de perspectiva gerado pela visualização e debate de um mesmo processo em diferentes dimensões, mostrou-se bastante eficiente, para a realização do levantamento de informações coletivamente[7]. Como em um *brainstorm*, cada relatado de um participante foi complementado por outros, muitas vezes com pontos de vista e experiências distintos. Eventualmente, o diálogo passou a ganhar vozes de pessoas que estiveram diretamente envolvidas com os processos em questão e, simultaneamente, de pessoas que seriam atingidas por eles de alguma forma. Desses relatos surgia grande potencial para os mapeamentos, tanto por trazerem mais camadas de informação, como por motivarem o interesse e a participação dos demais presentes.

[6] *Ferramentas tecnopolíticas são mecanismos físicos ou virtuais que visam articular as ruas às redes. Sendo ruas a mobilização presencial de grupos na cidade (atos, reuniões, aulões e audiências públicas) e redes os mecanismos digitais que podem funcionar como meios de divulgação, organização de banco de dados, articulação entre grupos. Essa articulação visa potencializar a atuação de grupos mobilizados na sociedade.*

[7] *Na experiência, havia um grupo de em média doze participantes e quatro oficineiros .*

Uma vez construída a narrativa em diferentes camadas nas ferramentas físicas, foram apresentados os recursos digitais utilizados pelo Indisciplinar UFMG, como forma, sobretudo, de compartilhamento das informações. A começar pela página do Facebook[8], que teve rápida assimilação sobre seu uso e sua importância no processo de constante atualização das informações e ampliação da rede de resistência. Em seguida, foi apresentada a linha do tempo narrativa digitalizada e diagrama. Utilizando-se como exemplo a Linha do Tempo do Rio Doce, foi explicada a sistematização da informação feita em planilhas online, bem como a organização gráfica, em camadas, desse conteúdo. Na sequência, foi apresentado o CrowdMap, plataforma que permite a criação de mapas temáticos e colaborativos, sendo possível destacar pontos ou áreas específicas inserindo relatos e informações sobre o território e/ou um determinado acontecimento ou processo que o envolve. A partir disso, a plataforma *Urbanismo Biopolítico*, por meio do questionário que indica a temática e o caráter do mapa, e consequentemente, as informações que serão inseridas nele, busca vincular a área de intervenção de um Grande Projeto Urbano às questões e processos políticos, jurídicos e socioeconômicos que tangem o território. Desse modo, a ferramenta estimula uma compreensão que extrapola a representação espacial da área em questão e passa a abarcar dados mais aprofundados dos GPUs a respeito de sua elaboração e execução. A ferramenta torna-se, então, uma forma de sistematizar e compartilhar informações importantes para ilustrar a inserção de uma intervenção urbanística na lógica de financeirização da cidade por trás dos GPUs e estabelecer paralelos entre eles.

No caso das ferramentas digitais, foi perceptível uma certa dificuldade em compreender a elaboração e a organização das tabelas e planilhas para as ferramentas. De fato, a planilha (no caso, online e compartilhada), apesar de ter uma interface mais simples, trata-se de um recurso de caráter mais técnico e mais burocrático do processo de sistematização de informações a cerca dos processos em questão. Para além disso, em relação à linha do tempo, a ideia de diagramação e composição gráfica a partir de um modelo digital, ainda que bem aceita, não garante a adoção e adaptação desse formato para o caso em específico; já o CrowdMap do Urbanismo Biopolítico se mostrou uma ferramenta de compreensão mais difícil por estar altamente vinculado ao processo burocrático do próprio software, sendo os arquitetos participantes o grupo mais interessado em conhecer a elaboração da ferramenta de maneira mais específica.

[8] *Operação Jardim Botânico no Facebook: https://www.facebook.com/operacaojardimbotanico/*

DESDOBRAMENTOS

Graças à carga prática do workshop, foi possível cartografar diversos atores, como vereadores, empresas de arquitetura e empreiteiras, conectados às ações previstas na Operação Urbana. Além disso, a própria elaboração da oficina tornou possível estabelecer ligações entre alguns grupos de resistência, seus atuais e potenciais integrantes. Para manter e ampliar essa rede inicial, um dos primeiros desdobramentos foi a articulação do debate por meio das redes sociais. Dentre essa articulação, se encontra a criação da página do Facebook, que deu início à identidade do grupo *Operação Jardim Botânic*o como forma de fazer frente à OUC-JB, e a criação de grupos de conversa pelo aplicativo WhatsApp . A página é um meio de disponibilizar as informações coletadas pelo grupo e de visibilizar a discussão acerca da Operação Urbana em questão por meio do compartilhamento de notícias, posts, cartilhas e eventos. Os grupos de contato do WhatsApp, possibilitam maior dinamismo da rede e a inserção de novos atores no debate e nas ações vinculadas aos processos de resistência. Ainda que sejam plataformas simples, essas se tornam potenciais para a coordenação e expansão da rede de contatos existente em torno do fortalecimento necessário às ações de resistência.

Outro desdobramento importante foi o aulão/roda de conversa aberto ao público realizado no último dia do workshop e que serviu como momento de primeira ampliação dessa rede proveniente da oficina. A convocação foi feita através de panfletagem no Setor Pedro Ludovico, além da criação do evento na página do Facebook, o que fez com que, apesar do pouco número de externos ao workshop e de moradores da região resultantes do pouco tempo para a elaboração e divulgação do evento, o público fosse constituído de certa diversidade. Houve a

presença de membros de ONGs ambientais, da representante de uma vereadora de alguns moradores e de grupos técnicos e acadêmicos o que possibilitou o debate e a incrementação do Pedido de Acesso à Informação elaborado durante a oficina. Ao final foram apresentados em um formato "passo-a-passo" direcionamentos que o grupo conformado poderia tomar para manter as atividades ali iniciadas e aumentarem as suas repercussões. O debate desses direcionamentos serviram para dar o encaminhamento a ideias de atividades de caráter resistivo que foram ilustradas durante o workshop e que surgiram ao longo do processo, além do apontamento de novas propostas. Esse "passo-a-passo" será transformado em cartilha pelo grupo Indisciplinar UFMG, como uma das formas de manter a relação já iniciada e auxiliar na divulgação de informações sobre o processo da Operação Urbana Jardim Botânico.

CONCLUSÃO

A Operação Urbana Jardim Botânico trata-se da aplicação de um mecanismo já conhecido pelo grupo Indisciplinar UFMG, residente em Belo Horizonte, mas em um contexto até então desconhecido entre os pesquisadores, o Setor Pedro Ludovico, em Goiânia. Ao recebermos o convite do escritório SobreUrbana para ministrar o workshop, nos deparamos com a dificuldade no acesso à informação e com a falta de conhecimento sobre o contexto local e seus atores. Os desafios na elaboração da oficina eram, portanto, como apresentar o assunto das Operações Urbanas Consorciadas para um grupo de participantes desconhecido e heterogêneo; e como garantir o diálogo entre o público e os oficineiros, para que os conhecimentos fossem compartilhados por ambas as partes e as informações levantadas fossem sistematizadas em um método. Além disso, a projeção do que seria o resultado do workshop se aproximava mais de um processo do que de um produto fechado. Esse processo consistiu na formação e na ampliação de uma potencial rede de resistência frente ao avanço neoliberal no contexto urbano de Goiânia.

Na experiência tida pelo grupo, percebemos que, primeiramente, a busca antecipada pelo máximo de informações foi de grande importância para a organização do evento como meio de alimentar o debate entre oficineiros e público participante. Essas informações, assim como as apresentações de todos os presentes de forma mais livre ao início do workshop e a introdução à temática em questão através do relato de experiências anteriores do grupo, foram importantes para a construção de uma forma de diálogo em comum que conseguisse ser o mais aberta possível. Isso porque todos esses processos fizeram parte de uma compreensão do território em que a oficina aconteceria e da explicitação de laços existentes entre aqueles presentes e entre os eventos a serem debatidos, aproximando a temática do contexto dos participantes. Sendo assim, os acontecimentos deixaram de ser fatos pontuais, e criaram conexões.

Outro ponto relevante foi a utilização de instrumentos físicos antes da abordagem com instrumentos técnicos digitais. A "caneta e o papel" são uma plataforma mais acessível, permitindo, no momento inicial, um trabalho muito mais coletivo e colaborativo do que, por exemplo, um computador ou um notebook possibilitaria. A adaptação a um novo contexto das ferramentas já familiarizadas pelo grupo é importante para não limitar o processo a uma linguagem específica que seja menos acessível em um ponto da discussão de essencial abrangência.

Um dos ganhos mais importantes do workshop foi conseguir articular uma rede potente e heterogênea de resistência em torno do projeto da OUC Jardim Botânico, conectando estudantes e professores de arquitetura, moradores afetados pelo megaprojeto, movimentos sociais e ambientalistas, vereadores e etc. No último encontro, quando foi realizada a roda de conversa com maior número de participantes, foram tirados vários encaminhamentos para a difusão das informações e para a mobilização da comunidade. Depois de retornar a Belo Horizonte, acompanhamos os desdobramentos da mobilização gerada pelo workshop, entre eles a realização de evento cultural como meio de ocupar e trazer visibilidade a uma área dentro do plano de remoções; a realização de audiência pública na Câmara de Vereadores; e a proposição de um decreto legislativo por uma parlamentar com o intuito de revogar o decreto de desapropriação do executivo municipal.

Por fim, a ação conjunta da comunidade do bairro Pedro Ludovico, de academicos e demais agentes foi uma importante troca de experiencias que constituiu uma rede e possibilitou aos pesquisadores do grupo Indisciplinar UFMG aprofundarem suas pesquisas e conhecimentos sobre o neoliberalismo e a atuação do estado em OUCs. Ações como as apresentadas constituem um importante arcabouso de dispositivos para enfrentamento do urbanismo neoliberal, que devem ser exploradas, aprimoradas e implementadas nas mais diversas disputas territoriais. Dessa forma, o grupo indisciplinar pode consolidar, aplicar e adaptar os instrumentos e dispositivos dos quais já faz uso em suas interveções, ampliando redes e repertório para disputa no campo do urbanismo bioplítico.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana.** Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição

FIX, Mariana. **Uma ponte para a especulação - ou a arte da renda na montagem de uma cidade global.** Cad. CRH vol.22 no.55 Salvador jan./Apr. 2009, p. 51-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100003>. Acesso em: 18 de outubro de 2017

FREITAS, Daniel Medeiros de. **Desvelando o campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte / Daniel Medeiros de Freitas, 2016.**

INDISCIPLINAR, UFMG. **O grupo: texto introdutório do blog.** Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/ogrupo/>. Acesso em: 19 set. 2017.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica [manuscrito] / Joviano Gabriel Maia Mayer.** - 2015.

NEGRI, A. **5 lições sobre Império.** Rio de Janeiro: DP&A editora. (2003)

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica.** Revista Sala Preta, Nº 7. São Paulo, 2007, p 57-66, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320>.

URBANISMO NEOLIBERAL E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: notas sobre o desenvolvimento urbano contemporâneo e o caso da área portuária no Rio de Janeiro

NUNES, GUILHERME CHALO (1); MASCARELLO, RENATA PIROLI (2) ASSAF, STEPHANIE MESQUITA (3)

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
guilhermechalo@gmail.com

2. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
renata.mascarello@hotmail.co.uk

3. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
stephanie.assaf@gmail.com

RESUMO

O seguinte artigo discute a implantação e o contexto da Operação Porto Maravilha que foi estruturada como uma Operação Urbana Consorciada, localizada área portuária da cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil), e sancionada por lei municipal em 2009. Para tanto, a inserimos em um contexto de movimentações e crises mundiais que ocorreram no capitalismo a partir de 1970, como a crise por sobreacumulação, e uma crescente financeirização nesse modo de produção. A discutimos ainda como potente ação dessa ofensiva neoliberal sobre as cidades, articulada entre medidas do modelo de planejamento estratégico.

Palavras-chave: *Operação Porto Maravilha; Urbanismo neoliberal; acumulação por espoliação; crise de sobreacumulação; planejamento estratégico*

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma reflexão a respeito da Operação Urbana Consorciada que envolveu a reestruturação da área portuária do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil) – Operação *Porto Maravilha* – e a analisa como mais uma brutal ofensiva de ação relacionada às práticas de *urbanismo neoliberal.* Para tanto, o texto é dividido em três momentos, acrescido de considerações finais.

Inicialmente, aponta-se uma síntese da trajetória de crises e modificações inerentes ao *modo de produção capitalista*, congruente com o colapso mundial do fordismo-keynesianismo, o qual, segundo David Harvey, fortaleceu as medidas de *financeirização* do capital (HARVEY, 2008, p. 156). Essa ruptura, datada do fim da década de setenta do século passado, aconteceu acompanhada por uma *crise de sobreacumulação* que, de forma bastante simplificada, se configura pelo excesso de capitais existentes sem possibilidades de investimento e de mercado para esses. Tal forma de crise não é incomum ao capitalismo, mas, considerando o recorte temporal analisado, a saída para essa foi a criação de novas "práticas predatórias de acumulação", o que Harvey nomeia como processo de *acumulação por espoliação*.

A partir da premissa de que a urbanização de caráter neoliberal pode ser entendida como parte fundamental desse processo de acumulação que acontece por espoliação; é discutido, na sessão seguinte, como a produção do espaço ocorre frente a esse cenário tanto de crise, como de reestruturação do capitalismo. Essa reestruturação gerou (e ainda gera) profundas marcas nas estruturas urbanas, tanto nos países centrais, como nos periféricos. Uma vez em que, nessa nova fase, a produção de excedente não está essencialmente relacionada aos meios de produção, o que causou uma reconfiguração tanto das cidades, como do modelo de planejamento urbano tido como hegemônico.

Por fim, como estudo de caso, é discutido o projeto e o contexto de consolidação da operação Porto Maravilha, executada por uma Operação Urbana Consorciada na Região Portuária do Rio de Janeiro, sobre Lei Municipal sancionada em 2009. A operação Porto Maravilha é um dos maiores e mais recentes expoentes nacionais de ação que remete ao *planejamento estratégico*, diretamente relacionada com a prática de *urbanismo neoliberal,* e fortemente alinhada aos objetivos do *capital internacional*.

Entre os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014), os Jogos Olímpicos (2016) e os Jogos Paralímpicos (2016), a cidade do Rio de Janeiro passou por visíveis transformações no seu tecido urbano. As mudanças se deram, especialmente, por conta desses eventos esportivos que o município recepcionou, pois todos eles trouxeram consigo uma série de encargos às cidades-sede.

Para atender às exigências de comitês e federações internacionais, foi necessário um esforço que envolvesse os poderes público e privado, além de uma forma de planejamento – estratégico e competitivo –, capaz de tornar as cidades aptas e rentáveis para recepcionar atletas, equipes e imprensa, além dos milhares de turistas que visitaram a "cidade maravilhosa".

A ocorrência massiva de megaeventos na Cidade incidiu sobre essa em meio a uma onda positiva, temporária e recente na economia nacional. Logo, a referida Operação Urbana culminou tanto como resultado de dinâmicas locais, como mundiais, referentes ao modo de produção em vigor e todos os processos, aqui brevemente expostos, que reconfiguraram desde as formas de acumulação do capital, até de produção do espaço.

1. OFENSIVA NEOLIBERAL: ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO COMO FORMA DE REAÇÃO ÀS CRISES DO CAPITALISMO

No contexto do modo de produção capitalista, o crescimento econômico é um processo acompanhado por contradições internas inerentes a esse que, com frequência, surgem na forma de crises. Isso significa que o crescimento harmonioso

ou equilibrado são meros acidentes em face da natureza espontânea e caótica do capitalismo que guarda diversas possibilidades de ocorrência de crises, "assim como à percepção de certas tendências inerentes ao capitalismo que produzem graves tensões no processo de acumulação" (HARVEY, 2005, p. 44).

O processo de acumulação contém seus próprios pressupostos, mas pode encontrar barreiras que, se atingidas, possibilitam a precipitação de crises de determinada natureza. Uma das formas dessas "barreiras" se manifestarem é por meio da *sobreacumulação* que se estrutura, basicamente: (a) pela falta de oportunidades de investimentos lucrativos, como problema central; e (b) pela falta de demanda consumidora, com parte secundária integrante a esse problema (HARVEY, 2014, p. 116).

A resolução da falta de oportunidades lucrativas – centro da dificuldade da crise de sobreacumulação – torna-se a grande diretriz das agendas do mercado e do Estado, em detrimento, inclusive, de necessidades sociais e políticas. Se for preciso evitar a desvalorização, torna-se "imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital" (IBIDEM, p. 78).

A ordem econômica corrente não perdura em meio à uma crise de sobreacumulação. Em face disso, é preciso que esse sistema encontre alternativas para manter-se em vigor, e é nesse ponto que David Harvey destaca um elemento central no capitalismo, qual seja a capacidade que ele tem de se reinventar.

O pecado original do capital – isto é, a chamada acumulação primitiva ou originária, pela qual Marx (2013) explica a transição para o capitalismo "[tem] eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não [morra] de repente" (ARENDT, p. 28 *apud* HARVEY, 2014, p. 148). Como não se trata mais de uma acumulação originária ou primitiva – pois (a) o capitalismo já está instaurado e a necessidade eventual de superação de crise vem apenas no sentido de consolidá-lo, e (b) trata-se de um processo em andamento – Harvey nomeia essas "práticas predatórias de acumulação" de *acumulação por espoliação.*

Em face da sobreacumulação, a acumulação por espoliação libera "um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo" (HARVEY, 2014, p. 124). Nesse ponto, Giovanni Alves (2011, p. 28) evidencia que a acumulação por espoliação ocorre de diversas formas, "havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais", apesar de usar da truculência como regra geral.

A acumulação por espoliação é então, uma espécie de acumulação primitiva constante e, como tal, é "uma atividade oculta e intrínseca à reprodução ampliada do capital" (IBIDEM, p. 27). No contexto atual, de capitalismo avançado, ela possui um vínculo orgânico com a "mundialização financeira" (IBIDEM, p. 29), além da administração e manipulação de crises e redistribuição via Estado (HARVEY, 2008, p. 173-178).

Sabe-se que as seguintes características de ação do capitalismo alcançaram seu auge na última década, apesar de que essa relação entre capital, mercado financeiro e Estado foi posteriormente iniciada há alguns anos. Assim, diante da crise datada entre o fim dos anos de 1960 e princípio de 1970, que, a partir dos anos de 1980, ocorreram profundas transformações na produção capitalista e, por conseguinte, na sociedade. Potyara Pereira narra que em meados dos anos 1970, tal crise estrutural foi causada por "desequilíbrios entre sobreacumulação e consumo e pela transformação do excedente produzido pela economia real em capital financeiro" (PEREIRA, 2012, p. 733-734).

A forte onda de financialização e domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, "foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório" (HARVEY, 2005, p. 122). Marcado por extremos, seja pelo excesso de dinheiro ou pela falta dele, esse foi o período em que a acumulação por espoliação saiu de sua condição clandestina "para se tornar a forma dominante de acumulação" (ALVES, 2011, p. 29).

Tal crise não só perdurou, como se acentuou em 2008, e fez com os países

periféricos como o Brasil respondessem com "expedientes que lhe [deram] sobrevida como país emergente ou neodesenvolvimentista" (PEREIRA, 2012, p. 734); isto é, remodelando seu modelo econômico ou sua dependência de países ditos desenvolvidos e/ou de bancos internacionais, "ao mesmo tempo em que procura retomar a expansão econômica interna" (IDEM).

Configurou-se, com todo vigor, a inserção do modelo econômico neoliberal, que desencadeou um "novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório" (IANNI, 2001, p. 13). Nessa nova configuração, as forças produtivas básicas (capital, tecnologia, força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho) não têm mais limites geográficos, históricos e culturais, "multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição" (IDEM). O desenvolvimento do modo capitalista de produção adquire outro impulso em "um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e de trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar" (IDEM).

A acumulação por espoliação, na condição de instrumento para acumulação capitalista, tem como objetivo principal permitir à acumulação de capital em novos ramos, até então vistos como fora do alcance do cálculo de lucratividade. Expandir a acumulação implica na mercantilização do sujeito, do trabalho e dos bens comuns, para indicar alguns exemplos, ou seja, a reinvenção capitalista implica na privatização da vida, o que inevitavelmente envolve a perda de direitos (HARVEY, 2008, p. 189).

2. A APROPRIAÇÃO DA CIDADE: A RELAÇÃO ENTRE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E O ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

Considerando a anatomia recente da expansão capitalista, nas últimas décadas do século XX, podemos acompanhar como a crise do modelo fordista e do Estado de Bem Estar Social (até então dominantes ao funcionamento desse modo de produção nos países centrais) contribuiu para a construção e consolidação de uma forma flexível de acumulação (HARVEY, 2009). Frente ao processo de crise de sobreacumulação, um novo padrão de acumulação se constituiu e engendrou também novas formas de sociabilidade e de produção do espaço urbano. Dessa forma, o neoliberalismo emergiu como arranjo político conservador em resposta para a referida crise, iniciada nos anos setenta (HARVEY, 2008).

Tendo em vista esse cenário, o funcionamento da economia passou a ser predominantemente através da financeirização, o que aconteceu de forma exponencial. Assim, os ativos financeiros se tornaram grandes refúgios de capitais para especulação e possível valorização, uma vez em que a valorização de capitais na escala produtiva tem tido um grande declínio, a partir do recorte temporal analisado. A impossibilidade de reprodução ampliada do capital se torna uma realidade cada vez mais presente e predominante no capitalismo contemporâneo.

Essa transformação no padrão de desenvolvimento do capitalismo fez com que as transformações no espaço – e logo nas cidades, tendo em vista o grande processo de urbanização que ocorreu na mesma época e em escala global – se tornassem cada vez mais radicais, intencionando novas possibilidades de acumulação. Em um momento anterior o capitalismo conseguia expandir suas fronteiras para novos mercados, como ocorreu por todo o século XIX e XX. Porém, agora, com a produção globalizada, a concorrência do mercado global já se encontra presente em todos os lugares, impossibilitando a expansão externa como solução imediata para as crises de superacumulação de capital.

No que condiz com a conformação espacial das cidades, as fábricas que faziam parte da paisagem urbana deixam de ser uma marca fundamental dos grandes conglomerados urbanos dos países centrais, e se espalham pelo mundo, principalmente nos países em desenvolvimento e nos emergentes – países que dão todas as condições políticas, fiscais e ambientais para a produção global.

Nunca foi tão presente no capitalismo o movimento de (re)estruturação espacial para criar, recriar e produzir novos espaços de acumulação. Logo, a necessidade crescente de novos ajustes espaciais para afastar a crise, e as contradições, para perpetuar a expansão de novos ciclos de desenvolvimento, exige um constante investimento em capital fixo no ambiente construído das cidades (BOTELHO, 2013). Uma vez em que, segundo Neil Smith, "o ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital" (SMITH, 1988, p.182).

A possibilidade, que as economias nacionais e outros agentes interessados, encontram para absorver o excedente de capital é o investimento no espaço urbano: investimento em capital fixo nas cidades. Para atender aos objetivos do capital transnacionalizado, a cidade fábrica é transfigurada em cidade "mercadoria, empresa, ou pátria" (VAINER, 2000, p. 98). Sendo que "neste contexto, isto é, em relação à reestruturação de economias através da crise, em preparação para uma nova fase de expansão, que a divisão particular de trabalho tem sua mais destacada expressão geográfica" (SMITH, 1988, p.186).

O desenvolvimento do espaço urbano como "esfera geográfica diária do trabalho abstrato" (IBIDEM, p.198) acompanhou essa ressignificação profunda a partir da mencionada crise do capitalismo da década de setenta:

> *O desenvolvimento pode bem envolver expansão urbana absoluta, mas pode igualmente ser atingido através da expansão in situ: o consumo de espaço existente é intensificado, ou partes daquele espaço são reproduzidas, reestruturadas para atender as novas necessidades. A diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana. Num nível mais básico, o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos do solo específicos — indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante. (SMITH, 1988, p. 198)*

Dessa forma, a cidade passou a ser produzida a partir do paradigma neoliberal de cidade-empresa, em que o planejamento assume o empreendedorismo como pensamento único da produção da cidade (HARVEY, 2005). Otília Arantes ainda sintetiza tal tendência, e declara que, graças ao fim da "Era do Crescimento", o planejamento urbano "simplesmente perdeu seu caráter de evidência e cifra da racionalidade moderna, tornando-se o alvo predileto da ofensiva liberal-conservadora" (ARANTES, 2000, p. 21). Entretanto, apesar dessa perda de alguns preceitos modernistas aplicados ao planejamento urbano, as cidades continuam sendo planejadas e geridas como empresa. Se anteriormente o "urbanismo modernista teve como modelo ideal a fábrica taylorista" (VAINER, 2000, p. 85), atualmente:

> *os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. (VAINER, 2000, p. 86)*

Como alvo dessa "ofensiva liberal", de mercado, e dos "neoplanejadores", a cidade passa a ser articulada como *"growth machine*", e se fundamenta na junção de "coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária" atuando em conjunto com uma "legião de profissionais" (IBIDEM, p. 27). Tais profissionais, nesse contexto de cidade-mercadoria, "conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza" (IDEM).

Assim, as cidades se tornaram "mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda" (IBIDEM, p. 78). Nesse cenário mundial de competição entre as cidades, várias

estratégias são adotadas para que essas se tornem mais desejáveis, consumíveis e lucrativas. Pois, o que está a venda não são apenas as cidades em si, mas seus atributos, imagem e potencial econômico.

Nessa esteira, discutiremos, ainda que brevemente, algumas reestruturações urbanas pelas quais a cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil) passou para se inserir nessa dinâmica de competição interurbana global. Apesar da presença de práticas de planejamento estratégico operarem na Cidade desde 1993, com a criação do consórcio "Rio sempre Rio" e sua posterior publicação (Plano Estratégico) em 1995; a Operação que ocorreu na área portuária da cidade, a partir do ano de 2009, foi uma empreitada muito mais ambiciosa, que alterou profundamente tanto a dinâmica dessa região, como da cidade.

3. O RIO DE JANEIRO E O URBANISMO NEOLIBERAL

Historicamente, podemos acompanhar na cidade do Rio de Janeiro diversas tentativas de produção de novos vetores de desenvolvimento, como a industrialização na zona norte e as novas ligações para a zona sul, com vários modais de transporte. Entretanto, nos últimos anos, a região portuária, localizada na parte central da cidade, passou a servir como um novo eixo de crescimento econômico, simbolizando o fortalecimento de novo padrão de gestão urbana que a capital fluminense engendra.

Banhada pela Baía de Guanabara, a área central do Rio de Janeiro é palco de várias transformações que a cidade e o país sofreram ao longo da História. Foi lá que os primeiros núcleos urbanos nacionais surgiram e começaram a dar forma ao chamado centro histórico, situado entre o Bairro da Lapa e a região do Santo Cristo.

A partir da década de 1960, o Centro se transformou em uma região demarcada pela obsolescência, relacionada "com a deterioração dos prédios, o sucateamento dos equipamentos urbanos, o predomínio de moradores mais pobres e a estigmatização espacial, associada à imagem de área ligada à prostituição, ao comércio de drogas ilícitas e à violência" (MARTINS, 2015, p.196).

Dessa forma, ocorreu uma desvalorização do preço do solo naquela região, apesar de sua centralidade e memória histórica. O cenário de abandono (perfeito para investimento de capital privado para revitalização), somado à relevância histórica do lugar (pretexto para a intervenção), serviram como argumento tanto implícito como explícito para a realização de um consórcio de gestão público-privada naquela região. As intervenções na área simbolizaram muito bem o modelo de gestão de cidade – inspirado nos preceitos do planejamento estratégico, que fatalmente culminou na execução de um urbanismo de caráter neoliberal – aplicado naquela região.

O projeto Porto Maravilha foi executado por meio da Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (Lei Complementar n° 101/2009). Seus pressupostos incluem a "ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região" (RIO DE JANEIRO, 2009, s. p). além da preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

A revitalização do Porto deu continuidade à tendência estabelecida na cidade, desde 2007, em sediar grandes certames esportivos e uma série de eventos de menor impacto que se somam a essa forma de pensar e projetar a cidade. As ações de reestruturação urbana, que acometeram o município nos últimos anos, demonstram como essa dinâmica de investimento opera no espaço urbano, criando um modelo de gestão a serviço das demandas do capital internacional. Esse modelo, todavia, só pode ser realizado por meio de um grande movimento jurídico e financeiro por parte do poder público.

Como já mencionado, o investimento em capital fixo no ambiente construído das cidades é um importante fenômeno para fugir de crises, crises essas tão caras ao

modo de produção capitalista. Contudo, investimentos de alto risco e de grande volume de capital não são rentáveis a curto prazo, o que dificulta a captação de investidores de imediato. O Estado, então, surge como um ator fundamental.

Quando o Estado atua como um investidor, existe uma securitização do investimento e a criação de estruturas jurídicas e financeiras necessárias para a consecução do projeto. Assim, o caminho da financeirização do espaço urbano fica completo, pois o Estado assume a financeirização da vida pública como resposta aos problemas urbanos. No caso do Porto Maravilha a reestruturação não aconteceu de forma diferente:

Um complexo mecanismo financeiro permaneceu obscuro nessa relação entre prefeitura, governo federal, banco estatal e mercado financeiro. A pouca repercussão do tema não fez jus ao significado desse empreendimento que, segundo a declaração de Eduardo Paes, é o mais importante projeto de sua administração. O que se velou foi exatamente a manifestação mais importante, em nossos limites municipais até o momento, da engrenagem financeira que domina a alma dos empreendimentos urbanos contemporâneos, desde aqueles tipicamente privados, até os mais propriamente públicos – ainda que numa era de parcerias público-privadas balizadas pelos "planejamentos estratégicos" já não seja tão fácil identificar cada qual (BOTELHO, 2015, p. 2).

Em 2010, este "mecanismo financeiro" foi criado junto à Comissão de Valores Imobiliários (CVM), entidade do Ministério da Fazenda. Chamados de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), tinham como objetivo angariar recursos para o projeto de revitalização sem utilizar verba pública, pois seriam negociados posteriormente no mercado de ações:

> *Os CEPACs são a titularização da possibilidade de construção em áreas de revitalização urbana, um modo de angariar imediatamente liquidez num projeto de reestruturação urbana e usar, no presente, os recursos que só serão realizados futuramente, através da venda ou aluguel da área construída. É o adiantamento de recursos para dar início a obras que, onerosas e demoradas, só começam a apresentar ganhos efetivos depois de muitos anos. Teoricamente, é um título de grande rentabilidade, pois está inscrita em sua natureza uma renda aditiva a ser obtida com a construção adicional. Contudo, como o orçamento estatal e os recursos públicos são, numa era de crise fiscal e endividamento geométrico, a melhor maneira de antecipação de ganhos futuros, ao invés da Prefeitura esperar o interesse privado pelos títulos e, portanto, efetivamente fazer uso de recursos da iniciativa privada, um banco estatal torna-se mediador dessa circulação de papéis do mercado financeiro, adiantando a quantia que poderá vir a ser coberta pelas corporações do mercado imobiliário (BOTELHO, 2015, p.3).*

É importante notar como ocorre a financeirização da norma urbana, mesmo com a "nobre" inciativa de não ferir os cofres públicos: a instituição que fez a compra de todos os CEPACs ao mesmo tempo foi a Caixa Econômica Federal (CEF), que arrematou os certificados em um único leilão:

> *Na ocasião, ficou acertado que cada um dos mais de seis milhões de certificados teria preço de 545 reais. Dois anos depois, com obras já iniciadas no local, o banco federal só conseguiu o preço mínimo para a revenda de parte desses certificados, o que ainda assim era visto como um bom negócio, pois era mais que o dobro do valor despendido inicialmente (foram vendidos por 1.150 reais pouco menos de 26 mil títulos). Contudo, foi encoberta aí uma aritmética básica: mesmo que todos os CEPACs fossem vendidos a esse preço, ainda assim a CEF sairia no prejuízo, pois o dobro do valor do lote arrematado (7 bilhões de reais) ainda seria muito abaixo do valor total liberado para o negócio – 3,5 bilhões pelos títulos mais os 8 bilhões prometidos em obras para o local. No fundo, a mais importante empreitada imobiliário-financeira no*

Rio de Janeiro é o resultado de um dispêndio bilionário de recursos públicos, envelopado como se fosse uma operação moderna e lucrativa, mas que não passa de mais uma estratégia para fomentar a iniciativa privada com a socialização de custos (BOTELHO, 2015 p.3).

A gênese urbanística, a estrutura político-econômica e os principais agentes deste modelo de urbanismo têm no Porto da Cidade de Barcelona, e a sua revitalização para o projeto olímpico em 1992, o exemplo a ser seguido de planejamento urbano estratégico, como demonstramos anteriormente. Salienta-se, contudo, que tanto a Barcelona de 1992, quanto o Rio de 2016 (e 2007, 2013, 2014) escancaram operações claramente marcadas por práticas do urbanismo neoliberal desenvolvido no mundo todo desde a década de 1970.

Para além de uma gestão focada na renovação urbana e na realização eventos mundiais, o que está em voga *é um* projeto, jurídico e financeiramente estruturado, de privatização do espaço como resposta às crises de sobreacumulação do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do capitalismo, analisada a partir da década de setenta, catalisou uma profunda transformação nesse modo de produção, e estamos vivenciando os impactos urbanos da tentativa do capital em sobreviver às suas próprias contradições. A produção do espaço urbano nunca foi tão importante nesse processo de ajuste espacial, considerando a prática de acumulação por espoliação. As cidades se transformaram em atores centrais na economia mundializada e financiarizada, no processo de procura de investimentos e consumidores dessas e para essas. Logo, a busca por rendas de monopólio no espaço urbano se configurou a partir de novas fronteiras do urbanismo contemporâneo.

Esse processo acompanhou uma profunda transformação do Estado, e, na aurora do século XXI, a agenda neoliberal se tornou o pensamento hegemônico da gestão urbana em várias cidades do mundo. Dessa forma, o planejamento estratégico – um expoente dessa agenda – surge como método dominante para gestão urbana em um momento de competitividade global.

Progressivamente, ocorre uma profunda transformação na gestão do espaço urbano, em que cada vez mais bens públicos como saúde, educação, saneamento, entre outros, são geridos como ativos no mercado financeiro, para não se falar da cidade em si. Desvendar os caminhos que o urbanismo neoliberal vem trilhando nos últimos anos é imperativo para compreender o atual momento do capitalismo.

Entretanto, mesmo que em cenários devastadores, em que reinam o consenso, a produção do comum pode emergir. Nesse sentido, lidamos com o consenso não como resultado potencial de processos de negociação e diálogo entre diversos agentes, mas sim pelo compartilhamento de um "pensamento único" para as cidades: direcionado para a circulação do capital transnacional e gerido pelo mercado. Assim, é inerente ao consenso a exclusão de sujeitos subalternos nessa dinâmica moldada pelo capital.

Dessa forma, o conflito se apresenta como a única solução possível para esse cenário contemporâneo, pois a única forma de se romper com o consenso que gere as cidades e a vida pública é a partir desse. Frente à essa forte ofensiva neoliberal-conservadora, só nos resta então o conflito, como forma de ruptura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade:* **o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas***.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. **Uma estratégia fatal.** A cultura nas novas regiões urbanas. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOTELHO, A. **A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas de 2004.** Geousp, São Paulo, v. 16, n.01, p. 111-124, 2004.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Cidade do Amanhã: Urbanização simulada e ficcionalização do capital no paraíso tropical.** 2015 (MINEO)

_____.Maurilio Lima. **Desenvolvimento, espaço e crise estrutural.** Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 1, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: Annablume, 2005.

_____.*O neoliberalismo:* história e implicações. **São Paulo: Loyola, 2008a.**

_____.Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultura. **18ª Ed.** São Paulo: Loyola, 2009.

_____.*O novo imperialismo.* **8.ed.** São Paulo: Loyola, 2014.

IANNI, Otávio *A era do globalismo*. **5.ed.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, R. **D.** F. Projeto Porto Maravilha (RJ): uma análise sob o Rent Gap de Neil Smith. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., V.17, N.3, p.195-214, RECIFE, SET ./DE Z. 2015.

MARX, Karl. **[1867]** *O Capital: crítica da economia política.* Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p.729-753, dez. 2012.

RIO DE JANEIRO (Município). *Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009.* Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b39b005f9fdbe3d8032577220075c7d5?OpenDocument>. Acesso em: 3 set. 2017.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global.** In: Bidou-Zachariasen, Catherine (org.). *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

_____.¿Ciudades después del neoliberalismo?. **In: Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike.** *Después del neoliberalismo:* ciudades y caos sistémico. Barcelona: Ed. Museu dÁrt Contemporani de Barcelona, Universitat Autónoma de Barcelona, 2009.

_____.Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. **Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.**

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria.** In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192 p.

BIOPOLÍTICA E POLÍTICAS DE HABITAÇÃO: entre processos de exclusão e direito à moradia

KRUGER, NINO RAFAEL MEDEIROS (1). SCARANO, RENAN COSTA VALLE (2). RIBEIRO, CRISTINE JACQUES (3)

Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-graduação em Política Social
Rua Gonçalves Chaves, 373, centro, CEP: 96015-560 Pelotas / RS
contatorafaelkruger@hotmail.com

2.Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-graduação em Política Social
Rua Gonçalves Chaves, 373, centro, CEP: 96015-560 Pelotas / RS
renancostavalle@gmail.com

Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-graduação em Política Social
Rua Gonçalves Chaves, 373, centro, CEP: 96015-560 Pelotas / RS
cristinejrib@gmail.com

RESUMO

O presente texto busca apresentar a noção de biopolítica em Michel Foucault como ferramenta para abordar políticas de habitação planificadas no município de Pelotas e o caso de remoção da Vila Dique por parte do poder público. A partir do século XVIII, o filósofo francês argumenta que os mecanismos de poder sofreram uma transformação e passaram a direcionar-se em torno daquilo que ele chamou de Biopoder. Nessa perspectiva, os estudos do pensador direcionam-se para o poder disciplinar e para a biopolítica. Esta última, objeto de análise nesse estudo, visa o controle e o governo da vida da população. O programa "Minha casa, minha vida", foi uma política pública que financia a construção de habitações para a população. Entre os objetivos da política pública, está o de minimizar os impactos da crise internacional de 2008 que refletiu no desemprego que atingiu o Brasil. Tratou-se de uma medida emergencial a fim de impedir que outros problemas sociais se alastrassem como a violência e o desemprego. Portanto, houve uma intervenção do poder público através de uma tecnologia biopolítica a fim de garantir a estabilidade social e o controle da população. Tal programa foi planificado no município de Pelotas a partir de 2010. Para analisar alguns aspectos da implantação desse programa, este artigo baseou-se no estudo realizado por Pinto (2016) intitulado: "Contribuições para estudo do "Programa Minha Casa, Minha Vida" para uma cidade de porte médio, Pelotas-RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana". Por outro lado, o caso da Vila Dique, ocorrido entre os anos de 2016 e 2017 aponta para um processo de exclusão que ocorre na cidade de Pelotas em torno do tema de políticas habitacionais. Este fato, indica que há um descaso por parte do poder público municipal no que tange ao atendimento da população em relação a infraestrutura urbana que é negada. Mas que através da Ação Civil Pública que visa remover tal população da área, gerindo processos de exclusão de populações de áreas, que passam a ser alvo de interesse da especulação de setores econômicos da construção e do mercado imobiliário.

PALAVRAS-CHAVE: *Biopolítica; política pública; minha casa, minha vida; exclusão social.*

Introdução

Michel Foucault foi um pensador que desenvolveu seus estudos em torno de três eixos: o saber, o poder e a ética. Este trabalho focaliza uma abordagem acerca da análise sobre o poder desenvolvida pelo filósofo. Nesse sentido, o pensador sugere que o poder possui um aspecto produtor de comportamento nas relações humanas. Denominado de Biopoder, este paradigma serviu à Foucault para explicitar os mecanismos de poder surgidos a partir do século XVIII que objetivaram o controle e a gestão da vida das populações.

Recentemente passou a ser noticiado (COGOY, 2017, p. 6); (MUNARETTO, 2017), e assim tem se tornado público, o processo que intenta a remoção das mais de 70 famílias que habitam um território reconhecido como Corredor da Estrada do Engenho no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Através de um processo movido pelo Ministério Público Estadual contra a Prefeitura Municipal, onde a última é acusada de negligenciar na fiscalização das ocupações sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP). Tal Ação Civil Pública (ACP) exige que o poder público local remova as famílias que ocupam a área, e as realoque em um lugar que apresente condições saudáveis e seguras para moradia (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 3).

Este artigo objetiva desenvolver a biopolítica como ferramenta de análise para compreender os processos e práticas de poder que atinge a população local da cidade de Pelotas, localizada no Rio Grande do Sul através de políticas públicas em torno da questão habitacional. Está desenvolvida da seguinte forma: na primeira parte apresenta-se a noção de biopolitica desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault. Posteriormente, apresenta-se o programa "Minha casa, minha vida" e aborda-se a crítica baseada no estudo realizado por Pinto (2016) intitulado: "Contribuições para estudo do "Programa Minha Casa, Minha Vida" para uma cidade de porte médio, Pelotas-RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana". Por último, busca-se abordar o caso da Vila Dique, localizada no mesmo município e o processo de remoção proferido pela prefeitura local do município, identificando o aspecto excludente que as tecnologias biopolíticas podem adquirir na governamentalidade neoliberal.

1. Foucault e a Tecnologia Biopolítica de governo da população

Michel Foucault foi um pensador que contribuiu para diversas áreas do saber humano, suas ideias e conceitos abrangeram muitos campos de investigação. Em suas análises sobre o poder, Foucault não buscou desenvolver uma teoria sobre o poder, mas, descrevê-lo. Para isso, o filósofo utilizou-se da história e do chamado método genealógico para abordar como que o poder se manifesta na sociedade.

No início dos anos 70, seus estudos versaram sobre a análise das relações de poder. Uma das teses levantadas por ele é que "o poder não apenas reprime, mas, sobretudo, produz realidades, era suficientemente inovadora e radical (...)" (DUARTE, 2010, p.206). Foucault expande as análises sobre o poder para além do Estado; ele não centraliza seu foco sobre as instituições modernas, mas como que é exercido o poder nas instituições. A pergunta de Foucault, de acordo com Castro (2009, p.326), "não é o que é o poder, mas, como ele funciona". Deste modo, um dos objetos da análise foucaultiana é a mecânica do poder, abordar seus mecanismos, o surgimento e a forma como eles funcionam nas relações humanas.

Entre os estudos realizados por Foucault, o filósofo deparou-se com algumas transformações que os mecanismos de poder sofreram, sobretudo, na Modernidade. No Ocidente, na época clássica, isto é, nos séculos XVII e XVIII, Foucault (1988, p.184), constata algumas modificações ocorridas nos mecanismos de poder. O poder passou a produzir forças, fazê-las crescer, ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Essas alterações demonstram que, o capitalismo, não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseado na repressão, pois, ele serviu-se dessas transformações.

A nova mecânica de poder, surgida nos séculos XVII e XVIII, incide sobre os corpos

e sobre o que as pessoas fazem sobre a terra e seu produto. Deste modo, é trazido um novo elemento nas discussões acerca das relações de poder, pois, é dada uma nova visão acerca da capacidade de produção e de criação.

No capítulo V da "História da Sexualidade I", intitulado "Direito de morte e poder sobre a vida", Foucault sugere que uma das transformações que o poder sofreu no Ocidente foi em relação ao poder soberano, que tinha por ação "fazer morrer, deixar viver". O modelo de poder soberano, é descrito por alguns dos estudiosos de Foucault, como Rabinow e Rose (2006), como um padrão de análise, "codificado e generalizado na filosofia política clássica - um modelo que permaneceu essencialmente inalterado quando a "cabeça do rei" foi deslocada do soberano para o Estado". De acordo com esse paradigma de investigação, o poder era representado "no direito de um governante de confiscar as coisas, o tempo, os corpos, e em última instância a vida dos sujeitos" (RABINOW; ROSE, 2006, p.27).

No entanto, a modificação com relação a dinâmica do poder, localizada por Foucault, aponta que, a partir do século XVII, as mecânicas do poder voltam-se para um paradigma positivo de intervenção na vida das pessoas. Nessa perspectiva as ações operadas pelos mecanismos de poder passam a ser situadas e exercidas no nível da vida. Denominado de Biopoder, esse direcionamento é caracterizado pela seguinte máxima: fazer viver e deixar morrer.

O chamado poder sobre a vida adquire duas formas principais, uma centrada no "corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade (...)" (FOUCAULT, 1988, p.151). Essa forma de tecnologia de poder é denominada de Disciplina enquanto a outra de Biopolítica. A primeira desenvolve-se nas sociedades ocidentais no século XVII, enquanto a outra é formada "por volta da metade do século XVIII" (FOUCAULT, 1988, p.151).

A Biopolítica está centrada no

> *corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todos as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população (FOUCAULT, 1988, p.152).*

Trata-se da administração dos corpos e da gestão calculista da vida, essas passam a ser as linhas de ação em que atuam os mecanismos de biopoder. O Biopoder argumenta Foucault,

> *foi o elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988, p.153).*

Portanto, "enquanto o poder soberano expõe a vida à morte, o biopoder, em contrapartida, se exerce de maneira positiva sobre a vida, busca administrar e aumentar suas forças, para distribui-las, em um campo de valor e utilidade" (CASTRO,2014, p.103). Para Foucault (2012), sem essas modificações em torno dos mecanismos de poder, não seria possível o desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, "essa mutação da tecnologia do poder faz absolutamente parte do desenvolvimento do capitalismo" (FOUCAULT, 2012, p.186).

Em sua última aula do curso "Em Defesa da Sociedade", proferido em 1976, no *Collége de France*, Foucault explicita os mecanismos de ação da biopolítica como estratégias de poder sobre uma população. Nesse sentido, a espécie-humana aparece como um conjunto de variações constantes, onde, a fim de normalizar os corpos e as populações é preciso haver intervenções nos meios em que as populações vivem. É preciso intervir na higienização pública para que as doenças

não proliferem; é preciso fazer campanhas de vacinação a fim de que as pessoas sejam prevenidas de doenças e epidemias.

Em "História da Sexualidade I", obra de 1976, é onde aparece a noção de Biopolítica relacionando-a a uma tecnologia de poder que intervém sobre a vida biológica da população. Trata-se de uma tecnologia de governo que visa a racionalização do governo da população. Cabe salientar que já em 1974, numa conferência pronunciada no Rio de Janeiro, Foucault mencionara o termo Biopolítica relacionando-a com o nascimento da medicina social.

Entre as questões que a biopolítica deve responder está: como intervir no cotidiano da vida e das pessoas para que a população possa a ser controlada e normalizada? A biopolítica lida com a população enquanto problema político, problema ao mesmo tempo científico e político, biológico e de poder. Os fenômenos da população que são levados em conta por essa técnica de poder são "fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa" (FOUCAULT, 1999, p.293).

Foucault (1999, p.298) organiza as abordagens acerca da Biopolítica através da seguinte sistematização: "população - processos biológicos - mecanismos regulamentadores – Estado". Nesse sentido aparecem mecanismos regulamentadores que incidem sobre a população como os comportamentos de poupança, sistemas de seguro-saúde, seguro-velhice, regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população. Mas também, práticas políticas que se estendem até o século XXI como as políticas de ordenamento do território, as políticas de saneamento, regularização fundiária, gestão da cidade no que tange as intervenções do poder público para dar segurança à população, enfim, são mecanismos biopolíticos de governo da população que buscam garantir o controle e a normalização das populações.

A discussão acerca da biopolítica, na obra de Foucault, se dá entre os anos 1974 à 1979, quando o autor aponta o surgimento desse paradigma, no início do século XVIII com a medicina social, mas, que toma novas roupagens como, por exemplo, no caso do neoliberalismo, que é objeto do curso proferido em 1979 no *Collége de France* intitulado "Nascimento da Biopolítica".

No curso "Nascimento da Biopolítica", Foucault (2008), destaca que a fim de compreender a biopolítica era preciso também compreender o que foi liberalismo, pois, é nesse contexto em que tal prática de se desenvolve.

> *Pareceu-me que não se podia dissociar esses problemas [ligados ao surgimento da população como a higiene, a saúde, a natalidade, longevidade, etc.], do âmbito de racionalidade política no interior do qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade (FOUCAULT, 2008, p.431).*

O pensador acentua que os problemas ligados à população, que a biopolítica deve atender, não podem ser dissociados do âmbito da racionalidade política que eles surgiram que foi o Liberalismo dos séculos XVIII ao XIX. Sob este ponto de vista, as pesquisas devem orientar-se para analisar como que o poder se organiza no espaço complexo da cidade, que passa a ser entendido como o lugar de trocas econômicas?

"No liberalismo, é sempre em nome da sociedade e do mercado que se coloca a questão da necessidade e da legitimidade de novas tecnologias de governo dos cidadãos" (DUARTE, 2010, p.261). No entanto, já numa perspectiva neoliberal as questões são outras comenta Duarte (2010), pois as tecnologias de poder neoliberal adquirem novas formas, de acordo com Duarte (2010), elas

> *operam tendo em vista resolver a seguinte questão: de que maneira o mercado pode se tornar um instrumento de governamentalização da população, isto é, como o mercado pode atuar a regrar, normalizar e administrar a conduta da população (DUARTE, 2010, p. 261-262).*

As práticas de governamento neoliberal operam a partir do cidadão/agente econômico compreendido como *Homo Oeconomicus,* (aquele agente econômico

que responde aos estímulos do mercado de trocas), situado numa sociedade que é entendida a partir da óptica da concorrência. Portanto, nesse contexto de governamentalidade biopolítica neoliberal, o mercado e a economia aparecem como os entes que direcionam o comportamento da população.

A partir dessas formulações, e desses diferentes pontos de vista sobre a obra foucaultiana, vale destacar que, por biopolítica, não deve ser entendido um conceito fechado. Pois, trata-se de uma chave ou, um instrumento de análise que ajuda a compreender as transformações ocorridas nos mecanismos de poder que tomam a vida biológica da população como objeto de governo. Nesse sentido, a biopolítica é

> *a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidades, longevidade, raças... (FOUCAULT, 2008, p.431).*

Parafraseando Foucault, Castro (2009) diz que "o descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o descobrimento do indivíduo e do corpo adestrável, o outro núcleo tecnológico em torno ao qual os procedimentos políticos do ocidente se transformaram. (CASTRO, 2009, p.59-60).

Portanto, a biopolítica é uma importante chave para compreensão das tecnologias de poder orientadas para governar a população que podem ser formuladas a partir de políticas públicas. Nesse sentido, pretende-se abordar o caso das políticas habitacionais, ocorridos na cidade de Pelotas, localizada no Rio Grande do Sul.

2. "Minha casa, minha vida": Biopoder e políticas públicas

Segundo Maricato (2015), as cidades brasileiras se encontram dentro da América Latina entre as mais desiguais. Em 2000, o Brasil estava entre os cinco piores países distribuidores de renda. Em 2015 se encontrava na décima quinta colocação. Portanto, nesse período, houve uma modificação no padrão de distribuição de renda, especialmente no momento do aumento do salário mínimo acima da inflação. A fim de diminuir a desigualdade é que se planejam políticas públicas, como por exemplo, o programa "Minha casa, minha vida" (PMCMV).

O programa PMCMV é uma política pública habitacional do Governo Federal lançado em 2009 com o objetivo de tornar possível o acesso à moradia para a população através da concessão de subsídios para a construção de casas ou apartamentos. Nesse sentido, o programa possui cinco modalidades, identificadas como faixas 1; 1,5; 2 e 3, para atender a população. As modalidades foram classificadas de acordo com a capacidade de renda das populações que são o alvo da política pública. Quando o programa foi lançado, por exemplo, o grupo de pessoas que pertenciam a faixa 1, possuíam renda de até 1,6 mil reais. Porém, esses dados foram modificados sendo que nos anos seguintes os valores foram alterados.

Os recursos do MCMV são do orçamento do Ministério das Cidades repassados para a Caixa Econômica Federal. Tal programa de política pública foi implementado no município de Pelotas, em 2010, no entanto, as primeiras casas entregues só ocorreram nos anos posteriores. A cidade de Pelotas está localizada na parte sul do estado do Rio Grande do Sul. Localizada a 250 quilômetros da capital do estado, Porto Alegre. Segundo dados do IBGE (2016), é a terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul, atrás de Porto Alegre e Caxias do Sul, com população de 328.275 habitantes registrada no Censo Demográfico de 2010 e estimativa de 342.873 habitantes para o ano de 2015 (IBGE, 2016, p.1). Ainda de acordo com IBGE (2016), o município de Pelotas possui vasta extensão territorial de 1.610 Km² e densidade demográfica de 203,89 habitantes por quilômetro quadrado.

Pinto (2016, p.220), ao lançar reflexão sobre a planificação do PMCMV destaca que houve uma "influência dos agentes promotores privados sobre os direcionamentos e qualidade da produção do PMCMV". Mas, esse fato, não ocorreu somente em Pelotas, pois em outras cidades brasileiras, como no caso identificado no estudo

de Gabriel Cunha[1] (2014) na cidade de São José do Rio Preto – SP, o setor privado influenciou na planificação do programa Minha casa, minha vida.

Pinto (2016), também descreve que houve alteração de algumas leis municipais, sob influência do setor empresarial privado, para a aprovação de empreendimentos "sem a qualidade (em termos de inserção urbana) desejada e necessária para a cidade" (PINTO, 2016, p.220). Nesse sentido, o autor aponta

que a influência dos agentes promotores privados na cidade fez com que a legislação fosse alterada no sentido de permitir que empreendimentos como [Terra Nova, Moradas Club e Moradas Pelotas], com extensão territorial bastante superior ao que a legislação do III Plano Diretor de Pelotas permitia para os condomínios fechados (PINTO, 2016, p.89).

Além do mais, o autor traça a reprodução do quadro que tem sido a lógica de execução do PMCMV ao redor do país e na cidade. Citando os Planos locais de habitação de interesse social de Pelotas, Pinto (2016, p.88) considera que, quanto ao déficit habitacional,

> *segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Pelotas (PLHIS), o município tinha, em 2013, um déficit de 13.598 moradias, sendo inclusos os domicílios improvisados, precários, coabitação e famílias com situação de aluguel com valor excessivo residentes em edificações alugadas cujo valor deste aluguel ultrapassa um terço da renda desta família (PLHIS, 2013a; PLHIS, 2013b, p.57 Apud PINTO, 2016, p.87).*

[1] CUNHA, Gabriel Rodrigues da. O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto/SP: Estado, Mercado, Planejamento Urbano e Habitação. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

Além do mais, a cidade de Pelotas, em 2011, de acordo com dados do IPEA (2011), "era a centésima sexta cidade em um ranking estabelecido para os municípios com os maiores déficits habitacionais absolutos do país, dentre os 5.565 municípios existentes à época, enquanto que em termos de um ranking de déficit relativo à cidade estava apenas na posição 3.678" (PINTO, 2016, p.87). O mesmo autor constata que esses dados indicavam um mercado habitacional a ser atendido visto que havia um grande déficit existente. Nessa perspectiva, a cidade de Pelotas tornou-se para as empresas ligadas a construção civil, construtoras e incorporadoras de empreendimentos habitacionais do PMCMV, um mercado para que as empresas atuassem a fim de adquirir lucro.

Mesmo diante dos estudos e levantamentos que apontaram para o problema habitacional em Pelotas, sendo de 80,89% de caráter qualitativo – moradias precárias, sem acesso mínimo a infraestrutura urbana, localizadas em áreas de risco socioambiental etc. - e 19,11% de caráter quantitativo, foram produzidas 76,49% das habitações para os grupos que tem renda acima de 3 salários mínimos. Ou seja: para o grupo de renda que representava o déficit de 2.598 habitações, foram produzidas 8.837 habitações (PLHIS, 2013).

Dividida por faixa de renda, a produção do PMCMV em Pelotas, os números até dezembro de 2016 são de 2.856 habitações para faixa 3 – com renda de 4 à 9 mil reais – 23,96% das moradias produzidas; 6.251 moradias para faixa 2 – renda de 2,6 à 4 mil reais – 52,45% das moradias produzidas (PINTO, 2016). Estes números além de revelar uma inversão de prioridade no ato de planificação da política pública, pois em vez de direcionar-se para atender as demandas públicas, o programa serviu para que as empresas privadas adquirissem lucros, pois, houve uma priorização por parte das construtoras e incorporadoras das faixas de maior lucratividade. Além disso, os problemas habitacionais locais não foram solucionados pois, escolheu-se investir em produção de novas moradias, mas estas, voltaram-se para a população localizada na faixa de maior renda. Apenas 23,59% das moradias foram produzidas para a faixa 1 – 2.812 moradias – a menor porcentagem foi destinada para o grupo que seria o alvo da política.

Entre as leis municipais que foram criadas e alteradas no decorrer do PMCMV, estão a Lei 5.603/2009, que instituiu o programa habitacional de interesse social "Pelotas Habitação Digna" que viabilizou a construção de um maior número de habitações dentro do PMCMV (PELOTAS, 2009). A Lei 5.963/2012, aprovada no dia 28 de dezembro de 2012, três dias antes do final do mandato do então prefeito Adolfo Antonio Fetter Junior (PELOTAS, 2012), alterou o perímetro urbano para que se produzissem habitações ainda mais distantes. Além disso, essas leis, também favoreceram para a diminuição e até mesmo dispensa de áreas verdes e áreas de uso público no interior dos empreendimentos como anteriormente previsto em lei. Este alargamento não ocorreu de forma fortuita, segundo Pinto (2016, p. 225) "pois possibilitou o projeto e construção de dois dos empreendimentos pertencentes ao PMCMV [...] onde os dois empreendimentos foram instalados extrapola os limites do perímetro urbano".

Portanto, houve uma influência de agentes privados sobre as leis do município. Tal ação, visou especificamente a facilitação da lucratividade das empresas privadas. Deste modo, as 11.919 unidades habitacionais produzidas com financiamento público através do PMCMV na cidade (PINTO, 2016), não resolveram, e tão pouco diminuirão o número das áreas de ocupação irregular, mas incidem diretamente sobre este processo.

3. Estrada do Engenho: Vila Dique e os processos de exclusão

Situada no município de Pelotas, a área identificada como Estrada do Engenho, que comporta uma ocupação de famílias que vivem no local, é uma área que parece despertar a ambição de grandes empreendimentos imobiliários. Marinas, atracadouros, condomínios de alta renda e empresas comerciais tem buscado a localidade para desenvolverem-se nos últimos anos. Ao mesmo tempo em que tem aumentado a procura e a ocupação do território por grupos que não conseguem acompanhar o aumento dos valores dos alugueis, que tem sido alvo do desemprego e de despejos. Neste local, localiza-se a Vila Dique, uma comunidade de cerca de 70 famílias que, há 20 anos, vivem na localização.

Observa-se dois movimentos que ocorrem neste local, o primeiro, é o das famílias que, sem condições de inserirem-se no mercado da moradia, acabam por ocupar a localidade. Cabe salientar que o lugar é uma área próxima ao centro da cidade e, até então, não despertava o interesse dos setores privados da construção. A população que reside o local, vive do trabalho precário e informal, existem também desempregados, mas, grande parte trabalha na pesca, enquanto outros, trabalham como catadores de resíduos sólidos. Já o segundo movimento é feito pelos empreendimentos imobiliários que visam a região como uma oportunidade de lucro através da construção imobiliária.

O primeiro movimento é denunciado na Ação Civil Pública (ACP), que acusa o município de negligencia no trato com a fiscalização de Áreas de Preservação Permanente (APP). Na ação, aponta-se para o fato de que na última década "é veemente o aumento das ocupações clandestinas na área de preservação permanente (margens do Canal São Gonçalo) " (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 4, 5). Porém, esta ACP, não destaca que as famílias que residiam anteriormente no local são famílias tradicionais, mas, coloca todos em um mesmo grupo de pessoas que estaria causando danos ambientais a uma APP, além de ocupar uma área de risco, por residir a margem do canal. Como resposta ao Ministério Público, a prefeitura municipal de Pelotas tomou como medida remover as famílias que vivem na Vila Dique e conduzi-las até a área denominada Getúlio Vargas, localizada do outro lado da cidade.

Há dois grupos de pessoas que ocupam este território, o primeiro é originário, e divide-se em três: famílias de descendentes dos escravizados, descendentes de trabalhadores do engenho e pescadores. O segundo é o grupo dos excluídos do mercado formal de trabalho e terras, trata-se de um grupo transitório. O movimento deste último grupo de pessoas se dá por conta da financeirização e elitização do mercado da habitação que é uma das principais marcas deste setor no país (BOULOS, 2015), sendo este o potencializador da busca de novas famílias

por tal área na última década. Para abordar este processo serão analisados os levantamentos feitos para as áreas de ocupação irregular no município de Pelotas, relacionando-o a planificação do programa habitacional PMCMV na mesma localidade.

Segundo levantamento feito entre os anos de 2008 e 2009 (ALVES, 2014), pelo supervisor de regularização fundiária do município de Pelotas, apresentado à câmara de vereadores no ano de 2013, Pelotas apresentava, 156 áreas de ocupações irregulares e clandestinas. Estas, são caracterizadas pelo poder público municipal enquanto áreas de ocupação irregular; e, "aqueles que não obtiveram a aprovação ou autorização administrativa dos órgãos competentes, incluídos aí não só a Prefeitura, como entes Estaduais e Federais" (ALVES, 2014, p. 3), como ocupações clandestinas.

De acordo com o mesmo estudo, nestas 156 áreas haviam em média 72 lotes com cerca de 390 pessoas em cada uma das áreas. O que aponta para um número de mais de 11 mil lotes irregulares ou clandestinos no município, nos quais habitavam mais de 60 mil pessoas. Os dados do senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para Pelotas, de 2010, mostram que a cidade possuía cerca de 130 mil unidades habitacionais e 328.275 habitantes no ano. Se comparados, estes números, com os de habitação irregular, em 2013, mais de 8% das habitações em Pelotas eram irregulares, e nestas se encontravam mais de 18% da população do município (IBGE, 2017, p. 1).

No mesmo período – 2013 até 2016 – Pinto (2016), menciona que o município registrou a construção e entrega de 41 empreendimentos do PMCMV, totalizando 7.665 unidades habitacionais. Ou seja, um número de habitações correspondente a 56% do *déficit* habitacional no município apontado em 2013, fora produzido através de recursos públicos pelo programa. Este autor ainda aponta, que as alterações promovidas pelo Ministério das Cidades, a partir do ano de 2003, no setor habitacional brasileiro e, sobretudo, através do PMCMV "tiveram como objetivo o combate ao problema habitacional para a população de baixa renda" (PINTO, 2016, p. 55). Esta população, segundo os números analisados, representava em 2013 mais de 80% do *déficit* habitacional do município.

A produção de habitações através do PMCMV no município de Pelotas poderia ter acabado com o *déficit* da população de baixa renda, *déficit* expresso no problema qualitativo do município. No entanto, segundo dados atualizados, nos anos subsequentes a 2008 e 2009, ocorreu um aumento significativo ao número destas áreas de ocupação irregular, que passaram para 162 áreas identificadas no ano de 2014 (ALVES, 2016). Já em 2017, esse número aumentou totalizando 205 áreas de ocupação irregular cadastradas somente no que é considerado perímetro urbano do município – pois o último levantamento não apresenta o perímetro rural (ALVES, 2017). Deste modo, o estudo realizado por Alves (2017) aponta que "mais de 90 mil pessoas" estão residindo em habitações em situação irregular "quase 1/3 da população" do município (ALVES, 2017, p. 26). Segundo noticiado pelo Jornal Diário da Manhã (DIÁRIO DA MANHÃ, 2017), em 05 de setembro d 2017, seriam já 100 mil pessoas vivendo em situação irregular.

Considerações Finais

A partir dos dois fenômenos estudados neste artigo, buscou-se afirmar que a biopolítica pode ser um instrumento de análise para as intervenções do Estado na população. Em seu aspecto de governamento neoliberal, as tecnologias biopolíticas, transpassam processos de inclusão e exclusão. Através de políticas públicas como o "Minha casa, minha vida", programa lançado em 2009 pelo Governo Federal, buscou-se através da construção de habitações concretizar o direito à moradia apontados na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Cidade (2001) e no Plano Diretor. Dessa forma, há um governo da população através da gestão da política pública e do controle da mesma.

O programa "Minha casa, minha vida", é um mecanismo de intervenção social a fim de fazer com que o direito à moradia seja cumprido. Mas também, o programa serve a fim de impedir que a crise internacional de 2008 atingisse o Brasil refletindo

em outros problemas sociais como a violência e o desemprego.

No entanto, é curioso notar que após os levantamentos apontarem para a produção suficiente de moradias para resolver o déficit habitacional do município de Pelotas, sobretudo para a população alvo da política pública do PMCMV, concomitantemente ter se potencializado o aumento das ocupações irregulares e migração para o Corredor da Estrada do Engenho como destaca a ACP. Ou seja, produziram-se habitações mas aumentaram os números de famílias sem acesso moradia no mesmo período. Uma dessas ocupações é a Vila Dique onde vivem 70 famílias e que sofreu ameaçada de remoção por parte da prefeitura.

No caso da Estrada do Engenho, verifica-se que por detrás da remoção da população da Vila Dique, há uma especulação econômica imobiliária por parte de agentes construtores sobre a área onde está localizada a comunidade. Portanto, os processos de segregação social desrespeitam o que está registrado nas leis que garantem o direito de habitar de todos. Porém, essa forma de atuar da prefeitura local, aponta para uma estratégia biopolitica que visa assegurar o mercado como regulador da razão governamental. Para tal, facilita-se que as empresas privadas administrem o espaço público, modificam-se leis a fim das empresas e do mercado atuarem no âmbito social. Essa forma de governo ocasionando processos de exclusão dentro da cidade e retirando populações de lugares que passam a ser privilegiados por setores empresariais.

O fenômeno ocorrido aponta que a forma como o programa de política pública “Minha casa, minha vida” (PMCMV), ocorreu em Pelotas, favoreceu interesses de empresas privadas que se beneficiaram da política pública, voltada para suprir os déficits de habitação de tal município. Portanto, nesse contexto de disputa do espaço público e de promoção de políticas voltadas para atender o direito à moradia, aparece

.

Referências bibliográficas

ALVES, J. **Apresentação 02.** Pelotas, 27 de junho de, 2016. 48 slides. Apresentação em *Power Point*.

ALVES, J. **Regularização Fundiária: a cidade que temos e queremos.** Pelotas, 7 de julho de, 2017. 337 slides. Apresentação em *Power Point*.

ALVES, J. **Regularização Fundiária.** Pelotas, 16 de outubro de, 2014. 320 slides. Apresentação em *Power Point*.

BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto.** São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. *Biopolítica***: de la soberanía al gobierno.** Revista Latinoamericana de Filosofía, Vol. XXXIV. Nº 2. 2008 (p.187-205). Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-73532008000200001. Acesso dia 5 de outubro de 2017

COGOY, C. **Famílias lutam contra a remoção.** Diário da Manhã, ano 39, n.62, p.6, 4 set 2017.

COGOY, C. *Regularização fundiária:* **Pelotas possui mais de 200 áreas irregulares.** Diário da Manhã, ano 39, n.63, p.8, 5 set 2017.

CUNHA, Gabriel Rodrigues da. **O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto/SP: Estado, Mercado, Planejamento Urbano e Habitação.** 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

DUARTE, André. **Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Diálogos sobre o poder.** In: Michel Foucault: Estratégia poder-saber. Ditos e Escritos IV. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988

_____. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collége de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** Curso no Collége de France (1978-1979) São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Michel Foucault***: Segurança, penalidade e prisão.** Ditos e Escritos VIII. MOTTA, Manoel Barros da. (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

IBGE. *Pelotas,* **2017.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431440> Acesso em: 2 jul. 2017.

IBGE. **Pelotas, 2016.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431440> Acesso em: 2 jul. 2016

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MUNARETTO, S. **Estrada do Engenho Resiste: a luta de uma comunidade pelo direito à moradia.** Repórter Popular. 2017. Disponível em <http://reporterpopular.com.br/estrada-do-engenho-resiste-luta-de-uma-comunidade-pelo-direito-moradia/> Acesso em 9 set 2017.

NOSETTO, Luciano. **Michel Foucault y la política.** San Martin: UNSAM EDITA, 2013.

PELOTAS. **Lei Municipal n.º 5.502, de 11 de setembro de 2008.** Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/lei_5502.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2015.

PELOTAS. **Lei Municipal n.º 5.502, de 11 de setembro de 2008a.** Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências. Mapa temático U12, vazios urbanos. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/U12_VAZIOS_URBANOS_IIIPD.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

PELOTAS. **Lei Municipal n.º 5.502, de 11 de setembro de 2008b.** Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providências. Mapa temático U03, sistema viário - hierarquias. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/U03_VIARIO_HIERARQUIA_IIPD.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

PELOTAS. **Lei Municipal n.º 5.603, de 3 de agosto de 2009.** Institui o Programa Habitacional de Interesse Social "Pelotas Habitação Digna", e dá outras providências. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/.../pelotas/lei.../5603/lei-ordinaria-n-5603.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

PELOTAS. **Lei Municipal n.º 5.963, de 28 de dezembro de 2012.** Altera o Perímetro Urbano do Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2012/LEI5963.pdf> Acesso em: 26 jun. 2016.

PLHIS. **Plano local de habitação de interesse social de Pelotas – Etapa 3: estratégias de ação**. Pelotas: 3C Arquitetura e Urbanismo, 2013. 63p.

PLHIS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Pelotas.** 2013. Disponível em: <plhispelotas.blogspot.com> Acesso em: 22 maio 2014.

PINTO, J. **V. Contribuições para estudo do "Programa Minha Casa, Minha Vida" para uma cidade de porte médio, Pelotas-RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana.** 2016 Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. **O conceito de biopoder hoje.** Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho. n. 24. p. 27- 57. 2006. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600%20em%20abril%20de%202013. Acesso dia 8 de outubro de 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Acordo judicial firmado sobre a Ação Civil Pública nº 022/1.14.0007280-6. 21 nov 2016.** Disponível em: <http://www1.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc> Acesso em: 09 set 2017.

RODRIGUES, T A; SALVADOR, E. **As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais.** Brasília: SER Social, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan/jun. 2011.

ROSENTHAL, M D; GONÇALVES, E A. **Marambaia: história, memória e poética.** Revista do centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas, nº 4, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/4810/3592> Acesso em: 09 set 2017.